

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

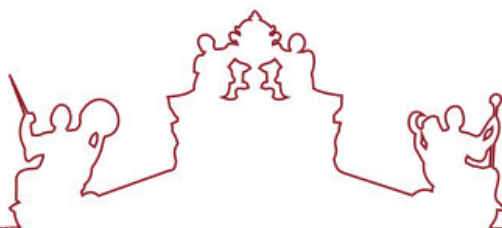
Tese de Doutoramento

**Os modelos defensivos da fronteira luso-castelhana e a
Guerra da Restauração (1640-1668). Fortificação, História e
Património**

Ana Teresa Graça de Sousa

Orientador(es) | Antónia Fialho Conde
Eduardo Alves Duarte

Évora 2022



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

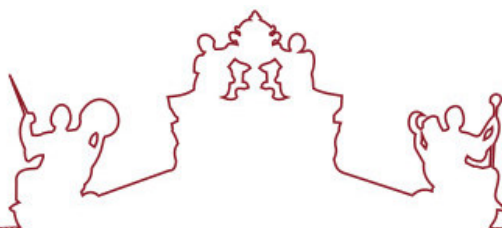
Tese de Doutoramento

**Os modelos defensivos da fronteira luso-castelhana e a
Guerra da Restauração (1640-1668). Fortificação, História e
Património**

Ana Teresa Graça de Sousa

Orientador(es) | Antónia Fialho Conde
Eduardo Alves Duarte

Évora 2022



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Ana Cardoso de Matos (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Cardoso de Matos (Universidade de Évora)
Ana Maria Tavares Ferreira Martins Nepomuceno (Universidade da Beira Interior)
Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora) (Orientador)
Juan Miguel Muñoz Corbalán (Universidad de Barcelona)
Maria Margarida Simão Tavares da Conceição (Universidade de Lisboa)

**OS MODELOS DEFENSIVOS DA FRONTEIRA LUSO-CASTELHANA E A
GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640-1668). FORTIFICAÇÃO, HISTÓRIA E
PATRIMÓNIO**

VOL. I

Ana Teresa Graça de Sousa

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em
História

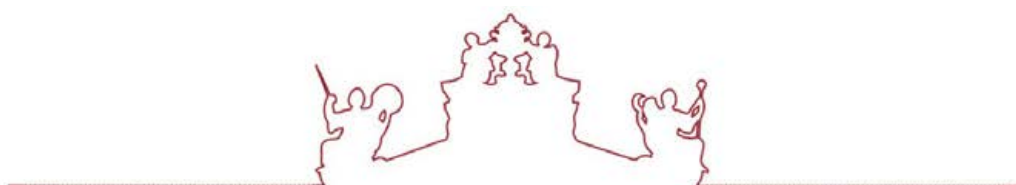
ORIENTAÇÃO: *Doutora Antónia Fialho Conde*
COORIENTAÇÃO: *Doutor Eduardo Manuel Alves Duarte*

Évora, 2022



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito da Bolsa de
Doutoramento HERITAS [PhD] – Estudos de Património
Bolsa PD/00297/2013

AGRADECIMENTOS

O caminho da investigação é uma tarefa complexa, pelo que exige o apoio de diferentes pessoas e entidades. Desta forma, expresso os meus agradecimentos àqueles que foram cruciais durante o processo de elaboração da investigação.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, a Prof.^a Doutora Antónia Fialho Conde (CIDEHUS/UÉ) e ao Prof. Doutor Eduardo Alves Duarte (CIEBA/FBAUL), cujos conselhos, orientações, sugestões e correções, ao longo das diferentes etapas da investigação, foram imprescindíveis para conseguirmos alcançar os objetivos pré-definidos bem como para fazer face ao surgimento de dúvidas que iam ocorrendo no processo de análise e intervenção relacionada com a tese.

Agradeço também aos docentes Prof. Doutor Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UÉ), Prof. Doutor Fernando Branco Correia (CIDEHUS/UÉ), Prof. Doutor Filipe Themudo Barata (CIDEHUS/UÉ), Prof. Doutor João Soares (CHAIA-UÉ), Prof. Doutor Jorge Almeida Sampaio (CFA/UL), Prof.^a Doutora Luísa Arruda (FBA/UL), Doutora Marta Manso (FBA/UL) e Prof. Doutor Nicola Schiavon (HERCULES/UÉ), que permitiram que a tese de doutoramento fosse enquadrada e fizesse parte do contexto do Programa HERITAS – Estudos de Património, que perspetiva a valorização do património cultural através da sua investigação e desenvolvimento sustentável.

Manifesto agradecimentos especiais ao CIDEHUS-UÉ, na qualidade da diretora Prof. ^a Doutora Fernanda Olival, e ao CIEBA, por intermédio do seu presidente Prof. Doutor João Paulo Queiroz, cujas unidades acolheram a nossa investigação por a mesma se integrar no programa interdisciplinar de investigação que o CIDEHUS tem vindo a desenvolver, bem como na missão e interesses do CIEBA, por a nossa análise assentar em questões político-diplomáticas do período da Guerra da Restauração, bem como no aprofundamento e tratamento de contextos técnicos, nomeadamente referentes à formação dos engenheiros militares e a sua influência nas fortificações da época, através do estudo e transcrição de documentação da época, assentando na divulgação deste tema em termos patrimoniais, que o CIEBA em particular considerou de extrema importância. Note-se que, através do acolhimento nas duas unidades de investigação, se proporcionou frutuosa troca de experiências de investigação, metodologias de análises e tratamento de dados.

O CIDEHUS-UÉ em particular, também me concedeu a oportunidade de investigar por períodos de tempo nos Arquivos espanhóis, tais como no Archivo General

de Simancas e na Biblioteca Nacional de España, bem como me permitiu participar em Colóquios nacionais e internacionais ao longo do processo de investigação, facultando ainda os meios necessários para auxílio da tradução de artigos para posterior publicação internacional.

Agradeço particularmente a todo o apoio que me foi dado durante o processo de investigação nos Arquivos citados ao longo da tese, em particular às responsáveis pela manutenção de documentos reservados na Biblioteca Nacional de España, no Archivo General de Simancas, na Biblioteca Nacional de Portugal e no Arquivo Nacional Torre do Tombo, por estarem sempre disponíveis e facilitarem o acesso às fontes documentais essenciais ao cumprimento dos objetivos da tese.

Também não poderia faltar o meu obrigado pelo importante contributo desempenhado pela Comissão Portuguesa de História Militar, nas pessoas do ex-presidente Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto e do Coronel José de Ataíde Banazol por auxiliarem sempre que precisei do seu apoio, manifestando desde o início o seu interesse pelo trabalho desenvolvido no âmbito da tese, a partir da premissa de ver no mesmo prossecução lógica que poderá vir a contribuir de forma inequívoca para a melhor compreensão dos temas em apreço.

Da mesma forma, agradeço ao professor da Universidad de Extremadura, Francisco García Fitz, que manifestou o interesse científico, histórico e patrimonial deste trabalho, indicando que este vem aprofundar o conhecimento das relações históricas e patrimoniais transfronteiriças, abrindo caminho a uma colaboração entre as linhas de investigação que se desenvolvem em Portugal e Espanha.

A nível pessoal agradeço do fundo do meu coração aos meus pais, João e Fátima, uma vez que são a base do meu ser e das minhas conquistas.

Agradeço também à minha família, em particular à minha tia Deolinda Amoreirinha e à minha avó materna Mariana. Dedico também à memória dos meus avôs Adelino e Augusto e, em particular à minha avó Francisca, que faleceu no início deste ano. A todos eles, devo o carinho que me deram e a sua presença constante.

Ao João, agradeço a companhia ao longo destes onze anos, revelando constante capacidade para me motivar a alcançar os meus objetivos. Não poderia faltar uma dedicatória especial aos nossos filhos, por serem os pilares da nossa vida.

Um obrigado final, mas não menos importante, a todas as pessoas que de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

OS MODELOS DEFENSIVOS DA FRONTEIRA LUSO-CASTELHANA E A GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640-1668). FORTIFICAÇÃO, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

RESUMO: Durante a Guerra da Restauração (1640-1668), Castela tinha como alvo a província alentejana, por ser a mais vulnerável em termos de tipologia de terreno e o caminho mais rápido para Lisboa.

A constante pressão dos acontecimentos levou à delimitação de um modelo defensivo, particularmente nesta província, reforçando-se as defesas e os preparativos militares. Foi notória a importância dada às construções militares e ao conhecimento técnico-científico a elas associado.

O conflito originou a necessidade de projetos de defesa complexos, transparecendo a influência de novas teorias de fortificação europeias, nomeadamente no que respeita aos tratados de fortificação desenvolvidos no início do século XVII. Estes foram essenciais para enquadrar os que surgiram em Portugal por influência de Luís Serrão Pimentel, a partir de 1647, que tendo por base os modelos holandeses, desenvolveu a temática da fortificação em português (publicado postumamente em 1680) e treinou engenheiros militares portugueses na prática. A reestruturação de defesas no Alentejo conheceu também a influência dos franceses Langres (1643-1660), Lassart (1641-1659) e Saint-Colombe (1648-1663), e dos holandeses, Cosmander (1641-1647) e Gilot (1641-1657). Estes dados levaram-nos a colocar a hipótese da existência de um modelo construtivo preferencial nas praças fortificadas do Alentejo.

Por outro lado, a proteção da fronteira alentejana face aos ataques do inimigo revelou-se uma tarefa árdua devido à falta de dinheiro, armas e distribuição eficaz de militares, a que se juntaria o facto de alguns dos engenheiros militares estrangeiros mais influentes na adaptação das fortificações terem optado por servir o monarca castelhano, obrigando a que os seus projetos fossem modificados.

Por reconhecer a importância da memória histórica do património militar, propomos a sua valorização mediante propostas de itinerários entre o Alentejo e a Extremadura, inserindo-os na publicação da Military Fortifications Discovery App.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra da Restauração, Alentejo, Extremadura, fortificação abaluartada, engenharia e arquitetura militar.

THE DEFENSIVE MODELS OF THE LUSO-CASTILE BORDER AND THE PORTUGUESE RESTORATION WAR (1640-1668). FORTIFICATION, HISTORY AND HERITAGE

ABSTRACT: During the Portuguese Restoration War (1640-1668), the Castilian enemy's main target was Alentejo's border, as the most vulnerable province and the easiest one to penetrate to Lisbon.

The constant pressure of the events leads to an effective defensive system, in which fortifications and the campaign military preparations were included. The importance of military constructions and scientific knowledge for the defense was amplified.

The conflict turned imperative new projects and theories of fortification from the outcoming European influences, such as a number of 17th century treatises of fortification that makes us understand how theory and practice were interconnected and led to the training of Portuguese military engineers by the work of Luís Serrão Pimentel, since 1647. The restructuring of the fortifications was also possible thanks to the experience of foreign military engineers who were experienced in the practical techniques of fortification. Stands out the French military engineers Langres (1643-1660), Lassart (1641-1659) and Saint-Colombe (1648-1663). We also had the intervention of Cosmander (1641-1647) and Gilot (1641-1657), advocates of the Dutch fortification model. Through this panoply of events, we will find out if common construction model was followed in the fortifications of Alentejo.

The protection of Alentejo and enemy's assaults revealed as a very hard task during the conflict, caused by the lack of money, weapons and effective distribution of military in the province. Also, it is noted that military engineers, who were working on the adaptation of the fortifications at the time, began to serve the Castilian enemy, making their projects to be modified.

To enhance the historic memory of this military heritage, we propose their enhancement through proposals for itineraries between Alentejo and Extremadura and the publication of the Military Fortifications Discovery App, dedicated to their cultural dissemination.

KEYWORDS: Portuguese Restoration War, Alentejo, Extremadura, bastion fortification, military engineering and architecture.

ÍNDICE GERAL

VOL. I

SIGLAS E ACRÓNIMOS	10
INTRODUÇÃO	12
<i>Os modelos defensivos da fronteira luso-castelhana e a Guerra da Restauração (1640-1668). Fortificação, História e Património: o tema e percursos de trabalho</i>	12
Objetivos (gerais e específicos)	15
Procedimentos metodológicos	16
Estrutura da tese	30
CAPÍTULO I - A INDEPENDÊNCIA E A GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640-1668) – PODERES, AGENTES E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS	33
1. Contextualização antecedente à Guerra da Restauração (1578-1640)	33
2. O panorama da Guerra da Restauração (1640-1668)	44
2.1. <i>O reinado de D. João IV (1640-1656): a diplomacia, a reorganização do território e as práticas governativas</i>	48
2.2. <i>O papel da rainha regente, D. Luísa de Gusmão (1656-1662) e o arbítrio de D. Afonso VI (1657-1668): práticas governativas e resolução da Guerra</i>	73
CAPÍTULO II - A TRATADÍSTICA MILITAR E OS ENGENHEIROS MILITARES NO PORTUGAL DE SEISCENTOS	92
1. Influências recebidas do estrangeiro em matéria de fortificação: a circulação do conhecimento	93
2. Os tratados estrangeiros que circulavam na Europa e em Portugal e a importância das traduções	107
3. O sistema de ensino da “arte de fortificar” no período de Seiscentos em Portugal	122
CAPÍTULO III – O ALENTEJO E A GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640-1668): DOS TERRITÓRIOS DE CONFLITO ÀS CONSTRUÇÕES MILITARES NA DINÂMICA DA FRONTEIRA	139
1. A fronteira no período da Guerra da Restauração (1640-1668)	139
1.1. <i>Fugas e traições em ambos os lados da fronteira</i>	157
1.2. <i>Reestruturação das fortificações da fronteira e pontos estratégicos</i>	164
2. Os engenheiros militares no Alentejo, uma atuação no terreno	165
3. Linhas de proximidade das praças fortificadas na província do Alentejo e na Extremadura: geografia dos confrontos e implantação do modelo abaluartado	170
3.1. <i>Linhas de proximidade no Alentejo</i>	170
3.2. <i>Linhas de proximidade da Extremadura</i>	176
3.3. <i>Confrontos na fronteira luso-castelhana, a partir do Alentejo</i>	178
3.3.1. <i>Hipótese 1. Confrontos por intermédio de Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela e Arronches</i>	178
<i>Serpa: Paymogo – Aroche</i>	179
<i>Moura: Aroche – Cortegana – Fregenal – Encinasola</i>	181
<i>Mourão: Villanueva del Fresno – Jerez de los Caballeros – Higuera de Vargas</i>	185

<i>Olivença: Alconchel – Cheles – Villanueva de Barcarrota – Almendral – Valverde de Leganés – La Albuera – Telená – Badajoz – Talavera la Real – Lobón</i>	186
<i>Campo Maior: Villar del Rey</i>	198
<i>Ouguela: Villar del Rey</i>	198
<i>Arronches: Albuquerque</i>	198
3.3.2. Hipótese 2. Confrontos a partir de Monsaraz, Juromenha e Elvas	200
<i>Monsaraz: Jerez de los Caballeros - Villanueva del Fresno – Alconchel – Cheles</i>	201
<i>Juromenha: Valverde de Leganés</i>	201
<i>Elvas: Telená – Badajoz – Talavera la Real – Lobón – Montijo</i>	201
3.3.3. Hipótese 3. Confrontos a partir de Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa	202
<i>Portalegre: Albuquerque – Codosera</i>	202
<i>Marvão: Albuquerque – Codosera</i>	202
<i>Castelo de Vide: Valencia de Alcántara</i>	202
<i>Nisa: Brozas – Alcántara</i>	203

CAPÍTULO IV – AS PRAÇAS FORTIFICADAS NO ALENTEJO NO PERÍODO DA RESTAURAÇÃO: INTERPRETAÇÃO DE DADOS PARA A CONCEÇÃO DE UMA DEFESA INTEGRADA DA FRONTEIRA

1. Aglomerados fortificados e defesa integrada da fronteira alentejana	207
1.1. <i>Aglomerado 1. Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas</i>	209
1.2. <i>Aglomerado 2. Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela Arronches</i>	254
1.3. <i>Aglomerado 3. Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz</i>	26
1.4. <i>Aglomerado 4. Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa</i>	278
1.5. <i>Aglomerado 5. Beja, Évora e Avis</i>	288

CAPÍTULO V – DA PROBABILIDADE DA OBRA-TIPO DE FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA NO ALENTEJO

1. Fortificar as praças do Alentejo: parâmetros coincidentes ou distintos?	309
1.1. <i>Modelo defensivo de Serpa</i>	313
1.2. <i>Modelo defensivo de Beja</i>	316
1.3. <i>Modelo defensivo de Moura</i>	318
1.4. <i>Fortificação abaluartada de Mourão</i>	323
1.5. <i>Fortificação abaluartada de Monsaraz</i>	325
1.6. <i>Conjunto abaluartado de Évora</i>	327
1.7. <i>Fortificação abaluartada de Olivença</i>	333
1.8. <i>Fortificação abaluartada de Juromenha</i>	337
1.9. <i>Modelo abaluartado de Vila Viçosa</i>	340
1.10. <i>Fortificações abaluartadas de Elvas</i>	343
1.11. <i>Fortificação abaluartada de Estremoz</i>	350
1.12. <i>Defesas abaluartadas de Barbacena</i>	354
1.13. <i>Fortificação abaluartada de Campo Maior</i>	355
1.14. <i>Defesa abaluartada de Monforte</i>	359
1.15. <i>Fortificação abaluartada de Ouguela</i>	360
1.16. <i>Modelo abaluartado de Arronches</i>	362

1.17. <i>Defesas abaluartadas de Avis</i>	365
1.18. <i>Defesas abaluartadas de Portalegre</i>	367
1.19. <i>Fortificação abaluartada de Marvão</i>	368
1.20. <i>Defesas abaluartadas de Castelo de Vide</i>	371
1.21. <i>Defesas abaluartadas de Nisa</i>	373
CAPÍTULO VI – FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS NO ALENTEJO: PROPOSTAS DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO	380
1. Valorização e salvaguarda do património militar alentejano: perspetivas e ações coordenadas	381
2. Itinerários das fortificações abaluartadas no Alentejo e Extremadura	402
2.1. <i>MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App): Aplicação interativa como forma de valorizar histórica e culturalmente os aglomerados de fortificações no Alentejo</i>	412
CONCLUSÃO	463
REFERÊNCIAS	477
1. FONTES	477
1.1. Fontes arquivísticas	477
1.2. Fontes impressas	496
2. BIBLIOGRAFIA	503
2.1. História militar no período moderno	503
2.2. Antecedentes da Restauração da Independência	504
2.3. A Guerra da Restauração	506
2.4. Diplomacia e diplomatas portugueses durante a Guerra da Restauração	513
2.5. Sociedade e poder em Portugal no contexto da Restauração da Independência	514
2.6. Monarcas e monarquia portuguesa e europeia no século XVII	517
2.7. A arquitetura e engenharia militares no período moderno: ciência, técnica e arte	518
2.8. A fronteira luso-castelhana no período moderno	528
2.9. Modelos de defesa no Alentejo do período moderno	531
2.10. Modelos de defesa na Extremadura do período moderno	535
2.11. Gestão e valorização do património cultural, militar	537
3. RECURSOS NA INTERNET	540
ÍNDICE DE FIGURAS	547
ÍNDICE ONOMÁSTICO	556
ÍNDICE GEOGRÁFICO	567
VOL. II - ANEXOS	
ANEXO I – TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS	3
ANEXO II – QUADROS E GRÁFICOS	246
ANEXO III – PLANTAS E PROJETOS DE FORTIFICAÇÃO	298
ANEXO IV – FOTOGRAFIAS	320

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ADE – Arquivo Distrital de Évora.
- AGS – Archivo General de Simancas.
- AHM – Arquivo Histórico Militar.
- AHN – Archivo Historico Nacional.
- AME - Arquivo Militar de Estocolmo.
- ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo.
- AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas.
- BA – Biblioteca da Ajuda.
- BDE – Biblioteca Digital do Exército.
- BDLB – Biblioteca Digital Luso-Brasileira.
- BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- BGUE – Biblioteca Geral da Universidade de Évora.
- BL – British Library.
- BNE – Biblioteca Nacional de España.
- BNF – GALLICA – Bibliothèque Nationale de France – Gallica.
- BNP – Biblioteca Nacional de Portugal.
- BNP-BND – Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital.
- BPE – Biblioteca Pública de Évora.
- CADIVAFOR – Catalogação, Digitalização e Valorização das Fortalezas Defensivas da Fronteira: Galiza – Norte de Portugal.
- CIDEHUS-UÉ – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.
- CIEBA – Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes - Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.
- CIEFAL – Centro Internacional de Estudos de Fortificações e Apoio Logístico.
- DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- DGPC – Direção Geral do Património Cultural.
- DOC – Documento.
- DRCAentejo - Direção Regional de Cultura do Alentejo.
- DRCLVT - Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.
- DRE - Diário da República Eletrónico.

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

FERP – Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património.

ICOFORT – Internacional Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites.

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.

IGESPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico.

IHCM - Instituto de Historia y Cultura Militar.

IIP – Imóvel de Interesse Público.

IMC IP – Instituto dos Museus e da Conservação.

IPCE - Instituto del Patrimonio Cultural de España.

LEG – Legado

MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App).

MIP – Monumento de Interesse Público.

MN – Monumento Nacional.

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros.

PTR – Patronato Real.

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura.

INTRODUÇÃO

Os modelos defensivos da fronteira luso-castelhana e a Guerra da Restauração (1640-1668). Fortificação, História e Património: o tema e percursos de trabalho

O título da presente tese de doutoramento remete para as questões relacionadas com o dinamismo dos modelos de defesa na fronteira portuguesa no Alentejo, face à ameaça castelhana durante o período da Guerra da Restauração (1640-1668). O tema proposto partiu da interligação de duas problemáticas essenciais, nomeadamente de que forma foi urgente reforçar as defesas do Alentejo perante uma situação de guerra, a Guerra da Restauração, e como aconteceu esse reforço, atendendo a que ocorreu especialmente quando decorriam ataques castelhanos.

As problemáticas enunciadas não podem ser dissociadas do contexto histórico e político coevo, relacionando-o, na ótica da investigação produzida, com os ritmos de implantação e desenvolvimento da arquitetura abaluartada no Alentejo e na Extremadura espanhola.

Por outro lado, no decurso da investigação, deparámo-nos com interrogações complementares. Efetivamente, considerando a linha de fronteira luso-castelhana que divide o Alentejo da Extremadura, que linhas de defesa se podem considerar/categorizar e qual a sua importância estratégica para o conflito em causa? Que possibilidades de confrontos existiram e quais foram levados a cabo? Iremos procurar responder a estas questões baseando a nossa análise na documentação da época, por forma a justificarmos as linhas de defesa que considerámos existir, tendo em conta a proximidade à fronteira e a partir de que praças as tropas portuguesas e castelhanas se movimentavam e efetuavam a maioria dos ataques.

Ponderou-se ainda acerca das hipóteses que há a considerar relativamente à probabilidade de formação de aglomerados defensivos no Alentejo, qual a lógica da sua existência e qual a interligação que os pode justificar. A reflexão em torno destes tópicos será um dos principais contributos deste trabalho, na qual nos iremos focar substancialmente, tendo em conta a documentação da época relativamente aos projetos de fortificação e aos ataques ocorridos em cada localidade, percebendo que praças se auxiliavam reciprocamente.

No que respeita aos projetos para reforço das praças, centramo-nos, num primeiro momento, no impacto do trabalho de engenheiros militares estrangeiros nas fortificações do Alentejo e na observação e apreciação da influência do seu trabalho, tanto em espaços construídos como na conceção de projetos que gerações seguintes de engenheiros, já nacionais, viriam a completar. Depois, no reforço do abaluartado empreendido por Luís Serrão Pimentel e pelos seus discípulos (entre 1661 e 1668, por ausência do engenheiro militar francês Nicolau de Langres), assinalando quais as alterações estruturais que se evidenciam face ao legado dos engenheiros militares estrangeiros. A apreciação deste trabalho de arquitetos e engenheiros militares acabou por nos conduzir a uma questão pertinente e fundamental nesta investigação: existe a possibilidade da existência de uma obra-tipo de fortificação abaluartada nas praças do Alentejo?

A análise das questões elencadas terá em conta, por um lado, a cronologia de acontecimentos bélicos e, por outro, os projetos de obras em cada uma das praças. De destacar que a última questão abrange a metodologia seguida pelos engenheiros militares nos modelos de fortificação do Alentejo durante o conflito, pretendendo apurar-se se existe um modelo preferencial de fortificação.

Por fim, ponderamos nas questões concernentes à valorização das fortificações abaluartadas enquanto património militar no tempo atual: é possível valorizar a sua memória histórica e patrimonial num contexto global de parceria entre o Alentejo e a Extremadura? Que medidas se devem acautelar para uma adequada valorização que sublinhe a história das fortificações, tendo em conta a sua implantação e a natureza dos territórios e as suas características arquitetónicas?

Neste sentido, é imprescindível relacionar num dos períodos mais conturbados da história de Portugal (a Guerra da Restauração, 1640-1668), os poderes, os agentes e as estratégias políticas do referido período, tendo como pano de fundo a evolução do modelo abaluartado no Alentejo para defesa da fronteira. Tornou-se, assim, imperativo contextualizar a evolução da tratadística militar no domínio da fortificação a nível europeu e a sua influência na formação dos engenheiros militares portugueses. Partindo da análise do modelo abaluartado europeu, que compreende diversas fases evolutivas de aperfeiçoamento do sistema defensivo, efetuamos a sua aproximação ao caso português, concretamente na fronteira luso-castelhana, entre o Alentejo e a Extremadura, salientando a sua evolução neste território no período moderno.

Através do cruzamento de fontes documentais e cartográficas respeitantes ao período de 1640-1668, efetuamos a descrição dos projetos dos engenheiros militares que

atuaram nas praças do Alentejo e Extremadura, com o intuito de as dotarem de proteção durante todo o conflito. Este trabalho baseia-se na abordagem do modelo abaluartado enquanto testemunho da engenharia e arquitetura militares coevas, tendo em conta a sua dimensão histórica no contexto do conflito e a questão cultural implícita.

A riqueza deste sistema fortificado, e as interligações entre as construções e os territórios que o mesmo permite, permitiu-nos efetuar um projeto de valorização tendo em conta a memória histórica que transmite, bem como a sua envolvência, materializado na MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App), por nós criada, e a ser posteriormente divulgada.

A inovação deste trabalho prende-se ainda com o reconhecimento da importância das questões diplomáticas da Guerra da Restauração (1640-1668). Com efeito, a análise da diplomacia portuguesa depois da Restauração da Independência, no período do conflito, não pode ser descurada. As decisões político-diplomáticas estiveram na origem dos avanços e recuos no terreno, dos apoios logísticos, humanos e técnicos internacionais no campo de batalha, dos progressos (ou não) nas campanhas de obra, só possíveis de ser analisadas pela documentação manuscrita da época.

Procurámos estudar as localidades alentejanas e da Extremadura reforçadas pelo modelo abaluartado na época citada. Além dos testemunhos materiais subsistentes, analisámos a importância de cada uma delas no decorrer do conflito, o que nos permitiu interpretar questões relativas à formação de linhas de proximidade e da existência de aglomerados fortificados.

Neste sentido, é um trabalho inovador pelos seguintes parâmetros: efetua a ligação entre os acontecimentos históricos do período do conflito e a urgência do reforço abaluartado na fronteira; contextualiza a teoria e a prática da arquitetura abaluartada em Portugal, inserida na emergência da atuação de engenheiros militares estrangeiros e portugueses ativos no Alentejo; efetua o levantamento das praças fortificadas no decorrer do conflito: no Alentejo e na Extremadura; sublinha linhas de confronto tendo em conta a proximidade das praças e os testemunhos da documentação histórica; divide as praças fortificadas em aglomerados de defesa, tendo em conta a sua localização e papel desempenhado durante o conflito; aprecia e avalia a existência de uma tipologia preferencial seguida nas fortificações do Alentejo durante o período de 1640-1668, tendo em conta os intervenientes nas obras de defesa de cada localidade; efetua itinerários com base na experiência vivenciada no decurso do trabalho e pretende a divulgação dos

mesmos, por forma a permitir a valorização do património militar, aliando-o à sua memória histórica.

Verificámos que, até ao momento, não existem estudos que perspetivem todos os parâmetros enunciados. A maioria dos investigadores foca-se apenas numa localidade, tendo em conta ou a sua dimensão histórica, ou arquitetónica, ou ainda patrimonial. Consideramos imprescindível englobar os três para uma boa gestão de valorização do património militar e para divulgação dos elementos históricos e arquivísticos, como elementos essenciais da sua memória.

Objetivos (gerais e específicos)

O trabalho procura alcançar os objetivos a que nos propusemos, que nos motivaram, e que procuramos formular de forma clara, tornando evidente o percurso a realizar. Em termos gerais, pretendemos objetivar os conceitos de arquiteto e engenheiro militar no período moderno, na Europa e em Portugal, e enfatizar o contexto histórico em que estes conceitos surgiram em Portugal, tendo em conta a historiografia analisada; apreciar a transversalidade da defesa fronteiriça e a alteração da geografia do reino no período do conflito; avaliar a necessidade de reforço das antigas defesas ao longo da fronteira alentejana como foco estratégico; analisar a legislação atual aplicável à valorização e patrimonialização deste tipo de arquitetura, a nível nacional e internacional; promover o estudo, a divulgação e a valorização das fortificações abaluartadas tratadas nesta investigação, tendo em conta que se encontram em níveis de conservação e classificação distintos; potenciar futuras abordagens, com o intuito de investigar e promover o estudo do património militar transfronteiriço (entre o Alentejo e a Extremadura).

A um nível mais específico, traçamos como objetivos desta tese: efetuar a relação entre a evolução teórica e a aplicação prática do modelo abaluartado a nível europeu, e a sua aplicação e influência no Alentejo e Extremadura, em contexto de conflito (1640-1668); entender as questões político-diplomáticas da Guerra da Restauração, no âmbito das estratégias que a Coroa utilizou para desenvolver e assegurar a defesa do território, refletindo-se na questão da fronteira luso-castelhana, entre o Alentejo e a Extremadura; tratar da projeção e envolvente de cada fortificação, efetuando uma geolocalização comparativa das obras dos engenheiros militares no Alentejo, através da análise literária e iconográfica; tentar entender se, nos modelos abaluartados das

fortificações alentejanas, existe uma tipologia arquitetónica preferencial; efetuar a divisão das fortificações em aglomerados de defesa e linhas de proximidade em relação à fronteira; analisar fontes documentais relacionadas com o conflito e defesa da fronteira luso-castelhana, nas quais se poderão encontrar informações sobre projetos elaborados pelos engenheiros militares para as fortificações, de modo a sustentarem propostas ao nível da valorização patrimonial (com recurso a agentes multimédia); criar uma leitura inovadora e atual, respondendo ao digital, através da MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App).

Procedimentos metodológicos

Para a prossecução dos objetivos apresentados, esta investigação privilegia uma intensa pesquisa bibliográfica e arquivística que permitiu um extenso levantamento bibliográfico e documental suscetível de fornecer elementos que contribuem para o conhecimento da evolução das estruturas fortificadas durante o período da Guerra da Restauração (1640-1668). Realizámos o tratamento e cruzamento de informação escrita e iconográfica (fotografia e desenho), sobre todos os aglomerados fortificados. Percorremos e fotografámos os troços de todos os espaços atentamente, com o objetivo de entender a sua lógica construtiva e defensiva, tendo em conta a documentação escrita da época e os princípios exigidos pelo modelo abaluartado, interligando toda a informação adquirida com cada uma das localidades em causa. Recorremos também ao auxílio das Cartas, Convenções e legislação relacionada com o património, essenciais para se idealizar um projeto de valorização viável.

Da documentação da época analisámos sobretudo fontes manuscritas, impressas e cartográficas, existentes no Arquivo Distrital de Évora, Archivo General de Simancas, Arquivo Histórico Militar, Archivo Historico Nacional, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda, Bibliotecas Gerais da Universidade de Coimbra e de Évora, Bibliotecas Nacionais de España e de Portugal, Biblioteca Pública de Évora, British Library e no Instituto de Historia y Cultura Militar.

Os manuscritos analisados abrangem essencialmente questões relacionadas com o contexto do conflito, táticas militares entre o Alentejo e a Extremadura e com as suas fortificações abaluartadas.

A escolha e organização das fontes de análise teve por base o próprio percurso da investigação, que teria que se restringir maioritariamente ao período citado, entre 1640

e 1668. No entanto, pela necessidade de manuscritos com datas anteriores ou posteriores ao conflito se afigurarem relevantes para o tema durante o decurso de redação da tese, e propósitos da nossa investigação, considerámos analisar e interpretar documentos complementares inserindo-os no contexto do trabalho, quer para efetuar a contextualização do período pré-conflito, quer para os anos imediatamente a seguir. De facto, existiam questões políticas e sociais que ainda não estavam, em nosso entender, totalmente esclarecidas, sobretudo no que respeitava à destituição de D. Afonso VI (cujo reinado foi marcado por problemas estruturais, políticos e pelo agravamento do conflito militar com Castela) em favor do seu irmão, o príncipe D. Pedro, à restituição de bens citada no tratado de pazes de 1668 e ainda no que se referia às fortificações de fronteira.

O trabalho assenta especialmente na análise de manuscritos entre 1640 e 1668. Considerámos efetuar a sua divisão, dado o seu elevadíssimo número, nos seguintes tópicos: contextualização política do conflito; questões de despesas com a defesa da fronteira luso-castelhana; fugas vivenciadas na fronteira; conflitos vividos no Alentejo e Extremadura; fortificação e adaptação das praças. As largas dezenas de manuscritos analisados, e que são estruturantes no desenho da tese e na sua originalidade, são convenientemente descritos nas fontes arquivísticas, sendo que, neste ponto do trabalho, realçamos para cada tópico os que foram essenciais para a construção e prossecução do discurso. O mesmo se aplica às fontes impressas.

No que respeita à contextualização política da guerra e ao seu desfecho, destacamos a *Relaçam do sucesso que teve a aclamação del rey Dom João o IV...* (1641), o *Manifesto do Reyno de Portugal...* (1641), os *Artículos secretos del Tratado de Paz entre las coronas de España e Inglaterra...* (1665) e as *Cláusulas do Contrato de paz de 1668*.

Para as questões de despesas com a defesa da fronteira portuguesa, iremos focarmo-nos nos decretos do Conselho de Guerra, nos alvarás sobre a gestão de armas e despesas de guerra, nas cartas referentes às contribuições e à cobrança dos impostos para se sustentar a guerra no Alentejo e o seu reforço defensivo, bem como a necessidade de guarnição dos locais de fronteira.

Relativamente aos episódios de conflito nas praças alentejanas, centramo-nos nas relações das vitórias em Elvas (1641), Olivença (1641, 1647), Castelo de Vide (1647, 1650) e Mourão (1657); nos confrontos em Monsaraz (1645, 1648), Évora (1645), Arronches (1646), Vila Viçosa (1646), e Juromenha (1646); nas cartas sobre o reforço às localidades alentejanas em termos de dinheiro, armamento, mantimentos e guarnição e

do envio de excedentes entre praças. Além disso, foi imprescindível a consulta de manuscritos relativos às ameaças por parte dos castelhanos às praças alentejanas. Para as questões de defesa da Extremadura salientamos as relações das investidas em Villar del Rey (1642), a tentativa de rendição de Valverde de Leganés (1643), a batalha do Montijo (1644), a tomada do forte de Tena e estado das defesas de Badajoz (1643-1658) e as prevenções para o exército castelhano sair em campanha para o Alentejo (1664). Partimos também da análise das cartas respeitantes às defesas de Badajoz (1641-1658), Villanueva del Fresno, Alconchel e Villar del Rey (1643).

No que concerne às questões de adaptação das fortificações alentejanas, o espólio documental revelou-se mais vasto, dado o número de praças tratadas na investigação. Focámo-nos sobretudo nos tópicos relacionados com o dinheiro para defesa das praças, na ação dos engenheiros militares estrangeiros e portugueses (entre 1641 e 1668) e no processo de obras de defesa, sobretudo no que respeita a Olivença (1642-1654), Évora (1642-1663), Estremoz (1642) Elvas (1643-1650), Campo Maior (1643-1649), Vila Viçosa (1643), Ouguela (1646), Juromenha (1646-1649), Monsaraz (1644), Beja (1644-1657) e Castelo de Vide (1648).

Tendo sido o período do conflito também propício a fugas na fronteira, seria imprescindível analisarmos os alvarás sobre a proibição de ausência de pessoas do reino português, sem autorização prévia (1646), as informações sobre a fuga de soldados portugueses e outros indivíduos para a Extremadura (1646-1663), bem como a travessia de castelhanos para o lado de cá (1643-1647).

Além das fontes manuscritas também recorreremos às fontes impressas da época e à cartografia. No que concerne às primeiras, destaca-se, igualmente, a sua divisão em temáticas.

Para auxílio da contextualização do governo analisámos essencialmente a *Relação de tudo o que passou na felice aclamação* (1641), de Nicolau de Azevedo, os *Capítulos gerais apresentados a elRey D. João nosso senhor VIII* (1645), de Sebastião de Meneses, *Summa Política* (1650), de Paulo Craesbeeck, *Portugal unido y separado* (1659), de Pedro Valenzuela, e a *História de Portugal Restaurado* (1759), de Luís de Menezes.

Para complementar as questões do governo, foram essenciais obras que remetessem para a diplomacia, tais como a de João Franco Barreto (1641), que trata do envio de diplomatas a França para efetuarem negociações de uma liga formal, e de Antonio Moniz de Carvalho (1644), que abrange os interesses de França em relação à

desavença de Portugal com Castela, defendendo-se a causa da Casa de Bragança em termos jurídicos.

No que remete para a análise em torno da fronteira luso-castelhana e confrontos militares, foram essenciais as obras de Jorge Rodrigues (1641), sobre as vitórias portuguesas em Moura, Mourão e Monsaraz; de Ayres Varela (1642), sobre batalhas de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela; de Pinheiro Coelho (1643), que salienta a conquista de Villanueva del Fresno pelas tropas portuguesas. Da mesma forma, Domingos Rosa (1643, 1648) destaca a tomada de Alconchel e a resistência em Olivença.

Imprescindível para termos conhecimento das ações decorridas na fronteira foi a obra de João de Araújo (1644), por reunir acontecimentos desde o início da aclamação e a ação de guerra nas províncias da fronteira, efetuando descrição corográfica. No mesmo ano, Luís de Azevedo procurou afirmar a vitória do exército português na batalha do Montijo, embora escasseassem munições, mantimentos e dinheiro. Estas obras foram complementadas por António Viegas (1645), que se focou nas vitórias portuguesas após o Montijo, tendo em conta a defesa de Elvas.

Foi na última década do conflito que os ataques castelhanos se evidenciaram mais táticos e incisivos. Neste contexto, centrámo-nos nas obras de Hierónimo Mascareñas (1662) e Juan Gómez de Blas (1662, 1663) que descrevem as rendições de Ouguela, Juromenha e Monforte ao exército castelhano em junho de 1662 e de Évora, em maio de 1663.

Na obra publicada em 1673, António Álvares da Cunha enalteceu as vitórias portuguesas, desencadeando descrições da batalha do Ameixial e outros feitos durante o conflito, permitindo perceber a organização das tropas e as táticas de defesa que levariam à resolução pelo tratado de pazes.

No que concerne à investigação acerca do desenvolvimento da fortificação a nível europeu, para se entender a sua posterior adaptação no reino português no contexto antecedente ao conflito (no que respeita à fortificação moderna), e durante o decorrer do mesmo no Alentejo, foi imprescindível a obra de Giorgio Martini (c. 1492). Esta obra circulou por toda a Europa, exercendo grande influência na arquitetura militar da época, por conceber o baluarte partindo da sua implantação e condições naturais do terreno. Sublinhamos também a importância da obra de Giuliano da Sangallo (1490-1516), com esboços arquitetónicos acompanhados de notas técnicas referentes a projetos e máquinas de artilharia. Relacionado com questões de artilharia, destacou-se Niccolò Tartaglia

(1537) por salientar questões de matemática, desenvolvendo a partir dos seus cálculos, métodos para determinar o alcance dos canhões.

Relativamente à questão do desenho das cidades fortificadas com base num novo modelo de fortificação, salientamos António Rodrigues (c. 1575-1576), que segundo Rafael Moreira, expõe o rigor geométrico para uma defesa eficaz da fortificação, e Giovan Belluci (1598), que salienta a importância da precisão para se executarem fortificações na prática. Em 1629, Samuel Marolois viria a complementar a lacuna de defesa, efetuando projetos poligonais e regulares, com baluartes em escala, pressupondo a dinâmica geométrica das fortificações. A análise desta obra foi complementada pela leitura das obras de Antoine De Ville (1629), Adam Freitag (1631), Nicolas Goldmann e Adriaan Matham (1645), conde de Pagan (1645), Mathias Dögen (1647), Gerárd Melder (1664), Milliet Dechaies (1677), e por o *Methodo Lusitanico* de Luís Serrão Pimentel (1680).

Sobre a adaptação das fortificações luso-castelhanas, aliando a cartografia e a representação, destacamos Manesson Mallet (1671), Alvarez de Colmenar (1707), pelos quais tivemos acesso a plantas das fortificações em estudo, e a obra de Lorenzo Magalotti (1668-1669), que incluindo desenhos de Pier Baldi de Lobón, Badajoz, Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Estremoz e Évora, foi fulcral para se perceber como eram vistas naquela época as suas defesas.

A análise do *Dicionário Histórico e Documental* de Sousa Viterbo (1899), veio complementar a contextualização da adaptação das fortificações, para entendermos que engenheiros militares trabalharam no Alentejo, permitindo-nos a interligação dos dados apresentados pelo autor com os manuscritos e impressos da época.

Das fontes cartográficas destacamos o *Mapa manuscrito* de João Albernaz I (c. 1640); a *Carta da fronteira* de João Albernaz e Lucas Vosterman (1644); a *Parte Meridional do Reyno de Portugal*, de Nicolas d'Abbeville (1654); a *Descripcion del reino de Portugal*, de Juan Schorquens (c. 1596-1630); a *Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla...*, de Pedro Albernaz (<1662); as Plantas das fortificações elaboradas por Nicolau de Langres (<1661); os projetos de Manesson Mallet (1667-1668) e de Alvarez Colmenar (1707).

Além das mencionadas fontes de época, durante a realização da investigação foi essencial recorrer a trabalhos que privilegiassem os temas tratados, por se interligarem entre si, nomeadamente os estudos sobre o desenvolvimento da arquitetura abaluartada, bem como os que incidissem sobre a atuação dos engenheiros militares. Paralelamente,

recorreu-se à contextualização dos governos da Europa moderna, mais concretamente no que respeitou a Portugal no período entre 1580 e 1640, antes da Guerra da Restauração. Esta análise foi importante para posteriormente passarmos à investigação das questões relacionadas com o conflito e defesa da fronteira que representou o aumento de despesas no reino, a necessidade de reformulação do exército e a adaptação das fortificações alentejanas e castelhanas, no que concerne ao território da raia seca.

Pretendendo a valorização atual das fortificações abaluartadas, procedemos também à análise de estudos que privilegiam o património militar, tendo em conta os objetivos do programa doutoral HERITAS – Estudos de Património, em cujo âmbito se integra a nossa investigação.

Dos estudos relacionados com o desenvolvimento da arquitetura abaluartada na Europa e com a atuação dos engenheiros militares destacamos Mary Henninger-Voss (2004), que remete para a influência italiana no âmbito da fortificação e para o desenvolvimento do baluarte. Antes, sublinhemos o trabalho de Antonio Campillo (1986), referente aos tratados italianos nos quais se priorizava a evolução do baluarte. Em 2007, Mario Viganó tratou da difusão do baluarte italiano na Europa, no início do século XVI.

Os autores Yáñez Pacios e Echarri Iribarren (2016) estudaram a adaptação das fortificações espanholas ao sistema moderno por influência italiana. Esta adaptação já se revelara pertinente nos trabalhos de Alicia Cámara Muñoz (2014, 2010, 1988), que priorizam a contextualização do desenvolvimento dos profissionais militares, por intermédio da experiência aliada à ciência e geometria.

No mesmo período, os engenheiros militares italianos influenciavam a arquitetura das defesas portuguesas. Nos trabalhos de Andrea Pirinu (2013, 2009) e de Giuliana Finizio (2006) temos perceção da influência italiana, a partir de 1581. Estes estudos são complementados por Ricardo Branco (2017), José Ribeiro (2016), Rafael Moreira (2010) e António Quaresma (2007).

Dentro da mesma temática, temos os contributos de Margarida Tavares da Conceição (2021, 2019, 2008), que tem vindo a efetuar a contextualização da tratadística internacional e da engenharia militar com o seu constante processo de padronização tendo em conta a defesa do território por intermédio da definição de *cidade ideal*. Esta problemática, foi apresentada pela referida autora, conjuntamente com Walter Rossa e Luísa Trindade (2008), evidenciando-se o urbanismo da fronteira portuguesa, tendo em conta a formação e evolução interna, numa linha temática que a valoriza enquanto rede

de intercâmbio. Também Margarida Valla (2008) destaca a cidade ideal como arma do poder central para controlar o território. O desenvolvimento da arquitetura militar moderna é precisamente um reflexo do controlo político através da ciência protagonizada por engenheiros militares que ficaram encarregues do traçado urbano das praças. Em 2001, já Margarida Tavares da Conceição, havia efetuado a contextualização do conceito de praça de guerra no terreno, tendo em conta o espaço urbano, o território e o modelo defensivo aliado à ideia de fronteira.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, considerámos importante analisar os trabalhos de Beatriz Bueno (2007, 2000, 1999) sobre a produção cartográfica dos engenheiros militares italianos ao serviço da Coroa ibérica. Salienta-se também o estudo de Natália de Oliveira, Célio Costa e Sezinando Menezes (2017), que incide na influência da primeira instituição educacional dos jesuítas, criada em 1533, tendo em conta o ensino da matemática. Este estudo é complementado pelos anteriores trabalhos de Carlos Fiolhais e José Franco (2016), Paulo de Assunção (2014), Bernardo Mota (2008) e Ana Cristina Silva, Lígia Martins e Teresa Ferreira (2008).

Rui Carita (2913) deu o seu contributo no que respeita à influência da matemática ministrada no âmbito da Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão para a formação dos arquitetos militares portugueses. Também Henrique Leitão, já em 2007, centrara a sua investigação na ciência emanada da referida Aula entre 1590-1759.

No seguimento do trabalho de Rui Carita, destacamos Antónia Fialho Conde (2019), que se foca na tratadística da arquitetura e engenharia militares para o período moderno a nível europeu, interligando-o com o contexto português, enfatizando o trabalho de Luís Serrão Pimentel. Esta abordagem foi recentemente complementada pela mesma autora, conjuntamente com Paula Diogo (2021), que tratam da fortificação em Portugal, sua novidade e contextualização em termos europeus. Já em 2018, Antónia Fialho Conde e María Rosa Massa-Esteve se centraram nas teorias (e sua fundamentação) defendidas por Luís Serrão Pimentel no *Methodo Lusitanico*: ele analisou os estudos sobre fortificação até então publicados, efetuando a introdução de novos usos da matemática utilizados no ensino e na prática dos engenheiros militares, estudados por Hélène Vérin, em 2014.

Já em 2010, Antónia Fialho Conde, havia estudado a importância da disseminação dos ideais de fortificar e da sua especialização. A autora efetuou a ligação entre a disseminação técnica e a sua importância no contexto da adaptação das fortificações no período moderno em Portugal. Neste âmbito, também é importante a

observação de João Campos (2016) sobre as fortificações tendo em conta a perceção territorial e a definição de fronteira segundo uma estrutura cronológica/tipológica.

No que concerne à Guerra da Restauração, foi imprescindível efetuar a análise de estudos que remetessem para a sua contextualização de molde a obter uma leitura mais rigorosa dos dados recolhidos, procurando firmar uma base de discurso. Neste âmbito, considerámos pertinentes as obras de Maria Cruz (2006), Fernando Bouza Álvarez (2005), Fernanda Olival (2006) e António de Oliveira (2005), para contextualizarmos as questões relacionadas com o governo e as suas alterações estruturais durante o período antecedente ao conflito de 1640/1668. Também destacamos a investigação de Félix Labrador Arroyo (2002), que sublinha o interesse de D. Filipe I de Portugal na integração das cidades portuguesas que gozavam de elevado grau de autonomia política, através da figura do procurador, por forma a concentrar neste as mercês reais, mantendo relações de dependência e reconhecimento pessoal, fomentando estabilidade para justificar o início do seu governo. Este estudo é complementado pela obra de Mónica de Selva (2020), que se centra nas técnicas de negociação diplomática utilizadas por D. Filipe I e Cristóvão de Moura, na pretensão dos direitos sucessórios. Em 1987, 1999 e 2000, Fernando Bouza Álvares já havia efetuado a análise do esquema de agregação seguido por este monarca, contextualizando as décadas seguintes deste governo com a crise que iria levar à revolta de nobres e letrados portugueses. A sua investigação foi complementada por Fernanda Olival (2014), que se foca em assuntos relacionados com a ausência de D. Filipe II do reino e o seu juramento, ressaltando as tensões geradas na nobreza e a sua influência na estrutura política; o trabalho de Fernando Agustí Sierra (2013), que tenta justificar a presença do valimento no seio da monarquia hispânica, analisando o protagonismo dos duques de Lerma e Olivares, tendo em conta o aparato administrativo, os desentendimentos com a nobreza, as políticas de ordem interna e os conflitos externos; de Rafael Valladares Ramírez (2012), António Manuel Hespanha (2001) e John Elliot (1986), que salientam o autoritarismo régio desencadeado por Olivares e a redução da autonomia portuguesa.

As questões da necessidade de mudança de governo aparecem na investigação de Abílio Lousada (2007), ressaltando-se os fatores que levaram à negação da monarquia dos Filipes e as motivações para se intentar a soberania da Casa de Bragança, e nas investigações desenvolvidas por Mafalda Soares da Cunha (2014), que se centram nos direitos de sucessão para a legitimação dinástica através da fundamentação jurídica sólida, aliada aos grupos com formação académica, e Vítorino Magalhães Godinho

(1968), que inicia o seu discurso de acordo com duas premissas: em 1580 a Coroa fora usurpada ao ducado de Bragança, e a união dinástica fizera-se pela força, tendo os monarcas castelhanos jurado respeitar as leis do reino português, não o tendo cumprido.

Relativamente às revoltas que levaram à Guerra da Restauração, destacamos novamente Fernando Bouza Álvarez (1994, 1993) e de António de Oliveira (1991), que assentam a sua análise nos poderes vigentes e constituição das facções políticas. Neste âmbito, entramos no contexto da época do conflito (1640-1668), que tem sido alvo de muitos estudos nas últimas décadas. Em termos de contextualização, indicamos os contributos de Mafalda Soares da Cunha (2012, 2009, 2006), em cujas investigações a autora defende que a Casa de Bragança se torna distinta de outras casas ibéricas dado o contexto político em que surgiu, particularmente no que toca à rutura com a monarquia hispânica e com a procura da sua afirmação e legitimação dinástica. Foi, aliás, arrastada como protagonista de uma revolta como consequência das circunstâncias. A mesma autora efetua também a análise da historiografia relativamente à relação entre os jesuítas e a Casa de Bragança, tendo em conta a revolução de dezembro de 1640, e trata da conspiração contra a aclamação de D. João IV. Estes estudos complementam o artigo da mesma autora, de 2001, e os de Nuno Gonçalo Monteiro (2001), de António Manuel Hespanha (1993) e de Fernando Bouza Álvarez, que já em 1991 demonstrou as conturbações políticas no último período de governo de D. Filipe III.

Entretanto, Rafael Valladares Ramírez (2006, 1998 1995) salienta que os debates sobre o valimento parecem não ter ido além da oposição ao governo dos Habsburgo, e Fernando Dores Costa (2004), destaca os conflitos internos vividos na aclamação, sublinhando os limites impostos para o financiamento da guerra e para a formação do exército permanente.

As investigações de Pedro Cardim (2013) e Ângelo Ribeiro (2004), vieram complementar os estudos antecedentes, remetendo para a ideia da governação de um “*rei natural*” em Portugal ser distinta da forma de governar desencadeada pelos Habsburgos.

No que concerne às questões político-diplomáticas do período do conflito, destacamos os contributos de Daniel de Carvalho (2019), Daniel Saraiva (2015), Pedro da Silva (2015) e Cassiana Gomes (2014), cujo enfoque é a procura de alianças de Portugal com Inglaterra, Províncias Unidas e França, sendo que apenas na década de 60 estas se desencadeariam por intermédio de acordos comerciais e tratados matrimoniais: com Inglaterra e Províncias Unidas em 1661, e com França em 1666, sendo estes também os períodos mais conturbados do conflito.

Dentro deste contexto, salientamos também as investigações de Thiago Cesar (2011), que se centra na ação diplomática de Portugal no âmbito das negociações de Haia para acordo de paz e devolução dos territórios portugueses que haviam sido conquistados pelos holandeses (tais como a Costa do Ouro Portuguesa, Malaca, Tidore, Nagasaki, São Jorge da Mina e São Tomé); de Eurico Dias (2006), que efetua a revisão das questões político-diplomáticas durante a primeira fase do conflito; de Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro e David Felismino (2005), que sublinham que os enviados de D. João IV foram tratados pelos outros reinos europeus como representantes de um monarca ilegítimo, tendo dificuldades em afirmar-se diplomaticamente. Este artigo é complementado pelos anteriores estudos de Fernando Dores Costa (2005), António Manuel Hespanha (2001) e Pedro Cardim (2001, 1998).

No que respeita às questões do governo devem ser realçadas as obras de Monique Vallance (2012) sobre D. Luísa de Gusmão; Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim (2006), respeitante ao governo de D. Afonso VI, e de Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (2006), sobre a legitimação de D. João IV, imprescindíveis para o estudo interno dos governos citados.

No que concerne às questões da sociedade e poder durante o conflito temos as investigações de Pedro Cardim (2002), que procurou perceber o papel desempenhado pela corte régia na dinâmica política durante a guerra, sendo que ela constituiu o seio das principais decisões governativas; de Fernando Dores Costa (2001), que aborda os conflitos vividos à época; de Maria Luísa Gama (2011), que procurou entender o papel do Conselho de Estado no âmbito do exercício dos diferentes modelos políticos. Esta investigação veio complementar as anteriores desencadeadas por Fernando Dores Costa (2009) sobre as consultas do Conselho de Guerra, tendo em consideração a sua limitação de autoridade em relação ao poder do monarca, e por María Rodríguez Rebollo (2006), que procurou distinguir os comportamentos políticos dos principais ministros do Conselho de Estado.

Para as questões relacionadas com a formação do exército durante o conflito, recorreremos sobretudo aos estudos de Fernando Dores Costa (2019, 2012), que incidem na influência de militares estrangeiros no comando das tropas portuguesas e na criação de novos cargos.

A par do exército, temos as questões relacionadas com a gestão da guerra. Neste contexto, destacamos os contributos de Caroline Mendes (2019), que indica que as

descrições da última fase do conflito são detalhadas por enaltecerem as batalhas; de Nuno Pires e Gabriel Espírito Santo (2016, 2005), que se centram nas questões em torno da batalha de Montes Claros; de Inmaculada Casas Delgado, Pilar González Fandos e María Gutiérrez Jiménez (2015), que focam três perspectivas propagandísticas da guerra: do ponto de vista de Castela, Portugal e Catalunha, averiguando as estratégias desencadeadas na busca de aliados internacionais; de João Francisco Marques (2008), que aborda os conflitos na fronteira e o défice das finanças públicas da monarquia castelhana.

Por seu turno, Carlos Camenietzki, Daniel Saraiva e Pedro Silva (2012) e Maria Themudo Barata (1994), destacaram o “*papel da batalha*”, centrando-se na batalha do Montijo, em maio de 1644. O Coronel António Duarte (2006), salientou a dimensão política, económica, social e psicológica da “*forma de guerra*” da batalha das Linhas de Elvas, centrando-se nos seus antecedentes e consequências. Anos antes, em 1993, Rui Bebiano, havia destacado o “*discurso sobre a guerra*”, interligando questões bélicas com a arquitetura militar.

Neste sentido, entramos no domínio da defesa da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura. No que concerne ao contexto da fronteira durante o conflito, destacamos os trabalhos de Maria Rodríguez Trejo (2019, 2016 e 2015), que vieram complementar o trabalho de Alfonso Gil Soto (2001), sobre o impacto do conflito na Extremadura, sendo que as investigações de Rodríguez Trejo, se centram nas mudanças da fronteira, não apenas do ponto de vista conceptual, mas também físico (espaço de contactos e desencontros: o conflito transformou a economia, os costumes e as relações pessoais entre os dois lados da fronteira). Os custos elevados dos esforços de fortificação levaram à demora da sua concretização, sobretudo no que concerne ao lado castelhano. José de Castro Fernández (2014) e Guillermo Duclos Bautista (2014), destacaram o papel dos engenheiros militares ao serviço da Coroa castelhana. Também Moisés Cayetano Rosado (2018, 2008), Juan Albornoz y Galbeño (2007) e Miguel de Faria (1992), investigaram sobre as localidades que viriam a usufruir de defesa abaluartada.

Entretanto, Jorge de Freitas (2017) e Antonio Rodríguez Hernández (2011) destacaram as alterações da convivência entre as populações da fronteira, indicando que os interesses pessoais e patrimoniais ditaram a fidelidade ou rutura durante o conflito. Também Francisco Calderón Vázquez (2015), Felicíssimo García Barriga (2007), Eusebio García Medina (2006) e José Torre Núñez (2006), efetuaram análise da interação transfronteiriça. Em 1992, Felipe Lorenzana de la Puente, por sua vez, destacou a fronteira como condicionante política. Por seu turno, Lorraine White (2007, 2003), tem

definido a guerra na fronteira do ponto de vista da estratégia geográfica, sublinhando como o clima e a geografia influenciaram a logística de guerra. A investigação de Juan Caro del Corral (2012) viria complementar as ideias defendidas por White, numa perspetiva descritiva semelhante à que Fernando Cortés Cortés seguira em 1990, salientando as características do conflito em termos militares.

Em 2017, Luís Moreira, destacou a campanha de propaganda levada a cabo para se assegurar a legitimação de D. João IV, sendo a representação dos mapas um contributo chave. Já em 1998, João Garcia, nos havia apresentado um mapa de Portugal, impresso em Paris, referente ao espaço geográfico da Extremadura e fronteira portuguesa, tendo em vista a propaganda portuguesa e o reconhecimento político do monarca diante dos outros reinos europeus.

A questão dos mapas é particularmente interessante nas obras de Carlos Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez e Rocío Sánchez Rubio (2015, 2014, 2003), que se têm dedicado à publicação dos mapas referentes à fronteira luso-castelhana, respeitantes ao período do conflito.

No que respeita à defesa da Extremadura, foram essenciais no nosso trabalho os estudos de Julián García Blanco (2020, 2014, 2007 e 2001), por se focarem na necessidade defensiva das praças através de trincheiras e recintos concêntricos; Fernando Cobos-Guerra (2016), que explora as possibilidades do desenho como forma de análise da caracterização técnica das fortificações; de Felicíssimo García Barriga e de Maria González de la Granja (2015, 2008), que destacam os assédios às praças e as pilhagens, e constatarem que as construções militares na Extremadura serviram apenas para fazer recuar as razias, pelo que detinham importância estratégica, num período em que os conflitos bélicos obrigavam à alteração das normas de recrutar soldados e de incrementar a fiscalidade. Já em 2014, Juan Caro del Corral efetuara o estudo sobre o impacto do conflito na Extremadura tendo em conta as suas fortificações, o armamento, o financiamento e o recrutamento dos soldados.

No que respeita aos modelos defensivos do Alentejo, foi imprescindível recorrermos às investigações de Tiago Salgueiro (2020) sobre as fortificações de Vila Viçosa, de António da Silva (2018) respeitante à praça de Estremoz, e de Tiago Candeias (2018) e Domingos Almeida Bucho (2013), que destacam que a localização de Elvas face a Badajoz foi determinante para o seu papel defensivo.

Estes dois últimos estudos vieram complementar os já existentes da autoria de Edwin Paar (2008, 1998), nos quais o autor apresenta características do seu recinto

fortificado, mostrando que a defesa de Elvas foi construída segundo o modelo holandês de fortificação. Este autor também efetuou o estudo estrutural das fortificações abaluartadas de Olivença, em 2004. Sobre esta mesma fortificação salientamos as investigações de Julián García Blanco (2018), que se centra nos ataques a esta praça e nos seus projetos de fortificação, de Jorge Penim de Freitas (2016), que analisa a conquista de Olivença em maio de 1657, e de Humberto Oliveira e Miguel Seixas (1995), que se focam na sua localização estratégica.

Relativamente à fortificação de outras praças do Alentejo, destacamos novamente os contributos de Julián García Blanco (2016), que ressalta o modelo defensivo de Ouguela; de Joseph Lee (2016), que efetua o estudo da fortificação de Juromenha, propondo-se a desenvolver uma intervenção arquitetónica no respetivo conjunto fortificado; Emília Borges (2015), que abordou o impacto da guerra nas terras entre Beja e Campo de Ourique, relatando eventos bélicos no Baixo Alentejo, razias e pilhagens que desmantelaram as estruturas económicas dos povoados, tendo em conta problemas concelhios de natureza defensiva, as dificuldades de gestão financeira, os conflitos jurisdicionais e o aumento dos conflitos sociais; Fernando Branco Correia (2014), que aborda a importância de Monsaraz no controlo da passagem do Guadiana; Francisco de Sousa Lobo (2013), que descreve Castelo de Vide em termos da geografia militar e do modelo defensivo; Santiago Macias e Vanessa Gaspar (2013, 2005), que efetuam a caracterização da fortificação de Moura, descrevendo os elementos subsistentes.

Temos também os estudos sobre a praça de Évora (2015, 2013), que se centram na fortificação abaluartada, o contexto histórico do conflito e assédio que sofreu em maio de 1663. Estes estudos vieram complementar os anteriores trabalhos de Miguel de Lima (1996), que efetuou a caracterização arquitetónica dos elementos medievais e abaluartados do conjunto fortificado, tendo em conta a medição entre os mesmos, e de Fernando Cortés Cortés (1984-85), que se centrou no estudo de Évora no início do conflito.

Para a realização da nossa investigação também foram imprescindíveis os estudos de valorização do património militar. Nesse sentido, centrámo-nos nos trabalhos de Federico Camerin, Nicola Camatti e Francesco Gastaldi (2021) e de Emanuele Romeo (2020), que procuram entender a reabilitação do património militar e cultural; de Ana Rosado, Daniel Navas-Carrilo, Celia Lopez-Bravo e Teresa Perez-Cano (2019), cujo estudo se foca no valor patrimonial dos quartéis militares da fronteira luso-castelhana; de

Josefine Flucke (2019), que efetua um projeto de reabilitação de estruturas militares, tendo em conta o valor histórico; de Éric Letonturier (2019), que nos transmite as dificuldades práticas dos projetos de património militar; de Julián Sánchez Pingarrón (2018) e de Marie-Caroline Gaymard (2014), que se focam na reconversão das infraestruturas militares; de Dagnoslaw Demski (2017), que efetua a reinterpretação do património militar, e de Antonella Guida, A. Pagliuca e Carmen Fattore (2017) e Elsy Zarldivar Morales (2015), que nos dão exemplos práticos da conservação do património militar.

No que concerne à valorização do património militar do Alentejo, salientamos os trabalhos de Edwin Paar (2019), que partindo da classificação de Elvas como Património Mundial em 2012 (já defendida por Domingos Almeida Bucho em 2008) pondera nas possibilidades de salvaguardar as fortificações seiscentistas. Também Moisés Cayetano Rosado (2017) parte da candidatura transfronteiriça e das etapas da lista indicativa de Portugal com as fortificações de Valença do Minho, Almeida, Marvão e Elvas, face à necessidade de se cumprirem os requisitos de *autenticidade* e *integridade* da UNESCO, evidenciando-se más práticas e abandono de fortificações como Badajoz, Juromenha e Vila Viçosa.

Desta forma, em termos metodológicos destacamos como etapa inicial do nosso trabalho a heurística de informação essencial para a análise histórica, arquitetónica e patrimonial a empreender ao longo do processo de investigação. Tendo em conta o elevado acervo, tanto a nível manuscrito, como arquivístico e de estudos publicados, foi essencial efetuarmos avaliações críticas sobre a informação adquirida em cada um dos elementos estudados, a partir de uma primeira leitura integral, seguida da recolha de todos os elementos referentes às questões levantadas ao longo do processo inicial. Por seu turno, estas foram apuradas ao longo da descoberta de informação adicional.

Uma vez que as temáticas apresentadas assentavam em três dimensões diferentes de estudo: no contexto histórico, arquitetónico e patrimonial, começámos por efetuar uma análise minuciosa, seguida da elaboração de sínteses das nossas leituras, optando por acrescentar tópicos referentes a acontecimentos, datas, personagens e localidades. Ao longo deste processo, verificámos imprescindível utilizar como instrumento de recolha uma base de dados em *Access*, por forma a agrupar em termos cronológicos as informações recolhidas nas diferentes fontes de informação. Através da sua leitura, foi posteriormente possível uma reinterpretação dos dados recolhidos, favorecendo o ponto de partida para a escrita da tese.

A interpretação efetuada, foi auxiliada pelo método comparativo dos dados recolhidos, possibilitando confrontar acontecimentos históricos, tendo em conta os parâmetros cronológicos e geográficos.

As questões em que fomos ponderando ao longo do processo de redação da tese e de reinterpretação das leituras, sobretudo no que respeita ao rico acervo documental que analisámos, permitiu-nos contextualizar a informação e elaborar quadros e gráficos explicativos, apresentados ao longo da tese. As cronologias e percentagens apresentadas referentes aos períodos de intervenção têm por base a interpretação da documentação escrita da época, na qual nos foi possível verificar os períodos de campanhas de obras e de estagnação ou abrandamento das mesmas, bem como a importância dada a cada praça no processo de obras de fortificação. Desta forma, as percentagens apresentadas são uma estimativa proveniente dos testemunhos de que dispomos da época do conflito, tendo em conta a análise exaustiva da documentação escrita e arquivística.

Atuámos por forma a compreender o objeto de estudo, tendo em conta as diferentes dimensões do nosso trabalho, aliando cada uma delas perspetivando contribuir para o seu estudo num contexto global, priorizando a prevalência da memória histórica do tema e localidades tratadas.

Estrutura da tese

Inicialmente, a investigação dividia-se em quatro capítulos. No entanto, a complexidade do tema e o extenso conjunto de fortificações tratadas levou ao necessário aumento do âmbito de análise, pelo que esta se apresenta estruturada em seis capítulos.

No **Capítulo I** contextualizamos as circunstâncias político-diplomáticas da Guerra da Restauração (1640), partindo dos seus antecedentes imediatos. Face à necessidade de defesa do reino, sobretudo no que respeita à província do Alentejo, focamo-nos também em problemas relacionados com a economia e as despesas de guerra.

No **Capítulo II** analisamos a emergência da evolução e adaptação das fortificações ao modelo abaluartado de acordo com as dinâmicas do conflito. Desta forma, iniciamos o discurso sobre a contextualização do modelo abaluartado a nível europeu e as suas posteriores repercussões em Portugal. Foi imprescindível remetermos para as propostas de fortificação desenvolvidas pelos arquitetos italianos nas primeiras fortificações modernas em Portugal, tendo sido precisamente este o início da sua adaptação, fruto do contacto direto entre os mestres italianos e discípulos portugueses.

A influência da arte de fortificar italiana acabou por alargar o seu domínio a outros reinos europeus: através do contacto com os mestres italianos também os holandeses desenvolveram o seu modelo de fortificação, com tendência de melhoria do fosso (no caso alagado) e, posteriormente, também os franceses aperfeiçoaram as suas fortificações. Desta forma, além dos italianos, também holandeses e franceses influenciariam Portugal no que respeita à adaptação das fortificações do reino. No entanto, se a ação de holandeses e franceses se circunscreveu ao período da Guerra da Restauração, os italianos iniciaram o seu trabalho em algumas defesas antes do conflito, ainda sob a alçada dos monarcas castelhanos (como ocorreu em Évoramonte e Vila Viçosa).

Neste contexto, revelou-se essencial analisar o desenvolvimento da tratadística sobre arquitetura militar e fortificação, permitindo a sua circulação em Portugal de teorias estrangeiras sobre essas matérias, e que seriam a base dos ensinamentos sobre matemática, arquitetura militar e fortificação nos colégios da Companhia de Jesus em Portugal. Destacamos personalidades portuguesas de relevo e as aulas que se desenvolveram no período de Seiscentos, com especial enfoque para Luís Serrão Pimentel (entre 1647 e 1679), também ele tratadista (autor do *Methodo Lusitanico*, no qual imperavam as questões matemáticas, com base no modelo de fortificação holandês), cosmógrafo-mor e engenheiro-mor do reino e que, na prática, viria a influenciar os trabalhos de fortificação juntamente com os seus discípulos, ao longo da última fase do conflito, mais concretamente entre 1661 e 1668.

No Capítulo III iremos centrar-nos nas questões da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura e na conceção das fortificações abaluartadas ao longo da mesma. Para uma melhor leitura e análise geoestratégica, é proposta uma divisão das praças fortificadas por linhas de proximidade em relação à fronteira, indicando qual a importância de cada uma dessas linhas, correspondendo, em termos territoriais, aos confrontos que iremos analisar. A base da nossa orientação procede da interpretação da documentação da época, que nos permitirá efetuar a relação entre as praças portuguesas e as castelhanas, tendo em conta as campanhas militares de que foram alvo. Existe, de facto, uma correlação entre as estratégias militares e os projetos de fortificação das praças.

Neste sentido, no **Capítulo IV** iremos partir da premissa da probabilidade de existência de aglomerados de defesa no Alentejo, tentando entender qual a relação entre eles. Cada praça é analisada inserida num aglomerado fortificado. Indicam-se os inícios das suas obras de fortificação, as paragens, os ataques de que cada uma foi sendo alvo

por parte dos castelhanos, os insucessos e conquistas dos mesmos, as reconquistas por parte dos portugueses, o retorno dos trabalhos de fortificação ou a alteração do curso dos projetos, e logo dos trabalhos, mediante circunstâncias emergentes ao longo do conflito.

Após as análises dos projetos dos engenheiros militares estrangeiros e portugueses em cada uma das praças alentejanas, iremos ponderar na possibilidade de existência de um modelo preferencial nas fortificações ao longo da fronteira. Este será o ponto de partida para o **Capítulo V**, no qual iremos efetuar a análise de parâmetros coincidentes ou distintos na forma de fortificar, analisando caso a caso, tendo em conta as campanhas de obra, o construído e o subsistente.

No **Capítulo VI** da tese apresentaremos propostas relacionadas com a valorização e salvaguarda deste património militar, interligando o mesmo com o seu testemunho histórico, no que concerne aos contingentes militares e às batalhas travadas em cada local, bem como ao desenvolvimento do modelo abaluartado durante o período de conflito, quer no Alentejo, quer na Extremadura. No âmbito da sua valorização, iremos propor a realização de itinerários, entre o Alentejo e a Extremadura, integrando nos percursos outras expressões patrimoniais locais. Para complementar os percursos, e o seu usufruto por diferentes públicos, desenvolvemos a MFDDiscovery (Military Fortifications Discovery App), a experimentar durante a visita às fortificações.

Por complemento, a tese possui um segundo volume no qual se integram os Anexos referentes ao corpo do trabalho. Dividimos a sua apresentação em quatro parâmetros: na transcrição de documentos (Anexo I), na elaboração de quadros e gráficos (Anexo II), nas plantas e projetos de fortificação (Anexo III) e nas fotografias referentes às fortificações em estudo (Anexo IV).

CAPÍTULO I

A INDEPENDÊNCIA E A GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640-1668) – PODERES, AGENTES E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

No presente capítulo iremos contextualizar as circunstâncias político-diplomáticas da Guerra da Restauração, tendo em conta as suas causas antecedentes, entre 1578 e 1640. Em nosso entender, importa especialmente frisar as decisões relacionadas com as despesas de guerra (e a forma de obtenção de receitas), dado que tornaram as questões diplomáticas vulneráveis, e delas dependentes, no contexto da guerra.

1. Contextualização antecedente à Guerra da Restauração (1578-1640)

Com a morte do rei D. Sebastião de Portugal (1554-1578), em 1578, Filipe II de Castela tornou-se, por direito, sucessor legítimo do trono luso¹, vindo a ser aclamado como rei de Portugal (designado como D. Filipe I, “*Hispaniarum Rex*”²) nas Cortes de Tomar, em 16 de abril de 1581³.

*“Despues que o muito alto, e muito poderoso Rej Dom Henrique Nosso Senhor soccedeo a El Rey Dom Sebastião, que Deus Tem, ouve por bem, para quietação destes Reinos, determinar em sua vida a quem pertence a soccessão delles despois deses dias, em caso que falleça sem descendentes. E para este efeito mandou requerer per suas cartas patentes, o muito catholico Dom Philipe Rey de Castella, filho da Emperatriz dona Isabel, o Duque de Saboia Emanuel Philisberto, filho do Infante Dom Luis e da Senhora Dona Catherina, filha do Infante Dom Duarte, filho primogénito da Senhora Dona Maria, Princesa de Parma, que aja gloria, irmã mais velha da dita Senhora Dona Catherina: por todos serem sobrinhos (...), e nettos del Rey Dom Manoel seu pai. E da Rainha Dona Maria, sua mai de gloriosa memoria”*⁴.

Félix Labrador Arroyo, defende que esta união permitia a posse de um importante império ultramarino, de acentuado cariz militar e económico, que contribuía para a consolidação política da monarquia hispânica⁵. Além disso, D. Filipe I de Portugal

¹ Cf. *Parecer de los teologos, mandado hacer por Felipe II, sobre su derecho a la Corona de Portugal*. 1580. Archivo General de Simancas [AGS adiante], Patronato Real, PTR, LEG, 51, DOC. 2. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 2**, pp. 22-26.

² Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 30.

³ Segundo António de Oliveira Marques, o monarca castelhano possuía força e determinação para assegurar a sua legitimidade sucessória ao trono luso. António de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Editora Ágora, 1972, p. 423. Abílio Pires Lousada, “Portugal na Monarquia Dual. O Tempo dos Filipes (1580-1640)”, in *Lusitana. História*, 2007, N.º 4, p. 12.

⁴ *Alegación jurídica en el pleito sobre la sucesión de la Corona de Portugal*. AGS, PTR, LEG, 51, DOC. 8, 1, f. 3. Cf. Vol II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 1**, pp. 19-22.

⁵ Félix Labrador Arroyo, “Felipe II y los procuradores de Tomar (1581). La integración de las elites portuguesas a través de la Casa Real”, in *Espacios de poder: Cortes, ciudades y villas (s-XVI-XVIII)*, Universidad Autónoma de Madrid, Vol. 1, 2002, p. 172.

animava-se com a união, pois poderia ver-se como “*monarca absoluto de ambas as Espanhas com o mais glorioso imperio, que o mundo viu, efeyto destes desejos*”⁶. Este monarca considerava Portugal e os seus territórios ultramarinos uma herança legitimamente sua⁷.

Contudo, tal como Rafael Valladares salienta que Portugal não aceitou de bom grado a união dinástica, por estar estruturalmente debilitado devido à derrota e morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, que muitos acreditavam que iria voltar e ocupar o trono que lhe pertencia⁸.

Após a curta governação do cardeal D. Henrique (1512-1580), entre agosto de 1578 e janeiro de 1580, Filipe II de Castela viu legitimada a união da sua coroa à de Portugal⁹ nas referidas Cortes de Tomar. Este monarca comprometeu-se a respeitar a diversidade jurídica do reino, os privilégios e as instituições, bem como as leis anteriormente vigentes¹⁰. Porém, as técnicas de negociação pelas quais D. Filipe I de Portugal optou por levar a cabo na legitimação do seu poder, tiveram apenas êxito parcial. A sua legitimação passou pela diplomacia, nomeadamente através do português Cristóvão de Moura (1538-1613). Mas, a agregação de Portugal completou-se após as ditas Cortes em 1581. Estas representaram o pacto constitucional entre o novo monarca e o reino português¹¹.

⁶ *Ocupa el rey D. Felipe o II de Castela o reyno de Portugal injusta, & violentamente*, 1641. BNE, Miscelânea 40, R/25149 (8), fl. 227v. Cf. Vol II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 4**, pp. 26-28.

⁷ Rafael Valladares, “*Por toda la Tierra*”. *España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700)*, Lisboa, CHAM, 2016, p. 85. Mónica Colomer de Selva, “El arte de negociar. Una lección em técnicas de negociación diplomática en tempos de Felipe II”, in *Cuadernos de Gobierno y Administración Pública*, 2020, p. 64.

⁸ Maria Lima Cruz, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 285. María Jordán Arroyo, “La invasión a Portugal em 1589 y el sueño del ocaso de la España de los Austrias”, in Pedro Cardim, Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha (orgs.), *Portugal na Monarquia Hispánica. Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, CHAM, pp. 396-397. Mafalda Soares da Cunha, “Sebastianismo, os Jesuítas e os Bragança. Reflexões historiográficas em torno de 1640”, in *Economia e Sociologia*, Évora, 2009, 88/89, pp. 357-375. *Diferentes processos que se presentaron tocantes a asegurar portugueses que el Rey D. Sebastian no murió en la batalla de África y otras cosas*. AGS, Patronato Real, EST/LEG/438-7, ff.1-40.

⁹ Cf. *Alegación jurídica en el pleito sobre la sucesión...*

¹⁰ Cf. Fernando Bouza Álvarez, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1540). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico* (tesis doctoral), Universidad Complutense de Madrid, 1987.

¹¹ Rafael Valladares, “*Por toda la Tierra*”..., pp. 86-88.

Abílio Pires Lousada salienta que era inevitável a subida ao poder deste monarca castelhano porque após a Batalha de Alcácer-Quibir, o reino português enfrentou graves problemas económicos¹², além da desorganização do sistema militar¹³.

Para fazer face a prerrogativas ideológicas, o monarca castelhano propôs-se a amenizar a grave situação, combatendo heresias protestantes que, entretanto, se intensificaram, concedendo benefícios nobiliárquicos aos aristocratas¹⁴.

Tendo consciência do vasto império que detinha, temendo ataques marítimos e estando a par das vigentes alterações preconizadas ao nível da arquitetura militar, D. Filipe I de Portugal procurou também investir na defesa fortificada do reino, reforçando a defesa da barra do Tejo¹⁵, Algarve, Ilhas dos Açores¹⁶ e Madeira e dos territórios ultramarinos¹⁷, investindo na vinda de mestres italianos, tais como o engenheiro militar Leonardo Torriani [ou Turriano] (1559-1628)¹⁸, o engenheiro e arquiteto Giovanni Vincenzo Casale (1539-1593)¹⁹, o arquiteto e engenheiro Alexandre Massai (15-??-

¹² Fernanda Olival, *D. Filipe II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 125.

¹³ Abílio Pires Lousada, “Portugal na Monarquia Dual...”, p. 13. António Manuel Hespanha, “As faces de uma ‘Revolução’”, in *Penélope*, Lisboa, Editora Cosmos, N.º 9/10, 1993, p. 7.

¹⁴ Abílio Pires Lousada, “Portugal na Monarquia Dual...”, p. 13.

¹⁵ Pela sua localização, Lisboa foi escolhida para reunir a frota da Invencível Armada, que partindo do porto da cidade em maio de 1588 se dispersou no mar devido às más condições meteorológicas. A frota acabou por ser incendiada em batalha com a potência inglesa, resultando na sua desorganização e destruição a 8 de agosto do dito ano. Joaquim Romero Magalhães, “Os régios protagonistas do poder: conjunturas políticas”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, círculo de Leitores, 1993, Vol. 3, p. 570.

¹⁶ Destaque-se que em 1591 e 1597, Inglaterra enviara expedições para se apoderar dos Açores. Nuno Lemos Pires, “A importância da resistência de Vila Viçosa nos 350 anos da Batalha de Montes Claros”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, p. 182.

¹⁷ Nuno Lemos Pires destaca os ataques empreendidos entre 1591 e 1640 por Ingleses, Holandeses e Franceses nos territórios ultramarinos pertencentes a Portugal, sem que os castelhanos empreendessem a defesa necessária: nomeadamente em São Tomé, Santos, São Vicente, Maranhão, Baía, Recife e Olinda, no Brasil; Molucas, Malaca, Samatra, Ceilão e Ormuz, na Índia; Mombaça e São Jorge da Mina, em África. *Idem*, pp. 182-183. Nuno Lemos Pires, “Guerra global portuguesa: a Restauração”, in *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, Vol. 30, p. 338. Ana Teresa de Sousa, “Le modele de construction italien dans le sud du Portugal et ses territoires d’outre-mer (1513-1621)”, in *Cahiers d’études italiennes – Les Italiens em Europe (2). Circulations artistiques, littéraires et savantes (XVe-XVIIIe siècles)*, Grenoble, UGA Éditions/Université Grenoble Alpes, 2020, p. 4.

¹⁸ Por falecimento de Frei Giovanni Vincenzo Casale, foi encarregado das obras do Forte de São Lourenço de Bugio, em 1594, do Forte de São Julião da Barra, em 1597, e por morte de Filippo Terzi, das obras da Fortaleza de São Filipe de Setúbal, em 1598. Neste mesmo ano, foi nomeado engenheiro mor do Reino. Diego Suárez Quevedo, “Navegación fluvial e ingeniería militar em España, siglos XVI-XVII. De Pérez de Oliva y Antonelli, a Leonardo Torriani y Luis Carduchi”, in *Anales de Historia del Arte*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2007, N.º 17, p. 130. Ana Teresa de Sousa, “O modelo italianizante no Sul de Portugal (século XVI): o caso do castelo de Vila Viçosa”, in *E-Stratégica*, Múrcia, 2017, N.º 1, p. 89.

¹⁹ A pedido de D. Filipe I de Portugal, Vincenzo Casale veio para Portugal projetar a melhoria do sistema defensivo de Lisboa. Em 1590, efetuou o projeto da fortificação da Cabeça Seca de Bugio e a Fortificação de Santo António do Estoril.

1638)²⁰, o arquiteto Giovanni Battista Cairate (15??-1596)²¹, o engenheiro militar Giovan Giacomo Palearo Fratino (1520-1586)²² e o engenheiro militar Tiburzio Spannocchi (1543-1606)²³, pois dava-se ênfase ao conhecimento sobre a arquitetura aliado à especialização para incremento da defesa²⁴.

Embora houvesse todo um investimento de defesa dos territórios ultramarinos e das zonas costeiras de Portugal, bem como a abolição das fronteiras alfandegárias no contexto da península ibérica²⁵, na verdade, a união de Portugal e Castela sob uma mesma

²⁰ Alexandre Massai chegou a Portugal em 1589, acompanhado pelo seu tio, o arquiteto Giovanni Vincenzo Casale, com o intuito de fortificarem Lisboa. Em 1590, Massai foi destacado para o litoral do Alentejo, onde desenvolveu grande número de projetos. Entre 1590-1598, projetou a ampliação e defesa do Forte do Pessegueiro, em 1598 principiou a construção do Forte de São Clemente de Vila Nova de Milfontes. Em 1617, iniciou as suas diligências pelo Algarve, verificando o estado das suas fortalezas. Cf. António Martins Quaresma, *Alexandre Massai, a 'escola italiana' de engenharia militar no litoral Alentejano (séculos XVI e XVIII)*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007, pp. 12-33. Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e documental dos Architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, Vol. II, pp. 152-153. Lívio da Costa Guedes, *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massai (1621 - II Tratado)*, Lisboa, Boletim do arquivo Histórico Militar, 1989, Vol. 58, pp. 102, 104. Alexandre Massai, *Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache, 1617-1621*.

²¹ No contexto da União Ibérica, em 1583, Cairate foi nomeado engenheiro-mor da Índia, dedicando-se ao levantamento das fortificações de Baçaim e Damão. Em 1588, foi enviado a Malaca com o intuito de avaliar as obras de fortificação, efetuando melhorias nas mesmas. Em 1593, fez a projeção do Forte Jesus de Mombaça, de planta quadrada, com baluartes. Rui Manuel Loureiro, “Para os olhos do Rei: iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600”, in *Revista Fundação Oriente*, Lisboa, 2007, Nº 18, pp. 68-69. Giuliana Finizio, *Fortificazione e città: la marca italiana nell'urbanistica portoghese del XVI secolo nell'oltreoceano* (Tese de Doutoramento em Arquitetura), Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006, p. 60.

²² Em 1580, trabalhou como engenheiro-mor nas fortificações da barra do Tejo, tendo efetuado trabalhos entre 1581-1584, em Cascais, São Julião da Barra e Setúbal. Andrea Pirinu, “La *tracça* del fratín: il progetto dei fratelli Palearo Fratino per il forte di San Filippo a Setubal e per la collina di San Giuliani ad Alghero”, in *Archologia Postmedievale*, 2009, Nº 13, p. 195.

²³ Em 1580, foi designado para efetuar projetos de fortificações entre Portugal e Castela. Inicialmente, trabalhou na Fortaleza de Fuenterrabía, efetuando também projetos em Cádiz, Gibraltar, La Coruna, Zaragoza e Sevilha. Entre 1583-1584, projetou a remodelação da fortaleza de São João Batista da Ilha Terceira, cujas obras tiveram início em 1590. Alicia Cámara Muñoz, “Tiburzio Spannocchi, ingeniero mayor de los reinos de España”, in *Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, 1988, Nº 2, p. 79. R. T. Yáñez Pacios, V. Echarri Iribarren, “Tiburzio Spannocchi's Project for the fortifications of Fuenterrabía in 1580”, in *Proceedings of the 3th International Conference on Defence Sites: Heritage and Future*, WIT Transactions on The Built Environment, 2016, vol. 158, pp. 62-63. Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario Histórico e Documental...*, Vol. III, p. 76.

²⁴ Piet Lombarede, «Military Engineers in the Spanish Empire: the Input from the Low Countries», in S. Dupré, B. Munck, W. Thomas, G. Vanpaemel (éds.), *Embattled Territory – The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, Gent, Academia Press, 2015, p. 229. Félix Labrador Arroyo, «Felipe II y los procuradores de Tomar (1581). La integración de las elites portuguesas a través de la Casa Real», in J. B. Lozano (éd.), *Espacios de poder: Cortes, ciudades y villas (s. XVI-XVIII)*, Madrid, UAM, 2002, vol. 1, p. 172. Ana Teresa de Sousa, “Le génie militaire et l'évolution du système de fortification: théorie et pratique dans le contexte de la guerre de Restauration du Portugal (1640-1668)”, in Jérôme Baudry, Jan Blanc, Liliane Hilaire-Pérez, Marc Ratcliff, Sylvain Wenger (coord.), *Produire du nouveau ? Arts – techniques – science em Europe (1400-1900)*, Editions CNRS Alpha, 2021, pp. 103-112.

²⁵ Abílio Pires Lousada, “Portugal na Monarquia Dual...”, p. 13. Fernando Bouza Álvares, *D. Filipe I...*, p. 58.

Coroa a partir de 1580 deu lugar a grande descontentamento português²⁶, pois “*começou Portugal a sentir os danos da união, sem receber os proveytos, que se imaginavam*”²⁷. Saliente-se que os fundamentos governativos de Castela eram contrários aos que até então haviam defendido os reis de Portugal, pois segundo António Pais Viegas, no seu *Manifesto do Reyno de Portugal*²⁸, “*Portugal estabelecia sua grandeza sobre a paz em Europa; Castella ambiciosamente affectava conseguilla pella guerra*”²⁹. Desta forma, o autor dá a entender que o monarca castelhano “*fez servir Portugal aos interesses de Castella*”, trocando a paz que se vivia na Europa, nomeadamente com Holanda, França e Inglaterra, por uma “*guerra perniciosa*” movida pelos desígnios “*imperiosos de Castella*”³⁰.

Uma das primeiras medidas que D. Filipe I tomou foi instituir novamente o Conselho de Portugal, em 1582³¹, no qual a nacionalidade portuguesa era essencial para o provimento, utilizando-se a língua materna na redação dos documentos daqui emanados³². Além disso, ofereceu apoio financeiro às classes privilegiadas - “*la fidalguia, el alto clero y miembros de la administración*”³³ -, assegurando a sua autonomia administrativa sob o princípio da unidade soberana, com uma administração independente, gerida por portugueses³⁴. Complementarmente, também se comprometeu a abrir as fronteiras entre os dois reinos, garantindo fundos de solvência para os problemas

²⁶ Rafael Valladares, “Sobre Reyes de Invierno. El Diciembre Portugués y los Cuarenta Fidalgos (o algunos menos, con otros más)”, in *Pedralbes*, 1995, N.º15, p. 107.

²⁷ *Manifesto do Reyno de Portugal no Qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para exemirse da obediência del Rey de Castella, & tomar a voz do Serenissimo Dom Joam IV, do nome, & XVIII, entre os Reys verdadeyros deste Reyno*, 1641. Biblioteca Nacional de España [BNE em diante], Miscelânea 40, R/25149 (22), f. 197v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 6**, pp. 30-31. Joaquim Romero Magalhães, “O pano de fundo”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 1993, Vol. 3, pp. 575-581.

²⁸ *Manifesto do Reyno de Portugal...*, ff. 185-225v.

²⁹ *Idem*, fl. 198.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ Pedro Cardim, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”, in *Tempo*, 2002, Vol. 7, N.º 13, p. 29.

³² No entanto, o número de ministros que o compunham, bem como a despesa dos seus contratos, representou quebra de rendimentos no reino. Além disso, o padrão de recrutamento de nacionalidade portuguesa nem sempre foi cumprido. Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, pp. 133, 136. Francisco Ribeiro da Silva, *Quinhentos/Oitocentos (ensaios de história)*, Porto, FLUP, 2008, p. 256. António Manuel Hespanha, “As faces...”, p. 8.

³³ Rafael Valladares, “Sobre Reyes de Invierno...”, p. 109.

³⁴ Fernando Bouza Álvarez, “La relación de la nobleza portuguesa con la Monarquía española”, in Ana María Carabias Torres (org.), *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 341.

estruturais, nomeadamente no que concerne ao domínio e manutenção dos territórios ultramarinos e dos territórios costeiros, constantemente alvo de ataques ou de desacatos³⁵.

Depois da morte de D. Filipe I de Portugal, em 1598, sucedeu-lhe o seu filho, D. Filipe II de Portugal (1578-1621)³⁶. Segundo Pedro Cardim, embora este monarca tivesse tentado tirar partido dos apoios de Portugal e Castela, prosseguindo com a captação das elites seculares e eclesiásticas portuguesas, bem como beneficiando um crescente número de aristocratas e letrados portugueses ao serviço da monarquia³⁷, optou pelo modelo de nomeação de validos como fórmula governativa³⁸, que basicamente se limitavam a cumprir as ordens emanadas de Madrid³⁹. Assim, entre 1598 e 1618, o monarca nomeou como validos Francisco Gómez de Sandoval y Rojas (1553-1625), duque de Lerma⁴⁰, e entre 1618 e 1621, nomeou o filho deste, Cristóbal Gómez de Sandoval-Rojas y de la Cerda (1581-1624), duque de Uceda para tomarem conta das questões relacionadas com Portugal, transmitindo ao monarca o que se passava no reino⁴¹. Desta forma, durante o seu reinado reforçou-se o poder centralizado em Madrid, reduzindo-se a autonomia portuguesa⁴². No próprio âmbito castelhano, este último valido recebeu fortes críticas pela sua incapacidade para governar, resultando em “*el desgobierno, y el desconcierto*”⁴³.

Por outro lado, os autores Diogo Ramada Curto e Bernardo García García salientam que também houve quem considerasse que a ação do duque de Lerma assentou no restabelecimento dos conselhos (Conselho de Estado, Conselho da Índia⁴⁴, Junta da

³⁵ María José Rodríguez Trejo, “La frontera extremeña durante la Guerra de Restauración portuguesa (1640-1668)”, in A. Gallia, *Nuove prospettive della ricerca storica e geografica*, Roma, Centro Italiano per gli studi Storico-geografici, 2016, pp. 70-71.

³⁶ Maria Luísa Gama, *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado – Teorização, Orgânica e Exercício do Poder Político na Corte Brigantina (1640-1706)* [Tese de Mestrado], Universidade de Lisboa, 2011, p. 72-73.

³⁷ Pedro Cardim, “A conjuntura política do primeiro quartel do século XVII”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 340.

³⁸ Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, p. 143. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 42.

³⁹ Sobre a ausência do monarca votada a Portugal, cf. Francisco Ribeiro da Silva, “A viagem de Filipe III a Portugal: Itinerários e problemática”, in *História de Portugal*, pp. 269-307.

⁴⁰ Segundo Fernando Agustí Sierra, “*Los Sandovalos [...] cambiaron muchas reglas de juego en lo político: no bastaba con pertenecer a la alta nobleza para ser admitidos en los consejos y el círculo íntimo del rey, y compartir el poder, además debían ser elegidos por el monarca, una figura real cada vez más interesada en reducir los poderes de la nobleza*”. Fernando Agustí Sierra, *Felipe III y Felipe IV: El Duque de Lerma y el Conde Duque de Olivares: Austrias frente a validos* [Trabajo fin de Grado en Historia], Faculdade de Geografia e História, Barcelona, 2013, p. 16.

⁴¹ “(...) depositó su confianza en Uceda, pero dejó claro que su privanza iba a ser diferente a la de su padre”. *Ibidem*.

⁴² Fernanda Olival, “Bandos y tensiones políticas: Portugal en el contexto de la Monarquía Hispánica (1612-1613)”, in *Miniús: Revista do Departamento de História, Arte e Xeografia*, 2014, N.º 22, p. 202. Maria Luísa Gama, *O Conselho de Estado...*, pp. 72-73.

⁴³ Fernando Agustí Sierra, *Felipe III y Felipe IV...*, p. 31.

⁴⁴ Fundado em 1604, objetivava na consulta, jurisdição, fiscalização e administração centralizada dos assuntos relacionados com as possessões ultramarinas portuguesas. Cf. Ana Teresa Hilário, *O Conselho da*

Fazenda de Portugal⁴⁵ e Secretarias Provinciais) para tratamento das matérias políticas do governo⁴⁶. Desta forma, também Fernando Bouza Álvarez destaca a oposição entre o sistema político centrado no valido, e o sistema que se fundava na questão dos conselhos. À parte de o duque de Lerma ter acumulado ofícios e mercês, o seu contributo centrou-se na reforma e revitalização da autoridade dos conselhos⁴⁷. No entanto, pretendia-se favorecer os funcionários administrativos, em detrimento dos políticos cortesãos, o que nitidamente causou um descontentamento político crescente⁴⁸.

Começou a sentir-se em Castela um cenário de corrupção inaudita, destruindo-se o campo de atuação de justiça, patente na excessiva pressão fiscal por excesso de concessão de mercês e privilégios a membros influentes do governo, na perda de reputação de Castela em termos externos, cenário ainda agravado pela dependência de manufaturas de outros países e por uma Coroa cada vez mais endividada⁴⁹.

Note-se que, segundo o Padre António Vieira, quando Portugal ficou sob o domínio de Castela, o reino estava em plena fase de conquista, propagando-se a Fé pelos territórios ultramarinos. Mas, “*tudo parou logo. (...) Tínhamos poderosas armadas, imensas armas, muita gente destra para tudo; quase de repente, e sem cuidarmos, nos achámos sem nada*”⁵⁰. Segundo este testemunho da época, declara-se ainda o seguinte:

“Pôz-nos mal Castela com todas as nações, com que se diminuiu no trato, as rendas das Alfândegas faltaram, as mercadorias encarecerão; os estrangeiros não podendo vir a nossos pórtos buscar nossas drogas, hiaõ buscallas a nossas Conquistas, lançandonos dellas; porque não tínhamos forças, para lhe resistir (...), faltavamos a direcção do governo, e o cabedal, que nos devorava Castela. (...) Deu licença a estrangeiros para hirem comerciar a nossas Conquistas com grande perda, assim de particulares nossos, como das rendas Reaes (...). Até as armadas não logravaõ efeitos,

Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614) [Dissertação de Mestrado em História], Universidade Nova de Lisboa, 2017.

⁴⁵ Criada em 1601 para fiscalizar o comércio e produção que circulava em Lisboa. Cf. Santiago de Luxán y Meléndez, “El control de la hacienda portuguesa desde el poder central: la Junta de Hacienda de Portugal, 1602-1609”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, 1992, N.º 9, pp. 119-135. Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, pp. 151-152, 170-184.

⁴⁶ Cf. Bernardo García García, “El duque de Lerma, Realeza y privanza en la España de Felipe III”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, 2002, N.º 27, pp. 269-272.

⁴⁷ Fernando Bouza Álvarez, “1640 perante o Estatuto de Tomar. Memória e juízo do Portugal dos Filipes”, in *Penélope: Revista de História e ciências sociais*, 1993, N.º 9-10, p. 20.

⁴⁸ Diogo Ramada Curto, “Filipe III (II de Portugal)”, in José Mattoso (dir.), “Os régios protagonistas do poder: conjunturas políticas”, *História de Portugal*, 1993, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. 3, pp. 570-571.

⁴⁹ Fernando Agustí Sierra, *Felipe III y Felipe IV...*, p. 32. Pedro Cardim, “A conjuntura política...”, p. 341. António Manuel Hespanha, “O dinheiro é o nervo da república”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 349.

⁵⁰ António Vieira [Padre], *Arte de furta, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral dos Reynos de Portugal (...), composta no anno de 1652*, Amsterdam, Officina de Martinho Schagen, 1744, p. 121.

por má direcção; e as que nos mandavaõ fazer, e preparar a titulo de acodirem a nossas Conquistas, feitas, as tomavaõ para as de Castella, e lá pareciaõ. A gente que cá se alistava, mandavaõ, que cá se buscasse o dinheiro para a pagarem; e o mesmo para as armadas, com que os hiamos servir. As nossas Fortalezas andavam taõ mal providas, que as tomavaõ os inimigos, como se vio na Bahia, Pernambuco, om, Ormuz. Tomaraõ-nos mais de sete mil peggas de artelharia (...) e comiaõ-nos os ordenados das galés sem as haver; e tudo, quanto adquiriamos de armas, tomavaõ para Castela. (...) Os serviços da nossa Coroa feitos à de Castella, pagavaõ-se com prémios de Portugal, e os serviços feitos á nossa Coroa nunca tinhaõ premio. Com isto, e com as continuas levas de gente de mar e guerra, para as empresas de Castella, ficavaõ as nossas desamparadas”⁵¹.

Neste contexto, foi inevitável o aumento de impostos que se fez sentir em Portugal, a partir de 1611, conduzindo efetivamente ao empobrecimento da população lusa⁵². Fernanda Olival salienta, porém, que em julho de 1613, foram enviados ao reino português 15.550 cruzados vindos de Madrid. Este dinheiro originou muitas desavenças em relação à sua utilização de destino, não se chegando a acordo. D. Filipe II tentou propor a redução dos juros a pedir aos portugueses, pois Castela dependia do expediente financeiro que se fizesse sentir em Portugal⁵³.

Mas, como depreendemos do testemunho do Padre António Vieira, a economia interna definhava e as receitas alfandegárias diminuían. Esta questão, aliada à falta de apoio dado à população portuguesa, bem como ao sacrifício a que foi votada, tornou a situação do reino insustentável, vivenciando-se um período crítico logo em inícios da segunda década do século XVII⁵⁴. Além disso, Fernanda Olival destaca a presença de guarnições estrangeiras nas fortificações e castelos portugueses e nas ilhas dos Açores⁵⁵ e da Madeira⁵⁶. Esta questão provocava instabilidade e desconfiança relativamente à defesa do próprio reino. Não havia o indispensável para a defesa, nem armas, munições ou soldados. Para culminar, muitos portugueses eram levados para servir os interesses do

⁵¹ António Vieira [Padre], *Arte de furtar...*, pp. 121-123. José Luís Cardoso salienta o Padre António Vieira como precursor de uma significativa reflexão económica. José Luís Cardoso, “O pensamento económico na época da Restauração”, in *Penépole*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, p. 137.

⁵² Fernanda Olival, “Bandos y tensiones políticas...”, p. 205.

⁵³ Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, p. 239.

⁵⁴ Fernanda Olival, “Bandos y tensiones políticas...”, p. 203.

⁵⁵ A união levou a que os Açores tivessem como presídio a presença de um terço castelhano. Jean-Frédéric Schaub, “Archipiélago marítimo y archipiélago político: las Azores bajo los Austrias (1581-1640)”, in Pedro Cardim, Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha (orgs.), *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, CHAM, p. 74.

⁵⁶ Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, p. 125.

monarca castelhano nas guerras que empreendia contra as potências francesa, inglesa, holandesa e alemã⁵⁷, o que aumentava a vulnerabilidade do reino⁵⁸.

A partir de 1621, depois da morte deste monarca, a situação sócio-económica e política deu sinais de desgaste em Portugal⁵⁹. D. Filipe III de Portugal (1605-1640) enfrentava o desgoverno e corrupção vividos no reinado de seu pai. Para fazer face à difícil situação política, o monarca apoiou-se na administração de Gaspar de Guzmán y Pimentel Ribera y Velasco de Tovar (1587-1645), conhecido como conde-duque de Olivares⁶⁰. Este tornou-se membro do Conselho de Estado, justificando cada uma das suas decisões no âmbito do mesmo, passando nota posterior ao monarca⁶¹. Por influência sua, também se formou a Junta de Estado, reunindo-se nos seus aposentos privados. Inicialmente, as suas competências eram as mesmas seguidas pelo Conselho de Estado, sendo que a maioria dos membros deste pertenciam à dita Junta⁶². Posteriormente, esta Junta transformou-se no Conselho particular de Olivares⁶³. Na verdade, apesar das suas reformas, e de se efetivar algum desenvolvimento respeitante à ordem e moderação de despesas nas câmaras⁶⁴, Olivares não melhorou a imagem de Castela⁶⁵. Além disso, receando a ação e a influência que D. João, duque de Bragança, pudesse vir a desempenhar no reino, em 1634 Olivares aconselhou D. Filipe III de Portugal a oferecer

⁵⁷ Manuel Severim de Faria, *Relação universal do que se succedeo em Portugal, & mais Provincias do Occidente, & Oriente, desde mês de Março de 625 até todo Setembro de 626*, Braga, Impresso por Fructuoso Lourenço de Basto, 1627, pp. 14, 16. Felicísimo García Barriga, “Sociedad y Conflicto Bélico en la Edad Moderna: Extremadura ante la Guerra con Portugal (1640-1668)”, in *Norba. Revista de Historia*, Vol. 21, 2008, p. 32. Segundo José Luís Cardoso, Severim de Faria fazia alusão à “*falta de gente no reino*”. José Luís Cardoso, “O pensamento económico...”, p. 140.

⁵⁸ Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, p. 125.

⁵⁹ Maria Luísa Gama, *O Conselho de Estado...*, pp. 75-76.

⁶⁰ Tal como afirmou Fernando Agustí Sierra, era “*un gobernante nato, poco dado a repartir mercedes, ni siquiera a rodearse de una corte aduladora, intentó por todos los medios que el patronazgo lo asumiese el monarca*”. Mas, além das revoltas de Portugal e da Catalunha, a sua política centralista levou também a rebeliões em Nápoles e na Sicília. Fernando Agustí Sierra, *Felipe III y Felipe IV...*, p. 34. João Francisco Marques, “As Guerras da Restauração, entre 1643 e 1665, na correspondência de Filipe IV com Soror de Jesus de Ágreda”, in *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, Vol. 29, p. 103.

⁶¹ Fernando Bouza Álvarez, “1640 perante o Estatuto...”, p. 17.

⁶² António Manuel Hespanha, “O Governo dos Áustria e a “Modernização” da Constituição Política Portuguesa”, in *Penélope*, 1989, Vol. 2, p. 59.

⁶³ Fernando Agustí Sierra, *Felipe III y Felipe IV...*, p. 34.

⁶⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 1994, p. 66.

⁶⁵ Maria Luísa Gama, *O Conselho de Estado...*, pp. 75-76. Rafael Valladares Ramírez, “La política de Olivares y Portugal”, in *Libros de la Corte*, N.º 5, 2012, pp. 107-108. Pedro Cardim, “La gobernación de Portugal: de los Austrias a los Braganza (1621-1667)”, in David Martín Marcos (org.), *Monarquías Encontradas. Estudios sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*, Madrid, Sílex, 2013, pp. 4-10. Thiago de Mello Cesar, *A Política externa de D. João IV e o Padre António Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)* [Dissertação de Mestrado em História], Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 12.

ao duque o governo de Milão, mas este último recusou o cargo por não se predispor a abandonar Portugal⁶⁶.

Sendo constante o descontentamento votado ao conde-duque de Olivares⁶⁷, a partir do final de 1634, o governo castelhano recorreu à ação da duquesa Margarida de Mântua (1589-1655)⁶⁸, apoiada pelo seu secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos e Brito (1590-1640)⁶⁹ e como secretário particular Gaspar Ruiz de Escaray⁷⁰. Note-se que a duquesa vinha representar Castela em Portugal, mas não governava em nome próprio, pois os assuntos políticos do reino pertenciam aos seus assessores castelhanos. Não sendo comunicadas as medidas aos ministros portugueses provocou grande contestação. O objetivo era claro, tal como o autor António de Oliveira salientou, pretendia-se “*afastar do poder todos os portugueses conotados como populares*”⁷¹.

O descontentamento recrudescceu com a equipa governamental colocada em Lisboa⁷². Neste contexto, os vassallos portugueses viviam suspensos em termos de funções, pois “*não havia quem seguramente comprasse, requeresse, ou contratasse porque o officio, ou merce*”⁷³, que lhes tinham vendido previamente, eram cedidos a quem desse mais pelos mesmos, não tornando o dinheiro ao primeiro comprador, “*& mandando-lhe que apontasse outra couza, em que se lhe satisfizesse*”⁷⁴. Desta forma, o despacho por serviços e mercês apenas se cumpria “*coando não havia quem se atravessasse a dar por elle dinheyro, ficando baldios todos os trabalhos*”⁷⁵.

Segundo Mafalda Soares da Cunha e Leonor Freire Costa, a maioria das críticas feitas durante a década de 1630 tinham como objetivo reclamar o regresso às formas tradicionais de governo do reino de Portugal e da monarquia católica⁷⁶. Como referimos

⁶⁶ Monique Vallance, *A rainha restauradora: Luísa de Gusmão*, Maia, Círculo de Leitores, 2012, pp. 49, 51. John Elliot, *The Count-Duke of Olivares: A statesman in an Age of Decline*, New Haven, Yale University Press, 1986, p. 526.

⁶⁷ Cf. Fernando Bouza Álvarez, “Felipe IV sin Olivares. La restauración de la Monarquía y España en avisos”, in *Actas de las juntas del Reino de Galicia*, 1999, Vol. VI, pp. 49-74.

⁶⁸ Sobre Margarida de Sabóia, Duquesa de Mântua, cf. Joana Bouza Serrano, *Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua (1589-1655). Percurso biográfico e político na Monarquia Hispânica* (Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, Universidade de Lisboa, 2014).

⁶⁹ *Idem*, p. 35. António de Oliveira, *D. Filipe III*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 288-289.

⁷⁰ Diogo Ramada Curto, “A Restauração de 1640: nomes e pessoas”, in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2003, N.º 0, p. 327.

⁷¹ António de Oliveira, *D. Filipe III...*, p. 292.

⁷² António de Oliveira, “Oposição política em Portugal nas vésperas da Restauração”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, Universidad Complutense de Madrid, 1991, N. 11, p. 79. Fernando Bouza Álvarez, “1640 perante o Estatuto...”, p. 18.

⁷³ *Ocupa el rey D. Felipe o II de Castela o reyno de Portugal*, 1641. BNE, Miscelânea 40, R/25149 (8), fl. 245v.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp.38-39.

anteriormente, as sucessivas guerras que Madrid manteve abertas na Europa deram lugar a uma subida de impostos exorbitada, ao que se somava a mobilização dos jovens portugueses para as frentes de batalha⁷⁷, a diminuição da autonomia político-constitucional⁷⁸ e a falta de proteção nas colónias⁷⁹, bem como a questão de a renda das alfândegas diminuir devido à ausência de manutenção, faltando mercadorias e encarecendo-se as poucas que existiam⁸⁰. O descontentamento da população levou ao surgimento de distúrbios controlados⁸¹, primeiro no Porto e em Lisboa, em 1629⁸², depois em Évora, em 1637⁸³. Note-se que neste último ano, foram comuns os levantamentos anti-fiscais por quase todo o Alentejo. Além de Évora, destacam-se pequenas revoltas em Serpa, Beja, Mourão, Olivença, Vila Viçosa⁸⁴, Estremoz, Avis, Portalegre, Castelo de Vide e Nisa⁸⁵.

⁷⁷ António Manuel Hespanha, “Portugal e a política de Olivares, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 344.

⁷⁸ Pedro Cardim, “O Terceiro Ciclo (1495-1668) e os seus momentos-chave (1498; 1504; 1521-29; 1578-80; 1640-68)”, in Luís Adão da Fonseca (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI-XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*, Porto, Fronteira do Caos Editores-CEPESE, 2014, p. 48. Para a compreensão das práticas políticas cf. António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

⁷⁹ António de Oliveira, “Oposição política...”, p. 90.

⁸⁰ *Manifesto do Reyno de Portugal no Qual se declara o direyto...*

⁸¹ “*Não faltava em nós valor para nos defendermos, & conservarmos, faltava a direcção, & aplicação dos meyoys, se os quays não podíamos obrar... Se com tudo nos não atara as mãos, pudéramos acudir por nós, & defendernos*”. *Idem*, ff. 198v-199. Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 38-39.

⁸² António de Oliveira, *D. Filipe III...*, p. 279.

⁸³ Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 50. Fernando Bouza Álvarez, “Primero de diciembre de 1640: una revolución desprevénida?”, in *MANUSCRITS*, 1991, N.º 9, p. 211. RACO.CAT: <http://www.raco.cat/index.php/Manuscripts/article/view/23186/92432> (consult. 12 jan. 2017). Rafael Valladares, “Sobre Reyes de Invierno...”, p. 113. Ângelo Ribeiro, “A Restauração da Independência – O início da dinastia de Bragança”, in José Hermano Saraiva (coord.), *História de Portugal – A Restauração da Independência*, Matosinhos, Quidnovi – Edições e Conteúdos, 2004, Vol. V, p. 13; António de Oliveira, “Oposição política...”, p. 80.

⁸⁴ “Vila Viçosa simbolizava a Corte portuguesa que o reino não possuía e simultaneamente a alternativa a Castela”. Maria Lobo de Araújo, “Vila Viçosa, as esmolas e os pobres do duque D. João II (1636-1646)”, in *Revista de Demografia Histórica*, Saragoça, 2004, vol. XXII-II, p. 185. Citado por Nuno Lemos Pires, “A importância da resistência...”, pp. 181-182.

⁸⁵ Segundo Vitorino Magalhães Godinho, A Restauração seria um processo nobiliárquico, baseado na “*repressão dos motins populares*”. Vitorino Magalhães Godinho, “Restauração”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, vol. V, p. 319. Vitorino Magalhães Godinho, “1580 e a Restauração”, in *Ensaio II – Sobre História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968, p. 276. António de Oliveira, *D. Filipe III...*, p. 285. Pedro Cardim, “La gobernación de Portugal...”, p. 11.

Entre 1637 e 1640, a nobreza foi fortemente pressionada para contribuir para o imposto real d'água⁸⁶, tomando a questão dos impostos medidas insustentáveis em todo o reino⁸⁷.

Além disso, também se incorporou na Fazenda Real o rendimento das terças dos bens dos concelhos que os seus moradores haviam cedido para os reparos das fortificações, “*gastando-se em outras couzas, em que se não podião despende; dando cauza, a que os muros, & Castelos de todo se arruinassem*”⁸⁸. Também sobressaia a questão de as fortificações serem mal providas de artilharia, armas, munições “*& das mayns cousas necessárias para su defenza, que todas as vezes, que o inimigo as tentava, corrião risco, ou se perdião*”⁸⁹.

Portugal ficava exposto a numerosas ameaças, pois muitos eram os que invejavam a sua posição estratégica e o seu vasto Império marítimo⁹⁰. Desta forma, “*grandes forão os motivos, & razões, que os Portuguezes tiveram pera obrar sua liberdade, como obrarão grandes os que lhes propunham ao Sereníssimo Duque de Bragança, pera seu Rey, & Senhor natural, por verem a justiça que tinha pera o ser, por tantas cabeças*”⁹¹.

2. O panorama da Guerra da Restauração (1640-1668)

Com estas premissas, em 1640, aproveitando-se o movimento de tropas e de atenções dos castelhanos para a revolta da Catalunha⁹², alguns nobres, dos quais faziam

⁸⁶ Este imposto recaía sobre bens de consumo, podendo cobrar-se sobre a carne, peixe ou outros que se considerasse na altura em que era imposto à população. Fernanda Olival, “Portugal in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in *e-Journal of Portuguese History*, Porto, 2010, Vol. 8, N.º 2. E-Journal of Portuguese History: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322010000200006 (consult. 17 out. 2016).

⁸⁷ António de Oliveira, *D. Filipe III...*, pp. 282-283. António de Oliveira, “Oposição política...”, p. 81.

⁸⁸ *Ocupa el rey D. Felipe o II de Castela o reyno de Portugal...*, f. 246.

⁸⁹ “*Disto resultou perderse a Bahia, & despoys Pernambuco, com imensos dannos desta Coroa. A Mina, de que vinha quantidade grande de ouro, sendo tão perto, esteve de huma vez três anos sem ir a ella algum navio deste Reyno; até que finalmente veyo a perderse, passando-se todo aquelle proyeto aos Olandeses. Ormuz, emporio celebre de Oriente, adquirido com tanto sangue, conservado com tão ilustres victorias, tao útil para o comercio, & para augmentar nossas riquezas, veyo pelas mesmas causas a correr a mesma fortuna*”. António Pais Viegas, *Manifesto do Reyno de Portugal...*, ff. 199-199v.

⁹⁰ Cf. Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

⁹¹ *Ocupa el rey D. Felipe o II de Castela o reyno de Portugal...*, f. 259v.

⁹² Que estalou em junho do dito ano, levando ao destacamento de engenheiros e à recruta de portugueses para o campo de batalha e à nova subida dos impostos. “*Elrey Felipe estava menos poderoso com a falta da frota, & levantamento da Cataluña, com França vitoriosa, Olanda prospera, & Inglaterra pouco inclinada, Alemanha inquieta, Italia ameaçada*”. *A el Rey Nuestro Señor D. João IV. Relaçam do sucesso que teve aclamação del rey Dom João o IV na Universidade de Coimbra, & das festas com que a celebrou*, 1641. BNE, Miscelânea 40, R/25149 (1), s.f. Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2015, p. 302. Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, p. 170. Joana Fraga, “Revoltas da monarquia hispânica (1640-1647) no contexto europeu: ecos

parte os fidalgos⁹³ e letrados portugueses⁹⁴ rebelaram-se contra o poder de D. Filipe III de Portugal⁹⁵. Esta revolta foi materializada na subida ao poder do duque de Bragança⁹⁶, que reinaria como D. João IV de Portugal⁹⁷: “*com notáveis alegrias receberão os povos esta novidade, com grandes demonstrações celebrarão esta mudança, (...) os povos festejarão a seu Rey, (...) o Reyno aclamava hum Rey Portugues*”⁹⁸. Contextualizemos,

“*Sabbado primeiro de Decembro de 640 (...) a nobresa da Cidade de Lisboa, pera remedio da ruina em que se via, & ao Reyno todo, aclamou por Rey o Duque de Bragança Dom João Principe benignissimo, magnanimo, fortissimo, piadoso, prudente, nos trabalhos incansável, no governo atentado, no amor da republica cuidadoso, de seu acrescentamento ardentissimo, & vigilante, legitimo sucessor do Imperio Lusitano, por filho do Duque Dom Theodosio, netto da Duquesa, a Senhora Dona Catherina, que representando seu pay o Infante Don Duarte irmão do ultimo Rey Don Henrique, excluía, conforme a direito, a Felipe Rey de Castella filho da Imperatriz Isabel, irmã do dito Rey*”⁹⁹.

Neste âmbito vale a pena sublinhar a ideia defendida por Fernando Dores Costa, de que a proclamação deste monarca apenas seria benéfica se a pressão fiscal e militar

e contágios”, in *Dossiê* – Dezembro 2014, p. 130. João Campos, “A fronteira pré-Vauban de Portugal. Ensaio da nova estratégia e da arquitetura militar moderna da Europa”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, p. 266.

⁹³ Segundo Mafalda Soares da Cunha e Leonor Freire Costa, este grupo de fidalgos possuía raízes alentejanas, e era apoiado por outros estatutos sociais, provavelmente responsáveis pelo ciclo de revoltas anteriores. Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 29. Carlos da Silva Lopes, “A nobreza da Restauração”, in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1941, Vol. 5, p. 164. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, pp. 14-15.

⁹⁴ Grupo que no início da união dinástica fora dotado de “*forte identidade corporativa*”. Pedro Cardim, “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, Vol. I, p. 292.

⁹⁵ A maioria dos intervenientes eram oriundos de Lisboa e originários de antigas fidalguias. Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal...*, p. 296. António de Oliveira, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 11. António de Oliveira, “Oposição política...”, p. 80. Luis Ribot García, “Conflicto y lealdad em la Monarquía Hispánica durante el siglo XVII”, in Francisco Aranda Pérez (coord.), *La Declinación de la Monarquía Hispánica em el siglo XVII*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2004, p. 43.

⁹⁶ Cf. Mafalda Soares da Cunha, “From Dukes to Kings. Particular aspects of the development of the house of Braganza within the Iberian context (16th and 17th centuries)”, in Gaetano Sabatini e Giuseppe De Luca (eds.), *Growing in the Shadow of na Empire. How Spanish Colonialism Affected Economic Development in Europe and in the World (XVIth-XVIIIth cc.)*, Milão, FrancoAngeli, 2012, pp. 299-318. Rafael Valladares, “David Lewis Tengwall, The Portuguese Revolution (1640-1668). A European War of Freedom and Independence”, in *E-JPH*, 2011, Vol. 9, N.º 2, p. 89.

⁹⁷ “*O Duque vivia retirado em Villa Viçosa, por lhe não ser permitido assistir em Lisboa, & não podia comunicar com a nobreza frequentemente, como o caso requeria: nem ella ousava manifestarhe seus desejos, porque de parte a parte se receava a primeyra declaração, não se assegurando cada huma do que acharia na outra, & passava isto tanto adiante, que não parando em receos, chegavam a brotar desconfianças [...]. Passou o Duque a Lisboa huma vez, & ainda que não andou pelas ruas, porque não lhe fora dada licença may que para do mar entrar no Paço; foy tal o concurso da gente, & satisfação com que ficou o povo de o ver, que muytos cuydarão, que então se declarasse Lisboa por elle, & os Castelhanos recearão o mesmo*”. *Manifesto do Reyno de Portugal no Qual se declara o direyto...*, ff. 214v-216.

⁹⁸ *A el Rey Nuestro Señor D. João IV. Relaçam do sucesso que teve aclamação...*, s.f.

⁹⁹ *Ibidem*.

exercida sob pretexto de fazer face à revolta da Catalunha¹⁰⁰, não se transformasse num outro contexto de pressão, uma vez que seria necessário continuar-se a investir na defesa do reino e dos seus territórios¹⁰¹.

Aliás, segundo Mafalda Soares da Cunha e Monique Vallance, esta revolta apanhou de surpresa não só os representantes políticos do monarca castelhano em Portugal, como também a própria monarquia castelhana¹⁰² e a nobreza portuguesa. Esta última, por ter mais de metade dos seus representantes a servir Filipe IV em Madrid, em cargos militares, diplomáticos e de governo¹⁰³, e outros, porque residiam fora de Lisboa¹⁰⁴. O próprio representante administrativo do conde-duque de Olivares, Miguel de Vasconcelos, morreu no contexto da sublevação¹⁰⁵. Numa carta datada de 19 de dezembro de 1640, Filipe IV de Castela apelidou o novo monarca de tirano, “*Duque de Medina my primo com mucho cuidado vos encomiendo las prevenciones de guerra, para la invistidura de Portugal, por quanto el tedor del Duque de Bragança, se levanta contra la fedelidad prometida*”¹⁰⁶. Após a revolta, Olivares tomou imediatamente a medida de reunir votos por escrito dos prelados e cavaleiros residentes em Madrid, que posteriormente enviou à *Junta das Inteligencias*, para que se seguisse uma política coordenada de recuperação de Portugal¹⁰⁷.

¹⁰⁰ Sobre as questões de Portugal e Catalunha e a sua pressão publicista no contexto da Guerra, cf. Inmaculada Casas Delgado, Pilar González Fandos, María Eugenia Gutiérrez Jiménez, “Ecos del movimiento de restauración de Portugal em las relaciones de sucesos hispano-lusas (1640-1668)”, in Jorge García López, Sònia Boadas Cabarrocas (coord.), *Las relaciones de sucesos em los cambios políticos y sociales de la Europa moderna*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, 2015, pp. 339-341. Vanda Anastácio, “Conflitos e contactos na Ibéria: as relações entre Portugal e a Catalunha em 1640 nos ‘papéis’ da Restauração”, in Tobias Branderberger, Elisabeth Hasse, Lydia Schmuck (orgs.), *A Constituição do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*, Tubingen, Calepinus Verlag, 2008, pp. 59-85.

¹⁰¹ Fernando Dores Costa, “Interpreting the Portuguese War of Restoration (1641-1668) in a European Context”, in *e-JPH*, 2005, Vol. 3, N.º 1, p. 4.

¹⁰² A notícia da revolta apenas chegou a Madrid a 6 de dezembro do dito ano. Mafalda Soares da Cunha, «O significado da “Restauração”», in Matos, Artur Teodoro de (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 355. Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, pp. 71, 81. Luís de Menezes, *História de Portugal Restaurado*, Porto, Livraria Civilização, 1945, Tomo I, p. 140.

¹⁰³ Pedro Cardim, “La gobernación de Portugal...”, p. 15. David Martelo, “Chefes militares estrangeiros nos mais altos postos das forças armadas de Portugal – Aspectos específicos no contexto europeu”, pp. 3-4. AOfA: http://www.aofa.pt/artigos/David_Martelo_Oficiais_Estrangeiros_nas_FA_Portuguesas.pdf (consult. 17 out. 2019)

¹⁰⁴ Mafalda Soares da Cunha, “Elites e mudança política. O caso da conspiração de 1641”, in Eduardo França Paiva (org.), *Encontro Brasil-Portugal: Sociedades, Culturas e Formas de Governar no Mundo Português, séculos XVI a XVIII*, S. Paulo, Annablum Editora, 2006, p. 327.

¹⁰⁵ Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal...*, p. 296. Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 59.

¹⁰⁶ *Ocupa el rey D. Felipe o II de Castela o reyno de Portugal...*, fl. 226.

¹⁰⁷ Fernando Bouza Álvarez, “1640 perante o Estatuto...”, p. 23.

Embora alguns portugueses tivessem voltado ao seu país de origem, a maioria permaneceu em Castela, por medo de represálias¹⁰⁸. Aliás, segundo Fernando Bouza Álvarez e Pedro Cardim, o monarca castelhano continuou rodeado de nobres portugueses, seus apoiantes em Madrid¹⁰⁹. O fervor era tal, que se intensificou a propaganda contra D. João IV, circulando a partir de então diversos escritos que ameaçavam o novo governo, tanto em Castela como em Portugal¹¹⁰.

Desta forma, procurou-se, da parte de Castela, controlar as fronteiras com Portugal, impedindo que se entregasse ao novo governo qualquer tipo de informações, armas e dinheiro¹¹¹.

Em novembro de 1658, Filipe IV de Castela declarou explicitamente o seu desagrado para com Portugal, indicando que em 1640 este faltara à obediência que lhe devia, tendo os descontentes elaborado tumultos com D. João, duque de Bragança, a quem considerava seu vassalo¹¹² e “*devedor de mayores beneficios, que outro algum de aquella*

¹⁰⁸ Os portugueses que optassem por servir o exército português depois de terem servido o monarca castelhano, eram considerados pelos como traidores. Jorge Penim de Freitas, “O sentido de ‘pertença’ na raia alentejana durante a Guerra da Restauração: identidades e fidelidades num clima de conflito”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2017, Tomo LXXIII, N.º III, pp. 2613.

¹⁰⁹ Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes...*, pp. 271-275. Fernando Bouza Álvarez, “Entre dos reinos, uma patria rebelde. Fidalgos portugueses en la monarquia hispánica después de 1640”, in *Estudis*, 1994, N.º 20, pp. 83-104. Pedro Cardim, “Portugal unido y separado. Propaganda y discurso identitario entre Austrias y Braganzas”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, 2012, Série IV, pp. 48-53. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. I, pp. 134-135. “*Los Naturales de Portugal, son sus mayores enemigos*”. Pedro Valenzuela, *Portugal unido y separado*, Madrid, por Mateo Fernandes – Impresor del Rey, 1659, p. 63.

¹¹⁰ De notar que a propaganda decorreu durante todo o processo de Guerra (1640-1668). Cf. Pedro Cardim, “História, política e reputação no *Discurso del duque de Alba al católico Felipe IV sobre el consejo, que se diò em abril, para la recuperación de Portugal...* (1645), de Braz da França”, in David Martín Marcos, José Mata Iñurritegui, Pedro Cardim [org.], *Repensar a Identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*, Lisboa, CHAM, 2015, pp. 91-130. Fernando Bouza Álvarez, “Papeles y público barroco. La Guerra y la Restauración Portuguesas en la Publicística Española de 1640 a 1668”, in *Sala das Batalhas*, pp. 13-15. Fundação das Casas de Fronteira de Alorna: <http://fronteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm> (consult. 17 mar. 2016). Diego López Jiménez, *Política y propaganda durante el reinado de Felipe IV*, Documentos de trabajo U.C.M. Biblioteca Histórica, 2016/11, pp. 56-59. Cf. Caroline Garcia Mendes, “Escrever e publicar sobre a guerra da Restauração: a “Campanha de Portugal” em Lisboa e Madrid no ano de 1663”, in *Anais: Seminário internacional cultura escrita no mundo moderno*, Belo Horizonte, 2019, pp. 13-19; Caroline Garcia Mendes, *Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII* (Tese de Doutoramento em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

¹¹¹ A. J. Rodríguez Hernández, “Nación, fidelidad y frontera durante la Guerra de Restauración de Portugal (1640-1668)”, in Iñesta Mena y Francisco Mateos Ascacibar (coord.), *España, Nación y Constitución y otros estudios sobre Extremadura*, Llerena, Sociedad Extremeña de Historia, 2011, p. 66. María José Rodríguez Trejo, “La frontera extremeña...”, p. 71.

¹¹² Diego López Jiménez, *Política y propaganda...*, p. 26. Cf. Mafalda Soares da Cunha, “Legitimações dinásticas em confronto: 1580-1640”, in Luís Adão da Fonseca (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI-XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*, Porto, Fronteira do Caos Editores-CEPESE, 2014, pp. 335-342.

Coroa”¹¹³. Declara que no início não lhe haviam faltado vassalos afetos à sua obediência, tendo muitos tentado libertar-se do que ele considerava tirania, sendo que houve quem tivesse deixado Portugal, “*com sumo risco de suas pessoas*”¹¹⁴, em obediência a Filipe IV¹¹⁵.

Na realidade, tal como nos indica Diego Carcedo, a união efetivada em 1581, não constituiu uma união completa dos dois reinos, uma vez que os Habsburgo desempenharam as suas funções como governantes em simultâneo de Castela e Aragão, sendo que as suas ações não permitiram que os vassalos portugueses se sentissem parte integrante da monarquia Hispânica. De facto, apesar de D. Filipe I de Portugal e os seus sucessores terem jurado proteção e fidelidade a Portugal, mantinham uma ação e presença mais direta em Castela, pelo que não chegaram a concretizar o sentimento de união das Coroas¹¹⁶.

2.1. O reinado de D. João IV (1640-1656): a diplomacia, a reorganização do território e as práticas governativas

Em 28 de janeiro de 1641, D. João IV foi reconhecido como rei legítimo nas Cortes de Lisboa¹¹⁷. A sua primeira preocupação foi a consolidação do poder alcançado, tendo-se deparado com um reino “*sem dinheiro, sem homens disciplinados para a guerra e com mais de 100 léguas de fronteira terrestre sem fortificações nem defesa*”¹¹⁸.

Nas Cortes de 1641 assentou-se ser imperativo o lançamento de impostos destinados ao reparo das muralhas das fortificações, devendo contratar-se arquitetos, engenheiros ou mestres-de-obra. Também se salientou a necessidade da existência de artilheiros em cada localidade fortificada e autoridades de confiança na fronteira. Além disso, existia o dever de se fabricarem armas no reino, devendo os corregedores manter

¹¹³ *Carta d’El Rey D. Filipe IV de Castela - Por quanto (como he notorio) o Reyno de Portugal faltou à obediencia, que me devia, no anno de mil e seiscentos e quarenta, por havelo tumultuado alguns sediciosos, e mal cotentes, em companhia de Dom Ioao Duque de Bargaça*, BNE, VE/185/70, f. 136. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 170**, pp. 172-175.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Fernando Dores Costa, “Interpreting the Portuguese War of Restoration...”, p. 3.

¹¹⁶ Diego Carcedo, “España y Portugal, siglos de incomprensión en la vengidad”, in *Iberismo. Las relaciones entre España y Portugal y tiempo actual y otros estudios sobre Extremadura*, Sociedad Extremeña de Historia, 2008, p. 46.

¹¹⁷ António Manuel Hespânia, “A ‘Restauração’ portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641”, in *Penélope*, Lisboa, Editora Cosmos, 1993, N.º 9/10, pp. 31-32.

¹¹⁸ As fortificações eram imprescindíveis para controlar os movimentos dos inimigos. Ângelo Ribeiro, “A Restauração da Independência...”, p. 28. Francisco Calderón Vásquez, “Reviewing the Spanish-Portuguese border: Conflict, interaction and cross-border cooperation”, in *Estudios Fronterizos*, 2015, Vol. 16, N.º 31, p. 42.

gente de guerra organizada, quer a pé, quer a cavalo, bem como as armas contabilizadas¹¹⁹.

Para se alcançarem estes parâmetros, era primeiramente necessário contornar as questões políticas a nível interno e externo¹²⁰ bem como alguma estabilidade no reino, dada a eminência da revolta por parte dos castelhanos. Por esse motivo, em termos diplomáticos, D. João IV optou imediatamente pelo envio de embaixadores portugueses a várias capitais europeias para ter o seu reconhecimento como rei legítimo de Portugal e para tratar de obter o apoio de outros monarcas no contexto da iminente guerra¹²¹, bem como a recuperação dos territórios ultramarinos, entretanto perdidos¹²². Os autores Pedro Cardim e Ana Leal de Faria elucidam-nos para uma diplomacia que surge improvisada num contexto de preparação de um conflito armado, não estando estes diplomatas devidamente preparados e sendo a maioria, facilmente manipulada pelos ministros de outros reinos, mais experientes na escrita política e formados em assuntos de Estado¹²³. Este aspeto era já reconhecido anos antes, quando Eduardo Brazão refere que Francisco de Sousa Coutinho (1597-1660) era o único diplomata que tinha formação para exercer essa função, à data da Restauração portuguesa¹²⁴. Assim, os restantes diplomatas surgiram por ordem da crescente necessidade de ligação com as outras potências, que dessem amparo ao reino português em questões militares. Rafael Marques de Lima indica-nos também a participação de Francisco de Andrade Leitão (1585-1655)¹²⁵, Luís Pereira de Castro (1581-1649), D. Vasco Luís da Gama (1612-1676) e de António de

¹¹⁹ *Capítulos gerais apresentados a elRey D. João nosso senhor IIII (...), nas Cortes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28 de janeiro de 1641*, Lisboa, Na Officina de Paulo Craesbeeck, 1645, pp. 34-36. António Manuel Hespanha, “A ‘Restauração’ portuguesa...”, pp. 36, 42.

¹²⁰ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 86.

¹²¹ Alfonso Gil Soto, “El Impacto de la Guerra de Secesión Portuguesa 1640-1668. En los territorios de la Raya Extremeña, in *Alcántara: revista del Seminario de Estudios Cacerreños*, 2001, N.º 53-54, p. 176. Pedro Cardim, “A diplomacia da Restauração”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 356.

¹²² Thiago de Mello Cesar, *A Política externa...*, p. 31.

¹²³ Pedro Cardim, “A diplomacia...”, p. 356. Ana Leal de Faria, *Arquitetos da Paz: a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 65.

¹²⁴ Eduardo Brazão, *A Restauração: Relações Diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1040, p. 378. Cf. Pedro Augusto de Azevedo, *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1928.

¹²⁵ Que em 1643, entrou em conflito com a potência francesa, por pretender o título de “plenipotenciário”. Pedro Cardim, “Os ‘rebeldes de Portugal’ no Congresso de Munster (1644-48)”, in *Penélope: Estudos*, 1998, N.º 19-20, p. 108. Cf. obra Francisco de Andrade Leitão, *Discurso politico sobre o se aver de largar a coroa de Portugal, Angola, S. Thome, Maranhão, exclamado aos Altos, Poderosos Estados de Olanda*, Lisboa, na Officina de Antonio Alvarez, 1642.

Sousa de Macedo (1606-1682)¹²⁶, como agentes no âmbito da atividade diplomática portuguesa¹²⁷.

Além destes, o autor também refere a participação ativa de homens que detinham negócios, que em troca de vantagens financeiras, apoiavam a atividade diplomática do monarca¹²⁸. Foi o caso de Agostinho Catelete, que se encontrava em Génova; Nuno Álvares de Matos, que exercia atividade em Nantes, Henrique Nunes Saraiva, em Bordéus, Jerónimo Nunes da Costa, em Amsterdão, e Duarte Nunes da Costa, em Hamburgo, entre outros, por norma cristãos-novos¹²⁹.

Note-se que, neste contexto, a formação do corpo diplomático assentava na escolha de homens instruídos, por norma formados em teologia, cânones e direito civil, capazes de legitimar o novo monarca junto das potências europeias, em contexto de guerra com uma delas¹³⁰.

Na verdade, verificaram-se grandes dificuldades a nível diplomático. Isto porque, Portugal se deparou sempre com pouco apoio na Europa católica, sendo neste âmbito a influência de Castela mais abrangente¹³¹. Embora o reino português tenha sempre enfrentado entraves em firmar alianças com outros estados, procurou-se, ao mesmo tempo, firmar um sistema unificado de alianças com a Santa Sé em Roma¹³² e com as potências rivais de Castela, dando-se prioridade à relação com a Inglaterra, França¹³³,

¹²⁶ Cf. Pedro José Barbosa da Silva, *António de Sousa de Macedo. Diplomata, Conselheiro da Fazenda, Secretário de Estado* (Dissertação de Mestrado em História), Universidade de Coimbra, 2015.

¹²⁷ Rafael Marques de Lima, *João de Guimarães Goliás, o Homem e o Diplomata (1599-1653)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade do Minho, 2016, p. 26.

¹²⁸ *Idem.*, p. 35.

¹²⁹ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, pp. 172-173. António Manuel Hespanha, *A 'Restauração' portuguesa...*, p. 39.

¹³⁰ Thiago de Mello Cesar, *A Política externa...*, pp. 23, 26. Pedro Cardim, "Cortes e procuradores do reinado de D. João IV", in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, p. 63. Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro, David Felismino, "A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajetórias", in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 325.

¹³¹ António Manuel Hespanha, "Portugal no contexto europeu", in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 322.

¹³² A primeira embaixada enviada à Santa Sé partiu em 1641, mas não chegou a ser recebida pelo Papa Urbano VIII, por receio deste último de represálias por parte dos castelhanos, dado considerar que a aclamação de D. João IV havia sido decretada pelo povo, e não por ordem divina, pelo que o Papa se recusava a prover os bispados portugueses. Destaque-se que nos dois séculos anteriores, Portugal havia beneficiado de bulas muito favoráveis por parte do Papado nas terras descobertas. António Manuel Hespanha, "Portugal no contexto...", p. 322. Ana Isabel Buescu, "'Sentimento' e 'Esperanças' de Portugal", in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, p. 169. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política...*, vol. I, pp. 20-21, 88.

¹³³ A década de 1630 havia sido conturbada pela reivindicação de heranças e revoltas militares em prol da diplomacia. Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 65. António de Oliveira, "Oposição política em Portugal...", pp. 90-91.

Holanda¹³⁴ e Suécia, com as quais se pretendia formar uma liga ofensiva e defensiva em relação a Castela. Porém, vindo a estabelecer os holandeses a paz com os castelhanos em 1648, nos termos de Westefália e a aliança entre a França e as Províncias Unidas, esta aliança foi sendo negada a Portugal¹³⁵.

Logo após a revolução de dezembro de 1640, uma carta de Filipe IV, datada de dia 19 do dito mês, expressa o seguinte:

“(...) por quanto el tedor del Duque de Braganza (...) tomando todos los Castillos del puerto de Lisboa, y tiene echo consierto con el Olandes rebelde, para que le dè socorro, para lo que le promete largarle el Brazil, y las Indias Orientales; três navios, que se aprestavan para Pernambuco los robô, y desbarato, quitandoles las armas, y bastimentos, que importavan mas de quatro cientos mil ducados, por lo que se tenga cuenta com la passage a aquel Reyno, y atodo lo que fuere Portugues, ô persona no conocida, que acometiere el passo les mirareis todo lo que lleva, y todos sus papeles, y los dineros que llevan les quitareis, y los prendereis, y me avizareis, y nada passará sin passaporte firmado por Diego Soares¹³⁶, ô Antonio de Contreras mis Secretarios de guerra, y por quanto la ciudad del Puerto esta a my obediência, los que dè ella venieren, ô fueren hallen en vos buen acogimiento, y favor”¹³⁷.

Além da guerra certa com Castela, o reino português também enfrentava ofensivas por parte dos holandeses, que cobiçavam a posse dos domínios ultramarinos, nomeadamente no que respeitava a Malaca, Cabo Verde, Corimba e Maranhão.

Na anterior transcrição, podemos observar que, o conde-duque Olivares e o monarca castelhano acusaram D. João IV de, em benefício da *Liga*, pretender ceder aos holandeses as potências do Brasil e das Índias. Consideravam que o monarca português tentava desta forma persuadir a seu favor quem vivia nos ditos territórios ultramarinos¹³⁸, alegando que estes não possuíam a defesa necessária.

Relembramos que os holandeses eram inimigos dos castelhanos, desde antes do período de união dinástica. E, já nesse período, os territórios ultramarinos portugueses

¹³⁴ Sobre esta questão cf. Edgar Prestage, *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda*, de 1640 a 1668, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

¹³⁵ Cassiana Gabrielli Gomes, *Diplomacia e concorrência colonial. Portugal e França 1640-1715* (Tese do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, 2014, p. 88.

¹³⁶ Diogo Ramada Curto, “A Restauração de 1640...”, p. 332.

¹³⁷ *Ocupa el rey D. Felipe o II de Castela o reyno de Portugal...*, f. 226. Cf. António Manuel Hespanha, “Um imperio evanescente”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 358-359.

¹³⁸ Joana Fraga, “Revoltas da monarquia hispânica...”, p. 140. Cf. António Manuel Hespanha, “A Guerra da Restauração no Brasil”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 362-363.

foram sujeitos a incursões indesejadas por se encontrarem sob domínio da monarquia castelhana¹³⁹.

Para contornar a situação, D. João IV enviou logo no início de 1641, os primeiros embaixadores à potência francesa¹⁴⁰. Os escolhidos foram o monteiro-mor Francisco de Melo (1575-1652) e o jurista Dr. António Coelho de Carvalho. Segundo o secretário João Franco Barreto (1600-1674), estes tinham a prioridade de provar a Armand Jean du Plessis (1585-1642), cardeal duque de Richelieu, o apoio que Portugal daria ao monarca francês, em termos de estratégia política¹⁴¹. Além disso, pretendia-se que a comunicação entre as duas embaixadas fosse constante, para que estas estivessem bem informadas das estratégias políticas e militares recíprocas, havendo um sentido realmente teórico de união¹⁴². Desta forma, era importante que a correspondência fosse enviada e recebida o mais rapidamente possível, ponderando-se na hipótese de se investir num correio marítimo sob a responsabilidade do embaixador português em França, D. Vasco Luís da Gama, entre 1642 e 1649¹⁴³. Neste sentido, esperava-se que a correspondência chegasse sempre que possível no prazo estabelecido, que por norma seriam quinze dias¹⁴⁴. Assim, era importante que os embaixadores de ambas as potências se correspondessem de maneira rápida para que as informações trocadas permanecessem atualizadas, por forma a se coordenarem-se em prol da boa diplomacia entre ambos os reinos. O problema era que Richelieu pretendia apoiar discretamente Portugal, prometendo dinheiro e apoio político e militar¹⁴⁵, e ao mesmo tempo efetuar negociações com Castela, com o objetivo de fortalecer a potência francesa¹⁴⁶.

¹³⁹ Rafael Marques de Lima, *João de Guimarães...*, pp. 30-33.

¹⁴⁰ Nuno Gonçalo Monteiro salienta ter sido “fundamental o apoio da França na causa dos conjurados portugueses”. Nuno Gonçalo Monteiro, “A Guerra da Restauração”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 366.

¹⁴¹ Joam Franco Barreto, *Relaçam da viagem que à França fizeram Francisco de Mello, Monteiro môr do Reyno, & o Doutor Antonio Coelho de Carvalho, indo por embaixadores do muito Alto, & muito Poderoso Rey de França Luis XIII, cognominado o Justo, este presente anno de 1641*, Lisboa, na Officina de Lourenço Anveres, 1642, pp. 62-66.

¹⁴² Joam Franco Barreto, *Relação da Embaixada a França em 1641*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, pp. 153-156.

¹⁴³ João Carlos Gonçalves Serafim, José de Freitas Carvalho, *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*, Porto, CITCEM-Edições Afrontamento, 2011, p. 20.

¹⁴⁴ Cf. Padre Manuel Laranjo Coelho, *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (marquês de Niza) embaixador em França*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. II. Daniel Oliveira de Carvalho, “O conflito político português na Europa em meados do século XVII: diplomacia, informação e imprensa”, in *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, CERMA, 2014. OpenEdition.Journals: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/65837#entries> (consult. 5 mar. 2020).

¹⁴⁵ Na sequência do falecimento de Richelieu em dezembro de 1642, o seu sucessor, o cardeal Mazarin mostrou-se reticente em se comprometer com a questão portuguesa. Joana Fraga, “Revoltas da monarquia hispânica...”, pp. 135-136.

¹⁴⁶ Thiago de Mello Cesar, *A Política externa...*, p. 32.

Daniel de Carvalho, salientou que desde maio de 1642 o embaixador português informava o monarca francês dos feitos do exército português frente ao inimigo castelhano¹⁴⁷. A intenção era mostrar a este que Portugal tinha capacidades para derrotar o inimigo e que aproveitaria todas as ocasiões para o conseguir. Esta premissa talvez nos elucidie sobre a questão que iremos confirmar adiante, relacionada com os primeiros anos da guerra, nos quais se verificou que a organização do exército português (que se organizava dividido por aglomerados, efetuando incursões em diversas localidades castelhanas, à época mal fortificadas e com escassa guarnição) era superior à do inimigo.

Foi precisamente durante o decorrer dos anos 1641 e 1642, que se verificou a disseminação de notícias de propaganda relacionadas com as vitórias do exército português sobre o castelhano, perspetivando a “*boa reputação do reino luso*”¹⁴⁸ e com o sentimento anti castelhano¹⁴⁹. O primeiro ataque português na Extremadura deu-se no final de 1640, na localidade de Villar del Rey. De seguida, entre julho e novembro de 1641, e maio de 1642, o exército português efetuara investidas eficazes contra Encinasola; em outubro de 1641, os ataques incidiram em Valverde de Leganés; em março de 1642, na localidade de Aroche e, entre junho e julho de 1642, Alconchel e Higuera de Vargas, respetivamente.

Ainda assim, os franceses pretendiam que o exército português empreendesse uma guerra claramente ofensiva contra o inimigo castelhano, não se limitando à potencial defesa¹⁵⁰. Aliados desde junho de 1641, a França enviou a Portugal o embaixador

¹⁴⁷ Daniel Oliveira de Carvalho, “O conflito político português na Europa...”.

¹⁴⁸ Existia um equilíbrio muito ténue entre o que se poupava na defesa e que se despendia para a propaganda do Reino. Note-se que nem sempre estes relatos correspondiam ao que na realidade ocorria em campo de batalha, o que provocou grande contestação no seio dos próprios agentes militares da Restauração. Daniel M. P. Saraiva, “As janelas da realidade: a função política das relações de sucessos na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668), in Jorge García López, Sònia Boadas Cabarrocas (coord.), *Las relaciones de sucesos em los cambios políticos y sociales de la Europa moderna*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, 2015, p. 329. João Camilo Costa, *O cerimonial na construção do Estado Moderno: Portugal no concerto europeu (1640-1704)* [Dissertação de Mestrado – História das Relações Internacionais], Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2013, p. 48. Vanda Anastácio, “‘Heróicas virtudes e escritos que as publiquem’ D. Quixote nos papéis da Restauração”, in *Iberamericana*, 2007, VII, 28, p. 121. Rui Bebião, “Literatura Militar da Restauração”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, Nº 9/10, pp. 83-98. Eurico Gomes Dias, *Gazeta da restauração: 1641-1648, uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*, Lisboa, MNE – Instituto Diplomático, 2006, p. 37.

¹⁴⁹ Pedro Cardim, “O Terceiro Ciclo (1495-1668)...”, p. 49. Cf. Cláudio Oliveira Moreira, *O Mercúrio Português (1663-1667): uma arma na Guerra da Restauração* (Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012. Duarte da Cunha Pernes, *O Mercúrio Português: uma análise do discurso* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012.

¹⁵⁰ Pedro Cardim, “Os ‘rebeldes de Portugal’...”, p. 109. Pedro Valenzuela, *Portugal unido...*, p. 52.

marquês de Berzet¹⁵¹, e em agosto do dito ano, chegou a Lisboa o embaixador holandês Adriano Gylsels para tratarem da logística de guerra¹⁵².

O monarca português pretendia o auxílio do exército francês, caso o conflito armado tomasse contornos insustentáveis, uma vez que não tinha meios financeiros, humanos e militares suficientes para sustentar a guerra¹⁵³.

É fundamental lembrar que, nesta época ainda se travava a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), em cujo conflito França estava diretamente envolvida¹⁵⁴. Pedro Cardim indica que o Congresso de Munster (1643-1649), que pretendia terminar com o dito conflito, foi o “evento que mais evidenciou a debilidade dos sequazes do duque de Bragança face aos complicados interesses da política europeia”¹⁵⁵. Esta debilidade prendia-se com o facto de existirem antagonismos nas potências europeias envolvidas¹⁵⁶: Castela e o Sacro Império Romano-Germânico unidos pela Casa de Áustria, França e Suécia. Os holandeses também participaram neste Congresso, mas não mostraram intenções de aliança com nenhuma das potências¹⁵⁷.

Neste contexto, foi imperativo por parte do monarca português a ênfase dada, em termos de política interna, aos assuntos militares, pois a qualquer momento se esperavam ataques por parte dos castelhanos em resposta aos empreendidos pelos portugueses na Extremadura no início da guerra (Villar del Rey: final de 1640; Encinasola: entre julho e novembro de 1641, maio de 1642; Aroche: em março de 1642; Alconchel: junho de 1642; Higuera de Vargas: julho de 1642; Jerez de los Caballeros, Telená e La Roca, no início de 1643; Montijo e Albuquerque: maio de 1643), pelo que o monarca dava luz verde ao envio de todo o apoio logístico e financeiro que as forças de Portugal iriam precisar para uma situação de guerra¹⁵⁸. Em julho de 1643, o próprio monarca decidiu ir auxiliar militarmente na fronteira alentejana com o propósito de incentivar os seus soldados a

¹⁵¹ António Valdez, *Anuario Portuguez, Historico, Biographico e Diplomatico seguido de uma synopse de Tratados e Convenções celebrados entre Portugal e outras potencias ou em que este Reino foi comprehendido desde 1093 até 1854*, Lisboa, Typographia da Revista Universal, 1855, p. 184.

¹⁵² Luís de Menezes, *Historia de Portugal Restaurado*, Lisboa, Na Officina de Domingos Rodrigues, 1751, Tomo I, p. 328. João Camilo Costa, *O Cerimonial...*, p. 48.

¹⁵³ João Camilo Costa, *O cerimonial...*, p. 48.

¹⁵⁴ Joana Fraga, “Revoltas da monarquia hispânica...”, p. 128. Fernando Dores Costa, “Interpreting the Portuguese War of Restoration...”, p. 3.

¹⁵⁵ Pedro Cardim, “Os ‘rebeldes de Portugal’...”, p. 102.

¹⁵⁶ Daniel Oliveira de Carvalho, “Francia interessada con Portugal...”, p. 26. Pedro Cardim, “Portuguese rebels’ at Munster. The diplomatic self-fashioning in the mid-17th century European Politics”, in Heinz Duchhardt (org.), *Der Wstfalische Friede. Diplomatie, politische Zäsur, Kulturelles Umfeld, Rezeptionsgeschichte*, Munique, R. Oldenbourg, 1988, pp. 293-333.

¹⁵⁷ Pedro Cardim, “Os ‘rebeldes de Portugal’...”, p. 102.

¹⁵⁸ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 86.

empenharem-se no conflito e saírem vitoriosos. O monarca encarregou a sua mulher, D. Luísa de Gusmão, do governo durante a sua ausência da capital, auxiliada pelo bispo de Elvas D. Manuel de Cunha (1594-1658), e por Sebastião César de Meneses, bispo-eleito do Porto (1???-1672)¹⁵⁹.

No entanto, tanto as forças portuguesas como as castelhanas estavam esgotadas, não representando as escaramuças fronteiriças os resultados esperados. Definia-se cada vez mais o sentimento de que a guerra não se revelaria tão breve quanto se julgou no seu início. Assim, incentivou-se o esforço militar, dando-se ordem para a abertura de fábricas de pólvora e salitre (em Alenquer, Leiria, Setúbal e Lisboa), armas, munições, arcabuzes e mosquetes (no Porto, Braga, Ponte de Lima, Guimarães e Barbacena) e, construção de arsenais (no Prado, em Tomar, Machuca e Figueiró dos Vinhos)¹⁶⁰. Mandaram-se reparar e artilhar fortificações, devendo iniciar-se o reforço urgente das antigas defesas das fronteiras, principalmente no que à província do Alentejo dizia respeito¹⁶¹. Para reforço da criação de um exército permanente, a partir de final de 1640 passaram a funcionar organismos auxiliares como o Conselho de Guerra¹⁶² e a Junta da Fronteira, cujo objetivo era inspecionar e tratar dos assuntos relacionados com as fortificações e com o estado de guerra.

Ao Conselho cumpriam as questões relacionadas com o serviço militar, nomeadamente confirmar as nomeações de categorias militares, passar patentes,

¹⁵⁹ Cf. Sebastião César de Meneses, *Summa Política, oferecida ao Príncipe D. Theodosio de Portugal*, Amsterdam, Tipographia de Simão Dias Soeiro, 1650. Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 86.

¹⁶⁰ Renato Marques Pinto [Major-general], “As indústrias militares e as armas de fogo portáteis no exército português”, in *Revista Militar*, 2009, N. 2495. *Revista Militar*: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/528> (consultado a 17 fevereiro 2020).

¹⁶¹ Em 1644, Marinho de Azevedo indicava que as localidades de fronteira estavam mal defendidas, “*por falta de Ministros militares para a distribuição do dinheiro, & armas, com que tudo se confundia: sendo mais o que se gastava inutilmente que o que se aproveitava, sucedendo o mesmo no desenho das fortificações em que se obrava com falta de engenheiros peritos*”. Esta última indicação mostra-nos a dificuldade de avaliação que existia no início da Guerra, dos modelos de fortificação a seguir em cada localidade, sendo que, ao recorrermos ao trabalho dos engenheiros militares estrangeiros como adiante veremos, existiam quezílias entre os mesmos, pelo que havia a necessidade constante de se formarem engenheiros militares portugueses por forma a não se depender dos estrangeiros em termos de defesa. Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos feitos, que os portugueses obraram em defesa de seu Rey, & pátria na guerra de Alentejo*, Lisboa, Oficina de Lourenço de Anveres, 1644, p. 8. Rafael de Jesus (Frei), *Primeiro volume da 18.ª parte da “Monarchia Lusitana”*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1958, Tomo I, pp. 39-40. *Carta de Martim Afonso de Melo para D. João IV, sobre a necessidade que há de haver nestes reinos pessoas que saibam da fortificação a fim de escusarmos depender dos estrangeiros que com esta precisão se enriquecem*. 11 de março de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 619, ff. 356v-357v. Cf. **Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 121**, pp. 127-128.

¹⁶² Criado a 11 de dezembro de 1640. Mafalda Soares da Cunha, “Elites e mudança política...”, p. 326. Luís Reis Torgal, “Restauração e ‘Razão de Estado’”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N. 9/10, p. 164. Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração: 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 25.

inspecionar o cumprimento dos cargos militares, dar licenças de serviço a oficiais e soldados, informar-se sobre o estado das fortificações ao longo da fronteira, mandando efetuar vistoria às mesmas sempre que necessário, bem como inspecionar o fabrico de armas e munições. Por seu turno, a Junta era diretamente responsável pela provisão e guarnição das fortificações de fronteira e dos portos marítimos. Mas, no início da guerra verificamos que o apoio logístico ainda aparentava ser muito débil, além de que escasseava o dinheiro para o armamento e para reforçar convenientemente as fortificações por forma a torná-las eficazes, bem como para o pagamento dos soldados. Mesmo para a constituição do exército havia falta de homens aptos a combater. Relembremos que, durante o período filipino todas as companhias de ordenanças que haviam sido organizadas em época de D. Sebastião pelo *Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem*, de 10 de dezembro de 1570¹⁶³, e pela *Provisão sobre Ordenanças*, de 15 de maio de 1574, haviam sido extintas, pois não convinha a Castela que Portugal tivesse homens armados, uma vez que muitos não eram a favor do seu governo.

Mas, no início da guerra, houve a necessidade de um exército permanente. Cada comarca de província passou a ter o seu capitão-mor, sargento-mor e dois ajudantes. Além disso, cada companhia e oficiais eram estatuídos pelo modelo do *Regimento de Ordenanças Sebásticas* atrás referido. Neste contexto, fizeram-se alistar em todas as

¹⁶³ O Regimento de 1570 criou as capitánias-mores, que se subdividiam em companhias de ordenanças. A constituição das capitánias era a cidade, vila, ou concelho, entendidas como circunscrição da organização territorial. O capitão-mor era eleito segundo a jurisdição de cada terra e os alcaides-mores por nomeação régia ou pela câmara. As nomeações eram confirmadas pelos corregedores das comarcas, que também tinham a obrigação de inspecionar se os homens válidos (entre 20 e 60 anos de idade) cumpriam os seus deveres de servir militarmente o reino. O capitão-mor, auxiliado por um sargento-mor, nomeava todos os oficiais das companhias. Estas deveriam ser compostas por 250 homens divididos em 10 esquadras, comandados por um capitão, alferes, sargento e 10 cabos de esquadra. Cada companhia detinha também o seu meirinho e escrivão. As pessoas obrigadas a ter cavalo também faziam parte da companhia, mas atuavam de forma separada desta. Após a Provisão de 1574, decretou-se que nas localidades onde apenas se pudesse criar uma companhia de ordenanças, deixaria de haver capitão-mor, sendo que os oficiais passariam a estar isentos de obediência aos seus senhores enquanto vassallos. Por este motivo, as ordenanças passaram a tornar-se uma organização dependente da coroa, deixando de coincidir com a organização concelhia. Desta forma, em 1578, levantaram-se na Estremadura, Alentejo e Algarve quatro terços que podem ser considerados os primeiros corpos de organização do exército. Já em 1643, os terços do exército do Alentejo centravam-se nas localidades de Moura, Olivença, Elvas, Campo Maior e Castelo de Vide. José Dias de Carvalho, “Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993”, in *Caderno de História Militar*, Lisboa, Direção de Documentação e História Militar, N.º 14. Luís Manuel Garcia de Oliveira [Major de Artilharia], *As grandes reorganizações do Exército Português. Lições aprendidas*, Instituto de Altos Estudos Militares: Curso de Estado Maior, 2002/2004, p. 6. Cf. Vol. II, **Anexo – II – Quadros e Gráficos, Quadro 1: Dispositivo territorial do exército no Alentejo, em 1643**, p. 249. Regimento e Provisão no Arquivo Digital do Exército: <https://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html>; <https://www.arqnet.pt/exercito/1574provisao.html> (consult. 17 jan. 2020).

comarcas todos os homens válidos entre os 18 e os 60 anos de idade, sendo necessária uma declaração dos que eram fidalgos e dos que tinham ou não armas e cavalos.

Este exército permanente requeria pagamento, pelo que a 28 de fevereiro de 1642, se publicou o Regimento do contador geral do exército por forma a que nas fronteiras do reino houvesse uma Contadoria para que através dela se pagasse ao exército¹⁶⁴.

Foi decretado que o exército permanente se dividisse em três escalões: o exército de linha, as tropas auxiliares ou milícias e as ordenanças. O primeiro era constituído por 20.000 infantes e 4.000 cavalos, recrutados por sorteio das listas de ordenanças, tendo o capitão-mor o direito de escolher os soldados que o constituíam. Era composto por terços de infantaria de 2.000 homens, divididos em dez companhias de 200 homens cada. Cada terço era comandado por um mestre de campo, e as companhias por capitães, enquadradas pelos oficiais, alferes, sargentos e cabos de esquadra. Era o mestre de campo general que detinha sob a sua alçada todos os terços pertencentes ao exército de linha do governo de armas de cada província. Os seus oficiais eram recrutados na nobreza e nomeados pelo rei, enquanto os soldados eram destacados nas listas de ordenanças, entre os filhos segundos de todas as classes sociais, excetuando os filhos de viúvas e lavradores, por estes últimos serem necessários ao cultivo da terra.

Era precisamente o exército de linha que se destinava aos propósitos da guerra nas fronteiras, sobretudo no que respeitava à província do Alentejo. Como tal, foi necessário estabelecer a sua organização e pagamento de soldo e alimentação, no *Regimento das Fronteiras* de 29 de agosto de 1645¹⁶⁵.

Com a segunda classe de ordenanças, composta por filhos de viúvas, lavradores e casados em idade militar, constituiu-se um segundo escalão do exército permanente, composto por tropas territoriais tropas auxiliares ou milícias. Destaque-se que os terços auxiliares tinham as mesmas funções do exército de linha, quando se verificasse essa necessidade dado o avançar da guerra. Neste sentido, tal como os soldados de linha, também passariam a vencer soldo e pão de munição quando recrutados.

Segundo o major de artilharia Luís de Oliveira, a partir de 1646, as tropas auxiliares passaram a compreender 25 terços auxiliares de todas as províncias e 5 de Lisboa. Cada terço era comandado por um mestre de campo, sendo os homens instruídos

¹⁶⁴ Manoel Fernandes Thomaz, *Repertorio Geral, ou Indice Alphabetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1819, Tomo II, p. 259.

¹⁶⁵ *Provisão sobre "Regimento das fronteiras"*. Lisboa, 29 agosto 1645. AHM, PT/AHM/DIV/4/1/19/01.

por sargentos-mores, capitães e alferes, vindos do exército de linha. Os terços constavam de 600 homens e as companhias eram divididas em 10 com 60 homens¹⁶⁶.

Por fim, formandas pelos restantes homens válidos, as tropas de ordenança constituíam um depósito dos outros escalões. Cada companhia de ordenança era composta por 240 homens cada. Existiam ainda as tropas territoriais de ordenança comandadas em cada comarca pelo seu capitão-mor e demais oficiais, entre os quais fidalgos, propostos em cada comarca pelo próprio capitão-mor ou pelas câmaras, nomeados por carta-patente do monarca.

Desta forma, as ordenanças passaram a constituir uma terceira linha de defesa do exército português, servindo apenas como defesa complementar à segunda linha do exército, composta por tropas auxiliares (por vezes pagas), e à primeira linha, constituída por tropas pagas. Isto não significa que as companhias de ordenança estivessem livres de ser recrutadas para as praças de guerra das fronteiras, pois em caso de necessidade foram sempre chamadas a serviço militar. No entanto, foram mais isentas da obrigação de combater.

No início da guerra, D. João IV também teve ao seu serviço a sua guarda real dos archeiros, composta por 100 portugueses com o seu tenente português, e por 100 alemães, com o seu respetivo tenente alemão¹⁶⁷; a guarda real de ginetes, comandada por um capitão-mor de ginetes; um terço do corpo académico da Universidade de Coimbra, comandado pelo seu reitor, D. Manuel de Saldanha¹⁶⁸; um terço de infantaria formado pelos clérigos e freires do arcebispado de Lisboa, comandado pelo Deão da Sé, e uma companhia de eclesiásticos do Porto, comandada pelo seu Deão; quatro terços da nobreza, comandados pelo príncipe D. Teodósio na função de coronel-general¹⁶⁹.

Além disso, pela escassez de homens no reino, já desde 1641, foi necessário Portugal recorrer a vários terços de companhias de mercenários franceses, holandeses e ingleses, entre outros oficiais estrangeiros, que se ajustavam como auxiliares aos príncipes dos países em guerra, ainda que em escasso número¹⁷⁰.

¹⁶⁶ Luís Manuel Garcia de Oliveira [Major de Artilharia], *As grandes reorganizações...*, p. 10.

¹⁶⁷ Decreto de 10 dezembro 1640 e Estatutos gerais para a Guarda Real Portuguesa e Alemã. Cf. José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa – 1640-1647*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 9, 300-313.

¹⁶⁸ *Petição de Francisco Carvalho Chaves, como procurador do prebendeiro da Universidade de Coimbra, para que lhe seja paga a despesa das bandeiras da jornada do Alentejo*. 24 janeiro 1645. Arquivo da Universidade de Coimbra, AUC-IV-1.ª E-1-1-1.

¹⁶⁹ Luís Manuel Garcia de Oliveira [Major de Artilharia], *As grandes reorganizações...*, p. 11.

¹⁷⁰ João Francisco Marques, “As Guerras da Restauração, entre 1643 e 1665...”, p. 109.

Neste sentido, foi necessário que tanto o Conselho de Guerra como a Junta da Fronteira, atuassem de acordo com uma nova dimensão política do poder, dado não se limitar a um perfil administrativo, devendo comportar também características militares.

Destaque-se que, para bom funcionamento destes organismos foi necessária a reorganização dos centros periféricos de poder do reino¹⁷¹, que continuaram a desempenhar uma função essencial na governação de todo o território¹⁷². O pluralismo político e institucional que até então se constituía fora do centro periférico de Lisboa, num contexto em que as casas senhoriais mais influentes fortaleciam a sua imagem face ao poder local que detinham¹⁷³, deixou de existir, embora a própria Casa de Bragança se tivesse conservado como “*estrutura senhorial autónoma dos bens da Casa Real*”¹⁷⁴. Desde o início da guerra, houve a necessidade de consolidar a nobreza e aproximá-la do monarca e da sua vida privada, pelo que os nobres mais influentes passaram a centrar-se em Lisboa, para exercerem funções nos órgãos administrativos para os quais haviam sido nomeados¹⁷⁵. Desta forma, passaram a ter um papel mais ativo em relação ao seu monarca, não se limitando a exercer funções a nível local. Aliás, os membros da primeira camada da nobreza, estavam habilitados para presidir aos Conselhos da Coroa, para deter os cargos-ultramarinos, tais como a nomeação de vice-rei¹⁷⁶ ou capitão-general, e nas províncias os de governador de armas, general de cavalaria ou de capitão-general da armada. Já os cargos de secretários dos Conselhos eram preenchidos por “*nobres de maior ou menor categoria*”¹⁷⁷, dependendo das causas da sua nomeação.

¹⁷¹ Fernando Dores Costa, “Governadores de armas, mestres de campo e capitães mores no Alentejo na Guerra da Restauração”, in Hermínia Vasconcelos Vilar, Mafalda Soares da Cunha, Fátima Farrica (coord.), *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul*, Lisboa, edições Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2012, p. 200.

¹⁷² Luís Reis Torgal, “Restauração e ‘Razão...’”, p. 164. Sobre as questões relacionadas com a Casa Real, cf. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, pp. 17-27.

¹⁷³ Estando a Casa de Bragança sediada em Vila Viçosa, concentrava extensos poderes jurisdicionais, que controlava pela nomeação de agentes administrativos, no seio da sua rede clientelar. Mafalda Soares da Cunha, “Relações de poder, patrocínio e conflitualidade. Senhorios e municípios (séculos XVI-1640)”, in Mafalda Soares da Cunha, Teresa Fonseca (eds.), *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-UÉ, p. 97.

¹⁷⁴ Fátima Farrica, “A Casa de Bragança e o governo das terras do Alentejo no século XVII”, in Hermínia Vasconcelos Vilar, Mafalda Soares da Cunha, Fátima Farrica (coord.), *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Séculos XII-XVIII)*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-UÉ, 2013, p. 72. Pedro Cardim, “Memória comunitária y Dinámica Constitucional en Portugal (1640-1750)”, in Pablo Fernández Albaladejo (ed.), *Los Borbones. Dinastía y memoria de nación en la España del siglo XVIII*, Madrid, Casa de Velázquez, 2002, pp. 138-139.

¹⁷⁵ Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, “Jerarquía nobiliaria y corte en Portugal (siglo XV-1832)”, in Francisco Chacón Jiménez, Nuno Gonçalo Monteiro (eds.), *Poder y movilidad social. Cortesanos, religiosos y obligarquias en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Universidad de Murcia, 2006, p. 182.

¹⁷⁶ Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, p. 127.

¹⁷⁷ Carlos da Silva Lopes, “A nobreza da Restauração...”, pp. 179-180.

Entendendo-se Lisboa como centro do poder administrativo, e no sentido da organização do poder e da logística interna, houve a necessidade de se dividir o reino em seis províncias – Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve¹⁷⁸ -, sendo a província do Alentejo a mais vasta e vulnerável pelas suas características topográficas, consistindo em:

*“(...) huma continuada extensão de terreno, situado da parte d’além do Rio Guadiana, cuja legitima posse não pode ser contestada de modo algum se não pela injustiça, pela violencia e pela muita força. Ella na maior parte da sua extensão hé plana, e por esta cauza tem sido particularmente escolhida em quazi todas as Guerras para as representações militares”*¹⁷⁹.

Inicialmente, D. João IV tentou manter o dispositivo institucional anteriormente criado pelos Filipes, tais como a Secretaria ou Conselho de Estado, a Secretaria das Mercês e do Expediente, Conselho da Fazenda, Conselhos e Tribunais da Coroa. Tratava-se de uma opção que respeitava o sistema e órgãos já existentes¹⁸⁰, representando uma atitude ponderada por parte do monarca. Como tal, D. João IV continuou com a prática governativa do Conselho de Estado, que era o principal órgão de decisão, no qual se discutiam os assuntos permanentes e se deliberava sobre problemáticas e propostas emanadas dos Conselhos anteriormente citados, constituindo no seu conjunto a malha governativa do reino¹⁸¹.

Segundo Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro, a aristocracia de corte que compunha o dito Conselho de Estado, era a mais determinante, influenciando na capacidade de decisão do monarca que devia ouvir o seu Conselho. Por ser tão influente, dentro da própria aristocracia eram comuns os conflitos, porque a sua hierarquização tornava os seus membros ambiciosos por alcançar cargos mais elevados na administração¹⁸².

¹⁷⁸ Devendo a defesa militar estar dividida de acordo com a necessidade de cada província. *Descrição de Portugal que tem por principal assumpto falar na fortificação de suas praças, e notar alguns defeitos que se devem prevenir para huma defesa geral*. S.d, s.l. Biblioteca Pública de Évora [BPE em diante], Fundo Manizola, Cod. 509-1, f. 6. *Colecção de coisas memoráveis dizendo respeito aos acontecimentos da restauração*. BPE, Fundo Manizola, Cod. 496, Tomo I, ff. 10v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 202 e 203**, pp. 225-245.

¹⁷⁹ *Idem*, ff. 7-8.

¹⁸⁰ Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 33.

¹⁸¹ Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, “Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV-XVIII, in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 60. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, pp. 29-32.

¹⁸² Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, “Aristocracia, Poder...”, p. 52.

Precisamente por esse motivo, D. João IV, auxiliado pelo secretário Francisco de Lucena (1578-1643), optou por efetuar a confirmação dos previamente nomeados para os cargos políticos, e as questões hereditárias das suas funções¹⁸³. Desta forma, D. João IV não substituíra ninguém que já detivesse um cargo político, apenas ocupava os cargos que previamente haviam sido detidos por castelhanos ou por apoiantes do antigo governo que fugiram para Castela, e que agora eram necessários organizar em prol dos assuntos de Estado do novo monarca.

Segundo Luís Reis Torgal, D. João IV terá também mantido o exercício dos tribunais previamente existentes¹⁸⁴, confirmando as mercês concedidas pelos monarcas castelhanos. Além disso, também optou por adotar as Ordenações Filipinas, tal como leis e regimentos anteriores a 1640. Aproveitou ainda o serviço de funcionários políticos que exerciam funções antes da sua aclamação, tais como o já mencionado Francisco de Lucena, Pedro Vieira da Silva (1598-1676) e Tomé Pinheiro (1566-1656), que exerceram postos políticos para D. Filipe III de Portugal, e que foram agora nomeados secretários de Estado do novo monarca¹⁸⁵.

À parte das questões administrativas, por influência de D. João IV também se criaram novos postos militares, adaptados à situação de guerra que se fazia sentir. De entre os postos criados, destacam-se o de tenente-general de artilharia (que respondia perante a Junta dos Três Estados¹⁸⁶ e a Junta do Comércio e o Conselho Ultramarino¹⁸⁷),

¹⁸³ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 86. Mafalda Soares da Cunha, “Elites e mudança...”, p. 326.

¹⁸⁴ Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 28.

¹⁸⁵ Luís dos Reis Torgal, “Restauração e ‘Razão...’”, pp. 163-164. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 35. Cf. Luís dos Reis Torgal, “A Restauração”: Breves reflexões sobre a sua historiografia, in *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1977, N. 1, pp. 23-40. Luís Reis Torgal, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração: contributo para o seu estudo* (Tese de doutoramento em História da Cultura Medieval e Moderna), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1978.

¹⁸⁶ Criada em janeiro de 1643, sendo-lhe atribuída a administração dos impostos extraordinários para suportar as despesas de guerra. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 34. Ângela Barreto Xavier, António Manuel Hespanha, “A representação da sociedade e do poder”, in José Mattoso [org.], *História de Portugal*, Círculo de Leitores, 1993, Vol. 4, p. 146.

¹⁸⁷ O Conselho Ultramarino foi criado a 14 de julho de 1642, com poderes executivos, de fiscalização e de consulta relacionada com a fazenda, administração, comércio, justiça e guerra nos territórios ultramarinos portugueses da Índia, do Brasil, de São Tomé, Cabo Verde e África. *Idem*, p. 164. Pedro Cardim, “La gobernación de Portugal...”, p. 18. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 32. Cf. Erica Camarotto de Souza, *Apontamentos Diplomáticos sobre Consultas do Conselho Ultramarino referentes à Capitania de São Paulo* (Dissertação de Mestrado em Letras), Universidade de São Paulo, 2007; Marcello Gomes Loureiro, “O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política da monarquia pluricontinental (1640-1668) – notas de pesquisa”, in *Colloque Le “bon gouvernement des peuples”: une recherche collaborative et son contexte historiographique*, 2013.

Open.Edition Journals: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/65830> (consult. 17 jan. 2017).

bem como os postos de governador de armas da província¹⁸⁸, de mestre de campo general e de capitão-mor¹⁸⁹ (que respondiam perante o Conselho de Guerra).

A par desta distinção, também se propôs um novo sistema de recrutamento militar adaptado à situação de emergência que se fazia sentir¹⁹⁰. Saliente-se que, a nobreza que apoiava o monarca não primava pelos serviços militares, e muitos dos que haviam servido os monarcas castelhanos, permaneceram fiéis e ao serviço do anterior monarca, ou foram encarcerados por ordem do governo castelhano, para que não tivessem oportunidade de mudar para a causa portuguesa. David Martelo indica que muitos dos nobres também não se dispunham a lutar por D. João IV porque não aceitavam que o comando não fosse exercido pelo monarca¹⁹¹, visto que se pretendia a formação de terços de infantes e companhias de cavalaria fossem dirigidas por mestres de campo e por capitães de cavalos¹⁹². Também se deveriam alistar todos os homens aptos, até aos setenta anos. Os filhos segundos de todas as famílias deviam integrar os terços, servindo como soldados pagos, auxiliados pelos terços de auxiliares¹⁹³, compostos por homens casados “*de boa idade, dos filhos únicos de viúvas e dos lavradores*”¹⁹⁴. Estes apenas deviam acudir quando necessário por não estarem permanentemente ao serviço, como verificámos. Constituíam um terço de reserva, que era designado para atuar quando os governadores das praças requeriam auxílio por proximidade iminente do inimigo, invasão, ou por falta de guarnição em determinada praça. Note-se que, nas situações mais urgentes, em que o inimigo já estaria perto de atacar uma praça, ou até de a conquistar, eram chamadas as companhias de ordenanças, compostas por homens mais idosos.

As ordenanças eram supervisionadas pelo Conselho de Guerra, pois sendo mobilizadas para fora das suas localidades, era imperativo ter-se conhecimento das suas ações na fronteira¹⁹⁵. Embora fossem consideradas imprescindíveis para manter a ordem e reter os abusos e prejuízos na fronteira, a intervenção desta companhia era prejudicial para o sistema monetário e, por norma, pedia-se que estes não participassem nas guerras

¹⁸⁸ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹⁸⁹ Fernando Dores Costa, “Governadores de armas...”, pp. 200-216.

¹⁹⁰ Nuno Lemos Pires, “Guerra global portuguesa...”, p. 344.

¹⁹¹ David Martelo, “Chefes militares estrangeiros...”, p. 4.

¹⁹² Fernando Dores Costa, “Governadores de armas...”, pp. 200-216.

¹⁹³ Francis Albert Cotta, “Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna: Um olhar sobre o caso português”, in *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, julho/agosto/setembro 2007, Vol. 4, Ano IV, N.º 3.

¹⁹⁴ Ângelo Ribeiro, “A Restauração da Independência...”, p. 30.

¹⁹⁵ Fernando Dores Costa, “O Conselho de Guerra como lugar de poder: a delimitação da sua autoridade”, in *Análise Social*, 2009, Vol. XLIV [191], p. 391.

da fronteira. Isto porque, ausentando-se das suas casas, não teriam dinheiro para pagar as contribuições pelas quais se sustentava a guerra. Além disso, deveriam ajustar-se as ordenanças que estavam até ao presente feitas, segundo determinações de 1644, em detrimento do seu aumento¹⁹⁶. Por esta via, D. João IV decretou que os governadores de armas não obrigassem a assistir na fronteira “*a gente da Ordenança*”¹⁹⁷, a não ser em caso de invasão extremamente grave, em que não houvesse a hipótese de acudir o exército pago e tropas auxiliares.

Saliente-se que a maioria do exército do Alentejo era composto por unidades pagas, sendo estas constituídas por militares experientes. Nestas unidades foi frequente a presença de estrangeiros durante todo o decorrer da guerra¹⁹⁸. Além disso, dada a natureza do território, estas unidades possuíam muitos efetivos de infantaria a cavalo, por se revelar uma modalidade de defensiva e ofensiva mais prática.

Em determinadas alturas da guerra, estas unidades pagas tiveram de ser auxiliadas pelas tropas auxiliares advindas de outras províncias, bem como necessitaram também do auxílio das referidas ordenanças. A perda de efetivos, quer por morte, ferimentos, ou por prisão, justificaram, aliás, o constante reforço defensivo das localidades alentejanas.

Todo este aparato se mobilizava para apoiar o próprio corpo do exército português, disperso pelo reino, carecendo de organização logística. Desta forma, desde o início do governo de D. João IV que se prepararam companhias e se dispuseram meios para financiar o esforço inerente à guerra, com importante cobertura logística para as situações de batalha na fronteira¹⁹⁹. Mafalda Soares da Cunha sublinha que, no início da guerra, se verificou a ausência de confrontos abertos, o que aumentava “*a tensão da expectativa*”²⁰⁰. Na verdade, era na fronteira que se sentia mais tensão, pois escasseava o dinheiro para a manutenção adequada do número de tropas, bem como para os reparos nas antigas defesas. Além disso, também os cavalos eram necessários em quantidade e qualidade na fronteira alentejana. Entre dezembro de 1644 e fevereiro de 1647, temos o exemplo de Álvaro Ferreira de Carvalho, superintendente da criação de cavalos da comarca de Avis, que foi elogiado pelos deputados da Junta da Criação de Cavalos,

¹⁹⁶ *Consulta sobre a questão das ordenanças militares*, 4 de janeiro de 1644. Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT em diante], Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 4, doc. 4.

¹⁹⁷ *Alvará de D. João IV sobre a Companhia de Ordenanças dever acudir a fronteira apenas em caso de invasão grave empreendida pelo inimigo*. 13 de março de 1646. BNE, R/22448(37), f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 60**, pp. 80-81.

¹⁹⁸ Jorge Penim de Freitas, “A estratégia de defesa da raia alentejana e a capitulação de Olivença em 1657”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, p. 48.

¹⁹⁹ Pedro Cardim, “A diplomacia...”, p. 356.

²⁰⁰ Mafalda Soares da Cunha, “Elites e mudança...”, p. 330.

nomeadamente por Pedro de Mendonça, conde da Torre do Conselho de Estado de D. João IV, e por Gregório de Valcácer de Morais, desembargador. O dito Álvaro serviu com satisfação e zelo no cargo de superintendente de cavalos, “*respondendo aos agravos e informações muito a tempo*” e contribuindo para o aumento da criação de cavalos²⁰¹; além disso, a 17 de setembro de 1642, servindo como soldado “*com dois cavalos à sua custa*”, assistiu prontamente na praça de Olivença quando o inimigo a cometeu, cercando as defesas até ao momento construídas²⁰².

No entanto, a necessidade de cavalos nunca era correspondida em tempo de guerra, pois muitos morriam ou ficavam feridos em campo de batalha ou pelo assolamento dos campos. Apenas em março de 1650, D. João IV decretou que pela necessidade de haver grande quantidade de cavalos nas fronteiras, se deveria evitar a utilização de carruagens.

Desde o início, que a logística de guerra não era adequada e as pequenas investidas do inimigo, embora apenas assolando os campos, representava ameaça constante para as populações das localidades de fronteira que viviam em sobressalto, por verem as obras nas fortificações sem avançar, e nunca sabendo quando se iria dar um ataque decisivo por parte de Castela.

Além da estratégica dos assuntos de natureza militar, no Conselho de Guerra debatia-se também sobre a gestão dos recursos recolhidos para a guerra, nomeadamente sobre o dinheiro para o pagamento dos salários dos soldados²⁰³. Apesar do aumento de impostos vivenciado no governo anterior, era agora evidente a crescente necessidade de dinheiro para a manutenção de despesas relacionadas com homens de guerra e armas²⁰⁴. Segundo Monique Vallance, a separação do governo castelhano deixara Portugal privado

²⁰¹ *Certidão em como Álvaro Ferreira de Carvalho, Superintendente da Criação de Cavalos exerceu eficazmente a sua função até falecer*. Lisboa, 5 de março de 1650. Biblioteca Geral da Universidade de Évora [BGUE em diante], Reservados, Fundo Túlio Espanca [*sem cota*]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 154**, p. 154.

²⁰² Álvaro Ferreira de Carvalho passou a servir como soldado da companhia do general da cavalaria Francisco de Melo e assentou praça na companhia do capitão João de Saldanha da Gama, “*a sua custa, com dois cavalos e armas suas*”, servindo nas praças da fronteira alentejana sem se ausentar. *Certidões relativas aos serviços de Álvaro Ferreira de Carvalho*. Campo Maior, 25 de outubro, 9 de novembro e 2 de dezembro de 1642, 11 de setembro de 1644; Olivença, 9 de novembro de 1642, 23 de julho de 1643. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [*sem cota*]. *Petição de Álvaro Ferreira de Carvalho, para que se passe certidão dos seus serviços*. Elvas, 12 de fevereiro de 1644. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [*sem cota*]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 19, 20, 22, 23, 37, 45**, pp. 48-51, 58-59, 65.

²⁰³ Maria Luísa Gama, Maria Luísa, *O Conselho de Estado... op. cit.*, p. 80.

²⁰⁴ António Manuel Hespanha, “A ‘Restauração’ portuguesa...”, p. 32.

do tesouro real, pelo que nos primeiros anos de guerra, D. João IV teria efetuado o seu financiamento com os seus próprios rendimentos²⁰⁵.

Segundo Fernando Dores Costa, o Conselho de Guerra debatia-se permanentemente com a dificuldade de recrutar soldados e de os manter nas fronteiras, destacando-se os limites do financiamento para as tropas pagas e a ausência de meios que permitiam o Conselho de Guerra agir, uma vez que neste assunto detinham influência as Cortes, por intermédio dos seus procuradores²⁰⁶, a Junta dos Três Estados e o Conselho da Fazenda²⁰⁷.

Para auxiliar nas despesas, após a aclamação de D. João IV, o cabido da Sé de Coimbra dispôs-se a oferecer todas as rendas da mesa capitular, a prata das igrejas e o cobre dos sinos, pressupondo uma campanha militar rápida²⁰⁸.

No entanto, não se antevendo uma guerra efémera, nas Cortes de 28 de janeiro de 1641 decretou-se que se deveria cobrar tributação extraordinária para sustentar a guerra. Os fidalgos deveriam avançar com um donativo, os eclesiásticos com uma finta proporcional ao que valia cada bispado²⁰⁹, os comendadores com o décimo das comendas, e o povo deveria contribuir com o real d'água enquanto durasse a guerra.

Logo em setembro de 1641, era notória a grande necessidade que havia de dinheiro para a manutenção da defesa do reino²¹⁰, para a qual não bastavam as rendas reais, que se consideravam diminutas e exaustas²¹¹. Pensando que a guerra não duraria mais do que três anos, D. João IV incrementou um subsídio de 1.800 mil cruzados para sustentar 20.000 homens de infantaria e 4.000 de cavalaria²¹². O dito montante seria arrecadado a partir da cobrança da décima parte do que valessem os rendimentos das fazendas dos vassallos, “*não se excetuando género algum de pessoa que deixasse de*

²⁰⁵ Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 129.

²⁰⁶ Cf. Pedro Cardim, “Cortes e procuradores...”, pp. 63-71.

²⁰⁷ Fernando Dores Costa, “O Conselho de Guerra...”, p. 414. Luís Reis Torgal, “Restauração e ‘Razão...’”, p. 164. Pedro Cardim, “La gobernación de Portugal...”, p. 18. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 32.

²⁰⁸ Manuel Lopes de Almeida, *Notícias da aclamação e de outros sucessos* (Tese de Doutoramento em Ciências Históricas e Filosóficas), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1940, pp. cl.

²⁰⁹ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, 1945, Tomo I, p. 144.

²¹⁰ Joaquim Romero de Magalhães, “Dinheiro para a guerra: as décimas da restauração”, in *Hispania*, N.º 216, p. 158.

²¹¹ “*Todo o dinheyro aplicado as despezas de guerra deve entrar na Receyta do Tezoueyro mór dos trez estados e della passar ao Pagador geral do qual cobrara conhecimento em forma para a sua conta feito pelo Escrevão de Sua Receyta e assignado por ambos*”. BNP, *Livro 1º das ordens que se devem observar nas Vedorias para boa arrecadação da fazenda de Sua Magestade*, 1641-1652, f. 3.

²¹² José Justino de Andrade e Silva, *Collecção chronologica...*, p. 66.

contribuir a dez por cento de qualquer qualidade de fazenda de que fosse senhor”²¹³. Assim, o contributo era proporcional aos rendimentos de cada um.

Para auxiliar nas despesas, todas as pessoas que detivessem bens de raiz, juros e tenças, bem como os ordenados de ofícios, deveriam pagar anualmente a décima parte do seu rendimento, sem exceção nem privilégio. Da mesma forma, as pessoas que não usufruíssem de rendas e detivessem apenas ofícios sem ordenados, mas possuíssem o título de prelados, e quem detivesse negócios, trato e maneio, pagaria também a décima parte daquilo que obtivesse de rendimento cada ano. Aqueles que não tivessem rendas, nem fazendas, ofícios, maneio ou trato, sendo apenas oficiais mecânicos que viviam do seu trabalho e mesteres, não tendo o estatuto de pobres, contribuiriam com o pagamento da vintena do que pagassem a cada ano dos alugueres das casas em que tivessem morada.

Além disso, o imposto da décima (que consistia numa contribuição geral sobre a propriedade para fazer face às despesas militares), instituído pela lei de 5 de setembro de 1641, que era pago na Chancelaria das Provisões, passaria a pagar-se sendo vintena (imposto sobre as casas de quem recebia ordenado ou moradia dos patrões), correspondendo a cinco por cento. As fazendas que entravam na Casa dos Cinco (uma décima de todas as rendas de bens de raiz, juros, ordenados, tenças, entre outras rendas e ofícios, de trato e maneio, vintena da renda de casas de morada de trabalhadores ou mesteres) seriam aumentadas em direitos, sendo que os três por cento das fazendas que se costumavam pagar no Consulado, deveriam passar para dez por cento, caso não se despachassem para a Alfândega, pagas a vinte e quatro por cento.

Segundo Joaquim Romero Magalhães, a partir do início da guerra contribuiu-se por cada mês da seguinte forma: com 16 vinténs contribuía os fidalgos que não fossem pobres, os desembargadores e homens togados, os homens do meio e cidadãos ricos, os homens de trato ou maneio grosso, os mercadores de lojas de sedas e panos, os mercadores ricos de lojas grandes, os franqueiros ricos e os vinhateiros; já os fidalgos pobres, os desembargadores e homens togados pobres, os homens de trato ou maneio grosso de menos cabedal, os mercadores de lojas de sedas e panos pobres, os mercadores de lojas pequenas e os fanqueiros de menos cabedal, contribuía apenas com metade, ou seja 8 vinténs. Contribuía com menos fazenda os homens do meio e cidadãos, os mercadores de lojas pequenas pobres, os vendedores de vinho a vendagem e comida, os oficiais com trato e maneio, os oficiais afazendados, os oficiais sem tendas mas ricos, os

²¹³ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, 1945, Tomo I, p. 144.

tendeiros de bons lugares (todos eles contribuía com 4 vinténs); os vendedores de vinho a vendagem e os tendeiros contribuía com 2 vinténs; já dos officias com tendas e os officiais sem tendas pobres, os obreiros, os tendeiros de fruta e os criados, se arrecadaria 1 vintém²¹⁴.

A arrecadação destes rendimentos era efetuada em todas as freguesias do reino por uma Junta nomeada pela câmara, na qual figuravam um fidalgo, um homem nobre, um homem de negócios e um oficial mecânico. Da junta fazia também parte um clérigo, nomeado pelo bispo.

Além desta, proveu-se também a Junta das Fronteiras que orientava o lançamento e recolha dos tributos.

Segundo António Manuel Hespanha, o lançamento dos impostos era efetuado por juntas paroquiais compostas por cinco pessoas: em Lisboa, constituía-se por um fidalgo, letrado, cidadão ou nobre, e duas pessoas do povo; sendo que no restante reino, as juntas eram constituídas por vereador, nobre ou cidadão, fidalgo e uma pessoa do povo. Os seus membros eram escolhidos na câmara e tinham a função de chamar “*os fregueses dos róis*”, tirando informação relativa às suas rendas, efetuando o assento das mesmas para conhecimento dos Três Estados²¹⁵.

Da mesma forma, impostos indiretos como o real d’água eram cobrados em todo o reino, sem exceção alguma. Impunha-se um no arrátel de carne, e outro na canada de vinho. Além destas contribuições, havia o imposto voluntário, a repartição das patacas, reais e os vinténs.

Supunha-se que com a junção destas contribuições se retirasse o dinheiro necessário para a guerra e defesa da fronteira (especialmente obras nas fortificações). Ao longo dos anos, tornou-se claro que os impostos se iam agravando e a capacidade de resposta para a guerra e defesa da fronteira não correspondia à necessária manutenção que o reino necessitava²¹⁶. Aliás, Fernando Dores Costa elucida-nos sobre o debate em torno do destino do real d’água, que supostamente era entendido como um contributo que os povos impunham sobre si, de forma voluntária e consciente, como despesas para a

²¹⁴ Joaquim Romero Magalhães, “Dinheiro para a Guerra: as décimas da Restauração...”, pp. 161-162.

²¹⁵ António Manuel Hespanha, “As finanças portuguesas nos séculos XVII e XVIII”, in *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, 2013, Vol. VIII, N.º 2, p. 116.

²¹⁶ Aliás, a guerra não se fazia sentir apenas nas fronteiras entre Portugal e Castela. Era necessário também responder à ofensiva que se vivia no Brasil porque a Companhia das Índias Ocidentais tinha alargado o território conquistado. Joaquim Romero Magalhães, “Dinheiro para a Guerra...”, p. 165. Marcello José Gomes Loureiro, “O governo por Conselhos na monarquia portuguesa do pós-Restauração: algumas notas de pesquisa”, in *XXVIII Simpósio nacional de História, Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis, 2015, p. 1.

guerra e defesa das localidades respetivas. Desta forma, este não deveria ser fixado contra a vontade dos moradores, devendo ser gasto no intento de defesa, tal como expresso nas Cortes de 1645-1646. Porém, ao longo da guerra verificou-se que em muitos dos lugares fronteiriços o rendimento deste imposto foi indevidamente utilizado, resultando de pouca utilização para a defesa das localidades, sendo os avanços das obras nas fortificações muito pouco significativos. Assim, a partir de julho de 1654, o dito rendimento deveria passar a ficar a cargo do tesoureiro das fortificações, para que por ordem dos governadores de armas e dos vedores-gerais da artilharia, se despendessem de forma concertada nas fortificações²¹⁷.

Agravado o estado de guerra, os exércitos em estado de prontidão para guarnecer as localidades próximas de fronteira escasseavam, bem como o dinheiro necessário ao avanço das obras nas fortificações do Alentejo, ou para reparo de elementos de defesa destruídos por incursões do inimigo. Estagnando muitas vezes as obras nas fortificações ao longo de toda a guerra, claramente o reino não estava preparado para fazer frente ao inimigo de forma orientada e concertada, verificando-se situações graves em que quase se deu a guerra como perdida, como foi o caso das tomadas de Arronches, em junho de 1661, Ouguela e Monforte, em junho do ano seguinte e de Castelo de Vide e Évora, em maio de 1663²¹⁸, de que adiante nos ocuparemos.

Retomando o tópico que vimos desenvolvendo, as perspetivas no início da guerra eram de que os rendimentos arrecadados seriam bastantes, podendo até sobrar. Mas, caso se verificasse que não chegariam para toda a logística necessária de guerra e defesa, resultaria na continuação da cobrança dos ditos impostos nos anos seguintes, efetuada da forma sobredita. No entanto, nos primeiros anos do conflito, apontava-se sempre esperança de que os rendimentos para as despesas de guerra sobrassem, podendo vir a cessar todas as contribuições lançadas, tanto do pedido voluntário, como da repartição das patacas, reais e vinténs. A cessação destes impostos não se veio de facto a verificar ao longo da guerra, visto que esta se intensificou.

²¹⁷ Fernando Dores Costa, “As forças sociais perante a guerra: as cortes de 1645-46 de 1653-54”, in *Análise Social*, 2001, Vol. XXXVI, p. 1163.

²¹⁸ Destaque-se que, entretanto, o governo castelhano ordenou a redução dos soldados devido a dificuldades para os sustentar, pelo que estas tropas perderam a força que haviam conquistado nos locais de que se apoderaram, tendo que recuar à Extremadura. Rafael Valladares, *La Rebelión de Portugal (1640-1680), Guerra, conflito y poderes em la monarquía hispánica*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1998, p. 184. *Consulta a el-rei de Espanha Felipe IV sobre as cousas de Portugal no ano de 1664. Voto do Marquês de Caracena e voto em contrário de um conselheiro, o Dr. Salazar*. BPE, Cod. 48-9, f. 2v. Cf. Vol II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 181**, pp. 183-188.

Para se canalizarem os rendimentos possíveis para as questões militares, foi decretado que não se cobrasse a décima dos rendimentos das propriedades, que por norma era imposta para as obras e reparos de igrejas. E note-se que, durante as contribuições extraordinárias, os donos das fazendas não poderiam aumentar os preços dos arrendamentos das mesmas, nem das casas de morada.

Além disso, em benefício da defesa do reino, os ministros do Conselho, ministros de justiça e oficiais, não receberiam salários, assinaturas nem “*algum percalço, ou emulumento*”²¹⁹.

Para que a cobrança deste rendimento (da décima) fosse efetuada em igualdade, a sua arrecadação deveria efetuar-se aos quartéis de cada ano, sendo que:

*“(…) dos quaes hum somente se dará logo antecipado para se poder acudir as necessidades presentes que não sofrem dilação, e assistirão, e entervirão, na repartiçam arbitramento, e tudo o mais necessário para a execução, sinco pessoas em cada freguesia desta Cidade de Lisboa, e das mais do Reyno, das quaes serão duas do Povo, das que este anno presente servem na Casa dos Vintequatro, e que servirão nella os annos passados”*²²⁰.

Em 1641, D. João IV manifestava que era sua vontade que as ditas contribuições apenas durassem três anos, o que nos elucida sobre a esperança de uma guerra de curta duração. Contudo, pelos vinte e oito anos que durou, claramente os impostos foram grandemente cobrados “*em quanto nelles durarem a guerra, e aprestos necessários della, que acabados eles, ou cessando a guerra ficarão logo acabadas, e extintas sem se poderem continuar por nenhum tempo mais, nem por ellas ficar obrigação alguma, nem imposto direito algum Real*”²²¹.

No entanto, estes impostos não se revelariam suficientes, pelo que o monarca também apelou à lealdade do estado eclesiástico. Confiando que este também estaria interessado na defesa do reino, o monarca apelava para que voluntariamente acudisse com as suas rendas, “*sem prejuízo nem ofensa alguma de sua liberdade, e imunidade Ecclesiastica*”²²². Desta forma, nas dioceses os prelados deveriam acudir com a mesma décima das suas rendas, apelando não apenas à necessidade de defesa de todo o reino, mas à sua própria defesa.

²¹⁹ Alvará de D. João IV para se efetuar a cobrança de impostos reais para manter o exército do reino. 5 de setembro de 1641. BNE, R/22448(7), f. não numerados. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 12**, pp. 41-43.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Ibidem*.

No seguimento desta ordem, temos notícia pelo arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha e Silva (1577-1643), de que se reconhece a obrigação de que todos os vassallos do reino deveriam acudir para as despesas relacionadas com a sua defesa. Não sendo suficientes as rendas do património real, o estado eclesiástico passou um edital no qual constava que contribuía com as décimas de seus benefícios e bens patrimoniais “*para socorro das guerras presentes*”²²³, reconhecendo que os gastos na fronteira eram excessivos, bem como os das despesas com as “*Armadas, & outras preparações, & aprestos, que se estão fazendo de novo tão necessários para a deffensão do Reyno em comum & em particular*”²²⁴. Para se cumprir tal intenção, seriam enviadas aos vigários da vara do arcebispado de Lisboa memórias descritivas de avaliação do rendimento dos benefícios eclesiásticos, bem como o que cada pessoa eclesiástica individualmente deveria pagar a cada ano, deduzindo-se cerca de dez por cento do declarado que importasse a cada quartel, sendo que a primeira prestação se deveria pagar adiantada.

Posto isto, os ditos vigários da vara deveriam notificar cada indivíduo para que dentro de dez dias entregasse o dito primeiro quartel, sob pena de “*suspensão de suas ordens, e passado o dito termo deixando se estar insordecidos por outros dez dias, nesse cazo os mandará munir com termo de três, & não satisfazendo os declarará por exomunugados, & pagando com efeito os mandará absolver*”²²⁵.

Com efeito, os priores, vigários, curas, coadjutores, capelães, beneficiários, ecónomos e tesoureiros a exercer funções deviam pagar o que a cada um respeitava, consoante a sua função. Com exceção dos priores, que deviam também pagar pelos ausentes, retirando “*os ditos quarteis dos frutos dos benefefficios*”²²⁶, e recebendo uma certidão em como haviam pago o dito contributo.

Ainda segundo D. Rodrigo da Cunha, os beneficiários que pagassem pensão, deveriam satisfazer o dito rendimento pelos pensionários, sendo que o que dessem teria de ser descontado na própria pensão que pagassem.

²²³ *Carta do Arcebispo de Lisboa, Rodrigo da Cunha e Silva, sobre o contributo da décima dos benefícios e bens patrimoniais dos eclesiásticos para se sustentar a guerra e defesa do reino*. 15 de novembro de 1641. BNE, R/22448(12), f. não numerados. Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 14**, pp. 44-46.

²²⁴ *Carta do Arcebispo de Lisboa, Rodrigo da Cunha e Silva, sobre o dever que o Estado eclesiástico tem de contribuir para as despesas da guerra na fronteira*. 15 de novembro de 1641. BNE, R/22448(11), f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 15**, pp. 46-47.

²²⁵ *Carta do Arcebispo de Lisboa, Rodrigo da Cunha e Silva, sobre o contributo da décima...*, f. não numerados.

²²⁶ *Ibidem*.

Como responsáveis pela cobrança deste rendimento, os vigários da vara tinham a obrigação de dar quitação às partes integradas do que cobrassem, devendo avisar o provisor e os ministros eclesiásticos nomeados para este efeito²²⁷, do que já haviam recebido em consideração do que se pudesse despendar para as questões da defesa do reino.

Para o devido cumprimento desta ação, os vigários da vara não estavam autorizados a estender prazos de pagamento aos devedores, sendo que pela brevidade da situação de guerra, deveriam proceder imediatamente às devidas execuções.

Assim, foi decretado que o primeiro quartel que venceria no mês de março de 1642, se deveria pedir adiantado e se deveria pagar até ao final de 1641. As seguintes cobranças seriam efetuadas em junho de 1642, depois em setembro e dezembro.

Note-se que as contribuições eram assentadas pelos vigários da vara no livro numerado destinado ao lançamento e receção de cada quartel: “*no livro se escreverá com toda a distinção, & clareza lançando cada adição sobre si, pondo cada Igreja apartada, & nomeando por seus nomes os ministros della pera que não aja confusão*”²²⁸.

E, uma vez que as pessoas eclesiásticas não tinham apenas o dever de pagar a décima parte de seus benefícios, mas também dos bens patrimoniais que detinham, cada vigário da vara deveria deslocar-se pessoalmente às igrejas do seu distrito para efetuar alegações. Os clérigos seriam previamente avisados para que tivessem a hipótese de estar presentes junto do vigário da vara, a quem declarariam os bens patrimoniais que detinham e o que rendiam a cada ano, depois das despesas ordinárias, foros e pensões que pagassem, abatendo-se as mesmas do rendimento final. O vigário da vara efetuava posteriormente a indicação da quantia que se deveria pagar a cada quartel e quando se deveria iniciar a dita cobrança.

No âmbito da contribuição de impostos por parte de toda a população para se adquirirem meios de defesa do reino, também devemos destacar um aspeto importante: a ocultação de bens. Esta ocorria contra as ordens do monarca. Era prática recorrente algumas pessoas ocultarem bens de outras ausentes em Castela, representando grave prejuízo para a defesa do reino, pelo que deviam ser denunciadas. Assim, por alvará de

²²⁷ *Carta do Arcebispo de Lisboa, Rodrigo da Cunha e Silva, sobre o dever que o Estado eclesiástico tem de contribuir para as despesas...*, f. não numerado.

²²⁸ *Carta do Arcebispo de Lisboa, Rodrigo da Cunha e Silva, sobre o contributo da décima...*, f. não numerados.

21 de junho de 1644, D. João IV proclamou que se desse denúncia dos ditos bens, sendo que:

*“(...) se dem a terça parte do que eles importarem pela fazenda das pessoas que em sy tiverem occultado o dos ditos ausentes, & alem da pena referida encorrerão mais em perda de outra tanta fazenda, como a ouverem occultado, & serão degradados por tempo de cinco anos para os lugares das fronteiras deste Reyno, onde servirão á sua custa”*²²⁹.

Particularmente em novembro de 1651, era notório o atraso da cobrança das décimas, devendo-se já quantias consideráveis da mesma, *“que se não pagarão, dos lançamentos dos anos passados”*²³⁰. Esta questão afetava sobretudo a provisão que se poderia efetuar na fronteira. Não havendo outro dinheiro destinado para as questões da guerra e defesa, esta dilação constituía dano irreversível. Por alvará do dia 13 do dito mês, D. João IV considerou meios que permitissem maior brevidade na cobrança das décimas. Estes não poderiam efetuar devidamente o seu serviço se não detivessem os meios necessários para acudir prontamente em caso de necessidade.

O monarca ordenou que a cobrança das décimas deixasse de ser efetuada pelos lançamentos das freguesias, e que se começasse a encarregar aos julgadores letrados²³¹, ouvidores e corregedores das comarcas a que correspondesse cada uma das suas jurisdições²³².

Para assegurar a devida cobrança das décimas, o desembargador do paço, deveria apresentar certidão do lucro do registo a cargo do sargento-mor João Borges de Moraes, a partir de 1651. Na dita certidão deveria constar a quantidade que fora lançada em cada freguesia, bem como a quantidade que efetivamente cobrara durante a sua diligência. Desta forma, verificando-se falta de algum valor da décima, nos seus *“lançamentos, presentes, & atrasados”*²³³, o monarca não beneficiaria a dita freguesia com mercês.

²²⁹ Alvará de D. João IV sobre a denúncia de bens ocultos de ausentes em Castela. 21 de junho de 1644. BNE, R/22448(30), f. não numerados. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 41**, p. 62.

²³⁰ Alvará de D. João IV sobre a cobrança das décimas necessárias às despesas da guerra na fronteira. 13 de novembro de 1651. BNE, R/22448(59), f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 163**, pp. 166-167.

²³¹ Que eram tidos como elementos fundamentais no seio da administração. Luís Reis Torgal, “Restauração e ‘Razão...’”, p. 164. António Manuel Hespanha, “Os juristas e o poder”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 360-361.

²³² No documento indica-se que a cobrança das décimas era efetuada nos *“destrictos”*, e não comarcas. Contudo, confrontando com a divisão administrativa da época, optámos por indicar comarca pois estas eram uma subdivisão das províncias, estando sob a jurisdição de um corregedor. Alvará de D. João IV sobre a cobrança das décimas necessárias às despesas da guerra... Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 222.

²³³ Alvará de D. João IV sobre a cobrança das décimas necessárias às despesas da guerra...

Apenas tolerava a falta da décima se verificasse que a sua cobrança naquela freguesia era impossível de suportar.

Na verdade, apesar de, durante o seu governo, D. João IV ter tentado canalizar o dinheiro necessário para o eficaz esforço de guerra e mesmo com os impostos sobre propriedades e ofícios no final do seu reinado, observamos que não se chegou a atingir o objetivo de uma defesa eficaz, não se verificando ataques significativos contra os castelhanos e estando o estado do conflito longe de findar. Em 1651, não existia dinheiro suficiente para canalizar para o esforço de guerra, sendo evidentes os atrasos nos pagamentos de soldados e a falta de recursos para os sustentar e curar, em caso de feridos em batalha²³⁴.

Além disso, a aliança com França parecia ser mais custosa a Portugal do que vantajosa no conflito travado com Castela. De facto, em março de 1652, o valido de Luís XIV (1638-1715), o cardeal Jules Mazarin (1602-1661), ofereceu novo auxílio a Portugal, em troca de dinheiro, acreditando que Portugal detinha dinheiro nos seus cofres, pelo que não percebia porque o reino não atacava eficazmente a Extremadura, por forma a proporcionar uma derrota castelhana e terminar a guerra. Não conseguindo satisfazer Mazarin em termos monetários, por não conseguir pagar o auxílio, Portugal viu-se desde então a travar uma guerra diplomática com França²³⁵, com a qual D. Luísa de Gusmão no início da sua regência teria de lidar.

2.2. O papel da rainha regente, D. Luísa de Gusmão (1656-1662) e o árbitro de D. Afonso VI (1657-1668): práticas governativas e resolução da Guerra

Após a morte inesperada de D. João IV, em 1656, sucedeu-lhe no trono o seu filho, D. Afonso VI. Sendo de menor idade e tendo fragilidades de saúde, foi D. Luísa de Gusmão, sua mãe, quem governou em seu nome, tentando estabilizar o governo de forma cautelosa²³⁶. Note-se que, sendo de origem castelhana, os súbditos portugueses não recebiam de bom tom a regência de D. Luísa, que temiam se aliasse ao inimigo e terminasse a guerra submetendo-se a Filipe IV. Mas, D. Luísa provou defender

²³⁴ Joaquim Romero Magalhães, “Dinheiro para a Guerra...”, p. 170. Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 130.

²³⁵ Edgar Prestage, *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668*, Watford, Voss and Michael, 1925, pp. 44-63.

²³⁶ António Caetano de Sousa, *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*, Lisboa, Academia Real, 1740, Vol. IV, pp. 425-426.

fortemente Portugal, destacando-se no plano diplomático, a nível do contingente militar e no incentivo de obras de fortificação na fronteira alentejana.

A morte do monarca provocou alterações em termos táticos do conflito. Durante o governo de D. João IV ocorreram pequenas incursões em ambos os lados da fronteira, que se materializavam em saques e assolamento dos campos. O monarca investira na defesa do reino e na inspeção das localidades de fronteira²³⁷ em que seriam necessárias obras de reforço na defesa, adaptando as antigas fortificações às características da arquitetura abaluartada para adequadamente resistirem aos ataques surpresa do inimigo.

Observa-se que, com a morte do rei e a regência da rainha, também o paradigma da guerra se alterou. Os castelhanos passaram a empreender ataques mais diretos²³⁸, não se limitando ao saque, assolamento e incendiando os campos. A morte do monarca português incentivou Filipe IV a renovar os seus esforços militares, pois considerava que o reino português estava enfraquecido e isolado a nível político, tendo ainda sido abalado por desavenças com França, Inglaterra e Holanda²³⁹. Era esta a apreciação do monarca castelhano, embora os seus cofres estivessem também esgotados com o conflito (mesmo depois de se ter tentado introduzir uma nova moeda que deveria gerar mais dinheiro, que resultou antes em finanças demasiado frágeis e instáveis²⁴⁰). Entre 1656 e 1668 foram efetuadas incursões estratégicas pelo exército castelhano nas principais localidades do Alentejo, como adiante veremos. Assim, D. Luísa teve de lidar com a necessidade de vencer a guerra, de lidar com os que a comandavam e com os fundos necessários para manter os soldados e prosseguir com as obras de fortificação no Alentejo²⁴¹.

Desta forma, tal como os autores Antonio Rodríguez Hernández e Patricia Rodríguez Rebollo indicaram, foi necessário o recrutamento de novos contingentes para reforçar o plano de defesa do reino português²⁴². Pretendia-se provocar o inimigo castelhano, incentivando-o a atacar as praças portuguesas, por forma a comprovar que estas estariam bem guarnecidas em termos de fortificações e de forças militares, representando um modelo de defesa unificado, centralizado e coordenado, que acabaria

²³⁷ Segundo João Francisco Marques, as escaramuças limitaram-se às zonas fronteiriças, molestando as populações raianas. João Francisco Marques, “As Guerras da Restauração, entre 1643 e 1665...”, p. 103.

²³⁸ Jorge Penim de Freitas, “A estratégia de defesa...”, p. 51.

²³⁹ Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, pp. 110, 114, 127.

²⁴⁰ John Elliot, *Imperial Spain*, New Haven, Yale University Press, 1986, p. 357.

²⁴¹ Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 119-120.

²⁴² Antonio José Rodríguez Hernández, Patricia Rodríguez Rebollo, “Entre la guerra y la paz: La Guerra de Restauración portuguesa en Extremadura y las negociaciones de paz con Portugal (1640-1668)”, in *Iberismo. Las Relaciones entre España y Portugal. Historia y Tiempo Actual y Otros estudios sobre Extremadura*, VIII Jornadas de Historia de Llerena, 2007, p. 144.

por esgotar as forças militares castelhanas²⁴³, potenciando um esperado e iminente tratado de paz, que agora se pretendia negociar urgentemente.

Em 1657, os tratados que Portugal mantinha com Inglaterra, França e Holanda, revelavam-se frágeis. Segundo Monique Vallance, constatou-se que a única garantia destes tratados era de que estas potências não atacariam Portugal. Mas, em relação a Castela, o financiamento de ajuda ao conflito já não era eficiente²⁴⁴. Assim, apesar de D. João IV ter iniciado importantes contactos diplomáticos com estas potências, seria agora D. Luísa que teria que incrementar um necessário incentivo que se teria de dar para vencer a guerra. Desta forma, a rainha regente tentou melhorar questões que no início do seu governo se revelavam frágeis, tentando preservar aliados (entre os quais, os nobres²⁴⁵) e manter dinheiro suficiente no cofre do tesouro, por forma a se apoiar eficazmente o esforço militar.

A rainha regente forçou as tréguas entre influentes da corte inimigos entre si, por forma a se sentir apoiada por todos, formando uma Junta Noturna, cujo objetivo era tomar decisões sobre os assuntos de Estado. Desta forma, a rainha só seria confrontada com um problema de extrema urgência, ou se a Junta Noturna não chegasse a uma conclusão sobre determinado assunto, sendo necessário o seu aval final. Com esta Junta, pretendia-se que os seus membros acreditassem que eram eles que tomavam as decisões políticas, sentindo-se úteis às ações da regente, apoiando-a²⁴⁶. Além disso, D. Luísa também se auxiliou de quatro secretários de Estado que anteriormente tinham rivalidades: Gaspar de Faria Severim, que atuou entre 1656 e 1662; Pedro Vieira da Silva, que atuava como secretário de Estado desde 1643, detendo o dito cargo até 1660; o conde de Odemira, Francisco de Faro (1575-1661); e o conde de Cantanhede, D. António Luís de Meneses (1596-1675)²⁴⁷. Desta forma, D. Luísa amenizava a hipótese de haver revoltas no seio da corte, podendo dedicar-se mais ativamente aos assuntos militares e à diplomacia externa.

A regente herdara um reino com soldados mal pagos, estando muitos amotinados, pelo que sentia a crescente necessidade de contornar esta situação. Apesar dos problemas fiscais, D. Luísa ordenou o recrutamento de soldados e de cavalos para os regimentos, canalizando dinheiro para a continuação das obras de fortificação nas fronteiras²⁴⁸,

²⁴³ *Idem*, pp. 146, 150. Cf. João Campos, “A fronteira pré-Vauban...”, pp. 241-280.

²⁴⁴ Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 120.

²⁴⁵ Os nobres deveriam acreditar que a rainha não conseguiria governar sem a ajuda deles, para que desta forma a mantivessem no poder em nome de D. Afonso VI. *Idem*, pp. 120-121.

²⁴⁶ *Idem*, p. 124. Luís de Meneses, *História de Portugal...*, 1945, Tomo II, p. 9.

²⁴⁷ *Idem*, pp. 123-124.

²⁴⁸ Luís de Meneses, *História de Portugal...*, 1945, Tomo III, p. 15.

nomeadamente no Alentejo, principal alvo das tropas castelhanas. Lorraine White destacou que esta decisão do governo português foi imprescindível para o reino conseguir vantagem no conflito, uma vez que os castelhanos apenas investiram devidamente nas suas fortificações a partir da década de 60, sendo ainda assim arquitetonicamente mais rudimentares que as portuguesas²⁴⁹.

Assim, logo em janeiro de 1657, o Conselho de Guerra decidiu recrutar 4000 soldados de infantaria e 600 de cavalaria para o Alentejo²⁵⁰. Por seu turno, Filipe IV recrutara também soldados de infantaria e 2000 cavalos provenientes da Catalunha, preparando-se para invadir o Alentejo na primavera desse ano²⁵¹.

De facto, entre abril e maio de 1657, as tropas castelhanas comandadas pelo general do exército da Extremadura, o duque de San Germán, Francisco de Tutavilla y del Rufo (1604-1679), conquistaram Olivença. Esta derrota fez com que D. Luísa substituísse o governador da província do Alentejo, Martim Afonso de Melo, conde de São Lourenço (1600-1671)²⁵², por Joane Mendes de Vasconcelos²⁵³, por se considerar que a anterior governação tinha afetado a guerra por querelas internas, tendo o talento e a tática militar agora que se sobrepõe à influência política e aos vínculos²⁵⁴. Mendes de Vasconcelos preparou uma ofensiva contra os castelhanos, cercando Badajoz em 15 de junho de 1658. Contudo, a 11 de outubro do mesmo ano, as tropas portuguesas foram derrotadas por D. Luís Méndez de Haro y Guzmán (1598-1661), tendo de recuar a Elvas.

Por imperativo da situação, este governador foi substituído por D. Sancho Manuel de Vilhena (1610-1677), conde de Vila Flor, que lidou com a problemática de um assolamento de peste em Elvas no final de 1658, não se podendo enterrar os mortos fora das muralhas, porque estando os castelhanos atentos, não poderiam perceber que a praça estava com falta de homens para lhes fazer frente em caso de invasão. Ainda assim, o exército era em maior número que as provisões armazenadas, que escasseavam²⁵⁵.

²⁴⁹ Lorraine White, “Strategic geography and the Spanish Hapsburg Monarchy’s Failure to recover Portugal, 1640-1668”, in *The Journal of Military History*, 2007, Vol. 71, p. 383.

²⁵⁰ Rafael Valladares, *A independência de Portugal: Guerra e Restauração, 1640-1680*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 201.

²⁵¹ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos governadores da província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Editorial Império, 1940, p. 251.

²⁵² Atuou primeiramente como governador da província do Alentejo entre 1647 e 1650, e posteriormente, entre 1657 e 1658.

²⁵³ Governador das Armas da Província do Alentejo em 1643, em 1645 como interino, e entre 1646 e 1647.

²⁵⁴ Monique Vallance, *A rainha restauradora...*, p. 135.

²⁵⁵ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, 1945, Tomo III, p. 157. Maria Teixeira Pinto, *Os cristãos-novos de Elvas no reinado de D. João IV. Heróis ou anti-heróis?* [Tese de Doutoramento em História], Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 150.

O auxílio a Elvas apenas chegou a 14 de janeiro de 1659, através do envio de 11.000 soldados do general de campo André de Albuquerque, chefiados pelo conde de Cantanhede. No mesmo período, os castelhanos assaltaram Elvas, sendo derrotados e obrigados a recuar, revelando-se esta uma das maiores vitórias portuguesas durante o conflito²⁵⁶.

A par dos assuntos militares, e relativamente às questões da diplomacia externa, entre 1658 e 1659, D. Luísa enfrentava graves problemas. França pretendia efetuar uma aliança com Castela, dado que a questão portuguesa até ao momento apenas tinha dado prejuízos. Desta forma, a 7 de novembro de 1659, firmou-se o Tratado dos Pirenéus, entre França e Castela, comprometendo-se a primeira a não fornecer qualquer ajuda a Portugal²⁵⁷.

Enquanto isso, Portugal tentava reforçar a sua aliança com a Inglaterra, para ter algum apoio financeiro para sustentar a guerra, visto que as atenções de D. Luísa passaram a focar-se essencialmente nos contingentes militares e nas obras das fortificações.

Por alvará da regente, datado de 1 de agosto de 1660, confirmamos a escassez de armas de fogo nas fortificações da fronteira luso-castelhana. Ordinariamente, enviava-se grande quantidade de armas para a província do Alentejo, embora não fosse de todo suficiente para enfrentar o inimigo. Note-se que quando se enfrentava o inimigo em campo de batalha, ou em invasões efémeras, também lhe eram confiscadas a maioria das suas armas. No entanto, nunca eram suficientes para garantir uma vitória das tropas portuguesas no terreno.

No mesmo alvará, D. Luísa de Gusmão alertara também para a questão de que muitos oficiais ferreiros e serralheiros compravam armas quebradas aos soldados, ou a outros militares, para se poderem aproveitar delas em benefício próprio, indicando que as ditas armas eram inúteis, sendo que depois as destruíam e faziam de novo, vendendo-as mais caras ao corpo de guerra. Além do desrespeito que significava, esta situação revelava-se de grave consequência para a fazenda real, porque o dinheiro deixaria de ser canalizado para outras ações do esforço de guerra. Efetivamente, era evidente a falta de

²⁵⁶ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, 1945, Tomo III, p. 228.

²⁵⁷ Jorge Borges de Macedo, “Constantes e linhas de força da história diplomática portuguesa”, in *Revista Nação e Defesa*, 1976, N.º 2, pp. 181-182.

armas na fronteira, devendo aproveitar-se das poucas que existiam para se defenderem as localidades fronteiriças²⁵⁸.

Assim, D. Luísa de Gusmão ordena que, desde agosto de 1660:

“(...) nenhum ferreiro, ou serralheiro desfaça arma alguma de fogo, nem as comprem ainda que quebradas sejam, a pessoa alguma, nem para efeito de as concertarem as poderão aceitar, salvo quando seja por ordem da Tenencia da artelharía, & nas fronteiras, & praças dellas pella dos Vêdores gerães, & nas comarcas pelas justiças dellas, por cuja ordem poderão somente obrar o que por eles lhes for mandado”²⁵⁹.

Todos os que não cumprissem a dita ordem, incorreriam em pena de açoites e serviço de cinco anos para as galés, sob acusação de não se preocuparem com a defesa do reino e seu monarca.

Evidentemente, o problema relacionado com a escassez de armas de fogo era consequência da falta de meios monetários no reino para sustentar devidamente a guerra.

As relações com Inglaterra não melhoraram a situação do reino luso. Relembre-se que neste último período da guerra a Europa passava por grandes transformações, sobretudo no que diz respeito aos anos de 1661 e 1665. Na monarquia francesa, a partir de março de 1661, as funções governativas do falecido valido Mazarin foram repartidas por ministros que eram coordenados diretamente por Luís XIV. Seguindo o mesmo exemplo, Filipe IV governou sem valido, desde dezembro de 1661, aquando do falecimento de D. Luís de Haro y Guzmán²⁶⁰. Por seu turno, em Portugal, contrariando esta tendência, o valido D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1636-1720), conde de Castelo Melhor tomava o seu papel junto da rainha regente D. Luísa de Gusmão²⁶¹, na sequência da morte do conde de Odemira no ano anterior.

Em 1662, D. Luísa afasta-se do governo, depois de ter assinado o tratado de paz e aliança com Inglaterra (23 de junho de 1661, entre Carlos II e D. Afonso VI) e de ver proclamado o príncipe D. Pedro (1648-1706) como herdeiro do trono.

²⁵⁸ Alvará da rainha regente, D. Luísa de Gusmão, sobre a falta de armas de fogo nas fronteiras do reino. 1 de agosto de 1660. BNE, R/22448(80), f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo – Transcrição de Documentos, Documento 171**, pp. 175-176.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ Rafael Valladares Ramírez, “Haro sin Mazarino. España y el fin del ‘orden de los Pirineos en 1661’”, in *Pedralbes*, 2009, N.º 29, p. 376. Sobre o valimento de Haro a Filipe IV, cf. Rafael Valladares, “El camino a Carlos II. Haro, Felipe IV y la restauración del gobierno personal em España”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2020, Série IV, Vol. 33, pp. 43-64. Rafael Valladares, *El mundo de un valido. Don Luis de Haro y su entorno (1643-1661)*, Madrid, Marcial Pons, 2016.

²⁶¹ Vinicius Dantas, “A privança no Portugal restaurado: A historiografia sobre o 3.º conde de Castelo Melhor”, in *Ler História*, 2013, N.º 64, p. 202.

Logo no início do seu reinado, D. Afonso VI salienta a necessidade de o reino dispor de dinheiro “*prompto*”²⁶² para fazer face às despesas de guerra e sua defesa. Aconselhado pelos oficiais do seu Conselho²⁶³, o monarca concluiu da necessidade de se marcarem as moedas de ouro que correntemente circulavam com o valor de 3.500 réis. Marcadas, as moedas passariam a valer 4.000 réis, sendo que este meio valor a mais não resultaria danoso para o reino, tal como salientou o monarca.

*“(…)ficando minha fazenda com utilidade de preço a preço para as despesas da guerra, fui servido resolver com parecer do meu Conselho de Estado, que em todas as moedas de ouro deste Reyno, que hoje correm por três mil & quinhentos reis se ponha em a Casa da moeda desta Cidade huma nova marca da forma, & modo que vai na margem deste, com que fique valendo quatro mil reis cada huma”*²⁶⁴.

D. Afonso VI ordenava ainda que nas meias moedas e quartos, se efetuasse a mesma marca que nas moedas inteiras, por forma a que dos cinco tostões sobre o valor da moeda se desse aos seus donos pouco mais que os 3.500 réis que valiam até ao momento, ficando os restantes 400 réis (após subtraídos os custos da cada da moeda) para a Fazenda real, a serem aplicados às despesas da guerra. Desta forma, os donos das moedas acabariam por contribuir para as despesas, ainda que involuntariamente, acabando por não receber a totalidade do valor das suas moedas. A manipulação do valor da moeda poderia levar a ganhos fiscais diretos, sem se dissociar do seu processo de fabrico. A mudança do seu valor era uma ação coordenada para se ultrapassarem as dívidas do Estado e corresponder às despesas crescentes da guerra. À partida, reunida certa quantidade dessas moedas, seriam cunhadas novas com o respetivo valor inicial, mas com menos peso. Assim, sendo recolhidas pouco a pouco, as novas moedas mais leves iriam substituir as de maior valor. Além de que se impediria que a moeda saísse do reino, pois supostamente teriam mais valor em Portugal²⁶⁵. Era esta uma forma de se angariar dinheiro necessário à guerra.

Note-se que, não sendo possível recolher rapidamente as rendas necessárias às despesas, o monarca optava sobretudo pelo aumento do valor da moeda circulante através

²⁶² Alvará de D. Afonso VI sobre a necessidade de se marcarem as moedas de ouro de valor de três mil e quinhentos réis que circulam no Reino. 1662. BNE, R/22448(85), f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 175**, pp. 179-180.

²⁶³ Os quais detinham autoridade da Coroa para executar tarefas importantes relacionadas com o seu estatuto social e com a “*preeminência da sua jurisdição*”. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, p. 44.

²⁶⁴ Alvará de D. Afonso VI sobre a necessidade de se marcarem as moedas de ouro...

²⁶⁵ Pedro Puntoni, “A moeda na Restauração: da prática à política monetária em Portugal (1640-1642)”, in *Análise Social*, 2019, Liv. 1.º, N.º 230, p. 43.

da alteração da sua marca, porque esta seria a forma mais rápida de se acudir ao pagamento dos soldados. Isto permitiria algum dinheiro excedente angariado de forma mais rápida do que apenas através dos impostos, e que serviria para manutenção do corpo militar²⁶⁶. O aumento do valor das moedas seria mais bem visto do que não se pagar aos soldados o seu soldo, levando a que estes não se rebelassem contra o monarca.

Resolveu-se que se deveriam levar as ditas moedas à Casa da Moeda, onde “*estaria dinheiro prompto para qualquer hora que as levarem se lançarem em livro, & darem sem dilação o troco dellas em moeda corrente como o tostão de avanço em cada huma, livre de toda a despeza*”²⁶⁷.

Note-se que quem não levasse as suas moedas à Casa da Moeda para se efetuar a dita marca, ficaria com as suas moedas reputadas como falsas, devendo as mesmas ser confiscadas para Fazenda Real, procedendo-se à penalização de quem não obedecesse às ordens reais.

Na primavera do ano seguinte, em 1663, por novo alvará de D. Afonso VI, sabemos que devido às ameaças de o inimigo castelhano invadir o Alentejo, “*com todas as forças possíveis*”²⁶⁸, o reino não se encontrava em condições para lhe fazer face, quer em termos monetários, quer em termos de defesa por parte das guarnições de campanha. Desta forma, Portugal não detinha os “*efeitos equivalentes para lhe fazer oposição*”²⁶⁹. D. Afonso VI salienta que brevemente o reino ficaria “*sem moeda alguma de prata, por de anos a esta parte a levarem todos os estrangeiros em retorno de todas as suas mercadorias, por lhe ter mayor conta que nenhuma outra*”²⁷⁰.

Assim, sendo urgente procurar meios para conservar o reino e assegurar a sua defesa, honra e vidas e fazendas dos seus vassallos, D. Afonso VI deu ordem para que se levantasse vinte e cinco por cento do valor intrínseco de todas as moedas de prata no reino e territórios ultramarinos, por forma a que “*as patacas que hoje correm a quatrocentos & oitenta reis, valhão seis tostões: os cruzados cinco tostões, & respectivamente toda a mais moeda*”²⁷¹. Além disso, sendo de pouco valor para a moeda corrente os 120 réis que valem os tostões, os 62 réis e meio que valem os meios tostões e os 12 réis e meio que

²⁶⁶ Idem, p. 44.

²⁶⁷ Alvará de D. Afonso VI sobre a necessidade de se marcarem as moedas de ouro...

²⁶⁸ Alvará de D. Afonso VI sobre a necessidade de o reino deter moeda de prata para fazer face às ameaças de invasão do inimigo castelhano. 1663. BNE, R/22448(86), f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 178**, pp. 181-182.

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ *Ibidem*.

valem os meios vinténs, o monarca ordena que este tipo de moedas se funda, juntamente com as moedas de três e seis vinténs, por forma a que se façam novas moedas de tostões, meios tostões, dois vinténs, vinténs e meios vinténs.

Dos vinte e cinco por cento que se valoriza a moeda de prata, D. Afonso VI ordena que se dê dessa percentagem, cinco por cento para os seus detentores, sendo o restante valor cedido para as despesas crescentes da guerra.

Além de toda a situação interna do reino e da manutenção da guerra nas fronteiras, as questões em torno do reinado de D. Afonso VI são bastante complexas.

Notemos que em 1663, Portugal ratificara o tratado de Haia, selando as pazes com a Holanda, mas esta esquivou-se à sua aplicação, tendo-se apoderado de áreas do império português no Oriente e Ocidente. Os incidentes com as guerras no ultramar apenas se dissiparam com o tratado de paz de 1669²⁷².

Envolvido em conflitos externos, Portugal planeou a aumento da sua força militar, no reino, a partir das fragilidades que Castela também enfrentava (nomeadamente no que respeitou à revolta da Catalunha até 1652), também envolvida em vários conflitos, não sendo bem vista a nível europeu.

Apesar de em 1666 Portugal alcançar alguma estabilidade no que respeitava à vantagem militar em relação a Castela, nomeadamente no que concerne à vitória das batalhas do Ameixial, em 1663, e de Montes Claros, em 1665, proporcionando-se boas condições para um acordo de paz²⁷³, na verdade a questão política alterou-se. A posição da França mudara. Pretendendo ocupar os Países Baixos pertencentes aos castelhanos, estes últimos deveriam padecer de ofensivas militares mais agressivas; ao mesmo tempo, as vitórias do exército português no Alentejo, levaram a que França ponderasse que uma aliança com Portugal seria útil²⁷⁴.

Obviamente, não antevendo próximo o fim da guerra, Portugal considerava de extrema necessidade a aliança com França, concretizando-se a mesma na celebração do contrato de casamento em 27 de junho de 1666 entre D. Afonso VI e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683), filha de Carlos Amadeu de Saboia (1624-1652), duque de Nemours, por forma a Portugal continuar a deter vantagem económica e militar na guerra,

²⁷² Cf. Charles Boxer, *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 117-135.

²⁷³ João Francisco Marques, “A problemática da parenética da Restauração: um sermão no Porto comemorativo da Batalha de Montes Claros”, in *Revista de História*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, p. 393. Cf. Gabriel Espírito Santo, *Montes Claros 1665*, Lisboa, Tribuna da História, 2005; *Idem*, *Batalhas da História de Portugal. Restauração*, Matosinhos, QuidNovi, 2006. Nuno Lemos Pires, “A importância da resistência...”, p. 181.

²⁷⁴ Jorge Borges de Macedo, “Contantes e linhas...”, pp. 185-186.

em 1666²⁷⁵. E na corte portuguesa²⁷⁶, intensificavam-se as necessidades de alianças com as principais potências estrangeiras, França e Inglaterra.

Segundo João André Faria, a nobreza não estava interessada na conclusão da guerra e na assinatura de um tratado de paz, uma vez que obtinha serviços e mercês por meio das armas. No entanto, para os letrados era necessária a cessação da luta, para que se gerissem os excessivos gastos militares²⁷⁷.

Portugal continuou, porém, a empreender a guerra com Castela, segundo as pretensões da aliança francesa, mas ao mesmo tempo, procurava assinar o tratado de paz, conforme interesse de Inglaterra²⁷⁸. Neste sentido, o conde de Castelo Melhor, que continuava como valido do monarca²⁷⁹, que considerava que os interesses de Portugal deveriam basear-se nos benefícios internos, e não nas proteções estrangeiras, pois França guiava-se por conveniências formais²⁸⁰, pelo que Castelo Melhor, votado ao exílio em 1667, era a favor do tratado com Inglaterra, desde que este fosse favorável a Portugal.

Desta forma, verificamos que D. Afonso VI estava perante uma questão bastante complexa de legitimidade/reconhecimento perante as potências estrangeiras, ao mesmo tempo que Portugal clamava pelo cessar do conflito por estar desgastado financeiramente devido à cobrança dos impostos para sustentar a guerra²⁸¹. Aliás, tal como ocorrera com o seu pai em 1640, em 1668 este monarca enfrenta o problema da legitimidade do seu reinado. Entre 1667 e 1668, D. Afonso VI foi acusado de incapacidade mental²⁸², proporcionando a dissipação da Real Fazenda. Segundo Ângela Barreto Xavier, as Cortes de 1668 não ponderavam apenas na deposição de D. Afonso VI, mas também no equilíbrio da sociedade²⁸³. Desta forma, uns defendiam a deposição do monarca e a aclamação do seu irmão, o infante D. Pedro²⁸⁴. Enquanto outros, julgavam mais

²⁷⁵ Pedro Cardim, “Os ‘rebeldes de Portugal’...”, p. 102.

²⁷⁶ Sobre as questões relacionadas com a corte da época, cf. Pedro Cardim, “A Casa Real...”, pp. 14-17.

²⁷⁷ João de Araújo Faria, *A Restauração prodigiosa de Portugal. 1640-1668* (Dissertação de Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010, p. 96.

²⁷⁸ Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 152.

²⁷⁹ Vinicius Dantas, *O Conde de Castelo Melhor: Valimento e razões de Estado no Portugal Seiscentista (1640-1667)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 17.

²⁸⁰ Jorge Borges de Macedo, “Contantes e linhas...”, p. 187.

²⁸¹ Cf. *Registo da décima*, 1666-1667. Arquivo Distrital de Évora [ADE em diante], Livro das décimas, Liv. 12, Cx. 37; Liv. 13, Cx. 37, Liv. 14, Cx. 37.

²⁸² Na verdade, “por um lado o rei agia de forma incompreensível para os padrões da realeza da época e, por seu turno, por detrás desses comportamentos parecia residir uma consciência lúcida, bem ciente do labirinto em que se fora entranhando”. *Idem*, p. 11. Ângela Barreto Xavier, António Manuel Hespanha, “A representação...”, p. 128.

²⁸³ Ângela Barreto Xavier, “*El Rei aonde póde, & não aonde quer*”. *Razões da Política no Portugal Seiscentista*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 41.

²⁸⁴ Sobre esta questão, cf. Fernando Correia de Lacerda, *Catastrophe de Portugal na deposição d’el rei D. Afonso o sexto, e sub-rogação do principe D. Pedro o único justificada nas calamidades publicas*, Lisboa,

apropriado reconhecer a incapacidade do monarca e conceder o governo ao infante, não depondo o legítimo sucessor²⁸⁵.

Assim, o período final da guerra foi marcado por importantes triunfos militares, mas também por uma conspiração palaciana aparentemente incontrolável porque os inimigos de Castelo Melhor esperavam que, com o exílio de D. Afonso VI, aquele se tornasse quase irrelevante em termos políticos. Além disso, das muitas conspirações de 1667 e 1668, em especial da corte, para além de se ter defendido a deposição de D. Afonso VI, exerceu-se uma grande pressão para impor a paz. Esta era a expressão de uma sociedade arruinada pelo conflito armado, que se encontrava fraca economicamente, com profundas tensões sociais no seu interior, e cujos territórios ultramarinos sucumbiam aos ataques de outras potências europeias²⁸⁶.

Para além da crise política, que tinha provocado o afastamento do monarca, estamos cientes de que Portugal vivia uma situação económica e financeira difícil, em parte por causa do esforço desenvolvido para manter a guerra, mas também devido à devastação provocada pelos soldados. A carestia de alimentos vivida pelo assolamento dos campos por parte dos castelhanos ao longo do decorrer do conflito era alvo de muita contestação. Além disso, a corte continuava dividida entre partidários de guerra e adeptos da paz. Havia assim, várias parcialidades a digladiarem-se e uma clara indefinição quanto ao grupo mais influente no palácio real. Relativamente, aos próprios diplomatas estrangeiros – castelhanos, franceses e ingleses -, esses contribuíram para tornar a situação ainda mais instável. Situação essa, que provocava uma certa dispersão da autoridade da Coroa. Segundo Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, para esse enfraquecimento da autoridade monárquica muito tinham contribuído os escândalos que encabeçara D. Afonso VI - a começar pelo seu comportamento licencioso, passando pela discussão em público e em plena assembleia das Cortes, sobre a sua alegada incapacidade para governar, culminando no tempestuoso processo de rutura matrimonial com a sua mulher, e no casamento desta com o infante D. Pedro²⁸⁷.

Além de Portugal, também a monarquia castelhana entre 1643 e 1668 atravessava um período de convulsão, marcado essencialmente por desagregação no governo, pela

Na oficina de Miguel Manescal, 1669; e Camillo de Silva e Sousa, *AntiCatastrophe: Historia d'el rei D. Afonso 6.º de Portugal*, Porto, Tipografia Rua Formosa, 1845. Ângela Barreto Xavier, António Manuel Hespanha, “A representação...”, p. 128.

²⁸⁵ Ângela Barreto Xavier, “*El Rei aonde pôde...*”, pp. 47-49.

²⁸⁶ Ângela Barreto Xavier, “A crise política de 1667-1668”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 368.

²⁸⁷ Ângela Barreto Xavier, “*El Rei aonde pôde...*”, p. 29.

carestia de alimentos, por problemas financeiros graves, por uma elevada pressão fiscal, pela desvalorização da moeda e pela emissão da moeda de má qualidade. Os anos de 1647-1648 foram particularmente difíceis e, no período compreendido entre 1650 e 1652, a monarquia fora assolada por uma gravíssima crise económica.

As perspetivas de D. Afonso VI sobre a monarquia castelhana eram ambivalentes porque, por um lado, o sentimento de triunfo era inevitável, pois a guerra tendia a favor de Portugal. Mas, por outro lado, os Áustrias continuavam a ser temíveis inimigos, e, caso resolvessem retomar as hostilidades, poderiam recuperar dessa situação adversa.

Além disso, ao longo do seu reinado, D. Afonso VI assistira ao subir de tom das reivindicações aristocráticas, começando pela regência de D. Luísa e culminando no período do valimento de Castelo Melhor. Com o intuito de fazer face a essa crescente pressão, D. Luísa, à semelhança de Ana de Áustria (1601-1666), na corte francesa, transformara-se numa viúva politicamente forte, que se entregando intensamente às tarefas governativas acabara por descuidar a educação de D. Afonso VI.

A pressão da Fronda causara também uma forte impressão em Portugal. Pois demonstrava quão forte poderia ser o poder da grande aristocracia, mas também da alta magistratura francesa, representada no Parlamento de Paris. Através dessa sucessão de golpes de Estado, ficou bem patente a incapacidade dos corpos sociais para desestabilizar a situação interna do reino de França. Além disso, também se pôde verificar quão importante fora para a Coroa, nesses períodos de crise, poder contar com o apoio de um ministro forte e com ideias bem definidas acerca da linha política a seguir. É possível que *“essa percepção tenha favorecido, posteriormente, a ascensão do conde de Castelo Melhor, valido de Afonso VI”*²⁸⁸.

No entanto, quando em 1661 Luís XIV assumira as rédeas de governo, tornou-se claro que França tinha um jovem rei denotando uma atitude forte e esclarecida quanto às medidas tendentes ao fortalecimento do poder régio. E nisso contrastava não só com a Corte portuguesa, pois D. Afonso IV fora colocado no poder por uma facção aristocrática, mas também com Inglaterra, onde se restaurara a monarquia. Ao mesmo tempo, Portugal oscilava entre duas alianças. Uma, mais ou menos secreta, com a coroa francesa, simbolizada pelo matrimónio do monarca e, pela ratificação das capitulações do

²⁸⁸ *Idem*, p. 35.

casamento em 1666²⁸⁹, que significaria o continuar da guerra²⁹⁰. A outra, mais explícita, com a Coroa britânica, com a qual estabelecera um tratado de paz e aliança, selado pelo casamento de D. Catarina (1638-1705) com Carlos II (1630-1685), em 1662²⁹¹.

O Tratado de Westefália, assinado em outubro de 1648, entre a França, a Suécia e o império germânico para pôr termo à Guerra dos Trinta Anos, tivera influência neste contexto. Segundo Pedro Cardim, para Portugal, as negociações não representaram o reconhecimento internacional da autonomia portuguesa e da nova dinastia que ocupava a sua coroa, mas apenas e na sequência da paz estabelecida entre a monarquia hispânica e os neerlandeses, a consagração internacional da perda de grande parte das suas possessões ultramarinas²⁹².

Aliás, nas décadas de 1640 e 1650, haviam chegado a Portugal ecos do modelo político de organização comercial desenvolvido pelos neerlandeses, e durante a juventude de D. Afonso VI circularam pela corte relatórios que descreviam as soluções encontradas pelas Províncias Unidas para enfrentar os desafios do comércio transoceânico (em 1663, aliás, a Coroa portuguesa criava a Junta do Comércio, que integrava a Companhia do Comércio do Brasil, fundada em março de 1649, para coadjuvar a resistência ao invasor neerlandês).

Neste contexto, o apoio francês através do matrimónio do monarca tornou-se cada vez mais importante para a causa portuguesa. Além disso, uma outra prioridade de Portugal seria entrar para o triplo acordo de aliança que estava a ser gizado entre Inglaterra, França e Suécia. Para atingir esse objetivo, D. Luísa de Gusmão havia reforçado a presença diplomática em Londres.

Formosa e inteligente, D. Maria Francisca de Sabóia revelou-se um instrumento precioso para a política de Luís XIV. Desde a sua chegada a Portugal, ela mostrara-se disposta a tomar conhecimento dos negócios públicos e a atuar, auxiliada pelos agentes franceses que a tinham acompanhado, entre eles o padre Verjus. Em finais de 1666, o embaixador francês informara o seu governo de que a rainha ganhara tal influência no círculo do rei, que este recomendara ao escrivão da puridade que nada fizesse sem a

²⁸⁹ Cf. *Ratificação das capitulações do casamento do rei D. Afonso VI com a rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia*. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 171 (2).

²⁹⁰ Daniel Oliveira de Carvalho, “Francia interessada con Portugal: a diplomacia da Restauração e a publicística de Antonio Moniz de Carvalho”, in *Anais: Seminário internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*, Belo Horizonte, 2019, p. 25.

²⁹¹ Pedro Cardim, “La gobernación de Portugal...”, p. 41.

²⁹² *Ibidem*.

ouvir²⁹³. Contudo, Castelo Melhor havia reagido, conseguindo retomar a direção do espírito régio. Foi precisamente daí que terá resultado a cordial antipatia entre a rainha e o ministro e, os sentimentos dela encontraram eco no ódio que votavam ao valido os cortesãos e os generais²⁹⁴. Estes representavam um conjunto de inimigos que se unia aos agentes de França para prender Castelo Melhor, entretanto nomeado escrivão da puridade.

Apesar desta intriga, Castelo Melhor não terá deixado de defender os interesses de Portugal, pois uma vez que o país se prestigiara pela vitória, ele estava decidido a fazer a paz com Castela. Carlos II (1660-1685), o monarca inglês, havia-se oferecido para medianoiro, incitando o seu embaixador em Madrid a fomentar a paz. Outro diplomata inglês, Robert Southwell (1635-1702), em Lisboa, atuaria no mesmo sentido. Em Castela, nas esferas governativas, havia mudanças, pois Filipe IV morrera três meses depois da batalha de Montes Claros (17 de junho de 1665)²⁹⁵ e D. Maria Ana da Áustria (1634-1696) embaraçara-se em questões internas, cuja razão principal se concentrava na sua antipatia por D. Juan José de Áustria (1629-1679), encabeçando-se numa instável regência²⁹⁶. Luís XIV havia-se alarmado com a ideia de um tratado de paz luso-castelhano, pois a perpetuação da guerra entre Portugal e Castela convinha-lhe e, o diplomata abade de Saint-Romain, o seu representante em Lisboa, acenou ao governo de D. Afonso VI em 1666 com a possibilidade de uma liga com Castela, ao mesmo tempo que o embaixador de Madrid entretinha o governo de Carlos II com o projeto de uma liga com Inglaterra. Para invalidar os esforços castelhanos, Castelo Melhor propôs à França a negociação da Liga, no que encontrava solícitos auxiliares nos franceses que rodeavam a rainha. Segundo o teor desta liga, Portugal comprometia-se a combater Castela, empenhando todas as suas forças, recebendo da França uma subvenção anual de 1800 000 de libras francesas, subvenção que cessaria quando a França declarasse guerra à Espanha. Por seu lado, a França comprometer-se-ia a declarar guerra a Castela, logo que se concluísse a paz entre este último país e Inglaterra²⁹⁷. Esta tratava-se de uma aliança

²⁹³ Ângelo de Ribeiro, *História de Portugal – A Restauração da Independência*, Lisboa, Quidnovi, 2004, Vol. V, p. 100.

²⁹⁴ Esta questão é bastante perceptível no discurso da rainha ao longo do documentário histórico *O Processo do Rei*, do realizador João Mário Grilo.

²⁹⁵ Antonio Terraza Lozano, “O parecer do Conde de Rebolledo (1667) e o fim da Guerra da Restauração. Castela e Portugal após a Monarquia das nações”, in David Martín Marcos, José Mata Iñurritegui, Pedro Cardim [org.], *Repensar a Identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*, Lisboa, CHAM, 2015, p. 132.

²⁹⁶ *Idem*, p. 133. Koldo Trápaga Monchet, *La reconfiguración política de la monarquía católica: La actividad de don Juan José de Austria (1642-1679)* [Tesis doctoral Historia Moderna], Universidad Autónoma de Madrid, 2015, p. 5.

²⁹⁷ Ângelo de Ribeiro, *Op. Cit.*, pp. 101-102.

ofensiva e defensiva por um período de dez anos, entre D. Afonso VI e Luís XIV contra Carlos II (1665-1700) de Castela²⁹⁸. Mas, no mesmo ano de 1667, a 23 de novembro, D. Afonso VI ver-se-á obrigado a abdicar do governo em detrimento do seu irmão, o príncipe D. Pedro.

A verdade é que, embora não tivesse sido cumprida, a liga teve o mérito de demover Castela da obstinação de não reconhecer o rei de Portugal. Além disso, Castelo Melhor assumiu uma atitude enérgica em todas as negociações que, terá deixado magoados os diplomatas franceses. Por exemplo, Saint-Romain ter-se-á queixado da altivez com que o ministro o tratara. Contudo, os fatores da desgraça de Castelo Melhor foram a rainha e o infante. Maria Francisca na Corte, queixava-se do pouco amor que o rei lhe mostrava²⁹⁹.

Em Lisboa, o povo estava do lado do infante D. Pedro. Aliás, para o colocar legitimamente à frente do governo, a câmara da cidade convocou as Cortes, a 27 de outubro de 1667. Isto resultou na demissão e fuga de Castelo Melhor³⁰⁰. Entretanto, começara-se a ouvir o rumor de que a rainha pretendia voltar para França, pedindo a anulação do matrimónio, com fundamento na impotência do rei. Assim, no dia 22 de novembro foi apresentada ao cabido da Sé a petição de anulação do matrimónio. Nuno Álvares Pereira de Melo (1648-1725), duque de Cadaval figuraria como procurador da rainha.

A deposição terá sido sancionada nas Cortes a 27 de janeiro de 1668. Nelas se jurou príncipe e herdeiro do trono o infante D. Pedro, governando como príncipe regente até à morte do irmão. Este, no penoso decurso de quinze anos que ainda viveu, foi um prisioneiro³⁰¹.

O afastamento do conde de Castelo Melhor da vida diplomática portuguesa não significou a desistência das pazes com Castela. Por ação deste, e estando o reino de Castela muito debilitado em termos económicos e militares devido às necessidades da

²⁹⁸ *Copia del tratado de alianza ofensiva y defensiva ajustado en Lisboa entre Francia y Portugal contra España*. 31 de março de 1667. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 183**, pp. 194-199.

²⁹⁹ *Idem*, p. 102.

³⁰⁰ Jorge Borges de Macedo, “Constantes e linhas...”, p. 189.

³⁰¹ *Sobre a deposição de D. Afonso VI cf. Carta do Barão de Vatevide e parecer do Conselho de Estado de Castela sobre transferência de D. Afonso VI para a Ilha Terceira, nos Açores*. 27 de maio de 1669; 2 de junho de 1669, 15 de julho de 1669. AGS, Patronato Real, EST/LEG. 2615, EST/LEG/2616, ff. soltos. Cartas do Abade Maserati e *Conselho de Guerra de Castela sobre a transferência de D. Afonso VI para Sintra*. 17 e 24 de setembro de 1674, 10 e 18 de outubro de 1674. AGS, Patronato Real, EST/LEG/2615, ff. soltos. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 190, 191, 193, 199**, pp. 209, 211, 212, 217-221.

guerra como já foi mencionado, Filipe IV não viu alternativa se não aquiescer o tratado de paz com Portugal³⁰². Desta forma, em outubro de 1664, Ramiro Núñez de Guzmán (1600-1668), duque de Medina de las Torres, efetuou contacto diplomático com o embaixador inglês Richard Fanshaw (1608-1666)³⁰³. Note-se que uma das exigências deste contrato, era precisamente as tréguas com o reino português, através da mediação de Inglaterra³⁰⁴. Em 1665, os conselheiros do monarca castelhano foram incumbidos de dar a sua opinião sobre as tréguas com Portugal. No entanto, após o falecimento de Filipe IV, foi a rainha regente, D. Maria Ana da Áustria, auxiliada pelo dito duque de Medina de las Torres, quem tratou das negociações de paz³⁰⁵.

Em 17 de dezembro de 1665, Castela e Inglaterra firmaram o prometido acordo, no qual constavam tréguas com Portugal durante trinta anos, tendo Carlos II de Inglaterra decisiva mediação³⁰⁶. Mas, o reino português não concordou com os termos do tratado, não tendo o valido conde de Castelo Melhor aprovado as condições do mesmo, pois tal como indicaram os autores Antonio José Rodríguez Hernández e Patricia Rodríguez Rebollo, o embaixador inglês “*pretendia aproveitar-se da situação política derivada da menoridade do monarca castelhano, pressionando para que este fosse um acordo entre soberanos, o que implicava que a Coroa castelhana aceitasse a soberania do reino português, e na verdade esta não mostrava interesse em aceitar*”³⁰⁷.

O debate sobre as cláusulas de paz continuou a decorrer no ano de 1666, quando Inglaterra mostrou defender fervorosamente as negociações de paz com Portugal, por considerar que os portugueses estavam muito empenhados na defesa do seu território e da sua liberdade. Na opinião dos diplomatas ingleses, teria de se ponderar para lá das questões das armas, proporcionando um acordo com vantagens para ambos os reinos. Além disso, Castela apresentava grande fragilidade na sua regência, e “*comparadas com as bem fortificadas fortalezas portuguesas, as castelhanas estavam sem defesa*”³⁰⁸.

³⁰² María Rodríguez Rebollo, “El Consejo de Estado...”, p. 122.

³⁰³ *Idem*, p. 124.

³⁰⁴ Antonio José Rodríguez Hernández, Patricia Rodríguez Rebollo, “Entre la guerra y la paz...”, p. 152. Rafael Valladares, *La Rebelión de Portugal...*, p. 195.

³⁰⁵ Antonio Terraza Lozano, “O parecer do Conde de Rebolledo (1667)...”, p. 133.

³⁰⁶ *Artículos secretos del Tratado de Paz entre las coronas de España e Inglaterra concluído en Madrid el 17 de diciembre de 1665*. AHN, Estado, Lg. 2797, Exp. 21. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 182**, p. 188-194.

³⁰⁷ Antonio José Rodríguez Hernández, Patricia Rodríguez Rebollo, “Entre la guerra y la paz...”, p. 153.

³⁰⁸ Antonio Terraza Lozano, “O parecer do Conde de Rebolledo (1667)...”, p. 150. María Rodríguez Rebollo, “El Consejo de Estado y la Guerra de Portugal (1660-1668)”, in *Investigaciones Históricas: época moderna e contemporánea*, 2006, N.º 26, p. 118.

Na verdade, o reino português pretendia uma trégua de sessenta anos, e não os trinta anos propostos no dito acordo³⁰⁹. Desta forma, as negociações do tratado de paz com Portugal foram-se adiando até fevereiro de 1668, período em que Castela viu a fragilidade da sua sucessão comprometer a sua estabilidade no âmbito político e financeiro. Por conseguinte, um dos propósitos do tratado firmado no dia 13 do dito mês, era que as praças-fortes conquistadas pelos castelhanos deveriam ser restituídas ao monarca português, excetuando Ceuta³¹⁰. Ficou reconhecida a independência de Portugal, a nível interno, diplomático e militar³¹¹, cessando as hostilidades entre os dois reinos³¹². Isso pressupunha a restituição das praças e localidades ocupadas no decurso do conflito³¹³, sem indemnização de danos causados³¹⁴, bem como a libertação de todos os prisioneiros³¹⁵. Além disso, também se deveriam restituir bens e fazendas, mas firmando-se que o lucro por elas gerado deveria pertencer a quem os detivera durante a guerra³¹⁶.

³⁰⁹ *Consulta del Conjeto de Estado sobre las tréguas con Portugal*. 21 de Diciembre de 1666. AGS, Leg. 2537.

³¹⁰ Cf. *Carta de Crispim de Botelho para o Senhor Don Diego de la Torre, sobre os direitos aduaneiros de Ceuta*. 21 de fevereiro de 1670. AGS, Patronato Real, EST/LEG2617, ff. soltos. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 196**, pp. 214-215. Antonio José Rodríguez Hernández, Patricia Rodríguez Rebollo, “Entre la guerra y la paz...” p. 154.

³¹¹ Jorge Borges de Macedo “Constantes e linhas...”, p. 191.

³¹² Cláusula 1 do *Tratado de pazes entre o senhor rei D. Afonso VI e Carlos II rei Católico de Espanha concluído no Convento de Santo Elói da cidade de Lisboa, sendo mediador Carlos II rei da Grã-Bretanha*, 13 de fevereiro de 1668. AGS, ES.47161.AGS/4.2.129//PTR, LEG, 50, DOC.114. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 184**, p. 202. Anda assim, em 1670 era notória a preocupação dos Conselhos de Estado e da Guerra do reino de Castela, face às prevenções que os portugueses efetuavam na fronteira ao nível das suas fortificações, enquanto que as castelhanas padeciam de obras urgentes. *El Consejo de Estado sobre la Consulta inclusa del de Guerra tocante à las prevençiones que el Governador de ciudad Rodrigo avisa hacen Portugueses en la frontera*. 13 de maio de 1670. AGS, Estado, Leg. 2617, s.f. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 197**, pp. 215-216.

³¹³ A autora Carolina Esteves Soares salienta a presença de um mapa de Olivença em anexo a este Tratado de Paz, indicando que este seria posterior, pertencente à época em que se discutia a posse de Olivença, talvez antecedente à Guerra das Laranjas e ao Tratado de Badajoz, em 1801. A posse de Olivença foi contestada por Portugal em 1808, considerando-se o tratado de Badajoz inválido pelo incumprimento do prazo de ratificação do mesmo por parte da França, sendo que em 1817 Espanha se terá comprometido a devolver o território a Portugal, por se considerar que as circunstancias em que o tratado foi assinado, mediante a força ameaçadora de espanhóis e franceses contra o território português, violariam a negociação jurídica, devendo validar-se as vontades de ambas as partes, não impondo a força. No entanto, Olivença continua a ser uma matéria pendente entre ambos os países. Cf. Eduardo Pereira Antunes, “*A questão de Olivença*”. *Um caso de política externa portuguesa* (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2013. Carolina Esteves Soares, *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela. Propósitos e contratempos da diplomacia portuguesa em Madrid (1668-1686)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2015, p. 28.

³¹⁴ Cláusula 2. *Tratado de pazes...* Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 184**, pp. 202-203.

³¹⁵ Cláusula 6. *Ibidem*. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 184**, pp. 203-204.

³¹⁶ Cláusula 8. *Ibidem*. Sobre a questão dos bens e das fazendas que se devem restituir, os dois reinos irão discordar, não se revelando uma cláusula pacífica do tratado ratificado. “(...) *por dar ejecucion al Capitulo 8º que trata de la restitucion de bienes y haciendas de los respectivos Vassallos de parte y otra seja caminhado con todas las reglas de prontitud y recta justicia en lo que de esta parte podían y pueden desear los Vassallos Portugueses, mas no escuso representar a Vossa Magestad con toda satisfaçan y confianza*”

Constata-se também que quem fizesse dano em algum dos reinos, “*sem ordem e mandado dos Reys (...) se reparará e castigará o danno, que fizerem, sendo tomados como delinquentes*”³¹⁷, não devendo prejudicar-se a paz selada entre os dois reinos³¹⁸, embora se firmasse que Portugal poderia “*entrar a parte de qualquer liga, e ligas ofensiva e defensiva que as ditas Coroas de Inglaterra e Catholica fizerem entre sy, juntamente com quaisquer confederados seus*”³¹⁹.

No mesmo ano, em maio, foi assinado o decreto sobre as fazendas dos nobres portugueses que permaneciam em Madrid, tornando-se bens da Coroa, dando-se também a suspensão das décimas.

Entretanto, o tratado de paz foi ratificado a 15 de dezembro de 1668 pelo príncipe regente D. Pedro, confirmando-se que o mesmo era “*confirmado pellos sobreditos Reys de Portugal, Castella e da Gram Bretanha, como medeador e fiador delle, e solenemente publicado, assi nesta cidade como na villa de Madrid, e o mesmo se fes em todo o Reyno e suas Conquistas*”³²⁰.

de su equidad y justificacion que no sin mucho sentimiento nuestro se experimenta en el gobierno de Portugal muy diferente prontitud y reciproca correspondencia en lo que toca a Vassallos de Castilla por que se les va dilatando con varios pretextos la restituzion de sus bienes y haciendas”. “(...) en el Capº. De la Paz se expresa que solos los bienes que se hallasen en la Corona se hubiesen de restituir, con que fueron excluidos los que se hallasen en particulares. Y (...) que para ser naturales de Portugal es necesario haver nasido y vivir en el Reyno, con que no lo son los que desde Castilla pretenden las haciendas, y no lo siendo ni teniendo derecho a ellas, menos le pueden comunicar a sus procuradores para que sean oydos, ni puede ser junto que el Prinsipe despoxe de las haciendas a los que le han defendido por dárselas a los que no lo queren por Señor y le han hecho la Guerra”. Cf. Conselho de Guerra sobre a restituição de bens aos portugueses. 16 de março de 1669; 7 de setembro de 1669. AGS, Patronato Real, EST/LEG/2615, EST/LEG/2616, ff. soltos; Carta régia para o Barão de Patente, sobre a restituição de bens aos Portugueses. 27 de junho de 1669. AGS, Estado, EST/LEG/2615, f. solto. Carta ao Rei de Inglaterra sobre o atraso da restituição de bens por parte do reino de Portugal. 22 de outubro de 1669. AGS, Patronato Real, EST/LEG/2616, ff. soltos. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 184, 188, 189, 192, 194, 195, pp. 204, 208-209, 211-214.

³¹⁷ Cláusula 9. *Tratado de pazes...* Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 184, p. 204.

³¹⁸ Cláusula 11. *Ibidem.* Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 184, pp. 204-205.

³¹⁹ Cláusula 10. *Ibidem.* Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 184, p. 204.

³²⁰ Cláusulas do Contrato de paz de 1668. 15 de dezembro de 1668. *Carta do Conde de Miranda, embaixador de Portugal em Castela, sobre o Tratado de Paz com Portugal.* 28 de janeiro de 1669. AGS, EST/LEG/2615. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 186 e 187, pp. 207-208.

Nota final

No presente capítulo abordámos as questões inerentes ao contexto da sublevação que conduziu à Restauração da independência de Portugal em dezembro de 1640.

Estando o reino português bastante debilitado após a separação do reino de Castela, e tendo D. João IV que consagrar a nível europeu a sua legitimidade como monarca, necessitando ainda de apoio para a guerra iminente, revelou-se clara a necessidade diplomática no início do seu reinado. O conflito acabaria por acontecer, prolongando-se por quase três décadas, tornando imperativas as alterações internas no reino, nomeadamente a divisão do mesmo em províncias, destacando-se, no quadro em que trabalhamos, a província do Alentejo. A geografia do sul de Portugal era uma porta aberta para Lisboa e para o reino, como havia sido em 1580, com Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel (1507-1582), duque de Alba. Será, sem surpresas, esta província o palco da maioria dos confrontos durante a Guerra da Restauração, por ser a mais plana e estar perto de Badajoz, onde o exército castelhano se aquartelava e tinha capacidade para reunir maior número de mantimentos e munições. Ora, neste sentido tornou-se imprescindível conseguir o maior número de meios que permitissem o financiamento para os soldados de guarnição, que inclusive sofreram uma reestruturação no início do conflito.

A necessidade de dinheiro para as obras de adaptação das antigas defesas alentejanas também se tornou uma constante durante todo este período. Verificámos que nos anos posteriores, durante o reinado de D. Afonso VI, e a regência de D. Luísa de Gusmão estas questões continuaram a ser pertinentes, ganhando uma intensidade maior, por a guerra se intensificar ao nível dos confrontos. Foi na década de 60 que os exércitos castelhano e português se confrontaram de forma mais constante e violenta, tendo inclusive Portugal perdido algumas das principais praças do Alentejo, como Arronches, Monforte, Évora, Olivença, Juromenha e Ouguela, tendo sido as últimas devolvidas a Portugal (Olivença, Juromenha e Ouguela) apenas com assinatura do tratado que firmava a paz, o tratado de Madrid, assinado a 5 de janeiro de 1668 e ratificado em Lisboa a 13 de fevereiro desse mesmo ano.

CAPÍTULO II

A TRATADÍSTICA MILITAR E OS ENGENHEIROS MILITARES NO PORTUGAL DE SEISCENTOS

O principal objetivo deste capítulo é analisar a emergência da evolução e adaptação das fortificações para o modelo abaluartado em termos europeus e as suas repercussões em Portugal. A influência das propostas desenvolvidas pelos arquitetos italianos, pioneiros neste domínio, nas fortificações portuguesas é o ponto de partida, sublinhando que essa evolução e adaptação em Portugal se deveu ao contacto entre mestres italianos e discípulos portugueses. Simultaneamente, Itália alargou a sua influência a outros reinos europeus³²¹. Através do contacto com os italianos, também os holandeses desenvolveram a fortificação, e, posteriormente, os franceses o seu aperfeiçoamento, o que conduziu a uma certa autonomia no modelo francês. Tanto holandeses como franceses acabariam por influenciar Portugal em matéria de fortificação, sobretudo no que diz respeito às necessidades advindas do período da Guerra da Restauração (1640-1668).

O desenvolvimento da tratadística na Europa ao nível da engenharia e arquitetura militares permitiu a circulação em Portugal das então mais recentes teorias estrangeiras de fortificação que viriam a estimular especialmente o ensino da matemática, arquitetura militar e fortificação nos colégios da Companhia de Jesus no nosso país. Neste âmbito, a formação jesuítica de Luís Serrão Pimentel (1613-1679) foi crucial e imperativa na formação dos engenheiros militares portugueses no Portugal de Seiscentos. Conhecedor das obras que circulavam, sobretudo as holandesas, nas quais imperavam as questões matemáticas, Serrão Pimentel desenvolveu o *Methodo Lusitanico* (obra que seria publicada postumamente em 1680), resultado também das aulas que lecionava aos seus discípulos e na prática do terreno, revelando-se esta obra uma ferramenta essencial para as opções de engenharia e arquitetura militares em Portugal no período moderno.

³²¹ Na Alemanha, as teorias sobre fortificação emanadas de Itália foram especialmente adaptadas com fortificações em polígono e adaptadas ao terreno, dotadas de obras exteriores de defesa, com elevado nível científico. Carmelindo Mourato Severino, *De Sagres a Troia, fortalezas 1580-1680* (Dissertação de Mestrado em História), Universidade de Évora, 2014, p. 33. Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Gracinhas Guiomar, “A costa algarvia três séculos depois – o olhar entre a Geografia e a História”, *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, 9-12 novembro 2011, p. 4. Repositório Universidade de Évora: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4066?locale=pt> (consult. 17 fev. 2016).

1. Influências recebidas do estrangeiro em matéria de fortificação: a circulação do conhecimento

Para a compreensão da evolução estrutural empreendida nas fortificações e no ensino das técnicas de fortificar, há que contextualizar e analisar os seus antecedentes. Desta forma, no período moderno, a difusão da artilharia³²², e o seu uso cada vez mais frequente nos campos de batalha, levaram à necessidade de se empreenderem alterações nas fortificações existentes³²³, dado já não se adequarem às características de defesa e ataque da época³²⁴. Essas fortificações ostentavam-se como alvos demasiado frágeis para os atacantes, que poderiam facilmente abrir brechas nas muralhas direitas e penetrar no seu interior, conquistando as praças. Desta forma, foi necessário substituir as antigas muralhas, de forma a torná-las inexpugnáveis³²⁵, ou pelo menos, dificultando a sua conquista.

Itália foi palco de grandes conflitos bélicos, nos quais se afirmou a supremacia do fogo e do poder dos ataques nas guerras desencadeadas entre setembro de 1494 [com a invasão de Carlos VIII da França (1470-1498)³²⁶] e finais de 1559 (Paz de Cambrai³²⁷), contra França e Castela³²⁸. Foram precisamente estes dois últimos reinos que perceberam, na época, que o importante nas guerras era a capacidade defensiva das cidades, e não a razão da força³²⁹. Segundo José Arjona, através do fogo sitiado, tornou-se necessário inovar e melhorar as estruturas defensivas, por norma, frágeis quando expostas ao fogo

³²² “No século XVII, as inovações em engenharia militar ocorreram a par da emergência de novas linguagens e de novos campos de conhecimento, que se vieram distinguir no designado período moderno” [Tradução livre: “*Innovations in military engineering in the seventeenth century took place alongside the emergence of new languages and new fields of knowledge in the early modern period*”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers in the Seventeenth Century: European Influences in Portugal”, in *Journal Engineering Studies*, vol. 10, 2018.

Taylor & Francis Online:

<https://www.tandfonline.com/eprint/2f7rkkufwMvX2AiRgZMq/full#.WzqPBIX360.e%20mail> (consult. 2 ago. 2018).

³²³ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon. Guerra, Estado y ciencia em los tratados militares del Renacimiento, de Maquiavelo a Galileo*, Facultad de Letras – Universidad de Murcia, 1986, p. 189.

³²⁴ Luís Costa e Sousa, *Escrita e Prática de Guerra em Portugal* (Tese de Doutoramento em História dos Descobrimientos e da Expansão), Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2013, p. 68.

³²⁵ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 54.

³²⁶ *Idem*, p. 56.

³²⁷ *Ibidem*.

³²⁸ Peter Johann Mainka, “A luta europeia entre as dinastias dos Habsburgos e dos Valois pela Borgonha e Itália (1477-1559)”, in *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, Curitiba, 2003, N.º 38, pp. 185-224. Biblioteca Digital de Periódicos: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2719> (consult. 2 fev. 2020). José Antonio Cano Arjona, “Las Guerras de Italia (1494-1544)” [Trabalho realizado em “História Moderna Universal II, durante o curso académico de Doutoramento em História de 2014-2015”, pp. 2-5, 8-12. Academia.edu: https://www.academia.edu/35772073/Las_Guerras_de_Italia_1494-1544 (consult. 21 jan. 2020).

³²⁹ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 54.

dos canhões, por possuírem muralhas planas e verticais, elaboradas em pedra³³⁰. Através desta premissa, o autor refere-se claramente à inovação que se revelou necessária nas antigas muralhas para defender os recintos dos tiros diretos dos canhões, sendo que as antigas estruturas de fortificação já não correspondiam às novas necessidades e à designada “*guerra de estilo moderno*”³³¹. Além das referidas guerras de Itália, também a Guerra dos Oitenta Anos, decorrida entre Castela dos Habsburgo e as Províncias Unidas dos Países Baixos, entre 1568 e 1648³³², juntamente com a Guerra dos Trinta Anos, que envolveu as potências da Suécia, França e Castela dos Habsburgo, decorrida entre 1618 e 1648³³³, vieram mostrar definitivamente que “*as batalhas a campo aberto, formações grandiosas mas com grande mobilidade e poder de fogo, os cercos com fogos intensos de artilharia e as novas fortificações das praças*”³³⁴, segundo o tenente-coronel Pedro Marques de Sousa.

Desta forma, para resistir a estes ataques, foi essencial proceder-se à alteração da morfologia das fortificações³³⁵, adaptando-as às novas necessidades, acrescentando elementos característicos de rápida defesa e ataque contra o inimigo³³⁶. Começou a apostar-se na implantação de muralhas mais inclinadas e com espaço para as peças de artilharia. Este tipo de fortificações, denominadas por fortificações abaluartadas, ou em

³³⁰ Tradução livre: “*Con el cañón de sitio, se hace preciso innovar y mejorar estas estructuras, generalmente frágiles ante los cañones por la condición de sus murallas, verticales, de piedra y delgadas*”. José Antonio Cano Arjona, “Las Guerras de Italia (1494-1544)...”, p. 13.

³³¹ *Ibidem*.

³³² Arlindo Palassi Filho, “Formação do estado moderno holandês: apogeu e queda da República das Províncias Unidas”, in *Boletim Historiar*, maio-junho 2015, N.º 9, pp. 29-50.

³³³ Cf. Samuel Rawson Gardiner, *The Era of The Thirty Years' War, 1618-1648* (ed. Edward E. Morris, M. A.), New York, Scribner, Armstrong & Co., 2012.

³³⁴ Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], “A Aula de Artilharia e Esquadria Criada em 1641 em Portugal”, in *Proelium VII*, 2016, N.º 11, p. 24.

³³⁵ “Em meados do século XVI, o trabalho de fortificação foi considerado, pela primeira vez, como uma ciência, baseando-se em princípios matemáticos através da aplicação das formas e proporções adequadas” [Tradução livre: “*The work of fortification was first considered as a science and an art from in the mid-sixteenth century, because it relied upon mathematical principles in the search for forms and proportions*”]. Antónia Fialho Conde, María Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

³³⁶ “Estudos recentes sobre a guerra do período moderno deram primazia ao surgimento de novas formas de fortificar, em detrimento das mudanças militares ocorridas entre os séculos XVI e XVII. As novas fortificações são uma manifestação concreta – e, muitas vezes, ainda tangível – dos argumentos para uma necessária revolução militar na Europa do período moderno. A partir de meados do século XV, o desenvolvimento e a proliferação das armas de pólvora reduziram significativamente as capacidades defensivas das fortificações tradicionais e das próprias cidades” [Tradução livre: “*Recent studies of early modern warfare have accorded a central role to the emergence of new styles of fortification in shaping and determining military change in the sixteenth and seventeenth centuries. These new fortifications provide a concrete – and often still tangible – manifestation of the arguments for a military revolution in early modern Europe. From the mid-fifteenth century the development and proliferation of gunpowder weapons greatly reduced the defensive capabilities of traditional fortresses and town defences*”]. David Parrot, “The Utility of Fortifications in Early Modern Europe: Italian Princes and their Citadels, 1540-1640”, in *War in History*, 2000, N.º 7(2), p. 127.

estrela, devido à conceção da sua projeção, conheceram um primeiro período de adaptação como fortificações *à moderna*³³⁷, de meados do século XV a finais do século XVI. Isto significou que a inovação e a tecnologia reforçaram a circulação dos saberes na época³³⁸. Assim, este primeiro período foi marcado pela elaboração de elementos específicos das fortificações para que se adaptassem de forma mais eficaz às novas necessidades de defesa, tais como a substituição das torres de planta quadrada por torres de planta redonda, e a invenção do baluarte³³⁹ poligonal³⁴⁰. Ambos permitiam uma melhor defesa face ao ataque das armas de fogo contra a fortificação, pois o tiro deixava de ser direto contra as muralhas, uma vez que se tratavam de defesas avançadas. Esta alteração foi protagonizada pelos arquitetos italianos, os primeiros a adaptar os seus planos de fortificação³⁴¹ a partir de meados do século XVI, quando começaram a propor cinturas de traçados regulares para proteção das praças, tendo como princípio fundamental a ideia de que a defesa ideal era a assegurada por planta hexagonal, embora muitas vezes os acidentes de terreno obrigassem a optar pela planta pentagonal. Porém já em meados do século XV Francesco di Giorgio Martini (1439-1501)³⁴², dispunha os planos de muralha

³³⁷ “No século XVI, o conhecimento da fortificação assentava na aplicação do traçado italiano das muralhas e dos baluartes poligonais, destinados a permitir que pequenas guarnições resistissem adequadamente a exércitos maiores” [Tradução livre: “*In the sixteenth century, fortification knowledge was concerned with applications of the so-called trace italienne of ramparts and polygonal bastions meant to enable small garrisons to withstand sieges by larger armies*”]. Denis De Lucca, *Jesuits and fortifications. The Contribution of the Jesuits to Military Architecture in the Baroque Age*, Brill, Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 2012, p. 322.

³³⁸ Liliane Pérez, Catherine Verna, «La circulation des savoirs techniques du Moyen-âge à l’époque modern. Nouvelles approches et enjeux méthodologiques», in *Tracés. Revue de Sciences humaines*, 2009, N. 16. Disponível em <https://journals.openedition.org/traces/2473> (consult. 17 ago. 2019).

³³⁹ Obra avançada à linha fortificada, composta por duas faces ou flancos. Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto Abaluartado de Évora*, Faro, Sílabas & Desafios, 2015, p. 172.

³⁴⁰ “Brunelleschi e Leonardo, entre outros, adaptaram construções fortificadas ao uso da artilharia, dando origem a um novo baluarte poligonal, que iria revolucionar a conceção de fortificações durante o segundo quartel do século XVI” [Tradução livre: “*Brunelleschi and Leonardo, among others, adapted fortified constructions for the use of artillery, giving rise to a new polygonal bastion that would revolutionize the conception of fortresses during the second quarter of the sixteenth century*”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

³⁴¹ “Engenheiros militares e arquitetos começaram a construir sistemas fortificados, designados de traçado italiano, mais baixos e aptos para o bombardeamento massivo” [Tradução livre: “*Engineers and architects started to construct fortification systems, the so-called trace italienne, based on low-lying, massively bombardment*”]. David Parrot, “The Utility of Fortification...”, p. 128.

³⁴² Como engenheiro militar executou projetos de fortificação para o conde de Urbino, para quem trabalhou em 1460. Executou os primeiros exemplares de fortificações com planta em estrela e estudou as características das máquinas de guerra, tal como o fez Leonardo da Vinci. Francesco di Giorgio Martini redigiu o *Trattato di Architettura, Ingegneria e Arte Militare*, em 1482, que ao sintetizar as ideias de Alberti e Filareti, exerceu profunda influência na arquitetura militar, uma vez que, comparando com os tratados dos seus antecessores, este é um tratado mais prático, votado para as muralhas, fortalezas e engenhos militares. Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 192. Francesco di Giorgio Martini, *Trattati de Architettura, Ingegneria e Arte Militare*, Milão, Edizioni Polifilo, 3 vols., 1967. Collezione Digitale

e os seus baluartes da fortificação auxiliando-se da geometria e matemática. Segundo Andrea Pirinu, “*il bastione di forma pentagonale, collocato all’unione di due cortine, il cui sviluppo in lunghezza é determinato dalla portata delle armi da fuoco. Si trattava di um nuovo sistema di difesa, progettato da Francesco di Giorgio Martini e sviluppato poi dai Sangallo*”³⁴³.

No entanto, deve destacar-se que os baluartes projetados por Giorgio Martini continuam tendo como referência as antigas torres de menagem, sendo próximos na sua proporção³⁴⁴ (Fig. 1), pelo que, na conceção ainda se consideram longe dos baluartes que posteriormente viriam a ser projetados e adaptados eficazmente à linha de tiro dos atacantes³⁴⁵.

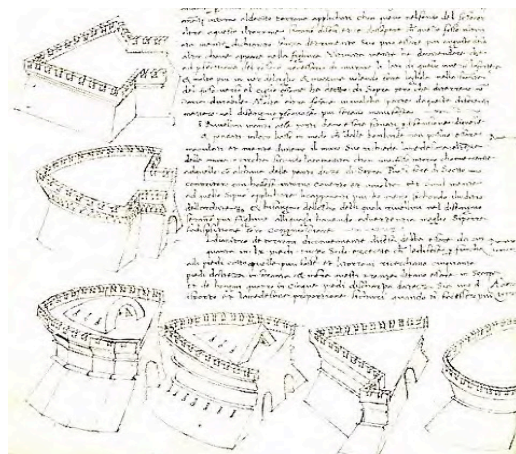


Fig. 1.

Baluartes elaborados por Francisco di Giorgio Martini, 1482.

Fonte: Francesco di Giorgio Martini, *Trattati de Architettura, Ingegneria e Arte Militare*, tav xvii

Outro aspeto do pioneirismo de Martini reside na sua afirmação de que “o benefício das fortificações está no artifício da planta, em vez da espessura das suas

sull’Arte e la Politica in Italia negli Anni Sessanta e Settanta dall’Archivio della Fondazione Echaurren Salaris: <http://dlib.biblherz.it/ia/pdf/Gh-FRA4851-4410-2.pdf> (consult. 6 jan. 2016).

³⁴³ “O baluarte de formato poligonal, colocado por forma a unir duas cortinas, cujo desenvolvimento em comprimento é determinado pelo alcance das armas de fogo. Era um novo sistema de defesa, projetado por Francesco di Giorgio Martini, e, depois desenvolvido pelos Sangallo” [Tradução livre]. Andrea Pirinu, *Il Disegno dei Baluardi Cinquecenteschi Nell’Opera dei Fratelli Paleari Fratino: Le piazzeforti della Sardegna*, Borgo São Lorenzo, All’Insegna del Giglio, 2013, p. 16. Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à arquitetura militar*, Lisboa, Impressão de António Craesbeeck de Mello, 1680, p. 44.

³⁴⁴ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 196.

³⁴⁵ Francesco di Giorgio Martini também foi pioneiro na representação de fortes, obras isoladas do ponto de vista estratégico, eficazes para a defesa da cidade e da fortificação principal. Concebeu diversos modelos, a maioria com plataforma circular nos vértices, introduzindo orelhões, para proteção aos flancos que ainda não haviam sido plenamente desenvolvidos. Ainda não possuíam planta geométrica próxima da adotada nos séculos seguintes, mas a simetria destaca-se em quase todas as suas obras. Francesco di Giorgio Martini, *Trattati de Architettura...*, tav v-vi, viii, x.

muralhas”³⁴⁶. Assim, o planeamento arquitetónico de uma obra de defesa iria conferir maior eficácia e não apenas aumentar a espessura das antigas muralhas medievais contra a nova artilharia. Deste modo, para Martini, tal como para os arquitetos Leon Battista Alberti (1404-1472) e Filarete (1400-1469), a fortificação era parte de uma conceção global da arquitetura de uma cidade, a *cidade ideal*. O tratado de Martini consagrou, pois, a fortificação como um objeto de reflexão teórica específica.

Decidia-se assim a alteração da fisionomia dos muros das fortificações, optando-se por torreões angulares baixos e largos, elaborados com recurso a materiais simples como areia e pedra, que se destinavam a absorver melhor o impacto proporcionado pelos projéteis dos inimigos, permitindo efetuar-se um fogo cruzado³⁴⁷.

Os mestres italianos tinham como principal preocupação a proteção das cortinas³⁴⁸ da fortificação, o principal alvo da artilharia. A artilharia de defesa passou a concentrar a atenção para os tiros sobre as obras avançadas por forma a proteger a cortina principal da fortificação³⁴⁹: “*Attraverso l'utilizzo di revellini, capannati e caponiere, posizionati all'esterno delle mura, e possibile puntare le artiglierie sul perimetro scarpato della forteza e diffendere cosi le parti non fiancheggiabili com i pezzi disposti lungo il perimetro defensivo*”³⁵⁰. Mas esta prática foi deixando de responder à necessidade de não existirem pontos impossíveis de atingir pelos tiros dos defensores. Desta forma, os baluartes tornaram-se protagonistas, permitindo maior espaço de manobra relativamente ao posicionamento das bocas de fogo³⁵¹.

Deu-se também início à transformação e adaptação das defesas pelo abaixamento das muralhas, criação de terraplenos³⁵² e acrescentamento de obras exteriores aos panos de muralha. Porém, também se construíram fortificações novas, partindo dos princípios

³⁴⁶ *Idem*, tav xvii.

³⁴⁷ José Antonio Cano Arjona, “Las Guerras de Italia (1494-1544)...”, p. 14.

³⁴⁸ Troços do reparo situado entre os flancos de dois baluartes. Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 20.

³⁴⁹ “Estas obras eram também protegidas por sistemas elaborados de defesa, que se distinguiam como complexos sistemas externos, auxiliados por baluartes angulares situados nas extremidades das cortinas da fortificação” [Tradução livre: “*These walls were themselves protected against mining or raiding parties by elaborate systems of outworks, then by angled bastions projecting from the corners of the fortifications*”]. David Parrot, “The Utility of Fortification...”, p. 128.

³⁵⁰ “Através da utilização do revelim e obras de campanha, posicionados na saliência das muralhas, é possível apontar a artilharia no perímetro da escarpa da fortificação, e defender as partes não flanqueadas com peças de artilharia ao longo do perímetro defensivo” [Tradução livre]. Andrea Pirinu, *Il Disegno dei Baluardi...*, p. 18.

³⁵¹ “baluartes com plataformas de tiro estáveis, que permitiam o tiro flanqueado ao longo do comprimento das muralhas” [Tradução livre: “*bastions which both were stable gun platforms and could provide flanking fire along the lengths of the walls*”]. David Parrot, “The Utility of Fortification...”, p. 128.

³⁵² Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, pp. 17, 41.

da cobertura e do tiro de enfiada, ou seja, tendo em conta o disparo paralelo ao eixo longo do local onde estava sitiado o inimigo³⁵³.

Com base nestas conceções inovadoras à época, também os irmãos Giuliano (1445-1516) e António da Sangallo (1455-1534) se destacaram no desenho de fortificações³⁵⁴ elaborando o baluarte como elemento arquitetónico chave na conceção das novas obras de defesa, com grande fundamento teórico³⁵⁵.

Definiram projetos que inovavam no perfil do sistema³⁵⁶ e na coerência da planta como um *esquema unitário*, com princípios matemáticos e geométricos, por forma a responder à realidade no campo de batalha³⁵⁷. Projetava-se com o objetivo de que uma arma de fogo dos sitiados, colocada na esplanada, não pudesse atingir nenhuma parte da fortificação com tiro direto³⁵⁸.

As formas e dimensões dos elementos tinham um relacionamento geométrico perfeito. A alteração da altura ou do perfil de qualquer um dos elementos implicaria a modificação total. Os projetos começaram a ser passados para o terreno com máxima precisão, levando ao desenvolvimento de complexos sistemas de traçado e ampliação dos desenhos através da cartografia. Segundo F. Arevalo, “*la preparación teórica permitió imaginar nuevas proyecciones para representar el mundo esférico sobre la planitud del dibujo*”³⁵⁹.

As fortificações realizadas pelos Sangallo dispunham de elementos que iriam caracterizar a arquitetura militar nos séculos seguintes³⁶⁰: muralhas em tijolo, menos dispendiosas e fáceis de construir, dispendo de elasticidade para resistir à artilharia, com

³⁵³ Isto pressupunha que a fortificação deveria proporcionar um modelo defensivo resistente à ação da artilharia do inimigo, e, ao mesmo tempo, permitir o adequado posicionamento da artilharia nos baluartes avançados da fortificação. Pedro Marquês de Sousa [Tenente-Coronel], “A Aula de Artilharia...”, p. 31.

³⁵⁴ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 195.

³⁵⁵ Giuliano da Sangallo, *O caderno de rascunhos sienense de Sangallo*, 1490-1516. Biblioteca Digital Mundial: <https://www.wdl.org/pt/item/10597/> (consult. 21 fev. 2020). Christopher Dufy, *Siege Warfare*, London, Routledge, 1997, Vol. 1, pp. 38-39.

³⁵⁶ Mario Viganó, *L'architettura militare nell'età di Leonardo. Guerre milanesi e diffusione del bastione in Italia e in Europa*, Atti del Convegno Internazionale di Studi (2-3 juin 2007), Locarno, Scoela magistrale, pp. 231-253.

³⁵⁷ Luís Costa Sousa, *Escrita e Prática de Guerra...*, pp. 111-112.

³⁵⁸ A questão prática é sobretudo compreendida através da obra de S. Pepper e N. Adams, intitulada *Firearms and Fortifications. Military Architecture and Siege Warfare in Sixteenth-Century*, que invoca princípios de ataque e defesa face às mudanças para as estruturas abaluartadas. Simon Pepper, N. Adams, *Firearms and Fortifications. Military Architecture and Siege Warfare in Sixteenth-Century*, Chicago, Siena, 1986. Ana Teresa de Sousa, “O modelo italianizante...”, p. 71.

³⁵⁹ “a preparação teórica permitiu desenvolver novas projeções do mundo esférico em termos de plenitude do desenho” [Tradução livre]. Federico Arévalo Rodríguez, *La Representación de la Ciudad en el Renacimiento: Levantamiento Urbano y Territorial*, Barcelona, Fundación Caja de Arquitectos, 2003, p. 94.

³⁶⁰ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, pp. 195-196.

costuras verticais de pedra para enrijecer as cortinas; existência de baluartes baixos e espessos, com esquinas arredondadas e baterias situadas entre os baluartes e as cortinas³⁶¹.

O crescente uso da artilharia fez com que a arquitetura militar necessitasse de profissionais cada vez mais especializados. Desta forma, o desafio de tornar uma fortificação eficaz contra a artilharia intensificou os debates sobre as táticas de assédio, as técnicas e materiais construtivos, bem como os elementos arquitetónicos. Por conseguinte, a artilharia também mostrou a importância de estudar os movimentos dos projéteis, tornando indispensáveis disciplinas como a matemática, a geometria e a trigonometria³⁶².

Apesar de no início do século XVI estes princípios não serem conhecidos em Portugal, no reinado de D. Manuel I (1495-1521) eram visíveis as preocupações com o estado das defesas dos territórios ultramarinos e dos limites do reino³⁶³. Assim, o nosso país tentou confirmar as suas fronteiras, tentando consagrar-se em matéria de fiscalização do estado das suas fortalezas e castelos. Para concretizar esse objetivo, de verificar o estado das fortalezas e castelos, o monarca D. Manuel I auxiliou-se do trabalho do escudeiro real Duarte de Armas (1465-15??)³⁶⁴, que viajou de Castro Marim a Caminha³⁶⁵. Esta tarefa materializou-se no célebre *Livro das Fortalezas*, em 1509³⁶⁶:

³⁶¹ Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 41

³⁶² Maria Catharina Queiroz Prata, “Fortificações: símbolos políticos do domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa”, in *VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/RJ, 2011, vol. 12, Nº 2, p. 134.

³⁶³ Paulo Pereira, “Lisboa Manuelina. Problemas de Conceito”, in *Revista de História da Arte*, 2006, N.º 2, p. 50.

³⁶⁴ Mário Jorge Barroca, “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas – Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid”, in Lúcia Rosas, Ana Cristina Sousa, Hugo Barreira (coord.), *Genius loci: lugares e significados: breves reflexões*, Porto, CITCEM, 2016, vol. 2, p. 184.

³⁶⁵ Antónia Fialho Conde, “Alentejo (Portugal) and the Scientific Expertise in Fortification in the Modern Period: The Circulation of Masteres and Ideas”, in A. Roca-Rosell (ed.), *The Circulation of Science and Technology: Proceedings of the 4th International Conference of the ESHS*, Barcelona, 18-20 November 2010, Barcelona, SCHCT-IEC, p. 247.

³⁶⁶ Duarte D’Armas, *Vistas e Plantas das Fortalezas no Reino* (Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte D’Armas por João de Almeida), Lisboa, Império, 1943.

DIGITARQ.ARQUIVOS: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> (consult. 15 nov. 2015). Cf. a questão da heráldica representada no Livro das Fortalezas, levantada por Paulo Pereira na sua tese de doutoramento: Paulo Pereira, *A “Fábrica” Medieval. Conceção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)* [Tese de Doutoramento em Arquitetura], Universidade técnica de Lisboa, 2011, Vol. 2, pp. 579-592; e por Eduardo Alves Duarte, que nos indica que nas representações de Duarte D’Armas as bandeiras portuguesas (com as armas reais e as flâmulas com os símbolos de D. Manuel) são sempre maiores que as castelhanas, mesmo quando as defesas castelhanas se encontram mais próximas do observador. Cf. Eduardo Alves Duarte, “A heráldica portuguesa na arte e na sociedade”, in *Arte & sociedade*, Lisboa, 2011, pp. 42-43.

*“The author reveals details about the constructions and their implantation, today considered essential for their understanding and analyses: apart from the military elements (...), we can notice as well the presence of elements from the daily lives of local populations (wooded areas and cultivated zones, water lines and bridges, mills, churches and convents)”*³⁶⁷.

Duarte de Armas desenhou as fortalezas em duas vistas³⁶⁸, sendo possível observar-se diferenças entre a época do desenho e o que se construiu posteriormente³⁶⁹. Na região do Alentejo, destacam-se sobretudo os casos de Serpa, Moura, Mourão, Monsaraz, Juromenha, Olivença, Elvas, Campo Maior, Ouguela, Arronches e Castelo de Vide³⁷⁰, cujas muralhas³⁷¹ viriam a ser fortalecidas e adaptadas ao sistema abaluartado no período da Guerra da Restauração (1640-1668). As restantes praças alentejanas (Mértola, Noudar, Terena, Alandroal, Assumar, Alpalhão e Montalvão) não beneficiaram do sistema abaluartado. Na verdade, o número de praças a fortificar no Alentejo, na época da Guerra da Restauração, era demasiado elevado dada a disponibilidade económica do reino. Os pontos que se consideraram estratégicos ao longo deste conflito armado acabariam por defender os locais que lhes estavam próximos, pelo que terá havido obras de campanha entre uma e outra praça fortificada, abrangendo, desta forma, as localidades que não tinham defesa permanente, não beneficiando de fortificação principal, mas sim apenas de obras pontuais. Estas consistiam, por noma, em obras de quatro ou cinco ângulos, tendo o inconveniente de não conseguirem resistir a um exército numeroso³⁷².

O trabalho de Duarte de Armas foi relevante como ponto de partida para a revisão do modelo de defesa, por permitir verificar as praças já existentes, bem como a sua posição em relação à raia com Castela, e quais estavam mais precisadas de intervenção.

³⁶⁷ “O autor revela detalhes sobre as construções e a sua implantação, hoje considerados essenciais para a sua compreensão e análise: além dos elementos militares (...), podemos verificar a presença de elementos do quotidiano relativos às populações locais (áreas arborizadas e zonas de cultivo, linhas de água e pontes, moinhos, igrejas e conventos)” [Tradução livre]. Antónia Fialho Conde, “Alentejo (Portugal) and the Scientific Expertise...”, p. 247.

³⁶⁸ Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e documental...*, Vol. I, p. 47.

³⁶⁹ Edison Cruxen, “O Viajante Duarte Darmas e a sua Obra Imagética sobre a fronteira luso-castelhana (1509)”, in *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, vol. 5, pp. 91-92.

³⁷⁰ Sobre a particularidade de Castelo de Vide cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, “Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas”, in *Estudos/Património*, Lisboa, IPPAR, N.º 8, pp. 108-119; Pedro de Aboim Inglez Cid, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Lisboa, IPPAR, 2005.

³⁷¹ Algumas das suas gravuras apresentam já construções militares em segundo plano, remetendo para o ideal de um modelo defensivo fronteiriço. É o caso de Serpa, onde segundo Edison Cruxen, se podem observar as muralhas de Beja; e o caso de Campo Maior, em cuja gravura se observa Elvas, segundo o mesmo autor. Edison Cruxen, “O Viajante Duarte Darmas...”, p. 92.

³⁷² Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 39.

Desta forma, percebe-se que no período de Seiscentos se consideraram indispensáveis os levantamentos topográficos³⁷³, corográficos e geográficos, projetando ainda as fortificações como novos modelos militares de defesa³⁷⁴. Neste caso, destaca-se particularmente a questão da confirmação da fronteira seca³⁷⁵. Como constatámos, o trabalho de Duarte de Armas, a mandado de D. Manuel I, deu primazia à representação dos elementos militares e geográficos da fronteira seca, dada a proximidade com Castela.

No reinado de D. João III (1521-1557) procurou-se inicialmente adaptar algumas estruturas militares aos elementos da arquitetura italiana, destacando-se Vila Viçosa, de que adiante nos ocuparemos³⁷⁶. Por influência dos mestres italianos, também no período filipino se procederia à defesa do Tejo e do litoral como ato de proteger o território de ataques por via marítima desencadeados por ataques de piratas e pelas escaramuças entre Castela e Inglaterra³⁷⁷.

Desta forma, a influência italiana nas fortificações portuguesas foi notória desde meados do século XVI e inícios do século XVII, materializando-se na formação teórico-prática dos arquitetos ou engenheiros militares³⁷⁸ e na demonstração e construção, destacando e valorizando o trabalho protagonizado pelo engenheiro militar³⁷⁹. Segundo Margarida Tavares da Conceição, as palavras *arquiteto* ou *engenheiro militar*, na época

³⁷³ “No período moderno, o rigorismo exigido na concepção de uma fortificação dependia de um trabalho topográfico pré-existente ou implicava a sua efectivação, relacionando a cartografia e a história da arquitectura e engenharia militares”. Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Guiomar, “Análise dos espaços envolventes de Fortificações da fronteira seca. O caso da Juromenha”, in Teresa Pinto Correia, Virgínia Henriques, Rui Pedro Julião (orgs.), *IX Congresso da Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 2013, p. 12.

³⁷⁴ Ana Teresa de Sousa, “O modelo italianizante...”, p. 84.

³⁷⁵ Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Guiomar, “Análise dos espaços...”, p. 7.

³⁷⁶ No âmbito da arquitetura de transição, mas não por intermédio dos mestres italianos, destacou-se também o caso do castelo de Évoramonte, cujos elementos defensivos foram levados a cabo pelos arquitetos portugueses Francisco e Diogo de Arruda. Não será tratado no âmbito desta tese por não deter elementos pertencentes à arquitetura abaluartada. Cf. SIPA:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2720 (consult. 12 jul. 2021).

³⁷⁷ Na época, havia o permanente risco de ataques ingleses e holandeses “à extensa costa oceânica (a crescer aos dos corso e pirataria)”, receando-se que Inglaterra invadisse o território por via marítima. Cf. Margarida Tavares da Conceição, “Fortificação moderna, engenheiros militares e defesa do território: redes de atuação intercontinental”, in Ana Simões, Maria Paula Diogo (coord.), *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal: Novos Horizontes – sécs. XV-XVII*, Lisboa, Tinta da China, 2021, Vol. 1, pp. 417-449. Maria Rosário Bastos, João A. Dias, Manuela Baptista, Carla Batista, “Ocupação do Litoral do Alentejo, Portugal: passado e presente”, in *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Lisboa, 2012, vol. 12, N.º 1. SCIELO.Portugal:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722012000100009 (consult. 30 mar. 2020).

³⁷⁸ Mary Henninger-Voss, “Measures of success: military engineering and the architectonic understanding of design”, in Wolfgang Lefevre (ed.), *Picturing Machines: 1400-1700*, London, The Mit Press, 2004, p. 169.

³⁷⁹ Hélène Vérin, *La gloire des ingénieurs: L’intelligence technique du XVIe au XVIIIe siècle*, Éditions Albin Michel, 2014.

indicada, “surge[m] quase como um qualificativo de aptidão, não tendo um significado profissional específico”³⁸⁰. Na opinião de Margarida Valla, o engenheiro militar era visto como um artista, além de ter os estatutos de técnico e de militar³⁸¹. Rafael Moreira indicou ainda que estes arquitetos e engenheiros militares eram nomeados como “*mestre de obras*” ou “*mestre dos pedreiros*”³⁸². Mas já em 1793 Cirilo Wolkmar Machado refletira sobre arquitetura, alegando que o “*arquiteto*” tem sido menosprezado em relação ao *mestre-construtor*, pois “*os melhores pensamentos de hum architecto são mentaes, expressos se fazem visíveis pelo desenho. A obra que executa hum mestre he palpável*”³⁸³.

Segundo Mary Henninger-Voss, “*measured design was the bond between the experience of the engineer and his pretensions to science*”³⁸⁴. Para Galindo Diaz, o valor da personagem arquiteto ou engenheiro militar, formado na arte científica da fortificação, não está vinculada na quantidade de conhecimentos que o mesmo possui, mas sim nos processos cognitivos que lhe permitem assegurar o planeamento e execução de um conjunto de obras defensivas, ou seja, estará presente na sua prática e capacidade de ação³⁸⁵.

Importa destacar que o intercâmbio através da convivência de *arquitetos e engenheiros militares* nacionais com os italianos, ou através do envio de portugueses a Itália³⁸⁶, contribuiu para o amadurecimento do novo modelo de defesa em Portugal, e para a introdução de uma metodologia inspirada nos padrões italianos.

Neste contexto, em Portugal nomeavam-se mestres italianos para os cargos de mestre de obras de El-rei e mestre de obras das fortificações. Essa influência surge do ducado de Urbino, onde trabalharam vários engenheiros e mestres italianos, como o

³⁸⁰ Margarida Tavares da Conceição, *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses: 1540-1640* (Tese de Doutoramento em Arquitetura), Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 115-117.

³⁸¹ Margarida Valla, *Os engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João V, 1640-1750* (Tese de Doutoramento em História da Arte), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, p. 15.

³⁸² Rafael Moreira, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: a Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano* (Tese de Doutoramento em História da Arte), Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1991, p. 151.

³⁸³ Cirilo Wolkmar Machado, *Algumas reflexões sobre as inconveniências da Architectura escritas aos 21 de junho de 1793 aos 45 annos da minha vida*, Academia Nacional de Belas Artes, 1793, fl. 43. Citado por Mário Kruger, “A relevância do *De re aedificatoria* na herança disciplinar da arquitetura clássica em Portugal: a influência da obra escrita de Alberti”, in Mário Kruger (ed.), *Na Génese das Racionalidades Modernas II – Em torno de Alberti e do Humanismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 458.

³⁸⁴ Mary Henninger-Voss, “Measures of success...”, p. 155.

³⁸⁵ Jorge Galindo Díaz, *El Conocimiento Constructivo de los Ingenieros Militares del Siglo XVIII: Un estudio sobre la formalización del saber técnico a través de los tratados de arquitectura militar* (Tesis Doctoral), Barcelona, 1996, p. 48.

³⁸⁶ Ana Teresa de Sousa, “O modelo italianizante...”, p. 97.

engenheiro militar Garcia de Bolonha, que veio a Portugal em 1528, Gabriel Tadino di Martinengo (1476-1543), em 1529, e de portugueses como Duarte Coelho, que esteve muito tempo na Itália. Em 1567, no reinado de D. Sebastião, em 1567, foram enviados às ilhas atlânticas os arquitetos Tommaso Benedetto de Pésaro e Pompeo Arditì, ambos do ducado de Urbino³⁸⁷, para inspecionarem as fortificações. Trabalharam em conjunto com o arquiteto português Mateus Fernandes (III)³⁸⁸, que os orientou nos trabalhos de levantamento e conceção das obras de fortificação necessárias. Eles apostaram em técnicas mais elaboradas e precisas de levantamento cartográfico³⁸⁹. Além destes dois profissionais, datam ainda deste período as contratações de Filippo Terzi (1520-1597)³⁹⁰ e de Pietro Vignarelli de Urbino³⁹¹ por D. Sebastião. Por outro lado, também os portugueses Baltasar de Arruda, entre 1556 e 1567, o arquiteto António Rodrigues (1525-

³⁸⁷ “As convulsões políticas vivenciadas no panorama Europeu, levaram à importância da construção militar, que apenas poderia ser proporcionada pelas monarquias mais influentes, ou por Casas de renome (tais como o ducado de Urbino), devido às despesas que implicava; sendo que, ao mesmo tempo, era uma forma de afirmação para aqueles que a podiam custear. Essas despesas estavam relacionadas com o nível de conhecimento técnico e com a especialização necessária para efetuar projetos, bem como aos materiais utilizados nesses sistemas defensivos, havendo também a necessidade de se garantir a educação na arte de fortificar” [Tradução livre: “*The political convulsions experienced in the European panorama lead to the importance given to military construction, that could only be afforded by the greatest monarchies or some great Houses (such as the dukedom of Urbino) due to the expenses they implied, but that, at the same time, served as a statement for those could afford them. These expenses were due to their high level of technical expertise and to the specialization required for designing them, as well as to the materials used in these defensive systems, and also to the need to assure the education in the art of building fortifications*”]. Antónia Fialho Conde, “Alentejo...”, p. 248.

³⁸⁸ Segundo Sousa Viterbo, Mateus Fernandes terá participado nas obras das fortificações da ilha da Madeira. Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental...*, Vol. I, p. 343.

³⁸⁹ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “De Quanto Serve a Ciência do Desenho no Serviço das Obras de El-Rei”, in *Actas do Colóquio Internacional “Universo Urbanístico Português 1415-1822”*, Renata Araújo (coord.), Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 267-281. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “Formação e metodologia de trabalho dos engenheiros militares: a importância da ‘ciência do desenho’ na construção de edifícios e cidades”, in Manuel Teixeira (ed.), *A Construção da Cidade Brasileira*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.

³⁹⁰ Miguel Soromenho, Ricardo Lucas Branco, “The architectural career of Filippo Terzi in Portugal (1577-1597)”, in Sabine Frommel, Micaela Antonucci (coord.), *Da Bologna all Europa. Artisti Bolognesi in Portogallo (secoli XVI-XIX)*, Bologna, Bononia University Press, p. 101. José Salazar Ribeiro, *Filipe Tércio. Ingegnere e Architetto em Portugal 1577-1597* (Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 29.

³⁹¹ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “Entre teoria e prática. A cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII”, in *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*. Open Edition Journals: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/271?lang=es> – consult. 7 mar. 2016.

1590)³⁹², entre 1560 e 1564, o engenheiro militar Isidoro de Almeida, antes de 1570³⁹³, o engenheiro e matemático João Baptista Lavanha (1550-1624), entre 1572 e 1578³⁹⁴ e arquiteto jesuíta Baltasar Álvares (1560-1630), entre 1575 e 1578,³⁹⁵ realizaram os seus estudos diretamente em Itália³⁹⁶.

Mais tarde, no reinado de D. Filipe I de Portugal, este processo intensificou-se, procedendo-se à contratação de arquitetos e engenheiros militares italianos, para efetuarem um grande número de levantamento de mapas dos territórios ultramarinos³⁹⁷ e do litoral português, para controlo marítimo e defesa militar. Neste contexto, chegaram a Portugal os já referidos Leonardo Torriani, Giovanni Vincenzo Casale, Alexandre Massai, Giovanni Battista Cairate, Giovan Giacomo Palearo Fratino e Tiburzio

³⁹² Por alvará de 27 de junho de 1565, foi nomeado mestre das obras reais, como sucessor de Miguel de Arruda, tendo desempenhado o dito cargo entre 1564 e 1590. Com o seu falecimento, em 1590, Filippo Terzi sucedeu-lhe no dito cargo. Entretanto, a partir de 1575, António Rodrigues desempenhara também o cargo de mestre das fortificações do reino, em substituição de Afonso Álvares. Além disso, lecionou na Aula de Arquitetura do Paço da Ribeira, em Lisboa, em 1572. António Rodrigues, *Tratado de Arquitetura*, c. 1575-1576. BNP-BND: <http://purl.pt/27112/5/index.html> (consult. 18 mar. 2016). Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario histórico e documental...*, vol. II, p. 385. António Rodrigues sucedeu a Miguel de Arruda no cargo de mestre das obras régias, entre 1564 e 1590, e a Afonso Álvares no de mestre das fortificações do reino, em 1575.

³⁹³ Este engenheiro de fogos e minas, formado inicialmente em Coimbra, posteriormente com experiência adquirida nas campanhas de Itália e Alemanha, foi autor do *Quarto livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares*, publicado em 1573. Era perito na defesa das praças, no artífice de engenhos e invenções de guerra. Rui Bebião, “Literatura Militar...”, pp. 86-87. Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario histórico e documental...*, Vol. I, pp. 7-8.

³⁹⁴ Este arquiteto tinha grande aptidão para as matemáticas, vindo instruído de Roma também em Humanidades e História Universal. Terá tido o cargo de cosmógrafo de D. Sebastião, por ter tido contacto com os tratados de arquitetura civil e militar italianos. Carina Raquel Esteves, *O Livro de Architectura Naval de João Baptista Lavanha e a arquitectura naval ibérica no final do século XVI, princípios do XVII. O perfil do arquitecto naval* (Dissertação de Mestrado em História Marítima), Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2011, p. 50.

³⁹⁵ Durante a sua estadia em Itália, este arquiteto teve contacto direto com a obra de Alberti. Em 1580 terá sido nomeado mestre de obras da comarca do Alentejo, e, em 1581, dos paços de Santarém, Almeirim, Salvaterra e Batalha. Rafael Moreira, *Reflexos albertinos no Renascimento Português: a descriptio urbis romae, o matemático Francisco de Melo e um mapa virtual de Portugal em 1531*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 442. Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario histórico e documental...*, vol. I, p. 15.

³⁹⁶ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “Entre teoria e prática...”.

³⁹⁷ Importava defender o império. “*Spanish monarchs put great emphasis on utilitarian knowledge (...), specialization was in great demand. (...) initiatives were taken to attract engineering knowledge and expertise from the Low Countries (...), there was a considerable knowledge pool of fortification science, military architecture, artillery (...)*”. Piet Lombarede, «Military Engineers in the Spanish Empire: the Input from the Low Countries», in Sven Dupré, Bert De Munck, Werner Thomas, Geert Vanpaemel (eds.), *Embattled Territory – The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, Gent, Academia Press, 2015, p. 229. Félix Labrador Arroyo, «Felipe II y los procuradores de Tomar (1581). La integración de las elites portuguesas a través de la Casa Real», in J. B. Lozano (éd.), *Espacios de poder: Cortes, ciudades y villas (s. XVI-XVIII)*, Madrid, UAM, 2002, vol. 1, p. 172. Miguel Soromenho, “O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II”, in Miguel Figueira de Faria (coord.), *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um Espaço Urbano*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/ Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, p. 40.

Spannocchi, que projetaram e trabalharam nas fortificações que este monarca mandou construir perante a ameaça inglesa.

Posteriormente, no reinado de D. Filipe II de Portugal assistimos à tentativa de reforço de poder através dos espaços fortificados. Por incentivo deste monarca, a questão da geometria aliada à arquitetura foi amplamente aplicada pelos engenheiros militares que financiou³⁹⁸. Neste sentido, apostou-se nas zonas costeiras e fronteiriças, bem como pontos secundários, importantes em termos geopolíticos³⁹⁹. Reforçaram-se as defesas dos antigos castelos, através da sua adaptação defensiva com baluartes a rodear o seu perímetro, tal como foi o caso da fortaleza de São Vicente, em Sagres, tendo sido a antiga defesa reedificada em 1606⁴⁰⁰. Assim, verifica-se que a guerra defensiva se impôs relativamente à guerra ofensiva. Campillo defende que as fortificações que seguiram o traçado italiano permitiam que a artilharia permanecesse alojada longe dos canhões do inimigo, dificultando a hipótese de ataque dos sitiados. Assim, “*la guerra de asedio se convertía en una guerra de resistência*”⁴⁰¹.

Entretanto, os arquitetos e engenheiros militares italianos influenciaram os engenheiros militares holandeses⁴⁰² e franceses, que também viriam a atuar em Portugal durante a Guerra da Restauração. Os engenheiros holandeses [entre os quais Samuel Marolois (1572-1627), Matias Dogen (1605-1672), Adam Freitag (1609-1650) e Nicolas Goldman (1611-1665)] elaboraram fortificações com planta em estrela, muito regulares, com múltiplos fossos do lado exterior da defesa⁴⁰³, quase sempre alagados e com obras de terra batida ou revestidas apenas com uma fina camada de tijolos nas faces voltadas para os atacantes. Estes protagonistas regeram-se pela procura de soluções específicas e de pormenores tendentes à melhoria da defesa do fosso, preconizadas pelo tenente-general e engenheiro-general da fortificação e artilharia de Namur, o barão Menno van Coehoorn (1641-1704), conhecido como o fortificador⁴⁰⁴, ou *Vauban holandês*, por ser

³⁹⁸ Tradução livre: “*prized by the Iberian monarch and so widely practiced by the militar engineers he financed*”. Antónia Fialho Conde, “Alentejo...”, p. 247.

³⁹⁹ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 55.

⁴⁰⁰ Carmelindo Mourato Severino, *De Sagres a Tróia...*, p. 53.

⁴⁰¹ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 55.

⁴⁰² Sven Dupré, G. Vanpaemel, «The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands», in Sven Dupré, Bert De Munck, Werner Thomas, Geert Vanpaemel (eds.), *Embattled Territory – The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, Gent, Academia Press, 2015, p. 20.

⁴⁰³ Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 42.

⁴⁰⁴ Philippe Bragard, “Menno van Coehoorn (1641-1704), contemporain et rival hollandaise de Vauban”, in Michèle Virol, Philippe Bragard (coord.), *Vauban et ses successeurs en Artois, Glandres & Picardie*.

rival deste no que refere aos ideais de fortificação⁴⁰⁵, e por ter fortificado grande número de praças na Holanda⁴⁰⁶.

Por seu turno, os engenheiros militares franceses centraram os seus trabalhos na simplificação das fortificações em termos defensivos, melhorando a sua estrutura. Desta forma, projetavam fortificações de planta simples, mas eficazes, auxiliadas por obras exteriores que as complementavam. O tratadista Jean Errard Bar-le-Duc (1554-1610)⁴⁰⁷ foi o primeiro francês a sistematizar o desenho das fortificações, tendo por base os seus estudos de matemática em Itália. Igualmente pioneiros foram os engenheiros militares Antoine De Ville (1596-1656), cuja influência nos projetos de fortificação se expressa na obra *Les fortifications du Chevalier Antoine De Ville* (1640), e conde Blaise François Pagan (1603-1665), cuja experiência nas disciplinas de matemática e geometria lhe permitiram elevar os anteriores trabalhos de Bar-Le-Duc e De Ville. Isto significou uma simplificação da fortificação, no sentido de se adaptarem os projetos no terreno com obras exteriores, tais como revelins ou meias-luas, que expostas desaceleravam o ataque à fortificação principal⁴⁰⁸.

Ao longo do século XVII, os tratados sobre arquitetura militar e fortificação aumentaram e os engenheiros tornaram-se figuras fundamentais. Os saberes eram difundidos por manuscritos acompanhados de representações gráficas, elaborados pelos mestres ou sob a forma de apontamentos ditados aos alunos e estudados pelos discípulos. Segundo Manuel Patrocínio, além do recurso aos tratados, a Europa Moderna também se fez valer da aprendizagem teórica e prática, através dos compêndios de “*funcionalidade evidentemente escolar*”⁴⁰⁹. Estes eram elementos imprescindíveis do saber da época, bem como da sua difusão universal.

Desta forma, durante o século XVII afirmaram-se claramente os saberes de natureza militar. Neste campo, tornou-se imprescindível apurar as questões relacionadas

Actes des congrès de l'association Vauban à Gravelines (2004) et Arras (2008), Paris, Association Vauban, 2012, p. 121.

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 115.

⁴⁰⁶ Ayres de Carvalho, *Catálogo da Coleção de Desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1977, p. 165. Ramón García Gómez, “Virai costas a Castela. Las fortificaciones de la Beira Baixa portuguesa”, in *Actas do 11º Seminário Internacional sobre Arquitectura Militar*, Almeida, Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, 2017, Nº 17, p. 172.

⁴⁰⁷ Cf. Marcel Lallemand, Alfred Boinette, *Jean Errard de Bar-Le-Duc “Premier ingénieur du tres chrestien Roy de France et de Navarre Henry IV”: sa vie, ses oeuvres, fortification*, Paris, Ernest Thorin Libraire et J. B. Dumoulin Libraire, 1884.

⁴⁰⁸ Cf. Comte de Pagan, *Les Fortifications du Comte de Pagan*, Paris, Chez Cardin Besogne, 1645.

⁴⁰⁹ Manuel F. S. Patrocínio, “A Sabedoria dos Antigos e a Arte de Fortificar – Modelos culturais e fontes para os textos portugueses modernos sobre edição”, in *Humanitas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, Vol. LXIV, p. 175.

com a balística, com o objetivo de realizar cálculos para manusear a artilharia. E esta questão está inteiramente ligada à produção das armas de fogo e da produção e uso de pólvora, fazendo parte da formação dos artilheiros⁴¹⁰. A estas exigências, juntam-se os princípios da arquitetura militar dedicados à criação de fortificações e obras complementares de defesa exterior, para fazer face a essas armas de fogo, passando-se não só de uma questão de uma *arquitetura militar* para, também, uma questão de *engenharia militar*. Denotam-se saberes autónomos cada vez mais intrincados com as questões e teorias matemáticas e as práticas em campo em batalha, numa arquitetura que visava inteiramente a defesa das praças. Para o desenvolvimento desta *engenharia militar* foi imprescindível o desenvolvimento da cartografia, com apresentação de cálculos de auxílio à projeção da fortificação.

2. Os tratados estrangeiros que circulavam na Europa e em Portugal e a importância das traduções

Itália foi pioneira nas questões relacionadas com a fortificação e a arquitetura⁴¹¹. Os tratados dedicados à arquitetura militar⁴¹² apresentavam traçados reguladores próprios, nos quais imperava a necessidade de apuramento dos elementos de defesa e das questões matemáticas⁴¹³.

Contudo, destaca-se que havia atrasos relevantes na publicação dos tratados militares. Segundo Antonio Campillo, tal devia-se ao facto de que os monarcas procuravam esconder as novidades técnicas postas em prática pelos seus engenheiros militares. Deste modo, os outros Estados não se poderiam valer das mesmas ideias relacionadas com guerra ou defesa da fortificação⁴¹⁴.

Assim, com atrasos, no final do século XVI, destaca-se sobretudo a circulação das seguintes obras na Europa⁴¹⁵: *Quinto trattato de Architettura civile e militare* de

⁴¹⁰ Pedro Marquês de Sousa [Tenente-Coronel], “A Aula de Artilharia...”, p. 25.

⁴¹¹ “*Italia fue, sin duda, la mayor cantera de ingenieros y de tratadistas*”. Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 201. Liane Lefavre, Alexander Tzonis, *The Emergence of Modern Architecture: A Documentary History from 1000 to 1810*, Routledge, London, 2004, p. 18.

⁴¹² “*Como es lógico, los tratados fueron siempre un poco por detrás de los acontecimientos. Hay un pequeño desfase entre la cronología de las construcciones y la evolución de los tratados*”. Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 196.

⁴¹³ Françoise Choay, *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Lisboa, Caldeioscópico, 2007, pp. 33-34.

⁴¹⁴ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 200.

⁴¹⁵ “Ao longo do período moderno, especialmente no que respeita a meados do século XVI, especialistas estrangeiros experientes em matéria de fortificação e arquitetura militar, circularam por todo o país, disseminando novos conhecimentos com bases em tratados que surgiram durante o Renascimento Italiano,

Francesco di Giorgio Martini, por ser a primeira obra de referência a se dedicar à fortificação moderna⁴¹⁶. No entanto, Giovanni Battista Della Valle (14??-1550), como fundidor de canhões e engenheiro militar de Francisco Maria I Della Rovere I (1490-1538), duque de Urbino, foi o primeiro autor que se dedicou explicitamente às novas técnicas de fortificação⁴¹⁷, no seu *Libro continente appartenenti ad Capitani, retinere et fortificare una città com bastioni*, publicado em 1521⁴¹⁸. Mas o tratado impresso do engenheiro Giovanni Battista Zanchi (1515-1586), *Del modo de fortificar la città*, de 1554, foi o primeiro a tratar as questões de fortificação de forma explícita, objetivando a diferença entre os principais elementos de uma fortificação e a importância das suas obras complementares. Temos ainda as obras impressas de Giacomo Lanteri, que demonstram a sua preocupação com o traçado geométrico e a construção material das fortificações, intituladas *Due dialoghi...del modo di disegnare fortezze*, de 1557, e *Due libri del modo di fare le fortificationi di terra*, provavelmente de 1559. Destes tratados, também se destaca *Della fortificatione delle città, libri tres*, de 1564, dos engenheiros militares e teóricos Giralamo Maggi (1523-1572) e Giacomo Fusto Castriotto (1501-1563), tratando de aspetos técnicos da construção de fortificações; e *Dell'arte militare libri cinque*, de 1584, do mestre de arquitetura militar Giralamo Cataneo (1540-1584), na qual interliga conhecimentos matemáticos com a experiência prática; e, por fim, os tratados completos de Gabriello Busca Milanese, *Della Architectura Militare*, de 1601, na qual o autor tentou compilar todos os conhecimentos que tinha sobre fortificações⁴¹⁹.

Os referidos tratados expunham as regras próprias no que respeitava à matéria de fortificação, mas também procuravam converter-se num guia prático, uma vez que a partir da formulação de teorias se desenvolviam as regras para a prática de fortificar, tanto a nível dos projetos como da obra no terreno⁴²⁰.

e circulavam pela Europa” [Tradução livre: “Throughout the modern period, especially in the mid-sixteenth century, a number of foreign experts in fortification and military architecture circulated throughout Portugal, spreading new knowledge based on recent texts published in Europe, which appeared during the Italian Renaissance”]. Antónia Fialho Conde, María Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”. Antónia Fialho Conde, “Looking to the future in 17th and 18th century Portugal: Luís Serrão Pimentel, his descendants and their library”, in Sara Albuquerque, Teresa Ferreira, Maria de Fátima Nunes, Ana Cardoso de Matos, António Candeias (eds.), *Web of knowledge: a look into the Past, embracing the Future*, Faro, Sílabas & Desafios, 2019, p. 113.

⁴¹⁶ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 196.

⁴¹⁷ *Idem*, p. 197.

⁴¹⁸ BNF – GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9941928>.

⁴¹⁹ Jorge Galindo Díaz, *El conocimiento Constructivo...*, pp. 36-46.

⁴²⁰ “convertirse en un guía para la acción: a partir de la formulación de teorías apoyadas en la experiencia formulan reglas que permiten dominar casos concretos”. *Idem*, p. 48.

Sublinhamos que entre 1530 e 1550, haviam sido efetuadas traduções de outros tratados italianos de referência. Destaca-se a tradução para português da obra *Vitrúvio*⁴²¹, elaborada pelo matemático Pedro Nunes (1502-1578)⁴²², entre 1531-41, que ensinou na Aula de matemática na Universidade de Coimbra, em 1547⁴²³, e da obra *De Re Aedificatoria*, de Alberti, pelo humanista André de Resende (1498-1573), em 1551. Também se verificou a tradução para castelhano dos Livros III e IV do arquiteto Sebastiano Serlio (1475-1554)⁴²⁴. Estes dois últimos livros do referido tratadista italiano constituíram um dos tratados mais comuns entre os melhores arquitetos da época, pois o autor destacava que os elementos geométricos eram imprescindíveis na construção⁴²⁵.

Desta forma, visava-se facilitar a leitura erudita aos portugueses e implementar os conhecimentos necessários no domínio inicial da fortificação moderna.

A notoriedade da teorização da arquitetura militar pelos italianos atraiu o interesse de parte dos reinos europeus, os quais enviavam os seus aprendizes a Itália para aprenderem sobre a fortificação moderna. Tal como aconteceu com o caso de Portugal, durante o século XVI, também outros reinos europeus procederam à contratação direta de mestres italianos para elaborarem planos de defesa ou para ensinarem nas primeiras instituições de ensino de arquitetura que apareceram⁴²⁶. Os aprendizes familiarizaram-se

⁴²¹ Esta tradução não chegou a ser impressa, e encontra-se desaparecida. Em 1610, constava da coleção dos livros de Francisco de Mora, discípulo e herdeiro de Juan de Herrera. Rafael Moreira, “A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e Academia e a Academia de Matemáticas de Madrid”, in Pedro Dias (coord.), *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, pp. 65-77.

⁴²² Homem da Ciência e Matemático, dos “*mais notáveis que Portugal tem produzido (...). Dedicou-se também à arquitectura, traduzindo e anotando os livros de Vitruvio*”. Foi graças à biblioteca provada de Luís Serrão Pimentel que se conservou a obra do matemático Pedro Nunes (1502-1578), e um documento de um outro matemático, Francisco de Melo, datado do início de Seiscentos. Francisco dês e Sousa Viterbo, *Diccionario histórico e documental...*, Vol. II, p. 202. Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], *Tenente-General de Artilharia e Engenheiro Mor Luís Serrão Pimentel (1613-1679)*, Academia Militar, 2014, p. 5.

⁴²³ “*Para que se pudesse exercer essa profissão, era exigido, no regimento do Cosmógrafo-mor de 1592, que o candidato tivesse domínio sobre as ‘Lições de Matemática’, como obrigação para alguém assumir aquele cargo*”. Natália de Oliveira, Célio Costa, Sezinando Menezes, “Ciência moderna em Portugal: a ‘aula da esfera’ no Colégio de Santo Antão”, in *Acta Scientiarum*, Maringá, julho-setembro 2017, Vol. 39, N.º 3, p. 246. João Filipe Queiró, “A Matemática (1537-1771)”, in A. Ferrer Correia, L. A. Oliveira Ramos, Joel Serrão, A. Oliveira (ed.), *História da Universidade em Portugal – Sec. 5, Cap. V – “O Saber: dos aspectos aos resultados”*, Coimbra, Universidade de Coimbra – Fundação Gulbenkian, 1993, p. 774.

⁴²⁴ Beatriz Piccolotto Bueno, “Entre teoria e prática...”, p. 2.

⁴²⁵ Celestina Losada Varea, *La Arquitectura en el otoño del Renacimiento. Juan de Naveda: 1590-1638*, Cantabria, Universidad de Cantabria, 2007, p. 61.

⁴²⁶ Neste contexto, deve-se destacar que no início da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), entre os Países Baixos e a Espanha, na qual os holandeses também buscaram o apoio de fortificadores italianos para projetar e construir as suas obras de defesa. Foi a partir deste período que iniciaram a elaboração de um ideário próprio para fortificar as cidades holandesas, tendo o matemático Adriaan Anthonisz (1541-1620), como seu precursor. Em 1573, surgiu a primeira publicação sobre arquitetura militar na Holanda, intitulada *Form und Weis zu bauwen, Zimmern machen und auff zu richten, mit Blochheusern, Graben und Wallen und auch sonst zu stercken allerley wehrliche Vestung, Schlosser, Burgen und Stedt*, ou seja, *Maneira de*

com a teorização dos seus mestres, divulgando as suas técnicas de construção. Tal facto contribuiu ativamente para a circulação de ideias de fortificação inovadoras, que chegariam posteriormente a Portugal e praticadas no terreno.

Um dos exemplos pioneiros que podemos citar é o do alemão Albrecht Dürer (1471-1528), pintor, matemático e arquiteto, que realizou viagens a Itália, onde terá observado as fortificações. Inspirou-se em Marcos Vitruvius, Flavius Vegetius, Alberti e Nicolau Maquiavel (1469-1527), para elaborar a sua obra *Etliche Underricht zu Befestigung der Stett, Schloss und Flecken*, em 1527⁴²⁷. É um tratado sobre as várias lições de fortificação de cidades, castelos e burgos, sendo a primeira grande obra especificamente sobre arquitetura e urbanismo militares⁴²⁸.

Dürer aludiu à importância do planeamento arquitetónico de edificações próprias para a defesa, as quais designou por fortificações abaluartadas, dado o seu elemento arquitetónico de maior importância ser efetivamente o baluarte, descrevendo-o como uma construção dotada de canhoesiras dispostas de forma saliente nos ângulos da muralha⁴²⁹. A representação do baluarte do seu tratado consiste numa planta saliente com frente curvilínea, ainda diferente do baluarte de planta poligonal que vingou posteriormente. À semelhança de Martini, também Dürer desenhou uma plataforma de artilharia de grande altura, com casamatas à prova dos projeteis inimigos, nas quais se alojavam as armas⁴³⁰. Contudo, esta plataforma possuía grande proximidade entre os canhões, reduzindo o espaço para o seu manejo (**Fig. 2**).

construir fortificações, castelos e burgos, da autoria de Jan van Schille (1510-1586). Esta obra apenas é composta por ilustrações de cidades fortificadas com planta poligonal, mas sem quaisquer comentários ou orientações por parte do tratadista. E-rara: <https://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-8876> (consult. 19 dez. 2018).

⁴²⁷ Albercht Dürer, *Etliche Underricht zu Befestigung der Stett, Schloss und Flecken*, Gedruckt zu Nürenberg [Hieronymus Andreae], 1527.

Internet Archive: https://archive.org/details/gri_etlichevnder00dure (consult. 24 fev. 2016).

⁴²⁸ Juan Luís González García, *Alberto Durero: Tratado de Arquitectura y Urbanismo Militar*, Madrid, 2004, p. 26.

⁴²⁹ Cf. Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*, Lisboa, Oficina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729, Vol. II, p. 49. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1727-1728, Vol. I, IV, pp. 103, 375.

⁴³⁰ Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 41.

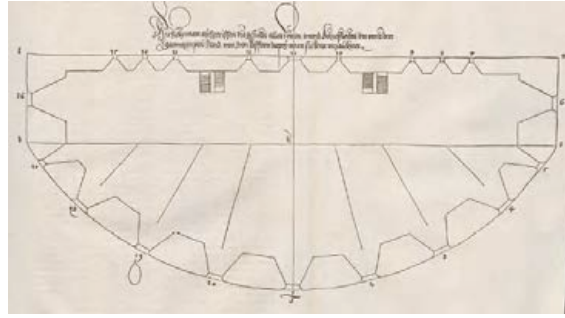


Fig. 2.

Planta da plataforma de artilharia desenhada por Albrecht Dürer, 1527.

Fonte: Albrecht Durer, *Etliche Unterricht zu Befestigung der Stett, Schloss und Flecken*, f. biii

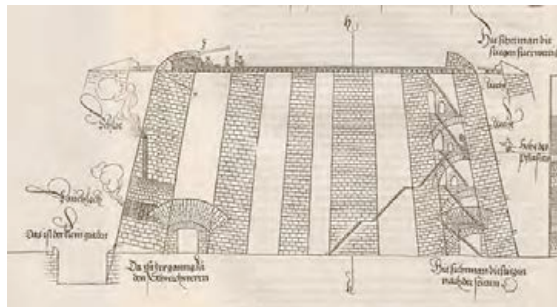


Fig. 3.

Plataforma de artilharia desenhada por Albrecht Dürer, 1527.

Fonte: Albrecht Durer, *Etliche Unterricht zu Befestigung der Stett, Schloss und Flecken*, f. ci

Para a defesa de uma cidade (**Fig. 3**), Dürer estipulou três muralhas paralelas com três fossos, constituindo num quadrado com cantos chanfrados. Segundo ele, também era necessária a defesa primordial do monarca, pelo que se construiria uma outra muralha, também de planta quadrada, juntamente com um outro fosso⁴³¹.

Apesar de se esmerar na representação, Dürer não desenhou de forma clara os seus baluartes⁴³², indicando apenas que os retângulos representados nos pontos médios e nos vértices da muralha intermédia e da muralha contígua ao perímetro urbano eram casamatas, a partir das quais se poderia defender a cidade com recurso a artilharia⁴³³.

Esta questão do baluarte conduz-nos de novo aos tratados italianos e ao seu pioneirismo. Assim, no tratado de Pietro di Giacomo Cataneo (1510-1574), intitulado *I*

⁴³¹ Albrecht Dürer, *Etliche Unterricht...*, f. d.

⁴³² Destaque-se que na época de Dürer, o dimensionamento das cidades e das suas obras de defesa, fundamentava-se sobretudo no uso da geometria, até o matemático Niccoló Fontana, ou Niccoló Tartaglia (1500-1557), terem desenvolvido estudos com cálculos detalhados de trajetórias de projéteis. Assentando na Balística, Niccoló publicou os tratados *Nova scientia*, em 1536, e *Questi et inventioni diverse*, em 1537, nos quais comprovou que a Balística seria indispensável na projeção das fortificações, sendo que os seus cálculos consideravam o peso dos projéteis e o ângulo do canhão no momento do disparo. Niccolò Tartaglia, *Nova Scientia inventa da Nisolo Tartalea*, Vinegia, Per Stephano da Sabio, 1537, f. ei. Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 103. Luís Costa e Sousa, *Escrita e Prática de Guerra...*, pp. 58-59.

⁴³³ Juan Luís González García, *Alberto Durero...*, p. 153.

*quattro primi libri di architettura*⁴³⁴, efetua-se já a descrição detalhada de critérios para a defesa eficaz da cidade, segundo a projeção da sua planta. Cataneo terá sido o primeiro a representar o baluarte na forma como ele se consagrou nos séculos seguintes, com planta pentagonal constituída por duas faces, dois flancos e uma gola que unia o ângulo do polígono do baluarte⁴³⁵. Aliás, terá sido a partir das suas reflexões que se intensificaram as discussões quanto ao traçado do baluarte. Como se poderá observar nas ilustrações seguintes (**Figs. 4 e 5**), Cataneo elaborou diversos modelos com baluartes e arruamento ortogonal, praça central e praças secundárias, quadradas ou retangulares. No entanto, o perímetro da cidade deveria ser primordialmente um polígono regular.

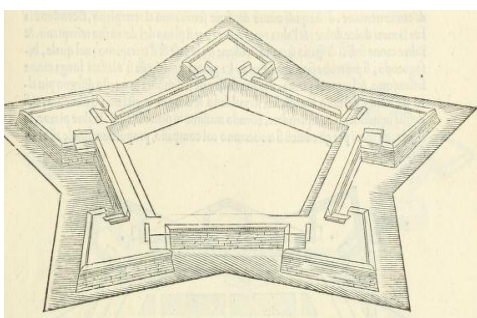


Fig. 4.

Planta estrelada de fortificação elaborada por Pietro Cataneo, 1554.

Fonte: Pietro Cataneo, *I quattro primi libri di architettura di Pietro Cataneo*, f. 13

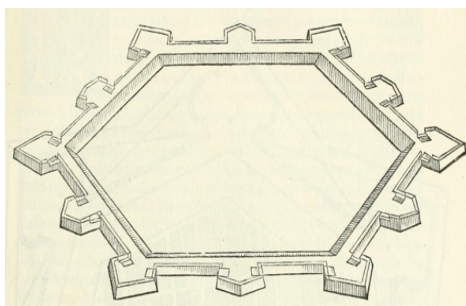


Fig. 5.

Planta pentagonal de fortificação elaborada por Pietro Cataneo, 1554.

Fonte: Pietro Cataneo, *I quattro primi libri di architettura di Pietro Cataneo*, f. 14

A clareza com que Cataneo desenvolveu o baluarte e o arruamento intramuros, fez dele uma importante referência para mestres de fortificação e tratadistas.

Contemporâneo de Cataneo, Giovanni Battista Bellucci (1506-1554) deixou-nos vários rascunhos de um tratado sobre fortificações, cujas cópias circularam durante o

⁴³⁴ Pietro Cataneo, *I quattro primi libri di architettura di Pietro Cataneo*, Vinegia, in casa de' figliuoli di Aldo, 1554. Internet Archive:

<https://archive.org/details/iquattroprimilib00cata/page/n4> (consult. 7 mar. 2016).

⁴³⁵ Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 44.

século XVI até serem publicados em 1598, sob o título *Nuova inventione di fabricar fortezze di varie forme*⁴³⁶. Bellucci reforçou o conhecimento sobre a balística para fortificar, categorizando as fortificações conforme o calibre das armas. Chegou a enfatizar a condição de especialista do mestre de fortificação, o qual deveria dominar a arte da guerra e os princípios arquitetónicos, considerando a estética em segundo plano, mas não a excluindo.

Pode considerar-se que este tratado foi a primeira obra teórica a especializar-se exclusivamente em fortificações, questionando a categoria do “arquiteto”. Apesar de se ter fundamentado na Balística, Bellucci não colocou de lado a geometria. Aliás, deu preferência às figuras geométricas regulares para as obras de defesa. Contudo, distanciou-se da perspectiva de Martini e Dürer, considerando uma maior variedade de figuras geométricas, como se poderá observar nas ilustrações seguintes (**Figs. 6 e 7**), refletindo-se na conceção dos seus baluartes, preferencialmente pontiagudos e com orelhões.

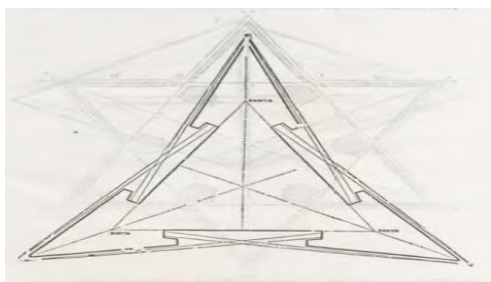


Fig. 6.

Fortificação com figura em triângulo, por Giovan Battista Bellucci, 1598

Fonte: Giovan Battista Bellucci, *Nuova inventione di fabricar fortezze di varie forme*, f. 55

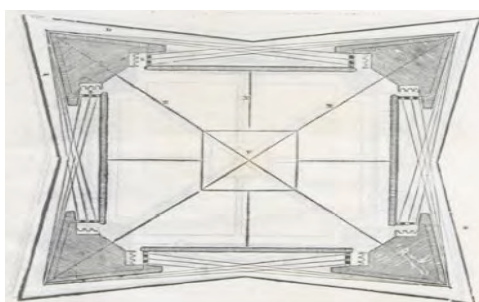


Fig. 7.

Fortificação reforçada por quatro baluartes, por Giovan Battista Bellucci, 1598.

Fonte: Giovan Battista Bellucci, *Nuova inventione di fabricar fortezze di varie forme*, 61.

Antes da publicação deste tratado, já o reino de Portugal enviara alguns arquitetos para Itália, como mencionado anteriormente, com o objetivo de estudarem a fortificação

⁴³⁶ Giovan Battista Bellucci, *Nuova inventione di fabricar fortezze di varie forme*, Venetia, Tomaso Baglioni, 1598. Google Books: https://books.google.pt/books?id=RUtbAAAACAAJ&pg=PP7&hl=pt-PT&source=gb_s_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false (consult. 23 dez. 2015).

moderna junto de novos mestres especializados. Entre eles, destacou-se o já citado mestre das fortificações António Rodrigues. Atribuído a este autor por Rafael Moreira, o *Tratado de Arquitectura*⁴³⁷, publicado em 1576, seguiu de perto a teorização até então desenvolvida em Itália, principalmente no que respeita aos ideais de Cataneo⁴³⁸, e ao discurso de Vitruvius de que o arquiteto tinha a função primordial de dominar a teoria e a prática em conjunto. Nas suas aulas sobre arquitetura militar na Escola Particular dos Moços Fidalgos da Ribeira, António Rodrigues remetia para o tratado de Cataneo, entre outros, para iniciar os seus aprendizes no tema das fortificações⁴³⁹.

Dos mestres italianos que estiveram ao serviço do reino de Portugal, apenas Filippo Terzi e Leonardo Torriani se dedicaram à teoria, embora não exclusivamente, elaborando tratados e dando aulas de arquitetura⁴⁴⁰. Constata-se que a Aula de Risco, antiga Aula de Arquitetura do Paço da Ribeira em Lisboa, teve Filippo Terzi como regente após ter ocupado o cargo de arquiteto-mor do reino, em 1590, tendo projetado diversas obras de defesa, tais como o forte de São Filipe, em Setúbal⁴⁴¹, a fortificação de Cascais, São Julião da Barra e São Lourenço do Bugio⁴⁴². Apesar da sua intensa dedicação prática à arquitetura militar, o seu tratado *Estudos sobre embadometria, estereometria e as ordens de arquitectura*⁴⁴³, de 1578, não contemplou a teorização das fortificações.

Após a morte de Terzi, Leonardo Torriani⁴⁴⁴ assumiu o seu posto, projetando diversas modificações precisamente nas fortificações citadas (São Lourenço do Bugio,

⁴³⁷ Rafael Moreira, *Um tratado português de arquitectura do século XVI: 1576-1579* (Tese de mestrado em História da Arte), Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 41-50. Margarida Tavares da Conceição alerta para “a caracterização do texto em si mesmo, numa tentativa de compreender a sua natureza e propósito... Sobre a autoria do manuscrito permita-se o vazio, com o fim declarado de desvincular o seu estudo de uma figura concreta”. Margarida Tavares da Conceição, *Da cidade e fortificação...*, pp. 333-336.

⁴³⁸ Domingos Tavares, *António Rodrigues – Renascimento em Portugal*, Porto, Dafne, 2007, p. 109.

⁴³⁹ Francisco Faria Paulino, *A Arquitectura militar na expansão portuguesa*, Porto, Maiadouro, 1994, p. 135.

⁴⁴⁰ Rafael Moreira, “A Arquitectura Militar”, in Vítor Serrão (coord.), *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Edições Alfa, 1986, Vol. 7, p. 146.

⁴⁴¹ Segundo Rafael Moreira, Terzi foi responsável pelo “maneirismo” em Portugal, tendo por base a arquitetura italiana da época, dando-se primazia à cidadela. Esta consistia numa praça menor, quadrada ou pentagonal, erigida no local mais conveniente de defesa da praça. *Idem*, p. 149. Rafael Moreira, *Portugal no Mundo – História das fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 155. Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 39. Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro...*, Vol. II, p. 50.

⁴⁴² “Os quatro pontos estratégicos que poderiam dificultar a conquista de Lisboa, foram fundamentais para permitir que os ataques das forças espanholas fossem realizados sem grandes dificuldades” [Tradução livre: “The four strategic points that could hamper the conquest of Lisbon, were instrumental in enabling the Spanish forces attacks to be carried out without major difficulty”]. Miguel Soromenho, Ricardo Luvas Branco, “The architectural career of Filippo...”, pp. 103-104.

⁴⁴³ BNP-BND: <http://purl.pt/117/1/index.html#/7/html> (consult. 10 mai. 2016).

⁴⁴⁴ Cf. Pedro Tavares, Sofia Guilherme, Fernando Pereira, “A família Turriano: Arquitectura e Branding na Casa de Habsburgo e na Casa de Bragança”, in Centro de Estudos Ibéricos: XVIII Curso de Verão: Novas fronteiras, outros diálogos: Património Cultural, Cooperação e Desenvolvimento Territorial, Guarda, 2018, pp. 1-15. Alicia Cámara Muñoz, “Leonardo Turriano al servicio de la Corona de Castilla”, in Alicia Cámara

São Julião da Barra e Forte de São Filipe de Setúbal). Também se dedicou à teoria da fortificação, patente no seu tratado *Dos discursos de Leonardo Torriano*, de 1622⁴⁴⁵. Contudo, Torriani restringiu-se a analisar a arquitetura do forte de São Lourenço, cujo projeto é atribuído ao também italiano Tiburzio Sapnnochi⁴⁴⁶.

Foi desta forma que D. Filipe I tentou amenizar a sua aceitação em Portugal, promovendo o reforço da sua defesa em toda a costa marítima que assim beneficiava com a união dos dois reinos.

Havendo um incentivo permanente às questões de defesa, verifica-se que já no Portugal de Seiscentos eram comuns as encomendas para elaboração de manuscritos efetuados pelos engenheiros militares, por vezes iniciados até pelo próprio engenheiro-mor da praça, descrevendo-se a situação das províncias relativamente à sua defesa, e dando pareceres de como remediar o estado das fortificações. Neste contexto, destaca-se a já mencionada obra *Descrição do Reino do Algarve*, de Alexandre Massai, concluída em 1621, que compreende em si objetivos de cariz militar, devido à importância estratégica das costas meridionais e à sua permeabilidade ao ataque de corsários ingleses e africanos. Deste modo, apresenta a descrição da costa sul e do litoral alentejano com o intuito de se conhecer o seu modelo de defesa. Este relatório destinava-se essencialmente a informar os Conselhos de Guerra e da Fazenda sobre as obras necessárias nas fortificações do litoral, apresentando um mapa geral dos reinos de Portugal e Espanha, e uma planta de situação de cada povoação litoral, juntamente com o projeto das obras necessárias, confrontando-as por vezes, com projetos elaborados previamente por outros engenheiros militares⁴⁴⁷.

Cabia a cada engenheiro militar apresentar mais de um projeto para que o Conselho de Guerra e o Conselho da Fazenda pudessem avaliar e aprovar a pertinência e custos das propostas. Assim, as propostas eram minuciosamente elaboradas após estudo no local, adequando-se à topografia do mesmo. Desta forma, sobretudo a partir do período de Seiscentos e ainda durante a Guerra da Restauração, cabia ao Conselho de Guerra enviar engenheiros militares aos locais que se desejasse fortificar, para levantar o sítio da

Múñoz, Rafael Moreira, Marino Viganó (eds.), *Leonardo Turriano: ingeniero del rey*, Madrid, Fundación Juanelo Turriano, 2010, pp. 15-117. Rafael Moreira, “Leonardo Turriano en Portugal”, in Alicia Cámara Muñoz, Rafael Moreira, Marino Viganó (eds.), *Leonardo Turriano...*, pp. 121-201. Diego Suárez Quevedo, “Navegación fluvial...”, pp. 117-153.

⁴⁴⁵ BNP-BND: <http://purl.pt/15386> (consult. 14 mai. 2016).

⁴⁴⁶ Domingos Almeida Bucho, *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*, Lisboa, Colibri, 2010, p. 21.

⁴⁴⁷ António Martins Quaresma, *Alexandre Massai...*, pp. 9-12.

fortificação e formular projetos e relatórios, bem como prever os custos das obras. Competia ao Conselho de Guerra decidir sobre a sua concretização, e ao Conselho da Fazenda efetuar o financiamento. A supervisão do processo ficava a cargo dos engenheiros militares responsáveis, embora a sua execução fosse feita por empreitada. Desta forma, era essencial existir um controlo, minucioso dos gastos, para não haver discrepâncias em relação ao financiamento inicial. Assim, as receitas e despesas deviam ser registadas em livros específicos⁴⁴⁸, nos quais se apontavam todos os gastos extraordinários com a obra. Entretanto, os engenheiros militares circulavam de praça em praça, para inspecionarem as melhorias necessárias a efetuar, bem como as mais urgentes, sob as ordens dos Conselhos de Guerra e da Fazenda⁴⁴⁹.

Para além dos tratados italianos mencionados, também as obras holandesas influenciariam a formação dos engenheiros portugueses, tais como: *Nouvelle manière de fortification par escluses* (1618)⁴⁵⁰, do engenheiro matemático Simon Stevin (1548-1620)⁴⁵¹, na qual elaborou projetos de fortificações que se podem considerar muito regulares e de planta estrelada⁴⁵²; *Fortification* (1628), do engenheiro militar Samuel Marolois⁴⁵³ e do matemático e professor de fortificações François Van Schooten (1615-1660), em cuja obra imperam as representações matemáticas e geométricas; *Architectura militaris* (1631)⁴⁵⁴, do engenheiro Adam Freitag, que trata da teoria básica de uma

⁴⁴⁸ Temos o exemplo do *Regimento para as Fortificações de Évora*, datado de 20 de abril de 1682. Cf. Ana Teresa de Sousa, “D. Pedro II e o Impulsionar das Fortificações em Portugal, Angola e Brasil: Regimentos e Aulas de Fortificação”, in *Actas do 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira – “Culturas Partilhadas”*, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2016, vol. 2, pp. 644-646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 1634 (58), fl. 239-245v.

⁴⁴⁹ Beatriz Siqueira Bueno, “Entre teoria e prática...”, pp. 8-9.

⁴⁵⁰ Simon Stevin, *Nouvelle maniere de fortification par escluses*, Rotterdam, Chez Iean Waesbergue, 1618. Internet Archive: <https://archive.org/details/nouvellemaniered00stev/page/n4> (consult. 14 set. 2018).

⁴⁵¹ Simon Stevin, professor de matemática na Universidade de Leiden, terá introduzido, em 1600, o ensino da Fortificação Moderna na dita Universidade. Margarida Valla, *Os engenheiros militares...*, p. 41.

⁴⁵² “Stevin condiderava a castrametação como uma das ciências militares mais importantes” [Tradução livre da citação original «*Stevin considère aussi la castrametation comme l’une des sciences militaires des plus importantes*»]. Sergio Boffa, «Le plan ideal d’un campement militaire selon la Castrametatio de Simon Stevin (1617)», in H. Eikhadem, W. Bracke (éds.), *Simon Stevin 1548-1620: l’émergence de la nouvelle science*, Brepols, p. 115.

⁴⁵³ Samuel Marolois, *Fortification ou Architecture Militaire tant offensive que deffensive*, Amsterdam, Chez Ian Ianssen, 1627.

Google Books:

https://books.google.pt/books?id=hwtIwAEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&lr=&num=20&source=gbs_book_other_versions_r&cad=4#v=onepage&q&f=false (consult. 2 out. 2018).

⁴⁵⁴ Adam Freitag, *Architectura Militaris nova et aucta oder Neue vermehrte Fortification, Von Regular Vestungen, von Irregular Vestungen*, Leyden, Bonaventura und Abraham Elzeviers, 1631. Digital Library of Malopolska: <http://mbc.malopolska.pl/dlibra/docmetadata?id=82972&from=publication> (consult. 4 dez. 2018).

fortificação, dando primazia ao fosso; *La Nouvelle Fortification* (1645)⁴⁵⁵ do engenheiro militar Nicolas Goldman, que trata da importância do cálculo e da prática, bem como dos perfis e iconografia das fortificações; *Architectura militaris moderna* (1647)⁴⁵⁶, do engenheiro Mathias Dögen (1605-1672), que diz respeito à defesa das fortificações e à evolução técnica dos baluartes, efetuando cálculos de defesa destes elementos defensivos; e *Instructie vande Fortificatie* (1658)⁴⁵⁷, do professor de fortificação em Utreque Gérard Melder (1625-1???)⁴⁵⁸, que explora a fortificação na perspectiva prática dos seus elementos construtivos.

A par das obras holandeses, Portugal também se recebeu a influência de tratados franceses de fortificação, nomeadamente *Les fortifications* (1629)⁴⁵⁹, no qual Antoine De Ville especifica a forma de fortificar praças regulares e irregulares, bem como a passagem do projeto para o terreno; *Les Travaux de Mars, ou L'Art de la Guerre* (1671)⁴⁶⁰, do cartógrafo e engenheiro Allain Manesson Mallet (1630-1706), que trata das questões de ataque e defesa das praças, dando ênfase à artilharia; *L'Art de Fortifier* (1677)⁴⁶¹, do matemático Milliet Dechaies (1621-1678), que sistematiza os conceitos relacionados com a fortificação; e *Les fortifications* (1668)⁴⁶², onde o conde de Pagan define o conceito de fortificação e as principais questões de defesa numa praça, mediante a sua tipologia, desde os pequenos fortes às grandes fortificações.

⁴⁵⁵ Nicolaus Goldmann, Adriaan Matham, *La Nouvelle fortification de Nicolas Goldman, Leyde, Chez les Elzéviens*, 1645. Collections numérisées de la bibliothèque de l'Inha: <https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/8472-la-nouvelle-fortification-de-nicolas-goldman> (consult. 13 nov. 2018).

⁴⁵⁶ Mathias Dögen, *Architectura Militaris Moderna*, Amstelodami, Ludovicum Elzevirium, 1647. Internet Archive: https://archive.org/details/gri_33125010670509/page/n4 (consult. 3 dez. 2018).

⁴⁵⁷ Gérard Melder, *Instructie vande Fortificatie en Bataillons*, Amsterdam, Jan van Waesberge, 1664.

Google Books: <https://books.google.pt/books?id=eSeauFbUh3AC&pg=PA37&lpg=PA37&dq=Instructie+van+de+Fortificatie++Melder&source=bl&ots=Y7ocx84SLd&sig=ACfU3U0ELRogOkBtzpKUWmCbH04xYlunog&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjmrMf6na3iAhUEHxoKHak6ARIQ6AEwC3oECAYQAQ#v=onepage&q=Instructie%20van%20de%20Fortificatie%20Melder&f=false> (consult. 17 jan. 2019).

⁴⁵⁸ Klaas Hoogendoorn, *Bibliography of the Exact Sciences in the Low Countries from ca. 1470 to the Golden Age (1700)*, Leiden/Boston, Brill, 2018, p. 635.

⁴⁵⁹ Antoine De Ville, *Les Fortifications*, Alton, Chez Philippe Borde, 1629. BNF-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k856474.image> (consult. 2 fev. 2019).

⁴⁶⁰ Allain Manesson Mallet, *Les Travaux de Mars, ou L'Art de la Guerre*, Paris, Chez Denys Thierry, 1671. BNF-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1043125c.image> (consult. 24 set. 2016).

⁴⁶¹ Claude-François Milliet Dechaies, *L'art de fortifier, de defendre, et d'attaquer les places: suivant les methodes françoises, hollandaises, italiennes & espagnoles, le tout enrichy de figures em taille douce*, Paris, Chez Estienne Michallent, 1677.

Internet Archive: <https://archive.org/details/lartdefortifierd00dech/page/n6> (consult. 16 mar. 2017).

⁴⁶² Comte de Pagan, *Les Fortifications*, Paris, Chez Nicolas Langlois, 1668. BNF-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62815940.texteImage> (consult. 29 nov. 2017).

No âmbito da Guerra da Restauração, verificamos que foi aconselhável a construção de fortificações de pequenas dimensões, auxiliadas exteriormente por pequenos fortes e outras obras de defesa, tais como meias-luas e revelins (obras menores destinadas a cobrir os ângulos salientes dos baluartes)⁴⁶³. Assim, as fortificações principais que eram construídas de grandes dimensões não eram consideradas as ideais, pois proporcionavam uma defesa menos eficaz, por terem mais pontos cegos de defesa. Neste âmbito, podemos considerar a questão da fortificação de Olivença que, embora fosse considerada estruturalmente perfeita pelos seus baluartes e nível estrutural de construção, se revelou frágil quando atacada pelos castelhanos, pois por ser de grandes dimensões permitiu fácil acesso ao inimigo, sendo inclusive por ele tomada, e apenas recuperada terminado o conflito.

Orientado por todos estes ideais de fortificar, mas sobretudo, pelos tratados holandeses, surge em Portugal a obra *Método Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à arquitetura militar* (1680), de Luís Serrão Pimentel⁴⁶⁴, correspondendo a um modelo de fortificar escrito por um português em língua portuguesa⁴⁶⁵, dedicado às praças de planta regular e irregular, baseando-se nas matemáticas⁴⁶⁶ para explicar os elementos constituintes das fortificações⁴⁶⁷ (**Fig. 8**).

⁴⁶³ Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, pp. 40-41.

⁴⁶⁴ Beneficiou da formação dos jesuítas, a partir de 1631, nomeadamente no que concerne às questões da fortificação e da matemática (“*he engaged in the study of Mathematics for 10 years – 1631-1641*”). “*He lived at a time when theoretical, technical, and scientific requirements were making themselves felt in several military domains*”. Antónia Fialho Conde, María Rosa Massa-Esteves, “Teaching Engineers...”.

⁴⁶⁵ “*Intitulo este Trattado (METHODO LUSITANICO &c.) não somente por ser o primeiro que desta materia sahe na lingua Portugueza; mas porque como varias Nações tem vários Methodos de fortificar; (...) era justo que também apparecesse no mundo hum Methoso de Portuguezes*”. Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitânico...*, prómio da obra.

⁴⁶⁶ “No contexto do século XVII, a obra de Serrão Pimentel representou um ponto de viragem na aplicação de noções de trigonometria e cálculo logarítmico (...). Modelos teóricos como os trabalhos de Simon Stevin (*Ouvres Mathématiques*, 1585), Daniel Speckle (*Arquitectura das Fortalezas*, 1589), e Jean Errard Bar-Le-Duc (*Demonstrée et Reduict en Art*, 1594), foram de crucial importância para o trabalho de Pimentel” [Tradução livre da citação original “*Within the context of the seventeenth century, Serrão Pimentel’s work signified a turning point in the application of notions of trigonometry and logarithmic calculus (...). As theoretical models, the works by Simon Stevin (Ouvres Mathématiques, 1585), Daniel Speckle (Arquitectura das Fortalezas, 1589), and Jean Errard Bar-Le-Duc (Demonstrée et Reduict en Art, 1594), which was the Foundation of the French fortification school) were of crucial importance for Pimentel’s work*”]. Antónia Fialho Conde, María Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”. Christine Gottler, Tine Meganck, «Sites of Art, Nature and the Antique in the Spanish Netherlands», in S. Dupré, B. Munck, W. Thomas, G. Vanpaemel (eds.), *Embattled Territory – The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, Gent, Academia Press, 2015, p. 353.

⁴⁶⁷ “O surgimento de novas condições conducentes a novas pesquisas, resultou da alienação da experiência prática com os conhecimentos teóricos, racionais e humanistas, dos quais Serrão Pimentel seria um dos principais proponentes em Portugal” [Tradução livre: “*The emergence of new conditions conductive to fresh research stemmed not only from practice but also from theoretical, rational, and humanista*”].

A sua obra está dividida em duas partes. A primeira parte diz respeito às questões operacionais, na qual se explica o modelo de fortificar de Luís Serrão Pimentel. Nela o autor defende que a partir do desenho dos polígonos externos para o interior, tendo em conta as suas proporções, se poderiam configurar obras de uma forma regular, quer os terrenos fossem originalmente regulares ou irregulares. Por outro lado, a segunda parte do seu *Método* procura demonstrar e provar o que defendera na primeira parte do tratado, apresentando Apêndices com provas demonstrativas de como se devem adaptar obras já elaboradas no terreno, tendo em conta os cálculos de tiro e os ângulos de construção dos elementos a adaptar⁴⁶⁸.

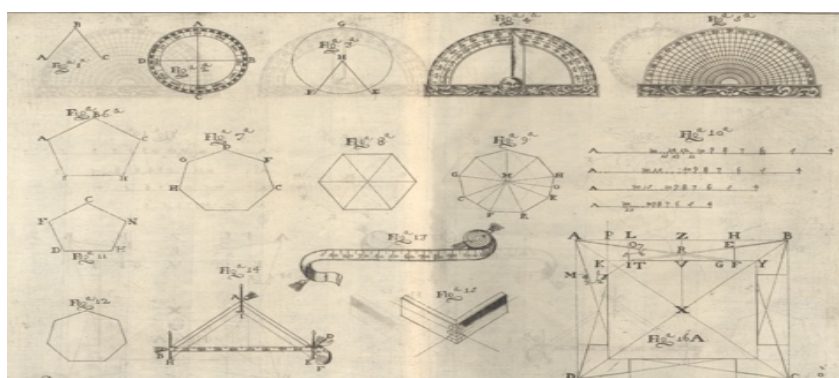


Fig. 8.

Como se desenham os ângulos nos desenhos e obras já elaboradas no terreno, por Luís Serrão Pimentel, 1680.

Fonte: Luís Serrão Pimentel, *Método Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à arquitetura militar*, ff. 14-15

Esta obra testemunha os tratadistas mais influentes na formação de Luís Serrão Pimentel, cujas teorias ele também teve a capacidade de criticar. Destacam-se ao longo do seu tratado autores que já referimos (sobretudo os holandeses): conde de Pagan, Adam Freitag e a sua *Architectura militaris nova*, de 1631; Mathias Dogen, autor da *Architectura militaris moderna*, em 1647, Samuel Marolois, Nicolas Goldman e o barão de Coehoorn⁴⁶⁹.

knowledge, of which Serrão Pimentel would be one of the principal proponents in Portugal”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteves, “Teaching Engineers...”.

⁴⁶⁸ Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, prómio da obra. Antónia Fialho Conde, “The Art of War: Tradition and Innovation in the Iconographic Representation of Alentejo Fortresses (17th-18th Centuries)”, in *History Research*, 2013, Vol. 3, N.º 5, p. 357.

⁴⁶⁹ “Serrão Pimentel também se destaca por ser um matemático reconhecido, familiarizado com os trabalhos publicados recentemente nessa matéria. Ele tinha conhecimento de como aproveitar essas obras na prática, sendo também capaz de justificar as suas escolhas. Explicou o seu raciocínio, analisou e criticou, alterando várias dessas teorias. Desta forma, também desenvolveu novos procedimentos para melhorar a utilidade da matemática” [Tradução livre a partir da citação original “Serrão Pimentel is also remarkable for being an outstanding and recognized mathematician who was familiar with the most recently published Works in this field at the time. He knew how to use these Works in practice and was able to justify his choices. He explained his reasoning as well as analyzed, criticized, and changed various methods (...). He also invente

Na obra constam também as críticas de Serrão Pimentel à *Trigonometria práctica rectilinea* e ao *Compendio de alguns problemas de geometria pratica e teoremas da especulativa* do conde de Pagan, foram substanciais. Serrão Pimentel descreve pormenorizadamente *Les fortifications*, indicando que encontrou falhas na teoria de Pagan, devendo a mesma ser remediada⁴⁷⁰, defendendo, por exemplo, o ângulo de 90 graus relativamente ao ângulo obtuso de Pagan⁴⁷¹. Além disso, as faces da fortificação por ele defendida ficavam demasiado grandes quando comparadas com a cortina da fortificação, pelo que os baluartes ficariam disformes, de grandes dimensões, de grande custo monetário e a necessitar de maior guarnição⁴⁷². As críticas de Pimentel prolongaram-se até ao trabalho de Simon Stevin no domínio da matemática, especialmente das frações decimais⁴⁷³.

Desta forma, Serrão Pimentel pretendia que o seu *Methodo* transformasse a arte militar numa ciência exata em Portugal. Nos seus projetos sobre fortificação defende a presença da razão, das questões matemáticas e da geometria⁴⁷⁴.

Assim, Luís Serrão Pimentel teve clara influência na adaptação das fortificações do Alentejo durante o período da Guerra da Restauração. Paralelamente às suas aulas teóricas, formava os seus discípulos na prática, tendo consigo os mais aptos para trabalhar nestas fortificações, tal como foi o caso de Diogo Pardo de Osório⁴⁷⁵. Em conjunto exerceram atividade em Vila Viçosa, Monsaraz, Mourão, Elvas, Campo Maior, Marvão, Castelo de Vide e Évora⁴⁷⁶.

Na verdade, a formação de Serrão Pimentel no colégio jesuíta de Santo Antão permitiu-lhe adquirir a teoria necessária à sua atividade profissional, passando a ministrar aos seus discípulos. Neste colégio, Serrão Pimentel aprendeu sobre geometria, aritmética,

new procedures to improve the utility of mathematics”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁴⁷⁰ Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, prómio da obra.

⁴⁷¹ Antónia Fialho Conde, “The Art of War: Tradition and Innovation...”, p. 357.

⁴⁷² Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico...*, p. 522.

⁴⁷³ Cf. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”. Antónia Fialho Conde, Massa-Esteve, Maria Rosa, “The circulation of knowledge: Stevin’s *Disme* in Serrão Pimentel’s *Methodo Lusitanico* (1680)”, in *6th international Conference of the European Society for the History of Science – Communicating Science, Technology and Medicine*, Lisboa, Ed. CIUHCT, 2014 (Abstract).

⁴⁷⁴ Antónia Fialho Conde, “The Art of War: Tradition and Innovation...”, p. 357.

⁴⁷⁵ Terá desenvolvido atividades nas fortificações de Setúbal, Sesimbra e no Alentejo. Nesta última província, em colaboração com Serrão Pimentel, pelo que terá iniciado a sua atividade na Aula da Restauração junto ao tratadista. Manuel F. S. Patrocínio, “A sabedoria dos Antigos...”, p. 178.

⁴⁷⁶ Manuel F. S. Patrocínio, “Sinais de uma cultura da monumentalidade: as formas clássicas na arquitectura programática alentejana dos sécs. XVI-XVII”, in Francisco Oliveira, Jorge Oliveira, Manuel Patrocínio (coords.), *Espaços e Paisagens – Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. III, 2012, p. 247.

trigonometria, cosmografia, astronomia, náutica e arquitetura militar. Graças à mobilidade de mestres do referido colégio, oriundos especialmente do colégio romano, Portugal recebeu um corpo docente de renome no que respeitava aos assuntos científicos da época. É de destacar que o ensino jesuíta era fundamental para a disseminação do debate em Portugal, nomeadamente no que se refere ao estatuto científico da matemática, inserido nos programas de filosofia⁴⁷⁷.

Segundo Bernardo Mota, até 1620 as aulas de matemática deste colégio, terão sido lecionadas por mestres formados na escola romana de Clávio, ou pelo menos, discípulos destes. Como tal, formaram-se quadros especializados que viriam a ocupar cargos de mestres noutras instituições nos anos seguintes, como na Universidade de Coimbra (foi o caso de António Pimenta) ou na Aula de Fortificação (caso de Luís Serrão Pimentel, em 1647, e de seu filho Francisco Pimentel [1652-1706], que terá lecionado nesta instituição após a morte do pai⁴⁷⁸), bem como o cargo de cosmógrafo-mor do reino⁴⁷⁹ (Manuel de Meneses [1565-1628], em 1625; Luís Serrão Pimentel, interinamente em 1647, e oficialmente em 1671⁴⁸⁰ e Manuel Pimentel [1650-1719], em 1687⁴⁸¹)⁴⁸². Neste âmbito, destaca-se que Luís Serrão Pimentel foi formado pelo cosmógrafo-mor e matemático português Valentim de Sá (1550-1???), que o incentivou especialmente nas áreas da matemática e da engenharia militar⁴⁸³. A teoria apreendida, aliada à sua prática de observação através do trabalho desenvolvido na área da cosmografia, levaram a que Serrão Pimentel fosse nomeado cosmógrafo-mor do reino, em 1647⁴⁸⁴.

Segundo Pedro Marquês de Sousa, Luís Serrão Pimentel foi reconhecido por Cosme III de Médicis (1642-1723) como um homem que revolucionou Portugal em

⁴⁷⁷ Bernardo Mota, *O estatuto da matemática em Portugal nos séculos XVI e XVII* (Tese de Doutoramento em Estudos de Cultura), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, p. 185.

⁴⁷⁸ Francisco Pimentel estudou no Colégio de Santo Antão, sendo nomeado em 1677 como Capitão ajudante do engenheiro-mor do Reino, Luís Serrão Pimentel, seu pai. Em 1679, substituiu o seu pai como lente de Fortificação da Aula de Matemática e Fortificação da Ribeira das Naus. Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], *Biografia de Luís Serrão Pimentel (1613-1679)*, Academia Militar, 2014, p. 3.

⁴⁷⁹ Cf. Antónia Fialho Conde, Maria Paula Diogo, “Luís Serrão Pimentel, Manuel de Azevedo Fortes: a construção da engenharia militar portuguesa”, in Ana Simões, Maria Paula Diogo (coord.), *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal: Razão e Progresso – séc. XVIII*, Lisboa, Tinta da China, 2021, Vol. 2, pp. 125-146.

⁴⁸⁰ Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e documental...* Vol. II, p. 270.

⁴⁸¹ Em 1680 sucedeu ao seu pai, Luís Serrão Pimentel, na função de cosmógrafo-mor do reino. No entanto, apenas lhe foi dada propriedade do cargo em 1687, após anos de prática. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, Tomo 3, p. 338. Cf. Carlos Calinas Correia, *A arte de navegar de Manoel Pimentel (as edições de 1699 e 1712)* [Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

⁴⁸² Bernardo Mota, *O estatuto da matemática...*, p. 204.

⁴⁸³ Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁴⁸⁴ *Alvará de Nomeação de Luís Serrão Pimentel para cosmógrafo-mor por impedimento de António de Mariz Carneiro*. ANTT, Chancelaria de D. João IV, Liv. 18, fl. 298v.

termos militares e científicos, valendo-lhe esse reconhecimento na Academia dos Generosos, onde apenas entravam os intelectuais de referência⁴⁸⁵, atuando entre 1661 e 1662. Nesta academia, Serrão Pimentel terá apresentado lições de matemática⁴⁸⁶.

3. O sistema de ensino da “*arte de fortificar*” no período de Seiscentos em Portugal

Durante o período moderno, o ensino da arquitetura e engenharia militares em Portugal apoiava-se primordialmente na experiência e conhecimento dos mestres que emergiram no contexto da evolução da arte de fortificar. Neste sentido, os avanços científicos e tecnológicos crescentes levaram à necessidade de aprofundamento dos conhecimentos em matéria de fortificação, conduzindo, como vimos citando, ao surgir de numerosa tratadística. Estes mestres apoiavam-se também nos tratados que desenvolviam como apoio para a lecionação dos seus discípulos. O objetivo essencial era que estes desenvolvessem na prática o que retinham da lição teórica dos mestres, aperfeiçoando os seus conhecimentos e desenvolvendo novas teorias através da experiência em campo.

É ainda durante o reinado de D. João III que se destaca a importância das instituições de ensino, nomeadamente os colégios jesuítos, como meios de intelectualização da sociedade⁴⁸⁷. Esta questão prendia-se com a renovação cultural que Portugal atravessava desde o reinado do seu antecessor, D. Manuel I, “*protagonizando-se a realização monumental do Reino e territórios do Império onde foi necessário estabelecer portos e fortalezas, assiste-se ao fomento de Aulas régias ou academias ligadas à Corte onde se preparavam os construtores*”⁴⁸⁸. Notemos que o cosmógrafo-mor do reino, Pedro Nunes, ensinou na Aula de Matemática na Universidade de Coimbra, em 1547⁴⁸⁹, e que o arquiteto Miguel de Arruda (1500-1563)⁴⁹⁰ lecionou Arquitetura Militar

⁴⁸⁵ Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], *Tenente-General de Artilharia...*, pp. 4-5.

⁴⁸⁶ *Idem*, p. 5.

⁴⁸⁷ *Estes colégios “adquirem mais o sentido geral de aulas”*. Priscila Kelly Cantos, *A educação na Companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuítos* (Dissertação de Mestrado em Educação), Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2009, p. 218.

⁴⁸⁸ Manuel F. S. Patrocínio, “A Sabedoria dos Antigos...”, p. 175.

⁴⁸⁹ “*Para que se pudesse exercer essa profissão, era exigido, no regimento do Cosmógrafo-mor de 1592, que o candidato tivesse domínio sobre as ‘Lições de Matemática’, como obrigação para alguém assumir aquele cargo*”. Natália de Oliveira, Célio Costa, Sezinando Menezes, “Ciência moderna em Portugal...”, p. 246. João Filipe Queiró, “A Matemática (1537-1771)”, in A. Ferrer Correia, L. A. Oliveira Ramos, Joel Serrão, A. Oliveira (ed.), *História da Universidade em Portugal...*, p. 774.

⁴⁹⁰ Adquiriu formação prática através do contacto com Benedetto de Ravenna (1485-1556), sendo que em 1541 acompanhou este último a Mazagão, com o intuito de reformularem conjuntamente as suas fortificações.

na Aula do Paço em Lisboa, em 1550⁴⁹¹, sendo mestre de obras e das fortificações do reino e da Índia⁴⁹².

Além de arquitetura militar, na Aula do Paço, em Lisboa, lecionava-se ainda geometria e cosmografia. Segundo Rui Carita, as primeiras lições nesta aula, tiveram o seu início entre 1536 e 1541, através do já referido Pedro Nunes, sendo dirigidas a “*uma elite restrita de cortesãos*”⁴⁹³. A experiência projetada por Pedro Nunes, culminou na sua produção científica, nomeadamente no *Tratado da Esfera* (1537, no qual efetua a tradução de textos científicos para português, acrescentando anotações suas aos conteúdos de teor elementar, a par de ideias originais sobre questões náuticas), *Livro de Álgebra em Aritmética e Geometria* (1535), e na tradução para português dos tratados *De Architectura*, de Vitruvius (1541) e *De Arcibus Condendis*, de Albrecht Dürer (1552)⁴⁹⁴.

Tendo sido nomeado para o cargo de cosmógrafo-mor do reino, em 1559 (o primeiro em Portugal), Pedro Nunes continuou a lecionar matemática. Ainda segundo o mesmo autor, Rui Carita, estas aulas eram dadas nos armazéns, parecendo ter existido “*duas aulas: uma para mareantes e outro pessoal técnico, nos Armazéns, onde Pedro Nunes lecionava matemática, astronomia e cartografia; outra para os moços fidalgos no Paço, onde o mesmo lecionaria geometria euclidiana, cosmografia, física e arquitetura*”⁴⁹⁵.

Em 1559, esta aula passou a designar-se como Escola Particular dos Moços Fidalgos da Ribeira, lecionando-se Matemática e Arquitetura Militar através do também já mencionado António Rodrigues, pelo menos desde 1568. Este estudou arquitetura com os mestres italianos, desde 1562, sendo mestre das obras reais, vindo a ser nomeado mestre das fortificações do reino em 1579⁴⁹⁶. Terá sido autor do já mencionado *Tratado de Arquitetura*, essencialmente teórico, com objetivos didáticos, pelo que terá sido elaborado para dar apoio aos seus discípulos. Assenta nos princípios da tratadística

⁴⁹¹ João José de Sousa Cruz [Tenente-coronel], “Sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenharia, José António Caldas (1725/1782)”, in *Revista Militar*, 2014, Nº 2555, p. 3.

⁴⁹² Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e documental...*, Vol. I, p. 72.

⁴⁹³ Rui Carita, “O ensino das Matemáticas nos Colégios Jesuítas de Portugal e a sua passagem ao Ensino da Fortificação”, in *Territórios, Raias e Fronteiras – Sistemas de Fortificação* (Comunicação no 7º Seminário Internacional sobre Arquitetura Militar de Almeida), Almeida, CEAMA, 30 e 31 de agosto de 2013, p. 4.

Academia.edu:

https://www.academia.edu/6388465/O_ensino_das_Matem%C3%A1ticas_nos_Col%C3%A9gios_Jesu%C3%ADtas_de_Portugal_e_a_sua_passagem_ao_Ensino_da_Fortifica%C3%A7%C3%A3o (consult. 17 jun. 2017).

⁴⁹⁴ Rui Carita, “O ensino das Matemáticas...”, p. 4.

⁴⁹⁵ *Idem*, pp. 4-5.

⁴⁹⁶ *Idem*, p. 5.

italiana⁴⁹⁷, nomeadamente em Vitrúvio, Sebastiano Sérlio⁴⁹⁸ e Pietro Cataneo, denotando a profunda influência das suas bases formativas, mas trata da matemática prática em Portugal, essencialmente no fundamento matemático de Pedro Nunes. Contém importantes representações geométricas e desenhos de plantas de fortificações⁴⁹⁹ (Fig. 9), reforçando a formação teórico-prática dos discípulos, optando pela divulgação do desenho.



Fig. 9.

Projeto de terraplano de um baluarte, atribuído a António Rodrigues por Rafael Moreira, 1575-1576.

Fonte: António Rodrigues, *Tratado de Arquitectura*, f. não numerado⁵⁰⁰

Entretanto, em 1553 eram criados os primeiros colégios jesuíticos em Portugal por iniciativa de Inácio de Loyola (1491-1556): o colégio de Santo Antão-o-Velho, ou *Coleginho*, na Mouraria, sendo o “*primeiríssimo colégio dos Jesuítas em Portugal*”⁵⁰¹. Como a primeira aula a funcionar neste colégio recebeu muitos alunos, foi necessário aumentar a mesma, vindo posteriormente a criar-se o Colégio de Santo Antão-o-Novo⁵⁰²,

⁴⁹⁷ Rafael Moreira, *Um tratado português...*, p. 47.

⁴⁹⁸ “Para Sebastiano Sérlio, os engenheiros militares eram ‘arquitetos de guerra’, que projetavam qualquer tipo de construção em tempos de paz” [Tradução livre a partir da citação original “*For Sebastiano Sérlio, engineers were ‘architects of war’, who designed iher types of buildings in peacetime*”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁴⁹⁹ Rafael Moreira, *Um tratado português...*, p. 50.

⁵⁰⁰ António Rodrigues, *Tratado de Architectura*, BNP, Cod. 3675.

⁵⁰¹ “*O qual acomodava apenas aqueles que serviriam à Companhia e ocupariam uma cadeira na Ordem, sendo encaminhados posteriormente à Universidade*”. Célio Juvenal da Costa, Natália Cristina de Oliveira, Gilmar Alves Montagnoli, “Educação luso-brasileira: o Colégio de Santo Antão e as Aulas da Esfera”, in *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, junho 2015, Vol. 3, N.º 3, p. 26; António Lopes, “A primeiríssima Casa da Companhia de Jesus no Mundo e a expansão missionária portuguesa”, in *Brotéria*, fevereiro de 1990, pp. 204-212.

⁵⁰² Este colégio tinha como principal incentivo funcionar como escola pública, acolhendo alunos que não estavam ligados à Companhia de Jesus, mas que estavam interessados em receber educação rigorosa. Célio Juvenal da Costa, Natália Cristina de Oliveira, Gilmar Alves Montagnoli, “Educação luso-brasileira...”, pp. 29-30.

onde existia uma aula de Matemática⁵⁰³. O Colégio do Espírito Santo em Évora⁵⁰⁴, que abrisse com os cursos de ler, escrever e contar, dedicando-se também ao ensino do latim, retórica e teologia, teria integrados anos depois da sua abertura os cursos de artes⁵⁰⁵. Neste colégio, reconhecido pelo Papa Paulo IV (1476-1559) como universidade em 1558 e funcionando como tal desde 1 de novembro de 1559, também havia uma aula de Matemática⁵⁰⁶, embora de menor dimensão quando comparada com o Colégio de Santo Antão⁵⁰⁷. O primeiro plano de estudos desta disciplina na universidade englobava o ensino dos princípios de aritmética e geometria, lecionados no primeiro ano do curso de filosofia, ministrando-se os princípios da perspectiva no segundo ano. Segundo Bernardo Mota, em 1560, o mestre Paulo Ferrer terá ensinado matemática elementar na dita universidade, sendo que na década de 1580, o ensino da esfera em matemática terá ficado a cargo de Vasco Baptista (entre 1582-85), António de Castel-Branco (1585) e Manuel de Lima (1586-89). Jerónimo Álvares (1564-1624) também terá ensinado lógica e esfera na Universidade de Évora, entre 1596 e 1600⁵⁰⁸. Entre 1594 e 1598, o mestre Bento Fernandes (1562-1630) também se terá dedicado às questões da matemática por intermédio do curso de filosofia que ministrava, defendendo que a matemática era uma verdadeira ciência, por consequência da certeza e evidência que a disciplina proporcionava⁵⁰⁹. Segundo Margarida Valla, a matemática adquiriu de facto um papel primordial na época, pois iria representar a lógica da fortificação moderna, justificando-se com esta disciplina “*todo e qualquer traço desenhado, racionalizando sempre o discurso teórico nesse sentido*”⁵¹⁰.

⁵⁰³ “As primeiras atividades matemáticas incluíam nos seus conteúdos aspectos astronômicos e tiveram início no Colégio de Santo Antão a partir de 1555, ministradas pelo Pe. Francisco Rodrigues (1515-1573)”. Paulo de Assunção, “Os Colégios Jesuíticos e a Produção e Circulação do saber no Império Colonial Português”, in Maria Aparecida de Araújo Barreto Ribas, Oriomar Skalinski Junior, César de Alencar Arnaut Toledo (org.), *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial*, Maringá, EDUEM, 2014, vol. II, p. 38. António Lopes, “A educação em Portugal de D. João III à expulsão dos Jesuítas em 1759”, in *Communio, Revista Internacional Católica*, Vol. X, N. 3-4, 1993, pp. 27-28, 30.

⁵⁰⁴ Maria de Fátima Nunes, “Universidade e Modernidade: 1559-2009”, in Maria de Fátima Nunes, Augusto da Silva (orgs.), “*Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo*” – *A Universidade Jesuítica de Évora 1559-1759*, Évora, Instituto Superior Económico e Social de Évora, 2009, p. 26.

⁵⁰⁵ Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco, “Os Jesuítas em Portugal e a ciência: Continuidades e ruturas (séculos XVI-XVIII)”, in *Brotéria*, N.º 183, 2016, pp. 11-12. Francisco Lourenço Vaz, “O ensino dos jesuítas na Universidade de Évora: uma leitura dos primeiros estatutos”, in *História da Educação*, 2016, Vol. 20, N.º 28.

⁵⁰⁶ António Lopes, “A educação em Portugal...”, p. 28.

⁵⁰⁷ Bernardo Mota, *O estatuto da matemática em Portugal...*, p. 203.

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 189.

⁵⁰⁹ *Idem*, p. 228.

⁵¹⁰ Margarida Valla, *Os engenheiros militares...*, p. 17.

De notar também que desde 1537 a universidade se encontrava sediada em Coimbra, depois da itinerância entre Coimbra e Lisboa, por ordem de D. João III. Pertencente à universidade, mas criado como instituição autónoma em 1542, o Colégio das Artes passou a ser dirigido pelos jesuítas, em 1555⁵¹¹. Neste colégio ministrava-se o ensino da matemática, mas exclusivamente para os estudantes jesuítas⁵¹². A especialização verificada tornou Coimbra num centro de reputação em termos de lecionação das suas aulas⁵¹³. Destacaram-se como mestres de matemática neste colégio e neste período João Pinto (a partir de 1595) e Manuel de Almeida (entre 1601-1605)⁵¹⁴.

Neste contexto cultural, ressalta-se a importância do *Ratio Studiorum*⁵¹⁵. Este documento pedagógico do final do século XVI⁵¹⁶, padronizava o ensino da Companhia de Jesus, uniformizando-o. Desta forma, tornou-se a base para a formação nos colégios jesuítas⁵¹⁷, contendo regras específicas. Estas regras, assentavam, sobretudo, no número de alunos por aula, nos métodos, na duração da mesma⁵¹⁸, e nas disciplinas lecionadas pelos mestres jesuítas⁵¹⁹. As disciplinas eram ministradas por forma a que os próprios discípulos se exercitassem na prática, dando-se notoriedade à experiência⁵²⁰.

Assim, em meados do século XVI, o ensino em Portugal apoiava-se também na prática educativa dos jesuítas⁵²¹. Esta atuava segundo o *modus parisiensis*⁵²², consistindo

⁵¹¹ António Lopes, “A educação em Portugal...”, p. 26. Paulo Zaniboni, *A transferência do Colégio das artes aos jesuítas. A atuação de D. João III à margem do pressuposto da personalidade (1540-1557)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade de São Paulo, 2011.

⁵¹² *Idem*, p. 28.

⁵¹³ Bernardo Mota, *O estatuto da matemática...*, p. 189.

⁵¹⁴ *Idem*, pp. 221-223.

⁵¹⁵ Documento impresso em Portugal em 1572, tendo sido utilizado até ao século XIX. Jesus Maria Sousa, “Os Jesuítas e a *Ratio Studiorum*. As raízes da formação de professores na Madeira”, in *Islenha*, 2003, N. 32, p. 9.

⁵¹⁶ María del Carmen Labrador Herráiz, “Aportaciones de la pedagogia Ignaciana a la educación superior”, p. 1. Academia.edu:

https://www.academia.edu/13631436/APORTACIONES_DE_LA_PEDAGOG%C3%8DA_IGNACIANA_A_LA_EDUCACION_SUPERIOR (consult. 2 jun. 2019).

⁵¹⁷ José Carneiro de Andrade, *Ratio Studiorum, do ensino tutorial ao ensino em sala de aula* (Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 12-13.

⁵¹⁸ A *Ratio* padronizava-se pelos dias de aulas e pelos períodos letivos. Margarida Miranda, “A *Ratio Studiorum* e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa Moderna”, in *Humanitas*, 2011, N.º 63, p. 486.

⁵¹⁹ José Carneiro de Andrade, *Ratio Studiorum, do ensino tutorial...*, p. 13.

⁵²⁰ Jesus Maria Sousa, “Os Jesuítas e a *Ratio Studiorum*...”, p. 15.

⁵²¹ “(...) dada a facilidade dos sentidos, o uso e prática de conceitos matemáticos e de instrumentos científicos, como complemento do discurso escrito, também foram significativos e fortemente recomendados pelos matemáticos da Companhia de Jesus” [Tradução livre a partir da citação original “(...) given the fallibility of the senses, the use and practice of mathematical concepts and scientific instruments as complements to written discourse were also significant and were strongly recommended by the mathematicians of the Society of Jesus”]. Antónia Fialho Conde, María Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁵²² Margarida Miranda, “A *Ratio Studiorum*...”, p. 482.

na defesa da prática aliada aos aspetos pedagógicos, dividindo os discípulos em classes, método originário da Universidade de Paris e dos seus colégios⁵²³. Desta forma, os livros redigidos tinham em consideração a pedagogia e as turmas eram divididas segundo o nível de formação em que se encontravam⁵²⁴. Destaque-se que os jesuítas realizavam estudos de reestruturação da doutrina católica, aliados às questões relacionadas com as ciências desenvolvidas neste período da modernidade⁵²⁵.

Apesar de até à fundação de Santo Antão em Lisboa os conteúdos curriculares impostos pelos jesuítas estarem ligados às humanidades e intrinsecamente baseados em questões filosóficas e teológicas, as questões científicas ganharam palco⁵²⁶. Tal como nos indica Samuel Gessner, pode entender-se o desenvolvimento de uma matemática que, neste contexto, fornecia bases para as questões de eloquência⁵²⁷. Desta forma, desenvolveram-se ensinamentos técnicos, teóricos e práticos⁵²⁸, valorizando-se as obras científicas ligadas à matemática⁵²⁹.

Entretanto, a partir de 1580, sob governo filipino, foi extinta a mencionada Escola Particular dos Moços Fidalgos da Ribeira. Inaugurou-se em Madrid a Academia das Matemáticas y Arquitectura, na qual Cristóbal de Rojas (1555-1614), arquiteto e

⁵²³ Célio Juvenal da Costa, Natália Cristina de Oliveira, Gilmar Alves Montagnoli, “Educação luso-brasileira...”, p. 27.

⁵²⁴ Henrique Leitão, *A Ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão, 1590-1759*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 40.

⁵²⁵ “*Tudo é colocado em dúvida*”. Klass Woortmann, *Religião e ciência no Renascimento*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 54. Daniela Maria do Nascimento, Astor Weber, “O Colégio de Santo Antão e a Ciência nos Domínios Portugueses na Modernidade”, in *XIV Encontro Regional de História – 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil*, Universidade Estadual do Paraná, 7 a 10 de outubro de 2014, p. 2002.

⁵²⁶ Natália de Oliveira, Célio Costa, Sezinando Menezes, “Ciência moderna em Portugal...”, p. 245.

⁵²⁷ Samuel Gessner, “Para o estudo do papel histórico dos instrumentos matemáticos: o globo celeste e a gramelogia na Aula da Esfera, 1620-1640”, in *a Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão*. Actas das Jornadas 4 de abril 2008, p. 3.

⁵²⁸ Segundo Denis de Lucca, “a compilação de tratados sobre arquitetura militar, tais como o ensino sobre fortificação e a consulta de teorias sobre o assunto, sempre foi vista com suspeita pelos mestres da Companhia de Jesus. Em 1628, Vitelleschi havia mostrado as suas reservas sobre o programa da Aula de Estudos Reais (...). Em 1648, Carafa proibiu o ensino e a publicação sobre Fortificações, após expulsar Viermans da dita Ordem. Em 1658, Nickel proibiu expressamente Masò de integrar o seu conhecimento sobre fortificação na sua proposta de Corso Mathematico” [Tradução livre a partir da citação original “*The compilation of treatises about militar architecture, like fortification teaching and consultancies, was always viewed with suspicion by the Generals of the Jesuit Order. In the 1628, Vitelleschi had shown his reservations about the militar chair of the Reales Estudios programme (...). In 1648, Carafa had banned teaching and publications on fortifications after throwing Viermans out of the Order. In 1658, Nickel had expressly prohibited Masò from integrating his fortification knowledge in his proposed Corso Mathematico*”]. Denis Lucca, *Jesuits and Fortifications...*, p. 331.

⁵²⁹ Henrique Leitão, *O Livro Científico dos Séculos XV e XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004.

engenheiro militar castelhano⁵³⁰, lecionava sobre fortificação⁵³¹. O cosmógrafo-mor (e cronista-mor do reino) João Baptista Lavanha, que tinha tido as bases da sua formação em Itália, também terá sido chamado a dar aulas em Madrid, na denominada *Lição Matemática*, em 1582. Posteriormente, esta Aula de Madrid voltou a deslocar-se para Lisboa, sendo que o arquiteto italiano Filippo Terzi⁵³² terá reaberto a Aula do Paço da Ribeira. Em 1594, Terzi terá sido nomeado para lecionar arquitetura na Aula de Riscar ou Aula de Risco⁵³³. Ao contrário da Aula do Paço, a Aula de Risco assentava num ensino eminentemente prático da arquitetura.

Após a morte deste engenheiro militar italiano, em 1597, o arquiteto português Nicolau de Frias (1550-1610) terá ficado encarregue de lecionar na Aula de Risco⁵³⁴. Segundo alvará de D. Filipe I, datado de 11 de junho de 1598, o aprendiz de engenheiro militar Francisco de Frias de Mesquita (1578-1645) deveria aprender com o dito arquiteto, elaborando com ele trabalhos práticos e tendo a obrigação de “*ouvir geometria*” do matemático João Baptista Lavanha⁵³⁵.

O arquiteto e mestre de obras Mateus do Couto, o Velho (1581-1664), também lecionou na Aula de Risco, tendo em conta o documento intitulado *Tractado de Architectura que leo o Mestre e Architecto Matheus do Couto, o Velho, em 1631*⁵³⁶,

⁵³⁰ Segundo Alicia Cámara Muñoz, Rojas sempre baseou a sua argumentação teórica na sua experiência como arquiteto, à qual se juntava, igualmente, a experiência da guerra. Alicia Cámara Muñoz, “Cristóbal de Rojas. De la cantería a la ingeniería”, in Alicia Cámara Muñoz, Bernardo Revuelta Pol (coord.), *Ingenieros del Renacimiento*, Segovia, Fundación Juanelo Turriano, 2014, p. 135.

⁵³¹ Antonio Campillo, *La Fuerza de la Razon...*, p. 201.

⁵³² Nesse período, Filippo Terzi foi nomeado mestre das obras de el-rei e mestre de obras das fortificações, formando também novos profissionais em arquitetura militar: “*Parece ter sido o primeiro professor oficial de architectura no nosso paiz. É o que se nos afigura deprender-se de um alvará de 14 de Setembro de 1594 nomeando Diogo Marques para um dos três logares (...) de pessoas naturais deste Reyno para averem daprender architectura com Filipe Tercio*”. Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e documental...*, Vol. III, pp. 96-97. Ana Teresa de Sousa, “O modelo italianizante...”, p. 89.

⁵³³ Filipe Eduardo Moureau, *Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII* (Tese de Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP São Paulo, 2011, p. 53.

⁵³⁴ *Ibidem*.

⁵³⁵ Rui Carita, “O ensino das Matemáticas...”, p. 7.

⁵³⁶ Salienta a importância das regras da composição no desenho arquitetónico, servindo estas de apoio ao projeto. Mateus do Couto, o Velho, considerava também que era importante o arquiteto estar presente no terreno, onde o projeto se revelava verdadeiramente desafiador fora do papel. Rafael Moreira referiu-se a este tratado como “*Um Tratado de Architectura do século XVII*”. Matheus do Couto, *Tractado de Architectura que leo o Mestre e Architecto Matheus do Couto, o Velho, no Anno de 1631*. BNP, Cód. 946//1, Liv.º 1, pp. 49, 51 (pp. 1-73) – referência presente em Tiago Molarinho Antunes, Paula André, “A composição Arquitectónica no Tractado de Architectura Que Leo o mestre, e Archit.º Matheus do Couto o velho No Anno de 1631”, in Paula André, Paulo Simões Rodrigues, Margarida Brito Alves (ed.), *Laboratório colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. III Seminário de investigação, ensino e difusão*, Lisboa, DINÂMIA’CET-IUL, 2018, p. 48. Rafael Moreira, “O Torreão do Paço da Ribeira”, in *Separata Mundo da Arte*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1983, N.º 14, p. 43.

elaborado no contexto das aulas que lecionava de arquitetura⁵³⁷. Por forma a que se pudesse “*continuar o estudo de Arquitetura com o dito seu tio e a boa informação (...) da sua suficiência e talento*”⁵³⁸, o seu sobrinho Mateus do Couto, o Novo (1630-1696), também chegou a ser assistente na dita aula, substituindo em 1647⁵³⁹, o arquiteto João Nunes Tinoco (1610-1689)⁵⁴⁰.

Com a mencionada transferência da Aula para Madrid, em 1590, os jesuítas criaram a Aula da Esfera⁵⁴¹, no Colégio de Santo Antão, em Lisboa. Passaram a associar-se conteúdos da prática militar com os estudos e teorias sobre fortificação⁵⁴². Esta aula regia-se por dois princípios fundamentais: a “*reprodução dos saberes*” e a “*transformação dos saberes*”⁵⁴³. A “reprodução” está associada ao levantamento de questões para formular determinado assunto, já a “transformação”, requer o aproveitamento dos conteúdos lecionados, divulgando teorias e desenvolvendo trabalho na prática. Fazia parte dos centros de ensino da Companhia de Jesus, beneficiando de recursos e dos contactos que a rede de colégios jesuítas possibilitava⁵⁴⁴. A maior parte dos seus professores foram estrangeiros conceituados da época, entre eles mestres jesuítas-cientistas⁵⁴⁵.

⁵³⁷ Miguel Soromenho, “O Paço da Ribeira à medida da Corte...”, p. 52.

⁵³⁸ Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e documental...*, Vol. I, pp. 257-258.

⁵³⁹ Entre 1647 e 1678, foi nomeado arquiteto e engenheiro, trabalhando como assistente das fortificações da barra. Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Gracinhas Guiomar, “A costa algarvia...”, p. 5.

⁵⁴⁰ Cf. Teresa Campos Coelho, *Os Nunes Tinoco: uma dinastia de architectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Documenta, 2018.

⁵⁴¹ Esta Aula inovava pelos conteúdos das disciplinas serem lecionados em português, uma vez que era também frequentada por discípulos não jesuítas. Bernardo Mota, *O estatuto da matemática...*, p. 205.

⁵⁴² “As fortificações e os espaços fortificados deste período, refletiram avanços científicos e tecnológicos em simultâneo” [Transcrição livre a partir da citação original “*Fortresses and strongholds of this period reflected concurrent scientific and technological advances*”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁵⁴³ Samuel Gessner, “Para o estudo do papel histórico...”, p. 1.

⁵⁴⁴ “Um dos melhores exemplos da aplicação desses métodos práticos, encontra-se no contexto da própria engenharia militar, cujos praticantes eram excelentes matemáticos, tendo alguns deles formação jesuíta” [Tradução livre a partir da citação original “*One of the clearest examples of the application of these practical means is found in military engineering, whose practitioners were excellent mathematicians, some of them with a Jesuit education*”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁵⁴⁵ “(...) a circulação de mestres e ideias, nos mais diversos domínios, caracteriza o período moderno a nível Europeu. A arquitetura e a engenharia destacam-se neste panorama. No caso de Portugal, a presença de matemáticos do Colégio dos Jesuítas em Roma, e de arquitetos e engenheiros provenientes de Itália, Holanda, França, entre outros países, acabariam por influenciar a criatividade trazida para garantir esse esforço” [Tradução livre a partir da citação original “(...) *the circulation of masters and ideas in the most diverse domains characterizes the modern period at a European level. Architecture and engineering featured prominently in this panorama. In the case of Portugal, the presence of mathematicians from the Jesuit College in Rome, and architectures and engineers from Italy, the Netherlands, France, and other countries, would eventually influence the creativity brought to bear on the endeavor*”]. *Ibidem*. Samuel Gessner, “Para o estudo do papel histórico...”, p. 20.

Entretanto, os jesuítas foram os responsáveis pela difusão do debate matemático, tendo incluído os principais tópicos de discussão nos programas curriculares. Se o matemático jesuíta Cristóvão Clavius (1538-1612) procedeu a uma defesa epistemológica da disciplina nas suas obras pedagógicas⁵⁴⁶, os matemáticos da Aula da Esfera empenharam-se fortemente na defesa desta disciplina em Portugal⁵⁴⁷. Era uma disciplina “*leccionada em português e frequentada sobretudo por alunos externos à Companhia, servindo uma finalidade própria, despida da intenção hermenêutica em relação aos textos aristotélicos. A “Aula da Esfera” era sempre ocupada por um matemático em exclusividade*”⁵⁴⁸.

O padre jesuíta João Delgado (1553-1612)⁵⁴⁹ começou a lecionar matemática neste colégio desde 1590⁵⁵⁰, tendo tido a sua própria formação entre 1576 e 1585, na Academia de Clavius, em Roma⁵⁵¹. Nesta época, a influência italiana decaiu, e eram precisamente os padres jesuítas que estavam incumbidos de ensinar em Portugal as bases das ciências da arquitetura, fortificação, e, por conseguinte, da artilharia⁵⁵². Esta questão

⁵⁴⁶ Bernardo Mota, “O debate sobre o estatuto da Matemática em Santo Antão a partir de 1590”, in *A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, pp. 45-46.

⁵⁴⁷ *Idem*, p. 46.

⁵⁴⁸ A Aula da Esfera era consagrada ao Ensino matemático, distinguindo-se como o domínio da *sciencia*. *Idem*, p. 50. Manuel F. S. Patrocínio, “A Sabedoria dos Antigos...”, p. 176.

⁵⁴⁹ Foi estudante de Clavius e arquiteto deste Colégio. Kelly DeVries, John France, Michael S. Neiberg, Frederick Schneid, *History of Warfare*, Leiden, Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 2012, Vol. 73, p. 125.

⁵⁵⁰ Também já havia lecionado no Colégio das Artes, em Coimbra, entre 1586 e 1589, e depois em Évora, entre 1589 e 1590. Luís Saraiva, “The Jesuit mathematicians of the Portuguese Assistancy and the Portuguese historians of mathematics (1819-1940)”, in Luís Saraiva, Catherine Jami (eds.), *The Jesuits, The Padroado and East Asian Science (1552-1773)*, Signapore, Worls Scientific Publishing Co, 2008, p. 10. Henrique Leitão, “Sphaera Mundi”, in *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, p. 22.

⁵⁵¹ Célio Juvenal da Costa, Natália Cristina de Oliveira, Gilmar Alves Montagnoli, “Educação luso-brasileira...”, p. 31.

⁵⁵² “A arte e a arquitetura militar, foram incluídas no curriculum de matemática do Colégio de Santo Antão-o-novo (...), onde também haviam sido intermitentemente lecionadas no programa dos cursos matemáticos que se iniciaram em 1590 neste Colégio, quando o jesuíta português João Delgado (...), foi propositadamente transferido de Coimbra para Lisboa, para lecionar na cadeira de matemática da Aula da Esfera. Isto aconteceu, apenas anos depois de João Baptista Lavanha ter sido nomeado pelo governo espanhol como cosmógrafo-mor para inaugurar um novo curso estatal de navegação na Lição de Matemática”, da Academia de Matemáticas de Madrid [Tradução livre a partir da citação original “*Military art and militar architecture were both included in the mathematics syllabus of the college of Santo Antão-o-novo (...), where they had been intermittently taught within the syllabus of the mathematical courses that had commenced here in 1590 when the Portuguese Jesuit João Delgado (...) had been purposely transferred to Lisbon from Coimbra to set up the so-called Aula da Esfera chair of mathematics. All this had happened just a few years after the former Jesuit student João Baptista Lavanha had been nominated cosmógrafo-mor by the Spanish government to inaugurate a new state-run course in navigation at the Lição de Matemática*”]. Kelly DeVries, John France, Michael S. Neiberg, Frederick Schneid, *History of Warfare...*, p. 125. António Costa Canas, *A obra náutica de João Baptista Lavanha (C. 1550-1624)* [Tese de Doutoramento em História], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 17, 29, 35, 51.

prendia-se, tal como indicou Rui Carita, pela “*vocação pedagógica e supranacional da Companhia de Jesus, rodando continuamente os seus quadros pelas mais diversas áreas da expansão ultramarina europeia e chamando ao seu convívio os principais especialistas dos diferentes saberes*”⁵⁵³, inovando cientificamente. Aliás, o padre João Delgado assentou a sua teoria na ideia de que a matemática cumpria requisitos aristotélicos, consistindo numa ciência perfeita, sendo que os seus resultados levavam à produção de teorias de outras disciplinas científicas, como a física⁵⁵⁴.

A Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão foi a mais importante instituição de ensino da teoria e prática científica em Portugal, pois segundo Henrique Leitão:

*“(...) foi a única instituição que assegurou ininterruptamente o ensino de disciplinas físico-matemáticas, lecionadas por professores competentes (...); foi o principal centro de formação dos técnicos e especialistas científicos de que o país precisava; foi o ponto de partida e o centro de organização de alguns dos mais importantes empreendimentos científicos da época”*⁵⁵⁵.

Desta forma, procedeu-se à substituição da influência italiana na questão das fortificações, para o auxílio de ciências essencialmente ligadas à geometria e matemática pura, assentando nas metodologias de Holanda e França. Mas também se destacava a adaptação destes ideais ao contexto português, ou seja, elaborando-se novas teorias e tratados de fortificação.

Assim, esta aula foi fundamental no que respeita ao ensino da matemática e geometria em Portugal, auxiliando fundamentalmente na formação dos arquitetos e engenheiros militares, havendo princípios de estudo, investigação científica e desenvolvimento de teorias novas: “*em 1641, por exemplo, foram os próprios professores da Aula a serem chamados como fortificadores nos primeiros anos da aclamação de D. João IV*”⁵⁵⁶.

Esta Aula tinha influência das ideias de países como a Inglaterra, Alemanha e a Holanda, tendo como mestres estrangeiros o jesuíta Christoph Grienberger (1564-

⁵⁵³ Rui Carita, “O ensino das Matemáticas...”, p. 11.

⁵⁵⁴ A respeito desta questão, conferir o debate sobre a matemática, defendido por João Delgado. Bernardo Mota, “O debate sobre o estatuto da Matemática...”, pp. 50-54. Henrique Leitão, *A ciência na “Aula da Esfera”*..., p. 47.

⁵⁵⁵ Henrique Leitão, “Sphaera Mundi...”, p. 19.

⁵⁵⁶ *Idem*, p. 13.

1636)⁵⁵⁷, matemático que ensinou em Santo Antão entre 1599 e 1602⁵⁵⁸, Cristoforo Borri (1583-1632)⁵⁵⁹, Tomás Berton, Tomás Audueno, Johan Chrisostomus Gall (1586-1643)⁵⁶⁰, Giovanni Paolo Lembo (1570-1618)⁵⁶¹, Ignace Stafford (1599-1642)⁵⁶², Hugo Colano, o padre Joannes Paschácio de Cosmander (1602-1648)⁵⁶³, Hendrick Uwens (1618-1667)⁵⁶⁴, John Rishton (c. 1615-1656)⁵⁶⁵ e Valentin Stansel (1621-1705)⁵⁶⁶. Destaque-se que Cosmander lecionou neste colégio entre 1641 e 1642, publicando o tratado *Disciplinae Mathematicae traditae anno instituae societatis Iesu seculari*⁵⁶⁷. Esta obra possui ensinamentos sobretudo de geometria, aritmética, arquitetura, fortificações e máquinas de guerra⁵⁶⁸. Segundo Samuel Gessner, apenas serve de “*ilustração da*

⁵⁵⁷ Ingressou na Companhia de Jesus em 1580. Até 1591 lecionou matemática no Colégio de Viena, entre 1593 e 1599 lecionou a dita disciplina no Colégio Romano, e em 1599, lecionou também em Coimbra, e depois, em Lisboa até 1602. Henrique Leitão, Lígia Martins (coord.), *Spahera mundi: A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, p. 109.

⁵⁵⁸ Luís Saraiva, “The Jesuit mathematicians...”, p. 10.

⁵⁵⁹ Nasceu em Milão. Ingressou na Companhia de Jesus em 1601. Henrique Leitão, Lígia Martins (coord.), *Spahera mundi...*, p. 131.

⁵⁶⁰ Nasceu na Alemanha. Ingressou na Companhia de Jesus em 1605. Entre 1620 e 1627, lecionou matemática na Aula da Esfera. *Idem*, p. 125.

⁵⁶¹ Ingressou na Companhia de Jesus em 1600. Estudou matemática no Colégio Romano entre 1607 e 1611. Lecionou matemática na Aula da Esfera entre 1615 e 1617. *Idem*, p. 121.

⁵⁶² Nasceu em Inglaterra. Ingressou na Companhia de Jesus, na Galiza, e estudou no Colégio Inglês de Valladolid. Publicou a obra *Elementos Mathematicos*, em 1634. *Idem*, p. 137.

⁵⁶³ Também conhecido como Jan Ciermans. Nasceu em Hertogenbosch e ingressou na Companhia de Jesus. Estudou matemática em Lovaina, onde também lecionou entre 1636 e 1641. Veio para Portugal por emergência da Guerra da Restauração, atuando no reparo das fortificações da fronteira do Alentejo, desde 1641. Foi nomeado engenheiro-mor do reino, efetuando a supervisão dos trabalhos nas fortificações. Em 1648, passou a servir o inimigo castelhano no campo de batalha, atuando contra Portugal. *Idem*, p. 175. Luís Saraiva, “The Jesuit mathematicians...”, p. 10. Ana Teresa de Sousa, “La frontera del Alentejo durante la Guerra de Restauración (1640-1668)”, in *Revista Historia Autónoma*, Madrid, 2018, N.º 12, p. 119.

⁵⁶⁴ Nasceu em Nimegue, na Holanda. Ingressou na Companhia de Jesus em 1634. Veio para Portugal em 1641, na companhia de Cosmander. Lecionou matemática na Aula da Esfera entre 1642 e 1646. Henrique Leitão, Lígia Martins (coord.), *Spahera mundi...*, p. 179.

⁵⁶⁵ Nasceu em Lancashire, e ingressou na Companhia de Jesus em 1637. Lecionou matemática em Portugal, a partir de 1645. *Idem*, p. 181.

⁵⁶⁶ Nasceu em Olmutz. Em 1637, ingressou na Companhia de Jesus, tendo recebido formação em matemática. Ensinou no Colégio de Évora entre 1657 e 1658. *Idem*, p. 185.

⁵⁶⁷ Samuel Gessner, “Para o estudo do papel histórico...” p. 3. P. Joanne Ciermans, *Disciplinae Mathematicae*, 1631. Google Books:

https://books.google.pt/books?id=pldFAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (consult. 17 mai. 2019).

⁵⁶⁸ “A *Disciplinae mathematicae* de Ciermans era sobretudo voltada para a matemática prática. Parte do seu livro é dedicado às artes militares, matéria estratégica para um país que ainda estava em guerra com os seus vizinhos. Igualmente, o tratado também se dedicava à parte mecânica da guerra” [Tradução livre a partir da citação original “*The Disciplinae mathematicae of Ciermans was very much directed towards practical mathematics. One quarter of the book is devoted to militar arts, a subject well chosen in a country that was still at war with its neighbours. An equal part concerned mechanics*”]. Geert Vanpaemel, “Mechanics in Jesuit Textbooks”, in Walter Laird, Sophie Roux (eds.), *Mechanics and Natural Philosophy before the Scientific Revolution*, Netherlands, Springer, 2008, p. 269.

diversidade das disciplinas matemáticas” uma vez que não apresenta qualquer “*diagrama geométrico, nem se faz o mínimo cálculo, e não há demonstrações matemáticas*”⁵⁶⁹.

Também ensinaram nesta aula mestres portugueses, nomeadamente, Francisco Rodrigues⁵⁷⁰, o já mencionado João Delgado, Francisco da Costa (1567-1604)⁵⁷¹, António de Castel-Branco, Manuel Dias, o matemático Simão Falónio (c. 1580-1641)⁵⁷², João da Costa, Bartolomeu Duarte, João dos Reis, Manuel do Amaral, Tomás Pereira, João de Albuquerque, Lourenço Rodrigues e Luís Gonzaga (1666-1747)⁵⁷³.

Por outro lado, desta aula saíram formados o já mencionado Francisco Frias de Mesquita⁵⁷⁴ e Luís Serrão Pimentel. O primeiro, em 1603, foi escolhido como engenheiro-mor para o Brasil, tal como indicado por Filipe Moureau⁵⁷⁵. O segundo, em 1641, criou a Aula de Artilharia e Esquadria, dedicada ao ensino militar em Portugal, quer em termos teóricos, quer práticos. Mais tarde, em 1647, organizou a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar da Ribeira das Naus⁵⁷⁶, na qual se formaram os

⁵⁶⁹ Samuel Gessner, “Para o estudo do papel histórico...”, p. 3.

⁵⁷⁰ António Lopes, “A educação em Portugal...”, p. 30.

⁵⁷¹ Ingressou na Companhia de Jesus em 1583. A sua formação foi dada pelo seu sucessor, João Delgado, sendo que ensinou como assistente do mesmo, a partir de 1591. É indicado como um dos melhores matemáticos daquele período. Natália de Oliveira, Célio Costa, Sezinando Menezes, “Ciência moderna em Portugal...”, p. 248. Luís Saraiva, “The Jesuit mathematicians...”, p. 9. Henrique Leitão, Lígia Martins (coord.), *Spahera mundi...*, p. 113.

⁵⁷² Nasceu na Irlanda, ingressando na Companhia de Jesus em 1619. Deu aulas de matemática no Colégio dos Jesuítas em Coimbra, entre 1630 e 1638, lecionando depois em Lisboa até 1640. Em 1641, foi nomeado por D. João IV como engenheiro-mor do reino, encarregue de desenhar fortificações na costa alentejana. Ana Santana Silva, Lígia de Azevedo Martins, *A Ciência do Desenho: Ilustração na Coleção de Códices da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001, p. 58; Henrique Leitão, Lígia Martins (coord.), *Spahera mundi...*, p. 155.

⁵⁷³ Nasceu em Lisboa, ingressando na Companhia de Jesus em 1683. Estudou matemática no Colégio de Évora entre 1692 e 1694. E lecionou a mesma disciplina em Coimbra, entre 1695 e 1699. Entre 1700 e 1705, lecionou matemática na Aula da Esfera, em Lisboa. Henrique Leitão, Lígia Martins (coord.), *Spahera mundi...*, p. 197.

⁵⁷⁴ Por volta de 1598, aprendeu arquitetura com Nicolau de Frias (1530-1610) e geometria com o engenheiro militar, matemático e cosmógrafo João Batista Lavanha (1550-1624) na Aula de arquitetura do Paço da Ribeira. A partir de 1603, atuou como engenheiro-mor das partes do Estado do Brasil, onde efetuou diversos projetos de fortificação. Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental...*, Vol. I, pp. 376-377. Carina Esteves, *O Livro Primeiro de Architectura Naval de João Baptista Lavanha e a arquitetura naval ibérica no final do século XVI, princípios do XVII: o perfil do arquitecto naval* (Dissertação de Mestrado em História Marítima), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 49-50.

⁵⁷⁵ Terá sido autor do primeiro grande projeto de fortificação de Salvador. Filipe Eduardo Moureau, *Arquitetura militar...*, pp. 15-16, 30.

⁵⁷⁶ Desta Aula, difundiam-se textos portugueses destinados à apresentação de modelos construtivos, dos quais é exemplo o *Methodo Lusitânico*, que veio substituir a *Lição de Architectura Militar ou Fortificação*, que era uma cópia assinada por Diogo Pardo de Osório, discípulo de Luís Serrão Pimentel, em 1659. Manuel F. S. Patrocínio, “Da Sabedoria dos Antigos...”, p. 178.

primeiros engenheiros militares portugueses⁵⁷⁷. Dotada do espírito da atividade puramente militar, esta aula destinava-se a formar engenheiros militares portugueses⁵⁷⁸.

Nesta aula, Serrão Pimentel desenvolveu uma intensa atividade docente e desenvolveu trabalhos relacionados com a matemática, as questões da fortificação, da cosmografia, artilharia, castrametação e engenharia. Esta aula também acompanhava os trabalhos dos engenheiros militares estrangeiros que haviam sido contratados pelo monarca português, nomeadamente os franceses e holandeses, que dirigiam a projeção e remodelação das fortificações alentejanas. Por este motivo, esta aula não pode ser dissociada das emergências que surgiram com a Guerra da Restauração. Neste período, deu-se grande incentivo à questão das fortificações e à guarnição das mesmas, e os portugueses não estariam preparados para enfrentar o que se avizinhava das batalhas. Segundo o tenente-coronel Pedro Marquês de Sousa:

“(...) os poucos casos de nobres portugueses que tinham experiência nas guerras modernas (convencionais) na Holanda e na Flandres ao serviço de Espanha, não tinham tido experiência relevante no domínio da artilharia nem das fortificações, pelo que essa lacuna era uma fragilidade das elites militares portuguesas, perante o tipo de guerra que se esperava com a Espanha no âmbito da restauração da independência”⁵⁷⁹.

Nesse aspeto se destaca a nomeação de Serrão Pimentel para dirigir a Aula de Artilharia e Esquadria como militar, intelectual e académico. Ele foi essencial para a formação de novos engenheiros militares em Portugal e foi precisamente no Alentejo que melhor se observou a aplicação dos seus conhecimentos, e dos adquiridos pelos seus discípulos, interligando-se a experiência prática com o saber⁵⁸⁰.

⁵⁷⁷ “Esta Aula tinha como objetivo fornecer uma educação teórica (que levou à tradução e à produção de manuscritos para uso dos alunos) e monitorizar o progresso dos estudantes na prática, uma vez que o engenheiro-chefe era responsável por examinar instrumentos e projetos de fortificação” [Tradução livre: “*This Class had the aim both of providing a theoretical education (which led to the translation and production of manuals for use by students), and of monitoring the progress of trainees in their practice, since the Chief Engineer was responsible for examining instruments and fortification projects*”]. Antónia Fialho Conde, María Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁵⁷⁸ “O número dos seus alunos aumentou progressivamente, e, primeiro, o manuscrito do *Methodo Lusitanico*, e, posteriormente, a sua publicação, começaram a ser utilizados em diversos contextos para lá da fronteira seca, uma vez que também eram utilizados na educação dos estudantes de engenharia militar que iam viajar para a Índia, Brasil, África e Oriente” [Tradução livre a partir da citação original “*The number of his students progressively increased, and first the manuscript of Methodo Lusitanico, and later the book, began to be used in various contexts other than that of the dry border, e.g. for the training of engineers in Portugal who would later travel to India and Brazil, Africa, and the Orient*”]. *Ibidem*. Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], “A Aula de Artilharia...”, p. 24.

⁵⁷⁹ *Idem*, p. 27.

⁵⁸⁰ *Idem*, p. 31.

Depois de 1641, D. João IV contratou engenheiros militares franceses e holandeses para dirigirem a construção e a remodelação das fortificações portuguesas face à ameaça do inimigo castelhano. Foi neste ambiente que Serrão Pimentel desenvolveu a sua atividade prática nas fortificações do Alentejo. Ao contrário dos engenheiros militares franceses e holandeses que nelas trabalhavam, Luís Serrão Pimentel apresenta-se com um perfil militar que aliava o caráter intelectual e académico, desenvolvendo o desenho das fortificações da época, bem como novas técnicas de defesa. Esta capacidade também lhe advinha da necessidade que tinha de mostrar aos seus discípulos os ensinamentos que se praticavam ao mesmo tempo noutros países, nomeadamente em Castela, França, Alemanha e Holanda, auxiliando-se dos tratados de autores estrangeiros de renome a que acima nos referimos, tais como Antoine De Ville (1639), Adam Freitag (1642), Samuel Marolois (1615, 1628) e o conde de Pagan (1645)⁵⁸¹.

Segundo o general Themudo Barata, “*Luís Serrão Pimentel protagonizou a mudança para a condição militar de técnicos civis: assim como o bombardeiro que de especialista civil passou a “artilheiro” (militar combatente), também o “técnico de prumo e treinel, ganhou estatuto científico e tornou-se militar, vulgarizando-se a designação de engenheiro*”⁵⁸².

No entanto, continuava a ser imprescindível a formação teórica-prática, ministrando-se matemática, fortificação e castrametação. Assim, a Aula de Artilharia e Esquadria assentava em aulas teóricas no Paço da Ribeira, em Lisboa, e as aulas práticas no alto da Graça (Lisboa). Estas últimas eram supervisionadas pelo capitão de bombardeiros, acompanhado por um escrivão, que registava as lições, assentando a

⁵⁸¹ “O método proposto por Serrão Pimentel considerou a arte militar da fortificação como uma ciência exata, enfatizando a importância da razão, da matemática e da geometria, conferindo, desta forma, perfeição às irregularidades do terreno em que as construções se efetuavam” [Tradução livre: “*The method proposed by Serrão Pimentel considered the military art of fortification as exact science, stressing the importance of reason, mathematics, and geometry in the construction of fortresses, and thereby lending perfection to the imperfections of the land on which the buildings would stand*”]. Antónia Fialho Conde, Maria Rosa Massa-Esteve, “Teaching Engineers...”.

⁵⁸² Contudo, a vinda do conde de Schomberg (1615-1690) enviado por Luís XIV de França para comandar as tropas estrangeiras ao serviço do exército português, que chegou em 1660, sendo nomeado mestre-de-campo general da província do Alentejo entre 1661 e 1668, atuando nas cruciais batalhas desta província, bem como a presença de outros estrangeiros no país, trouxe mudanças significativas em Portugal em termos militares⁵⁸². Schomberg tinha formação nas escolas militares de França e Suécia, sendo muito experiente em matéria de fortificação. Manuel Themudo Barata, “Ensino Militar: Primeiros Passos”, in *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, vol. 3, p. 418. Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], *Tenente-General de Artilharia...*, p. 8.

questão dos cálculos, complementando desta forma as aulas teóricas⁵⁸³, através da confirmação das teorias e deteção de erros de longimetria.

Note-se que, neste contexto, o ensino da artilharia passou a estar intimamente ligado ao ensino sobre fortificação, surgindo escolas de carácter prático e descentralizado. Segundo Tiago Candeias, o Alentejo foi, nesta época, a “*zona de experimentação por excelência desta refortificação da raia*”⁵⁸⁴. Por exemplo, por carta do príncipe D. Teodósio, datada de 19 de dezembro de 1651, sabemos que no Colégio de Santiago, em Elvas eram dadas instruções de fortificação, artilharia e castrametação, através do ensino da geometria, aritmética, trigonometria e noções relacionadas com as questões da pólvora, artilharia e fogos⁵⁸⁵. A localização para este colégio prende-se com os imperativos da Guerra da Restauração, sendo Elvas uma localidade alentejana tão próxima do reino vizinho. Entendia-se que estes ensinamentos eram cruciais para defender eficazmente a fronteira. No entanto, esta ideia não se prolongou no tempo, uma vez que quando as guerras da Restauração foram dadas como concluídas, também a necessidade relativa à ministração da matemática estagnou⁵⁸⁶.

Deve destacar-se ainda que a formação na Aula da Esfera era divulgada entre os discípulos através das *notas de aula*, ou seja, os alunos passavam para o papel aquilo que lhes era dito/ditado pelos mestres, “*eram produzidas com a finalidade essencial de estudo e transmissão das matérias*”⁵⁸⁷. Tal como mencionado anteriormente, as informações também eram divulgadas por meio de *obras teóricas*, da autoria dos mestres, “*produzidas com uma intenção manifesta de fixar os resultados de um trabalho de reflexão intelectual sobre questões específicas*”⁵⁸⁸. A maior parte destas obras era acompanhada com ilustrações, nomeadamente, cálculos e plantas de fortificações.

⁵⁸³ Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], “A Aula de Artilharia...”, p. 27.

⁵⁸⁴ Tiago Candeias, “As fortificações abaluartadas de Elvas”, 2018, p. 2. Academia.edu: https://www.academia.edu/38270084/As_Fortifica%C3%A7%C3%B5es_Abaluartadas_de_Elvas (consult. 3 abr. 2020).

⁵⁸⁵ Carta do Príncipe D. Teodósio de 19 dezembro de 1651, transcrita por João Manuel Cordeiro, *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, Lisboa, Typo. Do Comércio Geral da Artilharia, 1895. Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], “A Aula de Artilharia...”, p. 30.

⁵⁸⁶ Luís Saraiva, “The Jesuit mathematicians...”, p. 10.

⁵⁸⁷ A maior parte das notas de aula existentes, “*os elementos título, autor e data, quando existem, não se encontram dispostos de modo a construir uma folha de rosto formal (...) e as ilustrações, na página, acompanham-no com pura preocupação didáctica (...)*”. Ana Cristina Silva, Lígia Martins, Teresa Duarte Ferreira, “Os manuscritos da “Aula da Esfera” – dúvidas e certezas”, in Lígia Martins, Henrique Leitão (coord.), *Spahera mundi: A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, pp. 92-93.

⁵⁸⁸ *Idem*, p. 93.

Posteriormente, entre 1651 e 1675, a Escola da Ribeira das Naus passou a designar-se por Academia Militar da Corte. Em janeiro de 1689, D. Pedro II procurou consolidá-la através da instituição do *Regimento dos Mestres Architectos dos Paços Reais*, documento que passou a orientar o ensino da arquitetura em Portugal. Segundo o mesmo, os mestres arquitetos deveriam ensinar arquitetura aos aprendizes, “*que lhes forem commettidos para aprender, e farão que elles saibão, e vão todos os dias tomar lição*”. Os aprendizes receberiam um soldo de vinte mil réis por cada ano, com a obrigação de assistirem às aulas que lhes eram ministradas pelos mestres arquitetos. Caso faltassem, o provedor seria notificado para que não lhes fosse passada a certidão dos ordenados. Os mestres deveriam dar conta ao dito provedor de como se comportavam os aprendizes nas suas aulas, bem como do seu nível de aprendizagem em arquitetura, para posteriormente se inserirem na prática da mesma, com o objetivo de se ter conhecimento do préstimo de cada um. Desta forma, seria essencial ter conhecimento da sua atividade prática, pelo que os aprendizes eram levados, juntamente com os seus mestres, às medições, avaliações, e mais funções, *para que aprendão a forma dellas, e melhor saibão a pratica*”⁵⁸⁹.

Nota final

Neste capítulo descreveu-se a necessidade de evolução e adaptação das fortificações existentes ao modelo abaluartado. Este era complexo, dotado de baluartes e de obras externas e complementares à fortificação principal, que permitiam mais resistência e melhor defesa através das suas muralhas de características singulares. A evolução dos baluartes concretizou-se em várias fases, através de diversas teorias, sendo iniciado o seu projeto pelos mestres italianos, e aprofundado, posteriormente, pelos engenheiros militares holandeses e franceses. Desta forma, circulavam tratados e obras de referência, nas quais os cálculos matemáticos passaram a ser cada vez mais influentes, não se separando a geometria e a matemática dos princípios da fortificação. As proporções apresentadas nos projetos deveriam ser passadas para o terreno com a máxima precisão, sob risco de se prejudicar a eficaz defesa da praça, com base nos princípios da balística.

⁵⁸⁹ José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa, *Systema, ou Collecção de Regimentos Reaes*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, p. 276. Ana Teresa de Sousa, “D. Pedro II e o impulsionar...”, p. 649.

A influência destas obras em Portugal foi crucial para o desenvolvimento das aulas de matemática e fortificação lecionadas no contexto dos ensinamentos jesuítas. Nestas aulas, destacou-se sobretudo o papel de Luís Serrão Pimentel. Na sua obra *Methodo Lusitânico* aprofundou as questões da matemática, criticando, inclusive, autores de renome, e demonstrou as suas teorias através de importantes ilustrações, desenvolvendo a matéria de fortificação, que lecionava aos seus discípulos.

Esta preparação teórica foi crucial no contexto da Guerra da Restauração, que levou à necessidade de fortalecer pontos estratégicos da província do Alentejo, por ser a mais fácil de penetrar pelo inimigo castelhano. O trabalho tanto de engenheiros militares estrangeiros, tais como Cosmander, que também lecionara matemática em Antuérpia e Louvain, como de engenheiros militares portugueses, como Luís Serrão Pimentel, trouxeram as diretrizes para a eficaz defesa desta província, que tiveram papel de suma importância nas questões práticas em matéria de fortificação, embora surgissem muitos entraves à concretização dos trabalhos, como adiante poderemos verificar.

Desta forma, Serrão Pimentel apresenta-se como um intelectual e académico, sendo nomeado como cosmógrafo-mor do reino, e que desempenhou, simultaneamente, funções docentes e uma importante carreira militar no Alentejo, no contexto da Guerra da Restauração. Além da reparação progressiva da maioria das fortificações do Alentejo, que à frente serão descritas, Serrão Pimentel participou ativamente nos trabalhos militares do cerco de Badajoz, em 1658, na batalha do Ameixial e na reconquista de Évora, em 1663⁵⁹⁰.

⁵⁹⁰ Pedro Marquês de Sousa [Tenente-coronel], *Biografia de Luís Serrão...*, p. 9.

CAPÍTULO III

O ALENTEJO E A GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640-1668): DOS TERRITÓRIOS DE CONFLITO ÀS CONSTRUÇÕES MILITARES NA DINÂMICA DA FRONTEIRA

Neste capítulo iremos centrar-nos na fronteira entre o Alentejo e a Extremadura e sua importância para a defesa do reino, e na conceção das fortificações abaluartadas no Alentejo com esse objetivo durante a Guerra da Restauração⁵⁹¹. Para tal, iremos analisar a urgência no reforço das defesas do Alentejo nessa época, tratar a linha de fronteira luso-castelhana, considerando as hipóteses de linhas de defesa e indicando qual a sua importância estratégica na raiz dos confrontos subsequentes.

As propostas de linhas de defesa que iremos apresentar baseiam-se na interpretação a partir da documentação da época, que nos permite efetuar a relação das praças-fortes portuguesas e castelhanas entre si, conjuntamente com os movimentos militares de que foram alvo, nomeadamente ataques, defesas e contra-ataques. Todas as campanhas militares eram coordenadas e tinham objetivos: os castelhanos pretendiam penetrar pelo Alentejo para chegarem a Lisboa e destituírem o monarca português, enquanto súbditos de Filipe IV. Embora por vezes superior em efetivos, o seu exército estava mal organizado devido à falta de dinheiro e às atenções a prestar face à revolta da Catalunha. Os portugueses tinham o objetivo de travar os intentos dos castelhanos, assolando localidades para lá da fronteira, que estavam mal fortificadas; o monarca português investia, dentro das suas possibilidades, nas fortificações das localidades alentejanas e na organização dos postos militares para a guerra, através do auxílio de contingentes estrangeiros, nomeadamente franceses e holandeses, por via diplomática.

1. A fronteira no período da Guerra da Restauração (1640-1668)

Entre 1580 e 1640, a fronteira entre Portugal e Castela não existia enquanto tal, uma vez que os dois reinos estavam unidos politicamente. Além disso, os cartógrafos trabalhavam para o monarca efetuando o levantamento cartográfico tanto de Portugal, como de Castela, provando que, tal como os autores Patrick O’Sullivan e Jesse W. Miller

⁵⁹¹ Para a contemporaneidade do conceito de fronteira cf. Carmina Cavaco, “Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial”, in *Finisterra*, 1997, Vol. 32, N.º 63, pp. 159-166; Erik van der Vleuten, Torsten Feys, “Borders and Frontiers in global and transnational history”, in *Journal of Modern European History*, 2016, Vol. 14, pp. 29-34.

Jr., afirmaram, a natureza geográfica estava na base da estratégia de guerra e das questões relacionadas com a tática de guerra defensiva⁵⁹².

Desta forma, a fronteira entre o Alentejo e a Extremadura convertera-se num espaço de mobilidade, que se refletiu em fluxos migratórios de ambos os lados, bem como num conjunto de relações sociais e económicas⁵⁹³, que o contexto da Guerra da Restauração viria alterar⁵⁹⁴. Neste período, as descrições da província do Alentejo apontam-na como vasta mas vulnerável⁵⁹⁵, consistia numa:

*“(...) continuada extensão de terreno, situado da parte d’além do Rio Guadiana, cuja legitima posse não pode ser contestada de modo algum se não pela injustiça, pela violência e pela muita força. Ella na maior parte da sua extensão hé plana, e por esta cauza tem sido particularmente escolhida em quazi todas as Guerras para as representações militares”*⁵⁹⁶.

A Guerra da Restauração originou uma preocupação com a fronteira em termos militares⁵⁹⁷, uma vez que a refortificação da fronteira terrestre⁵⁹⁸ obrigou à elaboração de

⁵⁹² Patrick O’Sullivan, Jesse W. Miller Jr, *The Geography of Warfare*, New York, Routledge Library Editions: Political Geography, 1983, p. 7.

⁵⁹³ Ema Pires, “«Nós, os Outros»: Sobre identidade e alteridade na fronteira de Portugal”, in Eduardo Figueira, Maria Baltazar, Maria Serrano (coord.), *Questões Sociais Contemporâneas - Actas da VIII Jornadas do Departamento de Sociologia*, Évora, Universidade de Évora, 2006, p. 128. Dulce Simões, “Fronteras estatales y relaciones sociales em la frontera hispano-portuguesa. El caso de Barrancos y Oliva de la Frontera”, in *A Gazeta de Antropología*, 2008, N.º 24/2, p. 7. Alfonso Gil Soto, “El Impacto de la Guerra de Secesión Portuguesa 1640-1668. En los territorios de la Raya Extremeña”, in *Alcántara: revista del Seminario de Estudios Cacerenses*, 2001, N.º 53-54, p. 180. María José Rodríguez Trejo, “La Guerra de Restauración Portuguesa y la frontera: una nueva línea de investigación”, in Félix Labrador Arroyo, *II Encuentro de Jóvenes investigadores en Historia Moderna. Líneas recientes de Investigación en Historia Moderna*, 2015, p. 558.

⁵⁹⁴ Maria Rodríguez Trejo, “El abaluartamiento de la frontera castellano-portuguesa durante la Guerra de Restauración portuguesa (1640-1668)”, in Moisés Cayetano Rosado, *Actas II Jornada de Fortificaciones Abaluartadas: La fortificación portuguesa. De Don Dinis a la Guerra da Restauração y sus incidências em la plaza fuerte de Olivenza*, Diputación de Badajoz, 2019, p. 77.

⁵⁹⁵ Segundo um estudo elaborado por Cláudio Jorge Moreira, foi de facto no Alentejo que as ações de conflito tiveram mais frequência. Cláudio Jorge Moreira, *O Mercúrio Português (1663-1667): uma arma na Guerra da Restauração* (Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012, p. 100. Ana Teresa de Sousa, “La frontera del Alentejo...”, p. 102.

⁵⁹⁶ *Descrição de Portugal...*, f. 6. Cf. Ana Teresa de Sousa, “La frontera del Alentejo...”, p. 102; Ana Teresa de Sousa, “A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação das fortificações abaluartadas em Portugal e nos territórios ultramarinos: a importância dos Regimentos e Aulas de Fortificação”, in *V EJIHM/ Encontro de Jovens investigadores em História Moderna*, Coimbra, 2017, p. 3. Repositório Universidade de Évora: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24190>.

⁵⁹⁷ Felipe Lorenzana de la Puente, “Extremadura, siglos XVII-XVIII. La frontera como condicionante político”, in *Revista de Extremadura*, 1992, pp. 50-53.

⁵⁹⁸ Antónia Fialho Conde, “Alentejo (Portugal)...”, p. 248.

projetos para assegurar a defesa de Portugal⁵⁹⁹ face à invasão castelhana⁶⁰⁰. Estes projetos pressupunham também o levantamento cartográfico de áreas estratégicas de defesa, pois os mapas eram utilizados como suportes estratégicos, sendo que através destes se constituíam o planeamento tático e os planos de batalha⁶⁰¹. Segundo María José Rodríguez Trejo, se “*convertían a las fronteras y a los fronterizos em los principales escenarios y protagonistas del conflicto*”⁶⁰². Desta forma, também os castelhanos tiveram de deixar de lado as empresas cartográficas com objetivos hegemónicos substituindo-os por objetivos de natureza defensiva, dando prioridade ao traçado e à descrição das fortificações na raia com Portugal⁶⁰³.

A representação das fortificações na cartografia era essencial⁶⁰⁴, bem como das redes hidrográficas e da morfologia do terreno que circundava as praças-fortes, por forma a determinar-se as localidades mais ou menos vulneráveis de acordo com a natureza do terreno. Aliás, foi a sua morfologia que ditou precisamente a importância de pontos estratégicos na linha de defesa do reino, estabelecendo que projetos deveriam ser trabalhados/reforçados pelos engenheiros militares em termos de fortificações. Se o terreno fosse considerado de fácil penetração e conquista, deveria ser alvo de obras de reestruturação de defesa, caso já existisse um castelo ou estrutura militar anterior, ou então, alvo da construção de uma fortificação abaluartada de raiz. Por outro lado, o território até poderia ser muito rigoroso e de difícil acesso, com linhas de água e com terrenos áridos e irregulares, mas se perto existissem localidades de mais fácil acesso, depreendia-se o benefício da construção de uma defesa militar numa localização muito

⁵⁹⁹ “*Guardemos as alegrias para depois. Agora tratemos de nos defender*”. P. Manuel Laranjo Coelho, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, Vol. I, p. XI. Margarida Valla indica que “*A revolução de 1º de Dezembro de 1640 foi o mote para a valorização da ciência da fortificação no reino, a necessidade premente da defesa da capital, da região fronteiriça e de todo o território nacional, obrigou à reestruturação dos sistemas defensivos de cidades, segundo as teorias desenvolvidas na tratadística da época*”. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 23.

⁶⁰⁰ Eusebio Garcia Medina, “*Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)*”, in *Revista de estudios extremeños*, 2006, Vol. 62, N.º 2, p. 717.

⁶⁰¹ Luís Moreira, *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII* (Tese de Doutoramento em Geografia), Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho, 2012, p. 3.

⁶⁰² María José Rodríguez Trejo, “*La Guerra de Restauración...*”, p. 559.

⁶⁰³ Carlos José Hernandez Sánchez, “*Guardar secretos y trazar fronteras: el gobierno de la imagen em la Monarquía de España*”, in Alicia Cámara Muñoz (coord.), *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica*, Fundación Juanelo Turriano, 2016, p. 154.

⁶⁰⁴ Desta forma, confluía a ciência e a arte, representando-se o espaço e o tempo, aliando os mesmo à perspectiva militar e política da época. *Idem*, p. 159.

irregular para auxiliar as localidades próximas. Este princípio constituía uma defesa unificada e eficaz.

Desta forma, uma das primeiras preocupações de D. João IV face à defesa de Portugal consistiu na formação de um corpo de engenheiros militares, com ordem para estabelecer uma fronteira terrestre eficaz⁶⁰⁵ ao longo da raia seca, entre o Alentejo e a Extremadura, onde se encontrava uma concentração de tropas permanente durante o conflito⁶⁰⁶.

Essencialmente, a preocupação pela defesa da fronteira e a consolidação da soberania nacional face à legitimação de D. João IV fizeram com que houvesse um incentivo político e estratégico de defesa⁶⁰⁷ face a uma divisão “invisível” da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura⁶⁰⁸. Isto significa que, indubitavelmente, a fronteira se alterou devido à implantação das fortificações que se foram construindo ao longo da sua raia⁶⁰⁹. Os pontos estratégicos de defesa formaram uma nova “linha divisória”. Esta linha não era estanque: lembramos que nesta época, Olivença pertencia a Portugal⁶¹⁰. Segundo Lorraine White, os rios foram um marco importante na evolução da fronteira, sendo que a geomorfologia de zonas circundantes às praças-fortes foi determinante para a sua implicação militar⁶¹¹ durante os conflitos.

Assim, os levantamentos topográficos foram imprescindíveis em determinados pontos estratégicos do Alentejo, nomeadamente no que respeita às áreas envolventes das praças-fortes. Esses pontos estratégicos pautam-se pela caracterização física das áreas

⁶⁰⁵ Miguel Figueira de Faria, “Fortificações de Portugal na fronteira da Extremadura espanhola”, in *Anais, Série História*, Lisboa, 1992, p. 162.

⁶⁰⁶ Fernando Cortés Cortés, “Esquilando a la población civil: militares y guerra en la frontera extremeño-alentejana”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, p. 19. Caroline Garcia Mendes, *Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso...*, p. 61.

⁶⁰⁷ Portugal passou a sentir a necessidade de se adaptar às teorias e práticas que se faziam sentir nos principais centros europeus, sendo também essencial a sua aliança para fazer face à guerra. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política...*, vol. I, p. 217.

⁶⁰⁸ Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War (1640-1668) and the Mutable Faces of the Castillian Enemy”, in Irene Graziani, Maria Vittoria Spissu (coord.), *Il Mito del Nemico. Identità, alterità e loro rappresentazioni*, Argelato (Bologna), Minerva, 2019, p. 381.

⁶⁰⁹ Não podemos descurar a ideia de que as fortificações ao longo da raia, portuguesas ou castelhanas, também permitiam vigiar o inimigo evitando alguns confrontos diretos. Francisco José Calderón Vázquez, “Repasando la frontera hispano-portuguesa: Conflicto, interacción y cooperación transfronteriza”, in *Estudios Fronterizos*, Nueva época, 2015, Vol. 16, N.º 31, p. 71.

⁶¹⁰ “In 1645, the enemy’s intention of conquering Olivença, where they intended to position themselves, was clear. Conquering that position would stop the Portuguese from helping the location”. Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, pp. 381. Antonio Pais Viegas, *Relação dos sucessos, que nas fronteiras deste Reyno tiverão as armas del Rey Dom Joam o Quarto com as de Castella, depois da jornada de Montijo, ate fim do anno de 1644, com a victoriosa defensão de Elvas*, BNE, Miscelânea 40, R/25149(16), f. 30.

⁶¹¹ Lorraine White, “Estrategia geográfica y fracasso em la reconquista de Portugal”, in *Studia Historica*, Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, Vol. 25, p. 62.

envolvidas, sendo que o Alentejo possuía, com raras exceções, zonas muito vulneráveis de fácil penetração em território nacional, dada o predomínio de terras planas⁶¹². Na sequência do despoletar da Guerra da Restauração, surgiram as reestruturações militares e de defesa do Alentejo⁶¹³, procurando o Conselho de Guerra de D. João IV superintender os assuntos militares e planear essa reestruturação da fronteira alentejana⁶¹⁴.

Em consequência, desenvolveu-se a cartografia de características militares, na qual figuravam os projetos de fortificação e o espaço envolvente para se poderem planear as ações militares, defensivas e ofensivas⁶¹⁵. Para o Alentejo, isso é bem visível na *Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura Espanhola*, do cartógrafo João Teixeira Albernaz I (1602-1649), de 1644. Já entre 1640-1642, Albernaz I efetuara um mapa manuscrito, no qual enfatizou a separação da fronteira entre Portugal e Castela⁶¹⁶. Este efeito de separação é acentuado pelo reforço da representação das linhas de água, representadas com extremo pormenor.

O cartógrafo representou as localidades de Serpa, Moura, Ouguela, Campo Maior⁶¹⁷, Marvão e Castelo de Vide⁶¹⁸ com o modelo de defesa que possuíam no período indicado. As localidades de Mourão, Vila Viçosa, Juromenha e Arronches, não são apresentadas com defesas, embora saibamos que à época tinham reforços construtivos provenientes dos séculos anteriores⁶¹⁹.

⁶¹² Ana Costa Rosado, Daniel Navas-Carrilo, Celia Lopez-Bravo, Teresa Perez-Cano, “Barracks from Modern Age Iberian Wars (1650-1750). Heritage Value, Contemporary Use and Social Housing”, in *IOP Publishing from Conference Series: Materials Science and Engineering*, 2019, p. 2.

⁶¹³ Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, p. 381.

⁶¹⁴ Ana Teresa de Sousa, “La frontera del Alentejo...”, pp. 101-102. Margarida Tavares da Conceição, “Configurando a praça de guerra: o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa”, in Walter Rossa, R. de Araújo, Hélder Carita (coord.), *Actas do Universo Urbanístico Português: 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 827.

⁶¹⁵ Desenvolveu-se, igualmente, a cartografia de divulgação, impressa para mostrar o papel e a influência de Portugal, daí a importância dos viajantes e dos seus relatos de viagem e da iconografia neles presente. São exemplos desta questão as ilustrações presentes na obra de Allain Manesson Mallet, *L'Art de la Guerre ou Description de L'Univers*, que mais adiante iremos aprofundar.

⁶¹⁶ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 1 (Mapa manuscrito do reino de Portugal, João Teixeira Albernaz I, c. 1640)**, p. 300.

⁶¹⁷ “Fica esta terra na Provincia de Alentejo, e he a ultima que confina com Castela, e dista do seu marco legoa e meya, pouco mais, ou menos”. ANTT, Memórias Paroquiais, Campo Maior, Elvas, 1758, Vol. 8, N.º 80, f. 551.

⁶¹⁸ Segundo Cayetano Rosado, Marvão e Castelo de Vide beneficiaram de vistosas defesas abaluartadas. Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica, del campo de Batalla al de la emigración. Y otras cuestiones peninsulares*, Fundación CB, 2018, p. 42.

⁶¹⁹ *Idem*, pp. 42-43.

No mapa de 1644⁶²⁰, portanto mais tardio, Albernaz I representa mais uma vez a Extremadura e a fronteira com o Alentejo⁶²¹. Como podemos verificar, a representação é dividida pelo rio Guadiana, que possui nas suas margens as localidades mais importantes e sujeitas a defesa no Alentejo. Na orientação sul para norte, do lado direito do referido rio temos representadas as localidades de Serpa, Moura, Mourão e Olivença. E do lado esquerdo, temos Monsaraz⁶²², Juromenha⁶²³ e Elvas⁶²⁴. Afastadas do rio, temos as praças de Évora, Estremoz, Vila Viçosa, Barbacena⁶²⁵ e Campo Maior.

Neste sentido, importa também ressaltar as localidades próximas da fronteira dotadas de fortificação do lado de Castela, que se podem observar neste mapa de Albernaz I. Assim, novamente no sentido Sul-Norte, temos próximas da fronteira as seguintes praças: Villanueva del Fresno, Cheles, Alconchel⁶²⁶, Valverde de Leganés, Telena, Badajoz, Lobón e Villar del Rey.

Podemos considerar que a proteção das localidades mais próximas da fronteira entre Portugal e Castela, e por isso, mais expostas às incursões de portugueses e castelhanos, de um e de outro lado da fronteira, era essencial para fixar nas localidades o

⁶²⁰ *Carta da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura, João Teixeira Albernaz e Lucas Vosterman, 1644.* BND: <http://purl.pt/918/3/> (consult. 4 mar. 2017).

⁶²¹ O autor Duarte da Cunha Pernes, indicou que as primeiras campanhas surgiram precisamente no Alentejo, sendo que em 1644, “os castelhanos concentraram uma notável força militar em Badajoz”. Duarte da Cunha Pernes, *O Mercúrio Português...*, p. 23. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 2 (Carta da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura, João Teixeira Albernaz e Lucas Vosterman, 1644 [detalhe])**, p. 301.

⁶²² “*Está esta freguesia na Provincia do Alentejo, e no Arcebispado de Évora*”. ANTT, Memórias Paroquiais de Reguengos, Monsaraz, 1758, Vol. 31, N.º 56, f. 315.

⁶²³ Juromenha está cercada pelo Rio Guadiana. Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 43. Cf. morfologia do terreno de Juromenha apresentada por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae = Nos Confins de Portugal – Cartografia militar e identidade territorial*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2009, p. 55.

⁶²⁴ “*Esta a cidade de Elvas na Provincia do Alentejo, confinando com o Reyno de Castela da parte do Oriente (...). Se avista a villa de Albuquerque do Reyno de Castella, também praça fortificada e forte, e dista da dita cidade sete legoas. Avistase também a cidade de Badajoz, Reyno de Castella, e Capital da Provincia da Estremadura, também praça fechada e forte, e dista desta Cidade de Elvas tres legoas; e a Aldeya de Tellena do termo de Badajoz, junto ao Rio Guadiana, duas legoas distantes desta Cidade. Tambem se avista a Villa de Olivença, pertencente a este Reyno de Portugal, quatro legoas distante desta Cidade, Praça muito forte*”. ANTT, Memórias Paroquiais. Freguesia de São Pedro, Elvas, 1758, Vol. 13, N.º 14b (E), ff. 121-122.

⁶²⁵ “*Fica na porvinçia de Alentejo, Bispado de Elvas, tem freguesia e termo próprio (...). Está Barbacena cituada em Campino e se descobrem della, pella parte do nacente, Albuquerque terra de Castella, que dista seis legoas a villa de Arronches, que dista tres legoas; pelo norte a cidade de Portalegre, que dista seis legoas, a villa de Monforte (...), que dista duas legoas*”. ANTT, Memórias Paroquiais de Barbacena, Elvas, 1758, Vol. 6, N.º 26, ff. 157-160.

⁶²⁶ Alconchel está apenas situada a duas léguas de distância da praça-forte de Olivença, pelo que representava um posto estratégico para controlar o inimigo castelhano. Hierónimo Mascarenhas, *Campaña de Extremadura del año 1662, 1671*, BNE, MSS/MICRO/9154, f. 7. Moisés Cayetano Rosado, “Red Extremeño-Alentejana de ciudades Abaluartadas”, in Eloy Martos Núñez, Alberto Martos García (coord.), *El Patrimonio Cultural: Tradiciones, Educación y Turismo*, Cáceres, Puertas a la lectura 20/21 – Universidad de Extremadura, 2008, p. 86.

maior número possível de habitantes, para assegurar a continuidade das explorações agrícolas para que não houvesse falta de mantimentos em tempo de guerra e para garantir o recrutamento dos exércitos⁶²⁷, mantendo-se um considerável controlo do território⁶²⁸, tanto de um lado da fronteira como do outro⁶²⁹. Contudo, segundo Julián Garcia Blanco, as fortificações não obedeceram propriamente a esta motivação de proteção dos habitantes, mas sim à necessidade de controlo do território e defesa em relação à entrada do inimigo. Por exemplo, do lado castelhano, a fortificação de Villar del Rey dificultava a entrada dos exércitos portugueses provenientes de Campo Maior; mas em Telena o objetivo era assegurar a exploração dos campos mais próximos, e as localidades de La Albuera, Talavera la Real e Valverde de Leganés eram importantes para garantir a defesa de Badajoz⁶³⁰, face à praça-forte⁶³¹ portuguesa de Olivença⁶³².

Na verdade, a maioria das fortificações castelhanas no início do conflito estavam projetadas apenas para pequenas campanhas e ficaram praticamente arrasadas quando foram atacadas por tropas portuguesas dotadas de artilharia mais forte. Foi o exemplo das localidades de Valverde de Leganés⁶³³, Telena, La Albuera, Higuera de Vargas⁶³⁴, Alconchel, Villanueva del Fresno, Villar del Rey, La Roca e Montijo, entre 1643 e 1644, aquando das ofensivas portuguesas.

Neste contexto, dediquemo-nos à forma como se apresentava a defesa do lado castelhano da fronteira, essencial para percebermos as estratégias militares levadas a cabo pelos portugueses na província do Alentejo. Destacam-se as áreas circundantes de

⁶²⁷ Lorraine White efetua um ótimo levantamento das forças militares da Extremadura castelhana e da província do Alentejo durante o período da Guerra. Lorraine White, “Guerra y revolución militar en la Iberia del siglo XVII”, in *Manuscrits*, N. 21, p. 82.

⁶²⁸ “A quantidade de armas e o seu armazenamento foram prioridade do Estado, para além dos mantimentos para as guarnições”. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 46.

⁶²⁹ Fernando Cortés Cortés, “Extremadura espanhola, 1640-1668: Concelhos e cargos concelhios face aos alojamentos militares”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, p. 105.

⁶³⁰ Hierónimo Mascareñas, *Campana de Extremadura del año 1662*. BNE, MSS/MICRO/9154/ BNE, VE/62/23., f. 38v.

⁶³¹ Entende-se por praça-forte uma praça “*cercada por fossos, reparos, & baluartes*”, que se destinam a compensar as condições naturais de defesa do terreno. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez...*, vol. IV, p. 184.

⁶³² Julián Garcia Blanco, “Las poblaciones del corregimiento de Badajoz durante la Guerra de la Restauración”, *VIII Jornadas de Historia em Llerena*, p. 159.

⁶³³ “*Chega o Exercito a villa de Valverde, aquartelasse pera lhe dar combate (...). Bate nossa gente a villa de Valverde acha resistência (...). Entregasse o Inimigo*”. João Salgado de Araújo, *Sucessos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castella. Com geografias provinciais, e Nobreza delas*, Lisboa, Imprensa de Paulo Craesbeck, 1644, ff. 186-196v.

⁶³⁴ “*Tomasse a villa de Figueira de Vargas*”. *Idem*, ff. 212v-213.

Badajoz, nomeadamente La Albuera, Talavera, Telena, Valverde de Leganés e Villar del Rey, pois era nestas localidades que mais incidiam os ataques portugueses⁶³⁵.

As funções defensivas de La Albuera e Talavera estavam bem determinadas: essas praças permitiam que entrassem em Badajoz o suplemento de homens e os mantimentos necessários em tempo de guerra. Como tal, requeriam uma defesa apropriada. Embora a praça de La Albuera tenha sido arrasada por um ataque português em 1643, beneficiou posteriormente de uma pequena construção de campanha que circundava a sua igreja.

Por outro lado, Talavera beneficiou de uma fortificação mais imponente, dotada de fossos. As suas obras foram reforçadas na sequência do ataque português a Badajoz em 1658. A sua guarnição também foi aumentada, tendo-se até considerado que as tropas aquarteladas e os vizinhos desta localidade participassem nos reparos da fortificação com o objetivo de estar apta a defender-se de ataques surpresa dos portugueses⁶³⁶. Esta fortificação possuía planta quadrada, com baluartes e fossos como defesas intermédias, e tendo como entrada apenas duas portas: a porta de Lobón, situada na direção este, e a porta del Fuerte, no outro extremo da fortificação, em direção à ponte velha. O exército português tentou tomar esta localidade a 1 de setembro de 1658, atacando a praça de surpresa e não tendo grande dificuldade nos ataques ofensivos, dominando a igreja e o seu reduto, e o convento das Carmelitas Descalças⁶³⁷. Tendo a praça à mercê, tendo-lhe ateado fogo, as tropas portuguesas tiveram que a deixar por ter notícia de que o exército castelhano se dirigia a Olivença, com artilharia e munições⁶³⁸, para daquele posto atacar as praças vizinhas, entre as quais Elvas.

Em relação à localidade de Telena, sabemos que no início da contenda não tinha capacidade defensiva para proteger eficazmente os seus habitantes nem as localidades que lhe eram próximas. Aliás, a localidade foi de facto despovoada, dada sua proximidade com a fronteira, sendo um dos primeiros alvos do exército português⁶³⁹.

Em maio de 1645, o capitão-general do exército de Extremadura, Diego Mesía Felpez de Guzmán (1590-1655), marquês de Leganés, deu ordem para que se fortificasse Telena, com o objetivo de se controlarem as entradas do exército português. Foi

⁶³⁵ Segundo Felicísimo García Barriga, desde o início do conflito que as ameaças de ataque dos portugueses se mostraram um grave problema para as localidades da Extremadura castelhana. Felicísimo García Barriga, “Sociedad y Conflicto Bélico...”, p. 33.

⁶³⁶ *Sobre a fortificação de Talavera la Real*. BNE, MSS/2.386, f. 22-24.

⁶³⁷ Luís Menezes, *História de Portugal Restaurado*, Porto, Livraria Civilização, 1946, vol. III, p. 126.

⁶³⁸ *Idem*, p. 128.

⁶³⁹ María Dolores Gómez-Tejedor Cánovas, “Aportaciones sobre Telena”, in *Primeiras Jornadas Ibéricas de Investigadores de Ciencias Humanas y Sociales*, Diputación Provincial de Badajoz, 1987, p. 449.

necessário lançar impostos extraordinários para se conseguir um terço do valor de custo da obra, agravando as finanças em Castela, aumentando a insegurança pelo empobrecimento das gentes, em vez da segurança da fronteira. Mas a fortificação de Telená iria trazer alguns benefícios, pois se tivesse uma defesa eficaz, iria permitir o controlo de movimentos do exército português, impedindo que este avançasse para além daquela parte da fronteira, e evitando o assalto dos campos em redor da fortificação⁶⁴⁰. Desta forma, em novembro de 1645 iniciaram-se as obras desta fortificação, sendo que o marquês de Leganés conseguiu lograr o seu objetivo de defesa em apenas doze dias⁶⁴¹. Segundo uma carta do citado marquês para a Junta de Guerra⁶⁴², o forte construído circundava a igreja do local e, embora fosse vulnerável, servia para primeira defesa. Contudo, de tão instável que era a obra, as chuvas desmantelaram-na, obrigando a obras de reparação em 1646. Estas não se puderam executar, pois em 15 de setembro desse ano (1646), o exército português comanda pelo governador da província do Alentejo, Matias de Albuquerque (1580-1647), conde de Alegrete⁶⁴³, atacou Telená⁶⁴⁴.

*“Entramos em Castella para sitiarmos o forte de Telená, com tão poucas noticias do inimigo, que so o imaginávamos com tres ate quatro mil infantes, e mil, e oitocentos cavallos. Constava o nosso Exercito de sete mil, e duzentos infantes, e mil, e trezentos cavallos, persuadiamonos que o inimigo nos veria a impedir a passagem de Guadiana, e assim marcharão de vanguarda para tomarem o passo mil mosqueteiros de todos os terços a ordem dos Sargentos mores dos terços, do Mestre de Campo Dom Sancho Manoel, e Francisco de Mello, acompanhavaos toda a Cavallaria, e nesta forma se tomou o passo, e chegando o Exercito que marchava bem formado em batalha passou todo”*⁶⁴⁵.

Sem que os portugueses tivessem danificado grandemente o forte, pois apenas iniciaram a estacada numa das zonas da sua muralha⁶⁴⁶, e embora havendo homens suficientes para resistir, o governador da praça de Telená rendeu-a ao exército português. Contudo, no dia 18 do dito mês de setembro, quando os portugueses se preparavam para

⁶⁴⁰ Julián Garcia Blanco, “Las poblaciones...”, p. 164.

⁶⁴¹ Luís Menezes, *História de Portugal...*, p. 123.

⁶⁴² A Junta de Guerra criou-se em 1645, pelo marquês de Leganés para assistência dos assuntos militares e de fortificação na Extremadura. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra en el Suroeste de Badajoz durante la segunda mitad del siglo XVII”, in *O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2014, p. 87.

⁶⁴³ Foi governador de armas da província do Alentejo em 1641, e depois entre 1643 e 1646.

⁶⁴⁴ *Sobre um ataque efetuado a Telená, em Setembro de 1646*. BNE, MSS/2.377, ff. 23v, 235.

⁶⁴⁵ *Relação da tomada do forte de Telená e recontro dos Exercitos junto ao mesmo lugar*. 26 de setembro de 1646. BNE, *Relações Manuscritas de Portugal desde anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 76v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 84**, pp. 99-101.

⁶⁴⁶ *Ibidem*.

voltar à fronteira, o exército castelhano vindo de Badajoz e chefiado pelo marquês de Molliguén derrotou os portugueses, fazendo com que estes abandonassem Telena apressadamente, sem conseguir o intuito de destruir o forte. Ainda assim, o exército português conseguiu dismantelar dele tudo o que tinha, nomeadamente peças de artilharia. Posteriormente, Molliguén ordenou que se reconstruísse o que restava do forte:

“Rendido o forte nos retiramos todos ao quartel, e o Conde de Alegrete General se resolveo em desmantelallo, sem parecer de nenhum cabo, que era o que nos prejudicava a retirada, porque com o forte guarnecido, não tinha a retirada nenhum perigo. Emfim desmatelouse, e tirouselhe tudo o que tinha, que de tudo tinha muita, em que entravão duas pessas de artilheria de bronze muito boas de dose libras, huma que havia sido nossa da ponte, e outra sua; E passado aquelle dia, em que o inimigo se havia aquertelado com o seu exercito pouco mais de tiro de canhão do nosso, pareceo a todos, que nos retirássemos pois se havia feito a facção, que nos obrigara a passar aquella parte, e que o Exercito não era capaz de passar adiante, nem havia sido nossa tenção outra, que render Telena, e tornar a Portugal; alem de que também nos obrigava a fazello, termos o inimigo tão vezinho e tão poderoso na sua terra”⁶⁴⁷.

Se Telena era considerada uma localidade de fácil acesso para os portugueses, Valverde de Leganés era vista como uma localidade estratégica de defesa para Castela. Através desta localidade, os castelhanos controlavam o flanco de Olivença, podendo controlar a saída e entrada de exércitos na dita localidade. Além disso, permitia a defesa a sul de Badajoz. Valverde de Leganés era também o ponto estratégico de saída das tropas castelhanos para atacar Olivença e de controlo para atrapalharem as obras de fortificação efetuadas pelos portugueses em Olivença e Elvas⁶⁴⁸.

Apesar do seu aproveitamento estratégico e de controlo, Valverde de Leganés era muito moroso de fortificar, devido à grande irregularidade do seu terreno. Desta forma, os castelhanos optaram por construções separadas, adaptadas ao terreno, materializando-se em três fortes, circundados por padraços, que lhes permitia uma defesa eficaz⁶⁴⁹.

Em 28 de outubro de 1641, o exército português tomou de assalto esta localidade, não conseguindo conquistar a fortificação. Mas uma vez que não se melhoraram as suas fortificações desde esta data, em setembro de 1643 o exército português facilmente tomou a praça. Auxiliado por meios canhões de Olivença, com reforço do conde de Óbidos, conquistou praça e, posteriormente incendiou-a. Aos 27 dias de outubro de 1643, os

⁶⁴⁷ *Idem*, f. 77.

⁶⁴⁸ Julián García Blanco, “Las poblaciones...”, p. 166.

⁶⁴⁹ Sancho de Guzman, *Relaçõ de lo que se a obrado en la frontera de Portugal en el exercito de Badajoz desde que el Tirando Duque de Bergança se corono por Rey hasta mayo de mil seiscientos i quarenta i ocho*, BNP, Cód. 11.358, f. 15. Fernando Cortés Cortés, “Esquilando a la población...”, p. 20.

portugueses arrasaram as suas trincheiras e a fortificação ficou completamente destruída⁶⁵⁰.

Por fim, temos a localidade de Villar del Rey, que sofreu ataques por parte dos portugueses desde o início da guerra (1640)⁶⁵¹. Esta localidade tinha a sua própria guarnição e servia de base para a partida do exército castelhano que seguia para Portugal. Em setembro de 1642, temos notícia de que estava a ser alvo de obras para reforço defensivo⁶⁵², que constavam de um recinto fortificado exterior e de um reduto ao redor da igreja⁶⁵³. Em 21 de maio de 1644, sofreu grande ataque do exército português liderado por Matias de Albuquerque, tomando a praça.

“Mandou nosso Governador intimidar aos da praça se rendessem a bom quartel tinhaõ scincoenta infantes pagos avendose achado o dia a derão com setecentos, & duas tropas de cavalos, & assi se renderão, & entregarão a praça, mas primeiro fizeram alguma defensão, na qual morrerão três do inimigo, dous nossos, foi o lugar saqueado, & assolado”⁶⁵⁴.

Ordenou-se que se incendiasse a praça, ficando a defesa da localidade reduzida ao reduto da igreja e apenas a algumas trincheiras situadas nas suas portas. Posto isto, em 1645, Filipe IV ordenou que se fortificasse novamente, por ser uma mais-valia para Castela em termos de localização estratégica. Desta forma, devia-se projetar uma fortificação inexpugnável, pois era comum a entrada de portugueses em Villar del Rey. Não bastaria a construção de fortificações de campanha⁶⁵⁵ que, por terem fraca duração⁶⁵⁶, pouco resistiriam. Concluiu-se que seria inútil qualquer obra que se fizesse se a fortificação não fosse de grande envergadura e apta a defender-se do fogo inimigo. Isto pressupunha custos elevados e, por esse motivo, as obras demoraram a avançar. Eram necessários, inicialmente, cerca de 20.000 ducados, dinheiro esse que não era possível despender na fortificação. Além disso, como era frequente a invasão portuguesa, para a

⁶⁵⁰ Julián Garcia Blanco, “Las poblaciones...”, p. 167.

⁶⁵¹ *Relaçam verdadeira da entrada, que o exercito castelhano fez nos campos, & olivae da cidade d’Elvas, & de como o General Martim Affonso de Mello o fez retirar, & os nossos saquearaõ a Villar del Rey, 1642.* Biblioteca da Ajuda [BA em diante], 55-III-12 (5).

⁶⁵² Fernando Cortés Cortés, *El Real Ejército de Extremadura em la guerra de restauración de Portugal (1640-1668)*, Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 1985, p. 68; Julián Garcia Blanco, “Las poblaciones...”, p. 167.

⁶⁵³ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos feitos...*, f. 195.

⁶⁵⁴ João Salgado de Araújo, *Sucessos militares...*, f. 227v-228.

⁶⁵⁵ Sobre a questão das fortificações de campanha, Cf. Abel V. Villacorta, *Nociones de fortificaciones de campaña*, Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Carvantes, 2012.

⁶⁵⁶ Juan Carrillo de Albornoz y Galbeño, “La fortificación abaluartada de la frontera”, in *III Jornadas Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional*, Universidad de Salamanca, 2007, p. 24.

segurança dos seus trabalhadores era necessário contratar-se uma força militar durante as obras que decorressem na fortificação e igualmente uma força militar na própria localidade.

Dados os custos, o marquês de Leganés resolveu que seria melhor optar por uma estratégia estritamente ofensiva⁶⁵⁷. Ou seja, em vez de se investir na defesa da localidade de Villar del Rey, o exército castelhano atacaria diretamente Campo Maior e Olivença. Tal decisão prende-se com o facto de, conquistando estas praças-fortes, os castelhanos deixariam de sentir o perigo iminente dos ataques dos portugueses a Badajoz e localidades que lhe estavam próximas, pois estas duas localidades portuguesas eram de localização estratégica. Assim, se Olivença e Campo Maior estivessem em mãos castelhanas, o exército português teria de partir de praças mais afastadas da fronteira para desenvolver ataques em território inimigo, não se podendo resguardar nestas duas localidades em caso de emergência, ficando completamente exposto aos ataques castelhanos.

Este foi um dos métodos adotados pelos castelhanos durante o conflito: não era necessário fortificar a fronteira⁶⁵⁸ para defender a mesma dos ataques portugueses, ou gastar orçamentos em fortificações, se poderia optar-se pela guerra ofensiva e direta, conquistando praças-fortes portuguesas. Era uma política oposta à dos monarcas portugueses e dos governadores da província do Alentejo. Em Portugal, optou-se pela fortificação concentrada da fronteira alentejana. Através de pontos-chave, umas fortificações auxiliavam as outras. Eram uma defesa não ofensiva, e com um pensamento comunitário, pois as defesas de todas as localidades estavam unidas e a lutar pelo mesmo propósito. Por este motivo, se construíram ou reforçaram fortificações perto da fronteira, e outras mais afastadas, como foi o caso de Évora e Beja. Todas tinham um papel importante na província do Alentejo. Mais adiante explicaremos o modelo unificado de defesa do Alentejo pelo qual se regeu o reino de Portugal durante o conflito. Esta questão estratégica deve-se, naturalmente, ao número superior de soldados de que Castela dispunha em relação a Portugal.

⁶⁵⁷ Apenas em 1665, se voltou a considerar prioridade a fortificação de Villar del Rey. O Duque de San Germán pretendia controlar a entrada do exército português e defender as localidades junto à fronteira, nomeadamente Albuquerque, de onde vinham mantimentos para Villar del Rey. Cáceres, Mérida, Medellín, Montánchez, Puebla de la Calzada e Montijo, contribuíram monetariamente para as obras na fortificação de Villar del Rey. Julián García Blanco, *Las fortificaciones de Badajoz durante la Guerra de la Restauración de Portugal (1640-1668)*, Badajoz, Aprosuba-3, 2001, p. 120; Julián García Blanco, “Las poblaciones...”, p. 169. *Sobre Ejército de Tierra*. Instituto de Historia y Cultura Militar, ES.28079.AGMM/32, Colección Aparici, Tomo XXVI, f. 181; *Carta de Felipe IV, Rey de España, a Cáceres, em 1655, para que fortifique Potua y Villar del Rey*. BNE, MSS/430, ff. 659v-660;

⁶⁵⁸ *Sobre o Ejército de Tierra...*, f. 103.

Importa ainda refletir nas alterações da geografia da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura tendo por base a cartografia.

Após o mapa de Albernaz I de 1644, estas duas regiões foram apresentadas num mapa figurativo da obra *Francia interessada con Portugal en la separacion de Castilla con noticias de los intereses comunes de los Principes y Estados de Europa*⁶⁵⁹, editado em Paris, no mesmo ano⁶⁶⁰. A presença do referido mapa nesta obra prende-se com o facto de a França ter interesse nas ações diplomáticas e propagandísticas contra Castela⁶⁶¹, uma vez que “*la Corona de Castilla ha sido sempre emula, y enemiga de la de Francia; porque aunque se celebraron entre ambas diversas vezes inviolables Pazes, jamas llegaron a tener, ni aun aparência de Treguas, y solo se podian llamar suspensiones de Armas publicas, y continuaciones de Armas secretas*”⁶⁶².

Segundo Joana Fraga, a França tinha interesse em destabilizar a monarquia castelhana, tendo assinado um pacto com a Catalunha em 30 de outubro de 1640 que proibia os catalães de efetuar ofensivas a França e os obrigava a abrir os seus portos a favor desta última⁶⁶³. Por Portugal ser adversário de Castela, França aliou-se ao primeiro, prometendo apoio militar⁶⁶⁴.

O mapa apresentado expressa a importância do Alentejo⁶⁶⁵ e das campanhas de maio de 1643 empreendidas por João de Vasconcelos e Sousa (1???-1658), 2.º conde de Castelo Melhor⁶⁶⁶, na Extremadura. É possível ler-se a seguinte legenda no mapa: “*El exercito del Serenissimo Rey de Portugal Don Juan el 4 com cerca de veinte mil Hombres de guerra, en menos de des mezes de Campaña, entrando por Olivença en la Estremadura*

⁶⁵⁹ Antonio Moniz de Carvalho, *Francia interessada con Portugal en la separacion de Castilla con noticias de los intereses comunes de los Principes y Estados de Europa*, Paris, Officina de Miguel Blageart, 1644, f. não numerado. Indicado no artigo de João Carlos Garcia, “As razias da Restauração – Notícia sobre um mapa impresso do século XVII”, in *Cadernos de Geografia*, Coimbra, FLUC, 1998, N° 17, pp. 43-44. Cf. João Garcia, Miguel Nogueira, “Os Sermões da Restauração (1640-1668): Um exercício cartográfico”, in L. Ramos, J. Ribeiro, A. Polónia (coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2001, vol. 1, pp. 475-488.

⁶⁶⁰ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 3 (Alentejo e Extremadura, autor desconhecido [1644])**, p. 302.

⁶⁶¹ Daniel Oliveira de Carvalho, “Francia interessada con Portugal...”, p. 21.

⁶⁶² Antonio Moniz de Carvalho, *Francia interessada...*, f. 1.

⁶⁶³ Vanda Anastácio, “Conflitos e contactos na Ibéria: as relações entre Portugal e a Catalunha em 1640 nos ‘papéis’ da Restauração”, in Tobias Brandberger, Elisabeth Hasse, Lydia Schmuck (orgs.), *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*, Tübingen, Calepinus Verlag, 2008, pp. 59-85.

⁶⁶⁴ Joana Fraga, “Revoltas da monarquia hispânica (1640-1647) no contexto europeu...”, pp. 135-136.

⁶⁶⁵ A província do Alentejo “*es por todas las partes fortificada*”. Antonio Moniz de Carvalho, *Francia interessada...*, f. 6.

⁶⁶⁶ Governou as Armas da Província do Alentejo entre 1645 e 1646.

*dentro en Castilla, rendio, y sugetó todas las plazas, que estan por números em esta carta segun el orden dellas*⁶⁶⁷.

Embora não tenha sido atribuído um título a este mapa, observamos que este representa a faixa fronteiriça do Alentejo, entre Moura e Elvas, e da Extremadura, entre Payomogo e Badajoz. Em destaque temos o curso do rio Guadiana, apresentando-se com uma seta a sua direção, sendo que na sua margem direita apenas se localiza Elvas. Apresentam-se ainda no seu trajeto as pontes de Olivença e de Badajoz. É interessante observar a preocupação que o autor teve em indicar que Moura, Mourão e Olivença, pertenciam a Portugal, por forma a efetuar a demarcação das localidades no mapa, que por se situarem na margem esquerda do Guadiana, se poderiam confundir como localidades pertencentes a Castela.

E, tal como indicado pelo autor do mapa, as localidades castelhanas que se renderam ao exército português entre setembro e novembro de 1643 foram, por ordem de cerco: as já citadas praças de Valverde de Leganés cercada e ocupada, e Tena atacada pelas tropas de D. Vasco de Mascarenhas (1605-1678), conde de Óbidos; posteriormente, as tropas de Matias de Albuquerque ocuparam Abuera, Almendral, La Torre de Miguel Sesmero e Alconchel⁶⁶⁸; foram queimadas e conquistadas as praças de Higuera de Vargas⁶⁶⁹, Cheles, Villanueva del Fresno⁶⁷⁰ e, por fim, a 9 de outubro de 1643, o conjurado António de Melo de Castro⁶⁷¹ atacou Paymogo vindo com as suas tropas de

⁶⁶⁷ Antonio Moniz de Carvalho, *Francia interesada...*, f. 6.

⁶⁶⁸ Indica-se que Alconchel possuía grandiosa fortaleza, bem como “*un Castillo, que es el más poderoso, y fuerte de la Extremadura, tanto por la eminencia del sitio, y aver sido fundado em Rochaviva, como por el arte a que es perfectamente reduzido: Deffendiallo el Marquez de Castro fuerte, que de su fortaleza tenia el nombre, más poco le aprovechò el titulo, ni la fuerça, porque aometidole el exercito com resolucion, y valor, fue entrada la villa, y luego, puesto el sitio al Castillo, y viendo que aunque le batian con gruesos cañones, de dia, y de noche, no se le podia hazer ruina alguna, con una generosa impaciência, no pudiendo sufrir las dilaciones, le envistieron los Portugueses, tan temerariamente, que a tiro de mosquete com los cercados, dandosse continuas baterias, se arrojaron a escalar las murallas, y pudo tanto esta resolucion, y el daño que recibio com ella el enemigo, que pedio quartel, y se rindio a favorables condiciones, com que salieron los vezinos de la Villa, y despues salio el Marquez de Castro fuerte com los presidiários que tenia*”. *Idem*, f. 73v.

⁶⁶⁹ Esta localidade possuía “*un poderoso, y fuerte Castillo defendido por Don Gabriel de Silva, y Vargas, cavallero de grande Casa, y qualidade, y aunque tenia el Castillo artillado, y prevenido, le rendio a las armas de Portugal, sin querer experimentar el daño que tubieron los cercados en Alconchel*”. *Idem*, f. 74.

⁶⁷⁰ Esta villa possuía “*dós murallas, con primeira, y segunda retirada, y um fuerte Castillo com otras dós, deffendiallo Don Francisco Gueldres, Ministro de valor, y de experiencia de guerra: Fueron tomadas las primeras entradas de la Villa, y luego la batieron, y al Castillo com cañonaços grandes, y continuadas baterias, hizieronsele minas, y duró el sitio solos dies dias, al fin de los quales se entregaron a partido la Villa, y fortaleza*”. *Ibidem*.

⁶⁷¹ Era administrador colonial, tendo sido um dos conjurados aquando da Aclamação da independência, em dezembro de 1640. Nicolau da Maia de Azevedo, *Relação de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto, & poderoso Rey Dom João o IV, nosso senhor, cuja monarquia prospere Deos por largos annos*, Lisboa, à custa de Lourenço de Anveres e na sua oficina, 1641, f. 16.

Beja, ficando Paymogo em ruínas após ser incendiada pelos portugueses⁶⁷². O autor acrescenta ainda a informação de que: “*las villas, y castillos, de Alconchel*⁶⁷³, *Figueira de Vargas*⁶⁷⁴, *Villa Nueva del Fresno*⁶⁷⁵ *quedaron sustentadas, fortificadas, y presidiadas por su Magestad de Portugal, y todas las demás quedaron arruinadas por tierra*”⁶⁷⁶. Ao retirar-se, o exército português deixou as praças conquistadas guarnecidas, com o objetivo de a partir delas continuar posteriormente os ataques a praças castelhanas que lhes ficavam próximas⁶⁷⁷. Podemos observar que o mapa está centrado no espaço castelhano, alvo dos ataques do exército português. Claramente, as forças portuguesas regiam-se pela estratégia de isolar Badajoz, primeiro a partir do sul, e posteriormente pelo norte, onde se iriam efetuar os ataques nos anos seguintes.

Segundo Lorraine White, as ofensivas de 1643 pautaram-se por objetivos débeis em relação à proximidade das localidades de fronteira, por se efetuarem com base em improvisos que aproveitavam a situação de fragilidade das defesas castelhanas. O exército português abandonou Valverde de Leganés ainda nesse ano de 1643, depois de demolir as suas fortificações, e em 1646 abandonou Villanueva del Fresno⁶⁷⁸, após ter reforçado a sua defesa por traça de Cosmander:

*“Para que nas fortificações de Villanova del Fresno, e Alconchel se trabalhe com o acerto que convem, e pede a segurança, e conservação dellas, vos encomendo muito e encarrego, que juntandovos logo com o Padre João de Cosmander ajusteis com elle as plantas, do que parecer se deve obrar nas mesmas fortificações, e o que por vos, e elle, se acordar, fareis se execute muito pontual e inteiramente, e com a brevidade que, como vos he prezente, he necessário haja”*⁶⁷⁹.

Além das referidas conquistas alcançadas pelo exército português, D. João IV continuou a requerer o levantamento de mapas atualizados da fronteira portuguesa com

⁶⁷² Paymogo era um lugar “*grande, y de mucha riqueza, y el primero, que por aquella parte tenia el Duque de Medina Sidonia, fortificado com buena artilleria, y 300 infantes pagados*”. Antonio Moniz de Carvalho, *Francia interessada...*, f. 74v.

⁶⁷³ “*Mandó luego Su Magestad de Portugal presidar, fortificar, y guarnecer la Villa, y fortaleza, que ou con los Portugueses, que la deffenden quedará inexpugnable, y victoriosa*”. *Idem*, f. 73v.

⁶⁷⁴ Mandou-se “*fortificar y presidar la placa, y el Castillo, por ser su fortaleza importantissima, y por darse las manos con Alconchel*”. *Idem*, f. 74.

⁶⁷⁵ “*Esta placa quedó fortificada, y guarnecida por Portugal, y em ella se alcançaron muchissimos, y ricos despojos*”. *Ibidem*.

⁶⁷⁶ *Ibidem*.

⁶⁷⁷ Os portugueses tinham o intento de continuar com as hostilidades na seguinte Primavera. Rafael de Jesus (Frei), Manuel Lopes de Almeida, *Primeiro volume da 18ª Parte da ‘Monarchia Lusitana’*, Coimbra, BGUC, 1985, vol. II, p. 60.

⁶⁷⁸ Lorraine White, “Estrategia geográfica...”, p. 82.

⁶⁷⁹ *Carta de D. João IV para Dom João da Costa, sobre Cosmander fortificar Villa Nueva del Fresno e Alconchel*. 12 de novembro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 132. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 34**, p. 57.

Castela. Assim, o historiador e geógrafo francês Nicolas Sanson d'Abbeville (1600-1667) elaborou um mapa de Portugal⁶⁸⁰ em 1654, dividindo o território em duas partes, a *Parte Septentrional do Reyno de Portugal*, e a *Parte Meridional do Reyno de Portugal*. Foquemo-nos nesta última, que apresenta a configuração do Alentejo restaurado⁶⁸¹.

Tal como se pode verificar na *parte Meridional*, nas áreas de fronteira a representação das linhas de água é feita com grande pormenor, apresentando o Alentejo elevada concentração de cursos de água. Sanson d'Abbeville assinalou ainda as pontes que permitiam a travessia dos rios. Além disso, representou simbolicamente as localidades mais importantes da época através de um conjunto de três casas, e as restantes com uma casa ou círculo.

Contudo, pode verificar-se que a única novidade que o mapa de Sanson d'Abbeville nos traz é precisamente a configuração do reino. Isto porque o autor parece ter recorrido a trabalhos anteriores, tais como os dos cartógrafos portugueses Fernando Álvaro Seco, editado em 1561, e Pedro Teixeira Albernaz I (1595-1662), editado depois de 1644, e o do gravador holandês Juan Schorquens (1595-1634), c. 1617-1630, acrescentando e apagando pormenores⁶⁸². No entanto, Sanson d'Abbeville deu mais importância à representação dos rios, sendo de destacar a passagem do rio Guadiana, e seus afluentes, que atravessam as localidades fortificadas na província do Alentejo.

Desta forma, o autor identifica como rios os seguintes afluentes do Guadiana: rio Limas, afluente pela sua margem direita, em Serpa; rio Candra, afluente pela sua margem esquerda, em Beja; o rio Ardila, afluente margem direita, em Moura; o rio Alcaraque, afluente pela margem direita em Mourão; o rio Degebe, afluente pela margem esquerda em Évora; o rio Fregamanhos, afluente em Monsaraz; o rio de São Bento, afluente pelo lado esquerdo de Olivença; os rios Pandais e Acequia, afluentes em Juromenha; o rio Lucafre, afluente pelo lado esquerdo em Vila Viçosa; os rios Algar e Serva, afluentes da margem esquerda em Campo Maior, Ouguela e Arronches.

⁶⁸⁰ Segundo Luís Moreira, este mapa terá surgido como um instrumento de propaganda política por parte de D. João IV, “na tentativa de se afirmar, perante o público português e europeu”, como legítimo herdeiro do trono luso. Luís Moreira, “Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654”, in *Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, 2017, Vol. XXII, N.º 1.193, p. 5.

⁶⁸¹ Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB em diante): <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350> (consult. 2 ago. 2020). Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 4 (Parte Meridional do Reyno de Portugal, Nicolas Sanson d'Abbeville – 1654)**, p. 303.

⁶⁸² Luís Moreira, “Divulgar a Restauração...”, p. 9.

Sanson d'Abbeville também ilustrou as irregularidades do terreno. Podemos observar que Serpa, Estremoz, Vila Viçosa, Campo Maior, Ouguela, Arronches⁶⁸³ e Marvão são localidades situadas em elevações, embora de cota distinta.

Esta mesma irregularidade já era possível de observar no mapa *Descripcion del reino de Portugal (c. 1596-1630)*, da autoria do mencionado gravador holandês Juan Schorquens, aquando da sua serventia à coroa castelhana⁶⁸⁴. Em ambos os mapas, a irregularidade do terreno é representada por pequenos montes, sendo mais pormenorizada no mapa de Schorquens⁶⁸⁵.

O historiador Francisco Bilou publicou recentemente um mapa do fundo da Bibliothèque Nationale de France, correspondente ao troço do rio Guadiana entre Juromenha e Mourão, da autoria de Nicolau de Langres, datado de 1656⁶⁸⁶. Segundo o próprio autor, a planta apresenta limitações a nível cartográfico, efetuando uma leitura fisiográfica genérica do território. Mas, pelos seus detalhes, o local terá sido inspecionado na sua extensão completa, pois trata dos afluentes do rio, das suas retortas, azenhas, portos e localização de moinhos de água, pormenorizando a Várzea da Ordem, junto a Juromenha, denominada de Várzea Redonda a partir do século seguinte⁶⁸⁷. O engenheiro militar representou ainda as atalaias e os fortins situados nas duas margens do rio, destacando-se o fortim denominado de porto das Carretas no local das Ferrarias, construído numa das principais passagens das tropas e mantimentos, possível apenas em determinados meses do ano. Desta forma, este mapa é relevante para a época em estudo, por indicar pequenas construções militares nas duas margens do rio (fortins e atalaias)⁶⁸⁸, bem como os locais mais propícios de passagem das tropas, tais como os portos de “*São João, das 4 Carretas, do Caneiro, de Dom Diego, de Val das Egoas, de Miguel Jorge, de Maruto, dos Asudes, da Serva, dos Angarilho, do Perdigoa, dos Arieiros e o do Moinho de Brás Panilho*”⁶⁸⁹.

⁶⁸³ “*Esta villa de Arronches esta situada pela parte do Norte, em alguma elevação por cauza da Ribejra, que a cerca, athé a parte do meijo dia, e da outra parte fica quazi em campo razo*”. ANTT, Memórias Paroquiais de Arronches, 1758, Vol. 5, N.º 18, f. 664.

⁶⁸⁴ Cf. Vol. II, Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 5 (*Descripcion del reino de Portugal [c. 1596-1630], Juan Schorquens*), p. 304.

⁶⁸⁵ Luís Moreira, *Cartografia, Geografia...*, p. 53.

⁶⁸⁶ *Partie du cours du Guadiana/ Este Mappa setirou por oden das Noi Joanne Mendes de Vascoallos Tenente generale de sua Magestade do anno 1656 pello Tenente general Niculas de Langres*. BNF – GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53065084w.r=C-5329?rk=21459;2> (consult. 17 jul. 2021).

⁶⁸⁷ Francisco Bilou, “Entre Mourão e Olivença: O Guadiana em 1656 por Nicolau de Langres”, p. 116, 120. Dialnet (consult. 8 set. 2021).

⁶⁸⁸ *Idem*, p. 121, 123.

⁶⁸⁹ *Partie du cours du Guadiana/ Este Mappa setirou por orden das...*

Também o cartógrafo português Pedro Teixeira Albernaz I elaborou um mapa de Portugal, mas estando ao serviço da coroa castelhana, antes de 1662⁶⁹⁰. Este mapa, intitulado *Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera* era, até 1749, o levantamento mais detalhado relativamente aos nomes das localidades, segundo afirmou João Baptista de Castro⁶⁹¹.

No referido mapa, podemos observar que os limites de Portugal e Castela foram definidos por uma linha amarelada e tracejada, com o intuito de efetuar uma delimitação propositada da fronteira. Se dúvidas subsistissem, este cartógrafo delimitou bem que as praças-fortes de Serpa, Moura, Mourão e Olivença pertenciam a Portugal. Além disso, o relevo das localidades da zona fronteiriça é mais evidente quando comparado com os relevos do mapa apresentado por Sanson d'Abbeville, em 1654. O relevo é apresentado por montes em perspetiva e as praças imponentes do Alentejo dotadas com uma pequena planta de fortificação. Tal como d'Abbeville, Albernaz identificou também alguns afluentes do rio Guadiana. Nomeadamente o rio Limas, em Serpa, afluente do rio pelo lado direito; o rio Candra, em Beja, afluente pelo lado esquerdo; o rio Caia, entre Elvas, Campo Maior⁶⁹² e Arronches, afluente pelo lado esquerdo do rio; e também afluente pelo lado esquerdo e o rio Gébora em Portalegre⁶⁹³. Desta forma, podemos verificar que há cursos de água que uns cartógrafos identificavam e outros não.

Tendo em conta a preocupação da delineação da fronteira entre Portugal e Castela, delimitando-se as linhas de água e a representação de algumas das fortificações do Alentejo, é de supor que este mapa de Albernaz I tenha sido elaborado como um mapa estratégico para servir os interesses do exército castelhano, antes da sua divulgação oficial em 1662. Do lado do Alentejo, o cartógrafo identificou as fortificações de Évora⁶⁹⁴,

⁶⁹⁰ Cf. Vol. II, Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 6 (*Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera*, Pedro Teixeira Albernaz, <1662>, p. 305.

⁶⁹¹ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, 1749, Parte IV, p. 141.

⁶⁹² Nicolau de Langres indica que a fortificação de Campo Maior foi construída “entre Elve et Oguella et distance de Badajoz de trois de litries a Elve, deux et d’Oguella, une et d’Aroncha, quatre de l’une a l’autre de ses plans ily a beau et plain chemin pour l’artillerie, infanterie et cavallerie, cette place est entre la Riviche du Xeura et Caia”. *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 7. BPN-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/17> (consult. 9 jan. 2017). Lorraine White, “Estrategia geográfica...”, p. 68. Antónia Fialho Conde, “Roteiro 1. O Alentejo na Memória dos Viajantes”, in *Atlas Mercator – Rotas de Mercadores e Centros de Comércio no Mediterrâneo*, Lisboa, Sete Caminhos, 2008.

⁶⁹³ Cf. Vol. II, Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 7 (*Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera*, Pedro Teixeira Albernaz, <1662 [pormenor da provincia do Alentejo e Extremadura]), p. 306.

⁶⁹⁴ Évora, Estremoz e Vila Viçosa eram tidas como praças que serviam de retaguarda à defesa de Elvas, relativamente à praça-forte de Badajoz. Moisés Cayetano Rosado, “Red Extremeño-Alentejana...”, p. 86.

Olivença⁶⁹⁵, Vila Viçosa, Estremoz, Elvas, Campo Maior⁶⁹⁶, Arronches e Portalegre⁶⁹⁷. E, do lado castelhano, as praças-fortes de Badajoz, Albuquerque, Valencia de Alcántara e Alcántara⁶⁹⁸. Sabemos que, além destas praças-fortes, também se destacaram os confrontos bélicos nas fortificações de Moraleja⁶⁹⁹, Brozas⁷⁰⁰ e Alconchel⁷⁰¹.

Segundo Fernando Cortés Cortés, o inimigo teria conhecimento das estratégias delineadas pelo exército português, em termos de atuação, movimentos e composição numérica por localidades, “*ao mesmo tempo que se divulga o conhecimento da Geografia do território inimigo*”⁷⁰². Desta forma, não são coincidência as representações já mencionadas referentes a algumas das praças-fortes do Alentejo.

1.1. Fugas e traições em ambos os lados da fronteira

O Alentejo era a província mais vulnerável em Portugal, dada a sua extensão e planura, possibilitando fácil acesso aos castelhanos, como vimos frisando. Segundo María José Rodríguez Trejo, se “*convertían a las fronteras y a los fronterizos en los principales escenarios y protagonistas del conflicto*”⁷⁰³. Além disso, no âmbito do conflito, os castelhanos tentavam atingir a capital do reino português, de Madrid a Lisboa⁷⁰⁴, sendo

⁶⁹⁵ A praça-forte de Olivença efetuava correspondência direta com a localidade castelhana de Alconchel. Olivença foi representada por Lorenzo Possi no seu *Atlas de Fortificaciones de España y Portugal*, em 1687. *Ibidem*. Carlos Sánchez Rubio, Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Níñez, “El Atlas Medici de Lorenzo Possi y su relación con Villa Viçosa”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, p. 284.

⁶⁹⁶ Campo Maior defendia ofensivas vindas de Albuquerque. Moisés Cayetano Rosado, “Red Extremeño-Alentejana...”, p. 86.

⁶⁹⁷ Portalegre estava em linha de defesa no Alentejo, em relação a Alcántara, Brozas e Valência de Alcántara. *Ibidem*.

⁶⁹⁸ Estas localidades castelhanas, juntamente com Jerez de los Caballeros e Moraleja, foram representadas por Lorenzo Possi no seu *Atlas de Fortificaciones de España y Portugal*, em 1687. *Ibidem*. Carlos Sánchez Rubio, Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Níñez, “El Atlas Medici...”, p. 284.

⁶⁹⁹ Moisés Cayetano Rosado indica que não restam vestígios desta fortificação. Moisés Cayetano Rosado, “Red Extremeño-Alentejana...”, p. 86.

⁷⁰⁰ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

⁷⁰¹ Segundo Cayetano Rosado, na Extremadura castelhana destacaram-se as fortificações de Moraleja, Alcántara e Badajoz e o castelo-palácio de Brozas, tendo todas elas deficientes defesas. O castelo roqueiro de Albuquerque e o de Alconchel não chegaram a usufruir de defesas “*à moderna*”. Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones de Alentejo y Extremadura ante la candidatura a Patrimonio Mundial”, in *Callipole – Revista de Cultura*, 2017, N.º 24, pp. 81-82.

⁷⁰² Fernando Cortés Cortés, *Espionagem e contra-espionagem numa guerra peninsular, 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 20-23.

⁷⁰³ María Rodríguez José Trejo, “La Guerra de Restauración...”, p. 559.

⁷⁰⁴ Cf. Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones de la frontera del corredor Madrid-Lisboa en los dibujos de Pier Maria Baldi”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, pp. 209-240. João Campos, “A fronteira pré-Vauban...”, pp. 253-254.

através da praça-forte de Badajoz que se estipulava este intento⁷⁰⁵. Como tal, o exército castelhano seguiria sempre caminho lógico e estratégico pelo Alentejo⁷⁰⁶.

Sem embargo, a própria definição de fronteira é complexa. A fronteira está conotada por limites naturais, tais como rios e montanhas, como referimos anteriormente⁷⁰⁷, e por limites elaborados propositadamente pelo Homem, pontuados estrategicamente por fortificações e atalaias de vigia.

Durante o período filipino incentivou-se à permeabilidade da fronteira, encontrando-se esta quase estabilizada. Ao contrário, na época da Guerra da Restauração, entendeu-se a fronteira como linha separadora de dois reinos. Note-se que a mobilidade de pessoas entre um e outro lado da fronteira passou a ser controlado, sendo até proibido atravessar a fronteira para evitar a espionagem⁷⁰⁸. Contudo, por mais controlo que existisse, eram frequentes as travessias durante a noite, quando a vigilância na fronteira baixava a guarda ou não detetava casos suspeitos, sendo que por vezes os indivíduos alegavam fazerem parte dos membros do correio, ou incorporando-se no meio das tropas, ou simplesmente conseguiam passar sem ser notados. Além dos espiões, também pessoas comuns ou soldados fugidos conseguiam por vezes passar de um lado ao outro da fronteira⁷⁰⁹. De facto, atos de traição foram bastante comuns durante o decorrer da guerra, principalmente no seu início, pois ainda havia soldados portugueses a favor dos castelhanos, tanto vivendo em Portugal, como estando em Castela, e sucedia o mesmo por parte dos castelhanos.

O conflito foi permanentemente dominado pela desconfiança e traição, porquanto vivia-se um período de intensa instabilidade política, não se sabendo em quem se poderia depositar confiança. Os letrados tiveram de optar por apoiar ou o rei natural, D. João IV, ou o rei jurado, Filipe IV⁷¹⁰. Quanto à nobreza, subindo D. João IV ao poder, os apoiantes do monarca castelhano foram prontamente afastados da Corte, consolidando-se os

⁷⁰⁵ Juan Caro del Corral, “La Baja Extremadura durante la Guerra de la Restauración de Portugal (1640-1668)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2014, Tomo LXX, N.º 1, p. 246.

⁷⁰⁶ Segundo Joseph Lee, “nenhuma região expressa de forma tão evidente a necessidade de controlar e vigiar os movimentos vizinhos, como a região do Alentejo”. Joseph Lee, *Arquitetura e domínio: a fortificação de Juromenha como caso de estudo* (Tese de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Évora, 2016, p. 52.

⁷⁰⁷ Ricardo Fonseca Santana, *A circulação de “gentes” e “cousas” entre Portugal e Castela nos séc. XIV e XV* (Dissertação de Mestrado em História Medieval), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019, p. 36.

⁷⁰⁸ Cf. Fernando Cortés Cortés, *Espionagem...*

⁷⁰⁹ Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration...”, p. 382.

⁷¹⁰ Lucas Moraes Souza, “O pensamento político por de trás da restauração portuguesa e o reinado de D. João V: a Razão de Estado na repressão à sublevação de Vila Rica de 1720”, in *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal, julho 2013, p. 4.

apoiantes do monarca como uma nova fação da nobreza, desempenhando funções políticas e de apoio ao governo do novo monarca⁷¹¹.

Procurou-se a união de todos os portugueses, no sentido da consolidação do poder do monarca. No início da guerra, muitos dos apoiantes de Filipe IV passaram a fronteira para Castela⁷¹², ainda com alguma autonomia, mas rapidamente o círculo apertou, verificando-se ao longo da guerra algumas fugas dos dois reinos, que punham em causa a segurança da fronteira alentejana⁷¹³.

Salientemos uma carta de um soldado castelhano que vivia em Portugal, datada de 7 de fevereiro de 1641, na qual indicava que daria a sua própria vida para servir o monarca castelhano, tendo conhecimento de que também outros soldados portugueses seguiriam a sua opção⁷¹⁴.

Por outro lado, D. João IV enfrentou desde o início do seu reinado uma situação bastante conturbada, sofrendo duas tentativas de assassinato⁷¹⁵. A primeira ocorreu em 28 de julho de 1641, e foi empreendida pelo marquês de Vila Real, D. Luís de Noronha e Meneses (1570-1641) e pelo seu filho, o duque de Caminha, D. Miguel Luís de Meneses (1614-1641), juntamente com o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos e Noronha (1586-1641)⁷¹⁶. Foram capturados e executados por ordem real em agosto de 1641. O falecimento do arcebispo trouxera ao monarca vantagens financeiras, “*por via da utilização oportuna de rendas das dioceses sem bispo*”⁷¹⁷.

Anos mais tarde, em 20 de junho de 1646, o fidalgo expatriado português Domingos Leite Pereira (16??-1647) tentou assassinar o monarca na procissão do Corpo de Deus, vindo de Badajoz. Não conseguindo o seu intento e tendo oportunidade de fugir, voltou a tentar no ano seguinte, sendo capturado⁷¹⁸ e executado a 21 de agosto de 1647⁷¹⁹.

⁷¹¹ Por outro lado, D. João IV proibiu a saída para o estrangeiro de numerário e de produtos essenciais, fixando preços e exigindo o regresso daqueles que estavam fora do Reino, sob pena de lhe serem retirados os seus bens. Luís Reis Torgal, “Restauração e ‘Razão...’”, p. 164.

⁷¹² Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 112.

⁷¹³ Dulce Simões, “Fronteras estatales...”, p. 3.

⁷¹⁴ Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration...”, p. 382. *Carta sobre a devoção de um soldado castelhano e soldados portugueses, nas causas de D. João IV*. 7 de fevereiro de 1641. AGS, EST/LEG/2614, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 8**, p. 39.

⁷¹⁵ Nuno Lemos Pires, “Guerra global portuguesa...”, p. 341.

⁷¹⁶ Por deverem os seus cargos e títulos à coroa castelhana, pretendiam que o governo do reino de Portugal voltasse para Filipe IV. Luís de Menezes, *História de Portugal...*, 1945, Tomo I, p. 299. Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 111.

⁷¹⁷ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 159.

⁷¹⁸ Ribeiro Meneses, *Relaçom do Assassino intentado por Castella, contra a Magestade delRey D. Joao IV, Nosso Senhor, & impedido miraculosamente*, Lisboa, 1647. BNE, R/24289(2), ff. 177-184.

⁷¹⁹ *Idem*, f. 182.

Tornara-se, entretanto, essencial promover regras que se fizessem respeitar na fronteira, entre as quais a recolha dos soldados que se tivessem ausentado, devendo regressar aos seus postos nas praças correspondentes. Em março de 1642, o Conselho de Guerra salienta que “*com segurança de que por esta ves, se lhes perdoa a culpa que cometerão com declaração que não o fazendo, no termo que se lhes signalar, se executara nelles a penna que merecerem*”⁷²⁰.

No entanto, a passagem de castelhanos a Portugal poderia aproveitar-se como estratégia para o monarca português. Temos o exemplo de Brás Botelho que em outubro de 1643 passou a fronteira da Extremadura para o Alentejo, considerando o Conselho de Guerra que este poderia ser de utilidade, “*pelos particulares notiças que tem das couzas do inimigo, e inteligências com que a esse respeito se acha para as facções que contra elle se quizerem intentar*”⁷²¹. Ordenou-se inclusive, que lhe fosse dada “*huma tropa de Cavallos, para ser caudilho delle, e que esta somente de seus amigos, que segundo a informação que se me deu, de seu séquito, são muitos os que o querem seguir*”⁷²².

Além disso, a travessia da fronteira também decorria por motivos pessoais. Francisco de Castilho, outro soldado castelhano, em junho de 1646 atravessou a fronteira para o Alentejo para fugir de uma sentença por homicídio em Castela⁷²³.

Outro caso evidente foi o de João Soares Vivas, Gonçalo e João de Barros, que em setembro de 1646, atravessaram a fronteira do Alentejo para a Extremadura. Na sequência do seu desaparecimento foi efetuada uma vistoria à sua habitação, elaborando-se um inventário para se detetar qual o motivo da traição a Portugal. De facto, não deixaram vestígios, apenas se sabe que tinham em seu poder joias e dinheiro, barris de vinho, talheres e roupas⁷²⁴.

Dois meses depois, temos o caso de um soldado holandês que servia o exército castelhano, e que conseguiu passar a fronteira para se instalar na praça de Olivença. O

⁷²⁰ *Decreto do Conselho de Guerra sobre ordenar aos fronteiros que fação publicar todos os soldados se recolhão a seus postos, e se lhe perdoa a culpa.* 15 de março de 1642. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 2, doc. 37. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 17**, pp. 47-48.

⁷²¹ *Decreto do Conselho de Guerra sobre a vinda de um castelhano Bras Botelho para o Alentejo, podendo aproveitar-se este como estratégia de defesa.* 13 de outubro de 1643. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 3, doc. 163. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 30**, p. 55.

⁷²² *Ibidem.*

⁷²³ *Carta sobre Francisco de Castilho, Castelhana de nação que se passou a este Reyno.* 10 de junho de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 25-25v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 65**, pp. 84-85. Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, p. 382.

⁷²⁴ *Carta sobre Joam Soares Vivas, e outros que se passarão a Castella.* 4 de setembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 97-98. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 76**, p. 92. Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, pp. 382-383.

governador de armas da província do Alentejo, Matias de Albuquerque, procedeu prontamente ao envio de patrulhas para esta praça com o objetivo de se efetuar o reconhecimento das táticas que o inimigo estava a planear para efetuar os seus ataques, uma vez que este soldado holandês poderia perfeitamente ser um espião⁷²⁵.

Em junho de 1647, um português de nome Jorge Manuel atravessou a fronteira para Badajoz, sob o pretexto de que iria recolher informações sobre o estado de prontidão do inimigo, devendo voltar logo de seguida a Portugal. No entanto, não tendo sido efetivamente incumbido desta tarefa, o mais provável era que este indivíduo estivesse antes a favor dos castelhanos e a ceder informações sobre os exércitos portugueses. Desta forma, os vigilantes da fronteira do Alentejo foram avisados pelo governador da dita província, Martim Afonso de Melo, para não permitirem o seu regresso⁷²⁶.

Entretanto, a 27 de outubro de 1648, um prisioneiro português que havia sido capturado pelos castelhanos e obrigado a servir o marquês de Legánes, escapou de Badajoz, conseguindo chegar à praça de Elvas. Este informou a guarnição da praça de que o dito marquês estava dececionado com o fracasso das suas tropas nos acontecimentos do Alentejo, prometendo que iria esforçar-se por conquistar Olivença. O dito prisioneiro tinha conhecimento de que se haviam juntado duzentas tropas estrangeiras aos castelhanos e que mais estariam para chegar, tendo como objetivo assolar o Alentejo.

Note-se que também muitos soldados portugueses fugiam para a Extremadura, apesar de em 8 fevereiro de 1646, o monarca ter decretado expressamente a proibição de os seus vassallos se ausentarem do reino, independentemente da sua “*calidade, condição, estado*”⁷²⁷.

Até ao final de 1648, haviam fugido cerca de 12 soldados das companhias do comissário general holandês Alexandre Vanhatherm e do capitão holandês Gerardo Vaninguen⁷²⁸, que vieram auxiliar o exército português, comandando tropas estrangeiras.

⁷²⁵ *Carta sobre vários avizos que vierão do Inimigo*. 3 de novembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 137-139v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 87**, pp. 102-103. Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, p. 383.

⁷²⁶ *Carta do Governador Martim Afonso de Melo Sobre dom Jorge Manuel que se acha em Castella não poder entrar em Portugal pelas Fronteyras do Alentejo*. 7 de junho de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 210v-211. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 102**, pp. 112-113.

⁷²⁷ *Alvará de D. João IV a proibir que as pessoas se ausentem do Reino, sem prévia licença sua por escrito*. 8 de fevereiro de 1646. BNE, R/22448(36), f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 59**, p. 80.

⁷²⁸ Cf. *Carta de Martim Afonso de Melo a D. João IV a informar que o capitão holandês, Gerardo Vaninguen quer “desmontar” os soldados estrangeiros que tem na sua companhia porque estes fogem*

Ao chegarem a Badajoz, por norma eram-lhes dados cavalos e passagem para a Catalunha⁷²⁹.

Em fevereiro de 1649, o número de fugitivos aumentou desmesuradamente, levando a medidas preventivas urgentes. A maioria das fugas resultava do facto de muitos portugueses serem recrutados para servir nas possessões ultramarinas sob domínio português. Não querendo partir para os territórios ultramarinos, viam a fuga para a Extremadura como uma alternativa⁷³⁰.

Na opinião do governador Martim Afonso de Melo, o monarca português deveria decretar que estes indivíduos, bem como aqueles que teriam o intento de agir da mesma forma, deveriam ser degredados para os territórios ultramarinos como punição. Em sua opinião, não era seguro para o reino que indivíduos com estes atos permanecessem em Portugal, pela facilidade com que iriam para a Extremadura e se aliariam ao inimigo, tornando-se seus espões⁷³¹.

Desta forma, verificamos que no início de 1649 a situação na fronteira não havia melhorado, estando o reinado do monarca português constantemente ameaçado. Note-se, eram comuns os delitos e os crimes cometidos pelos próprios homens de guerra alistados na fronteira, que deveriam zelar pela sua defesa; eram constantes as confusões que causavam pela insatisfação que sentiam em virtude da necessidade de mobilização constante e por falta de apoio financeiro. Em parte, os auditores das províncias não apelavam às sentenças dos crimes cometidos, pelo que D. João IV ordenou que, a partir de janeiro de 1649, os crimes cometidos por estes homens fossem da competência do Conselho de Guerra, que os deveriam julgar⁷³², por forma se controlar a situação de retaliação na fronteira focando a prioridade nas questões da guerra propriamente dita.

para Castela dizendo que estão feitas pazes entre Holanda e Castela. 17 de julho de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 1018, f. 225.

⁷²⁹ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos, em que avisa fogem muitos soldados estrangeyros para Castella.* 23 de janeiro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 192v-193. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 96**, pp. 109-110. M. G. Carvalho, *Vitoriosos sucessos das armas de Joam O IV nas Fronteiras da Beira & Alentejo no mez de Outubro de 1648.* Lisboa, Opusculos Varios, 1648, f. 397v.

⁷³⁰ *Carta do Governador Martim Afonso de Melo, em que dá notícia de como vão fugindo os soldados das fronteiras, mais que nunca.* 10 de fevereiro de 1649. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 653v-654v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 141**, p. 140. Ana Teresa Graça de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, p. 383.

⁷³¹ *Carta do Governador Martim Afonso de Melo em que dá noticia de que veyo para esta Fronteira de Elvas, fugido de Badajos hum moço castelhano chamado D. Luis Queixada.* 17 de agosto de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 248v-249v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 107**, p. 116.

⁷³² *Alvará de D. João IV sobre não se castigarem os homens que cometem delitos nas fronteiras do Reino.* 20 de janeiro de 1649. BNE, R/22448(44), f. não numerados. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 137**, pp. 137-138.

A orientação de D. João IV sobre as entradas em Castela, proibindo-se as incursões de pilhantes portugueses⁷³³, em 1654, fez com que dirigentes militares se opusessem ao monarca, alegando-se as desvantagens em se proporcionar a ação bélica na fronteira. Segundo o general de cavalaria do Alentejo André de Albuquerque (1621-1659), desta forma não se poderia fazer devidamente dano ao inimigo. Além disso, os castelhanos, não tendo restrições, entrariam facilmente nos lugares de fronteira⁷³⁴ e atacariam, além de que detinham maior número de cavalos que os portugueses. As entradas em Castela permitiam anteriormente que as tropas portuguesas adquirissem mais cavalos, porque os pilhavam. Ora, não havendo oportunidade de continuar com a pilhagem em Castela, e estando os pagamentos dos soldados de fronteira atrasados, não havendo entradas através da pilhagem, não haveria a renovação de efetivos⁷³⁵.

Segundo Fernando Dores Costa, esta questão comprova que a “*economia raiana do lado português seria globalmente parasitária da actividade de pilhagem*”, sendo que “*a guerra se tornou um modo de vida ilegítimo*”⁷³⁶.

Por estas questões, desde o início da guerra que a pressão dos acontecimentos levou à urgência de um modelo defensivo eficazmente delineado em ambos os lados da fronteira⁷³⁷, no qual se incluíam as fortificações e os preparativos militares de campanha⁷³⁸, embora verifiquemos que em 1663, quase no fim da guerra, as fugas de soldados continuavam a ser uma constante⁷³⁹. Não diminuindo por, em julho de 1662, D. Afonso VI ter especificado que todos os soldados pagos, de infantaria ou cavalo que tivessem fugido do exército do Alentejo, deveriam voltar. Caso não o fizessem, sendo encontrados teriam pena de morte. Por outro lado, os auxiliares que tivessem fugido, ficariam obrigados a servir no exército como soldados pagos, podendo vir a sofrer o mesmo fim de morte⁷⁴⁰.

⁷³³ Lorraine White, “Guerra y revolución militar...”, p. 76.

⁷³⁴ Cf. Fernando Cortés Cortés, *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 11-88.

⁷³⁵ *Consulta sobre o que o General de Cavallaria do exército de Alentejo escreve em resão da prohibição das entradas em Castella*, 29 de julho de 1654. ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 14, doc. 138.

⁷³⁶ Fernando Dores Costa, “As forças sociais...”, p. 1172.

⁷³⁷ Fernando Cobos Guerra, “Metodología de análisis gráfico de los proyectos de fortificación”, in Alicia Cámara Muñoz (coord.), *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica*, Fundación Juanelo Turriano, 2016, p. 131.

⁷³⁸ Margarida Tavares da Conceição, “Configurando a praça...”, p. 827.

⁷³⁹ *Decreto do Conselho de Guerra determinando que o Conselho passasse os despachos e ordens necessários para o mestre de campo Lourenço de Sousa de Menezes ir à provincia do Alentejo reconduzir os soldados fugidos e ausentes do seu terço*. 15 de março de 1663. ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 22, doc. 28.

⁷⁴⁰ *Bando de 2 de Julho de 1662. Pena de morte aos desertores do Exército de Alentejo*. Lisboa, 2 de julho de 1662. ANTT, Suplemento de Cortes, Mç. 3, f. 259. Publicado por José Justino de Andrade e Silva,

1.2. Reestruturação das fortificações da fronteira e pontos estratégicos

Coube ao Conselho de Guerra, criado em 1640 por D. João IV, planear a reestruturação das fortificações de fronteira, tratando de todos os assuntos ligados ao decurso das suas obras e contratação de técnicos e engenheiros militares⁷⁴¹. Era também da competência deste Conselho determinar sobre a gestão da artilharia para cada uma das praças fortes, como ficou determinado logo em dezembro de 1640.

“Chamense logo ao Conselho de Guerra o Provedor dos Almagens e o Doutor Antonio das Povoas, que fez cobrar as Armas que aquij havia da Coroa de Castela, hordenandolhes que hoje faca cada hum Relação da artelharia, armas, pólvora e monições que tem, se vejão no Conselho, e se consulte com toda a brevidade o que parecer sobre o modo em que se devem repartir, suppondo que o Conde do Vimioso, que nomej por Capitão Geral há de hir logo a defender as fronteiras de Alentejo; adonde há perto de duas mil armas que estavam no Castello de Villa Viçosa”⁷⁴².

Além deste Conselho, também intervieram o Conselho Ultramarino e a Junta das Fortalezas para se determinar o imperativo dos planos defensivos e ofensivos durante a guerra⁷⁴³.

A par destes órgãos de defesa, também os governadores de armas das províncias tiveram papel de suma importância durante toda a guerra⁷⁴⁴. Estes controlavam o inimigo através de espias contratados para o efeito, o que lhes permitia obter informações referentes a cada praça e intervir nos projetos de fortificação. Neste sentido, era necessário requererem apoio monetário para os mesmos, e comparecerem em situações de conflito nas praças-fortes da sua jurisdição. Tinham ainda a obrigação de dar conta de todos os acontecimentos ao monarca e ao Conselho de Guerra.

Desta forma, as necessidades deste período deram origem à definição de pontos estratégicos na província do Alentejo, com prioridades diferenciadas, quer pela sua

Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1675-1683 e Suplemento à Segunda Série 1641-1683, Lisboa, Imprensa de J. J. A., 1854-59, p. 258.

⁷⁴¹ Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 24.

⁷⁴² *Decreto do Conselho de Guerra chamando ao Conselho de Guerra o provedor dos Armazéns e o Dr. Antonio das Povoas, cobrador das Armas de Castela, e ordenando-lhes que relacionassem a artilharia, armas, pólvora e munições, e o Conselho se pronunciasse sobre o modo de as repartir, supondo que o Conde de Vimioso, capitão-geral, ia defender as fronteiras do Alentejo, onde havia cerca de duas mil armas*. 12 de dezembro de 1640. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 1, doc. 2.

⁷⁴³ Fernando Dores Costa indica que eram frequentes quezílias entre o Conselho de Guerra e o Conselho Ultramarino, por em 1643 ter sido concedida ao primeiro ação e deliberação nos domínios extraeuropeus da Coroa. Fernando Dores Costa, “O Conselho de Guerra...”, p. 400. António Paulo Silva Duarte [Coronel], “Para uma Tipologia da Guerra no Século XVII – A Batalha das Linhas de Elvas”, in *Revista Militar*, abril 2006, N.º 2451, p. 289.

⁷⁴⁴ Fernando Dores Costa, “Governadores de armas...”, p. 200.

localização, quer pelo esforço financeiro inerente às obras de fortificação priorizadas⁷⁴⁵. Atendendo à definição da fronteira da época, seguindo a orientação sul-norte, o Alentejo beneficiou de defesas desde Serpa até Nisa, formando um “*sistema completo de oposición y defensa, de amplio protagonismo bélico*”⁷⁴⁶. Esta ação centrou-se nas praças de Serpa, Beja, Moura, Mourão, Monsaraz⁷⁴⁷, Olivença, Juromenha, Évora, Vila Viçosa, Elvas, Estremoz, Campo Maior, Barbacena, Ouguela, Monforte, Avis, Arronches, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide⁷⁴⁸ e Nisa. Pelo número de praças que tiveram intervenções para fazer face às necessidades de defesa neste período, sublinhamos a implantação no terreno de uma “*defesa em profundidade*”, tal como enunciou António Lopes Pires Nunes⁷⁴⁹, uma vez que a defesa das praças era efetuada pelo auxílio entre umas e outras localidades, e os ataques centrar-se-iam mais em determinadas regiões do Alentejo, como à frente iremos analisar.

2. Os engenheiros militares no Alentejo, uma atuação no terreno

Desta forma, à semelhança do que ocorreu no período dos Filipes, mas agora dada a urgência imposta pelos acontecimentos de guerra, recorreu-se novamente ao auxílio de engenheiros militares estrangeiros⁷⁵⁰. Desta vez, não aos mestres italianos, mas aos práticos franceses e holandeses⁷⁵¹, cujos estudos em matéria de fortificação se difundiam grandemente. Além disso, a presença destes engenheiros militares em Portugal para analisarem as áreas geográficas consideradas, à época, como mais vulneráveis, prende-se com a questão da diplomacia de guerra, que anteriormente analisámos, relativamente à importância da união entre Portugal, França e Holanda, relativamente às desavenças militares com Castela. Além disso, Portugal carecia da presença de engenheiros militares,

⁷⁴⁵ Houve “*um esforço financeiro que o governo central teve que suportar através de sacrifícios de todas as classes, e com impostos acrescidos ou desviados para esse fim*”. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 24.

⁷⁴⁶ Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones de Alentejo...”, p. 81.

⁷⁴⁷ Margarida Tavares da Conceição, “A fortificação no contexto da cultura arquitetónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral”, in M. J. Moreira da Rocha (coord.), *História da Arquitetura – Perspetivas Temáticas*, Porto, CITCEM, 2018, p. 202.

⁷⁴⁸ *Ibidem*.

⁷⁴⁹ António Lopes Pires Nunes, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, Estado Maior do Exército, 1988, p. 137.

⁷⁵⁰ Cf. Fernando Dores Costa, “Sobre os militares estrangeiros na Guerra da Restauração”, in Miguel Ángel Melón Jiménez, Miguel Rodríguez Cancho, Isabel Testón Núñez, María Rocio Sánchez Rubio [ed.], *Dinámica de las fronteras em período de conflictos*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2019, pp. 71-86.

⁷⁵¹ Ana Teresa de Sousa, “A Guerra da Restauração...”, pp. 3-4.

uma vez que parte dos engenheiros militares portugueses formados em matéria de fortificação, nesse tempo, estavam a exercer tarefas no Brasil⁷⁵².

Durante o período do conflito, no Alentejo destacaram-se sobretudo os trabalhos de fortificação e os planos de assédio dos engenheiros militares franceses Nicolau de Langres (1644-1665)⁷⁵³, Charles Lassart⁷⁵⁴ e Pierre de Saint-Colombe⁷⁵⁵. Além da influência dos projetos de Jean Gilot⁷⁵⁶ e Joannes Paschácio de Cosmander⁷⁵⁷, seguidores do modelo de fortificação holandês⁷⁵⁸. Moisés Cayetano assinala a importância de Cosmander e de Langres, indicando-os como “*ingenieros de alta capacidad*”⁷⁵⁹. Cosmander é também considerado como uma “*personagem de enorme importância na história militar portuguesa do século XVII*”, atuando como padre jesuíta no Colégio de Santo Antão⁷⁶⁰. Note-se que, em 1644, este engenheiro militar enviou ao Conselho de Guerra de D. João IV os projetos de obras militares para o Alentejo, entre os quais constavam o forte de Santo António, em Évora, e as fortificações de Estremoz, Olivença, Campo Maior, Castelo de Vide e Juromenha⁷⁶¹, mostrando claro interesse e motivação em participar nas obras de defesa destas praças.

⁷⁵² Miguel de Carvalho Brilhante, *Juromenha: A Chave do Guadiana – O Lugar, A Fortificação e o Futuro* (Dissertação de Mestrado em História da Arte), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 24.

⁷⁵³ Segundo Margarida Valla, este engenheiro militar atuou em Portugal entre 1643 e 1660. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 17.

⁷⁵⁴ Chegou a Portugal em 1641, juntamente com um ajudante, Filipe Guitau, tendo sido contratado primordialmente para vistoriar as fortificações. Carlos Luís M. da Cruz, *in* Fortalezas.org – Fortificações.Mundo: http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem&id_pessoa=2192&muda_idioma=PT (consult. 17 mai. 2017).

⁷⁵⁵ Atuou em Portugal entre 1648 e 1663. Margarida Valla, *Os Engenheiros...*, p. 17.

⁷⁵⁶ Veio para Portugal no início da Guerra da Restauração, em 1641, encarregue de inspecionar todas as praças fronteiriças, atuando até 1657. Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental...*, Vol. I, p. 423. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 17. Ana Teresa de Sousa, “A Guerra da Restauração...”, p. 5.

⁷⁵⁷ Possuía formação em Matemática e atuava como engenheiro militar. Entre 1637 e 1641, Cosmander foi mestre de fortificação em Leuven, na Bélgica. No contexto das suas aulas, Cosmander publicou a *Disciplinae Mathematicae Traditae*, em cujo tratado defendia a utilização do ângulo reto para auxiliar o ângulo flanqueante da fortificação. Mas, em questão de ofensiva, poderia dar-se o caso de se ter de abdicar da precisão deste ângulo. Após a publicação desta obra, atuou em Portugal entre 1641 e 1647. Margarida Valla, *Os Engenheiros...*, p. 17. Pedro Henrique Cabral Valadares, *A Tradadística da Arquitetura militar europeia como referência para o Recife fortificado (1537-1654)* [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano], Universidade Federal de Pernambuco, 2014, p. 123.

⁷⁵⁸ Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”p. 381. Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 3: Engenheiros militares estrangeiros e portugueses ativos nas fortificações abaluartadas do Alentejo, durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 250.

⁷⁵⁹ Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones de Alentejo...”, p. 82.

⁷⁶⁰ Miguel de Carvalho Brilhante, *Juromenha: A Chave...*, p. 24.

⁷⁶¹ Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico...*, Vol. I, p. 234.

“Facilitava, & ajudava a estes intentos do Marques João Cosmander, & por outros nomes o Coronel Pascacio, ou Cismaris, como se nomeou em Castella, taõ vario, porèm nelles, como no coração. Era Flamengo vassalo delRey Catholico, o qual hum anno depois da felice aclamação do nosso Monarca veyo a este Reino, & por informarem que era homem sciente em mathematicas, & fortificações o occuparaõ nellas em que mostrou sua arte, & na campanha de 1643 quando ganhamos as praças de Valverde, Alconchel, Vilanova, & animosamente avançava, & fazia avançar em muitas occasioens. Com estes sucessos, & outros, que depois teve, aquerio fama, logrou merces do Rey, do Principe, & senhores Portugueses experimentando em todos muitos, & continuados favores. Contudo em Setembro passado de 647 ou fosse que com bom animo paçasse de Estremòs a Elvas continuar a fortificação que hia obrando, ou com mudado coração, & intentos tratase, sem resaõ de queixa, irse para Castella, foi levado a Badajós por pilhantes Castelhanos, tendo elle largado o comboi que lhe aviaõ dado. E como natural vassalo de Castella, se resolveo fazer guerra a Portugal, tratando com Leganes os modos com que se poderiaõ executar seus intentos, entrar, & render a praça de Olivença, & com consequência outras que se fiquaõ alem de Guadiana”⁷⁶².

Destacamos que tanto Cosmander como Langres, sendo os engenheiros militares mais influentes em todos os trabalhos de fortificação no Alentejo, traíram Portugal, aliando-se ao inimigo, o primeiro em 1648⁷⁶³, e o segundo em 1660⁷⁶⁴.

Cosmander fora capturado em 1648 pelos castelhanos quando se dirigia a Elvas, tendo sido levado para Badajoz (citação supra). Em setembro de 1647, Martim Afonso de Melo mandara-lhe roupa e dinheiro que o dito engenheiro militar tinha pedido⁷⁶⁵.

Tentou negociar-se o seu troco⁷⁶⁶, devolvendo o exército português dois castelhanos, três oficiais de guerra, nomeadamente um tenente de cavalos, um ajudante e um alferes, prisioneiros em Elvas. A troca poderia ser efetuada apenas libertando o conde de Isinguen, que havia sido capturado pelo exército português em agosto de 1645⁷⁶⁷. Apenas por Cosmander se devolveria o dito conde aos castelhanos. Mas sabendo da influência que Cosmander tinha nas fortificações do Alentejo e como militar em campo

⁷⁶² Domingos Lopes Rosa, *Segunda relação mais copiosa da resistência valerosa, que os portugueses do Presídio, & moradores de Olivença fiseram aos Castelhanos na empresa que intentaram aos 18 de Junho deste anno de 1648, & gloriosa victoria, que alcançaram*, 1648, ff. 377-378.

⁷⁶³ Aliou-se ao inimigo após ter sido seu prisioneiro em meados de 1647. *Carta do Governador de Armas da Provincia do Alentejo, Martim Afonso de Melo, sobre a prisão do Coronel Cosmander*. 11 de setembro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 270-271. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 108**, p. 117. Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration...”, p. 385.

⁷⁶⁴ Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico...*, Vol. II, pp. 62-63.

⁷⁶⁵ *Carta (...) sobre a prisão do Coronel Cosmander...* Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 108**.

⁷⁶⁶ Na época, era comum efetuar-se a troca de prisioneiros, com o intuito de obter vantagens na guerra. Cf. a questão das trocas de prisioneiros na Carta de Martim Afonso de Melo sobre a fortificação de Juromenha. Elvas, 23 de outubro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 307v-308. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 115**, p. 120.

⁷⁶⁷ *Papel de Badajoz sobre a prisão do Conde de Singuen*. 28 de agosto de 1645. BNE, *Relações Manuscriptas...*, ff. 38-39v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 53**, pp. 69-71.

de batalha, os castelhanos não cederam a nenhuma das ofertas portuguesas, pretendendo que o engenheiro militar acreditasse que Portugal não teria interesse nele como teria Castela, aproveitando-se para o colocarem a favor da sua causa⁷⁶⁸.

Será já como aliado dos castelhanos que Cosmander empreenderá ataque direto a Olivença, tendo pleno conhecimento da sua fortificação por ter participado nas campanhas de obras, como adiante analisaremos.

À semelhança deste engenheiro militar holandês, também Nicolau de Langres foi capturado pelos castelhanos no início da década de 60, dirigindo a ofensiva contra Juromenha, em maio de 1662, vindo a falecer no cerco a Vila Viçosa, em 1665.

Também o francês Pierre de Saint-Colombe se aliou ao inimigo durante o cerco que levou à rendição de Juromenha, entre maio e junho de 1662, auxiliando na deterioração dos panos de cortina da fortificação⁷⁶⁹.

Segundo Margarida Valla, estes engenheiros militares estrangeiros foram chamados para intervir na urgente refortificação das praças portuguesas por serem considerados, na época, “*peritos na matéria*”, e por conseguinte, “*eram chamados para juntas onde se discutiam os projetos numa perspectiva teórica*”⁷⁷⁰. Precisamente por esses dois motivos, os seus contratos eram periodicamente renovados, enaltecendo-se nos mesmos as suas qualidades em relação à arte de fortificar⁷⁷¹.

Neste sentido, devemos sublinhar também a questão da experiência de guerra adquirida pelos engenheiros militares. Alicia Cámara Muñoz salienta que essa experiência, aliada ao conhecimento prévio do lugar antes de se efetuar um projeto de fortificação, era imprescindível⁷⁷². Por esse motivo, os engenheiros militares eram indicados pelo Conselho de Guerra para que, antes de efetuarem um projeto de fortificação, se deslocarem às praças-fortes para efetuarem uma vistoria; os seus pareceres

⁷⁶⁸ *Carta sobre o troco do coronel Cosmander*. 18 de setembro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 278-279. *Carta em que continua a dar noticias respeitantes a Cosmander*. 6 de outubro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 295v-296. *Carta sobre o troco do coronel Cosmander*. 22 de outubro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 293v-294v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 111, 112, 114**, pp. 118-120.

⁷⁶⁹ Juan Gómez de Blas, *Sucinta relacion del rendimiento de la villa y castillo de Iurumeña, a la obediencia de Su Magestad (que Dios guarde) sucedido viernes nueue de iunio de este Año de 1662*, f. não numerado.

⁷⁷⁰ Segundo a autora, a vinda dos técnicos estrangeiros enalteceu a imagem de Portugal como um reino atualizado à época, representando “*um esforço nacional de obras de fortificação e a rapidez com que nos preparámos para enfrentar o exercito de Castela, deu-nos credibilidade na Europa*”. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, pp. 17, 27.

⁷⁷¹ *Idem*, p. 17.

⁷⁷² Alicia Cámara Muñoz, “La arquitectura militar y los ingenieros de la monarquía española: aspectos de una profesión (1530-1650)”, in *Revista de la Universidad Complutense*, Madrid, 1981, N.º 3, p. 261.

deveriam depois ser remetidos a este Conselho, para se deliberar sobre a efetivação ou não do projeto.

Notemos ainda que o Conselho de Guerra tinha a capacidade de recusar o trabalho dos engenheiros militares, caso considerasse que este não era adequado para a defesa do reino, depois de ouvidos peritos nas matérias. Demos como exemplo um episódio ocorrido em novembro de 1650, quando foi pedida a avaliação de Mateus Vanquerberguen, engenheiro militar holandês, a Luís Serrão Pimentel que, à época, atuava como cosmógrafo-mor do reino, e ao mestre de matemática Tomás Bartono. Ao contrário da avaliação deste último, que considerou que o dito engenheiro “*tinha boa notícia, e experiencia do que pertence ao officio de engenheiro de fortificações*”⁷⁷³, Luís Serrão Pimentel avaliou negativamente o trabalho de Vanquerberguen, que havia sido destacado para trabalhar nas obras de fortificação da fronteira. Segundo Pimentel, este engenheiro tinha moderada informação sobre a prática do exercício de engenheiro, sendo que de teoria não sabia nada. Assim, não lhe deveria ser dada nenhuma fortificação para trabalhar, pois “*sempre obrara confuso na pratica, quem não sabe a especulação*”⁷⁷⁴. Desta forma, caso fosse mesmo necessária a sua assistência em alguma praça forte, este engenheiro deveria assistir juntamente com um engenheiro militar experiente em matéria de fortificação para que aprendesse o que ainda lhe faltava saber sobre a matéria.

Da mesma forma que se avaliavam engenheiros militares negativamente, também se examinavam favoravelmente outros. Neste caso, salientamos os casos de Francisco João da Silva e Jerónimo Velho que, em 1661, foram avaliados também por Luís Serrão Pimentel, pelo engenheiro militar italiano Bartolomeu Zeni (1???-1663)⁷⁷⁵, pelo engenheiro militar francês Cohen e pelo sargento-mor Simão Madeira, este último “*homem bem inteligente das fortificaçoens*”⁷⁷⁶. Os avaliados pertenciam à Aula de Fortificação de Luís Serrão Pimentel, podendo servir como ajudantes de fortificação,

⁷⁷³ *Decreto do Conselho de Guerra sobre o Engenheiro Mateus Vanquerbergen*. 6 de dezembro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 219. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 162**, pp. 163-165.

⁷⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁷⁵ Em 1659, Bartolomeu Zeni trabalhava juntamente com Nicolau de Langres no Alentejo. Participou ativamente na Guerra da Restauração, tendo sido preso pelos castelhanos. Ao compactuar com eles, defendeu Badajoz, onde faleceu em 1663. Leone Andrea Maggiorotti, *Relazioni storiche pra l'Italia e il Portogallo: memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1949, p. 426. Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico...*, Vol. 3, p. 211.

⁷⁷⁶ *Decreto sobre a avaliação que se fez dos discípulos da Aula de Fortificação, Francisco João da Silva e Jerónimo Velho*. 18 de fevereiro de 1661. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 318. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 173**, pp. 176-177.

sendo que “*com as noticias que levão, exercitando a practica na campanha e praças se farão brevemente muito bons engenheiros*”.

3. Linhas de proximidade das praças fortificadas na província do Alentejo e na Extremadura: geografia dos confrontos e implantação do modelo abaluartado

Através do citado mapa de Nicolas Sanson d’Abbeville, de 1654, temos perceção da localização das praças alentejanas que, na época, vieram a usufruir de fortificação abaluartada. Como tal, através da sua representação (**Fig. 10**) podemos traçar linhas de proximidade entre as localidades alentejanas.

3.1. Linhas de proximidade no Alentejo

De sul para norte, temos a representação de Serpa, Beja, Moura, Mourão, Monsaraz, Évora, Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Elvas, Estremoz, Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela, Arronches, Avis, Portalegre, Marvão Castelo de Vide e Nisa (sendo que no mapa as regiões entre Serpa e Évora são representadas como localidades pertencentes a “*Entre Tejo e Guadiana*”, abaixo do Alentejo, distribuindo-se as praças pelas regiões supracitadas).

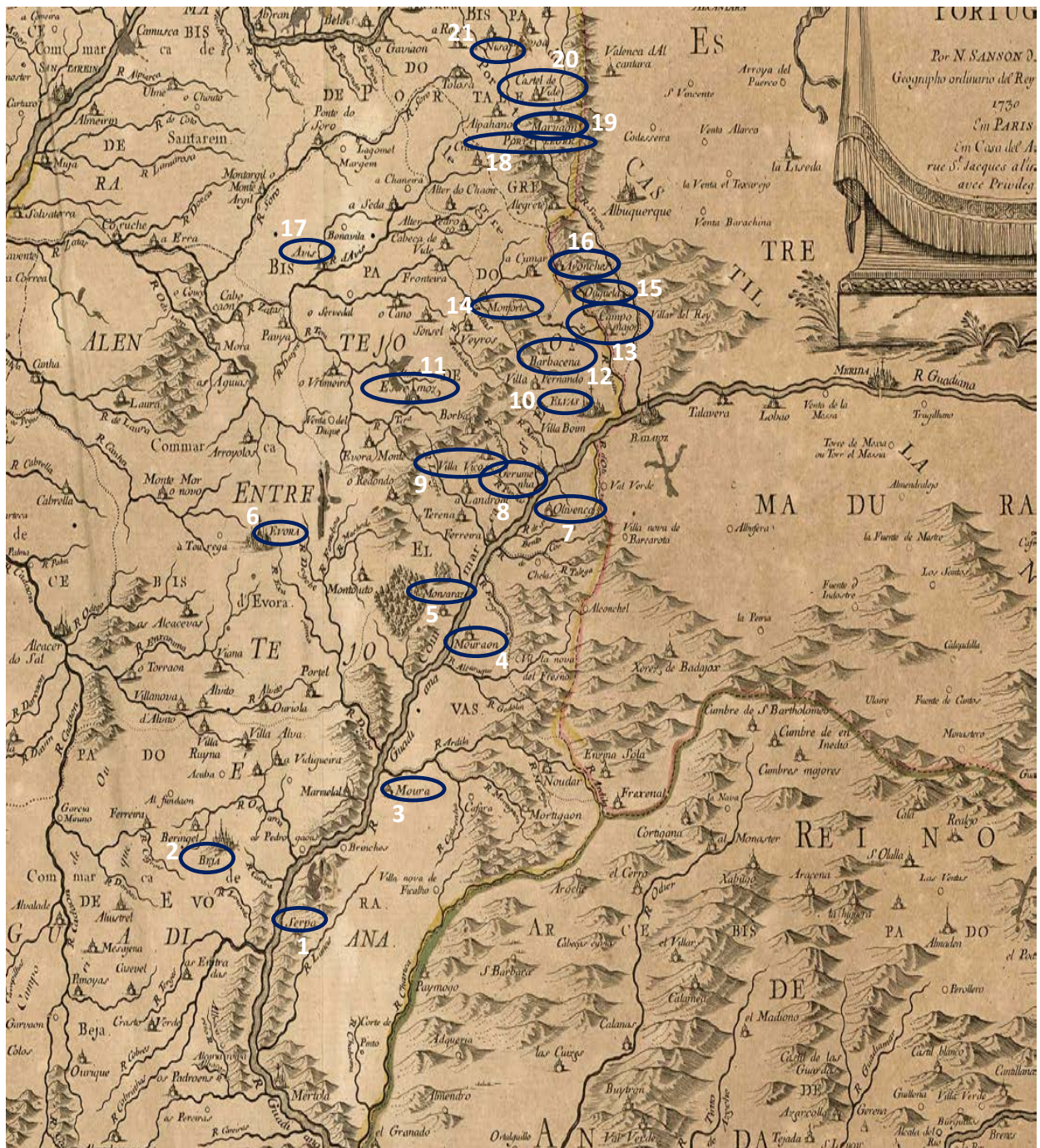


Fig. 10

Praças fortificadas no Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668).

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado] Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:

- | | | |
|--------------|------------------|----------------------|
| 1 – Serpa | 8 – Juromenha | 15 – Ouguela |
| 2 – Beja | 9 – Vila Viçosa | 16 – Arronches |
| 3 – Moura | 10 – Elvas | 17 – Avis |
| 4 – Mourão | 11 – Estremoz | 18 – Portalegre |
| 5 – Monsaraz | 12 – Barbacena | 19 – Marvão |
| 6 – Évora | 13 – Campo Maior | 20 – Castelo de Vide |
| 7 – Olivença | 14 – Monforte | 21 – Nisa |

Das referidas praças de guerra, colocamos a hipótese de estas poderem ser interpretadas como linhas de proximidade à fronteira com a Extremadura (Fig. 11), e com funções distintas, como passamos a expor:

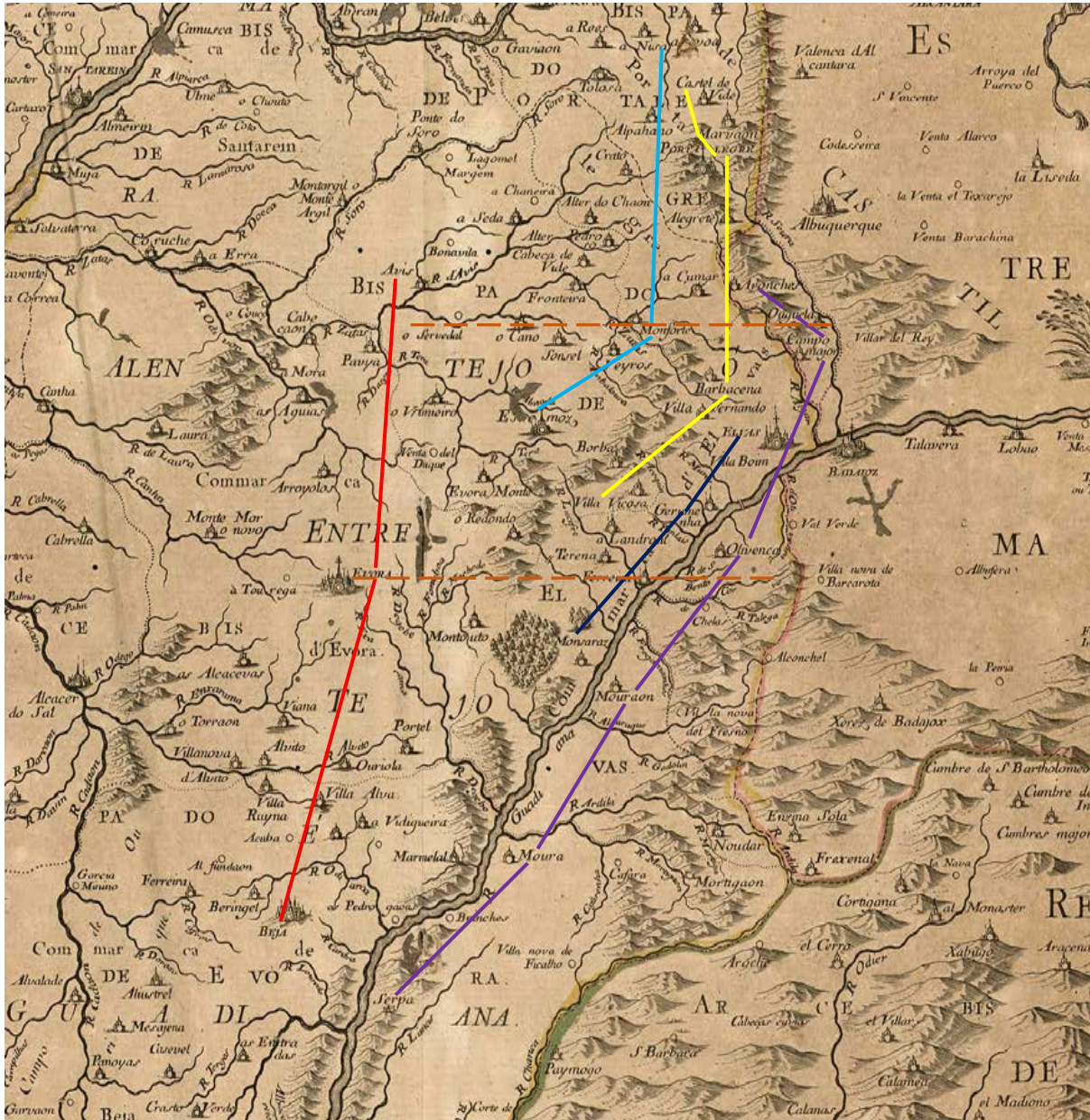


Fig. 11

Linhas de fortificação no Alentejo (orientação sul-norte).

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:

- 1.ª linha - Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela e Arronches —
- 2.ª linha – Monsaraz, Juromenha e Elvas —
- 3.ª linha – Vila Viçosa, Barbacena, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide —
- 4.ª linha – Estremoz, Monforte e Nisa —
- 5.ª linha – Beja, Évora e Avis —

Divisão do Alentejo em termos de estratégia táctica do inimigo castelhano (detinha preferência por atacar as praças centrais) —

Neste sentido, dispomos de uma primeira linha, mais próxima do território castelhano, que engloba as praças-fortes de Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela⁷⁷⁷ e Arronches.

De seguida, destacamos a probabilidade de uma segunda linha de proximidade com a fronteira, da qual fazem parte as praças-fortes de Monsaraz, Juromenha e Elvas.

Dentro da terceira linha de proximidade com a Extremadura, destacam-se as praças-fortes de Vila Viçosa, Barbacena, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide.

Da quarta linha de proximidade à fronteira, fazem parte as praças-fortes de Estremoz, Monforte⁷⁷⁸ e Nisa.

Por fim, já afastadas da fronteira castelhana, mas a desempenhar o papel de defesa de retaguarda, destacam-se as praças-fortes de Beja, Évora⁷⁷⁹ e Avis⁷⁸⁰, que correspondem à quinta linha de proximidade. Aliás, quando se deu o ataque sobre Albuquerque, foi desta última praça que seguiu o fogo de artilharia⁷⁸¹.

Destaque-se que estas linhas de defesa eram essencialmente condicionadas pelo próprio terreno em que se implantavam as praças-fortes. Assim, podemos considerar que a primeira linha de defesa, englobando as praças-fortes de Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela e Arronches, representava uma quase fronteira natural de defesa do reino, cujo terreno é consideravelmente plano até nos aproximarmos de Ouguela. Desde Serpa até à praça-forte de Olivença, destaca-se uma defesa que antecede o curso do rio Guadiana, desempenhando estas praças um papel importante em questões de defesa, porque antecederiam a passagem do rio para terreno plano. Daí o seu papel de destaque, sendo que bem defendidas impediriam a passagem do inimigo para o restante território alentejano.

Para lá desta primeira linha, vemos a defesa reforçada logo após o curso de água do rio Guadiana, correspondendo à segunda linha de praças-fortes, com Monsaraz,

⁷⁷⁷ “Fica esta Villa de Oguella em a provincia do Alentejo, e pertence ao Bispado e Comarca da Cidade de Elvas”. ANTT, Memórias Paroquiais de Ouguela, Elvas, 1758, Vol. 26, N.º 47, f. 371. “Huma grande legoa diante de Campo Maior, e duas legoas distante de Albuquerque terra Castelhana”. José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 57.

⁷⁷⁸ “Na Provincia de Alentejo Bispado da cidade de Elvas e Comarca da Ouvedoria de Villa Viçosa, está situada a Villa de Monforte (...). Está situada em hum alto monte donde tomou o nome (...), o qual monte fica mais levantado para a parte do Norte”. ANTT, Memórias Paroquiais de Monforte, Vila Viçosa, 1758, Vol. 24, N.º 179, ff. 1177-1178.

⁷⁷⁹ Ana Teresa de Sousa, “La frontera del Alentejo...”, p. 102.

⁷⁸⁰ Avis “está cituada em um Monte. Vem-se desta Villa as de Estremoz distante seis legoas (...). Vem-se a cidade de Portalegre, e a villa de Marvão, aquella a dez legoas, e esta a treze”. ANTT, Memórias Paroquiais de Avis, 1758, Vol. 5, N.º 63, f. 925.

⁷⁸¹ *Ibidem*.

Juromenha e Elvas. Depois das praças antecedentes, são estas as que desempenham papel de destaque por reforçarem o impedimento da passagem do inimigo para o interior do território. Se estas praças-fortes da segunda linha fossem conquistadas, os portugueses viam a sua tarefa de defesa vulnerabilizada, pois seria mais difícil controlar os feitos do inimigo, que devastavam, saqueavam e queimavam as povoações pelas quais passavam, localizadas entre as praças-fortes das primeira e segunda linhas, ficando o Alentejo à mercê dos seus avanços e recuos.

Desta forma, a quinta linha de defesa, através das praças-fortes de Beja, Évora e Avis auxiliava diretamente esta segunda linha de praças-fortes, ficando na retaguarda de Monsaraz, Juromenha e Elvas no percurso para Lisboa. Caso o exército inimigo conseguisse ultrapassar a segunda linha de defesa, as fortificações de retaguarda desempenhavam o papel mais importante em território alentejano durante a Guerra da Restauração. Deveriam ser impenetráveis, pois perdidas, devastadas e conquistadas as regiões que as antecediam, estas últimas deveriam assegurar a não penetração do inimigo em direção à Estremadura portuguesa. Neste sentido, dentro desta última linha de defesa, Évora desempenhava o papel principal, sendo que sabemos que foi de facto conquistada pelo inimigo em 22 de maio de 1663, ficando aberto durante cerca de um mês o caminho ao inimigo para se dirigir a Lisboa. Évora foi recuperada pelo exército português no mês seguinte.

As duas primeiras linhas de defesa, juntamente a última linha, representam a defesa do Baixo Alentejo e Alentejo Central. Desta forma, a terceira linha, composta pelas praças-fortes de Vila Viçosa, Barbacena, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, e a quarta linha de defesa, com as praças-fortes de Estremoz, Monforte e Nisa, constituem a defesa no Alto Alentejo.

Na terceira linha de defesa, reforça-se a questão da cadeia montanhosa. As serras e a topografia natural do terreno condicionaram a configuração das próprias fortificações, constituindo uma defesa mais eficaz para impedir a entrada do inimigo castelhano em território nacional. Por esse motivo, estes locais foram reforçados, mas não sofreram tantos ataques como se verificou nos locais onde o território era mais plano, por ser este último um caminho mais fácil e menos moroso ao inimigo. Desta forma, esta terceira linha de defesa era imprescindível aos próprios portugueses para facilitar os ataques mais diretos a Badajoz e localidades que lhe ficavam a norte, tais como Albuquerque, Valencia de Alcántara e Alcántara que, unidas, poderiam definir um posto avançado de defesa ou

ofensa⁷⁸². Por esse motivo, estas localidades precisavam do auxílio da quarta linha de defesa presente no Alentejo, onde as fortificações assentavam em terreno mais plano. Assim, das praças de Estremoz poderiam sair tropas de auxílio a Vila Viçosa e Barbacena em ataques diretos a Badajoz⁷⁸³; e das praças de Monforte e Nisa, poderia auxiliar-se diretamente Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, para ataques a norte de Badajoz.

Assim, podemos considerar que a própria defesa do Alentejo, se divide não apenas “verticalmente” através das linhas de defesa mencionadas, mas também se divide em termos de limites “horizontais”. Existiam nitidamente diferentes áreas de ação. O Baixo Alentejo e o Alentejo Central eram essencialmente alvo de ataques diretos do inimigo. Sobretudo o Alentejo Central era o palco preferido dos castelhanos para as suas estratégias de ataque, isto porque embora existisse a linha de água do Guadiana, o caudal do rio, em determinadas épocas do ano baixava e facilitava a travessia do inimigo e, atravessado este e tendo a força necessária, poderia conquistar as praças-fortes que estivessem no caminho, uma vez que o terreno era plano. Demos como exemplo as circunstâncias de 16 de outubro de 1645, quando os castelhanos, “*com grande troço de cavalaria*”, atravessaram numa margem do Guadiana entre Olivença e Mourão, tendo deixado todo o seu gado na borda do rio. No entanto, foram detidos pela guarnição de Mourão⁷⁸⁴.

Por constantes investidas semelhantes, era essencial as fortificações do Alentejo Central estarem sempre aptas para ataques surpresa, o que de facto acontecia. Embora existissem espiões que vigiavam a localização do inimigo, era difícil controlar os ataques empreendidos pelo mesmo, uma vez que este se poderia dividir em várias frações, e dessa forma seria de facto difícil de controlar a sua localização, podendo atacar em várias frentes ao mesmo tempo.

Por outro lado, na zona do Alto Alentejo as fortificações existiam para reforçar a defesa, não tanto em relação aos ataques do inimigo castelhano, mas sim para auxiliar o próprio exército português relativamente aos ataques a empreender em Castela. As suas fortificações estavam estrategicamente colocadas por forma a empreenderem-se ataques

⁷⁸² Hierónimo de Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 6v.

⁷⁸³ *Carta de D. João IV a D. João da Costa, que estava no cerco de Badajoz, para mandar os transportes que pudesse dispensar a Estremoz a buscar mantimentos*. Évora, 21 de setembro de 1643. Biblioteca Nacional de Portugal [BNP em diante], Cod. 6916, f. 124. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 28**, pp. 53-54.

⁷⁸⁴ *Certidões aos serviços do Tenente Custódio de Barros. Mourão*, 4 de outubro de 1645. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 58**, pp. 79-80.

mais diretos às praças-fortes castelhanas. Além disso, dificultavam a entrada do inimigo castelhano para atacar o Alentejo Central, pois seria bastante moroso os castelhanos tentarem conquistar Portugal através dessa região.

3.2. Linhas de proximidade da Extremadura

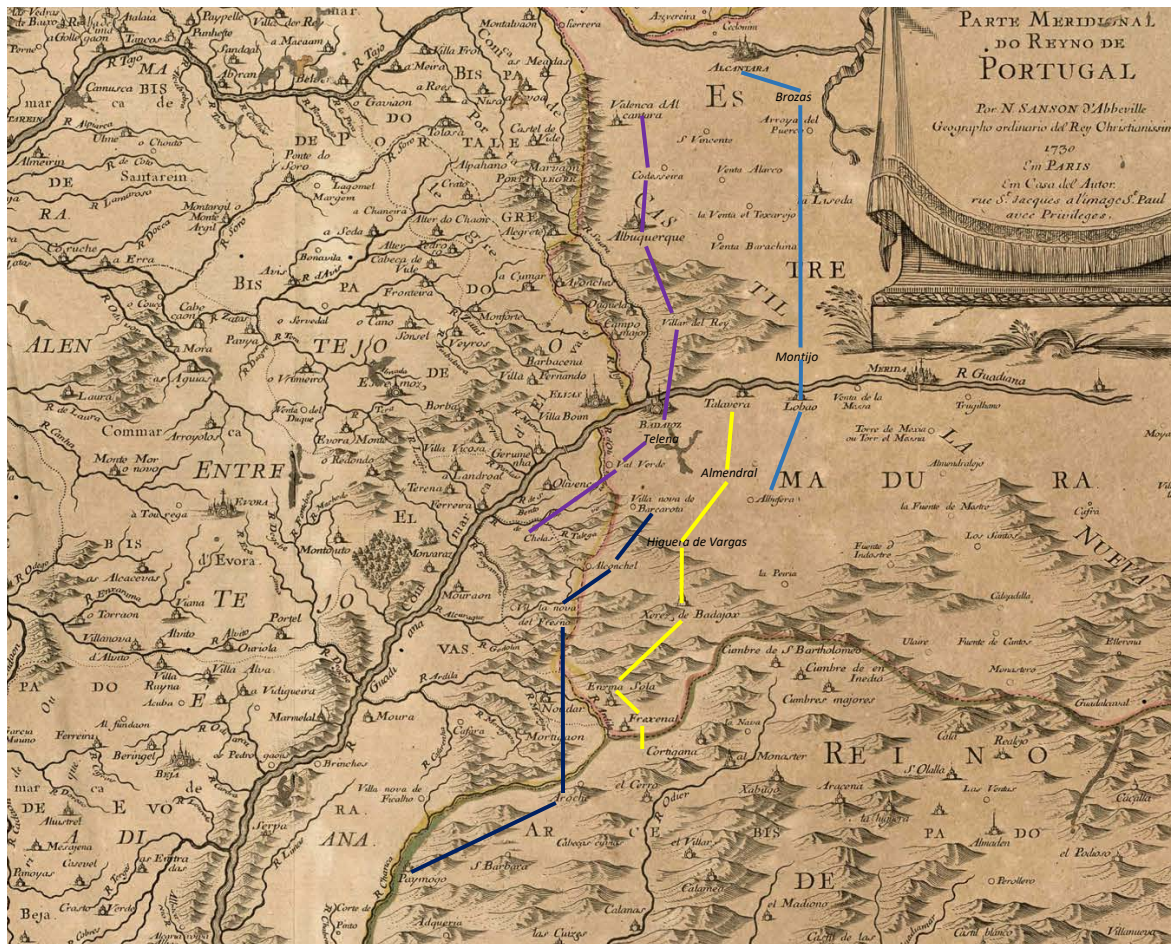


Fig. 12

Linhas de proximidade da Extremadura.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:

- 1.^a linha - Cheles, Valverde de Leganés, Telena, Badajoz, Villar del Rey, Albuquerque, Codosera, Valencia de Alcántara —
- 2.^a linha – Paymogo, Roche, Villa Nueva del Fresno, Alconchel, Villanueva de Barcarrota —
- 3.^a linha – Cortegana, Fregenal, Jerez de los Caballeros, Higuera de Vargas, Almendral, Talavera la Real —
- 4.^a linha – La Albuera, Lobón, Montijo, Brozas, Alcántara —

De igual forma, também as praças-fortes da Extremadura se podem dividir em linhas de proximidade relativamente à fronteira com o Alentejo (Fig. 12). Nitidamente, existia uma maior probabilidade de ataques advindos da região central, onde Badajoz

tinha papel de destaque. A sul de Badajoz, os ataques eram efetuados sobretudo a partir de Cheles, Valverde de Leganés e Telena. Já a norte de Badajoz, destacam-se Villar del Rey, Albuquerque, Codosera e Valencia de Alcántara. Pode considerar-se que as praças referidas constituíam uma primeira linha defensiva, em termos de proximidade com a fronteira alentejana. Mais a sul, na fronteira com Serpa, Moura, Mourão e Olivença, desenha-se a hipótese de uma outra linha defensiva em Castela, englobando Paymogo, Aroche, Villanueva del Fresno, Alconchel e Villanueva de Barcarrota. De seguida, temos uma terceira linha defensiva, cujo início incide na praça de Cortegana e termina em Talavera. Entre estas praças, estão as localidades de Fregenal, Encinasola, Jerez de los Caballeros (também conhecida como “Xerez” de Badajoz), Higuera de Vargas e Almendral. Por fim, colocamos a hipótese de uma quarta linha defensiva por parte de Castela, que incide na zona a norte de Badajoz, estando as localidades desta linha de defesa mais afastadas da fronteira, e englobando em termos de comparação com a fronteira alentejana, toda a área entre Olivença e Nisa. Fazem parte desta linha defensiva as praças de La Albuera, Lobón, Montijo, Brozas e Alcántara.

No seguimento deste tema, e tendo já efetuado a divisão do Alentejo em termos de proximidade e afastamento, morfologia do terreno e prioridades de defesa e ataque, passemos agora à existência de confrontos que os documentos da época nos indicam existirem entre o exército português e castelhano ao longo do Alentejo e da Extremadura, no que concerne às praças-fortes.

Analisemos, pois, os cenários de confronto entre os exércitos português e castelhano na fronteira seca Alentejo/Extremadura, sublinhando a importância estratégica das praças-fortes e os principais pontos de assédio do exército português na Extremadura.

3.3. Confrontos na fronteira luso-castelhana, a partir do Alentejo

3.3.1. Hipótese 1. Confrontos por intermédio de Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela e Arronches

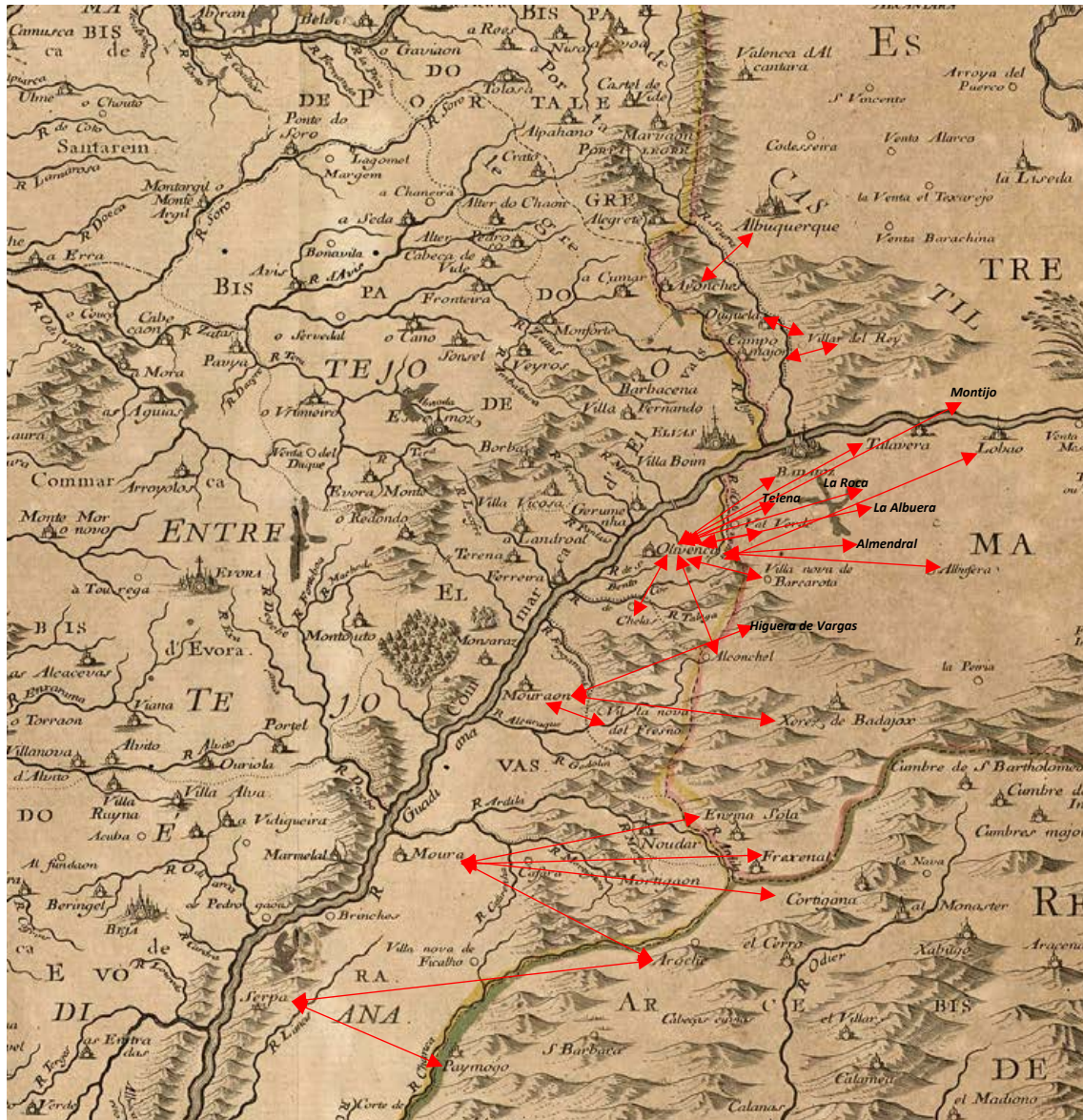


Fig. 13

Localidades da Extremadura próximas da 1ª linha de fortificações do Alentejo.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Relativamente à primeira linha de defesa indicada, englobando Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela e Arronches, destacam-se as possibilidades de confronto com regiões fortificadas da Extremadura situadas a sul e também a norte de

Badajoz⁷⁸⁵ (**Fig. 13**). Em termos interpretativos, começemos pelo sul. Assim, por proximidade com Serpa, temos ligação à povoação de Paymogo⁷⁸⁶. Segundo J. M. Graça Affreixo, “os conhecedores da topografia d’estes logares sabem que o trajecto de Hespanha para Portugal, caminho de Paymogo a Serpa, se faz atravessando o rio Chança no porto de Panalva e passando a Aldeia Nova”⁷⁸⁷. Ainda que os confrontos mais duros tenham ocorrido nas localidades entre as praças de Badajoz e Elvas, localidades secundárias como Paymogo foram assoladas e alvo de investidas de conquista por parte do exército português. A localidade indicada, por exemplo, sofreu investidas em 1655 e 1666⁷⁸⁸ (**Fig. 14**). Antevendo possíveis ataques dos portugueses, os castelhanos haviam sentido a necessidade de dotar Paymogo de um pequeno forte, já em 1644⁷⁸⁹. Terá sido projetado pelo capitão Juan Bautista Corbachino⁷⁹⁰, que não tinha formação em engenharia militar. Possui planta retangular, com quatro baluartes e uma meia-lua na entrada principal,⁷⁹¹ e contorna a igreja paroquial da povoação. Foi quase totalmente construído por intermédio dos castelhanos, sendo que em inícios de 1666, quando os portugueses conquistaram a praça, com cinco companhias de infantaria, sendo duas delas francesas em apoio aos portugueses, e com 24 cavalos⁷⁹², ocuparam o forte e terminaram a construção das suas obras exteriores, para seu proveito defensivo⁷⁹³. Por essa altura, terá sido terminado o fosso, o parapeito, a cisterna e quatro meias-luas⁷⁹⁴. Na verdade, e segundo Guillermo Duclos Bautista, o objetivo da incursão terá sido conseguir uma posição estratégica perante um provável desfecho do conflito, uma vez que, tal como

⁷⁸⁵ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 4: Origem do confronto e praças atacadas na 1.ª linha de defesa do Alentejo (1640-1668)**, p. 251.

⁷⁸⁶ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya peninsular. Su caracterización em los siglos XVII y XVIII”, in *O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2014, p. 184.

⁷⁸⁷ A Aldeia Nova é uma freguesia da vila de Serpa, que na época da Guerra da Restauração estava “fortificada com suas trincheiras, e guarnecida com uma companhia de gente paga”. J. M. Graça Affreixo, *Memória Histórico-Económica do concelho de Serpa*, Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 1993, pp. 80, 82.

⁷⁸⁸ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya...”, p. 190.

Arquitectura Defensiva em la Frontera de Andalucía: <http://www.fortificacionesenlaraya.eu/las-fortificaciones/paymogo/introduccion.html> (consult. 24 set. 2020).

⁷⁸⁹ *Ibidem*. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 8 (Fuerte de Paymogo)**, p. 307.

⁷⁹⁰ Atuava apenas como soldado de artilharia, com ofício de capitão, possuindo alguns conhecimentos de engenharia e construção relacionados com as fortificações. Não se tem absoluta certeza de que terá trabalhado em Paymogo, mas entre 1641 e 1645, efetuou o reconhecimento das localidades de fronteira, até o Ferragial. Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 78.

⁷⁹¹ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya...”, p. 201.

⁷⁹² Guillermo Duclos Bautista, *La fortificación de un territorio. Arquitectura militar em la raya de Huelva, siglos XVII y XVIII*, Huelva, Diputación de Huelva, 2002, p. 96.

⁷⁹³ *Idem*, p. 95.

⁷⁹⁴ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya...”, p. 201.

ocorrera em todos os outros lugares da fronteira, o propósito do conflito não seria conquistar territórios, mas sim recuperar a linha de divisão entre Portugal e Castela⁷⁹⁵.

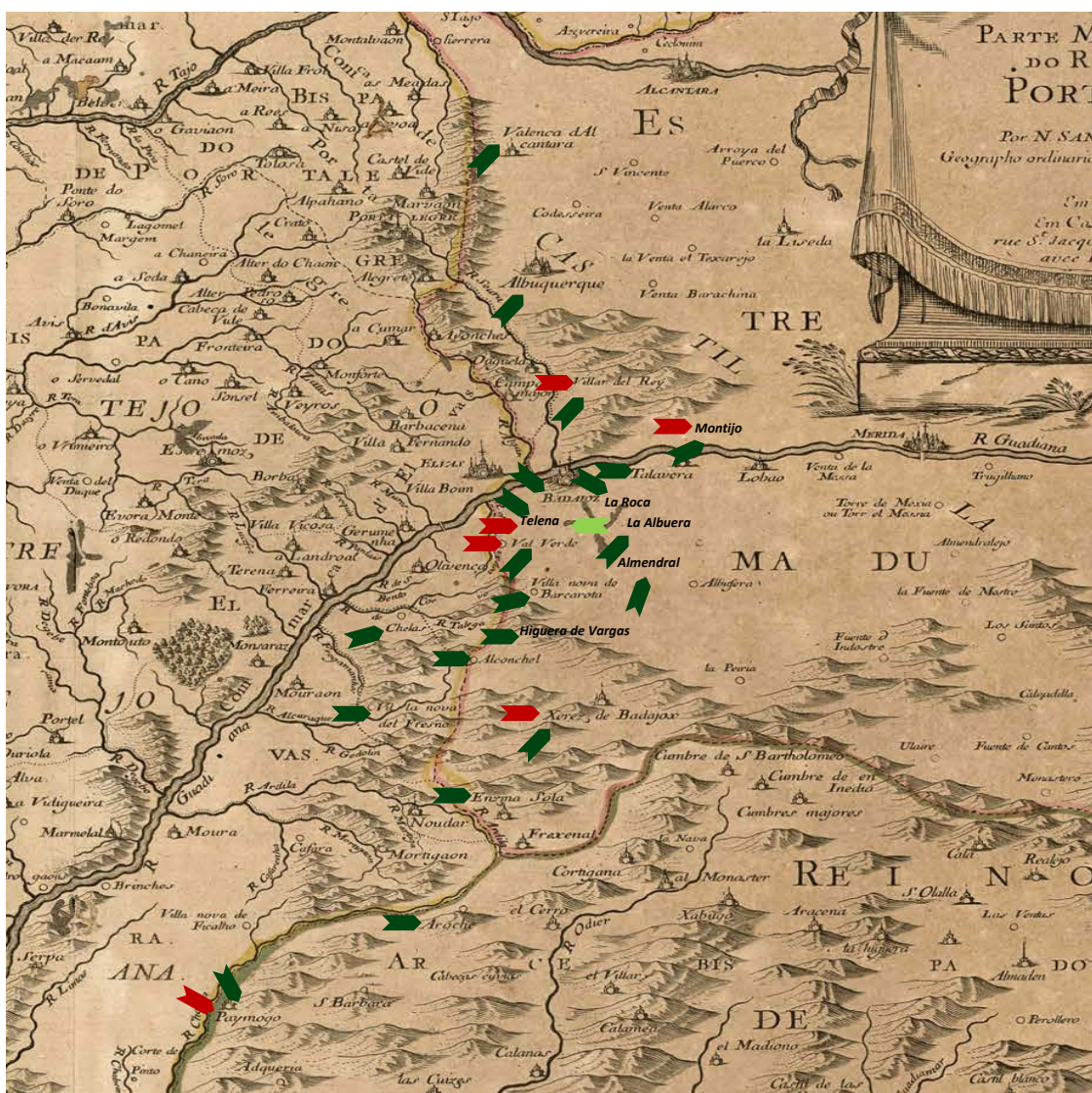


Fig. 14

Ataques, conquistas e reconquistas das praças da Extremadura.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:



Ataque à Praça pelos portugueses: Paymogo: 1643 (out.); 1655; 1666. Aroche: 1642 (mar.). Encinasola: 1641 (jul.-nov.); 1642 (mai.). Jerez de los Caballeros: 1643; 1646. Villanueva del Fresno: 1643 (set.-nov.); 1644. Alconchel: 1642 (jun.); 1643 (set.). Higuera de Vargas: 1642 (jul.); 1643 (set.-nov.); 1644. Cheles: 1643 (set.-nov.); 1653. Barcarrota: 1643 (set.). Almendral: 1643 (set.). Valverde de Leganés: 1641 (out.); 1643 (set.); 1644; 1653. La Albuera: 1643 (set.-nov.); 1644; 1653. Telená: 1643; 1644; 1646 (set.). La Roca: 1643; 1644. Badajoz: 1658 (jul.-out.). Talavera la Real: 1658 (set.). Montijo: 1643 (mai.); 1644. Villar del Rey: 1640; 1643 (dez.); 1644 (mai.). Albuquerque: 1643 (mai.); 1667 (mar.). Valencia de Alcántara: 1653 (nov.); 1664 (jun.).



Conquista da praça pelos portugueses:
 Paymogo: 1666. Jerez de los Caballeros: 1643-1645. Alconchel: 1643-1661. Valverde de Leganés: 1643 (set.). Montijo: 1643 (mai.). Villa Nueva del Fresno: 1643 (out.). Villar del Rey: 1644 (mai.). Valencia de Alcántara (1664 (jun.).



Reconquista da praça pelos castelhanos:
 Jerez de los Caballeros: 1645 (jun.). Valverde de Leganés: 1643 (set.). Villa Nueva del Fresno: 1646. Montijo: 1643 (mai.). Alconchel: 1661. Valencia de Alcántara (1668).

⁷⁹⁵ *Idem*, p. 190.

O general do exército de Extremadura, Pedro de Viedma, planeou atacar Serpa em resposta à conquista de Paymogo pelos portugueses. O objetivo era isolar esta localidade para depois a recuperar. Porém, Paymogo estava bem guarnecida, e não se tentou sequer atacar o forte, permanecendo esta na posse do exército português.

Desta forma, apenas com o tratado de paz em 1668⁷⁹⁶, Paymogo voltou para a posse dos castelhanos. Estes encararam a fortificação como ainda estando imperfeita, mas como sendo necessário refortificar por ser uma fortificação de fronteira que, apta, poderia bloquear o acesso entre o Guadiana e a serra Morena, caso fosse necessário⁷⁹⁷.

Ainda em termos de contextualização da primeira linha de defesa, por proximidade com Serpa e Moura, tínhamos a povoação de Aroche⁷⁹⁸, que durante o conflito foi dotada de reforço defensivo, vindo a sofrer ataque do exército português, em 27 de março de 1642⁷⁹⁹ (**Fig. 14**). As constantes investidas do exército português sobre esta localidade, levaram a que se reforçasse a sua defesa. Ainda em 1642, o capitão Juan Bautista Corbachino inspecionou as defesas de Aroche, embora Guillermo Duclos Bautista indique que as suas obras não tenham sido de relevante importância, uma vez que se reduziram à execução de trincheiras, melhorias nos armazéns e pequenas obras de adaptação na muralha medieval⁸⁰⁰. Ainda assim, as obras não pararam, mesmo na ausência do capitão⁸⁰¹. Contudo, em 1645 foi necessário que o tenente mestre de campo general, D. Rafael de Médicis⁸⁰², efetuasse nova visita de reconhecimento do local, optando por se manter o traçado original da defesa, apenas adaptando-o às novas necessidades, acrescentando obras de defesa, como baluartes⁸⁰³. Considera-se que a sua

⁷⁹⁶ *Tratado de paz otorgado por Alfonso VI de Portugal y Carlos II de España*. 13 de fevereiro de 1668. AGS, ES.47161.AGS/4.2.129.

⁷⁹⁷ Guillermo Duclos Bautista, *La fortificación de un territorio*, p. 96.

⁷⁹⁸ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya...”, p. 184.

⁷⁹⁹ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 78. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 9 (Planta da praça-forte de Aroche)**, p. 307.

⁸⁰⁰ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya...”, p. 198.

⁸⁰¹ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 92.

⁸⁰² Atuava em Itália e em Espanha. Dadas as circunstâncias da Guerra da Restauração, terá sido apreciado pela sua formação na arte de fortificar fortificação e pela sua capacidade relacionada com as técnicas de artilharia, uma vez que “*plantando la artillería con mucho acierto siendo muy platico em las fortificaciones y artillería y demás reglas militares (...) sería de infinito provecho no solo para lo militar sino tambien para lo que toca a la fortificación en la que tiene práctica y experiencia*”. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1619. *Consulta de la Junta de Guerra de España por el Teniente de Maestro de Campo General D. Rafael de Médicis*. março de 1646, C.A. XXXVII, p. 21. Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 92.

⁸⁰³ A atual entrada para a sua fortificação foi construída já durante o século XVIII. No entanto, após a Guerra da Restauração, a sua função defensiva deixou de ser relevante, tendo ficado ao abandono. Fortalezas.org – Fortifications.World: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1761 (consult. 17 mar. 2020).

eficácia terá sido positiva, uma vez que Aroche sofreu vários assédios, mas nunca chegou a ser ocupada pelo exército português⁸⁰⁴.

Por proximidade com Moura, destacavam-se também as investidas por parte dos portugueses em relação às povoações de Cortegana, Fregenal⁸⁰⁵ e Encinasola. Estas localidades também foram alvo de obras de fortificação por parte de Juan Bautista Corbachino⁸⁰⁶.

Em relação a Cortegana, Corbachino efetuou a sua vistoria em 24 de junho de 1642, alegando dificuldade para proteger a povoação, dada a sua configuração urbana tornando-a muito exposta. Contudo, elaborou algumas considerações para se construírem fossos com parapeitos de terra, defendendo-se as áreas mais expostas, objetivando-se três níveis de defesa: a primeira linha de defesa procurava encerrar a entrada na povoação na direção de Portugal; a segunda linha de defesa englobava a igreja paroquial do Divino Salvador, que atuaria como refúgio da população, caso o exército português conseguisse penetrar a primeira linha de defesa; e a terceira defesa assentava no castelo já existente, que deveria ver as suas muralhas reforçadas⁸⁰⁷. Corbachino propôs instalar em algumas das torres reforços em forma de ponta de estrela, com talude, o que permitia uma posição mais avançada⁸⁰⁸ em relação à defesa preexistente, evitando também que a força das balas ofensivas se desse em perpendicular, e tendo a vantagem da instalação de canhões no seu terraplano.

Contudo, por falta de financiamento, o projeto apenas se concretizou parcialmente. Do castelo preexistente, apenas se reforçaram alguns troços das suas muralhas, tendo-se levantado uma rampa com parapeito à entrada do recinto defensivo e entrincheirado as ruas entre a igreja paroquial e a ermida de San Sebastián, por onde poderia penetrar o inimigo.

No entanto, esta não foi uma localidade que tivesse sofrido grandes ataques por parte do exército português. E, com o fim da guerra, em 1668, Cortegana foi votada ao abandono, quase na totalidade, ficando em pior estado após o terramoto de 1685⁸⁰⁹.

⁸⁰⁴ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya...”, p. 198.

⁸⁰⁵ “*El Tercio de Moura, y de Serpa azia el Partido de Fregenal*”. Juan Gómez de Blas, *Sucinta relacion...*, f. não numerado.

⁸⁰⁶ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 78. José María Sánchez, Magdalena Valor Piechotta, *El castillo de Cortegana*, Cortegana, Asociación de Amigos del Castillo de la villa de Cortegana, 2004, p. 65.

⁸⁰⁷ José María Sánchez, Magdalena Valor Piechotta, *El castillo...*, pp. 65-66. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 10 (Planta da praça-forte de Cortegana)**, p. 307.

⁸⁰⁸ *Idem*, p. 67.

⁸⁰⁹ *Idem*, pp. 68-69.

Relativamente a Fregenal, esta era uma das localidades principais para guarnição do exército castelhano, situada no sul de Badajoz. Desde 1641 que os portugueses planeavam atacar esta localidade, pois a constante retirada das suas tropas para acudir a outras praças-fortes castelhanas deixava esta praça indefesa⁸¹⁰. Por constante pressão dos acontecimentos, em 1642, Juan Bautista Corbachino também efetuou vistoria às defesas de Fregenal. No entanto, as obras na fortificação estagnaram por questões de financiamento e pela constante necessidade de auxílio pontual às outras praças-fortes, quer em termos de trabalho nas suas fortificações, quer em termos de apoio logístico de guerra.

Numa carta datada de 15 de setembro de 1660, da autoria do conde da Atouguia⁸¹¹ para D. Afonso VI, indica-se o movimento do exército castelhano na fronteira com o Alentejo, frisando que “*a Freixenal vem carregando alguma infantaria, o que me faz persuadir serem os movimentos que avizão do Algarve contra Mourão, ou Moura*”⁸¹². Posteriormente, a 9 de dezembro de 1661, também há indicação de se terem aquartelado tropas em Fregenal e em outras localidades próximas de Moura⁸¹³.

Entretanto, as obras na sua fortificação chegaram a ficar suspensas devido à ausência de superintendência das mesmas, e só se terão levantado trincheiras⁸¹⁴.

Apenas em 1666, por se dar como perdida a guerra⁸¹⁵, após as derrotas sofridas pelos castelhanos nas batalhas do Ameixal (8 de junho de 1663)⁸¹⁶ e de Montes Claros (17 de junho de 1665)⁸¹⁷, se intentou novo projeto por parte do engenheiro milanês Carlos

⁸¹⁰ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 91.

⁸¹¹ Conselheiro de D. Afonso VI e governador de armas da província do Alentejo, em 1661. *Decreto Porque Sua Magestade nomea ao Conde de Atouguia e o de Chumberg por conselheiros de guerra*. 24 de janeiro de 1661. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 2. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 172**, p. 176.

⁸¹² P. M. Laranjo Coelho, *Cartas dos governadores...*, vol. III, p. 75. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 93.

⁸¹³ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 93.

⁸¹⁴ *Idem*, p. 92.

⁸¹⁵ Rafael Valladares, *La Rebelión de Portugal...*, p. 193.

⁸¹⁶ *Oitavas a Nossa Senhora da Conceição: em aplauso da victoria do Canal em 8 de Junho de 1663 sendo Governador das Armas da Província do Alemtejo, Dom Sancho Manoel, Conde de Villa-Flor*, 1663. BA-V-24 (12).

⁸¹⁷ Importa salientar uma citação de Fernando Dores Costa, sobre o facto de que nestas batalhas, bem como na Batalha da Linhas de Elvas, em janeiro de 1659, o exército português se formou apressadamente, em resposta à invasão efetiva do inimigo. Desta forma, após as vitórias, o exército separava-se em detrimento de efetuar ofensivas esporádicas. Fernando Dores Costa, “Interpreting the Portuguese War...”, p. 6. Sobre o mesmo tema, Cf. João Francisco Marques, “A problemática da parenética da Restauração...”, pp. 394. Gabriel Espírito Santo, *Montes Claros...*, p. 6. Juan Caro del Corral, “Violencia y muerte en la raya: Zarza la mayor y su comarca durante la Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668)”, in *Revista Alcántara*, 2009, N. 70, p. 24.

Reynalte⁸¹⁸ ou Jerónimo Rinaldi⁸¹⁹ (16??-1681), que propôs elaborar ampla fortificação, com altura elevada com cinco baluartes terraplanados e escarpados, bastante amplos e elevados para suportarem a artilharia⁸²⁰. No entanto, terminada a guerra, voltaram a suspender-se as obras nesta fortificação, parecendo que com o fim do conflito tudo terminara, até a importância das defesas, pois juntamente com as obras citadas anteriormente em Cortegana, temos a percepção de que seriam obras meramente defensivas, para que o exército não as ocupasse e utilizasse como meio de pressão⁸²¹, tal como aconteceu com Valencia de Alcántara, em 1664⁸²², e Paymogo, em 1666 (**Fig. 14**).

Também em Encinasola as investidas do exército português se revelaram pertinentes. Destacamos que logo no início do conflito, a 3 de julho de 1641, se saqueou esta localidade castelhana. Em finais de novembro, o exército português voltou a atacar Encinasola (**Fig. 14**). Repetindo-se o feito em maio de 1642, após ter atacado de surpresa a localidade de Aroche⁸²³. Em 1642, Juan Bautista Corbachino inspecionou as defesas de Encinasola, mas deixou os trabalhos ainda no seu início, ausentando-se. Apenas em 1645, se voltou a investir na sua fortificação, através de D. Rafael de Médicis⁸²⁴. Optou-se pela construção de defesas provisórias, materializando-se em dois torreões dispostos com artilharia, denominados de San Juan e de San Felipe. No início de 1646, estavam já completos e aptos para a colocação de artilharia nos seus terraplenos. Contudo, estes torreões não deixavam a praça com defesa segura, pelo que D. Rafael de Médicis optou também pela construção de um pequeno forte junto ao torreão de San Juan, denominado

⁸¹⁸ Rafael Caso Amador, “El castillo de Fregenal de la Sierra em las Edades Moderna y Contemporánea. Estudio preliminar”, in *Actas de las XVII Jornadas de Patrimonio de la Sierra de Huelva*, 2005, pp. 39-40. Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, pp. 93-94.

⁸¹⁹ Isabel Testón, Carlos Sánchez e Rócio Sánchez, indicam que “Carlos Reynalte” pode ser a denominação para o engenheiro militar Jerónimo Rinaldi, que era conhecido como General de Artilharia, e que surge denominado na documentação como estando encarregue de fortificar Fregenal em 1666. Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, Rócio Sánchez Rubio, *El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, Badajoz, Caja de Ahorros de Badajoz, 2014. Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 94.

⁸²⁰ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 11 (Planta da praça-forte de Fregenal)**, p. 307.

⁸²¹ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 81.

⁸²² *Real orden por la que se insta al Consejo de Guerra a acelerar los preparativos necesarios para garantizar el suministro de provisiones y pagas destinadas al ejército que há de salir em campaña del año de 1664*. 11 de março de 1664. Archivo Historico Nacional (AHN em diante), ES.28079.AHN/Diversos-Colecciones, 197, N.º 7. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 180**, pp. 182-183. *Mercurio portuguez, com as novas do mez de Junho do anno de 1664: sitio e tomada da importante praça de Valença pelo exercito delRey N. S. D. Affonso VI de que he Capitaõ General o Marquez de Marialva e o mais que se obrou nas outras Provincias de Portugal, com outros sucessos particulares por mar, e terra*, 1664. BA, 55-II-31 (16). Cf. Javier Bragado Echevarría, Alberto Dorado Alejos, *El sitio y defensa de Valencia de Alcántara durante la Guerra de Restauración (1664)*, Valencia de Alcántara, Grupo Literario Valbón, 2014, pp. 11-18.

⁸²³ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 78.

⁸²⁴ *Idem*, p. 92.

forte de San Juan, com quatro frentes avançadas, rodeado da defesa de fossos e caminhos cobertos⁸²⁵. Esta obra ficou concluída por Antonio Pimentel, em 1650⁸²⁶.

Na primeira linha de defesa, por proximidade a Mourão, temos a praça de Jerez de los Caballeros ou “Xerez de Badajoz”, como indicado no mapa de Nicolas Sanson d’Abbeville, Villanueva del Fresno (que sofreu um grande ataque às mãos do exército português, ficando a sua praça ocupada e guarnecida pelos portugueses entre 1643 e 1645⁸²⁷, sendo utilizada como ponto de partida para as suas incursões em território castelhano⁸²⁸) e Higuera de Vargas, que foi alvo de ataque armado do exército português em julho de 1642⁸²⁹ (**Fig. 14**).

Destaque-se que, neste âmbito, Jerez de los Caballeros era uma das praças mais importantes da Extremadura. Porém, quando começou a guerra, esta localidade apenas contava com defesas antigas, que não iriam resistir à artilharia portuguesa. Em 18 de junho de 1645, o general de artilharia padre jesuíta Francisco Antonio Caniasa, indicou que a muralha desta localidade deveria elevar-se mais em todo o seu perímetro, tapar-se a maioria das portas, ficando apenas as principais, que teriam de ser reforçadas com meias-luas⁸³⁰; não deveriam existir casas adossadas à muralha, devendo existir espaço livre em torno da mesma, defendendo-se com falsa-braga. Além disso, era fundamental a construção de um terrapleno pela parte de dentro e espaldas nas zonas sujeitas às ameaças externas. O general defendia que também se deveria construir um forte com baluartes reais, ou seja, com dimensões elevadas, com capacidade para vários entrincheiramentos tendo capacidade para albergar grande guarnição, por forma a defender a localidade em situação de campanha⁸³¹.

Assim, em agosto de 1645, por intermédio do citado general de artilharia Caniasa, do marquês de Leganés e do engenheiro militar D. Rafael de Médicis já se haviam iniciado as obras para modernizar as antigas defesas do “Xerez”. Demoliram-se algumas casas que estavam próximas da muralha, para que no seu lugar se pudessem efetuar

⁸²⁵ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 12 (Planta do Fuerte de San Juan, em Encinasola)**, p. 308.

⁸²⁶ Guillermo Duclos Bautista, “La fortificación de la raya...”, p. 197.

⁸²⁷ Luís de Marinho Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, ff. 213-223. Domingos Lopes Rosa, *Segunda relação...*, f. 377v.

⁸²⁸ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 79.

⁸²⁹ *Idem*, p. 78.

⁸³⁰ *Idem*, pp. 101, 104.

⁸³¹ Manuel Garrido Santiago, Berta M. Bravo Escudero, “La Arquitectura defensiva de Jerez de los Caballeros y las Guerras con Portugal”, in *NORBA-ARTE*, 2004, vol. XXIV, p. 77.

defesas exteriores à muralha principal⁸³². Essas defesas deveriam assentar em falsa-brega, caminho-coberto e estacada⁸³³.

Destaque-se que a preocupação era adaptar as defesas de “Xerez”, mas havia essencialmente falta de soldados, armas e munições para defender a localidade do exército português.

Em 1646, as defesas do “Xerez” permaneciam iguais, e o exército português continuava a saquear a localidade⁸³⁴. E, segundo os autores Manuel Garrido Santiago e Berta Escudero, era provável que a má situação económica da monarquia castelhana, e o empobrecimento da Extremadura, tivessem sido as causas para que em Jerez não se tivesse colocado até 1656 uma única pedra para as novas obras de defesa⁸³⁵. Júlian Garcia Blanco informa que, no final da guerra, Jerez de los Caballeros apenas contava com três baluartes: os baluartes de Barranco, de San Bartolomé e dos Mártires; uma meia-lua, que protegia apenas uma das suas portas, caminho coberto e estacada, e algumas obras de campanha nos arrabaldes da muralha⁸³⁶.

Ainda no contexto da primeira linha defensiva, em particular no que respeita a Olivença, haveria a possibilidade de confrontos diretos com Alconchel⁸³⁷, tal como aconteceu a 3 de junho de 1642⁸³⁸, e depois em 30 de setembro de 1643⁸³⁹ (**Fig. 14**), no qual ficaram feridos os engenheiros militares Lassart e Gilot que participavam na campanha do exército português⁸⁴⁰: “ficarão nestes dous assaltos feridos, & mal tratados de pedradas nossos engenheiros principaes Monsur de Lasarte engenheiro mór, João Geilot, Piolas, & San Miguel, que todos têm ido reconhecer por ordem de Mathias de Alborquerque o que se avia de obrar”⁸⁴¹.

⁸³² *Idem*, p. 78.

⁸³³ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 195.

⁸³⁴ *Idem*, p. 110.

⁸³⁵ Manuel Garrido Santiago, Berta M. Bravo Escudero, “La Arquitectura defensiva...”, pp. 78-79.

⁸³⁶ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 111. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 13 (Planta da praça-forte de Jerez de los Caballeros)**, p. 308.

⁸³⁷ “Alconchel dos léguas distante de Olivença”. Hieronimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 7. Fortificações como as de Alconchel, Fregenal e Higuera de Vargas eram adequadas para fazer frente à cavalaria e a exércitos pequenos. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 78.

⁸³⁸ A fortificação de Alconchel era demasiado débil para resistir ao ataque do exército português. *Idem*, p. 82.

⁸³⁹ *Idem*, p. 78. Domingos Lopes Rosa, *Segunda relaçam...*, f. 377v. Domingos Lopes Rosa, *Relação summaria da entrada, que o exercito de S. Magestade fez em Castella, pelas fronteiras de Alentejo, & dos lugares que tomou, & abraçou até hoje seis de Outubro, & do que passou no sitio, & entrega do castello de Alconchel*, Lisboa, na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643.

⁸⁴⁰ Julián Garcia Blanco, “La fortificación de abaluartada de Olivenza em el siglo XVII. Origen y desarrollo”, in Moisés Cayetano Rosado (dir.), *Actas de la I Jornada de Fortificaciones Abaluartadas y el papel de Olivenza em el sistema luso-español*, Olivenza, Asociación Limbo Cultura, 2018, p. 41. João Salgado de Araújo, *Successos militares das armas portuguesas...*, p. 209v.

⁸⁴¹ *Ibidem*.

O exército português, comandado por Matias de Albuquerque, pelo general de artilharia D. João da Costa (1610-1664), conde de Soure⁸⁴², e pelos engenheiros militares indicados, ocupou e guarneceu a praça de Alconchel durante grande parte da guerra, entre 1643 e 1661 (altura em que foi reconquistada pelo exército de D. Juan de Áustria), o que lhe deu grande vantagem em relação a ter um ponto fixo de movimentação em Castela durante longo período de tempo, podendo elaborar estrategicamente os seus ataques a outras praças-fortes⁸⁴³, uma vez que Alconchel estava entre duas linhas castelhanas. Mais uma vez, os portugueses reforçaram as defesas de Alconchel⁸⁴⁴, terraplenando a muralha e acrescentando-lhe obras exteriores, ainda visíveis em 1668⁸⁴⁵, e provavelmente da autoria de Lassart e Gilot.

Em 1654, D. João da Costa, já provido no cargo de governador do Alentejo, pedira ao monarca que ponderasse nomear o capitão de cavalos holandês Gerardo Vaninguen como governador da praça de Alconchel. Ao que, o monarca não respondeu favoravelmente, por este ser estrangeiro.

“(...) e porque na vossa carta advertis que sera justo encarregar a Gerardo Vaninguen o governo da praça de Alconchel, e acomodalo nelle (...), me pareceo dizervos que por a praça de Alconchel estar tao empenhada em Castella, e não parecer justo se fie de hum homem estrangeiro ainda que se deva ter delle tanta confiança, como deste se tem, Vos encomendo muito procureis accomodalo em algum posto, ou ocupação, em que não haia o inconveniente que se considera em Alconchel”⁸⁴⁶.

Por Olivença, também se poderiam efetuar ataques diretos às localidades de Cheles, Villanueva de Barcarrota (nesta povoação os castelhanos construíram um recinto exterior abaluartado em torno da defesa medieval, embora com características

⁸⁴² Governou a província do Alentejo entre 1650 e 1654. Também havia sido destacado como mestre de campo para o terço de infantaria de Elvas, entre 30 de janeiro de 1641 e 7 de agosto de 1668. Fernando Dores Costa, “Governadores de armas...”, p. 219. Em 1650, D. João IV agradece a prestação de D. João da Costa na Batalha do Montijo, em 1644. *Carta régia para Dom João da Costa, concedendo-lhe o título de Conde de Soure pela prestação de seus serviços*. 16 de março de 1650. BNP, Cod. 6916, f. 194. Cf. Vol. II, **Anexo II – Transcrição de Documentos, Documento 155**, pp. 154-155.

⁸⁴³ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, pp. 79, 86.

⁸⁴⁴ *Carta de D. João IV para o Governador Dom João da Costa, sobre Cosmander fortificar Villa Nueva del Fresno e Alconchel*, f. 132. Cf. Vol. II, **Anexo II – Transcrição de Documentos, Documento 34**.

⁸⁴⁵ Hieronimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 7. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 90. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 14 (Planta da praça de Alconchel)**, p. 308.

⁸⁴⁶ *Carta de D. João IV para Dom João da Costa, a informar que não se nomeie o Capitão de Cavalos Gerardo Vaninguen Governador da praça de Alconchel, devendo ter posto menos inconveniente à defesa, por ser estrangeiro*. 19 de fevereiro de 1654. BNP, Cod. 6916, f. 216. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 164**, pp. 167-168.

elementares⁸⁴⁷), Almendral (sofreu juntamente com Barcarrota⁸⁴⁸ danoso ataque português em 1643⁸⁴⁹), Valverde de Leganés (que, juntamente com Villar del Rey, não estava fortificada de forma adequada em 1643⁸⁵⁰, pelo que necessitaria de ajuda externa das localidades que lhe eram próximas⁸⁵¹), La Albuera (também sofreu incursão do exército português em 1643⁸⁵²), Telena (também foi conquistada pelo exército português em setembro de 1643), Badajoz, Talavera e Lobón.

Na verdade, existia escassez de fortificações aptas para defesa na Extremadura. Uma das grandes causas era precisamente a falta de forças militares e de fundos monetários por parte da monarquia castelhana⁸⁵³. E grande prova desse facto foram precisamente os ataques efetuados pelo exército português em 1643 e em 1653⁸⁵⁴ a Cheles, Almendral⁸⁵⁵, Valverde de Leganes⁸⁵⁶ e La Albuera, que resultaram na destruição quase completa das povoações supracitadas, não se investindo muito nas suas fortificações, quase que deixando as localidades vulneráveis nas mãos do inimigo

⁸⁴⁷ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, pp. 130, 133.

⁸⁴⁸ “(...) a noche veintinueve vino nueva de que habia el enemigo entrado em las villas del Almendral y la Torre y quemado las trincheiras y algunas casas y dado vista al Castillo de Nogales y que de alli se retiro á los olivares de Olivencia; y pretende ir quemando y demoliendo las villas de Barcarota, Alconchel y otros lugares”. *Carta do licenciado D. Gabriel Ortiz de Orbe, Provisor de Badajoz, 30 de Setembro de 1643*. Marqués de Mortara, Francisco de Orozco, *Copias de documentos del reinado de Felipe IV*, 1801. BNE, MSS/18548/2/ ff. 1-26. *Relacion de la vitoria que tuvieron las armas del Rey nuestro Señor contra el tyrano de Portugal, ajustada de las personas que han venido de Estremadura y de las cartas que há avido de aquella Provincia em esta Corte hasta quatro de Junio de 1644*. BNE, VE/1544/15, f. 130v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 29 e 40**, pp. 54-55, 60-62.

⁸⁴⁹ “ (...) a la noche veintinueve [de setembro de 1643] vino nueva de que habia el enemigo entrado em las villas del Almendral y la Torre y quemado las trincheiras y algunas casas y dado vista al Castillo de Nogales y que dalli se retiró á los olivares de Olivencia”. AAVV. *Memorial Histórico Español: coleccion de Documentos, Opúsculos y Antigüedades que publica la Real Academia de la Historia*, Madrid, Em la Imprenta Nacional, 1863, Tomo VII, pp. 264-265.

⁸⁵⁰ Na incursão de dezembro de 1643, o exército português destruiu esta localidade, juntamente com Almendral, Albuera, Alconchel, Higuera de Vargas, Cheles e Villanueva del Fresno. Pinheiro Coelho, *Relaçam do sitio, que o exercito de Sua Magestade poz a Villa nova del fresno, & tudo o que nelle passou até ser rendida, & capitulaçoens com que se entregou*, Lisboa, na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 79.

⁸⁵¹ “Los lugares de Valverde [de Leganés] y Villar del Rey estan abiertos, anse fortificado de manera que pueden aguardar el socorro”. *Idem*, pp. 78-79.

⁸⁵² *Idem*, p. 80.

⁸⁵³ *Idem*, p. 130.

⁸⁵⁴ *Idem*, p. 132.

⁸⁵⁵ Felicísimo García Barriga, Maria Estela González de la Granja, “Un fuerte armado y municionado a su costa: Fortificaciones abaluartadas de la Raya caraceña durante la Guerra de Separación de Portugal”, in *Investigaciones Históricas*, Cáceres, 2015, N.º 35, p. 23.

⁸⁵⁶ Por carta régia de setembro de 1643, temos conhecimento de que o exército que marchou a Valverde ficou sem dar notícias ao governador do Alentejo, D. João da Costa. *Carta de D. João IV para Dom João da Costa se informar sobre o exército que partiu para Valverde e incentivar a rendição da dita praça*. 13 de setembro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 122. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 26**, pp. 52-53. Domingos Lopes Rosa, *Segunda relaçam...*, f. 377v.

português, embora em La Albuera se tivesse construído um forte, em 1651⁸⁵⁷, denominado de fuerte de Santa María de Tutavila, sob o patrocínio do duque de San Germán⁸⁵⁸. Como se pode observar pelos casos anteriores, os ataques organizados do exército português não davam tempo para os castelhanos obrarem devidamente as obras de defesa, pois estavam permanentemente a suceder. Os ataques advindos de Olivença eram, aliás bastante estratégicas e diretos. Como localidade portuguesa mais próxima da Extremadura, e com ótima obra de fortificação, velozmente lhe permitia organizar defesas e meios de ataque organizados às povoações castelhanas. Se algo não corresse como planeado, rapidamente o exército português recuava para Olivença, ou para as praças portuguesas que lhe serviam de retaguarda, uma vez que Olivença estava em defesa e ataque de primeira linha.

Aliás, Olivença, juntamente com Elvas, foram das primeiras praças-fortes portuguesas a sofrer ataques diretos dos castelhanos a partir de abril de 1641 (**Fig. 19**). No entanto, os ataques não tiveram grande êxito, uma vez que o exército castelhano estava, ao mesmo tempo, preocupado com as operações militares na Catalunha⁸⁵⁹, não havendo disponibilidade monetária suficiente para dispor um exército ativo nos ataques a Portugal⁸⁶⁰. Ainda assim, os castelhanos não podiam deixar que Portugal tomasse vantagem, por esse motivo, empreendiam-se inicialmente, pequenos ataques às praças-fortes portuguesas, intentando-se as duas (Olivença e Elvas) que estavam à entrada da fronteira. Olivença sofreu um primeiro grande ataque a 30 de junho de 1641, e um segundo ataque entre 20 e 21 de julho⁸⁶¹, e Elvas foi alvo de ataque a 30 de julho de 1641⁸⁶². Note-se que Olivença estava, nesta altura, ainda no início dos trabalhos na sua fortificação, possuindo ainda as trincheiras incompletas⁸⁶³. Os castelhanos decidiram

⁸⁵⁷ Cf. *Planta del Lugar de La Albuera*, da autoria de Leonardo de Ferrari, 1655. Arquivo Militar de Estocolmo - Krigsarkivet (AME em diante), Handritade Kartvek, vol. 25. Publicado por Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, *La Memoria Ausente. Cartografía de España y Portugal en el Archivo Militar de Estocolmo. Siglos XVII y XVIII*: <https://4gatos.es/MemoriaAusente/idiomas/portugues/fichas/letraA/albuera.htm?lis=m2> (consult. 2 out. 2020). Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 133.

⁸⁵⁸ Cf. Julián García Blanco, “El Fuerte de Santa María de Tutavila (La Albuera, Badajoz), in *Revista de Estudios Extremeños*, 2020, Tomo LXXVI, N.º Extraordinario, pp. 295-323.

⁸⁵⁹ “*Los recursos bélicos de Madrid se canalizaron para acabar con la revuelta de Cataluña – también levantada en armas en 1640*”. María Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez, Rocío Sánchez Rubio - *Corographía y descripción del territorio de la plaza de Badaxos y fronteras del Reyno de Portugal confinantes a ella*, Mérida, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas 2003, p. 8.

⁸⁶⁰ Jorge Pedro Sousa (coord.), *A Gazeta “da Restauração”*: *Primeiro periódico português – Uma análise do discurso*, Covilhã, LabCom, 2011, p. 28.

⁸⁶¹ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, p. 38.

⁸⁶² Jorge Pedro Sousa (coord.), *A Gazeta “da Restauração”*..., p. 28.

⁸⁶³ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, Tomo I, p. 214.

efetuar o ataque na zona do baluarte de São Pedro, onde a muralha era mais baixa e o exército português tinha pouca possibilidade de proteção⁸⁶⁴.

Entre 16 e 17 de setembro de 1641, as tropas castelhanas efetuaram novo ataque sobre Olivença. Comandadas pelo tenente-general Manuel de Acevedo y Zúñiga (1586-1653), conde de Monterrey, partiram de Valverde de Leganés, dirigindo-se à ribeira de Olivença⁸⁶⁵. Os seus ataques efetuaram-se na zona da porta do Calvário⁸⁶⁶, escalando os flancos dos seus baluartes. Segundo Ayres Varela, esta porta estava mal defendida, pois como fica na zona oposta à entrada da fronteira, não se havia ainda reforçado da forma adequada⁸⁶⁷ a antever uma ofensiva do inimigo. Contudo, o ataque não estava a correr a favor do inimigo⁸⁶⁸: “*pelejaram valerosamente mais de duas horas, & como de ordinário a noite aparta as batalhas, nesta o fez o dia, porque como descobrio, & o inimigo o grande dano, que avia recebido, sem dar mostra de seu poder se retirou, & cuberto com os Olivaes recolheo os mortos*”⁸⁶⁹.

Além disso, os castelhanos poderiam esperar ataques dos portugueses, uma vez que tinham ficado fragilizados no ataque a Olivença. Mas, o principal meio de defesa dos castelhanos para as localidades que eram próximas a Olivença, centrou-se como descrevemos, em encerrar o perímetro exterior das defesas medievais, não se tentando elaborar obras de reforço consistentes, nem fortificações de raiz. A intenção era atacar o inimigo e proteger as igrejas paroquiais e a envolvente dos castelos preexistentes. Assim, os castelhanos limitaram-se a manter os castelos medievais e a reparar as ruínas que o inimigo ia efetuando⁸⁷⁰. O principal interesse dos castelhanos era ter meios de ataque prontos. Por exemplo, em 1648, Valverde de Leganés apresentava trincheiras com troneiras para canhões e aberturas verticais para instalação de arcabuzes e mosquetes⁸⁷¹.

⁸⁶⁴ Ayres Varela, *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela o primeiro anno da recuperação de Portugal, que começou em 1º de dezembro de 1640 e fez fim em ultimo de Novembro de 1641*, Lisboa, Oficina de Domingos Lopes Rosa, 1642, p. 326.

⁸⁶⁵ Era comum os castelhanos comandados pelo conde de Monterrey efetuarem investidas nos arrabaldes das praças, assolando os campos e saqueando os gados. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, pp. 57-58. Ayres Varela, *Sucessos que ouve nas fronteiras...*, p. 332.

⁸⁶⁶ Eduardo Pereira Antunes, “*A questão de Olivença*”. *Um caso de política externa portuguesa* (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2013, p. 90.

⁸⁶⁷ Ayres Varela, *Sucessos que ouve nas fronteiras...*, p. 332.

⁸⁶⁸ *Relação da vitória que o Governador de Olivença Rodrigo de Miranda Henriques teve dos castelhanos, & socorro com que lhe acodio o General Martin Afonso de Melo em 17 de setembro de 1641*. BA, 55-III-12 (2).

⁸⁶⁹ Ayres Varela, *Sucessos que ouve nas fronteiras...*, p. 333.

⁸⁷⁰ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 136.

⁸⁷¹ *Idem*, p. 129.

Talavera foi alvo de um projeto de fortificação mais complexo. No início do conflito armado, começou por se elaborar nesta localidade uma linha defensiva dotada de sete baluartes, mas as obras ficaram incompletas. A praça estava quase com uma defesa adequada, mas a necessidade de um presídio de grandes dimensões fez com as obras abrandassem, devido à falta de pessoas para a sua elaboração e pelo gasto a que iria obrigar. Assim, em 1658, já os reforços defensivos efetuados estavam em mau estado, pelo que se tentou reforçar a defesa encerrando algumas casas incorporando-as com a igreja paroquial da localidade⁸⁷². No entanto, estas últimas defesas não impediam de todo que o exército português ocupasse a praça se assim o desejasse.

Telena beneficiou da construção de um forte, denominado de San Juan de Leganés, financiado sobretudo pelas populações vizinhas, em 1645. A sua construção advém da inspeção efetuada pelo marquês de Molliguén, conjuntamente com o tratadista e general de artilharia Dionísio de Guzmán (1593-1654), pelo engenheiro militar D. Rafael de Médicis e pelo padre Francisco Antonio Caniasa, em maio de 1645⁸⁷³. A defesa de Telena era de extrema importância para os castelhanos, uma vez que bem fortificada, iria representar um meio de segurança em torno de Badajoz, de onde se poderia controlar visualmente uma vasta extensão do Alentejo, podendo alertar quando o exército português entrasse em terras da Extremadura por aquela direção⁸⁷⁴. Contudo, haveria um espião português nos trabalhos do forte de Telena, tal como indica Juan Caro del Corral⁸⁷⁵.

Graças a esta defesa, a 18 de setembro de 1646, o exército português comandado pelo governador Matias de Albuquerque, foi derrotado na batalha de Telena (**Fig. 14**), apesar de ter posto minas nas áreas principais do forte, para rebentar com partes deste⁸⁷⁶. Com efeito, reduziram-se as ações ofensivas por parte de Portugal, que passou a investir mais nas suas próprias fortificações para se defender dos ataques castelhanos, já não efetuando tantas incursões à Extremadura⁸⁷⁷.

⁸⁷² *Idem*, pp. 130-132.

⁸⁷³ Juan Caro del Corral, “La Baja Extremadura...”, p. 264.

⁸⁷⁴ *Idem*, p. 271.

⁸⁷⁵ Esse espião poderia ser Manuel da Costa, que segundo o autor António Martins Quaresma, pelo seu interesse em Matemática, foi ajudante de Cosmader nos trabalhos de fortificação no Alentejo, atuando também em Castela como espião disfarçado de almocreve, efetuando o reconhecimento e desenho da praça de Badajoz em 1644. Pelas datas tão próximas, poderia ter atuado como espião em Telena, em 1645. *Ibidem*. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro, Engenheiro militar oliventino em Setúbal”, in *Revista de Estudios Extemeños*, 2010, Tomo LXVI, N.º 1, pp. 202-203.

⁸⁷⁶ Juan Caro del Corral, “La Baja Extremadura...”, p. 272.

⁸⁷⁷ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 130.

Contudo, aos 26 dias do dito mês de setembro, Matias de Albuquerque informou o monarca D. João IV, sobre o ataque ao forte de Telená relatando que se havia derrotado com artilharia e morteiros a estacada que os castelhanos haviam construído no exterior da fortaleza. O combate durou cerca de 24 horas:

“Hoje apertamos com as baterias de Artilharia, e Morteyros, e com hum aproche a estacada que o Inimigo tinha por fora do seu Forte São João de Liganes e foi tal a rezolução que a esta hora chego a este Quartel de fazer os partidos ao Sargento Mór que o governava, e a 200 soldados velhos, que ham de passar a esse Reino sem armas enquanto durar o andarem as Armas de V.M. em Campanha este anno, ham de ser retidos, e depois enviados para Castella sem união, nem formatura, mas soltos por honde se lhes Ordenar, entregou-se este Forte havendo pelejado estas 24 horas, e defendendo-se”⁸⁷⁸.

Destaque-se que, tal como outras povoações, até 1665, também Telená conheceu esforços de melhoria das suas capacidades de defesa por parte dos castelhanos, mas, sendo mantida apenas com obras de recuperação e ampliações muito básicas⁸⁷⁹, levando progressivamente à ruína da fortificação.

Um caso particular, é o da fortificação de Badajoz. Por ser a principal praça fronteiriça⁸⁸⁰ e o foco de incursão até Madrid, os castelhanos fortificaram-na urgentemente, a partir de 1641⁸⁸¹. Longe de corresponder às regras de fortificação da época moderna, a fortificação foi construída de improviso. Apesar da falta de verba, sucederam-se contínuas obras de reforma e aperfeiçoamento das antigas defesas⁸⁸², reforçando-se a defesa de Badajoz ao longo de todo o conflito. Era um ponto-chave de entrada na Extremadura, e sofria ataques diretos de Elvas e Olivença. A própria topografia do terreno, bem como os relevos circundantes, condicionaram a sua defesa natural⁸⁸³.

⁸⁷⁸ *Carta do Conde de Alegrete, sobre o rendimento do Forte de Telená*. 26 de setembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 112-113v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 83**, p. 98.

⁸⁷⁹ Juan Caro del Corral, “La Baja Extremadura...”, p. 274.

⁸⁸⁰ María Cruz Villalón, “Las Murallas de Badajoz em el siglo XVII”, in *Norba: Revista de arte*, 1988, N.º 8, p. 115. María Cruz Villalón, “Problemas de la ingeniería militar española em el siglo XVII. La plaza de Badajoz”, in *NORBA-ARTE*, 1996, Vol. XVI, p. 203.

⁸⁸¹ *Carta del Conde de Monterrey solicitando un ingeniero para la plaza de Badajoz com urgência para hacer reparos*. maio de 1641. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1403. Citada por María Cruz Villalón, “Problemas de la ingeniería...”, p. 204.

⁸⁸² Que haviam sido votadas de bastante descuido durante a União entre Portugal e Castela. *Idem*, p. 203. María Cruz Villalón, “Las Murallas de Badajoz...”, p. 116.

⁸⁸³ *Idem*, p. 115. Cf. topografia do terreno nas gravuras presentes em The British Library (TBL em diante), Jean Baptiste Lamare, *An Account of the second defence of the fortress of Badajoz*, Chatham, 1812.

Em 1642, porém, iniciaram-se as obras da reestruturação abaluartada. O primeiro elemento de defesa foi o forte de San Cristóbal⁸⁸⁴. Este foi construído para se proteger o antigo castelo da localidade, sendo que, ao mesmo tempo, servia de defesa a uma elevação natural que lhe estava próxima. Sendo a entrada da cidade, funcionava como ponto estratégico, carecendo de fortificação, não bastando só a defesa de apoio do forte de San Cristóbal⁸⁸⁵. Assim, na dita elevação próxima, também se elaborou um fortim, denominado de la Cabeza de la Puente, no qual se construíram parapeitos para alojar munições necessárias à guarnição⁸⁸⁶.

Entre 1643 e 1644, por projetos do capitão-general do exército de Extremadura, Diego IV de Benavides y de la Cueva (1607-1666), conde de Santiesteban, deu-se início ao plano de defesa em redor do antigo castelo⁸⁸⁷. O projeto visava a construção de quatro baluartes, reforçados com meias-luas, caso a grande irregularidade do terreno permitisse⁸⁸⁸. No entanto, pretendia-se a destruição do antigo recinto, efetuando-se uma fortificação completamente nova, na colina de Muela⁸⁸⁹. Este projeto não passou para o terreno, pois segundo a Junta de la Guerra o custo iria ser demasiado elevado para a monarquia castelhana⁸⁹⁰. Além disso, os constantes assédios empreendidos pelo exército português à praça de Badajoz, iriam representar a vitória dada como certa a Portugal, caso se arrasasse a fortificação antiga para construir uma totalmente nova, pois demoraria anos a estar defensável.

Entretanto, esses assédios tornaram necessárias medidas de defesa urgentes⁸⁹¹. As obras avançaram quase sem meios monetários e de “*força de braços*”, e, sobretudo, sem uma direção qualificada, tal como indicado por María Cruz Villalon⁸⁹². A emergência resultou em reparações no parapeito e terraplano do forte de San Cristóbal⁸⁹³ e na

⁸⁸⁴ *Carta de Junta de Guerra de España sobre la fortificación del Castillo de Badajoz*. 22 de setembro de 1643. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1461, Colección Aparici, XXVI, p. 47. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 15 (Planta do Forte de San Cristóbal, Badajoz)**, p. 308.

⁸⁸⁵ María Cruz Villalon, “Las Murallas de Badajoz...”, p. 117.

⁸⁸⁶ *Carta del Marqués de Torralto para Sua Majestad, expressando los reparos que requiere la plaza de Badajoz*. 1641. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1406, Colección Aparici, XXVI, p. 42.

⁸⁸⁷ María Cruz Villalón, “Problemas de la ingeniería...”, p. 204.

⁸⁸⁸ *Carta de la Junta de Guerra de España sobre la fortificación del Castillo de Badajoz...*, p. 47. María Cruz Villalon, “Las Murallas de Badajoz...”, p. 117.

⁸⁸⁹ *Carta del Conde de Santiesteban a Sua Majestad sobre el Castillo de Badajoz*. 1643. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1906, Colección Aparici, XXVI, p. 52.

⁸⁹⁰ *Consulta de la Junta de Guerra de España sobre lo que expresó el Conde de Santiesteban de la fortificación de Badajoz y su Castillo*. 1643. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1523, Colección Aparici, XXVI, pp. 54-56.

⁸⁹¹ *Carta de D. João IV a D. João da Costa, que estava no cerco de Badajoz...*, f. 124.

⁸⁹² María Cruz Villalon, “Las Murallas de Badajoz...”, p. 118.

⁸⁹³ *Ibidem*.

reconstrução da muralha da defesa principal, edificando-se cinco meias-luas (duas diante de duas portas e as outras intercaladas), e terraplenos onde se instalou a artilharia, ficando a praça com uma defesa regular⁸⁹⁴.

Em 1645, voltou a insistir-se no prosseguimento das obras, sendo necessário investir-se na direção das mesmas. Segundo carta do dito conde de Santiesteban, datada de 10 de fevereiro de 1645, deveria enviar-se a Badajoz o engenheiro mais qualificado do exército da Catalunha, no qual se incorporavam engenheiros “*medianos*”, pois importava ter em Badajoz pessoas práticas na arte de fortificar e da milícia⁸⁹⁵.

Contudo, a situação de Badajoz continuava indefinida, pois não havia pessoa responsável pelas obras na fortificação. O capitão-general da Extremadura, Geralamo Maria Caracciolo (1617-1682), marquês de Torrecusa (também denominado de Torrecuso), chegou a indicar que “*trabajar nas muralhas daquela cidade nunca serviria para defendê-la, mas sim apenas para evitar a fuga dos soldados*”⁸⁹⁶. Desta forma, a indisciplina do exército castelhano era a consequência das más condições a que estava submetido em Badajoz, pois não existiam quartéis nesta localidade⁸⁹⁷.

Foi necessário recorrer-se a engenheiros estrangeiros para promover as obras na fortificação. Primeiro, recorreu-se ao italiano D. Rafael de Médicis, que efetuou adaptações na fortificação entre 1645 e 1647, e que terá efetuado o projeto de um baluarte que não se chegou a construir⁸⁹⁸.

⁸⁹⁴ *Carta del Conde de Santiesteban sobre la retirada de los portugueses de Telená y estado de Badajoz*. 26 de setembro de 1643. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1472, Colección Aparici, XXVI, p. 49.

⁸⁹⁵ Traduzido do original: “*pues que en el ejército de Cataluña hay ingenieros de los medianos, se embiase a Badajoz el que fuere mejor por lo que importa en cualquier cosa tener allí personas pláticas de nuestra profesión*”. *Carta del Marqués de Leganés al Secretario Don Fernando Ruiz de Contreras, proponiendo que fuesen a dirigir la fortificación de Badajoz*. 10 de fevereiro de 1645. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1599, Colección Aparici, XXVI, p. 63.

⁸⁹⁶ Traduzido do original: “*vuelvo a decir que trabajar em las murallas de esta ciudad nunca servirá para defensa de ella, sino para evitar las fugas de soldados*”. *Carta del Marqués de Torrecusa a Su Majestad, sobre la muerte del maestre de campo Don Francisco Aguero*. 1645. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1599, Colección Aparici, XXVI, p. 62.

⁸⁹⁷ No entanto, em dezembro de 1647, há notícia de que nesse ano, Badajoz possuía a presença de 500 infantes pagos e de 11 companhias de cavalo. Mas, que os portugueses estariam melhor organizados. Fernando Cortés Cortés, “*Esquilando a la población...*”, p. 21. María Cruz Villalón, “*Las Murallas de Badajoz...*”, pp. 119-120.

⁸⁹⁸ *Informe de D. Luis de Venegas Osorio sobre el estado de las fortificaciones de la frontera de Extremadura*, 7 de Julio de 1677. AGS, Leg. 2402. Citado por María Cruz Villalón, “*Problemas de la ingeniería...*”, p. 205.

Posteriormente, predominaram os trabalhos dos engenheiros militares holandeses Carlos Tournalon e Enrique Ansenzi (1654-1663). O primeiro, por volta de março de 1654⁸⁹⁹, e o segundo a partir de junho de 1657⁹⁰⁰.

Contudo, a situação relacionada com o exército castelhano nesta praça alastrou-se. Em 1658, continuava a observar-se o desinvestimento na praça de Badajoz. Além de não se ter melhorado a sua defesa em termos de fortificação, apesar de se ter recorrido a novos projetos, estes estagnaram, e também os recursos escasseavam⁹⁰¹. Perante a urgência da situação, foi concedido a esta praça algum dinheiro para se avançar nas citadas obras⁹⁰². Porém, Badajoz deveria dividir as verbas com outras fortificações necessárias estremenhas, pelo que iria dispor de poucos recursos em tempo de guerra. Desta forma, as obras avançaram fruto da urgência, sendo improvisadas e aptas para defesa de perigo imediato⁹⁰³.

Ainda assim, Badajoz era considerada a praça principal e com fortificação mais apta a defesa⁹⁰⁴, quando comparada com a suas restantes praças.

Desta forma, quando o exército português comandado pelo governador da província do Alentejo, Joane Mendes de Vasconcelos, cercou Badajoz entre julho e outubro de 1658, na sequência da tomada de Olivença⁹⁰⁵, o exército castelhano apresentava-se quase sem munições e com poucos soldados aptos para a guerra (**Fig. 14**). Por outro lado, os portugueses usufruíam do auxílio da praça-forte de Elvas. Tentaram capturar o forte de San Cristóbal⁹⁰⁶, com o objetivo de isolar o centro de Badajoz⁹⁰⁷. Porém, os portugueses sofreram forte investida dos castelhanos, comandados por

⁸⁹⁹ *Idem*, p. 206.

⁹⁰⁰ José de Castro Fernández, “The Extremadura frontier during the Portuguese War of Restoration. The engineers of the Hispanic Crown”, in João Campos (coord.), *O Sítio do Castelo Medieval/Sua importância e evolução histórica*, Almeida, CEAMA, 2014, Vol. 1, p. 85.

⁹⁰¹ *Consulta de la Junta de Guerra de España a Su Majestad para que se envíen 30.000 escudos al ejército de Extremadura para fortificar plazas*. janeiro de 1658. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1911, Colección Aparici, XXVI, p. 270.

⁹⁰² Cerca de 30.000, que deveria dividir com outras localidades que necessitavam de fortificação. *Ibidem*.

⁹⁰³ María Cruz Villalon, “Las Murallas de Badajoz...”, p. 121.

⁹⁰⁴ António Paulo Silva Duarte [Coronel], “Para uma Tipologia da Guerra...”, p. 286.

⁹⁰⁵ *Ibidem*.

⁹⁰⁶ *Cf. View of the Fort San Cristóbal in an engraving*, por G. Baillieu, em Alexis Hubert Jailot, *Atlas français: contenant les cartes géographiques dans lesquelles sont tres exactement remarquez*, Paris, Chez le Sr. Hubert Jaillot, 1695. Stanford Libraries: <https://searchworks.stanford.edu/view/11834144> (consult. 3 out. 2020). María Cruz Villalon, “Las Murallas de Badajoz...”, p. 121. Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, *La Memoria Ausente. Cartografía de España y Portugal en el Archivo Militar de Estocolmo. Siglos XVII y XVIII*.

⁹⁰⁷ *Cf. Vol. II, Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Plantas 16 (Linhas de circunvalação de Badajoz, em 1658) e 17 (Profile de la ville de Badajoz em Espagne, por Louis Meunier [Printmaker], c. 1665)*, pp. 309-310.

Francisco de Tuttavilla y del Rufo, duque de San Germán⁹⁰⁸. O forte foi reforçado durante este cerco, e cobria a zona da Cabeza de la Puente, impedindo desta forma o acesso ao centro de Badajoz. A defesa entre o forte de San Cristóbal e o fortim da Cabeza de la Puente foi reforçada por uma trincheira e duas meias-luas⁹⁰⁹.

Vendo os portugueses que não conseguiam o seu objetivo de conquistar o forte para o utilizar para atingir o centro de Badajoz, retiraram-se para tentar cercar a fortificação principal. Por sua vez, os castelhanos investiam essencialmente em construções imediatas e externas à fortificação principal, em pleno cerco ofensivo⁹¹⁰, por forma a utilizá-las como pontos estratégicos que permitiam empatar o inimigo português, tornado a ofensiva mais lenta e trabalhosa. Uma das obras construídas para defesa de Badajoz foi o forte de San Miguel, de planta em estrela⁹¹¹, com cinco baluartes fabricados de terra⁹¹². Outra das obras empreendidas foi o fortim do Vado del Mayordomo, perto da margem esquerda do rio Guadiana. Este fortim foi conquistado pelos portugueses, que o utilizaram como ponto de apoio para a conquista da praça, através de cerco entre os rios Gévora e Guadiana⁹¹³. Prosseguindo o cerco, os castelhanos construíram o forte de Pardaleras, de planta triangular, que dominava a parte Sudoeste da muralha principal⁹¹⁴.

Findo o cerco em outubro de 1658, o exército português retirou-se, derrotado por D. Luís de Haro y Guzmán, que veio em reforço do exército castelhano em Badajoz.

A situação de aperto vivida pelos castelhanos neste cerco⁹¹⁵, alterou a forma como Filipe IV passou a vigiar os negócios durante o conflito. Segundo María Cruz Villalón, passou a dar-se prioridade à política defensiva na fronteira, que até então não existiria,

⁹⁰⁸ Cf. Javier Revilla Canora, “Un noble napolitano en la Guerra de Portugal: Francisco Tuttavilla, duque de San Germán, general del Ejército de Extremadura”, in Félix L. Arroyo, *II Encuentro de Jóvenes investigadores en Historia Moderna. Líneas recientes de Investigación en Historia Moderna*, 2015, pp. 389-399.

⁹⁰⁹ María Cruz Villalón, “Las Murallas de Badajoz...”, p. 121.

⁹¹⁰ Jesús Rincón Giménez, “Badajoz em 1658. La línea envolvente”, in *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1934, Tomo VIII, p. 288.

⁹¹¹ A planta estrelada permitia que no seu terraplano se pudesse bater com fogo de artilharia todos os ângulos das cortinas, por forma a existir o fogo cruzado e ofender de todas as frentes o inimigo que se encontrasse junto ao fosso da fortificação. António Paulo Silva Duarte [Coronel], “Para uma Tipologia da Guerra...”, p. 290.

⁹¹² Jesús Rincón Giménez, “Badajoz em 1658...”, p. 289.

⁹¹³ *Idem*, p. 293.

⁹¹⁴ *Consulta del Consejo de Guerra sobre las fortificaciones de la frontera de Extremadura*, 16 de março de 1675. AGS, Negociado de Guerra, Leg. 2616. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 200**, pp. 221-222. Jesús Rincón Giménez, “Badajoz em 1658: en el silencio de la noche”, in *Revista del Centro de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1936, Tomo X, N.º 2, p. 129.

⁹¹⁵ A vitória de Badajoz terá sido exageradamente celebrada pelos castelhanos, quando na realidade foi bastante discutível a vitória, pelo que se tornou essencial que os castelhanos investissem na sua defesa militar. María Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez, Rocío Sánchez Rubio - *Corographía y descripción...*, p. 10.

dando-se prioridade à praça de Badajoz, por representar direto acesso a Lisboa, através da província alentejana⁹¹⁶. Desta forma, entre 1661 e 1664, investiu-se na conclusão da fortificação da praça e do forte de Pardaleras, que havia sido bastante danificado.

Em 1663, recorreu-se ao trabalho de Nicolau de Langres, que desde meados de 1600 se encontrava ao serviço do exército castelhano⁹¹⁷. Este engenheiro projetou uma meia-lua em frente do rio Rivillas e reformou as defesas já existentes. Em colaboração com Langres, trabalhou nesta praça o capitão Luís de Venegas Osorio, tendo que avançar com as obras do baluarte da Trinidad, aquando da morte de Langres⁹¹⁸ em junho de 1665, no assédio de Vila Viçosa⁹¹⁹. Porém, no final da guerra as fortificações continuavam incompletas⁹²⁰.

A fortificação compunha-se por oito baluartes e um meio-baluarte, nomeadamente os baluartes de San Pedro, de la Trinidad, de Santa Maria, de San Roque, de San Juan, de Santiago, de San José e de San Vicente, e o meio-baluarte de San Antonio. Estes foram unidos por cortinas retilíneas, geometricamente calculadas. As muralhas que dão acesso à parte que corresponde à passagem do Guadiana, eram defendidas, no seu exterior, pelos ditos fortes de la Picuriña, Pardaleras e San Cristóbal, bem como pelo revelim de San Roque e pelo fortim de la Cabeza del Puente⁹²¹. Quase todas as suas cortinas possuíam uma luneta, que era uma espécie de cunha em alvenaria que salvaguardava as cortinas do tiro direto da artilharia.

Os únicos acessos à praça eram efetuados por três portas, que se interligavam com os fortes e revelins, a porta de Palmas (junto à Puente de Palmas)⁹²², a porta da Trinidad e a porta do Pilar.

⁹¹⁶ María Cruz Villalón, “Problemas de la ingeniería...”, p. 207.

⁹¹⁷ *Ibidem*.

⁹¹⁸ Tanto em Portugal, como em Castela, verificou-se o prosseguimento de obras nas fortificações através dos projetos que Langres havia legado, tendo sido os seus arquivos compartilhados por outros engenheiros militares que trabalharam na fronteira luso-castelhana até ao fim da Guerra. Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, Rocío Sánchez Rubio, “Un grupo de ingenieros italianos en la frontera luso-extremña (1675-1669)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2015, Tomo LXXI, N. 1, p. 338.

⁹¹⁹ María Cruz Villalón, “Problemas de la ingeniería...”, pp. 208-209.

⁹²⁰ Lorraine White, “Estrategia geográfica...”, p. 67.

⁹²¹ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 17 (Profile de la Ville de Badajoz em Espagne, Louis Meunier [Printmaker], c. 1665)**, p. 310. La fortificación Abaluartada de Badajoz. Viajar por Extremadura:

<https://www.viajarporextramadura.com/cubic/ap/cubic.php/doc/La-Fortificacion-Abaluartada-de-Badajoz-275.htm> (consult. 29 fev. 2017).

⁹²² Edwin Paar, “As fortificações seiscentistas no Alentejo: o presente e o futuro”, in Moisés Cayetano Rosado [dir.], Luis Ignacio González Franco, José Jaime Veja González [coord.], *II Jornada de Fortificaciones Abaluartadas. La fortificación portuguesa. De D. Dinis a la Guerra da Restauração y sus incidências em la plaza fuerte de Olivenza*, Olivenza, Ayuntamiento de Olivenza, 2019, pp. 92.



Fig. 15

Gravura da fortificação de Badajoz, por Pier María Baldi, 1668-69.

Fonte: Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669), Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1933, f. 45.
BNP-PURL: <https://purl.pt/12926>

Na gravura da fortificação desta praça elaborada por pelo pintor e arquiteto Pier María Baldi (1630-1686) entre 1668-69 (**Fig. 15**), sobressai a imponência e extensão dos panos de muralha, à época. No entanto, através da vista aérea de Badajoz, podemos observar que parte da sua identidade defensiva foi absorvida pela evolução da malha urbana. Perderam-se elementos construtivos, tais como fossos, caminhos cobertos e partes de panos de muralha. Conserva o forte de San Cristóbal e parte do forte da Picuriña, tendo-se perdido o forte de Pardaleras. Das restantes obras exteriores, subsiste apenas o revelim de San Roque, por estar separado do restante conjunto por intermédio do rio Rivillas⁹²³.

É possível definir ainda um espaço de confronto nesta linha entre as localidades de Campo Maior e Ouguela e Villar del Rey, pelo lado castelhano. As obras de defesa desta última povoação, enquadravam-se num modelo de defesa unificado que incluía Jerez de los Caballeros, Codosera, Alcántara, Albuquerque, Villanueva de Barcarrota e Villanueva del Fresno⁹²⁴.

Por fim, dentro da primeira linha de defesa, destaca-se a proximidade das praças-fortes de Arronches e Albuquerque, sendo esta última bastante cobiçada pelo exército português durante o conflito. A sua muralha defensiva é muito extensa, abrangendo toda a povoação medieval “*villa adentro*”⁹²⁵. Embora se conservem apenas duas das suas

⁹²³ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

⁹²⁴ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 101.

⁹²⁵ AA.VV., *Monumentos Artísticos de Extremadura*, Mérida, Junta de Extremadura – Consejería de Cultura y Patrimonio, 1995, p. 33.

portas, era provável que, na época, existissem quatro ou cinco portas, com arcos perfurados nas grossas muralhas, e flanqueadas por potentes baluartes de cada lado⁹²⁶.

Adossado ao conjunto defensivo, encontramos o castelo que oferecia muita segurança, uma vez que possui quatro linhas de defesa em seu redor⁹²⁷. Na sua entrada mais baixa, onde permanecem as torres medievais, encontra-se a entrada que permite o acesso a um posterior baluarte flanqueado por duas torres redondas. Juntos a estas, encontra-se outra entrada, que transposta, dá acesso a um outro baluarte que se ergue na quarta linha de muralha.

A 22 de maio 1643, o exército português atacou Albuquerque (**Fig. 14**). O seu governador irlandês, D. Guillermo del Burgo, pediu reforço para a guarnição do castelo aos vizinhos da localidade e preveniu as ruas principais com guarnição e artilharia. O inimigo castelhano disparou duas peças de artilharia e tiros de mosquete⁹²⁸, matando muitos soldados portugueses. Vendo a localidade bem prevenida, o exército português seguiu em direção à localidade de Montijo, onde ia tentar nova empresa. Por este ser um lugar aberto, com pouca defesa, contendo apenas algumas trincheiras de má qualidade, o marquês de Torrescusa aconselhou ao abandono do local, que prontamente foi conquistado pelos portugueses, em 24 de maio de 1643. No entanto, o abandono de Montijo não significava que os castelhanos haviam deixado o inimigo tomar este ponto estratégico junto a Badajoz. Pelo contrário, o marquês de Mollinguén, promovido a general do exército da Extremadura, havia reunido três esquadrões de cavalaria, tendo vindo a guarnição de Albuquerque. Os portugueses sofreram pesada derrota na localidade castelhana de Montijo, tendo em conta que o local não possuía defesas e em tão pouco tempo não seria possível contruírem defesa eficaz⁹²⁹.

Apesar da sua localização estratégica, apenas a 2 de maio de 1662, as guarnições de Albuquerque foram melhoradas de gente, socorrendo-se os soldados com pagamentos, munições e mantimentos, prevenindo-se o trem de artilharia do general D. Gaspar de la

⁹²⁶ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 18 (Planta da fortificação de Albuquerque)**, p. 310.

⁹²⁷ Cf. Planta da vila de Albuquerque, em Espanha, junto à fronteira de Portugal, por Elvas, 1712. AME, Pieter Schenk, *Theatrum Bellicum, incipiens ad Carolo II Hospianiarum Rege ad Carolum III*, Amsterdam, 1712. Publicado por Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, *La Memoria Ausente...*

⁹²⁸ Quando se tratava de defender a partir de uma fortificação e dada a sua maior potência e alcance, os exércitos passaram a preferir o mosquete em vez do arcabuz. Lorraine White, “Guerra y revolución militar...”, p. 78.

⁹²⁹ *Relacion de la vitoria que tuvieron las armas del Rey nuestro Señor contra el tyrano de Portugal...*, f. 130v.

Cueva y Henriquez, para que esta praça estivesse devidamente prevenida porque se esperavam ataques por parte do exército português⁹³⁰.

A 7 de março de 1667, o exército português comandado pelo marechal de campo do exército português e general do exército do Alentejo, conde de Schomberg, atacou Albuquerque⁹³¹. Contudo, segundo o tenente-general José Lopes Alves, “*tendo sido mal informado sobre o efectivo do inimigo, mais elevado do que admitia, foi forçado a abandonar desordenadamente a povoação, tendo a situação sido parcialmente recomposta pelo apoio que as tropas sob comando do Príncipe D. Pedro, irmão de D. Afonso VI, lhe prestaram*”⁹³².

3.3.2. Hipótese 2. Confrontos a partir de Monsaraz, Juromenha e Elvas

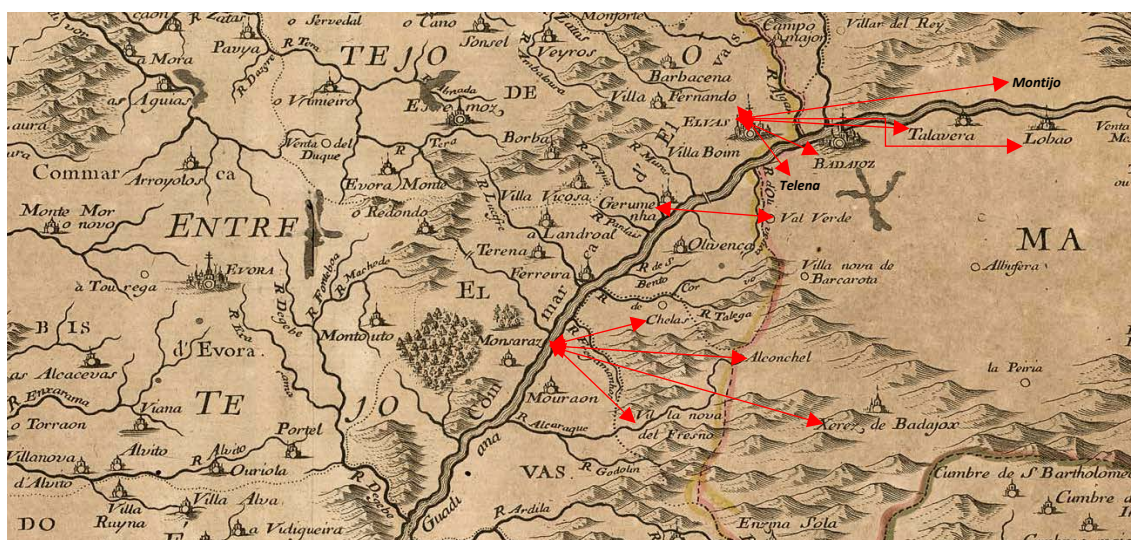


Fig. 16

Localidades da Extremadura próximas da 2ª linha de fortificações do Alentejo.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado] Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Partindo da segunda linha de defesa do Alentejo, implicando as localidades de Monsaraz, Juromenha e Elvas, os ataques do exército português dirigiam-se

⁹³⁰ Herónimo de Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 11v. Juan Gomez de Blas, *Diaria relacion de los felices sucessos, que las Catholicas Armas de Su Magestad gobernadas por Don Juan de Austria, han tenido por la parte de Extremadura contra el Rebelde de Portugal, desde Lunes ocho de Mayo de 1662 hasta Martes treinta y uno de Octubre de dicho año: refierese el numero de las plazas, que em la Provincia de Alentejo se han rendido*, 1662, f. 241.

⁹³¹ Decreto Porque Sua Magestade nomea ao Conde de Atouguia e o de Chumberg por conselheiros de guerra..., f. não numerado. José Lopes Alves [Tenente-general], “Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668) – Intervenção do Marechal Schomberg”, *Revista Militar*, 2012, N.º 2530: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/768> (consult. 17 jan. 2018). Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 45.

⁹³² José Lopes Alves [Tenente-general], “Guerra da Restauração...”, p. não numerada.

especialmente às praças de Jerez de los Caballeros, Villanueva del Fresno (que estava devidamente fortificada e com artilharia para enfrentar o inimigo português⁹³³), Alconchel e Cheles⁹³⁴, a partir de Monsaraz⁹³⁵; Valverde de Leganés, desde Juromenha, embora houvesse a condicionante da travessia do Guadiana; e a partir de Elvas, o ataque incidia sobretudo nas localidades de Telena, Badajoz, Talavera e Lobón⁹³⁶ (**Fig. 16**).

Podemos verificar que esta segunda linha de defesa era diretamente auxiliada pela primeira linha, nomeadamente no que diz respeito às hipóteses de defesa empreendidas a partir das localidades de Monsaraz, Olivença, Juromenha e Elvas, que se interligavam em comum com as mesmas localidades castelhanas, podendo assim efetuar-se uma defesa unificada e estratégica entre as quatro citadas praças portuguesas, por ataque direto e perfeito a Jerez de los Caballeros (que se encontrava em estado de defesa bastante vulnerável⁹³⁷), Villanueva del Fresno, Alconchel, Cheles, Villa Nueva de Barcorota, Valverde de Leganés, Telena (confronto do exército português e castelhano em 18 de setembro de 1646, resultando na derrota do primeiro), Badajoz⁹³⁸, Montijo (foi alvo de ataque português entre 23 e 26 de maio de 1644)⁹³⁹, Talavera e Lobón.

⁹³³ “En Villanueva del fresno, se a barricado el lugar y fortificado el castillo poniendole artilleria”. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 78. *Carta a D. João da Costa sobre as fortificações de Villa Nova del Fresno e Alcouchel...*, f. 132. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 19 (Planta das defesas de Villa Nueva del Fresno)**, p. 311.

⁹³⁴ “Fogem os moradores da villa de Cheles, dãolhe os de Monsarás”, João Salgado de Araújo, *Sucessos militares das armas...*, ff. 212-213.

⁹³⁵ Monsaraz e Mourão possuíam fortificações mais amplas e imponentes que a defesa de Alconchel. Relativamente aos confrontos, temos o exemplo de que em 3 de agosto de 1643 a companhia do capitão de cavalos de couraças D. João de Azevedo, tendo conhecimento de que em Alconchel permanecia um troço de cavalaria, tentando ataca-la partiu de Monsaraz, “com alguns Franceses (...) para nos irmos emboscar atrás da dita vila, e caminhando para lá (...) fomos ao amanhecer dar no lugar mesmo, e sendo loguo sentidos de um Convento de Frades que estava junto da ditta villa, se deu rebate, pelo que entendendo que se não podia por antão fazer efeito”, alterou a sua rota para Villanueva del Fresno. Cercou-se a vila e pelejou-se com o inimigo, que se recolheu “pelas trincheiras adentro”, possibilitando o saque de gado e 34 bestas de carga. *Certidão relativa aos serviços prestados por Custódio de Barros. Monsaraz*, 10 de agosto de 1643. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 24**, pp. 51-52. Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

⁹³⁶ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 5: Origem do confronto e praças atacadas na 2.ª linha de defesa do Alentejo (1640-1668)**, p. 251.

⁹³⁷ “Xerez estaba abierto por muchas partes de su muralla”. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 78.

⁹³⁸ Em meados de 1646, temos notícia de que o inimigo castelhano não teria o mesmo intuito de defesa que os portugueses. Não se investia muito nas fortificações das praças da Extremadura. Aliás, apenas eram indicadas como estando em defesa, as praças de Badajoz, Jerez de los Caballeros e Albuquerque, pois as restantes já haviam sido destruídas pelo exército português, por estarem demasiado vulneráveis na sua defesa. *Consulta sobre as praças fortes castelhanas*, 1646. *Idem*, p. 79.

⁹³⁹ “O mais interessante na batalha do Montijo, e o que a torna singular, é o fato de que ambas as partes em conflito proclamaram imediatamente a vitória (...). A batalha do Montijo poderia confirmar a ideia de que qualquer combate se decide em duas dimensões: um material, em que os homens se enfrentam de fato; e outra simbólica, da narrativa do enfrentamento”. Carlos Ziller Camenietzki, Danie Porto Saraiva, Pedro de Figueiredo Silva, “O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII”, in *TOPOI*, 2012, Vol. 13, N.º 24, pp. 11-13. Lorraine White, “Estratégia geográfica...”, p. 82. Maria do

A praça de Montijo era considerada um lugar aberto e sem defesa, possuindo apenas trincheiras defeituosas⁹⁴⁰, e foi investida por 600 infantes do terço de Martim Ferreira, e pelas companhias dos capitães Sebastião Dinis, Jacinto de Sampaio e Domingos Carneiro. Montijo apenas tinha naquele momento 600 soldados pagos, “*gente da terra, & duas tropas de cavallos*”⁹⁴¹. Os portugueses terão saqueado os castelhanos, levando “*de aquel lugar valor de mas de quarenta mil ducados*”⁹⁴². Entre os dias 24 e 25, chegaram mais de 2.000 cavaleiros e infantes comandados pelo marquês de Molliguén, em auxílio ao exército castelhano, sendo que se colocaram “*sobre el Montijo, cercando al enemigo por la parte de Portugal, cogiendole los pasos de la retirada*”⁹⁴³.

3.3.3. Hipótese 3. Confrontos a partir de Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa

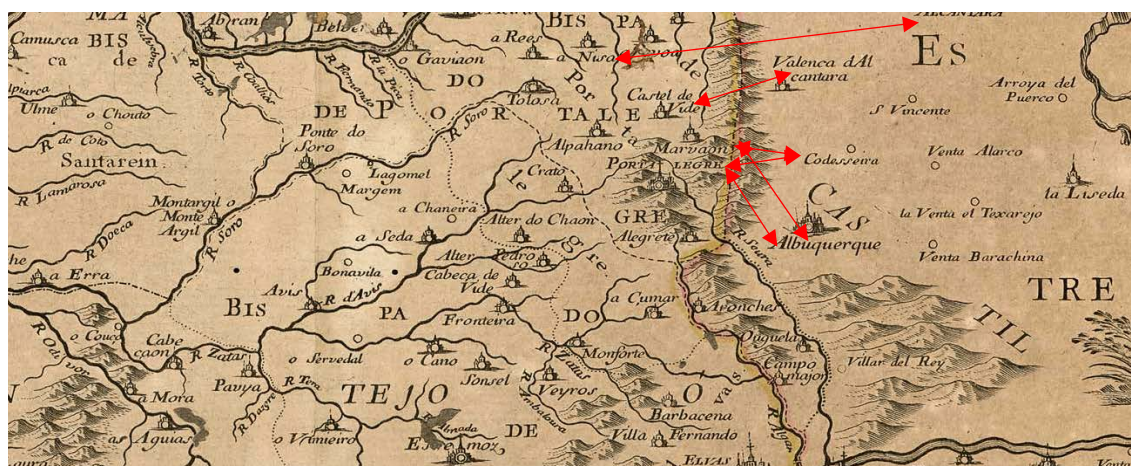


Fig. 17

Localidades da Extremadura próximas da 3ª e 4ª linhas de fortificações do Alentejo.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Na terceira linha de defesa portuguesa, a partir de Portalegre e Marvão, existia a possibilidade de ataque a Albuquerque e à praça de Codosera. E a partir de Castelo de Vide, ficava vulnerável Valencia de Alcántara⁹⁴⁴ (Fig. 17).

Rosário Themudo Barata, “Estudo Evocativo sobre a Batalha de Montijo”, in *Revista Militar*, 1994, N.º 12, pp. 1141-1166. Antonio Rodríguez Hernández, Patricia Rodríguez Rebollo, “Entre la Guerra y la Paz...”, p. 143. *Entrada de Mathias de Albuquerque em Castella. Batalha de Montijo*. 1644. BNP, Cod. 1459, f. 118v. Cf. Luís Marinho de Azevedo, *Apologia militar em defesa de la victoria de Montijo contra las relaciones de Castilla, y gazeta de Genoba, que la calumniaron mordaces, y la usurpan maliciosas*, Lisboa, en la emprenta de Lorenço de Anveres, 1644.

⁹⁴⁰ *Relacion de la vitoria que tuvieron las armas del Rey...*, f. 131.

⁹⁴¹ João Salgado de Araújo, *Sucessos militares das armas portuguesas...*, f. 228.

⁹⁴² *Relacion de la vitoria que tuvieron las armas del Rey...*, f. 130v.

⁹⁴³ *Idem*, f. 131.

⁹⁴⁴ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 6: Origem do confronto e praças atacadas na 3 e 4.ª linhas de defesa do Alentejo (1640-1668), p. 251.

Através de Nisa, pertencente à quarta linha de defesa alentejana, poderia fazer-se ataque direto a Brozas, com pequena adaptação defensiva⁹⁴⁵, e Alcántara⁹⁴⁶. Esta última era estratégica para os castelhanos, tendo a defesa natural da serra de San Pedro, imediatamente após o rio Tejo⁹⁴⁷. No entanto, a existência da sua ponte romana determinou a necessidade urgente de defesa, pois esta permitia facilmente o acesso pedonal do exército português em situação de ataque surpresa⁹⁴⁸.

Os elementos abaluartados da vila de Alcántara começaram por se construir pouco antes de 1661. A fortificação é composta por cinco volumosos baluartes, designadamente de La Madalena, de San Antón⁹⁴⁹ ou Antonio, Del Rollo⁹⁵⁰, de Paniagua e dos Clérigos⁹⁵¹; pelo o meio-baluarte de Roca; por quatro meias-luas – a meia-lua do baluarte del Rollo, de Santa Cruz, de los Vallores e del 3º Marqués del Carpio; por três postos de defesa, o de San Marcos, Sobre las Açenas e o de San Gregorio; quatro portas – de la Concepción, de San Juan, del Castillo e de la Encañada; e pelos fortes de San Pedro⁹⁵² e San Marcos⁹⁵³. Estes elementos aparecem descritos na planta de Ambrosio Rosado, sobre a praça de Alcántara, datada de 1664⁹⁵⁴. Do mesmo ano, temos a planta da fortificação de Alcántara, que foi incluída em carta de John Gaspar de Marchin (1601-1673), conde de Granville,

⁹⁴⁵ Cf. Vol. II, Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 20 (Planta da fortificação de Brozas), p. 311.

⁹⁴⁶ Felicísimo García Barriga, “Guerra en la frontera: La independencia de Portugal y sus efectos sobre Extremadura”, in *Iberismo. Las Relaciones entre España y Portugal. Historia y Tiempo Actual y Otros estudios sobre Extremadura*, VIII Jornadas de Historia de Llerena, Llerena, 2007, p. 175. Cf. Felicísimo García Barriga, María González de la Granja, “Un fuerte armado...”, pp. 41-42.

⁹⁴⁷ Cf. estrutura montanhosa no *Desenho da Ponte Romana pós-Trajano em Alcántara*, do Museu de Arquitetura da Universidade Técnica de Berlim, presente em Europeana: https://www.europeana.eu/pt/item/08535/local_default_44421 (consult. 2 out. 2020). D. Antonio Navareño Mateos, *Fortaleza de Alcántara. Extracto de Fortificaciones Abaluartadas em Extremadura: Planos de Juan de Landaeta (1724)*. Puente Alcantara: <http://www.puentealcantara.es/landaeta.html> (consult. 2 out. 2020).

⁹⁴⁸ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

⁹⁴⁹ Cf. este baluarte em pormenor em *Baluarte de San Antón en la Fortaleza de Alcantara*, 1665. PICRYL – The World’s Largest Public Domain Source. <https://picryl.com/media/baluarte-de-san-anton-en-la-fortaleza-de-alcantara-material-grafico-no-proyectable-85f4e5>.

⁹⁵⁰ Cf. em pormenor na *Traza de la Fortificación de Alcantara. Yncluso en carta de el Conde de Caracena de 3 de octubre de 1669*. AGS, Guerra y Marina, Leg. 02055. PICRYL: <https://picryl.com/media/traza-de-la-fortificacion-de-alcantara-material-grafico-no-proyectable-923be3> (consult. 2 out. 2020).

⁹⁵¹ Antonio Navareño Mateos, José Maldonado Escribano, “El recinto abaluartado de Alcántara. Génesis de una fortificación fronteriza en el siglo XVII”, in *Norba-Arte*, 2004, Vol. XXIV, pp. 100-101.

⁹⁵² Leitura da *Plaçã de Alcántara*, da autoria de Ambrosio Rosado, datada de 1664. AME – Utlandska stads. Publicado por Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, *La Memoria Ausente...*

⁹⁵³ Cf. *Plano de Alcántara*, da autoria de Juan de Landaeta, datado de 1724. D. Antonio Navareño Mateos, *Fortaleza de Alcántara. Extracto de Fortificaciones Abaluartadas em Extremadura: Planos de Juan de Landaeta (1724)*. Puente Alcantara: <http://www.puentealcantara.es/landaeta.html>.

⁹⁵⁴ Cf. Vol. II, Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 21 (Plaçã de Alcántara, por Ambrosio Rosado, 1664), p. 312.

dirigida a Filipe IV, a 30 de agosto do dito ano de 1664⁹⁵⁵. Esta planta apresenta apenas parte da fortificação, destacando-se a parte que vai do baluarte del Rollo até à parte da meia-lua de Santa Cruz.

Da quinta linha de defesa, que inclui Beja, Évora e Avis, não se poderá fazer ligação direta a nenhuma praça fortificada de Castela, uma vez que são praças que estão demasiado no interior do Alentejo. Desempenhavam papel de defesa de retaguarda, pelo que deveriam estar devidamente defensáveis e aptas para defender prováveis ataques do inimigo castelhano, desempenhando um papel extremamente importante, pela sua localização, muito embora fossem consideradas como um reforço ao “pano de defesa” central na fronteira entre o Alentejo e a Extremadura. A importância das praças-fortes interiores era grande, porquanto tendo sido as restantes à sua frente conquistadas, estas serviam de bloqueio ao inimigo para conquistar Lisboa, a capital do reino português e, onde os castelhanos pretendiam chegar. Desta forma, destaca-se particularmente o papel desempenhado por Évora, que em maio de 1663 foi tomada pelo exército castelhano, comandado por D. Juan José de Áustria⁹⁵⁶, tendo sido recuperada pelos portugueses logo no mês seguinte. A defesa eficaz de Évora fez com que os castelhanos não tivessem conseguido passar desta localidade para o sentido de Lisboa⁹⁵⁷.

No entanto, também devemos registar que as proximidades existentes criavam, igualmente, diferentes aglomerados de defesa, tendo em conta a implantação das praças. De destacar, particularmente, os aglomerados de defesa próximos da linha de fronteira com Castela, que formavam uma defesa unificada, dada a sua proximidade de concentração. Assim, destacam-se cinco aglomerados de fortificações, entre praças isoladas, que no próximo capítulo analisamos: aglomerado 1 – Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas; aglomerado 2 – Barbacena, Campo Maior, Monforte, Arronches e Ouguela; aglomerado 3 – Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz; aglomerado 4 – Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa; aglomerado 5 – Beja, Évora e Avis.

⁹⁵⁵ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 22 (Planta de la fortificación de Alcántara, 1664)**, p. 312.

⁹⁵⁶ Juan Gomez de Blas, *Primera Relacion de los progressos que han tenido las catholicas armas de su Magestad, en la provincia de Alentejo. Governadas por el Serenissimo Señor el Señor Don Juan de Austria, desde Domingo siete de Mayo, que salio el Exercito de la Ciudad de Badajoz, hasta Miercoles 23 de dicho mês, vispera de la solemmissima Fiesta del Corpus Christi, que se ganó a Evora Ciudad*, Sevilha, 1663.

⁹⁵⁷ João de São Francisco [Padre Frei], *Poema Heroico vitorioso sucesso e gloriosa vitoria do Exercito de Portugal sobre a hostilidade da cidade de Évora*, neste anno de 1663, Lisboa, Na oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1663 (The British Library).

Nota final

No presente capítulo procurámos analisar os aspetos de permeabilidade da fronteira durante a Guerra da Restauração. Claramente, o sentido de fronteira mudou. Tornou-se imperativo impedir a passagem de pessoas, mercadorias, armas e munições entre um e outro reino. Ainda assim, foram constantes as traições nos exércitos dos dois lados do reino, verificando-se a passagem de soldados portugueses e castelhanos através da zona de Badajoz e Elvas.

A par destas fugas, no início da guerra decorriam pequenos confrontos, que se verificaram ativos na zona da Extremadura, atacando o exército português as localidades raianas. Esta questão deve-se ao facto de o exército português ser reforçado por contingentes franceses e holandeses, que, fruto de ação diplomática, obedeciam ao monarca português, empreendiam uma guerra mais ofensiva e ativa à Extremadura: os franceses apoiavam a causa independentista da Catalunha e os holandeses tinham interesse no império marítimo de Castela, com vista ao comércio marítimo internacional. Enquanto isso, os castelhanos, ainda que apoiados por contingentes italianos na causa de Filipe IV em detrimento de D. João IV, que a Santa Sé via como usurpador da Coroa, estavam menos preparados para a guerra, pelo que não se mostraram muito ativos nos primeiros anos da mesma.

Importa refletir que com parte do exército castelhano desgastado física e financeiramente pelas investidas militares na Catalunha, tentando impedir a invasão de tropas francesas a partir dessa região, Castela não foi capaz de financiar eficazmente um novo exército para assolar as localidades fronteiriças portuguesas. No início da guerra elevaram-se pequenas escaramuças, como verificámos, mas sobretudo dos portugueses em terras de Extremadura, pois para os castelhanos seria mais fácil a defesa do que o ataque, dado o contexto que vivenciavam.

Ao longo da guerra esta questão altera-se. Mas embora as suas tropas fossem em maior número que as portuguesas, iremos verificar que não eram o bastante para conseguir o intento de atravessar o Alentejo até Lisboa.

Neste âmbito, destaca-se o contexto da adaptação das fortificações, quer alentejanas, quer as castelhanas. Do lado castelhano, além de auxiliarem a Extremadura em termos militares, os engenheiros militares italianos também adaptaram defesas ao modelo abaluartado. Mas verifica-se que as obras de fortificação empreendidas nesta província são mais efémeras, optando os castelhanos sobretudo pelas defesas de

campanha, que devido à escassez financeira, fortificaram poucas localidades nas quais efetivamente se deram confrontos com as tropas portuguesas. A atenção dos castelhanos centrou-se, sobretudo, em Badajoz, Albuquerque, Valencia de Alcántara e Alcántara. Enquanto isso, no Alentejo, as obras de grande número de localidades tornaram-se imprescindíveis e a urgência revelou-se máxima. Verifica-se, assim a possibilidade de leitura no terreno de uma formação de aglomerados fortificados, que se iriam revelar fundamentais durante o conflito para impedir que os castelhanos conseguissem ir de Badajoz a Lisboa, como adiante veremos.

CAPÍTULO IV

AS PRAÇAS FORTIFICADAS NO ALENTEJO NO PERÍODO DA RESTAURAÇÃO: INTERPRETAÇÃO DE DADOS PARA A CONCEÇÃO DE UMA DEFESA INTEGRADA DA FRONTEIRA

No presente capítulo, partimos da premissa da provável existência de aglomerados de defesa na fronteira alentejana e qual a interligação que se pode efetuar entre eles. Para verificação dessa hipótese partimos da perceção do trabalho dos engenheiros militares estrangeiros nas fortificações do Alentejo, efetuando-se uma apreciação global da sua influência nas etapas de construção dessas estruturas. Posteriormente, salientamos o esforço empreendido por Luís Serrão Pimentel e pelos seus discípulos sobre essas preexistências, o que nos conduziu à seguinte questão: Que alterações estruturais propuseram os engenheiros formados a partir desta geração face ao trabalho levado a cabo pelos engenheiros militares estrangeiros e qual a sua influência, se ela ocorreu, na formação dos aglomerados a que aludimos⁹⁵⁸?

1. Aglomerados fortificados e defesa integrada da fronteira alentejana

No capítulo anterior definimos linhas de defesa consoante a sua proximidade à fronteira com a Extremadura, centrando-nos nas hipóteses de ataque, sobretudo no que respeitou às ofensivas efetuadas pelos portugueses às praças da Extremadura. Neste contexto, propomo-nos a organizar por aglomerados as localidades fortificadas do lado português, conforme a proximidade entre umas e outras defesas o permitiram, tendo em conta os seus projetos de fortificação e os ataques de que foram sendo alvo no decurso do conflito.

Desta forma, são possíveis de identificar cinco aglomerados de defesa que se organizaram durante a guerra (**Fig. 18**). A divisão destes aglomerados foi efetuada não no sentido norte-sul, mas sim a partir da sua importância estratégica desempenhada

⁹⁵⁸ Optámos pelo conceito de *aglomerado* por as localidades indicadas se localizarem geograficamente próximas e se relacionarem entre si em termos de defesa, numa perspetiva coordenada. Podemos, até, propor a existência de uma ação de *refortificação* porque todas as fortificações tratadas neste trabalho foram objeto de projetos sucessivos. À medida que a Guerra da Restauração avançava, também as obras de defesa se alteravam, prolongavam, se extinguíam/destruíam e se reedificavam. Como poderemos verificar, as obras foram efetuadas mediante um projeto inicial, que sofria sucessivamente alterações. E, nos finais da guerra, nomeadamente na década de 60, tivemos sobretudo a influência dos engenheiros militares portugueses nas obras das fortificações, que acabaram por alterar partes das estruturas iniciais, e, por vezes, tentaram concluir algumas das obras previamente propostas pelos engenheiros militares estrangeiros que, entretanto, se aliaram ao inimigo. Desta forma, todo o período da Guerra da Restauração representou um constante processo de refortificação.

durante o decurso da guerra. Dessa forma, identificamos como aglomerado 1 as praças de Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas, por serem das mais sacrificadas durante o decurso do conflito, com especial enfoque para Olivença, Juromenha e Elvas. Como aglomerado 2 destacamos as praças de Barbacena, Campo Maior, Monforte, Arronches e Ouguela, sendo Campo Maior a praça com mais investidas por parte do inimigo. No entanto, importa salientar que, neste especial contexto, estes dois primeiros aglomerados interagiam entre si em termos de auxílio, sobretudo quando as investidas do inimigo ocorriam sobre Elvas.

Como aglomerado 3 salientamos as praças de Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz, que efetuavam uma defesa concentrada a sul. A norte, as praças de Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa enquadram o aglomerado 4. Estas duas concentrações de praças foram das que menos investidas sofreram, embora ainda se situassem relativamente perto da fronteira com a Extremadura. No aglomerado a norte, o acesso era dificultado pelas serras e caminhos mais áridos; a sul, o inimigo tinha os campos mais abertos, mas não conquistavam posto de considerada importância como atacando pelo centro, onde poderiam ficar com um ponto de retaguarda e defesa, em caso de conquista, tal como iremos verificar.

Por fim, do aglomerado 5 fazem parte as praças interiores de Beja, Évora e Avis. Estas tinham a função de auxiliar na retaguarda as praças que as antecediavam, tendo tido Évora um papel de extrema importância por o inimigo ter conseguido conquistar para si este posto em junho de 1662, dando-lhe caminho aberto para chegar até Lisboa sem dificuldades. Mas a reconquista de Évora apenas um mês depois, mostrou a capacidade de defesa da cidade e a organização do exército português, não logrando o inimigo o seu intento.

Passaremos de seguida a contextualizar cada um destes aglomerados, fazendo referência aos projetos de fortificação do período em estudo (1640-1668), apesar de em muitas praças ter havido intervenções posteriores, em termos do modelo abaluartado, nos anos seguintes. Iremos apenas focarmo-nos no período da guerra, indicando quem integrou os projetos, qual a sua importância estratégica em termos do conflito e os ataques que as praças em estudo foram sofrendo ao longo do processo de fortificação.



Fig. 18

Aglomerados e concentração de fortificações no Alentejo durante a Guerra da Restauração (1641-1668).

Fonte: Parte Meridional do Reyno de Portugal, Nicolas Sanson d'Abbeville – 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:

- [1] Aglomerado 1. Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas
- [2] Aglomerado 2. Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches
- [3] Aglomerado 3. Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz
- [4] Aglomerado 4. Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa
- [5] Aglomerado 5. Beja, Évora e Avis

1.1. Aglomerado 1. Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas

Primeiramente, destaca-se o aglomerado correspondente a Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas⁹⁵⁹ (Fig. 19).

⁹⁵⁹ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 7: Correlação das praças-fortes pertencentes ao 1.º aglomerado de fortificações: Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas (obras, projetos, contingentes, ataques sofridos...), pp. 252-264.

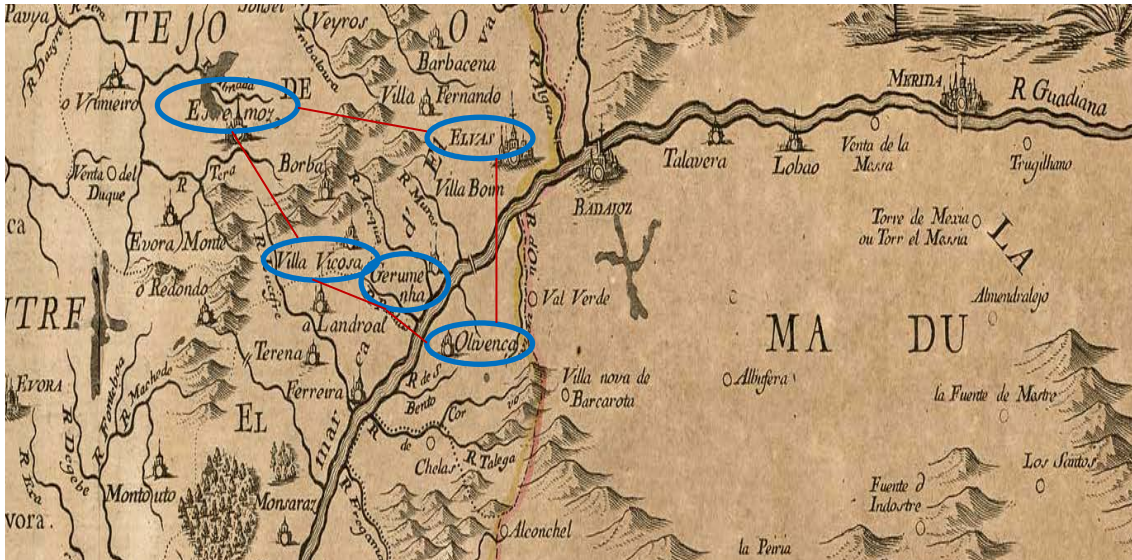


Fig. 19

Aglomerado 1. Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Relativamente a este primeiro conjunto de fortificações, sabemos que desde o início de dezembro de 1646, o governador de armas da província do Alentejo, Joane Mendes de Vasconcelos⁹⁶⁰, deu conta a D. João IV de que os projetos das fortificações de Elvas, Olivença e Campo Maior estavam em curso. O governador assinalou também que era muito importante a construção da fortificação de Juromenha⁹⁶¹ por ser “*a maior consequencia que hoje há para se haver de fortificar com toda a presteza, e diligencia que convem, sem que se suspenda mais anos (...), pelo perigo que considéro a todos os lugares de huma e outra parte de Guadiana se o Inimigo occupasse este Posto*”⁹⁶².

Neste contexto, verificamos que as localizações de Juromenha e Estremoz como defesas de retaguarda das praças de Olivença e Elvas, foram de extrema importância, por lhe sucederem no sentido de Badajoz para o Alentejo⁹⁶³. Revelando-se igualmente

⁹⁶⁰ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668), p. 249.

⁹⁶¹ Situada junto à margem direita do Guadiana, na confluência com a ribeira de Mures, sobre um largo outeiro abrupto escarpado. Devido à sua posição estratégica na defesa das linhas fronteiriças, a fortaleza foi sendo, sucessivamente, atacada: em 1662, as tropas de D. João de Áustria ocuparam durante seis anos a fortificação, que regressou à posse da coroa portuguesa na Paz Geral de 1668; no início do século XIX, durante a Guerra Peninsular, a fortificação foi tomada pelo exército de D. Manuel Godoy, só sendo recuperada em 1808. A partir de então, foi entrando em progressiva decadência e, em 1920 ficou despovoada. No ano de 1950, a DGEMN iniciou obras de recuperação do espaço, numa campanha que se prolongou até 1996. Ana Paula Fitas, *Olivença e Juromenha – uma história por contar*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 115-120.

⁹⁶² Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV, com as plantas de Elvas, Olivença, Campo Mayor, Ouguella e Jurumenha. 5 de dezembro de 1646. ANTT, Mans. Liv. 610, f. 170v.

⁹⁶³ “*Juromenha achase edificada na Estremadura, e arraia, e vizinhanças de Castella, em distancia de huma legoa, na Provincia do Alentejo deste Reyno*”. ANTT, *Memórias Paroquiais de Juromenha, Avis*, 1758, Vol. 18. N.º (J) 48, f. 311.

vantajosas em tempo de guerra, no que concerne ao auxílio na defesa das restantes praças pertencentes a este aglomerado. Particularmente Juromenha, por se situar perto do rio Guadiana⁹⁶⁴, pois em determinadas épocas do ano o caudal do curso de água aumentava, tornando a locomoção do inimigo mais difícil. Contudo, caso este conseguisse atravessar o rio, esta praça tinha que garantir a sua defesa. Com a eventual tomada de Juromenha, o inimigo ficaria com as portas abertas para conquistar as seguintes praças que lhe estavam próximas, e que mesmo defensáveis, não dispunham de tão boa defesa natural como a praça de Juromenha, que se situa no “*cume de um outeiro alto*”⁹⁶⁵, sendo quase “*inexpugnável em grande parte do seu circuito*”⁹⁶⁶.

Luís Marinho de Azevedo deixou testemunho do estado da praça em 1644, indicando que o seu antigo castelo estava demasiado arruinado, necessitando de reparação. Além disso, “*havia (...) hum padraço chamado do Calvario, contra o qual convinha fazer cavaleiro em huma das torres do Castelo, reparandoa para este efeito, & a outra que ficava junto à Igreja pela banda do Rio, que impedisse queimar o inimigo as barcas: o que tudo requeria mais tempo, dinheiro, & artilharia, que de presente não havia*”⁹⁶⁷. Juromenha ficou guarnecida com a companhia de João de Mendonça e Zuniga, com o terço de infantaria do mestre de campo D. Miguel de Azevedo⁹⁶⁸ e com o capitão-mor Tomé Pereira de Andrade. Ao mesmo tempo, foram-lhes encarregues os reparos defensivos, procedendo-se ao entaipamento das avenidas de acesso ao antigo castelo, utilizando-se trincheira de pedra e barro, e protegendo-se a porta do castelo com uma meia-lua e fosso improvisado. Não havendo artilharia no interior da defesa, foram enviadas duas peças de Elvas.

Para a fortificação de Juromenha realizaram-se três propostas, a partir de 1644⁹⁶⁹. Inicialmente, os projetos de fortificação foram efetuados pelos engenheiros militares

⁹⁶⁴ “*Juromenha est une place frontier située sur le bois de la Riviere de Guadina du côté de Portugal, distante d’Elvas, de trois lieues d’Olivença, deux de Villa Visioza, trois elle est asses bien fortifiée*”. Nicolau de Langres, *Desenhos e plantas de todas as praças...*, f. 33. Cf. BDE, *Mapa topográfico de Juromenha*, 1993 e *Planta do curso do rio Guadiana, a montante e a jusante de Juromenha*, > 1812. Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional:

(<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=291498&img=69432>;
<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=279847&img=60489> – consult. 11 out. 2020).

⁹⁶⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais de Juromenha, Avis...*, f. 315.

⁹⁶⁶ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, p. 38.

⁹⁶⁷ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos feitos...*, p. 80.

⁹⁶⁸ Mestre de campo do terço de infantaria formado no Alentejo entre 1641 e maio de 1668. Fernando Dores Costa, “Governadores de armas...”, p. 219.

⁹⁶⁹ Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Guiomar, “Análise dos espaços...”, p. 10.

estrangeiros contratados para trabalhar no Alentejo⁹⁷⁰, que atuavam também no campo de batalha⁹⁷¹.

O primeiro projeto foi elaborado por um engenheiro militar italiano de nome Pascoeli, provavelmente em inícios de 1644. Analisado pelo Conselho de Guerra, este projeto foi imediatamente recusado por se situar demasiado próximo do antigo castelo existente, o que não potenciava defesa eficaz, não resultando em termos práticos, constituindo um erro contra os princípios da fortificação, por obrigar a que se desmantelasse todo o lugar, deixando o mesmo sem capacidade para construir casas entre o dito castelo e a nova fortificação: “*e o que faz vem a ter pouco mais que franquear a obra do mesmo Castello*”⁹⁷². Com este projeto, obrigava-se a população a ficar indefesa durante o decurso das obras.

O segundo projeto foi efetuado por Cosmander, em janeiro de 1646. Inicialmente aprovado, verificou-se que apresentava um custo demasiado elevado por consistir na destruição de todos os elementos de defesa previamente existentes, assentando em estruturas completamente novas. Não seria um projeto vantajoso, visto que durante o decurso das obras de raiz o local ficava completamente exposto ao inimigo, que o poderia atacar assim que tivesse oportunidade, pois não haveria qualquer obra de defesa intermédia enquanto não se elaborasse uma parte mínima da fortificação. Por conseguinte, o local poderia não estar devidamente defensável durante meses ou até anos: “*Cosmander, que sem fazer cazo do luguar, vay ganhar duas emminências distantes delle, derrubando tudo quanto há, e deyxando outras muy prejudiciaes para a sua defesa*”⁹⁷³.

Dadas as constantes investidas do exército castelhano, e devido à localização estratégica desta praça estratégica⁹⁷⁴, foi necessário propor-se um terceiro projeto, no início de setembro de 1646, desta vez da autoria de Langres, auxiliado por Gilot, que, em conjunto, efetuaram anotações das obrigações “*com que haviam de fazer a ditta*

⁹⁷⁰ “(...) os diplomatas de D. João IV buscaram na Holanda e na França, então na dianteira dos conhecimentos técnicos, os especialistas necessários, para quem o teatro de guerra ibérico constituiu uma oportunidade profissional e económica”. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 196.

⁹⁷¹ Fernando Dores Costa, “Sobre os militares estrangeiros...”, pp. 71-86.

⁹⁷² *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV, Sobre a fortificação de Jerumenha*. 5 de dezembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 166-168. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 91**, pp. 105-106.

⁹⁷³ *Ibidem*.

⁹⁷⁴ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos, sobre a entrada que a nossa Cavalaria fez em Castela*. 8 de junho de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 20v-22v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 64**, p. 84.

*Furteficação*⁹⁷⁵. Note-se que Langres estava, na época, a elaborar projetos para todas as outras praças do Alentejo, mostrando a sua vasta experiência técnica. Em detrimento do projeto de Cosmander, o projeto de Langres foi aprovado em meados do mesmo mês, propondo encerrar as antigas defesas com baluartes e elementos de defesa externos: “*que sem derrubar o luguar ganha as emminencias que lhe podem fazer danno, serrando-a com o Castello que fica segunda retirada, hé de dous Baluartes inteiros, dos menores que se faz em todo o Mundo*”⁹⁷⁶.

Segundo o próprio governador Joane Mendes de Vasconcelos, avaliando-se os três projetos, o de Langres era o mais viável, pois além de ter um custo menor e mais suportável que o de Cosmander, também evitava a intenção deste último de se sacrificarem as construções preexistentes, ultrapassando-se uma das principais preocupações na hora de se construir uma fortificação, que era a de albergar os moradores em segurança, que teriam de se ausentar do local durante as obras. Sem a segurança adequada, esses moradores não voltariam após a conclusão das obras, pelo que “*não hé aquelle povo de tam pouca importancia que se haja de perder por quatro ou seis mil cruzados, que isto mesmo ham de custar as cazas em qualquer parte que se houverem de fazer*”⁹⁷⁷.

Mas, para a defesa de Juromenha, era imprescindível que Olivença e Elvas como praças-fortes que a antecederiam em termos fronteiriços, estivessem aptas em termos defensivos para travarem a entrada do inimigo no reino português. Segundo Julián García Blanco, Olivença era entendida como “*una magnífica cabeza de puente para atacar Badajoz*”⁹⁷⁸. Na verdade, a defesa principal desta praça já havia sido traçada, sob o primeiro governo de Matias de Albuquerque, que em 1641⁹⁷⁹ estava consciente da sua importância estratégica, bem como das debilidades que apresentava no início do conflito, fixando o “*perímetro básico de la nueva cerca*”⁹⁸⁰. Segundo o governador, esta praça representava “*mil dificultades para a fortificar, porque havendo de fazer circunvalação, que incluísse os arrabaldes, fontes, & Mosteiro de São Francisco, era tam grande a*

⁹⁷⁵ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos a respeito da resolução que se tomou sobre a Fortificação de Jerumenha: que se dá toda a Ordem para se começar a trabalhar.* 7 de janeiro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 183. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 95**, p. 109.

⁹⁷⁶ *Carta (...) sobre a fortificação de Jerumenha...*, ff. 166-168.

⁹⁷⁷ *Idem*, f. 167v.

⁹⁷⁸ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, p. 36.

⁹⁷⁹ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

⁹⁸⁰ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, pp. 36, 41.

*circunferência que requeria tempo, gasto, & muita gente para goarnição*⁹⁸¹. Mas sendo obra necessária, Matias de Albuquerque ordenou que se elaborassem as suas trincheiras e baluartes, “*os quais se obrarão concorrendo o Clero, nobreza, & povo com gosto igual ao animo que fez crer brevemente a obra*”⁹⁸². À parte da fortificação, ficou sublinhado pelo governador que as obras da ponte de Olivença também requeriam especial cuidado “*porque se os Castelhanos se fizessem Senhores della, ficava Olivença cortada por esta parte principal não podendo socorrerse mais, que pelo vão de Juromenha distante duas legoas*”⁹⁸³. Desta forma, o governador deu ordem para que o engenheiro português Sebastião Pereira de Frias efetuasse um arco em cada uma das entradas da ponte, com pontes levadiças⁹⁸⁴.

Relativamente à fortificação, Charles Lassart efetuou o reconhecimento da praça, em maio de 1642, determinando-se o aproveitamento da cerca existente no lado norte da defesa, à qual se adoçariam três baluartes: de Santa Quitéria, da Corna e de Santa Ana (ou São João de Deus). Era nesta zona da fortificação que se situavam as portas da Corna e do Calvário, esta última alvo de ataque por parte dos castelhanos em setembro de 1641⁹⁸⁵, tal como citado no capítulo anterior.

Segundo informação de Lassart, em 1642, a cortina de muralha entre esta porta e os baluartes adjacentes estaria em altura mais considerável do que aquando do ataque do inimigo no ano anterior⁹⁸⁶ (**Fig. 20**).

A zona sul da praça ficaria encerrada com trincheiras e com os baluartes de São Francisco, São Brás e São Pedro. No entanto, “*en 1642 solo se había conseguido cerrar*

⁹⁸¹ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, pp. 8-9.

⁹⁸² *Idem*, p. 9.

⁹⁸³ *Idem*, p. 77.

⁹⁸⁴ *Ibidem*.

⁹⁸⁵ Em março de 1641, já a correspondência entre o Governador D. João da Costa e D. João IV, alertava para avisos que se “*tiveram de Badajos (...) do desenho com que o enemigo está de fazer facção cometendo Elvas, Olivença, ou outro lugar dos daquela fronteira*”. Tendo notícia de que o ataque a Olivença se iria dar em setembro, o Governador ordenara que as guarnições “*de Estremoz, e de outras partes havia de hir em seu seguimento*”. O monarca apoiou este socorro informando que “*passão a essa banda quantidade grande de armas de fogo, e dinheiro*”. *Carta de D. João IV para Dom João da Costa, a informar que apoia as prevenções em Olivença, enviando armas de fogo e dinheiro*. 20 de setembro de 1641. BNP, Cod. 6916, f. 85. *Carta de D. João IV para que Dom João da Costa promova os esforços necessários para socorrer Elvas e Olivença, por o inimigo pretender empreender ataque*. 26 de março de 1641. BNP, Cod. 6916, f. 67. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 10 e 13**, pp. 40, 43-44.

⁹⁸⁶ Note-se que já em janeiro de 1641, os castelhanos investiam no “*numero de gente de Infantaria e de cavallo (...), ajuntando em Badajos e em outros lugares da Raya*”. *Carta de D. João IV para Dom João da Costa ter especial cuidado com os lugares de fronteira por o inimigo se estar a preparar em Badajoz*. 21 de janeiro de 1641. BNP, Cod. 6916, f. 53. *Consulta do Conselho de Guerra sobre informações que Charles Lassart deu da fortificação de Olivença, 1642*. ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 2, doc. 153. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 7**, pp. 38-39

*el circuito abaluartado com uma trincheira lo suficientemente alta como para que no pudiese ser escalada com facilidade*⁹⁸⁷, pelo que a obra não se encontrava em perfeição.

Note-se que, a par de Olivença, Elvas foi desde cedo primordial no projeto da defesa unificada da província do Alentejo, por ser considerada “*a praça principal*”⁹⁸⁸, tendo, inclusive, sofrido o primeiro ataque do inimigo a 2 de setembro de 1641⁹⁸⁹ (**Fig. 20**). Assim, nesse ano, o governador do Alentejo Martim Afonso de Melo⁹⁹⁰ construiu um reduto com base num projeto inicial de Matias de Albuquerque, que tendo muitos padraços a dificultar no terreno, “*fez por então nelles algumas minas*”. Albuquerque havia dado início aos fossos abertos⁹⁹¹ em penha viva e às paliçadas das portas de Évora e de Olivença. Por se situar num grande outeiro, a defesa desta última porta foi assegurada por uma meia-lua de terra e faxina com parapeito. Dessa dita porta até à dos Banhos e à de Évora, concluíram-se quase todas as cortinas e barbacã, reduzindo-a a falsa-braga para se poder efetuar uma defesa baixa à prova de canhão e um recetáculo em que fossem antes sacrificadas as ruínas do muro alto, caso fosse batido.

⁹⁸⁷ Julián García Blanco, “La fortificación de abaluartada...”, p. 40.

⁹⁸⁸ “*Ella está situada em terreno eminente, com declinação para a banda que olha a Castella, e a respeito de hum profundo valle, regado pelas agoas do pequeno Rio Ceto, que lhe fica para a parte opposta, entre a mesma cidade e o grande monte em que [se iria no século seguinte implementar] o Forte de Nossa Senhora da Graça, fica sendo de muita altura e de acesso difficil*”. José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, p. 9. A sua importância e monumentalidade levou a que as suas fortificações fossem classificadas como Património Mundial pela UNESCO, em 30 de junho de 2012. A fortificação de Elvas tem sido, até ao momento, objeto de inúmeras teses de doutoramento, dissertações de mestrado e estudos. Cf. obras sobre a fortificação de Elvas na bibliografia, entre as quais, Domingos Almeida Bucho, *Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações*; Domingos Almeida Bucho, “Justificação para a inscrição das fortificações de Elvas na lista do Património Mundial”; Eurico Gama, *Elvas: Rainha da Fronteira*; Rui Jesuíno, *Elvas – Histórias do Património*; Amílcar Morgado, *Elvas – Praça de Guerra (Arquitectura Militar)*; Edwin Paar, “As fortificações seiscentistas de Elvas e o primeiro sistema holandês de fortificação”, Tiago Prazeres, *O Forte de Nossa Senhora da Graça. Arte e Regra do Desenho*.

⁹⁸⁹ *Relaçam da vitoria que alcançou em dous deste mes de Sete[m]bro, o general Martim Afonso de Melo, nos campos da cidade de Elvas, contra o inimigo castelhano*, 1641. BA, 55-III-12 (1).

⁹⁹⁰ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

⁹⁹¹ Estes ficaram incompletos por representarem enorme despesa monetária. Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 9.

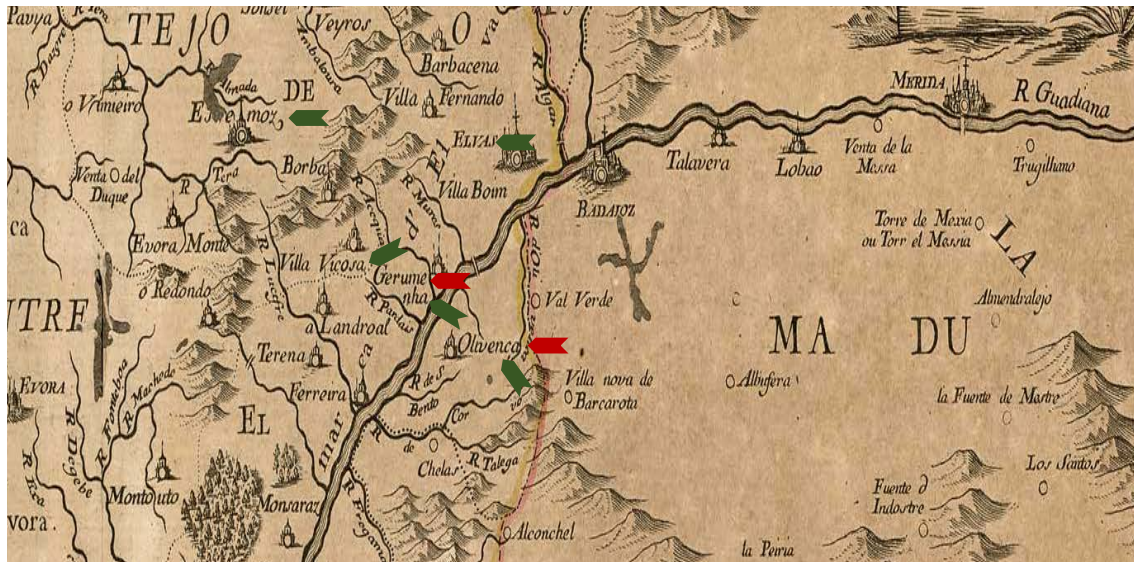


Fig. 20

Aglomerado 1. Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas (ataques e conquistas das praças).

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:



Ataque castelhano à Praça:
 Olivença: 1641 (abr.-set.); 1645 (ago.);
 1648 (jun.); 1657 (mai.).
 Juromenha: 1646; 1648 (jun.); 1658
 (out.); 1662 (mai.-jun.).
 Vila Viçosa: 1645-1648; 1662 (mai.);
 1663 (jun.); 1665 (jun.).
 Elvas: 1641 (abr.-set.); 1644 (nov.);
 1647 (jun.); 1648 (mai.); 1658 (out.);
 1659 (jan.-jun.).
 Estremoz: 1646 (set.); 1659 (mai.);
 1663 (jun.).



Conquista da praça pelos castelhanos:
 Olivença: 1657 (mai.).
 Juromenha: 1662 (jun.).

Entretanto, reforçou-se em Elvas a defesa de artilharia, dispendo-se algumas peças nas antigas torres e elaborando-se plataformas de madeira viradas para Castela. Matias de Albuquerque pediu que fossem fornecidos cestões para a artilharia de reserva e cavaletes que servissem de trincheira⁹⁹².

Contudo, as obras pararam nesta fortificação por falta de apoio financeiro. Mas, ainda em 1641, o engenheiro militar Sebastião de Frias considerou redefinir o dito projeto já elaborado. Esta questão deu origem a que, em 1642, o engenheiro português João Ballesteros, o engenheiro holandês Cosmader, o engenheiro francês Lassart e o engenheiro italiano Hieronimo Rozetti constituíssem uma Junta nomeada pelo rei e

⁹⁹² *Idem*, p. 10.

subordinada ao Conselho de Guerra, para estudar o traçado do forte de Santa Luzia⁹⁹³, de planta estrelada, de forma a que ocupasse “*menos gente, & que fosse tal sua capacidade, que pudesse defenderse com a brevidade, que requeria o justo temor*”⁹⁹⁴. Foi erigido em penha dura e funda, não conseguindo as minas danificar para abrir o fosso. Hieronimo Rozetti elaborara no forte quatro baluartes, constituindo a primeira linha fortificada de defesa desta praça de traçado tenalhado, com caminho coberto e sem esplanada, com planta estrelada⁹⁹⁵. Mas a Lassart pareceu mal a obra de Rozetti, por não ter regularidade e por não primar pela dureza das suas cortinas e baluartes com proporções corretas. Não querendo continuar a obra, Lassart considerou melhor efetuar uma nova. No entanto, Ballesteros e Cosmander não foram da mesma opinião, pelo que ficou a fortificação provisoriamente parada. Matias de Albuquerque retomou à pressa a construção do forte, elaborando-se uma camisa de pedra e cal e a construção das suas portas, alojamentos e cisternas⁹⁹⁶.

Entretanto, o general Martim Afonso de Melo deu início à construção do forte de São João, em forma de tenaça, resultando numa defesa mais baixa da cidade. Junto a este forte, continuou-se a fortificação principal de Elvas, elaborando-se trincheiras e baluartes, com um reduto a descortinar a defesa⁹⁹⁷.

A 19 de dezembro de 1642, o tenente-general de artilharia, Rui Correia Lucas, juntamente com os engenheiros militares Cosmander e Jean Gilot procederam à inspeção da praça de Olivença⁹⁹⁸. No mesmo ano, Cosmander terá traçado o seu projeto⁹⁹⁹, mantendo o recinto básico de Matias de Albuquerque, mas adaptando-o ao seu modo de fortificar holandês¹⁰⁰⁰, abrindo-se cavas em torno do recinto defensivo¹⁰⁰¹. Este enfrentara dificuldades na sua construção, devido à oposição dos moradores, que não aceitavam ver

⁹⁹³ Domingos Almeida Buchó, *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo (Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre)*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2000, p. 455.

⁹⁹⁴ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 74.

⁹⁹⁵ Antonio Pais Viegas, *Relação dos sucessos...*, f. 41.

⁹⁹⁶ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 74.

⁹⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁹⁸ Cosmander chega a elaborar um requerimento pedindo que se efetuem reparações nas fortificações para adequada defesa. *Requerimento do jesuíta Joannes Pateh Cosmander pedindo que o vedor da Artilharia faça reparações nas fortificações ou que as mesmas possam ser feitas pelo requerente*, 1642. Arquivo Histórico Militar [AHM em diante]: PT/AHM/DIV/1/02/2/08. Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario Histórico...*, Vol. 1, p. 234.

⁹⁹⁹ Edwin Paar, “As fortificações abaluartadas de Olivenza durante a Guerra da Restauração”, in *Encuentros/Encontros – Revista luso-española de investigadores em Ciencias Humanas y Sociales*, Olivenza, Ayuntamiento de Olivenza, 1989, p. 390.

¹⁰⁰⁰ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, p. 41.

¹⁰⁰¹ João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, Edição do Autor, 1943-1948, Vol. III, p. 207.

as suas casas demolidas e arrabaldes fora dos muros de defesa¹⁰⁰², tendo-se reaproveitado pedras da antiga defesa para parte da construção da nova cintura de muralhas¹⁰⁰³. Segundo Luís Serrão Pimentel, representando uma questão sensível em termos de defesa entre obras e para os próprios moradores da localidade, a obra deveria ser tratada com toda a diligência, devendo albergar-se intramuros o mais que fosse possível dos povoados¹⁰⁰⁴.

De facto, o reaproveitamento de estruturas era uma questão pertinente durante o conflito, uma vez que se tinham de adaptar o mais brevemente possível as praças-fortes a possíveis ataques surpresa do inimigo. Segundo Julián García Blanco, por norma os moradores eram partidários do respeito pelo já construído, para não perderem as suas propriedades, mas as autoridades militares defendiam que se traçassem as fortificações segundo critérios que abrangessem trabalho eficiente e económico, pois as praças-fortes em que se tinham de efetuar obras no Alentejo eram muitas. Estes critérios prevaleciam, mesmo que implicassem, por vezes, a demolição das construções já existentes¹⁰⁰⁵, e esta era uma ideia usualmente defendida pelos projetos de Cosmander.

Enquanto o Conselho de Guerra se deparava com os problemas dos projetos em Olivença, a 13 de julho de 1643, o citado Conselho deu ordem para que o engenheiro Lassart fosse assistir novamente na praça de Elvas, prosseguindo com os trabalhos na fortificação sob as ordens do mestre de campo geral¹⁰⁰⁶.

Nesse ano, as obras prosseguiram em boa forma em praticamente todas as fortificações da província, sendo que o governador D. João da Costa¹⁰⁰⁷ ia fazendo boa

¹⁰⁰² “Una parte de la población se había extendido extramuros formando arrabaldes, que carecían de defensa y por tanto podían ser asaltados por los castellanos em cualquier momento”. Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, p. 36.

¹⁰⁰³ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 4.

¹⁰⁰⁴ “(...) não se devem arruinar as povoações mais que no que for muito preciso, como nos sítios por onde he força corrão as muralhas Terrapsnos [sic], Fossos, & mais obras que propriamente pertencem à Fortificação; mas todavia algumas ruas principaes para as portas, Estrada das armas, & Praça de armas principal ainda que não seja precisamente no meyo da povoação, como tambem as praças particulares se devem admitir ainda que sejam em qualquer lugar, pois de outro modo será necessário arruinar tudo & tornar a edificar á vontade, que se não faz tão facilmente com a obra como com o pensamento ou como o desenho no papel, quando ainda houvera cabedal para executar”. Luís Serrão Pimentel, *Método Lusitânico...*, ff. 324-325.

¹⁰⁰⁵ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, p. 37.

¹⁰⁰⁶ *Decreto do Conselho de Guerra mandando passar, imediatamente, a ordem necessária para que o engenheiro Lassart fosse a Elvas e ficasse à ordem do mestre de campo geral*, 13 de julho de 1643. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 3, doc. 129. *Carta régia para Dom João da Costa indicar o que se determinou sobre as fortificações de Elvas, Campo Maior, Olivença, e Villaviçosa*. 12 de novembro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 134. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 35**, p. 57.

¹⁰⁰⁷ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

diligência de todo o dinheiro que lhe era enviado¹⁰⁰⁸. A 20 de novembro de 1643, o monarca enviou mais 16.000 cruzados, remetendo mais dinheiro após quinze dias, “*para que lusa o trabalho, e o dinheiro, e obra seja de duração, e se faça com a perfeição que convem*”¹⁰⁰⁹.

Ainda a partir de 1643, atuaram nas obras da fortificação de Elvas Cosmander e Gilot, que vieram impulsionar o seu traçado final, com a ajuda do tenente-general Rui Correia Lucas¹⁰¹⁰.

Segundo notícia do cónego Ayres Varela, Cosmander tinha o intento de derrubar as torres e muros das antigas defesas, bem como os conventos de São Francisco, de São Paulo e de São Domingos. Opondo-se os moradores, apenas se demoliram as torres e os muros, “*o que custou muito pelo material de que foraõ feitos e usaraõ entaõ de minas de pólvora*”¹⁰¹¹.

Neste sentido, por confrontos de opiniões, por falta de dinheiro e “*pela remissão, com que os Corregedores, Juizes de fora, e mais justiças dessa província acodem com os offiçiaes*”¹⁰¹², as obras desta fortificação e das restantes da província efetuavam-se com menos diligência desde o início de 1644, muito embora em agosto se determinassem aspetos relacionados com as obras de defesa da praça de Elvas, juntamente com as de Olivença e Campo Maior, formando uma defesa unificada¹⁰¹³. Além da possível intervenção de Langres¹⁰¹⁴, sabemos que neste ano trabalhava em Elvas o engenheiro português António Rodrigues¹⁰¹⁵.

¹⁰⁰⁸ O Governador dispunha as regras para a boa fortificação das praças, que lhe era possível ausentar-se para assistir na corte de D. João IV quando este assim o requeria. *Carta régia a pedir a assistência de D. João da Costa na Corte*. 14 de dezembro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 144. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 27**, p. 53.

¹⁰⁰⁹ *Carta de D. João IV para Dom João da Costa sobre o envio de dinheiro para as fortificações da província do Alentejo e sobre a assistência de Cosmander, Lassart e Gilot nas mesmas*. 20 de novembro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 138. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 36**, p. 58.

¹⁰¹⁰ Domingos Almeida Bucho, *Herança cultural...*, p. 451.

¹⁰¹¹ *Theatro histórico da fundação e antiguidade de Elvas - Notícias da cidade de Elvas, tiradas dos papeis, que escreveu pelloos anos de 1654 o Doutor Ayres Varela, Conigo magistral da mesma cidade*. BNP, Cod. 10868, f. 64.

¹⁰¹² *Carta de D. João IV para que Dom João da Costa faça cumprir a diligência necessária para se avançarem as obras de fortificação na província do Alentejo*. 28 de março de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 146. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 38**, p. 59.

¹⁰¹³ *Carta régia a D. João da Costa, sobre o real d'agua que se deve dispender nas fortificações de Elvas, Olivença e Campo Maior e sobre a assistência de Cosmander*. Lisboa, 9 de agosto de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 154. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 42**, pp. 62-63.

¹⁰¹⁴ Gastão Melo de Matos, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Comissão de História Militar, 1941, p. 28. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 31 (Projeto da fortificação de Elvas e do Forte de Santa Luzia, por Nicolau de Langres, antes de 1661)**, p. 316.

¹⁰¹⁵ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, Tomo I.

Considerava-se que esta praça de Elvas deveria atuar como “*uma porta fechada aos exércitos de Castella*”¹⁰¹⁶ deixando-se apenas como serventia as existentes portas de Évora, de Olivença e dos Banhos. Desta forma, os seus moradores tinham a obrigação de reparar os muros e auxiliar nas obras de emergência mediante possível invasão. Eram supervisionados pelo sargento-mor João Álvares de Barbuda (1600-1666). Estando a fortificação longe da sua conclusão, escasseava o dinheiro para se executarem os projetos de obra. Porém, “*algum dinheiro que se descobrio no segredo de certa caza em que o guardou a avareza de seu dono, que idolatrava nelle quando vivo*”¹⁰¹⁷, permitiu dar-se início a obras exteriores, nomeadamente um reduto e meia-lua.

Em novembro de 1644, o general marquês de Torrescusa ocupou parte do espaço fortificado, intentando ganhar por expugnação a praça de Elvas¹⁰¹⁸, atacando o forte de Santa Luzia¹⁰¹⁹, que ainda estava em inícios de construção¹⁰²⁰ (**Fig. 20**). Embora não tendo sucesso, pela forte guarnição da praça, este evento originou que, após a sua retirada, se efetuasse, a cargo do general de artilharia Diogo Gomes de Figueiredo (1???-1685), a ligação do forte de Santa Luzia à praça por caminho-coberto.

Nesta altura, a fortificação era considerada imperfeita, uma vez que tendo sido traçada por Cosmander “*(a cujas traças, valor, & industria se deve muita parte do sucesso)*”¹⁰²¹, o seu recinto era demasiado extenso, sendo “*a fabrica muito grande*”¹⁰²², prevendo-se que tivesse oito baluartes onde podiam ser construídos, porque uma das partes era protegida pela próprio terreno e localização da fortificação.

Entretanto as obras avançavam em Olivença. A planta da fortificação seguiu claramente influência holandesa, possuindo planta poligonal estrelada¹⁰²³. Não querendo fazer-se dano às casas existentes, efetuaram-se as linhas de defesa mais dilatadas do que “*era necessário, e foy depois muito dificultoso fabricar de pedra & cal os baluartes*”¹⁰²⁴.

¹⁰¹⁶ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 2.

¹⁰¹⁷ *Idem*, p. 4.

¹⁰¹⁸ José Romão da Cruz, *Descripção de Portugal...*, p. 12.

¹⁰¹⁹ Pero Salgado, *Dialogo gracioso dividido em tres actos que contem a entrada que o Marques de Terracuça General de Castella fez na campanha da cidade de Elvas, tratando de a conquistar, & o forte chamado de Santa Luzia junto á dita cidade, & a retirada que fez à de Badajos com perda de muita gente sua; & de reputação*, Lisboa, Por Paulo Craesbeeck, 1645, f. 21.

¹⁰²⁰ Obrigando a guarnição da praça “*a uma defesa difficil*”. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 58.

¹⁰²¹ Antonio Pais Viegas, *Relação dos sucessos...*, f. 41.

¹⁰²² *Ibidem*.

¹⁰²³ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Plantas 25 e 26 (Projetos da fortificação de Olivença, projeto anónimo entre 1642-1657; e projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661)**, p. 345; morfologia do terreno de Olivença apresentada por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 65.

¹⁰²⁴ Luís de Menezes, *Historia de Portugal...*, Tomo I, p. 204.

O método de construção de terra e faxina, pelo qual o governador do Alentejo Matias de Albuquerque optou, permitiu o aceleração das obras e menor custo. É provável que também se tenha elaborado uma camisa exterior à muralha, para encerrar as trincheiras, complementando a sua defesa, elaborada com argamassa de terra, areia e água¹⁰²⁵. Diante dos ditos parapeitos escavou-se o fosso da praça. Determinou-se que as portas da fortificação seriam apenas três, denominadas de Santo António, do Calvário e Porta Nova, entaipando-se a da Corna. Mas os baluartes da defesa seriam nove. Este propósito indica-nos que a fortificação seguiu uma planta de circunvalação bastante ampla, respeitando-se a vontade dos seus moradores, albergando na defesa o máximo possível da povoação¹⁰²⁶. No entanto, esta representaria uma fragilidade na defesa da praça, pois embora existissem mais baluartes, sugerindo de antemão uma maior defesa, na verdade, a praça ficaria mais vulnerável, porque seria difícil de efetuar a sua manutenção estrutural e implicaria uma guarnição¹⁰²⁷ extensa, bem como grande número de munições. Por norma, uma fortificação com menos baluartes teria vantagens¹⁰²⁸, sendo que em todas as restantes praças-fortes do Alentejo se optou, de facto, por menos baluartes inseridos nas traças de defesa.

Independentemente desta questão, a obra avançava de forma rápida, tendo-se investido bastante nela, entre 1643 e 1645¹⁰²⁹. Desde finais de setembro de 1644, que o engenheiro militar Gilot supervisionava as obras nesta fortificação, por anterior decreto do Conselho de Guerra¹⁰³⁰.

Em outubro de 1644, D. João IV ordenou que fossem enviados à praça materiais imprescindíveis para se adiantarem as obras na fortificação. Um dos mais necessários era a madeira, enviando-se para esta praça “duzentas taboas de pinho”¹⁰³¹. No entanto, no início do mês de novembro, tanto as madeiras como outros materiais necessários à

¹⁰²⁵ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, p. 37.

¹⁰²⁶ Luís de Menezes, *Historia de Portugal...*, Tomo I, p. 204.

¹⁰²⁷ A emergência da Guerra da Restauração levou a que as guarnições das praças estivessem mal estruturadas e desorganizadas, o que se prendia pela dimensão das praças que era necessário guarnecer, pela quantidade de ataques que cada praça sofria, pelas necessidades do exército seguir em campanha contra o inimigo aquarelado, e também pela justificativa das baixas sofridas com os confrontos. Margarida Valla, em 2008, ressaltara a má estruturação da força militar no início da Guerra. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 51.

¹⁰²⁸ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada...”, p. 37.

¹⁰²⁹ *Carta (...) sobre as fortificações de Elvas, Campo Maior, Olivença, e Villaviçosa...*, f. 134. *Carta régia com lançamento de impostos para fazer face às despesas de guerra e fortificações de praças*, 22 de setembro de 1645. AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/49.

¹⁰³⁰ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos Governadores da província do Alentejo...*, Vol. II, p. 68.

¹⁰³¹ *Carta de D. João IV para Dom João da Costa, a informar do envio de madeira para se avançarem nas obras da fortificação de Olivença*. 3 de outubro de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 166. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 48**, pp. 66-67.

fortificação não haviam sido enviados, uma vez que o seu transporte era efetuado por meio de cavalgaduras alugadas, representando considerável despesa. Após considerações logísticas, considerou-se que o envio se fizesse mediante “*huma carroça das do trahim com seis mulas*”¹⁰³².

Evidenciando-se o atraso no envio dos materiais, o monarca deu nova ordem para que se desse melhor expediente das obras, sendo necessário que, em vez de uma carroça, fossem enviadas duas à praça de Olivença, por forma a seguirem mais materiais e se apressar a fortificação, de maneira a ficar “*em toda a perfeição*”¹⁰³³.

Desta forma, em 1645, a praça ficou encerrada e os seus baluartes em “*altura suficiente*”¹⁰³⁴ de defesa. Porém, sofrendo constantes ataques dos castelhanos, tal como ocorreu a 22 de agosto do dito ano, sendo necessária a marcha de 40 cavalos à volta de Olivença para emboscar uma esquadra de cavalaria paga do inimigo. Encontrando-se batedores de ambas as fações, a companhia do tenente João Ferreira da Cunha conseguiu emboscar a maioria dos cavalos e armas do inimigo¹⁰³⁵.

Mesmo tendo sido derrotados, as ofensivas castelhanas eram muito frequentes a esta praça, pelo que se entendia que a fortificação continuava “*fraca*”¹⁰³⁶, pois as investidas desmantelavam o que se avançara nas obras. Esta questão era intrínseca à falta de meios financeiros e humanos para o progresso das obras¹⁰³⁷. Além disso, Gilot necessitou de se ausentar para Leiden¹⁰³⁸, deixando a fortificação sem trabalho qualificado de chefia das obras.

No início de 1646, o governador de armas do Alentejo, João de Vasconcelos e Sousa, deu ênfase à defesa necessária desta praça, incidindo a sua preocupação sobre a

¹⁰³² Carta de D. João IV para Dom João da Costa, a informar que se deve fazer menor despesa no transporte da madeira para a fortificação de Olivença. 22 de outubro de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 174. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 49**, p. 67.

¹⁰³³ Carta de D. João IV para que Dom João da Costa mande duas carroças para fornecer os materiais necessários para a fortificação de Olivença. 5 de novembro de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 178. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 50**, p. 67.

¹⁰³⁴ Luís de Menezes, *Historia de Portugal...*, Tomo I, pp. 204-205.

¹⁰³⁵ *Certidão relativa aos serviços prestados por Custódio de Barros*. Mourão, 28 de agosto de 1645. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 52**, pp. 68-69.

¹⁰³⁶ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas de El Rey D. João IV para diversas autoridades do reino*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, Vol. IV, p. 12.

¹⁰³⁷ Edwin Paar, “As fortificações abaluartadas de Olivença...”, p. 390.

¹⁰³⁸ Henricus Joannes Witkam, “Jean Gilot (1614-1657) un ingeniero de Leiden muerto en Olivenza”, in *Encuentros/Encontros. Revista Hispano-Portuguesa de Investigadores en Ciencias Humanas y Sociales*, 1997, N.º 3, pp. 215-216.

ruína da ponte de Olivença¹⁰³⁹, tendo sido este o “efeito da campanha antecedente”¹⁰⁴⁰. Supunha-se que o inimigo, sabendo da fragilidade que provocara, iria certamente proceder a ataques diretos contra Olivença¹⁰⁴¹, e a praça necessitaria de reforçar a fortificação¹⁰⁴², devendo ainda usufruir do auxílio pleno da praça de Juromenha, “por dependerem da sua conservação muitos lugares de uma e outra parte do Guadiana”¹⁰⁴³.

Neste período, incentivou-se o financiamento para se adiantarem as obras na fortificação. Assim, a 19 de janeiro de 1646, a marquesa de Ferreira ofereceu “dinheiro e alguns fructos que se podião vender para do procedido se hir trabalhando na fortificação”¹⁰⁴⁴. Desse dinheiro, aos 31 dias do mesmo mês, foram enviados cerca de 13.000 cruzados para a fortificação, e em fevereiro mais 2.000¹⁰⁴⁵.

A 11 de abril de 1646, decretou-se que o imposto do real d’água deveria reverter para a fortificação de Olivença, bem como para as de Campo Maior e Elvas¹⁰⁴⁶.

Mais tarde, numa informação do governador da província do Alentejo, Matias de Albuquerque, datada de 21 de setembro de 1646, destaca-se que, efetuando o reconhecimento da ponte de Olivença para junto a ela se edificar um forte, tanto ele como o mestre de campo general, o general de artilharia e engenheiros militares, consideraram ser impossível de edificar por fora, não se podendo sequer recorrer à madeira “nem com couza alguma, e que a este respeito de nam poder haver aqui passagem, era inútil o trabalhar em fazer a fortificação”¹⁰⁴⁷.

¹⁰³⁹ *Entrada do Conde de Castello Melhor em Elvas, no Verão de 1645*. BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desde anno de 1643 ate 1646*. BNE, MSS. 8187, ff. 35-35v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documento, Documento 51**, p. 68; **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹⁰⁴⁰ “Na primeira vez que Leganes veyo governar as armas da Estremadura contra nos, pouquo mais obrou sua valentia, e indignação que contra as pedras da ponte de Olivença, que em Outubro de 1645 veyo quebrar”. Domingos Lopes Rosa, *Segunda relaçam...*, f. 377v. Luís de Menezes, *História de Portugal...*, Vol. II., Tomo I, p. 559. *Lembranças do Exercito de Leganes*. BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal...*, ff. 52-53v.

¹⁰⁴¹ O inimigo castelhano desejava conquistar a Ponte de Olivença, ou conseguir fortificar-se junto a ela, pois “lhe parecia, que fazendo se senhor daquele passo, nos poderia impedir o socorro de aquella praça, em tempo, que Guadiana levasse muitas agoas, que era a ocasião, em que elle a determinava cometer”. António Pais Viegas, *Relação dos successos...*, f. 30.

¹⁰⁴² *Carta sobre a Fortificação de Jerumenha e Olivença*. 27 de dezembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 173. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documento, Documento 93**, p. 107.

¹⁰⁴³ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, Vol. II., Tomo I, p. 560.

¹⁰⁴⁴ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas de El-Rey D. João IV...*, Vol. IV, p. 23.

¹⁰⁴⁵ *Idem*, p. 25.

¹⁰⁴⁶ *Idem*, p. 258.

¹⁰⁴⁷ *Carta a respeito de como o Exército se foi alojar à Ponte de Olivença, e outros particulares*. 21 de setembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 117v-118. *Quando se recolheo, e deu fim a Campanha o Exercito Portugues*. novembro de 1646. BNE, *Relações Manuscriptas...*, ff. 81v-82. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 80 e 88**, pp. 95-96, 104.

Entretanto, o dito governador informou D. João IV de que se deveria começar a fortificação de Juromenha, por estar a praça exposta e não servir de defesa conjunta com Olivença, também vulnerável como verificamos¹⁰⁴⁸. Por este motivo, aos 23 dias do mesmo mês de setembro (de 1646), se estabeleceu a planta da fortificação, sendo definido de vez o projeto de Langres como o mais propositado para adaptação ao terreno. Indignado com a escolha, Cosmander criticou o projeto, alegando a dificuldade que haveria para se pôr o mesmo em prática¹⁰⁴⁹.

Cosmander chegou a partir para Lisboa e a ausentar-se do Alentejo, sem consentimento ou licença do governador, que quando começou a organizar os terços de Juromenha, foi advertido de que o engenheiro militar já não se encontrava presente, o que era de “*perjudicial consequencia*”¹⁰⁵⁰ para a defesa do país. De facto, embora Langres tenha sido o autor do projeto, foi Cosmander quem ficou encarregue desta fortificação, pela ausência do engenheiro francês em trabalho noutras praças do Alentejo. Juntamente com Cosmander, determinou-se que deveria assistir na fortificação de Juromenha o mestre de campo general e os cabos do exército que na dita praça assistiam¹⁰⁵¹.

Posteriormente, a 5 de dezembro de 1646, Joane Mendes de Vasconcelos fez notar novamente a importância desta fortificação, sendo o local de travessia principal do inimigo para Olivença, Vila Viçosa e Borba. Era indispensável que se efetuassem brevemente melhorias na fortificação¹⁰⁵², “*porque nos nam arrependemos algum dia de o não haver feito*”¹⁰⁵³. Neste caso, devia aplicar-se dinheiro do imposto do real d’água¹⁰⁵⁴ “*com que se possa ir trabalhar nella, e ganharse o tempo de maneyra que em breve possa chegar a estado defensável*”¹⁰⁵⁵.

¹⁰⁴⁸ *Carta a respeito de como o Exército...*, f. 118. *Carta sobre a chegada do Exército a Jerumenha, e elle se reforçar com mais gente a respeito da do Inimigo*. 22 de setembro de 1646. ANTT, Mans. Liv. 610, ff. 120v-122. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 81**, pp. 96-97.

¹⁰⁴⁹ *Carta do Conde de Alegrete para D. João IV, sobre a fortificação de Jerumenha e auzentar-se o Coronel Cosmander sem licença*. ANTT, Mans. Liv. 610, ff. 122-123. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 82**, pp. 97-98.

¹⁰⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁰⁵¹ *Carta a respeito de como o Exército...*, ff. 119v-120.

¹⁰⁵² *Carta com as plantas d’Elvas, Olivença, Campo Mayor, Ouguella e Jurumenha*. 5 de dezembro de 1646. ANTT, Mans. Liv. 610, ff. 170-171. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 92**, pp. 106-107.

¹⁰⁵³ *Carta sobre a fortificação de Jerumenha*. 5 de dezembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 166-168. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 91**, pp. 105-106.

¹⁰⁵⁴ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre o modo e estado em que se acham as Fortificaçoens destas Praças, e dinheyro que há cahido dos Reaes d’Agoa, e Terças de Vossa Magestade*. 6 de janeiro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 182v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 94**, pp. 107-109.

¹⁰⁵⁵ *Carta sobre a Fortificação de Jerumenha e Olivença...*, ff. 173-173v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 93**.

Assim, no início de janeiro de 1647, este governador entregou 7.000 cruzados que o monarca havia enviado no ano anterior, para se despenderem nesta fortificação. Eram também necessários materiais e que se remetesse mais dinheiro para se prosseguirem as obras sem interrupções¹⁰⁵⁶.

Aos 26 dias do mesmo mês, Mendes de Vasconcelos, atuando no seu segundo governo, pediu o auxílio de Gilot nas obras da fortificação, sendo necessária a sua chefia na obra¹⁰⁵⁷.

Em junho do dito ano, sabemos que se trabalhava ativamente nesta fortificação, bem como nas de Olivença, Elvas e Campo Maior. Contudo, o dinheiro começava a escassear¹⁰⁵⁸, e seria “*grande lástima pararse com estas obras*”, havendo “*tempo pera as fazer*”¹⁰⁵⁹ à vontade, sendo nessa altura os dias maiores, o que permitiria avançar mais rapidamente na obra.

Em setembro, seria necessário remeter-se mais dinheiro para a fortificação, “*para que antes que entre o Inverno com rigor, fique posta em boa defesa*”¹⁰⁶⁰. Além disso, com a perda de Cosmader para os castelhanos, que o prenderam em 1647, recaiam maiores cuidados sobre Juromenha, pelo que seria necessário que Gilot voltasse a encarregar-se da fortificação¹⁰⁶¹, na qual deveria assistir permanentemente, com exceção de poder acudir a Olivença, por lhe ficar próxima e reforçar a defesa de Juromenha. Por esse motivo, se enviaram quatro meios canhões para Olivença, porque estando a fortificação a aumentar a bom ritmo, havia a necessidade de a reforçar com mais artilharia.

Em janeiro de 1647, Joane Mendes de Vasconcelos deu conhecimento ao Conselho de Guerra de que era imprescindível insistir-se na defesa principal de Olivença, trabalhando-se na sua fortificação com o empréstimo de 2.000 cruzados, sendo necessário

¹⁰⁵⁶ Carta (...) a respeito da resolução que se tomou..., ff. 183-184. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 95**.

¹⁰⁵⁷ Carta de Joane Mendes de Vasconcelos em que avisa do estado da Fortificação de Olivença e Trincheiras de Campo Mayor. 26 de janeiro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 193v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 97**, p. 110.

¹⁰⁵⁸ “*Seja Vossa Magestade servido ordenar que se nam falte com assistência de dinheyro aos Ingheneyros e principalmente a Jerumenha, e Campo Mayor que estam menos defensáveis, e tem pouco rendimento dos reaes d’agoa na mesma Terra que Elvas, e Olivença, ajudando se melhor desta contribuiçam*”. Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificaçoens de Elvas, Olivença, Campo Mayor, e Jerumenha. Elvas, 12 de junho de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 214v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 103**, p. 113.

¹⁰⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁶⁰ Carta de Martim Afonso de Melo sobre a Fortificação de Jerumenha. 11 de setembro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 274-274v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 109**, p. 117.

¹⁰⁶¹ Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificações de Elvas e Juromenha. 14 de setembro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 277v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 110**, p. 118.

mais dinheiro¹⁰⁶². Tal como em Juromenha, Gilot voltaria a ser o engenheiro militar encarregado desta obra¹⁰⁶³, sendo os seus trabalhos de referência, embora não se pudessem dissociar das anteriores obras efetuadas por Cosmander¹⁰⁶⁴.

O inverno desse ano foi bastante rigoroso, tendo a fortificação de Olivença sofrido danos¹⁰⁶⁵ dada também a qualidade dos materiais de construção (em terra e faxina)¹⁰⁶⁶. Em junho de 1647, trabalhava-se ativamente nesta obra. Sendo os dias de verão mais longos, eram favoráveis ao aceleração dos trabalhos, pelo que se deveria continuar a fortificação enquanto também se dispunha de tempo sem ataques do inimigo¹⁰⁶⁷.

Mesmo sem a fortificação reparada, a praça de Olivença estava bem guarnecida de pólvora, murrão, pelouros de chumbo, armas de fogo e madeira, caso se proporcionasse ataque surpresa por parte do inimigo. Desta praça, juntamente com as praças de Elvas, Campo Maior e Estremoz, se poderiam retirar excedentes para enviar a outras praças que carecessem dos referidos recursos¹⁰⁶⁸.

Entretanto, em outubro de 1647, o governador do Alentejo, Martim Afonso de Melo reconheceu que a praça de Juromenha estava “*desmantellada*”. Estando o inimigo aquartelado em Badajoz pronto para atacar, não lhe custaria “*muito oporlhe sitio*”¹⁰⁶⁹. Desta forma, reforçou-se a praça com o terço de infantaria do mestre de campo general Francisco Pires da Silva, juntamente com 600 infantes. Estes deveriam ajudar nas obras da fortificação, nomeadamente no que dizia respeito às “*Trincheyras, parapeitos, e estradas cubertas*”, para que caso o inimigo atacasse, se pudesse defender a praça de Juromenha¹⁰⁷⁰.

¹⁰⁶² *Carta sobre o modo e estado...*, f. 182. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 94**, pp. 122-123. Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos Governadores da provincia do Alentejo a El-Rey D. João IV*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, Vol. I, p. 125.

¹⁰⁶³ *Carta (...) do estado da Forteficação de Olivença e Trincheiras de Campo Mayor...*, f. 193v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 97**. P. Manuel Laranjo, *Cartas dos Governadores...*, Vol. I, p. 182.

¹⁰⁶⁴ Julián García Blanco, “La fortificación de abaluartada de Olivença...”, p. 41.

¹⁰⁶⁵ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos Governadores...*, Vol. I, p. 133.

¹⁰⁶⁶ Julián García Blanco, “La fortificación de abaluartada de Olivença...”, p. 45.

¹⁰⁶⁷ *Carta (...) sobre as fortificaçoens de Elvas, Olivença, Campo Mayor, e Jerumenha...*, f. 214v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 103**.

¹⁰⁶⁸ *Consulta do Conselho de Guerra sobre se retirarem excedentes das praças de Olivença, Elvas, Campo Maior e Estremoz, para ceder a outras praças do Alentejo que os necessitem*. 13 de janeiro de 1648. ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 8, doc. 42. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 118**, pp. 122-123.

¹⁰⁶⁹ *Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificações de Juromenha e Olivença*. 6 de outubro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 296v-297v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 113**, pp. 119-120.

¹⁰⁷⁰ *Ibidem*.

A situação de Olivença também não oferecia segurança. Por carta de 16 de fevereiro 1648, Gilot informou o citado governador de que a fortificação estava a degradar-se, apontando mais uma vez dificuldades financeiras. Como responsável da obra, Gilot defendia a elaboração do que considera ser imprescindível para defesa da praça-forte, nomeadamente portas, parapeitos, guaritas e estradas-cobertas. Estas obras deveriam efetuar-se durante a primavera de 1648, acaso se financiasse a obra¹⁰⁷¹.

Nessa altura, o Conselho de Guerra determinou consignar dinheiro para apoio às obras nesta fortificação, juntamente com a de Campo Maior. Até maio deveria acabar-se a fortificação por forma a estar defensável¹⁰⁷²: “*se não acabarem o mesmo tempo [tempo meteorológico], tornara arruinar o que se tem obrado, e ficarão as praças expostas a manifesto risco, ficando inutilmente gastado o que se tem despendido nellas*”¹⁰⁷³.

A 22 de abril de 1648, o governador advertiu D. João IV de que com a ausência de Cosmader, ainda em poder dos castelhanos, que estava encarregue das obras de fortificação de Juromenha, e depois de se pedir auxílio a Gilot para esta praça e para a de Olivença, Gilot estava ausente, pelo que se havia deixado de trabalhar na fortificação de Juromenha e pouco se avançava em Olivença. Relativamente a Juromenha, o governador opinava que “*em huma obra tam necessaria como esta e não haver pessoa particular a quem se encarregue nunca háde acabar*”¹⁰⁷⁴. Segundo o dito governador, se não se ocupassem desta fortificação urgentemente, mesmo que mais tarde houvesse dinheiro disponível para se continuar com a obra, esta já não teria utilidade nenhuma pois quando o inimigo a tentasse tomar iria conquistá-la facilmente.

¹⁰⁷¹ *Consulta (...) sobre se retirarem excedentes...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 118**.

¹⁰⁷² *Carta sobre a fortificação de Olivença e Juromenha*. 9 de maio de 1648. ANTT., Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 396v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 123**, p. 129.

¹⁰⁷³ Contudo, em setembro do dito ano de 1648, as obras em Campo Maior e Olivença apresentavam-se longe da sua conclusão, relembrando o governador Martim Afonso de Melo da falta de dinheiro que padeciam as ditas praças para o avanço nas fortificações. *Conselho de Guerra sobre se acudir com o dinheiro consignado para as fortificações de Alentejo principalmente Olivença, e Campo Mayor*. 4 de março de 1648. ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 8, N. 55. *Carta de Martim Afonso de Melo em que diz necessita dinheiro para se concluírem as fortificações das praças de Campo Maior e Olivença. E sobre outras noticias referentes ao inimigo*. 19 de setembro de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 574v-576. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 120 e 132**, pp. 124-127, 134-135.

¹⁰⁷⁴ *Carta de Martim Afonso de Melo para D. João IV, sobre a fortificação de Juromenha*. 22 de abril de 1648. ANTT, Mans. Liv. 610, ff. 387-388v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 122**, pp. 128-129.

O auxílio de Gilot veio em maio¹⁰⁷⁵, conseguindo-se progredir no trabalho de Juromenha de forma cuidadosa, não se tendo alterado o trabalho orientado por “*Cosmander mais que a serventia da porta, passar se a outro lugar onde fica mais defensável, e livre dos padraços que tem a cal nos da grandíssimo trabalho, e isto porque ha de ir de Elvas, Villa Viçosa, e Olivença*”¹⁰⁷⁶.

Entretanto, a 15 de maio de 1648, as receitas da décima¹⁰⁷⁷ aplicada à sardinha de Barranca foram destinadas à fortificação de Olivença, para se concluir com brevidade a obra, que era dada por Gilot quase como concluída¹⁰⁷⁸. No entanto, apenas a 17 de junho foram enviados cerca 24.000 cruzados a dividir para as obras nesta fortificação e na de Juromenha¹⁰⁷⁹. Porém, na madrugada de 18 de junho, o inimigo atacou de surpresa a praça de Olivença, avançando por quatro direções, “*arrimando escadas, e petardos, à muralha*”¹⁰⁸⁰ (**Fig. 20**). Uma das direções foi o baluarte da Rainha, fazendo-se “*senhores delle mais de trezentos soldados com o Mestre de campo Dom Francisco Carneiro, corregedor de Badajoz, a quem o ataque, & entrada deste baluarte fora recomendado*”¹⁰⁸¹. A segunda direção de ataque foi cometida pela porta de São Francisco, onde investiram com quatro petardos, estando no comando deste ponto Cosmander, que se havia aliado aos castelhanos. Não podendo o engenheiro militar abrir caminho desta forma, auxiliou-se dos artilheiros para conseguir o intento de entrar pela dita porta. De seguida, também o baluarte de São Francisco foi conquistado, bastando pouco número de soldados castelhanos para nele penetrarem, utilizando “*escadas curtas*”.

A última direção de ataque que os castelhanos tomaram foi o baluarte de Santa Ana, no qual conseguiram “*meter quasi trezentos homens*” que se haviam organizado sob o comando do capitão de cavalos Massacan e do mestre de campo D. Sancho de Monroy, no postigo da fonte da Corna, junto à antiga muralha. Neste postigo “*puserão hum*

¹⁰⁷⁵ *Carta de Martim Afonso de Melo sobre Gilot se resolver ficar este verão trabalhando nas fortificações das praças desta provincia que necessitarem*. 27 de maio de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 416. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 125**, p. 130.

¹⁰⁷⁶ *Carta (...) sobre a fortificação de Olivença e Juromenha...*, ff. 396v-397. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 123**.

¹⁰⁷⁷ “*Face à crise que o reino atravessava, o poder administrativo e as populações tiveram que aceitar as condições de contribuir também com a décima, embora com as devidas reclamações*”. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 51.

¹⁰⁷⁸ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas de El Rey D. João IV...*, Vol. IV, p. 489.

¹⁰⁷⁹ “*Esta suma se dividiria em dos partidas (la primera de 15.000 y la segunda de 9.000)*”. Julián García Blanco, “*La fortificación de abaluartada de Olivença...*”, p. 48. *Idem*, Vol. I, p. 248.

¹⁰⁸⁰ *Carta de Martim Afonso de Melo para D. João IV, sobre a notícia que dá a Sua Magestade do mau sucesso que teve o inimigo na entrada e assalto de Juromenha e da grande mortandade que neles fizeram os nossos e de como também morreu Cosmander*. 19 de junho de 1648. ANTT, Mans. Liv. 610, ff. 435-437. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 126**, pp. 130-131.

¹⁰⁸¹ Domingos Lopes Rosa, *Segunda relaçam...*, f. 380v.

*petardo, que levou as portas, & por ser baixo se desmontaraõ 40 cavallos, que levava de rédea, & entraraõ na praça (...) apoz eles entraraõ também mais de sessenta infantes, que com bombas, & lanças de fogo hiam ganhando as ruas*¹⁰⁸².

Embora tivessem conseguido entrar 300 castelhanos dentro da praça, a guarnição portuguesa acudiu em todas as frentes. Como resultado, dos 300 morreram 154, “*todos officiaes vivos, e reformados*”¹⁰⁸³, 35 feridos foram enviados para o hospital em Elvas, entre os quais se encontravam “*trez cappitaens, dous de Infantaria, e hum de cavallos*”.

Assim, o exército português conseguiu reconquistar a porta junto aos baluartes de São Francisco e de Santa Ana, tendo mais dificuldade em recuperar o baluarte da Rainha, pois, tendo já falecido o mestre de campo D. António Ortiz e o governador D. João Tello, estando gravemente ferido o governador de Olivença D. João de Menezes¹⁰⁸⁴, os portugueses não ousaram empenhar-se neste baluarte. Porém, “*animados com a pratica que lhe fez o capitaõ Antonio Jaques, remeteraõ como leões, com tanta braveza, & valentia que toquandose a trombeta a degolar, feriaõ os nossos a muitos Castelhanos, matavaõ outros, ou os tomavaõ as mãos, ou os faziaõ saltar do baluarte abaixo sendo os que o ocupavaõ de muito valor*”¹⁰⁸⁵.

Foi desta forma que o exército português recuperou a praça de Olivença, que parecia estar perdida por breves momentos¹⁰⁸⁶. Recuperou-se também a artilharia que os castelhanos haviam, entretanto, saqueado durante o ataque.

Cosmander foi um dos primeiros a morrer¹⁰⁸⁷. Foi encontrado morto perto da muralha da porta de São Francisco, onde empreendeu o ataque, estando “*allado acima por madexas de murraõ, mal tratado do povo, assi da palavra, como de obra, pelo grande odio, que já contra elle tinham entranhado*”¹⁰⁸⁸. Para todos o verem, Cosmander foi colocado numa das escadas que ele próprio fabricara para entrar na fortificação à força, “*servindo lhe muitas horas de ataúde, & esquife, em que por charidade dos religiosos de S. Franciso foi enterrar à sua clausura*”. Nos seus bolsos terão encontrado esboços de

¹⁰⁸² *Ibidem*.

¹⁰⁸³ *Carta (...) do mau successo que teve o inimigo na entrada e assalto de Juromenha...*, ff. 435-437. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 126**.

¹⁰⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁸⁵ Domingos Lopes Rosa, *Segunda relaçam...*, f. 383.

¹⁰⁸⁶ *Relaçam da insigne vitoria, que o Governador das armas Dom Sancho Manoel alcançou dos castelhanos em que foi morto, Dom Sancho de Monroy seu Governador das armas, 1648*. BA, 154-III-2 (31).

¹⁰⁸⁷ “*Cosmander, se affirma, foi o primeyro que subio, e tambem foy dos primeyros que o pagárem com a vida*”. *Carta (...) do mau successo que teve o inimigo na entrada e assalto de Juromenha...*, ff. 435-437. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 126**.

¹⁰⁸⁸ Domingos Lopes Rosa, *Segunda relaçam...*, f. 384v.

fortificações, entre as quais a de Olivença, na qual tinha “*expresso, & delineado nella a gente que trazia, a marcha que fazia, postos repartidos, escadas arrimadas aos muros, & baluartes por onde avião de entrar, os petardos também obrando contra as portas*”¹⁰⁸⁹.

Entretanto, o governador do Alentejo Martim Afonso de Melo havia mandado de Juromenha para Olivença quatro companhias de cavalos, juntamente com o general de artilharia André de Albuquerque, tornando-se mais-valia para acudir à praça: “*bom fora que viramos vir muitos companheyros que nos ajudassem, e cabos de valor, porque as Praças sam muitas em Alentejo e há poucos homens nelas*”¹⁰⁹⁰.

Um dia depois, em 19 de junho, as mesmas forças do inimigo que vinham de Olivença efetuaram um ataque sem sucesso a Juromenha, mas, debilitadas, recuaram para Badajoz.

No final de julho de 1648, o governador da província do Alentejo voltou a pedir dinheiro para se avançarem as obras da fortificação de Juromenha¹⁰⁹¹, já a cargo de Langres¹⁰⁹², dado as investidas do inimigo em conquistar esta praça serem constantes.

Em setembro sabemos que se trabalhava na fortificação com grande dificuldade por falta de materiais (a cal vinha de Elvas), sendo que “*por milagre se nam tem rompido muitas vezes os comboys*”¹⁰⁹³. Isto devido às dificuldades de transporte, aos dias que o mesmo demorava, e à possibilidade de ataque por parte do exército castelhano, ou pilhantes.

Por despacho do Conselho de Guerra, deu-se prioridade às praças de Olivença e Campo Maior. Foram disponibilizados 5.000 cruzados para recuperação das suas fortificações, por se considerar serem as praças que mais careciam de defesa primária¹⁰⁹⁴,

¹⁰⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁹⁰ *Carta (...) do mau sucesso que teve o inimigo na entrada e assalto de Juromenha...*, ff. 435-437. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 126**.

¹⁰⁹¹ *Carta de Martim Afonso de Melo sobre a Praça de Olivença*, na qual se faz referência a Juromenha. 29 de julho de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 548v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 128**, p. 132.

¹⁰⁹² A 19 de agosto, Martim Afonso de Melo pediu que o monarca D. João IV servisse Nicolau de Langres com o posto de tenente de mestre de campo geral. *Carta sobre o engenheiro Nicolau de Langres*. 19 de agosto de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 559-560. *Carta de Martim Afonso de Melo sobre a falta de gente no exército e sobre várias fortificações*. 15 de julho de 1648. Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 463v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 127 e 129**, pp. 131-133.

¹⁰⁹³ *Carta de Martim Afonso de Melo em que se torna a lembrar a Sua Magestade o quanto precisa de dinheiro para se continuarem e acabarem as fortificações de Olivença, Campo Maior e Juromenha*. 25 de setembro de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 582. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 133**, p. 135.

¹⁰⁹⁴ *Conselho de Guerra sobre se acudir com o dinheiro consignado...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 120**.

trabalhando-se em Olivença com “*mayor aplicação pelo muito que convem pola defensável. Falta mandar V. M. algum dinheiro para que de todo não páre a obra*”¹⁰⁹⁵.

Prosseguiram as obras com fervor em Olivença, sendo que as portas da praça se costumavam abrir depois das quatro da madrugada para se trabalhar nas fortificações¹⁰⁹⁶. Foi contratado para trabalhar na obra como ajudante, o soldado português João Rodrigues Mouro (1620-1707)¹⁰⁹⁷, aprendiz de arquitetura militar e fortificação¹⁰⁹⁸, que trabalhava ativamente com os “*técnicos estrangeiros contratados*”¹⁰⁹⁹. Como seu mestre, Gilot incutiu-lhe os conhecimentos da matemática aplicada na prática à construção das fortificações.

D. João de Menezes, general da armada portuguesa¹¹⁰⁰, também colaborou fisicamente na elaboração da obra, depois do ataque efetuado pelos castelhanos¹¹⁰¹.

Nesse mesmo mês, quando o governador, Martim Afonso de Melo visitou Olivença, reprovou a extensa dimensão da fortificação, com nove baluartes¹¹⁰² considerados demasiado grandes¹¹⁰³, sendo “*alguns deles tão grandes que meia vila poderia caber num*”¹¹⁰⁴. Desta forma, pelo elevado custo da obra, sendo evidente a falta de financiamento por não haver verba suficiente, as obras não avançaram em boa forma de imediato.

¹⁰⁹⁵ Carta em que dá parte de como se trabalha nas fortificações das praças de Elvas, Campo Maior e Olivença. E de como a de Olivença vai indo mais vagar. 10 de setembro de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 569v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 131**, p. 134.

¹⁰⁹⁶ Domingos Lopes Rosa, *Segunda relaçam...*, f. 380v.

¹⁰⁹⁷ Trabalhou como ajudante na fortificação de Olivença, entre 1648 e 1680. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 201.

¹⁰⁹⁸ Formou-se em engenharia militar, através do seu trabalho prático na fortificação de Olivença. *Ibidem*.

¹⁰⁹⁹ Em 1647, o D. João IV pediu a D. João da Costa que tomasse “*à sua conta a protecção destes homens, recebendolhe seus papeis, ajudandoos, e encaminhandoos, para que alcancem despacho, e porque todos os seus são pella mayor parte no Conselho de Guerra, e Junta dos tres estados (...). Não se vote em nenhum requerimento de estrangeiro sem sua assistência, e que o mesmo se faça na Junta dos tres estados*”. Carta para Dom João da Costa proteja os estrangeiros que vêm servir na defesa do Reino. 14 de junho de 1647. BNP, Cod. 6916, f. 191. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 104**, pp. 113-114. Walter Rossa, Margarida Tavares da Conceição, Luísa Trindade, “Raia e Cidade”, in *Monumentos*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, p. 19.

¹¹⁰⁰ Jorge Pedro Sousa (coord.), *A Gazeta da ‘Restauração’...*, p. 132.

¹¹⁰¹ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada de Olivença...”, p. 49.

¹¹⁰² Possuía também oito revelins. *Castelos e praças-fortes de Alentejo*, BNP, MSS. 220, N.º 16.

¹¹⁰³ Juan Alvarez de Colmenar, *Les Delices de l’Espagne & du Portugal: qui comprend les six provinces du royaume de Portugal*, Ghent, Pierre Van der Aa, 1707, Vol. 4, p. 795. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 28 (Planta da fortificação de Olivença, por Juan Alvarez Colmenar, 1707)**, p. 315.

¹¹⁰⁴ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos Governadores...*, Vol. I, p. 300. Miguel de Carvalho Brilhante, *Juromenha...*, p. 37. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 200.

A obra que se deixou por fazer foi a estrada coberta, que Gilot pretendia terminar em outubro de 1648¹¹⁰⁵. A ausência deste engenheiro durante meses¹¹⁰⁶, provocou a estagnação temporária da obra, ainda que se tenha procedido ao envio de dinheiro por parte do monarca, em novembro de 1648 e em 19 de janeiro de 1649¹¹⁰⁷ e isenção do pagamento da sisa e portagem dos mantimentos que durante as guerras entrassem na praça¹¹⁰⁸. Havia claramente o objetivo de tornar a fortificação segura e bem apetrechada em termos defensivos, dada a sua localização próxima da Extremadura. Além disso, Martim Afonso de Melo relembra que no último ano e meio se trabalhara mais nas fortificações do que nos anos anteriores, pelo que seria uma enorme perda pararem-se as fortificações do Alentejo, que eram as “*mais consideráveis*”. Segundo ele, nesse ano ficariam muitas das praças “*fortificadas em tudo*”¹¹⁰⁹.

No entanto, o problema da fortificação de Olivença não se prendia apenas com as questões do financiamento. De notar são também os problemas com o governo da praça¹¹¹⁰, simultâneos aos ataques frequentes por parte do inimigo, bem como as intermitentes campanhas de obra. A ausência de Gilot na direção das obras tornou-se um entrave na condução dos trabalhos, no que respeitava às questões de rapidez da sua conclusão. Segundo António Martins Quaresma, há a probabilidade de as obras terem prosseguido sob o comando de militares e pelos provedores das obras, havendo o acompanhamento técnico dos ajudantes de fortificação, sendo que os “*trabalhos eram executados por um conjunto de mestres, apontadores, oficiais e serventes*”¹¹¹¹,

¹¹⁰⁵ No entanto, o caminho coberto ainda estaria por terminar em 1657. Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada de Olivenza...”, p. 50.

¹¹⁰⁶ A propósito desta ausência, o Conselho de Guerra pôs em dúvida o regresso de Gilot a Portugal e dos seus serviços. Assim, ponderou contratar o engenheiro militar holandês Pieter de Percheval. *Consulta do Conselho de Guerra sobre as questões pontuais da fortificação de Olivença*. 1649. ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 9A, doc. 175. Cristóvão Aires de Sepúlveda, *História Orgânica do Exército Portuguez. Provas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926, vol. XIV, p. 201. Luís Serrão Pimentel, *Método Lusitânico...*, p. 219. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 200.

¹¹⁰⁷ *Carta sobre as fortificações de varias praças da provincia e de outras mais cousas*. ANTT, Manuscritos da Livraria, L.º 610, ff. 630-630v.

¹¹⁰⁸ *Alvará de D. João IV para isenção dos direitos dos mantimentos que entrarem em Olivença, durante a Guerra*. Lisboa, 3 de agosto de 1649. ANTT, Chancelaria de D. João IV, Liv. XXI, f. 189. Publicado por José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica...*, p. 192.

¹¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹¹⁰ A 26 de janeiro de 1649, o governador do Alentejo Martim Afonso de Melo indica o seguinte: “*Seja Vossa Magestade Servido mandar pessoa que a haja de governar; pois hé de tanta importancia, e que assistem nella hoje dous Terços de Infantaria, e sete Companhias de Cavallos, além de que os Cabos mayores thé rezam que estejam na Praça de Armas, assi pera fazerem o que lhe toca, como pera os Governadores das Armas terem com que poder resolver, e comunicar as matérias, que cada dia se oferecem*”. *Carta de Martim Afonso de Melo sobre a praça de Olivença*. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 638v-639v. Cf. **Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 138**, p. 138.

¹¹¹¹ António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 208.

responsáveis por trabalhos de empreitada e pela construção de atalaias, para melhorar a segurança dos terrenos envolventes à fortificação, evitando os acampamentos do inimigo, “sendo alguns desses trabalhos como as ‘camisas’ dos baluartes e cortinas, dados de empreitada”¹¹¹².

Pode pressupor-se também a intervenção de Langres nas obras desta fortificação, uma vez que neste período era o único engenheiro militar a trabalhar nas fortificações da fronteira alentejana¹¹¹³.

Em fevereiro de 1649, assistiam como vedores das obras o general de artilharia do exército do Alentejo André de Albuquerque¹¹¹⁴ e o governador da província Martim Afonso de Melo, que requeriam mais dinheiro, havendo, à data, mais restrições nos seus gastos¹¹¹⁵.

Era necessário avançar na construção, uma vez que os moradores de Olivença manifestavam o seu interesse na defesa, pedindo ao Conselho de Guerra privilégios pelo valor com que obraram nas ocasiões em que o inimigo “procurou ganhar aquela praça”¹¹¹⁶. Decretou-se então que se fabricassem quartéis nos espaços vazios junto às muralhas, “capazes de acomodar a gente de guarnição, donde melhor os oficiais da milícia e soldados, possam accodir a sua obrigação”¹¹¹⁷.

Em setembro de 1649, o governador da praça de Olivença, António de Sousa de Menezes, alertou para a degradação das muralhas, sendo que não havia terraplenos para fortalecer a dita fortificação, ficando esta mais degradada com o inverno¹¹¹⁸. De facto, os baluartes da Rainha e de São João vieram a sofrer danos, bem como a cortina de ligação entre os baluartes de São Sebastião e de Santo António¹¹¹⁹.

¹¹¹² *Ibidem*.

¹¹¹³ Julián García Blanco, “La fortificación abaluartada de Olivenza...”, p. 50.

¹¹¹⁴ *Idem*, p. 51.

¹¹¹⁵ *Carta sobre a fortificação de Olivença*. 10 de fevereiro de 1649. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 654v-655. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 142**, p. 140. Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos Governadores...*, vol. II, p. 164.

¹¹¹⁶ *Veja-se no conselho de guerra, a Consulta inclusa do Dezembargo do Paço, sobre os privilegios que pretendem os moradores da villa de Olivença, pelo que tocca aas fortificações. E consulte-se logo o que parecer*. 4 de Fevereiro de 1649. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 9, doc. 6. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 139**, pp. 138-139.

¹¹¹⁷ *Decreto do Conselho de Guerra sobre concederem-se privilégios aos moradores de Olivença*. 15 de julho de 1649. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 9, doc. 45. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 143**, pp. 140-141.

¹¹¹⁸ *Sobre as questões pontuais da fortificação de Olivença...*, f. não numerado.

¹¹¹⁹ Humberto Nuno Oliveira, Miguel de Almeida Seixas, “A Praça de Olivença durante a Guerra da Restauração”, in *Lusíada. Revista de Ciência e Cultura*, Lisboa, Universidade Lusíada, 1995, p. 135. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 207.

Em janeiro de 1650, os oficiais da Câmara de Olivença deram conta ao Conselho de Guerra do “*miserável estado*”¹¹²⁰ em que se encontrava aquela praça, por ter falta de fortificação defensável e de guarnição, sendo que era “*objecto do inimigo, que não há de perder ocasião, se tiver, para lhe fazer dano*”¹¹²¹. Determinou-se que se projetasse uma estacada junto à muralha, suprimindo-se a ruína das fortificações da forma possível, bem como se elaborasse camisa de pedra e cal. Não havendo pedra suficiente, deveria recorrer-se ao ladrilho e cal, sendo a obra mais resistente e menos sujeita às ruínas sazonais provocadas pelas chuvas¹¹²².

Além disso, para as obras na fortificação deveria despender-se o dinheiro procedido das Terças, “*que é o principal efeito das fortificações delle, e as dilligencias que convirá se fação para se cobrarem os mais, e os quatro mil cruzados que para ellas offereção os Religiosos de alcobaça de suas rendas em cada hum anno, quando Vossa Magestade lhe fez merçe de Comenda*”¹¹²³.

Entre janeiro e fevereiro de 1650, o general de artilharia André de Albuquerque também alertou para a grande ruína na fortificação de Olivença, provocada, essencialmente, pelas condições meteorológicas, estando completamente exposta ao inimigo. Com o inverno, caiu a frente e o flanco do baluarte da Rainha, a frente direita do baluarte de São João, bem como o seu cavaleiro, e parte da cortina entre os baluartes de São Sebastião e de Santo António, prometendo “*mais ruinas*”¹¹²⁴.

Esta fortificação encontrava-se sem soldados suficientes para a guarnecer em todos os seus baluartes, sendo que apenas quatro deles estavam devidamente ocupados, ficando os restantes por defender. Para se evitar um mal maior, André de Albuquerque enviou ao aquartelamento o capitão Diogo de Aguiar, com um fundo de manutenção de “*tres mil crusados para acodir ao reparo das ruinas*”. No entanto, esta soma não permitia avanços significativos na obra¹¹²⁵. Desta forma, era então necessário aumentar a sua guarnição, devendo enviar-se tropas auxiliares, soldados pagos e cavalaria vindos de Évora e Vila Viçosa¹¹²⁶.

¹¹²⁰ *Decreto do Conselho de Guerra sobre a probabilidade de ameaças por parte do inimigo às praças de Olivença e Campo Maior*. 28 de janeiro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 27. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 146**, pp. 143-144.

¹¹²¹ *Decreto sobre o que André de Albuquerque escreve acerca da ruína que fez a fortificação de Olivença*. 10 de fevereiro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 10, doc. 41. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 149**, pp. 146-148.

¹¹²² *Sobre o estado da fortificação de Olivença...*, f. não numerado.

¹¹²³ *Ibidem*.

¹¹²⁴ *Acerca da ruína que fez a fortificação de Olivença...*, f. não numerado.

¹¹²⁵ “*tão pouco dinheiro (...), não se faria cousa de importância*”. *Ibidem*.

¹¹²⁶ *Ibidem*.

Embora com entraves, as obras na fortificação foram retomadas entre abril e maio de 1650, pedindo-se constantemente dinheiro para que estas não parassem de vez¹¹²⁷. No contexto existente à altura, caso o inimigo atacasse num dado momento, não teria qualquer dificuldade em conquistar para si a praça¹¹²⁸.

Urgentemente, se pediu que Langres comparecesse nesta fortificação e na de Campo Maior, nas quais deveria haver sempre a presença de dois engenheiros¹¹²⁹. Langres deveria trabalhar nos projetos de melhoria destas fortificações, e deveria ser acompanhado do engenheiro holandês Miguel de Timmermans¹¹³⁰, perito em trabalhar “*nos artifições de fogo com que se han de prover as Praças*”¹¹³¹.

Langres efetuou dois projetos para a fortificação de Olivença, e podemos colocar a hipótese deste engenheiro militar também ser o autor de um projeto anónimo para a mesma fortificação, datado entre 1642 e 1657¹¹³². No projeto anónimo observamos que os ângulos flanqueantes dos baluartes são essencialmente retos, havendo ainda a existência de um segundo flanco nas cortinas. O conjunto era composto por três portas, cobertas por revelins, sendo o da porta de São Francisco de dimensões menores quando comparado com os restantes.

Em maio de 1650, o governador da praça, António de Sousa de Menezes, informou o Conselho de Guerra de que se remeteram cerca de 5.000 cruzados de Elvas, para se aplicarem nas obras da fortificação de Olivença, devendo estas estar em estado consideravelmente avançado até junho do mesmo ano, embora as obras que estavam por fazer fossem de um gasto considerado superior, nomeadamente por serem “*de pedra e cal*”¹¹³³, e por se elaborar um forte “*em hum padraço*”¹¹³⁴.

¹¹²⁷ Humberto Nuno Oliveira, Miguel de Almeida Seixas, “A Praça de Olivença...”, p. 135.

¹¹²⁸ Em março de 1650, André de Albuquerque dera notícias de o inimigo intentar atacar a praça de Olivença, tendo facilidade em efetivar o ataque a seu favor. *Decreto do Conselho de Guerra sobre uma carta do Governador das Armas da Província do Alentejo, André de Albuquerque, a relatar possíveis ataques do inimigo a Campo Maior e localidades que lhe estão próximas*. 1 de março de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 67. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 153**, pp. 152-154.

¹¹²⁹ *Carta sobre Gilot se resolver ficar este verão trabalhando nas fortificações das praças desta provincia que necessitarem*. 27 de maio de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 416v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 125**, p. 130.

¹¹³⁰ *Sobre o Injineiro de fogo Miguel de Temesman*. 10 de julho de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 44-44v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 69**, pp. 86-87.

¹¹³¹ *Decreto (...) sobre noticias de o inimigo intentar atacar a praça de Olivença...*, f. não numerado.

¹¹³² Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Plantas 25 (Fortificação de Olivença, baseada em projeto anónimo, entre 1642 e 1657) e 26 (Projeto da fortificação de Olivença, por Nicolau de Langres, antes de 1661)**, p. 314.

¹¹³³ *Decreto do Conselho de Guerra sobre o que escreveo o Governador de Olivença em ordem a se enviar dinheiro para as fortificações daquela praça*. 5 de maio de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 131. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 159**, pp. 160-161.

¹¹³⁴ *Ibidem*.

Com efeito, em abril de 1651, o então governador das armas do Alentejo, D. João da Costa, indicou que dos 3.000 cruzados que se haviam anteriormente remetido para despesas de obra, apenas restavam 350.000 réis. Além disso, o “*Real dagoa daquela villa (...) não bastava para os salários dos mestres das obras, Apontadores, e guarda das ferramentas, lenha e Azeite dos corpos da guarda*”. Reduzindo estas despesas ao máximo, o governador considerou não haver dinheiro suficiente para se continuar a trabalhar “*na camiza das cortinas, e baluartes por empreitada*”¹¹³⁵. Em 1654, os moradores da praça pediram ao Conselho de Guerra mais 20.000 cruzados “*para se acabar toda a camiza de pedra*”¹¹³⁶.

Todavia, ainda em obras, e provavelmente já com parte dos seus nove potentes baluartes edificados, e possuindo um fosso com 120 pés de profundidade, com estruturas revestidas e bem fortalecidas, e com o auxílio externo de uma obra corna, a fortificação de Olivença foi conquistada pelo inimigo, em 31 de maio de 1657¹¹³⁷, após quatro tentativas falhadas por parte do exército castelhano sob comando do duque de San Germán, Francisco de Tutavilla y del Rufo¹¹³⁸ (**Fig. 20**). Jean Gilot, que voltara para efetuar vistoria à fortificação de Olivença, perdeu a vida nesta campanha, juntamente com o engenheiro militar português Diogo de Aguiar¹¹³⁹.

Com esta praça em seu poder, apenas em 1662 os castelhanos mudaram as suas guarnições, juntamente com as das praças de Arronches, também por eles conquistada¹¹⁴⁰, e na de Albuquerque, melhorando os mantimentos e munições e procedendo ao aumento

¹¹³⁵ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos Governadores...*, Vol. II, p. 206. Fernando Cortés Cortés, *Guerra e Pressão...*, pp. 50-51. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, pp. 207-208.

¹¹³⁶ *Decreto sobre a fortificação da villa de Olivença para a qual pedem os moradores della 20 mil cruzados para se acabar de todo a camiza de pedra que se lhe vaj fazendo*. 14 de abril de 1654. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 48. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 168**, p. 171.

¹¹³⁷ “*Na Primavera do anno d’657, saiu da Praça de Badajos com doze mil Infantes, & quatro mil Cavallos D. Francisco Tutavilla Duque de San German, sobre a Praça de Olivença (...) mais por fatalidade, & beneficio da fortuna, que por obra do valor, ou disposição militar, se appoderarão de Olivença aquellas Armas, & daí a poucos dias se lhes rendeo também a Praça de Mouram*”. António Barbosa Bacellar, *Relaçam da vitoria que alcançaram as Armas do muyto alto & poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659 contra as de Castella que tinham sitiado a Praça de Eluasindo, por General do Exercito de Portugal o Conde Cantahede Don Antonio Luis de Menezes, do Conselho de Estado, & Guerra, Veedor da Fazenda, etc.*, 1659, ff. 1-2.

¹¹³⁸ “*Fue rendida à la obediência de Su Magestad la fortíssima placa de Olivencia com gran reputacion de Sus Reales armas, que governo em esta empresa Don Francisco Tutavilla Duque de San German*”. Hierónimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, ff. 24-26v, 43. João Francisco Marques, “As Guerras da Restauração...”, p. 113.

¹¹³⁹ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, Tomo III, p. 44. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 207.

¹¹⁴⁰ Juan Gómez de Blas, *Sucinta relacion...*, f. 241.

da sua vigilância por intermédio de soldados pagos¹¹⁴¹: “*las armas Catholicas, le expugnaron a Portugal a Olivença; uma de sus mas importantes, y fuertes Plaças: de que resulta (...), hallará averse guerra ofensiva*”¹¹⁴². Olivença apenas foi devolvida a Portugal em 1668, no fim da guerra, voltando a incentivar-se os trabalhos na sua fortificação¹¹⁴³.

Entretanto, em Juromenha o panorama também não era animador. As obras caracterizaram-se por muitos atrasos, devido essencialmente à falta de disponível dinheiro. Deu-se um avanço mais significativo quando, em 1657, os castelhanos conquistaram a Olivença, que lhe antecedia na defesa. De facto, em outubro de 1658, os castelhanos efetuaram sem sucesso novo ataque a Juromenha (**Fig. 20**). Embora incompleta, estava já a praça dotada de imponentes cinco baluartes “*de gran capacidade*”, sendo dois inteiros e três meios-baluartes, com um fosso amplo e fundo, tendo sido ainda dotada de obras exteriores que auxiliavam a defesa principal¹¹⁴⁴.

As obras na fortificação prolongavam-se e uma explosão accidental dum paiol de pólvora a 19 de janeiro de 1659, arruinou grande parte das estruturas já edificadas¹¹⁴⁵. Posteriormente, no início de 1660, Langres efetuou novo projeto para esta fortificação. Entretanto, com a sua aliança a Castela, as obras foram entregues a Luís Serrão Pimentel. Mas a 16 de maio de 1662, servindo Filipe IV como sargento-mor de batalha de estado maior do exército, comandado por D. Juan de Áustria, Langres dirigiu a ofensiva e comandou a artilharia inimiga contra Juromenha.

Considerando Juromenha uma abertura viável no Alentejo, também o comissário general D. Antonio de Montenegro, acompanhado de sete companhias “*tomou as avenidas*”¹¹⁴⁶, por onde o exército português poderia impedir a sua entrada. Segundo os castelhanos, Juromenha era auxiliada pela própria natureza, pelo que consideraram que deveriam investir no ataque, pressionando-se o perímetro da sua fortificação¹¹⁴⁷.

¹¹⁴¹ *Ibidem*.

¹¹⁴² Pedro Valenzuela, *Portugal unido y separado*, Madrid, por Mateo Fernandes – Impresor del Rey, 1659, f. 50.

¹¹⁴³ Cf. *Planta da fortificação de Olivença, por Coquart*, 1705. BND: http://purl.pt/16992/2/cc-902-r_JPG/cc-902-r_JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 17 out. 2016).

¹¹⁴⁴ Hierónimo de Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 24.

¹¹⁴⁵ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, concelho de Évora*, Lisboa, ANBA, 1966, Vol. VII, p. 38.

¹¹⁴⁶ Hierónimo de Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 23v.

¹¹⁴⁷ Juan Gómez de Blas, *Sucinta relacion...*, f. não numerado.

A praça dispunha de pouca guarnição¹¹⁴⁸, oferecendo reduzida resistência, não possuindo mais “*cavalaria que huma companhia de cavallos*”¹¹⁴⁹.

Assim, aos 19 dias de maio de 1662, os castelhanos começaram a lançar bombas contra a praça, acrescentando o temor com uma bateria (**Fig. 20**).

O governador da praça Manuel Lobato, determinou que doze companhias de Moura defendessem as obras cornas da fortificação. Dentro da praça, estavam quatro companhias de Serpa e outras quatro do terço de Fernando de Mesquita Pimentel, outras seis companhias dos terços deste último protegiam a meia-lua, juntamente com o sargento Nicolas de Faria.

Três dias depois, os castelhanos foram auxiliados por um transporte que lhe veio da praça de Olivença, com 6 canhões e 500 Infantes para combater¹¹⁵⁰. Além disso, dispunham de seis barcas no rio Guadiana para se proverem durante o sítio¹¹⁵¹.

Nos dias seguintes, prosseguiram-se com os bombardeamentos contra a praça; bateu-se forte contra a meia-lua que dava para a parte do Guadiana, que permitia aos portugueses retirar água do rio para abastecimento. Entretanto, os castelhanos também elaboravam uma ponte de barcas para conseguirem atravessar a artilharia do lado de Badajoz e Olivença para Juromenha. Os castelhanos fizeram ainda um forte de campanha, o qual denominaram de furte de San Juan, situado numa eminência, dotando-o de quatro baluartes e artilhando-o com três peças de artilharia¹¹⁵².

No dia 26 de maio, os castelhanos ganharam a zona da estrada-coberta, das meias-luas e obras exteriores à fortificação, tendo-se chegado até ao fosso.

A artilharia da praça já não causava grande dano ao inimigo, que estava bem preparado para o ataque¹¹⁵³. Os castelhanos auxiliados por tropas italianas, a 4 de junho, dirigiram-se a um dos baluartes e começaram a picar a sua cortina. Os portugueses rebateram com grande quantidade de pólvora, abrasando as galerias feitas pelos

¹¹⁴⁸ A questão de existência de pouca guarnição foi uma constante durante toda a Guerra. Cf. *Alvará de D. João IV passado ao capitão Manuel da Câmara de Sá, para fazer uma leva de 1000 soldados nas ilhas dos Açores para o exército do Alentejo*, 30 de janeiro de 1649. AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/6.

¹¹⁴⁹ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos e relação do felice successo da celebre victoria do Ameixial oferecidos ao excelentissimo Senhor Dom Sancho Manoel Conde de Villafior*, Em casa de Jacob van Velsen, 1673, f. 9.

¹¹⁵⁰ Hierónimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 26v.

¹¹⁵¹ *Mercurio portuguez, com as novas da guerra entre Portugal & Castella*, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663. BNE, 3/60611(3), f. não numerado.

¹¹⁵² Hierónimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 32.

¹¹⁵³ “(...) los de la placa hizieron grandes fuegos, y señ de que estavam em los últimos trances de su defensa, pidiendo socorro à toda prissa”. *Idem*, f. 38.

italianos¹¹⁵⁴. Contudo, os castelhanos conseguiram continuar a picar partes da cortina da fortificação, arruinando-a grandemente. Além disso, terão ainda sido auxiliados pelo engenheiro militar Pierre de Saint-Colombe (que se unira à companhia de cavalos do comissário Juan de Ribeira), que terá ido reconhecer a linha de ataque dos castelhanos, para observar de onde poderia efetuar socorro¹¹⁵⁵. A 8 de junho, não houve outra hipótese para Juromenha, a não ser a sua rendição¹¹⁵⁶: “*rendiose esta Praça (de Juromenha) por el (...) Don Juan de Austria, a los 24 dias de assedio: em cuyo tiempo se le dispararon de nuestras Baterias 4500 valas de diversos generos de calibo: y se atrojaron dentro de sus Muros 528 Bombas*”¹¹⁵⁷.

Entre 10 e 22 de junho, os castelhanos desfizeram a linha fortificada e as fortificações da praça, ocupando-se em “*conduzir a Faxina, y Estacas de la Praça de Jurumenha*”¹¹⁵⁸. Assim, ficou como governador da praça o mestre de campo D. Fernando de Escobedo, tendo como guarnição mais de 800 infantas e cerca de 30 cavalos. Ao governador foi dada grande quantidade de dinheiro para investir nas fortificações da praça, nos reparos das muralhas¹¹⁵⁹ e nas casas, efetuando-se ainda novos armazéns e quartéis para a guarnição¹¹⁶⁰.

Tal como acontecera com a praça-forte de Olivença, também Juromenha voltou para a posse dos portugueses apenas com o fim da guerra, em fevereiro de 1668.

As constantes investidas a que Juromenha foi votada ao longo do conflito, assinalaram um marco importante no que refere às defesas mais interiores da província do Alentejo. É o caso da defesa de Vila Viçosa e Estremoz, que também fazem parte desta primeira concentração de praças¹¹⁶¹. Esta última praça, apresenta os seus baluartes incorporados na linha de muralha do castelo medieval e toda a cintura envolvente dos

¹¹⁵⁴ *Idem*, ff. 39-39v.

¹¹⁵⁵ Juan Gómez de Blas, *Sucinta relacion...*, f. não numerado.

¹¹⁵⁶ Hierónimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 42v.

¹¹⁵⁷ Juan Gomez de Blas, *Diaria relacion...*, ff. 253-253v.

¹¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹¹⁵⁹ Alexandre Carlos Guerreiro Vicente, *Museu na segunda linha de defesa da Juromenha: Vigilância e fronteira* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, p. 60.

¹¹⁶⁰ Juan Gomez de Blas, *Diaria relacion...*, ff. 254-254v.

¹¹⁶¹ Relembramos que Vila Viçosa já havia beneficiado da prévia influência italiana nas suas obras de transição, a partir de 1520. “(...) *il était déjà composé d’un plan quadrangulaire équipé de deux imposantes tours semi-circulaires aux angles opposés. Il était entouré de douves sèches, composé de remparts compacts et légèrement inclinés surmontés d’un parapet continu et perforé de canonnières. Sa silhouette s’approchait clairement du profil des forteresses italiennes modernes*”. Ana Teresa de Sousa, “Le modele de construction...”, pp. 1-13.

limites urbanos da cidade¹¹⁶², destacando-se a altura das suas cortinas¹¹⁶³. A fortificação foi mandada edificar em 1642 segundo plano elaborado por Cosmader e Gilot, devido à fragilidade dos velhos muros da cidadela medieval. A fortificação deveria elaborar-se com “*toda a brevidade, perfeição e segurança*”¹¹⁶⁴.

Neste contexto, já a 24 de outubro de 1643, o general de artilharia Rui Correia Lucas, juntamente com Cosmader e Gilot efetuavam vistoria a Vila Viçosa para definirem as obras necessárias a desenvolver na fortificação. Determinou-se o reforço da defesa com cortinas e com a elaboração de meias-luas. Como norma, para se efetuarem estas obras, foi necessário recorrer-se à cobrança do imposto do real d’água aplicado às fortificações na província do Alentejo¹¹⁶⁵.

Entretanto, temos notícia de que em 3 de novembro de 1643 o governador de armas do Alentejo, D. João da Costa, nomeou António Gonçalves Ferreira como executor do almoxarifado de Estremoz, com o objetivo de superintender na cobrança do imposto real d’água aplicado às fortificações da província do Alentejo, de cujo imposto beneficiaria a fortificação de Estremoz de uma parte¹¹⁶⁶.

Desta forma, entre 1643 e 1644, sob governo de Matias de Albuquerque, a defesa da cidade foi dotada de uma linha bastonada protetora, encerrada em polígono exterior¹¹⁶⁷, sendo este trabalho elaborado de forma ativa e de acordo com o pagamento dos empreiteiros¹¹⁶⁸, através da cobrança do real d’água¹¹⁶⁹.

¹¹⁶² Constituindo a sua fortificação “(...) *couraça de duplicados muros, por entre os quês desce uma estrada encoberta continuada da muralha da villa até o arrabalde*”. *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado.

¹¹⁶³ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹¹⁶⁴ “(...) *o Conselho de Guerra tendoo entendido pelas plantas que já estão feitas, e pelas mais diligencias que tiver conveniente, que se fação de novo, sobre o modo, custo e perfeição da obra, me consulte com brevidade o que parecer*”. *Decreto do Conselho de Guerra de D. João IV sobre a fortificação das praças de Evora e Estremoz*. Lisboa, 14 de novembro de 1642. ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 2, doc. 123. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 21**, p. 50.

¹¹⁶⁵ *Carta de D. João IV a D. João da Costa, comunicando lhe que nomea Antonio Gonçalves Ferreira, executor do almoxarifado de Estremoz para superintender na cobrança do real d’água aplicado na provincia do Alentejo ás fortificações*. 3 de novembro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 130. *Carta (...) a indicar o que se determinou sobre as fortificações de Elvas, Campo Maior, Olivença, e Villaviçosa...*, f. 134. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 33 e 35**, pp. 56-57.

¹¹⁶⁶ *Carta de D. João IV (...) que nomea Antonio Gonçalves Ferreira...*, f. 130.

¹¹⁶⁷ Luís de Marinho Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 35.

¹¹⁶⁸ *Carta de D. João IV a D. João da Costa, sobre a requisição da Camara de Estremoz para o pagamento da gente que trabalha nas fortificações d’aquella praça*. Évora, 25 de outubro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 126. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 32**, p. 56.

¹¹⁶⁹ Embora este imposto permitisse o avanço das obras de defesa, também representava “*grandes descaminhos, por não andarem arrendados*” da forma como o monarca encomendou às praças. Pelo que, D. João da Costa deveria fazer render o imposto, para que este se cobrasse por menos tempo e as praças estivessem defensáveis. *Carta para que Dom João da Costa faça render o rendimento do imposto real d’água para as obras de defesa*. 28 de março de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 148. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 39**, p. 59.

Além da questão das obras, também o reforço da artilharia era imposição necessária, sendo imprescindível o reforço com uma grossa trincheira em terra e faxina, com banquetas, parapeito e fosso¹¹⁷⁰.

No mesmo período, entre 1643 e 1644, o mestre de campo D. António Ortiz de Mendonça¹¹⁷¹ e Cosmader ficaram encarregues de dirigir a construção das cortinas e meias-luas de Vila Viçosa. Entre 1645 e 1648, as obras passaram a ser vistoriadas por superintendentes. Isto talvez se justifique pelos constantes ataques que o inimigo levava a efeito nas proximidades desta praça¹¹⁷². E, caso conseguisse chegar a ela significaria que as que a antecediam tinham sido conquistadas. Assim, em 12 de setembro de 1645, Lourenço Alves Torres foi nomeado superintendente das obras da fortificação; em 1646, foi nomeado o capitão Vicente de Matos (vindo a servir o mesmo cargo a partir de fevereiro de 1648); e em agosto de 1647, foi nomeado para as mesmas funções Mateus Serradas¹¹⁷³.

Em relação a Estremoz, em junho de 1646, fora necessário dotar a guarnição da praça de quatrocentas cravinas e algumas pistolas. No entanto, o governador de armas do Alentejo, Joane Mendes de Vasconcelos, informou o monarca de que estas armas eram insuficientes para a cavalaria da praça se defender devidamente, uma vez que as ameaças por parte do inimigo a Estremoz eram uma constante, pelo que seria necessário que se remetesse mais¹¹⁷⁴. Além disso, era necessário alojar e disciplinar mais “gente” na arte da guerra, para servir no exército, tanto nesta praça, como em Vila Viçosa¹¹⁷⁵.

¹¹⁷⁰ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 41.

¹¹⁷¹ Mestre de campo dos terços de Vila Viçosa e Olivença, entre 1643 e 24 de agosto de 1668.

¹¹⁷² A 1 de agosto de 1646, o inimigo “*havia aparecido junto a Villa Viçosa, com sete Tropas de Cavallos a roubar os guados e campos (...). Matara os Castelhanos algumas pessoas a sangue frio*”. Pelo que foi urgente armar, alojar e disciplinar a gente de guerra de Vila Viçosa e praças vizinhas, nomeadamente Estremoz e Borba. *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre um ataque que se intentou juncto a Villa Viçosa contra os Castelhanos*. 1 de agosto de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 72, 73. *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos em que se dá conta do estado em que se achão o Thenente General da Cavallaria e Governador dela*. 1 de agosto de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 71-72. *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre enviar as Praças de Estremoz, Borba, Vila Viçosa, o General d'Artilharia para armar e exercitar gente que Sua Magestade manda vir àquelas Praças*. 7 de agosto de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 79v-80. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 70, 71 e 73**, pp. 87, 89.

¹¹⁷³ Fortalezas.org: Fortificações.Mundo – Castelo de Vila Viçosa:

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2079&muda_idioma=PT (consult. 2 fev. 2018).

¹¹⁷⁴ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre cravinas e pistolas que chegaram a esta Praça*. 22 de junho de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 35v-36. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 68**, p. 86.

¹¹⁷⁵ *Carta sobre enviar as Praças...*, ff. 79v-80. “*(...) havia chegado a Estremoz com duas Companhias, e nam me dis com quanta gente*”. *Carta do Conde de Alegrete sobre avisos que há do Inimigo e Joam Soares Vivas*. 6 de setembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 101. “*(...) Estremos, mais de a metade faltão*”. *Carta a respeito de como o Exercito se foi alojar à Ponte de Olivença...*, f. 119. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 73, 79 e 80**, pp. 89, 94-96.

Entretanto, decorrendo as obras a bom termo em Elvas, foi necessário que o Conselho de Guerra ordenasse que a partir de julho de 1646, os militares franceses Belfigo e Aponul fossem prestar serviço de defesa e auxiliar na fortificação da praça durante o verão, para que as obras não parassem¹¹⁷⁶.

A 30 de agosto, Matias de Albuquerque deu conta de que ajustou “os mantimentos e as munições”¹¹⁷⁷, e compôs as carretas e cavalgaduras que iriam ser necessárias para transportar mantimentos de praça em praça, em caso de necessidade de auxílio eminente.

Esses mantimentos seriam necessários já em setembro de 1646, tendo os castelhanos intenção de empreender ataque à praça de Estremoz. Possuíam nos arredores de Badajoz cerca de 140 cavalos divididos por três companhias de infantaria, estando apenas à espera que chegassem tropas auxiliares para se efetuar o ataque. Também possuíam artilharia exposta nos pontos elevados, mas não dispunham de carruagens suficientes para a transportar pelos campos. Alguns soldados portugueses conseguiram ir ao seu encontro e efetuar uma emboscada, matando três castelhanos e fazendo outros dois prisioneiros¹¹⁷⁸.

Em janeiro de 1647, Joane Mendes de Vasconcelos volta a alertar para a importância do imposto do real d’água para os avanços nas obras das fortificações do Alentejo, nomeadamente em Estremoz e Vila Viçosa. Informa que parte do imposto se entregava ao “*Pagador d’Artilheria que serve de Thezoureyro das Forteficaçoens*”¹¹⁷⁹.

Não obstante, em fevereiro de 1654, estas duas fortificações continuavam por acabar, e a necessidade de defesa face às ameaças do inimigo era evidente. As Cortes de Vila Viçosa pediram ao Conselho de Guerra que para aquela praça fossem enviadas com urgência quatro companhias dos terços do Alentejo, até se concluir a fortificação¹¹⁸⁰.

¹¹⁷⁶ *Decreto do Conselho de Guerra determinando que pelo Conselho de Guerra fosse ordenado, em nome de El-Rei, aos franceses Belfigo e Aponul para partirem para o Alentejo e prestarem serviço na praça de Elvas durante o Verão.* 19 de julho de 1646. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 6, doc. 171.

¹¹⁷⁷ *Carta do Conde de Alegrete em que dá conta de como chegou a esta Praça, e das prevençoens que vay fazendo ácerca do Exercito.* 30 de agosto de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 89. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 75**, pp. 91-92.

¹¹⁷⁸ *Carta do Governador Conde de Alegrete sobre huma preza que tomou o Inimigo, e se lhe tornou a tomar.* 4 de setembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 98-99. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 77**, p. 93. Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, p. 384.

¹¹⁷⁹ *Carta (...) sobre o modo e estado em que se acham as Forteficaçoens...*, ff. 180v-181. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 94**, pp. 107-109.

¹¹⁸⁰ *Decreto do Conselho de Guerra mandando ver a cópia do terceiro capítulo apresentado nas Cortes pela vila de Vila Viçosa, que pedia para se enviarem quatro companhias dos terços para aquela vila,*

Pelo contrário, desde inícios de 1647 que o trabalho na fortificação de Elvas decorria “*com todo o calor*”¹¹⁸¹ que era possível, sendo que estavam quase concluídos alguns dos seus elementos, tais como os parapeitos (possibilitando já o passeio de metade da praça, “*em redondo [...] com cinco cavallos em fileyra*”) e os fossos, que “*se vão novilhando o melhor que pode ser e dá lugar a aspereza, e fragosidade do sitio*”. O que estava por acabar, poderia elaborar-se com mais facilidade e menos custo porque quando se começara a fortificação, efetuaram-se logo os terraplenos nos baluartes e cortinas, “*antes de se levantarem as muralhas; o que foi pelo contrario, e como sem terraplenos nam há Forteficação*”, houve a necessidade de se colocar grande quantidade de terra “*por pontes havendo-se esgotado a que havia dentro que se faz agora com mayor dificuldade, e muito mais excessivo gasto*”. Quando se acabasse esta primeira fase da obra, teria início a obra das estradas cobertas e “*a cortina da Porta dos Banhos com que esta cidade ficará com toda a defesa*”¹¹⁸². Para continuação do bom prosseguimento dos trabalhos, era necessário envio do “*dinheyro cahido dos Reaes d’Agoa, e Terças*”¹¹⁸³.

Em maio de 1647, o então governador do Alentejo, Martim Afonso de Melo, salientou a necessidade da construção de três atalaias entre as praças de Elvas e Estremoz, sendo essa a vontade dos moradores por considerarem necessário à defesa da praça: “*para isto querem impor dous vinténs em cada carga que entrar nesta cidade; e como isto fica sendo em muita utilidade para os caminhos ficarem com mais segurança, me pareceu nam dilatar esta Obra, e assim Ordeney ao Coronel Cosmander, fizesse a Planta*”¹¹⁸⁴.

A 5 de junho de 1647 o inimigo tentou atacar a praça de Elvas com duas “*Tropas grandes dando em huma nossa que estava de Guarda, a qual se veyo retirando athé perto dos muros desta cidade*”¹¹⁸⁵ (**Fig. 20**). A cavalaria do inimigo estava repartida nas duas margens do Guadiana. O exército português atacou-as e feriu alguns soldados, não logrando o inimigo o seu intento, recuando para Badajoz.

enquanto se não acabasse a sua fortificação. 10 de fevereiro de 1654. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 22.

¹¹⁸¹ *Carta (...) sobre o modo e estado em que se acham as Forteficações...*, ff. 181-181v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 94**, pp. 107-109.

¹¹⁸² *Ibidem*.

¹¹⁸³ *Ibidem*.

¹¹⁸⁴ *Carta de Martim Afonso de Melo sobre trez Atalayas que convirá fazerem-se do caminho de Elvas para Estremôs*. 29 de maio de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 207-207v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 100**, p. 111.

¹¹⁸⁵ *Carta de Martim Afonso de Melo em que dá relação de hum choque que houve com o Inimigo junto a esta Praça*. 5 de junho de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 208v-210. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 101**, pp. 111-112.

Aos 12 dias do dito mês de junho, voltou a pedir-se apoio monetário para se continuarem as obras na fortificação de Elvas, visto avançarem até ao momento com o labor que convinha. Mas, os engenheiros necessitavam de ter disponibilidade financeira para as obras maiores, sendo de “*grande lástima parar se com estas obras, quando (...) sam os dias grandes em que luze mais o trabalho*”¹¹⁸⁶.

Contudo, ainda a 11 de setembro, sentia-se a mesma necessidade, correndo-se o risco de as obras pararem¹¹⁸⁷, porque Cosmader se ausentara da superintendência da fortificação. Ponderou-se pedir urgentemente a Gilot que assistisse na dita fortificação, bem como em Juromenha, para que “*não parassem as obras dellas nem hum so dia*”¹¹⁸⁸.

A 21 de maio de 1648, Martim Afonso de Melo, alertara para o facto de que o inimigo se queria aproveitar dos arcos do aqueduto da Amoreira “*para fazer batarias à muralha que já se tem prevenido com huma meia lua e estrada cuberta que entre os Arcos e a muralha se fez*”¹¹⁸⁹. Pela inconveniência de se arruinar o aqueduto e pelos destroços que faria, optou-se por se obrar uma cisterna dentro da muralha, onde “*o mesmo cano da Agoa da Moreira lhe hade cair dentro com que se encherá facilmente. (...) e o Inginheyro Langres me deo o Papel (...) e fica fazendo a planta*”¹¹⁹⁰.

A 15 de julho, sabemos que já se trabalhava na cisterna no interior da fortificação, que poderia “*dar de beber a tudo o que houver dentro na cidade quatro mezes (...) ainda que o Inimigo quebre os canos, que com tanta facilidade o pode fazer*”¹¹⁹¹. E em setembro de 1648, a fortificação avançava da forma devida, ficando em defesa, “*que hade ficar muito se trabalharmos nella estes dous mezes de Setembro e Outubro*”¹¹⁹². No entanto, era necessário que o monarca remetesse cerca de 8.000 cruzados para as obras, para que estas não viessem a parar de todo.

¹¹⁸⁶ Carta (...) sobre as fortificações de Elvas, Olivença, Campo Mayor, e Jerumenha..., f. 214v. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 103, p. 113.

¹¹⁸⁷ Carta (...) sobre a Fortificação de Jerumenha, fazendo referência à fortificação de Elvas e Campo Maior..., f. 274v. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 109, p. 117.

¹¹⁸⁸ Carta (...) sobre as fortificações de Elvas e Juromenha..., f. 277v. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 110, p. 118.

¹¹⁸⁹ Carta de Martim Afonso de Melo sobre se derrubarem os arcos da água da Moreira que ficarem a tiro de mosquete desta praça [de Elvas]. 21 de maio de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 399-400. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 124, pp. 129-130.

¹¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹¹⁹¹ Carta sobre a falta de gente no exército e sobre várias fortificações. 15 de julho de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 463v. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 127, pp. 131-132.

¹¹⁹² Carta em que dá parte de como se trabalha nas fortificações..., f. 569v. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 131, p. 134.

Em 15 de janeiro de 1650, o governador das armas do Alentejo, André de Albuquerque¹¹⁹³, escreveu a D. João IV sobre uma ordem que havia dado para que os rendimentos das comarcas de Elvas, Évora e Beja se aplicarem nas obras de reforço das fortificações do Alentejo: “*por ser condição de seu contrato, assy se fez*”¹¹⁹⁴. Do dito rendimento, iriam entregar-se, a cada ano, cerca de seis contos de réis para as ditas obras¹¹⁹⁵. De facto, já no ano anterior, Martim Afonso de Melo indicara que se fosse enviando mais dinheiro para que as obras na fortificação ficassem concluídas, com “*todos os Baluartes feitos e muralha nova, porque a que lhe falta hé a mais trabalhosa de fortificar, e de grandissima importancia*”¹¹⁹⁶.

Aos 26 dias de janeiro de 1650, o Conselho de Guerra faz menção do estado em que se encontrava a fortificação de Elvas e outras mais da província do Alentejo, importando a defesa e segurança das praças-fortes, tornando-se necessário investir nas obras todo o rendimento dos impostos¹¹⁹⁷. Além disso, deveria efetuar-se a cobrança de mais dois réis aplicados às fortificações¹¹⁹⁸. De facto, a população de Elvas havia imposto sobre si própria o tal imposto de dois réis, que incidia por cada arrátel de carne e meio litro de vinho para ajuda na manutenção das fortificações. Em 1648, este imposto gerara cerca de 12.000 cruzados; em 1649 apenas rendeu 4.000 cruzados¹¹⁹⁹; mas no ano de 1650, acumulou, para as ditas obras, mais de 14.000 cruzados¹²⁰⁰.

¹¹⁹³ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹¹⁹⁴ *Carta de André de Albuquerque para D. João IV, sobre o rendimento das terças das comarcas que se aponta para as fortificações do Alentejo*. 15 janeiro 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 10, doc. 23.

¹¹⁹⁵ *Ibidem*. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 144**, pp. 141-142.

¹¹⁹⁶ *Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificações de várias praças da província e de outras mais coisas*. 19 de janeiro de 1649. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 630v-631. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 136**, pp. 136-137.

¹¹⁹⁷ *Decreto sobre a entrega do rendimento das terças das comarcas de Elvas, Évora, Beja, Portalegre, e Campo de Ourique par as fortificações da província do Alentejo*. 26 de janeiro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 23. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 145**, pp. 142-143.

¹¹⁹⁸ *Decreto do Conselho de Guerra “por carta do General da Artelharia para offiçiaes da Camara de Elvas, de 25 de janeiro 1650”*. 29 de janeiro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 49. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 147**, pp. 144-145.

¹¹⁹⁹ A redução registada em 1649 deveu-se ao facto de o tesoureiro das fortificações se ter apropriado do dinheiro que se havia arrecadado para as obras. Parte desse rendimento destinava-se aos trabalhos empreendidos nas fortificações, ao apoio de expósitos e à limpeza da cidade de Elvas. *Decreto sobre o que se deve ordenar em ordem a melhor arrecadação dos dous réis que os moradores de Elvas impuseram na carne, e vinho para as fortificações*. 16 fevereiro 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 10, doc. 49. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 150**, pp. 148-150.

¹²⁰⁰ Sete anos depois, em maio de 1657, havendo notícias de que Vila Viçosa não estava em condições de se defender de ofensivas do inimigo, em razão das peças de artilharia que existiam na sua defesa não estarem aptas para servir, o Conselho de Guerra determinou que o governador do Alentejo, Martim Afonso de Melo, deveria “*mandar consertar com todo o cuidado as peças de artilharia existentes (...), de forma a poderem servir logo que fossem necessárias*”. Note-se que em dezembro de 1640, Vila Viçosa detinha cerca de 2000 armas, que por necessidade da guerra se tiveram de repartir por várias praças do Alentejo.

Ao contrário de Elvas, as ameaças do inimigo à praças de Vila Viçosa e Estremoz faziam-se sentir de forma pouco evidente. Durante o cerco a Olivença, em 1657, as tropas de Estremoz saíram a socorrer a dita praça, ficando Luís de Macedo de Lacerda, capitão de uma das companhias de infantaria da ordenança da praça de Estremoz, como seu sargento-mor. Pela sua experiência no campo de batalha, poderia socorrer Estremoz caso o inimigo se dividisse e conseguisse passar Olivença ou Elvas¹²⁰¹. Mas, apenas entre 22 de outubro de 1658 e 15 de janeiro de 1659, o exército castelhano liderado pelo general D. Luís de Haro, cercou Elvas, dando-se a batalha das Linhas de Elvas¹²⁰² (**Fig. 20**). Este general apareceu sobre Elvas com 14.000 infantes e 5.000 cavalos, reforçando o seu exército com novas tropas que lhe chegavam constantemente em auxílio¹²⁰³. Nesta época, construiu-se o fortim de São Mamede, à mão dos castelhanos, para auxiliar nos ataques à fortificação principal da praça e enfraquecer o poder do exército português.

No dia 14 de janeiro de 1659, o exército português, comandado por D. António Luís de Meneses¹²⁰⁴, juntamente com a companhia de cavalos e couraças do capitão António Coelho de Góis e do tenente Custódio de Barros, conseguiram passar os fossos do dito fortim e romper as linhas inimigas, matando e aprisionando cerca de 10.000 castelhanos, saqueando ainda a sua artilharia e mantimentos¹²⁰⁵.

*Decreto chamando ao Conselho de Guerra o provedor dos Armazéns e o Dr. Antonio das Povoas, cobrador das Armas de Castela, e ordenando-lhes que relacionassem a artilharia, armas, pólvora e munições, e o Conselho se pronunciasse sobre o modo de as repartir, supondo que o Conde de Vimioso, capitão-geral, ia defender as fronteiras do Alentejo, onde havia cerca de duas mil armas. 12 de dezembro de 1640. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 1, doc. 2. Decreto determinando ao Conselho de Guerra que escrevesse ao Conde de S. Lourenço, governador das armas do Alentejo, para mandar consertar com todo o cuidado as peças de artilharia existentes no castelo de Vila Viçosa, de forma a poderem servir logo que fossem necessárias, em virtude de ter chegado ao conhecimento de Sua Majestade que não estavam em condições de servir. 5 de maio de 1657. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 16, doc. 37. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 3**, p. 26,*

¹²⁰¹ *Portaria para se dar mercê a Rui de Brito de Melo, filho do Capitão Luís de Macedo de Lacerda. Alandroal, 2 de maio de 1668. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 185**, pp. 206-207.*

¹²⁰² *Carta real, parcialmente cifrada, de Felipe IV al Marqués de Caracena [Luis Francisco de Benavides Carrillo de Toledo] sobre la retirada del enemigo de Badajoz y de la resolución de Luis de Haro de sitiar Elvas. 2 de novembro de 1658. BNE, MSS/18621/14. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 169**, pp. 171-172.*

¹²⁰³ António Paulo Silva Duarte [Coronel], “Para uma Tipologia...”, p. 287.

¹²⁰⁴ Luís de Menezes, *História de Portugal...*, Vol. III, p. 125. Lúcia de Melo Varanda, *D. António Luís de Meneses 1º Marquês de marialva – O militar e o Político* (Dissertação de mestrado em História), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 55-60. Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹²⁰⁵ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, p. 13. *Certidão relativa aos serviços do Tenente Custódio de Barros*. Lisboa, 11 de setembro de 1662. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 177 e 203**, pp. 180-181, 228-245.

Sucedeu-se um combate disperso pelos fortins do conjunto defensivo. O exército português derrotou o castelhano, ferindo os duques de San Germán e Osuna, Gaspar Téllez-Girón y Sandoval (1625-1694) e debilitando a frente ofensiva, de tal forma, que D. Luís de Haro, que observava a batalha na zona do outeiro de N.^a Sr.^a da Graça, recuou com o seu exército para Badajoz.

Entretanto, o exército português isolou as tropas castelhanas que ainda se encontravam no citado outeiro, e que acabaram por capitular no dia 15 de janeiro de 1659¹²⁰⁶: “*de 36.000 homens, achou D. Luiz de Haro para defender as linhas, 14.000 Infantes e 3.500 cavalos, e tendo passado revista em Badajoz, só encontrou 5.000 Infantes e 1.300 cavalos. Tendo sido recolhidas 17 peças de artilharia de vários calibres, 3 morteiros, 5 petardos, todo o trem, 15.000 armas, muitas bandeiras e muitas munições*”¹²⁰⁷.

Dois meses depois, em 12 de maio de 1659, outra parte do exército castelhano encontrava-se aquartelada nos arrabaldes de Estremoz, pronta para atacar (**Fig. 20**). Esta, era comandada pelo capitão D. Melchior Portocarrero de la Veja y Rojas (1636-1705), pelo general Francisco de Tutavilla y del Rufo, por D. Felipe de Aya, pelo barão de Santa Cristina com o seu terço de cavalaria, e pelo comissário general D. Alexandro Moreira¹²⁰⁸. Encontraram a praça bem fortificada, estando o exército português a flanquear parte da fortificação e do forte¹²⁰⁹, que se havia começado a construir. Os castelhanos consideraram que os portugueses haviam melhorado muito esta fortificação, sendo que eram visíveis potentes baluartes, alguns deles já dotados de parapeitos e reforçados pela estrada coberta amplamente defendida¹²¹⁰. Por esse motivo, optaram por concentrar os

¹²⁰⁶ “*Ganarla habría dado al ejército la llave de Lisboa, pero se silenció su derrota*”. Inmaculada Casas Delgado, Pilar González Fandos, María Eugenia Gutiérrez Jiménez, “Ecos del movimiento de restauración de Portugal em las relaciones de sucesos hispano-lusas (1640-1668)”, in Jorge García López, Sònia Boadas Cabarrocas (coord.), *Las relaciones de sucesos em los cambios políticos y sociales de la Europa moderna*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, 2015, p. 338. António Paulo Silva Duarte [Coronel], “Para uma Tipologia...”, p. 288.

¹²⁰⁷ Alberto de Oliveira Marinho, *A Gloriosa Batalha das Linhas de Elvas*, Elvas, Câmara Municipal de Elvas, 1991, p. 12.

¹²⁰⁸ O inimigo trazia consigo a seguinte artilharia: “*Peças de artilharia de bronze de seis livras montadas com seus reparos - 8; Trabucos montados - 2; Reparos de sobreceleste - 3; Carros matos - 4; Canos de mosquete - 18; Corpos de armas - 200; Rodellas de aço - 45; Barris de pólvora - 48; Seiroens de murrão - 106; Seirroens novos - 218; Seirinhas de trincheira - 4420; Ferrage de reparo - 1; Carroças - 11; Rodas ferradas - 12; Artesas de amassar - 4; Taboens - 220; Taboas de pinho - 450; Escadas - 207; Paos de tendas - 35; Carros ferrados - 114; Carretas - 3320; Deltas cobertas de maeira - 120; Leitões das mesmas - 80; Rodas das mesmas - 40; Taboas que serviraõ na botica - 112; Salgadeiras - 32; Cabrilla aparelhada - 1; Fornos de ferro - 40*”. Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, p. 85.

¹²⁰⁹ *Idem*, pp. 4, 6.

¹²¹⁰ Hieronimo de Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, ff. 119-119v.

seus ataques antes em Elvas, que necessitavam conquistar para assegurar o poder sobre Estremoz e Vila Viçosa, para, posteriormente, atacar mais no interior de Portugal.

A praça de Estremoz estava bem guarnecida precisamente por possuir fortificações imponentes, e não por estarem perfeitas. Esta era considerada uma “*Praça de mayor importancia, & falta até então de fortificaçoens, por ter diante de si Elvas, & Campo Mayor*”¹²¹¹.

Em 1660, Langres, auxiliado por Saint-Colombe, encarregou-se da obra da fortificação de Vila Viçosa (**Fig. 21**). Contudo, face aos ataques do inimigo, e na sequência da perda de Olivença em 1657, o conde de Schomberg propôs a ampliação do polígono exterior para uma maior eficácia da praça, auxiliando-se com aterros de taipa e fossos, reforçados por obstáculos exteriores, em 1662¹²¹². No entanto, a falta de recursos financeiros fez com que novas obras não avançassem de imediato.

Além disso, as obras não tinham como progredir porque a 15 de maio de 1662, o exército castelhano efetuou novo ataque a Vila Viçosa (**Fig. 20**). Queimou, saqueou e destruiu grande parte da praça, mesmo estando esta bem guarnecida¹²¹³. O recinto de defesa não era considerado extenso, e “*apenas poderia alojar trezentos soldados*”¹²¹⁴, sendo que: “*huns, & outros confiadamente esperavaõ o combate de hum exercito taõ vezinho, o qual (...) deixando â mãõ direira esta Villa, contentando se com entregar ao fogo as arvores da campanha, se foraõ pôr sobre Jurumenha, lugar situado sobre as ribeiras de Guadiana (...) duas legoas de Villa Viçosa, & três de Elvas*”¹²¹⁵.

A 29 de maio os castelhanos pretendiam investir novamente sobre Vila Viçosa. Mas D. António Luís de Meneses, marquês de Marialva, tendo notícia deste intento, marchou para esta praça com o seu exército, arrimando-se a ela, “*sem mais fortificação, que os peitos dos seus soldados*”¹²¹⁶. O inimigo percebeu que não conseguiria o seu intento por esta via, pelo que desistiu e procurou voltar a Badajoz por Arronches, não conseguindo mais do que saquear lugares abertos e sem defesa que lhe ficavam em passagem.

¹²¹¹ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, p. 10.

¹²¹² Tiago Salgueiro, “As fortificações das Guerras da Restauração em Vila Viçosa”, in *Linked-in*, 2020. <https://www.linkedin.com/pulse/fortifica%C3%A7%C3%B5es-das-guerras-da-restaura%C3%A7%C3%A3o-em-vila-vi%C3%A7osa-salgueiro?articleId=6652508709006254080> (consult. 6 jun. 2020).

¹²¹³ Hierónimo de Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 23.

¹²¹⁴ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, pp. 8-9.

¹²¹⁵ *Ibidem*.

¹²¹⁶ *Idem*, p. 10.

Virando costas a Vila Viçosa, o inimigo tentava orientar a sua marcha por outras vias. Em 10 de agosto de 1662, temos notícia por parte do Conselho de Guerra de D. Afonso VI, de que, embora em parte fortificada, a praça de Estremoz continuava sujeita a grande risco devido a aquartelamentos do inimigo, que a ameaçava constantemente¹²¹⁷. Este panorama originou que neste período se intensificassem os trabalhos na sua fortificação. Durante a superintendência do conde de Schomberg¹²¹⁸, assistiu nas obras o ajudante de engenheiro Victorio Antonniaci, italiano. Além deste, também se destacaram como responsáveis nas obras mestres portugueses e capitães de infantaria, entre os quais José Pais Estevens, sobrinho do engenheiro militar Diogo Pardo de Osório e Francisco João da Silva. Mas, só próximo do final da guerra, em 1668, se daria como concluída a cintura abaluartada a cargo de Luís Serrão Pimentel e dos generais D. Dinis de Melo e Castro e João da Silva e Sousa¹²¹⁹.

A 8 de junho de 1663, após a rendição de Évora, que adiante analisaremos, o exército castelhano, comandado por D. Juan de Áustria, confrontou-se com o exército português nos arrabaldes da praça de Estremoz¹²²⁰. O inimigo ocupou duas colinas e dispôs peças de artilharia nas suas eminências.

Vindo de Estremoz, o exército do governador de armas da província do Alentejo D. Sancho Manuel de Vilhena¹²²¹, juntamente com a companhia de cavalos e couraças do capitão António Coelho de Góis e do tenente Custódio de Barros, prontificaram-se a defender a praça¹²²², mas primeiro avançaram as forças inglesas e francesas cooperantes com o exército português. Atacando a primeira linha do exército castelhano, foram ambos massacrados pelas armas de fogo. Posteriormente, indo o exército português contra os castelhanos, já contaram com linha aberta e enfraquecida e começaram a pelejar. Foram-

¹²¹⁷ *Decreto determinando dada a importância das praças de Estremoz e de Portalegre, as quais estavam sujeitas a grande risco da parte do inimigo, e dada a pouca confiança na gente da ordenança de que as mesmas se achavam providas, que fosse nomeado um mestre de campo para cada uma delas, devendo o de Estremoz levantar ali de novo um terço.* 10 de agosto de 1662. ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 21, Doc. 42.

¹²¹⁸ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹²¹⁹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora – concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Lisboa, 1975, Vol. VIII, p. 62.

¹²²⁰ *Cópia de exortação que D. João de Austria mandou fazer a seu Exercito estando para se dar Batalha com o Portuguez no Valle do Ameixial termo de Estremos a 8 de junho de 663, em que as armas Portuguezas ficaraõ com a Victoria sem embargo de exortação.* Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC em diante), Papéis Vários, Ms. 52, f. 282.

¹²²¹ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹²²² *Certidão dos serviços do Tenente Custódio de Barros.* Campo Maior, 1 de julho de 1663. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 179**, p. 182.

se ganhando os postos do inimigo, junto dos quais o exército português colocou a sua artilharia. Embora estivesse guarnecido com muita infantaria, tomou-se facilmente o forte de Santo António. Além disso, batendo-se a cidade por muitas partes, abriram-se muitas brechas nas suas muralhas, não tendo o inimigo hipótese de se defender. Derrotados, os castelhanos retiraram, seguiram em direção à praça de Arronches, que à data controlavam, e nela se refugiaram¹²²³, tendo deixado em Évora toda a sua artilharia, pólvora, balas, armas e grande número de mantimentos, entre os quais farinha, trigo, cevada, biscoitos, “*e tudo o mais que tinham de sustento e defesa*”¹²²⁴. Desprotegidos e constantemente ameaçados pelo exército português, recuaram, abandonando também Arronches, e voltaram para Badajoz, não se voltando a detetar investidas do mesmo calibre sobre Estremoz.

Com o afastamento provisório dos castelhanos, apenas entre 1663 e 1665, houve possibilidade de as obras em Vila Viçosa prosseguirem, materializando-se nos elementos complementares, nomeadamente as meias-luas, melhoria de escarpas e contraescarpas, e estradas cobertas, e na construção de um revelim que protegia a porta dos Remédios¹²²⁵.

Um dos últimos ataques que sofreu deu-se em 10 de junho de 1665, quando o castelhano Luís Francisco de Benavides Carrillo de Toledo (1608-1668), marquês de Caracena, acompanhado de 15.000 soldados de infantaria e 7.600 da cavalaria, invadiu Vila Viçosa¹²²⁶, para tentar depois enfraquecer as guarnições de Elvas e Campo Maior¹²²⁷ (**Fig. 20**). Na praça de Vila Viçosa, o seu governador, Cristóvão de Brito Pereira, apenas detinha 1.400 soldados de infantaria e algumas companhias de auxiliares que, “*judarão nas muralhas onze peças de Artilharia (naquele tempo numero grande) e estão bem surtidos os Armazens de Mantimentos e Munições*”¹²²⁸. Mas, os castelhanos intentaram expugnar o castelo, formando baterias e encaminhando aproches e assaltando

¹²²³ Carta do Conde de Vila Flor a el rei, datada do Ameixial a 9 de Junho de 1663 noticiando-lhe sucintamente a vitória ganha no dia antecedente contra os castelhanos comandados por D. João de Austria. BGUC, Papéis Vários, Ms. 52, f. 271.

¹²²⁴ Certidão dos serviços do Tenente Custódio de Barros... Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 179**, p. 182.

¹²²⁵ Tiago Salgueiro, “As fortificações das Guerras...”, p. não numerada.

¹²²⁶ No seu *Atlas de Fortificaciones de España y Portugal*, Lorenzo Possi retrata este assédio, indicando os elementos da fortificação em foco de ataque: a cerca velha, o castelo artilheiro, a fortificação, a cerca nova e o forte de São Bento. “*Todo ello escenificado en el asedio alrededor del castillo y fortificación medieval por parte de los españoles y sus aliados*”. Carlos Sánchez Rubio, Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Niñez, “El Atlas Medici...”, p. 290. *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado. Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 61.

¹²²⁷ *Papeles referentes al Marques de Fromista y Caracena em la batalla de Villaviciosa*, Badajoz, 10 de julho de 1665. BNE, MSS/14497/20.

¹²²⁸ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 32.

furiosamente a fortificação. Mas, a guarnição portuguesa conseguiu defender eficazmente “*tão débil fortificação até à última extremidade*”¹²²⁹.

Assim, as defesas de Vila Viçosa, previamente consideradas em mau estado¹²³⁰, ficaram bastante danificadas pelos bombardeamentos efetuados pelo inimigo.

Apenas sob o governo de D. Dinis de Melo de Castro (1624-1709)¹²³¹, em 1667, Allain Manesson Mallet terá começado a corrigir defeitos na fortificação de Estremoz, e em 1668, em Vila Viçosa. Na primeira, trabalhou sobretudo na reformulação de dois dos seus baluartes, reforçando a camisa e os seus ângulos flanqueados (**Fig. 21**), utilizando mármore¹²³². Na gravura de Pier María Baldi, datada entre 1668-69, podemos observar o quão complexa era a fortificação de Estremoz, com níveis diferentes de defesa, aparentando ser uma praça extremamente organizada. Entretanto, em Vila Viçosa, Mallet foi encarregado de efetuar obras de reestruturação do perfil da fortificação¹²³³. Podemos aliás observar muitas semelhanças de perfil entre os projetos de Mallet e Langres, respeitantes à defesa de Vila Viçosa (**Figs. 22 e 23**), que na gravura de Baldi aparenta contrastar bastante com a defesa de Estremoz, por se evidenciar uma linha fortificada mais baixa e simplista (**Fig. 24**).



Fig. 21

Gravura da fortificação de Estremoz, por Pier María Baldi, 1668-69.

Fonte: Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669), Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1933, f. 47.
BNP-PURL: <https://purl.pt/12926>

¹²²⁹ *Idem*, f. 31.

¹²³⁰ Nuno Lemos Pires, “A importância da resistência...”, p. 198.

¹²³¹ Governador de Armas da Província do Alentejo entre 1667 e 1668. *Cf.* Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹²³² Allain Manesson Mallet, *Les Travaux de Mars...*, p. 322. *Cf.* Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 33 (Fortificação de Estremoz, representada por Allain Manesson Mallet, c. 1667)**, p. 317.

¹²³³ *Idem*, p. 340. *Cf.* Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 29 (Gravura da fortificação de Vila Viçosa, por Allain Manesson Mallet, 1668)**, p. 315.



Fig. 22

Planta da fortificação de Vila Viçosa, por Allain Manesson Mallet, 1668.

Fonte: *Les Travaux de Mars, ou L'Art de la Guerre*, Paris, Chez Denys Thierry, 1671, p. 341
Bibliothèque Nationale de France-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1043125c.image>



Fig. 23

Projeto da Fortificação de Vila Viçosa, Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 42. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>



Fig. 24

Gravura da fortificação de Vila Viçosa, por Pier María Baldi, 1668-69.

Fonte: *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1933, f. 46.
BNP-PURL: <https://purl.pt/12926>

No entanto, deste primeiro aglomerado de fortificações, foi a praça de Elvas que mais se destacou em termos defensivos. Nas plantas da fortificação elaboradas por Louis Boudan (16??-17??) e Allain Manesson Mallet, em 1667, já próximo do final da guerra, podemos observar o quão imponente e defensiva se apresentava a fortificação de Elvas, revelando-se de facto muito difícil de conquistar por parte dos castelhanos, que a desejaram até à assinatura do tratado de paz. Tal como acontecera com o projeto de Langres e Mallet para a praça de Vila Viçosa, nas plantas citadas deste último e de Boudan, a semelhança do perfil da construção é evidente (Figs. 25 e 26). Com destaque ainda para a complexidade defensiva da praça que nos é ilustrada por Baldi entre 1668-69, que nos mostra a defesa principal mais elevada e estrategicamente flanqueada pelo Forte de Santa Luzia (Fig. 27).



Fig. 25

Plan de la ville de Elvas, em Portugal, dans la province d'Alentejo, siège episcopal et la plus forte du royaume, Louis Boudan, 1667.

Fonte: Bibliothèque Nationale de France-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69036582.r=elvas?rk=42918;4>

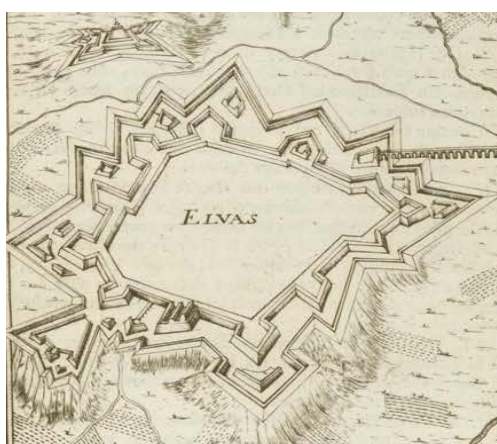


Fig. 26

Fortificação de Elvas por Allain Manesson Mallet, 1667.

Fonte: *Les Travaux de Mars, ou L'Art de la Guerre*, Paris, Chez Denys Thierry, 1671, p. 319.
Bibliothèque Nationale de France-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1043125c.image>



Fig. 27

Gravura da fortificação de Elvas, por Pier María Baldi, 1668-69.

Fonte: Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669), Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1933, f. 46.
BNP-PURL: <https://purl.pt/12926>

Elvas constituía um ponto de ligação entre esta primeira concentração de defesa, e as praças do aglomerado seguinte, correspondente a Barbacena, Campo Maior, Monforte, Arronches e Ouguela. Esta questão é relevante porque nos mostra um modelo coerente e eficaz de defesa em época de guerra.

1.2. Aglomerado 2. Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches

Destacamos que a proposta desta concentração se deve sobretudo ao facto de haver notícias da época que relatam que a maioria dos ataques do inimigo castelhano eram efetuados a partir de Badajoz, sendo a praça castelhana mais apta para efetuar a coordenação das forças militares da Extremadura castelhana¹²³⁴, daí se ter investido sobretudo na defesa do Alentejo a partir da concentração de praças-fortes. Podemos verificar também que algumas das fortificações (Juromenha, Monsaraz e Mourão), são muito próximas da linha de água¹²³⁵, permitindo um vantajoso controlo por parte dos portugueses¹²³⁶. Este entrave não era, na prática, impedimento para o inimigo castelhano

¹²³⁴ Javier Revilla Canora indica que já em 1638, antes da Guerra, Filipe IV ordenara a criação de um Conselho em Badajoz, responsável pela gestão dos recursos económicos e humanos para possíveis guerras, permanecendo este ativo durante o período subsequente. Javier Revilla Canora, “Un noble napolitano...”, pp. 390-391. Fernando Cortés Cortés, *El Real Ejército...*, p. 7. Lorraine White, “Estrategia geográfica...”, p. 67.

¹²³⁵ Por este motivo Nicolau de Langres elaborou um “*mapa daquele território pela corrente do Rio de huma e outra parte*”, sendo da opinião de que “*não usassem de reductos se não de atalayas sobre os seis portos por onde os inimigos podião entrar duas das quais estavam já feitas de tempos mui antigos e duas querião os montes*”. *Saida do exercito castelhano, e sua retirada em Mayo de 1646*. BNE, *Relações Manuscriptas...*, f. 68. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 61**, pp. 81-82.

¹²³⁶ Fernando Branco Correia, “Fortificações Modernas do Alentejo Raiano Entre Monsaraz e Mértola”, in *O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas*, 2014, N. 18, pp. 56.

atacar, pois tendia a efetuar ataques surpresa e pequenas obras de campanha, que lhes permitia atacar antes da linha de água, ou atravessando-a a cavalo.

Tal como se descreve na **Fig. 28**, o segundo aglomerado de fortificações engloba as praças de Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches¹²³⁷.

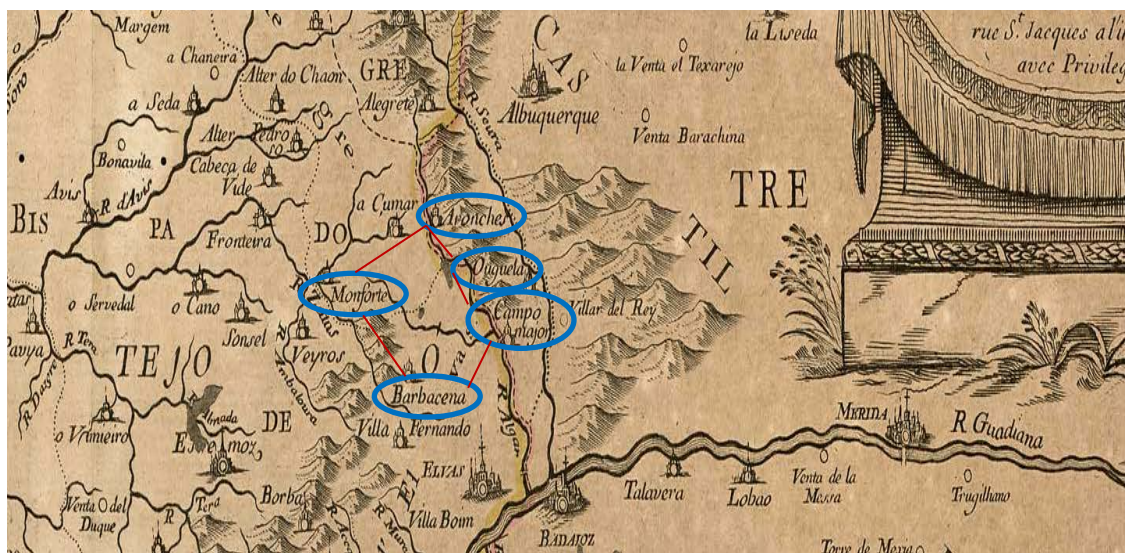


Fig. 28

Aglomerado 2. Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Na primeira praça indicada, reforçou-se a antiga defesa do castelo, através de cintura exterior, em planta estrelada. O projeto foi desenvolvido por Langres¹²³⁸, consistindo em dois baluartes e quatro meios-baluartes, com revelim avançado em forma de seta, com guarita no ângulo flanqueado, que permitia a comunicação com os meios baluartes¹²³⁹.

Na época, Barbacena era entendida como uma pequena praça, tendo sido apenas fortificada por se situar perto de Campo Maior e de Elvas¹²⁴⁰, protegendo os seus mantimentos¹²⁴¹, sendo considerada de tão pouca importância em termos de estratégia militar, que apenas sofreu pequenas “levas” por parte do inimigo, que não manifestou

¹²³⁷ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 8: Correlação das praças fortes pertencentes ao 2.º aglomerado de fortificações: Barbacena, Campo Maior, Monforte, Arronches e Ouguela (obras, projetos, contingentes, ataques sofridos...), pp. 264-267.

¹²³⁸ Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones de Alentejo...”, p. 100.

¹²³⁹ SIPA: Processo IPA.00003214 (PT041207040021) - Castelo de Barbacena/ Fortificações de Barbacena. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3214 (consult. 20 out. 2018).

¹²⁴⁰ Carta (...) sobre o real d'agua que se deve dispenser..., f. 154. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 42, pp. 62-63.

¹²⁴¹ António Castanheira da Silva, *Praça de Guerra de Estremoz – A formação (1640-1690)* [Dissertação de Mestrado em História da Arte], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 42.

grande interesse em conquistá-la¹²⁴². Por exemplo, um dos únicos episódios de que temos testemunho decorreu a 16 de maio de 1646, quando o marquês de Moliguén enviou duas tropas de 60 cavalos para tomar posse dos gados de Barbacena (**Fig. 29**). O general da cavalaria, D. Rodrigo de Castro, responsável pela praça, perseguiu-os com cinco companhias. Não conseguiu recuperar o gado, mas foi contra outras cinco companhias de Badajoz que vinham ter com outras alojadas no Alentejo, que, vendo os batedores do general português recuaram à pressa¹²⁴³.

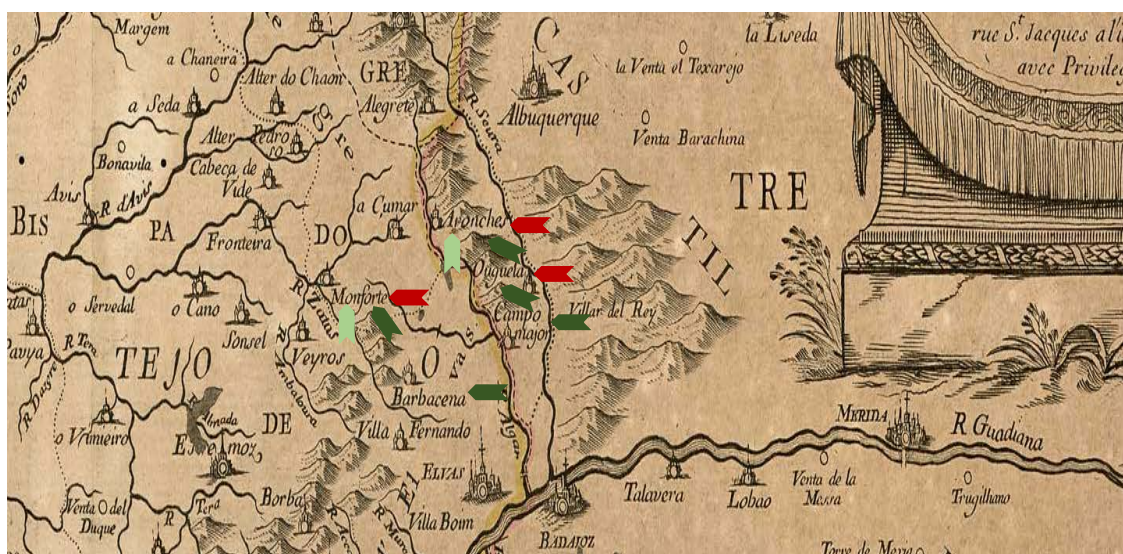


Fig. 29

Aglomerado 2. Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches (ataques, conquistas e reconquistas das praças).

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:



Ataque dos castelhanos à Praça:
Barbacena: 1646 (mai.).
Campo Maior: 1647 (jun.); 1650 (fev.); 1663 (mai.-jun.).
Monforte: 1662 (jun.).
Ouguela: 1644 (abr.); 1644 (out.); 1662).
Arronches: 1646 (jun., jul.); 1661 (jun.).



Conquista da praça pelos castelhanos:
Monforte: 1662 (jun.).
Ouguela: 1662.
Arronches: 1661 (jun.).



Reconquista da praça pelos portugueses:
Monforte: 1662 (jul.).
Arronches: 1664.

Pelo contrário, a praça de Campo Maior foi imprescindível como defesa de retaguarda de Olivença e Juromenha, pertencentes ao aglomerado de fortificações

¹²⁴² Antonio Barbosa Bacelar, *Relaçom da vitoria...*, p. 6.

¹²⁴³ *Copia da carta que veio de Olivença = Carta de Dom Rodrigo de Castro General da Cavallaria, pera o Senhor Manuel Severim de Faria*. 19 de maio de 1646. BNE, *Relações Manuscriptas...*, ff. 69v-70. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 62**, p. 83.

proposto anteriormente. Mas, destaque-se que Campo Maior estava bastante vulnerável em termos defensivos e carecia de murrão desde 1641¹²⁴⁴, sendo que o governador Matias de Albuquerque aprovou neste ano, um desenho de fortificação para esta praça. Começou a acrescentar-se à anterior defesa o baluarte de São Sebastião¹²⁴⁵.

No mesmo período, Monforte era alvo de modernização na sua defesa, adaptando-se aos tiros de artilharia, através da construção de quatro baluartes com guaritas “grandes”¹²⁴⁶ e de uma linha defensiva exterior, em faxina e terra. Nas Memórias Paroquiais de 1758 esta linha já não era visível¹²⁴⁷, o que provavelmente nos explica a sua destruição ainda no contexto destas guerras, uma vez que esta segunda linha constituía uma obra improvisada e de campanha.

A par de Monforte, temos a fortificação de Ouguela. A praça está erguida sobre uma escarpa, sendo a vila dominada pelo antigo castelo. Reconstruído por D. Dinis (1261-1325) recebeu linhas abaluartadas neste período. Em meados de 1641, foram enviados à praça o governador do Alentejo D. Afonso de Portugal (1591-1649)¹²⁴⁸, marquês de Aguiar, e Matias de Albuquerque, seu sucessor no dito cargo. O objetivo era organizarem a defesa e perspectivarem as obras necessárias de adaptação¹²⁴⁹. No entanto, apenas por parecer daquele que viria a ser o próximo governador do Alentejo Martim Afonso de Melo, e do capitão João de Aguilar, se deu início às trincheiras em Ouguela e à continuação do baluarte de São Sebastião em Campo Maior¹²⁵⁰.

Entretanto, as obras em Campo Maior pararam por falta de apoio financeiro, que estava no momento a ser dividido em obras de várias localidades alentejanas.

Por carecer de defesa, os projetos de fortificação de Campo Maior¹²⁵¹ foram novamente pedidos por D. João IV em 1643¹²⁵², estando as obras em 1644 sob direção de

¹²⁴⁴ Carta de D. João IV para Dom João da Costa, sobre a falta de murrão em Campo Maior, havendo brevidade no envio de maior quantidade delle que for possível. 22 de dezembro de 1641. BNP, Cod. 6916, f. 87. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 16**, p. 47.

¹²⁴⁵ Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 10.

¹²⁴⁶ ANTT, *Memória Paroquial de Monforte, Vila Viçosa...*, Vol. 24, N.º 179, f. 1188.

¹²⁴⁷ *Idem*, f. 1209.

¹²⁴⁸ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668)**, p. 249.

¹²⁴⁹ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra en una villa rayanna: Ouguela durante la guerra de la restauración (1640-1668)”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, p. 150.

¹²⁵⁰ Ayres Varela, *Sucessos que ouve nas fronteiras...*, p. 10.

¹²⁵¹ Erguida no alto do outeiro de Santa Vitória para defesa da raia alentejana, do alto das suas torres se divisam as regiões de Badajoz e Elvas. Charles François Dumouriez, *An account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez; since a celebrated general in the French Army*, London, printed at Lausanne, 1775, pp. 45-46.

¹²⁵² Carta (...) a indicar o que se determinou sobre as fortificações de Elvas, Campo Maior, Olivença, e Villaviçosa..., f. 134. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 35**, p. 57.

Langres. Saliente-se que a 14 de maio desse ano, este engenheiro francês enviou carta ao Conselho de Guerra a pedir materiais para poder continuar as obras na praça, bem como as armas necessárias para defesa da mesma durante o decurso da construção, altura em que a praça ficava mais vulnerável. Em agosto, salienta-se o mesmo problema relativamente à fortificação desta praça e outras que lhe estavam próximas, nomeadamente Elvas e Olivença¹²⁵³. As munições foram enviadas em meados de setembro de 1644¹²⁵⁴.

Nos anos entre 1641 e 1644, a praça de Ouguela foi sendo reforçada com trincheiras, que formaram um perímetro defensivo de campanha. Ao mesmo tempo, tentava-se proteger as portas do antigo castelo, através da construção de parapeitos reforçados, capazes de sustentar plataformas de artilharia. As obras decorriam com muitos atrasos, sob projeto de Langres, após um ataque empreendido pelos castelhanos à praça, em 9 de abril de 1644, quando governava a praça o capitão Pascoal da Costa¹²⁵⁵ (**Fig. 29**). À data, indica-se que a antiga defesa, ainda que pequena, era defensável em situações de sítio, constituindo uma “*defesa razoável*”¹²⁵⁶ a norte de Elvas¹²⁵⁷. Por carta datada de 8 de outubro de 1644, sabemos que as ofensivas dos castelhanos eram cada vez mais frequentes e que não demoraria a que Ouguela se rendesse. Pelo que, Matias de Albuquerque dispôs que se deveria enviar Cosmander à praça para que reforçasse urgentemente a sua defesa¹²⁵⁸.

Ouguela era considerada a “*porta*” de Arronches¹²⁵⁹. Nesta última, localizada na serra de São Mamede¹²⁶⁰, “*junto do Rio Caia*”¹²⁶¹, *quatro legoas distante da cidade de Elvas, e outras tantas de Campo Maior, e de Portalegre*”¹²⁶², todo o aglomerado medieval foi delimitado pelo próprio contorno da fortificação abaluartada, por projeto de Langres,

¹²⁵³ Carta (...) sobre o real d'agua que se deve dispenser..., f. 154. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 42**, pp. 62-63.

¹²⁵⁴ Carta do Conselho de Guerra a D. João da Costa dizendo-lhe que vão remeter-se-lhe munições para as praças do Alentejo. Lisboa, 19 setembro de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 158. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 47**, p. 66.

¹²⁵⁵ Paulo Craesbeeck, *Relação da famosa resistência e sinalada vitória que os portugueses alcançaram dos castelhanos em Ouguela, este Ano de 1644 a 9 de Abril, governando a Praça o Capitão Pascoal da Costa*, Lisboa, 1644, p. A.

¹²⁵⁶ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹²⁵⁷ Paulo Craesbeeck, *Relação da famosa...*, p. A2v.

¹²⁵⁸ Manuel Laranjo Coelho [Padre], *Cartas dos governadores da provincia do Alentejo a elRei D. João IV e a elRei D. Afonso VI...*, p. 126.

¹²⁵⁹ Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV, em que mostra o quanto necessita de fortificação a villa d'Ouguella. 2 de dezembro 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 163v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 90**, p. 105.

¹²⁶⁰ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹²⁶¹ Cf. morfologia do terreno por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 51.

¹²⁶² José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 58.

que envolveu o antigo castelo medieval com a construção do designado baluarte do Castelo¹²⁶³. Em junho de 1646 o governador do Alentejo, Joane Mendes de Vasconcelos, repartia cavalaria para defender Arronches e outras praças que lhe eram próximas, entre as quais Barbacena¹²⁶⁴. Havia motivo para alarme, pois em 21 desse mesmo mês, deu-se um confronto entre as tropas portuguesas e castelhanas no termo de Arronches. Os portugueses tiveram sucesso nesta campanha, sendo que dos castelhanos “*morreram com o capitão cinco soldados mais, e que oito havião ido feridos ao Hospital fora o alferes da Companhia que também fora*”¹²⁶⁵.

Em 24 de julho de 1646, o exército castelhano voltou a tentar tomar a praça de Arronches (**Fig. 29**), tendo sido travado pela companhia de D. João de Mascarenhas¹²⁶⁶.

Paralelamente, em 4 de setembro de 1646, em carta de Joane Mendes de Vasconcelos, dirigida a D. João IV, informa-se que a praça de Campo Maior ainda não tinha fortificação que a defendesse, possuindo apenas uma linha fortificada sem grandes obras exteriores, não defendendo os ataques do inimigo. Apenas com esta linha fortificada não poderia resistir muitos dias, podendo sofrer grandes danos antes do exército português chegar para a socorrer¹²⁶⁷, estando as praças de Monforte e Ouguela em risco.

Além disso, Campo Maior necessitava de uma cidadela¹²⁶⁸. Comander e Langres desenharam alguns projetos para a sua fortificação, sendo que o eleito seria sempre aquele que menos habitações sacrificasse¹²⁶⁹.

Em sequência das atenções de Cosmader estarem viradas para Campo Maior, a 2 de dezembro de 1646, o recém-nomeado governador da província, Joane Mendes de

¹²⁶³ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 36 (Projeto de fortificação de Arronches, por Nicolau de Langres, antes de 1661)**, p. 318.

¹²⁶⁴ *Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos em que dá conta da Cavallaria que está juncta do Inimigo, e da que se mandou da nossa para as Fronteyras para recolhimento do pão*. 15 de junho de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 33v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 66**, pp. 85-86.

¹²⁶⁵ *Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos em que se dá conta de hum sucesso que houve com o inimigo em Arronches*. 21 de junho de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 38. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 67**, p. 86.

¹²⁶⁶ *Relação da tomada de Santa Marta, e Codeceira, e outros sucessos da fronteira de Elvas, escrita pelo Padre Francisco do Teixozo Religioso capucho assistente na mesma cidade*. 8-9 de agosto de 1646. BNE, *Relações Manuscriptas...*, ff. 74-76. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 74**, pp. 89-91.

¹²⁶⁷ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV, em que diz que necessita a Praça de Campo Mayor de fortificação porque não tem mais do que huma Trincheira que a defenda*. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 162v-163. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 78**, pp. 93-94.

¹²⁶⁸ Consiste num forte de quatro ângulos que se fabrica à volta da praça, “*ou dentro para as dominar, enfrear, e bater sendo necessário*”. Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitânico...*, p. 15.

¹²⁶⁹ *Carta (...) em que diz que necessita a Praça de Campo Mayor de fortificação...*, f. 163. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 78**, pp. 93-94.

Vasconcelos informou o monarca de que a população de Ouguela¹²⁷⁰ se sentia sujeita a ficar sem fortificação que a defendesse, podendo o inimigo ganhar a praça sem a mínima dificuldade de ação¹²⁷¹, uma vez que a fortificação era bastante débil, além de que estava sob vigilância apertada da localidade de Albuquerque¹²⁷². Também se entendia que os espiões de Filipe IV, auxiliados por traidores, pretendiam apoderar-se desta praça, juntamente com a de Campo Maior¹²⁷³. Era uma situação preocupante, já que Ouguela era precisamente a porta de entrada para Campo Maior, Arronches¹²⁷⁴, e outras zonas vizinhas de menor importância estratégica e por isso não fortificadas. Deveria tomar-se atitude urgente para a sua defesa e da sua guarnição. Joane Mendes de Vasconcelos fez menção de que seria necessário novo projeto de Langres, que deveria assentar numa planta de fortificação retangular, de grandes dimensões, que deveria ocupar o antigo castelo, o casario e o arrabalde. Mas, também era necessário dinheiro que financiasse a obra de defesa, sendo importante iniciar-se a mesma na primavera do ano seguinte para que pudesse eficazmente resistir ao inimigo “*que se nam hade descuidar de vir sobre ella, tendo occasião, porque a dezeja*”¹²⁷⁵. Notemos: as obras e paragens das mesmas teriam que ver também com o rigoroso inverno/verão, que não permitia que as mesmas se concretizassem. Nesse ano, Ouguela apenas beneficiou de uma defesa abaluartada razoável¹²⁷⁶.

No ano seguinte, as obras em Ouguela pararam por completo. Para maior defesa do local, Langres perspectivava a destruição do antigo castelo, pelo que a obra teria um custo mais elevado. Foi determinado que para se financiar a obra, se deveria despende tempo e dinheiro a aumentar a fortificação moderna e a defender a praça com guarnição, em vez de se dar atenção à demolição de antigas defesas¹²⁷⁷.

¹²⁷⁰ Na margem esquerda da ribeira de Abrilongo, próximo à sua confluência com o rio Xévora, vizinho à raia com Espanha, tendo o seu nascimento junto à Serra de São Mamede. ANTT, *Memórias Paroquiais de Ouguela, Elvas...*, Vol. 26, N.º 47, f. 374.

¹²⁷¹ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV, em que mostra o quanto necessita de fortificação a villa d'Ouguella. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 90*, p. 105. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 155.

¹²⁷² Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹²⁷³ Juan Antonio Caro del Corral, “La frontera caraceña ante la Guerra de restauración de Portugal: organización defensiva y sucesos de armas (1640-1668)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2012, N.º LVIII-1, pp. 201-202. Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, pp. 148-149.

¹²⁷⁴ *Cf. Gravura de Arronches*, por Nicolas de Fer, 1720. BNP-BND: <http://purl.pt/13062> (consult. 17 set. 2016).

¹²⁷⁵ *Carta (...) em que mostra o quanto necessita de fortificação a villa d'Ouguella...*, ff. 163-163v. *Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 90*, p. 105.

¹²⁷⁶ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹²⁷⁷ Gastão Melo de Matos, *Nicolau de Langres e a sua obra...*, p. 35.

Perante a possibilidade de novas ameaças, em janeiro de 1647, o governador Joane Mendes de Vasconcelos deu ordem para que um terço da praça de Castelo de Vide guarnecesse Arronches¹²⁷⁸, efetuando defesa paralela com Ouguela.

Entretanto, tal como nos indica Julián Garcia Blanco, a 8 de fevereiro de 1647, foi capturado o correio que continha o projeto da fortificação de Ouguela e fazia a travessia entre Lisboa e Elvas, obrigando à sua subsequente alteração. E, no mesmo ano, a captura de Cosmander, atrasou toda a obra, levando até a que não se realizasse a maior parte das estruturas anteriormente propostas¹²⁷⁹.

Em Campo Maior a situação também não era favorável. A 8 de maio de 1647, Langres informou o governador de armas do Alentejo, de que não tinha “*couza nenhuma necessária para trabalhar as fortificações desta praça*”¹²⁸⁰. Desta forma, observamos que três anos depois, o engenheiro continuaria a efetuar o mesmo pedido, sendo que pouco ou nada se terá estruturalmente avançado. Faltavam-lhe materiais para construção dos elementos abaluartados na fortificação, tais como cal e madeira, que o Conselho de Guerra deveria autorizar se remetessem para Campo Maior, bem como munições. Remetidos os ditos bens necessários, as obras na fortificação avançaram.

A juntar a esta questão, a 21 de janeiro de 1648, o mestre de campo Afonso Furtado de Mendonça, relatou que o trabalho nesta fortificação ficou novamente parado por falta de dinheiro. Afirmou ter pedido um empréstimo de cerca de 600.000 réis para que se pudesse pelo menos acabar o baluarte de São Sebastião. Já se tinham acabado os parapeitos à prova de canhão, pelo que aquela posição ficava um pouco mais segura. Também já se tinha trabalhado “*com grande cuidado*”¹²⁸¹ nos baluartes perto da cidadela. No entanto, sendo um trabalho muito laborioso e de elevado custo económico, por ser “*de pedra e cal, e a não há nesta vila*”, havia a necessidade de o monarca enviar mais dinheiro para se continuarem as obras¹²⁸².

¹²⁷⁸ *Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos em que diz que o Terço de Castello de Vide guarnece as Praças de Montalvão, e Arronches, e para se tirarem 500 infantes hé necessaria infalivelmente outra guarnição.* 30 de janeiro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 194. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 98**, p. 110.

¹²⁷⁹ Julián Garcia Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 159.

¹²⁸⁰ *Decreto do Conselho de Guerra de cópia de uma advertência feita a El-Rei sobre as necessidades que tinha a praça de Campo Maior para a sua fortificação, bem como de munições para a sua defesa.* 14 de maio de 1647. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 7, doc. 40. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 99**, p. 111.

¹²⁸¹ *Conselho de Guerra sobre se acudir com o dinheiro consignado...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 120**, pp. 124-127.

¹²⁸² *Ibidem.*

Face à constante ameaça por parte do inimigo, que já em 14 de junho de 1647 havia entrado em Campo Maior e Elvas (“*fiándose mais na ostentação do poder que na dissimulação de não serem sentidos [...], tornarão-se corridos*”¹²⁸³ – **Fig. 29**), e estando os trabalhos na fortificação muito longe de estarem concluídos, em 28 de janeiro de 1650, o Conselho de Guerra decidiu que em Campo Maior deveriam permanecer “*sentinelas de pée (...), para que não suceda poderse o inimigo arrimar (...) sem ser sentido, e avisada a praça para se por em defesa*”¹²⁸⁴.

Em fevereiro de 1650, o governador do Alentejo, André de Albuquerque, alerta para o facto de o inimigo estar a efetuar prevenções e estratégias de ataque¹²⁸⁵. As praças do Alentejo encontravam-se, à data, sem guarnição suficiente e com as fortificações arruinadas, pois a maioria das obras de reforço permanecia estagnada por falta de dinheiro, sendo necessário “*acudir com reparos e com as mais couzas necessárias a defença das praças*”¹²⁸⁶, devendo remeter-se a quantia com urgência, visto que o trabalho nas fortificações estava parado e o inimigo iria atacar as praças mais vulneráveis, particularmente a de Campo Maior¹²⁸⁷.

De facto, a 24 do dito mês, o inimigo atacou Campo Maior, “*para o que se empenhou tanto que chegou a Estacada onde os nossos pelejarão com elle*”¹²⁸⁸ (**Fig. 29**). Efetuaram retirada, deixando morto o seu capitão de cavalos, D. José, bem como alguns dos seus soldados mortos e prisioneiros, 9 cavalos vivos e 6 mortos¹²⁸⁹.

Entretanto, em março de 1650, o exército inimigo pretendia invadir novamente esta localidade e outras que lhe eram próximas, havendo notícia de que em Badajoz entravam e saíam algumas “*partidas de Cavallos de Remonta, e que se faz grande*

¹²⁸³ *Relaçam dos sucessos da Villa de Olivença, que os Castelhanos procuravam ganhar por empresa.* BNE, Opusculos Varios, 1647, R/24289(18), ff. 373v-374. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 105**, pp. 114-115.

¹²⁸⁴ *Decreto (...) sobre a probabilidade de ameaças...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 146**, pp. 143-144.

¹²⁸⁵ Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, p. 385.

¹²⁸⁶ *Decreto do Conselho de Guerra sobre uma carta do Governador das Armas da Província do Alentejo, relativamente a necessidade de se remeter dinheiro para as obras de fortificação das praças do Alentejo.* 25 de fevereiro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 67. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 152**, pp. 151-152.

¹²⁸⁷ *Consulta do Conselho de Guerra, sobre os avisos que faz Andre de Albuquerque das prevenções do inimigo, e outros particulares.* 23 de fevereiro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 10, doc. 58. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 151**, pp. 150-151.

¹²⁸⁸ *Decreto (...) sobre a necessidade de se remeter dinheiro...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 152**, pp. 151-152.

¹²⁸⁹ *Ibidem.*

*diligência por se montarem, dado buscar a Sevilla quinhentos gastadores (...), Artilharia e munições, e que geralmente se diz que há exercito por esta parte*¹²⁹⁰.

Por este motivo, era imprescindível avançar na fortificação de Campo Maior enquanto havia oportunidade para empreender trabalho sem o inimigo atacar. O antagonista estava vigiado pelo exército português e isso permitia que se controlasse a fronteira alentejana, incentivando o avanço nos trabalhos de fortificação das praças que estavam ameaçadas pela campanha de 1650 (Olivença, Juromenha, Arronches, Campo Maior). Além disso, entrava-se na primavera, época do ano que favorecia o empreendedorismo das obras nas fortificações.

Assim, salienta-se que a fortificação de Campo Maior, conjuntamente com a de Olivença, deveria avançar estruturalmente o quanto antes, havendo a necessidade de assistirem nelas “*sempre dous ou tres Ingenheiros que vão a huma e outra parte*”¹²⁹¹. Por conseguinte, André de Albuquerque pede o regresso de Langres à fronteira do Alentejo “*sem dilação alguma*”, da qual se havia, entretanto, ausentado. Juntamente com ele, deveria vir o engenheiro do fogo Timmermans, para preparar estas duas praças em termos de munições¹²⁹², aptas para ofender ativamente o inimigo¹²⁹³.

A 29 de março de 1650, o então governador do Alentejo, Martim Afonso de Melo, va que se deveria trabalhar na fortificação de Campo Maior com grande cuidado, “*por se acharem todas as praças daquela fronteira em grande aperto, e miserável estado*”, sendo necessário que se apressassem as levas, bem como os socorros vindos de todo o reino, sendo imprescindível ter-se “*gente paga*” para que sirva de guarnição permanente nas praças alentejanas. Além disso, também era necessária a compra de cavalos para se enviarem às tropas ativas na fronteira¹²⁹⁴.

¹²⁹⁰ Decreto (...) sobre uma carta (...) a relatar possíveis ataques do inimigo a Campo Maior e localidades... Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 153**, pp. 152-154.

¹²⁹¹ Decreto do Conselho de Guerra sobre o que escreve o Conde de São Lourenço em razão de ficar o mestre de campo João Lopez Barbalho continuando no governo de Olivença, e ocupar no de Elvas a Antonio de Souza de Menezes. 31 de março de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 101. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 157**, p. 158.

¹²⁹² *Ibidem*.

¹²⁹³ Decreto (...) a relatar possíveis ataques do inimigo a Campo Maior e localidades... Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 153**, pp. 150-151.

¹²⁹⁴ Decreto do Conselho de Guerra sobre o que o Conde de São Lourenço escreve acerca das noticias que alcançou das prevenções do inimigo, e outros particulares. 29 de março de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 96. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 156**, pp. 155-157.

Entretanto, a fortificação de Campo Maior avançava em detrimento de projetos levados a cabo pelos engenheiros militares Lassart¹²⁹⁵, Cosmader, e Langres, estando este último ausente.

Em 5 de maio de 1650, temos notícia de que se haviam retirado 3.000 cruzados do dinheiro disposto para a fortificação de Olivença para se investir na de Campo Maior¹²⁹⁶, por requerer maior reparo. Durante anos, as intervenções na fortificação de Campo Maior não foram relevantes e pouco se avançou na obra. Em 1654, a situação em Campo Maior era a seguinte: havia grande dispersão dos soldados, não tendo a praça guarnição adequada. Era necessária a elaboração de quartéis em redor das muralhas “*porque desta sorte em qualquer rebate que de noute se oferece, se achão soldados juntos, e nos postos*”. Para se elaborarem os quartéis, deveriam aplicar-se os dois terços de imposto que os moradores haviam imposto sobre si. E a fortificação propriamente dita, deveria continuar-se “*sem se fazerem despesas inúteis, e desnecessárias*”. Uma vez que a maior parte da fortificação construída era em terra, “*se gasta nella considerável dinheiro com as ruínas*” causadas a cada inverno. Desta forma, a praça ficava sempre com defesa desadequada¹²⁹⁷. Era necessário que o monarca remetesse parte do dinheiro aplicado para as fortificações do Alentejo, tendo em conta, particularmente, esta praça, “*para se poder acabar de fortificar de pedra e cal brevemente. Porquanto o Conte de Soure querendo dar fim a esta obra (...) a não pode continuar por falta de dinheiro, e com o qual deve Vossa Magestade acodir para que tenha efeito em breve, e fique mais fácil a boa defesa*”¹²⁹⁸.

A juntar à considerável falta de dinheiro, os engenheiros militares que dela se ocupavam propunham constantemente projetos diferentes dos que se estavam a concretizar, pelo que “*vem so ocupar-se em desfazer o que esta feito, sem acabar de fazer nada*”, sendo que “*com esta confusão se tem gastado muito dinheiro e trabalho em balde*”¹²⁹⁹.

¹²⁹⁵ Domingos Almeida Bucho, *Herança cultural e práticas...*, p. 302.

¹²⁹⁶ *Decreto (...) sobre o que escreveo o Governador de Olivença...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 159**, pp. 160-161.

¹²⁹⁷ *Veja-se no Conselho de Guerra a copia dos Capitulos primeiro que nestas cortes me ofereceu a villa de Campomaior, e será em companhia deste decreto, com as respostas que lhes mandey dar. E na conformidade dellas se passem as ordens, e despachos necessários.* 14 de abril de 1654. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 47, Cx. 313. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 167**, pp. 169-170.

¹²⁹⁸ *Ibidem.*

¹²⁹⁹ *Ibidem.*

Na praça de Monforte, a situação não se revelava melhor. Pela consulta do Conselho de Guerra, de 20 de junho de 1659, sabemos que a muralha era “ruim”, e que apesar de a “maior parte da muralha da vila” ser defendida pela “aspereza de um penhasco que para ela sobe”, o inimigo teria facilidade em atirar contra ela, pois colocando baterias perto dela facilmente efetuava grandes danos¹³⁰⁰ na cortina da fortificação. A fragilidade da sua defesa prendia-se também com o facto de Monforte ser uma localidade com poucos moradores, e como se situava no Alto Alentejo, não era apetecível ao inimigo, que a atacando, seria apenas com o objetivo de conseguir abrir caminho para uma outra praça que ficasse mais a sul, pois nem para saquear teria interesse ao inimigo.

Seguindo este princípio, em junho de 1661, o inimigo acabou por empreender uma derradeira campanha contra Arronches, mais próximo da fronteira (**Fig. 29**). Os castelhanos tiveram facilidade em vencer a praça¹³⁰¹ porque, segundo Hieronimo Mascareñas¹³⁰², os portugueses se acomodaram com a fortificação, pois “por vinte e um anos se continuou o descuido, ou a confiança (...) em não a fortificar realmente”¹³⁰³. Desta forma, as defesas de Arronches permaneceram até àquela data velhas, e com “poucos canhões se rendeu”¹³⁰⁴ às tropas de D. Juan de Áustria, a 16 de junho de 1661.

Com o objetivo de se apoderar da praça como ponto estratégico para conquistar as que lhe estavam próximas, o inimigo decidiu fortalecer a defesa, sendo seu objetivo que esta praça ficasse perfeita, podendo competir com a fortificação da praça de Elvas¹³⁰⁵. Na posse da praça de Arronches, os castelhanos detinham quatro léguas no território alentejano¹³⁰⁶.

Dada esta situação, Campo Maior foi agora tida de maior importância. Depois de desavenças com os projetos da sua fortificação, apenas por intervenção de Luís Serrão Pimentel¹³⁰⁷, em 1662, se deram avanços significativos nesta obra, tendo sido construídos

¹³⁰⁰ Cf. morfologia do terreno de Monforte, por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 50.

¹³⁰¹ *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado.

¹³⁰² Caroline Garcia Mendes, “Escrever e publicar...”, p. 14.

¹³⁰³ “*Havia ocupado el Serenissimo Señor Don Juan de Austria em la Campaña pasada el importantissimo puesto de Arronches, em que por espaço de veinte um años se continuó el descuido, ó la confianza del enemigo em no fortificarle realmente, siendo em opinion de muchos de mayores consequências mantenerle y ponerle en toda defensa, que el de Elvas, em que con tanto cuydado empleó el tiempo, y el cavidad*”. Hieronimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 5.

¹³⁰⁴ *Ibidem*.

¹³⁰⁵ “*Trató luego de fortificarle Su Alteza gastando el tiempo que le quedó de la Campaña, no solo en poner en defensa, más en perficionar una plaza, que en lo fuerte compite com la de Elvas*”. *Ibidem*.

¹³⁰⁶ *Idem*, f. 5v.

¹³⁰⁷ A 22 de maio de 1680, D. Pedro, na qualidade de regente, enviou a Campo Maior Mateus do Couto, D. Diogo Pardo e António Rodrigues para verificarem as obras e os planos de Luís Serrão Pimentel. E em

dois fortes para auxiliar a defesa existente da praça, nomeadamente o forte do Cachimbo e o forte de São João Batista¹³⁰⁸. Este último é composto por três baluartes inteiros, ligados por cortinas e circundados de fossos e estradas cobertas, elaboradas com recurso ao declive natural do terreno, “*sem revestimento algum*”¹³⁰⁹.

Mais no interior alentejano, os castelhanos tiveram oportunidade de assolar Monforte a 28 de junho de 1662¹³¹⁰ (**Fig. 29**). A praça foi facilmente conquistada pelo inimigo, comandado por D. Juan José de Áustria. Não lhe interessando muito o posto conquistado, abandonou esta praça pouco tempo depois, dirigindo-se para Badajoz para reunir tropas com o objetivo de atacar outras praças-fortes centrais no Alentejo.

Na posse de Monforte, os castelhanos comandados por D. Juan de Áustria procederam também à conquista da praça de Ouguela, pouco modernizada em termos de estruturas abaluartadas, pelo contratempo da perda do seu projeto de fortificação e talvez por até então não ter sido alvo de significativos ataques, não possuindo guarnição que a defendesse adequadamente¹³¹¹. A entrega da praça neste ano, originou que o marquês de Marialva mandasse enforcar o seu governador, Domingos de Ataíde Mascarenhas, e dois dos seus oficiais¹³¹².

Possuindo Ouguela, os castelhanos empreenderam obras na fortificação. O general de artilharia Jerónimo Rinaldi terá atuado nessas obras, embora também empreendesse atividade em Badajoz¹³¹³.

Entretanto, os portugueses aproveitando a breve retirada do exército castelhano para Badajoz, reconquistaram imediatamente Monforte ainda em 11 de julho de 1662, não se repetindo investidas semelhantes.

Porém, entre 3 de maio e 18 de junho de 1663, o exército castelhano assolou os campos de Elvas e Campo Maior para provocar o exército português¹³¹⁴, tendo os pontos seguros de Ouguela e Arronches, pois o seu “*intento era buscar o mais fácil, & não o*

1735, deu-se a construção de um armazém de pólvora, conforme projeto do tratadista Manuel de Azevedo Fortes.

¹³⁰⁸ “(...) distante de tiro de mosquete da mesma para a parte de Espanha”. ANTT, *Memória Paroquial de Campo Maior, Elvas...*, Vol. 8, f. 580. *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado.

¹³⁰⁹ ANTT, *Memória Paroquial de Campo Maior, Elvas...*, Vol. 8, f. 581.

¹³¹⁰ Monforte rendeu-se com 600 vizinhos. Juan Gomez de Blas, *Diaria relacion...*, p. 260.

¹³¹¹ *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado.

¹³¹² José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, ff. 57-58.

¹³¹³ Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 95.

¹³¹⁴ Baltasar de Bolívar, *Copia de carta venida de Badajoz, que avisa la salida del exercito de Su Alteza el señor D. Juan de Austria em Campaña: lunes siete de mayo de mil y seyscientos y sessenta y tres*. BNE, MSS/18400(H.356-357), p. 357.

*mais importante; deixando Campo Mayor à mão esquerda, caminhando sempre por suas terras, parou todo aquele estrondo de armas na empresa de Arronches*¹³¹⁵ (Fig. 29).

Destaquemos que, a partir da rendição de Arronches, as tropas portuguesas não pelejaram com o inimigo. Embora rodeando a praça para o controlar¹³¹⁶, não se tentou recuperá-la, nem atacar de surpresa quem trabalhava na sua fortificação, nem os homens que conduziam os “*comboyes*” de mantimentos para o exército castelhano¹³¹⁷, até 1664. Tal posição tomada pelo exército português parecia estratégica. De tal forma que, os castelhanos ponderaram que tendo sido a praça de Arronches conquistada de forma tão fácil, e havendo sido votada de despreço ao longo dos últimos anos, não revelaria necessariamente descuido por parte dos portugueses¹³¹⁸. Neste sentido, colocam-se duas hipóteses: Arronches não teria sido devidamente fortificada por falta de apoio financeiro ou por ausência da assistência de Langres na praça, ou então, o descuido votado a esta praça foi efetuado de forma intencional para atrair a atenção do inimigo para uma emboscada. Poderia o exército português querer fazer parecer ao inimigo que estava fragilizado? Parece-nos uma questão pertinente, pois o facto de não se atacar o inimigo durante a sua campanha em Arronches indica-nos que, provavelmente, os portugueses estariam a aproveitar as obras de fortificação realizadas pelos castelhanos para depois terem uma vantagem estrutural reconquistando a praça. Não nos podemos esquecer que Arronches não era considerada praça principal. Embora estivesse junto à fronteira, o seu terreno era árido e dificultava o acesso do inimigo para as praças-fortes do Alentejo mais a sul, que era o seu objetivo.

Contudo, os castelhanos pretendiam também efetuar melhor comunicação entre esta praça e a localidade de Albuquerque. Para seu benefício, estes também ponderaram fazer dela uma boa praça de armas¹³¹⁹ “*com menos gasto monetário*” do que efetuar obras. Ou seja, não seria necessário investir muito na sua fortificação, uma vez que, sendo detentores da praça, poderiam utilizar os seus recursos naturais em favor da sua conquista.

¹³¹⁵ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, pp. 4-5, 8.

¹³¹⁶ *Certidão relativa aos serviços do Tenente Custódio de Barros*. Vila Viçosa, 15 de fevereiro de 1662. BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota]. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 176**, p. 180.

¹³¹⁷ Hieronimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 5v

¹³¹⁸ “*En Catilla, pareçio pequena la que no havia costado sangre, ni peligros, jusingando, que el desamparo de este puesto havia sido más desprecio, que descuydo del enemigo. Em Portugal parecio se havia perdido pozo, em lo que no gasto denero, ni cuydado*”. *Ibidem*.

¹³¹⁹ É na praça de armas que “*em ocasião de rebates se ajunta a gente do presídio para tomar as ordens do Governador da praça*” e onde o exército acampa e guarda as suas armas. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez...*, vol. VI, p. 666.

Arronches abria as suas portas desde Campo Maior até ao rio “*Tajo*”¹³²⁰, podendo os castelhanos utilizar a travessia do rio em seu benefício. Além disso, estava perto de Portalegre e de outros lugares grandes e vulneráveis, que o exército português teria dificuldade em proteger¹³²¹.

Tendo ficado na posse desta praça, o exército castelhano passou a controlar a margem ocidental do rio Caia, podendo lançar ofensiva¹³²² direta a Elvas. Havia claramente o objetivo de interceptar os abastecimentos que por ali passavam destinados às guarnições e aos moradores de Campo Maior e Portalegre. Aliás, D. Juan de Áustria terá mesmo supervisionado o “*começo da construção de novas e maiores fortificações*”¹³²³ nesta praça.

Com as atenções das tropas portuguesas viradas maioritariamente para Elvas, os castelhanos tomaram esta posição estrategicamente por estar mais vulnerável e porque lhes permitia controlar localidades alentejanas vizinhas. Por este motivo podemos afirmar que tal como Olivença, Arronches foi bastante investida pelos castelhanos. E relembremos, à data da posse de Arronches já tinham tomado Olivença em maio de 1657. Desta forma, detinham dois pontos estratégicos no Alentejo: a praça de Olivença no extremo sul, e a de Arronches no extremo norte, ambas pertencentes como vimos anteriormente, à 1.ª linha de praças do Alentejo relativamente à sua proximidade com a fronteira castelhana. Sendo ainda que a primeira englobava o 1.º aglomerado de defesa, conjuntamente com Juromenha (que também seria conquistada pelos castelhanos em junho de 1662), Vila Viçosa, Elvas e Estremoz, e a segunda o 2.ª aglomerado, em interligação com as praças de Barbacena, Campo Maior, Monforte e Ouguela (também conquistada em 1662).

O inimigo tomou esta posição até 1664¹³²⁴, altura em que o exército português recuperou a praça¹³²⁵, tendo já o inimigo danificado o baluarte do Castelo através de um

¹³²⁰ Diego Suárez Quevedo, “Navegación fluvial e ingeniería militar...”, p. 134.

¹³²¹ “*Tenia disposicion para posterla hacer una muy buena placa con menos gasto, del que constaria tomar obra, y sin los riesgos a que esta sujeta qualquiera circunvalacion = Abre la puerta desde Campomayor Al Tajo para penetrar el Reyno, o corrimandonos al Rio, o yendo por el camino más corto à la marina. Tiene à su frente à Portalegre, y otros lugares grandes, y abiertos, los quales sempre que los enemigos no los cubrieren con todo el exercito, quedáran sujetos à nuestra imbasion, y à las entradas de la Cavallaria*”. Hieronimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura...*, f. 6.

¹³²² Lorraine White, “Estrategia geográfica...”, p. 68.

¹³²³ *Idem*, p. 83.

¹³²⁴ *Ibidem*.

¹³²⁵ Sabendo que o inimigo tinha o intento de destruir as fortificações de Arronches, o governador Gil Vaz Lobo, “*marchou com cinco mil homens (...) para se apoderar da praça, e segurar os moradores em quanto as suas ruinas se não reparavaõ*”. *Ibidem*. Emília Salvado Borges, *A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015, p. 380.

incêndio desencadeado propositadamente em 1663, aquando da retirada de D. Juan de Áustria¹³²⁶: pretendendo “fazer voar os muros, e recolher a guarnição. A força das minas não executou, como elle desejava, os seus efeitos nas fortificações, que haviaõ custado a Castella hum tesouro”¹³²⁷.

1.3. Aglomerado 3. Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz

O terceiro aglomerado é composto pelas praças de Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz¹³²⁸ (Fig. 30). Este encontra-se a sul dos acima tratados, e numa rota de mais fácil acesso ao exército castelhano, por pertencer a um território mais plano e direto a Lisboa, no sentido de Évora, localidade esta que, podemos considerar pertencia ao 5.º aglomerado, por se situar mais no interior do território.

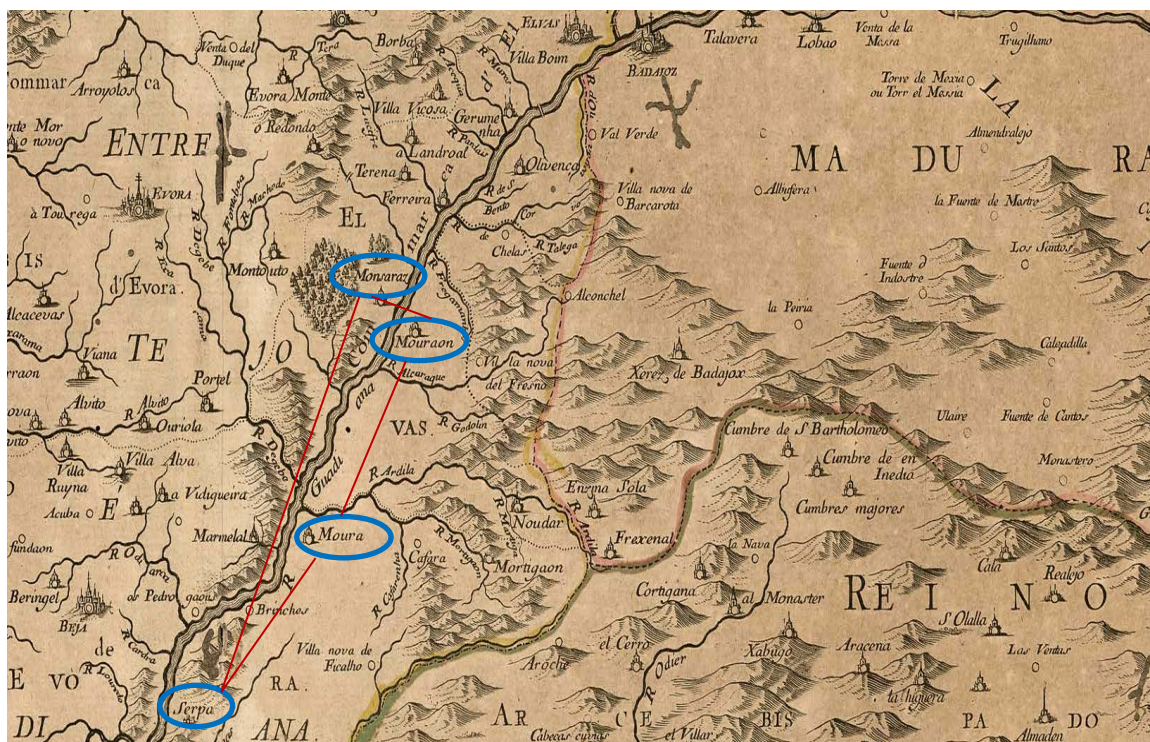


Fig. 30

Aglomerado 3. Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

¹³²⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais de Arronches, Portalegre*, Vol. 5, N.º 18, p. 670. José Alonso de la Torre Núñez, *La frontera que nunca existió. Viaje por la Raya de Extremadura y el Alentejo*, Editora Regional de Extremadura, 2006, p. 102.

¹³²⁷ Damião de Lemos Faria e Castro, *História Geral de Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1804, Tomo XIX, p. 326.

¹³²⁸ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadro 9: Correlação das praças fortes pertencentes ao 3.º aglomerado de fortificações: Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz (obras, projetos, contingentes, ataques sofridos...), pp. 167-169.

Uma das praças a destacar deste conjunto é a de Serpa, integrada no território na margem esquerda do rio Guadiana¹³²⁹. Por se situar perto da raia, e razoavelmente distante das outras praças-fortes¹³³⁰ e por ter condições favoráveis de mantimentos pela fertilidade dos campos, tornava-se particularmente apetecível ser conquistada por parte do inimigo¹³³¹, pelo que necessitava urgentemente de modernização na sua antiga defesa¹³³².

Embora a preocupação com a sua fortificação se implementasse desde o início da Guerra da Restauração, apenas em meados de 1650 Langres elaborou obras de modernização das suas defesas, sucedendo-lhe os projetos de Saint-Colombe.

As fortificações projetadas pelos dois engenheiros militares não foram concluídas na totalidade, sendo parcialmente executadas e materializadas nos baluartes que defendiam a igreja do Salvador¹³³³ e no forte de São Pedro, concluído apenas em 1664, que não servia de defesa adequada à praça, com pouca guarnição¹³³⁴.

Ao contrário de Serpa, as praças de Moura e Mourão já haviam sofrido obras de modernização à “*maneira italiana*”. A primeira, a cargo de Francisco de Arruda, no final do século XV e início do século XVI. E a segunda, por intermédio de Diogo e Francisco de Arruda, ainda no século XVI.

Porém, à época da Guerra da Restauração, verificou-se a necessidade de defesas adicionais¹³³⁵, sobretudo em Moura, pelo que logo desde o início do conflito, o Conselho de Guerra de D. João IV determinou a modernização e o reforço da antiga fortificação, dada a sua posição estratégica na fronteira com Espanha, “*que sendo praça de tanta importância se acha taõ aberta e com taõ evidente risco*”¹³³⁶. Embora possuindo terreno demasiado irregular, e “*ainda que no meio de huma grande planície, que rodeão os dous*

¹³²⁹ Integra o território na margem esquerda do rio Guadiana. “*Na Província d’Alentejo, huma legua de distancia do Rio Guadiana para a parte de Castella, onde antigamente chamavam (...), está situada a villa de Serpa a 39 graus, e 24 minutos de latitude, e a 13, e 28 minutos de longitude ao Sueste de Lisboa*”. ANTT, *Memórias Paroquiais de Serpa, Beja*, 1758, vol. 34, n.º 137, f. 987.

¹³³⁰ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 46. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

¹³³¹ Emília Salvado Borges, “Serpa: durante a Guerra da Restauração (I)”, in *Serpa Informação: História/Património*, 2017, p. 8.

¹³³² *Decreto sobre o que aponta a villa de Serpa para efeito de se conservar a aldeã nova daquele termo, e se mandar fortificar fazendo-se nella alojamento para 100 cavallos. E sobre se guardar a ordem que esta dada para se não fazerem na villa do Serro do Reino de Castella entradas nem furtos*. 13 de março de 1654. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 24. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 165**, pp. 168-169.

¹³³³ Emília Salvado Borges, “Serpa: durante a Guerra da Restauração (I)...”, p. 8.

¹³³⁴ Emília Salvado Borges, *A Guerra da Restauração...*, pp. 263-265.

¹³³⁵ *Guerra da Restauração. Sucessos em Elvas e Moura*. 1644. BNP, Cod. 6684.

¹³³⁶ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política do exército português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, Vol. IX, p. 73.

ribeiros”¹³³⁷, exposta a praça, claramente ficaria vulnerável. Em 17 de agosto de 1643, temos uma carta dirigida ao governador da província do Alentejo, D. João da Costa, sobre a necessidade de provimento de munições para as defesas de Moura¹³³⁸, expondo a fragilidade da fortificação. Assim, por ordem do mesmo governador, de 16 de agosto de 1644, deveria começar-se a aplicar o numerário conseguido pelo imposto do real d’água à sua fortificação¹³³⁹.

Mas, apenas no ano seguinte, após fevereiro de 1645, se efetuou a primeira intervenção abaluartada, quando se deu ordem a que Cosmander repovoasse e fortificasse a aldeia de Santo Aleixo, perto de Moura, que, estando indefesa, já havia sofrido ataques surpresa do inimigo, a 6 de outubro de 1641¹³⁴⁰ e a 12 de agosto de 1644¹³⁴¹ (**Fig. 31**). Revelando-se fácil de tomar, seria essencial fortificar para servir de defesa adicional à praça de Moura, uma vez que esta praça não tem “*outro reparo diante de si*”¹³⁴². Em 1644, foi também ordenado ao general de artilharia de Moura que se aplicassem dinheiros vindos da cobrança dos impostos para despesa desta fortificação, a favor dos trabalhos de Cosmander¹³⁴³.

¹³³⁷ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 44. Cf. morfologia do terreno de Moura por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 57; Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

¹³³⁸ *Carta a D. João da Costa para o provimento de munições dos castelos de Moura e Noudar*. 17 de agosto de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 104. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 25**, p. 52.

¹³³⁹ *Carta a D. João da Costa para que o real d’água de Moura se aplique à fortificação da mesma villa*. 16 de agosto de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 156. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 43**, pp. 63-64.

¹³⁴⁰ “*Descuidados estavam os da Aldeia de Santo Aleixo do termo da vila de Moura na madrugada de 6 do presente mês, quando se acharam cercados de 1500 castelhanos de pé e de cavalo, que se tinham ajuntado dos lugares de Chales, Alconchel, Vila Nova, Valença, Oliva e Encinasola, e outros que confinam com aquelas fronteiras, em que havia mais de duzentos de cavalo que tinham vindo de Badajoz a esta facção. Sabiam eles que a Aldeia de Santo Aleixo e a de Safara sua vizinha são as mais ricas daquela comarca e em que podiam fazer uma importante presa, porque não tinham gente paga que as defendesse*”. Jorge Rodrigues, *Relaçam de duas vitorias que os moradores da Aldea de Santo Aleixo, e das Villas de Mourão e Monsarás alcançaram dos Castelhanos a 6 e 16 deste mês de Outubro de 1641*, Lisboa, 1641, f. não numerado. Emília Salvado Borges, *A Guerra da Restauração...*, pp. 104-106.

¹³⁴¹ Emília Salvado Borges, *A Guerra da Restauração...*, pp. 122-125.

¹³⁴² Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política...*, Vol. IX, p. 48.

¹³⁴³ *Idem*, p. 73. Emília Salvado Borges, *A Guerra da Restauração...*, pp. 248-249.

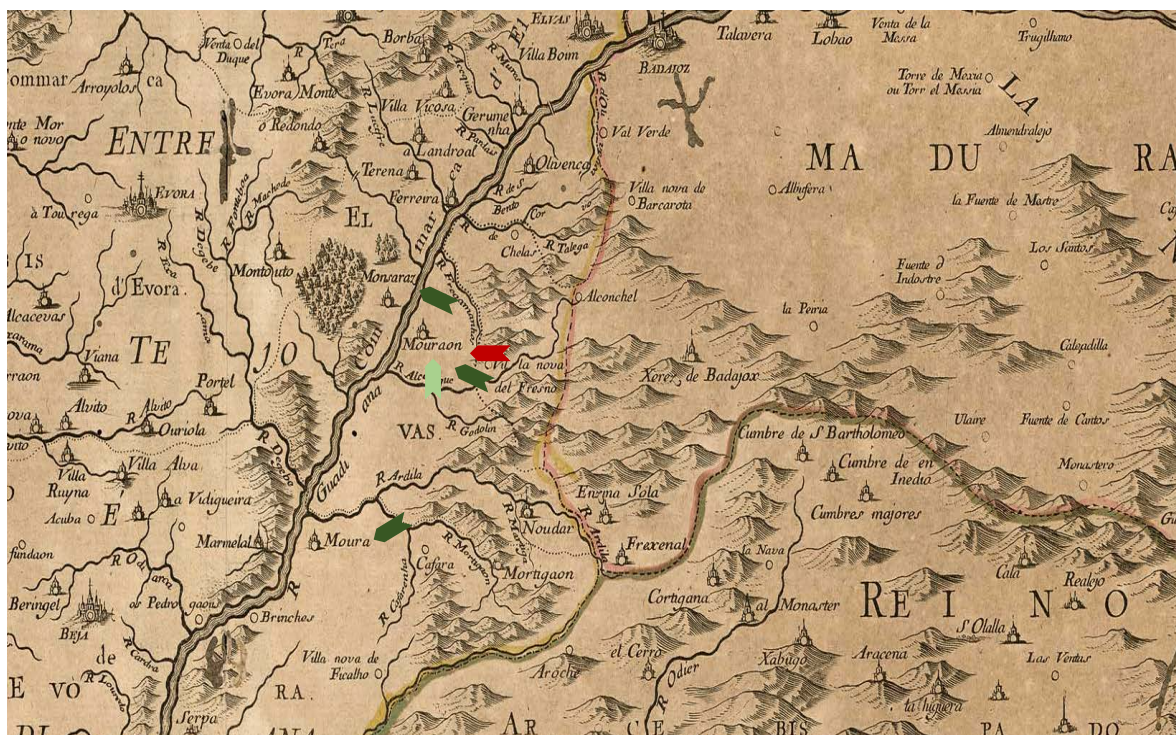


Fig. 31

Aglomerado 3. Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz (ataques, conquistas e reconquistas das praças).

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:



Ataque dos castelhanos à Praça:
 Moura: 1641 (out.); 1644 (ago.);
 1646 (nov.).
 Mourão: 1657 (jun.).
 Monsaraz: 1645 (set.).



Conquista da praça pelos castelhanos:
 Mourão: 1657 (jun.).



Reconquista da praça pelos portugueses:
 Mourão: 1657 (out.).

Neste seguimento de linha de defesa, temos a praça de Monsaraz, “*com fortificação antiga, posta no alto de hum monte*”¹³⁴⁴. O inimigo tinha tendência para acampar ao seu redor, efetuando “*contínuos roubos no gado*”¹³⁴⁵.

Segundo Fernando Branco Correia, dada a sua importância estratégica, por permitir fácil ligação entre as duas margens do rio Guadiana, junto a esta praça existiam várias hipóteses de passagem que permitiam atravessar o curso de água entre uma e outra

¹³⁴⁴ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 43. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

¹³⁴⁵ Luís de Marinho Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, f. 81. *Carta do governador Martim Afonso de Melo sobre um rebate que tiveram os nossos com os inimigos junto a Monsaraz*. 4 de novembro de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 588-589. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 134**, p. 136.

margem¹³⁴⁶. A tomada desta praça significaria uma vantagem preciosa para atacar as praças que lhe estavam próximas.

Tornando-se imprescindível defender Monsaraz, através da contribuição da Câmara da vila, a sua adaptação teve início neste ano de 1644¹³⁴⁷, por projetos de Langres e Gilot. Após ordem do monarca para que se fortificasse a vila de forma a que ficasse com “*a deffenção, e segurança necessárias*”¹³⁴⁸, sem ofender os seus moradores, procurando não se arrasar o arrabalde, visto que a vila ficaria exposta; os moradores contribuíram com dinheiro para as obras.

Desta forma, o reforço incidiu essencialmente a sudoeste da cerca medieval da praça, sendo composto por um revelim de três baluartes, antecidos por escarpada de cortina e flanqueados pelo forte de São Bento de Monsaraz¹³⁴⁹, conectado por túneis, de planta retangular. O autor Moisés Cayetano Rosado indica que a fortificação era ampla e imponente¹³⁵⁰.

Entretanto, nos dias 28 e 29 de setembro de 1645, seis invasores castelhanos conseguiram entrar em Monsaraz¹³⁵¹, levando consigo três portugueses prisioneiros (**Fig. 31**). Posto isto, reuniram com parte do exército que estava alojado nas localidades em torno de Monsaraz. Os castelhanos aquartelaram-se no arrabalde de Monsaraz para atacar a praça, mas necessitavam de informações relativamente à sua defesa e guarnição, daí a necessidade de levar consigo prisioneiros. Este facto fez com o que o seu ataque já não fosse inesperado, dado terem sido notados pela guarnição da praça¹³⁵². Na verdade, os castelhanos não conquistaram a praça, mas assolaram os campos à volta e causaram muita destruição¹³⁵³.

¹³⁴⁶ Fernando Branco Correia, “Fortificações Modernas...”, p. 56.

¹³⁴⁷ *Carta a D. João da Costa sobre a fortificação de Monsarás, para o que se oferece a contribuir a camara d’aquella villa, e como se vê da carta que a dita Camara remete*. 11 de setembro de 1644. BNP, Cod. 6916, ff. 161-161v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 44**, pp. 64-65.

¹³⁴⁸ *Carta de D. João IV para que Dom João da Costa faça avançar as obras na fortificação de Monsaraz sem se arrasar o arrabalde*. 16 de setembro de 1644. BNP, Cod. 6916, f. 160. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 46**, pp. 65-66.

¹³⁴⁹ Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Guiomar, “Análise dos espaços...”, p. 9.

¹³⁵⁰ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹³⁵¹ *Entrada dos castelhanos no campo de Monçaras e rebate de Évora*. 29 de setembro de 1645. BNE, *Relações Manuscritas...*, ff. 41v-42v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 55**, pp. 75-77.

¹³⁵² *Relação da entrada dos Castelhanos no termo de Monçaras. Relações Manuscritas...*, ff. 45v-49. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 54**, pp. 71-75.

¹³⁵³ *Carta de Mourão que da novas desta entrada*. 30 de setembro de 1645. *Cópia de huma carta de Dom Gregório Ortis de Barra Outubro, da gente que entrou no termo de Monçaras*. 30 de setembro de 1645. BNE, *Relações Manuscritas...*, ff. 42v-44. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 56 e 57**, pp. 77-79.

Em junho de 1646, por haver notícia da estratégia de novo ataque do exército castelhano, resultado da apreensão de correspondência¹³⁵⁴, o governador do Alentejo, Joane Mendes de Vasconcelos enviou para segurança de Monsaraz, uma companhia de infantaria e 30 cavalos com alferes, “*que hé o que se julga por bastante para guarda dos officiaes*”¹³⁵⁵.

Na mesma altura, e por carta do citado governador, datada de 4 de agosto de 1646, sabemos que não havia ainda dinheiro para se obrar na fortificação de Moura, pelo que seria necessário o monarca remeter algum dinheiro para a sua continuação¹³⁵⁶ e guarnecer a praça. Inclusive, Joane Mendes de Vasconcelos pedia ao monarca que se formasse também um terço para guarnição da praça de Mourão, por forma a que se repartisse o trabalho de defesa de igual maneira que em outras praças-fortes, bem como para esta praça ficar completa “*e em estado de pelejar quando se ofereça*”¹³⁵⁷, servindo de apoio a Moura e Serpa.

Pela sua vulnerabilidade, em novembro de 1646, conseguiram entrar em Moura oito pilhantes do inimigo: “*dos quaes cavallos da Ordenança daquella Praça mataram trez, e tomaram quatro*”¹³⁵⁸. Capturados pela guarnição da praça, confessaram que se juntavam tropas perto de “Xerez” de Badajoz, prontas para atacar as localidades que lhe ficavam próximas.

Por carta do governador do Alentejo, Martim Afonso de Melo, datada de 12 de junho de 1647, salienta-se que a defesa de Moura e Mourão ficaria para segundo plano em termos de defesa e investimento de obras nas suas fortificações, dada a prioridade das praças de Elvas, Olivença, Campo Maior e Juromenha (as mais atacadas). Só depois se poderia avançar com dinheiro e trabalho de engenheiros militares nas praças de Moura, Mourão, Castelo de Vide e Ouguela¹³⁵⁹.

¹³⁵⁴ Carta (...) em que dá conta da Cavallaria que está juncta do Inimigo..., f. 33v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 66**, pp. 85-86.

¹³⁵⁵ *Ibidem*. Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos sobre a fortificação que os cónegos da Sé de Évora querem fazer na Ribeira de Guadiana. 2 de junho de 1646, ff. 13v-14v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 63 e 66**, pp. 83, 85-86.

¹³⁵⁶ Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos, sobre alguns particulares que em Cortes pedirão os Procuradores da Villa de Moura. Elvas, 4 de agosto de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 75v-76. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 72**, pp. 88-89.

¹³⁵⁷ *Ibidem*.

¹³⁵⁸ Carta do Governador João Mendes de Vasconcelos sobre os Pilhantes do Inimigo que se tomaram em Moura, e cartas que se tomaram aos Estafêtes de Sevilha e Madrid. 23 de novembro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 157-158v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 89**, pp. 104-105.

¹³⁵⁹ Carta (...) sobre as fortificaçoens de Elvas, Olivença, Campo Mayor, e Jerumenha..., ff. 214-215. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 103**, p. 113.

Pela *Resposta Apologética de Pierre de Saint-Colombe*, efetuada em 1661, temos indicação de que, entretanto, Cosmader havia voltado a trabalhar nas fortificações de Santo Aleixo, Moura e Mourão, apenas a partir de 1649¹³⁶⁰, indicando que estas são obras de “pedra e barro (...), boas, mais breves e mais baratas (...) onde não falta a pedra e não deixão de ser muito seguras sendo bem obradas, e com hum terço de escarpa”¹³⁶¹. Em 1654, salientava-se a importância da solidez das obras na fortificação para adequada defesa dos seus moradores e do alojamento da guarnição, garantindo alojamentos separados para os soldados e para o terço de infantaria e companhias de cavalos¹³⁶².

Em março de 1654 o Conselho de Guerra considerou que também a fortificação de Serpa deveria possuir alojamento para 100 cavalos de guarnição. Além disso, decretou-se que “sera de grande utilidade para a deffensão da dita villa, e campanha della conservarse, como o há feito a aldeã nova termo da dita villa, que Vossa Magestade a deve mandar fortificar, e dar aos moradores que nella viverem pão de moneção como se fez aos de Santo Aleixo e Safara”¹³⁶³.

Segundo Emília Salvado Borges, Serpa albergava muitas companhias de cavalos, a maioria vinda de fora por não haver gente suficiente nesta praça, e outras formadas pelos poucos que ainda lá viviam. Mas a maior parte destas últimas eram formadas à sua própria custa, não usufruindo do dinheiro do Estado, que era insuficiente. Além disso, não havendo quartéis suficientes, os moradores de Serpa tiveram que alojar muitos dos soldados que serviam de guarnição à praça, o que representou um pesado custo, nomeadamente a partir de 1666¹³⁶⁴.

Esta questão prende-se com a constante escassez monetária, pois com despesas de guerra permanentes, e com os custos de reforço na fortificação de outras praças, que sofriam ataques constantes, não se conseguiu investir suficientemente na defesa de Serpa,

¹³⁶⁰ *Resposta Apologética do Tenente General Pedro de Santa Colomba em defensão da sua planta de Evora ao papel de Luiz Serrão Pimentel Lente de Mathematica*. 26 de dezembro de 1661. BA, 51-VI-1, fl. 93-96. Transcrição completa em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta de Salvaguarda e Valorização* (Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural), Universidade de Évora, 2013, Anexos I, Documento 16, pp. xx-xxix.

¹³⁶¹ *Resposta Apologética...*, fl. 93-96.

¹³⁶² *Decreto sobre a pretensão que tem a villa de Moura de que hasa ali hum terço de infantaria, e três companhias de cavallos, e alojamentos separados para os soldados*. 18 de março de 1654. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 35. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 166**, p. 169.

¹³⁶³ *Decreto sobre o que aponta a villa de Serpa...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 165**, pp. 168-169.

¹³⁶⁴ “Alojam-se em Serpa soldados portugueses, ingleses e franceses, quatro ou cinco soldados em cada casa”. Emília Salvado Borges, “Serpa: durante a Guerra da Restauração (I)...”, p. 8. Jorge Penim de Freitas, “A estratégia de defesa...”, p. 50.

que, embora bem localizada, acabou por não ser um alvo prioritário por parte do inimigo. De facto, os elementos que se construíram deveram-se ao cobrado pelo real d'água da praça de Beja, que, por vezes, viu a sua própria fortificação sacrificada, em detrimento da de Serpa¹³⁶⁵. Além disso, os próprios moradores de Serpa opuseram-se à demolição de casas para a execução de fortificações modernas, dado que estavam demasiado próximas do perímetro necessário a uma adequada defesa.

Em 1655, o Conselho de Guerra ordenara a Langres que efetuasse um projeto para Moura, sem grande investimento até então. Apenas dois anos depois, em meados de 1657, foi erguida uma linha abaluartada sob chefia do dito engenheiro¹³⁶⁶, que envolvia a povoação, com reforço de oito revelins, irregularmente distribuídos¹³⁶⁷. Os trabalhos ficaram a cargo de Lassart, depois de setembro do mesmo ano¹³⁶⁸ e, posteriormente, foi adaptado por Saint-Colombe¹³⁶⁹, enquanto Langres efetuava a vistoria a outras praças-fortes no Alentejo.

Ainda no verão de 1657, a praça de Mourão foi alvo de ataque dos castelhanos, que a arrasaram grandemente¹³⁷⁰, sob comando do duque de San Germán¹³⁷¹ (**Fig. 31**). Mourão tinha de guarnição três companhias de infantaria e uma companhia de cavalaria, “*que era bastante para o tamanho*”¹³⁷². No entanto, a praça foi tomada pelos castelhanos, sendo que o seu governador, João Ferreira da Cunha, a entregou depois de se ter efetuado o ataque com minas, o que originou brechas abertas na muralha, não podendo a guarnição defender adequadamente a praça que ainda carecia de obras. Foi fácil, portanto, para o inimigo conquistar esta praça exposta.

No entanto, Mourão foi rapidamente reconquistada pelo exército português, sob comando do governador Joane Mendes de Vasconcelos, após quatro meses de estar na

¹³⁶⁵ Emília Salvado Borges, *A Guerra da Restauração...*, p. 260.

¹³⁶⁶ *Idem*, p. 253, 256. Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Guiomar, “Análise dos espaços...”, p. 9. Santiago Macías, “Moura, Fortificações Modernas: Passado e Futuro”, in *CEAMA*, Almeida, 2013, p. 15. Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política...*, Vol. XIV, p. 306.

¹³⁶⁷ Santiago Macías, Vanessa Gaspar, *Fortificações Modernas de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura, 2005, p. 25.

¹³⁶⁸ “A 20 de Setembro de 1657 escrevia a rainha a Joane Mendes de Vasconcelos dizendo-lhe que fosse pessoalmente à vila de Moura, e tomasse o parecer de Lassart e outros engenheiros sobre as fortificações daquela vila, que mandasse proceder ao que fosse necessário, derrubando mesmo alguns dos templos”. Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política...*, Vol. XIV, pp. 306, 326.

¹³⁶⁹ Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Guiomar, “Análise dos espaços...”, p. 9.

¹³⁷⁰ Antonio Barbosa Bacelar, *Relaçam da vitoria...*, f. 2.

¹³⁷¹ Fernando Branco Correia, “Fortificações Modernas...”, pp. 57.

¹³⁷² José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 44. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 2298-245.

posse dos castelhanos¹³⁷³. O exército português, composto por 10.000 infantes e 1000 cavalos, tentou ainda conquistar Badajoz, em resposta à anterior tomada de Mourão¹³⁷⁴. No entanto, o exército castelhano, comandado por D. Luís de Haro, fez recuar a ofensiva, provando ainda o intento de conquistar uma praça portuguesa de maior importância (Elvas, que viria a sofrer cerco em 1659¹³⁷⁵).

Destaque-se que, apesar da provada debilidade das defesas estruturais de Mourão, apenas em 1658, por intermédio de Saint-Colombe e Langres se recomeçaram a desenvolver as obras de reforço defensivo abaluartado¹³⁷⁶. Estes envolveram o antigo castelo, de formato trapezoidal¹³⁷⁷, por uma dupla cintura de muralhas concêntricas amplas e imponentes¹³⁷⁸.

Ao mesmo tempo, Saint-Colombe avançava com o reforço da fortificação de Moura. Apesar da acentuada irregularidade do terreno¹³⁷⁹ e, por conseguinte, da própria planta da fortificação, sendo que o “*seu recinto hé grande*”¹³⁸⁰, esta primava pela regularidade no sentido de não ter parte alguma que não fosse defendida¹³⁸¹, atuando a defesa da própria fortificação como um todo, sendo a defesa unificada, tanto do interior para o exterior, como ao contrário, através da construção do forte D. Pedro Massa, de uma contraguarda e de um hornaveque junto à porta de São Francisco¹³⁸², obra do engenheiro militar francês barão de Silincourt, em 1662¹³⁸³. Embora este engenheiro idealizasse o reforço de toda a praça, tal proposta não foi possível de realizar dada a urgência da situação de guerra e os gastos monetários que tal encargo traria novamente¹³⁸⁴.

¹³⁷³ *Ibidem*.

¹³⁷⁴ Mouram restaurado em 29 de Outubro de 1657. 1658. BA, 55-II-27 (10).

¹³⁷⁵ Margarida Valla, *Os Engenheiros militares...*, p. 59.

¹³⁷⁶ Antónia Fialho Conde, Maria Virgínia Henriques, Nuno Guiomar, “Análise dos espaços...”, p. 9.

¹³⁷⁷ *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado. Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones...”, p. 104.

¹³⁷⁸ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹³⁷⁹ Segundo Santiago Macías e Vanessa Gaspar, analisando-se o terreno da vila de Moura, constata-se que “entre a zona Sudeste e Oeste da vila o relevo sobe bastante, tornando a povoação um alvo fácil para qualquer ataque com armas de fogo”. Santiago Macias, Vanessa Gaspar, *Fortificações Modernas...*, pp. 18.

¹³⁸⁰ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 45. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

¹³⁸¹ ANTT, *Memórias Paroquiais da freguesia de Santo Agostinho, Moura, comarca de Beja, 1758*, Vol. 25, N.º 234, p. 1731.

¹³⁸² Santiago Macias, Vanessa Gaspar, *Fortificações Modernas...*, p. 25.

¹³⁸³ “(...) muito experimentado nas fortificações, e Architectura, e outras Sciencias Mathematicas”. *O Conselho de Guerra vendo esta Capitulação que per ordem minha foi o Conde da Ponte o faça dar a execução o que nelle se contem para que este seguimento possa passa logo e lhe dis o que esta ordenado*. 9 de dezembro 1661. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 48. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 174**, pp. 177-179.

¹³⁸⁴ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política...*, Vol. XVI, p. 125.

Entre 1657 e 1668, os engenheiros militares portugueses foram substituindo os estrangeiros¹³⁸⁵ que até então tinham atuado como motores principais dos avanços defensivos e projetos das fortificações do Alentejo. Note-se que os seus baluartes se configuraram em direção a Castela, reforçando a fronteira natural do rio Guadiana. Recorde-se que, em meados de 1662, trabalharam na fortificação de Moura com o posto de ajudantes de engenheiro, os portugueses André Fialho e Sebastião de Sousa¹³⁸⁶. E desde 1661, que se procedia a reparos no antigo castelo de Mourão, por forma a reforçar a defesa interior. Dois anos depois, o arquiteto João Nunes Tinoco implantou seis atalaias em locais elevados que flanqueavam a fortificação na direção do rio Guadiana.

Por seu lado, entre o referido período de 1657 e 1668, a fortificação de Monsaraz foi dotada de nova importância estratégica, reforçando-se as suas defesas, a cargo de Luís Serrão Pimentel e dos seus discípulos.

1.4. Aglomerado 4. Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa

O quarto aglomerado materializa-se nas praças-fortes de Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa¹³⁸⁷ (**Fig. 32**).

Destaque-se que, sobretudo Marvão e Castelo de Vide, no Alto Alentejo, e Valencia de Alcántara, na Extremadura, eram localidades muito próximas¹³⁸⁸. As duas primeiras encontram-se no alto da denominada à época, Serra de Marvão¹³⁸⁹, correspondendo à atual serra do Sapoio, sendo o terreno bastante acidentado. Pelo mapa de Sanson D'Abbeville, também podemos verificar terreno montanhoso entre estas três localidades (Marvão, Castelo de Vide e Valencia de Alcántara). Assim, pela topografia, era mais difícil a conquista destas praças, mas a sua proximidade jogava a favor do exército

¹³⁸⁵ António Castanheira da Silva, *Praça de Guerra de Estremoz...*, p. 42.

¹³⁸⁶ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política...*, 1919, Vol. VIII, p. 602. Santiago Macías, “Moura, Fortificações Modernas...”, p. 16.

¹³⁸⁷ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 10: Correlação das praças fortes pertencentes ao 4.º aglomerado de fortificações: Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa (obras, projetos, contingentes, ataques sofridos...)**, pp. 270-272.

¹³⁸⁸ “Castel de Vide est siitué entre Montalvão, Portalegre et Marvão (...) du coste qui regarde Valença d’Alcantara qui n’est fortiffiez”. Nicolau de Langres, *Desenhos e plantas...*, f. 4v.

¹³⁸⁹ Marvão “está situada em hum dos mais elevados montes deste Rejno, cujo cabeça hé comprido á maneira de Bárco do nascente para o poente quazi tres tiros de espingarda; e corre plano da parte do sul”. ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre*, 1758, Vol. 22, N.º 74, f. 471. “(...) seis legoas distante da Villa de Arronches para a parte do Norte, duas legoas da Cidade de Portalegre, e huma da raia de Castella”. José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 659. Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

português, ou do inimigo, dependendo de quem prosseguia primeiro com os intentos de conquista.

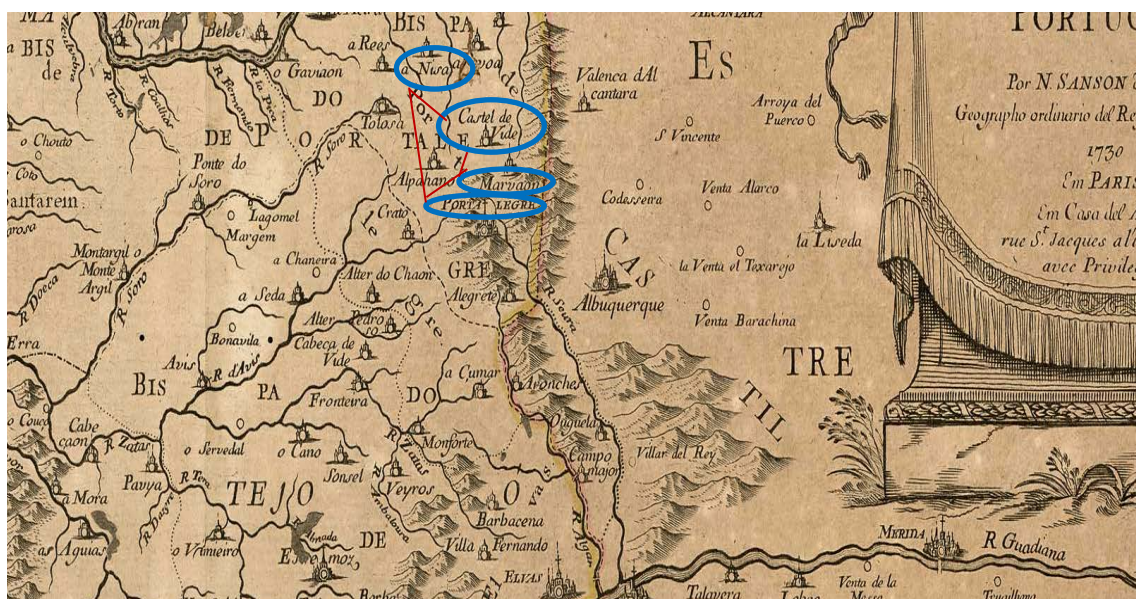


Fig. 32

Aglomerado 4. Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Entre 1641 e 1646, provavelmente a cargo de Langres, as antigas defesas de Portalegre foram adaptadas às novas necessidades impregnadas da artilharia, por linha defensiva abaluartada, dada a sua importância estratégica, juntamente com Marvão e Castelo de Vide¹³⁹⁰.

Marvão sofreu danos logo em 1641, aquando de um ataque empreendido pelos castelhanos (Fig. 33). Os danos foram de tal forma que o abade D. João Dama empreendeu a reparação das ruínas do castelo, ainda por reforçar, reconstruindo um lanço de muralha, as portas e as barbacãs arruinadas com a campanha. Estas reparações foram projetadas por Langres, nesse mesmo ano.

¹³⁹⁰ Tem a sua posição dominante no alto de uma colina a Norte da Serra de São Mamede. ANTT, *Memórias Paroquiais de Castelo de Vide, Portalegre*, 1758, Vol. 10, N.º 222, f. 1473.



Fig. 33

Aglomerado 4. Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa (ataques dos castelhanos às praças).

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:



Ataque dos castelhanos à Praça:

Portalegre: 1650 (out.).

Marvão: 1641; 1644; 1648.

Castelo de Vide: 1646 (out.); 1647

(jul.-dez.); 1659 (out.); 1663 (mai.).

Segundo Jorge Oliveira, as adaptações da praça de Marvão foram mínimas quando comparadas com o investimento efetuado em outras praças da fronteira. O autor explica que “a ausência de ‘padrasto’ (...) apenas gerou alterações pontuais em zonas menos defensáveis, mantendo Marvão a estrutura militar medieval quase intocável”¹³⁹¹.

De notar que, entre reparações/intervenções, as guarnições da praça de Marvão sofreram confrontos diretos com as de Valencia de Alcántara, de um e de outro lado da fronteira¹³⁹², pelo que as guarnições de infantaria e cavalaria teriam de andar em constante movimentação. Demos como exemplos, a invasão da praça de Marvão pelo exército castelhano, tendo sido este derrotado pelo exército português comandado por D. António Luís de Meneses, em 1644¹³⁹³, e o ataque a esta praça, empreendido pelo marquês de Leganés, em 1648¹³⁹⁴, sem sucesso, teve prontamente que recuar (**Fig. 33**). Mas, as hostilidades do inimigo eram de tal ordem que os moradores da praça padeciam de muitas

¹³⁹¹ Jorge de Oliveira, “A Fortificação de Marvão, origens e contextos”, in *O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas*, 2013, N.º 17, pp. 86-87.

¹³⁹² José Alonso de la Torre Núñez, *La frontera que nunca existió...*, p. 86.

¹³⁹³ Lúcia de Melo Varanda, *D. António Luís de Meneses...*, p. 44.

¹³⁹⁴ Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, p. 355.

necessidades, tendo inclusive o monarca decretado que os oficiais e moradores de Marvão pudessem obter todos os mantimentos de pão, cevada e carnes para adequado sustento¹³⁹⁵.

Pelo contrário, Castelo de Vide não foi alvo de grandes investidas por parte do inimigo dado a sua fronteira com Valencia de Alcántara ser mais montanhosa¹³⁹⁶. Os castelhanos tentavam passar esta praça, saqueando-a, e tendo acesso a outras regiões do Alentejo, pois não era um posto que pretendessem conquistar em termos estratégicos, apoderando-se da fortificação. Mas, como servia de auxílio a Marvão e Portalegre, viu os seus trabalhos de reforço defensivo serem iniciados em meados de 1641, vindo a ampliar-se em 1642, sob projeto de Langres.

Tal como nas outras praças de fronteira, também nestas três foi necessário aplicar-se desde 1643, o rendimento das terças de Portalegre. Em 26 de janeiro de 1650, o Conselho de Guerra deliberou que se deveria entregar ao “*contratador dellas (...) seis contos de réis cada anno para as ditas obras*”, com o objetivo de estas ficarem “*em estado defensável*”¹³⁹⁷.

Em março de 1648, o Conselho de Guerra emitiu um decreto para que o provedor da comarca de Portalegre fizesse arrendar os reais d’água daquela comarca aplicados às suas fortificações, fazendo os possíveis para que crescesse o seu rendimento. Proibia-se que houvesse em Portalegre “*outro asougue, mais que o publico por ser em grande prejuízo do dito Real como a experiencia tem mostrado*”. O provedor também não poderia permitir que “*os Contratadores das Terças divirtão os Rendimentos dellas, a outra couza mais que a dita fortificação*”¹³⁹⁸.

Segundo Domingos Almeida Bucho, Portalegre não era fácil de defender, uma vez que os acessos a esta localidade mesmo desde o Alentejo não eram bons. No entanto, era importante para os castelhanos conquistarem, por se cruzar com os “*caminhos de Elvas, Campo Maior, Marvão, Castelo da vila de Montalvão, de Nisa, Abrantes, Évora e Estremoz*”¹³⁹⁹.

¹³⁹⁵ “(...) a todas as Justiças, Officiaes e pessoas das Cidades, e Villas, aonde forem os almocreves da dita Villa, com o treslado authenticico deste meu Alvará, lhes deixem livremente comprar e tirar dellas os ditos mantimentos por seu dinheiro pelos preços e estado das terras aonde assim forem, para a dita Villa e fronteira somente”. *Alvará das providências sobre condução de mantimentos para Marvão*. Lisboa, 8 de junho de 1650. ANTT, Chancelaria de D. João IV, Liv. XX, f. 284. Publicado por José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica...*, p. 196.

¹³⁹⁶ Cf. Morfologia do terreno de Castelo de Vide por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 48. José Alonso de la Torre Núñez, *La frontera que nunca existió...*, p. 88.

¹³⁹⁷ *Consulta do Conselho de Guerra sobre o rendimento das terças que se deve entregar ao Contratador das comarcas...* Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 145**, pp. 142-143.

¹³⁹⁸ *Ibidem*.

¹³⁹⁹ Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, p. 597.

Entretanto, em Castelo de Vide as obras prosseguiam, com constantes recuos devido à falta de apoio financeiro. Ao contrário desta praça e das de Portalegre e Marvão, a praça de Nisa¹⁴⁰⁰, que representa o nosso limite defensivo em termos geográficos do Alto Alentejo, apenas beneficiou da construção de uma nova cintura defensiva, em meados de 1646, bem como de obras menores rodeando a defesa medieval, ficando o seu castelo reforçado. Por projeto de Langres, a fortificação apresenta planta irregular com quatro lados, tendo sido projetados por ele cinco baluartes¹⁴⁰¹. Segundo este engenheiro francês, Nisa estava um pouco distante do rio Tejo, possuindo até à defesa péssimos caminhos, sendo muito montanhosa, por onde a guarnição da praça custava a passar, tornando-se difícil o acesso às carruagens com artilharia para reforço da praça. Para o dito engenheiro, esta praça era muito importante porque, bem fortalecida, evitava os ataques do inimigo, caso este conseguisse entrar pela província da Beira para atacar as praças do Alentejo¹⁴⁰².

Em outubro de 1646 as atenções viraram-se para Portalegre, que necessitou de socorro porque o inimigo tinha conseguido penetrar na Beira, vindo pelo limite geográfico das Portas de Ródão em direção ao Alentejo, sendo colocada a hipótese do ataque a esta localidade, por terem ficado “*tres mil infantes, e mil e quinhentos cavallos em Badajos (...) e a Infantaria alojada entre o Forte de Sam Cristóvão, e a Ponte em que muitos vam fugindo cada dia*”¹⁴⁰³.

Temendo que o inimigo conseguisse chegar a Portalegre, prontamente Matias de Albuquerque, governador do Alentejo, deu ordem para que socorressem Castelo de Vide (que lhe ficava a norte) os mestres de campo D. Sancho Manuel e D. Manuel Mascarenhas, juntamente com os seus terços, bem como o capitão Afonso Furtado de Mendonça “*com toda a gente que tinha trazido da Beira*”¹⁴⁰⁴, e o capitão de cavalos Luís Gomes de Figueiredo (1???-1648), com 300 cavalos. Com eles, levariam mantimentos e munições “*para dés dias de sobresselente, em cavalgadura*”¹⁴⁰⁵. Destaque-se que o transporte destes apetrechos fazia com que a marcha dos exércitos fosse mais lenta, e, por

¹⁴⁰⁰ “*He esta villa murada de pedra de cantaria obra do Senhor Rey Dom Dinis que a fundou*”. ANTT, *Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Graça, Nisa, Portalegre*, 1758, vol. 25, N.º (N) 24, f. 151.

¹⁴⁰¹ Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, pp. 600-601. Cf. Vol. II, **Anexo III – Planta 69 (Projeto da fortificação de Nisa, por Nicolau de Langres, <1661)**, p. 334.

¹⁴⁰² Nicolau de Langres, *Desenhos e plantas...*, f. 2.

¹⁴⁰³ *Carta do Conde de Alegrete em que se dá conta de como o Inimigo hé passado a Beira, e que se ajuntão em Conselho, vindo todos que se mandasse socorrer a parte de Castello de Vide*. 20 de outubro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 114. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 85**, pp. 101-102.

¹⁴⁰⁴ *Idem*, f. 115.

¹⁴⁰⁵ *Ibidem*.

vezes, tinham que deixar os mesmos para trás¹⁴⁰⁶, para conseguirem atacar o inimigo, ou fugir dele em situação de aperto. O inimigo não tomou a praça, mas mostrou a fragilidade eminente em que a mesma se encontrava, não apenas pela debilidade da sua fortificação, mas também pela fraca guarnição que detinha, tendo sido necessário recorrer-se a auxílio exterior.

A 30 de janeiro de 1647, o governador da província do Alentejo, Joane Mendes de Vasconcelos, informa o monarca de que a praça de Castelo de Vide se encontrava de facto vulnerável, por ser necessário que se lhe retirasse uma guarnição de 500 soldados para socorrer a praça de Arronches e a vila de Montalvão¹⁴⁰⁷. Castelo de Vide não poderia ficar desamparada, devendo mandar-se a guarnição de outros lugares, pois a praça ainda não tinha fortificação que permitisse defesa segura.

A 12 de junho do mesmo ano, o então governador do Alentejo, Martim Afonso de Melo, volta a destacar a importância da fortificação de Castelo de Vide, que necessitava de avanços urgentes, estando as suas obras paradas em detrimento das fortificações de Elvas, Olivença, Campo Maior de Juromenha, em cujas praças se investia mais em termos de defesa, “*por ser o que mais importa*”¹⁴⁰⁸. Também aqui escasseava o dinheiro para as edificações avançarem, mas possuíam quase permanentemente a presença dos engenheiros militares na direção das obras, ao contrário de Castelo de Vide, onde se terá pedido a intervenção de Cosmander¹⁴⁰⁹.

Há uma questão que curiosamente se desenha substancialmente na primeira década da guerra: os portugueses investiam nas praças mais a sul, anteriormente citadas, por serem estrategicamente mais importantes e possuírem um controlo do território mais direto até Lisboa. No entanto, sempre que possível, os castelhanos optavam pela estratégia tática-militar de atacarem e tentarem tomar as praças mais a norte, por estarem mais desguarnecidas, tanto em termos de fortificações como em termos de contingentes miliares.

No seguimento deste princípio, no início de julho de 1647, a guarnição de Castelo de Vide, comandada pelo mestre de campo D. Manuel Mascarenhas, confrontou novamente o inimigo, na sequência de os castelhanos virem de Valencia de Alcántara

¹⁴⁰⁶ Lorraine White, “Estrategia geográfica...”, p. 77.

¹⁴⁰⁷ *Carta de Joane Mendes de Vasconcelos, em que diz que o Terço de Castello de Vide garante as Praças de Montalvão, e Arronches...*, ff. 194-194v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 98**, p. 110.

¹⁴⁰⁸ *Carta (...) sobre as fortificações de Elvas, Olivença, Campo Mayor, e Jerumenha...*, f. 214v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 103**, p. 113.

¹⁴⁰⁹ Domingos Almeida Bucho, *Herança cultural e práticas...*, p. 584.

resgatar uns prisioneiros que os “*pilhantes de Castelo de Vide*”¹⁴¹⁰ haviam trazido consigo após rebate naquela localidade (**Fig. 33**). Martim Afonso de Melo, informa que, entre eles, estava um “*Antonio Rodrigues Portuguez*”, que vivia em Valencia desde antes da Aclamação, “*e por os moradores saberem, que elle andava entrando com os Castelhanos quando vinhão á nossa Terra, deviam de pedir a Dom Manoel Mascarenhas que o enforcasse, o que fez logo*”¹⁴¹¹.

Na sequência deste ato, o mestre de campo Manuel Mascarenhas foi preso para Estremoz, pois isto originou revolta nos castelhanos, que provavelmente também mataram portugueses que tinham prisioneiros, após terem conhecimento do sucedido em Castelo de Vide.

Em dezembro do dito ano de 1647, manifestou-se a preocupação numa possível perda de Castelo de Vide, dado esta praça não estar bem governada, independentemente de se avançar um pouco na sua fortificação: “*se houvera de perderse o inimigo, viera buscala depois de haver desbaratado a nossa gente (...). Como o Sargento mayor Jeronymo Vaz da Cunha governava a Infantaria, e a Praça nam houve quem lhe fosse à mão em levar tudo consigo assy da gente paga como da Ordenança, e se a Praça tivera Cappitam mór ou Governador nam succedera nada disto (...), porque a fortificação tractase com mais calor*”¹⁴¹².

No entanto, Castelo de Vide resistia ao inimigo, sendo que em 14 de dezembro do 1647 a sua guarnição se encontrou com o inimigo na volta do “*Xerez*”¹⁴¹³ de Badajoz, “*aonde estava huma Tropa de Cavallos, e alguma Infantaria do Inimigo*”¹⁴¹⁴. Martim Afonso de Melo mandou um exército com 100 cavalos, que “*lhe degolou a maior parte*” da infantaria, fazendo prisioneiros “*trinta e tantos Castelhanos, e hum Sargento mór*”¹⁴¹⁵, sendo que os castelhanos “*em Castello de Vide, perderão os melhores Cappitaens de Cavallos, e outra gente de consideração de quem estam muy sentidos*”¹⁴¹⁶. Do exército

¹⁴¹⁰ Carta de Martim Afonso de Melo em que dá conta de hum successo que houve com o inimigo em Castello de Vide. 2 de julho de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 229. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 106**, pp. 115-116.

¹⁴¹¹ *Idem*, ff. 229-229v.

¹⁴¹² Carta de Martim Afonso de Melo sobre as praças maiores que têm terços de infantaria deverem ter capitães-mores ou governadores. 9 de dezembro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 320-320v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 116**, p. 121.

¹⁴¹³ Carta de Martim Afonso de Melo sobre o bom successo que tivemos em Castelo de Vide, na volta do Xerez, em um encontro com o inimigo. 14 de dezembro de 1647. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 321. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 117**, p. 122.

¹⁴¹⁴ *Ibidem*.

¹⁴¹⁵ *Idem*, ff. 321-321v.

¹⁴¹⁶ *Idem*, f. 321v.

português morreu nesta praça o sargento-mor destacado nesta campanha, Jerónimo Vaz da Cunha.

Em setembro de 1648 voltou a incentivar-se o avanço da sua fortificação, através do imposto real d'água, por ser “*fronteira de tanta importância*”¹⁴¹⁷, em cuja praça se mandou assistir de guarnição um terço de infantaria, juntamente com uma companhia de cavalos. Gastando-se com esta guarnição “*mais de vinte mil cruzados*”¹⁴¹⁸ cada ano, pelo que igualmente se deveria investir na fortificação da praça, pois uma boa guarnição sem fortificação que se lhe correspondesse significaria uma fragilidade latente nesta região de fronteira. Além disso, se a praça ficasse defensável e “*serrada*”¹⁴¹⁹, não seria necessário gastar-se tanto com a sua guarnição, podendo esta dividir-se em campanha noutras regiões da fronteira, sendo que “*huma companhia paga que lhe fique no Castello lhe poderá bastar*”¹⁴²⁰. Muito embora o dito imposto fosse “*huma couza de tam pouco rendimento, em hum só anno se adiantava muito nesta obra, porque os moradores com este favor que se lhes fazia queriam todos ajudar esta Forteficaçam, para que ficasse logo a Praça serrada e defensável*”¹⁴²¹.

Em março de 1650, Martim Afonso de Melo, na qualidade de governador do Alentejo, decidiu colocar em Castelo de Vide e em Olivença, alguns homens para vigiarem na fronteira o estado do inimigo, nomeadamente o que “*vay obrando, e juntando terra adentro*”¹⁴²², referindo-se a eventuais obras de campanha e aquartelamento para projetar estratégias de invasão. Além disso, sabia-se por intermédio de “*tres soldados que se tomarão*”, que ao inimigo se havia juntado “*muita gente estrangeira, e que cada dia lhe vem entrando cavallos de remonta, e armas, e que com grande cuidado se trabalha no Trem da artelharia*”¹⁴²³.

Na sequência de tal organização, em outubro de 1650, o recém encarregado como governador do Alentejo, D. João da Costa, teve conhecimento de que os castelhanos ameaçavam invadir Castelo de Vide e Portalegre. Os castelhanos já haviam entrado “*pelo Porto dos Cavalleyros do Rio Sevér com Infantaria & Cavallaria*”¹⁴²⁴. O rebate culminou

¹⁴¹⁷ *Carta de Martim Afonso de Melo sobre a fortificação da praça de Castelo de Vide*. 4 de setembro de 1648. ANTT, Manuscrito da Livraria, Liv. 610, f. 565v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 130**, pp. 133-134.

¹⁴¹⁸ *Idem*, f. 565.

¹⁴¹⁹ *Ibidem*.

¹⁴²⁰ *Idem*, f. 565v.

¹⁴²¹ *Ibidem*.

¹⁴²² *Decreto (...) acerca das noticias que alcançou das prevenções do inimigo...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 156**, pp. 155-157.

¹⁴²³ *Ibidem*.

¹⁴²⁴ Luís de Meneses, *História de Portugal...*, Tomo II, p. 718.

a 8 de outubro (**Fig. 33**). Estavam presentes cerca de 400 soldados portugueses pertencentes à companhia de Duarte Lobo da Gama, detentores de 80 cavalos, auxiliados por 7 tropas comandadas pelo capitão de cavalos Lopo de Sequeira¹⁴²⁵ com 2 alferes e 40 cavalos. No confronto com o inimigo, “*que ja se ia recolhendo com hua grandíssima preza de gados*”¹⁴²⁶, combateram com ele, derrotando a sua cavalaria¹⁴²⁷, resultando os seus feitos no seguinte: “*124 prisioneyros, ficaram muytos mortos, & tomaram 240 cavallos. Foy hum dos prisioneyros o Capitão de cavallos Don Fernando de Godoy, & (...) alguns Ajudantes, Tenentes, & Alferes (...). dos nossos soldados morreram oyto, ficou passado por huma perna o Capitão de cavallos Dinis de Mello de Castro, & levemente ferido Lopo de Siqueyra*”¹⁴²⁸.

Os relatos de Luís de Meneses sobre o ataque do exército castelhano a Castelo de Vide coincidem com uma carta do mestre de campo general do exército do Alentejo, D. João da Costa, para o Conselho de Guerra, datada de novembro de 1650¹⁴²⁹. Acrescentando este último, que 12 tropas e soldados pagos do inimigo haviam precisamente entrado em Castelo de Vide, pela parte de Alpalhão e Crato, onde roubaram o gado. Nesta rota, os portugueses alcançaram-nos, tendo-lhe tomado 200 cavalos e feito da maioria dos castelhanos prisioneiros¹⁴³⁰.

Em janeiro de 1652, Langres voltou à vila para ampliar a sua fortificação, dada a crescente necessidade de defesa durante as campanhas militares, pois as tentativas de saque efetuadas pelo inimigo eram constantes¹⁴³¹.

Anos mais tarde, em 1660-62, deu-se o auge deste processo de fortificação, por projeto de Luís Serrão Pimentel. A praça passou a constituir-se por dois núcleos principais – o do castelo, a oeste, que foi dotado de amplos baluartes nos ângulos norte e sul¹⁴³², e o forte de São Roque (de planta estrelada¹⁴³³), a leste - interligados por extensa linha de

¹⁴²⁵ *Decreto do Conselho de Guerra sobre o que escreve o Mestre de Campo General do Exercito de Alentejo em rezão do successo que se teve com o inimigo pella parte de Castello de Vide*. 16 de novembro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 192. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 161**, pp. 162-163.

¹⁴²⁶ *Ibidem*.

¹⁴²⁷ Ana Teresa de Sousa, “The Portuguese Restoration War...”, p. 385.

¹⁴²⁸ Luís de Meneses, *História de Portugal...*, Tomo II, p. 719.

¹⁴²⁹ *Relaçam da vitoria que sete tropas da nossa cavalaria, tiveram de treze tropas da cavalaria castelhana junto a Castel de Vide em quatro de Novembro de 1650*. BA, 154-III-2 (21).

¹⁴³⁰ *Decreto (...) em rezão do successo que se teve com o inimigo...f. não numerado*. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 161**, pp. 162-163.

¹⁴³¹ Nicolau de Langres, *Desenhos e plantas...*, f. 4v.

¹⁴³² Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 173.

¹⁴³³ Lino Ramos, “A Sintra do Alentejo”, in Descla – Na fronteira da História: um país armado, pelas fortalezas do Alentejo, 2018, p. 12.

muralhas abaluartadas que acompanhavam o acentuado declive do terreno. O autor Lino Ramos indica a possível existência de um outro forte, denominado do Castelo¹⁴³⁴.

Porém, na primavera de 1663, o exército castelhano procedeu a novo ataque a Castelo de Vide (**Fig. 33**), através dos feitos do general de infantaria D. Melchior Portocarrero de la Veja y Rojas¹⁴³⁵ e tenente de cavalaria de D. Juan de Áustria¹⁴³⁶.

Segundo informação da época, a guarnição da praça naquela noite estava a cargo dos franceses, aliados ao exército português¹⁴³⁷, que derrotaram os castelhanos.

Entretanto, em Portalegre além da linha defensiva principal, as antigas torres foram adaptadas para responder aos impactos da artilharia inimiga, e foram elaboradas obras exteriores que complementavam a defesa principal irregular¹⁴³⁸. Em 1661, Luís Serrão Pimentel concluiu os fortins de São Cristóvão¹⁴³⁹ e da Boavista, e a tenalha de São Pedro¹⁴⁴⁰, que se situavam diante da primeira linha de muralhas¹⁴⁴¹, tendo efetuado nova vistoria em 1662. Reforçou a sua defesa em resposta às necessidades pontuais por estar esta praça, juntamente com a de Estremoz, sujeita “*a grande risco da parte do inimigo*”¹⁴⁴². Além disso, em agosto, para o Conselho de Guerra tornou-se urgente nomear um mestre de campo para esta localidade, por se revelar “*pouca confiança na gente da ordenança*” de que a praça se achava provida.

Posto isto, não bastaria as obras na fortificação avançarem, sem haver uma defesa adequada em termos da sua guarnição. Em 1663, temos indicação de que Portalegre possuía boa capacidade de guarnição, que juntamente com Campo Maior, defendia a praça de Arronches¹⁴⁴³.

¹⁴³⁴ *Ibidem*.

¹⁴³⁵ Isabel Testón Núñez, Rocio Sánchez Rubio, “Fronteras de tierra y mar. El Archivo cartográfico de un militar-burócrata”, in Miguel Ángel Melón Jiménez, Miguel Rodríguez Cancho, Isabel Testón Núñez, Rocio Sánchez Rubio (eds.), *Dinámica de las fronteras en periodos de conflicto. El Imperio español (1640-1815)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2019, p. 393.

¹⁴³⁶ *Idem*, p. 396. *Relación de la perdida que há tenido el enemigo en el castillo de Casteldavide, que era la guarda de Estremos Praça de Armas del henemigo que esta uma legua de dicha Praça, el cual lo derrotó el General Melchor Portocarrero, teniente de la caballería de D. Juan [José de Austria]*, 1670. BNE, MSS/12967/18, ff. 258-259. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 198**, pp. 216-217.

¹⁴³⁷ *Relación de la perdida que há tenido el enemigo...*, ff. 258-259. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 198**, pp. 216-217.

¹⁴³⁸ *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado.

¹⁴³⁹ Segundo Domingos Almeida Bucho, poder-se-ão ter aproveitado “*os materiais da fortificação medieval*” na construção do Fortim de São Cristóvão. Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, p. 598.

¹⁴⁴⁰ *Idem*, p. 596.

¹⁴⁴¹ Lino Ramos, “Um sítio alegre...mas de muita luta”, in *Descla – Na fronteira da História: Um País armado – pelas fortalezas do Alentejo*, 2018, p. 21.

¹⁴⁴² *Decreto (...) determinando dada a importância das praças...*, f. não numerado.

¹⁴⁴³ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, p. 5.

Ao mesmo tempo, em 1662, na sequência de Langres se ter aliado ao inimigo dois anos antes, Luís Serrão Pimentel empreendeu a continuação das obras nas muralhas de Nisa, bem como entre 1662 e 1663, tiveram lugar novas obras nos panos de muralha da fortificação de Marvão, também por autoria de Luís Serrão Pimentel.

Esta última defesa é considerada inacessível pela parte sul devido às características naturais do terreno¹⁴⁴⁴ e por isso o inimigo nunca conseguiu empreender ataques significativos: “*de tal sorte que só aos pasaros permite entrada, porque em todo o comprimento he continuo e continuado o despenhadeiro de vivos penhos em tanta altura (...) donde, toda a pessoa que cahia, tem o seu remedio em morrer*”¹⁴⁴⁵.

De sul para este desta fortificação “*corre o Rio Sever*”, constituindo-se “*uma fortaleza natural*”¹⁴⁴⁶. Sobre todo o acidentado terreno se erguem as cortinas da fortificação, “*desde o princípio da villa athe fíndar no castello*”¹⁴⁴⁷. As cortinas tinham principalmente aqui a função de continuar a defesa natural de que usufruía a vila, sendo que serviam “*mais para não deixar cahir os de dentro, do que para impedir a entrada aos de fora, e por isso em muitas partes he este muro baixo*”¹⁴⁴⁸.

1.5. Aglomerado 5. Beja, Évora e Avis

O quinto aglomerado é composto pelas defesas de retaguarda, nomeadamente Beja, Évora e Avis¹⁴⁴⁹ (**Fig. 34**). Consideramos defesas de retaguarda por se situarem no interior do Alentejo, em direção a Lisboa. Sendo que, se o inimigo chegasse a estas praças, significaria que se tinha apoderado de praças antecedentes. Tal como já tivemos a oportunidade de verificar, o inimigo conseguiu de facto o seu intento, tendo-se apoderado de Olivença, conseguindo mais tarde seguir no sentido de Évora, como adiante veremos.

¹⁴⁴⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre...*, f. 490. Cf. Morfologia do terreno de Marvão apresentada por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 47.

¹⁴⁴⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre...*, f. 490.

¹⁴⁴⁶ Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, pp. 357-359.

¹⁴⁴⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre...*, f. 490.

¹⁴⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁴⁹ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadro 11: Correlação das praças fortes pertencentes ao 5.º aglomerado de fortificações: Beja, Évora e Avis (obras, projetos, contingentes, ataques sofridos...), pp. 272-275.

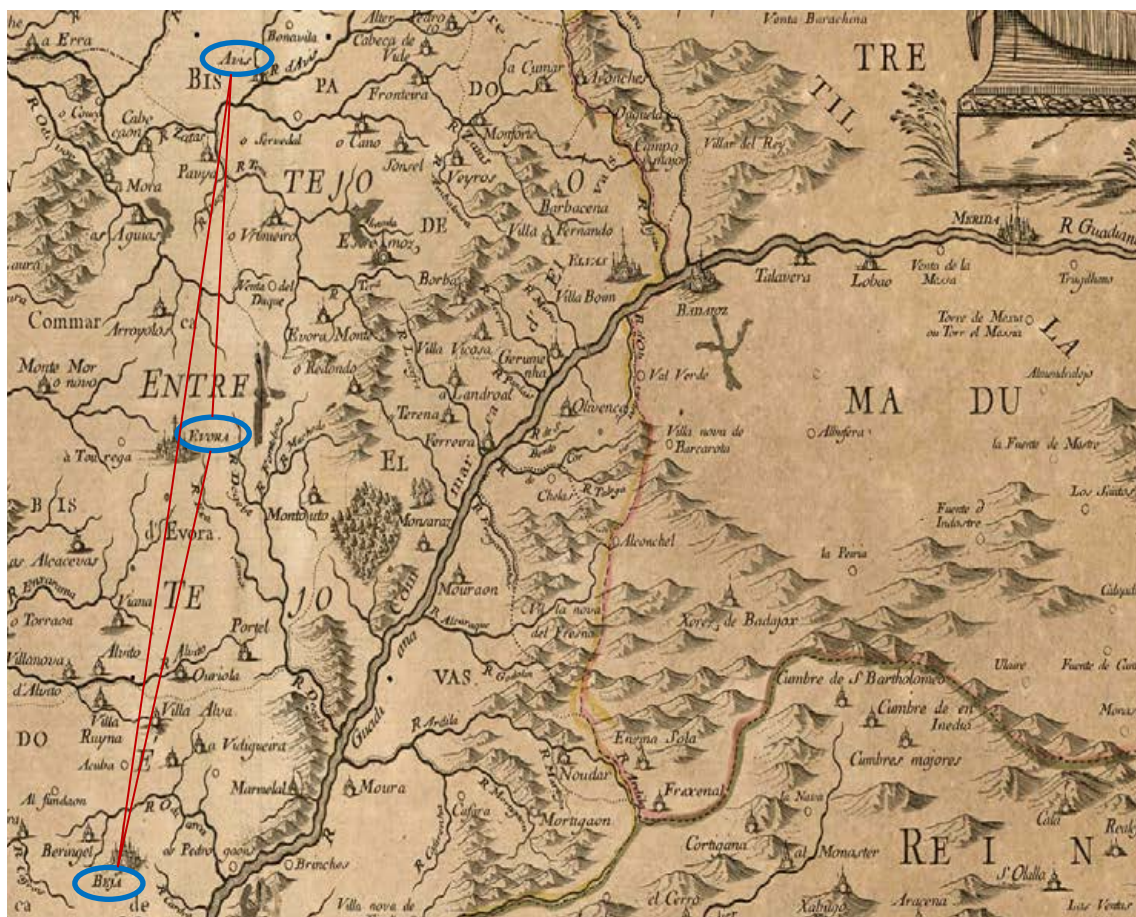


Fig. 34
Aglomerado 5. Beja, Évora e Avis.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Próximas de Serpa, Moura e Mourão, pertencentes ao terceiro aglomerado, destacamos aqui as praças de Beja¹⁴⁵⁰ e Évora. Foi votada importância particular a esta última praça, que foi reconhecida como praça de armas de grande importância estratégica no interior do Alentejo¹⁴⁵¹. Na verdade, a praça de Évora tinha capacidade para albergar no seu interior os povos vizinhos e os moradores dos lugares mais débeis¹⁴⁵², e logo no início do conflito, em 1641, fez-se aviso para que o imposto do real d'água fosse para o

¹⁴⁵⁰ “Esta cidade hé cavada na Província de Alentejo, em trinta e sete grãos, e sincoenta minutos de latitude, e desesete minutos de longitude, vinte e sinco léguas da famosa, e sempre leal cidade de Lisboa” (...) Esta fundada em o meyo de huma iminência de terra cham que com pequena desigualdade se levanta em suas campinas sendo sua figura circular”. ANTT, *Memórias Paroquiais de Beja*, 1758, Vol. 6, N.º 74, f. 522.

¹⁴⁵¹ Francisco Bilou, “As fortificações de Évora. Para uma síntese histórica e uma visão de conjunto”. Academia.edu:

https://www.academia.edu/34221306/As_fortifica%C3%A7%C3%B5es_de_%C3%89vora_Para_uma_s%C3%ADntese_hist%C3%B3rica_e_uma_vis%C3%A3o_de_conjunto (consult. 2 out. 2020).

¹⁴⁵² Ana Teresa de Sousa, “La fortificación de Évora durante la Guerra de Restauración portuguesa: discusiones y desacuerdos”, in *Revista de História Autónoma*, Madrid, 2019, N.º 14, p. 58; *Resposta Apologética...*, f. 93.

soldo da gente de guerra¹⁴⁵³. Desta forma, Évora podia auxiliar as praças mais próximas da fronteira.

A primeira notícia que temos da fortificação abaluartada de Évora consta numa carta de agradecimento ao governador de armas do Alentejo D. João da Costa¹⁴⁵⁴, pelo serviço que efetuou na “*leva do terço de que é mestre de campo*”, em julho de 1641¹⁴⁵⁵. Sabemos que nesta data as obras na fortificação da cidade avançavam a bom ritmo¹⁴⁵⁶.

Em março de 1642, o Conselho de Guerra decretou que o engenheiro militar Lassart, deveria inspecionar as fortificações do Alentejo, cujas obras pontuais de reforço já se haviam iniciado. Lassart deveria considerar o que se poderia modificar ou acrescentar por forma a reforçar as obras. Pela grande extensão deste aglomerado, era importante que este engenheiro começasse pela fortificação de Évora, que das praças do Alentejo era a que ficava mais próxima em direção a Lisboa. Lassart podia proceder à emenda do projeto existente e ponderar fazê-lo de novo¹⁴⁵⁷. O projeto deste engenheiro “*constava de baluartes reaes, cortinas sem se valer dos muros antigos (...), por haver então outras cousas a que acudir, não passou o desenho do papel*”¹⁴⁵⁸.

A 14 de novembro de 1642 declarou-se a urgência de as obras das fortificações de Évora e Estremoz seguirem com a brevidade e perfeição recomendada, através dos projetos que já se haviam elaborado, sendo que, se necessário, poderiam ser alterados ou recomeçados, mas tendo em conta o “*custo e perfeição da obra*”, para que esta se efetuasse em segurança mediante as possíveis ameaças do inimigo nas praças-fortes

¹⁴⁵³ *Aviso para o real d’agua em Evora irem para soldo da gente de guerra*. 1641. BNP, Cod. 6916, f. 294.

¹⁴⁵⁴ *Carta de D. João IV a indicar que Dom João da Costa deve ir a Évora satisfazendo-se o que for necessario*. 28 de dezembro de 1640. BNP, Cod. 6916, ff. 51-51v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 5**, pp. 28-29.

¹⁴⁵⁵ Desde dezembro de 1640, que o monarca encarregara D. João da Costa das levas de gente para defender o Alentejo. No início de 1641, a tarefa continuava a revelar-se difícil, pois “*se tem assentado muito pouca gente, e que nelles há muito desobrigada, malentretida, e escandalosa (...), este género de gente (...) sera constringida a se assentar, não o querendo fazer voluntariamente*”. Esta questão era urgente porque o inimigo acumulava muitas prevenções em “*Badajoz, Mérida e nos mais lugares daquella Raya*”. *Carta de D. João IV para Dom João da Costa, sobre se forçar a efetuar as levas de gente como guarnição dos lugares de fronteira*. 14 de março de 1641. BNP, Cod. 6916, f. 65. *Carta de D. João IV para que D. João da Costa consiga formar rapidamente o Terço de guarnição da praça*. 12 de maio de 1641. BPE, Cod. 6916, f. 75. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 9 e 11**, pp. 39-41.

¹⁴⁵⁶ *Carta de agradecimento a D. João da Costa pelo bem que tem servido na leva do terço de que é mestre de campo, e pelo bom desempenho das fortificações de Évora. Ordena-lhe vá servir de capitão-mór em Elvas, no impedimento de Dom Alvaro de Ataíde*. Lisboa, 5 de julho de 1641. BNP, Cod. 6916, f. 81.

¹⁴⁵⁷ *Decreto que o Engenheiro Lasardt passe a Alentejo a ver as fortificações começadas e mandar-lhe fazer de novo as necessárias*. 27 de março de 1642. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 2, doc. 42. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 18**, p. 48.

¹⁴⁵⁸ *Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora*, s.d., s.l. BPE, CXXII/1-12 d., f. 173 a (solto). Transcrição completa publicada em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 1, p. v.

próximas da fronteira¹⁴⁵⁹. Segundo Saint-Colombe, Lassart havia efetuado um projeto de dimensões demasiado elevadas, com capacidade para albergar uma grande guarnição, sendo que as cortinas que se situavam entre os baluartes não se valiam dos antigos muros de defesa¹⁴⁶⁰.

A aplicação do rendimento das terças das comarcas de Évora, Beja, Elvas e Portalegre, que se aplicava desde início do ano, revelava-se insuficiente¹⁴⁶¹. Inclusive, em outubro de 1643, a Câmara de Évora pediu ao monarca que se efetuasse o pagamento “*das pessoas, que trabalham no reparo das trincheiras desta vila, porquanto o dinheiro do Real dagoa voluntario com que se fizeram se aplicou (...) para as fortificaçõins delvas (...), e porque não há donde se possa tirar dinheiro para se fazer pagamento às pessoas que trabalham nas ditas obras*”¹⁴⁶².

A par de Évora, Avis usufruiu de reforço logo em finais de 1640. Foi murada em todo o seu redor, configurando-se uma fortificação regular, garantindo segurança¹⁴⁶³. Além disso, a defesa era reforçada por um fosso natural, uma vez que a praça é circundada por uma ribeira¹⁴⁶⁴. Para a sua construção, entre 1640 e 1656, foram demolidas duas torres, considerando-se a hipótese de alguns dos seus materiais terem sido aproveitados para a construção dos seus dois revelins, também considerados como pequenos fortes¹⁴⁶⁵.

Pelo contrário, Beja teve o reforço do seu castelo com baluartes no primeiro período da guerra, mas tendo sido iniciado apenas em 1644, sob projeto de Langres, e aprovado por Luís Serrão Pimentel e pelo general Agostinho de Andrade Freire no mesmo ano¹⁴⁶⁶.

Avançando as obras em Beja de forma lenta, em 29 de setembro de 1645 sabemos que também Évora não se revelava apta para confrontos com o inimigo, pois

¹⁴⁵⁹ *Decreto sobre a fortificação das praças de Evora e Estremoz...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 21**, p. 50.

¹⁴⁶⁰ *Resposta Apologética...*, f. 93. Ana Teresa de Sousa, “La fortificación de Évora...”, p. 58.

¹⁴⁶¹ *Consulta (...) sobre o rendimento das terças...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 144**, pp. 141-142.

¹⁴⁶² *Carta da Câmara de Évora para que o monarca auxilie no pagamento dos trabalhadores da fortificação, por o dinheiro do Real d’agua se ter aplicado nas trincheiras da fortificação de Elvas*. 17 de outubro de 1643. BNP, Cod. 6916, f. 129. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 31**, pp. 55-56.

¹⁴⁶³ Durante a Guerra de Sucessão Espanhola, entre 1701 e 1714, foram-lhe acrescentados dois fortes “*para cobrirem as suas portas mais principais, que são a de Evora, e a de S. Antonio*”. ANTT, *Memórias Paroquiais de Avis...*, f. 929.

¹⁴⁶⁴ *Idem*, f. 930.

¹⁴⁶⁵ Fortalezas.org – Fortificações do Mundo:

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1892&muda_idioma=PT (consult. 3 ago. 2016).

¹⁴⁶⁶ *Carta de D. João IV ao conde de Alegrete sobre a fortificação da cidade de Beja*, 10 de setembro de 1644. AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/73. Cf. Vol. II, **Anexo III – Planta 26 (Projeto da fortificação de Beja, por Nicolau de Langres, <1661)**, p. 315.

surpreendida pela notícia não confirmada de aproximação do exército castelhano, revelou alguma azáfama. Logo se mandou que se fechassem todas as portas da cidade, excetuando a de Alconchel. Ficaram em prontidão todas as companhias presentes, mas contentou-se o capitão-mor em “*mandar ocupar a praça com hum grande corpo de guarda e em cada porta da cidade outro, e pellos muros em cada ponta do lanço hum soldado de vigia*”. O capitão João de Macedo reuniu os soldados a cavalo e prontamente acudiram também muitas pessoas que andavam na vindima nos arredores da cidade. Esperava-se que o inimigo saísse de Badajoz. Mas, vindo um correio de Vila Viçosa, chegou a Évora sem nova alguma de que o inimigo tivesse passado pelas localidades que antecediavam a Évora. De facto, o inimigo não tentou Évora, mas “*chegando a algumas herdades tomarão o gado e roubarão as casas e se tornarão*” a Badajoz¹⁴⁶⁷.

Note-se que, em situação de emergência, Évora se tentou preparar para um confronto, não estando de todo devidamente armada. Além disso, a notícia de aproximação do inimigo terá sido dada por um lavrador de nome João de Mira¹⁴⁶⁸, que ao fazer confusão colocou a praça em alvoroço, podendo de facto o inimigo vir a atacar antes uma outra praça mais perto da fronteira, visto que após efetuar o saque nos arredores de Évora se retirou para Badajoz não virando a sua atenção para a cidade alentejana. Os castelhanos estavam preocupados em planear os ataques e juntavam gente ao seu exército. Por norma, organizavam-se em Badajoz. Ora, neste caso o inimigo recuou, ponderando a necessidade de conquistar as praças que antecediavam Évora em termos de território, podendo vir em maior número para lograr sucesso. Ainda assim, o facto de pilhantes castelhanos terem conseguido atravessar o Alentejo até Évora, representava um perigo eminente.

Tendo em conta a vulnerabilidade desta praça, em setembro de 1646, D. João IV ordenou que se retirassem cerca de 1.000 réis dos rendimentos da cidade para reparação das suas portas e dos panos de muralha existentes, que acusavam roturas¹⁴⁶⁹.

Por outro lado, verificava-se que a vila de Avis não fora alvo de grandes investidas por parte do inimigo, pelo que se pode afirmar que esta praça era uma defesa em último plano e de retaguarda em relação a Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa, que sofriam investidas de Albuquerque, Valencia de Alcántara e Alcántara. Contudo, Avis

¹⁴⁶⁷ *Entrada dos castelhanos no campo de Monçaras e rebate de Évora...*, ff. 41v-42v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 55**, pp. 75-77.

¹⁴⁶⁸ *Idem*, f. 41v.

¹⁴⁶⁹ Túlio Espanca, “Fortificações e Alcaidarias de Évora”, in *A Cidade de Évora*, 1945 [setembro-dezembro], N.º 9-10, p. 72. Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, p. 43.

estava guarnecida para se defender caso o inimigo conquistasse as praças que a antecediam.

No entanto, em tempo de guerra a logística nem sempre decorria como era suposto. Por carta do governador do Alentejo, Matias de Albuquerque, datada de 6 de setembro de 1646, temos conhecimento de que havia sido ordenada que a guarnição da companhia de ordenanças da vila de Avis desse apoio às praças-fortes de Elvas, Olivença e Campo Maior, dada a falta de soldados suficientes para responder a todas as frentes de ataque do inimigo. Pelo que se apura da mesma carta, de Avis não foi enviada qualquer guarnição nesse mês, tendo sido a mesma cedida por localidades circundantes, tais como Alter do Chão (que contribuiu com 146 moradores), Arraiolos (enviou 87 moradores), Vimieiro (cedeu 54 moradores), Montemor-o-Novo (contribuiu com 102 moradores), Évoramonte (enviou 41 moradores) e Cabeço de Vide (cedeu 66 moradores)¹⁴⁷⁰.

Poucos dias depois, em 21 do mesmo mês, na sequência de o inimigo ter o seu exército alojado em campanha, a “*meia légua de Badajos, ao pé de huma Talaya que ali tem*”¹⁴⁷¹ e estando o exército português também em campanha, seria imprescindível que as praças-fortes de Olivença, Elvas e Campo Maior estivessem devidamente defensáveis, visto as suas fortificações também estarem longe de estar concluídas, consideradas até como “*estando imperfeitas, e abertas ao Inimigo com hum Exercito tam crescido de cavalaria*”¹⁴⁷². Voltou a pedir-se o auxílio de guarnição vinda da praça de Avis, e outras localidades em seu redor.

Durante a guerra, Avis desempenhou sobretudo o papel de envio de auxílio às praças-fortes que o requeriam, embora nem sempre conseguisse corresponder. Notemos que a sua fortificação também requeria obras e guarnição permanente, para não ficar totalmente fragilizada. A sua fortificação, tendo sido adaptada e reaproveitando a defesa pré-existente, mostrava claramente fragilidades em comparação com fortificações elaboradas de raiz. Além disso, o seu perímetro era pequeno e, possuindo a guarnição adequada, correspondia aos ideais para uma boa defesa da praça, mas caso o inimigo conseguisse atingir Avis, significava que já tinha conquistado as praças de vanguarda, com fortificações mais imponentes.

¹⁴⁷⁰ Carta (...) sobre avisos que ha do inimigo e Joam Soares Vivas..., ff. 100v-101v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 79**, 94-95.

¹⁴⁷¹ Carta (...) de como o Exercito se foi aloujar à Ponte de Olivença..., f. 119. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 80**, pp. 95-96.

¹⁴⁷² *Idem*, f. 119v.

Em dezembro de 1648, Langres assistia em Évora, onde trabalhava na fortificação da cidade a partir do seu projeto¹⁴⁷³, sob as ordens do general de artilharia André de Albuquerque.

Em fevereiro de 1650, a falta de oficiais no exército que guarnecia a praça de Évora mostrou a sua vulnerabilidade, havendo “*desestimação (...) das pessoas nobres della, que são os que se deviam ocupar no serviço (...) e como estas de presente ficão reservadas para a cavalaria por serem os que podem, e os privilegiados que igualão as duas partes nobres, e machanicos sobre que ate gora cahia o trabalho das guardas se querem isentar de tudo (...) vem a ser mayor esta falta*”¹⁴⁷⁴.

Em abril do dito ano, também havia problemas com a formação de companhias de cavalos da ordenança em Évora, porque para isso era necessário ter cavalos disponíveis, ou comprá-los. Segundo os oficiais da Câmara de Évora, esta formalização não faria sentido porque, nas Cortes passadas, o monarca havia efetuado uma provisão que os livrara de ter cavalos, sendo que apenas os ofícios que estavam sujeitos a esta obrigação requeriam a presença do dito animal. Na verdade, os oficiais manifestavam-se contra a formação da companhia com cavalos porque a situação económica era de grande aperto e não havia capacidade nesta praça para se comprarem cavalos, além de se pagarem os impostos requeridos para as obras nas fortificações do Alentejo¹⁴⁷⁵.

Entretanto, nesse ano a situação de Beja agravava-se. Na verdade, as cortinas iniciaram-se, mas não se chegaram efetivamente a concluir até ao fim da guerra, mesmo tendo Luís Serrão Pimentel e Agostinho de Andrade Freire continuado as suas obras, em 1664, sob ordem do príncipe D. Pedro.

Além disso, a praça possuía um elevado número de portas, herança das estruturas medievais, nomeadamente, as portas de Évora, Moura, Avis, Mértola e a porta Nova¹⁴⁷⁶, mas que ia contra os princípios da fortificação abaluartada.

A prioridade da sua função como praça de retaguarda talvez nos indique o porquê desta fortificação não ter sido concluída durante todo o conflito. Além dos

¹⁴⁷³ *Carta de Martim Afonso de Melo sobre o engenheiro Nicolau de Langres e o mestre de campo António de Melo*. 26 de dezembro de 1648. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 616. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 135**, p. 136.

¹⁴⁷⁴ *Decreto do Conselho de Guerra sobre a falta de oficiais na guarnição da praça de Évora*. 3 de fevereiro de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 35. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 148**, pp. 145-146.

¹⁴⁷⁵ *Decreto do Conselho de Guerra sobre o que Antonio Alvares da Cunha, governador da comarca de Évora, escreveu acerca da repugnância que achou nos moradores daquela cidade em ordem ao obrigarem a ter cavallos*. 8 de abril de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 123. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 158**, pp. 158-160.

¹⁴⁷⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais de Beja...*, ff. 522v-523.

encargos económicos e escassez monetária, e das ausências da sua guarnição¹⁴⁷⁷ e de ajudantes de fortificação para auxílio a outras praças-fortes, também se denota o constante encargo de ser uma praça que deveria ceder provimentos às que lhe eram próximas. Era constante o pedido de auxílio ao corregedor de Beja, para que dispusesse e ajustasse “*os mantimentos e as muniçoens*”, bem como as “*carretas, e cavalgadas*”¹⁴⁷⁸ necessárias para auxílio de outras praças, nomeadamente Olivença, por ser a que mais investidas sofria por parte do inimigo¹⁴⁷⁹.

Beja desempenhava assim, essencialmente, o papel de praça de auxílio, pelo que não se sentiu necessidade de se investir muito na sua fortificação, uma vez que o dinheiro escasseava para as praças-fortes principais. Mas, caso o inimigo conseguisse atravessar a margem esquerda do rio Guadiana e chegar ao interior do Alentejo, surgiria a sua guarnição para o atacar¹⁴⁸⁰. Esta tinha que ter fortificação razoável que permitisse representar ofensiva ao exército castelhano.

Entretanto, em julho de 1650, o governador da comarca de Évora, D. António Álvares da Cunha (1626-1690), informara que havia um problema de insegurança grave, relativamente ao facto de haver muitas pessoas a circular entre as praças do Alentejo e as fronteiras. Uma vez que o inimigo era perito em saquear as localidades, “*ficarão os lavradores daquele termo com temor de que o inimigo os pudesse maltratar*”¹⁴⁸¹. Por decreto do Conselho de Guerra, determinou-se que pela escassez de cavalos, se deveria recorrer a éguas em ocasião de haver necessidade de se acudir em defesa dos campos, amenizando o dano que o inimigo pudesse originar se intentasse saquear os lugares vizinhos a Évora, sendo que a própria localidade deveria ter a fortificação apta para ofender o inimigo e se defender, porque caso o inimigo assolasse os campos que lhe são vizinhos, iria intentar tomar a praça principal do interior do Alentejo.

¹⁴⁷⁷ Carta (...) sobre os avisos que há do Inimigo e Joam Soares Vivas..., ff. 100v-101. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 79**, pp. 94-95.

¹⁴⁷⁸ “(...) deve Vossa Magestade mandar ordenar que os cavallos que aqui se hão de comprar, se faça logo, e se vão enviando em tropas aquella fronteira, porque Manoel Lopez, almoxarife de Villa Viçosa he ido a Beja a comprar alguns, não se poderá esperar que elle venha”. Decreto (...) das prevenções do inimigo, e outros particulares...f. não numerado. Carta (...) de como chegou a esta Praça, e das prevençoens..., ff. 89-89v. Carta (...) sobre huma preza que tomou o Inimigo..., f. 99. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documentos 77, 79, e 156**, pp. 93-95, 155-157.

¹⁴⁷⁹ Carta (...) de como o Exercito foi alojar à Ponte de Olivença..., ff. 118v-119. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 80**, pp. 95-96.

¹⁴⁸⁰ Fernando Branco Correia, “Fortificações Modernas...”, p. 62.

¹⁴⁸¹ Carta do Governador da comarca de Évora Dom António Álvares da Cunha, para o Conselho de Guerra ter em conta o medo que existe nos lavradores de que o inimigo possa assolar os seus campos. 18 de julho de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 137. Carta inclusa no Decreto. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 160**, pp. 161-162.

A fortificação de Évora a cargo de Langres, via as suas defesas reforçadas, tendo-se dado início aos baluartes do Príncipe¹⁴⁸² e do conde de Lippe, em 1651. Mas em 1653 as obras na fortificação pararam, na sequência do falecimento do príncipe D. Teodósio, que defendia os estudos e projetos desta fortificação¹⁴⁸³: “*tratou com eficacia da mesma fortificação, e per isso mandou Nicolau de Langres, o qual conformando a qualidade da obra à do tempo fez baluartes atacados aos muros com algumas obras cornutas de dilatado circuito, se bem de menos cumprimento. Com a morte do Principe parou tudo*”¹⁴⁸⁴.

Apenas no verão de 1657 se deu novo incentivo às obras na fortificação. Lassart voltou a ser nomeado para efetuar projeto¹⁴⁸⁵. Elaborou duas possibilidades: na primeira, deu ênfase aos baluartes reais e às cortinas, e na segunda, idealizou meias-luas destacadas para a fortificação. Foram ambas descartadas pelo Conselho de Guerra por se revelarem morosas, estando a situação de conflito a apertar por consecutivas ameaças do inimigo às praças que a antecediam¹⁴⁸⁶.

Essa urgência refletia-se precisamente na necessidade de se ver a fortificação concluída, pelo que se poderia seguir o projeto previamente estipulado, não havendo alterações. Como tal, não havendo dinheiro que chegasse no cofre real para acudir a todas as fortificações que estavam a ser retificadas, já em abril de 1657 se pediu o apoio da câmara de Évora, para se continuar esta fortificação: “*eu el Rey vos envio muito saudar o grande desejo que tenho de ver fortificada essa cidade (...), e porque minha fazenda e a conta do Reyno me serve pera a guerra estão no estado que sabeis, espero que vos dispunhaes a contribuir com todos os efeitos possíveis pera se poder dar principio, e fim a fortificação*”. Deste modo, assim que fosse possível, o conde do Prado, encarregado desta fortificação, continuaria com as obras mediante o dinheiro que lhe fosse dado. E,

¹⁴⁸² “*Da porta de Alconchel para a do Roxio, que olha para o caminho de Beja, se levantou hum baluarte, cuja fabrica será sempre padraõ de nossa saudade, & cujo nome verdugo de nossa memoria, pois foy desenho, & fundação do Serenissimo Principe Dom Theodosio, cujas virtudes, a pezar de nossa magoa, lhe antecipáraõ as glorias. Este estava quasi acabado, da porta do Rocio até a de Machede, o qual arco compreende mais que porção de circulo, não tinha outra obra, que movida a terra para quatro baluartes*”. Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, f. 18.

¹⁴⁸³ *Carta ao príncipe D. Theodosio acompanhando a patente em que lhe concede todo o governo da guerra contra Castella*. 25 de janeiro de 1652. BNP, Cod. 1687, f. 81v.

¹⁴⁸⁴ *Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora...*, f. 173.

¹⁴⁸⁵ *Carta sobre as fortificações de Évora e Beja*. 31 de julho de 1657. BA, 51-VI-26 (132), fl. 32. Transcrição completa em Ana Teresa Graça de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 7, p. xi.

¹⁴⁸⁶ *Carta da Rainha Regente, D. Luísa de Gusmão, sobre a fortificação da cidade de Évora*. 31 de julho de 1657. BA, 51-VI-26 (132), f. 32. *Idem*, Documento 7, p. xi.

assim que possível, seria também enviado em auxílio dinheiro da fazenda real e outras contribuições que se pudessem aplicar à cidade¹⁴⁸⁷.

Por consulta do embaixador português D. Francisco de Sousa (1615-1674), conde do Prado¹⁴⁸⁸, datada de 28 de junho de 1657, pediu-se ao monarca que mandasse o governador do Alentejo remeter-lhe Langres, “*por três ou quatro dias pera que assista na Junta que hade fazerse sobre o melhor asserto e eleição da fortificação*”¹⁴⁸⁹ de Beja e Évora, uma vez que: “*de semelhantes plantas e despesas se não fizerem com todas as advertencias convenientes tem procedido acharemse com as continuas mudanças as prasad do Reino com a fortificação imperfeita, e consumindo mais dinheiro em tresdobro do que fora necessario pera por em sua perfeição*”. Havia o objetivo claro de tornar o interior alentejano num modelo unificado de defesa¹⁴⁹⁰.

A 31 de julho de 1657, a rainha regente, D. Luísa de Gusmão, ordenou ao engenheiro militar Langres que, em companhia do conde do Prado, aprovassem a planta das fortificações de Beja e Évora, devendo fazê-lo com brevidade, por necessitar que Lassart servisse no exército contra as investidas que o inimigo empreendia¹⁴⁹¹.

Assim, em 17 de agosto de 1657, deu-se ordem para que o conde do Prado, acompanhado por Langres, fossem assistir conjuntamente para acertar o que se deveria elaborar relativamente a estas fortificações¹⁴⁹², determinando-se que eram essenciais, devendo continuar a investir-se nas obras¹⁴⁹³.

A 14 de novembro do mesmo ano, deu-se ordem para que o governador Joane Mendes de Vasconcelos mandasse que Saint-Colombe e o filho de Langres (cujo primeiro nome e formação se desconhece, sendo apenas mencionado na documentação da época como “*o filho de Langres*”¹⁴⁹⁴) efetuassem obras na fortificação de Beja e Évora, para

¹⁴⁸⁷ *Documento sobre as fortificações de Évora*. 1 de abril de 1657. BPE, Arm.º X, Cod. 1.º, N.º 18, f. 51. *Idem*, Documento 5, p. ix.

¹⁴⁸⁸ Atuou como mestre de campo de Moura e Mourão entre 30 de janeiro de 1641 e 20 de março de 1645. Fernando Dores Costa, “Governadores de armas...”, p. 219.

¹⁴⁸⁹ *Consulta do Conde do Prado, aprovada pelo Conselho de Guerra, sobre as fortificações de Beja e Évora*. 28 de junho de 1657. BA, 51-VI-26 (132), f. 95v. Publicado por Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico...*, Vol. II, p. 62.

¹⁴⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁴⁹¹ *Carta sobre as fortificações de Évora e Beja...*, f. 32.

¹⁴⁹² Mencionado em Ana Teresa de Sousa, “A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação das fortificações abaluartadas...”, p. 11. Transcrição completa em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexo I – Transcrição de Documentos, p. xii.

¹⁴⁹³ *Carta sobre a assistência de Nicolau de Langres nas fortificações de Beja e Évora*. BA, 51-VI-26 (132), f. 29.

¹⁴⁹⁴ *Carta sobre a emergência das fortificações no Alentejo*. BA, 51-VI-26 (132), f. 61. Transcrição completa em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto Abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexo I – Transcrição de Documentos, p. xiii.

que não se suspendessem as suas fortificações, remetendo-se algum dinheiro para as mesmas¹⁴⁹⁵. No entanto, as obras em Beja acabaram por estagnar nesse período, por falta de dinheiro.

Entretanto, em setembro de 1659, Langres, já provido do lugar de engenheiro-mor, em substituição de Lassart, elaborou segundo projeto para a fortificação de Évora, no qual constavam cinco baluartes, três meios baluartes e duas obras cornas¹⁴⁹⁶. Por ser semelhante ao seu primeiro projeto, elaborou uma memória descritiva¹⁴⁹⁷. No entanto, este novo projeto ficou sem efeito, porque, apossando-se deste e de outros projetos que elaborara para a maioria das praças-fortes do Alentejo, Langres aliara-se ao inimigo em abril de 1660, estando ainda a desempenhar funções nas fortificações alentejanas.

Por conseguinte, tentou neutralizar-se os conhecimentos que Langres possuía das fragilidades desta praça e das restantes em que trabalhou no Alentejo, e estando a guerra a evidenciar-se cada vez mais no sentido de ataque direto e ofensivo por parte do inimigo, que efetuava constantes ameaças, além de que detinha a posse da importante praça-forte de Olivença, no Baixo Alentejo, e da praça de Arronches, no Alta Alentejo, detinha posição estrategicamente avançada em termos de domínio de guerra. Utilizava estes postos para atacar diretamente as praças portuguesas mais próximas, e para armazenar mantimentos e munições que depois se poderia reabastecer mais facilmente, estando em território português, do que tendo que recorrer à praça de Badajoz para o fazer, o que tornou a situação quase que insustentável para o exército português, pois o controlo sob o exército castelhano passou a ser mais dificultoso. Além disso, Langres, estando aliado ao exército castelhano, daria certamente valiosas informações sobre as estratégias de ataque sobre cada uma das praças fortes para as quais elaborara projetos de fortificação.

No caso de Évora, praça onde ele estivera ativamente a trabalhar até à data, foram imediatamente tomadas medidas de segurança. Do projeto da fortificação encarregaram-se primeiramente, aos engenheiros militares Simon Jouquet e Jean Brivois¹⁴⁹⁸. Mas, o projeto foi considerado pelo Conselho de Guerra muito dificultoso

¹⁴⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁹⁶ *Carta do Conde da Atouguia a informar aquilo que é necessário para a fortificação da cidade de Évora*. 24 de setembro de 1659. BA, 51-V-79, ff. 26v-27. Transcrição completa em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Documento 10, p. xiv.

¹⁴⁹⁷ *Carta do Conde da Atouguia (com carta de Nicolau de Langres) sobre a alteração da planta de Évora*. 5 de novembro de 1659. BA, 51-V-79, f. 35v. Transcrição completa em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Documento 11, p. xv.

¹⁴⁹⁸ *Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora...*, f. 173a (solto). Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico...*, Vol. III, pp. 11-12.

para o período que a província do Alentejo estava a atravessar, porque o inimigo estava cada vez mais próximo de atingir o seu objetivo, a travessia do Alentejo para chegar a Lisboa. Assim, nomeou-se Saint-Colombe¹⁴⁹⁹ para efetuar um projeto que fosse possível passar imediatamente para o terreno. Ao ser submetido a apreciação pelo Conselho de Guerra, foi criticado por Luís Serrão Pimentel, por nele dominarem as meias-luas¹⁵⁰⁰.

Ao ser confrontado, Saint-Colombe mostrou que na sua opinião, conforme a linha do recinto, as meias-luas desempenhavam uma defesa conjunta, destacando-se dos muros da fortificação, pelo que proporcionavam uma defesa mais eficaz.

Por conseguinte, Luís Serrão Pimentel decidiu propor um projeto para Évora. Embora semelhante ao último desenho de Langres, com dez baluartes reais e obra corna, pautava-se por o seu projeto deter menor perímetro que o desenvolvido por Saint-Colombe, tendo menor custo, pelo que seria uma mais valia para o Conselho de Guerra aprovar o seu projeto em detrimento da proposta de Saint-Colombe.

Considerando a planta absurda, Saint-Colombe alegou ao Conselho de Guerra que traria antes elevada despesa e esforço de obra. Além de que o fosso proposto era estreito para o ângulo das defesas exteriores dos baluartes e largo para os acrescentos das bandas dos baluartes, e estes tinham inclusive proporções díspares¹⁵⁰¹.

Apesar da controvérsia, Serrão Pimentel obteve o aval positivo do Conselho de Guerra, ficando as obras a cargo do barão de Silincourt, retomando-se as retificações e o levantamento de terras junto aos redutos¹⁵⁰².

Quanto a Beja, apenas a 20 de junho de 1660, por decreto do Conselho de Guerra de D. Afonso VI, voltou a dar-se importância à fortificação de Beja, devendo formar-se uma junta constituída pelo seu governador, pelo provedor, corregedor e restantes oficiais da câmara da localidade, juntamente com o governador da província do Alentejo, D. Jerónimo de Ataíde (1610-1665), conde de Atougua¹⁵⁰³. Estes deveriam analisar o projeto efetuado por Langres, auxiliado pelo conde do Prado na sequência da sua vistoria à fortificação em 1657. O objetivo seria que se elaborasse “*um Regimento de que hão de ser executores pelo qual se cobre se despendão os efeitos para a fortificação (...) e da*

¹⁴⁹⁹ *Decreto do Conselho de Guerra sobre mandarem Pedro de Santa Coloma e outros Engenheiros para Alentejo*. 26 de outubro de 1661. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 45.

¹⁵⁰⁰ *Resposta Apologética...*, ff. 93-96. Ana Teresa de Sousa, “Saint-Colombe y Luís serrão Pimentel: Debates y Confrontaciones”, in María Gajate Bajo, Laura González Piote (eds.), *Guerra y Tecnología: interacción desde la Antigüedad al Presente*, Madrid, Fundación Ramón Areces, 2017, pp. 207-231.

¹⁵⁰¹ *Resposta Apologética...*, ff. 93-96.

¹⁵⁰² Túlio Espanca, “Fortificações e Alcaidarias...”, 1945, p. 76.

¹⁵⁰³ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 2: Governadores de Armas da Província do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668), 249.

forma dos officiaes necessarios para a assitencia”¹⁵⁰⁴. Mas no fim da guerra a praça continuava com a sua fortificação incompleta, sendo que até então as obras estavam permanentemente a estagnar por falta de recursos, que, como vimos frisando, eram necessários em toda a província e no mesmo período de tempo. Além disso, a necessidade de avançar nas obras e a obrigação de se responder ativamente a ataques de praças vizinhas, faziam com que fosse impossível priorizar a praça de Beja.

Entretanto, sujeito a bastantes alterações, particularmente no que ao perfil da cidadela dizia respeito, o projeto de Serrão Pimentel em Évora avançava, sendo que no final de 1660 o general de artilharia Pedro Jaques de Magalhães efetuava a supervisão da obra, tendo inclusive a rainha regente enviado um terço de Lisboa, comandado pelo mestre de campo Jerónimo de Mendonça, para auxiliar nos trabalhos de fortificação. Era imprescindível concluir-se esta obra para o interior do Alentejo se conseguir defender eficazmente, dado os castelhanos ainda deterem a posse das praças de Olivença e Juromenha.

No início de fevereiro de 1663, D. Sancho Manuel de Vilhena foi nomeado governador das armas da Província do Alentejo. A esta nomeação juntou-se o reforço de guarnição no Alentejo através do general de cavalaria, D. Dinis de Melo de Castro, do conde D. Luís de Menezes como general de artilharia e do conde de Schomberg como governador das armas estrangeiras¹⁵⁰⁵.

Vindo para o Alentejo, D. Sancho Manuel de Vilhena iniciou a sua vistoria por Évora, “*cidade grande*”¹⁵⁰⁶, tendo reconhecido prontamente a fraqueza da sua fortificação, “*por não ter mais que as muralhas antigas, & com grandes ruínas a barbacam*”. Seria demasiada a despesa mandar-se fortificar de raiz, e também “*para se aproveitar de alguma pouca terra que estava levantada em diferentes partes, quando por diferentes vezes se intentou fortificar esta Cidade, tinha a mesma dificuldade de gasto de tempo, & cabedal*”. Para chegar a Évora, quer por Juromenha, da qual distava dez léguas, quer por Arronches, da qual distava onze léguas, o inimigo teria sempre que passar por Estremoz primeiro, pelo que esta última sim seria a prioridade¹⁵⁰⁷.

¹⁵⁰⁴ Decreto sobre a importância das fortificações do Alentejo. 20 de junho de 1660. ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 19, f. 50. Citado em Ana Teresa de Sousa, “A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação...”, p. 11

¹⁵⁰⁵ Cf. José Lopes Alves, “Guerra da Restauração...”, pp. 1-15.

¹⁵⁰⁶ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, p. 12.

¹⁵⁰⁷ *Ibidem*.

Mas, quando a 6 de maio desse ano (1663) as tropas de D. Juan de Áustria e o exército do mestre de campo general duque de San Germán, que conquistara Olivença, saíram de Badajoz em direção a Évora, tornou-se evidente que a cidade estava desprovida de defesa. Ao tomar conhecimento do sucedido, D. Sancho Manuel enviou reforços para Évora. A 14 de maio havia já muita inquietação na cidade dado que, em breve, o inimigo a cercaria (**Fig. 35**).

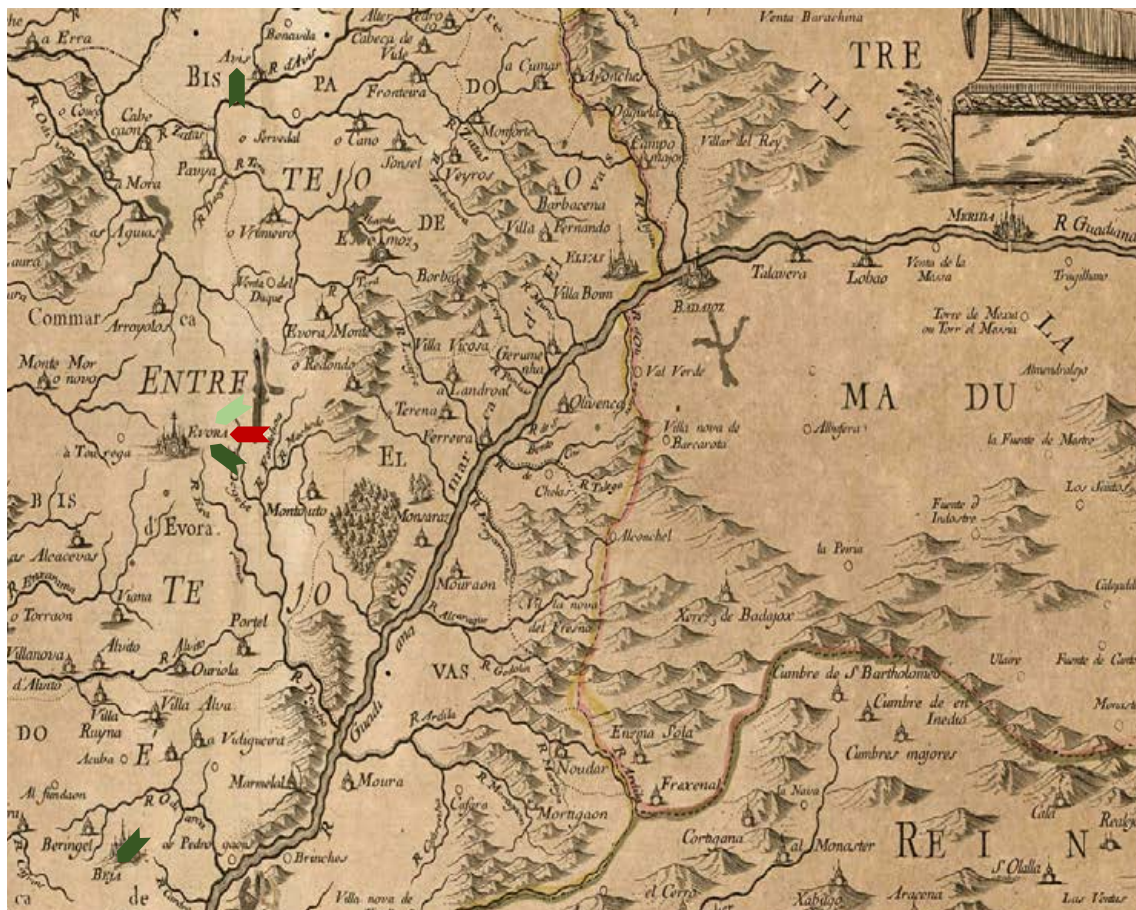


Fig. 35
Aglomerado 5. Beja, Évora e Avis (ataques, conquistas e reconquistas das praças).

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Legenda:



Ataque dos castelhanos à Praça:
 Évora: 1663 (mai.).
 Beja: 1663 (final jun.).
 Avis: 1663 (final jun.).



Conquista da praça pelos castelhanos:
 Évora: 1663 (mai.).



Reconquista da praça pelos portugueses:
 Évora: 1663 (jun.).

Tendo Évora uma fortificação adaptada às necessidades da época, era mais propícia ao dano do que se fosse construída de raiz. Os seus moradores foram

imprescindíveis no processo de defesa, começando por terraplanar as portas, deixando apenas duas abertas: a do Rossio e a de Avis, que eram as que permitiam a entrada de mantimentos e tropas auxiliares na cidade. Todas as portas “*se entregáraõ a pessoas capazes de poderem dar conta dellas; a do Rocio, por estar em campanha mais descuberta, & de melhor terreno, se presumio fosse a mais combatida, della tomou cuidado Dom Miguel de Portugal Conde do Vimioso do Conselho de Sua Magestade*”, que além de defender a porta avidamente, forneceu armamento para os moradores que com ele a defendiam¹⁵⁰⁸.

Ao mesmo tempo, os quartéis castelhanos já tinham ocupado a zona da antiga porta do Moinho de Vento, a Cartuxa, a quinta do Alcaide e a cerca dos Remédios¹⁵⁰⁹. Neste último local, é provável que se tenha travado um primeiro confronto, porque alguns defensores da cidade, do alto do cubelo que fica entre a antiga porta de Alconchel e a rua do Raimundo recorreram à artilharia¹⁵¹⁰. Segundo Gabriel Pereira, alguns castelhanos foram ao campanário dos Remédios para responder, mas não sustentaram a posição por muito tempo, dada a topografia do local¹⁵¹¹. Destruiu-se o antigo convento do Carmo, à porta da Lagoa, cujas pedras terão sido depois empregues como reforço do baluarte de São Bartolomeu. Além da destruição deste convento, também o convento do Calvário sofreu forte dano, e as religiosas tiveram que o abandonar temporariamente. Também o convento da Cartuxa foi tomado e transformando em hospital de sangue.

Aos 16 dias de maio, o inimigo conseguiu ocupar o forte de Santo António, parcialmente construído, que ficou exposto e quase sem guarnição. No dito local “*puzéraõ huma bateria de quatro peças, que batia a porta de Aviz, com pouco danno pella distancia do sitio, e pella fortaleza da porta*”¹⁵¹². Tomando conta da porta de Alconchel, e sem fosso que lhes detivesse a chegada, os castelhanos arrimaram-se facilmente às muralhas interiores da praça, conseguindo picar a muralha junto à dita porta.

Conquistando também este posto, o inimigo colocou nele outra bateria com cinco peças de artilharia, que fazia dano na muralha que cobria a porta da Lagoa, “*que como eraõ os mais débeis de toda ella, em breve tempo fizeraõ considerável ruina*”¹⁵¹³.

¹⁵⁰⁸ *Idem*, f. 20.

¹⁵⁰⁹ António Franco [Padre], *Évora Ilustrada* (extraída da obra do mesmo nome do P. Manuel Fialho), Évora, Edições Nazareth, 1944, p. 176.

¹⁵¹⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹¹ Gabriel Pereira, *Estudos eborenses: história e arqueologia*, Évora, Nazareth, 1948, pp. 147-148.

¹⁵¹² Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, f. 21.

¹⁵¹³ *Idem*, f. 22.

Além do forte de Santo António, os castelhanos também conseguiram tomar conta do forte dos Penedos, de onde outras quatro peças de artilharia batiam contra a mesma muralha, entre a porta da Lagoa e a porta de Alconchel, “*donde também começava a fomarse brecha*”¹⁵¹⁴.

Aos 22 dias do mesmo mês, como oitavo dia enquanto cidade sitiada, já muito destruída, a praça entregou-se e parte da força castelhana instalou-se para a controlar. Durante estas operações de assédio, a fortificação, embora muito atrasada, teve papel de extrema importância e justificou o reforço que se empreendera nos últimos anos. Pouco antes deste ataque, superintendia as obras Saint-Colombe, que passou para o lado dos invasores e continuou, ativamente, na companhia de Mr. De Henot e de Langres que vinha na comitiva técnica de D. Juan de Áustria, para atuar ao nível dos trabalhos estruturais de defesa. Durante o cerco a Évora, Luís Serrão Pimentel teve papel de suma importância, assistindo militarmente às batalhas de Degebe e Ameixial. Tiveram glória nestas ações os seus subordinados João Coutinho, Diogo Pardo de Osório, que dirigiu o ataque ao baluarte de São Bartolomeu¹⁵¹⁵, D. Francisco de Osório, alferes duma companhia de ordenanças, António Rodrigues, capitão engenheiro e discípulo, nos aproches do Carmo e de São Bartolomeu. Entretanto, Saint-Colombe saiu da praça, mascarado, com a guarnição castelhana do conde de Satinara, D. Francisco Gatinara¹⁵¹⁶. Depois de rendida a praça a favor dos castelhanos, começou em grande escala o êxodo da população¹⁵¹⁷.

Ocupada a praça, os castelhanos começaram imediatamente a fazer obras de fortificação em seu favor¹⁵¹⁸, que terão ficado a cargo de Langres. Segundo António Álvares da Cunha, tornaram “*partos naturais seus aquelles embriões que havíamos deixado, & pareciaõno especialmente o forte de Santo Antonio, que logo começarão, com trabalho incrível dos moradores (que como cativos trabalhavaõ) a pôr em perfeição*”¹⁵¹⁹. Os castelhanos procediam ativamente nas campanhas de defesa, ocupando-se prioritariamente deste forte e em armar o seu exército, pedido ainda o auxílio de tropas

¹⁵¹⁴ *Idem*, f. 23.

¹⁵¹⁵ Balaarte situado perto da Porta de Avis, estando flanqueado pelos fortes de Santo António e dos Penedos. *Idem*, f. 19.

¹⁵¹⁶ Em maio de 1654, ainda se intentava persuadir o engenheiro militar a voltar para Portugal, entendendo-se que poderia estar a ser coagido pelos castelhanos. *Decreto do Conselho de Guerra ordenando que se fizesse conduzir com toda a segurança à presença do Marquês de Marialva, capitão general da provincia do Alentejo, o mestre de campo general Gaspar Martines, prisioneiro no castelo de S. Jorge, a fim de ser ajustada a sua troca com o engenheiro Santa Coloma e, deveria o referido Garpar Martines regressar à Corte com a mesma segurança*. maio de 1664. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 23, doc. 12.

¹⁵¹⁷ Túlio Espanca, “Fortificações e...”, pp. 77-78.

¹⁵¹⁸ Ana Teresa de Sousa, “La fortificación de Évora durante la Guerra...”, p. 60.

¹⁵¹⁹ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, ff. 27-28.

que lhe viriam socorrer, esperando a vinda do exército português para tomar de volta a cidade.

Efetivamente, tomando-se conhecimento da entrega de Évora, saíram tropas portuguesas de Estremoz, onde se encontravam a observar o inimigo¹⁵²⁰. Passaram por Évoramonte e Alandroal, onde completaram o exército, impedindo a D. Juan de Áustria a sua comunicação com Badajoz, local ao qual se dirigia por intermédio de Juromenha para combater a escassez de alimentos que o seu exército tinha em Évora, tendo deixado na cidade uma forte guarnição e a sua artilharia pesada¹⁵²¹. Não tendo alternativa, D. Juan deu ordem para que parte do exército que o seguia e se recolhesse. Estando os portugueses aquartelados além do Degebe, os castelhanos acamparam na parte daquém desta linha de água e dispuseram algumas peças de artilharia em plataformas para se defenderem dos portugueses.

A 5 de junho de 1663, o general de artilharia D. Fernando de Meneses (1614-1699), conde da Ericeira, dispôs também algumas peças de artilharia, estando uma parte à vista do inimigo e, outra, em baixo, junto da margem do rio Degebe, encoberta com arvoredos. Não contando com grande ofensiva, quando os castelhanos se aproximaram, as peças do alto começaram a disparar. Não conseguindo responder com o mesmo reforço ao sucedido, os castelhanos recuaram e levantaram o aquartelamento com a intenção de alienar reforços e voltar a Évora, onde se poderiam proteger¹⁵²².

As forças portuguesas e castelhanas encontraram-se novamente a 8 de junho, nas proximidades de Estremoz, no Ameixial, tal como anteriormente referido. Aproveitando o ligeiro avanço sobre o inimigo, os portugueses anteciparam-se e tomaram posição vantajosa. Contando com muitas baixas¹⁵²³, alguns castelhanos escaparam em direção de Badajoz¹⁵²⁴. Esta batalha contribuiu para a desmoralização do exército castelhano e levou à demissão de D. Juan de Áustria.

¹⁵²⁰ Gabriel Pereira, *Estudos eborenses...*, p. 155.

¹⁵²¹ Lorraine White, “Estratégia geográfica...”, pp. 60, 78.

¹⁵²² António Franco [Padre], *Évora Ilustrada...*, pp. 282-283.

¹⁵²³ “*Foram atacados os Castelhanos com grande mortandade*”. *Idem*, pp. 189.

¹⁵²⁴ “*Altissimo e importante memoravel batalha Domingial q’ ganharão as envensiveis armas portuguezas asitidas da direcção do Conde Devillaflor e osmais cabos e pessoas notáveis (...) em seus postos ao numero vetereno e asis formidavel exercito de Castela que governava Dom Ião de Austria (...) i disputada e conseguida aos 8 de Junho de 663 com total rota de todo o exercito e perda universal do trem de bagagens e artilharia e pessoas de grande conta e grandes de Espanha e dous mil cavallos q’ se tomarão vivos fora os mortos e feridos que ficarão no campo*”. Lilian Pestre de Almeida, “O Teatro da Guerra da Restauração Portuguesa: a sala das batalhas do Palácio de Fronteira: uma leitura estético-simbólica”, in *Monumentos*, n.º 7, setembro, 1997, pp- 70-77.

Posteriormente, a 14 de junho de 1663, com o intuito de reconquistar a praça, as forças portuguesas dirigem-se para Évora¹⁵²⁵. Juntou-se-lhes o reforço da tropa do marquês de Marialva. Ao chegarem à praça, no dia 17, admiraram-se do quanto os castelhanos se haviam empenhado no seu reforço. Mas, não hesitaram em tomar de assalto o forte de Santo António, na noite de 21:

“Não se divertindo do caminho que faziaõ os aproxes, os Portuguezes naquela noite, com o sigilo inviolável do General, determinaraõ assaltar o Forte de Santo Antonio, que era hum dos cuidados que levavaõ, quando intentaraõ aproxar a Cidade por aquella parte: encomendou-se o assalto a duzentos Infantes Ingrezes do Regimento de Dom Diogo Apslei, com o seu Sargento Môr Joaõ Belefis: & com os Capitaens Nataniel Hill, & Joaõ Smith, & Carlos Langley: & duzentos Portuguezes, a cargo do Sargento Môr Luis de Azambuja, dos Terços dos Mestres de Campo Sebastiaõ Correa de Larvela, & Lourenço de Sousa de Meneses, com os Capitaens Luis Pereira de Lacerda, Domingos de Carriã, Manoel Beyraõ, & Joaõ Freyre Coelho; aos quais davaõ escolta os Terços dos Mestres de Campo referidos, fizeraõ taõ bizarramente huns, & outros, que a huma hora depois da meya noite, a final de duas peças, que se dispararaõ na primeira investida, se senhorearaõ do Forte, apesar de quatrocentos soldados que o defensiaõ, que todos, ou pereceraõ, ou se aprisionaraõ (...). Ao estrondo que se fez ao assaltar o Forte, sahio a Cavallaria da Praça, & achando dura resistênciã em oito batalhões nossos, que estavaõ a cargo do Thenente General Dom Manoel de Atayde, que sahio a cobrir aquella Infantaria, com receyo desta sortida, perdidoso se recolheo à Praça”¹⁵²⁶.

Aos 23 dias de junho de 1663, o combate foi junto às portas da Lagoa e de Avis, avançando-se para o baluarte de São Bartolomeu, que não fora ainda possível reconquistar. No entanto, os castelhanos estavam bastante debilitados. O conde de Satinara, desesperado de sustentar a praça, tentou salvaguardar a sua cavalaria, mas os portugueses impediram a sua fuga, fazendo muitos prisioneiros¹⁵²⁷. Os combates foram duríssimos para o lado inimigo, sendo necessária a sua entrega, pelo que os castelhanos não conseguiram impedir os acordos de retorno da praça aos portugueses, no dia 25 de junho¹⁵²⁸.

Segundo Gabriel Pereira, D. Sancho Manuel de Vilhena encontrou na praça os seguintes artefactos deixados para trás pelos castelhanos:

¹⁵²⁵ Gabriel Pereira, *Estudos eborenses...*, p. 157.

¹⁵²⁶ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, ff. 60-61.

¹⁵²⁷ *Guerra da Restauração. Prisioneiros em Évora 1663*. BNP, Cod. 589, f. 57. *Carta de D. Afonso VI a Diogo de Brito de Lacerda, agradecendo-lhe os serviços prestados na defesa da cidade de Évora*. 2 de abril de 1664. AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/4.

¹⁵²⁸ Este dia ficou conhecido como “a restauração de Évora”. *Restauração de Évora*. 1663. BNP, Cod. 589, f. 57. *Évora restaurada em 1663. Prisioneiros, despojos tomados aos castelhanos. Fuga de D. João d’Austria, com o Duque de S. German*. BNP, Cod. 589. António Franco [Padre], *Évora Ilustrada...*, p. 200. Charles François Dumouriez, *An account of Portugal...*, p. 42.

“4 meios canhões de bronze de 24 montados; 7 peças de 6 e 7; a trabucos montados; 6 petardos aparelhados; 2700 balas de 24 e 12; 2566 mosquetes, a maior parte biscainhos; 1840 frascos de mosquetes, e arcabuzes; 1876 espadas; 4002 arrobas de pólvora; 200 arrobas de pelouros de chumbo; enfim, quantidades consideráveis de canos e forquilhas de mosquetes, bolsas de pistolas, murrão, fachas de cavacos, saquinhos de trincheira, marraços de cortar faxina, machados, picaretas, pás de ferro, enxadas, foices de segar, seirinhas de esparto, lampiões, espaldares, peitos, morriões, cravos e ferraduras, bombas de trabuco cheias e vasiaas, canudos de bombas, granadas, pregos, borrachas, calabres de artilharia, 4 barcas grandes com seus carros e armões, barris de salitre, carros matos, caixa de trabuco, cabrilhas aparelhadas, escaleta, reparos, tabuões, pinas, raios, barrotes, madres, madretas, eixos, ripa, soles, cangas, rodas, carretas, estacas e paus”¹⁵²⁹.

Desprovidos, após a conquista de Évora, os castelhanos aproveitaram-se dos abastecimentos que encontraram nos lugares que ficaram indefesos¹⁵³⁰. Desviaram o seu percurso, para sul, em direção a Beja, e para norte, em direção a Avis, com o objetivo de devastarem e enfraquecerem as localidades do Alentejo para estas não lhes fazerem frente na conquista até Lisboa. Tentaram “*na Cidade de Beja, & na Villa de Aviz*”¹⁵³¹, o que haviam conseguido em Évora. Contudo, estas praças-fortes “*responderaõ como o pedia a sua confiança, tendo já mandado recolher dos lugares de seu contorno (...), pelos livrar das hostilidades*”¹⁵³². Os castelhanos tiveram que recolher e recuar aos lugares próximos da fronteira.

Foi necessário efetuarem-se grandes reparos nas muralhas pelos danos causados na tomada de Évora, devendo estas efetuar-se com todo o cuidado e diligência, pois os castelhanos deveriam efetuar nova ofensiva a esta praça, até conseguirem o intento de chegar a Lisboa. Continuaram-se as obras na fortificação, “*aproveirandose de mais de cem mil cruzados dellas, que nos deixou feito o exercito, & presidio inimigo*”¹⁵³³. A partir de julho de 1663, as obras ficaram a cargo da superintendência do general de artilharia Agostinho de Andrade Freire, que deveria deixar a praça fortificada e prevenida por forma a que, caso o inimigo voltasse a intentá-la, não se atreveria a lograr o intento¹⁵³⁴. No dito período atuaram ainda como dirigentes dos trabalhos Pedro Gomes Pereira, o conde de

¹⁵²⁹ Gabriel Pereira, *Estudos eborenses...*, p. 164.

¹⁵³⁰ *Copia da carta que o Duque de S. Germaõ havendo occupado a Cidade de Evora escreveo á Villa de Aviz em 29 de Maio de 1663*. BGUC, Papéis Vários, Ms. 52, f. 285.

¹⁵³¹ António Álvares da Cunha, *Aplauzos académicos...*, f. 28.

¹⁵³² *Ibidem*.

¹⁵³³ António Álvares da Cunha, *Aplauzos académicos...*, f. 67.

¹⁵³⁴ *Cartas do rei (assinadas pelo Conde de Castelo Melhor) sobre a brevidade da obra na fortificação de Évora*. Lisboa, 21 e 24 de julho de 1663. ADE em diante, Livro 8.º de Originais da Câmara, ff. 226, 234. Documentos publicados em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexos I – Transcrição de documentos, Documentos 17 e 18, pp. xxx-xxxii.

Schomberg e o marquês de Marialva, e Diogo e Francisco Pardo de Osório como assistentes dos trabalhos de fortificação¹⁵³⁵.

Temendo-se novas investidas dos castelhanos à praça de Évora, em abril de 1664, decretou-se que para o rápido andamento dos trabalhos fosse aplicado todo o dinheiro existente nos depósitos da cidade, incluindo algum do cofre dos órfãos, que posteriormente seria restituído por consignação da verba do real d'água. Efetuou-se ainda uma coleta sobre os proprietários com rendimentos suburbanos, até então isentos de contribuição, mediante o 13.º art. sobre as fazendas dos ausentes das Capitulações que a Câmara e o Cabido haviam feito nesse ano, juntamente com o conde do Prado¹⁵³⁶.

A 21 de agosto de 1665, o príncipe D. Pedro incumbiu D. Domingos de Gusmão, arcebispo da diocese de Évora, e o mestre de campo general conde das Galveias como superintendentes das obras.

No entanto, o grande incremento na obra da fortificação de Évora apenas se deu a partir de abril de 1682, após a publicação do *Regimento para as Fortificações de Évora*, a instâncias de D. Pedro II¹⁵³⁷.

Embora não tenha sofrido mais investidas até ao fim do conflito, sabemos que esta praça continuava a ser uma constante preocupação para a defesa da província, pelo que, embora existindo paragens, sempre se trabalhou na sua fortificação até à assinatura do tratado de Lisboa, em 1668. Sabemos que, na sua vistoria às praças do Alentejo, Allain Manesson Mallet efetuou uma planta referente a esta praça, onde representou as diversas fases ou campanhas da refortificação de Évora, indicando na sua planta que havia participado na construção do baluarte dos Padres da Companhia, em 1666¹⁵³⁸, sendo ainda no seu projeto representados os restantes baluartes da cidade: baluarte de São Bartolomeu, do Príncipe, do Conde de Lippe, do Picadeiro, do Assa e de Nossa Senhora de Machede, como adiante veremos.

¹⁵³⁵ *Decreto da patente de ajudante de Fortificação a Francisco Pardo de Osório, que era discípulo de Luís Serrão Pimentel*. 13 de setembro de 1663. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 22, doc. 111. Documento publicado em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexos I – Transcrição de documentos, Documentos 21, p. xxxv.

¹⁵³⁶ Túlio Espanca, “Fortificações e...”, p. 77.

¹⁵³⁷ Transcrição completa do *Regimento* e análise do seu conteúdo publicado em Ana Teresa de Sousa, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexos I – Transcrição de documentos, Documentos 25, pp. 47-50, xli-xlvi.

¹⁵³⁸ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 23 (Planta da fortificação de Évora, por Allain Manesson Mallet, c. 1667)**, p. 313. Allain Manesson Mallet, *Les Travaux de Mars...*, p. 320.

Nota final

No presente capítulo procurámos efetuar a correlação entre os aglomerados de fortificações que propusemos para o Alentejo.

Definimos os cinco aglomerados citados com base na sua concentração defensiva e localização na fronteira entre o Alentejo e a Extremadura.

Verificámos que todos os aglomerados foram relevantes em termos defensivos ao longo da Guerra da Restauração, destacando-se dentro deles algumas praças em particular.

Assim, no primeiro aglomerado, enfatizámos sobretudo Olivença, Juromenha e Elvas; no segundo, Campo Maior; no terceiro, destacamos Moura e Mourão, pela sua localização; no quarto aglomerado destacam-se Marvão e Castelo de Vide, e, no último aglomerado, Évora. Evidentemente, há relação entre todos os aglomerados, e entre as praças que os constituíam, e é essa interligação que justifica a ação defensiva e militar empreendida durante o conflito, bem como a tentativa de fortificar as localidades indicadas para se auxiliarem entre si e servirem de defesa a localidades mais pequenas e próximas, que não seria necessário reforçar. Tendo em conta o número de fortificações citadas, percebe-se claramente a dificuldade que houve em se proceder com os avanços das suas construções. Além das despesas que havia em comum com os próprios engenheiros militares e seus projetos, com as guarnições e com exércitos ao longo da fronteira, com o transporte de materiais, havia ainda as constantes investidas, ataques ou saques do exército castelhano, tornando mais lento o ritmo das campanhas de obras.

CAPÍTULO V DA PROBABILIDADE DA OBRA-TIPO DE FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA NO ALENTEJO

Após as análises efetuadas, pretendemos ponderar na probabilidade de existência de uma obra-tipo no Alentejo. Ou seja, foi seguido um modelo de construção preferencial nas fortificações abaluartadas na fronteira seca alentejana?

1. Fortificar as praças do Alentejo: parâmetros coincidentes ou distintos?

Primeiramente, destacamos que já os autores Fernando Cobos-Guerra e João Campos nos indicaram que a fortificação da fronteira portuguesa pode ser entendida como “*um sistema próprio*”¹⁵³⁹, com coerência técnica e tipológica, em resposta aos princípios de fortificação de meados do século XVII, quando se recorreu sobretudo ao contributo dos engenheiros militares (estrangeiros e nacionais) que levaram a cabo ou projetos de adaptação das construções castrenses ou de implantação de novos modelos fortificados.

Embora a maioria das fortificações enunciadas no capítulo anterior tenham sido alvo de reestruturação no período da Guerra da Restauração, e apenas Olivença tenha sido efetuada de raiz, a verdade é que elas não seguem padrões estáticos. Verificamos que as obras que chegaram até nós construídas segundo os modelos da arquitetura abaluartada (e aqui, além de Olivença englobamos os fortes e obras exteriores presentes na maioria das praças anteriormente indicadas), apresentam estruturalmente parâmetros defendidos e utilizados nas obras e projetos dos mestres holandeses, por intermédio dos trabalhos de Gilot e Cosmander¹⁵⁴⁰ e do português Luís Serrão Pimentel, de formação jesuítica. O autor Miguel de Carvalho Brilhante evidenciou que as fortificações elaboradas durante a Guerra da Restauração não seguem a fortificação Vauban, uma vez que apenas no século seguinte esta se consolidou¹⁵⁴¹. Desta forma, podemos concordar com o autor e considerar

¹⁵³⁹ Fernando Cobos-Guerra, João Campos, *Almeida/Ciudad Rodrigo – La Fortificación de la Raya Central*, Salamanca, Consorcio Transfronterizo de Ciudades Amuralladas, 2013, p. 20.

¹⁵⁴⁰ O autor Fernando Cobos-Guerra indica que a fortificação de Elvas apenas é considerada de traça holandesa porque Cosmander, que chefiou as suas obras, nasceu numa localidade holandesa que depois dele nascer deixou de pertencer à coroa castelhana, passando a ser holandesa [denominada Hertogenbosh], ignorando-se que ele era um padre jesuíta com formação na Universidade Católica de Lovaina dos Países Baixos espanhóis, onde desenvolveu os seus conhecimentos da matemática e engenharia militar. Mas salientamos também a importância da afirmação de Domingos Almeida Bucho, de que tanto Cosmander, como a dita Universidade Lovaina detinham a influência da Escola de Fortificação Holandesa. Fernando Cobos Guerra, “Metodología de análisis gráfico...”, p. 136. Domingos Almeida Bucho, *Métodos e escolas de fortificação abaluartada...*, pp. 35-38, 50.

¹⁵⁴¹ Miguel de Carvalho Brilhante, *Juromenha: A Chave do Guadiana...*, p. 25.

que, de facto, domina a influência holandesa nas fortificações do Alentejo, sobretudo no que diz respeito a Olivença e Elvas. Porém, não descuremos as restantes influências, que estão presentes na conceção da estrutura de cada uma das fortificações tratadas neste estudo. Lembremos que a influência dos projetos do engenheiro militar francês Nicolau de Langres (que adquirira experiência a projetar e a reparar fortificações para Luís XIII de França como engenheiro ordinário) foi relevante em todas as praças fortificadas do Alentejo, mas que as construções e ajustamentos que lhe seguiram alteraram os projetos iniciais de defesa.

Apesar da predominância do modelo de fortificar holandês, é importante relembrar que, em algumas das fortificações alentejanas tivemos antes da Guerra da Restauração a influência da construção italiana (em Vila Viçosa, Moura e Mourão), e que no início deste conflito se evidenciou o trabalho de fortificação protagonizado por engenheiros militares franceses em todas as localidades citadas.

Em todas as localidades em estudo, sobressaiu o trabalho de Langres¹⁵⁴² em cujo labor, como engenheiro militar francês, evidentemente, se denotam as influências iniciais de fortificar do seu país nos respetivos projetos.

Mas estes engenheiros não seguiram um modelo linear de fortificar e é no seu trabalho que nos baseamos em relação ao que acabou efetivamente por ser construído, por norma por orientação do holandês Cosmander por estar mais tempo presente e ativo nas fortificações alentejanas, o que acabou por modificar em termos construtivos os projetos iniciais. Relembremos que entre Cosmander e Langres existiam desavenças. E que enquanto o primeiro era o preferido para trabalhar na prática dos projetos no terreno, por norma foram primordialmente os projetos do segundo que foram aprovados pelo Conselho de Guerra. Isto porque Langres era mais prático e elaborava os seus projetos com base nas necessidades de defesa de cada uma das praças: o relevante seria ter defesas prontas e aptas para serem defendidas em tempo iminente de conflito, porque na realidade era o que o reino português atravessava naquele período de 1640-1668. Desta forma, Langres primava por adaptar as defesas existentes, dotando-as de linhas defensivas em seu redor, de forma simples, mas reforçada em termos defensivos por imponentes baluartes. Assim, o próprio projeto de fortificação deveria ser simplificado, mas eficaz na defesa, primando pela sua adaptação ao terreno. Não deveria ser de extenso perímetro, pois uma extensão grande de defesa exigiria maior guarnição e menos pontos cegos de

¹⁵⁴² Cf. Vol. II, Anexo II – Quadro 3. Engenheiros militares estrangeiros e portugueses ativos nas fortificações abaluartadas do Alentejo, durante a Guerra da Restauração (1640-1668), p. 250.

defesa. Uma fortificação grande seria difícil de manter e de evitar não ser conquistada pelo inimigo, porquanto apoderando-se inicialmente de uma pequena parte que fosse, ou de um baluarte, o inimigo poderia conquistar para si a totalidade da praça. Por isso, era imprescindível que a fortificação não fosse dotada de grande número de baluartes, ou portas. Tal como referimos anteriormente, quantas mais portas tivesse a defesa, pior a hipótese de as manter em segurança, pois necessitariam constantemente de defesa flanqueada. Em relação aos baluartes, quanto em maior número fossem, mais guarnição era exigida na praça para os defender a todos e mais artilharia dispersa ao longo da praça iriam exigir. E claramente percebemos que havia escassez de artilharia e de homens aptos para a guerra.

Portanto, Langres primava pela elaboração de fortificações de perímetro pequeno, com poucos baluartes e portas (edificando-se apenas as imprescindíveis para entrada de mantimentos e tropas auxiliares, ou para fuga de quem se encontrava dentro do perímetro defensivo, em caso de inevitável conquista). Além disso, sempre que possível, deveriam desenvolver-se obras exteriores complementares à fortificação principal, quer as adossadas, como revelins, hornaveques ou meias-luas, quer as mais distantes, nomeadamente os fortes. Por norma, estes últimos elementos de defesa eram implementados a alguns metros de distância da fortificação principal, encontrando-se entre portas, para ajudar na defesa em tempo de ataque, permitindo um tiro mais direto ao inimigo que estivesse a atacar a praça.

Por seu turno, Cosmander optava preferencialmente pela destruição dos elementos pré-existentes, representando alguma fragilidade no que respeitava à defesa das praças e dos seus moradores (que por norma auxiliavam nos trabalhos de defesa), quer em termos construtivos, quer em termos monetários, ou mesmo em termos de defesa em caso de invasão. Além disso, destruir o já existente significava mais tempo e dinheiro, requerendo o esforço da população para maior cobrança de impostos e sacrificando o apoio dos exércitos ativos na fronteira e das guarnições, privando-o ainda de armas, cavalos e mantimentos. Não era possível o esforço ser equiparado em todos os campos de defesa; por isso, no que tocava às fortificações, o Conselho de Guerra tinha que primar pelo mais prático, rápido e eficaz em termos defensivos. Em tempo de guerra ativa não era propriamente a beleza ou perfeição que imperava, mas sim a sua eficácia e menor morosidade na execução. Por estes motivos, imperou a adaptação do existente, sempre que isso se revelasse possível.

Desta forma, percebemos porque o Conselho de Guerra optava pelos projetos de Langres para se executarem, muito embora o engenheiro militar francês quase nunca estivesse presente nos trabalhos de fortificação das praças, por circular por todo o Alentejo adaptando os seus projetos. Esse foi precisamente um ponto a favor do contributo deste engenheiro militar: por circular pelos locais necessários a defender no Alentejo, Langres mostrou ter extremo conhecimento do terreno e do curso do rio Guadiana, pelo que os seus projetos primavam pela necessidade real de defesa de cada local que projetou. No entanto, este foi um dos motivos pelos quais o reino português podia temer a aliança deste engenheiro militar com os castelhanos, a partir de abril de 1660: tinha pleno conhecimento do território alentejano e seus declives, dos portos do rio Guadiana, dos seus caudais e afluentes, e por conseguinte, das defesas (atalaias, fortins e demais pontos fortificados), não tanto do efetivamente construído no terreno, porque até meados de 1647 tivemos grande influência de Cosmander (que se aliando ao inimigo ainda que involuntariamente, também causou dano em termos do efetivamente construído no terreno, por ter grande conhecimento das obras; porém a sua morte prematura não trouxe grande entrave à defesa do reino português) e Gilot em termos construtivos, mas em termos de perfil do sistema, entradas e pontos cegos das fortificações e baluartes. Langres teria pleno conhecimento de como ofender as praças alentejanas, dado que ele fora o autor dos projetos principiadados desde o início do conflito.

Em termos de obras práticas (entenda-se, no terreno), quase todas foram entregues a Cosmander como verificámos, outras a Gilot ou Saint-Colombe. Assim, verifica-se sempre uma adaptação dos projetos mais simplistas de Langres ao método holandês de Cosmander e Gilot, que procederam à implementação desses projetos e tornaram algumas das defesas bastante imponentes com maior resistência ao ataque do inimigo, e lhes anexaram uma das defesas primordiais das fortificações principais e fortes: os fossos (tinham fossos as praças de Olivença, Juromenha, Elvas, Estremoz, Vila Viçosa, Campo Maior, Arronches e Avis – esta última era defendida por fosso natural por ser rodeada pela ribeira do Maranhão). Não esqueçamos que a fortificação holandesa tendia constantemente para uma procura de soluções visando uma melhoria de defesa do fosso, necessitando estes de constante reforço. Por este motivo, a maioria das fortificações alentejanas possuía fossos profundos, mas secos, devido à natureza do terreno. Além da defesa natural de Avis, na fortificação de Campo Maior o fosso tinha um setor com capacidade para ser inundado pela confluência de três cursos de água provenientes do rio Caia. Era a única fortificação que, no Alentejo, tinha fosso aquático.

Embora alterados e destruídos alguns elementos dos conjuntos a que pertenciam, chegaram até aos nossos dias ótimos vestígios destas fortificações que nos permitem efetuar uma comparação com os projetos supracitados e com o que foi de facto elaborado no terreno.

Passemos, neste âmbito, à análise dos projetos de Langres, porque foi a partir deles que se iniciaram as obras de fortificação no Alentejo. A nossa análise tem por base os seus desenhos (destacando os perímetros exteriores e interiores das fortificações), efetuando a ligação com o que subsiste no terreno, para detetarmos e justificarmos a premissa que iremos defender ao longo deste capítulo, a de que não se evidencia uma obra-tipo de fortificação no Alentejo.

Sabemos que a primeira fase do conflito se centrou sobretudo entre as praças mais próximas da fronteira, nomeadamente entre Olivença e Arronches.

Desta forma, relembremos o período inicial de adaptação de cada uma das fortificações alentejanas: a praça de Avis começou por ser adaptada ao modelo abaluartado em finais de 1640; a construção da fortificação de Olivença iniciou-se em 1641; no mesmo ano foram adaptadas as defesas de Elvas, Campo Maior, Monforte, Ouguela, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Évora; as adaptações em Vila Viçosa iniciaram-se em 1642; em Estremoz as obras de adaptação tiveram início em 1643; em Juromenha, Monsaraz e Beja, em 1644; em Moura, em 1645; no ano seguinte, tiveram início as adaptações de Barbacena, Arronches e Nisa; em 1649 iniciaram-se as adaptações de Marvão; e, por fim, em 1650, as de Serpa.

Iremos focarmo-nos na análise das fortificações tendo em conta a sua orientação sul-norte no território alentejano: Serpa, Beja, Moura, Mourão, Monsaraz, Évora, Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Elvas, Estremoz, Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela, Arronches, Avis, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa.

1.1. Modelo defensivo de Serpa

A praça de Serpa era de recinto pequeno e não era considerada defesa prioritária no Alentejo. Embora se situasse na 1.^a linha de defesa por estar próximo da localidade de Paymogo, na Extremadura, tal como verificámos anteriormente, praticamente não foi palco de investidas por parte do inimigo. Precisamente por esse motivo, pertence ao 3.^o aglomerado de defesa durante o conflito (**Fig. 36**).

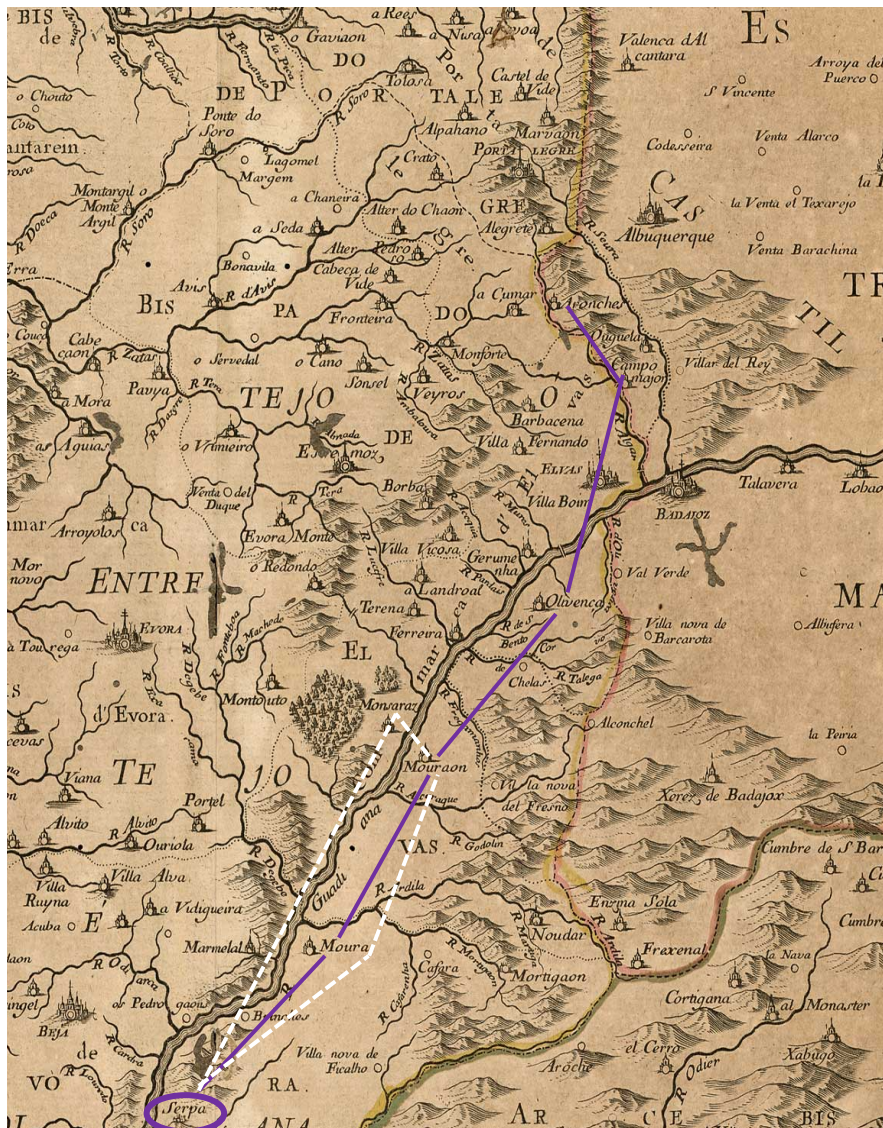


Fig. 36

Localização da praça de Serpa, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1.ª linha de defesa do território alentejano e com o 3.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

As antigas defesas de Serpa após projetos de Langres e Saint-Colombe, foram dotadas apenas de um forte, denominado de São Pedro, somente concluído em 1668, no fim do conflito, cujos baluartes defendiam a igreja do Salvador e toda a praça¹⁵⁴³. Pela análise do seu perfil verificava-se uma fortificação estrelada bastante irregular (**Fig. 37**).

¹⁵⁴³ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadro 12. Fortificação de Serpa: balanço das obras e estruturas (1640-1668), pp. 275-276; Anexo IV – Fotografias, Defesas de Serpa, pp. 333-334.

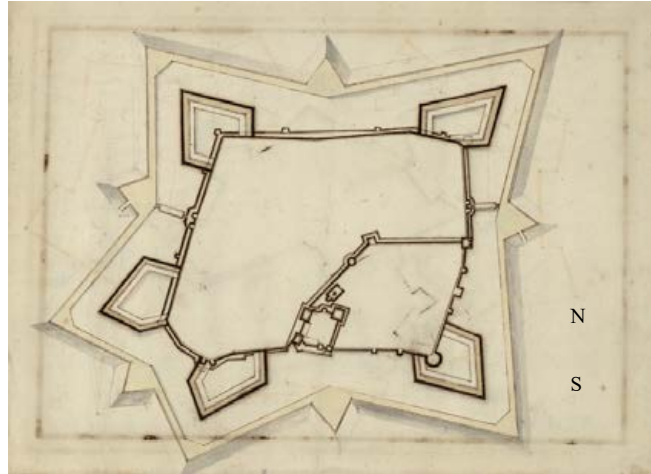


Fig. 37

Perímetro externo e interno da fortificação de Serpa, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 22. BNP-BND:
<http://purl.pt/15387/3/#/33>

Através da análise da documentação da época, concluímos que as obras na praça de Serpa se desenvolveram em quatro períodos: entre 1640 e 1649; entre 1650 e 1654; entre 1655 e 1664; e entre 1665 e 1668¹⁵⁴⁴.

O primeiro período (1640-1649), apenas corresponderá a cerca de 2% de intervenção porque foi neste período que começam as preocupações com a fortificação da praça. Porém, nada de significativo foi efetivamente concretizado. Apenas nos dois períodos seguintes, entre 1650 e 1664, se denotam intervenções que estimamos corresponderão a um total de 46% por cada fase das campanhas de obras. Foi essencialmente na fase de 1655 e 1664 que as obras avançaram, materializando-se nos baluartes que defendiam a dita igreja do Salvador.

Pelo contrário, na última fase do conflito armado, entre 1665 e 1668, a prioridade dada à defesa desta praça alterou-se, decrescendo para cerca de apenas 6% das campanhas de obra, pois esta era considerada demasiado dispendiosa para se continuar, e uma vez que não detinha manifestação de interesse por parte do inimigo, interromperam-se as suas obras, não ficando concluída.

Do forte de São Pedro são poucos os vestígios que sobreviveram, pois, o forte esteve sitiado pelo capitão-general do exército Francisco María Téllez Girón y Benavides (1678-1716), duque de Ossuna, em 1707, no contexto da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714). Pela análise da parte das antigas defesas edificadas na rua de São Pedro,

¹⁵⁴⁴ Cf. Vol. II, Anexo II - Gráfico 1. A fortificação de Serpa: balanço global das campanhas de obra (1640-1668), p. 290.

observa-se a existência de vestígios da fortificação abaluartada, que aproveitou parte da antiga cerca, flanqueando-a com cinco baluartes, dos quais apenas subsiste a cota de base.

1.2. Modelo defensivo de Beja

Ao contrário de Serpa, a praça de Beja era uma defesa interior e de retaguarda. Como verificámos, pertencia à 5.^a linha de defesa pelo seu afastamento relativamente à fronteira, e ao 5.^o aglomerado de defesa, desempenhando as suas funções de defesa apenas se o inimigo tivesse conquistado as praças que a antecediam, ou caso fosse necessário albergar os moradores das zonas vizinhas (Fig. 38).

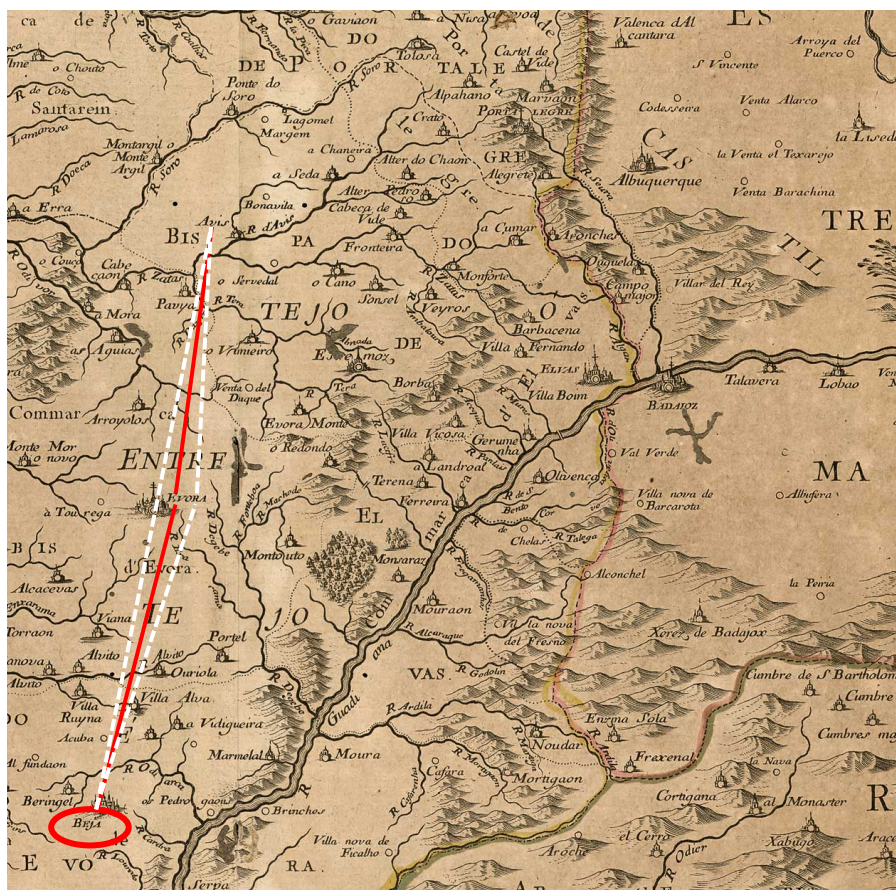


Fig. 38

Localização da praça de Beja, face à sua proximidade com a fronteira da Extremadura, interligando com a 5.^a linha de defesa do território alentejano e com o 5.^o aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Em Beja os seus baluartes foram construídos em alvenaria, sendo de grande

extensão, por Lassart, Gilot, Langres e seu filho¹⁵⁴⁵.

As obras nesta fortificação decorreram durante três fases: nomeadamente, 1644-1649, 1650-1657, e 1658-1668¹⁵⁴⁶.

A primeira fase corresponde a cerca de 38% do total das obras nesta fortificação, e diz essencialmente respeito ao início das defesas a cargo de projeto de Langres. Neste período, constituiu-se uma fortificação irregular (**Fig. 39**), embora o terreno fosse pouco acidentado, por ser ligeiramente superior às vastas campinas. Os seus baluartes revelaram-se de grande extensão e a obra mantém as portas oriundas da antiga defesa, nomeadamente as portas de Évora, Moura, Avis, Mértola e Porta Nova. Este elevado número de portas, sendo o perímetro da defesa consideravelmente pequeno, poderia ter representando uma fragilidade grave na defesa da praça.

A segunda fase de intervenções, no ano de 1658, foi novamente protagonizada por Langres e seu filho, com contributo essencial de Lassart, Saint-Colombe e do conde do Prado. Denota-se um grande incentivo por parte da Coroa na conclusão desta obra, representando as intervenções cerca de 46% da intervenção total.

No entanto, no último período de campanha, as obras pararam durante seis anos, mais uma vez, por falta de dinheiro. Apenas a partir de 1664 se deu novo incremento à obra, por intervenção de Luís Serrão Pimentel e do general Agostinho de Andrade Freire, voltando a parar pouco depois pelo mesmo motivo.

Teria possibilidades de ter sido uma das melhores fortificações da Europa, pela sua localização e por ser o terreno vasto e amplo, tal como indicado por José Romão da Cruz em meados do séc. XVIII. Terminada a guerra, tal não se verificou, ainda que tenha usufruído de novas intervenções de Luís Serrão Pimentel, mas a falta de dinheiro não permitiu desenvolver a defesa que se pretendia para este local.

“(...) onze legoas ao Sul da cidade de Évora, e duas legoas, ou pouco mais para a parte da quem do Rio Guadiana (...), situada em hum terreno não escabrozo, nem muito eminente, mas suavemente superior a humas vastíssimas campinas que a cercão: em consequência do que seria uma das boas Fortalezas da Europa, se estivesse regularmente fortificada”¹⁵⁴⁷.

¹⁵⁴⁵ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 13. Fortificação de Beja: balanço das obras e estruturas (1644-1668), p. 276; Anexo IV – Fotografias, Defesas abaluartadas de Beja, pp. 334-336.

¹⁵⁴⁶ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Gráfico 2. A fortificação de Beja: balanço global das campanhas de obra (1644-1668), p. 290.

¹⁵⁴⁷ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 19. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203, pp. 228-245.

Por testemunho de maio de 1765, sabemos que os baluartes não se encontravam ainda acabados, estando alguns em fase final de construção, outros apenas delineados, formados apenas por amontoados de terra que serviam de reparo. Da mesma forma, as cortinas que uniam esses baluartes não estavam completamente construídas¹⁵⁴⁸.



Fig. 39

Perímetro externo e interno da fortificação de Beja, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 21. BNP-BND:
<http://purl.pt/15387/3/#/33>

Atualmente, subsistem apenas alguns vestígios das intervenções abaluartadas, nomeadamente extensões do baluarte que rodeia a cerca de São Francisco, onde se localiza o jardim público, bem como linhas de parapeito e ângulos de um outro baluarte, que lhe está próximo. A defesa abaluartada foi bastante sacrificada pela expansão da malha urbana extramuros, sacrificando-se panos de muralha.

1.3. Modelo defensivo de Moura

Tal como o caso de Serpa, Moura considera-se uma praça fortificada da primeira linha defensiva por proximidade à fronteira castelhana. No entanto, a importância mediana que lhe foi dada durante o conflito, leva-nos a colocar esta praça no 3.º aglomerado de defesa (**Fig. 40**).

¹⁵⁴⁸ Cf. *Planta das fortificações de Beja antigas e modernas*, por Félix Caetano da Silva, in *Memórias Históricas das Antiguidades da Cidade de Beja*; Manuel Goes, 1945: *Beja: XX séculos de história de uma cidade*, Beja, CMB, 1999, vol. 1.

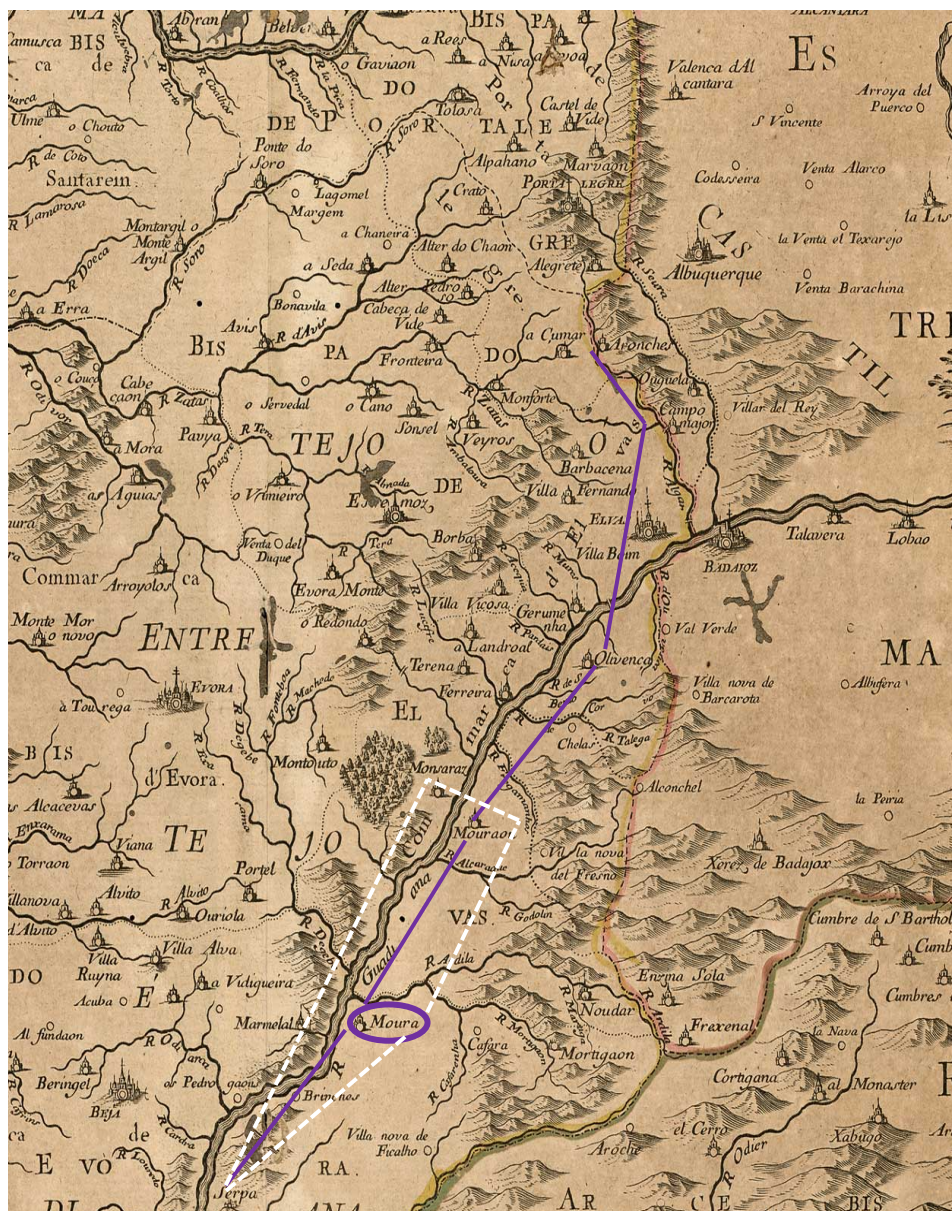


Fig. 40

Localização da praça de Moura, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1.ª linha de defesa do território alentejano e com o 3.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

A fortificação de Moura foi dotada com oito revelins, irregularmente distribuídos (Fig. 41), por obra de Lassart, Langres e Cosmander¹⁵⁴⁹. Constituiu-se por um recinto grande, que prima por alguma regularidade.

As campanhas de obra terão decorrido em quatro fases: de 1640 a 1646; de 1647 a 1653; de 1654 a 1661; e 1662 a 1668¹⁵⁵⁰.

¹⁵⁴⁹ Cf. Vol. II, Anexo III – Quadros e Gráficos, Quadro 14. Fortificação de Moura: balanço das obras e estruturas (1640-1668), p. 277; Anexo IV – Fotografias, Defesas abaluartadas de Moura, pp. 336-342.

¹⁵⁵⁰ Cf. Vol. II, Anexo III – Quadros e Gráficos, Gráfico 3. A fortificação de Moura: balanço global das campanhas de obra (1640-1668), p. 290.

Na sequência de sucessivos ataques à praça, a partir de 1644 incrementou-se o incentivo financeiro para desenvolvimento da sua fortificação abaluartada. As obras do recinto tiveram início em 1645, estando a supervisão das mesmas a cargo de Cosmander. Mas, em 1646, deu-se a estagnação das mesmas por falta de dinheiro, pelo que este primeiro período de campanhas de obra poderá ser entendido como representando apenas uma percentagem de 8% de um total verificado para esta praça ao longo do conflito.

No segundo período, entre 1647 e 1653, as dificuldades em fortificar esta praça acentuaram-se bastante, pelo que podemos ponderar apenas uma intervenção de 1%. As obras cessaram por completo e passaram para segundo plano em detrimento das praças prioritárias: Olivença, Elvas e Juromenha. Apenas entre 1649 e 1653, Cosmander ponderou numa opção de fortificação mais económica, através da utilização de pedra e barro, para poder proceder às obras de imediato.

Seguindo estes princípios, foi precisamente no período seguinte, entre 1654 e 1661 que as obras nesta fortificação avançaram de forma considerável e eficaz, perspetivando-se um total de 53% de intervenções. A praça de Moura passou a ganhar importância tendo que ser urgentemente fortificada. Em 1657, Langres projetou a obra, dispondo a defesa da povoação com a construção de oito revelins irregulares. No mesmo ano, Lassart ficou encarregue da obra no terreno e, entre 1658 e 1661, a obra cresceu substancialmente a cargo de Saint-Colombe. Precisamente neste período a fortificação foi dotada de cinco baluartes terraplanados¹⁵⁵¹ (constituídos por duas faces e dois flancos¹⁵⁵²), e três meios-baluartes (constituídos por uma face e dois flancos¹⁵⁵³), nomeadamente, os baluartes de Santa Catarina (dotado de duas faces e dois flancos), dos Quartéis, da Boavista ou de São Francisco, do Alto ou do Fojo, da Muralha Nova ou dos Cágados e, os meios-baluartes do Jardim ou do Lago, do Castelo e o do Carmo ou das Fontainhas¹⁵⁵⁴.

O meio-baluarte do Castelo ligava-se por cortina ao meio-baluarte do Jardim; este, por seu turno, ligava-se por cortina ao baluarte de Santa Catarina; este último ligava-se por cortina ao baluarte dos Quartéis; existiria também cortina a ligar o baluarte dos Quartéis ao do Alto, e este, por seu turno, ligava-se ao da Boavista; este, ao da Muralha Nova; este último baluarte interligava-se por cortina ao meio-baluarte das Fontainhas, na

¹⁵⁵¹ ANTT, *Memórias Paroquiais da freguesia de Santo Agostinho...*, p. 1731.

¹⁵⁵² Santiago Macias, Vanessa Gaspar, *Fortificações Modernas...*, pp. 19-23.

¹⁵⁵³ *Idem*, pp. 18-19.

¹⁵⁵⁴ *Idem*, pp. 18-24.

qual se situava a porta do Carmo¹⁵⁵⁵; que, por sua vez, também se ligava por cortina ao meio-baluarte do Castelo¹⁵⁵⁶.

Junto ao baluarte de Santa Catarina situavam-se dois revelins; entre os baluartes dos Quartéis e do Alto, situava-se outro revelim; entre este último e o da Boavista, existia um revelim em frente ao convento de São Francisco, estando, por conseguinte, outros três revelins junto à porta de São Francisco e entre os baluartes da Muralha Nova e das Fontainhas e o meio-baluarte do Castelo¹⁵⁵⁷, para proteção dos anteriores.

Relativamente às obras exteriores, estas foram essenciais devido à dificuldade de defesa da praça pelo seu posicionamento no terreno. Como tal, optou-se pela construção de uma contraguarda em frente ao baluarte do Alto; do forte de São Pedro Massa na margem esquerda da ribeira das Lavadeiras, dominando a zona mais vulnerável da praça; e no hornaveque construído junto à porta de São Francisco¹⁵⁵⁸.

Este último foi obra do engenheiro militar francês barão de Silincourt¹⁵⁵⁹, em 1662, portanto já inserido no último período de campanhas de obras. Juntamente com este engenheiro, trabalharam nesta fortificação com o posto de ajudantes de engenheiro, os portugueses André Fialho e Sebastião de Sousa¹⁵⁶⁰.

Embora Silincourt idealizasse o reforço de toda a praça, tal proposta não foi possível de realizar dada a urgência da situação de guerra e os gastos monetários que tal encargo traria novamente¹⁵⁶¹, pelo que as obras deste último período ainda assim corresponderam a cerca de 38% das intervenções totais na praça.

Podemos destacar que o resultado final do projeto de fortificação seguia, na sua maioria, o que havia sido proposto por Langres¹⁵⁶², tratando-se, ao mesmo tempo, de um exemplo da conjugação de intervenções de diversos engenheiros, quase todos estrangeiros, no período de conflito.

¹⁵⁵⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais da freguesia de Santo Agostinho...*, p. 1732.

¹⁵⁵⁶ Santiago Macias, Vanessa Gaspar, *Fortificações Modernas...*, pp. 24-25.

¹⁵⁵⁷ *Idem*, p. 25.

¹⁵⁵⁸ *Idem*, pp. 25-26.

¹⁵⁵⁹ “(...) muito experimentado nas fortificações, e Architectura, e outras Sciencias Mathematicas”. *O Conselho de Guerra vendo esta Capitulação...*, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 174**, pp. 177-179.

¹⁵⁶⁰ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política...*, Vol. VIII, p. 602. Santiago Macias, “Moura, Fortificações Modernas...”, p. 16.

¹⁵⁶¹ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História orgânica e política...*, Vol. XVI, p. 125.

¹⁵⁶² Fernando Branco Correia, “Fortificações Modernas...”, pp. 61.



Fig. 41

Perímetro externo e interno da fortificação de Moura, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 16. BNP-BND:
<http://purl.pt/15387/3/#/33>

Em 1688, por informação de Francisco de Meneses para D. Pedro II, sabemos que as defesas de Moura foram alvo de reestruturação em 1684. As novas obras não foram vistas de forma favorável, salientando-se que os engenheiros militares implicados na mesma não a dispuseram de forma adequada, não tendo o limite da fortificação ocupado o local como convinha. Além disso, não se poderia dar relevância nem revestir de muralha o flanco do baluarte da Lavadeira, próximo da porta do Carmo, até ao flanco do baluarte de São Francisco, junto da porta Nova, “*porque ainda, que esta neste sítio subsiste mais quatro, ou seis braços do que esta disposto, nunca podia cubrir a Praça*”¹⁵⁶³. Sendo que, embora os engenheiros considerassem que podiam flanquear esta zona com uma obra corna de dois baluartes no meio e dois meios no seu extremo, “*ainda assy a não salvão*”¹⁵⁶⁴. Segundo o dito Francisco, no projeto da dita obra corna era violada uma das principais máximas da fortificação: que as partes próximas ao centro ficassem mais salientes do que as que estivessem afastadas, “*porque todas as fortificações exteriores hande estar descobertas, e determinadas das interiores*”¹⁵⁶⁵. No projeto da obra, as partes próximas da praça ficavam mais baixas que as que lhe estavam mais afastadas, não podendo efetuar-se a interligação de defesa entre a fortificação principal e a obra exterior. Ganhando-se a obra corna, não era possível a defesa a partir da parte de dentro da praça:

¹⁵⁶³ *Parecer de Francisco de Meneses para D. Pedro II sobre as máximas pelas quais se devem guiar os engenheiros militares relativamente ao que se constrói nas fortificações para defesa das ações de sítio, tendo em conta o especial caso da fortificação de Moura*. 14 de novembro de 1688. British Library, Add. Ms. 20958, ff. 64-68v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 201**, pp. 222-225.

¹⁵⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁶⁵ *Ibidem*.

“a Coroa fica tão superior a ella, que se descobre toda a muralha em claro, mas todas as cazas da Villa ficão descobertas, e expostas a ponto fixo as baterias da Artilheria, e se as obras exteriores se fazem para apartar o inimigo do Corpo da Praça, e para ganhar com ella tempo; aquy não he assy”¹⁵⁶⁶. Desta forma, outra máxima dos princípios de fortificar era quebrada: é preferencial a defesa a dobrar, do que apenas uma defesa.

Como se verifica, após a Guerra da Restauração, continuavam os investimentos nas obras das fortificações do Alentejo, temendo-se ameaças por parte dos castelhanos. E, evidentemente, os projetos eram alvo de discussão.

Do reforço abaluartado de Moura subsistem quatro troços de muralha, dos quais fazem parte os baluartes citados. Tal como em Serpa, as muralhas de Moura sofreram danos aquando da retirada do duque de Ossuna, em 1707, no contexto de Guerra de Sucessão Espanhola. Além disso, o recinto abaluartado também ficou estruturalmente afetado com o terramoto de 1755, tal como aconteceu com o conjunto abaluartado de Évora.

1.4. Fortificação abaluartada de Mourão

Comparativamente às praças de Serpa e Moura, Mourão pertencia à 1.^a linha de proximidade à fronteira da Extremadura, mas por não ser determinante em termos de defesa do reino, enquadra-se no 3.^o aglomerado de defesa (**Fig. 42**).

Ao contrário de Serpa, nas defesas abaluartadas de Mourão denota-se claramente a influência de Cosmader¹⁵⁶⁷. Inicialmente, as defesas foram desenvolvidas por Saint-Colombe e Langres, mas apenas no que se pode considerar uma segunda fase de intervenção na praça (entre 1657 e 1660)¹⁵⁶⁸. Isto porque, antecédida de uma primeira fase, entre 1647 e 1656, da qual apenas nos consta a preocupação em se fortificar Mourão, não se concretizou qualquer projeto de fortificação por se dar importância urgente às praças mais próximas da fronteira castelhana. Entretanto, a praça passou para a posse dos castelhanos no verão de 1657, pelo que apenas após a sua reconquista, a partir de 1658, os referidos engenheiros militares envolveram o antigo castelo por dupla cintura de

¹⁵⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁶⁷ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadro 15. Fortificação de Mourão: balanço das obras e estruturas (1647-1663), pp. 277-278; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Mourão, pp. 343-349.

¹⁵⁶⁸ Cf. Vol. II, Anexo II - Gráfico 4. A fortificação de Mourão: balanço global das campanhas de obra (1647-1663), p. 291.

muralhas concêntricas amplas e imponentes¹⁵⁶⁹, adaptadas ao tiro de nível horizontal, projetadas em planta poligonal e irregular, dotada de quatro baluartes, um em cada um dos seus ângulos, formando por esse motivo um quadrado defensivo¹⁵⁷⁰ (**Fig. 43**), com fosso e estrada coberta. Na zona noroeste e sudoeste da fortificação localizam-se dois revelins pontiagudos¹⁵⁷¹. No projeto de Langres haveria ainda a existência de um outro revelim, a sul¹⁵⁷². Pela imponência das obras e elementos construídos, reflete-se numa intervenção de obra de cerca de 61%, entre 1657 e 1660.

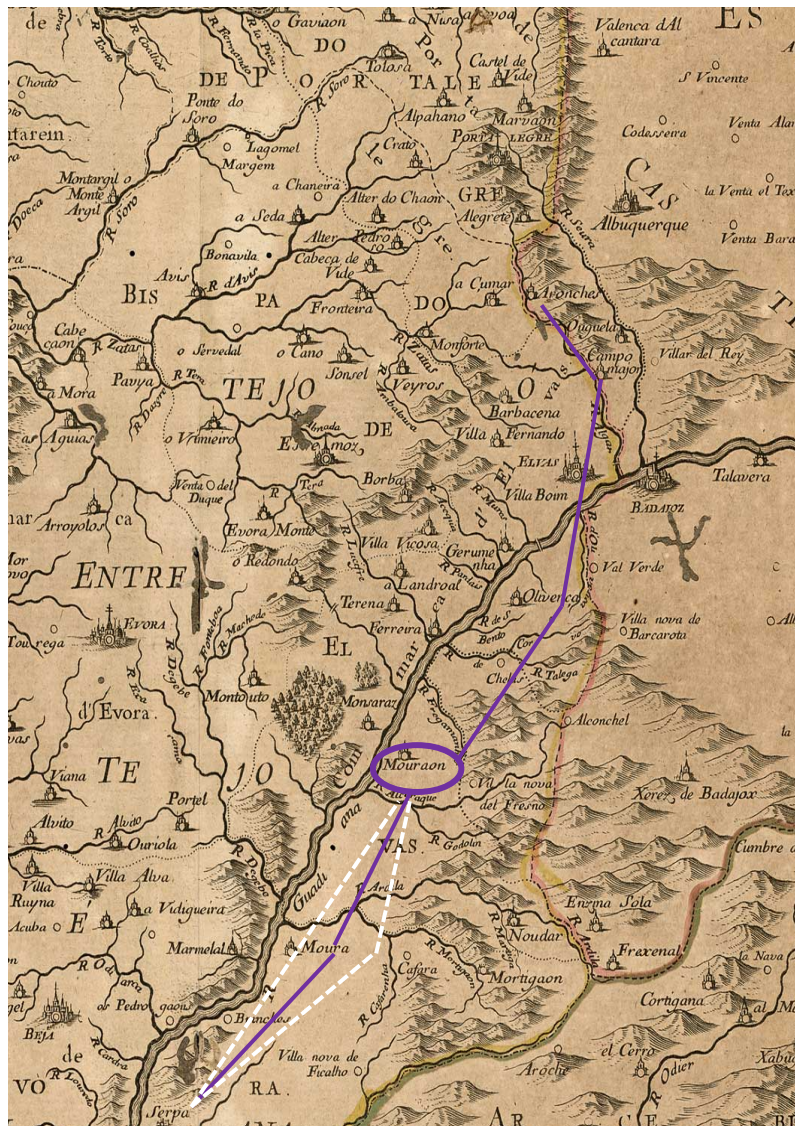


Fig. 42

Localização da praça de Mourão, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1.ª linha de defesa do território alentejano e com o 3.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

¹⁵⁶⁹ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹⁵⁷⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais de Mourão, Elvas...*, f. 1776v.

¹⁵⁷¹ *Idem*, ff. 1776v-1777.

¹⁵⁷² Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones...”, p. 104.

Entretanto, na última fase de campanha de obras, entre 1661 e 1662, efetuaram-se reparos no interior da fortificação, melhorando-se as condições para a sua guarnição, e o arquiteto João Nunes Tinoco implantou seis atalaias para a flanquearem.

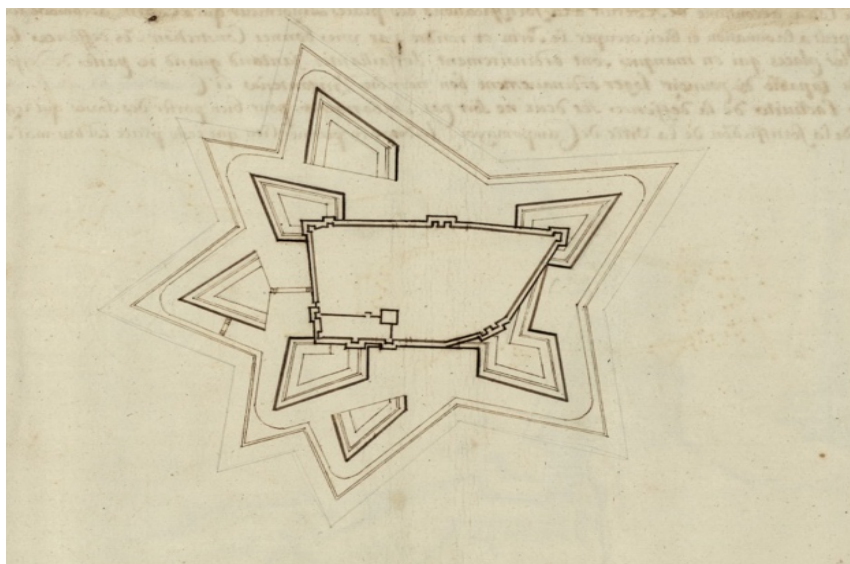


Fig. 43

Perímetro externo e interno da fortificação de Mourão, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 18. BNP-BND:
<http://purl.pt/15387/3/#/33>.

O perímetro da fortificação de Mourão subsiste na sua totalidade. No entanto, os panos de muralha estão bastante aterrados e os baluartes rotos e desgastados.

1.5. Fortificação abaluartada de Monsaraz

A praça de Monsaraz pertencia à 2.^a linha de proximidade relativamente à fronteira com Castela, representando uma defesa mediana, que entendemos corresponder ao 3.^o aglomerado de defesa (**Fig. 44**).

O reforço inicial de Monsaraz¹⁵⁷³, que se deu entre 1644 e 1650¹⁵⁷⁴, foi efetuado por Langres e Gilot e incidiu essencialmente a sudoeste da cerca medieval da praça, sendo

¹⁵⁷³ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 16. Fortificação de Monsaraz: balanço das obras e estruturas (1644-1668), p. 278; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Monsaraz, pp. 350-366.

¹⁵⁷⁴ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Gráfico 5. A fortificação de Monsaraz: balanço global das campanhas de obra (1644-1668), p. 291.

composto por um revelim de três baluartes, antecedidos por escarpada de cortina e flanqueados pelo hornaveque de São Bento de Monsaraz¹⁵⁷⁵, conectado por túneis, de planta retangular e pelos baluartes do Castelo e de São João Batista. Este modelo defensivo foi dotado de quatro portas: a da Vila, de Évora (a norte), de Alcoba (a sul) e a do Buraco ou da Cisterna (a sudoeste), destinada à proteção da cisterna¹⁵⁷⁶. A manutenção desta defesa foi efetuada por Luís Serrão Pimentel na última fase do conflito, entre 1657 e 1668.



Fig. 44

Localização da praça de Monsaraz, face à sua proximidade com a fonteira com a Extremadura, interligando com a 2.ª linha de defesa do território alentejano e com o 3.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

¹⁵⁷⁵ Antónia Fialho Conde, Maria Vergínia Henriques, Nuno Guiomar Gracinhas, “Análise dos espaços...”, p. 9.

¹⁵⁷⁶ Cf. SIPA: Processo IPA.00030751 (PT040711030048) - Fortificações de Monsaraz: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30751 (consult. 15 nov. 2019).

Atualmente ainda se identificam as semelhanças com o projeto inicial, sendo que Pimentel terá empreendido obras de reestruturação e implementação do já construído. Note-se que, existia, além do castelo medieval, toda uma cintura da mesma época que rodeava a população. Fora da porta de Évora formou-se o arrabalde, que viria a ser defendido pelo hornaveque de São Bento e pelo baluarte de São João Batista. O projeto abaluartado de Langres (**Fig. 45**) por certo não se realizou na totalidade, uma vez que de acordo com o subsistente a vila ficou com as defesas reforçadas nos espaços virados para Espanha, para a zona do rio Guadiana, para a passagem das barcas, e não para o lado do território português.

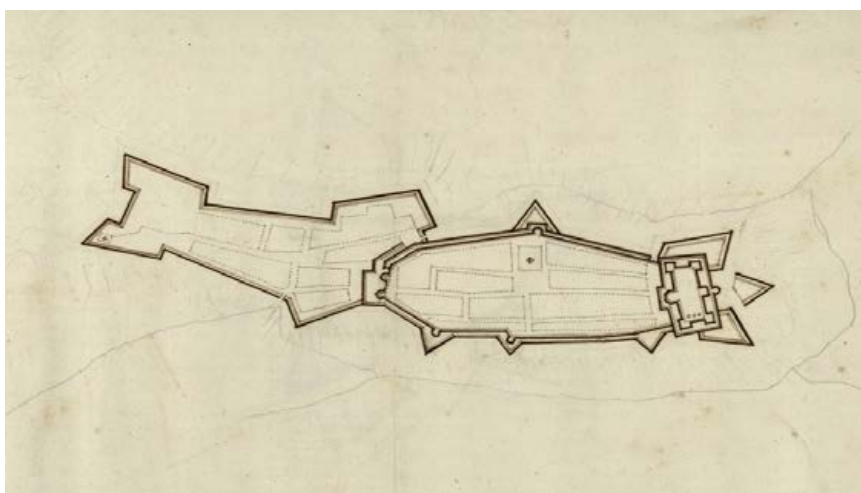


Fig. 45

Perímetro externo e interno da fortificação de Monsaraz, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 19. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

1.6. Conjunto abaluartado de Évora

Tal como Beja, a praça de Évora representava uma defesa de retaguarda dos aglomerados que a antecederiam que, por estar afastada da fronteira nos permite situá-la na 5.^a linha de proximidade, relativamente ao que às outras praças concerne (**Fig. 46**).



Fig. 46

Localização da praça de Évora, face à sua proximidade com a fronteira da Extremadura, interligando com a 5.^a linha de defesa do território alentejano e com o 5.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Em 1705, Antoine Coquart expressava que a praça de Évora estava revestida de boa muralha e de uma falsa-braga que rodeava a praça¹⁵⁷⁷, existindo alguns baluartes adaptados à muralha medieval, e dois fortes. O forte de Santo António, numa encosta, e o Forte dos Penedos, que lhe ficava mais abaixo¹⁵⁷⁸ (Fig. 47).

O primeiro terá sido principiado a edificar em 1650, durante a segunda fase das campanhas de obras na cidade¹⁵⁷⁹, quando o Conselho de Guerra deu ordem para a sua construção, com o intuito de proteger o convento de Santo António da Piedade¹⁵⁸⁰. O projeto inicial é da autoria de Langres (Fig. 48), tendo depois sofrido alterações sugeridas

¹⁵⁷⁷ “(...) il peut y avoir dans cette Place 3 ou 4000 Bourgeois ou habitants capables de se deffendre sans la Garnison”. Antoine Coquart, *Planta da fortificação de Évora*. BNP-BND: http://purl.pt/16992/2/cc-902-r.JPG/cc-902-r.JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 17 out. 2016).

¹⁵⁷⁸ “A mayor eminencia que a descobre, he hum sitio distante da muralha quinhentos pês, que vulgarmente se chama dos Penedos”. Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, f. 18.

¹⁵⁷⁹ Cf. Vol. II, Anexo II - Gráfico 6. A fortificação de Évora: balanço global das campanhas de obra (1641-1668), p. 291.

¹⁵⁸⁰ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, f. 18. Cf. Vol. II, Anexo III – Quadros e Gráficos, Quadro 17. Fortificação de Évora: balanço das obras e estruturas (1641-1668), pp. 278-280; Anexo IV – Fotografias, Conjunto abaluartado de Évora, pp. 366-378.

por Schomberg¹⁵⁸¹. No projeto de Langres a mudança de direção do aqueduto evidenciava-se quando este atravessava o forte junto à gola do baluarte, a sul: “*neste sitio pareceo fabricarse huma cidadela, obra que mais brevemente se poderia pôr na perfeição; a qual começamdose anos antes, não tinha mais defesa que a terra, que se havia levantado para dous baluartes, & sua cortina*”¹⁵⁸².

Tal como indicado por Antónia Fialho Conde, Juan Álvares de Colmenar, na sua visita a Évora, descreve a cidade essencialmente do ponto de vista militar, indicando-a como praça de armas, “*fortificada com treze bastiões e defendida por uma cidadela (forte de Santo António)*”¹⁵⁸³.

O traçado final do forte foi efetuado por autoria do general de artilharia Agostinho de Andrade Freire, que o reformou na totalidade durante a última campanha de intervenções, depois de 1665, ficando pronto na década seguinte, sob a assistência de Luís Serrão Pimentel, sendo constituído por quatro baluartes, com guaritas, e quatro revelins¹⁵⁸⁴.

Na planta de Langres não temos projetado o forte dos Penedos, mas este aparece representado na planta de Mallet, onde se identificam três baluartes avançados aos panos de muralha, numa obra de planta quadrada¹⁵⁸⁵.

O conjunto abaluartado de Évora foi dotado de sete baluartes, nomeadamente de São Bartolomeu, do Príncipe, do Conde de Lippe, do Picadeiro, do Assa, de Nossa Senhora de Machede e o dos Apóstolos.

O primeiro é composto por um redente de três pontas irregulares, aproveitando um cômodo natural. Tendo sido destruído nos assédios a Évora de 1663¹⁵⁸⁶, foi reconstruído parcialmente depois da publicação do *Regimento da Fortificação da Cidade de Évora*¹⁵⁸⁷, em 1682¹⁵⁸⁸.

De seguida, temos o baluarte do Príncipe, que se liga por cortina ao baluarte do Conde de Lippe, ambos projetados por Langres. A sua construção iniciou-se ainda sob a

¹⁵⁸¹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal...*, Vol. VII, p. 16.

¹⁵⁸² Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, f. 18.

¹⁵⁸³ Antónia Fialho Conde, “Roteiro 1. O Alentejo...”, p. 4. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 24 (Vista da fortificação de Évora, Juan Alvarez Colmenar, c. 1667)**, p. 313.

¹⁵⁸⁴ *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado.

¹⁵⁸⁵ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e projetos de fortificação, Planta 23 (Planta da fortificação de Évora, por Allain Manesson Mallet, c. 1667)**, p. 313.

¹⁵⁸⁶ Túlio Espanca, *Inventário Artístico...*, Vol. VII, 1966, p. 17.

¹⁵⁸⁷ Cf. transcrição do *Regimento em Ana Teresa de Sousa, O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta...*, Anexos I – Transcrição de documentos, Documentos 25, xli-xxlvii.

¹⁵⁸⁸ Túlio Espanca, “Libertação da cerca amuralhada de Évora”, in *A Cidade de Évora*, 1965-67, N.º 48-50, p. 173.

assistência do príncipe Teodósio na cidade, em 1651. Segundo Miguel Pedroso de Lima, analisando-se o seu troço, constata-se a presença de juntas de ampliação que indicam fases de crescimento distintas¹⁵⁸⁹, sendo este baluarte de construção sólida com cunhais reforçados por granito.

Já o baluarte do Conde de Lippe, construído no local da antiga porta do Rossio, é de construção coeva à última fase de construção do baluarte antecedente. Igualmente, possui os cunhais reforçados com granito e guaritas no mesmo material.

De tipologia também semelhante aos dois baluartes anteriores é o baluarte do Picadeiro, projetado pelo discípulo de Luís Serrão Pimentel, Diogo Pardo de Osório. Note-se que este baluarte apenas ficou concluído doze anos depois da guerra¹⁵⁹⁰.

Seguindo a cortina de muralhas, temos acesso ao baluarte do Assa, cujo volume se encontra bastante dissimulado por sucessivos aterros provocados pelas obras de urbanização envolventes, e embora já não apresentando guaritas, denota-se que a sua tipologia construtiva segue o modelo dos anteriores baluartes citados.

Pelo contrário, o baluarte que lhe sucede, denominado de Nossa Senhora de Machede, é de tipologia bastante diversificada, tendo por base construtiva a taipa com a alvenaria de pedra e tijolo¹⁵⁹¹. Terá sido projetado após primeira vitória de Lassart e Langres, entre 1640 e 1641, sendo que para a sua construção contribuíram as verbas da Mesa Episcopal, outorgadas por D. João Coutinho, e na sua planificação trabalharam conjuntamente os clérigos, governantes e povo da cidade¹⁵⁹².

Por fim, Évora tem o baluarte dos Apóstolos, ou baluarte dos Padres da Companhia, que tendo a sua fase inicial de construção antes do conflito armado, sendo ainda de influência construtiva italiana, tendo posterior intervenção e nova delimitação de Saint-Colombe durante a guerra, em 1660 e a última fase de construção apenas em 1680, nunca chegou a ser efetivamente concluído¹⁵⁹³. Segundo informação do Conselho de Guerra de D. Filipe III de Portugal, em janeiro de 1624:

“O Baluarte dos Padres da Companhia parece mais o fizeram para guarda da sua horta que para deffensa da Cidade, e saindosse fora e querendo que as paredes do seu jardim sirvão de escarpa a esta praça, estando senhores de duas portas para a Campanha muito fracas, e dado caso que estiveraõ muyto fortes, não convem (...) há mais que

¹⁵⁸⁹ Cf. Miguel Pedroso de Lima, *O Recinto Muralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado*, Évora, Estar Editora, 1996, pp. 62-63.

¹⁵⁹⁰ Túlio Espanca, *Inventário Artístico...*, Vol. II, p. 17.

¹⁵⁹¹ Miguel Pedroso de Lima, *O Recinto Muralhado...*, p. 59.

¹⁵⁹² Túlio Espanca, *Inventário artístico...*, Vol. VII, p. 17.

¹⁵⁹³ *Ibidem*.

sobre a muralha a Barbacã tem feito oficinas, e casas ocupando com ellas totalmente a defesa (...)”¹⁵⁹⁴.

Na prática, Évora constituía uma pequena praça um pouco elevada, possuindo forte defesa antecedente a Lisboa¹⁵⁹⁵.



Fig. 47

Fortificação de Évora, projeto de Antoine Coquart, 1705.

Fonte: Europeana: https://www.europeana.eu/mt/item/9200517/ark__12148_btv1b59669008

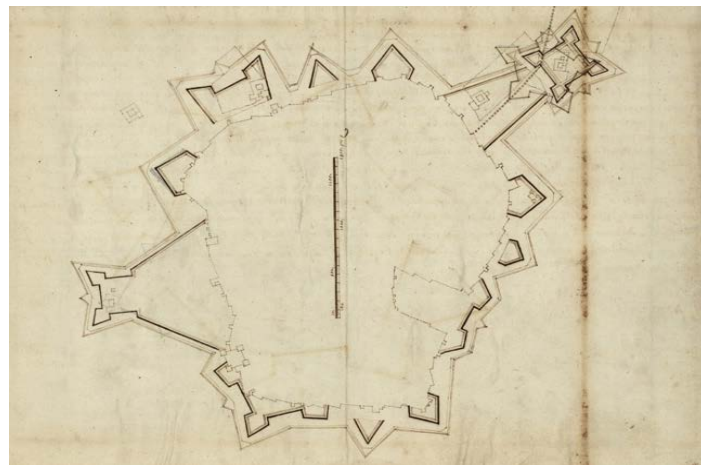


Fig. 48

Perímetro da fortificação de Évora, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 15.

BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

¹⁵⁹⁴ Cf. Fernando Cortés Cortés, “Subsídios documentais para o estudo das fortificações de Évora e de outras Praças militares alentejanas nos inícios da Guerra da Restauração”, in *A Cidade de Évora*, 1984-85, N.º 67-68, p. 199.

¹⁵⁹⁵ Juan Alvarez de Colmenar, *Les Delices de...*, vol. 4, p. 786. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 25 (Vista da fortificação de Évora, por Juan Alvarez Colmenar, 1707)**, p. 314.

Portanto, as fases de construção de Évora foram quatro: entre 1541 e 1647; 1648 e 1657; 1658 e 1662; 1663 e 1668¹⁵⁹⁶.

Pela documentação da época, indica-se que no decorrer do verão de 1641 já se haviam iniciado obras de reforço da defesa em Évora, nomeadamente no que concerne à construção do baluarte de Nossa Senhora de Machede. Mas apenas a partir de março de 1642, por intermédio de Lassart se inspecionaram novamente as defesas a adaptar. No entanto, o seu projeto considerado com dimensões elevadas e com cortinas e baluartes dispersos das antigas defesas fez atrasar as obras, trabalhando-se apenas nas suas trincheiras até finais meados de 1646. Nesse ano, procedeu-se á reparação das portas da antiga defesa e à manutenção dos panos de muralha existentes.

Durante a segunda fase de intervenções, a fortificação de Évora a cargo de Langres desde 1648, viu as suas defesas devidamente reforçadas pelo início da construção dos fortes dos Penedos e de Santo António, em 1650, e dos baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe, a partir de 1651.

No entanto, em maio de 1653, as obras pararam, sendo retomadas apenas no verão de 1657. Nesta data, o engenheiro Lassart foi novamente nomeado para efetuar um projeto de fortificação que complementasse os elementos de defesa iniciados por Langres. Mas as suas propostas foram consideradas morosas, pelo que se pediu que Langres retornasse a Évora. Retomou-se a planta deste engenheiro militar, mas não foi possível a Langres assistir permanentemente em Évora por necessidade de inspeção continua em outras praças alentejanas, nomeadamente em Beja. Pelo que se decretou que o filho de Langres, conjuntamente com o engenheiro Saint-Colombe retomassem as obras na fortificação. Este período entre 1648 e 1657 correspondeu a um total de 38% de intervenções na fortificação de Évora.

As duas fases seguintes correspondem a períodos mais escassos em termos de avanço nas obras. Notemos, entre 1658 e 1662, preveu-se um total de obras de cerca de 8%. Esta premissa assenta nas constantes alterações de projetos a que foi votada a fortificação, não se adiantando propriamente a sua construção. Foi proposto a Langres que, em setembro de 1659, efetuasse novo projeto para Évora. Este ficou sem efeito, porque no ano seguinte o engenheiro militar se aliou aos castelhanos. Tentou-se novo projeto através dos engenheiros Simon Jouquet e Jean Brivois. Considerado difícil de colocar em prática, nomeou-se Saint-Colombe para efetuar um outro projeto para a

¹⁵⁹⁶ Cf. Vol. II, Anexo II - Gráfico 6. A fortificação de Évora: balanço global das campanhas de obra (1641-1668), p. 291.

fortificação. Criticado por Luís Serrão Pimentel, este não avançou. Apenas na primavera de 1660 foi aprovado um projeto para Évora, da autoria do próprio Serrão Pimentel. As obras retomaram no final desse ano, dando-se prioridade à construção dos baluartes do Picadeiro e do Assa e à reformulação do baluarte dos Apóstolos, que neste período ficariam ainda incompletos.

A última fase de obras, entre 1663 e 1668, correspondeu a um avanço considerável, ao qual poderemos denotar uma percentagem de 23% das intervenções totais durante todo o período de guerra.

Durante a tomada da praça pelos castelhanos em maio de 1663 verificaram-se avanços significativos na continuação da edificação do Forte de Santo António. Provavelmente tendo em conta que o exército português não conseguiria reconquistar Évora, os castelhanos tentaram deixar este ponto defensável e apto para abrigar a sua guarnição nas jornadas até Lisboa, podendo recuar à praça se assim fosse necessário, ou receber reforços de Badajoz naquela praça interior.

Retomada Évora, efetuaram-se grandes obras de reparação das suas muralhas, nomeadamente no que concerne aos troços entre as portas de Alconchel e de Avis, englobando o baluarte de São Bartolomeu.

Todos os baluartes indicados subsistem na cidade de Évora, embora tendo sido separados da fortificação principal os baluartes dos Apóstolos e de São Bartolomeu, por sacrifício dos seus panos de muralha em detrimento do crescimento da malha urbana extramuros. O Forte dos Penedos já não existe, considerando-se que ficaria na zona do Rossio para proteger o flanco dos baluartes do Príncipe, do Conde de Lippe e do Picadeiro. No entanto, o Forte de Santo António prevaleceu, sendo bastante imponente e um dos melhores exemplos de arquitetura abaluartada no Alentejo interior, o que, em nossa opinião, tem a ver com o facto de ter sido alvo das intervenções que verificámos.

1.7. Fortificação abaluartada de Olivença

Olivença era uma das praças alentejanas mais próximas da fronteira com Castela, representando a maior preocupação em termos de defesa. Inserida no contexto do 1.º aglomerado de defesa (**Fig. 49**), sofreu investidas constantes por parte dos castelhanos, tendo sido inclusive conquistada em maio de 1657, como verificámos.

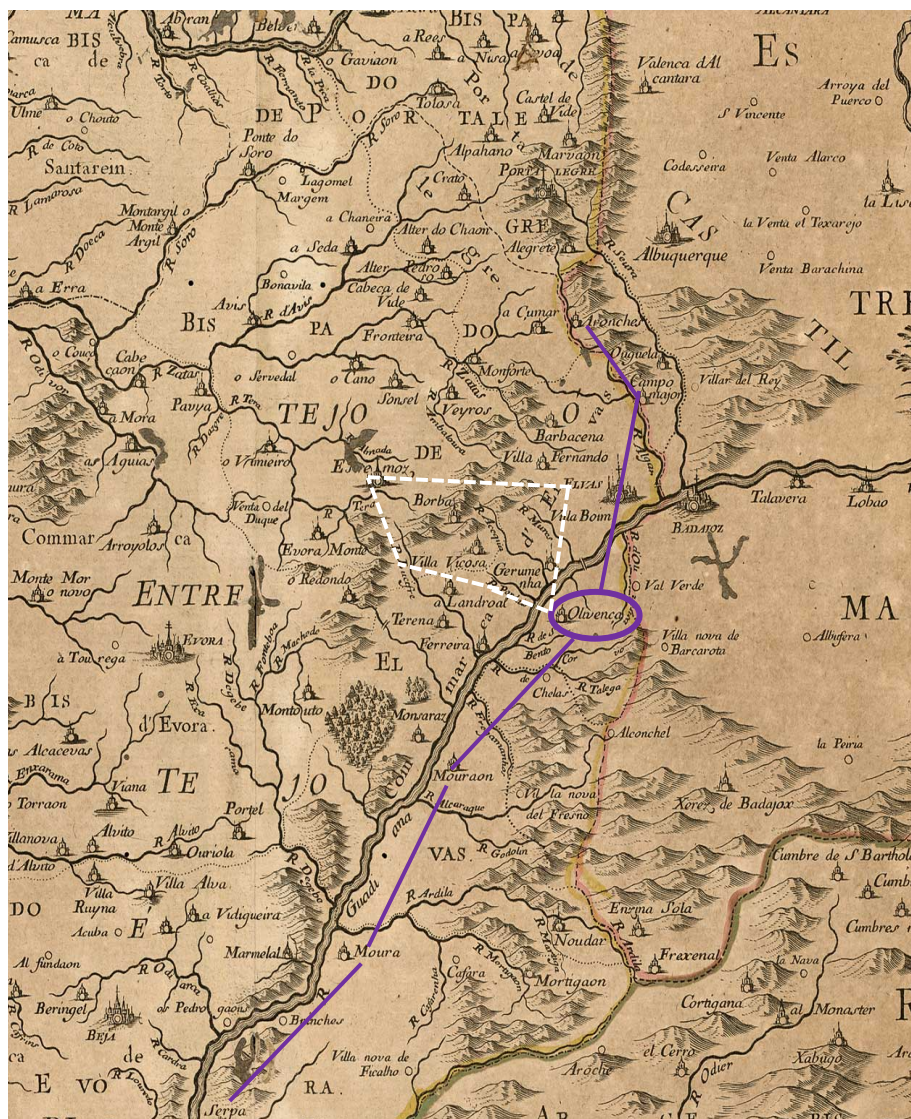


Fig. 49

Localização da praça de Olivença, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1.ª linha de defesa do território alentejano e com o 1.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

A praça-forte de Olivença, possui planta poligonal estrelada, de grande extensão (Fig. 50). Foi dotada de nove baluartes (Santa Quitéria, da Corna, Santa Ana [ou São João de Deus], da Rainha Governadora, São Pedro, da Cortadura, São Francisco, São Brás, do Príncipe) e de três portas (Santo António, Calvário e Porta Nova) [Fig. 51].

É imprescindível destacar a importância da construção holandesa ao nível desta fortificação. Notemos, Cosmander começou por projetar a fortificação de Olivença e, posteriormente, o engenheiro holandês Gilot ficou a cargo da mesma¹⁵⁹⁷. Na sua ausência,

¹⁵⁹⁷ O Governador Martim Afonso de Melo, refere-se a este engenheiro do seguinte modo: “*sem ser Portugues, (antes Vassalo dos Olandezes) diz o que nos convem e que no tempo presente se pode obrar*”. Carta do Conde de São Lourenço sobre Gilot, datada de 19 de Fevereiro de 1648, inclusa em Consulta do Conselho de Guerra sobre as fortificações e artilharia das praças fortes do Alentejo. ANTT, Conselho de

o Conselho de Guerra tentou transitar o cargo deste engenheiro para outro engenheiro holandês, Pieter de Percheval. Sublinhemos a tentativa de se concluir a obra segundo as técnicas holandesas, que utilizavam a de terra e faxina, devido à urgência da construção por ser alvo de ataques constantes, atendendo a uma certa regularidade da planta projetada para o terreno¹⁵⁹⁸, e aos ângulos mais precisos e regulares dos baluartes¹⁵⁹⁹. Aliás, segundo o engenheiro militar português Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), também os engenheiros militares franceses, “*que nesta occasião passaraõ de França a Portugal, seguiaõ o methodo Holandez, e por elle se delinearaõ as fortificaçoens das nossas Fronteiras*”¹⁶⁰⁰.

No entanto, Luís Serrão Pimentel criticou no seu *Método Lusitânico*, o traçado paralelo das escarpas e contra-escarpas desta fortificação, alegando ser de grande inconveniente em termos operacionais¹⁶⁰¹.

Através da análise do **Gráfico 7**¹⁶⁰², relativamente ao balanço das campanhas de obra nesta fortificação, observamos que, pela leitura das fontes da época, se detetou que no período inicial do conflito, entre 1640 a 1646, as obras nesta fortificação foram tidas como prioritárias, correspondendo a um total de 38% de ação interventiva, representando uma contante preocupação do Conselho de Guerra. Entre o período de 1647 e 1653, as obras decresceram um pouco, representando cerca de 31%. Ainda assim, continuavam a representar um nível de intervenção acentuado, tendo em conta a constante falta de dinheiro, materiais e desorganização votada durante as obras, com a ausência dos engenheiros militares noutras praças. No terceiro período de guerra, entre 1654 e 1660, o

Guerra, Consultas, Mç. 8, doc. 42, f. não numerado. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 119**, pp. 123-124; **Anexo III – Quadros e Gráficos, Quadro 18: Fortificação de Olivença: balanço das obras e estruturas (1641-1668)**, pp. 280-281; **Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Olivença**, pp. 379-388.

¹⁵⁹⁸ Segundo Nicolas de Fer, esta é uma das fortificações mais regulares do Alentejo. *Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que conñinan con su frontera*. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 6**, p. 306.

¹⁵⁹⁹ Edwin Paar, “As fortificações abaluartadas de Olivença...”, pp. 397-400. Cf. *Plano da Praça de Olivença*, 1800. BNP-BND: <http://purl.pt/33039/service/media/jpeg> (consult. 11 out. 2020). *Planta de Olivença*, 1709; *Planta da praça de Olivença, por Miguel Luiz Jacob, na vezita geral de 1755*; *Planta da Praça de Olivença, riscada por João António Infante, Praticante Supranumerario da Academia da provincia do Alentejo e praça de Estremoz*, 1758; *Planta da praça de Olivença*, 1763. BDE: <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280242&img=60792>; <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283353&img=36941>; <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280247&img=31882>; <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280252&img=31888> (consult. 11 out. 2020).

¹⁶⁰⁰ Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez...*, vol. II, p. 38.

¹⁶⁰¹ Luís Serrão Pimentel, *Método Lusitânico*, p. 108.

¹⁶⁰² Cf. Vol. II, **Anexo III – Quadros e Gráficos, Gráfico 7. A fortificação de Olivença: balanço global das campanhas de obra (1640-1668)**, p. 292.

significado do valor das obras decresceu para 23% em relação no total das mesmas, decorrendo as obras entre 1655 e 1657, ficando a obra concluída. A conquista da praça de Olivença pelos castelhanos em maio de 1657 fez com que estes se aproveitassem do que havíamos construído. Assim, no decorrer do último período de obras desta praça, entre 1660 e 1668, as obras que os castelhanos necessitaram efetuaram foram mínimas, representando cerca de 8%, sendo essencialmente obras de manutenção.

Allain Manesson Mallet efetuou a planta desta fortificação, provavelmente depois do fim da guerra, indicando que a praça estava fortificada de forma a que os baluartes tinham uma distância entre si consideravelmente elevada, representando esta a linha de defesa da praça¹⁶⁰³. Efetivamente, é o que denotamos ao estudar a fortificação no terreno.



Fig. 50

Perímetro externo e interno da fortificação de Olivença, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 32. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

¹⁶⁰³ Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 28 (Planta da fortificação de Olivença, por Allain Manesson Mallet)**, p. 315. Allain Manesson Mallet, *Les Travaux de Mars...*, p. 264. Segundo António Martins Quaresma, deve-se a este engenheiro “a primeira edição impressa da planta da fortificação de Olivença, bem como de outras”. António Martins Quaresma, “João Rodrigues Mouro...”, p. 198.

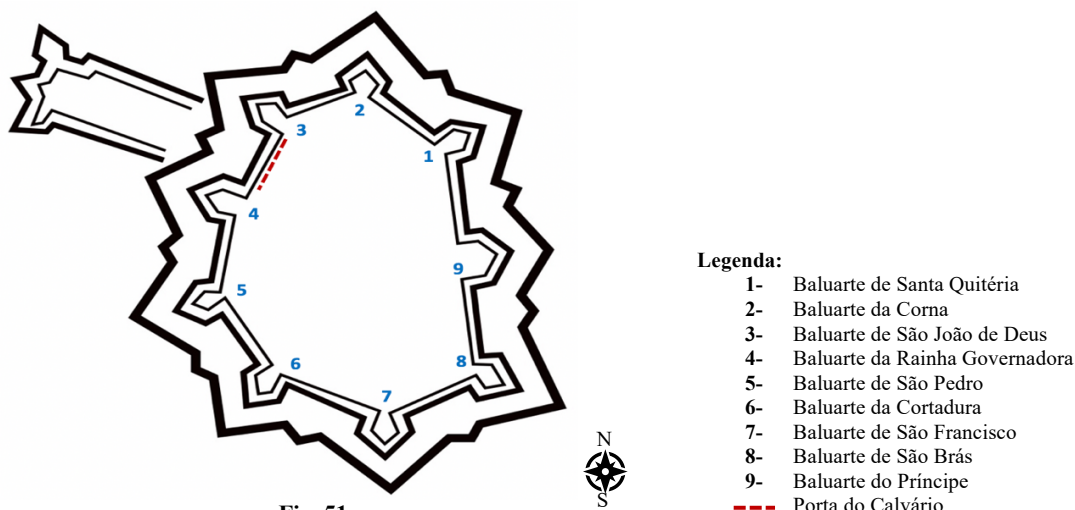


Fig. 51

Fortificação de Olivença, baseada no projeto de Antoine Coquart, 1705.

Autoria: Ana Teresa de Sousa, 2020

1.8. Fortificação abaluartada de Juromenha

A praça de Juromenha situava-se na 2.^a linha de proximidade com a fronteira castelhana, mas pertencia ao 1.^o aglomerado de fortificações por ser dos principais alvos do exército castelhano como verificámos (Fig. 52).

As defesas de Juromenha, com influências construtivas bastante ecléticas, dado que nela intervieram os engenheiros militares franceses, Lassart, Langres e Saint-Colombe, os holandeses Gilot e Cosmander e os portugueses Luís Serrão Pimentel e Diogo Pardo de Osório, assentam numa fortificação irregular, com potentes cortinas, ainda que incompletas, adossadas por quatro baluartes inteiros, o de São Lourenço, de Santo António, do Porto Seco e o da Cadeia¹⁶⁰⁴. O recinto de fortificação não é extenso quando comparado com o terreno em que se implantou (Fig. 53), “*porem as suas obras são proporcionadas ao tamanho, e também ao sitio*”¹⁶⁰⁵. Foi dotada de significativos elementos de defesa exterior, tais como escarpa de alvenaria de terra¹⁶⁰⁶, revelins, caminho-coberto, fossos em seu redor, obras cornas e uma meia-lua no sentido do rio¹⁶⁰⁷.

¹⁶⁰⁴ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 19. Fortificação de Juromenha: balanço das obras e estruturas (1640-1668), pp. 281-283; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Juromenha, pp. 388-402.

¹⁶⁰⁵ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, p. 38. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203, pp. 228-245.

¹⁶⁰⁶ Nicolau de Langres, *Desenhos e plantas...*, f. 32v.

¹⁶⁰⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais de Juromenha, Avis...*, f. 315v. Cf. *Plano director da praça de Jeromenha e Planta da praça de Juromenha: com o projecto de uma linha de obras provizionaes que, à maneira de campo entrincheirado, se deveria adictar à mesma praça para augmentar a sua força*, levantados pelo Major Manoel Joaquim Brandão de Souza, 1817. Rede de Biblioteca Digital do Exército [BDE em diante]:

Além disso, ficaram por construir algumas obras exteriores, indicadas no projeto de Langres, nomeadamente um outro revelim e hornaveque¹⁶⁰⁸.

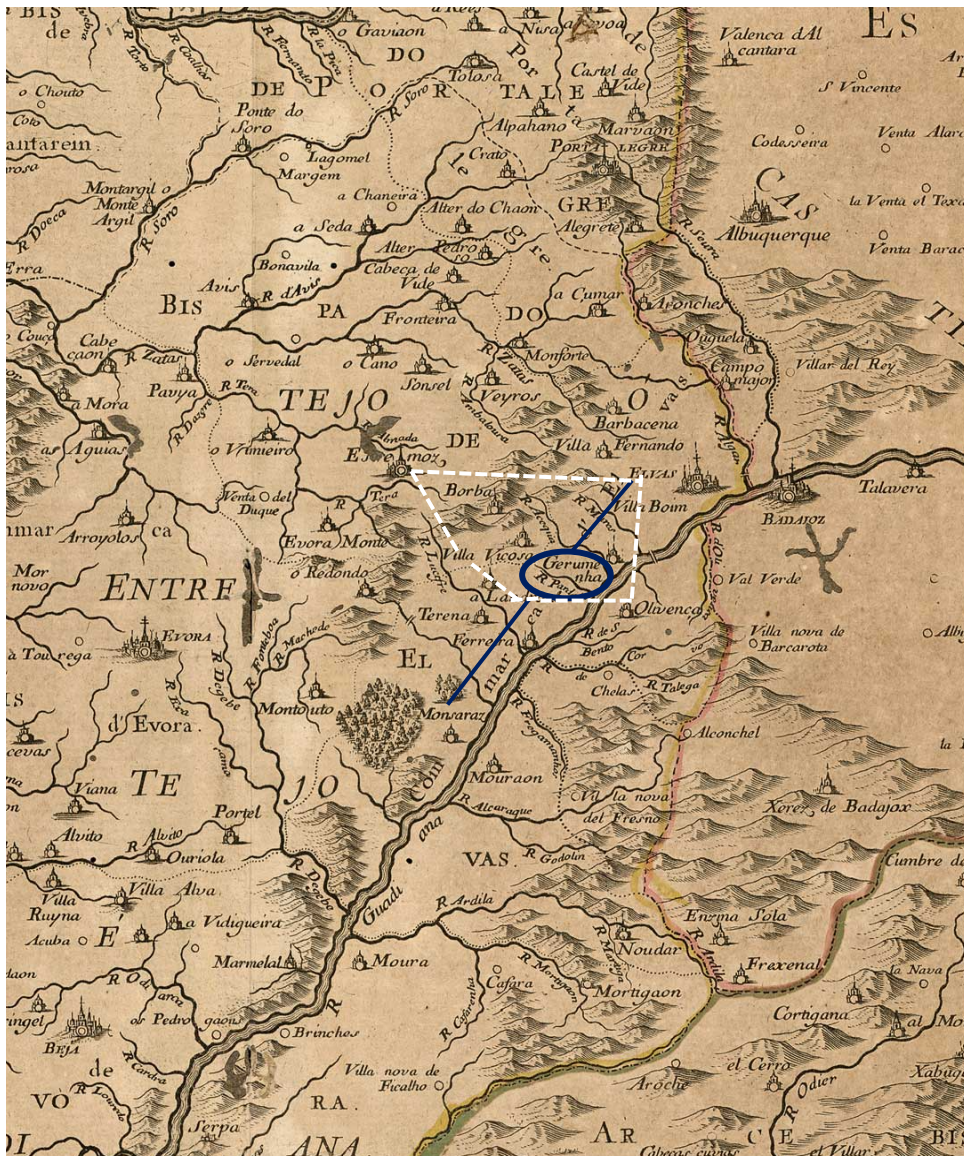


Fig. 52

Localização da praça de Juromenha, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 2.ª linha de defesa do território alentejano e com o 1.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=287475&img=65584;>
<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=282166&img=62181> (consult. 11 out. 2020).

¹⁶⁰⁸ Joseph Lee, *Arquitetura e domínio: a fortificação de Juromenha...*, p. 126. A fortificação de Juromenha foi uma das mais representadas na cartografia de finais de XVII, durante o século XVIII e parte do XIX. Langres representou-a em 1657; o arquiteto João Nunes Tinoco, em 1663; Lorenzo Possi, em 1667; Miguel Luiz Jacob, em 1755; Pierre Robert de Bassenond, em 1763; Gustave de Chermont, no mesmo ano; Conrado Henrique de Niemeyer, em 1803; Marquês de Ternay, em 1807 e pelo Major Manuel Joaquim Brandão, em 1817.

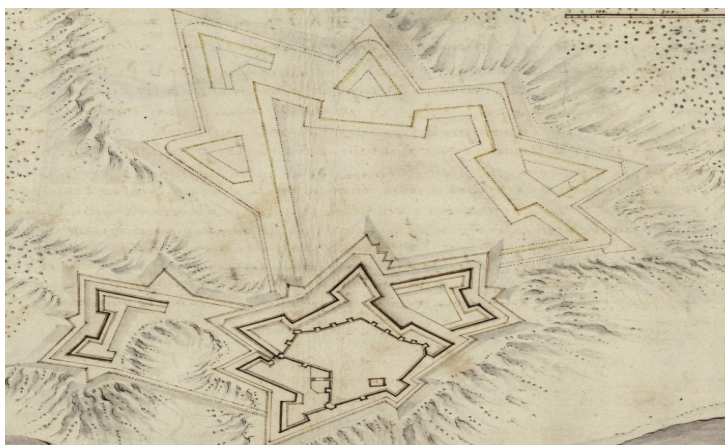


Fig. 53

Perímetro externo e interno da fortificação de Juromenha, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 32. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

Através da análise do **Gráfico 8**¹⁶⁰⁹, referente ao balanço das campanhas de obra nesta fortificação, concluímos o seguinte: no primeiro período do conflito, entre 1640 e 1646 as intervenções foram mínimas, representando apenas 8%. A explicação prende-se pelo facto de as primeiras intervenções se terem iniciado apenas no decorrer de 1644, com carácter de urgência, entaipando-se defesas previamente existentes. Entretanto, o facto de se terem apontado entraves aos projetos de Pascoeli, Cosmander e Langres, entre 1644 e 1646, atrasou substancialmente a definição de obras respeitantes à defesa abaluartada. Apenas tiveram início em 1647, e apesar das ausências de Cosmander e de Gilot, engenheiros militares encarregados da obra, esta avançou significativamente a bom termo, verificando-se uma percentagem de 33% de intervenções até 1653; sendo que o período que mais beneficiou esta fortificação corresponde aos anos entre 1654 e 1660, com 42% de intervenções. Apesar de entre 1654 e 1656 as obras decorrerem com muitos entraves por falta de dinheiro, após a conquista de Olivença em maio de 1657 pelos castelhanos, deu-se um incentivo permanente à defesa de Juromenha, sendo dotada dos seus dois baluartes inteiros, três meios-baluartes e imponente fosso.

Já no último período da guerra, referente a 1660 e 1668, as intervenções decresceram para 17%, isto porque, embora nos primeiros dois anos se tivessem adiantado substancialmente as suas defesas, entre maio de junho de 1662, os castelhanos atacaram a praça, tendo inclusive tido tempo para edificar um forte de campanha, denominado de fuerte de San Juan, conseguindo conquistar Juromenha, que como

¹⁶⁰⁹ Cf. Vol. II, Anexo II - Gráfico 8. A fortificação de Juromenha: balanço global das campanhas de obra (1640-1668), p. 292.

referimos anteriormente, apenas voltou para a posse dos portugueses na sequência do tratado de paz.

1.9. Modelo abaluartado de Vila Viçosa

Embora a praça de Vila Viçosa pertencesse à 3.^a linha relativamente à proximidade da fronteira castelhana e á probabilidade de confrontos, esta englobava-se no 1.^o aglomerado defensivo, por auxiliar em defesa as praças de Juromenha, Olivença, Elvas e Estremoz, que lhe antecediam (Fig. 54).

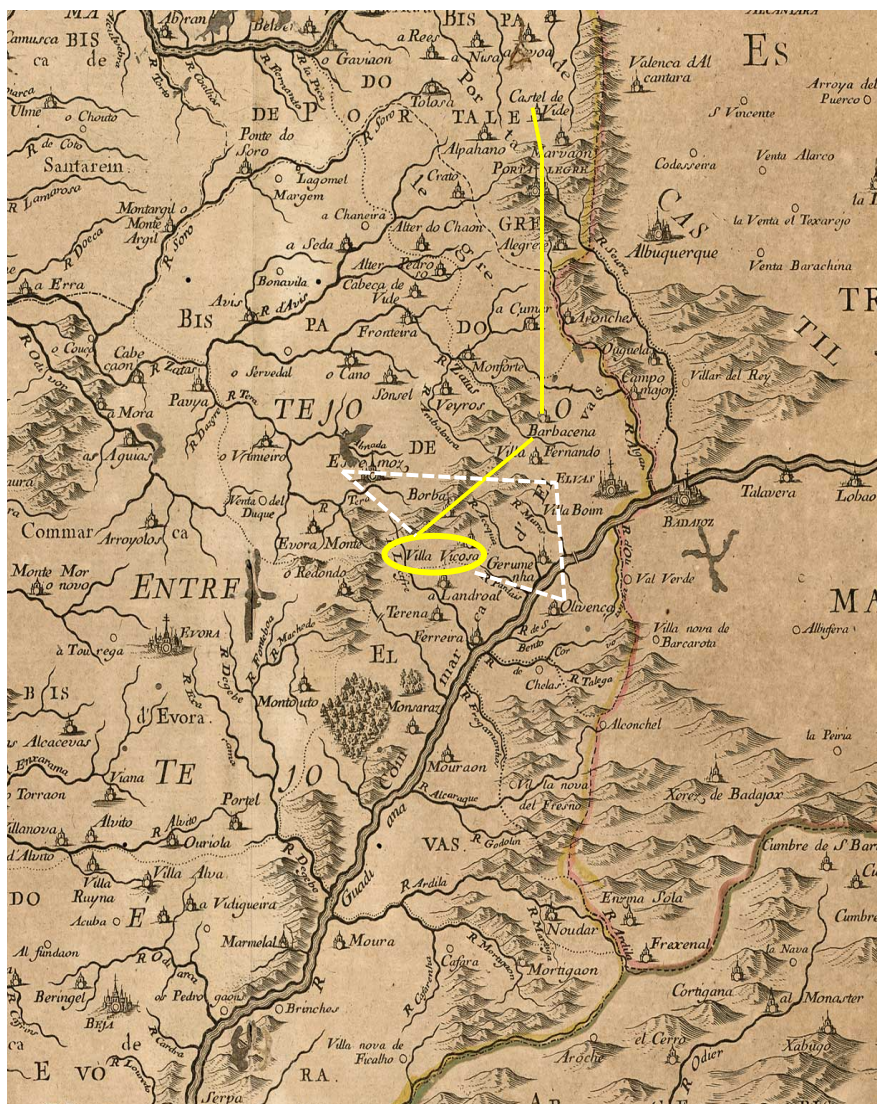


Fig. 54

Localização da praça de Vila Viçosa, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3.^a linha de defesa do território alentejano e com o 1.^o aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

A defesa de Vila Viçosa, por intervenção dos holandeses Gilot e Cosmander, e dos franceses Langres, Saint-Colombe, Mallet e Schomberg, forma um forte em estrela irregular¹⁶¹⁰. Aliás, segundo José Romão da Cruz, “*não tem Vila Viçosa huma fortificação regular como muito caresse, por defeito de seu território, pois hé ocupado de montes ásperos, que sucedem huns aos outros, todos eminentes à Praça*”¹⁶¹¹.

Esta fortificação possuía apenas uma cidadela “*de muralha antiga reforsada com baluartes*”, sendo que como defesa exterior, “*atacada*” à muralha reforçada, foi construído o forte de São Bento, “*suficientemente prevenido*”, cuja planta era em estrela¹⁶¹². Entre 1663 e 1665, procedeu-se à demolição deste forte, por se considerar prejudicial à defesa da vila, uma vez que haveria forte probabilidade de vir a ser ocupado pelo inimigo, utilizando-o em detrimento próprio para conquistar Vila Viçosa.

Foram construídos cinco baluartes, na “*fraca e antiga muralha, aonde há quatro portas*”¹⁶¹³. A noroeste o baluarte de Santa Isabel, defendendo a povoação; a norte, o baluarte de Santo Agostinho, protegendo o castelo; a este, os baluartes de São Brás e da Rua Nova, protegendo a porta do Arco de Frandina; e a sudoeste, o baluarte das Ferrarias, guarnecido de guaritas¹⁶¹⁴.

É na envolvente do fosso seco interior (anterior ao modelo abaluartado)¹⁶¹⁵, com profundidade de cerca de sete metros, e com uma largura bastante considerável, e, por conseguinte, do castelo artilheiro, que se inserem os elementos de fortificação de traçado tenalhado, formando um forte de planta em estrela, mas tal como indicado, bastante irregular, composto por sete tenalhas desiguais, apresentando cortina de interligação na fachada noroeste.

O reparo elaborado à volta do castelo artilheiro apresenta escarpa exterior em talude, com ângulos irregulares, não apresentando na sua maioria vestígio do parapeito, e tendo a escarpa interior coberta de vegetação.

¹⁶¹⁰ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadro 20. Fortificação de Vila Viçosa: balanço das obras e estruturas (1643-1668)**, p. 283; **Anexo IV – Fotografias, Defesas abaluartadas de Vila Viçosa**, pp. 403-412.

¹⁶¹¹ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 26. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

¹⁶¹² *Ibidem*.

¹⁶¹³ “*Apezar de não poder admitir Villa Viçosa mehor, nem maior fortificação por defeito da natureza, deve precisamente entrar em detalhe militar (...). Porque não hé o fisico que faz a consequência das Praças (...). Estando poderosamente ocupada por inimigos, ficão estes sendo árbitros das respectivas estradas, e consequentemente comprometidas as guarnições no salvamento dos socorros, e sugueita à depredação parte da Provincia*”. *Ibidem*.

¹⁶¹⁴ Cf. *Planta do castello de Vila Viçosa tirada ou configurada com a vista sem tomar medida de legoa nem coredel, porem muito ao semelhante configurada*, autoria atribuída a Miguel Luíz Jacob e Luís Afonso Cabral Godinho, c. 1755. BNP: <http://purl.pt/25825> (consult. 2 ago. 2016).

¹⁶¹⁵ Ana Teresa de Sousa, “*Le modele de construction italien...*”, pp. 1-13.

Nas duas tenalhas dispostas a este, o ângulo flanqueado possui uma guarita circular. Mas, da zona sul da fortificação até à zona do cerco da vila, e ligando-se à mesma, optou-se por uma segunda cortina composta por três tenalhas interligadas.

Foram estas as obras de reforço possíveis na defesa de Vila Viçosa, “*sitio condenado pelas eminencias que o rodeiam, & por isso se fiou sempre a sua defesa mais de seus moradores, que de suas muralhas*”¹⁶¹⁶. Além de que, tal como as outras praças próximas da fronteira, estava sob constante mira de ataque.

Pela análise do **Gráfico 9**¹⁶¹⁷, referente ao balanço das campanhas de obra nesta praça, destacamos que no primeiro período da sua construção, respeitante entre 1643 e 1646, se efetuou vistoria à praça, reforçando-se a defesa com cortinas e meias-luas, correspondendo a intervenção apenas a 23% do total da obra durante a Guerra da Restauração. Lembramos a mudança da superintendência das suas obras, que primeiramente foram encarregues ao mestre de campo D. António Ortiz de Mendonça e ao engenheiro militar Cosmander (entre 1643 e 1644), tendo passado no ano seguinte para o superintendente Lourenço Alves Torres e, em 1646, para cargo do capitão Vicente de Matos. Entre 1647 e 1653, o nível de intervenção mantém-se no mesmo (23%), pois a superintendência das obras continuava a mudar, verificando-se a ação do superintendente Mateus Serradas, em 1647, e do capitão Vicente de Matos a partir de 1648. Até 1653, as obras foram-se efetuando, mas com muitas paragens por falta de dinheiro. Nos anos seguintes, entre 1654 e 1660 as obras em Vila Viçosa decresceram, representando cerca de 15%. Na verdade, as obras continuaram relativamente aos anos anteriores, mas com muitos atrasos por falta de dinheiro, o que resultou na paragem total da obra em 1660.

Desta forma, é essencialmente na última fase da guerra que esta fortificação avança, verificando-se cerca de 38% das intervenções. É graças à atividade dos engenheiros militares Saint-Colombe e Langres, em 1660, e do conde de Schomberg, a partir de 1662, que se inicia a ampliação da obra, embora com dificuldades monetárias.

O ataque dos castelhanos a esta praça, em junho de 1665, fez com que o edificado ficasse grandemente danificado, pelo que nos anos seguintes se incentivou a conclusão desta defesa.

¹⁶¹⁶ Antonio Alvares da Cunha, *Aplauzos academicos...*, f. 8. Cf. morfologia do terreno de Vila Viçosa apresentada por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 54.

¹⁶¹⁷ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Gráfico 9. A fortificação de Vila Viçosa: balanço global das campanhas de obra (1643-1668)**, p. 292.

No início do século XVIII, Antoine Coquart deixou testemunho de que Vila Viçosa estaria, à época, fortificada com apenas três baluartes e dois meios baluartes, compostos por três contraguardas. À volta do castelo, a defesa era efetuada por ângulos flanqueados, sendo que o castelo era defendido por quatro baluartes redondos¹⁶¹⁸ (**Fig. 55**). Por outro lado, Juan Alvarez de Colmenar (1707-1741) indica-nos que, um dos lados da praça era coberto por uma trincheira flanqueada, sendo que, do outro lado, a defesa era efetuada por três baluartes com três contra-guardas, e por dois meios-baluartes. Junto ao castelo artilheiro, a defesa da vila é efetuada por quatro baluartes e dois meios-baluartes e por profundo fosso¹⁶¹⁹.



Fig. 55

Fortificação de Vila Viçosa, projeto de Antoine Coquart, 1725.

Fonte: Europeana: https://www.europeana.eu/en/item/9200517/ark__12148_btv1b59668992

Atualmente, as defesas abaluartadas de Vila Viçosa estão bastante dissimuladas e aterradas, além de que os panos de muralha dos baluartes estão separados, verificando-se defesas apenas nas laterais do recinto.

1.10. Fortificações abaluartadas de Elvas

Pela sua localização, a praça de Elvas localizava-se na 2.^a linha de proximidade à fronteira castelhana. No entanto, a sua importância estratégica é equiparada à da praça de Olivença, pelo que se complementam entre si, sendo as principais praças do 1.º aglomerado de defesa no Alentejo durante o conflito (**Fig. 56**).

¹⁶¹⁸ Europeana: https://www.europeana.eu/en/item/9200517/ark__12148_btv1b59668992 (consult. 17 set. 2017).

¹⁶¹⁹ Juan Alvarez de Colmenar, *Les Delices de...*, Vol. 4, pp. 796, 798. Cf. Vol. II, **Anexo III – Planta 31 (Vista da fortificação de Vila Viçosa, por Juan Alvarez Colmenar, 1707)**, p. 316.

Por seu turno, as fortificações de Elvas, apresentam planta estrelada e uma defesa desenvolvida em doze frentes¹⁶²⁰ (Fig. 57), que aproveitou incontestavelmente as condições naturais do terreno¹⁶²¹.

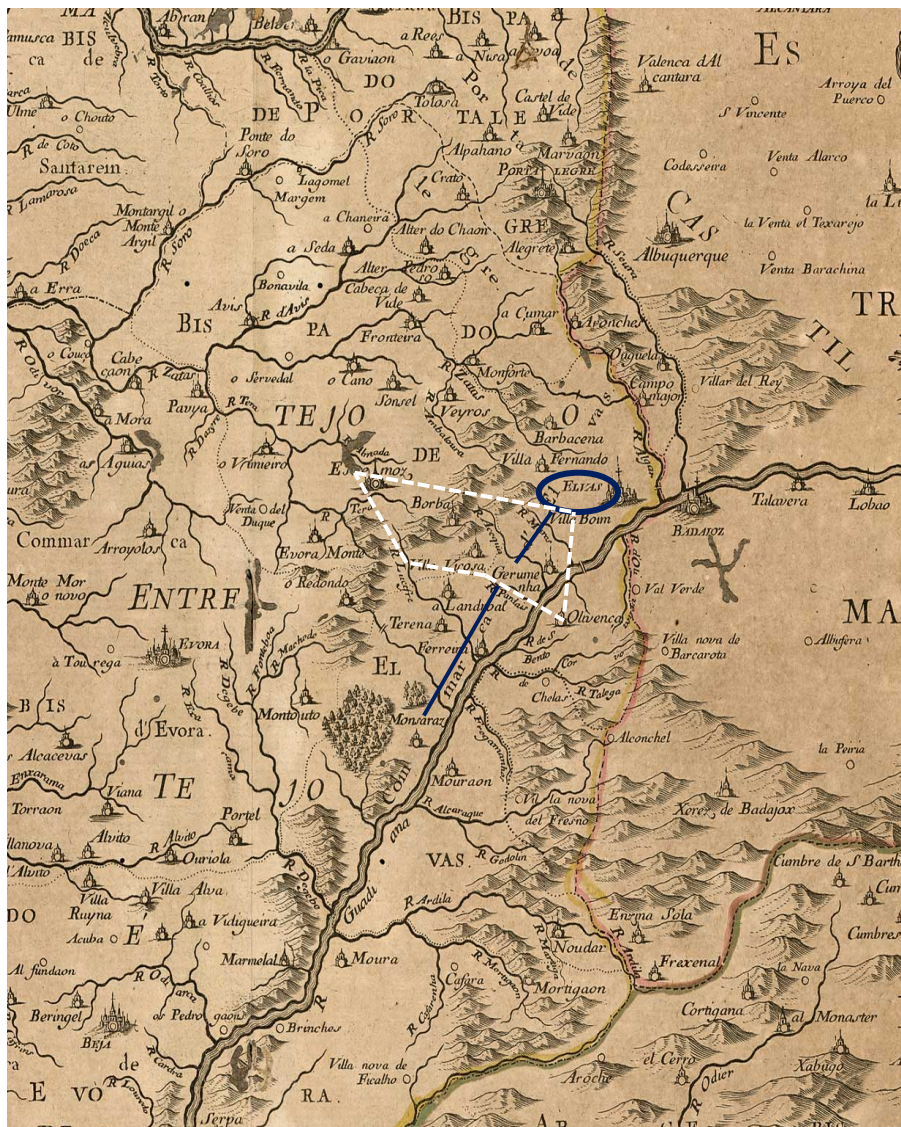


Fig. 56

Localização da praça-forte de Elvas, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 2.ª linha de defesa do território alentejano e com o 1.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

¹⁶²⁰ “Es un ejemplo admirable por lo completo, complejo, íntegro y auténtico de su conjunto”. Moisés Cayetano Rosado, “Las fortificaciones...”, p. 84.

¹⁶²¹ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, p. 9. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203, pp. 228-245.

As campanhas de obra desta fortificação decorreram durante todo o conflito armado¹⁶²². Sendo que, pela análise do **Gráfico 10**¹⁶²³, referente ao balanço das ditas obras, podemos deduzir a existência de quatro períodos de intervenção: 1640-1646; 1647-1653; 1654-1660; 1661-1668.

Durante o primeiro período de campanhas denota-se essencialmente a definição dos projetos de defesa, a cargo dos governador de armas da província do Alentejo, Matias de Albuquerque (1641), do engenheiro militar Sebastião Pereira de Frias (1641), de João Ballesteros, Cosmander, Lassart e Rozetti (1642), e de Diogo Gomes de Figueiredo (1644); à construção de um reduto a cargo do governador de armas da província do Alentejo, Martim Afonso de Melo (em 1641); à assistência das obras por Lassart, Cosmander e Gilot (em 1643) e de Langres e António Rodrigues (em 1644); à intervenção nas obras levada a cargo pelo tenente-general Rui Correia Lucas (em 1643), e pelos militares franceses Belfigo e Aponul (1646); e o início da construção do fortim de São Pedro (em 1646)¹⁶²⁴, de planta poligonal, possuindo três faces desiguais, orientadas para uma das frentes do forte de Santa Luzia, travando a aproximação do inimigo através do fogo de artilharia¹⁶²⁵(**Fig. 58**). Sendo significativas, as intervenções correspondem a cerca de 31% do total das campanhas de obra. Na fase seguinte, entre 1647 e 1653, a aposta nas obras neste conjunto aumentou para cerca de 38% de intervenções. As obras decorram a cargo de Cosmander e Gilot era encarregado superintendente.

É precisamente neste período que a fortificação principal é dotada de por sete baluartes (da Porta Velha, do Casarão, da Praça de Armas, de Olivença, de São João de Deus, de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Bárbara), três meios-baluartes (dois deles redondos), oito meias-luas e três contraguardas, além de cortinas monumentais, que terão requerido a demolição da anterior defesa, pelo menos em parte¹⁶²⁶. Foram

¹⁶²² Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 21. Fortificação de Elvas: balanço das obras e estruturas (1641-1668)**, p. 284; **Anexo IV – Fotografias, Fortificações abaluartadas de Elvas**, pp. 412-447.

¹⁶²³ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Gráfico 10. A fortificação de Elvas: balanço global das campanhas de obra (1640-1668)**, p. 293.

¹⁶²⁴ Onde se aquartelou o exército em outubro de 1646, pronto para defender a praça de possíveis ataques por parte do inimigo. *Carta do Conde de Alegrete sobre o recolhimento do Exército, e Quartel que se lhe deu junto aos muros desta cidade de Elvas*. 22 de outubro de 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 126v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 86**, p. 102.

¹⁶²⁵ Em 1641, o bispo da Diocese de Elvas, Dom Manuel da Cunha, deu licença para a demolição do templo de São Pedro de Fora, situado no outeiro de São João, para construção deste Forte. O Fortim original foi destruído, sendo a construção existente datada do início do séc. XIX. Fortalezas.org- Fortifications.World - Fortlet of São Pedro, Elvas, Portalegre – Portugal:

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=814 (consult. 4 set. 2017).

¹⁶²⁶ Cf. Vol. II, **Anexo III – Planta 32 (Projeto da fortificação de Elvas e do Forte de Santa Luzia, por Nicolau de Langres, antes de 1661)**, p. 317. O autor Rui Lino referiu-se a esta praça como “*uma*

construídos o forte de Santa Luzia¹⁶²⁷ [constituído por quatro baluartes, dois revelins, duas cisternas, estrada coberta e fosso¹⁶²⁸ (**Fig. 59**)] e o fortim de São Francisco, construído pelos castelhanos para reforçar as suas posições de ataque¹⁶²⁹, complementando posteriormente o polígono defensivo da Praça. Elvas, constituindo um dos maiores conjuntos de fortificações abaluartadas do mundo¹⁶³⁰, é designada como praça de armas do Exército do Alentejo¹⁶³¹. Já nesta segunda fase, a fortificação constituía um exemplar raríssimo na Europa de influência da fortificação holandesa, com reabilitações posteriores que não o descaracterizaram tipologicamente¹⁶³².

No terceiro período de intervenções, entre 1654 e 1660, apostou-se na manutenção das obras na fortificação e, ansiando conquistar a praça, em 1658 os castelhanos construíram outro fortim, denominado de São Mamede (**Fig. 60**), mas os portugueses conquistaram-no em 1659, destruindo-o¹⁶³³.

Na última fase de campanha de obras, entre 1661 e 1668, denota-se claramente a persistência da tentativa de conquista desta praça por parte dos castelhanos. Mas a perfeição da sua fortificação impediu tal intento. Inclusive, na planta da fortificação elaborada por Louis Boudan, em 1667 (**Fig. 61**), podemos observar uma fortificação eminente e em defesa, dotada de potentes baluartes, reforçada com revelins e pelo forte de Santa Luzia, sendo este conjunto fortificado complementado pelos fossos secos, “*profundos e fortes*”¹⁶³⁴.

Também se observa claramente que esta planta segue, no essencial, a base do projeto de Langres, sobretudo no que respeita à fortificação principal, o que nos indica que o seu projeto foi respeitado, mesmo tendo sido concretizado, e eventualmente ajustado, por Cosmader, e depois, por Luís Serrão Pimentel, a partir de 1663¹⁶³⁵.

verdadeira arma de guerra”. Rui Lino, *Descla - Na fronteira da História: Um país armado – pelas fortalezas do Alentejo*, 2018, p. 31.

¹⁶²⁷ Em fevereiro de 1649, requereu-se guarnição para este forte. *Carta de Martim Afonso de Melo sobre o Forte de Santa Luzia*. 8 de fevereiro de 1649. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 647v-648v. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 140**, pp. 139-140.

¹⁶²⁸ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, p. 10. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

¹⁶²⁹ Fortalezas.org - Fortifications.World - Fortlet of São Francisco, Elvas, Portalegre – Portugal: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=812 (consult. 4 set. 2017).

¹⁶³⁰ Cf. morfologia do terreno apresentada por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 52.

¹⁶³¹ Lorraine White, “Estratégia geográfica...”, p. 68.

¹⁶³² Cf. SIPA; Processo IPA.00003245 (PT041207020011) - Sistema Fortificado da Praça de Elvas/ Fortificações de Elvas: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3245 (consult. 15 nov. 2017).

¹⁶³³ Tal como o fortim de São Pedro, este foi reconstruído no início do séc. XIX.

¹⁶³⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais. Freguesia de S. Pedro, Elvas...*, f. 136.

¹⁶³⁵ João Sousa Morais, “Algumas notas sobre Luís Serrão Pimentel”, in *Pedra & Cal*, 2002, N.º 15, p. 29.

No início do século seguinte, esta defesa foi reforçada pelo forte de Nossa Senhora da Graça, ou Forte de Lippe, por ser efetuado segundo projeto do dito conde, que veio constituir a primeira linha defensiva tenalhada, com esplanada, canhoeriras e caminho coberto¹⁶³⁶.

Pelas Memórias Paroquiais desta praça, sabemos ainda que “*nos limites desta freguesia (de S. Pedro) está hum Baluarte com quatro faces a que chamam o Baluarte do Caramen (?), e muyto forte e de prezente tem seiz canhões, e no meyo huma casa de abobada que serve de Corpo de guarda, e antigamente era Sede dos Artilheyros, e da parte de fora, dentro do fosso tem tres Rebelins, que a defendem para não poder ser balido*”¹⁶³⁷.

Daqui, segue-se por cortina para o baluarte da Porta Velha, também com quatro faces, protegido pelo revelim do Moinho de Vento¹⁶³⁸, que constitui uma “*obra muyto forte e regular*”¹⁶³⁹. Além disso, tem toda esta fortificação fossos profundos, estradas cobertas e esplanadas consideradas das mais fortes no Alentejo¹⁶⁴⁰.

Do fosso junto ao revelim do Moinho de Vento, indica-se que se faziam jogos de paus, denominados de “*jogos do Principe*”, tendo o dito nome porque “*estando nesta Cidade o Serenissimo Principe o Senhor Dom Theodosio, filho do Senhor Rey Joam o quarto, se dis que por curioso com a sua Corte hia a ver jugar estes jogoz*”¹⁶⁴¹.

Do baluarte da Porta Velha, seguia-se por cortina para a porta de São Vicente, “*toda de abobada e com trez portados de Madeyra, e antigamente se chamava a Porta dos Banhos: tem ponte levadiça e de fora*”. Protegendo esta porta, está um revelim, e um corpo de casas “*grandes para prizoens dos soldados*”¹⁶⁴².

Destacamos que o relevo apresentado na gravura de Elvas por Nicolas de Fer é soberbo, distinguindo-se um modelo completo e complexo¹⁶⁴³. Antoine Coquart distinguiu esta praça nos seus projetos por estar localizada no topo de uma cota elevada,

¹⁶³⁶ Cf. Gravura de Elvas, por Nicolas de Fer, 1720. BNP: <http://purl.pt/13228/3/> (consult. 17 set. 2016). Sofia Marques Guerra, *Forte de Nossa Senhora da Graça. A Praça de Elvas e a arquitectura militar do Conde de Lippe* (Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e dos Núcleos Urbanos), Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2004; *Idem*, “O Forte de Nossa Senhora da Graça”, *in* Monumentos, Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, N. 28, 2008, pp. 44-51.

¹⁶³⁷ ANTT, *Memórias Paroquias, S. Pedro, Elvas...*, f. 134.

¹⁶³⁸ Detém este nome porque “*no meyo delle está huma torre em que fazia farinha no tempo da guerra da acclamaçam*”. *Idem*, f. 135.

¹⁶³⁹ *Idem*, f. 134.

¹⁶⁴⁰ *Idem*, ff. 134-135.

¹⁶⁴¹ *Idem*, f. 135.

¹⁶⁴² *Ibidem*.

¹⁶⁴³ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

totalmente fortificada com baluartes, meios baluartes, redutos, meias-luas e contraguardas, sendo todas as suas obras resistentes. No entanto, na sua opinião, o fosso tinha pouca profundidade, ao contrário do que se defendia até então. Mas justifica essa afirmação pelas condições do terreno, duro e rochoso¹⁶⁴⁴.

Na época de Coquart, a fortificação possuía três portas, nomeadamente a porta de São Vicente, que dava para o lado da praça de Campo Maior, a porta de Olivença¹⁶⁴⁵, de frente para a praça de Badajoz, e a porta de Évora, que passou a designar-se da Esquina, à data da representação de Antoine Coquart¹⁶⁴⁶ (**Fig. 62**).

Em 1707, Alvarez Colmenar descreve esta praça como sendo ocupada no lado este-sul por uma altura fortificada com sete baluartes, três meios-baluartes, oito meias-luas e de outras obras exteriores¹⁶⁴⁷.

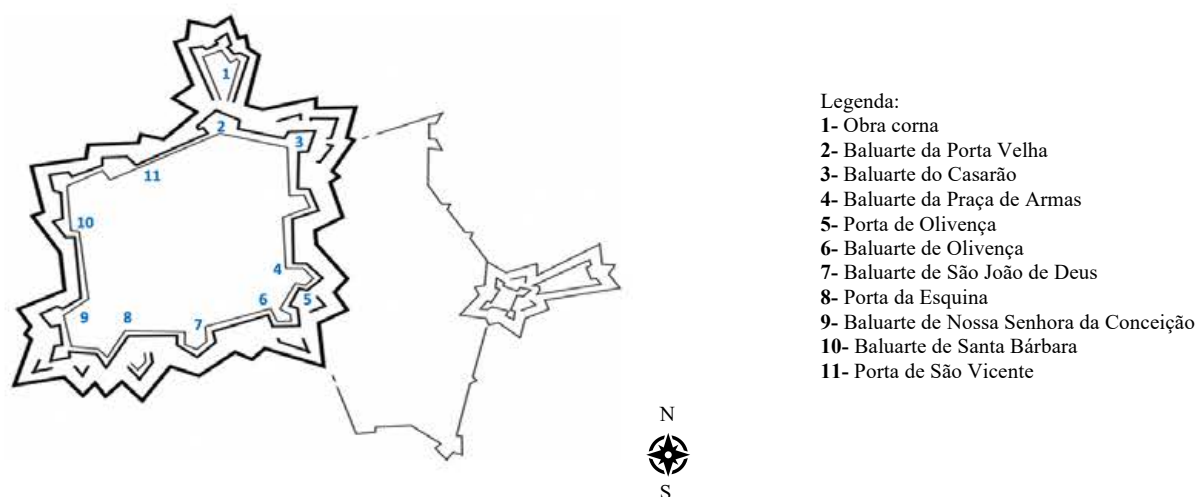


Fig. 57

Perímetro exterior e interior da fortificação de Elvas, adaptada do projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Autoria: Ana Teresa de Sousa, 2020

¹⁶⁴⁴ Antoine Coquart, *Planta da fortificação de Elvas*, 1705. BNP-BND: http://purl.pt/16992/2/cc-902-r.JPG/cc-902-r.JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 17 out. 2016).

¹⁶⁴⁵ Cf. *Revelim da Porta de Olivença, na Praça de Elvas*, 1826. BDE: <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?key=&doc=280865&img=61268> (consult. 11 out. 2020).

¹⁶⁴⁶ Notemos que, a par de Juromenha, a praça de Elvas foi das mais representadas na cartografia histórica, tendência que se prolongou no final do século XVII e ao longo de todo o século XVIII, tanto de autores nacionais como estrangeiros: Langres representou esta praça, em 1657; Saint-Colombe, em 1662; Louis Boudan, em 1667; Mallet, em 1696; João Tomás Correia, em 1699; Alvarez Colmenar, em 1707; Miguel Luiz Jacob, em 1757, e Francisco d'Alincourt, em 1802.

¹⁶⁴⁷ Juan Alvarez de Colmenar, *Les Delices...*, Vol. 4, p. 789. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 33 (Planta da fortificação de Elvas, por Juan Alvarez Colmenar, 1707)**, p. 317.

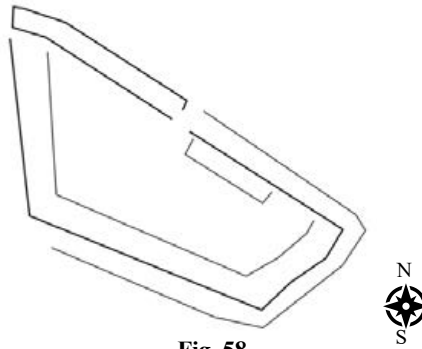


Fig. 58

Perímetro do fortim de São Pedro, Elvas. Autoria: Ana Teresa de Sousa, 2020

Planta elaborada através da vista aérea do que subsiste do fortim, a partir do Google Maps. Coordenadas geográficas: 38.871798686909344 (latitude), -7.165273401989852 (longitude).

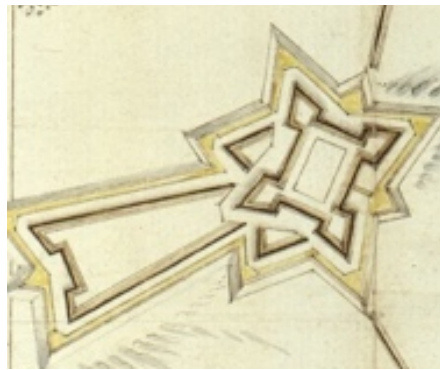


Fig. 59

Perímetro exterior e interior do forte de Santa Luzia, em Elvas, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 8. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

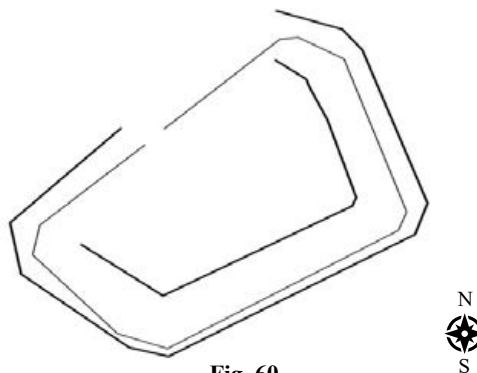


Fig. 60

Perímetro do fortim de São Mamede, Elvas. Autoria: Ana Teresa de Sousa, 2020

Planta elaborada através da vista aérea do que subsiste do fortim, a partir do Google Maps. Coordenadas geográficas: 38.871163758709685 (latitude), -7.154855935686166 (longitude).

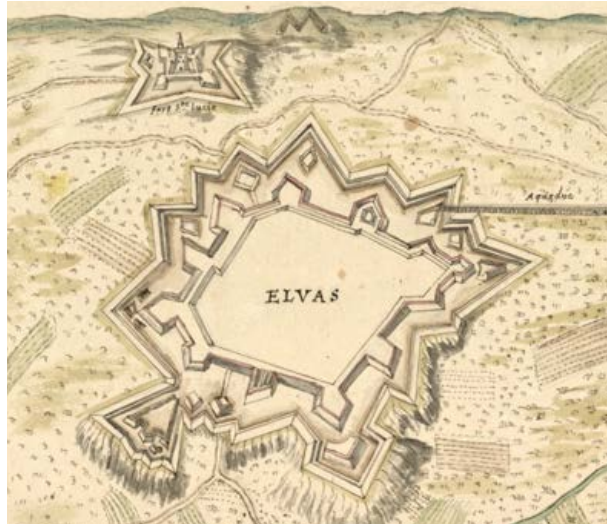


Fig. 61

Perímetro das fortificações de Elvas, 1 Louis Boudan, 1667.

Fonte: BNF-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69036582.item>



Fig. 62

Perímetro das fortificações de Elvas (fortificação principal e forte de Santa Luzia), gravura de Antoine Coquart, 1705.

Fonte: BNF-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53056213b>

1.11. Fortificação abaluartada de Estremoz

Embora localizada na 4.^a linha de proximidade à fronteira castelhana, a praça de Estremoz englobava o 1.^o aglomerado defensivo do território alentejano, por auxiliar essencialmente a defesa de Estremoz e Campo Maior (**Fig. 63**).

A fortificação de Estremoz foi dotada de cortinas altas que envolvem toda a antiga defesa, parapeitos e estrada coberta, por intermédio de Langres, Saint-Colombe, Gilot, Cosmander e Mallet¹⁶⁴⁸.

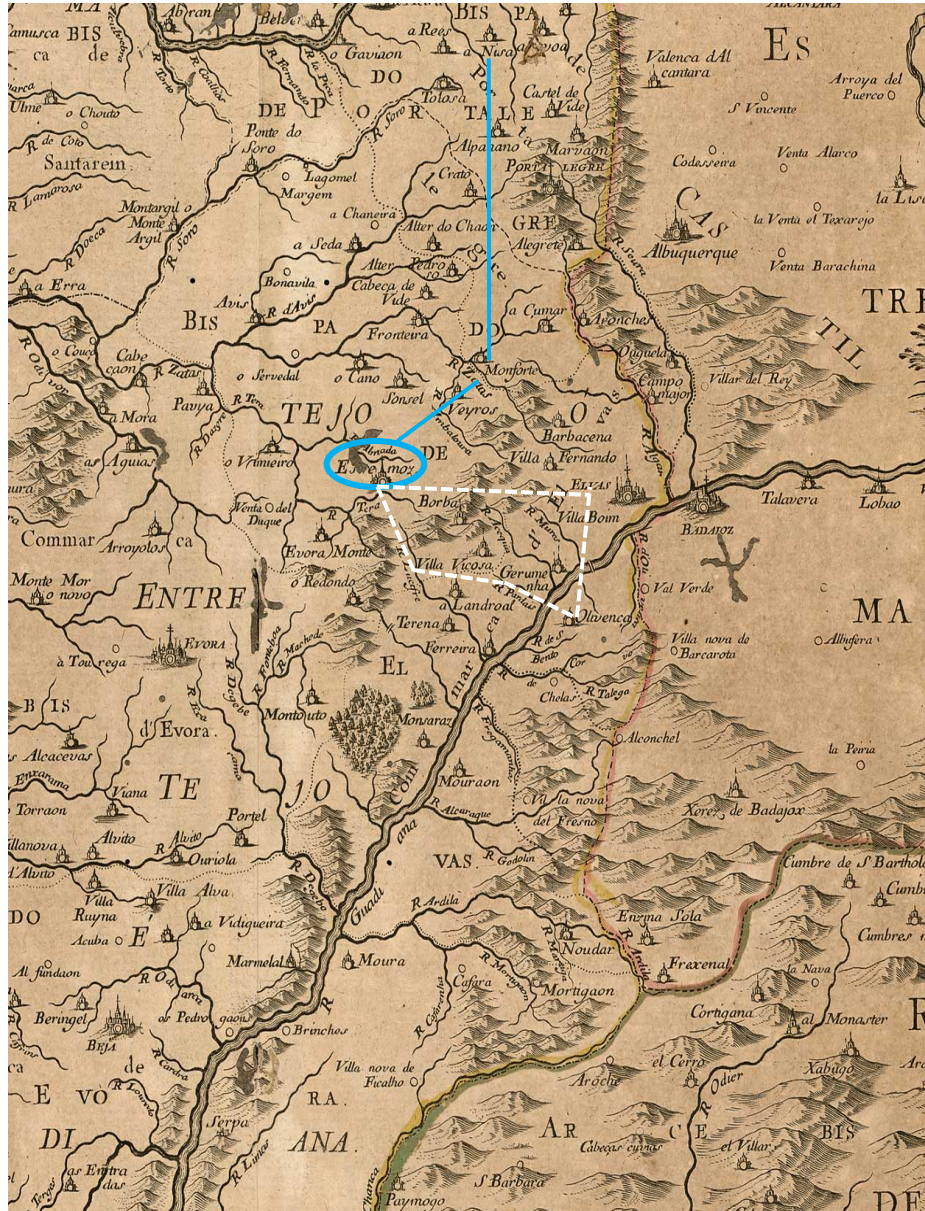


Fig. 63

Localização da praça de Estremoz, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 4.ª linha de defesa do território alentejano e com o 1.º aglomerado a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

¹⁶⁴⁸ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadro 22. Fortificação de Estremoz: balanço das obras e estruturas (1642-1668), p. 285; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Estremoz, pp. 447-455.

Através da análise do **Gráfico 11**¹⁶⁴⁹, detetamos que as obras no primeiro período de campanha de intervenções, nomeadamente entre 1642 e 1646, decorreram de forma significativamente acelerada, por intermédio de Cosmander e Gilot, correspondendo a cerca de 31%, efetuando-se o novo perímetro defensivo da praça em 1646. No período seguinte (1647-1653), a percentagem de intervenção decresceu para 23%, porque embora se denotasse o avanço de reforço da obra, esta foi retida durante largos períodos de tempo por falta de dinheiro. Mas, face às constantes ameaças a Olivença, Juromenha e Elvas, no período seguinte, entre 1654-1660, investiu-se nas obras de Estremoz, para funcionar como praça de retaguarda, caso o inimigo conquistasse algum dos pontos fortificados antecedentes. Desta forma, as obras avançaram significativamente, correspondendo a cerca de 38% de intervenção, sobretudo no que diz respeito aos primeiros quatro anos. Em 1660, a fortificação mostra-se extensa e imponente por estar na plenitude da sua defesa. No período final do conflito, entre 1661-1668, podemos considerar que as intervenções apenas correspondem a cerca de 8% de um total de obras na praça, porque embora os castelhanos ameaçassem a mesma, esta mostrava-se apta para a defesa, pelo que se considerou não haver necessidade de se continuarem as obras nesta fortificação. Assim, apenas entre 1667 e 1668, Mallet corrigiu pequenos defeitos, refortificando baluartes e se deu a conclusão das obras a cargo de Luís Serrão Pimentel.

No início do século XVIII, a fortificação de Estremoz foi descrita por Antoine Coquart como estando protegida em altura, dado o relevo, possuindo cinco baluartes inteiros e um meio-baluarte (**Fig. 64**). Além disso, esta praça a um nível topográfico mais baixo¹⁶⁵⁰, também possuía três baluartes avançados inteiros e igual número de meios baluartes. Considerara que o seu fosso era bastante largo, mas imperfeito por causa do desnível do terreno¹⁶⁵¹. Alvarez Colmenar descreveu esta praça como estando muito bem fortificada e dividida na parte alta e baixa. A parte alta, descreve-a como a uma cidadela, situada numa pequena altura, ocupada na sua totalidade com cinco baluartes e um meio-baluarte até à parte baixa, compondo-a um largo fosso, tal como indicara Coquart. Por seu turno, a parte baixa da praça é considerada mais espaçosa e fortificada de forma muito irregular por cinco baluartes e dois meios-baluartes, acompanhada também por largo

¹⁶⁴⁹ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Gráfico 11. A fortificação de Estremoz: balanço global das campanhas de obra (1642-1668)**, p. 293.

¹⁶⁵⁰ Cf. Esboço da planta de Estremoz, da autoria de Júlio César da Silva Pereira, 1946. BDE: <https://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?&profile=bdn&uri=full=3100024~!278937~!0> (consult. 11 out. 2020).

¹⁶⁵¹ Antoine Coquart, Planta da fortificação de Estremoz. BNP-BND: http://purl.pt/16992/2/cc-902-r_JPG/cc-902-r_JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 17 out. 2016).

fosso. Alvarez Colmenar salienta que todas as suas fortificações são revestidas por pedra de talha¹⁶⁵².

Notemos, que as imponentes portas pertencentes a esta fortificação, quer na parte baixa, quer na alta (portas de Évora, de Santo António, de Santa Catarina, dos Currais e do Arco de Santarém), todas dotadas de mármore, embora utilizadas durante o conflito, foram revestidas e concluídas após a guerra, entre 1676 e 1680¹⁶⁵³.

No entanto, em termos de planta do efetivamente construído e do estado atual da fortificação, verificamos que o projeto de Coquart não corresponde de todo à planta da fortificação. Atualmente é possível evidenciar-se a sua semelhança ao projeto de Langres (Fig. 64 e 65), sendo a mesma irregularidade visível no local.



Fig. 64

Perímetro da fortificação de Estremoz, projeto de Antoine Coquart, 1705.

Fonte: Europeana: https://www.europeana.eu/pt/item/9200517/ark__12148_btv1b53056921h

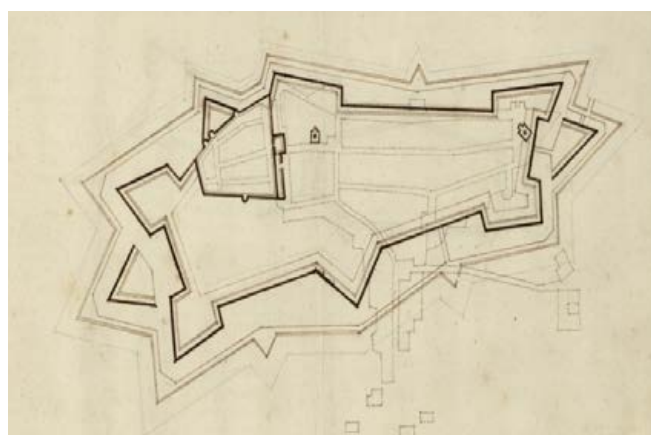


Fig. 65

Perímetro exterior e interior da fortificação de Estremoz, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 17. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

¹⁶⁵² Juan Alvarez de Colmenar, *Les Delices de...*, Vol. 4, p. 786. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 35 (Fortificação de Estremoz, representada por Juan Alvarez Colmenar, 1707)**, p. 318.

¹⁶⁵³ Cf. Túlio Espanca, “Fortificações da cidade de Estremoz”, in *A Cidade de Évora*, 1969, N.º 51-52, pp. 65-85.

1.12. Defesas abaluartadas de Barbacena

Barbacena foi dotada de baluartes, mas por se situar na 3.^a linha de proximidade com a Extremadura foi uma praça pouco atacada pelo inimigo. Exercia essencialmente um ponto de defesa de retaguarda direta para as praças de Campo Maior e Elvas (Fig. 66).



Fig. 66

Localização da praça de Barbacena, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3.^a linha de defesa do território alentejano e com o 2.^o aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Fortificação possui dois baluartes e quatro meios-baluartes. No projeto de Langres formava uma estrela quase perfeita (Fig. 67). No entanto, na implementação tal não se verificou, e pelos vestígios existentes, mostra-se uma obra simples, mas com defesa eficaz. Possui como obra exterior um revelim avançado em forma de seta, com guarita no ângulo flanqueado que permitia a comunicação entre os meios-baluartes. Nesta fortificação apenas se conhece a intervenção de Langres¹⁶⁵⁴.

¹⁶⁵⁴ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadro 23. Fortificação de Barbacena: balanço das obras e estruturas (1640-1668), p. 285; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Barbacena, pp. 456-459.

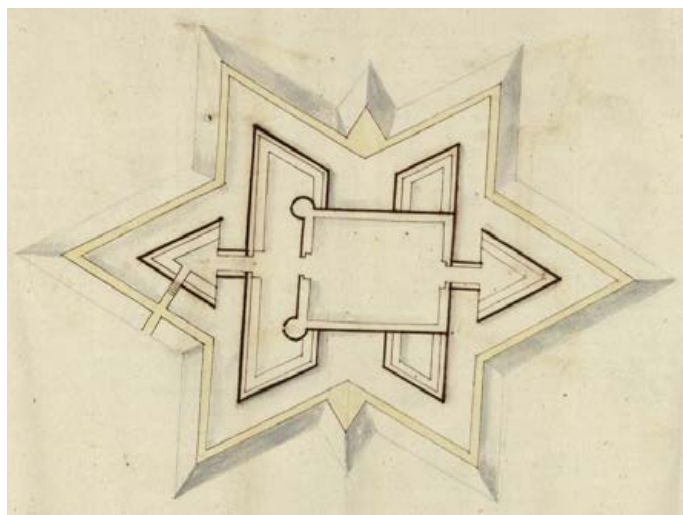


Fig. 67

Perímetro exterior e interior da fortificação de Barbacena, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 8. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

Pela análise do **Gráfico 12**¹⁶⁵⁵, respeitante ao balanço de obras nesta fortificação, destacam-se apenas dois períodos de intervenção faseados durante todo o conflito. O primeiro, corresponde entre 1644 e 1655 (46% das intervenções) e o segundo, entre 1656 e 1660 (54% das intervenções). Os trabalhos decorreram muito moderadamente por ser uma praça apenas de apoio às praças principais que a antecediam, nomeadamente a Arronches, Ouguela e Campo Maior, não sendo de facto cobiçada pelo inimigo de a conquistar. O facto de Langres ser o único interveniente que se conhece nas campanhas de obra desta praça também nos mostra a morosidade dos trabalhos, por o engenheiro militar estar ausente em vistoria de outras praças do Alentejo durante o decorrer da guerra.

1.13. Fortificação abaluartada de Campo Maior

Mais modesta, embora seja uma praça de 1.^a linha de proximidade com a Extremadura, na fortificação de Campo Maior (**Fig. 68**) verifica-se uma defesa construída em formato poligonal e irregular¹⁶⁵⁶, com dez lados (**Fig. 69**), correspondentes à construção de cinco baluartes e de seis meios-baluartes.

¹⁶⁵⁵ Cf. Vol. II, Anexo II - Gráfico 12. A fortificação de Barbacena: balanço global das campanhas de obra (1640-1668), p. 293.

¹⁶⁵⁶ Cf. morfologia do terreno apresentada por Maria Helena Dias, *Finis...*, p. 53.



Fig. 68

Localização da praça de Campo Maior, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1.ª linha de defesa do território alentejano e com o 2.º aglomerado a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Identificam-se os baluartes da Fonte do Conselho, da Praça Baixa, da Boavista, de Santa Cruz e de São João, e os meios-baluartes do Príncipe, de São Francisco, de Santa Rosa, de São Sebastião¹⁶⁵⁷, de Lisboa e o do Cural dos Coelhos¹⁶⁵⁸. Por seu turno, estes tinham a sua defesa complementada através de sete revelins¹⁶⁵⁹, meias-luas, contraescarpas revestidas¹⁶⁶⁰, estradas cobertas e esplanadas em quase todo o seu

¹⁶⁵⁷ Este baluarte foi construído no início do projeto da fortificação, em 1644, tendo sido aprovado pelo Governador das Armas da Província do Alentejo, Matias de Albuquerque. Luís de Marinho Azevedo, *Commentarios dos valerosos...*, p. 10.

¹⁶⁵⁸ Cf. Vol. II, Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Plantas 36 (Projeto de fortificação para Campo Maior, por Nicolau de Langres, antes de 1661), p. 319.

¹⁶⁵⁹ ANTT, *Memória Paroquial de Campo Maior, Elvas...*, Vol. 8, f. 580v.

¹⁶⁶⁰ *Ibidem*.

circuito¹⁶⁶¹ e fossos secos nas zonas mais alargadas da praça, sendo que a zona menor usufruía de fosso alagado¹⁶⁶². A fortificação possuía apenas duas portas, além da porta falsa, que se situava entre o baluarte da Boavista e o meio-baluarte de Santa Rosa, as portas de São Pedro e a de Santa Maria¹⁶⁶³.

“Dentro no lago grande está hum revelin que cobre a cortina do mesmo de frente da cortina que está a porta de S. Pedro tem outro que a cobre: de frente da cortina que prende o baluarte da Boa Vista com o meyo baluarte de Santa Roza (em que se acha a porta falsa) esta outro: de frente da cortina que prende o dito baluarte da Boa Vista com o meyo baluarte de São Sebastião, se acha outro: de frente da cortina em que está a porta de Santa Maria, se achão dois revelins hum pequeno revestido; e outro grande, sem revestimento: em huma pequena elevação que fás a explanada de frente do meyo baluarte do Curral dos Coelhos, se acha o ultimo revelim”¹⁶⁶⁴.

Foram também construídos os fortes do Cachimbo e de São João Batista¹⁶⁶⁵. Este último é composto por três baluartes inteiros, ligados por cortinas e circundados de fossos e estradas cobertas, pensadas com recurso ao declive natural do terreno, *“sem revestimento algum”¹⁶⁶⁶.*

Segundo o balanço das campanhas de obras nesta fortificação¹⁶⁶⁷, detetámos que no primeiro período entre 1643-1646, as obras corresponderam a cerca de 31% do total, uma vez que embora os materiais de construção escasseassem as obras prosseguiram a bom ritmo a cargo de Langres, tendo-se levantado uma primeira linha fortificada, ainda sem grandes obras exteriores; no segundo período que considerámos, entre 1647-1653, destacamos uma subida das intervenções de 46%, pois muito embora até 1650 as obras não tivessem tido grande avanço, novamente por falta de materiais, e apenas se tivessem concluído os parapeitos e parte de um baluarte, entre 1650 e 1653, o novo incentivo financeiro dado a Campo Maior permite que Lassart, Cosmander e Langres efetuem projetos mais adequados a esta fortificação, sendo nesse período que se constroem os

¹⁶⁶¹ *Idem*, f. 579.

¹⁶⁶² *“na maior parte da Praça, e na menor os tem aquáticos por ter hum lago pequeno e outro grande honde se pescão singulares teneas que nelle se crião”*. *Idem*, ff. 579, 580v. José Romão da Cruz, *Descrição do Alentejo...*, ff. 51-53. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

¹⁶⁶³ ANTT, *Memória Paroquial de Campo Maior, Elvas...*, Vol. 8, ff. 580v-581.

¹⁶⁶⁴ *Idem*, f. 580.

¹⁶⁶⁵ *“(…) distante de tiro de mosquete da mesma para a parte de Espanha”*. ANTT, *Memória Paroquial de Campo Maior, Elvas...*, Vol. 8, f. 580. *Castelos e praças-fortes...*, f. não numerado.

¹⁶⁶⁶ ANTT, *Memória Paroquial de Campo Maior, Elvas...*, Vol. 8, f. 581.

¹⁶⁶⁷ Cf. Vol. II, **Anexo III – Quadros e Gráficos, Quadro 24. Fortificação de Campo Maior: balanço das obras e estruturas (1643-1668)**, pp. 285-286; **Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Campo Maior**, pp. 460-466; **Gráfico 13. A fortificação de Campo Maior: balanço global das campanhas de obra (1643-1668)**, p. 294.

baluartes que complementam o polígono, bem como as obras exteriores, fossos secos e alagado.

No entanto, num terceiro período, entre 1654-1660, as obras praticamente pararam, pelo que as intervenções somente representaram cerca de 8%, pois apenas se centraram na reparação do que estava construído, não se investindo na conclusão definitiva da fortificação.

No último período, entre 1661-1668, as obras representaram cerca de 15%, porque se deu a intervenção de Luís Serrão Pimentel, que dotou a praça com os dois fortes supracitados. Contudo, com as investidas de assalto por parte dos castelhanos, entre 1663 e 1668, não se avança mais nas obras da fortificação, não se concluindo a sua defesa principal.

Segundo Moisés Cayetano Rosado, infelizmente, alguns troços de cortina desapareceram, tendo sido absorvidos pela malha urbana, tal como aconteceu em Badajoz¹⁶⁶⁸, embora a um nível menos galopante.

Em 1707, Alvarez Colmenar destaca que esta detinha as suas fortificações elaboradas com pedra de talha, constituindo as suas obras de defesa uma boa muralha, composta por três meios-baluartes, dois baluartes, duas obras cornas e duas meias-luas¹⁶⁶⁹.



Fig. 69

Perímetro exterior e interior da fortificação de Campo Maior, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, ff. 6. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

¹⁶⁶⁸ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 42.

¹⁶⁶⁹ Juan Alvarez de Colmenar, *Les Delices de...*, Vol. 4, pp. 790-791.

1.14. Defesa abaluartada de Monforte

Segundo o balanço de obras que avaliamos mediante a análise da documentação da época, por ser uma praça de pequenas dimensões e afastada da fronteira a fortificação de Monforte não usufruiu de grandes investimentos em termos construtivos (Fig. 70)¹⁶⁷⁰.



Fig. 70

Localização da praça de Monforte, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 4.ª linha de defesa do território alentejano e com o 2.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Dividimos as suas intervenções em três períodos ao longo da guerra, o primeiro entre 1640-1658, o segundo entre 1659-1662 e o terceiro entre 1663-1668¹⁶⁷¹. Concluímos que no primeiro período se efetuou a maioria das obras nesta fortificação,

¹⁶⁷⁰ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 25. Fortificação de Monforte: balanço das obras e estruturas (1640-1668), p. 286; Anexo IV – Fotografias, Defesas abaluartadas de Monforte, pp. 466-467.

¹⁶⁷¹ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Gráfico 14. A fortificação de Monforte: balanço global das campanhas de obra (1640-1668), p. 294.

refletido nos cerca de 81% das intervenções totais nesta praça, uma vez que foi durante esse período que se ergueu a sua linha defensiva exterior, bem como os seus baluartes e guaritas. Mas, no período seguinte, a fortificação foi dada como estando em ruínas, tendo inclusive o inimigo conquistado a praça a 28 de junho de 1662. Embora no mês seguinte o exército português a tenha reconquistado, a verdade é que não se voltou a investir na fortificação durante todo este período e no seguinte, até ao fim do conflito, deixando-se esta praça à mercê e sem defesa apta, optando-se apenas por preservar as poucas ruínas que detinha.

Apesar de ter sido dotada de quatro baluartes com guaritas grandes, a tipologia adotada revela-nos uma muralha estruturalmente fraca. Justificamos esta ideia com o facto de a linha defensiva abaluartada ter acompanhado a antiga defesa, pelo seu exterior, implementando-se de forma adossada a esta. Os vestígios dos panos de muralha revelam-se muito pobres em termos do que representaram as restantes fortificações abaluartadas no Alentejo durante o período da Guerra da Restauração.

1.15. Fortificação abaluartada de Ouguela

Embora Ouguela¹⁶⁷² se possa considerar uma praça de 1.^a linha em termos de localização face à fronteira da Extremadura (**Fig. 71**), apresenta uma fortificação débil, podendo as campanhas de obras ser distribuídas apenas por três fases durante a guerra¹⁶⁷³. Pelos dados analisados, perspetivamos efetuar a seguinte divisão temporal: primeira fase de obra entre 1644 e 1646; segunda fase, entre 1647 e 1661; e última fase, entre 1662 e 1668. No primeiro período citado as intervenções na praça foram mínimas, tendo-se apenas detetado a preocupação com a defesa e a projeção da sua fortificação por Langres. A obra e os seus avanços significativos foram durante 1647 e 1661, correspondendo a cerca de 62% de um total de intervenções na praça. Mas verifica-se que a praça foi menosprezada, pois os métodos construtivos utilizados foram mais arcaicos do que os usados nas fortificações das restantes praças do Alentejo, com uma maior escala da utilização de materiais construtivos pertencentes à anterior fortificação.

¹⁶⁷² Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 26. Fortificação de Ouguela: balanço das obras e estruturas (1644-1668), pp. 286-287; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Ouguela, pp. 468-474.

¹⁶⁷³ Cf. Vol. II, Anexo III – Quadros e Gráficos, Gráfico 15. A fortificação de Ouguela: balanço global das campanhas de obra (1644-1668), p. 294.



Fig. 71

Localização da praça de Ouguela, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1.ª linha de defesa do território alentejano e com o 2.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Apesar de o projeto de Langres perspetivar uma fortificação de grandes dimensões com três baluartes inteiros e um meio-baluarte, a fortificação construída no local é efetivamente pequena¹⁶⁷⁴ e possui planta poligonal irregular, aproximada a uma elipse, com o extremo mais estreito apontando a este¹⁶⁷⁵: “*hé feita ao methodo antigo, e se lhe adicionou huma obra corna*”¹⁶⁷⁶. Em vez do meio-baluarte, optou-se pela construção de

¹⁶⁷⁴ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 57. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203, pp. 228-245.

¹⁶⁷⁵ Cf. *Planta da praça de Ouguela*, Miguel Luís Jacob, na *vezita geral de 1755; Villa d'Ouguela*, 1700-1900. BDE:

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283344&img=36890>;

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=281888&img=35092> (consult. 11 out. 2020).

¹⁶⁷⁶ José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 57. Cf. Vol. II, Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203, pp. 228-245.

um revelim em frente à ermida do Mártir, tendo sido esta a melhor opção de construção. Além disso, o recinto principal ficou protegido por um fosso e caminho-coberto¹⁶⁷⁷.

Já no último período, entre 1662 e 1668, as obras na fortificação decorreram pela mão dos castelhanos que conquistaram a praça, correspondendo a cerca de 31% de intervenção; foi a cargo de um engenheiro militar ao seu serviço, Jerónimo Rinaldi que se deu a construção do seu fosso e caminho de ronda.

Nas *Memórias Paroquiais* da vila de Ouguela, indica-se que os seus muros já se encontravam muito danificados no século XVIII, essencialmente devido ao terramoto de 1755¹⁶⁷⁸.

As suas muralhas possuem cubelos e torreões adossados rebocados com embasamento. A toda a sua volta existe um fosso com reparo de traçado tenalhado e caminho de ronda¹⁶⁷⁹.

1.16. Modelo abaluartado de Arronches

Arronches, praça de 1.^a linha de proximidade com a fronteira, considerada pequena, foi dotada de extensos fossos por anteceder a Ouguela no sentido de Albuquerque para o sul do Alentejo (**Fig. 72**).

As campanhas de obra nesta fortificação terão decorrido em três fases¹⁶⁸⁰: a primeira entre 1646 e 1660, a segunda entre 1661 e 1663 e a terceira entre 1664 e 1666. A premissa de divisão das fases citadas prende-se pelo facto de se terem verificado poucas intervenções no início da guerra, pelo que desde o projeto abaluartado, desenvolvido em 1646 por Langres, apenas em 1660 se verificou a conclusão da construção de um baluarte, denominado do Castelo, que protegia a antiga defesa, representando apenas cerca de 4% de obras num total das campanhas. Por outro lado, na fase seguinte as obras na fortificação avançaram significativamente, mas por ação dos castelhanos, que conquistaram a praça a 16 de junho de 1661. A sua ação interventiva corresponderá a um total de 50% das obras, porque foi através da supervisão de D. Juan de Áustria que se

¹⁶⁷⁷ *Planta de Ouguela e seu memorial por Nicolás de Langres*. AGS, Guerra y Marina, Leg. 1676. Julián García Blanco, “Fortificación y Guerra...”, p. 158.

¹⁶⁷⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais de Ouguela, Elvas...*, f. 373.

¹⁶⁷⁹ Cf. morfologia do terreno de Ouguela por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 51.

¹⁶⁸⁰ Cf. Vol. II, **Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadros e Gráficos, Quadro 27. Fortificação de Arronches: balanço das obras e estruturas (1646-1666)**, p. 287; **Gráfico 16. A fortificação de Arronches: balanço global das campanhas de obra (1646-1666)**, p. 296; **Anexo IV – Fotografias. Fortificação abaluartada de Arronches**, pp. 474-480.

emprenderam obras de construção dos baluartes da Porta de Elvas (com guaritas de corpo prismático), de Santo António, do Espírito Santo (também com guaritas de corpo prismático como as da Porta de Elvas) e o dos Clérigos, do meio-baluarte de Nossa Senhora da Luz, e de dois fossos ao redor da fortificação.

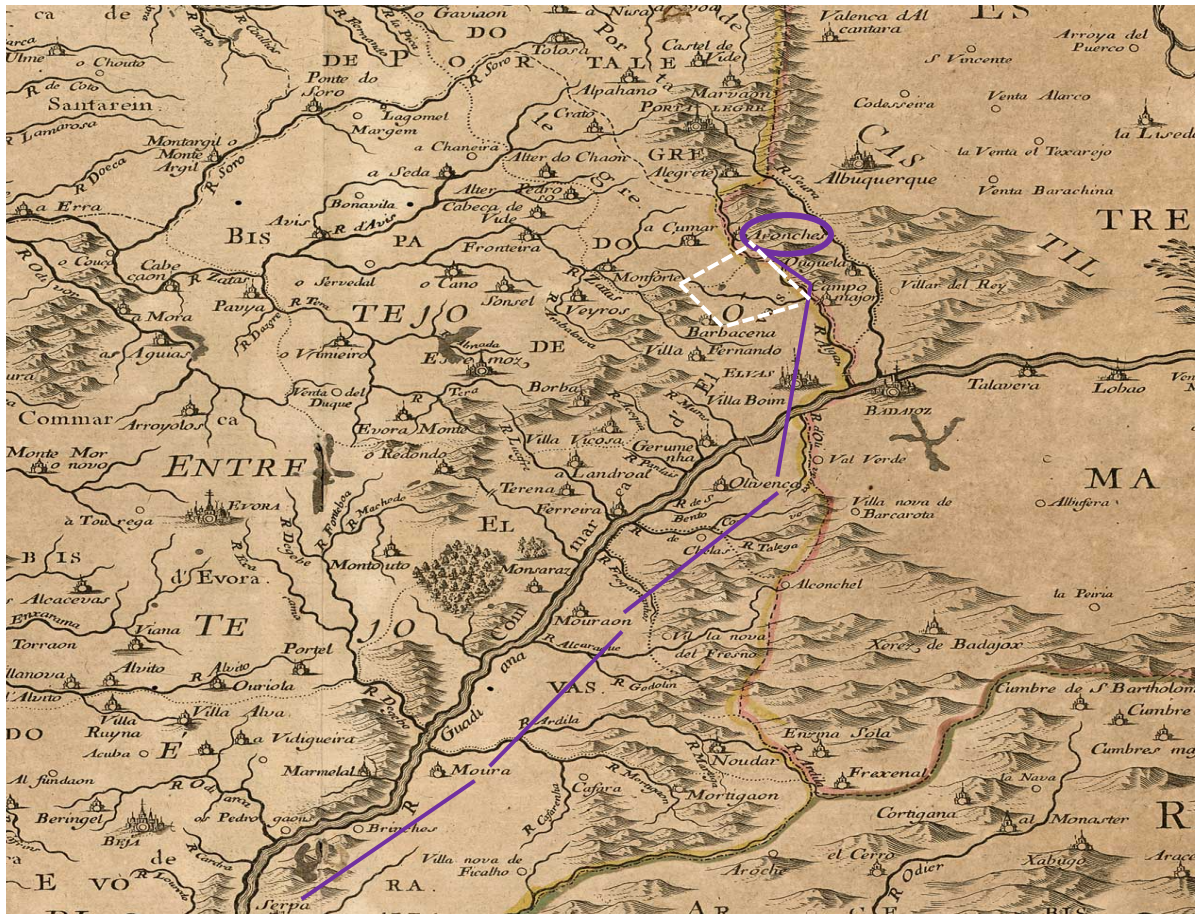


Fig. 72

Localização da praça de Arronches, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1.ª linha de defesa do território alentejano e com o 2.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Assim, a partir do anterior baluarte do Castelo, a fortificação passou a contar as cortinas, uma delas, interrompida pela porta do Rio, “*por ficar junto a Ribeira*”¹⁶⁸¹; dois fossos; seguiam-se os baluartes e o meio baluarte já citados. A porta principal era a porta do Crato¹⁶⁸². A defesa foi ainda reforçada com um reduto, que sendo uma obra exterior estava ocupado por trincheiras, com os seus baluartes cortados por alturas irregulares¹⁶⁸³.

¹⁶⁸¹ ANTT, *Memórias Paroquiais de Arronches, Portalegre...*, p. 670.

¹⁶⁸² *Ibidem*.

¹⁶⁸³ Cf. Planta da Praça de Arronches, por Miguel Luiz Jacob, 1755; *Planta da Praça de Arronches*, por João António Infante, 1758. BDE:
<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?key=&doc=283340&img=36861>;

É provável que as obras na fortificação tenham sido levadas a cabo pelo engenheiro milanês Ambrosio Borsano (1633-1708), à data contratado como engenheiro militar para acompanhar D. Juan de Áustria nas suas campanhas pela fronteira alentejana. Outra hipótese poderá ter sido o engenheiro militar Marco Alexandro del Borro, milanês também, e que em 1661 se encontrava ao serviço dos castelhanos como mestre da infantaria napolitana do exército da Extremadura e engenheiro militar¹⁶⁸⁴.

Mas a última fase de intervenções foi efetuada pelos portugueses, que conquistaram a praça na sequência do abandono desta pelos castelhanos, tal como citado no capítulo anterior. Foi a partir de 1665 que se acrescentaram outros dois baluartes à fortificação, nomeadamente o baluarte de São João e o de São Francisco, bem como o meio-baluarte da Boaventura. Foram designadas três as portas desta fortificação, a do Rio, a de Elvas e a do Crato, não se construindo mais.

O autor Moisés Cayetano Rosado afirma que os baluartes de São João e de São Francisco e que o meio-baluarte da Boaventura, apresentam “*uma grande abertura que permite o acesso dos jardins que se situam no fosso da fortificação*”¹⁶⁸⁵.

Foi nesta última fase que, em 1666, Allain Manesson Mallet indica ter efetuado obras nesta fortificação, nomeadamente no antigo castelo e numa das suas cortinas (**Fig. 73**)¹⁶⁸⁶. Através da sua planta, podemos verificar as diferenças do que foi efetivamente adaptado ao terreno e do que apresentou Langres no seu projeto. Esta diferença também é bastante representativa na planta de Coquart, datada de 1705 (**Fig. 74**).

Posteriormente, em 1707, Alvarez Colmenar deixa-nos o testemunho de que esta praça era pequena, mas bem fortificada com cinco baluartes (e não os sete iniciais), dois meios-baluartes e um extenso fosso¹⁶⁸⁷. De facto, o que chegou ao presente representa pouco do que foi esta fortificação, bastante absorvida pela malha urbana.

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=277362&img=58702> (consult. 11 out. 2020).

¹⁶⁸⁴ Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, Rocío Sánchez Rubio, “Un grupo de ingenieros italianos...”, p. 333, 349.

¹⁶⁸⁵ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 175.

¹⁶⁸⁶ Allain Manesson Mallet, *Les Travaux de Mars...*, p. 304.

¹⁶⁸⁷ Juan Alvarez de Colmenar, *Les Delices de...*, Vol. 4, p. 791. Cf. Vol. II, **Anexo III – Plantas e Projetos de fortificação, Planta 38 (Vista da fortificação de Arronches, por Juan Alvarez Colmenar, 1707)**, p. 320.



Fig. 73

Fortificação de Arronches, projeto de Mallet, 1666.

Fonte: *Les Travaux de Mars, ou L'Art de la Guerre*, Paris, Chez Denys Thierry, 1671, p. 305.
Bibliothèque Nationale de France-GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1043125c.image>

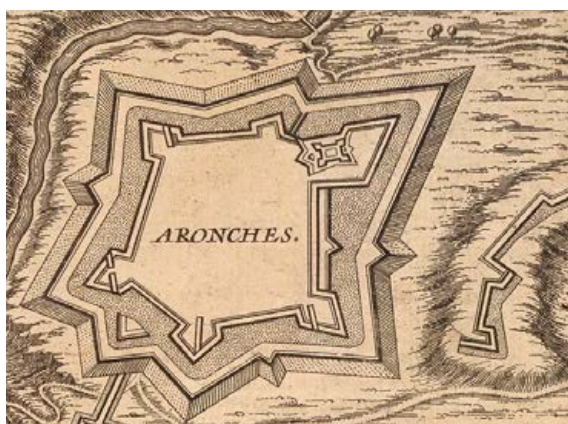


Fig. 74

Fortificação de Arronches, projeto de Antoine Coquart, 1705.

Fonte: Europeia:
http://www.europeana.eu/pt/item/9200365/BibliographicResource_3000094695426

1.17. Defesas abaluartadas de Avis

Relativamente a Avis, que contrariamente a Arronches estava localizada em posição afastada da fronteira (**Fig. 75**), verificamos que não se deu muita relevância às suas defesas, pois servia maioritariamente como praça de retaguarda para armazenar mantimentos para responder às necessidades das praças que lhe antecederiam, sujeitas a investidas do inimigo. No entanto, embora quase não existam vestígios da sua fortificação abaluartada¹⁶⁸⁸, por se terem degradado com a passagem do tempo, sabemos que esta primava por alguma regularidade¹⁶⁸⁹.

¹⁶⁸⁸ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 28. Fortificação de Avis: balanço das obras e estruturas (1640-1668), p. 287; Anexo IV – Fotografias, Defesas abaluartadas de Avis, pp. 481-483.

¹⁶⁸⁹ Cf. Murallas de Avis. SIPA DES.00000509:
http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4571 (consult. mai. 2021).

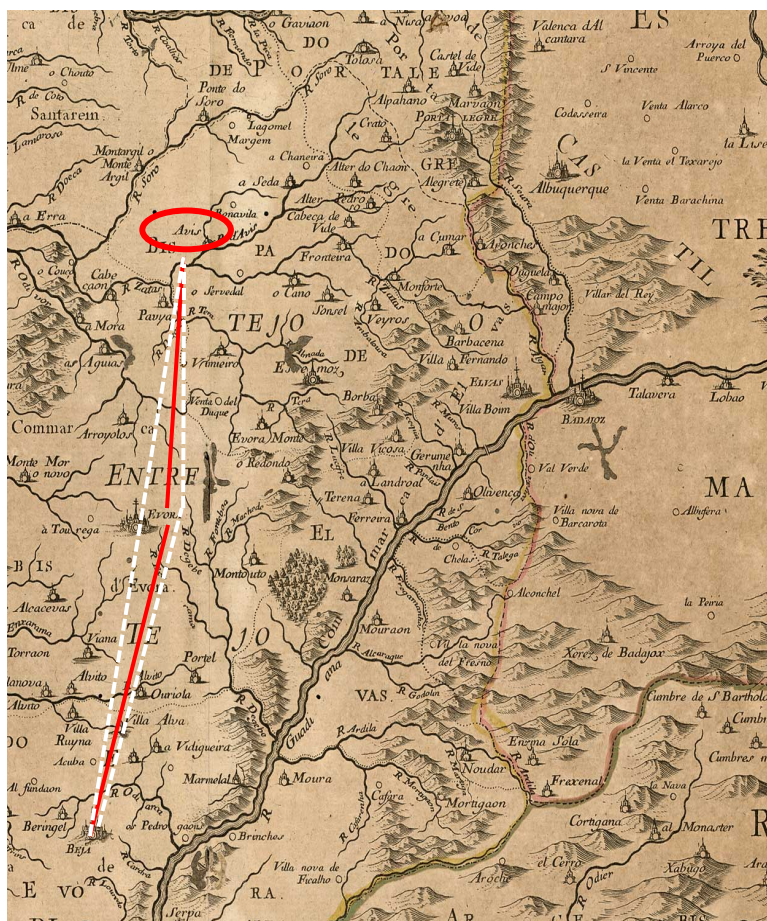


Fig. 75

Localização da praça de Avis, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 5.ª linha de defesa do território alentejano e com o 5.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Em Avis, podemos considerar que as obras decorreram em apenas duas fases, entre 1640 e 1656 e entre 1657 e 1668¹⁶⁹⁰. Optou-se essencialmente por se aproveitar os materiais existentes das defesas anteriores, nomeadamente das torres que ameaçavam ruína e circundar-se toda a praça. Tendo a antiga defesa seis portas, permaneceram todas, uma vez que a praça era circundada pela ribeira do Ervedal em seu redor, sendo difícil de conquistar. Para auxiliar as portas de Évora e de Santo António foram construídos dois pequenos fortes, com recurso aos materiais pré-existentis¹⁶⁹¹.

¹⁶⁹⁰ Cf. Vol. II, Anexo III – Quadros e Gráficos, Gráfico 17. A fortificação de Avis: balanço global das campanhas de obra (1640-1668), p. 295.

¹⁶⁹¹ ANTT, *Memórias Paroquiais de Avis...*, f. 929.

1.18. Defesas abaluartadas de Portalegre

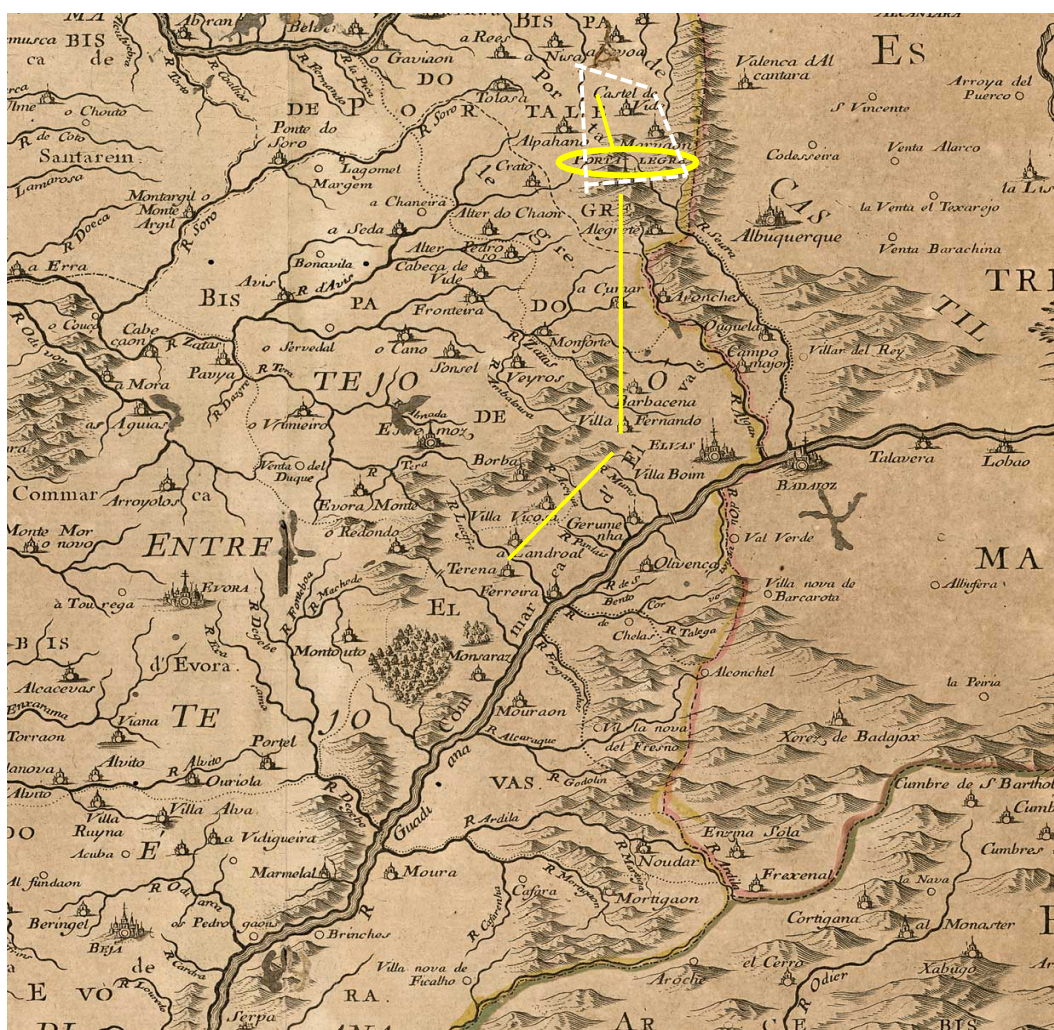


Fig. 76

Localização da praça de Portalegre, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3.ª linha de defesa do território alentejano e com o 4.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Tal como Avis, embora próxima da fronteira castelhana (**Fig. 76**), a defesa estrutural de Portalegre¹⁶⁹² apresenta-se bastante dissimulada pela deterioração e pelo crescimento da malha urbana.

Entre 1641 e 1646¹⁶⁹³, a praça foi constituída por um polígono irregular, arredondado, fechado com três portas: a de Alegrete, da Devesa e do Postigo. A defesa entre estas era efetuada por dois baluartes (um junto à porta da Devesa e outro com

¹⁶⁹² Cf. Vol. II, Anexo III – Quadros e Gráficos, Quadro 29. Fortificação de Portalegre: balanço das obras e estruturas (1641-1668), p. 288; Anexo IV – Fotografias, Defesas abaluartadas de Portalegre, pp. 483-487.

¹⁶⁹³ Cf. Vol. II, Anexo III – Quadros e Gráficos, Gráfico 18. A fortificação de Portalegre: balanço global das campanhas de obra (1641-1668), p. 295.

vestígios na zona do atual largo Dr. Alves de Sousa) e três meios-baluartes¹⁶⁹⁴ (um a proteger a zona da Sé, outro a proteger o Palácio Amarelo e outro na rua dos Muros de Baixo).

A última fase da defesa corresponde ao período entre 1661 e 1668, sendo reforçada com os fortins de São Pedro, da Boavista e de São Cristóvão, concluídos por Luís Serrão Pimentel em 1661. Apenas restam vestígios deste último fortim, nomeadamente parte de um baluarte dos quatro baluartes iniciais e da sua cortina.

1.19. Fortificação abaluartada de Marvão

Localizada relativamente perto da fronteira (**Fig. 77**), ao contrário das restantes praças alentejanas, Marvão apresenta uma defesa natural incomparável. Por esse motivo é considerada única, uma vez que na parte sul é inacessível devido às características naturais do terreno¹⁶⁹⁵: *“de tal sorte que só aos pasaros permite entrada, porque em todo o comprimento he continuo e continuado o desppenhadeiro de vivos penhos em tanta altura, que as Aves de mais elevados voos, delle se deixão ver pelas costas, donde, toda a pedra, que se deita tem munto salto que dar e toda a pessoa que cahia, tem o seu remedio em morrer”*¹⁶⁹⁶.

Domingos Almeida Bucho salienta que a *“sua eminência estratégica foi desde sempre reconhecida, por se situar junto à fronteira e por constituir uma fortaleza natural”*¹⁶⁹⁷, sendo a *“fortaleza que possui a cota mais elevada do Alto Alentejo”*¹⁶⁹⁸.

A partir da primeira fase de campanha de obras, entre 1641 e 1647¹⁶⁹⁹, sobre todo o acidentado terreno se ergueram as cortinas da fortificação, *“desde o princípio da villa athe findar no castello”*¹⁷⁰⁰. As cortinas tinham principalmente aqui a função de continuar a defesa natural de que usufruía a vila, sendo que serviam *“mais para não*

¹⁶⁹⁴ Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, pp. 600-601.

¹⁶⁹⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre...*, f. 490. Cf. Morfologia do terreno de Marvão apresentada por Maria Helena Dias, *Finis Portugalliae...*, p. 47.

¹⁶⁹⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre...*, f. 490.

¹⁶⁹⁷ Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, p. 357.

¹⁶⁹⁸ *Idem*, pp. 358-359.

¹⁶⁹⁹ Cf. Vol. II, A Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 30. Fortificação de Marvão: balanço das obras e estruturas (1641-1668), p. 288; Gráfico 19. A fortificação de Marvão: balanço global das campanhas de obra (1641-1668), p. 296; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Marvão, pp. 488-501.

¹⁷⁰⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre...*, f. 490.

deixar cair os de dentro, do que para impedir a entrada aos de fora, e por isso em muitas partes he este muro baixo”¹⁷⁰¹.



Fig. 77

Localização da praça de Marvão, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3.ª linha de defesa do território alentejano e com o 4.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Devido ao terreno muito acidentado, a construção de baluartes¹⁷⁰² implicou a irregularidade em determinadas áreas da fortificação, e uma maior ordenação noutras, reforçando-se as entradas na cerca urbana, ao mesmo tempo que permitiam a defesa do castelo na sua zona mais vulnerável¹⁷⁰³.

¹⁷⁰¹ *Ibidem*.

¹⁷⁰² Domingos Almeida Bucho indica que foi empregue o tijolo na construção das guaritas dos baluartes. Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, p. 368.

¹⁷⁰³ Domingos Almeida Bucho, *Fortificações de Marvão – História, Arquitectura e Restauro*, Região de Turismo de São Mamede/ IPPAR/ Ministério da Cultura, 2000, pp. 42-43; e SIPA: Processo IPA.00003234 (PT041210020001) - Castelo de Marvão/ Fortificações de Marvão: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3234 (consult. 20 out. 2019).

Na última fase de construção, entre 1661 e 1668, a fortificação principal foi complementada por um “*forte altissimo com apontaria a Castella, e nelle huma pessa de artilharia, a qual nas occasioens de suspeita costuma estar montada*”¹⁷⁰⁴. O que se considera “*forte*” nas *Memórias Paroquiais* da freguesia de Santa Maria, respeitante a Marvão, poderá ser um baluarte pertencente à fortificação.

A defesa seguia alta com caminho de ronda até à porta principal da fortificação, que fica em frente ao convento da Senhora da Estrela. Desta porta segue-se a muralha até outra porta, situada mais a sul, onde se encontra outro baluarte no qual se colocariam mais peças de artilharia “*com pontarias a Castella*”¹⁷⁰⁵. A muralha segue até uma terceira porta. A fortificação é ainda adossada por outro baluarte, junto a esta porta, com guarita, também apontando para Castela.

Na parte sul da fortificação foi construído um potente revelim¹⁷⁰⁶, tal como podemos verificar no projeto de Langres (**Figs. 78**).

Desta forma, a fortificação de Marvão era quase inexpugnável¹⁷⁰⁷, “*pela dificuldade de acesso*”, e por “*poder servir de depozito ao mais preciozo dos lugares abertos*”¹⁷⁰⁸.

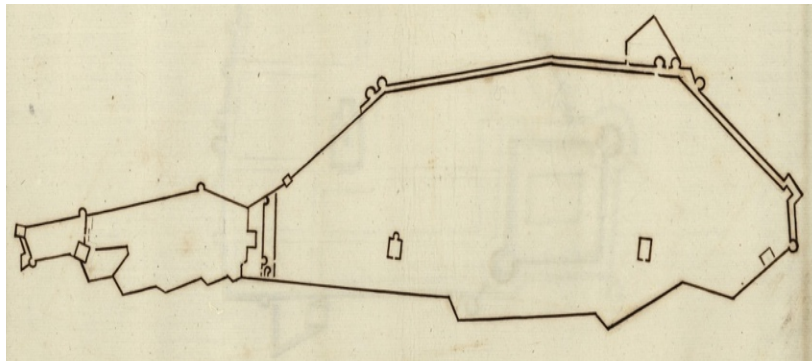


Fig. 78

Perímetro exterior e interior da fortificação de Marvão, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 5. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

¹⁷⁰⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais, Santa Maria, Marvão, Portalegre...*, f. 491.

¹⁷⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁰⁶ *Idem*, f. 492.

¹⁷⁰⁷ O autor Lino Ramos considerou a fortificação de Marvão como “*o baluarte da liberdade do Alentejo*”. Lino Ramos, “*Antes quebrar que torcer*”, in *Descla – Na fronteira da História: um país armado: pelas fortalezas do Alentejo*, p. 17.

¹⁷⁰⁸ Por ter muita água e capacidade para armazenar Artilharia e soldados. José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal...*, f. 60. Cf. Vol. II, **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 203**, pp. 228-245.

1.20. Defesas abaluartadas de Castelo de Vide

No extremo da 3.^a linha de proximidade com a fronteira castelhana tínhamos Castelo de Vide (**Fig. 79**), cuja praça, por intervenção de Langres e Cosmander, nas duas primeiras fases de intervenção de obras, entre os anos de 1641 e 1660¹⁷⁰⁹, e posteriormente, com Luís Serrão Pimentel, a partir de 1660, se passou a constituir por dois núcleos principais – o do castelo, a oeste, que foi dotado de amplos baluartes nos ângulos norte e sul¹⁷¹⁰, e o forte de São Roque (de planta estrelada com quatro baluartes e suas guaritas¹⁷¹¹), a leste - interligados por extensa linha de muralhas abaluartadas que acompanhavam o acentuado declive do terreno (**Fig. 80**). O autor Lino Ramos indica a possível existência de um outro forte, denominado do Castelo¹⁷¹², que poderia existir por intervenção de Luís Serrão Pimentel no último período da guerra.

Como podemos observar no projeto de Langres, trata-se de uma fortificação irregular¹⁷¹³ de grande extensão, do ponto de vista estrutural, mas apresentando apenas quatro baluartes¹⁷¹⁴. A muralha, cujo traçado resulta do encontro do aglomerado urbano com o relevo constituído pelos contrafortes da serra de São Mamede constitui um percurso privilegiado de leitura do território¹⁷¹⁵, pois a linha de defesa que une o abaluartado com o medieval usufrui da sua localização em terreno elevado¹⁷¹⁶, o que facilitava claramente a sua defesa estrutural, não sendo alvo de ataques por este lado.

¹⁷⁰⁹ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 31. Fortificação de Castelo de Vide: balanço das obras e estruturas (1641-1663), p. 288-289; Gráfico 20. A fortificação de Castelo de Vide: balanço global das campanhas de obra (1641-1663), p. 296.; Anexo IV – Fotografias, Fortificação abaluartada de Castelo de Vide, pp. 502-508.

¹⁷¹⁰ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 173.

¹⁷¹¹ Lino Ramos, “A Sintra do Alentejo”..., p. 12.

¹⁷¹² *Ibidem*.

¹⁷¹³ “Como sistema abaluartado de traçado irregular (...) devem ser tomadas medidas no sentido de garantir rotinas de manutenção e pequenos restauros (...) e arranjos dos espaços exteriores que reforcem a leitura do sistema defensivo”. Francisco de Sousa Lobo, “A praça-forte de Castelo de Vide. Forças e fraquezas da estrutura defensiva”, in *O Pelourinho*, Badajoz, 2013, N.º 17, p. 27.

¹⁷¹⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais de Castelo de Vide, Portalegre...*, f. 1473.

¹⁷¹⁵ SIPA: Processo IPA.00004572 (PT041205020010) - Castelo de Castelo de Vide/ Fortificações de Castelo de Vide: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4572 (consult. 27 out. 2019).

¹⁷¹⁶ Moisés Cayetano Rosado, *La raya Ibérica...*, p. 173.

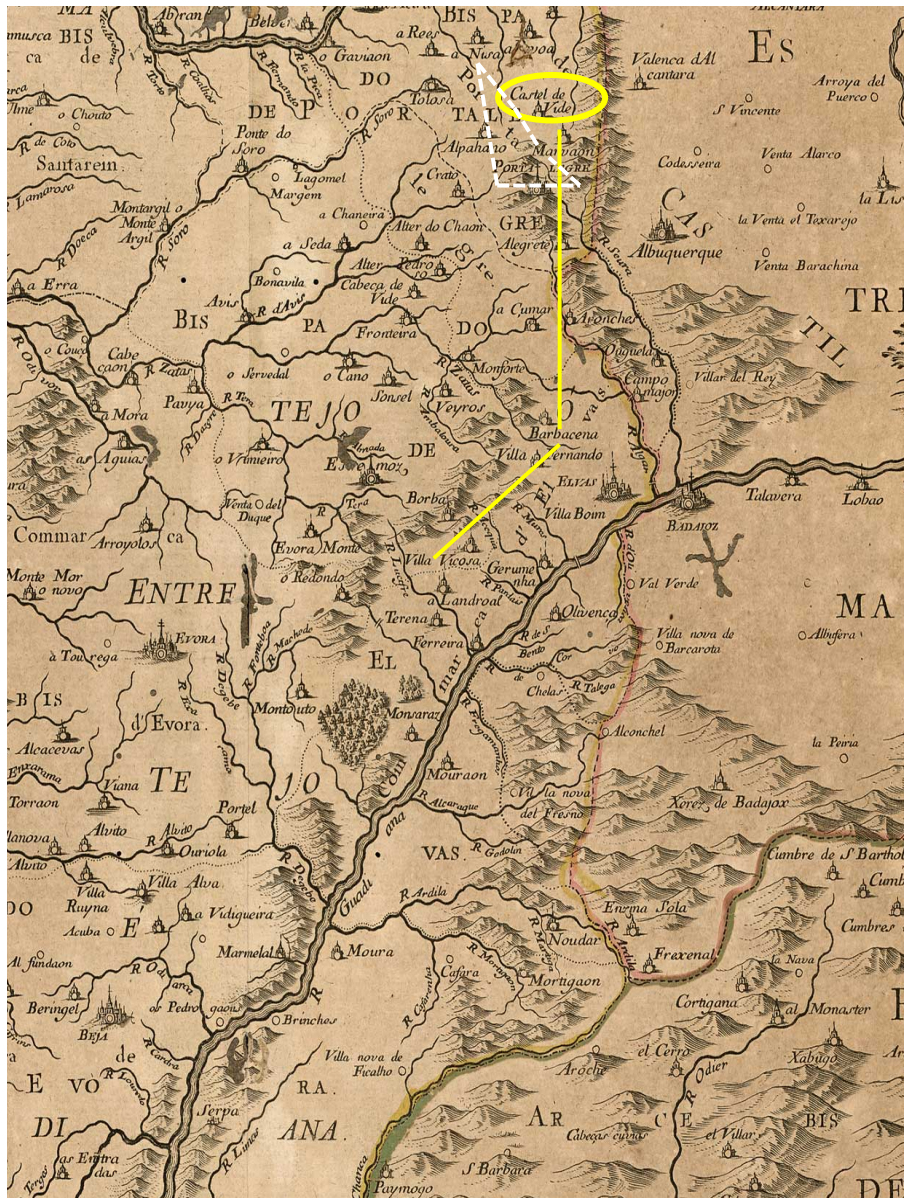


Fig. 79

Localização da praça de Castelo de Vide, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3.ª linha de defesa do território alentejano e com o 4.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

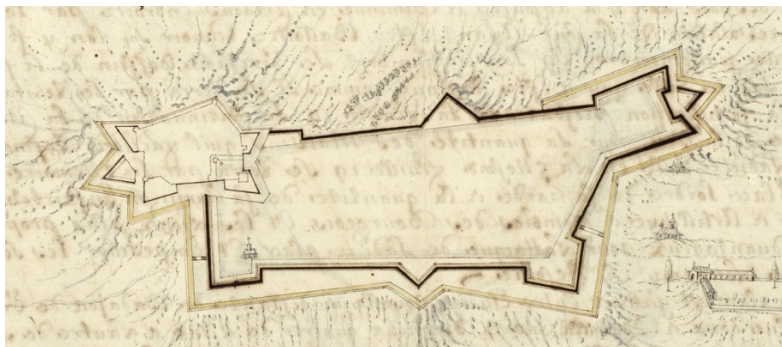


Fig. 80

Perímetro exterior e interior da fortificação de Castelo de Vide, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 55. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

Atualmente, a fortificação encontra-se muito dissimulada, contendo poucas evidencias do projeto do engenheiro militar francês e da intervenção de Cosmander na prática, mas representando um excelente exemplar da arquitetura abaluartada no Alentejo, pela sua extensão.

1.21. Defesas abaluartadas de Nisa

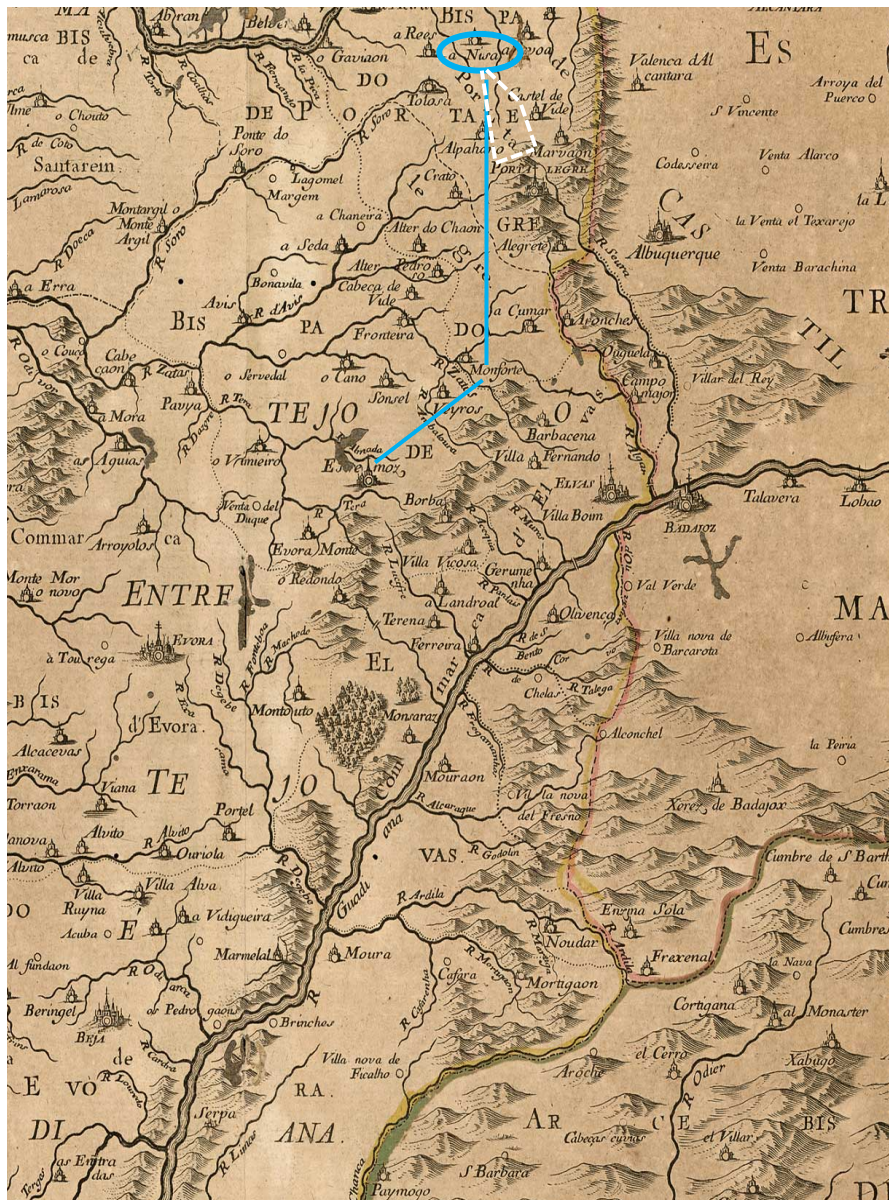


Fig. 81

Localização da praça de Nisa, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 4.ª linha de defesa do território alentejano e com o 4.º aglomerado de fortificações a que pertence.

Fonte: Parte meridional do reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 [adaptado]
Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350>

Por fim, a fortificação de Nisa, no extremo da 4.^a linha defensiva do Alentejo relativamente à proximidade com a fronteira (**Fig. 81**), terá decorrido mediante três fases de intervenção de obras, a maior parte delas entre 1646-1656, representando cerca de 69% do total da campanha; depois entre 1657-1661, altura em que as obras decresceram para cerca de 8% por falta de recursos financeiros, havendo um aumento para 23% de intervenção no período final, correspondente aos anos 1662-1668¹⁷¹⁷. Esta fortificação também apresenta planta irregular com quatro lados, tendo sido projetados por Langres cinco baluartes (**Fig. 82**) logo na primeira fase de intervenções. Foram construídas duas portas de acesso a esta defesa, a porta da Vila e a porta de Montalvão¹⁷¹⁸. A irregularidade da praça é justificada pelo terreno montanhoso. No último período do conflito, esta fortificação teve influência de Luís Serrão Pimentel, que se guiou pelo anterior projeto, assentando a sua intervenção na manutenção da defesa existente.

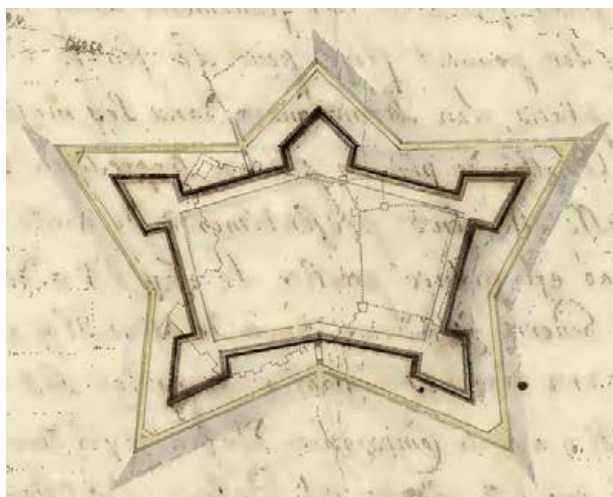


Fig. 82

Fortificação de Nisa, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.

Fonte: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, f. 3. BNP-BND: <http://purl.pt/15387/3/#/33>

Das análises no terreno verificamos que Nisa e Serpa se encontram bastante dissimuladas pela passagem do tempo, estando muitos troços corrompidos ou inexistentes. As fortificações foram absorvidas pela malha urbana destas duas localidades, pelo que dificulta a perceção dos seus elementos construtivos advindos deste período, permanecendo prioritariamente o traçado medieval, daí a opção por não as termos representado em termos dos elementos subsistentes.

¹⁷¹⁷ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Quadro 32. Fortificação de Nisa: balanço das obras e estruturas (1646-1668), p. 289; Gráfico 21. A fortificação de Nisa: balanço global das campanhas de obra (1646-1668), p. 296; Anexo IV – Fotografias, Defesas de Nisa, pp. 508-509.

¹⁷¹⁸ Domingos Almeida Bucho, *Herança Cultural e Práticas...*, pp. 600-601.

Nota final

Podemos concluir que, embora as obras de fortificação se efetuassem praticamente todas ao mesmo tempo nas praças do Alentejo, não foi seguida uma tipologia construtiva única, não se verificando uma obra-tipo. Existiram várias práticas e métodos de construção e de pensar os problemas: a adaptação a cada caso, verificando-se vários projetos para uma mesma fortificação quando a praça era considerada imprescindível de se fortificar rapidamente, como foram os casos de Olivença, Juromenha, Elvas e Évora. Embora na maioria das praças se tivessem iniciado as obras mediante projetos de Langres, por vezes eram pedidos novos projetos porque os responsáveis pelas obras não eram sempre os mesmos, entrando em conflito na forma de fortificar. Pela análise da documentação da época, parece-nos que houve, talvez uma tendência de se improvisar por falta de dinheiro, de materiais de construção e de mão-de-obra. Sendo necessário avançar-se rapidamente na defesa de cada uma das praças, mesmo não se construindo todo o projetado, alguns elementos defensivos seriam uma mais valia e poderiam evitar a conquista da praça pelos castelhanos.

Claramente, temos a influência de Langres em todos os projetos de fortificação. E, muito embora em muitos deles o dito engenheiro militar tenha estado ausente no momento da concretização das obras, por estar a deambular entre as praças que vistoriava, nitidamente os seus projetos foram os aprovados pelo Conselho de Guerra para se dar início às obras ao longo do conflito.

Os motivos relacionados com a aprovação dos projetos deste engenheiro francês foram essencialmente: a adaptação ao terreno, o complemento das defesas já existentes, o reforço e encerramento da defesa das praças com perímetros em torno das antigas defesas e a elaboração de obras exteriores, recorrendo-se à implementação de fossos, baluartes avançados, revelins e fortes ou fortins.

Outra questão importante a reter é que, embora os projetos fossem de Langres foram essencialmente postos em prática, iniciados e concretizados por holandeses (Cosmander e Gilot), nomeadamente no que concerne aos primeiros anos do conflito (Comander até abril de 1647, quando foi capturado pelos castelhanos; Jean Gilot até maio de 1657, data do seu falecimento). Partidários da construção holandesa, estes engenheiros revelaram-se, efetivamente, a melhor escolha do Conselho de Guerra para exercerem a função destinada em termos das obras práticas no terreno. Por seu turno, com a perda de Cosmander, Langres tornou-se mais ativo nos trabalhos práticos de construção dos seus

projetos (até se aliar aos castelhanos em meados de 1660), auxiliado na maioria das vezes por Gilot, Lassart ou Saint-Colombe (que se aliou ao inimigo em junho de 1662). Estes engenheiros militares foram práticos nas campanhas de obras e avançaram consoante o montante disponível em cada região. A geração de engenheiros militares portugueses que lhes sucede no terreno, de que destacamos Luís Serrão Pimentel, acaba também por agir com grande influência de mestres holandeses.

Foram essencialmente as questões monetárias, em conjunto com as diferentes morfologias do terreno, que implicaram que não se seguisse uma tipologia construtiva. A primeira questão prende-se com a falta de homens para trabalharem nas fortificações, tendo que se recorrer a maioria das vezes à mão-de-obra dos próprios moradores. Ora, como verificámos, as localidades citadas tinham ocupações demográficas distintas. Da mesma forma, nem todas detinham a mesma importância estratégica, pelo que, havendo escassez de materiais para construção, não se podendo mesmo recorrer a materiais das defesas pré-existentes e em ruína, tinha-se obrigatoriamente que aguardar a entrega de materiais vindos de outras localidades, tais como a cal e a madeira, o que como verificámos era problemático, e muitas das vezes não chegavam ao destino, sendo interceptados pelo inimigo.

A juntar a estas questões, as constantes investidas dos castelhanos faziam na maioria das vezes recuar as obras, pois destruíam elementos de defesa entretanto construídos, sendo posteriormente necessário mais dinheiro para obras de emergência e, por vezes, a aprovação de um outro projeto de fortificação para determinada região.

Em relação à configuração do terreno, este foi determinante para a implantação da defesa, que se tinha de adaptar ao terreno acidentado ou extremamente plano. Tanto um como outro tinham desvantagens. Os terrenos acidentados implicaram a projeção de fortificações irregulares, com planta fora do formato estrelado da fortificação abaluartada, e ao mesmo tempo requereram a presença de baluartes eficazes, poucas portas e, sempre que possível, fosso em torno da fortificação. Neste tipo de terreno também se revelou mais difícil construir-se defesas adicionais à fortificação principal, tais como fortes, fortins, revelins ou hornaveques.

Das praças citadas, Marvão era a praça com perfil mais irregular e a única implantada em extensa defesa natural. Com perímetro irregular e adaptadas à topografia do terreno razoavelmente elevado tínhamos as seguintes fortificações: Nisa, Castelo de Vide, Portalegre, Avis, Arronches, Ouguela e Monforte. Destas praças, tinham maior perímetro as defesas de Castelo de Vide, Portalegre e Arronches (embora amplamente

condicionadas pela implementação das defesas pré-existentes e limite da cidadela). Por seu turno, eram mais pequenas as defesas de Nisa, Avis, Monforte e Ouguela. Contudo, esta última era mais irregular, cujo perfil se aproximava a uma elipse, e possuía cortinas bem mais amplas e robustas que as restantes.

As praças de Juromenha, Monsaraz, Estremoz, Campo Maior e Vila Viçosa também primavam por alguma irregularidade do terreno, porém em menor escala que as anteriores. As primeiras constituíram-se por defesas bastante irregulares em termos de perfil construtivo, mas amplas. Por seu turno, as defesas abaluartadas de Vila Viçosa podem considerar-se de pequeno perímetro.

Em terreno irregular também foi edificada a fortificação de Mourão. Porém, foi possível efetuar-se a sua construção em planta estrelada, de pequeno perímetro, primando por alguma regularidade.

Por seu turno, as fortificações construídas em terrenos planos implicavam um projeto de fortificação mais elaborado. Sendo estas praças mais fáceis de conquistar, os engenheiros militares tinham que proporcionar uma defesa com obstáculos combinados. Fortes e fortins tinham que estar estrategicamente posicionados entre portas. Estas deviam ser as mínimas numa praça plana, por norma duas a três, com o objetivo de se conseguirem defender eficazmente em período de ataque. Também não convinha que a fortificação fosse muito plana, tivesse um plano extenso ou muitos baluartes. Todos estes parâmetros tornavam a defesa ineficaz, pois existiriam mais pontos fracos que não estando bem guarnecidos poderiam sujeitar a praça a uma conquista fácil. Foi, de facto, o que se verificou em Évora e Olivença, como salientámos.

Em terreno plano foram construídas as defesas de Serpa (forte de construção estrelada, mas irregular), Beja, Moura e Évora (com perfis irregulares, adoçaram-se baluartes às antigas cortinas, sendo que em Évora se ergueram os fortes de Santo António e dos Penedos), Olivença (com perfil poligonal estrelado de extensa dimensão) e Elvas (com perímetro defensivo elevado e extenso, auxiliado pela defesa do forte de Santa Luzia).

No último período do conflito, correspondente entre 1657-1668, além de assistirmos a conquistas eficazes das praças alentejanas por parte do inimigo (Olivença em maio de 1657, Mourão em junho de 1657, Arronches em junho de 1661, Juromenha, Monforte e Ouguela em junho de 1662, Évora em maio de 1663), também assistimos à participação ativa dos engenheiros militares portugueses nas obras das fortificações, nomeadamente de Luís serrão Pimentel e dos seus discípulos, ou engenheiros militares

por ele aprovados em consulta do Conselho de Guerra de D. Afonso VI. Esta foi uma realidade emergente deste último período da guerra: todas as praças possuíam parte de defesa construída e os engenheiros militares ativos no estudo e obras das suas fortificações desde o seu início eram estrangeiros, que acabaram por se aliar ao inimigo. Desta maneira, era imperativo alterar os seus projetos, ou pelo menos reforçá-los, e recorrer a engenheiros militares de confiança do reino, que já estavam a dar provas dos seus conhecimentos em fortificação por intermédio das aulas de fortificação que frequentavam ou dirigiam. Obviamente, a alteração dos projetos neste período não significaria modificar o existente. Não haveria tempo nem dinheiro disponível para se derrubarem as defesas dos engenheiros militares estrangeiros e construir projetos de raiz. Neste caso, optou-se por manter o existente, reforçando-o, através da conclusão de baluartes, e quando não possível, construir meios-baluartes para reforçar os baluartes inteiros (como nas defesas de Moura, Estremoz, Campo Maior e Arronches). Também se concluíram a maioria das obras exteriores, nomeadamente o forte de São Pedro em Serpa; a contraguarda junto ao baluarte do Alto, o forte de São Pedro Massa na margem esquerda da ribeira das Lavadeiras e o hornaveque construído junto à porta de São Francisco, em Moura; o hornaveque de São Bento, em Monsaraz; o forte de Santo António em Évora; o forte de Santa Luzia, em Elvas; os fortes do Cachimbo e de São João Batista, em Campo Maior; os fortins de São Pedro, da Boavista e de São Cristóvão, em Portalegre; o forte de São Roque, em Castelo de Vide.

Efetuando um balanço global das obras nas fortificações citadas, podemos concluir que as campanhas decorreram em quatro períodos: entre 1640-1646; 1647-1653; 1654-1660; 1661-1668¹⁷¹⁹.

Os períodos em que se efetuaram menos obras correspondem à primeira fase da guerra, entre 1640 e 1646, e à última, entre 1661 e 1668. No início ainda se estavam a definir os projetos respeitantes às fortificações. A prioridade dada à fortificação das praças alentejanas foi desigual, investindo-se mais nos projetos para Olivença, Elvas, Juromenha, Estremoz e Campo Maior, sendo que na sua maioria demoraram a ser definidos. Pela documentação da época, podemos considerar que esta fase inicial correspondeu a cerca de 13% do total de obras efetuadas ao longo das praças do Alentejo, sendo que em Mourão ainda nenhuma defesa abaluartada havia sido implementada até final desse período, tal como verificámos.

¹⁷¹⁹ Cf. Vol. II, Anexo II – Quadros e Gráficos, Gráfico 22: Balanço global das campanhas de obra no Alentejo (1646-1668), p. 297.

Desta forma, foi essencialmente nos períodos de 1647 a 1653 (correspondendo a cerca de 31% das intervenções), e 1654 a 1660 (verificando-se um crescimento de 7% em relação ao período anterior), que se desenvolveram a maioria das obras nas fortificações alentejanas. Com a maioria dos projetos definidos, o Conselho de Guerra preocupou-se com a manutenção das obras através do auxílio aos engenheiros militares encarregues da superintendência das fortificações, através do envio de materiais necessários à construção e de dinheiro sempre que possível. Embora algumas das praças tivessem sido beneficiadas relativamente ao avanço dos trabalhos de fortificação, em detrimento de outras, observamos que a defesa delineada até então se revelara eficaz. No entanto, a tomada de Olivença e de Mourão, entre maio e junho de 1667, veio alterar as prioridades de defesa do reino. Embora se tivesse conseguido reconquistar Mourão em outubro do mesmo ano, Olivença ficou na posse dos castelhanos até ao final do conflito, servindo como um ponto de abrigo estratégico dos castelhanos dentro do Alentejo e permitindo o auxílio a Badajoz. A partir desse momento, os castelhanos tornaram-se mais ativos nas suas investidas, pelo que houve a necessidade de se avançar o máximo possível nas defesas do reino. Até 1660, os avanços foram positivos e Portugal conseguiu deter todas as restantes praças em seu poder. No entanto, a aliança de Langres ao exército castelhano provocou danos profundos no perímetro de defesa alentejano. Langres tinha conhecimento de todos os projetos de fortificação, pois era o seu autor. Assim, entre 1661 e 1668, o reino português procurou concluir as defesas existentes. Contudo, apenas se verifica uma percentagem de cerca de 19 % das campanhas de obras porque embora se tivessem concluído obras exteriores previamente projetadas, as crescentes investidas dos castelhanos provocavam danos nas construções, tal como se verificou em Évora, entre maio e junho de 1663. Apenas após esta derrota os castelhanos abrandaram, desgastados física e monetariamente, tendo sido esta a praça mais perto da Extremadura portuguesa a que conseguiram chegar, tomando-a, tendo sido, porém obrigados a retirar. O enfraquecimento do exército castelhano permitiu ao reino português algum fôlego para concluir obras de fortificação das suas praças, não ficando, no entanto, todas concluídas por falta de dinheiro, como verificámos.

CAPÍTULO VI

FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS NO ALENTEJO: PROPOSTAS DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO

Neste último capítulo da tese apresentamos algumas propostas relacionadas com a valorização e salvaguarda do património abaluartado alentejano, interligando-o com a sua importância histórica no que concerne aos contingentes militares e às batalhas travadas em cada local, bem como à tentativa de resposta do reino para se desenvolverem as construções militares e o modelo abaluartado durante o período de conflito (1640-1668), que temos vindo a desenvolver ao longo dos capítulos anteriores.

As fortificações devem ter o carácter de agentes difusores da história das localidades e da região em que se inserem, tanto a nível dos acontecimentos históricos propriamente ditos, como no que concerne à sua tipologia e construção. O seu estudo deve entender também a importância da história da arte e dos estudos do património cultural, conservação e restauro¹⁷²⁰, devendo sempre respeitar-se a autenticidade, originalidade e integridade das fortificações como monumentos históricos, princípios esses já vertidos na Carta de Veneza (1964).

Além da sua valorização histórica e patrimonial, propomos a elaboração de dois Itinerários, um referente ao Alentejo, e outro centrado no Alentejo e na Extremadura. Sugerimos alguns complementos de cariz patrimonial a esses itinerários, que podem vir a ser trabalhados por especialistas no domínio do turismo cultural.

Neste parâmetro, é relevante o conceito de paisagem cultural definido pela UNESCO em 1992 como uma categoria a ser inscrita na lista do Património Mundial, importante para efetuar a interligação entre um bem cultural e os elementos naturais em que este se insere¹⁷²¹. Não se podem dissociar as fortificações da paisagem em que se inserem. Além disso, a interligação entre as fortificações alentejanas e as da Extremadura é inquestionável, dado que se explicam reciprocamente em termos de acontecimentos históricos e construtivos, tal como analisámos anteriormente. De facto, a paisagem cultural e os vestígios fortificados são essenciais para a leitura do território em que se inserem, uma vez que acrescem o valor histórico e de memória do local, associando

¹⁷²⁰ Françoise Choay, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 137, 159.

¹⁷²¹ A paisagem cultural representa as “*obras conjuntas do homem e da natureza*”, ilustrando a evolução da humanidade e a sua consolidação temporal, sob a influência de condicionantes físicas do terreno ou do seu ambiente natural. Cf. AAVV. *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*, France, UNESCO, 2012, pp. 87-89.

determinado acontecimento à paisagem que os envolve¹⁷²². Como tal, é impossível visitarem-se os vestígios abaluartados sem nos sentirmos envolvidos pela paisagem em que cada um deles se insere, pelo que esta também deve ser preservada e valorizada de forma sustentável¹⁷²³.

Para complementar os percursos, apresentamos a MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App), desenvolvida no âmbito das nossas visitas às fortificações entre o Alentejo e a Extremadura, que visa a possível utilização nos locais das fortificações a partir de Códigos QR que, vindo a ser aprovados pelas autoridades competentes estariam disponíveis ao visitante.

1. Valorização e salvaguarda do património militar alentejano: perspetivas e ações coordenadas

Primeiramente, destacamos que a devida gestão e valorização do património histórico e militar implica a articulação de metodologias, técnicas e instrumentos de gestão concordantes¹⁷²⁴. Como tal, a elaboração de um projeto é imprescindível para uma boa gestão que aposte na salvaguarda e valorização do património em questão.

Um projeto de salvaguarda deverá ser justificado pelo seu valor único e identitário, fazendo face a uma necessidade real, tendo em conta as atuais questões relacionadas com a pandemia e a quebra acentuada no turismo. É imprescindível desenvolver ações relacionadas com este património e, obviamente, devem ser tomadas medidas que permitam o crescimento sustentável das áreas envolventes às fortificações, atendendo também à pegada ecológica, bem como criarem-se meios para que, futuramente, se possam promover mais ações de valorização, e consequentemente de conservação pelas entidades responsáveis. Neste contexto, demos como exemplo o *Estudo patológico do recinto amuralhado e baluartes*, levado a cabo pela Sociedad de Mejoras Públicas da Colômbia, com o objetivo de se conhecer o estado de conservação e estabilidade de cada uma das suas fortificações. O estudo procura ainda definir, de acordo

¹⁷²² Emanuele Romeo, “Conservazione e valorizzazione dei sistemi fortificati ridotti allo stato di rudere in Val Tanaro (Piemonte)”, in Julio Navarro Palazón, Luís García-Pulido (eds.), *Defensive Architecture of the Mediterranean*, Universitat Politècnica de València, 2000, Vol. XI, p. 985.

¹⁷²³ *Idem*, p. 987. AAVV., “Defending the Military Heritage: legal, financial and administrative issues – France”, in *Reports from the Seminar 16-17 May, 2011*, in *Karlskroma, Sweden, organized by ICOMOS, ICLAFI and the Swedish Fortifications Agency of Sweden*, p. 65.

¹⁷²⁴ Elsy Zaldívar Morales, *La arquitectura de las construcciones militares históricas de Santiago de Cuba: recuperación, restauración y gestión patrimonial* (Tesis Doctoral en Arquitectura), Universidad de Alcalá, 2015, p. 253.

com os planos de ação a ter em conta em cada caso, os processos interventivos e obras de consolidação que se devem realizar, de acordo com níveis de prioridade distintos. Para complementar este estudo, a dita Sociedad de Mejoras Públicas, em parceria com o Ministério de Cultura da Colômbia e com o sector turístico de Cartagena de Indias, elaboraram um manual que continha os usos, materiais e aproveitamentos que se deveriam utilizar e aplicar nas fortificações¹⁷²⁵.

A Carta da Conferência de Atenas, de 1931, que especificou que a preservação do património abrange concretamente a sua conservação, restauro e respetiva valorização¹⁷²⁶, bem como os princípios da Carta de Veneza, de 1964, cujo domínio principal é a recuperação do património através da sua valorização¹⁷²⁷, são imprescindíveis neste parâmetro. Da mesma forma, há que ter em linha de conta a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, da UNESCO (1972), que sublinha a obrigação individual de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património¹⁷²⁸. Agir é fundamental, dado que os vestígios abaluartados estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, como a passagem do tempo e as causas naturais, mas também pela própria evolução das questões sociais e económicas, que agravam o seu esquecimento ou adiam a sua conservação e valorização¹⁷²⁹.

Neste contexto, a Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, de 2002, apela ao zelo pelo justo equilíbrio entre a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger o património mundial através de atividades adequadas que contribuam para o desenvolvimento social e económico e para a qualidade de vida das comunidades¹⁷³⁰. Na mesma perspetiva de orientação, já tínhamos, em 1982,

¹⁷²⁵ AAVV., “Defending the Military Heritage: Legal, Financial and Administrative Issues – Colômbia”, in *Reports from the Seminar 16-17 May, 2011*..., p. 22.

¹⁷²⁶ Serviço Internacional de Museus:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf> (consult. 18 jan. 2018). Flávia de Mattos, *Inovação institucional e património cultural de origem militar no Brasil* (Tese de Doutoramento em Engenharia de Produção), Instituto Alberto Luiz de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, 2018, p. 156.

¹⁷²⁷ II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS. IGESPAR: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> (consult. 18 jan. 2018).

¹⁷²⁸ Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

IGESPAR:

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf> (consult. 17 jan. 2018).

¹⁷²⁹ Cf. Antonella Guida, A. Pagliuca, Carmen Fattore, “Conservation of military heritage: the defensive wall of Cartagena De Indias, Colombia”, in *WIT Press Conferences*, 2017, p. 33.

¹⁷³⁰ IGESPAR:

a Declaração de Dresden, proveniente do ICOMOS¹⁷³¹. Mas, em 2009, a Declaração de Viena, do FERP¹⁷³² e a Carta de Bruxelas¹⁷³³, e em 2010, as Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial, emanadas da UNESCO em 2010¹⁷³⁴, a Recomendação de Cracóvia para a Proteção do Património Cultural, emanada em 2017¹⁷³⁵, e a Declaração de Davos, de 2018¹⁷³⁶, vieram complementar os princípios de salvaguarda patrimonial também defendidos pela Carta Europeia do Património Arquitetónico, emanada do Conselho da Europa em 1975¹⁷³⁷. Esta Carta, além de defender os princípios de salvaguarda dos conjuntos históricos, visa igualmente o respeito e valorização dos conjuntos urbanos, princípio patente no seu art.º 4.º, que indica que a estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades. Na sequência desta Carta, destacamos a Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, emanada da UNESCO em 1976¹⁷³⁸ e a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, fruto da reunião de peritos em Granada em 1985¹⁷³⁹; com origem no ICOMOS, salientamos a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, de 1987¹⁷⁴⁰, a Declaração de Faro sobre os valores de identidade e diversidade das populações, de 2005¹⁷⁴¹ (que dizem respeito aos

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatriomomundial2002.pdf> (consult. 24 jan. 2018). Cf. Elsy Zaldívar Morales, *La arquitectura...*, p. 253.

¹⁷³¹ Wordpress: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-dresden.pdf> (consult. 18 jan. 2018).

¹⁷³² 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património. IGESPAR: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf> (consult. 19 jan. 2018).

¹⁷³³ IGESPAR: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf> (consult. 17 set. 2012).

¹⁷³⁴ IGESPAR:

<http://www.igespar.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU30Junho.pdf> (consult. 19 jan. 2018).

¹⁷³⁵ DGPC:

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/traducaodadeclaracaoodecracovia.pdf (consult. 29 julho 2021).

¹⁷³⁶ DGPC:

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/davos_declaration_2018-23.01.2018.pdf (consult. 29 jul. 2021).

¹⁷³⁷ IGESPAR:

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> (consult. 18 fev. 2018).

¹⁷³⁸ UNESCO:

http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (consult. 18 fev. 2018).

¹⁷³⁹ IGESPAR:

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> (consult. 18 fev. 2018).

¹⁷⁴⁰ IGESPAR:

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADES HISTORICAS.pdf> (consult. 20 set. 2012).

¹⁷⁴¹ Council of Europe:

<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680083744> (consult. 28 ago. 2021).

nossos direitos e deveres dos cidadãos relativamente ao património cultural comum na Europa, nomeadamente no que concerne à economia sustentável, ao diálogo intercultural e ao desenvolvimento de políticas relacionadas com a proteção do património, remetendo para a coesão social, local e regional a nível europeu¹⁷⁴²), e os Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão dos Conjuntos Urbanos Históricos, de 2011¹⁷⁴³. Estas Cartas e Convenções destacam que a salvaguarda das cidades históricas assenta na sua proteção, conservação e restauro, devendo adaptar-se à vida contemporânea¹⁷⁴⁴, mediante a utilização sustentável do património cultural, respeitando a sua integridade¹⁷⁴⁵.

Na mesma linha de orientação, devem ter-se em conta conceitos como manutenção e reparação. Importa salientar que, nos termos da Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído¹⁷⁴⁶, estes conceitos são fundamentais no processo de conservação do património, que deve ser executado numa estratégia a longo prazo, baseada num processo cognitivo que integre a recolha de informação e a compreensão dos conjuntos, englobando o estudo dos seus materiais, quer originais, quer implementados posteriormente, bem como o próprio vestígio estrutural, análises gráficas e dimensionais, devendo coexistir a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural.

As ações de valorização devem ser efetuadas de forma contínua, de modo a que o património, e particularmente o militar, preocupação central da presente tese, seja permanentemente valorizado e integrado histórica e culturalmente na realidade das

¹⁷⁴² Jelka Pirkovic, “Unpacking the convention into challenging actions for member states”, in AAVV., *Heritage and Beyond*, Council of Europe, 2009, p. 28.

¹⁷⁴³ ICOMOS:

https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf (consult. 29 jul. 2021).

¹⁷⁴⁴ A vida contemporânea deve ter em conta a disciplina e a ordem. No Brasil, os fortes chegaram a ser entendidos “*pelo órgão de proteção, como um bem de grande valor simbólico, porém gozavam de menos interesse do ponto de vista mercadológico, por serem antigos e não terem uso prático*”. Alessandro Oliveira, Luana Gusso, Felipe Lima, “A produção do discurso sobre o Patrimônio Cultural Militar: os usos dos tombamentos das fortalezas no Brasil”, in *Dossiê: Geografia Cultural*, 2018, Vol. 33, N.º 69, p. 120. Laura Pastoreková, Peter Vodrázka, “(In)Visible elements of the city military architecture in the context of Urban structure development”, in *World Multidisciplinary civil engineering-architecture-urban planning symposium*, 2016, pp. 2161-2167. Guilherme Cid Pereira, *Metamorphosis* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Lisboa, 2019, pp. 29-36. Julián Sánchez Pingarrón, *Orígenes y desarrollo de la política de enajenación de infraestructuras militares en España. La reconversión de espacios militares para uso universitario* (Tesis Doctoral en Seguridad Internacional), Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2018.

¹⁷⁴⁵ Art.º 9 da Declaração de Faro sobre os valores de identidade e diversidade das populações, de 2005.

¹⁷⁴⁶ Conferência Internacional sobre Conservação, 2000. Dagnoslaw Demski, “Values, substantiality, and passage of time: representations and reinterpretations of military heritage”, in *Folklore*, 1017, N.º 70, p. 181.

IGESPAR: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (consult. 17 jan. 2018).

populações cuja área integram. Salientemos que, o potencial paisagístico das localidades em estudo permite combinar o património militar¹⁷⁴⁷ com espaços verdes, ecomuseus e percursos pedestres, tendo em conta os Princípios do ICOMOS-IFLA sobre as paisagens rurais como património, de 2017¹⁷⁴⁸. Marie-Caroline Gaymard destaca neste âmbito uma premissa primordial: para se efetuarem estas ações há que ter em conta a realização de trabalhos em torno do património militar que envolvam a proteção de espécies e da vegetação identificada nos locais¹⁷⁴⁹.

Por forma a conseguir-se uma valorização integrada no contexto que propomos, os organismos de Portugal e Espanha responsáveis pelo património militar deveriam reunir e pensar em conjunto. Neste sentido, deve ter-se em conta um Plano Diretor-Base do Conjunto de Fortificações Transfronteiriças, ponderando-se em ações adequadas, integrando-se o âmbito histórico, militar e cultural para usufruto do público que o irá experimentar.

Assim, a adequada salvaguarda e valorização deverá perspetivar-se em quatro etapas. Sendo elas a conceção, a planificação (possuindo uma dimensão estratégica e outra operativa), a execução (após a aprovação prévia) e a avaliação.

Definamos primeiramente os objetivos para uma valorização adequada: indicar ações que permitam ajudar a salvaguardar e valorizar o património histórico e militar presente neste estudo; promover ações de potencialização do turismo militar¹⁷⁵⁰, quer a nível virtual, quer a nível físico/pessoal (esta última dimensão deverá ter em conta a Carta dos Itinerários Culturais, emanada do ICOMOS em 2008¹⁷⁵¹, por forma a autenticar a dimensão cultural e histórica, contribuindo-se para a conservação integral dos conjuntos abaluartados em estudo); perspetivar *Itinerários das Fortificações Abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura* e, posteriormente, disponibilizar ao público a MFDDiscovery

¹⁷⁴⁷ Sobre património militar Cf. Lidia Klupsz, “The spirit of the Military Heritage places”, in *16th ICOMOS General Assembly and International Symposium: Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible*, 29 sept.– 4 oct. 2008, Quebec; Éric Letonturier, “Military heritage, identities and cultures”, in *Inflexions*, 2019, Vol. 40, Issue 1, pp. 45-60.

¹⁷⁴⁸ ICOMOS:

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2020/2017%20carta%20ICOMOS-IFLA%20sobre%20paisagens%20rurais.pdf> (consult. 29 jul. 2021).

¹⁷⁴⁹ Marie-Caroline Gaymard, “Le patrimoine militaire sur la scène urbaine: les processus de reconversion des sites militaires à Metz”, in *Revue Géographique de l’Est*, 2014, Vol. 54, n.º 3-4, p. 7.

¹⁷⁵⁰ Sobre as questões do Turismo militar Cf. Christopher John Harold Pratt, *Routeing in military tourism: gamification as an implementation proposal* (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural), Instituto Politécnico de Tomar, 2015, pp. 39-52. Dewald Venter, “Examining military heritage tourism as a niche tourism market in the South African context”, in *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 2017, Vol. 6 (1), pp. 1-19.

¹⁷⁵¹ ICOMOS: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/culturalroutes_sp.pdf (consult. 9 março 2017).

App (Military Fortifications Discovery App), que consiste numa *Aplicação interativa* que define os Itinerários propostos; e potenciar informação atualizada na dita *Aplicação*, na qual os visitantes das fortificações também possam ter um papel participativo na fruição deste património militar.

As ações de salvaguarda e valorização que se propõem deverão contemplar os princípios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO -, para o Património da Humanidade; do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais – ICCROM; do ICOFORT, que consiste num Comité Científico de Fortificação e Património Militar do ICOMOS em cooperação com o Centro Internacional de Estudos de Fortificações e Apoio Logístico (CIEFAL) no Comité de Espanha (órgão da UNESCO); da Consejería de Cultura y Turismo/Junta de Extremadura; da Consejería de Europa y Trabajo, Portugal – Espanha Cooperação Transfronteiriça INTERREG IIIA; e do Instituto del Patrimonio Cultural de España – IPCE. Em termos de organismos nacionais, o ICOMOS-Portugal – International council on monuments and sites; a Direção-Geral do Património Cultural – DGPC¹⁷⁵²; a Direção Regional de Cultura do Alentejo – DRCAentejo; o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – SIPA. Além disso, também nos devemos guiar pela Lei do Património Histórico Español, de 1985¹⁷⁵³, e pela Lei de Bases do Património Arquitetónico, de 2001¹⁷⁵⁴.

Em termos de trabalhos anteriormente realizados, destacamos o Projeto CADIVAFOR resultado de uma iniciativa comunitária, para a catalogação, digitalização e valorização das fortificações do Alto Minho e da Galiza. Deste projeto resultou uma Base de Dados, que se denomina CIEFORM, que permitindo a identificação, descrição, catalogação e a partilha de informação, contribui em grande escala para a valorização e gestão do património militar, tanto a nível das construções como dos conjuntos ou modelos a que pertencem.

Este projeto permite ainda que o utilizador da Base de Dados seja orientado para as normas de preenchimento do modelo de base de dados de um “sistema” de fortificação/ou logística do património histórico militar para sua identificação, descrição

¹⁷⁵² Resultou da fusão do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico – IGESPAR -, do Instituto dos Museus e da Conservação -IMC IP - e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo – DRCLVT -, patente no Decreto-Lei n.º 115/2012.

¹⁷⁵³ Notícias jurídicas: https://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/116-1985.html (consult. 20 dez. 2020).

¹⁷⁵⁴ DRE: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized> (consult. 3 abr. 2016).

e valorização; de como aceder ao modelo de base de dados de um “conjunto” (subsistema, organização) de construções do património militar histórico; do modelo de base de dados de uma construção de fortificação e/ou logística do património histórico militar; e ao esquema de inventário, que se divide nos seguintes parâmetros: Grupo (de património histórico geral), Classificação (de património militar histórico) e Subclassificação (referência a diferentes culturas e idades históricas). Todos estes recursos são disponibilizados pelo CIEFAL do ICOMOS-ESPAÑA, aprovados pelo ICOFORT.

Destacamos que a valorização das fortificações deveria assentar numa metodologia que ponderasse a conjugação entre ações de reabilitação e requalificação das suas áreas envolventes, devendo efetuar-se percursos pensados em seu redor, uma vez que as fortificações fazem parte da história cultural a nível mundial¹⁷⁵⁵ por interligarem diferentes épocas de construção e diferentes nacionalidades implícitas na sua edificação, como tal deveriam fazer parte da lista de Património Mundial integradas como um todo, tal como aconteceu com as fortificações francesas do séc. XVII, em 2008; em 1994, com o único sítio fortificado do Luxemburgo, proveniente do séc. XVI¹⁷⁵⁶; e em 1984, com as fortalezas de Cartagena, na Colômbia.

Segundo os autores Anja Reichert-Schick e Ingo Eberle, a classificação das fortificações por parte da UNESCO tem originado a valorização dos sítios fortificados, bem como ao interesse pela reconstrução de partes danificadas¹⁷⁵⁷.

Além disso, deveriam tomar-se medidas que permitissem contemplar cada um dos aglomerados descritos de uma forma conjunta, melhorando-se o acesso pedonal às zonas das fortificações, fazendo com que algumas das portas existentes nas fortificações apenas permitissem percurso pedonal, uma vez que o trânsito é um entrave à contemplação da essência da área envolvente, além de contribuir para a poluição e crescente degradação do mesmo.

¹⁷⁵⁵ Cf. Josefine Flucke, *Architecture of defence, preservation of life: a rehabilitation Project of a militar heritage building in Portugal* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Lisboa, 2019. Mariana Santos Tavares, *Da defesa à valorização da paisagem: reabilitação das baterias da Raposeira para um Centro de Produção Artística* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Lisboa, 2020. Sandra da Cruz e Matos, *Fortes militares: uma nova oportunidade: turismo militar no Forte de São João Batista da Foz: Porto* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, 2016.

¹⁷⁵⁶ Anja Reichert-Schick, Ingo Eberle, “Beloved Heritage – Condemned Heritage. About the handling of fortification heritage within the border region Germany-France-Luxembourg”, in *Revue Géographique de l’Est*, 2011, Vol. 51, pp. 1, 8.

¹⁷⁵⁷ *Idem*, p, 8.

Embora durante o século XX se tenha procedido à proteção legal das estruturas fortificadas em estudo¹⁷⁵⁸, esta requer uma atualização de procedimentos. Este património militar necessita de constantes ações de prevenção e salvaguarda. Aliás, com a perda da sua função original de defesa, verificou-se a sua deterioração constante e, por vezes, a destruição de partes consideráveis, por desgaste temporal, por falta de valorização e conservação adequada, ou por opção em detrimento de outras prioridades¹⁷⁵⁹.

Dada a sua grande extensão, estes aglomerados não têm usufruído de significativas ações de valorização e salvaguarda, dando-se pouca ou nenhuma atenção ao seu interesse cultural, precisamente o oposto do que se verifica nos sítios fortificados de França e Luxemburgo, onde se tem procedido à musealização destas estruturas¹⁷⁶⁰. A sua crescente degradação, tanto a nível estrutural, como simbólico, representa grande preocupação, no que concerne a adoção de medidas cautelares adequadas que, além da sua salvaguarda e conservação, devem abranger igualmente o plano técnico, económico e administrativo. Este último implica uma boa gestão da valorização deste conjunto patrimonial, tendo presentes as seguintes premissas e conceções:

a) Conhecimento das fortificações:

Antes de qualquer projeto de valorização, pressupõe-se o adequado e rigoroso conhecimento relacionado com as fortificações abaluartadas em estudo. A atuação sobre este património estará relacionada com o dito conhecimento, que deverá ser divulgado

¹⁷⁵⁸ As fortificações em estudo estão classificadas como MN – Monumento Nacional, IIP – Imóvel de Interesse Público ou MIP – Monumento de Interesse Público, à exceção de Monforte, que não tem proteção legal. Classificadas como MN: **Serpa** (Decreto n.º 39 521, DG, 1.ª série, n.º 21 de 30 de janeiro de 1954); **Beja** (Decreto n.º 136, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 de junho de 1910/ Portaria n.º 71, DG, 2.ª série, 25 de março de 1955); **Monsaraz** (Decreto n.º 516/71, DG, 2.ª série, n.º 274 de 22 de novembro de 1971/Portaria, DG, 2.ª série, n.º 187 de 14 de agosto de 1951); **Évora** (Decreto n.º 8 229, DG, n.º 133 de 4 de julho de 1922); **Vila Viçosa** (Decreto n.º 136, DG, 23 de junho de 1910/Portaria n.º 249, DG, 2.ª série de 25 de outubro de 1960/Portaria n.º 527/2011, DR, 2.ª série, n.º 88 de 6 de maio de 2011); **Estremoz** (Decreto n.º 9 842, DG, 1.ª série, n.º 137 de 20 de junho de 1924/Lei n.º 1 766, DG, 1.ª série, n.º 78 de 11 de abril de 1925); **Elvas** (Decreto n.º 28 536, DG, 1.ª série, n.º 66 de 22 de março de 1938/Decreto n.º 30 762, DG, n.º 225 de 26 de setembro de 1940/Decreto n.º 37 077, DG, 1.ª série, n.º 228 de 29 de setembro de 1948/Aviso n.º 1517/2013, DR, 2.ª série, n.º 242 de 13 de dezembro de 2013); **Campo Maior** (Decreto n.º 63, DG, 1.ª série de 18 de março 1911); **Avis** (Decreto n.º 136, DG, 1.ª série de 23 de junho de 1910); **Portalegre** (Decreto n.º 8 217, DG, 1.ª série, n.º 130 de 29 de junho de 1922); **Marvão** (Decreto n.º 8 228, DG, 1.ª série, n.º 133 de 4 de julho de 1922); **Castelo de Vide** (Anúncio n.º 198/2015, DR, 2.ª série, n.º 160 de 18 de agosto de 2015) e **Nisa** (Decreto n.º 8 228, DG, 1.ª série, n.º 133 de 4 de julho de 1922). Como IIP: **Mourão** (Decreto n.º 41 191, DG, 1.ª série, n.º 162 de 18 de julho de 1957); **Juromenha** (Decreto n.º 41 191, DG, 1.ª série, n.º 162 de 18 de julho de 1957); **Barbacena** (Decreto n.º 47 508, DG, 1.ª série, n.º 20 de 24 de janeiro de 1967); **Ouguela** (Decreto n.º 32 973, DG, 1.ª série, n.º 175 de 18 de agosto de 1943) e **Arronches** (Decreto n.º 129/77, DR, 1.ª série, n.º 226 de 29 de setembro de 1977). Como MIP: **Moura** (Portaria n.º 169/2013, DR, 2.ª série, n.º 67 de 5 de abril de 2013).

¹⁷⁵⁹ Tal como indicado por Edwin Paar, “*nem todas as praças tratavam bem as suas muralhas*”. Edwin Paar, “As fortificações seiscentistas...”, p. 93.

¹⁷⁶⁰ Anja Reichert-Schick, Ingo Eberle, “Beloved Heritage...”, p. 9.

aos especialistas na matéria para que possam intervir com os seus contributos de estudo e intervenção. Posteriormente, este conhecimento seria difundido ao público em geral.

b) Arquitetura defensiva:

O conhecimento supracitado não será possível sem ter em conta o conceito de arquitetura defensiva, no contexto da própria localidade em que cada fortificação se insere. Além de se destacarem no território e sua paisagem¹⁷⁶¹, as fortificações também interferem com o meio urbano de cada localidade, pois como vimos anteriormente, as muralhas foram construídas mediante as possíveis hipóteses do terreno, suprimindo muitas vezes traços defensivos anteriores e alterando a estrutura dos aglomerados e da malha urbana. Neste sentido, há que ter em conta o traçado atual das fortificações, por forma a valorizá-lo sem que a vida quotidiana atual interfira na sua conservação e na memória transmitida pela própria paisagem¹⁷⁶² que nos leva a associar a envolvente dos momentos históricos mais marcantes em cada fortificação, tanto as suas campanhas de obras (seus trabalhos de engenharia militar) como as batalhas travadas¹⁷⁶³.

Da análise efetuada à visita das fortificações presentes no estudo, denotam-se claramente as seguintes fragilidades, carentes de intervenção urgente:

Serpa: É essencial a manutenção do existente, procedendo-se, progressivamente, à reconstrução de alvenarias, preenchimento de rombos e preenchimento de juntas mediante os materiais e as técnicas semelhantes ao original, bem como limpeza de vegetação invasiva.

Beja: O baluarte que rodeia a cerca de São Francisco, onde se localiza o jardim público, bem como linhas de parapeito e ângulos de um outro baluarte, que lhe está próximo, têm necessidades evidentes de consolidação, refechamento de juntas e remoção de vegetação invasora.

Moura: Dos quatro troços de muralha subsistentes, em termos da sua manutenção e conservação, revela-se a necessidade de obras de consolidação da muralha da zona norte, bem como de limpeza intensiva da vegetação no local, bem como a reparação de fendas ao longo de todos os troços subsistentes.

¹⁷⁶¹ “History becomes heritage only when defined in the context of landscape and interpreted through collective memory”. Ann-Leena Miller, “Keep out! No entry! Exploring the Soviet military landscape of the coast of Estonia”, in *MODSCAPES SHS Web Conference*, 2019, Vol. 63, N.º 11001, p. 5.

¹⁷⁶² Anna Górka, “Landscape perception and the teaching of it in Poland”, in *World Transactions on Engineering and Technology Education*, 2020, Vol. 18, N.º 20, p. 124.

¹⁷⁶³ Nupur Khanna, “the nature of fortifications: their conception, construction and sustenance”, in Shikha Jain, Rima Hooja (eds.), *Conserving Fortified Heritage: Proceedings of the 1st Internacional Conference on Fortifications and World Heritage*, Newcastle upon Tyne UK, Cambridge Scholars Publishing, 2016, p. 3.

Mourão: A fortificação de Mourão necessita urgentemente de intervenção e ações de conservação. Da análise no local e da travessia ao longo dos seus troços, manifesta-se um claro abandono a que está votada, sendo inclusive perigoso para o visitante atravessar alguns dos seus terraplenos. Além disso, todos os baluartes e panos de muralha estão desgastados e completamente cobertos de vegetação invasora.

Pelo risco iminente de ruína, é necessária a reconstrução e a consolidação de troços de muralha ao longo de todo o seu perímetro. Além disso, deve efetuar-se a reparação, a limpeza intensa de vegetação e o refechamento de juntas, bem como proporcionar um percurso adequado ao longo da fortificação, tanto pelo seu terraplano, como pelo perímetro ao nível do solo.

Monsaraz: Os vestígios abaluartados estão relativamente bem conservados. No entanto, esta situação apenas é visível nos troços mais expostos à atenção do visitante. Esta afirmação parte do facto de, tendo percorrido todo o seu perímetro, se constatar que as zonas mais escondidas da fortificação estão cobertas de muita vegetação, possuindo fendas e extensos rombos.

Desta forma, apesar de em maio de 2021 se ter dado por concluído o projeto de requalificação dos baluartes fortificados de Monsaraz por intermédio do *Monumenta* (Reabilitação do Edifício e Conservação do Património), que teve em vista a consolidação das suas muralhas e a reabilitação do caminho da barbacã, no perímetro menos visitado é necessário proceder-se à consolidação e refechamento das fendas, bem como à limpeza da vegetação, proporcionando-se também um melhor e mais seguro acesso em redor da fortificação entre a zona em redor do castelo e do hornaveque da ermida de São Bento.

Évora: A conservação e manutenção do conjunto abaluartado de Évora passa por etapas complexas. Nomeadamente entre a zona da porta da Lagoa e o postigo dos Penedos detetam-se juntas mal preenchidas, tijoleiras em falta e pedras soltas. É necessário o refechamento de juntas com recurso a argamassa de areia e cal, bem como a consolidação com pedras similares às existentes e a aplicação de tijoleiras de fabrico artesanal.

Da zona do postigo dos Penedos até à porta de Alconchel, e depois da porta do Raimundo até à porta do Rossio, e da porta de Avis até à porta da Lagoa, além das tijoleiras em falta e das pedras soltas nos troços de muralha e baluartes, detetam-se também rebocos erodidos e desagregados, por ação meteorológica, ou por terem sido executados com argamassas inadequadas.

No troço entre a porta de Mesquita e o baluarte do Assa, além das pedras soltas e do reboco desagregado, nota-se a existência de áreas picadas, com necessárias

intervenções para rebocar o preenchimento de paramentos. Primeiramente, deverá ser efetuada a remoção dos rebocos existentes para se proceder à execução de novo reboco e consolidação do coroamento.

Também nas zonas entre o referido baluarte e a porta de Machede, bem como desta ao Seminário, as pedras da muralha estão soltas, existindo profundas lacunas nos paramentos de alvenaria e juntas degradadas. Por outro lado, no baluarte de Nossa Senhora de Machede, mais concretamente na zona da varanda do parque do Chilrito, situado no terraplano do dito baluarte, efetuou-se intervenção recente, pelo que se denota a reabilitação dos seus panos de muralha.

Os baluartes dos Apóstolos e de São Bartolomeu são os que apresentam maior preocupação ao nível da conservação. O primeiro devido ao uso intensivo enquanto parque de estacionamento está descaracterizado. Havia que repensar esta utilização, salvaguardando o que ainda subsiste da estrutura. Além disso, apresentam-se ambos rotos nos flancos, aterrados nos seus terraplenos e cobertos de vegetação invasora.

Relativamente ao forte de Santo António, este foi alvo de intervenção recente por parte da empresa Património e Reabilitação, que efetuou a limpeza e execução de juntas nos panos de muralha interiores do fosso, efetuando ainda ensaios de reboco durante a execução e o desacompanhamento de raiz de uma árvore para extração da mesma, por estar a prejudicar diretamente parte de uma das cortinas da muralha. Porém, nem todos os panos de muralha e guaritas do forte conheceram o mesmo nível de intervenção, havendo partes que dela carecem.

Olivença: Esta fortificação está bem conservada, embora em alguns dos seus troços seja visível muita vegetação, pelo que a primeira ação a tomar seria a sua limpeza. A ação é primordial nos troços dos baluartes de Santa Quitéria, da Corna, de São João de Deus e da Rainha Governadora.

Juromenha: Apesar de ser uma das fortificações mais imponentes e bem inserida na paisagem que a integra, desde meados do século XIX que Juromenha não conseguiu resistir ao abandono e esquecimento progressivos, transformando-se em ruína. Embora entre 1950 e 1996, tenha sido alvo de intervenção da DGEMN, o uso de betão fez com que alguns dos seus elementos perdessem a identidade anterior, além de se ter optado pela demolição de muros arruinados. Além disso, as intervenções realizadas, nomeadamente a reconstrução de parte da sua muralha em alvenaria, a consolidação de troços na muralha da entrada, o arranque de vegetação e a reparação de guaritas existentes, revelaram-se insuficientes para travar o processo de degradação. Quem visita a fortificação

presentemente, irá verificar que se continua a degradar e a aguardar recuperação e intervenção controlada urgentemente, sendo necessário grande apoio financeiro.

Um projeto de consolidação e restauro dos paramentos do perímetro abaluartado exterior e da cerca islâmica medieval interior foi aprovado em meados de 2019, na sequência do Programa Revive, que promove a recuperação e requalificação de imóveis classificados, para fazer face à sequência de derrocadas nas muralhas, que representam quase um ponto de não retorno da estrutura fortificada e da perda deste importante património militar.

No entanto, este projeto de consolidação apenas estará previsto ter início em finais de 2021.

Será necessário o levantamento topográfico do local para se proceder às necessárias campanhas de restauro e conservação. Deverá reconstruir-se parte da muralha em alvenaria hidráulica para tapamento de rombos, seguindo-se a consolidação dos troços de muralha na porta principal. Pela análise efetuada no local, revela-se também urgente o arranque de vegetação dos arbustos adossados à muralha, bem como a recuperação estrutural da construção.

Vila Viçosa: Os troços abaluartados de Vila Viçosa precisam urgentemente de consolidação e de limpeza de vegetação, pois encontram-se grandemente aterrados.

Em março de 2020 foi elaborado um plano de gestão do património por parte do Município de Vila Viçosa, no âmbito do dossier de candidatura de Vila Viçosa, vila ducal renascentista. Os baluartes circundantes do castelo artilheiro encontram-se nos valores a preservar por este plano de gestão, mantendo íntegro o seu modelo defensivo, que prevê a implementação de ações de recuperação dos baluartes e barbacã, “*sempre que necessário*”¹⁷⁶⁴.

Elvas: As fortificações de Elvas estão, no geral, bem conservadas. Verificamos que o forte de Santa Luzia, alvo de intervenção recente, se encontra em ótimo estado de conservação, apostando-se também na sua valorização. No entanto, contornando a sua envolvente detetámos que é necessário efetuar-se parcial limpeza de vegetação dos seus panos de muralha, e muito significativamente, limpar o percurso que contorna o forte, pois em determinados troços não é possível aceder dado o pavimento estar meio aterrado e em contacto com a zona do fosso.

¹⁷⁶⁴ AAVV., *Vila Viçosa, vila ducal renascentista – Plano de gestão do Património*, Vila Viçosa, Município de Vila Viçosa, 2020, Vol. II, p. 122.

Em relação aos fortins de São Mamede e de São Pedro, a situação é preocupante. Estão estruturalmente bem conservados, mas não estão devidamente valorizados. Em relação ao primeiro, o acesso apenas é permitido pelo exterior. Sendo assim, pelo menos o percurso em seu redor teria que estar adequado ao acesso pedonal. No segundo, verifica-se a necessidade de limpeza de vegetação e de controlo da mesma no recinto.

Por seu turno, a esplêndida praça-forte encontra-se, no seu conjunto, bem conservada. No entanto, carece de algumas intervenções de consolidação e limpeza de vegetação, nomeadamente nos troços adjacentes às portas de Olivença, da Esquina e de São Vicente. Embora entre dezembro de 2011 e junho de 2012 se tivesse elaborado a requalificação ambiental e paisagística da envolvente entre as portas de Olivença e o baluarte do Trem, e em maio de 2018 se tivesse efetuado empreitada de conservação e restauro do baluarte de São Vicente, que contemplou as suas canhoeriras, guaritas, escadas e merlões, foi aprovada uma empreitada de conservação e restauro deste baluarte em março de 2020.

Estremoz: Verifica-se muita vegetação nos troços das cortinas, revelando-se a necessidade de limpeza das mesmas, bem como a consolidação da muralha com reboco e preenchimento de lacunas. É necessário proceder-se a reparo geral dos panos de muralha e a sua consolidação; limpeza de vegetação e reboco, preenchimento de lacunas e refechamento de juntas. No baluarte das Ferrarias encontra-se o paiol de Santa Bárbara, degradado, requerendo reabilitação¹⁷⁶⁵.

Barbacena: A sua fortificação apresenta lacunas do ponto de vista estrutural e patrimonial. Grande parte dos troços subsistentes apresentam carência de limpeza de vegetação e de consolidação dos seus panos de muralha, estando alguns baluartes com falta de apoio na sua base.

Campo Maior: Nas últimas décadas esta fortificação estava votada ao abandono. Era comum encontrar-se grande quantidade de lixo acumulado em torno dos panos de muralha. A fortificação exigia também intervenções de impermeabilização juntos às portas da Vila, bem como a reconstrução das cortinas adjacentes e dos meios-baluartes do Curral dos Coelhos, de Lisboa e de São Sebastião, e conservação do baluarte da Boavista e da cortina adjacente do meio-baluarte de Santa Rosa. Em 2017, uma proposta de restauro desta fortificação veio trazer alguma esperança. O projeto teve início apenas no ano seguinte, decorrendo um profundo restauro entre 2018 e 2020. Segundo os

¹⁷⁶⁵ Cf. AAVV., *Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana – cidade de Estremoz*, Estremoz, Setor de Gestão Urbanística, Planeamento e Projeto Municipal da CME, 2015, p. 10.

princípios de intervenção e consolidação realizados, os trabalhos decorreram por meio de rigorosos critérios tendo em conta cerca de 1600 metros de muralha. Embora tivesse que se efetuar a consolidação profunda dos troços bastante danificados, procurou-se respeitar o aspeto original da fortificação. Tal como no processo original, também aqui se recorreu à taipa, composto prensado dentro de cofragens, de terra, saibro e cal, para a recuperação dos parapeitos e merlões.

Monforte: Os restos da fortificação de Monforte são, de todo este conjunto, os que mais carecem de intervenção. Bastante dissimulada, a muralha abaluartada tem estado a desagradar-se constantemente com a passagem do tempo. Poucos são os troços que restam, e o único troço mais extenso que é visível serve de quintal a uma casa que parece ser de habitação social, que se avista do miradouro. É necessário valorizar este troço, no sentido de o inserir no contexto do património militar, permitindo que a vista que se tem a partir do miradouro para o troço subsistente seja do ponto de vista cultural e patrimonial, e não como se mostra atualmente. De facto, tanto os vestígios abaluartados e os medievais estão completamente descontextualizados e descaracterizados do seu propósito construtivo e sem qualquer impacto visual.

Oguela: Anteriormente a fortificação estava muito aterrada, carecendo de urgente consolidação das suas muralhas, estando alguns dos seus troços em risco de derrocada, devido a um baluarte que ruíra, danificando a restante estrutura. Carecia, deste modo, de preenchimento de lacunas e reconstrução nos panos de alvenaria, de enchimento de terra em zonas afetadas da muralha e do refechamento de juntas em alvenaria de pedra e capeamento e reboco dos panos de muralha, como da limpeza de vegetação pequena e arranque de árvores que danificavam a sua estrutura. Em 2018, a par de Campo Maior, também a fortificação de Oguela beneficiou de obras de recuperação. A praça de armas foi requalificada, efetuando-se intervenções na sua cisterna e restauro profundo das muralhas, tornando possível percorrer a fortificação em seu redor.

Arronches: a fortificação de Arronches aparenta estar em razoável estado de conservação, pelo que seriam necessárias apenas algumas obras de consolidação e manutenção dos troços de muralha, baluartes e guaritas subsistentes.

Avis: Na vila de Avis subsiste uma fortificação muito dissimulada, apenas com dois baluartes. Um deles, à entrada da vila, bastante oculto e aterrado, está praticamente degradado na sua totalidade. Requer intervenção e consolidação urgente, bem como a sua identificação. Já o outro baluarte, de acesso ao interior da povoação, encontra-se intervencionado, mas, não da melhor forma. Pois o baluarte foi totalmente rebocado e

caiado de amarelo. Visualmente desapareceram os seus materiais originais de construção, o que lhe retira a identidade militar. Identifica-se que é efetivamente um baluarte dado o seu formato poligonal, mas está descaracterizado. Além disso, o seu terrapleno é totalmente ocupado com casas de habitação. Para uma adequada valorização patrimonial o baluarte deveria ser reconstituído mediante as técnicas e materiais originais da sua construção.

Portalegre: Tal como Arronches, o que subsiste da fortificação abaluartada encontra-se em razoável estado de conservação, pelo que a consolidação das muralhas seria ação interventiva de valorização predominante.

Marvão: Das fortificações em estudo, Marvão é de facto a que se encontra em melhor estado de conservação, assim como a que é efetivamente mais cuidada no contexto do património militar. Pelo que a intervenção que aparenta necessária será apenas a manutenção do existente.

Castelo de Vide: pela análise das estruturas abaluartadas subsistentes adivinha-se uma fortificação imponente, dividida em três níveis de defesa. No entanto, são necessárias intervenções urgentes ao nível da sua conservação e valorização. Observa-se que os troços estão todos repletos de densa vegetação, pelo que a sua limpeza seria imprescindível. Seria também necessária a consolidação das suas muralhas. Além disso, os baluartes da zona mais baixa da fortificação encontram-se com os seus terraplenos em obras que não parecem corresponder à manutenção da sua conservação e valorização. Deste modo, existe essencialmente a preocupação com os aspetos quotidianos do local, não prevalecendo a essência histórica e patrimonial da fortificação. São ainda necessárias obras de restauro das muralhas e adarves, devendo efetuar-se a reconstrução dos seus panos de muralha, recorrendo-se à alvenaria para tapamento de rombos nas muralhas e baluarte do forte de São Roque.

Nisa: Uma vez que não subsistem vestígios da fortificação abaluartada em Nisa, apenas restam as ligações das portas da Vila e de Montalvão, anteriores ao período da Guerra da Restauração, mas que tal como indicado anteriormente, permitiam o acesso à fortificação, seria imprescindível efetuar-se um percurso virtual das muralhas inexistentes, valorizando desta forma, não *in situ*, mas mediante as formas possíveis de divulgação deste património militar.

c) Paisagem natural envolvente:

As fortificações são parte da paisagem em que se inserem. Como verificámos no capítulo anterior, a própria paisagem e morfologia do terreno caracterizou a construção das defesas de cada localidade.

d) História e memória:

As fortificações são fundamentais para a recuperação da memória histórica, pois são testemunhos dela. Por este motivo, é crucial efetuar-se a sua valorização em plenitude, respeitando-se os aspetos construtivos.

e) Metodologia de intervenção:

- Elaboração de inventários georreferenciados, disponíveis para o público em geral;
- Análise histórica, arqueológica, artística e documental;
- Análise da função histórica e militar, através da interpretação da sua construção táctica e logística;
- Análise do espaço envolvente – património paisagístico;
- Análise material (interpretação da tipologia construtiva, identificação dos materiais de construção) – desenvolvimento de sistemas de avaliação de hipóteses de conservação e manutenção;
- Análise do impacto turístico nas localidades em que se inserem as fortificações, pois este não deve ser excessivo e deve visar a fruição da memória;
- Elaboração de estudos contantes para se contribuir para a difusão do conhecimento histórico e cultural das fortificações a nível nacional e internacional;
- Manutenção, controlo e divulgação de projetos de intervenção em qualquer uma das fortificações.

f) Aplicação e desenvolvimento:

A valorização e salvaguarda dos aglomerados fortificados deverá implicar o desenvolvimento de trabalho conjunto entre diversas entidades da administração pública (locais, nacionais), bem como o contributo de instituições, nomeadamente a academia, que tenham interesse em valorizar este património, disponibilizando os meios técnicos, económicos ou de estudo¹⁷⁶⁶.

g) Publicitação e difusão:

Os organismos implicados na gestão de valorização das fortificações, deveriam responsabilizar-se pelo estabelecimento de programas de divulgação, promovendo-se as

¹⁷⁶⁶ João de Carreira Coelho, *Arquitetura militar: as fortalezas de São Tiago e São João Baptista do Funchal* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade Lusíada de Lisboa, 2019, p. 143.

visitas físicas e virtuais, o conhecimento histórico e artístico, desenvolvendo-se uma adequada interpretação de conjunto. Esta difusão não prescinde da iniciativa de programas de investigação que garantam o desenvolvimento de linhas de atuação.

Em suma, a salvaguarda, valorização e reabilitação dos espaços fortificados entendendo-os como um conjunto, ou designando-os de museu a céu aberto, ou museus de sítio (como se designam no Chile, por servirem como espaços públicos e centros de interpretação¹⁷⁶⁷), assentam na organização do espaço envolvente a cada fortificação, abrangendo a totalidade dos núcleos fortificados.

Para uma boa valorização e reabilitação é necessário ponderar os seguintes parâmetros:

- a) Estabelecimento de regras e orientações, tendo em conta a gestão urbanística em torno dos aglomerados fortificados. É necessário criar áreas de referência em torno destes monumentos militares, permitindo o acesso pedonal dos visitantes aos mesmos, sem se retirar a identidade monumental e sem interferir no património paisagístico e natural em torno dos mesmos;
- b) Perspetivas de conservação e valorização necessárias na estrutura de cada fortificação, preservando e reforçando o seu núcleo, respeitando a sua condição às datas de construção, devendo proceder-se essencialmente à reparação e limpeza;
- c) Consolidar o acesso às fortificações, assegurando a articulação harmoniosa com a área envolvente¹⁷⁶⁸;
- d) Revitalizar os núcleos fortificados, estimulando a realização de atividades lúdicas e educacionais;
- e) Tratamento das zonas envolventes das fortificações, nomeadamente no que concerne à vegetação;
- f) Respeitar o carácter histórico dos aglomerados fortificados, conforme a proteção legal que os abrange, harmonizando-os com a necessidade de divulgação cultural.

Desta forma, a transformação destes aglomerados em polos ativos e atrativos para os visitantes implicaria a condução de ações de divulgação de qualidade patrimonial

¹⁷⁶⁷ AAVV., “Defending the Military Heritage: legal, financial and administrative issues – Chile”, in *Reports from the Seminar 16-17 May, 2011...*, p. 15.

¹⁷⁶⁸ Marie-Caroline Gaymard, “Le patrimoine militaire...”, p. 11.

concertadas. Umas, seriam destinadas ao público em geral; outras, a públicos especializados nomeadamente no domínio do património militar, história e arquitetura. Além disso, deverá ter-se em especial consideração os habitantes de cada um dos locais implicados. A proposta de atuação passaria por:

a) Assumir um regime com cada um dos municípios, *ayuntamientos* e organismos diversos da administração central e associações de defesa do património, com vista à organização de percursos temáticos;

b) Disponibilizar panfletos sobre cada uma das fortificações e consequente publicação de uma obra que abrangesse a história e arquitetura das fortificações alentejanas e da Extremadura, requerendo-se a parceria de estudiosos sobre o tema, a nível nacional e internacional;

c) Divulgar este património militar nas redes sociais e nas universidades portuguesas e espanholas, inserindo-se o tema em contexto académico, em conteúdos de determinadas unidades curriculares, ou pela organização de conferências presenciais e on-line;

d) Investir na animação cultural de cada um dos aglomerados fortificados, através do recurso a programas de animação, proporcionando concertos evocativos e outros eventos, periódicos ou exclusivos, ou de referência a efemérides regionais, tendo em conta a fruição da memória patrimonial;

e) Apostar na relação dos aglomerados fortificados à história política e militar do período da Guerra da Restauração, evocando-os como um “conjunto”, interligando a história militar e construtiva de cada fortificação no âmbito de itinerários que se complementem entre si;

f) Elaborar *placards* informativos, devidamente enquadrados, em troços específicos das fortificações, nos quais estariam referidos os acontecimentos históricos no local, bem como a cronologia de intervenções de que as estruturas foram alvo. Junto destes placards seriam disponibilizados códigos QR com acesso a fotografias das fortificações, projetos e documentação da época sobre determinados acontecimentos históricos ou arquitetónicos respeitantes a cada local específico, ou interligando determinado aglomerado defensivo;

g) Promove percursos em redor dos troços de muralha, devendo desenvolver-se as áreas pedonais;

j) Proporcionar a atração de visitantes através da elaboração de exposições temporárias, por exemplo de escultura, instalações, *performances*, entre outras, nas zonas

exteriores de cada fortificação, procurando efetuar-se exposições complementares entre as diferentes localidades. As exposições poderiam estar ligadas às questões militares ou a questões de interesse cultural, atraindo visitantes que não procurassem inicialmente o património militar. Esta seria uma iniciativa para atrair um público cujos interesses primários seriam outros, disponibilizando-lhe uma temática interativa que iria abranger a área militar envolvente¹⁷⁶⁹;

k) Promover ações vocacionadas para o público escolar, tendo em conta as seguintes atividades:

- Visitas a brincar: “Os mistérios das fortificações abaluartadas do Alentejo e Extremadura”; “O Teatro de sombras chinesas”; “A Guerra da Restauração (1640-1668) contada por fantoches”; “*Foot paper* na área exterior das fortificações”;

- Maletas pedagógicas: atração dos jovens pela envolvente histórica e construtiva das fortificações;

- Oficinas: aprendizagem prática da utilização de materiais que permitam efetuar pequenas fortificações, segundo técnicas tradicionais. O objetivo seria que as pequenas construções pudessem depois ser expostas na zona exterior da fortificação;

- Ciclos de cinema: pretende-se incentivar o gosto pelo cinema histórico;

¹⁷⁶⁹ Poderia apostar-se em exposições constituídas por painéis, apresentando de forma gráfica e apelativa, as seguintes temáticas de exposição, por exemplo: “Guadiana – um olhar fotográfico”; “As linhas de água no Alentejo – da aguarela à fotografia”; “Fortificações abaluartadas da raia alentejana vistas do céu”; “Portas de uma fortificação: o seu significado”; “Similaridade de baluartes na raia alentejana”; “A literatura da Guerra da Restauração (1640-1668): os autores”; “O Alentejo e a Guerra da Restauração – história contada através dos documentos históricos em exposição”; “Fortificações abaluartadas alentejanas pelo olhar da pintura”; “A heráldica nas praças-fortes”; “Desenho e pintura: a arte da fortificação”; “Branco e negro: uma outra forma de visualizar as fortificações”; “Fortificações a giz”; “Percurso estratégico nas praças-fortes envolvidas na Guerra da Restauração (1640-1668)”; “A coesão entre o âmbito religioso e o militar – plano patrimonial”; “As mulheres por detrás dos homens da Guerra da Restauração”; “Cisternas de Portugal: a importância do abastecimento de água na história”; “Pesos e medidas – a sua evolução”; “Reconstrução do património destruído de Serpa”; “Reconstrução do património destruído de Moura”; “Reconstrução do património destruído Mourão”; “Reconstrução do património destruído de Beja”; “Reconstrução do património destruído de Évora”; “Reconstrução do património destruído de Olivença”; “Reconstrução do património destruído de Juromenha”; “Reconstrução do património destruído de Vila Viçosa”; “Reconstrução do património destruído de Estremoz”; “Reconstrução do património destruído de Elvas”; “Reconstrução do património destruído de Barbacena”; “Reconstrução do património destruído de Campo Maior”; “Reconstrução do património destruído de Monforte”; “Reconstrução do património destruído de Arronches”; “Reconstrução do património destruído de Avis”; “Reconstrução do património destruído de Portalegre”; “Reconstrução do património destruído de Marvão”; “Reconstrução do património destruído de Castelo de Vide”; “Reconstrução do património destruído de Nisa”; “O Património – dar um futuro ao passado”; “O estudo das plantas”: exposição interativa, que seria desenvolvida não dentro dos muros das fortificações, mas sim nos seus arredores, procurando efetuar-se um percurso na envolvente destes monumentos, encontrando diferentes tipologias de plantas, colocando-se painéis informativos em zonas estratégicas de paragem, interligando o roteiro com o percurso em torno dos troços de muralha.

- Ciclos de contos “Era uma vez...”: estimulação do gosto pela leitura em conjunto e pela participação ativa na história.

Desta forma, apresenta-se uma principal missão para valorizar: estabelecer uma ligação com a comunidade em que se insere cada um dos aglomerados fortificados, e com os seus visitantes, criando-se a oportunidade de desenvolver projetos que se articulem com a envolvência histórica, militar e cultural deste património. O principal objetivo da sua valorização, passa pelo aprofundamento da relação das fortificações com a comunidade em que se inserem, despertando nos visitantes em geral, um maior interesse pela história e pelo património local, por forma a terem a oportunidade de interpretar, aprofundar e difundir novos conhecimentos sobre o património histórico e cultural.

Neste âmbito, devem distinguir-se algumas linhas programáticas relacionadas com as fortificações tendo em conta ações de carácter pedagógico:

- a) Reabilitação e recuperação de elementos construtivos. Visa o estudo e possível conservação dos elementos das fortificações, através do desenho de proteção ao longo dos seus baluartes, panos de cortina e obras exteriores, permitindo a articulação de possíveis visitas sem danificação da área envolvente. A proteção deveria ter por base a recuperação e preservação das fortificações abaluartadas, permitindo salvaguardar a sua identidade no tempo e a sua requalificação no Alentejo, concernente a uma sensibilização e consciencialização para a preservação da identidade militar, histórica e cultural;
- b) Fichas de inventário atualizadas respeitantes às fortificações;
- c) Os aglomerados fortificados e a sociedade: uma realidade em evolução. Deve considerar-se a natureza e os valores históricos intrínsecos e, identificar-se os fatores que possam condicionar a sua relação com os visitantes, a fim de se poder corresponder às expectativas de todos aqueles que os visitem. Neste contexto, salientamos a importância do Programa FORTE CULTURA, que na Alemanha tem efetuado a conjugação de informação sobre as fortificações, sua história e arquitetura, e as experiências que o visitante pode ter na natureza/ambiente em que estas se inserem (desenvolvem-se experiências relacionadas com festivais de época, espetáculos de contos de fadas, música

clássica, workshops de escultura, mercados medievais, desportos ao ar livre ou espetáculos equestres)¹⁷⁷⁰;

- d)** Estratégias de comunicação e interação com os diversos públicos: o sucesso da valorização e salvaguarda deste património militar traduz-se na sua capacidade de responder aos desafios e às mudanças e na competência de se cativar públicos, tendo em linha de conta os públicos com necessidades especiais, por exemplo, deficientes motores, cegos, etc., que também devem poder visitar este património militar;
- e)** As fortificações abaluartadas e a sua estratégia nacional e internacional: uma janela de oportunidade. Esta questão exige a procura de fontes de financiamento e criação de parcerias, que são mecanismos determinantes para o número de visitantes, através da internacionalização da sua divulgação. Esta, por seu turno, depende do estudo das necessidades e interesses do seu público-alvo, não só enquanto visitantes, mas também dos interessados na sua valorização e conservação, como entidades. Além disso, a internacionalização também se traduz na necessidade de publicações e estudos a nível internacional, de parcerias dos possíveis futuros centros de interpretação das fortificações com organizações internacionais, com o objetivo de editar publicações e organizar conferências, empréstimos de exposições e disponibilizar informação;
- f)** Parceria entre as fortificações e os arquivos e bibliotecas, a nível local, nacional e internacional, apostando-se na estratégia de divulgação de documentos e cartografia da época;
- g)** Desenvolvimento de exposições temporárias e atividades com função educativa, anteriormente referidas;
- h)** A publicidade abrangente das fortificações abaluartadas da raia alentejana e da Extremadura: incentivo à sua valorização como meio difusor de um vasto património histórico-militar, através da organização e divulgação de eventos sociais e culturais e relações com a comunidade, objetivando a partilha da memória;
- i)** Ferramentas digitais: desenvolvimento de um website que complemente a MFDiscovery App (Military Fortifications Discovery App) e que articule

¹⁷⁷⁰ Cf. FORTE CULTURA: <https://www.forte-cultura.eu/en/festungen-en/portraits> (consult. 23 ago. 2021).

todos os aglomerados de fortificação abaluartada no Alentejo e Extremadura, assim como a interação de eventos relacionados com as fortificações através das redes sociais, perspetivando a criação, partilha e ligação de conteúdos através dos meios digitais, por parte do público em geral. Esta consistiria numa estratégia de comunicação que procurasse divulgar as fortificações e aferir às motivações dos seus visitantes, promovendo a participação ativa, como forma de valorização e divulgação do património militar;

- j) Visitas guiadas e digitais, no âmbito dos itinerários das fortificações abaluartadas do Alentejo e Extremadura;
- k) Conferências promovidas on-line;
- l) Loja virtual onde se vendessem livros relacionados com os estudos das fortificações e com a sua história.

Em suma, a valorização e salvaguarda deste património militar, passa por se disponibilizar os aglomerados fortificados entre o Alentejo e a Extremadura como um conjunto, permitindo a interação entre a sua história e o tempo atual. Incentivando-se o desenvolvimento de um programa que implicasse a recuperação das fortificações, que devem ser permanentemente valorizadas através do seu estudo e divulgação a nível nacional e internacional. Desta forma, estes aglomerados fortificados tornar-se-iam dinâmicos e testemunhos da história que lhes é intrínseca.

2. Itinerários das fortificações abaluartadas no Alentejo e Extremadura

Tendo em linha de conta a importância que têm atualmente os percursos ligados ao património cultural e natural, propomo-nos a idealizar propostas de Itinerários das Fortificações Abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura, visando uma perspetiva integrada entre os patrimónios histórico, militar, paisagístico e imaterial.

Pretende-se englobar todos os locais estudados ao longo da tese e relacionados com o período da Guerra da Restauração (1640-1668), tendo em conta essencialmente a valorização e a preservação da sua memória histórica. Neste âmbito, importa aludir para as Rotas que têm vindo a ser desenvolvidas sobre a mesma temática, mas com finalidades propositadamente aliadas ao âmbito do turismo¹⁷⁷¹. Em fevereiro de 2019, aprovou-se o

¹⁷⁷¹ Cf. conceitos ligados às rotas turísticas e museológicas. Sara Vidal Maia, Maria Manuel Batista, “As rotas como estratégia turística: perceção de benefícios e obstáculos na constituição de rotas museológicas

financiamento para o projeto Fortalezas Abaluartadas da Raia – Criação da Rota Temática “Rota das Fortificações Abaluartadas da Raia”, que envolve quatro localidades: Valença, Almeida, Marvão e Elvas. Esta Rota tem em vista a “experimentação do Património Abaluartado” através de ferramentas de experimentação turística, *branding* associado a site, folhetos, vídeos e merchandising, contemplando o investimento aliado ao turismo.

Temos também a Rota dos Castelos e Fortalezas do Alto Minho, que faz parte do projeto “Alto Minho 4D – Viagem no Tempo”. Este projeto divide-se em dez rotas culturais organizadas cronologicamente, que integram os bens patrimoniais da região do Minho. Além da referida Rota dos Castelos e Fortalezas, o Alto Minho desenvolve também a Rota da Arte Rupestre e do Megalitismo, a Rota dos Castros, a Rota do Romano, a Rota do Românico ao Gótico, a Rota dos Mosteiros, a Rota dos Descobrimentos, a Rota do Barroco, a Rota da Arquitetura Tradicional e a Rota do Moderno ao Contemporâneo.

Entre 2009 e 2013, foi efetuada uma parceria da Consejería de Cultura com o projeto de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, denominado GUADITER, que visou a Rota do Património Fortificado da fronteira do Guadiana, atuando na zona do Baixo Guadiana no referido período.

Temos também o Roteiro dos Museus e coleções Militares e o Roteiro dos Castelos da Bandeira Nacional, pelo Algarve e pela Raia, sendo que este último engloba as localidades de Almeida a Castelo Melhor, referentes à raia.

Promovidas pela Associação de Turismo Militar Português, temos a Rota da Guerra Peninsular e a dos Castelos e Muralhas do Mondego. A primeira tem em conta atividades ligadas às invasões francesas, e a segunda pretende recriar o imaginário de cooperação bélica entre o mundo cristão e o muçulmano, encarando-se também cada fortificação como um dispositivo militar evolutivo.

Promovidas por entidades turísticas, temos o Roteiro dos Castelos do Alentejo, que engloba Évora, Arraiolos, Évoramonte, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Alandroal, Redondo e Valongo; a Rota dos Castelos pela Beira e Serra da Estrela; a Rota dos Castelos e Aldeias Históricas na Serra da Estrela; a Rota dos Castelos e Fortalezas do Oeste.

Em Espanha têm sido desenvolvidas as seguintes Rotas: Ruta de las Fortificaciones de Frontera de Salamanca (que engloba as localidades de Yecla de Yelves, San Felices de los Gallegos, Castillejo de Martín Viejo, Villar de la Yegua, Villar del

na região de Aveiro”, in *Book of Proceedings – International Conference on Tourism & Management Studies*, Algarve, 2011, Vol. I, pp. 672-682.

Ciervo, Aldea del Bispo, Saelices el Chico, Ciudad Rodrigo, Carpio de Azaba e Fuentes de Oñoro, e Vilar Formoso e Almeida, em Portugal) e La Ruta de las fortificaciones: un bello paseo primaveral (que inclui castillo de San Sebastián, castillo de Santa Catalina e Cádiz)¹⁷⁷².

Ao contrário do conceito das Rotas que têm vindo a ser desenvolvidas pelas entidades nacionais e internacionais, a nossa idealização das propostas de Itinerários das Fortificações Abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura visa uma perspetiva integrada entre os patrimónios histórico, militar, paisagístico e imaterial, não perspetivando objetivos ligados à atratividade turística, mas sim à memória da história ligada às fortificações, à sua envolvente, e a cada local em que se inserem¹⁷⁷³.

Desta forma, a iniciativa atuaria com perspetiva de valorização e reabilitação deste conjunto patrimonial, adaptando-o do ponto de vista de interação com os visitantes, atuando na vertente educativa e turística, de uma forma integrada, visando a interpretação do património militar. Neste âmbito é importante seguir os parâmetros defendidos pelo Fortress of Cultural Sibenik, fundado na Croácia em 2016, nomeadamente no que concerne aos programas de sustentabilidade dos locais, interpretação do património, comunicação e educação¹⁷⁷⁴.

No caso do nosso projeto, perspetivamos que os Itinerários deveriam ser efetuados tendo em conta os cinco aglomerados urbanos anteriormente citados, pelo que pressupunha uma visita integrada em cinco fases. Cada um dos aglomerados beneficiaria de um centro de interpretação concebido em função do património militar alentejano, por forma a incidir diretamente na história e envolvente de cada uma das fortificações pertencentes ao respetivo aglomerado, tendo em conta os seguintes princípios: inteligibilidade, promovendo-se a participação interativa e interpretativa do visitante;

¹⁷⁷² Sem ser relacionado com as fortificações abaluartadas, mas com a História militar, podemos ainda citar o Projeto transfronteiriço Interreg FEDER através do POCTEP, o *NAPOCTEP - Rutas napoleónicas entre España y Portugal* (2019-2021). Envolve a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE), o Turismo Centro de Portugal (TCP), a Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das (RHLT), a Fundación Siglo para el Turismo y las Artes de Castilla y León (FSIGLO), a Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico (FSMRPH), a Fundación Delegación Fundación Finnova (FINNOVA) e a Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas, S.A. (SEGITTUR).

¹⁷⁷³ Federico Camerin, Nicola Camatti, Francesco Gastaldi, “Military barracks as cultural heritage in Italy: a comparison between before-1900- and 1900-to-1950-built barracks”, in *Sustainability*, 2021, Vol. 13, N.º 782, p. 19.

¹⁷⁷⁴ Cf. Fortress of Culture Sibenik: <https://tvrjava-kulture.hr/en/about-us/> (consult. 21 ago. 2021).

experiência de envolvimento do visitante com o núcleo expositivo; da exposição como unidade conceitual e visual, dividida em temáticas; o ambiente expositivo conjugado com a tradição da época histórica em que as fortificações se inserem, e com a inovação tecnológica de reconstrução de uma fortificação (propondo-se reconstruções virtuais das ruínas ou de modelos fortificados mais complexos, tal como se tem vindo a desenvolver em Itália¹⁷⁷⁵); valorização dos conteúdos apresentados ao visitante, através da iluminação, cores e matérias primas que possam envolve-lo na memória e história apresentada¹⁷⁷⁶.

Promovendo o debate em torno da questão das fortificações, numa perspetiva aglutinadora, centrada na sua singularidade histórica, técnica e artística, organizar-se-iam exposições temporárias com recurso à documentação histórica sobre as fortificações, maquetas, reconstituições ou recursos multimédia¹⁷⁷⁷, culminando todos os anos num congresso internacional dos Itinerários das Fortificações Abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura. Esta constituiria uma primeira etapa na apresentação pública da salvaguarda e valorização que se propõe, resultante de um possível acordo de cooperação celebrado entre as universidades portuguesas e espanholas, as câmaras municipais, *ayuntamientos*, o Ministério da Cultura, a Direção Regional de Cultura do Alentejo, o Instituto del Patrimonio Cultural de España, o Consejo del Patrimonio Histórico, a Comissão Portuguesa de História Militar, a Asociación Española de Historia Militar, entre outras entidades, que mais tarde se poderiam juntar.

As propostas de itinerários das fortificações abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura seriam efetivados mediante os seguintes domínios:

- a) Itinerários e natureza: a envolvente da fortificação;
- b) Itinerários na cidade: muralhas e fossos;
- c) Itinerários na cidade: a envolvente histórica dos troços de muralha.

Circuitos no Alentejo (Proposta de Itinerários com circuitos integrados):

Circuito 1 - Serpa, Beja (32,9 km)

Percurso em torno das ruínas abaluartadas de Serpa e do aqueduto (manhã).

¹⁷⁷⁵ Emanuele Romeo, “Conservazione e valorizzazione...”, p. 991.

¹⁷⁷⁶ Rosário Correia Machado, “Pedras que falam de nós – Rota do Românico, um território patrimonial interpretado”, in AAVV., *Centros Interpretativos: Técnicas, Espaços, Conceitos e Discursos*, Porto, Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura, 2019, pp. 102-103.

¹⁷⁷⁷ Manuel Sarmiento Pizarro, “Os centros interpretativos enquanto unidades patrimoniais: conceito, missão, objetivos e problemáticas”, in AAVV., *Centros Interpretativos: Técnicas, Espaços, Conceitos e Discursos*, Porto, Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura, 2019, p. 16.

Percurso em torno dos vestígios abaluartados de Beja e do seu castelo (início da tarde).

O visitante poderia ainda completar a visita efetuando o percurso pelas ruas estreitas, com casas caiadas de branco, em Serpa, bem como pela visita ao castelo e à igreja de Santa Maria de Serpa (século XIV). Poderia também efetuar visita ao Museu Regional de Beja, no convento de Nossa Senhora da Conceição e ao Arquivo Distrital da localidade.

Circuito 2 - Moura, Mourão, Monsaraz (76,7 km)

Visita às ruínas abaluartadas e castelo de Moura (manhã).

Percurso em redor dos vestígios abaluartados de Mourão e do seu castelo (início da tarde).

Percurso ao redor da fortificação de Monsaraz, compreendendo o hornaveque de São Bento, e visita ao castelo (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita com ida à igreja matriz de São João Batista, à igreja e convento de São Francisco e ao Museu Municipal, em Moura, e à igreja matriz de Nossa Senhora das Candeias, em Mourão, bem como, em Monsaraz, à arquitetura religiosa, civil, ou estruturas museológicas.

Circuito 3: Monsaraz, Juromenha, Évora (120 km)

Visita à fortificação de Juromenha e vislumbre sobre o rio Guadiana (manhã).

Percurso em torno das muralhas de Évora e visita ao Forte de Santo António (tarde).

O visitante poderia ainda completar a visita percorrendo o centro histórico da cidade de Évora, visitando a Biblioteca Pública da cidade e o polo do Espírito Santo da Universidade e sua igreja.

Circuito 4 - Olivença, Elvas (25,4 km)

Percurso em redor da fortificação de Olivença e do seu castelo (manhã).

Percurso em torno das fortificações de Elvas, integrando os destroços dos fortes de São Francisco e São Pedro (início da tarde).

Visita ao forte de Santa Luzia (tarde).

Visita ao forte da Graça e respetivo Museu Militar (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se ao Consorcio Museo Etnografico Extremeno Gonzalez Santana, à igreja Santa Maria Magdalena e, observando a Puente de Ayuda, em Olivença, e efetuando visita ao Museu Militar no centro da cidade de Elvas e ao Aqueduto da Amoreira.

Circuito 5 - Vila Viçosa, Barbacena, Campo Maior, Ouguela (63,6 km)

Visita em torno das muralhas de Vila Viçosa, com destaque para o perímetro defensivo (manhã).

Visita ao castelo artilheiro e respetivo Museu Militar (final da manhã).

Percurso em torno dos troços abaluartados de Barbacena (início da tarde).

Percurso em torno da fortificação de Campo Maior (tarde).

Visita à fortificação de Ouguela (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita indo à igreja matriz de Campo Maior e efetuando observação da albufeira da barragem do Caia.

Circuito 6 - Estremoz, Monforte, Arronches (45,9 km)

Percurso em torno dos troços abaluartados de Estremoz, com visita de destaque ao fosso (manhã).

Visita ao castelo de Estremoz e sua alcáçova (final da manhã).

Visita aos vestígios dos troços da fortificação de Monforte (início da tarde).

Visita à fortificação de Arronches (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se à igreja de Santa Maria, matriz de Estremoz (séculos XVI-XVII), efetuando observação do Pelourinho de Estremoz, na praça Luís de Camões (século XVI, com intervenção no século XX), visitando as exposições temporárias do Palácio dos Marqueses de Praia e Monforte (século XVIII) e o Museu Berardo de cerâmica, também em Estremoz, e efetuando visita à igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Monforte (século XVI), e à igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção, em Arronches. Nesta última localidade, poderia também efetuar o percurso das pontes e fontes de Arronches (ponte do Crato – século XV -, fonte do Vassalo - século XVIII - e fonte de Elvas – século XVIII).

Circuito 7 - Portalegre, Marvão (29,2 km)

Visita aos troços da fortificação abaluartada de Portalegre (manhã).

Visita ao castelo de Portalegre (final da manhã).

Percurso na fortificação de Marvão (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita indo à Casa-Museu de José Régio e ao Museu de Tapeçaria de Portalegre Guy Fino, e em Marvão, poderia visitar a sua cisterna e o Museu Municipal.

Circuito 8 - Avis, Castelo de Vide, Nisa, Portas de Ródão (115 km)

Percurso em torno dos vestígios da fortificação abaluartada de Avis e dos vestígios medievais (manhã).

Percurso pelos troços abaluartados de Castelo de Vide (início da tarde).

Visita aos vestígios defensivos de Nisa (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se ao Museu do Campo Alentejano, em Avis, ao Museu do Bordado e do Barro, em Nisa, e ao Monumento Natural das Portas de Ródão.

Circuitos do Alentejo para a Extremadura:

Circuito 1 (por Serpa).

Serpa, Paymogo, Aroche, Cortegana (120 km)

Percurso em torno dos troços abaluartados de Serpa e do aqueduto (manhã).

Visita ao fuerte de Paymogo (final da manhã).

Percurso em torno das muralhas de Aroche, com destaque para a torre de San Ginés (início da tarde).

Percurso em torno do recinto fortificado de Cortegana (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita indo à ermita de Nuestra Señora de la Piedad, em Cortegana.

Circuito 2 (por Beja-Moura)

Beja, Moura, Encinasola, Fregenal (135 km)

Percurso em torno dos vestígios abaluartados de Beja e do seu castelo (manhã).

Visita às ruínas abaluartadas e ao castelo de Moura (final da manhã).

Visita aos fuertes de San Felipe y el de San Juan, ao castelo e ao Mirador de la Contienda, em Encinasola (início da tarde).

Percurso em torno dos vestígios fortificados de Fregenal (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se ao Arquivo Distrital de Beja, e ao antigo Colegio de los Jesuítas, em Fregenal.

Circuito 3 (por Monsaraz-Mourão)

Monsaraz, Mourão, Villanueva del Fresno, Jerez de los Caballeros, Higuera de Vargas (100 km)

Percurso em redor da fortificação de Monsaraz e visita ao castelo (manhã).

Percurso em redor dos vestígios abaluartados de Mourão e do seu castelo (final da manhã).

Percurso pelas defesas de Villanueva del Fresno (início da tarde).

Percurso em torno das antigas defesas de Jerez de los Caballeros (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se pelas ruas direitas de Villanueva del Fresno, centrando a sua atenção para a ermita del Cristo e a Biblioteca, e efetuando visita às torres de Jerez de los Caballeros.

Circuito 4 (por Juromenha-Elvas)

Juromenha, Elvas, Badajoz, Valverde de Leganés, Olivenza (78 km)

Visita à fortificação de Juromenha e vislumbre sobre o rio Guadiana (manhã).

Percurso em torno das fortificações de Elvas, integrando os destroços dos fortes de São Francisco e São Pedro (final da manhã).

Visita ao forte de Santa Luzia (início da tarde).

Visita ao forte da Graça e respetivo museu militar (tarde).

Visita à Alcazaba y murallas de Badajoz (tarde).

Percurso em redor da fortificação de Olivença e do seu castelo (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita efetuando percurso nas paisagens naturais de Encina Madre e Almendro Real em Valverde de Legánes.

Circuito 5 (por Évora)

Évora, Alconchel, Cheles, Villanueva de Barcarrota, Almendral, La Albuera (186 km)

Percurso em redor do conjunto abaluartado de Évora (manhã).

Visita ao centro de interpretación de las Fortalezas em Alconchel e aos vestígios da fortificação abaluartada (final da manhã).

Visita aos destroços da fortaleza de Villanueva de Barcarrota (início da tarde).

Visita ao Castillo de los Arcos em Almendral (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se ao Archivo Historio de Cheles.

Circuito 6 (por Estremoz-Vila Viçosa)

Estremoz, Vila Viçosa, Telena, Talavera la Real, Lobón, Montijo (149 km)

Percurso em torno dos troços abaluartados de Estremoz, com visita de destaque ao fosso (manhã).

Visita em torno das muralhas de Vila Viçosa, com destaque para o perímetro defensivo (final da manhã).

Visita ao vestígio do forte de San Juan de Leganés, em Telena (início da tarde).

Percurso em torno dos vestígios fortificados de Talavera La Real (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se à igreja de San Pedro, no Montijo extremeño.

Circuito 7 (por Campo Maior-Ouguela).

Campo Maior, Ouguela, Villar del Rey (46 km)

Percurso em torno da fortificação de Campo Maior (manhã).

Visita à fortificação de Ouguela (tarde).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se à igreja matriz de Campo Maior, efetuando percurso no centro histórico de Villar del Rey e visitando o centro de interpretación del Río Zapatón, na mesma localidade.

Circuito 8 (por Barbacena-Arronches).

Barbacena, Monforte, Arronches, Albuquerque (71 km)

Percurso em torno dos troços abaluartados de Barbacena (manhã).

Visita aos vestígios dos troços da fortificação de Monforte (final da manhã).

Visita à fortificação de Arronches (início da tarde).

Visita à muralla e castillo de Luna em Albuquerque (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita indo à igreja de Santa Maria del Mercado, em Albuquerque.

Circuito 9 (por Avis-Marvão)

Avis, Portalegre, Marvão, La Codosera, Valencia de Alcántara (153 km)

Percurso em torno dos vestígios da fortificação abaluartada de Avis e em torno dos vestígios medievais (manhã).

Visita aos troços da fortificação abaluartada de Portalegre e do seu castelo (final da manhã).

Percurso na fortificação de Marvão (início da tarde).

Visita às defesas de La Codosera (tarde).

Visita ao recinto flanqueado por baluartes de Valencia de Alcántara (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se à puente internacional del rio Abrilogo, que faz fronteira com Portugal.

Circuito 10 (por Castelo de Vide-Nisa)

Castelo de Vide, Nisa, Alcántara e Brozas (148 km)

Percurso pelos troços abaluartados de Castelo de Vide (manhã).

Visita aos vestígios defensivos de Nisa (final da manhã).

Percurso pelo modelo defensivo de Alcántara (início da tarde).

Visita às muralhas e centro histórico de Brozas (final do percurso).

O visitante poderia ainda completar a visita deslocando-se ao Monumento Natural das Portas de Ródão.

Os itinerários indicados dizem respeito à oferta de cada localidade em estudo, tendo em conta a complexidade do percurso em torno de todas as fortificações abaluartadas, teriam de ser dedicados vários dias aos percursos, tal como proposto.

No âmbito destes percursos, seria uma mais-valia uma possível parceria com a Route des Fortification Européennes, que atualmente apenas engloba as fortificações respeitantes a França e à Alemanha, bem como com o já mencionado programa FORTE CULTURA, desenvolvido no âmbito da Cultural Route Fortified Monuments. Pretende-se a realização de eventos e experiências emanadas dos ideais destas duas Rotas que adaptadas ao contexto da envolvente de cada fortificação, permitam ao visitante entender e disfrutar da história que engloba as fortificações alentejanas e da Extremadura, tendo perceção do seu contexto arquitetónico e contextualização.

Seria importante que para a adequada valorização e divulgação das fortificações entre o Alentejo e a Extremadura, se inserisse a divulgação dos itinerários propostos num âmbito mais vasto, mesmo que apenas divulgado digitalmente na Route des Fortification

Européennes e na Cultural Route Fortified Monuments. Estas, por seu turno, também veriam os seus objetivos alargados e correspondidos a um nível mais global.

2.1. MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App): *Aplicação interativa* como forma de valorizar histórica e culturalmente os aglomerados de fortificações no Alentejo

Propusemo-nos a elaborar a MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App) para ser utilizada a partir de um telemóvel ou tablet, que poderia ser útil ao visitante no decurso do planeamento da sua visita às fortificações abaluartadas, bem como durante o mesmo, caso seja possível num futuro próximo articular-se com as entidades locais e com a Direção Regional de Património do Alentejo, a disponibilização de painéis informativos em troços específicos das fortificações, nos quais figurassem códigos QR de acesso à *Aplicação* e aos recursos fotográficos, cartográficos e documentais que a mesma teria como recurso de pesquisa adicional ao visitante. A MFDDiscovery App destina-se a orientar o visitante no âmbito da sua visita às fortificações abaluartadas na fronteira luso-castelhana, nomeadamente entre o Alentejo e a Extremadura.

Importa referir que embora já esteja criada, não está publicada por ser efetuada no âmbito do projeto desta tese, pela que a sua divulgação ao público seria posterior. Além disso, necessita de ser apurada em termos técnicos/informáticos, sendo que foi criada com base no percurso da história e património militar. Desta forma, é um começo para uma possível extensão da plataforma digital que se poderá desenvolver posteriormente, com recurso a trabalho técnico e especializado.

A MFDDiscovery App divide os seus parâmetros de pesquisa por dois Itinerários: um apenas no Alentejo (sendo que nela se inclui a fortificação abaluartada de Olivença porque pertencia a Portugal no contexto da Guerra da Restauração, pretendendo criar-se a dinâmica de envolvimento do visitante no ambiente histórico e simbólico da guerra e da necessidade de adaptação das defesas ao modelo abaluartado), e outro que efetua a ligação entre o Alentejo e os locais da Extremadura que usufruíram de reforço abaluartado no período compreendido entre 1641 e 1668, por sofrerem ataques do exército português, tal como referido anteriormente.

Ao mesmo tempo, interliga-se o património abaluartado com outros patrimónios, sendo que estes são diferenciados conforme cada uma das localidades. Pretende-se que

exista uma interação entre o interesse da viagem pelo visitante e do que este poderá usufruir ao longo de todas as suas visitas no que concerne ao património local.

Cada circuito é acompanhado por um itinerário de localização, que indica a distância a percorrer para visitar cada uma das fortificações indicadas. Optou-se por efetuar este itinerário de localização com a distância (em km) referente às viagens de carro ou transporte público, porque, de outra forma, não seria possível efetuar-se a visita ao total de fortificações indicadas por Circuito.

Desta forma, o Itinerário pertencente ao Alentejo foi dividido em oito circuitos, conforme a orientação sul-norte (**Figs. 83 e 84**). Nomeadamente: Circuito 1 – Serpa-Beja (**Figs. 85 a 90**); Circuito 2 – Moura, Mourão, Monsaraz (**Figs. 91 a 98**); Circuito 3 – Juromenha-Évora (**Figs. 99 a 104**); Circuito 4 – Olivença-Elvas (**Figs. 105 a 110**); Circuito 5 – Vila Viçosa, Barbacena, Campo Maior, Ouguela (**Figs. 111 a 120**); Circuito 6 – Estremoz, Monforte, Arronches (**Figs. 121 a 128**); Circuito 7 – Portalegre-Marvão (**Figs. 129 a 134**); e Circuito 8 – Avis, Castelo de Vide, Nisa e Portas de Ródão (**Figs. 135 a 144**).

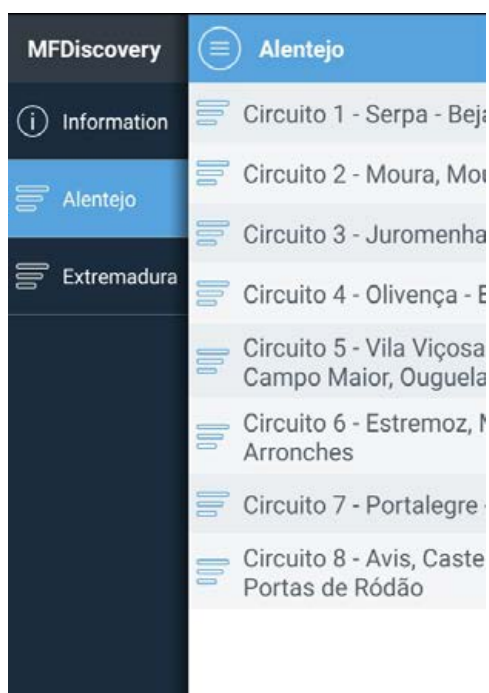


Fig. 83
Menu de apresentação dos Itinerários das fortificações abaluartadas no Alentejo.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 84
Circuitos dos Itinerários das fortificações abaluartadas no Alentejo.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Serpa (Forte de São Pedro)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Nicolau de Langres, Pierre de Saint-Colombe

Descrição: O Forte de pequenas dimensões apenas ficou concluído em 1668, no fim da Guerra da Restauração. Defendia a Igreja do Salvador e toda a praça. Verifica-se uma fortificação estrelada bastante irregular.

POI: Castelo (sécs. XII-XIII), Torre do Relógio (séc. XV), núcleo intramuros, Museu Municipal de Arqueologia, Museu de Vila Verde de Ficalho, Museu de Vila Nova de São Bento, Museu do Relógio, Museu Etnográfico de Serpa, Aqueduto de Serpa (séc. XVII), Casa dos Condes de Ficalho (séc. XVII), Casa Manuelina em Serpa (séc. XVII), Mosteirinho, Igreja de Santa Maria de Serpa (séc. XIV), Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe (séc. XVI), Igreja e Convento de São Paulo (séc. XVII), Igreja Paroquial de Santa Iria (séc. XVI), Igreja Paroquial de Aldeia Nova de São Bento (séc. XVIII), Igreja de São Francisco (séc. XVI), Ermida de São Brás (séc. XVI), Ermida de São Pedro (séc. XVI), Santuário de Nossa Senhora do Carmo (séc. XVIII), Ermida de Santana (séc. XVI), Ermida de Santa Luzia (séc. XVI), Capela de São Roque (séc. XVI), Igreja de Nossa Senhora da Saúde (séc. XVI), Ermida de São Sebastião (séc. XVI), Capela do Calvário (séc. XVII), Barragem romana do Muro dos Mouros, Ponte sobre a ribeira do Enxóe.

Fig. 85
Circuito 1: Serpa.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 86
Circuito 1: Serpa (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Beja (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Charles Lassart, Nicolau de Langres e seu filho, Jean Gilot, Pierre de Saint-Colombe, Conde do Prado, Luís Serrão Pimentel, General Agostinho de Andrade Freire

Descrição: Defesa de grande extensão, dotada de baluartes em alvenaria. Na primeira fase de construção (1644-1649), desenvolveu-se um projeto de planta irregular. Optou-se por se manter as portas oriundas da defesa medieval, nomeadamente as Portas de Évora, de Moura, de Avis, de Mértola e a Porta Nova. Na segunda fase de obras (1650-1657), houve grande incentivo à conclusão dos seus baluartes e obras exteriores. Mas, por falta de dinheiro, as obras apenas voltaram a progredir em 1664, não ficando de todo concluídas.

POI: Castelo (sécs. XIII, XIV, XVI), Museu Regional de Beja (Museu Rainha D. Leonor) [séc. XVI], Estátua da Rainha D. Leonor, Núcleo Museológico, Museu Jorge Vieira, Museu Visigótico/Igreja de Santo Amaro (sécs. XIV, XVI, XVII), Arquivo Distrital de Beja, Palácio dos Maldonados (séc. XVIII), Colégio dos Jesuítas de Beja (séc. XVIII), Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres/Museu Episcopal (séc. XVII), Sé Catedral de Beja (séc. XVI), Igreja do Carmo (séc. XVIII), Igreja da Misericórdia (séc. XVI), Ermida de Santo André (séc. XVI), Ermida de Santo Estêvão (séc. XIII), Igreja de Nossa Senhora do Pé da Cruz (sécs. XV, XVI), Pelourinho de Beja (séc. XVI), Arco Romano de Beja (na Porta de Évora), Arco das Portas de Avis, Ruínas Romanas de Pisões, Jardim Gago Coutinho e Sacadura Cabral (séc. XIX), Bairro da Mouraria (séc. XIII), Janela Manuelina (séc. XVI), Arcadas da Praça da República (séc. XVI), Monumento do Prisioneiro Político Desconhecido (1953).

Fig. 87
Circuito 1: Beja.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 88
Circuito 1: Beja (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa

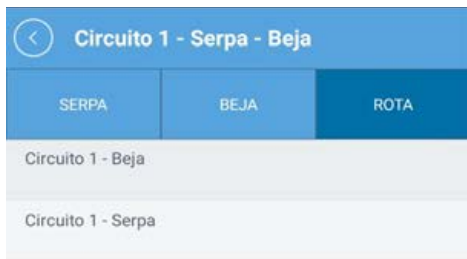


Fig. 89
Rota Circuito 1: Beja-Serpa.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

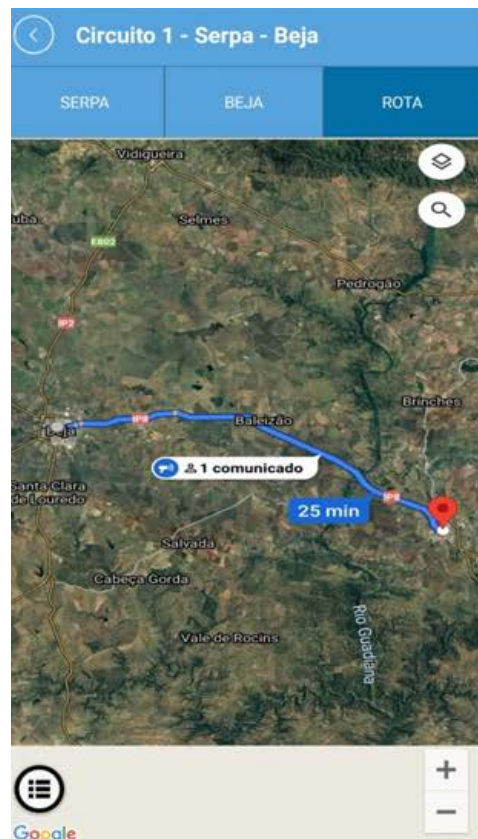


Fig. 90
Rota Circuito 1: Beja-Serpa (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Moura (Fortificação)
Construção abaluartada: século XVII
Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Charles Lassart, Nicolau de Langres, João Paschácio de Cosmader, Barão de Silincourt, André Fialho, Sebastião de Sousa
Descrição: Esta fortificação primava por um recinto de grande extensão e com significativa regularidade. As obras tiveram início em 1645, por supervisão de Cosmader, mas estagnaram no ano seguinte por falta de dinheiro. Apesar de se tentarem projetos mais económicos, foi apenas entre 1654 e 1661 que as obras decorreram de forma eficaz, sendo dotada de oito revelins irregulares, de cinco baluartes terraplanados (de Santa Catarina, dos Quartéis, da Boavista [ou de São Francisco], do Alto [ou do Fojo] e da Muralha Nova [ou dos Cágados]) e de três meios-baluartes (do Jardim [ou do Lago], do Castelo e o do Carmo [ou das Fontainhas]). No período final da sua construção (1662-1668), o francês Barão de Silincourt e os engenheiros militares portugueses André Fialho e Sebastião de Sousa pretendiam executar o reforço total da praça, o que não foi de todo possível devido aos excessivos gastos monetários.
POI: Castelo (séc. XI, XIII, XIV, XV, XVI), Nucleo de Armaria da Torre de Menagem, Torre do Relógio (séc. XVI), Museu Municipal de Moura, Museu de Arte Sacra de Moura, Museu Alberto Gordillo, Capela de Santa Ana (XVIII), Igreja Matriz de São João Batista (séc. XV), Igreja Paroquial de Santo Aleixo da Restauração (séc. XVII), Igreja do Espírito Santo (séc. XVII), Igreja de São Francisco e convento (séc. XVI), Igreja Matriz de Safara (séc. XVI), Igreja de São Pedro (séc. XVII), Convento do Carmo (séc. XIII), Igreja de Nossa Senhora da Estrela (séc. XVI), Museu Municipal de Moura, Lagar de Varas do Fojo, Jardim Doutor Santiago (séc. XIX), Jardim das Oliveiras, Fonte das Três Bicas (séc. XIX), Ponte romana sobre o rio Brenhas, Torre da Salúquia, Atalaia da Cabeça Magra (séc. XIII), Galeria dolménica e anta na Herdade da Negrita, Poço Árabe de Moura.

Fig. 91
Circuito 2: Moura.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

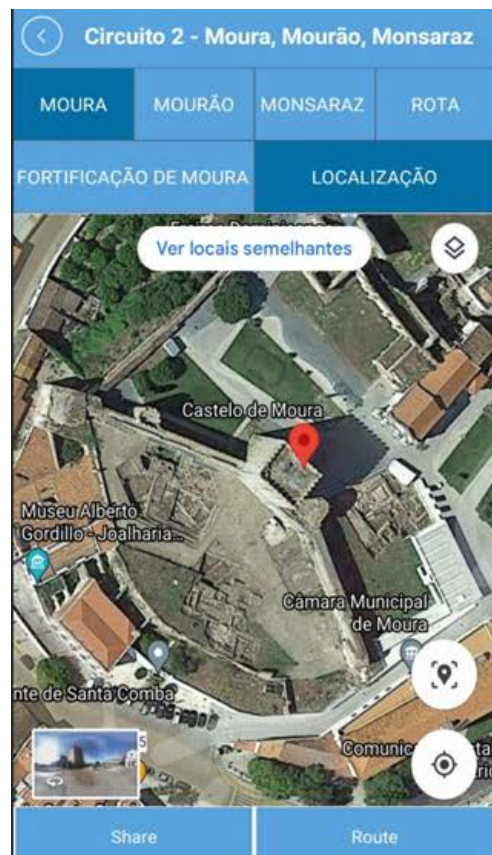


Fig. 92
Circuito 2: Moura (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

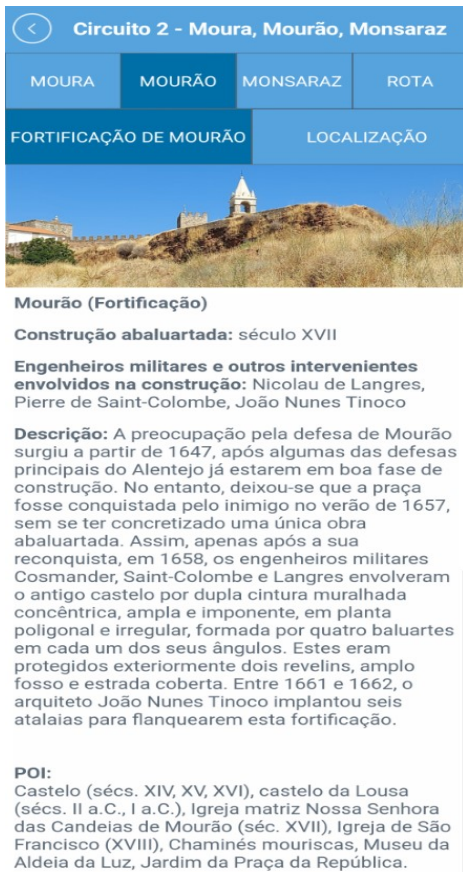


Fig. 93
Circuito 2: Mourão.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

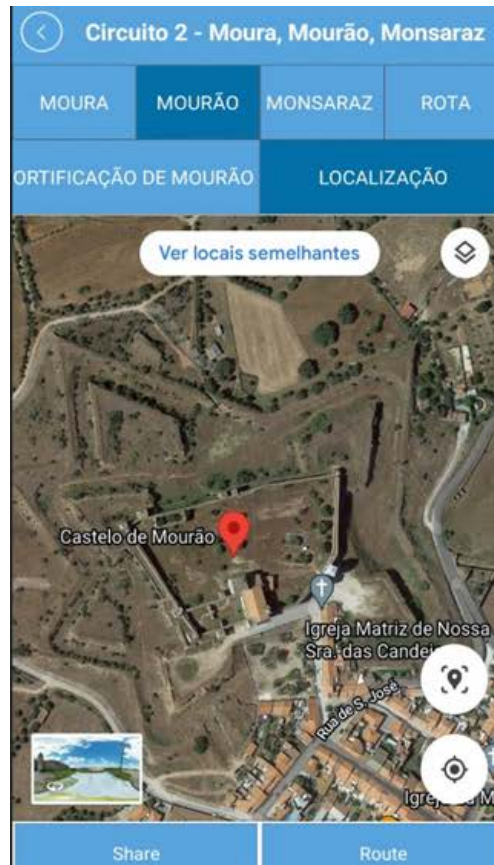


Fig. 94
Circuito 2: Mourão (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 95
Circuito 2: Monsaraz.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

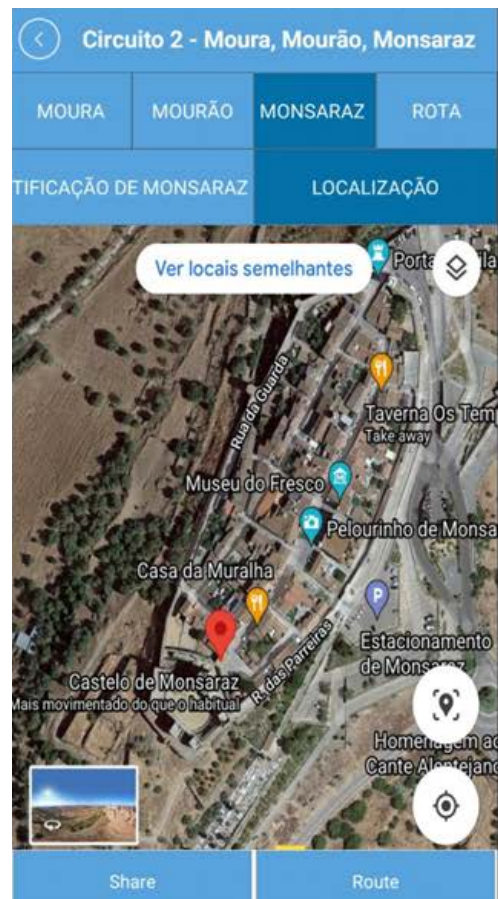


Fig. 96
Circuito 2: Monsaraz (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 97
Rota Circuito 2: Moura, Mourão, Monsaraz.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

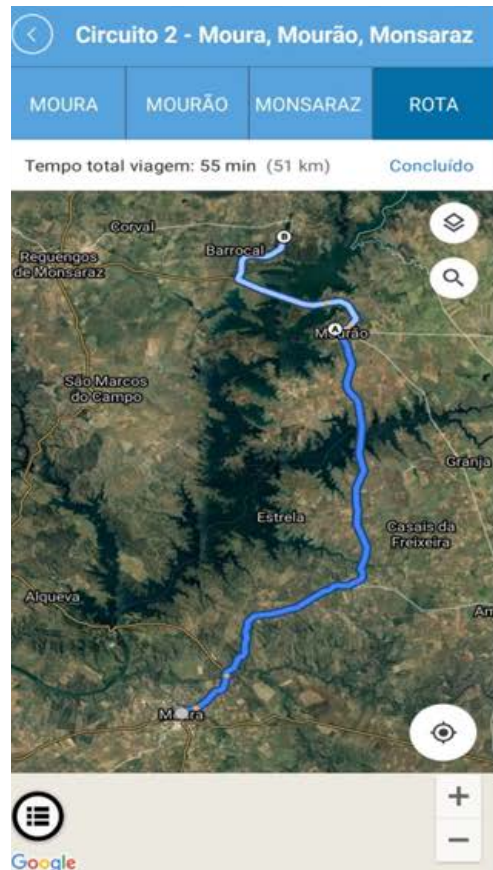
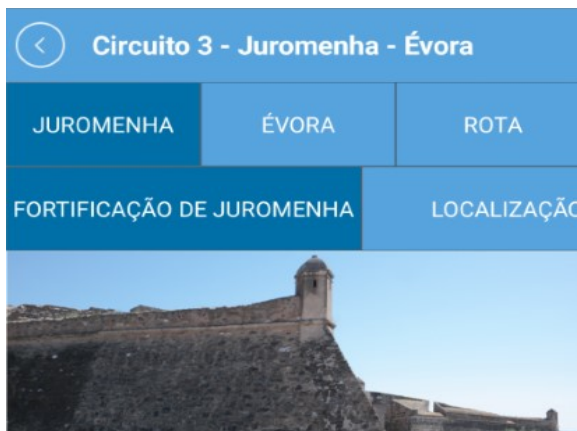


Fig. 98
Rota Circuito 2: Moura, Mourão, Monsaraz (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Juromenha (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Pascoeli, Charles Lassart, Jean Gilot, Nicolau de Langres, João Paschácio de Cosmander, Pierre de Saint-Colombe, Luís Serrão Pimentel, Diogo Pardo de Osório

Descrição: Fortificação irregular, com potentes cortinas, ainda que incompletas, adossadas por quatro baluartes (o de São Lourenço, de Santo António, do Porto Seco e o da Cadeia). Possui elementos de defesa exterior, nomeadamente escarpa de alvenaria de terra, revelins, caminho-coberto, fossos em redor, obras corna e meia-lua no sentido do rio Guadiana. O início da sua construção deu-se a partir de 1647, por intermédio de Cosmander e Gilot, após se terem enviado vários projetos ao Conselho de Guerra de D. João IV. Embora existissem muitos entraves monetários ao avanço da obra, a conquista de Olivença em maio de 1657, veio incentivar grandemente a urgência de se fortificar esta praça. No entanto, em junho de 1662, os castelhanos conseguiram conquistar Juromenha, apenas voltando para a posse portuguesa com o Tratado de Paz de 1668.

POI:

Castelo (séc. XII, XIV), Igreja Paroquial de Juromenha (séc. XIII, XVI, XVII), Igreja da Santa Casa da Misericórdia (séc. XVII), Antigo Paço do Concelho.

Fig. 99
Circuito 3: Juromenha.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 100
Circuito 3: Juromenha (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Évora (defesa principal, Forte de Santo António e Forte dos Penedos)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Charles Lassart, Simon Jouquet, Jean Brivois, Nicolau de Langres e seu filho, Pierre de Saint-Colombe, Allain Manesson Mallet, Conte de Schomberg, Luís Serrão Pimentel, Diogo Pardo de Osório, General de Artilharia Agostinho de Andrade Freire

Descrição: As defesas de Évora foram adaptadas ao sistema abaluartado ainda antes do início da Guerra da Restauração, isto porque o baluarte dos Apóstolos remonta a sua origem às influências da fortificação moderna italiana, sendo posteriormente delineado por Saint-Colombe em 1660. Além deste, a muralha principal foi dotada de outros seis baluartes, nomeadamente de S. Bartolomeu, do Príncipe, do Conde de Lippe, do Picadeiro, do Assa e de Nossa Senhora de Machede. O primeiro dos baluartes a ser projetado no contexto da Guerra da Restauração foi o de Nossa Senhora de Machede, após primeira vitória de Lassart e Langres, entre 1640 e 1641.

Évora possuía ainda dois Fortes projetados por Langres, o Forte dos Penedos e o de Santo António. O primeiro, demolido ainda no contexto da Guerra da Restauração, era dotado de três baluartes avançados, sendo, no entanto, uma obra de planta quadrada e de pequenas dimensões. Já o segundo, de dimensões mais extensas, dotado de revelins e de quatro baluartes com guaritas, terá tido o início da sua construção durante a segunda fase de campanhas de obras na cidade. Após alterações efetuadas pelos castelhanos em seu benefício aquando da conquista da cidade, em maio de 1663, o reforço final deste Forte decorreu já sob o domínio português, a cargo do General de Artilharia Agostinho de Andrade Freire, durante a última campanha de intervenções, nomeadamente depois de 1665. Ficou pronto na década seguinte, sob a assistência de Luís Serrão Pimentel.

POI:

Centro histórico, Praça do Giraldo, Praça do Sertório, Praça Conde de Vila Flor, Centro interpretativo dos Almendres, Megalítica Évora, Anta da Herdade da Murteira, Anta do Paço das Vinhas, Cromeleque da Portela de Mogos, Cromeleque dos Almendres, Ruínas romanas da Casa de Burgos, Villa romana de Nossa Senhora da Tourega, Teatro romano, Termas romanas, Torre romana da Rua Nova, Arco romano de Dona Isabel, Arcadas medievais de Évora, muralhas fernandinas de Évora (séc. XIV, XV, XVI), Torre das Cinco Quinas, Torre de Alconchel, Porta do Moinho de Vento, Porta do Raimundo, Porta de Avis, Porta de Alconchel, Judiaria de Évora, Mouraria de Évora, Homenagem às vítimas da Inquisição em Portugal, Jardim das Casas Pintadas (séc. XV), Aqueduto de Água de Prata (séc. XVI, XVIII), Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, Fórum Eugénio de Almeida, Biblioteca Pública de Évora (sé. XIX), Arquivo Distrital de Évora, Arquivo Fotográfico de Évora, Museu de Évora, Museu de Arte Sacra da Sé de Évora, Museu do Relógio, Museu da Carruagem, Museu do Artesanato e do Design, Núcleo Museológico de Metrologia, Museu do Marceneiro, Mirante – Galeria da Casa Cordovil, Antiga Casa dos Morgados do Esporão, Palácio Barahona (séc. XIX), Palácio Cadaval (séc. XIV), Palácio de Dona Manuel (séc. XV), Palacete da Rua do Cicioso, Palacete do Banco Comercial Português, Solar dos Condes de Portalegre (séc. XVI), Quartel dos Castelos (séc. XVI, XVIII, XIX), Universidade de Évora (séc. XVI), Sé Catedral de Évora (séc. XII, XIII), Igreja do Espírito Santo (séc. XVI), Igreja Real de São Francisco (séc. XIII), Capela dos Ossos (séc. XVII), Ruínas da Ermida de São Bartolomeu (séc. XVII), Igreja de Santo António (séc. XVI), Igreja de São João Evangelista (séc. XV), Igreja da Misericórdia de Évora (séc. XV), Ermida de São Brás (séc. XV, XVIII), Igreja de Nossa Senhora dos Meninos de Graça (séc. XVI), Igreja de Nossa Senhora do Espinheiro (séc. XV), Igreja de São Mamede (séc. XIV, XVI), Igreja do Senhor Jesus da Pobreza (séc. XVIII), Igreja de São Sebastião (séc. XV), Igreja de São Vicente (séc. XV), Igreja de Nossa Senhora das Mercês (séc. XVII), Ermida de Nossa Senhora do Ó (séc. XIV), Igreja e Convento do Carmo (séc. XVI, XVII), Convento de Santo António da Piedade (séc. XVI), Convento dos Lóios (séc. XV), Convento de Santa Clara (séc. XV), Convento do Calvário (séc. XVI), Convento de Santa Maria Scala Coeli (séc. XVI, XVII, XVIII, XIX, XX), Convento de São Bento de Castris (séc. XII), Convento de Nossa Senhora dos Remédios (séc. XVII), Convento do Salvador do Mundo (séc. XVII), Convento de São José da Esperança (séc. XVII), Convento do Bom Jesus de Valverde (séc. XVI), Rota dos Vinhos do Alentejo, Jardim Diana, Pátio de São Miguel, Fonte da Porta de Moura (séc. XVI), Fonte do Largo de Avis (séc. XVI), Ruínas fingidas do Jardim Público (séc. XIX), Vista do Alto de São Bento, Teatro Garcia de Resende (séc. XIX), Casa Garcia de Resende, Estátua de Vasco da Gama, Estátua de Garcia de Resende, Busto Dr. Barahona, Busto de Florbela Espanca, Monumento aos Mortos da Primeira Guerra Mundial, Quinta do Paço de Valverde (séc. XVI), Jardim Público de Évora, Jardim dos Colegiais, Quinta Pedagógica do Pomarinho.

Fig. 101
Circuito 3: Évora.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 102
Circuito 3: Évora (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa

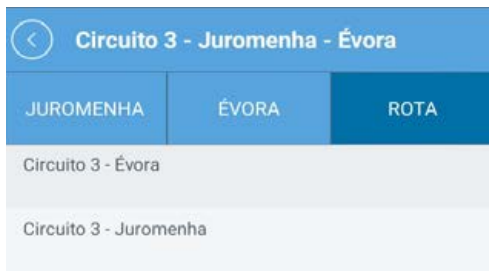


Fig. 103
Rota Circuito 3: Juromenha-Évora.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

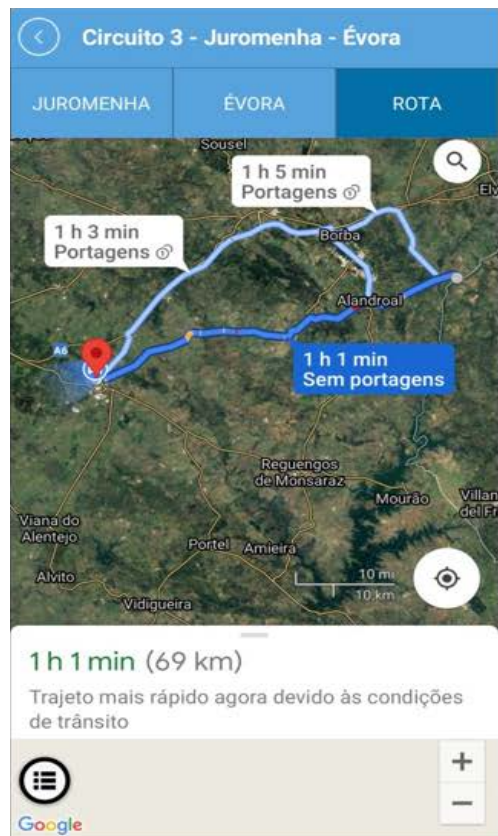


Fig. 104
Rota Circuito 3: Juromenha-Évora (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Olivença

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: João Paschácio Cosmänder, Jean Gilot, Charles Lassart, Nicolau de Langres, Allain Manesson Mallet, Sebastião Pereira de Frias, Diogo de Aguiar, João Rodrigues Mouro.

Descrição: A sua defesa possui planta poligonal estrelada, de grande extensão. Foi dotada de nove baluartes, nomeadamente: de Santa Quitéria, da Corna, de Santa Ana [ou São João de Deus], da Rainha Governadora, de São Pedro, da Cortadura, de São Francisco, de São Brás e do Príncipe. Esta defesa estava encerrada por três portas: de Santo António, do Calvário e a Porta Nova. Entre 1640 e 1646, as obras nesta fortificação foram tidas como prioritárias. Contudo, no período seguinte, entre 1647 e 1653, a constante falta de dinheiro e de materiais para continuação da obra, bem como a desorganização votada à vistoria das mesmas, pela ausência dos engenheiros militares em outras obras do Alentejo, originou um decréscimo de desenvolvimento das suas defesas.

Assim, foi sobretudo entre 1655 e 1657 que se deu o avanço dos trabalhos nesta fortificação, sendo dada como concluída. Mas, a conquista desta praça em maio de 1657 fez com que os castelhanos se aproveitassem do que haviam deixado construído. Assim, no decorrer do último período de obras, entre 1660 e 1668, os castelhanos efetuaram intervenções mínimas, correspondendo apenas à manutenção e melhoria da praça a seu favor.

POI:

Alcazar e Torre del Homenaje (séc. XIII), Puerta de Alconchel (séc. XIV), Museo Etnografico Extremeno Gonzalez Santana, Iglesia Santa Maria Magdalena (séc. XVI), Iglesia de Santa Maria del Castillo (séc. XIII), Casa de Misericordia (séc. XVI, XVIII), Palacio de los Duques de Cadaval (séc. XV), Puente de Ayuda (séc. XVI).

Fig. 105
Circuito 4: Olivença.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

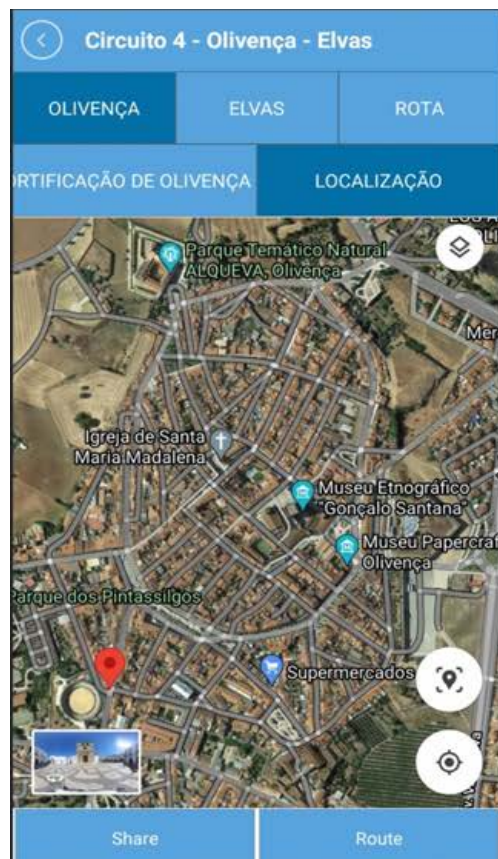


Fig. 106
Circuito 3: Olivença (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Elvas (praça-forte, Forte de Santa Luzia, Fortins de São Mamede e de São Pedro)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Hieronimo Rozetti, Charles Lassart, Jean Gilot, Nicolau de Langres, João Paschácio de Cosmader, Allain Manesson Mallet, Belfigo, Alponul, António Rodrigues, João Balesteros, Diogo Gomes de Figueiredo

Descrição: A praça-forte de Elvas possui planta estrelada com defesa desenvolvida em doze frentes. A obra de defesa total durante o período da Guerra da Restauração terá decorrido em quatro períodos de intervenção: entre 1640-1646 deu-se a definição dos projetos de defesa, a cargo dos Governadores de Armas do Alentejo Matias de Albuquerque e Martim Afonso de Melo e dos engenheiros militares Sebastião de Frias, João Ballesteros, Cosmader, Lassart, Rozetti, Jean Gilot e Langres, do arquiteto António Rodrigues, de Diogo Gomes de Figueiredo, do Tenente-general Rui Correia Lucas e dos militares franceses Belfigo e Aponul. Nesta primeira fase também se deu a construção do Fortim de São Pedro, de planta poligonal, com três faces desiguais, orientadas para uma das frentes do Forte de Santa Luzia. Entre 1647 e 1653, as obras decorreram a cargo de Cosmader e Jean Gilot, ficando a praça-forte composta por sete baluartes (da Porta Velha, do Casarão, da Praça de Armas, de Olivença, de São João de Deus, de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Bárbara), por três meios-baluartes, oito meias-luas e três contraguardas. O Forte de Santa Luzia ficou constituído por quatro baluartes, dois revelins, duas cisternas, estrada coberta e imponente fosso. Para complementar a defesa, foram ainda construídos neste período os Fortim de São Mamede. Numa tentativa de aproximação a esta praça, os castelhanos construíram o Fortim de São Francisco. Na terceira fase de obras, entre 1654 e 1660, os castelhanos tentaram uma outra aproximação à praça, construindo um outro Fortim na zona de São Mamede, entretanto destruído pelos portugueses em 1659. Entre 1661 e 1668, a perfeição da praça de Elvas ficou complementada com intervenção de Luís Serrão Pimentel, tendo cada uma das obras imponentes fossos secos. No início do século seguinte, esta defesa foi reforçada pelo Forte de Nossa Senhora da Graça, ou Forte de Lippe, por ser efetuado segundo projeto do dito Conde, que veio constituir a primeira linha defensiva tenalhada, com esplanada, canhoiras e caminho coberto.

POI:

Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas, Padrão de Elvas, castelo, Arco de Dr. Santa Clara, Forte de Nossa Senhora da Graça, Museu Militar, Museu de Arte Contemporânea de Elvas, Museu da fotografia João Carpinteiro, Aqueduto da Amoreira, Sinagoga Velha, Igreja do Antigo Convento das Freiras de São Domingos, Igreja e Santuário do Senhor Jesus da Piedade, Catedral de Elvas, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Igreja de São Domingos, Igreja de Santo Amaro, Igreja de Nossa Senhora da Nazaré, Igreja da Misericórdia de Elvas, Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Igreja de São Pedro, Capela de Nossa Senhora da Conceição, Convento de São Paulo, Passos da Via Sacra, Casa da Cultura de Elvas, Pelourinho de Elvas, Estátua do Rei D. Manuel I, Monumento a D. Sancho II, Fonte de São Lourenço, Memorial aos mortos da Grande Guerra, canoagem no rio Caia.

Fig. 107
Circuito 4: Elvas.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 108
Circuito 4: Elvas (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa

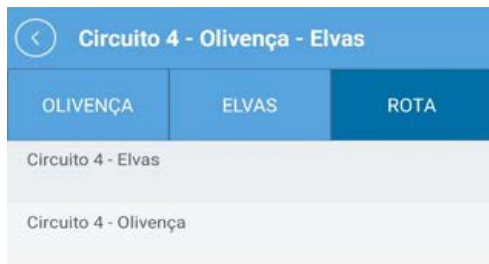


Fig. 109
Rota Circuito 4: Olivença-Elvas.
 A autoria: Ana Teresa de Sousa

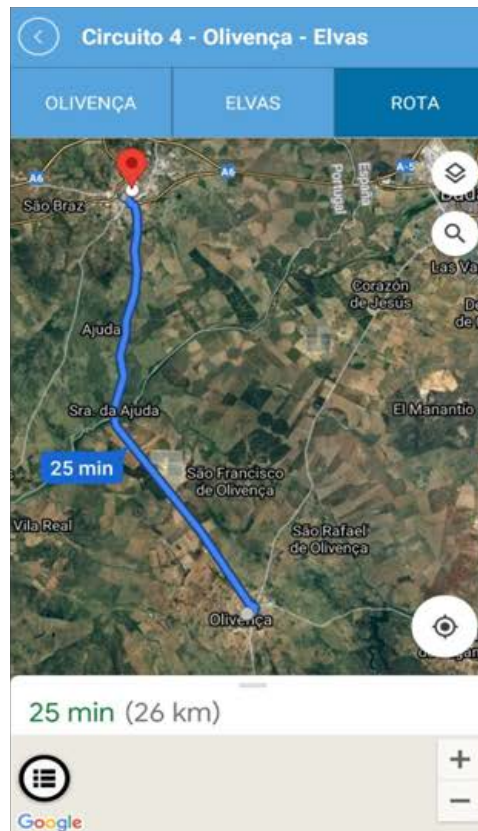
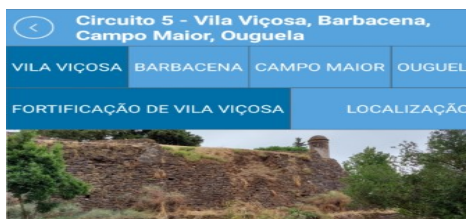


Fig. 110
Rota Circuito 4: Olivença-Elvas (localização).
 A autoria: Ana Teresa de Sousa



Vila Viçosa (Fortificação)
Construção abaluartada: século XVII
Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Jean Gilot, Nicolau de Langres, João Paschácio de Cosmänder, Pierre de Saint-Colombe, Allain Manesson Mallet, Conte de Schomberg

Descrição: Forma um forte em estrela irregular, possuindo apenas uma cidadela, tendo sido a antiga defesa reforçada por meias-luas e cinco baluartes (de Santa Isabel, de Santo Agostinho, de São Brás, da Rua Nova e o das Ferrarias). O fosso seco da fortificação encontra-se no interior da defesa, em vez de se situar no seu exterior. Isto porque o fosso foi elaborado durante a arquitetura de transição italiana, complementando o castelo roqueiro. Os reforços abaluartados situam-se em torno dessa dita defesa, podendo ser contornados em seu redor. Foi ainda edificado o Forte de São Bento, demolido entre 1663 e 1665, por se considerar prejudicial à defesa da fortificação principal.
 Embora a obra de adaptação tivesse sido iniciada entre 1643 e 1646, foi apenas entre 1661, com os engenheiros militares franceses Saint-Colombe e Langres, e em 1662, com o Conte de Schomberg, que se deu eficazmente a ampliação da obra.

POI:
 Castelo (séc. XIII, XIV), Paço dos Duques de Bragança (séc. XVI, XVII, XVIII, XIX), Museu Nacional dos Coches - núcleo de Vila Viçosa, Museu do Mármore, Museu de Arte Sacra Dom Manuel Mendes da Cruz, Igreja de São Bartolomeu (séc. XVII), Convento dos Agostinhos (sécs. XVII, XVIII, XIX), Santuário de Nossa Senhora da Conceição (sécs. XVI, XVII, XVIII, XIX), Igreja da Misericórdia (sécs. XVII, XVIII, XIX), Igreja de Nossa Senhora da Esperança (sécs. XVI, XVII, XVIII), Igreja de Nossa Senhora da Lapa (sécs. XVIII, XIX), Convento das Chagas (sécs. XVI, XVII, XVIII, XIX, XX), Fonte da Praça da República (séc. XVII), Fonte Grande (séc. XVI), Paço do Bispo (sécs. XVI, XVII, XVIII), Palácio dos Matos Azambuja (séc. XVI), Pelourinho de Vila Viçosa (séc. XVI), Estátua Equestre de D. João IV.

Fig. 111
Circuito 5: Vila Viçosa.
 A autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 112
Circuito 5: Vila Viçosa (localização).
 A autoria: Ana Teresa de Sousa



Barbacena (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Nicolau de Langres

Descrição: Fortificação dotada de dois baluartes e quatro meios baluartes. Como obra exterior foi-lhe adossado um revelim avançado em forma de seta, com guarira no ângulo flanqueado que permitia a comunicação com os meios-baluartes da fortificação.

Nesta localidade as obras decorreram de forma muito espaçada, pelo que se podem considerar apenas duas fases de construção. A primeira, entre 1640 e 1655, e a segunda entre 1656 e 1668. Verifica-se que as obras estagnaram durante muitos anos, justificando-se esta premissa pelo facto de não ser uma das praças principais a carecer de defesa durante a Guerra da Restauração, mas sim apenas uma praça que poderia auxiliar as praças adjacentes em caso de emergência. Além disso, o facto de apenas se conhecer a intervenção de Langres também justifica os atrasos na defesa de Barbacena, uma vez que este engenheiro militar efetuou vistoria constante a todas as praças do Alentejo durante o referido período.

POI:

Castelo (séc. XIII), Igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade (séc. XVIII).

Fig. 113
Circuito 5: Barbacena.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

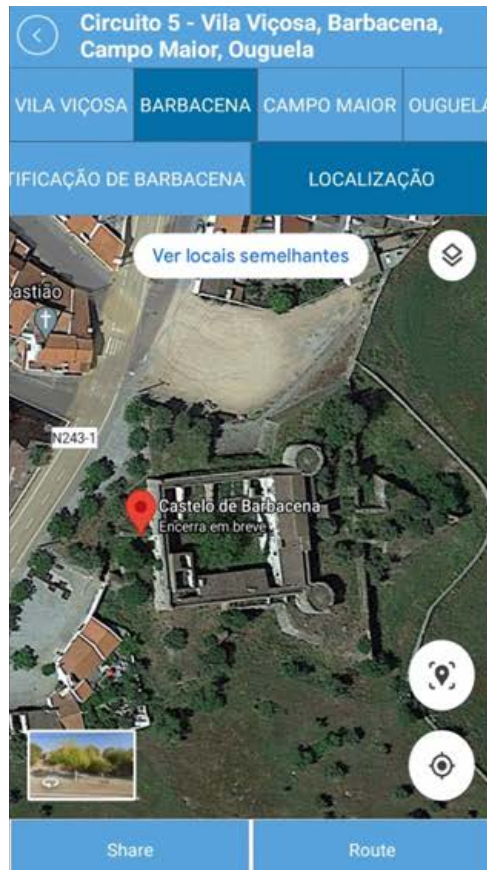
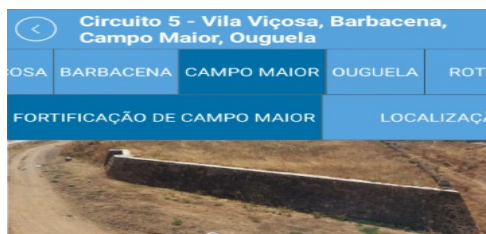


Fig. 114
Circuito 5: Barbacena (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Campo Maior (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Charles Lassart, Nicolau de Langres, João Paschácio de Cosmader, Luís serrão Pimentel, Diogo Pardo de Osório

Descrição: Defesa construída em formato poligonal e irregular, com dez lados, correspondentes a cinco baluartes (da Fonte do Concelho, da Praça Baixa, da Boavista, de Santa Cruz de São João) e a seis meios-baluartes (do Príncipe, de São Francisco, de Santa Rosa, de São Sebastião, de Lisboa e do Curral dos Coelho). A defesa foi exteriormente complementada por sete revelins, meias-luas, contraescarpas, estradas cobertas, esplanadas e, em redor do circuito, fossos secos nas zonas mais largas da praça, e fosso alagado na zona menor. A fortificação abaluartada possuía apenas duas portas, além da porta falsa, a porta de S. Pedro, entre o baluarte da Boavista e o meio-baluarte de Santa Rosa, e a porta de Santa Maria. Para complementar a defesa principal, foram também construídos o Forte do Cachimbo e o de São João Batista. Este último foi composto por três baluartes inteiros, circundados de fossos e estradas cobertas, com recurso ao declive natural do terreno. Foram ambos demolidos no reinado de D. João V.

POI:

Povoado pré-histórico de Santa Vitória (séc. III a.C.), Vila Romana do Monte de São Salvador, Castelo (sécs. XIII, XIV, XV, XVI), Igreja matriz (sécs. XVI, XVII, XVIII), Igreja de São João Batista (séc. XVIII), Capela dos Ossos (séc. XVIII), Museu Aberto, Biblioteca Municipal de Campo Maior, Pelourinho de Campo Maior (séc. XVII), Fonte Nova (séc. XVI), Fonte das Negras, Ponte de Nossa Senhora de Enxara, Barragem do Muro.

Fig. 115
Circuito 5: Campo Maior.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 116
Circuito 5: Campo Maior (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Ouguela (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Nicolau de Langres, Jerónimo Rinaldi

Descrição: Fortificação pequena, de planta poligonal irregular, composta por três baluartes e um revelim. A defesa exterior constitui-se por fosso e caminho-coberto. As obras de adaptação terão decorrido em três fases: entre 1644 e 1646, entre 1647 e 1661 e entre 1662 e 1668. No primeiro período, as intervenções foram mínimas, sendo apenas visível um avanço significativo a partir de 1647. Entretanto, a conquista da praça pelos castelhanos em 1662 fez com que estes a adaptassem em seu benefício, apesar de Langres ter inicialmente projetado o fosso e caminho-coberto, foi apenas através da ação do engenheiro militar Jerónimo Rinaldi, contratado pelos castelhanos, que se efetivou a sua construção.

POI: Ponte romana de Ouguela, Castelo (séc. XIV), Santuário de Nossa Senhora da Enxara, Fonte de Ouguela, Albufeira da Barragem do Rio Caia

Fig. 117
Circuito 5: Ouguela.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 118
Circuito 5: Ouguela (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa

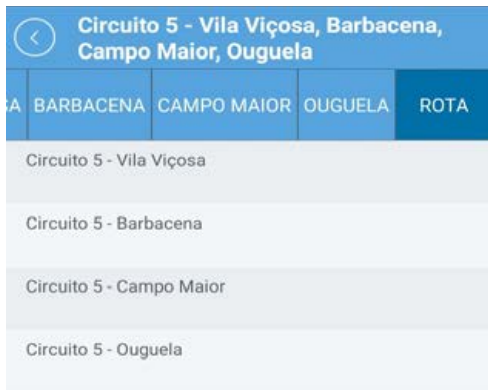


Fig. 119
Rota Circuito 5: Vila Viçosa, Barbacena, Campo Maior, Ouguela.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

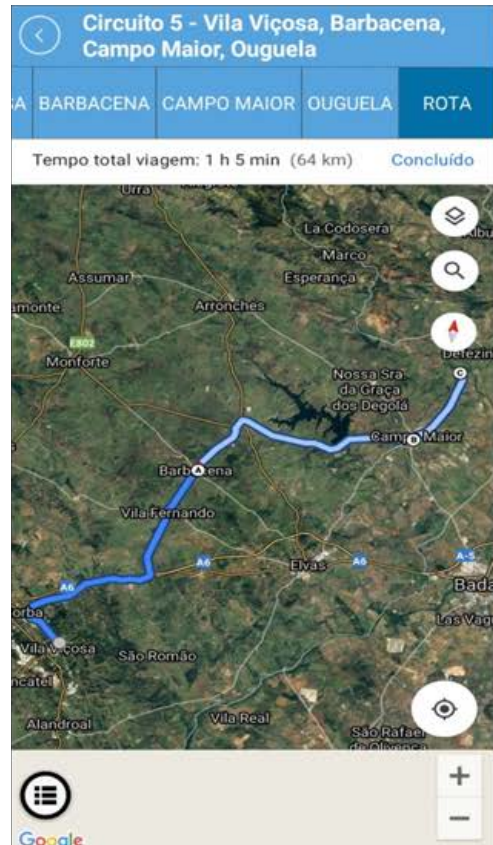


Fig. 120
Rota Circuito 5: Vila Viçosa, Barbacena, Campo Maior, Ouguela (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Estremoz (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Jean Gilot, Nicolau de Langres, João Paschácio de Cosmader, Pierre de Saint-Colombe, Allain Manesson Mallet

Descrição: Fortificação dotada de cortinas altas, parapeitos e estrada-coberta. A defesa era efetuada em dois níveis topográficos. O nível mais elevado da praça possuía defesa composta por cinco baluartes inteiros e um meio-baluarte. Por seu turno, a zona mais baixa, possuía três baluartes avançados inteiros e igual número de meios-baluartes. Esta defesa era auxiliada por fosso bastante largo, mas imperfeito devido ao desnível do terreno.

As obras terão ocorrido mediante quatro períodos de intervenção. Entre 1642 e 1646, decorreram de forma significativamente acelerada, por intermédio de Cosmader e Gilot, que encerraram a praça com cortinas. No entanto, entre 1647 e 1653, a intervenção decresceu devido à falta de dinheiro para progresso da obra. Apenas entre 1654 e 1660, as obras decorrem a bom termo, mostrando-se uma fortificação imponente e em plenitude da sua defesa. No último período da Guerra da Restauração, entre 1661 e 1668, as intervenções foram mínimas por se entender que a praça não carecia de obras. Apenas entre 1667 e 1668, se efetuaram correções de pequenos defeitos nos baluartes, por parte de Allain Manesson Mallet.

As imponentes portas pertencentes a esta fortificação, quer na parte baixa, quer na alta (Portas de Évora, de Santo António, de Santa Catarina, dos Currais e do Arco de Santarém), todas dotadas de mármore, foram erguidas e concluídas após a Guerra da Restauração, nomeadamente entre 1676 e 1680.

POI:

castelo (sécs. XIII, XIV), Torres da Couraça (séc. XIII), Padrão do Ameixial, Igreja de Santa Maria (sécs. XVI-XVII), Igreja de Arcos (séc. XV), Capela de Santa Isabel (séc. XVII), Convento das Maltesas (séc. XVI), Convento dos Congregados (séc. XVII), Igreja de São Francisco (séc. XIII), Ermida do Santo Cristo (séc. XVI), Ermida do Senhor Jesus dos Inocentes (séc. XVIII), Paços medievais do Concelho, Pelourinho de Estremoz (séc. XVI, XX), Palácio dos Marqueses de Praia e Monforte (séc. XVIII), Palácio dos Henriques (séc. XVIII), Casa do Alcaide-Mor (séc. XV), Centro de Ciência Viva de Estremoz, Museu Municipal Professor Joaquim Vermelho, Fonte das Bicas (séc. XVI), Fonte do Espírito Santo (séc. XIX).

Fig. 121
Circuito 6: Estremoz.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 122
Circuito 6: Estremoz (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Monforte (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Nicolau de Langres (?), João Paschácio de Cosmander (?), Luís Serrão Pimentel (?)

Descrição: Elementos defensivos dotados de pouco incentivo construtivo durante a Guerra da Restauração. Foi apenas entre 1640 e 1658 que se detetou o máximo de obras efetuadas nesta localidade, erguendo-se uma linha defensiva exterior com quatro baluartes e guaritas. No entanto, entre 1659 e 1662, a fortificação foi entendida como estando em ruínas, tendo inclusive, os castelhanos conquistado a praça no final de junho de 1662. Embora no mês seguinte os portugueses tenham reconquistado a praça, não se voltou a investir nas suas defesas, preservando-se apenas o que estava construído.

POI:

Necrópole megalítica da Rabuje, Anta da Serrinha, Anta do Montinho das Pretas, Anta dos Bósios, Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Monforte (séc. XVI), Igreja da Madalena (sécs. XV, XVII), Ponte Romana sobre a Ribeira de Monforte.

Fig. 123
Circuito 6: Monforte.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

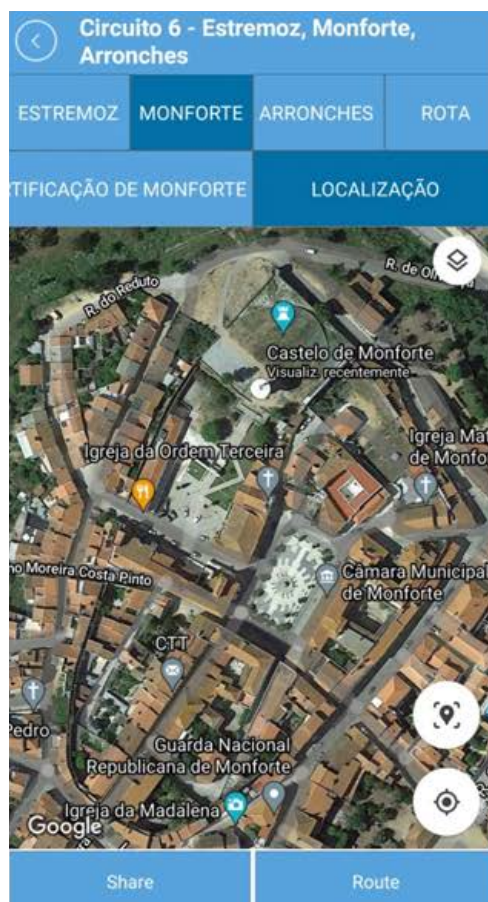


Fig. 124
Circuito 6: Monforte (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Arronches (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Nicolau de Langres, Allain Manesson Mallet

Descrição: Fortificação de pequena extensão, dotada de extensos fossos. Note-se: a partir do baluarte do Castelo, a cortina interrompida pela Porta do Rio, foi dotada de dois fossos. Do baluarte supracitado, seguiam-se os baluartes da Porta de Elvas, de Santo António, do Espírito Santo, dos Clérigos e o meio-baluarte de Nossa Senhora da Luz. A defesa foi reforçada por um reduto com trincheiras.

A partir de 1665, acrescentaram-se outros dois baluartes à fortificação, o de São João e o de São Francisco, e o meio-baluarte da Boaventura. Além da Porta do Rio, foram designadas mais duas portas de acesso a esta fortificação, a do Crato e a de Elvas.

POI:

Pinturas rupestres de Vale de Junco, Igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção de Arronches (séc. XVI), Igreja de Nossa Senhora da Luz (séc. XVI), Pontes e Fontes de Arronches (Ponte do Crato – séc. XV -, Fonte do Vassalo – séc. XVIII - e Fonte de Elvas – séc. XVIII).

Fig. 125
Circuito 6: Arronches.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

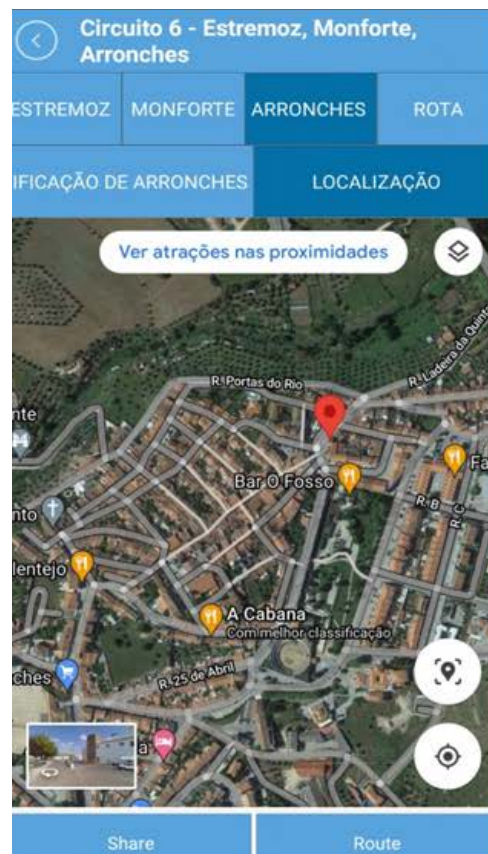


Fig. 126
Circuito 6: Arronches (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 127
Rota Circuito 6: Estremoz, Monforte, Arronches.

Autoria: Ana Teresa de Sousa

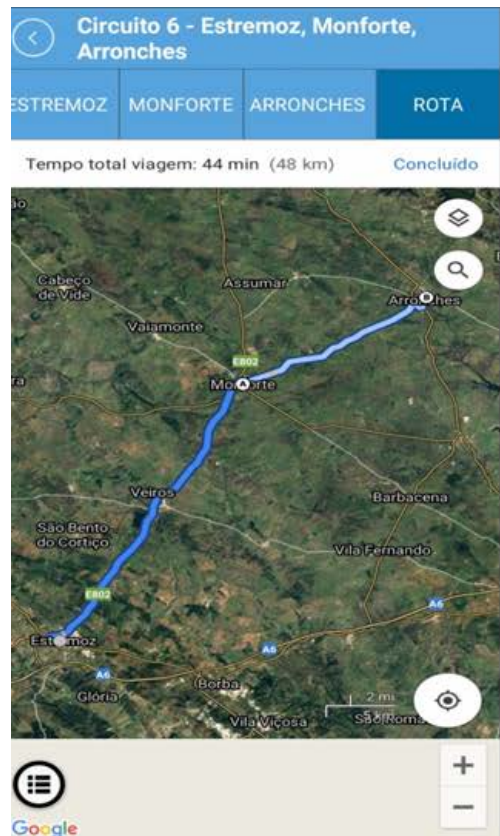


Fig. 128
Rota Circuito 6: Estremoz, Monforte, Arronches (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 129
Circuito 7: Portalegre.

Autoria: Ana Teresa de Sousa

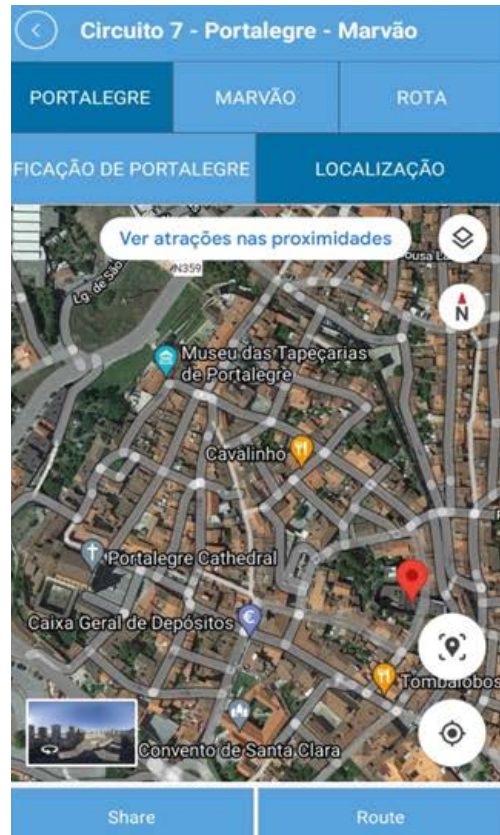


Fig. 130
Circuito 7: Portalegre (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa

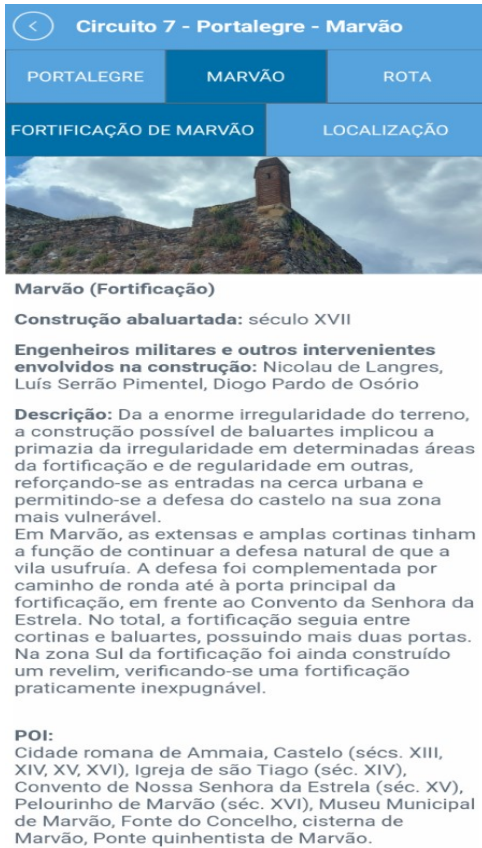


Fig. 131
Circuito 7: Marvão.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

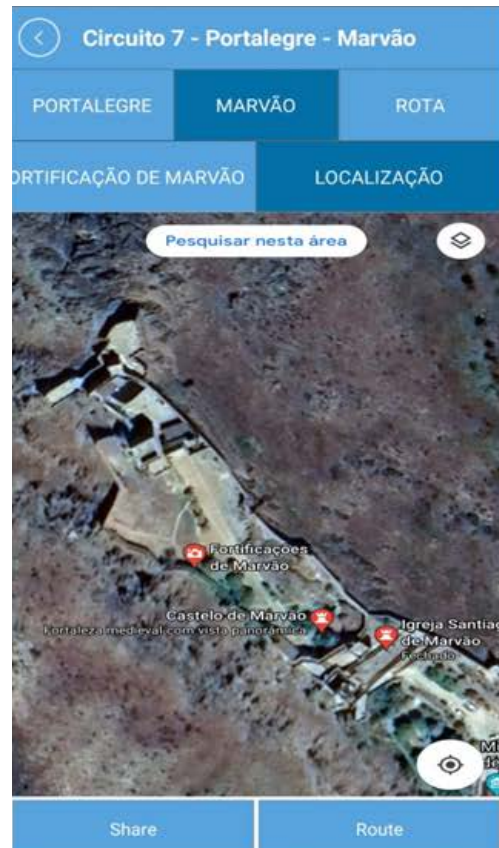


Fig. 132
Circuito 7: Marvão (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

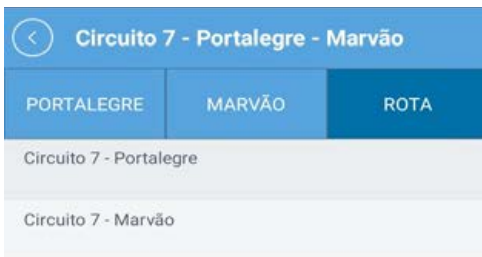


Fig. 133
Rota Circuito 7: Portalegre-Marvão.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

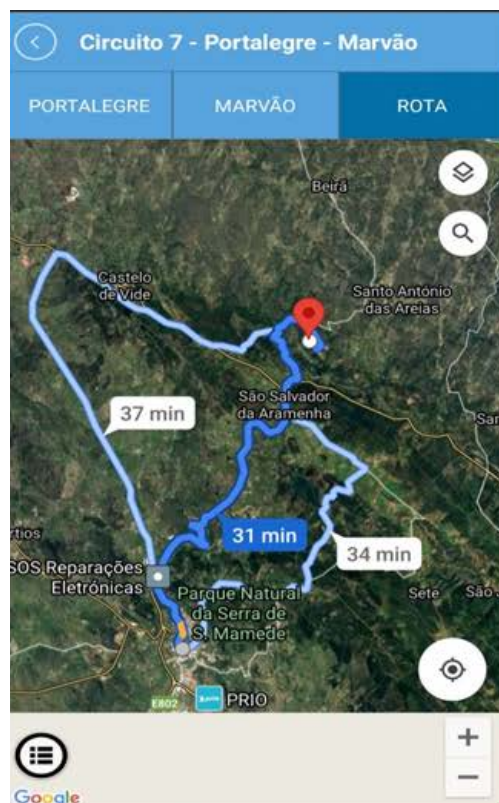


Fig. 134
Rota Circuito 7: Portalegre-Marvão (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Avis (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Nicolau de Langres (?), Luís Serrão Pimentel (?)

Descrição: Embora quase não existam vestígios da fortificação abaluartada, por se terem degradado com a passagem do tempo, esta primava por alguma regularidade, muito embora não se tenha investido muito na sua obra. As obras terão decorrido em apenas duas fases, nomeadamente entre 1640 e 1656 e entre 1656 e 1668. Optou-se essencialmente por se aproveitar os materiais existentes das anteriores defesas, nomeadamente das torres que ameaçavam ruir. Circundou-se toda a praça, tendo-se optado pela permanência das seis portas respetivas à defesa anterior, uma vez que a praça era circundada pela ribeira do Ervedal. Para auxiliar as portas de Évora e de Santo António foram construídos dois fortes de pequenas dimensões, já demolidos. Subsistem apenas dois baluartes. Um cujas cortina se encontram caiadas de amarelo, com o seu terraplano ocupado por casa habitacionais, e o outro ocupado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Avisenses.

POI:

Anta da Herdade da Ordem, Anta da Melriça, Castelo (séc. XIII, XV, XVI), Paços do Concelho Medievais, Conjunto do antigo Convento de São Bento de Avis (séc. XV, XVI, XVII), Museu do Campo Alentejano, Museu Rural da Fundação Abreu Callado, Pelourinho de Avis (séc. XVI), Viagem de barco pela Barragem do Maranhão.

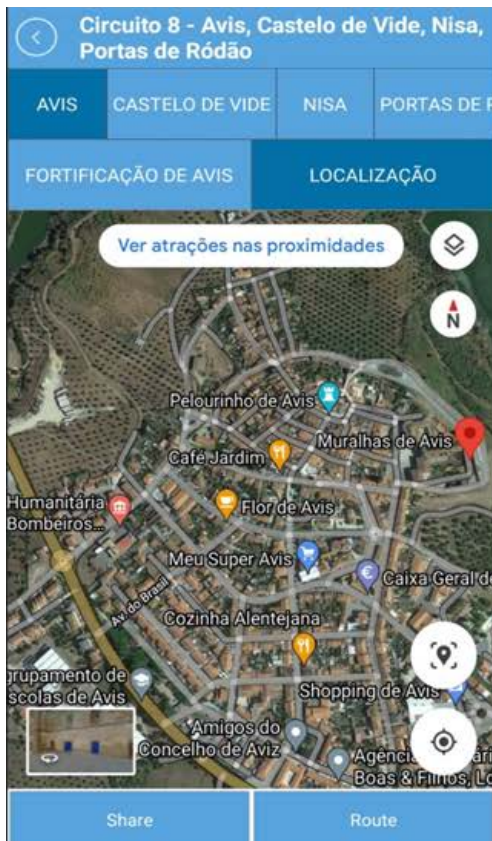


Fig. 136

Circuito 8: Avis (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Castelo de Vide (Fortificação)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Nicolau de Langres, João Paschácio de Cosmader, Luís Serrão Pimentel

Descrição: Fortificação irregular, de grande extensão do ponto de vista estrutural, apresentando apenas quatro baluartes. Nas duas primeiras fases de campanha de obras desta fortificação, entre 1641 e 1660, com Langres e Cosmader, e a partir de 1660, com intervenção de Luís Serrão Pimentel, a defesa do castelo foi dotada de amplos baluartes nos ângulos Norte e Sul e pelo Forte de São Roque (de planta estrelada com quatro baluartes e suas guaritas), e a Leste, constituía-se uma extensa linha de muralhas que acompanhava o declive acidentado do terreno.

POI:

Menir da Meada, Castelo (sécs. XIII, XIV), Portas ogivais medievais, judiaria de Castelo de Vide, Sinagoga de Castelo de Vide (séc. XIV), Igreja de Nossa Senhora da Alegria (sécs. XVII, XVIII), Igreja de Nossa Senhora da Penha (séc. XVI), Igreja de Santiago Maior (sécs. XVI, XVII), Paços do Concelho (séc. XV), Pelourinho de Castelo de Vide (séc. XVII), Fonte do Montorinho (séc. XIX), Fonte dos Besteiros (séc. XIX), Fonte Martinho (séc. XVII), Fonte da Vila (séc. XVI), Fonte do Ourives (séc. XIX), Oficina-Museu Mestre Carolino, Quinta das Lavandas, Estátua do Rei D. Pedro V.



Fig. 138

Circuito 8: Castelo de Vide (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa

Fig. 137
Circuito 8: Castelo de Vide.

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 139
Circuito 8: Nisa.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 140
Circuito 8: Nisa (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 141
Circuito 8: Monumento Natural Portas de Ródão.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

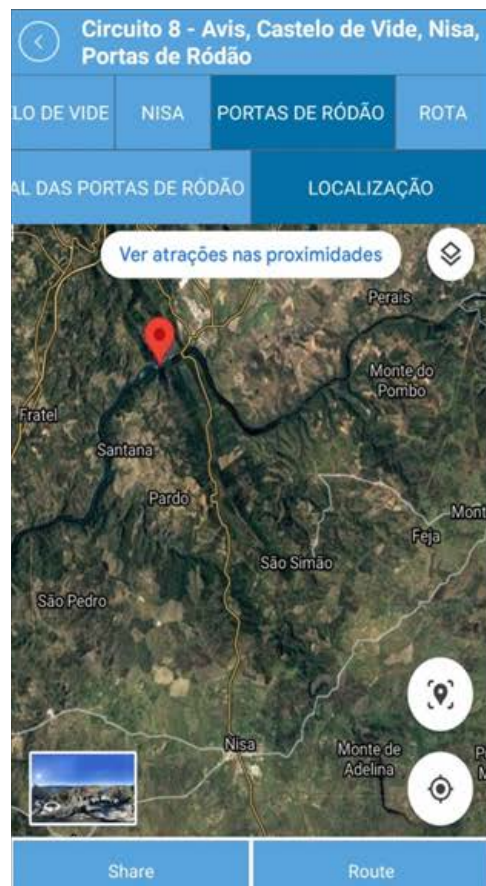


Fig. 142
Circuito 8: Monumento Natural Portas de Ródão (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 143
Rota Circuito 8: Avis, Castelo de Vide, Nisa, Portas de Ródão.

Autoria: Ana Teresa de Sousa

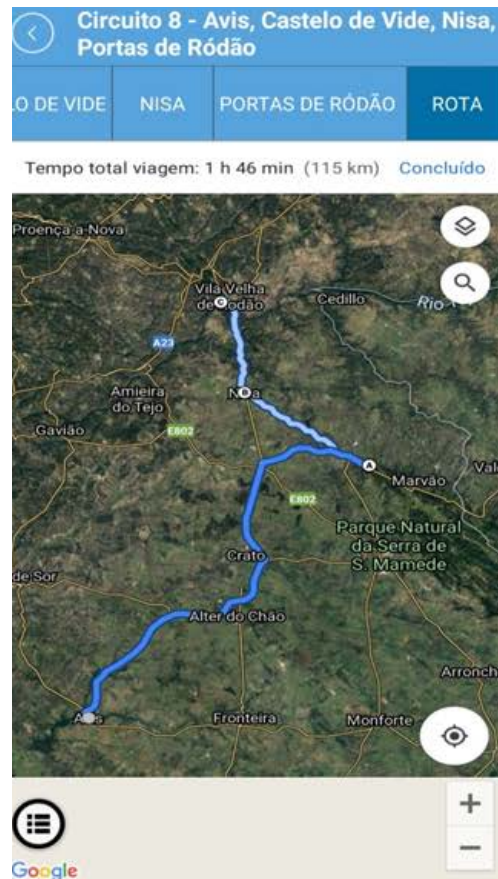


Fig. 144
Rota Circuito 8: Avis, Castelo de Vide, Nisa, Portas de Ródão (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa

A juntar à informação apresentada, na MFDDiscovery App deverá ser ainda acrescentado um mapa interativo (com recurso a adicionais técnicas informáticas) com indicação das datas importantes relativas a saques, cercos, destruição, reconstrução, tomadas e reconquistas de cada localidade em estudo, efetuando-se a correspondência com as personagens históricas envolvidas em cada um destes processos durante a Guerra da Restauração (1640-1668).

As informações correspondentes a cada localidade seriam as seguintes:

Serpa: meados 1650 (Langres efetua projeto para a sua fortificação); **depois de 1650** (Saint-Colombe efetua novos projetos de fortificação).

Beja: 1644 (o engenheiro militar Langres efetua projeto para a fortificação, aprovado por Luís Serrão Pimentel e Agostinho de Andrade Freire por intermédio do Conselho de Guerra); **28 jun. 1657** (depois de as obras pararem, o conde do Prado, D. Francisco de Sousa pede que se remata Langres para continuar o trabalho na fortificação); **31 jul. 1657**

(o conde do Prado e Langres devem aprovar projeto de fortificação e continuar as obras na praça); **14 nov. 1657** (o governador do Alentejo Joane Mendes de Vasconcelos ordena que Saint-Colombe e o filho de Langres efetuem obras na fortificação); **jun. 1660** (o governador do Alentejo D. Jerónimo de Ataíde deveria reunir-se com o governador, provedor, corregedor e restantes oficiais da câmara da praça para determinar como se continuar a fortificação a partir do que Langres deixara edificado e projetado); **final jun. 1663** (os castelhanos tentam invadir Beja, sem sucesso por estarem demasiado debilitados após a derrota em Évora); **1664** (Luís Serrão Pimentel e Agostinho de Andrade Freire continuam as obras da fortificação, mas não as concluem).

Moura: 6 out. 1641 (o exército castelhano efetua ataque à praça, sem sucesso); ago. 1643 (D. João da Costa expõe a fragilidade defensiva da praça); **12 ago. 1644** (nova tentativa de invasão dos castelhanos à praça, sem lograr o intento); **fev. 1645** (Cosmander é encarregado de repovoar e fortificar Santo Aleixo, nos arredores de Moura); **set. 1646** (entram na praça 8 pilhantes castelhanos: foram capturados); **1649** (Cosmander supervisiona as obras na fortificação); **1655-1657** (Langres efetua projeto para a fortificação e ergue a linha abaluartada); **set. 1657** (os trabalhos na fortificação ficam a cargo do engenheiro militar Lassart); **1658** (Saint-Colombe fica encarregado dos trabalhos da fortificação); **1662** (o engenheiro militar francês barão de Silincourt elabora um hornaveque junto à porta de São Francisco; trabalham com o posto de ajudantes de engenheiro os portugueses André Fialho e Sebastião de Sousa).

Mourão: 1649 (Cosmander trabalha na fortificação da praça); **jun. 1657** (o exército castelhano arrasa Mourão, sob comando do duque de San Germán: o governador da praça, João Ferreira da Cunha, entrega-a aos castelhanos); **out. 1657** (reconquista da praça pelo exército português, comandado por Joane Mendes de Vasconcelos); **1658** (Langres e Saint-Colombe recomeçam o reforço abaluartado da praça); **1663** (o arquiteto português João Nunes Tinoco implanta 6 atalaias para fortificar a fortificação de Mourão na direção do rio Guadiana).

Monsaraz: set. 1644 (os engenheiros militares Langres e Gilot efetuem projeto de fortificação); **28-29 set. 1645** (seis invasores castelhanos entram na praça); **1657-1668** (Luís Serrão Pimentel e os seus discípulos reforçam as suas defesas abaluartadas).

Évora: mar. 1642 (o engenheiro militar Lassart é encarregado de inspecionar as defesas e efetuar fortificação: detém dimensões demasiado elevadas e prejudica a defesa); **29 set. 1645** (perante notícias de ameaça de invasão do inimigo, o capitão-mor João de Macedo reúne soldados a cavalo); **dez. 1648-1653** (Langres trabalha na fortificação, sob ordens do general de artilharia André de Albuquerque); **18 jul. 1650** (o governador de Évora, D. António Álvares da Cunha alerta para a insegurança de circularem muitos indivíduos entre as praças do Alentejo e as fronteiras); **28 jun. 1657** (o conde do Prado, D. Francisco de Sousa pede que se remata Langres para continuar o trabalho na fortificação); **jul. 1657** (Lassart é nomeado para efetuar novo projeto de fortificação para se continuarem as obras, paradas desde 1653); **31 jul.-ago. 1657** (o conde do Prado e Langres devem aprovar projeto de fortificação e continuar as obras na praça; é necessário que Lassart sirva no exército); **14 nov. 1657** (o governador do Alentejo Joane Mendes de Vasconcelos ordena que Saint-Colombe e o filho de Langres efetuem obras na fortificação); **set. 1659** (Langres elabora novo projeto de fortificação para a praça, dotado de 5 baluartes, 3 meios-baluartes e 2 obras cornas); **abr. 1660** (na sequência de Langres se aliar aos castelhanos, os engenheiros militares Simon Jouquet e Jean Brivois efetuam novo projeto para a fortificação: considerado dificultoso de colocar em prática); **26 out. 1660** (nomeia-se Saint-Colombe para efetuar novo projeto: criticado por Luís Serrão Pimentel por nele dominarem as meias-luas); **finais 1660** (Luís Serrão Pimentel propõe projeto de fortificação, criticado por Saint-Colombe por ser semelhante ao de Langres, mas aprovado pelo Conselho de Guerra; o general de artilharia Pedro Jaques de Magalhães efetua a supervisão da obra); **fev. 1663** (o governador do Alentejo D. Sancho Manuel de Vilhena efetua vistoria à praça, reconhecendo a fraqueza da fortificação até então obrada); **6 mai. 1663** (por notícia de que o inimigo iria invadir a praça, D. Sancho Manuel envia guarnição para reforçar a sua defesa); **14 mai 1663** (as tropas de D. Juan de Áustria e do mestre de campo general duque de San Germán invadem Évora; Saint-Colombe [que passara para o lado dos invasores] vinha na companhia de Mr. De Henot e de Langres; Luís Serrão Pimentel assiste militarmente na praça, auxiliado pelos seus subordinados João Coutinho, Diogo Pardo de Osório, D. Francisco de Osório [alferes de uma companhia de ordenanças] e o capitão António Rodrigues); **22 mai. 1663** (Saint-Colombe abandonou a praça, juntamente com a guarnição castelhana de D. Francisco Gatinara, conde de Satinara: a praça rendeu-se aos invasores); **14 jun. 1663** (as tropas do marquês de Marialva reforçam a defesa portuguesa para efetuar a reconquista da praça); **21 jun. 1663** (efetuam assalto ao forte de Santo António osos batalhões a cargo do tenente-

general D. Manuel de Ataíde, os infantess ingleses do regimento de D. Diogo Apslei, juntamente com o sargento-mor João Belfigo e os capitães Nataniel Hill, João Smith e Carlos Langley, bem como 200 portugueses a cargo do sargento-mor Luís de Azambuja, os terços dos mestres de campo Sebastião Correia de Larvela e Lourenço de Sousa de Meneses, e os capitães Luís Pereira de Lacerda, Domingos de Carrião, Manuel Beirão e João Freire Coelho); **23-25 jun. 1663** (o conde de Satinara tenta resistir juntamente com o seu exército, mas a praça é reconquistada pelas forças portuguesas); **jul. 1663** (retomam-se as obras na fortificação da praça, que ficou demasiado danificada; a sua superintendência fica a cargo do general de artilharia Agostinho de Andrade Freire); **set. 1663** (atuam como dirigentes dos trabalhos de fortificação Pedro Gomes Pereira e o conde de Schomberg, e como seus assistentes, o marquês de Marialva, Diogo e Francisco Pardo de Osório); **1666** (Allain Manesson Mallet participa na construção do baluarte dos Padres da Companhia); **1668** (Mallet efetua projeto da fortificação).

Olivença: 1641 (a defesa principal da praça é traçada pelo governador de armas da província do Alentejo Matias de Albuquerque e o engenheiro militar português Sebastião Pereira de Frias protege as entradas da ponte de Olivença com arcos e pontes levadiças); **abr.-set. 1641** (ataque do exército castelhano à praça, comandado pelo general Manuel de Acevedo y Zúñiga, sem sucesso); **mai. 1642** (o engenheiro militar francês Charles Lassart efetua o reconhecimento da praça); **19 dez. 1642** (o tenente-general de artilharia Rui Correia Lucas, juntamente com os engenheiros militares Cosmander e Gilot inspecionam a praça); **set. 1644-1645** (o engenheiro militar Gilot supervisiona as obras na fortificação); **22 ago. 1645** (ataque de cavalaria paga do inimigo à praça; a companhia do tenente João Ferreira da Cunha consegue emboscar a maioria dos cavalos e armas dos castelhanos); **início de 1646** (o governador de armas da província do Alentejo João de Vasconcelos e Sousa, dá ênfase à defesa da praça); **19 jan. 1646** (a marquesa de Ferreira oferece dinheiro e gêneros para que se adiante a obra da fortificação); **5 dez. 1646** (o governador de armas da província do Alentejo determina a importância de acelerar das obras da fortificação de Olivença); **jan. 1647** (Gilot é encarregado como engenheiro militar responsável pela chefia das obras da fortificação); **16 fev. 1648** (Gilot informa o governador Martim Afonso de Melo da degradação da fortificação, por dificuldades financeiras e de manutenção do existente); **abr. 1648** (Gilot ausenta-se das obras de fortificação); **18 jun. 1648** (ataque do exército castelhano à praça, comandado por D. Francisco Carneiro, corregedor de Badajoz, pelo capitão de cavalos Massacan, pelo

mestre de campo D. Sancho de Monroy e por Cosmander, aliado aos castelhanos. Da façção portuguesa faleceram o mestre de campo D. António Ortiz e o governador D. João Tello, ficando ferido o governador de Olivença, D. João de Menezes. O general André de Albuquerque chegou à praça com quatro companhias de cavalos, ganhando a empresa); **jul. 1648** (Gilot trabalha nas obras da fortificação, auxiliado pelo soldado português João Rodrigues Mouro, aprendiz de arquitetura militar e fortificação, e pelo general da armada portuguesa, D. João de Menezes. O governador Martim Afonso de Melo reprova a grande extensão da fortificação); **out. de 1648** (Gilot ausenta-se da obra, provocando a estagnação da mesma); finais de 1648 (possível intervenção de Langres na obra, auxiliado pelo engenheiro de fogo holandês Miguel de Timmermans); **fev. 1649** (o general de artilharia André de Albuquerque e o governador Martim Afonso de Melo assistem como vedores das obras); **set. 1649** (o governador da praça, António de Sousa de Menezes, alerta para a degradação da fortificação provocada pelo inverno); **jan.-fev. 1650** (o general de artilharia André de Albuquerque continua a alertar para a ruína da fortificação: envia à praça o capitão Diogo de Aguiar com um fundo de manutenção para reparo das ruínas); **mai. 1659** (o governador da praça, António de Sousa de Menezes pede que o dinheiro de Elvas se aplique na fortificação de Olivença); **31 mai. 1657** (conquista da praça pelo exército castelhano, comandado pelo duque de San Germán Francisco de Tutavilla y del Rufo. Gilot e o engenheiro militar português Diogo de Aguiar que vinham assistir à obra, faleceram nesta campanha).

Juromenha: início de 1644 (o engenheiro militar italiano Pascoeli elabora projeto de fortificação para Juromenha: recusado por se situar demasiado próximo do castelo); **meados de 1644** (a praça está guarnecida com a companhia de João de Mendonça e Zuniga, com o terço de infantaria do mestre de campo D. Miguel de Azevedo e com o capitão-mor Tomé Pereira de Andrade. Estes também foram encarregados dos reparos defensivos, procedendo ao entaipamento das avenidas de acesso ao castelo e efetuando uma meia-lua e fosso improvisado); **jan. 1646** (o engenheiro militar holandês Cosmander elabora projeto de fortificação, com custo demasiado elevado e que exige o desmantelamento de todas as defesas existentes); **meados de 1646** (ataque do exército castelhano à praça); **set. 1646** (o engenheiro militar francês Nicolau de Langres e o holandês Gilot efetuam projeto para a fortificação que encerrava as antigas defesas com baluartes: aprovado pelo Conselho de Guerra); **5 dez. 1646** (o governador de armas da província do Alentejo determina a importância do início da construção da fortificação);

jan. 1647 (Joane Mendes de Vasconcelos entrega dinheiro para se avançarem as obras na fortificação e pede que o engenheiro militar Gilot se encarregue da chefia das obras); **out. 1647** (Martim Afonso de Melo reforça a defesa da praça com o terço de infantaria do mestre de campo general Francisco Pires da Silva, juntamente com 600 infantes); **abr. 1648** (Gilot ausenta-se das obras de fortificação); **mai. 1648** (Gilot volta a encarregar-se das obras); **19 jun. 1648** (ataque do exército castelhano à praça, sem sucesso); **jul. 1648** (as obras na fortificação ficam a cargo de Langres); **out. 1658** (nova investida dos castelhanos à praça, sem sucesso); **início de 1660** (Langres efetua novo projeto para a fortificação); **1662** (na sequência da aliança de Langres a Castela, as obras são entregues a Luís Serrão Pimentel); **16 mai.-8 jun. 1662** (a praça, defendida pelo governador Manuel Lobato e pelo terço de Fernando de Mesquita Pimentel e do sargento Nicolas de Faria, foi conquista praça pelos castelhanos, na sequência da ofensiva comandada por D. Juan de Áustria e dirigida por Langres, com o cargo de sargento-mor de batalha do estado maior do exército, juntamente com as companhias do comissário general D. Antonio de Montenegro. Indo reconhecer a linha de ataque dos castelhanos, o engenheiro militar Pierre de Saint-Colombe ter-se-á aliado à companhia de cavalos do comissário castelhano Juan de Ribeira); **22 jun. 1662** (o mestre de campo D. Fernando de Escobedo é nomeado governador da praça).

Vila Viçosa: 24 out. 1643 (o general Rui Correia Lucas, juntamente com os engenheiros militares Cosmander e Gilot efetuam vistoria à praça); **1643-1644** (o mestre de campo D. António Ortiz de Mendonça e Cosmander ficam encarregues de dirigir as obras da fortificação); **12 set. 1645** (Lourenço Alves Torres é nomeado superintendente das obras da fortificação); **1646** (o capitão Vicente de Matos é nomeado superintendente das obras na fortificação); **ago. 1647** (Mateus Serradas é nomeado superintendente das obras da fortificação); **fev. 1648** (o capitão Vicente de Matos torna a superintender as obras na fortificação); **15 mai. 1660** (os engenheiros militares Langres e Saint-Colombe são encarregados da obra de fortificação); **1662** (o conde de Schomberg propõe a ampliação do polígono exterior da praça); **15 mai. 1662** (o exército castelhano invade a praça, destruindo grande parte do construído até então); **29 mai. 1662** (o exército castelhano tenta conquistar a praça, mas é travado pela tropa do marquês de Marialva, António Luís de Meneses); **10 jun. 1665** (o exército castelhano, comandado pelo marquês de Caracena invade a praça: as companhias de auxiliares e os soldados de infantaria do governador da praça Cristóvão de Brito Pereira derrotam os castelhanos); **1668** (sob o governo de D.

Dinis de Melo de Castro, Allain Manesson Mallet corrige defeitos estruturais na fortificação).

Elvas: abr. 1641 (ataque dos castelhanos à praça, sem sucesso); **2 set. 1641**(novo ataque do exército castelhano à praça, sem sucesso); **out-dez. 1641** (o governador da província do Alentejo Martim Afonso de Melo constrói um reduto com base num projeto inicial de Matias de Albuquerque, que havia já dado início aos fossos abertos; o engenheiro militar português Sebastião Pereira de Frias redefine o projeto elaborado); **1642** (o engenheiro militar português João Ballesteros, o engenheiro holandês Cosmander, o engenheiro francês Lassart e o engenheiro italiano Hieronimo Rozetti estudam o traçado do forte de Santa Luzia e iniciam as suas obras que, param no mesmo ano por desentendimentos entre os ditos engenheiros militares; Matias de Albuquerque retoma à pressa a construção do forte, nomeadamente no que concerne às suas portas, alojamentos e cisternas); **meados de 1642** (o general Martim Afonso de Melo dá início à construção do forte de São João); **jul. 1643** (o engenheiro militar Lassart prossegue com os trabalhos na fortificação); **finais de 1643** (o tenente-general Rui Correia Lucas e os engenheiros militares Cosmander e Gilot atuam nas obras da fortificação); **início de 1644** (provável intervenção do engenheiro militar Langres nas obras de fortificação e do engenheiro português António Rodrigues; supervisão das obras na fortificação pelo sargento-mor João Álvares de Barbuda); **nov. 1644** (ataque do exército castelhano à praça por intermédio do general marquês de Torrescusa, sem sucesso; o general de artilharia Diogo Gomes de Figueiredo efetua a ligação do forte de Santa Luzia à praça principal por intermédio de caminho-coberto); **5 dez. 1646** (o governador de armas da província do Alentejo determina a importância de acelerar das obras da fortificação de Elvas); **5 jun. 1647** (ataque do exército castelhano à praça, que não logrando o intento recuou para Badajoz); **14 jun. 1647** (novo ataque à praça, sem sucesso); **set. 1647** (Cosmander ausentara-se da superintendência das obras); **28 mai. 1648** (ataque do exército castelhano à praça); **mai.-set. 1648** (Langres trabalha na cisterna do interior da fortificação); **22 out. 1658 a 15 jan. 1659** [cerco efetuado pelo exército castelhano liderado pelo general D. Luís de Haro: a praça foi defendida pelo exército português comandado por D. António Luís de Meneses, juntamente com a companhia de cavalos e couraças do capitão António Coelho de Góis e do tenente Custódio de Barros: ficaram feridos os duques de San Germán e Osuna, Gaspar Téllez-Girón y Sandoval]; **jan.-jun. 1659** (ataque do exército castelhano à praça); **3 mai.- 18 jun. 1663** (o exército castelhano comandado por D. Juan de Áustria

assola os campos de Elvas); **1667** (Louis Boudan e Allain Manesson Mallet efetuam plantas da fortificação).

Estremoz: nov. 1642 (é elaborado projeto para a fortificação por intermédio dos engenheiros militares Cosmander e Gilot); **nov. 1643** (o governador D. João da Costa nomeia António Gonçalves como executor do almoxarifado de Estremoz); **1643-1644** (inicia-se a fortificação sob governo de Matias de Albuquerque); **jul. 1646** (os militares franceses Belfigo e Aponul prestam serviço de defesa à praça e auxiliam na sua fortificação); **set. 1646** (acampamento dos castelhanos junto à praça: foram emboscados pelo exército português); **29 mai. 1647** (o governador Martim Afonso de Melo nomeia Cosmander para efetuar a planta de três atalaias entre Estremoz e Elvas); **31 mai. 1657** (Luís de Macedo de Lacerda, capitão de uma das companhias de infantaria da ordenança da praça, é nomeado como seu sargento-mor); **12 mai. 1659** (o exército castelhano comandado pelo capitão D. Melchior Portocarrero, pelo general Francisco de Turavilla y del Rufo, por D. Felipe de Aya, pelo barão de Santa Cristina e pelo comissário general D. Alexandro Moreira preparava-se para atacar a praça: ao verem a praça bem fortificada e guarnecida recuaram); **finais de 1662** (o conde de Schomberg assiste como superintendente das obras de fortificação, auxiliado pelo ajudante de engenheiro Victorio Antonniaci); **1662-1667** (os mestres portugueses e capitães de infantaria, José Pais Estevens e Francisco João da Silva são nomeados responsáveis pela obra); **8 jun. 1663** (o exército castelhano, comandado por D. Juan José de Áustria efetua novo ataque à praça: são derrotados pelo governador D. Sancho Manuel de Vilhena e pela companhia de cavalos e couraças do capitão António Coelho de Góis e do tenente Custódio de Barros); **1667** (sob o governo de D. Dinis de Melo de Castro, Allain Manesson Mallet corrige defeitos estruturais na fortificação); **1668** (Luís Serão Pimentel e os generais D. Dinis de Melo e Castro e João da Silva e Sousa dão a obra como concluída).

Barbacena: 16 mai. 1646 (o marquês de Mologuén envia duas tropas para tomar posse dos gados da praça: são perseguidos pelas companhias do general de cavalaria D. Rodrigo de Castro, responsável pela praça); **jun. 1646** (o governador Joane Mendes de Vasconcelos reparte cavalaria para defender a praça).

Campo Maior: dez. 1641 (o governador Matias de Albuquerque, por intermédio do Conselho de Guerra, aprova a fortificação para esta praça); **1644** (as obras da fortificação

estão a cargo de Langres); **5 dez. 1646** (o governador de armas da província do Alentejo determina a importância de acelerar as obras da fortificação de Campo Maior); **14 jun. 1647** (o exército castelhano consegue entrar na praça, sem sucesso); **jan. 1648** (o mestre de campo Afonso Furtado de Mendonça alerta para o trabalho da fortificação se encontrar parado por falta de dinheiro); **mai. 1648** (o engenheiro militar Langres, auxiliado pelo engenheiro de fogo holandês Miguel de Timmermans assiste na obra de fortificação); **24 fev. 1650** (novo ataque do exército castelhano à praça: retiraram-se deixando para trás D. José, seu capitão de cavalos, morto); **mar. 1650** (as obras da fortificação avançam a cargo de Lassart e Cosmander); **1662** (Luís serrão Pimentel efetua obras de fortificação); **3 mai.- 18 jun. 1663** (o exército castelhano comandado por D. Juan de Áustria assola os campos de Campo Maior).

Monforte: 28 jun. 1662 (conquista da praça pelas tropas castelhanas comandadas por D. Juan de Áustria); **11 jul. 1662** (reconquista da praça pelos portugueses).

Ouguela: meados 1641 (o governador de armas da província do Alentejo D. Afonso de Portugal, o marquês de Aguiar e Matias de Albuquerque organizam a defesa da praça e perspectivam obras de fortificação sob projeto de Langres); **9 abr. 1644** (ataque empreendido pelos castelhanos à praça: o capitão Pascoal da Costa derrota o inimigo); **out. 1644** (nova ofensiva por parte do exército castelhano, sem sucesso; o governador Matias de Albuquerque encarrega Cosmander da fortificação da praça); **dez. 1646** (o governador do Alentejo Joane Mendes de Vasconcelos salienta ser necessário projeto de Langres para a fortificação da praça); **depois de jun. 1662** (conquista da praça pelas tropas castelhanas comandadas por D. Juan de Áustria; o marquês de Marialva manda enforcar o governador da praça, Domingos de Ataíde Mascarenhas por ter entregado facilmente a praça).

Arronches: jun. 1646 (o governador Joane Mendes de Vasconcelos reparte cavalaria para defender a praça); **21 jun. 1646** (confronto entre as tropas portuguesas e castelhanas nos arredores da praça, sem sucesso para estas últimas); **24 jul. 1646** (a companhia de D. João de Mascarenhas trava o exército castelhano de tomar a praça); **jan. 1647** (Joane Mendes de Vasconcelos determina que um terço de Castelo de Vide efetue guarnição em Arronches); **16 jun. 1661** (conquista da praça pelas tropas castelhanas comandadas por D. Juan José de Áustria); **1664** (reconquista da praça pelos portugueses).

Avis: set. 1646 (a guarnição da companhia de ordenanças desta praça deve auxiliar as praças de Elvas, Olivença e Campo Maior); **final jun. 1663** (os castelhanos tentam invadir Avis, sem sucesso por estarem demasiado debilitados após a derrota em Évora).

Portalegre: 1641-1646 (eleva-se linha defensiva abaluartada por intermédio de Langres); **8 out. 1650** (o inimigo ameaça invadir a praça); **1661-1662** (Luís Serrão Pimentel conclui os fortins de São Cristóvão e da Boa Vista, e a tenalha de São Pedro).

Marvão: 1641 (os castelhanos invadem a praça, destruindo-a grandemente; o abade D. João Dama empreende a reparação das ruínas do castelo, Langres fica encarregado da defesa exterior); **1644** (o exército castelhano empreende novo ataque à praça: é derrotado pelas tropas de D. António Luís de Meneses); **1648** (o exército castelhano comandado pelo marquês de Leganés efetua novo ataque à praça, sem lograr o intento); **1662-1663** (Luís Serrão Pimentel fica a cargo das obras na fortificação).

Castelo de Vide: 1641-1642 (Langres elabora o reforço abaluartado da praça); **out. 1646** (a praça é guarnecida com os terços dos mestres de campo D. Sancho Manuel, D. Manuel Mascarenhas, do capitão Afonso Furtado de Mendonça e do capitão de cavalos Luís Gomes de Figueiredo); **jul. 1647** (os terços do mestre de campo D. Manuel Mascarenhas enfrentam o inimigo, que não conquistou a praça); **dez. 1647** (o sargento-mor Jerónimo Vaz da Cunha governa a infantaria da praça); **14 dez. 1647** (o exército português comandado por Martim Afonso de Melo derrotou o inimigo no termo da praça; morreu o sargento-mor Jerónimo Vaz da Cunha); **8 out. 1650** (as tropas castelhanas invadiram os arredores da praça; foram combatidas pela companhia de Duarte Lobo da Gama e por 7 tropas comandadas pelo capitão de cavalos Lopo de Sequeira: fizeram prisioneiro o capitão de cavalos castelhano D. Fernando de Godoy, e ficaram feridos os portugueses Lopo de Sequeira e o capitão de cavalos D. Dinis de Melo de Castro); **jan. 1652** (Langres regressa à praça para efetuar a ampliação da sua fortificação); **1660-1662** (por projeto de Luís Serrão Pimentel a defesa passa a constituir-se por dois núcleos principais – os baluartes em torno do castelo e o forte de São Roque); **mai. 1663** (o exército castelhano invade a praça, comandado pelo general de infantaria D. Melchior Portocarrero de la Veja y Rojas e pelo tenente de cavalaria D. Juan de Áustria; a guarnição da praça estava entregue aos franceses, que derrotaram os invasores).

Nisa: meados de 1646 (Langres desenvolve projeto de fortificação para a praça); **1662** (Luís Serrão Pimentel empreende a continuação das obras).

Tal como no concernante ao Alentejo, também as localidades pertencentes ao Itinerário entre o Alentejo e a Extremadura iriam usufruir de um mapa interativo na MFDDiscovery App com os eventos citados nos capítulos anteriores. Os eventos estão interligados e não decorreriam uns sem os outros, estando documentados à época, pelo que seria imprescindível destacar estes eventos históricos e de memória no contexto digital.

Paymogo: out. 1643 (ataque à praça pelo exército português); **1655** (ataque à praça pelo exército português); **1666** (conquista da praça pelo exército português).

Aroche: 27 mar. 1642 (ataque à praça efetuado pelo exército português); **meados 1642** (o capitão Juan Bautista Corbachino inspeciona as defesas da praça e inicia as suas obras de adaptação); **1645** (o tenente mestre de campo general D. Rafael de Médicis efetua nova vistoria à praça, acrescentando baluartes ao existente).

Cortegana: 24 jun. 1642 (o capitão Juan Bautista Corbachino efetua vistoria da praça para se proceder à sua fortificação: o projeto apenas se concretizará parcialmente por falta de financiamento).

Encinasola: 3 jul. 1641(saque à praça efetuado pelo exército português); **nov. 1641** (novo ataque à praça desencadeado pelo exército português); **mai. 1642** (novo ataque à praça pelo exército português); **meados 1642** (o capitão Juan Bautista Corbachino inspeciona as defesas da praça, iniciando os seus trabalhos); **1645-1646** (o engenheiro D. Rafael de Médicis superintende as obras na fortificação); **1647-1650** (Antonio Pimentel conclui as obras na fortificação).

Fregenal: 1641 (o exército português planeia atacar a praça); **1642** (o capitão Juan Bautista Corbachino efetua vistoria às suas antigas defesas, iniciando-se as obras); **15 set. 1660** (o conde da Atouguia avisa do movimento do exército castelhano nesta praça, que se reúne para atacar Mourão ou Moura); **dez. 1661** (nova concentração de tropas

castelhanas para atacar Moura a partir desta praça); **1666-1668** (o engenheiro militar milanês Carlos Reynalte [também designado por Jerónimo Rinaldi] inicia a reformulação da fortificação; terminada a guerra não se concluem os trabalhos).

Villanueva del Fresno: set.-nov. 1643 (ataque à praça pelo exército português); **1644** (ataque à praça pelo exército português); **1646** (reconquista da praça pelo exército castelhano).

Jerez de los Caballeros: 1643-1645 (conquista da praça pelo exército português); jun. 1645 (reconquista da praça pelo exército castelhano); **18 jun. 1645** (o general de artilharia padre jesuíta Francisco Antonio Caniasa dá indicações sobre como a praça deveria ter as suas defesas); **ago. 1645** (por intermédio de Caniasa, do marquês de Leganés e do engenheiro militar D. Rafael de Médicis, deu-se início às demolições para depois se efetuar a obra de fortificação); **1646** (saque do exército português à praça).

Badajoz: 1642 (início das obras do forte de San Cristóbal); **1643-1644** (por projetos do capitão-general do exército de Extremadura Diego IV de Benavides y de la Cueva, conde de Santiesteban, dá-se início às defesas abaluartadas ao redor do castelo); **fev. 1645** (o conde de Santiesteban pede auxilio de um engenheiro qualificado nos trabalhos de fortificação); **1645-1647** (o engenheiro militar D. Rafael de Médicis efetua projeto para a fortificação); **mar. 1654** (o engenheiro militar holandês Carlos Tournalon efetua novo projeto de fortificação); **jun. 1657** (o engenheiro militar holandês Enrique Ansençi efetua um outro projeto de fortificação da praça); **jul.-out. 1658** (cerco à praça efetuado pelo exército português; o exército castelhano comandado por Francisco de Tuttavilla y del Rufo, duque de San Germán, derrotou o invasor, mas o cerco só findou com a derrota provocada pelas tropas de D. Luís de Haro y Guzmán); **1661-1664** (investe-se na conclusão da fortificação e no forte de Pardaleras, construído durante o cerco, tendo ficado bastante danificado); **1663** (ao serviço do exército castelhano, Langres trabalha nos trabalhos de fortificação da praça, juntamente com o capitão Luís de Venegas Osorio).

Valverde de Leganés: out. 1641 (ataque à praça pelo exército português); **set. 1643** (conquista da praça pelo exército português; o exército castelhano reconquista a praça no

mesmo mês); **1644** (ataque à praça pelo exército português); **1653** (ataque à praça pelo exército português).

Alconchel: 3 jun. 1642 (ataque à praça pelo exército português); **30 set. 1643** (conquista da praça pelo exército português, comandado por Matias de Albuquerque e pelo general de artilharia D. João da Costa; na campanha seguiam os engenheiros militares Lassart e Gilot, que ficaram feridos); **set. 1643-1661** (os portugueses são detentores deste posto, efetuando obras de fortificação a seu favor, a cargo de Lassart e Gilot); **1661** (o exército castelhano comandado por D. Juan de Áustria reconquista Alconchel).

La Albuera: set.-nov. 1643 (ataque à praça pelo exército português); **1644** (novo ataque à praça pelo exército português); **1651** (construção do forte de Santa María de Tutavila, sob o patrocínio do duque de San Germán); **1653** (ataque à praça pelo exército português).

Telena: 1643 (ataque à praça pelo exército português); **1644** (ataque à praça pelo exército português); **mai. 1645** (inspeção à praça efetuada pelo marquês de Molliguén, pelo tratadista e general de artilharia Dionísio de Guzmán, pelo engenheiro militar D. Rafael de Médicis e pelo padre Francisco Antonio Caniasa: dá-se início à construção do forte de San Juan de Leganés); **18 set. 1646** (o exército português, comandado pelo governador Matias de Albuquerque, ataca a praça, sendo derrotado).

Talavera la Real: set. 1658 (ataque à praça pelo exército português).

Villar del Rey: 1640 (ataque à praça pelo exército português); **dez. 1643** (ataque à praça pelo exército português); **mai. 1644** (conquista da praça pelo exército português).

Albuquerque: 22 mai. 1643 (ataque à praça pelo exército português, estando a governar a mesma o irlandês D. Guillermo del Burgo); **mai. 1662** (previne-se o trem de artilharia do general D. Gaspar de la Cueva y Henriquez, para guarnição da praça); **7 mar. 1667** (novo ataque à praça pelo exército português, comandado pelo general do exército do Alentejo conde de Schomberg: sem sucesso, teve que retirar-se da praça).

Valencia de Alcántara: 7 nov. 1653 (ataque do exército português, comandado por Fernão de Mesquita; foi derrotado pelas tropas do comissário geral Bustamante); **jun.**

1664 (conquista da praça pelo exército português); 1668 (a praça é devolvida aos castelhanos).

Alcántara: antes de 1661 (iniciam-se obras de fortificação).

O Itinerário entre o Alentejo e a Extremadura divide-se em dez circuitos (Figs. 145 e 146). Dado que as fortificações do Alentejo já estarem indicadas nos percursos anteriormente citados, optou-se por incluir apenas as imagens referentes à Extremadura. Salientamos que na MFDDiscovery App (quando publicada), os itinerários estarão completos e aptos a pesquisa. Tal como indicado, deste último itinerário fazem parte os seguintes circuitos: Circuito 1 - por Serpa, Paymogo, Aroche e Cortegana (Figs. 85, 86 e 147 a 154); Circuito 2 - por Beja, Moura, Encinasola e Fregenal (Figs. 87, 88, 91, 92 e 155 a 160); Circuito 3 - por Monsaraz, Mourão, Villanueva del Fresno e Fregenal (Figs. 93 a 96 e 161 a 166); Circuito 4 - por Juromenha, Elvas, Badajoz, Valverde de Leganés e Olivenza (Figs. 99, 100, 105 a 108, 167 a 172); Circuito 5 - por Évora, Alconchel e La Albuera (Figs. 101, 102 e 173 a 178); Circuito 6 - por Estremoz, Vila Viçosa, Telena e Talavera la Real (Figs. 111, 112, 121, 122 e 179 a 184); Circuito 7 - por Campo Maior, Ouguela e Villar del Rey (Figs. 115 a 118 e 185 a 188); Circuito 8 - por Barbacena, Monforte, Arronches e Albuquerque (Figs. 113, 114, 123 a 126 e 189 a 192); Circuito 9 – por Avis, Portalegre, Marvão e Valencia de Alcántara (Figs. 129 a 132, 135, 136, 193 a 196); Circuito 10 – por Castelo de Vide, Nisa, Alcántara e Brozas (Figs. 137 a 140 e 197 a 202).



Fig. 145
Menu de apresentação do Itinerário das fortificações abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 146
Menu de apresentação do Itinerário das fortificações abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

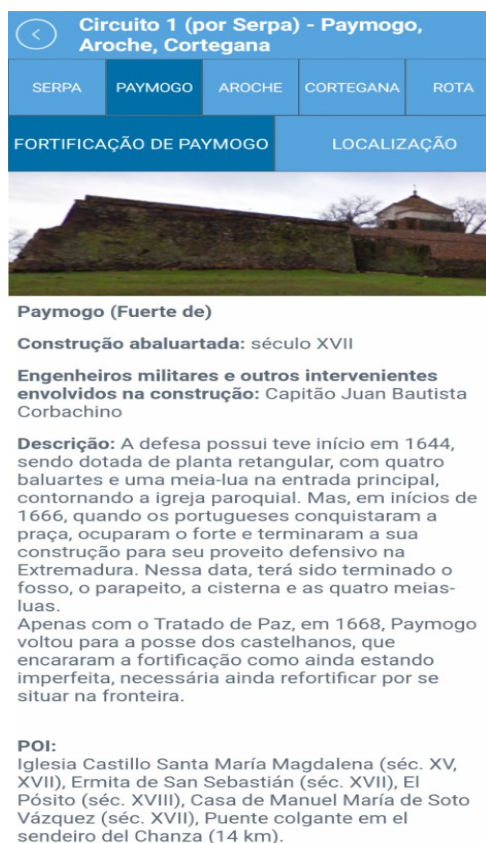


Fig. 147
Circuito 1: Paymogo.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 148
Circuito 1: Paymogo (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 149
Circuito 1: Aroche.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 150
Circuito 1: Aroche (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 151
Circuito 1: Cortegana.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 152
Circuito 1: Cortegana (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa

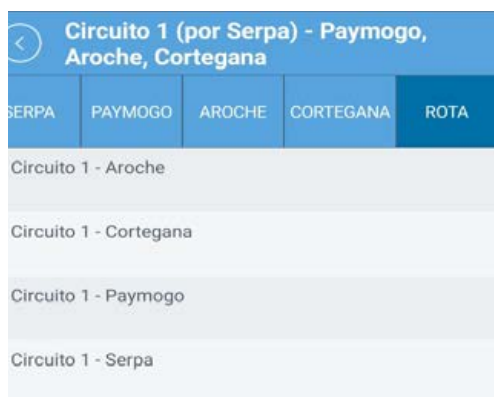


Fig. 153
Rota Circuito 1: Serpa, Paymogo, Aroche, Cortegana.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

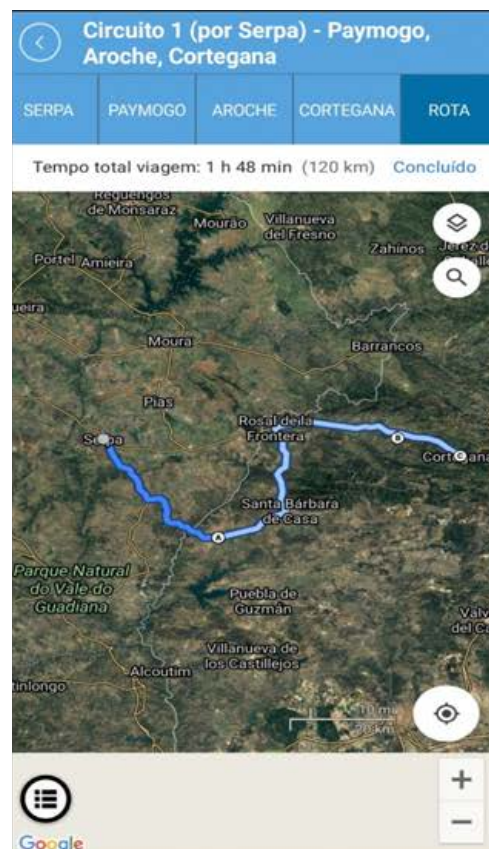


Fig. 154
Rota Circuito 1: Serpa, Paymogo, Aroche, Cortegana (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 155
Circuito 2: Encinasola.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 156
Circuito 2: Encinasola (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

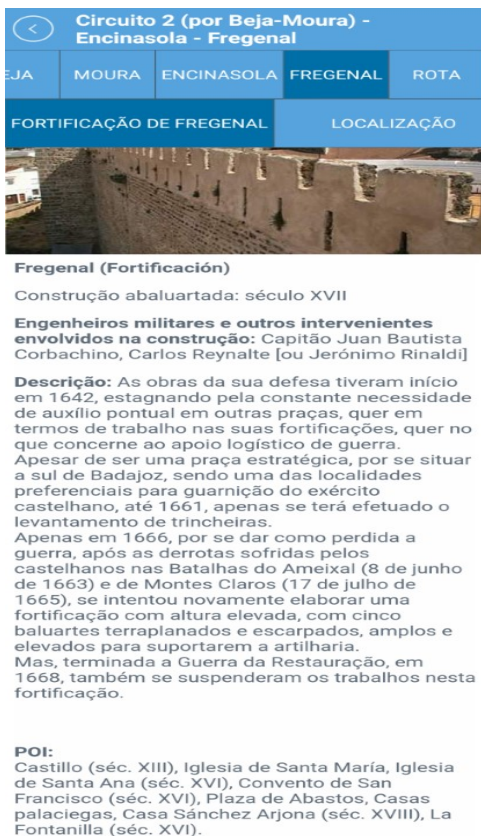


Fig. 157
Circuito 2: Fregenal.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 158
Circuito 2: Fregenal (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

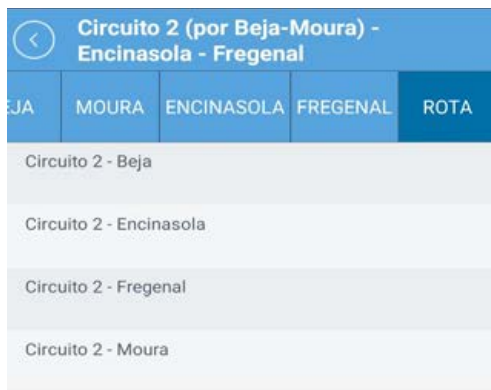


Fig. 159
Rota Circuito 2: Beja, Moura, Encinasola, Fregenal.

Autoria: Ana Teresa de Sousa

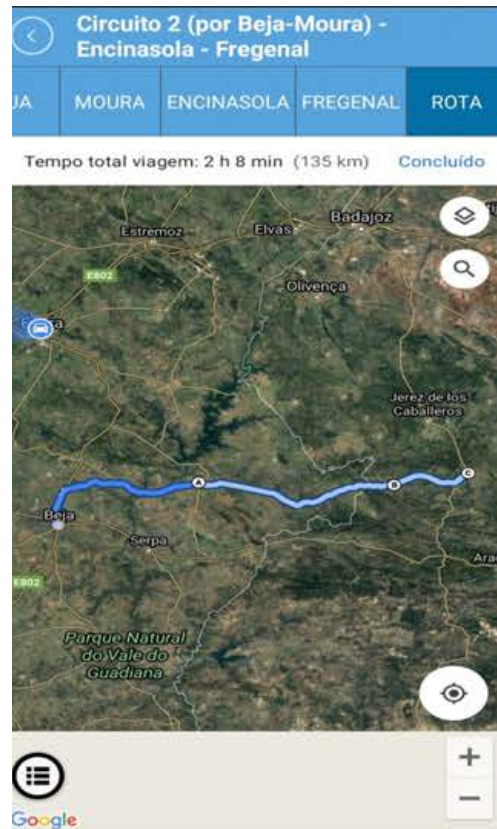


Fig. 160
Rota Circuito 2: Beja, Moura, Encinasola, Fregenal (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Villa Nueva del Fresno (Fortificación de)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: João Paschácio Cosmander

Descrição: Em posse do exército português em 1643, reforçaram-se as suas defesas a partir de novembro do dito ano. Mas, em 1646 todas as suas defesas foram destruídas na sequência do confronto entre o exército português e o castelhano.

POI:

Ermita del Cristo; Biblioteca.

Fig. 161
Circuito 3: Villanueva del Fresno.

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 162
Circuito 3: Villanueva del Fresno (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa

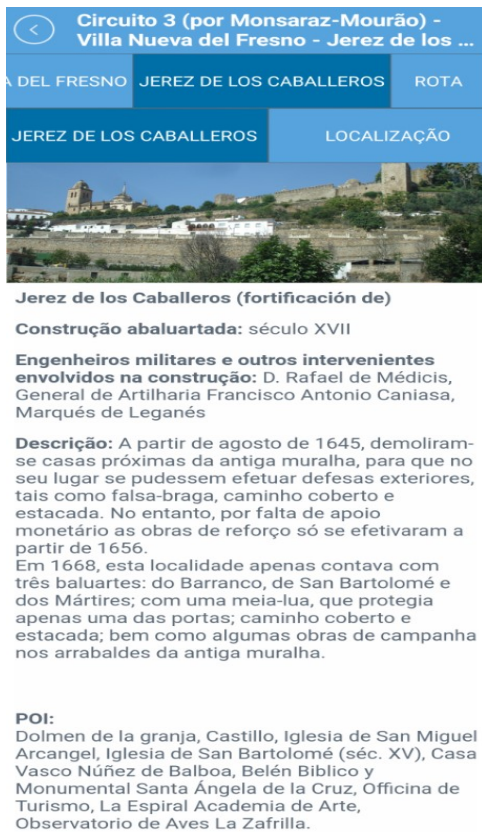


Fig. 163
Circuito 3: Jerez de los Caballeros.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 164
Circuito 3: Jerez de los Caballeros (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 165
Rota Circuito 3: Monsaraz, Mourão, Villanueva del Fresno, Jerez de los Caballeros.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

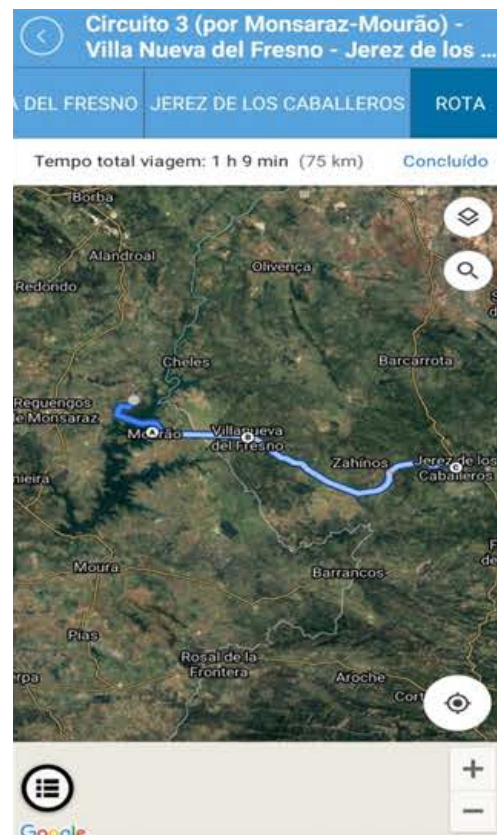


Fig. 166
Rota Circuito 3: Monsaraz, Mourão, Villanueva del Fresno, Jerez de los Caballeros (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Badajoz (Fortificación, Fuertes, Fortins)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Capitão General do Exército de Extremadura, Diego IV de Benavides y de la Cueva (Conde de Santiesteban), D. Rafael de Médicis, Carlos Tourlon, Henrique Ansenç, Nicolau de Langres, Capitão Luís de Venegas Osorio.

Descrição: Por ser a principal praça fronteiriça e o foco de incursão até Madrid, os castelhanos fortificaram-na urgentemente, a partir de 1641. Mas, a fortificação foi construída de improvisado e, embora a falta de verba, sucederam-se obras contínuas de reforma e aperfeiçoamento das defesas existentes.

Em 1642, deu-se início à construção do Forte de San Cristóbal, que protegia o antigo castelo, bem como uma elevação natural do terreno que lhe estava próxima. Nesta elevação, também se ergueu o Fortim de la Cabeza de la Puente, com parapetos para alojar munições necessárias à sua guarnição.

Entre 1643 e 1644, deu-se início ao plano de defesa em redor do antigo castelo, constituindo esta a defesa principal, construindo-se oito baluartes (de San Pedro, de la Trinidad, de Santa Maria, de San Roque, de San Juan, de Santiago, de San José e de San Vicente) e um meio-baluarte, denominado de San Antonio. Unidos por cortinas retilíneas, geometricamente calculadas. Construíram-se também terraplenos, onde se instalou a artilharia, ficando a praça com uma defesa regular, rodeada de fossos e caminhos cobertos.

O acesso à praça passou a ser efetuado por três portas: de Palmas (junto à Puente de Palmas), de la Trinidad e del Pilar.

Entre 1645 e 1657, recorreu-se ao trabalho de engenheiros militares estrangeiros para se avançar nas defesas abaluartadas. Primeiro, as obras foram levadas a cabo pelo italiano D. Rafael de Médicis, e a partir de 1654, pelos holandeses Carlos Tourlon e Enrique Ansenç.

No entanto, em 1658, denotava-se falta de investimento votado a Badajoz. Pela urgência dos acontecimentos da Guerra da Restauração, esta localidade tinha que dividir o dinheiro concedido para a sua fortificação com as obras defensivas em outras localidades próximas.

Assim, as obras avançaram fruto da urgência, mas sendo improvisadas e aptas para defesa de perigo imediato. Construíram-se ainda o Forte de San Miguel, de planta em estrela, composto por cinco baluartes fabricados de terra, e o Fortim do Vado del Mayordomo, perto da margem esquerda do Rio Gadiana. Este último foi conquistado pelos portugueses, que cercaram a praça entre julho e outubro de 1658.

Em resposta, os castelhanos ergueram o Forte de Pardaleras, de planta triangular, que dominava a parte Sudoeste da muralha principal.

Não conseguindo conquistar a praça, os portugueses recuaram. Isto fez com que entre 1661 e 1664, se investisse na conclusão da fortificação principal de Badajoz e do Forte de Pardaleras, que ficou bastante danificado. Para tal, foi necessário recorrer-se a outro engenheiro militar estrangeiro, o francês Nicolau de Langres. Este projetou uma meia-lua em frente do Rio Rivillas e reformou as defesas existentes, que ficaram complementadas pelo revelim de San Roque, separado do conjunto abaluartado por intermédio do Rio Rivillas.

Embora em 1668 as suas fortificações continuassem incompletas, a sua defesa era considerada a praça principal e a mais apta a defesa da Extremadura.

Fig. 167

Circuito 4: Badajoz.

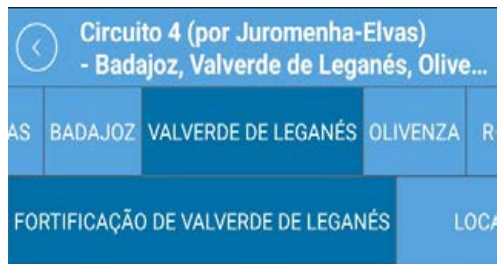
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 168

Circuito 4: Badajoz (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Valverde de Leganés (fortificação de)

Construção abaluartada: século XVII

Descrição: Esta localidade era dificultosa de fortificar devido à grande irregularidade do terreno, pelo que se optou por construções separadas, adaptadas ao terreno, materializando-se em três fortes, circundados por padraços, que permitiam defesa eficaz.

Contudo, não se tendo investido na fortificação, em setembro de 1643, o exército português conquistou a praça, incendiando-a a 27 de outubro do dito ano. As defesas ficaram completamente destruídas.

POI:

Dolmen El Romo, paisagens naturais de Encina Madre e Almendro Real.

Fig. 169
Circuito 4: Valverde de Leganés.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 170
Circuito 4: Valverde de Leganés (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 171
Rota Circuito 4: Juromenha, Elvas, Badajoz, Valverde de Leganés, Olivenza.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

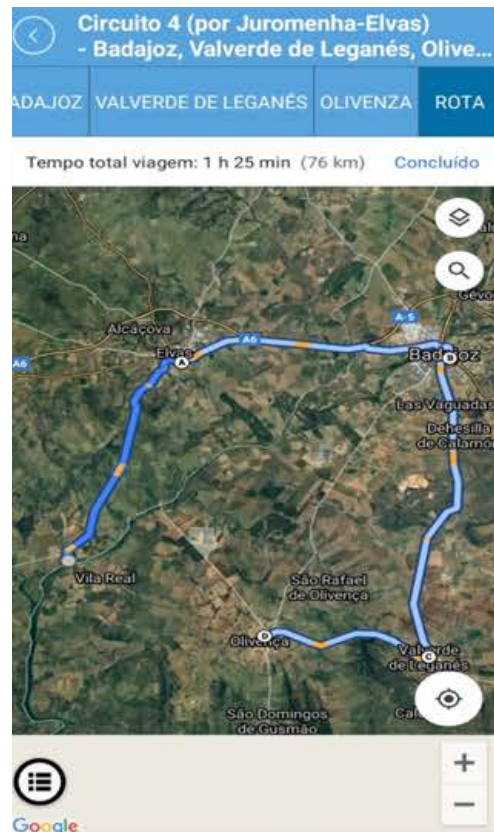


Fig. 172
Rota Circuito 4: Juromenha, Elvas, Badajoz, Valverde de Leganés, Olivenza (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 173
Circuito 5: Alconchel.
 A autoria: Ana Teresa de Sousa

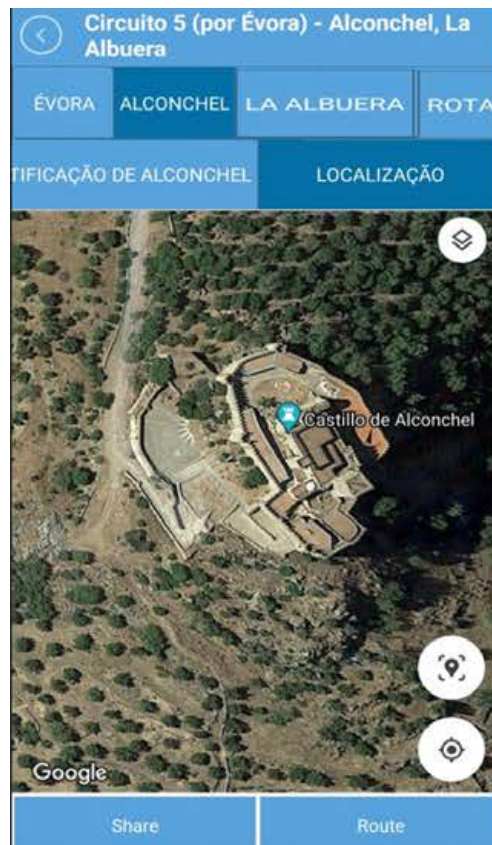


Fig. 174
Circuito 5: Alconchel (localização).
 A autoria: Ana Teresa de Sousa

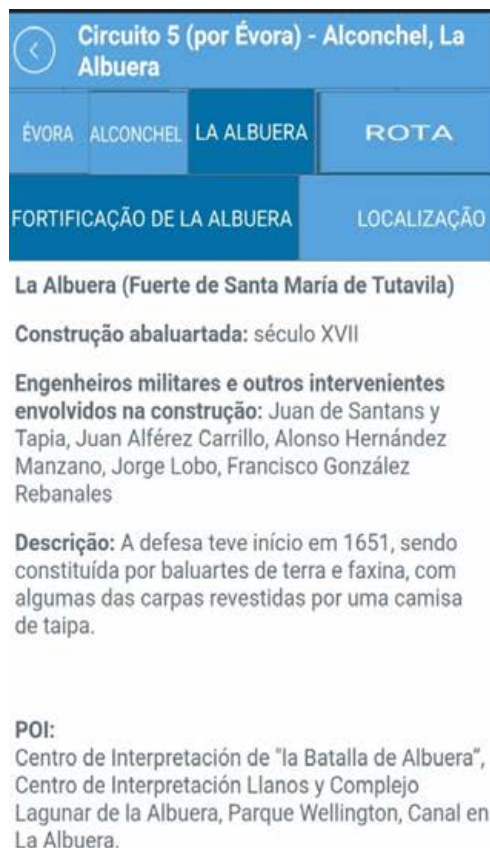


Fig. 175
Circuito 5: La Albuera.
 A autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 176
Circuito 5: La Albuera (localização).
 A autoria: Ana Teresa de Sousa

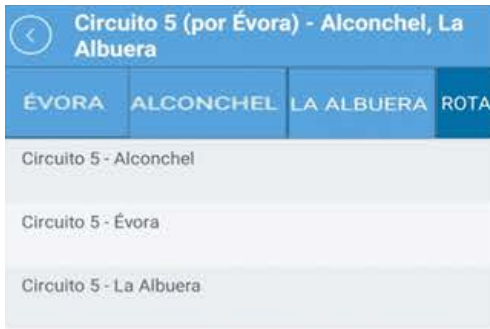


Fig. 177
Rota Circuito 5: Évora, Alconchel, La Albuera.

Autoria: Ana Teresa de Sousa

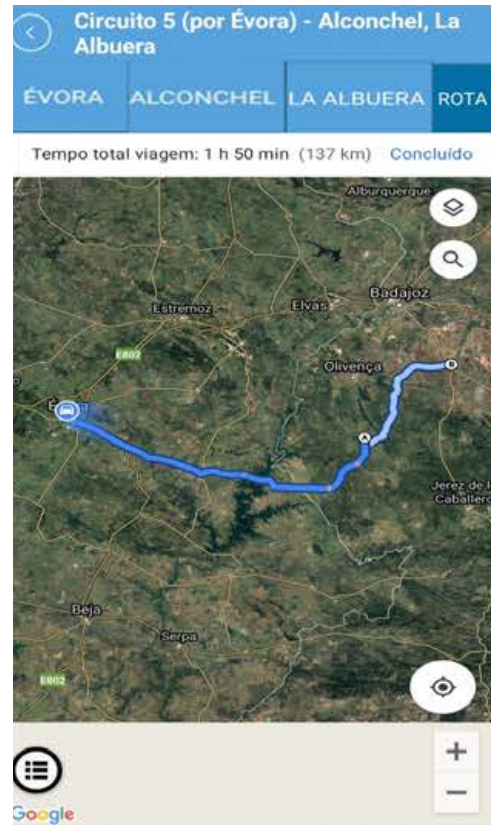


Fig. 178
Rota Circuito 5: Évora, Alconchel, La Albuera (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Telena (Fuerte de San Juan de Leganés)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: D. Rafael de Médicis

Descrição: A construção do Forte em Telena terá tido início após maio de 1645. A obra era de planta retangular, com frentes de ataque defendidas por baluartes inteiros e meios-baluartes auxiliados por revelins, sendo inclusive a porta de entrada defendida por um terceiro revelim. Após o ataque português de 1646, acrescentou-se um novo baluarte. Contudo, a partir desse ano, até ao fim da Guerra da Restauração, Telena foi votada apenas a obras de recuperação básicas. Atualmente, não praticamente não se evidenciam estruturas de defesa deste forte.

Fig. 179
Circuito 6: Telena.

Autoria: Ana Teresa de Sousa

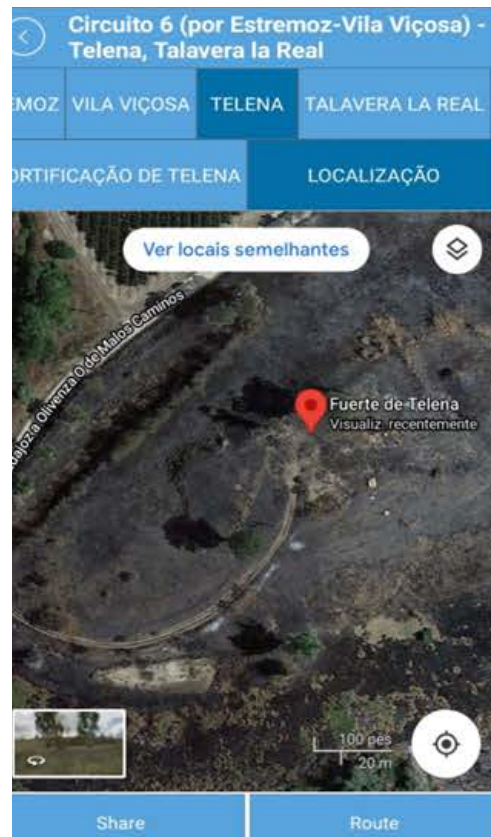


Fig. 180
Circuito 6: Telena (localização).

Autoria: Ana Teresa de Sousa



Talavera la Real (Fortificación)

Construção abaluartada: século XVII

Descrição: Beneficiou de fortificação imponente, de planta quadrangular, dotada de baluartes e fossos como defesas intermédias, tendo como entrada duas portas: a de Badajoz e a de Madrid. As suas obras foram reforçadas na sequência do ataque do exército português a Badajoz em 1658. No entanto, os seus baluartes terão sido construídos em argila compactada com pedras, materiais da zona, que não e revelavam de muita consistência.

POI:

Iglesia fortificada de Nuestra Señora de Gracia (séc. XV)

Fig. 181
Circuito 6: Talavera la Real.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 182
Circuito 6: Talavera la Real (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa

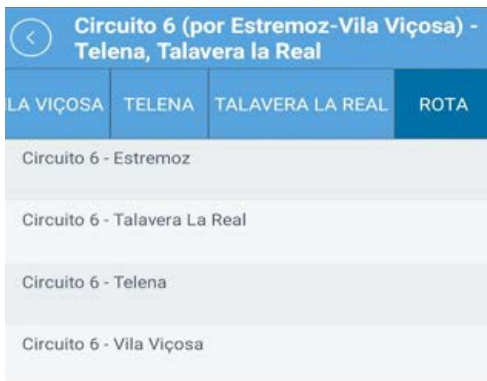


Fig. 183
Rota Circuito 6: Estremoz, Vila Viçosa, Telena, Talavera la Real.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

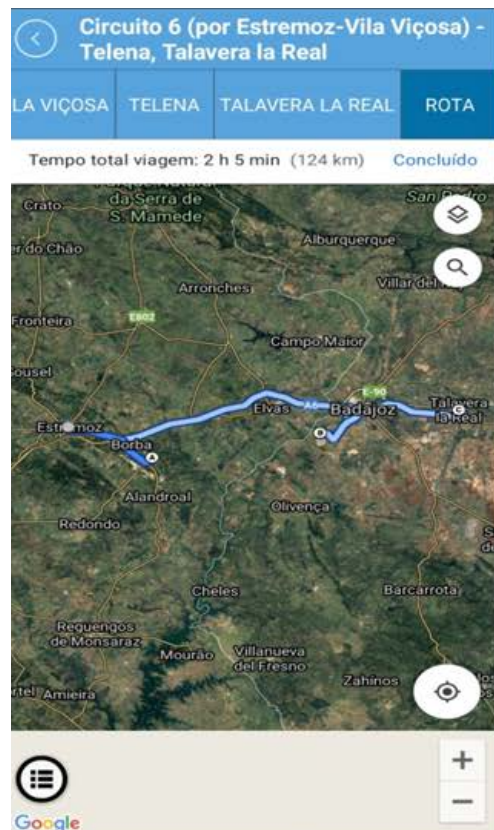


Fig. 184
Rota Circuito 6: Estremoz, Vila Viçosa, Telena, Talavera la Real (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 185
Circuito 7: Villar del Rey.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 186
Circuito 7: Villar del Rey (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 187
Rota Circuito 7: Campo Maior, Ouguela, Villar del Rey.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

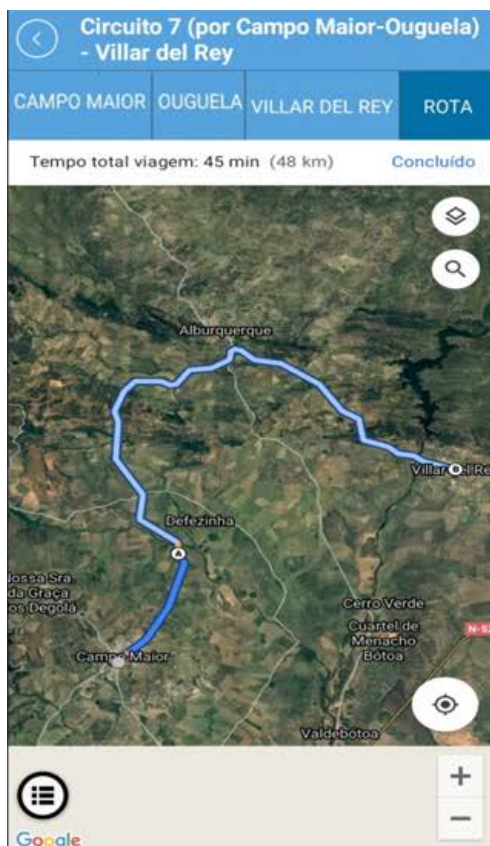


Fig. 188
Rota Circuito 7: Campo Maior, Ouguela, Villar del Rey (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 189
Circuito 8: Albuquerque.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 190
Circuito 8: Albuquerque (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 191
Rota Circuito 8: Barbacena, Monforte, Arronches, Albuquerque.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

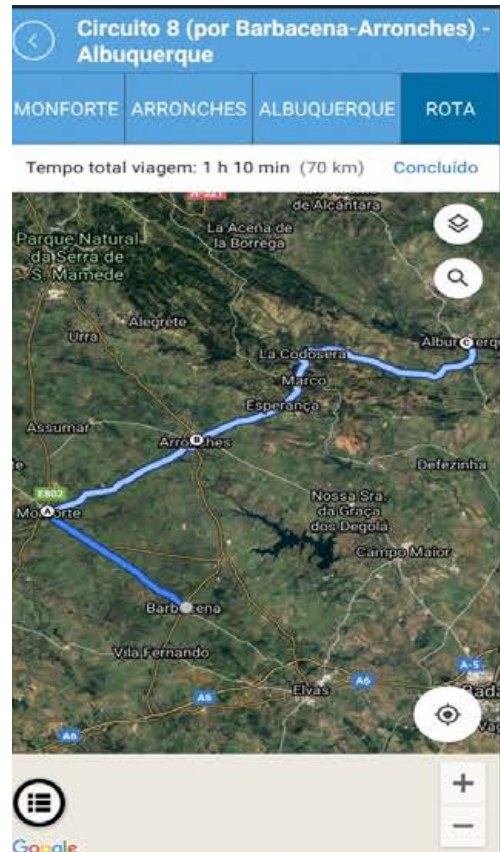


Fig. 192
Rota Circuito 8: Barbacena, Monforte, Arronches, Albuquerque (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 193
Circuito 9: Valencia de Alcántara.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

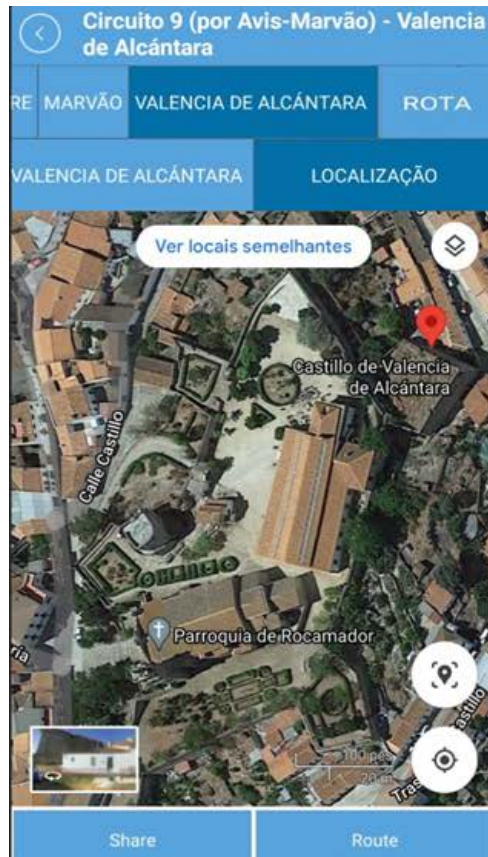


Fig. 194
Circuito 9: Valencia de Alcántara – localização.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

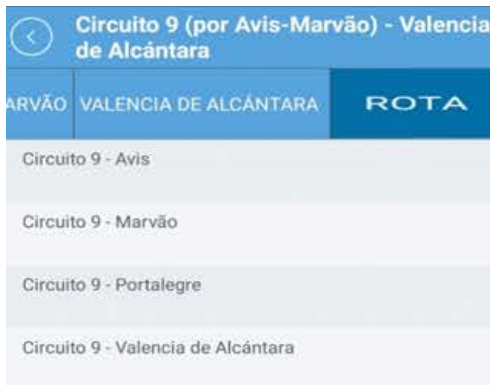


Fig. 195
Rota Circuito 9: Avis, Portalegre, Marvão, Valencia de Alcántara.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

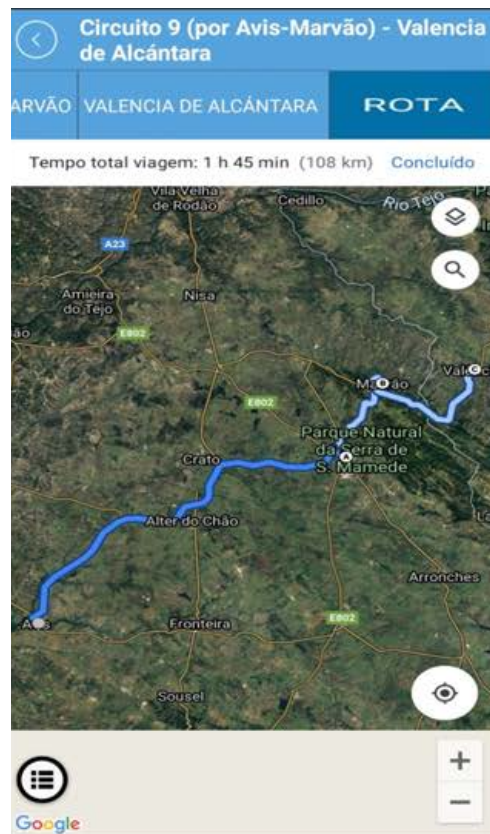


Fig. 196
Rota Circuito 9: Avis, Portalegre, Marvão, Valencia de Alcántara (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa



Alcántara (Fortificación)

Construção abaluartada: século XVII

Engenheiros militares e outros intervenientes envolvidos na construção: Don Luís de Venegas

Descrição: Os seus elementos abaluartados começaram a ser construídos pouco antes de 1661. Ficando a sua fortificação composta por quatro baluartes volumosos com guaritas: de la Madalena, de San Antón, del Rollo, de Paniagua e dos Clérigos; pelo meio-baluarte de Roca; por quatro meias-luas: meia-lua do baluarte del Rollo, de Santa Cruz, de los Vallores e del 3º Marqués del Carpio. O conjunto era ainda composto por três postos de defesa: o de San Marcos, sobre las Azenas e o de San Gregorio; quatro portas: de la Concepción, de San Juan, del Castillo e de la Encañada; e pelos Fuertes de San Pedro e de San Marcos.

POI:

Templo romano de Alcántara, Arco de la Concepción, Palacio de los Marqueses de Torreorgaz, Palacio de Los Roco Camprofrío, Puente de Alcántara, Ermita de Nuestra Señora de la Encarnación, Iglesia de San Pedro, Iglesia de Santa María de Almocovar, Conventual de San Benito, Hospital y Capilla de Nuestra Señora de la Piedad, Mirador de la Presa, Cantera de Alcántara.

Fig. 197
Circuito 10: Alcántara.
Autoria: Ana Teresa de Sousa

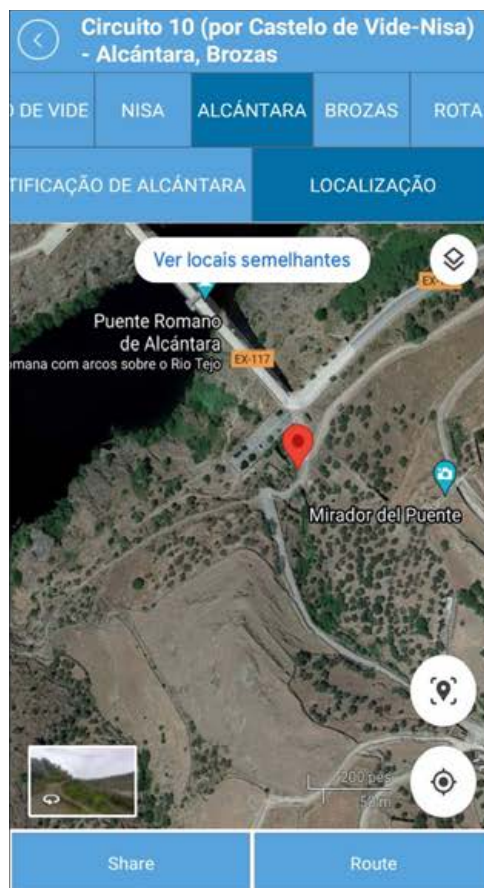


Fig. 198
Circuito 10: Alcántara (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Brozas (Fortificación de)

Construção abaluartada: século XVII

Descrição: O seu antigo castelo terá sido reforçado, a partir de 1644. Passou a definir-se como uma obra de planta quadrada, sendo a muralha reta reforçada com cinco baluartes maciços, quatro nos ângulos e um no centro do flanco Sudoeste. Todos os baluartes foram terraplanados.

Além dos baluartes, a defesa foi reforçada com meia-lua a proteger a porta principal da fortificação, situada a Norte, tendo-se também erguido barbacãs, uma que unia a dita meia-lua ao baluarte do ângulo Noroeste, e outra entre o dito baluarte e outro edifício próximo

POI:

Castillo de la Orden de Alcántara, Iglesia de Santa María la Mayor de la Asunción

Fig. 199
Circuito 10: Brozas.
Autoria: Ana Teresa de Sousa



Fig. 200
Circuito 10: Brozas (localização).
Autoria: Ana Teresa de Sousa

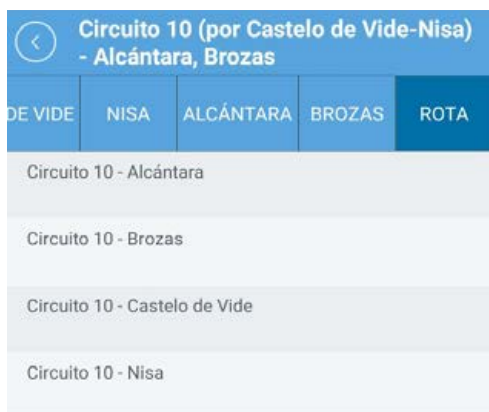


Fig. 201
Rota Circuito 10: Castelo de Vide, Nisa, Alcántara, Brozas.
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

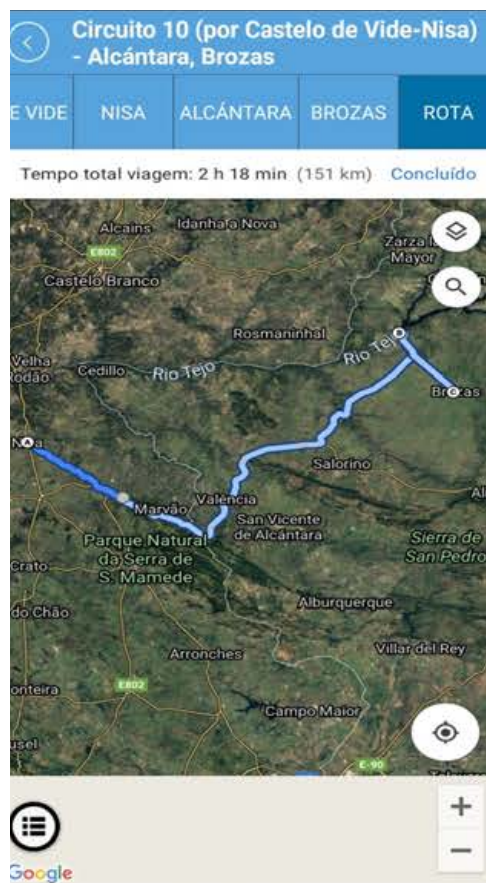


Fig. 202
Rota Circuito 10: Castelo de Vide, Nisa, Alcántara, Brozas (localização).
 Autoria: Ana Teresa de Sousa

Pretende-se que a MFDDiscovery App seja disponibilizada para todos os interessados em visitar as fortificações abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura. Como tal, teremos como objetivos futuros a sua disponibilização ao público também em espanhol, inglês e francês para que seja do interesse de visitantes de todas as nacionalidades.

Além disso, pretende-se que esta seja uma *Aplicação interativa*, na qual os visitantes possam adicionar fotografias das fortificações que visitem, bem como deixarem o testemunho da sua visita.

Esta será uma forma imprescindível de valorizar o património militar, bem como de o integrar na valorização global de todo o património presente nas localidades a visitar.

Além dos Itinerários propostos, também haveria a possibilidade de se efetuarem outros circuitos em plataforma digital, com base nos locais onde trabalharam os engenheiros militares, nos cinco aglomerados por nós propostos anteriormente, ou pelas linhas de proximidade das fortificações à fronteira. Deixemos alguns exemplos, com vista num projeto futuro:

Itinerários pelo Alentejo e Extremadura - fortificações abaluartadas a partir de projetos de Nicolau de Langres: Serpa, Beja, Moura, Mourão, Monsaraz, Évora, Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Elvas, Badajoz, Estremoz, Barbacena, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Marvão, Castelo de Vide e Nisa.

Itinerários pelo Alentejo e Extremadura - fortificações abaluartadas supervisionadas por João Paschácio de Cosmander: Moura, Mourão, Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Elvas, Estremoz, Campo Maior, Ouguela e Castelo de Vide.

Itinerários pelo Alentejo e Extremadura - fortificações abaluartadas supervisionadas por Charles Lassart: Beja, Moura, Évora, Olivença, Juromenha, Elvas, Alconchel e Campo Maior.

Itinerários pelo Alentejo e Extremadura - fortificações abaluartadas supervisionadas por Jean Gilot: Monsaraz, Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Elvas, Alconchel e Estremoz.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas supervisionadas por Pierre de Saint-Colombe: Serpa, Beja, Moura, Mourão, Évora, Juromenha, Vila Viçosa e Estremoz.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas supervisionadas por Luís Serrão Pimentel: Beja, Monsaraz, Évora, Juromenha, Estremoz, Campo Maior, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes ao 1.º aglomerado de defesa: Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes ao 2.º aglomerado de defesa: Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes ao 3.º aglomerado de defesa: Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes ao 4.º aglomerado de defesa: Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes ao 5.º aglomerado de defesa: Beja, Évora e Avis.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes à 1.ª linha de proximidade à fronteira com a Extremadura (orientação sul-norte): Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela e Arronches.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes à 2.ª linha de proximidade à fronteira com a Extremadura (orientação sul-norte): Monsaraz, Juromenha e Elvas.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes à 3.ª linha de proximidade à fronteira com a Extremadura (orientação sul-norte): Vila Viçosa, Barbacena, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes à 4.ª linha de proximidade à fronteira com a Extremadura (orientação sul-norte): Estremoz, Monforte e Nisa.

Itinerários pelo Alentejo - fortificações abaluartadas pertencentes à 5.ª linha de proximidade à fronteira com a Extremadura (orientação sul-norte): Beja, Évora e Avis.

Itinerários pela Extremadura - fortificações abaluartadas pertencentes à 1.ª linha de proximidade à fronteira alentejana (orientação sul-norte): Valverde de Leganés, Telena, Badajoz, Villar del Rey, Albuquerque, Valencia de Alcántara.

Itinerários pela Extremadura - fortificações abaluartadas pertencentes à 2.ª linha de proximidade à fronteira alentejana (orientação sul-norte): Paymogo, Aroche, Villanueva del Fresno, Alconchel.

Itinerários pela Extremadura - fortificações abaluartadas pertencentes à 3.^a linha de proximidade à fronteira alentejana (orientação sul-norte): Cortegana, Fregenal, Jerez de los Caballeros, Talavera la Real.

Itinerários pela Extremadura - fortificações abaluartadas pertencentes à 4.^a linha de proximidade à fronteira alentejana (orientação sul-norte): La Albuera, Alcántara.

Nota final

No presente capítulo demos ênfase às questões relacionadas com a valorização do património militar. Para tal, indicámos ações que deveriam ser tidas em linha de conta futura para que este património subsista a nível histórico e cultural.

As visitas às localidades indicadas levaram-nos a elaborar os itinerários entre a fronteira luso-castelhana, nomeadamente entre o Alentejo e a Extremadura. Neste contexto, pretendemos contribuir para a valorização e divulgação destas estruturas abaluartadas através da MFDDiscovery, App desenvolvida no âmbito da tese, que se espera possa vir a auxiliar os futuros visitantes deste rico, vasto e complexo património militar português e espanhol. Tendo em linha de conta que a App precisará de ser complementada em termos técnicos/informáticos para dispor de todas as funcionalidades que pretendemos, as indicações presentes neste projeto devem ser entendidas como um início para a valorização das fortificações abaluartadas na geografia que trabalhámos.

CONCLUSÃO

Se o tema de que a tese parte, as fortificações abaluartadas no período moderno, tem merecido a atenção de vários especialistas, especialmente portugueses e espanhóis, a sua análise em termos geoestratégicos na fronteira seca do Alentejo em cenário de guerra (1640-1668), com o devido enquadramento político e diplomático, caracteriza-se por alguma dispersão. Como verificámos, a maioria dos autores divide as suas investigações em grandes áreas: encontramos os historiadores especializados no contexto antecedente à Guerra da Restauração, e os especialistas no governo, diplomacia e esforço financeiro vivido durante o conflito. Representam estudos preciosos e dignos de nota. Temos ainda os historiadores especializados nas batalhas da Restauração e na fronteira luso-castelhana, ou ainda na análise sobre a produção do conhecimento e circulação de mestres, tratados e ideias.

Observamos que, no que concerne aos contextos vivenciados pela guerra, batalhas e reconstrução das fortificações ao longo da fronteira luso-castelhana, existem algumas lacunas. A maioria dos trabalhos sobre a implantação e o desenvolvimento do modelo abaluartado ou sobre as fortificações da fronteira luso-castelhana são desenvolvidos por historiadores de arte ou especialistas em arquitetura, faltando, assim, a interligação entre o contexto histórico-político do conflito e o desenvolvimento do abaluartado como resposta às necessidades do mesmo. Idêntico problema surgiu quando nos deparámos com a necessidade de valorização dos recintos fortificados alentejanos e da Extremadura. Por este motivo, foi imprescindível a análise de um elevado leque de estudos, tendo em conta cada um dos seus contextos e temáticas, complementando-se entre si. Deste modo, tentou estabelecer-se uma visão plural, de olhar global e abrangente.

Por abordarmos essencialmente três temáticas que se deveriam complementar entre si (contexto político-diplomático da Guerra da Restauração, desenvolvimento do modelo abaluartado no Alentejo e Extremadura e valorização do património militar), optámos pela divisão da investigação nos seis capítulos, sendo que considerámos que a contextualização da Guerra da Restauração deveria ser tratada em primeiro lugar, seguida do desenvolvimento da arquitetura abaluartada a nível europeu, da sua influência no contexto português, primeiro ao nível do ensino, e posterior necessidade de aplicação prática nas defesas da fronteira durante o viver do conflito.

Por um lado, esta última questão levou-nos à necessidade de efetuar a divisão da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura por linhas de defesa e fortificação, tendo em

conta a proximidade das praças entre si, bem como dos conflitos vivenciados. No Alentejo distinguimos, com relativa facilidade, cinco linhas de fortificação, que se definem em função da maior proximidade em relação à fronteira: 1.^a linha - Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Campo Maior, Ouguela e Arronches; 2.^a linha - Monsaraz, Juromenha e Elvas; 3.^a - Vila Viçosa, Barbacena, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide; 4.^a linha - Estremoz, Monforte e Nisa; 5.^a linha – Beja, Évora e Nisa. Ao passo que na Extremadura identificámos 4 linhas: 1.^a linha - Cheles, Valverde de Leganés, Telena, Badajoz, Villar del Rey, Albuquerque, Codosera, Valencia de Alcántara; 2.^a linha - Paymogo, Aroche, Villanueva del Fresno, Alconchel, Villanueva de Barcarrota; 3.^a linha - Cortegana, Fregenal, Jerez de los Caballeros, Higuera de Vargas, Almendral, Talavera la Real; 4.^a linha - La Albuera, Lobón, Montijo, Brozas e Alcántara.

A partir da definição destas linhas, analisámos também as hipóteses de confrontos na fronteira luso-castelhana, a partir do Alentejo e da Extremadura, tendo em consideração os dados recolhidos ao longo da investigação. Dada a proximidade das localidades, salientámos a existência dos seguintes confrontos, em termos cronológicos: 1640 – Villar del Rey (dezembro); 1641 – Encinasola (julho-novembro), Valverde de Leganés (outubro); 1642 – Aroche (março); Encinasola (maio), Alconchel (junho), Higuera de Vargas (julho); 1643 – Telena, La Roca, Montijo (maio), Albuquerque (maio), Alconchel (setembro), Barcarrota (setembro), Almendral (setembro), Valverde de Leganés (setembro), Higuera de Vargas (setembro-novembro); La Albuera (setembro-novembro), Cheles (setembro-novembro), Jerez de los Caballeros; Paymogo (outubro), Villanueva del Fresno (setembro-novembro), Villar del Rey (dezembro); 1644 – Villanueva del Fresno, Higuera de Vargas, Valverde de Leganés, La Albuera, Telena, La Roca, Montijo (maio), Villar del Rey (maio); 1646 – Jerez de los Caballeros, Telena (setembro); 1653 – Cheles, Valverde de Leganés, La Albuera, Valencia de Alcántara (novembro); 1658 – Badajoz (julho-outubro), Talavera la Real (setembro); 1664 – Valencia de Alcántara (junho); 1667 – Albuquerque (março). Em relação aos citados ataques do Alentejo para com a Extremadura, verificámos que a incidência de confrontos era mais ativa por intermédio das praças de Serpa (com Paymogo e Aroche), Moura (com Aroche, Cortegana, Fregenal e Encinasola), Mourão (com Villanueva del Fresno, Jerez de los Caballeros e Higuera de Vargas), Olivença (com Alconchel, Cheles, Villanueva de Barcarrota, Almendral, Valverde de Leganés, La Albuera, Telena, Badajoz, Talavera la Real e Lobón), Campo Maior e Ouguela (com Villar del Rey) e Arronches (com Albuquerque); de seguida destacaram-se os confrontos a partir de Monsaraz (com Jerez

de los Caballeros, Villanueva del Fresno, Alconchel e Cheles), Juromenha (com Valverde de Leganés) e Elvas (com Telena, Badajoz, Talavera la Real, Lobón e Montijo); por fim os desencadeados a partir de Portalegre e Marvão (com Albuquerque e Codosera), Castelo de Vide (com Valencia de Alcántara) e Nisa (com Brozas e Alcántara).

Por outro lado, não bastaria condicionarmos a pesquisa às potenciais linhas de defesa e às hipóteses de confronto, seria imprescindível interrogarmo-nos sobre a existência de aglomerados de defesa, que, entre si, permitiam o auxílio entre praças, quer de guarnição de tropas, quer de armamento em caso de necessidade eminente.

Tendo a ideia de aglomerado defensivo definida, foi essencial focarmo-nos nas defesas fortificadas de cada uma das praças, pelo que a análise dos projetos (tendo em consideração os seus intervenientes, o início das obras, as suas paragens e posterior continuação de campanhas de obra) foi essencial para chegar à premissa da não existência de uma obra-tipo no Alentejo. Havendo intervenientes com formação em fortificação e práticas distintas, a ideia da existência de uma tipologia preferencial no total das 21 praças fortificadas estudadas ao longo da nossa investigação evidenciar-se-ia difícil. Para esta constatação também foi relevante o estudo dos assédios que cada praça sofreu, condicionando a estrutura defensiva que foi sendo possível de adaptar no terreno (e não segundo um modelo construtivo preferencial ou pré-definido). Além disso, a necessidade é mestra de engenho, pelo que a adaptação das defesas se evidenciou a possível de concretizar mediante o dinheiro disponível e materiais existentes.

Todas estas análises teriam de culminar num projeto de valorização que visasse privilegiar a memória histórica das fortificações. Por experiência própria, constata-se que apenas vivenciando a realização dos itinerários entre o Alentejo e a Extremadura se terá a plena perceção do valor patrimonial destes modelos defensivos.

Considerámos imprescindível, para enquadramento deste discurso da memória histórica, abordar o contexto da sublevação que conduziu à Guerra da Restauração, em dezembro de 1640, bem como a necessidade de D. João IV consagrar a nível europeu a sua legitimidade como monarca do reino de português e da sua necessidade de apoio para a guerra com Castela. Por outro lado, este conflito significou a necessidade de dinheiro para as obras de adaptação das antigas defesas ao modelo abaluartado, ou à construção de raiz, à reestruturação do exército português (exército permanente dividido em três escalões: exército de linha, tropas auxiliares ou milícias e ordenanças), à criação de novos postos militares (tais como o de tenente-general de artilharia, governador de armas da província, mestre de campo general e capitão-mor), à necessidade de organismos que

auxiliassem na gestão da guerra (Conselho de Guerra e a Junta da Fronteira) e à divisão do reino em províncias (Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve), destacando-se a província do Alentejo na nossa investigação. Seria esta o palco da maioria dos confrontos durante o conflito por três motivos: por ser dotada de terreno mais plano; por através dela se atingir diretamente Lisboa e por se situar perto de Badajoz, onde as tropas castelhanas aquartelavam e reuniam a maioria dos mantimentos e munições que as auxiliava nos confrontos que empreendiam nas praças alentejanas. Por esse motivo também, quando estavam mais enfraquecidas ou eram derrotadas, recuavam para Badajoz.

No entanto, as necessidades vividas na fronteira alentejana intensificaram-se durante a regência de D. Luísa de Gusmão (1656-1662) e o governo de D. Afonso VI (1656-1667). Os ataques castelhanos tornaram-se mais incisivos e estratégicos. O reino português chegou por perder as praças de Olivença, Juromenha (sendo estas duas primeiras profundamente estratégicas ao nível da localização e de concentração de mantimentos e munições, em favor das tropas castelhanas que as detinham) e Ouguela até ao fim do conflito. Estas três praças foram devolvidas apenas após a ratificação do tratado de paz, em fevereiro de 1668.

Relativamente à adaptação das defesas ao abaluartado, foi imperativo percebermos a influência deste modelo em Portugal, uma vez que a evolução desta arquitetura se deu em várias fases e através de diferentes teorias que se complementavam entre si. Foi importante ao longo da tese destacar os tratados e obras de referência que circulavam, desde o séc. XVI [por influência dos mestres italianos, nomeadamente Leon Battista Alberti (1452), Francesco di Giorgio Martini (1482), Giovanni Battista Della Valle (1521), Sebastiano Serlio (<1554), Giovanni Battista Zanchi (1554), Giacomo Lanteri (1557, 1559), Giralamo Maggi e Giacomo Fusto Castriotto (1564), Giralamo Cataneo (1584), Gabriello Busca Milanese (1601), Giuliano da Sangallo (1490-1516), Pietro di Giacomo Cataneo (1554), Giovanni Battista Bellucci (1598), e do alemão Albrecht Dürer (1527)] até meados do século XVII representando as teorias desenvolvidas por engenheiros militares holandeses, tais como Simon Stevin (1618), Samuel Marolois e François Van Schooten (1628), Adam Freitag (1631), Nicolas Goldman (1645), Matthias Dögen (1647), Gérard Melder (1658), e dos franceses Antoine De Ville (1629) e conde de Pagan (1668). Na influência destes últimos é notória a

importância dada aos cálculos matemáticos, aliados aos princípios da geometria e da fortificação.

Destacámos que a influência destas teorias foi essencial para o desenvolvimento das aulas de matemática e fortificação em contexto português, por intermédio dos jesuítas. Aliás, esta preparação teórica foi determinante para as últimas fases de adaptação das defesas alentejanas ao modelo abaluartado. Quanto às questões de fortificação, durante a nossa investigação verificámos que seria imperativo analisar a permeabilidade da fronteira durante o conflito. Se nos anos antecedentes o transcurso de um lado para o outro na fronteira foi facilitado e autorizado, entre final de 1640 e inícios de 1668 verificamos o impedimento da passagem de indivíduos, pessoas, mercadorias, armamento e munições entre um e outro reino. Ainda assim, foram constantes as traições, sobretudo no que respeita aos militares, que, por estarem insatisfeitos com as faltas de pagamento ou por quezílias internas, tentavam desertar. Por norma, as fugas eram efetuadas maioritariamente na fronteira entre Elvas e Badajoz. Embora se tenha reforçado a vigilância neste corredor de passagem, por vezes, os indivíduos conseguiram contorná-lo e atravessar porque, ao mesmo tempo, se vivia um período de medo e de constantes confrontos.

Desta forma, no início do conflito foram maioritariamente constantes os confrontos ocorridos na Extremadura. Sendo reforçado por contingentes franceses e holandeses, o exército português empreendia uma guerra mais ativa e ofensiva nos primeiros anos, que se verificava na destruição das localidades castelhanas supracitadas: em dezembro de 1640 o exército português atacou Villar del Rey; entre julho e novembro de 1641 o exército português atacou Encinasola e Valverde de Leganés; entre maio e julho de 1642, novamente Encinasola, Aroche, Alconchel e Higuera de Vargas; entre maio e dezembro de 1643, Paymogo, Jerez de los Caballeros (que os portugueses detiveram até junho de 1645), Villanueva del Fresno (conquistada nesse ano, perdida em meados de 1644 e reconquistada pelos portugueses até 1646), Alconchel (em poder dos portugueses desde esta data até 1661), Higuera de Vargas, Cheles, Barcarrota, Almendral, Valverde de Leganés, La Albuera, Telena, La Roca, Montijo, Villar del Rey e Albuquerque; a partir de maio de 1644, o exército português atacou particularmente as praças de Villanueva del Fresno, Higuera de Vargas, Valverde de Leganés, La Albuera, Telena, La Roca, Montijo e Villar del Rey (conquistada pelo exército português); a partir de setembro de 1646, os ataques tiveram como alvo Jerez de los Caballeros e Telena. Assim, verifica-se que os ataques portugueses ocorreram ao longo de toda a Extremadura,

tendo maior incidência ao centro, nos arredores de Badajoz, com o objetivo de fragilizar o acesso a esta praça, tida como a principal dos castelhanos para o ataque ao Alentejo e para armazenamento dos seus mantimentos, armamento e organização do exército.

O exército castelhano, enfraquecido pela sublevação da Catalunha, ainda que apoiado por contingentes italianos no ataque às fronteiras alentejanas, não se mostrava muito ativo no início do conflito, nem em termos de estratégia militar, nem na questão do reforço defensivo das praças de fronteira. Empreendidas por engenheiros militares italianos, as obras de adaptação das defesas na Extremadura tiveram uma natureza mais efémera, optando-se sobretudo pelas defesas de campanha por questões monetárias e mais centradas nas praças consideradas de maior importância, como foi o caso de Badajoz, Albuquerque, Valencia de Alcántara e Alcántara. Ao passo que os portugueses tentavam adaptar ao modelo abaluartado um grande número de praças desde o Baixo Alentejo até ao Alto Alentejo, atingindo Portas de Ródão, condicionante natural do território.

No Alentejo, as campanhas de obras de fortificação foram maioritariamente superintendidas por engenheiros militares estrangeiros, particularmente franceses e holandeses, mas também por engenheiros militares ou aprendizes portugueses. A dificuldade maior durante o conflito foi que as obras eram necessárias em todas as praças, praticamente ao mesmo tempo. Concluímos que não houve uma tipologia preferencial seguida, porque existiram várias práticas de construção e de pensar soluções para as questões relacionadas com os constantes ataques do inimigo, com a importância estratégica de umas praças mais elevada em relação a outras, com o seu posicionamento face à proximidade com a fronteira, com a morfologia do terreno e com os recursos financeiros disponíveis (que muitas vezes levaram ao avanço de obras em determinada fortificação e ao sacrifício de obras noutras, com a sua paragem). Além disso, quando uma praça era considerada imprescindível e de urgente fortificação, eram elaborados diversos projetos em simultâneo para o Conselho de Guerra avaliar e apurar o mais adequado, o de perímetro melhor, o que apresentava menos sacrifício do existente e custos menos elevados. Os debates sobre estas questões incidiram particularmente nas praças de Olivença, Juromenha, Elvas e Évora. Não apenas nestas, mas em todas as praças indicadas ao longo da nossa investigação, verificámos que, embora se tivessem iniciado as obras por projetos de Langres, por norma eram pedidos novos projetos porque os responsáveis das obras não eram sempre os mesmos: primeiro, não seria possível Langres estar presente em todas as praças ao mesmo tempo; tendo que ficar outros engenheiros militares responsáveis pelas obras, na maioria dos casos Cosmader ou Gilot, partidários

da fortificação holandesa. Por outro lado, escasseando o dinheiro e os materiais de construção, houve talvez alguma tendência para se improvisar e a necessidade de alguns elementos defensivos ficarem construídos, mesmo que não todo o projetado: a existência de escassos elementos de defesa em cada praça seriam sempre uma mais-valia em relação ao inimigo.

Foram precisamente as questões monetárias, aliadas às diferentes configurações de terreno e à ação de engenheiros militares com pontos de vista distintos no decurso do total de obras, que deram origem a que não se seguisse uma tipologia construtiva comum.

Apesar de distintos, por se constituírem por fortificações de perfil mais irregular ou regular, no Alentejo verificámos a correlação de cinco aglomerados defensivos que se revelaram fundamentais para impedir que os castelhanos conseguissem ir de Badajoz até Lisboa (aglomerado 1: Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas; aglomerado 2: Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches; aglomerado 3: Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz; aglomerado 4: Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa; aglomerado 5: Beja, Évora e Avis). Constatámos que, embora se pudesse efetuar a divisão em cinco aglomerados, todos eles tinham relação entre si no que respeitava à defesa e reforço de guarnição. Foi precisamente esta estratégia coordenada que justificou a ação empreendida durante todo o conflito. A gestão do auxílio foi determinante para que o reino português tivesse maior sucesso nas suas campanhas. Justifiquemos, embora as tropas portuguesas fossem em maior número do que as castelhanas, e a guarnição escasseasse em determinadas praças em detrimento de outras, sempre que se verificava necessidade as guarnições próximas moviam-se entre praças e aglomerados para defender as localidades ameaçadas de ataque por parte dos castelhanos. Porém, se, no início da guerra, Portugal parecia ter a situação sob controlo, definindo quais as praças alentejanas necessárias a fortificar e empreendendo simultaneamente estratégias de ataque direto às praças castelhanas mais vulneráveis; no início da década de 50 o panorama alterou-se em favor dos castelhanos.

Primeiramente, D. João IV antevia uma guerra de curta duração, investindo todo o dinheiro do reino possível de despender na reorganização do exército português e na adaptação das fortificações ao modelo defensivo, sobretudo no que dizia respeito ao Alentejo (e como constatámos foram 21 praças adaptadas). Valeu-se da cobrança das décimas e de impostos extraordinários e voluntários como verificámos, e do auxílio com a vinda dos engenheiros militares estrangeiros para trabalharem na supervisão das fortificações e nas campanhas militares, bem como de contingentes militares, franceses e

holandeses, fruto da ação diplomática levada a cabo pelo monarca. Consta-se que, passado os primeiros anos de conflito, o panorama se alterou. Entre 1641 e 1649, tínhamos o conflito de certa forma controlado, mas sem fim previsto. O exército castelhano havia efetuado diversas investidas, todas elas sem sucesso e sem impacto devastador: em setembro de 1641, novembro de 1644, junho de 1647 e maio de 1648 atacara Elvas; em outubro de 1641 e agosto de 1644 investira sob Moura e Marvão; em abril e outubro de 1644 atacara Ouguela; em agosto de 1645 investira em Olivença, e, no mês seguinte, atacara Monsaraz; em novembro de 1646 incidiu o ataque em Juromenha e Moura; entre 1645 e 1648 efetuara algumas investidas nas proximidades de Vila Viçosa e Marvão; em maio de 1646 atacara Barbacena; entre junho e julho de 1646 investira sobre Arronches; em setembro de 1646 atacara Estremoz; em outubro de 1646, julho e dezembro de 1647 efetuara incursões em Castelo de Vide; em junho de 1647 atacara Campo Maior, e em junho de 1648 atacara Olivença e Juromenha.

As incursões do inimigo verificam-se, pois, em várias direções da província alentejana. Desde o seu início, em 1641, os ataques incidiam na zona de sul para norte, nomeadamente entre as praças de Moura e Elvas; em 1644, detetamos a mesma estratégia de ataques, mas os castelhanos também investem de norte para sul, entre Marvão e Ouguela; entre 1645 e 1647, também investem a partir do norte da praça de Marvão, nomeadamente a partir de Castelo de Vide, na direção Arronches, Barbacena, e com maior incidência nas praças situadas no centro do Alentejo: Monsaraz, Juromenha, Olivença, Estremoz e Campo Maior. Já em 1648, as investidas são direcionadas maioritariamente ao centro, desde Elvas a Vila Viçosa.

A não cessação de pequenos ataques do inimigo originou a necessidade de mais dinheiro para se continuar a sustentar a guerra, tanto militarmente, no que concerne às despesas com soldados e tropas auxiliares, como nas questões de armamento, munição e mantimentos (sendo que a questão de adquirir cavalos também se revelou pertinente, pois estes escasseavam no reino, mortos nos confrontos, por doença ou assolamento dos campos, sendo necessário recolherem-se para a guerra à conta de outrem, por suspensão da utilização das carruagens ou recorrer-se a éguas, consideradas inferiores), bem como na questão das despesas com as fortificações. A maior parte das adaptações efetuadas durante os primeiros anos de conflito eram consideradas insuficientes para uma defesa eficaz perante a antevisão de mais anos de guerra, em parte por se terem construído poucos elementos defensivos e as obras estarem incompletas, ou porque haviam ficado

deterioradas com as condições meteorológicas de invernos consecutivos, ou ainda porque algumas haviam sido destruídas pelo inimigo.

Constatámos que, no início do conflito, tivemos mais tempo para agir, pois as tropas castelhanas estavam enfraquecidas e o governo de D. João IV tinha uma ação diplomática que lhe permitia alguma facilidade em termos de auxílio militar e de engenharia militar para sustentar a guerra, através da vinha de engenheiros militares franceses e holandeses. Mas na década seguinte o panorama piorou: os interesses políticos, económicos e militares de França e Holanda verificaram-se cada vez mais uma imposição para o reino português, o arrastar do conflito trouxe o aumento dos impostos, Cosmander, um dos engenheiros militares mais influentes no decurso das campanhas de obra das fortificações do Alentejo, aliara-se ao inimigo no final da década seguinte (após ter sido inicialmente capturado), soldados descontentes revoltavam-se e atravessavam a fronteira, a fim de se aliarem à causa inimiga, e as tropas castelhanas, por seu turno, passaram a empreender ataques mais diretos às praças alentejanas. Na década de 1650 os ataques vindos de Castela tornaram-se mais sistemáticos. Em fevereiro de 1650, o inimigo tentou conquistar Campo Maior; em outubro de 1650, atacou os arredores de Portalegre e Castelo de Vide; em maio de 1657, conseguiu a conquista de Olivença (uma das praças mais importantes para a defesa coordenada da fronteira alentejana); no verão de 1657, conquistou Mourão; em junho de 1658 e junho de 1659, Elvas; em outubro de 1658 tentou fortemente Juromenha, e em maio de 1659, atacou Estremoz.

Apesar de o exército português ter conseguido reaver a posse da praça de Mourão em outubro de 1657, Olivença permaneceu em mãos castelhanas até ao finalizar do conflito, sendo devolvida apenas nos termos do tratado de pazes de 1668. Com a posse desta praça estratégica, o exército castelhano não teve problemas em tomar conta da guerra até ao final do conflito. Embora escasseasse o dinheiro para apoio aos soldados, as suas técnicas militares tornaram-se muito ofensivas e diretas, com o objetivo de terminar o conflito e pôr termo à dinastia de Bragança, sob o governo de D. Afonso VI e da rainha regente, D. Luísa de Gusmão.

A estratégia do exército castelhano foi evidente: conquistar para si pontos estratégicos ao longo da fronteira alentejana, embora o cerne do seu interesse se situasse no centro, necessitava de ter pontos de apoio para enfraquecer o centro alentejano e chegar a Lisboa. Na década de 1660, tomaram para si a posse das praças de Arronches, em junho de 1661; Monforte e Juromenha, em junho de 1662 (esta última apenas retornando para poder português com os termos de paz de 1668); Ouguela, no mesmo

ano; e Évora, em maio de 1663. Portanto no início da década de 60 os castelhanos detinham a posse de Olivença, praça estratégica próxima da fronteira com a Extremadura e localizada no centro do Alentejo; Juromenha, praça que se seguia imediatamente a Olivença no sentido sul para norte; Arronches, Ouguela e Monforte (mas esta última apenas até julho de 1662, altura em que o exército português a reconquistou), no Alto Alentejo entre Campo Maior e Portalegre; e no Alentejo interior tomara posse de Évora. A partir desta última seria fácil a incursão até Lisboa, cujo caminho já não era dotado de defesas abaluartadas.

No entanto, dando a guerra praticamente como ganha, embora esperando retaliação por parte do exército português, escasseando também os seus mantimentos e número de soldados, o exército castelhano reteve a sua presença em Évora durante praticamente um mês, período em que se dedicou a reforçar a defesa do Forte de Santo António, não avançando para Lisboa. Foi este o período crucial que permitiu ao exército português virar o conflito a seu favor após a recuperação da praça de Évora, em junho de 1663. A partir daqui os anos que se seguiram significariam apenas o arrastar do conflito e a tentativa de acordo de ambas as partes, sendo que se atravessava um período conturbado no governo de D. Afonso VI, como verificámos.

Foi igualmente um período (década de 1660) em que se investiu na conclusão das obras das fortificações, enquanto Portugal possuía alguma vantagem sobre o exército castelhano. Apostou-se nos trabalhos de Luís Serrão Pimentel e dos seus discípulos para se avançar o máximo possível nas obras. No entanto, o perfil das defesas não foi substancialmente alterado. Por escassear o dinheiro num reino desgastado pela guerra, procedeu-se a obras que, apesar de serem supervisionadas por portugueses, não vieram alterar muito o perfil arquitetónico do anteriormente projetado e substancialmente elaborado por Langres que se aliara ao inimigo em 1661, além de que terminado o conflito, não foi possível concluir-se todas as obras.

No entanto, todo o modelo defensivo delineado na fronteira alentejana e na Extremadura é digno de ser enaltecido em termos da memória histórica que acarreta, bem como pela complexidade da sua arquitetura. Num período conturbado da história em que tanto portugueses como castelhanos pretenderam delinear uma defesa eficaz, da forma que foi possível segundo as circunstâncias políticas, internas, militares e financeiras de cada um dos reinos, e tendo aliados diplomáticos divergentes, a verdade é que nos dias de hoje podemos conferir que dessa ação resultou um património militar digno de ser conhecido e valorizado como um todo.

A crescente preocupação de algumas associações e entidades relativamente ao património militar tem contribuído consideravelmente para a sua preservação, mas não de forma igualitária em todos os locais presentes no nosso estudo. Os modelos abaluartados são, ainda muitas vezes, pouco considerados e a maioria das populações desconhece o facto de possuírem fases defensivas distintas, não tendo noção da temporalidade das construções. Ressaltar a importância dos conjuntos abaluartados das localidades citadas remete já por si para a sua própria valorização.

O modelo abaluartado do Alentejo e a sua potencialidade de valorização patrimonial nas localidades a que está associado perspectivam a existência de projetos de desenvolvimento cultural. A sua existência, o valor do território em que se insere e a perspectiva da sua valorização integrada iriam permitir a atração de visitantes com diferentes objetivos, assumindo-se primordialmente um papel educativo e pedagógico fundamental para cada uma das localidades. Além disso, sublinhamos também a capacidade de dinamização e incentivo para a atração de turistas que poderiam usufruir do espaço construído e do meio natural envolvente das fortificações, sendo importante a revitalização das áreas envolventes, combinando património cultural e património natural.

A nossa investigação visou a recolha e o tratamento de informação sobre os vestígios dos modelos abaluartados ao longo da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura, tendo em conta o estudo dos mesmos sob ponto de vista da sua evolução, contexto histórico, construção e estado de conservação em que se encontram.

Os objetivos propostos foram cumpridos, sendo que, além da contextualização do surgir da arquitetura abaluartada a nível europeu percebemos a sua integração em Portugal muito se devendo ao trabalho dos mestres jesuítas a nível do ensino, posto em prática no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668). Efetuámos também a contextualização histórica e diplomática do período do conflito e relacionámos com as adaptações de fortificação em cada uma das praças citadas, tendo ainda elaborado gráficos com a indicação dos períodos das campanhas de obras em cada uma das praças, concluindo com um gráfico global, fruto de intensa análise arquivística ao longo da nossa investigação.

Também o processo de revisão da legislação portuguesa e internacional e das Cartas internacionais relacionadas com o património, bem como a orientação dada pelas metodologias dos diversos organismos mencionados ao longo do processo de valorização, foram imprescindíveis para a base da nossa proposta de valorização e salvaguarda.

Ressaltamos sobretudo a influência da UNESCO e do seu principal consultor, o ICOMOS, no que respeita à valorização das fortificações abaluartadas a nível mundial, bem como os elementos emanados do projeto CADIVAFOR e ICOFORT, demonstrando que o património militar tem sido dotado de crescente importância na realidade atual.

Esta tese pretende manter-se como um elemento dinâmico de investigação, como ponto de partida para novos estudos, pois consideramos imprescindível que o património militar seja alvo de ações de salvaguarda e valorização, por ser um testemunho que marca a identidade dos locais onde se insere e que pode contribuir para a sua dinamização e investimento.

Nesta perspetiva, a realização da proposta de Itinerários integrados e o auxílio da MFDDiscovery App (Military Fortifications Discovery App) constituem uma hipótese estratégica de dinamização das próprias cidades/localidades e da valorização do seu modelo abaluartado, permitindo a sua valorização. A nossa proposta visa, na sua essência, servir de alavanca para o estudo e fruição do património militar, partindo de itinerários integrados que permitam valorizar as fortificações num conjunto, tendo em conta as particularidades de cada local específico e a sua história.

Gostaríamos ainda de sublinhar que a produção científica desenvolvida durante a investigação da presente tese de doutoramento, apoiada por uma Bolsa de Doutoramento HERITAS – Estudos de Património, contribuiu muito positivamente para a elaboração e contextualização da mesma, uma vez que os temas estão interligados. Foram tratadas nessa produção questões relacionadas com a influência dos engenheiros militares estrangeiros em Portugal no período da Guerra da Restauração, nomeadamente no Alentejo, destacando-se o papel das suas praças fortificadas, nomeadamente os artigos por nós elaborados “The Portuguese Restoration War (1640-1668) and the Mutable Faces of the Castillian Enemy” [2019]; “La fortificación de Évora durante la Guerra de Restauración portuguesa: discusiones y desacuerdos” [2019]; “La frontera del Alentejo durante la Guerra de Restauración (1640-1668) [2017]”, “Saint-Colombe y Luís Serrão Pimentel: Debates y Confrontaciones” [2017], e as comunicações “La Guerra de Restauración y sus repercusiones en el Alentejo: los ataques y la defensa de las plazas” [in Congreso Internacional *La Violencia en la Historia*, Facultad de Geografía e Historia – Universidad de Salamanca, 9-11 outubro 2019]; “Fortaleza de Juromenha [in *Noite Europeia dos Investigadores – Cafés com Ciência*, Évora – Praça do Giraldo, 27 setembro 2019]; “The defensive models of the Alentejo’s border and the Portuguese Restoration War (1640-1668)” [in *Encontro HERITAS – Estudos de Património*, Colégio do Espírito

Santo, Universidade de Évora, 12 julho 2019]; “As fortificações de Évora no período moderno” [in *III Jornadas – História, Arqueologia e Património Cultural – Reflexões Históricas Sobre Évora: uma abordagem multidisciplinar*, Colégio do Espírito Santo, Universidade de Évora, 29 abril 2019]; “As fortificações do Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668): reconstrução das suas defesas e ação bélica” [in *III Encontro Internacional de História e Humanidades, Diálogos Transfronteiriços*, Colégio do Espírito Santo, Universidade de Évora, 1-2 abril 2019]; “A fortificação de Juromenha: das etapas de construção ao seu estado atual” [in *Estudos de Caso do Colóquio As Diferentes Faces do Património Cultural*, Palácio do Vimioso – Universidade de Évora, 1 outubro 2018]; “Os Modelos Defensivos da Fronteira Alentejana: as Fortificações Abaluartadas (1640-1668)” [apresentação/exposição de Poster em *Apresentação Posters HERITAS – Estudos de Património*, Colégio do Espírito Santo, Universidade de Évora, 4-6 julho 2018].

Neste âmbito, destaca-se a necessidade imperativa da valorização e conservação dos modelos fortificados apostando-se na sua recuperação integrada.

De igual modo, a nosso ver, deveriam existir, cada vez mais nas universidades portuguesas espaços curriculares transversais que não colocassem a investigação e o conhecimento em campos estanques, permitindo o diálogo entre as diversas áreas do saber. De facto, o entendimento da engenharia e arquitetura militares compreende, ao lado de toda uma tratadística baseada nas ciências exatas e na sua evolução, uma contextualização que só a abordagem histórica permite. Nesse campo, o nosso contributo consubstanciou-se em alguns artigos que elaborámos tendo em conta os conceitos de arquitetura abaluartada defendidos no período estudado e os tratados desenvolvidos, salientando as questões da geometria e matemática, como “Le génie militaire et l’évolution du système de fortification: théorie et pratique dans le contexte de la guerre de Restauration du Portugal (1640-1668)” [2021]; “Le modele de construction italien dans le sud du Portugal et ses territoires d’outre-mer (1513-1621)” [2020]; “A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação das fortificações abaluartadas em Portugal e nos territórios ultramarinos: a importância dos *Regimentos* e *Aulas* de Fortificação” [2017]; “O modelo italianizante no Sul de Portugal (século XVI): o caso do castelo de Vila Viçosa” [2017] e “D. Pedro II e o Impulsionar das Fortificações em Portugal, Angola e Brasil: Regimentos e Aulas de Fortificação” [2016] e nas comunicações “The evolution of the fortification system in Portugal and overseas: Theory and Practice (16th-17th centuries) [in *Congresso Internacional The Military Revolution in Portugal and its*

Empire (15th-18th centuries), Colégio do Espírito Santo, Universidade de Évora, 29-30 maio 2018]; “Las fortificaciones del Alentejo durante la Guerra de Restauración (1640-1668): reconstrucción de sus defensas y acción bélica” [*in Coloquio de Jóvenes Investigadores em Historia y Arqueologia Militar: “Limites y Fronteras”*, Madrid, Facultad de Geografía y Historia – Universidad Complutense de Madrid, 16-17 abril 2018]; “Military Engineers and the evolution of the fortification system – Theory and Practice in the context of the Portuguese Restoration War (1640-1668)” [*in Colloque Produire du nouveau?: Arts – Techniques – Sciences in Europe (1400-1900)*, Genève, Palais de l’Athénée, 23-25 novembro 2017] e “The Italian model of construction in the South of Portugal (16th century): The case of the Castle of Vila Viçosa” [*in Colloque Les Italiens em Europe: perceptions, représentations, échanges littéraires et culturels (XIV-XVIIe siècle)*, Grenoble, MSH Alpes – Domaine Universitaire Saint Martin d’Heres, 8-10 novembro 2017].

Desta forma, consideramos que a produção científica desenvolvida até ao momento se integra no principal objetivo do Programa Doutoral HERITAS – Estudos de Património, pois esta tem por nós sido elaborada, interligando-se sempre com as dimensões teórico-crítica, científica e técnica. O diálogo e a troca de impressões entre os variados especialistas na matéria presentes nos congressos foram de grande valor para o desenvolvimento da investigação. Igualmente o é a pesquisa efetuada para a elaboração das referidas comunicações e artigos, pois tem permitido adquirir maior conhecimento científico dos temas tratados, sendo que a procura sistemática de fontes primárias, como é o caso dos documentos originais da época, escritos (efetuando-se a sua análise e transcrição) ou cartográficos, tem sido desde o início a grande prioridade. A estes, junta-se uma extensa análise bibliográfica, cada vez mais apurada e com base nas propostas das avaliações dos *referee*.

Neste sentido, pretendemos prosseguir investigações no domínio da história e património militares, complementando-a através de contributos a nível académico, cultural e patrimonial. É essa também uma das diretrizes da presente tese, constituir-se como elemento de uma investigação em aberto, num campo de pesquisa por excelência.

REFERÊNCIAS

1 – Fontes

1.1 – Fontes arquivísticas

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

Livro 8.º dos Originais da Câmara

Carta do Rei (assinada pelo Conde de Castelo Melhor) sobre a brevidade da obra na fortificação de Évora. 21 de julho de 1663, f. 234.

Carta do Rei (assinada pelo Conde de Castelo Melhor) sobre a fortificação de Évora. 24 de julho de 1663, f. 226.

Livros 12, 14 e 14 do Registo da Décima

Livro das décimas, Liv. 12, Cx. 37; Liv. 13, Cx. 37, Liv. 14, Cx. 37.

Archivo General de Simancas (AGS)

Estado

Diferentes procesos que se presentaron tocantes a asegurar portugueses que el Rey D. Sebastian no murió en la batalla de África y otras cosas.

AGS, EST/LEG/438-7, ff.1-40.

Alegación jurídica en el pleito sobre la sucesión de la Corona de Portugal. 1580.

AGS, ES.47161.AGS/4.2.130//PTR,LEG,51,DOC.8,1, ff. 3-126.

Carta sobre a devoção de um soldado castelhano e soldados portugueses, nas causas de D. João IV. 7 de fevereiro de 1641. AGS, EST/LEG/2614, f. não numerado.

Tratado de pazes entre o senhor rei D. Afonso VI e Carlos II rei Católico de Espanha concluído no Convento de Santo Elói da cidade de Lisboa, sendo mediador Carlos II rei da Grã-Bretanha, 13 de fevereiro de 1668.

AGS, ES.47161.AGS/4.2.129//PTR,LEG,50,DOC.114.

Cláusulas do Contrato de paz de 1668. 15 de dezembro de 1668. AGS, EST/LEG/2615.

Carta do Conde de Miranda, embaixador de Portugal em Castela, sobre o Tratado de Paz com Portugal. 28 de janeiro de 1669.

AGS, EST/LEG/2615, ff. soltos.

Carta régia para o Barão de Patente, sobre a restituição de bens aos Portugueses. 27 de junho de 1669.

AGS, EST/LEG/2615, f. solto.

Carta do conde de Señaranda, Marques de Castel Rodrigo e Marques de la Fuente para Sua Magestade sobre a restituição de bens aos portugueses. 16 de março de 1669

AGS, EST/LEG/2615, f. solto.

Carta para o Conde de Miranda, por Consulta de 16 de Março 1669.

AGS, EST/LEG/2615, f. solto.

Conselho de Guerra sobre a restituição de bens aos portugueses. 16 de março de 1669; 7 de setembro de 1669. AGS, EST/LEG/2615, EST/LEG/2616, ff. soltos.

Carta ao Rei de Inglaterra sobre o atraso da restituição de bens por parte do reino de Portugal. 22 de outubro de 1669.

AGS, EST/LEG/2616, ff. soltos.

Carta al Conde de Penaranda por acuerdo del Conselho de 26 de Novembre de 1669.

AGS, EST/LEG/2616, ff. soltos.

Carta ao Rei de Inglaterra sobre o atraso da restituição de bens por parte do reino de Portugal. 1669.

AGS, EST/LEG/2616, ff. soltos.

Carta do Barão de Vatevide e parecer do Conselho de Estado de Castela sobre transferência de D. Afonso VI para a Ilha Terceira, nos Açores. 27 de maio de 1669.

AGS, EST/LEG. 2615, f. solto.

Deposição de D. Afonso VI. 2 de junho de 1669; 15 de julho de 1669.

AGS, EST/LEG. 2615, EST/LEG/2616, ff. soltos.

Carta de Crispim de Botelho para o Senhor Don Diego de la Torre, sobre os direitos aduaneiros de Ceuta. 21 de fevereiro de 1670.

AGS, EST/LEG2617, ff. soltos.

El Consejo de Estado sobre la Consulta inclusa del de Guerra tocante à las prevençiones que el Governador de ciudad Rodrigo avisa hacen Portugueses en la Frontera. Madrid, 13 mayo 1670.

AGS, Estado, Leg. 2617.

Conselho de Guerra de Castela sobre a transferência de D. Afonso VI para Sintra. 17 e 24 de setembro de 1674, 10 e 18 de outubro de 1674.

AGS, EST/LEG/2615, ff. soltos.

Patronato Real

Parecer de los teologos, mandado hacer por Felipe II, sobre su derecho a la Corona de Portugal. 1580.

AGS, Patronato Real, PTR,LEG,51,DOC.2.

Guerra y Marina

Carta del Conde de Marchin. Badajoz, 30 de agosto de 1664.

AGS, Guerra y Marina, Leg. 2055.

Traza de la Fortificacion de Alcantara. Yncluso en carta de el Conde de Caracena de 3 de octubre de 1669. AGS, Guerra y Marina, Leg. 2055.

Negociado de Guerra

Carta del Conde de Monterrey solicitando un ingeniero para la plaza de Badajoz com urgência para hacer reparos. maio de 1641.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1403.

*Carta del Marqués de Torralto para Sua Majestad, expressando los reparos que requiere la plaza de Badajoz,*1641.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1406, Colección Aparici, XXVI, p. 42.

Carta de la Junta de Guerra de España sobre la fortificación del Castillo de Badajoz. 22 de setembro de 1643.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1472, Colección Aparici, XXVI, p. 47.

Carta del Conde de Santiesteban a Sua Majestad sobre el Castillo de Badajoz. 1643.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1906, Colección Aparici, XXVI, p. 52.

Consulta de la Junta de Guerra de España sobre lo que expresó el Conde de Santiesteban de la fortificación de Badajoz y su Castillo. 1643.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1523, Colección Aparici, XXVI, pp. 54-56.

Carta del Conde de Santiesteban sobre la retirada de los portugueses de Tena y estado de Badajoz. 26 de setembro de 1643.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1472, Colección Aparici, XXVI, p. 49.

Carta del Marqués de Leganés al Secretario Don Fernando Ruiz de Contreras, proponiendo que fuesen a dirigir la fortificación de Badajoz. 10 de fevereiro de 1645.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1599, Colección Aparici, XXVI, p. 63.

Carta del Marqués de Torrescusa a Su Majestad, sobre la muerte del maestro de campo Don Francisco Agüero. 1645.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1599, Colección Aparici, XXVI, p. 62.

Consulta de la Junta de Guerra de España por el Teniente de Maestro de Campo General D. Rafael de Médicis. março, 1646.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1619, Colección Aparici, XXXVII, p. 21.

Consulta de la Junta de Guerra de España a Su Majestad para que se envíen 30.000 escudos al ejército de Extremadura para fortificar plazas. janeiro de 1658.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 1911, Colección Aparici, XXVI, p. 270.

Consulta del Consejo de Guerra sobre las fortificaciones de la frontera de Extremadura. março de 1675.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 2616.

Informe de D. Luis de Venegas Osorio sobre el estado de las fortificaciones de la frontera de Extremadura, 7 de julho de 1677.

AGS, Negociado de Guerra, Leg. 2402.

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Requerimento do jesuíta Joannes Pateh Cosmander pedindo que o vedor da Artilharia faça reparações nas fortificações ou que as mesmas possam ser feitas pelo requerente, c. 1642.

AHM, PT/AHM/DIV/1/02/2/08.

Carta de D. João IV ao conde de Alegrete sobre a fortificação da cidade de Beja, 10 de setembro de 1644.

AHM, PT/AHM/DIV/4/1/19/01

Provisão sobre “Regimento das fronteiras”. Lisboa, 29 agosto 1645.

AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/73.

Carta régia com lançamento de impostos para fazer face às despesas de guerra e fortificações de praças, 22 de setembro de 1645.

AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/49.

Alvará de D. João IV passado ao capitão Manuel da Câmara de Sá, para fazer uma leva de 1000 soldados nas ilhas dos Açores para o exército do Alentejo, 30 de janeiro de 1649.

AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/6.

Carta de D. Afonso VI a Diogo de Brito de Lacerda, agradecendo-lhe os serviços prestados na defesa da cidade de Évora, 2 de abril de 1664.

AHM, PT/AHM/DIV/1/02/1/4.

Archivo Historico Nacional (AHN)

Real orden por la que se insta al Consejo de Guerra a acelerar los preparativos necesarios para garantizar el suministro de provisiones y pagas destinadas al ejército que há de salir em campaña del año de 1664. 11 de março de 1664.

AHN, ES.28079.AHN/Diversos-Colecciones, 197, N.º 7.

Copia del tratado de alianza ofensiva y defensiva ajustado en Lisboa entre Francia y Portugal contra España. 31 de março de 1667

AHN, ES.28079.AHN//ESTADO, 2797, Exp.30.

Artículos secretos del Tratado de Paz entre las coronas de España e Inglaterra concluído en Madrid el 17 de diciembre de 1665.

AHN, Estado, Lg. 2797, Exp. 21.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Chancelaria

Alvará de D. João IV para isenção dos direitos dos mantimentos que entrarem em Olivença, durante a Guerra. 3 de agosto de 1649.

ANTT, Chancelaria de D. João IV, Liv. XXI, f. 189.

Alvará das providências sobre condução de mantimentos para Marvão. 8 de junho de 1650. ANTT, Chancelaria de D. João IV, Liv. XX, f. 284

Conselho de Guerra

Decreto do Conselho de Guerra chamando ao Conselho de Guerra o provedor dos Armazéns e o Dr. Antonio das Povoas, cobrador das Armas de Castela, e ordenando-lhes que relacionassem a artilharia, armas, pólvora e munições, e o Conselho se pronunciasse sobre o modo de as repartir, supondo que o Conde de Vimioso, capitão-geral, ia defender as fronteiras do Alentejo, onde havia cerca de duas mil armas. 12 de dezembro de 1640. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 1, doc. 2.

Decreto do Conselho de Guerra sobre ordenar aos fronteiros que fação publicar todos os soldados se recolhão a seus postos, e se lhe perdoa a culpa. 15 de março de 1642. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 2, doc. 37.

Decreto que o Engenheiro Lasardt passe a Alentejo a ver as fortificações começadas e mandar-lhe fazer de novo as necessárias. 27 de março de 1642.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 2, doc. 42.

Decreto do Conselho de Guerra de D. João IV sobre a fortificação das praças de Evora e Estremoz. 14 de novembro de 1642.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 2, doc. 123.

Consulta do Conselho de Guerra sobre informações que Charles Lassart deu da fortificação de Olivença, 1642.

ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 2, doc. 153.

Decreto do Conselho de Guerra mandando passar, imediatamente, a ordem necessária para que o engenheiro Lasart fosse a Elvas e ficasse à ordem do mestre de campo geral, 13 de julho de 1643.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 3, doc. 129.

Decreto do Conselho de Guerra sobre a vinda de um castelhano Bras Botelho para o Alentejo, podendo aproveitar-se este como estratégia de defesa. 13 de outubro de 1643.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 3, doc. 163.

Decreto do Conselho de Guerra determinando que pelo Conselho de Guerra fosse ordenado, em nome de El-Rei, aos franceses Belfigo e Aponul para partirem para o Alentejo e prestarem serviço na praça de Elvas durante o Verão. 19 de julho de 1646.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 6, doc. 171.

Consulta sobre as praças fortes castelhanas, 1646.

ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 6, doc. 226.

Decreto do Conselho de Guerra remetendo ao Conselho de Guerra cópia de uma advertência feita a El-Rei sobre as necessidades que tinha a praça de Campo Maior para a sua fortificação, bem como de munições para a sua defesa. 14 de maio de 1647.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 7, doc. 40.

Consulta do Conselho de Guerra sobre se retirarem excedentes das praças de Olivença, Elvas, Campo Maior e Estremoz, para ceder a outras praças do Alentejo que os necessitem. 13 de janeiro de 1648.

ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 8, doc. 42.

Carta do Conde de São Lourenço sobre Gilot, datada de 19 de Fevereiro de 1648, inclusa em Consulta do Conselho de Guerra sobre as fortificações e artilharia das praças fortes do Alentejo.

ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 8, doc. 42.

Decreto do Conselho de Guerra sobre se acudir com o dinheiro consignado para as fortificações de Alentejo principalmente Olivença, e Campo Mayor. Lisboa, 4 março 1648.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 8, doc. 55.

Decreto sobre a lembrança das cartas que se hande fazer para melhor ajustamento dos efeitos aplicados as fortificações de Alentejo, março de 1648.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 8, doc. 55.

Consulta do Conselho de Guerra sobre as questões pontuais da fortificação de Olivença. 1649.

ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 9A, doc. 175.

Veja-se no conselho de guerra, a Consulta inclusa do Dezembargo do Paço, sobre os privilegios que pretendem os moradores da villa de Olivença, pelo que tocca aas fortificações. E consultese logo o que parecer. 4 de fevereiro de 1649.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 9, doc. 6.

Decreto do Conselho de Guerra sobre concederem-se privilégios aos moradores de Olivença. 15 de julho de 1649.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 9, doc. 45.

Carta de André de Albuquerque para o monarca D. João IV, sobre o rendimento das terças das comarcas que se aponta para as fortificações do Alentejo. Elvas, 15 janeiro 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 10, doc. 23.

Decreto do Conselho de Guerra sobre a entrega do rendimento das terças das comarcas de Elvas, Évora, Beja, Portalegre, e Campo de Ourique par as fortificações da província do Alentejo. 26 de janeiro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 23.

Decreto do Conselho de Guerra sobre a probabilidade de ameaças por parte do inimigo às praças de Olivença e Campo Maior. 28 de janeiro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 27.

Decreto do Conselho de Guerra “por carta do General da Artelharia para offiçiaes da Camara de Elvas, de 25 de janeiro 1650”. 29 de janeiro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 49.

Decreto do Conselho de Guerra sobre a falta de oficiais na guarnição da praça de Évora. 3 de fevereiro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 35.

Decreto do Conselho de Guerra, sobre o que André de Albuquerque escreve acerca da ruína que fez a fortificação de Olivença. 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 41.

Decreto do Conselho de Guerra sobre o que se deve ordenar em ordem a melhor arrecadação dos dous réis que os moradores de Elvas impuseram na carne, e vinho para as fortificações. 16 fevereiro 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 10, doc. 49.

Consulta do Conselho de Guerra, sobre os avisos que faz Andre de Albuquerque das prevenções do inimigo, e outros particulares. 23 de fevereiro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Mç. 10, doc. 58.

Decreto do Conselho de Guerra sobre uma carta do Governador das Armas da Província do Alentejo, sobre a necessidade de se remeter dinheiro para as obras de fortificação das praças do Alentejo. 25 de fevereiro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 67.

Decreto do Conselho de Guerra sobre uma carta do Governador das Armas da Província do Alentejo, André de Albuquerque, a relatar possíveis ataques do inimigo a Campo Maior e localidades que lhe estão próximas. 1 de março de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 67.

Decreto do Conselho de Guerra sobre o que o Conde de São Lourenço escreve acerca das noticias que alcançou das prevenções do inimigo, e outros particulares. 29 de março de 1650. ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 96.

Decreto do Conselho de Guerra sobre o que escreve o Conde de São Lourenço em razão de ficar o mestre de campo João Lopez Barbalho continuando no governo de Olivença, e occupar no de Elvas a Antonio de Souza de Menezes. 31 de março de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10, doc. 101.

Decreto do Conselho de Guerra sobre o que Antonio Alvares da Cunha, governador da comarca de Évora, escreveo acerca da repugnância que achou nos moradores daquela cidade em ordem ao obrigarem a ter cavallos. 8 de abril de 1650.

ANTT, Conselho de -Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 123.

Decreto do Conselho de Guerra sobre o que escreveo o Governador de Olivença em ordem a se enviar dinheiro para as fortificações daquela praça. 5 de maio de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 131.

Carta do Governador da comarca de Évora Dom António Álvares da Cunha, para o Conselho de Guerra ter em conta o medo que existe nos lavradores de que o inimigo possa assolar os seus campos. 18 de julho de 1650/2 de agosto de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 137.

Decreto do Conselho de Guerra sobre o que escreve o Mestre de Campo General do Exercito de Alentejo em razão do successo que se teve com o inimigo pella parte de Castello de Vide, 16 de novembro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 192.

Decreto do Conselho de Guerra sobre o Engenheiro Mateus Vanquerbergen. 6 de dezembro de 1650.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 10A, doc. 219.

Decreto do Conselho de Guerra Mandando ver no Conselho de Guerra a cópia do terceiro capítulo apresentado nas Cortes pela vila de Vila Viçosa, que pedia para se enviarem quatro companhias dos terços para aquela vila, enquanto se não acabasse a sua fortificação. 10 de fevereiro de 1654.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 22.

Decreto sobre o que aponta a villa de Serpa para efeito de se conservar a aldeã nova daquele termo, e se mandar fortificar fazendo-se nella alojamento para 100 cavallos. E sobre se guardar a ordem que esta dada para se não fazerem na villa do Serro do Reino de Castella entradas nem furtos. 13 de março de 1654.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 24.

Decreto sobre a pretensão que tem a villa de Moura de que hasa ali hum terço de infantaria, e três companhias de cavallos, e alojamentos separados para os soldados. 18 de março de 1654.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 35.

Vejase no Conselho de Guerra a copia dos Capitulos primeiro que nestas cortes me ofereceu a villa de Campomaior, e será em companhia deste decreto, com as respostas que lhes mandey dar. E na conformidade dellas se passem as ordens, e despachos necessários. Alcantara. 14 de abril de 1654.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 47, Cx. 313.

Decreto sobre a fortificação da villa de Olivença para a qual pedem os moradores della 20 mil cruzados para se acabar de todo a camiza de pedra que se lhe vaj fazendo. 14 de abril de 1654.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 14, doc. 48.

Decreto do Conselho de Guerra determinando ao Conselho de Guerra que escrevesse ao Conde de S. Lourenço, governador das armas do Alentejo, para mandar consertar com

todo o cuidado as peças de artilharia existentes no castelo de Vila Viçosa, de forma a poderem servir logo que fossem necessárias, em virtude de ter chegado ao conhecimento de Sua Majestade que não estavam em condições de servir. 5 de maio de 1657.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 16, doc. 37.

Decreto Porque Sua Magestade nomea ao Conde de Atouguia e o de Chumberg por conselheiros de guerra. 24 de janeiro de 1661.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 2.

Decreto sobre a avaliação que se fez dos discípulos da Aula de Fortificação, Francisco João da Silva e Jerónimo Velho. 18 de fevereiro de 1661.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 318.

Decreto do Conselho de Guerra sobre mandarem Pedro de Santa Coloma e outros Engenheiros para Alentejo. 26 de outubro de 1661.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 45.

O Conselho de Guerra vendo esta Capitulação que per ordem minha foi o Conde da Ponte o faça dar a execução o que nelle se contem para que este seguimento possa passa logo e lhe dis o que esta ordenado. 9 de dezembro 1661.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 20, doc. 48.

Decreto do Conselho de Guerra de D. Afonso VI Determinando dada a importância das praças de Estremoz e de Portalegre, as quais estavam sujeitas a grande risco da parte do inimigo, e dada a pouca confiança na gente da ordenança de que as mesmas se achavam providas, que fosse nomeado um mestre de campo para cada uma delas, devendo o de Estremoz levantar ali de novo um terço. 10 de agosto de 1662.

ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 21, Doc. 42.

Decreto do Conselho de Guerra determinando que o Conselho passasse os despachos e ordens necessários para o mestre de campo Lourenço de Sousa de Menezes ir à província do Alentejo reconduzir os soldados fugidos e ausentes do seu terço. 15 de março de 1663.

ANTT, Conselho de Guerra, Mç. 22, doc. 28.

Decreto do Conselho de Guerra ordenando que se fizesse conduzir com toda a segurança à presença do Marquês de Marialva, capitão general da província do Alentejo, o mestre de campo general Gaspar Martines, prisioneiro no castelo de S. Jorge, a fim de ser ajustada a sua troca com o engenheiro Santa Coloma e, no caso de esta não se acabar de ajustar, deveria o referido Garpar Martines regressar à Corte com a mesma segurança. maio de 1664.

ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 23, doc. 12.

Manuscritos da Livraria

Carta sobre a fortificação que os cónegos da Sé de Évora querem fazer na Ribeira de Guadiana. Elvas, 2 de junho de 1646.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 13v-14v

Carta de Joane Mendes de Vasconcelos, sobre a entrada que a nossa Cavalaria fez em Castela. 8 de junho de 1646.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 20v-22v.

Carta sobre Francisco de Castilho, Castelhana de nação que se passou a este Reyno. 10 de junho de 1646.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 25-25v.

Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos Em que dá conta da Cavallaria que está juncta do Inimigo, e da que se mandou da nossa para as Fronteyras para recolhimento do pão. 15 de junho de 1646.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 32-34.

Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre cravinas e pistolas que chegaram a esta Praça. Elvas, 22 de junho de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 35v-36.

Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos em que se dá conta de hum sucesso que houve com o inimigo em Arronches. 21 de junho de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 38.

Sobre o Injehneiro de fogo Miguel de Temesman. 10 de julho de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 44-44v.

Carta de Joane Mendes de Vasconcelos em que se dá conta do estado em que se achão o Thenente General da Cavallaria e Governador dela. 1 de agosto de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 71-72.

Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre um ataque que se intentou juncto a Villa Viçosa contra os Castelhanos. 1 de agosto de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 72-73.

Carta do Governador Martim Afonso de Melo sobre alguns particulares que em Cortes pedirão os Procuradores da Villa de Moura. 4 de agosto de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 74v-76.

Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre enviar as Praças de Estremoz, Borba, Vila Viçosa, o General d'Artelharia para armar e exercitar gente que Sua Magestade manda vir àquelas Praças. 7 de agosto de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 79v-80.

Carta do Conde de Alegrete em que dá conta de como chegou a esta Praça, e das prevençoens que vay fazendo acerca do Exercito. 30 de agosto de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 89-89v.

Carta sobre Joam Soares Vivas, e outros que se passarão a Castella. 4 de setembro de 1646
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 97-98.

Carta sobre huma preza que tomou o Inimigo, e se lhe tornou a tomar. 4 de setembro de 1646
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 98-99.

Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV, em que diz que necessita a Praça de Campo Mayor de fortificação porque não tem mais do que huma Trincheyra que a defenda. 4 de setembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 163.

Carta do Conde de Alegrete sobre os avisos que há do Inimigo e Joam Soares Vivas, 6 de setembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 99v-102

Carta do Conde de Alegrete, sobre o rendimento do Forte de Telena. 26 de setembro 1646. ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 112-113v.

Carta do Conde de Alegrete em que se dá conta de como o Inimigo hé passado a Beira, e que se ajuntão em Conselho, vindo todos que se mandasse socorrer a parte de Castello de Vide. 20 de outubro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 113v-115v.

Carta a respeito de como o Exército foi alojar à Ponte de Olivença, e outros particulares. 21 de setembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 117v-120v.

Carta sobre a chegada do Exercito a Jerumenha, e elle se reforçar com mais gente a respeito da do Inimigo. 22 de setembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. f. 120v-122. *Carta do Conde de Alegrete para o monarca D. João IV, sobre a fortificação de Jerumenha e auzentar-se o Coronel Cosmader sem licença.*
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 122-123.
Carta do Conde de Alegrete sobre o recolhimento do Exercito, e Quartel que se lhe deo junto aos muros desta cidade de Elvas. 22 de outubro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 126v-127v.
Sobre vários avizos que vierão do Inimigo. 3 de novembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 137-139v.
Carta do Governador João Mendes de Vasconcelos sobre os Pilhantes do Inimigo que se tomaram em Moura, e cartas que se tomaram aos Estafêtes de Sevilla e Madrid. 23 de novembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 157-158v.
Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV, em que mostra o quanto necessita de fortificação a villa d'Ouguella. 2 de dezembro 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 163-163v.
Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para D. João IV sobre a fortificação de Jerumenha.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 166-168.
Carta de Joane Mendes de Vasconcelos para o monarca D. João IV, com as plantas d'Élvas, Olivença, Campo Mayor, Ouguella e Jurumenha. 5 de dezembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 170-171.
Carta de Joane Mendes de Vasconcelos sobre a Fortificação de Jerumenha e Olivença. 27 de dezembro de 1646.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 173-173v.
Carta de Joane Mendes de Vasconcelos Sobre o modo e estado em que se acham as Fortificaçoens destas Praças, e dinheyro que há cahido dos Reaes d'Agoa, e Terças de Vossa Magestade. Elvas, 6 de janeiro de 1647.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 180-183.
Carta de Joane Mendes de Vasconcelos a respeito da resolução que se tomou sobre a Fortificação de Jerumenha: que se dá toda a Ordem para se começar a trabalhar. 7 de janeiro de 1647.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 183-184.
Carta em que avisa do estado da Fortificação de Olivença e Trincheiras de Campo Mayor. 26 de janeiro de 1647.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 193-194.
Carta do Governador Joane Mendes de Vasconcelos Em que diz que o Terço de Castello de Vide garante as Praças de Montalvão, e Arronches, e para se tirarem 500 infantes hé necessaria infalivelmente outra guarnição. 30 de janeiro de 1647.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 194-194v.
Carta de Martim Afonso de Melo sobre trez Atalayas que convirá fazerem-se do caminho de Elvas para Estremôs. 29 de maio de 1647.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 207-207v.
Carta de Martim Afonso de Melo em que dá relação de hum choque que houve com o Inimigo junto a esta Praça. 5 de junho de 1647.
 ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 208v-210.

Carta sobre dom Jorge Manuel que se acha em Castella não poder entrar em Portugal pelas Fronteyras do Alentejo. 7 de junho de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 201v-211.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificações de Elvas, Olivença, Campo Mayor, e Jerumenha. Elvas, 12 de junho de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 214-215.

Carta de Martim Afonso de Melo em que dá conta de hum sucesso que houve com o inimigo em Castello de Vide. 2 de julho de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 229-230v.

Carta de Martim Afonso de Melo a D. João IV a informar que o capitão holandês, Gerardo Vaninguen quer “desmontar” os soldados estrangeiros que tem na sua companhia porque estes fogem para Castela dizendo que estão feitas pazes entre Holanda e Castela. 17 de julho de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 1018, doc. 225.

Carta em que dá noticia de que veyo para esta Fronteira de Elvas, fugido de Badajos hum moço castelhano chamado D. Luis Queixada. 17 de agosto de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 248v-149v.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre a prisão do Coronel Cosmander. 11 de setembro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 270-271.

Carta de Martim Afonso de Melo Sobre a Forteficaçam de Jerumenha, fazendo referênciã à fortificação de Elvas e Campo Maior. 11 de setembro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 273-274v.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificações de Elvas e Juromenha. 14 de setembro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 277v-278.

Carta sobre o troco do coronel Cosmander. 18 de setembro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 278-279v.

Carta em que continua a dar notícias respeitantes a Cosmander. 6 de outubro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 295v-296.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificações de Juromenha e Olivença. 6 de outubro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 296v-297v.

Sobre o troco do coronel Cosmander. 22 de outubro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 293v-294v.

Sobre a fortificação de Juromenha. 23 de outubro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 307v-308.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre as praças maiores que têm terços de infantaria deverem ter capitães-mores ou governadores. 9 de dezembro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 319-321.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre o bom sucesso que tivemos em Castelo de Vide, na volta do Xerez, em um encontro com o inimigo. 14 de dezembro de 1647.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 321-322.

Carta de Martim Afonso de Melo para D. João IV, sobre a necessidade que há de haver nestes reinos pessoas que saibam da fortificação a fim de escusarmos depender dos estrangeiros que com esta precisão se enriquecem. 11 março 1648.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 356v-357v.

Carta de Martim Afonso de Melo para D. João IV, sobre a fortificação de Juromenha. 22 de abril de 1648.
ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 387- 388v.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre a fortificação de Olivença e Juromenha. 9 de maio de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 396v-397v.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre se derrubarem os arcos da água da Moreira que ficarem a tiro de mosquete desta praça [de Elvas]. 21 de maio de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 398v-400.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre Gilot se resolver ficar este verão trabalhando nas fortificações das praças desta provincia que necessitarem. 27 de maio de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 416-416v.

Carta de Martim Afonso de Melo para o monarca D. João IV, sobre a notícia que dá a Sua Magestade do mau sucesso que teve o inimigo na entrada e assalto de Juromenha e da grande mortandade que neles fizeram os nossos e de como também morreu Cosmander. 19 de junho de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 435-437.

Carta de Martim Afonso de Melo Sobre a falta de gente no exército e sobre várias fortificações. 15 de julho de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 463v.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre a Praça de Olivença, na qual se faz referência a Juromenha. 29 de julho de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 548-549.

Carta sobre o engenheiro Nicolau de Langres. 19 de agosto de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 559-560.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre a fortificação da praça de Castelo de Vide. 4 de setembro de 1648.

ANTT, Manuscrito da Livraria, Liv. 610, f. 564v-566.

Carta de Martim Afonso de Melo em que dá parte de como se trabalha nas fortificações das praças de Elvas, Campo Maior e Olivença. E de como a de Olivença vai indo de mais vagar. 10 de setembro de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 569v-570.

Carta em que, diz, necessita dinheiro para se concluírem as fortificações das praças de Campo Maior e Olivença. E sobre outras noticias referentes ao inimigo. 19 de setembro de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, f. 574v.

Carta de Martim Afonso de Melo em que se torna a lembrar a Sua Magestade o quanto precisa de dinheiro para se continuarem e acabarem as fortificações de Olivença, Campo Maior e Juromenha. 25 de setembro de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 581-582.

Carta do Governador Martim Afonso de Melo Sobre um rebate que tiveram os nossos com os inimigos junto a Monsaraz. 4 de novembro de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 588-589.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre o engenheiro Nicolau de Langres e o mestre de campo António de Melo. 26 de dezembro de 1648.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 616-617v.

Carta de Martim Afonso de Melo sobre as fortificações de várias praças da provincia e de outras mais coisas. 19 de janeiro de 1649.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 630v-631.

Carta sobre a praça de Olivença. 26 de janeiro de 1649.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 638v-639v.

Carta de Martim Afonso de Melo Sobre o Forte de Santa Luzia. 8 de fevereiro de 1649.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 647v-648v.

Carta em que dá notícia de como vão fugindo os soldados das fronteiras, mais que nunca. 10 de fevereiro de 1649.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 653v-654v.

Carta sobre a fortificação de Olivença. 10 de fevereiro de 1649.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 610, ff. 654v-655.

Ratificação das capitulações do casamento do rei D. Afonso VI com a rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. 1666.

ANTT, Manuscritos da Livraria, Liv. 171 (2).

Memórias Paroquiais

Arronches, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 5, N.º 18, ff. 663-676.

Avis, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 5, N.º 63, ff. 925-936.

Barbacena, Elvas, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 6, N.º 26, ff. 157-172.

Beja, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 6, N.º 74., ff. 521-540.

Campo Maior, Elvas, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 8, N.º 80, ff. 551-582.

Castelo de Vide, Portalegre, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 10, N.º 222, ff. 1461-1480.

Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Nisa, Portalegre, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 25, N.º (N) 24, ff. 141-154.

Freguesia de S. Pedro, Elvas, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 13, N.º 14b (E), ff. 121-142.

Freguesia de Santa Maria, Marvão, Portalegre, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 22, N.º 74, ff. 471-498.

Freguesia de Santo Agostinho, Moura, comarca de Beja, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 25, N.º 234, ff. 1713-1740.

Juromenha, Avis, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 18, N.º (J) 48, ff. 311-322.

Monforte, Vila Viçosa, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 24, N.º 179, ff. 1175-1214.

Mourão, Elvas, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 25, N.º 237, ff. 1771-1782.

Ouguela, Elvas, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 26, N.º 47, ff. 371-374.

Reguengos, Monsaraz, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 31, N.º 56, ff. 315-320.

Serpa, Beja, 1758. ANTT, MPRQ, Vol. 34, n.º 137, ff. 987-1028.

Suplemento de Cortes

ANTT, Suplemento de Cortes, Mç. 3, f. 259.

Biblioteca da Ajuda (BA)

Relaçam da vitoria que alcançou em dous deste mes de Sete[m]bro, o general Martim Afonso de Melo, nos campos da cidade de Elvas, contra o inimigo castelhano, 1641.

BA, 55-III-12 (1).

Relaçam da insigne vitoria, que o Governador das armas Dom Sancho Manoel alcançou dos castelhanos em que foi morto, Dom Sancho de Monroy seu Governador das armas, 1648.

BA, 154-III-2 (31).

Relaçam da vitoria que sete tropas da nossa cavalaria, tiveram de treze tropas da cavalaria castelhana junto a Castel de Vide em quatro de Novembro de 1650.

BA, 154-III-2 (21).

Resposta Apologética do Tenente General Pedro de Santa Colomba em defensão da sua planta de Evora ao papel de Luiz Serrão Pimentel Lente de Mathematica (1661).

BA, 51-VI-1, ff. 93-96.

Consulta do Conde do Prado, aprovada pelo Conselho de Guerra, sobre as fortificações de Beja e Évora. 28 de junho de 1657.

BA, 51-VI-26 (132), f. 95v.

Carta da Rainha Regente, D. Luísa de Gusmão, sobre a fortificação da cidade de Évora. 31 de julho de 1657.

BA, 51-VI-26 (132), f. 32.

Carta sobre a assistência de Nicolau de Langres nas fortificações de Beja e Évora. 17 de agosto de 1657.

BA, 51-VI-26 (132), f. 29.

Carta sobre a emergência das fortificações no Alentejo. 14 de novembro de 1657.

BA, 51-VI-26 (132), f. 61.

Carta do Conde da Atouguia a informar aquilo que é necessário para a fortificação da cidade de Évora. 24 de setembro de 1659.

BA, 51-V-79, ff. 26v-27.

Carta do Conde da Atouguia (com carta de Nicolau de Langres) sobre a alteração da planta de Évora. 5 de novembro de 1659.

BA, 51-V-79, f. 35v.

Oitavas a Nossa Senhora da Conceição: em aplauso da victoria do Canal em 8 de Junho de 1663 sendo Governador das Armas da Província do Alemtejo, Dom Sancho Manoel, Conde de Villa-Flor, 1663.

BA-V-24 (12).

Relaçam da vitoria que o Governador de Olivença Rodrigo de Miranda Henriques teve dos castelhanos, & socorro com que lhe acodio o General Martin Afonso de Melo em 17 de setembro de 1641.

BA, 55-III-12 (2).

Mouram restaurado em 29 de Outubro de 1657.

BA, 55-II-27 (10).

Mercurio portuguez, com as novas do mez de Junho do anno de 1664: sitio e tomada da importante praça de Valença pelo exercito delRey N. S. D. Affonso VI de que he Capitão General o Marquez de Marialva e o mais que se obrou nas outras Provincias de Portugal, com outros sucessos particulares por mar, e terra, 1664.

BA, 55-II-31 (16).

Relaçam verdadeira da entrada, que o exercito castelhano fez nos campos, & olivae da cidade d'Elvas, & de como o General Martim Affonso de Mello o fez retirar, & os nossos saquearaõ a Villar del Rey, 1642.

BA, 55-III-12 (5).

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

Carta do Conde de Vila Flor a el rei, datada do Ameixial a 9 de Junho de 1663 noticiando-lhe sucintamente a vitória ganha no dia antecedente contra os castelhanos comandados por D. João de Austria.

BGUC, Papéis Vários, Ms. 52, f. 271.

Copia de exortação que D. João de Austria mandou fazer a seu Exercito estando para se dar Batalha com o Portuguez no Valle do Ameixial termo de Estremos a 8 de junho de 663, em que as armas Portuguezas ficaraõ com a Victoria sem embargo de exortação.

BGUC, Papéis Vários, Ms. 52, f. 282.

Copia da carta que o Duque de S. Germaõ havendo occupado a Cidade de Evora escreveo á Villa de Aviz em 29 de Maio de 1663.

BGUC, Papéis Vários, Ms. 52, f. 285.

Biblioteca Geral da Universidade de Évora (BGUE)

Certidão relativa aos serviços prestados por Álvaro Ferreira de Carvalho. 25 de outubro de 1642.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços prestados por Álvaro Ferreira de Carvalho. 9 de novembro de 1642.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços de Álvaro Ferreira de Carvalho, em Olivença. 2 de dezembro de 1642

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços prestados por Álvaro Ferreira de Carvalho. 23 de julho de 1643.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços prestados por Custódio de Barros. 10 de agosto de 1643.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços prestados por Álvaro Ferreira de Carvalho. 11 de setembro de 1644.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços prestados por Custódio de Barros. 28 de agosto de 1645.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidões aos serviços do Tenente Custódio de Barros. 4 de outubro de 1645.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão em como Álvaro Ferreira de Carvalho, Superintendente da Criação de Cavalos exerceu eficazmente a sua função até falecer. 5 de março de 1650.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços do Tenente Custódio de Barros. 15 de fevereiro de 1662.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão relativa aos serviços do Tenente Custódio de Barros. 11 de setembro de 1662.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Certidão dos serviços do Tenente Custódio de Barros. 1 de julho de 1663.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

Portaria para se dar mercê a Rui de Brito de Melo, filho do Capitão Luís de Macedo de Lacerda. 2 de maio de 1668.

BGUE, Reservados, Fundo Túlio Espanca [sem cota].

British Library (BL)

Parecer de Francisco de Meneses para D. Pedro II sobre as máximas pelas quais se devem guiar os engenheiros militares relativamente ao que se constrói nas fortificações para defesa das ações de sítio, tendo em conta o especial caso da fortificação de Moura. Lisboa, 14 novembro 1688.

BL, Add., Ms. 20958, ff. 64-68v.

Biblioteca Nacional de España (BNE)

A el Rey Nuestro Señor D. João IV. Relaçam do sucesso que teve aclamação del rey Dom João o IV na Universidade de Coimbra, & das festas com que a celebrou, 1641.

BNE, Miscelânea 40, R/25149 (1).

Alvará de D. João IV a proibir que as pessoas se ausentem do Reino, sem prévia licença sua por escrito. 8 de fevereiro de 1646.

BNE, R/22448(36).

Alvará de D. João IV sobre a Companhia de Ordenanças dever acudir a fronteira apenas em caso de invasão grave empreendida pelo inimigo. 13 de março de 1646
BNE, R/22448(37).

Alvará de D. João IV sobre a cobrança das décimas necessárias às despesas da guerra na fronteira. 13 de novembro de 1651.
BNE, R/22448(59).

Alvará da rainha regente, D. Luísa de Gusmão, sobre a falta de armas de fogo nas fronteiras do reino. 1 de agosto de 1660
BNE, R/22448(80).

Alvará de D. Afonso VI sobre a necessidade de se marcarem as moedas de ouro de valor de três mil e quinhentos réis que circulam no Reino. 1662
BNE, R/22448(85).

Alvará de D. Afonso VI sobre a necessidade de o reino deter moeda de prata para fazer face às ameaças de invasão do inimigo castelhano. 1663.
BNE, R/22448(86).

Manifesto do Reyno de Portugal no Qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para exemirse da obediência del Rey de Castella, & tomar a voz do Serenissimo Dom Joam IV, do nome, & XVIII, entre os Reys verdadeyros deste Reyno, 1641.
BNE, Miscelânea 40, R/25149 (22).

Ocupa el rey D. Felipe o II de Castela o reyno de Portugal injusta, & violentamente, 1641.
BNE, Miscelânea 40, R/25149 (8).

Alvará de D. João IV para se efetuar a cobrança de impostos reais para manter o exército do reino. Lisboa. Lisboa, 5 de setembro de 1641.
BNE, R/22448(7).

Carta do Arcebispo de Lisboa, Rodrigo da Cunha e Silva, sobre o dever que o Estado eclesiástico tem de contribuir para as despesas da guerra na fronteira. Lisboa, 15 de novembro de 1641.
BNE, R/22448(11).

Carta do Arcebispo de Lisboa, Rodrigo da Cunha e Silva, sobre o contributo da décima dos benefícios e bens patrimoniais dos eclesiásticos para se sustentar a guerra e defesa do reino. Lisboa, 15 de novembro de 1641.
BNE, R/22448(12).

Carta do licenciado D. Gabriel Ortiz de Orbe, Provisor de Badajoz, 30 de Setembro de 1643.
Marqués de Morrara Francisco de Orozco, *Copias de documentos del reinado de Felipe IV.* Badajoz, 30 de setembro de 1643.
BNE, MSS/18548/2/1-26, 1801.

Relacion de la vitoria que tuvieron las armas del Rey nuestro Señor contra el tyrano de Portugal, ajustada de las personas que han venido de Estremadura y de las cartas que há avido de aquella Provincia em esta Corte hasta quatro de Junio de 1644.
BNE, VE/1544/15.

Alvará de D. João IV sobre a denúncia de bens ocultos de ausentes em Castela. Lisboa, 21 de junho de 1644.
BNE, R/22448(30).

Entrada do Conde de Castello Melhor em Elvas, no Verão de 1645.
BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desde anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 35-35v.

Papel de Badajos sobre a prisão do Conde de Singuen. 28 de Agosto de 1645.
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 38-39v.

Entrada dos castelhanos no campo de Monçaras e rebate de Évora. 29 de setembro de 1645.
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 41v-42v.

Carta de Mourão que da novas desta entrada. 30 de setembro de 1645.
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 42v-43.

Cópia de huma carta de Dom Gregório Ortis de Barra Outubro, da gente que entrou no termo de Monçaras. 30 de setembro de 1645.
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 43-44.

Saida do exercito castelhano, e sua retirada em Mayo de 1646.
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, f. 66v-68.

Copia da carta que veio de Olivença = Carta de Dom Rodrigo de Castro General da Cavallaria, pera o Senhor Manuel Severim de Faria. 19 de maio de 1646
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 69v-70

Relação da tomada de Santa Marta, e Codeceira, e outros sucessos da fronteira de Elvas, escrita pelo Padre Francisco do Teixozo Religioso capucho assistente na mesma cidade 8 e 9 de agosto de 1646.
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, Mss. 8187, ff. 74-76.

Relação da tomada do forte de Telená e recontro dos Exercitos junto ao mesmo lugar. 26 de setembro de 1646.
 BNE, *Relações Manuscriptas de Portugal desdo anno de 1643 ate 1646*, MSS. 8187, ff. 76v-78.

Relaçam dos sucessos da Villa de Olivença, que os Castelhanos procuravam ganhar por empresa.
 BNE, *Opusculos Varios*, 1647, R/24289(18).

Carta de Felipe IV, Rey de España, a Cáceres, em 1655, para que fortifique Potua y Villar del Rey.
 BNE, MSS/430, ff. 659v-660.

Carta real, parcialmente cifrada, de Felipe IV al Marqués de Caracena [Luis Francisco de Benavides Carrillo de Toledo] sobre la retirada del enemigo de Badajoz y de la resolución de Luis de Haro de sitiar Elvas. 2 de novembro de 1658.
 BNE, MSS/18621/14.

Carta d'El Rey D. Filipe IV de Castela - Por quanto (como he notorio) o Reyno de Portugal faltou à obediencia, que me devia, no anno de mil e seiscentos e quarenta, por havelo tumultuado alguns sediciosos, e mal cotentes, em companhia de Dom Ioao Duque de Bargaça. 4 de novembro de 1658.
 BNE, VE/185/70.

Hierónimo Mascareñas, *Campaña de Extremadura del año 1662.*
 BNE, MSS/MICRO/9154.
 BNE, VE/62/23.

Baltasar de Bolívar, *Copia de carta venida de Badajoz, que avisa la salida del exercito de Su Alteza el señor D. Juan de Austria em Campaña: lunes siete de mayo de mil y seyscientos y sessenta y tres.*

BNE, MSS/18400(H.356-357).

Papeles referentes al Marques de Fromista y Caracena en la batalla de Villaviciosa, Badajoz, 10 de julho de 1665.

BNE, MSS/14497/20.

Relación de la perdida que há tenido el enemigo em el castillo de Casteldavide, que era la guarda de Estremos Praça de Armas del henemigo que esta uma legua de dicha Praça, el cual lo derrotó el General Melchor Portocarrero, teniente de la caballería de D. Juan [José de Austria], 1670.

BNE, MSS/12967/18.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Livro 1º das ordens que se devem observar nas Vedorias para boa arrecadação da fazenda de Sua Magestade, 1641-1652.

Relaçõ de lo que se a obrado en la frontera de Portugal em el exercito de Badajoz desde que el Tirano Duque de Bergança se corono por Rey hasta mayo de mil seiscientos i quarenta i ocho, escrita por Sancho de Guzman, Prior de la Horden de San Juan y Capellan Mayor del Artillería de Estremadura.

BNP, Cód. 11.358.

Carta de D. João IV a D. João da Costa, que estava no cerco de Badajoz, para mandar os transportes que pudesse dispensar a Estremoz a buscar mantimentos. Évora, 21 de setembro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 124.

Carta a D. João da Costa sobre as fortificações de Villa Nova del Fresno e Alcouchel. Lisboa 12 novembro 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 132.

Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação.

BNP – Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/15387/3/#/33> (consult. 9 jan. 2017).

Carta de D. João IV a D. João da Costa, comunicando lhe que nomea Antonio Gonçalves Ferreira, executor do almoxarifado de Estremoz para superintender na cobrança do real d'agua aplicado na provincia do Alentejo ás fortificações. 3 de novembro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 130.

Carta de D. João IV a D. João da Costa, sobre a requisição da Camara de Estremoz para o pagamento da gente que trabalha nas fortificações d'aquella praça. 25 de outubro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 126.

Carta régia a D. João da Costa, sobre o real d'agua que se deve dispender nas fortificações de Elvas, Olivença e Campo Maior e sobre a assistência de Cosmander. 9 de agosto de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 154.

Carta do Conselho de Guerra a D. João da Costa dizendo-lhe que vão remeter-se-lhe munições para as praças do Alentejo. 19 de setembro 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 158.

Carta a D. João da Costa para o provimento de munições dos castelos de Moura e Noudar. 17 de agosto de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 104.

Carta a D. João da Costa para que o real d'agua de Moura se aplique á fortificação da mesma villa. 16 de agosto de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 156.

Carta a D. João da Costa sobre a fortificação de Monsarás, para o que se oferece a contribuir a camara d'aquella villa, e como se vê da carta que a dita Camara remete. 11 de setembro de 1644.

BNP, Cod. 6916, ff. 161-161v.

Aviso para o real d'agua em Evora irem para soldo da gente de guerra. 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 294.

Carta a D. João da Costa de agradecimento pelo bem que tem servido na leva do terço de que é mestre de campo, e pelo bom desempenho das fortificações de Évora. Ordena-lhe vá servir de capitão-mór em Elvas, no impedimento de Dom Alvaro de Ataíde. 5 de julho 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 81.

Restauração de Évora. 1663.

BNP, Cod. 589, f. 57.

Évora restaurada em 1663. Prisioneiros, despojos tomados aos castelhanos. Fuga de D. João d'Austria, com o Duque de S. German.

BNP, Cod. 589.

Theatro histórico da fundação e antiguidade de Elvas - Noticias da cidade de Elvas, tiradas dos papeis, que escreveu pellos anos de 1654 o Doutor Ayres Varella, Conigo magistral da mesma cidade, f. 64.

BNP, Cod. 10868.

Castelos e praças-fortes de Alentejo.

BNP, MSS. 220, N.º 16.

Carta de D. João IV a nomear como Governador do Alentejo Dom João da Costa, devendo este ir a Évora satisfazendo-se o que for necessario. 28 de dezembro de 1640.

BNP, Cod. 6916, ff. 51-51v.

Carta do monarca D. João IV para Dom João da Costa ter especial cuidado com os lugares de fronteira por o inimigo se estar a preparar em Badajoz. 21 de janeiro de 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 53.

Carta de D. João IV para Dom João da Costa, sobre se forçar a efetuar as levas de gente como guarnição dos lugares de fronteira. 14 de março de 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 65.

Carta de D. João IV para que D. João da Costa consiga formar rapidamente o Terço de guarnição da praça. 12 de maio de 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 75.

Carta de D. João IV para que Dom João da Costa promova os esforços necessários para socorrer Elvas e Olivença, por o inimigo pretender empreender ataque. 26 de março de 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 67.

Carta de D. João IV a Dom João da Costa, a informar que apoia as prevenções em Olivença, enviando armas de fogo e dinheiro. 20 de setembro de 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 85.

Carta de D. João IV para Dom João da Costa, sobre a falta de murrão em Campo Maior, havendo brevidade no envio de mayor quantidade delle que for possível. 22 de dezembro de 1641.

BNP, Cod. 6916, f. 87.

Carta régia para Dom João da Costa a indicar o que se determinou sobre as fortificações de Elvas, Campo Maior, Olivença, e Villaviçosa. 12 de novembro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 134.

Carta de D. João IV para Dom João da Costa se informar sobre o exército que partiu para Valverde e incentivar a rendição da dita praça. 13 de setembro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 122.

Carta régia a Dom João da Costa sobre estar o exército português parado por causa do cerco a Badajoz. 21 de setembro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 124.

Carta da Câmara de Évora para que o monarca auxilie no pagamento dos trabalhadores da fortificação, por o dinheiro do Real d'agua se ter aplicado nas trincheiras da fortificação de Elvas. 17 de outubro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 129.

Carta de D. João IV para Dom João da Costa sobre o envio de dinheiro para as fortificações da província do Alentejo e sobre a assistência de Cosmander, Lassart e Gilot nas mesmas. 20 de novembro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 138.

Carta régia a pedir a assistência de Dom João da Costa na Corte. 14 de dezembro de 1643.

BNP, Cod. 6916, f. 144.

Carta de D. João IV para que Dom João da Costa faça cumprir a diligência necessária para se avançarem as obras de fortificação na província do Alentejo. 28 de março de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 146.

Carta régia para que Dom João da Costa faça render o rendimento do imposto real d'agua para as obras de defesa. 28 de março de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 148.

Carta de D. João IV para que Dom João da Costa faça avançar as obras na fortificação de Monsaraz sem se arrasar o arrabalde. 16 de setembro de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 160.

Carta de D. João IV para Dom João da Costa, a informar do envio de madeira para se avançarem nas obras da fortificação de Olivença. 3 de outubro de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 166.

Carta de D. João IV para Dom João da Costa, a informar que se deve fazer menor despesa no transporte da madeira para a fortificação de Olivença. 22 de outubro de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 174.

Carta de D. João IV para que Dom João da Costa mande duas carroças para fornecer os materiais necessários para a fortificação de Olivença. 5 de novembro de 1644.

BNP, Cod. 6916, f. 178.

Carta régia para Dom João da Costa proteja os estrangeiros que vêm servir na defesa do Reino. 14 de junho de 1647.

BNP, Cod. 6916, f. 191.

Carta para Dom João da Costa, concedendo-lhe o título de Conde de Soure pela prestação de seus serviços. 16 de março de 1650.

BNP, Cod. 6916, f. 194.

Carta de D. João IV para Dom João da Costa, a informar que não se nomeie o Capitão de Cavalos Gerardo Vaninguen Governador da praça de Alconchel, devendo ter posto menos inconveniente à defesa, por ser estrangeiro. 19 de fevereiro de 1654.

BNP, Cod. 6916, f. 216.

Carta ao príncipe D. Theodosio acompanhando a patente em que lhe concede todo o governo da guerra contra Castella. 25 de janeiro de 1652.

BNP, Cod. 1687, f. 81v.

Entrada de Mathias de Albuquerque em Castella. Batalha de Montijo. 1644.

BNP, Cod. 1459, f. 118v.

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

José Romão da Cruz, *Descrição de Portugal, Que tem por principal assumpto falar na fortificação de suas praças, e notar alguns defeitos que se devem prevenir para huma defesa geral.*

BPE, Fundo Manizola, Cod. 509/1.

Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora, s.d., s.l.

BPE, CXXII/1-12 d., f. 173 a (solto).

Documento sobre as fortificações de Évora. 1 de abril de 1657.

BPE, Arm.º X, Cod. 1.º, N.º 18, f. 51.

Consulta a el-rei de Espanha Felipe IV sobre as cousas de Portugal no ano de 1664. Voto do Marquês de Carracena e voto em contrário de um conselheiro, o Dr. Salazar. 13 de dezembro de 1664.

BPE, Cod. 48-9, ff. 1-12.

Colecção de coisas memoráveis dizendo respeito aos acontecimentos da restauração.

BPE, Fundo Manizola, Cod. 496-496 (c), Tomo I-IV.

Instituto de Historia y Cultura Militar (IHCM)

Sobre o Ejército de Tierra – Fortificaciones.

IHCM, ES.28079.AGMM/32, Colección Aparici, Tomo XXVI.

1.2 – Fontes impressas

AAVV. *Memorial Histórico Español: coleccion de Documentos, Opúsculos y Antigüedades que publica la Real Academia de la Historia*, Madrid, En la Imprenta Nacional, 1863, Tomo VII.

ARAÚJO, João Salgado de, *Sucessos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castella. Com geografias provinciais, e Nobreza delas*, Lisboa, Imprensa de Paulo Craesbeck, 1644.

AZEVEDO, Luís Marinho de, *Apologia militar en defensa de la victoria de Montijo contra las relaciones de Castilla, y gazeta de Genoba, que la calumniaron mordaces, y la usurpan maliciosas...*, Lisboa, em la emprenta de Lorenço de Anveres, 1644.

AZEVEDO, Luís Marinho de, *Commentarios dos valerosos feitos, que os portuguezes obraram em defensa de seu Rey, & pátria na guerra de Alentejo*, Lisboa, Oficina de Lourenço de Anveres, 1644.

AZEVEDO, Nicolau da Maia de, *Relação de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto, & poderoso Rey Dom João o IV, nosso senhor, cuja monarquia prospere Deos por largos annos*, Lisboa, à custa de Lourenço de Anveres e na sua officina, 1641.

BACELLAR, António Barbosa, *Relaçam da vitoria que alcançaram as Armas do muyto alto & poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Ianeiro de 1659 contra as de Castella que tinham sitiado a Praça de Eluasindo, por General do Exercito de Portugal o Conde Cantahede Don Antonio Luis de Menezes, do Conselho de Estado, & Guerra, Veedor da Fazenda, etc., 1659.*

BARRETO, Joam Franco, *Relação da Embaixada a França em 1641*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

BARRETO, Joam Franco, *Relaçam da viagem que à França fizeram Francisco de Mello, Monteiro môr do Reyno, & o Doutor Antonio Coelho de Carvalho, indo por embaixadores do muito Alto, & muito Poderoso Rey de França Luis XIII, cognominado o Justo, este presente anno de 1641*, Lisboa, na Officina de Lourenço Anveres, 1642.

BELLUCCI, Giovan Battista, *Nuova inventione di fabricar fortezze di varie forme*, Venetia, Tomaso Baglioni, 1598. Books Google: https://books.google.pt/books?id=RUtbAAAACAAJ&pg=PP7&hl=ptPT&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false (consult. 23 dez. 2015).

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1727-1728, vols. IV, VI.

CASTRO, Damião de Lemos Faria e, *História Geral de Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1804, Tomo XIX.

CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal*, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, 1749, Parte IV.

CATANEO, Pietro, *I quattro primi libri di architettura di Pietro Cataneo*, Vinegia, in casa de' figliuoli di Aldo, 1554. Internet Archive: <https://archive.org/details/iquattroprimilib00cata/page/n4> (consult. 7 mar. 2016).

CIERMANS, [P.] Joanne, *Disciplinae Mathematicae*, 1631. Books Google: https://books.google.pt/books?id=pldFAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (consult. 17 mai. 2019).

COELHO, [Padre] Manuel Laranjo, *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (marquês de Niza) embaixador em França*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. II.

COELHO, [Padre] Manuel Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, Vol. I.

COELHO, [Padre] Manuel Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, vol. II.

COELHO, [Padre] Manuel Laranjo, *Cartas dos Governadores da província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El Rey D. Afonso VI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, Vol. II.

COELHO, [Padre] Manuel Laranjo, *Cartas de El Rey D. João IV para diversas autoridades do reino*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, Vol. IV.

COELHO, Pinheiro, *Relaçam do sitio, que o exercito de Sua Magestade poz a Villa nova del fresno, & tudo o que nelle passou até ser rendida, & capitulaçoens com que se entregou*, Lisboa, na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643.

COLMENAR, Juan Alvarez de, *Les Delices de l'Espagne & du Portugal: qui comprend les six provinces du royaume de Portugal*, Ghent, Pierre Van der Aa, 1707, Vol. 4.

CORDEIRO, João Manuel, *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, Lisboa, Typo. Do Comércio Geral da Artilharia, 1895.

CRAESBEECK, Paulo, *Capítulos gerais apresentados a elRey D. João nosso senhor IIII (...), nas Cortes celebradas em Lisboa com os Tres Estados em 28 de janeiro de 1641*, Lisboa, Na Officina de Paulo Craesbeeck, 1645.

CRAESBEECK, Paulo, *Relação da famosa resistência e sinalada vitória que os portugueses alcançaram dos castelhanos em Ouguela, este Ano de 1644 a 9 de Abril, governando a Praça o Capitão Pascoal da Costa*, Lisboa, 1644.

CUNHA, Antonio Alvares da, *Aplauzos academicos e relação do felice successo da celebre victoria do Ameixial oferecidos ao excelentissimo Senhor Dom Sancho Manoel Conde de Villafior*, Em casa de Jacob van Velsen, 1673.

D'ARMAS, Duarte, *Vistas e Plantas das Fortalezas no Reino* (Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas por João de Almeida), Lisboa, Império, 1943. DIGITARQ: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> (consult. 15 nov. 2015).

DECHALES, Claude-François Milliet, *L'art de fortifier, de defendre, et d'attaquer les places: suivant les methodes françoises, hollandoises, italiennes & espagnoles, le tout enrichy de figures em taille douce*, Paris, Chez Estienne Michallent, 1677. Internet Archive: <https://archive.org/details/lartdefortifierd00dech/page/n6> (consult. 16 mar. 2017).

DÖGEN, Mathias, *Architectura Militaris Moderna*, Amstelodami, Ludovicum Elzevirium, 1647. Internet Archive: https://archive.org/details/gri_33125010670509/page/n4 (consult. 3 dez. 2018).

DUMOURIEZ, Charles François, *An account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez*; since a celebrated general in the French Army, London, printed at Lausanne, 1775.

DÜRER, Albercht, *Etliche Underricht zu Befestigung der Stett, Schloss und Flecken*, Gedruckt zu Nürenberg : [Hieronymus Andreae], 1527. Disponível em https://archive.org/details/gri_etlichevnder00dure (consult. 24 fev. 2016).

FARIA, Manuel Severim de, *Relação universal do que se succedeo em Portugal, & mais Provincias do Occidente, & Oriente, desde mês de Março de 625 até todo Setembro de 626*, Braga, Impresso por Fructuoso Lourenço de Basto, 1627.

FORTES, Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*, Lisboa, Oficina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729, vol. II.

FRANCISCO, [Padre Frei] João de S., *Poema Heroico vitorioso sucesso e gloriosa vitoria do Exercito de Portugal sobre a hostilidade da cidade de Évora*, neste anno de 1663, Lisboa, Na oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1663.

FREITAG, Adam, *Architectura Militaris nova et aucta oder Neue vermehrte Fortification, Von Regular Vestungen, von Irregular Vestungen*, Leyden, Bonaventura und Abraham Elzeviers, 1631. Biblioteka Publiczna w Krakowie: <http://mbc.malopolska.pl/dlibra/docmetadata?id=82972&from=publication> (consult. 4 dez. 2018).

GOLDMANN, Nicolaus, MATHAM, Adriaan, *La Nouvelle fortification de Nicolas Goldman, Leyde, Chez les Elséviens*, 1645. Institut National d'histoire de l'art – Collections numérisées de la bibliothèque de l'inha: <https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/8472-la-nouvelle-fortification-de-nicolas-goldman> (consult. 13 nov. 2018).

GÓMEZ DE BLAS, Juan, *Sucinta relacion del rendimiento de la villa y castillo de Iurumeña, a la obediencia de Su Magestad (que Dios guarde) sucedido viernes nueue de iunio de este Año de 1662*.

GÓMEZ DE BLAS, Juan, *Diaria relacion de los felizes sucessos, que las Catholicas Armas de Su Magestad, gobernadas por Don Iuan de Austria, han tenido por la parte de Estremadura contra el Rebelde de Portugal, desde Lunes ocho de Mayo de 1662 hasta Martes treinta y vno de Octubre de dicho año: refierese el numero de las plazas, que en la Provincia de Alentejo se han rendido*, 1662.

GÓMEZ DE BLAS, Juan, *Primera Relacion de los progressos que han tenido las catholicas armas de su Magestad, en la provincia de Alentejo. Governadas por el Serenissimo Señor el Señor Don Juan de Austria, desde Domingo siete de Mayo, que salio el Exercito de la Ciudad de Badajoz, hasta Miercoles 23 de dicho mês, vispera de la solemnissima Fiesta del Corpus Christi, que se ganó a Evora Ciudad, Sevilha*, 1663.

JAILLOT, Alexis Hubert, *Atlas fraçois: contenant les cartes geographiques dans lesquelles sont tres exactement remarquez*, a, Chez le Sr. Hubert Jaillot, 1695.

LACERDA, Fernando Correia de, *Catastrophe de Portugal na deposição d'el rei D. Afonso o sexto, e sub-rogação do principe D. Pedro o único justificada nas calamidades publicas*, Lisboa, Na officina de Miguel Manescal, 1669.

LALLEMEND, Marcel, BOINETTE, Alfred, *Jean Errard de Bar-Le-Duc "Premier ingenieur du tres chrestien Roy de France et de Navarre Henry IV": sa vie, ses oeuvres, as fortification*, Paris, Ernest Thorin Libraire et J. B. Dumoulin Libraire, 1884.

LAMARE, Jean Baptiste, *An Account of the second defence of the fortress of Badajoz*, Chatham, 1812.

LEITÃO, Francisco de Andrade, *Discurso politico sobre o se aver de largar a coroa de Portugal, Angola, S. Thome, Maranhão, exclamado aos Altos, Poderosos Estados de Olanda*, Lisboa, na Officina de Antonio Alvarez, 1642.

MACEDO, António de Souza de, *Mercurio portuguez, com as novas da guerra entre Portugal & Castella*, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, Tomo 3.

MAGALOTTI, Lorenzo, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1933.

MALLET, Allain Manesson, *Les Travaux de Mars, ou L'Art de la Guerre*, Paris, Chez Denys Thierry, 1671. GALLICA:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1043125c.image> (consult. 24 set. 2016).

MAROLOIS, Samuel, *Fortification ou Architecture Militaire tant offensive que defensive*, Amsterdam, Chez Ian Ianssen, 1627. Books Google:
https://books.google.pt/books?id=hwtIwAEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&lr=&num=20&source=gbs_book_other_versions_r&cad=4#v=onepage&q&f=false (consult. 2 out. 2018).

MARTINI, Francesco di Giorgio, *Trattati de Architettura, Ingegneria e Arte Militare*, Milão, Edizioni Polifilo, 3 vols., 1967. Bibliotheca Hertziana:
<http://dlib.biblhertz.it/ia/pdf/Gh-FRA4851-4410-2.pdf> (consult. 6 jan. 2016).

MASSAI, Alexandre, *Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache*, 1617-1621. Disponível em
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908671> (consult. 17 jan. 2016).

MELDER, Gérard, *Instructie vande Fortificatie en Bataillons*, Amsterdam, Jan van Waesberge, 1664. Books Google:
<https://books.google.pt/books?id=eSeauFbUh3AC&pg=PA37&lpg=PA37&dq=Instructie+van+de+Fortificatie++Melder&source=bl&ots=Y7ocx84SLd&sig=ACfU3U0ELRogOkBtzpKUWmCbH04xYlunog&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewjmrMf6na3iAhUEHxoKHak6ARIQ6AEwC3oECAYQAQ#v=onepage&q=Instructie%20van%20de%20Fortificatie%20%20Melder&f=false> (consult. 17 jan. 2019).

MENESES, Sebastião César de, *Summa Política, oferecida ao Príncipe D. Theodosio de Portugal*, Amsterdam, Tipographia de Simão Dias Soeiro, 1650.

MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Porto, Livraria Civilização, 1946, vol. III.

MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, na Oficina de João Galvão, 1679, Tomo I.

MENEZES, Luís de, *Historia de Portugal Restaurado*, Lisboa, Na Officina de Domingos Rodrigues, 1751, Tomo I.

MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Porto, Livraria Civilização, 1945, Tomo I.

MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado, em que se dá notícia das mais gloriosas acçoens assim políticas, como militares, que obrarão os Portuguezes na restauração de Portugal desde o anno de 1657, até ao anno de 1662*, Lisboa, Na Officina de Joseph Filippe, 1759, Tomo III.

MONIZ DE CARVALHO, Antonio, *Francia interessada con Portugal en la separacion de Castilla con noticias de los intereses comunes de los Principes y Estados de Europa*, Paris, Officina de Miguel Blageart, 1644.

PAGAN, Comte de, *Les Fortifications du Comte de Pagan*, Paris, Chez Cardin Besogne, 1645.

PAGAN, Comte de, *Les Fortifications*, Paris, Chez Nicolas Langlois, 1668. GALLICA: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62815940.texteImage> (consult. 29 nov. 2017).

PIMENTEL, Luís Serrão, *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à arquitetura militar*, Lisboa, Impressão de António Craesbeeck de Mello, 1680.

RODRIGUES, António, *Tratado de architectura*, c. 1575-1576. BNP, Cod. 3675. BNP-PURL: <http://purl.pt/27112/5/index.html> (consult. 17 jan. 2016).

RODRIGUES, Jorge, *Relaçam de duas vitorias que os moradores da Aldea de Santo Aleixo, e das Villas de Mourão e Monsarás alcançaram dos Castelhanos a 6 e 16 deste mês de Outubro de 1641*, Lisboa, 1641.

ROSA, Domingos Lopes, *Relação summaria da entrada, que o exercito de S. Magestade fez em Castella, pelas fronteiras de Alentejo, & dos lugares que tomou, & abrazou até hoje seis de Outubro, & do que passou no sitio, & entrega do castello de Alconchel*, Lisboa, na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643.

ROSA, Domingos Lopes, *Segunda relaçam mais copiosa da resistencia valerosa, qve os portugueses do Presidio, & moradores de Oliuença fiserão aos Castelhanos na empresa que intentaraõ aos 18 de Junho deste anno de 1648, & gloriosa victoria, que alcançaraõ*, 1648.

SALGADO, Pero, *Dialogo gracioso dividido em tres actos que contem a entrada que o Marques de Terracuça General de Castella fez na campanha da cidade de Elvas, tratando de a conquistar, & o forte chamado de Santa Luzia junto á dita cidade, & a retirada que fez à de Badajos com perda de muita gente sua; & de reputação*, Lisboa, Por Paulo Craesbeeck, 1645.

SANGALLO, Giuliano da, *O caderno de rascunhos sienense de Sangallo*, 1490-1516. Biblioteca Digital Mundial: <https://www.wdl.org/pt/item/10597/> (consult. 21 fev. 2020).
SCHENK, Pieter, *Theatrum Bellicum, incipiens ad Carolo II Hospianiarum Rege ad Carolum III*, Amsterdam, 1712.

SILVA, José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1675-1683 e Suplemento à Segunda Série 1641-1683*, Lisboa, Imprensa de J. J. A., 1854-59.

SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa – 1640-1647*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*, Lisboa, Academia Real, 1740, Vol. IV.

SOUSA, Camillo de Silva e, *AntiCatastrophe: Historia d’el rei D. Afonso 6.º de Portugal*, Porto, Tipografia Rua Formosa, 1845.

SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, *Systema, ou Collecção de Regimentos Reaes*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

STEVIN, Simon, *Nouvelle maniere de fortification par escluses*, Rotterdam, Chez Iean Waesbergue, 1618. Internet Archive: <https://archive.org/details/nouvellemaniered00stev/page/n4> (consult. 14 set. 2018).

TARTAGLIA, Niccolò, *Nova Scientia inventa da Nisolo Tartalea*, Vinegia, Per Stephano da Sabio, 1537.

THOMAZ, Manoel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alphabetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1819, Tomo II.

VALDEZ, António, *Anuario Portuguez, Historico, Biographico e Diplomatico seguido de uma synopse de Tratados e Convenções celebrados entre Portugal e outras potencias ou em que este Reino foi compreendido desde 1093 até 1854*, Lisboa, Typographia da Revista Universal, 1855.

VALENZUELA, Pedro, *Portugal unido y separado*, Madrid, por Mateo Fernandes – Impressor del Rey, 1659.

VARELA, Ayres, *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela o primeiro anno da recuperação de Portugal, que começou em 1º de dezembro de 1640 e fez fim em ultimo de Novembro de 1641*, Lisboa, Oficina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

VARELA, Ayres, *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela o primeiro anno da recuperação de Portugal, que começou em 1º de dezembro de 1640 e fez fim em ultimo de novembro de 1641*, Elvas, Typographia Progresso, 1906.

VIEGAS, António Pais Viegas, *Relação dos successos, que nas fronteiras deste Reyno tiueraõ as armas del Rey Dom Ioam o Quarto com as de Castella, depois da jornada de Montijo, ate fim do anno de 1644, com a victoriosa defensa de Eluas*, 1645.

VIEIRA, [Padre] António, *Arte de furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral dos Reynos de Portugal (...), composta no anno de 1652*, Amsterdam, Officina de Martinho Schagen, 1744.

VILLE, Antoine De, *Les Fortifications*, Alton, Chez Philippe Borde, 1629. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k856474.image> (consult. 2 fev. 2019).

VITERBO, Francisco de Sousa, *Diccionario Historico e documental dos Architectos, engenheiros e construtores portuguezes ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, 3 Vols.

2 – Bibliografia

2.1. História militar no período moderno

BOXER, Charles Boxer, *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1981.

CANO ARJONA, José Antonio, “Las Guerras de Italia (1494-1544)” (Trabalho realizado em “História Moderna Universal II, durante o curso académico de Doutoramento em História de 2014-2015), pp. 1-24. Academia.edu:

https://www.academia.edu/35772073/Las_Guerras_de_Italia_1494-1544 (consult. 21 jan. 2020).

CARVALHO, José Dias de, “Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993”, in *Caderno de História Militar*, Lisboa, Direção de Documentação e História Militar, N.º 14.

DEVRIES, Kelly, FRANCE, John, NEIBERG, Michael S., SCHNEID, Frederick, *History of Warfare*, Leiden, Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 2012, Vol. 73.

DUARTE, Eduardo Alves, “A heráldica portuguesa na arte e na sociedade”, in *Arte & sociedade*, Lisboa, 2011, pp. 36-49.

DUFY, Christopher Dufy, *Siege Warfare*, Londres, Routledge, 1997, Vol. 1.

FILHO, Arlindo Palassi, “Formação do estado moderno: apogeu e queda da República das Províncias Unidas”, in *Boletim Historiar*, Maio-Junho 2015, N.º 9, pp. 29-50.

FRAGA, Joana, “Revoltas da monarquia hispânica (1640-1647) no contexto europeu: ecos e contágios”, in *Dossiê – Dezembro 2014*, pp. 127-146

GARDINER, Samuel Rawson, *The Era of The Thirty Years' War, 1618-1648* (ed. Edward E. Morris, M. A.), New York, Scribner, Armstrong & Co., 2012.

MAINKA, Peter Johann, “A luta europeia entre as dinastias dos Habsburgos e dos Valois pela Borgonha e Itália (1477-1559), in *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, Curitiba, 2003, N.º 38, pp. 185-224. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2719> (consult. 2 fev. 2020).

O’SULLIVAN, Patrick, JR, Jesse W. Miller, *The Geography of Warfare*, New York, Routledge Library Editions: Political Geography, 1983.

OLIVEIRA, Luís Manuel Garcia de [Major de Artilharia], *As grandes reorganizações do Exército Português. Lições aprendidas*, Instituto de Altos Estudos Militares: Curso de Estado Maior, 2002/2004.

PINTO, Renato Marques [Major-general], “As indústrias militares e as armas de fogo portáteis no exército português”, in *Revista Militar*, 2009, N. 2495. *Revista Militar*: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/528> (consultado a 17 fevereiro 2020).

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de, *História Orgânica e política do Exército Português. Provas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926, vol. XIV, p. 201.

2.2. Antecedentes da Restauração da Independência

AGUSTÍ SIERRA, Fernando, *Felipe III y Felipe IV: El Duque de Lerma y el Conde Duque de Olivares: Austrias frente a validos* [Trabajo fin de Grado en Historia], Faculdade de Geografia e História, Barcelona, 2013.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “La relación de la nobleza portuguesa con la Monarquía española”, in Ana María Carabias Torres (org.), *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, pp. 337-344.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “1640 perante o Estatuto de Tomar. Memória e juízo do Portugal dos Filipes”, in *Penélope: Revista de História e ciências sociais*, 1993, N.º 9-10, pp. 17-28.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1540). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico* (tesis doctoral), Universidad Complutense de Madrid, 1987.

CARDIM, Pedro, “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, Vol. I, pp. 275-306.

GARCÍA GARCÍA, Bernardo, “El duque de Lerma, Realeza y privanza en la España de Felipe III”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, 2002, N.º 27, pp. 269-272.

HILÁRIO, Ana Teresa, *O Conselho da Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade Nova de Lisboa, 2017.

LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago de, “El control de la hacienda portuguesa desde el poder central: la Junta de Hacienda de Portugal, 1602-1609”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, 1992, N.º 9, pp. 119-135.

COLOMER DE SELVA, Mónica, “El arte de negociar. Una lección en técnicas de negociación diplomática en tempos de Felipe II”, in *Cuadernos de Gobierno y Administración Pública*, 2020, pp. 63-74.

CRUZ, Maria Lima, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

ELLIOT, John, *Imperial Spain*, New Haven, Yale University Press, 1986.

ELLIOT, John, *The Count-Duke of Olivares: A statesman in an Age of Decline*, New Haven, Yale University Press, 1986.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “1580 e a Restauração”, in *Ensaio II – Sobre História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968.

HESPANHA, António Manuel, “O Governo dos Áustria e a “Modernização” da Constituição Política Portuguesa”, in *Penélope*, 1989, Vol. 2, pp. 50-73.

HESPANHA, António Manuel, “Portugal e a política de Olivares”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 344-345.

HESPANHA, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

JORDÁN ARROYO, María, “La invasión a Portugal em 1589 y el sueño del ocaso de la España de los Austrias”, in CARDIM, Pedro, COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.), *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, CHAM, pp. 391-411.

LABRADOR ARROYO, Félix, “Felipe II y los procuradores de Tomar (1581). La integración de las elites portuguesas a través de la Casa Real”, in *Espacios de poder: Cortes, ciudades y villas (s-XVI-XVIII)*, Universidad Autónoma de Madrid, 2002, Vol. 1, pp. 171-185.

LOUSADA, Abílio Pires, “Portugal na Monarquia Dual. O Tempo dos Filipes (1580-1640)”, in *Lusíada. História*, 2007, N.º 4, pp. 151-186.

OLIVAL, Fernanda, “Bandos y tensiones políticas: Portugal en el contexto de la Monarquía Hispânica (1612-1613)”, in *Minius: Revista do Departamento de Historia, Arte e Xeografia*, 2014, N.º 22, pp. 201-223.

OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

OLIVAL, Fernanda, “Portugal in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in *e-Journal of Portuguese History*, Porto, 2010, Vol. 8, N.º 2.

E-Journal of Portuguese History:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322010000200006 (consult. 17 out. 2016).

OLIVEIRA, António de, *D. Filipe III*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

OLIVEIRA, António de, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

OLIVEIRA, António de, “Oposição política em Portugal nas vésperas da Restauração”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, Universidad Complutense de Madrid, 1991, N. 11, pp. 77-98.

SCHAUB, Jean-Frédéric, “Archipiélago marítimo y archipiélago político: las Azores bajo los Austrias (1581-1640)”, in Pedro Cardim, Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha (orgs.), *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, CHAM, pp. 73-92.

SERRANO, Joana Bouza, *Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua (1589-1655). Percurso biográfico e político na Monarquia Hispânica* (Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos), Universidade de Lisboa, 2014.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

SILVA, Francisco Ribeiro da, “A viagem de Filipe III a Portugal: Itinerários e problemática”, in *História de Portugal*, pp. 269-307.

Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8272.pdf> (consult. 18 nov. 2018).

SILVA, Francisco Ribeiro, *Quinhentos/Oitocentos (ensaios de história)*, Porto, FLUP, 2008.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, “Guerras y rebeliones: la Europa de Felipe II”, in *La Aventura de la Historia*, N.º 109, 2007, pp. 92-97.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, “La política de Olivares y Portugal”, in *Libros de la Corte*, N.º 5, 2012, pp. 107-108.

2.3. A Guerra da Restauração

ALMEIDA, Lilian Pestre de, “O Teatro da Guerra da Restauração Portuguesa: a sala das batalhas do Palácio de Fronteira: uma leitura estético-simbólica”, in *Monumentos*, n.º 7, setembro, 1997, pp- 70-77.

ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Notícias da aclamação e de outros sucessos* (Tese de Doutoramento em Ciências Históricas e Filosóficas), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1940.

ALVES, [Tenente-general] José Lopes, “Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668) – Intervenção do Marechal Schomberg”, in *Revista Militar*, 2012, N.º 2530, pp. 1-15.

ANASTÁCIO, Vanda, “Conflitos e contactos na Ibéria: as relações entre Portugal e a Catalunha em 1640 nos ‘papéis’ da Restauração”, in BRANDERBERGER, Tobias, HASSE, Elisabeth, SCHMUCK, Lydia (orgs.), *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*, Tubingen, Calepinus Verlag, 2008, pp. 59-85.

ANASTÁCIO, Vanda, “‘Heróicas virtudes e escritos que as publiquem’ D. Quixote nos papéis da Restauração”, in *Iberamericana*, 2007, VII, 28, pp. 117-136.

BARATA, Maria do Rosário Themudo, “Estudo Evocativo sobre a Batalha de Montijo”, in *Revista Militar*, 1994, N.º 12, pp. 1141-1166.

BEBIANO, Rui, “Literatura Militar da Restauração”, in HESPANHA, António Manuel (dir.), *Revista Penélope – Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, pp. 83-98.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “Felipe IV sin Olivares. La restauración de la Monarquía y España en avisos”, in *Actas de las juntas del Reino de Galicia*, 1999, Vol. VI, pp. 49-74.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “Entre dos reinos, una patria rebelde. Fidalgos portugueses en la monarquía hispánica después de 1640”, in *Estudis*, 1994, N.º 20, pp. 83-104.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “Primero de diciembre de 1640: una revolución desprevénida?”, in *MANUSCRITS*, 1991, N.º 9, p. 211.
<http://www.raco.cat/index.php/Manuscripts/article/view/23186/92432> (consult. 12 jan. 2017).

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “Papeles y público barroco. La Guerra y la Restauración Portuguesa en la Publicística Española de 1640 a 1668”, in *Sala das Batalhas*.
Fundação das Casas de Fronteira de Alorna:
<http://fronteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm> (consult. 17 mar. 2016).

BUESCU, Ana Isabel, “‘Sentimento’ e ‘Esperanças’ de Portugal”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, pp. 169-188.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller, SARAIVA, Daniel Porto, SILVA, Pedro de Figueiredo, “O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII”, in *TOPOI*, 2012, Vol. 13, N.º 24, pp. 10-28.

CARDIM, Pedro, “História, política e reputação no *Discurso del duque de Alba al católico Felipe IV sobre el consejo, que se diò em abril, para la recuperación de*

Portugal... (1645), de Braz da França”, in MARÍN MARCOS, David, MATA IÑURRITEGUI, José, CARDIM, Pedro [org.], *Repensar a Identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*, Lisboa, CHAM, 2015, pp. 91-130.

CARDIM, Pedro, “La gobernación de Portugal: de los Austrias a los Braganza (1621-1667)”, in MARTÍN MARCOS, David (org.), *Monarquías Encontradas. Estudios sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*, Madrid, Sílex, 2013, pp. 4-56.

CARDIM, Pedro, “O Terceiro Ciclo (1495-1668) e os seus momentos-chave (1498; 1504; 1521-29; 1578-80; 1640-68)”, in FONSECA, Luís Adão da (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI-XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*, Porto, Fronteira do Caos Editores-CEPESE, 2014, pp. 43-50.

CARDIM, Pedro, “Portugal unido y separado. Propaganda y discurso identitario entre Austrias y Braganzas”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, 2012, Série IV, pp. 48-55.

CASAS DELGADO, Inmaculada, GONZÁLEZ FANDOS, Pilar, GUTIÉRREZ JIMÉNEZ, María Eugenia, “Ecos del movimiento de restauración de Portugal en las relaciones de sucesos hispano-lusas (1640-1668)”, in GARCÍA LÓPEZ, Jorge, BOADAS CABARROCAS, Sònia (coord.), *Las relaciones de sucesos em los câmbios políticos y sociales de la Europa moderna*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, 2015, pp. 335-346.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, *El Real Ejército de Extremadura en la guerra de restauración de Portugal (1640-1668)*, Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 1985.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, *Espionagem e contra-espionagem numa guerra peninsular, 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

COSTA, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração: 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

COSTA, Fernando Dores, “Interpreting the Portuguese War of Restoration (1641-1668) in a European Context”, in *e-JPH*, 2005, Vol. 3, N.º 1, pp. 1-14.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Legitimações dinásticas em confronto: 1580-1640”, in FONSECA, Luís Adão da (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI-XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*, Porto, Fronteira do Caos Editores-CEPESE, 2014, pp. 335-342.

CUNHA, Mafalda Soares da, «O significado da “Restauração”», in MATOS, Artur Teodoro de (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Sebastianismo, os Jesuítas e os Bragança. Reflexões historiográficas em torno de 1640”, in *Economia e Sociologia*, Évora, 2009, 88/89, pp. 357-375.

CURTO, Diogo Ramada, “A Restauração de 1640: nomes e pessoas”, in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2003, N.º 0, pp. 321-336.

FARIA, João de Araújo, *A Restauração prodigiosa de Portugal. 1640-1668* (Dissertação de Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

GARCIA, João, NOGUEIRA, Miguel, “Os Sermões da Restauração (1640-1668): Um exercício cartográfico”, in L. Ramos, J. Ribeiro, A. Polónia (coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2001, vol. 1, pp. 475-488.

GARCIA, João Carlos, “As razias da Restauração – Notícia sobre um mapa impresso do século XVII”, in *Cadernos de Geografia*, Coimbra, F.L.U.C., 1998, N.º 17, pp. 43-48.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Restauração”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, vol. V.

HESPANHA, António Manuel, “A Guerra da Restauração no Brasil”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 362-363.

HESPANHA, António Manuel, “A ‘Restauração’ portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641”, in *Penélope*, Lisboa, Editora Cosmos, 1993, N.º 9/10, pp. 29-62.

HESPANHA, António Manuel, “As faces de uma ‘Revolução’”, in *Penélope*, Lisboa, Editora Cosmos, N.º 9/10, 1993, pp. 7-16.

HESPANHA, António Manuel, “O dinheiro é o nervo da república”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 348-349.

HESPANHA, António Manuel, “Portugal no contexto europeu”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 320-331.

HESPANHA, António Manuel, “Um império evanescente”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 358-359.

HESPANHA, António Manuel Hespanha, “As finanças portuguesas nos séculos XVII e XVIII”, in *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, 2013, Vol. VIII, N.º 2, pp. 79-132.

LÓPEZ JIMÉNEZ, Diego, *Política y propaganda durante el reinado de Felipe IV* (Documentos de Trabajo) U.C.M. Biblioteca Histórica; 2016/11.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, “Dinheiro para a guerra: as décimas da restauração”, in *Hispania*, 2004, N.º 216, pp. 157-182.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, “O pano de fundo”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 1993, Vol. 3, pp. 575-581.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, “Os régios protagonistas do poder: conjunturas políticas”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, círculo de Leitores, 1993, Vol. 3, p. 570.

MARQUES, João Francisco, “A problemática da parenética da Restauração: um sermão no Porto comemorativo da Batalha de Montes Claros”, in *Revista de História*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, pp. 391-416.

MARQUES, João Francisco, “As Guerras da Restauração, entre 1643 e 1665, na correspondência de Filipe IV com Soror de Jesus de Ágrede”, in *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, Vol. 29, pp. 103-130.

MARTELO, David, “Chefes militares estrangeiros nos mais altos postos das forças armadas de Portugal – Aspectos específicos no contexto europeu”, s.l., s.d., pp. 1-12.

AOFA:

http://www.aofa.pt/artigos/David_Martelo_Oficiais_Estrangeiros_nas_FA_Portuguesas.pdf (consult. 6 dez. 2019).

MENDES, Caroline Garcia, “Escrever e publicar sobre a guerra da Restauração: a “Campanha de Portugal” em Lisboa e Madrid no ano de 1663”, in GRAMMONT, Guiomar de, MENESES, José Coelho, ALMADA, Márcia (org.), *Anais: Seminário internacional cultura escrita no mundo moderno*, Belo Horizonte, 2019, pp. 13-19.

MENDES, Caroline Garcia, *Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII* (Tese de Doutoramento em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “A Guerra da Restauração”, in MATOS, Artur Teodoro de (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 366-367.

MOREIRA, Cláudio Jorge Oliveira, *O Mercúrio Português (1663-1667): uma arma na Guerra da Restauração* (Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012.

PERNES, Duarte da Cunha, *O Mercúrio Português: uma análise do discurso* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012.

PINTO, Maria Teixeira, *Os cristãos-novos de Elvas no reinado de D. João IV. Heróis ou anti-heróis?* [Tese de Doutoramento em História], Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 150.

PIRES, Nuno Lemos, “Guerra global portuguesa: a Restauração”, in *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, Vol. 30, pp. 337-353.

PUNTONI, Pedro, “A moeda na Restauração: da prática à política monetária em Portugal (1640-1642)”, in *Análise Social*, 2019, Liv. 1.º, N.º 230, pp. 34-57.

REVILLA CANORA, Javier, “Un noble napolitano en la Guerra de Portugal: Francisco Tuttavilla, duque de San Germán, general del Ejército de Extremadura”, in LABRADOR ARROYO, Félix, *II Encuentro de Jóvenes investigadores en Historia Moderna. Líneas recientes de Investigación en Historia Moderna*, 2015, pp. 389-399.

RIBEIRO, Ângelo, “A Restauração da Independência – O início da dinastia de Bragança”, in SARAIVA, José Hermano (coord.), *História de Portugal – A Restauração da Independência*, Matosinhos, Quidnovi – Edições e Conteúdos, 2004, Vol. V.

RODRÍGUEZ REBOLLO, María, “El Consejo de Estado y la Guerra de Portugal (1660-1668)”, in *Investigaciones Históricas: época moderna e contemporánea*, 2006, N.º 26, pp. 115-136.

SÁNCHEZ BELÉN, Juan, “El impacto de la Independencia en la Hacienda Castellana”, in Manuela Mendonça (dir.), *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, Vol. I, pp. 379-394.

SANTO, Gabriel Espírito, *Batalhas da História de Portugal. Restauração*, Matosinhos, QuidNovi, 2006.

SANTO, Gabriel Espírito, *Montes Claros 1665*, Lisboa, Tribuna da História, 2005.

SARAIVA, Daniel M. P., “As janelas da realidade: a função política das relações de sucessos na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668)”, in GARCÍA LÓPEZ, Jorge, BOADAS CABARROCAS, Sònia (coord.), *Las relaciones de sucesos em los cambios políticos y sociales de la Europa moderna*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, 2015, pp. 323-333.

SOUSA, Ana Teresa de, “The Portuguese Restoration War (1640-1668) and the Mutable Faces of the Castilian Enemy”, in GRAZIANI, Irene, SPISSU, Maria Vittoria (coord.), *Il Mito del Nemico. Identità, alterità e loro rappresentazioni*, Argelato (Bologna), Minerva, 2019, pp. 381-386.

SOUSA, Jorge Pedro, *A Gazeta da ‘Restauração’. Primeiro Periódico Português – Uma análise do discurso*, Covilhã, LabCom, 2011.

SOUSA, Luís Costa e, *Escrita e Prática de Guerra em Portugal* (Tese de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão), Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2013.

SOUZA, Lucas Moraes de, “O pensamento político por de trás da restauração portuguesa e o reinado de D. João V: a Razão de Estado na repressão à sublevação de Vila Rica de 1720”, in *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal, julho 2013, pp. 1-11.

TERRAZA LOZANO, Antonio, “O parecer do Conde de Rebolledo (1667) e o fim da Guerra da Restauração. Castela e Portugal após a Monarquia das nações”, in David

Martín Marcos, José Mata Iñurritegui, Pedro Cardim [org.], *Repensar a Identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*, Lisboa, CHAM, 2015, pp. 131-154.

TORGAL, Luís dos Reis, “A Restauração’: Breves reflexões sobre a sua historiografia”, *in Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1977, N. 1, pp. 23-40.

TORGAL, Luís dos Reis, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração: contributo para o seu estudo* (Tese de doutoramento em História da Cultura Medieval e Moderna), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1978.

TORGAL, Luís dos Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. I.

TORGAL, Luís dos Reis, “Restauração e ‘Razão de Estado’”, *in Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.p 9/10, pp. 163-167.

TRÁPAGA MONCHET, Koldo, *La reconfiguración política de la monarquía católica: La actividad de don Juan José de Austria (1642-1679)* [Tesis doctoral Historia Moderna – Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, *A Independência de Portugal – Guerra e Restauração 1640-1680*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, “David Lewis Tengwall, The Portuguese Revolution (1640-1668). A European War of Freedom and Independence”, *in E-JPH*, 2011, Vol. 9, N.º 2, pp. 89-95.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael Valladares, “El camino a Carlos II. Haro, Felipe IV y la restauración del gobierno personal en España”, *in Espacio, Tiempo y Forma*, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2020, Série IV, Vol. 33, pp. 43-64.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, *El mundo de un valido. Don Luis de Haro y su entorno (1643-1661)*, Madrid, Marcial Pons, 2016.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, “Haro sin Mazarino. España y el fin del «orden de los Pirineos» en 1661”, *in Pedralbes*, 2009, N.º 29, pp. 339-393.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, *La Rebelión de Portugal (1640-1680), Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1998.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, “Por toda la Tierra”. *España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700)*, Lisboa, CHAM, 2016.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, “Sobre Reyes de Invierno. El Diciembre Portugués y los Cuarenta Fidalgos (o algunos menos, con otros más)”, *in Pedralbes*, 1995, N.º 15, pp. 103-136.

XAVIER, Ângela Barreto, “A crise política de 1667-1668”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 368-368.

RIBOT GARCÍA, Luis Ribot, “Conflicto y lealdad en la Monarquía Hispánica durante el siglo XVII”, in Francisco Aranda Pérez (coord.), *La Declinación de la Monarquía Hispánica em el siglo XVII*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2004, pp. 39-66.

2.4. Diplomacia e diplomatas portugueses durante a Guerra da Restauração

AZEVEDO, Pedro Augusto de, *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1928.

BRAZÃO, Eduardo, *A Restauração: Relações Diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1940.

CARDIM, Pedro, “A diplomacia da Restauração”, in MATOS, Artur Teodoro de (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 356-357.

CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, FELISMINO, David, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajetórias”, in MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares da (org.), *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 282-325.

CARVALHO, Daniel Oliveira de, “O conflito político português na Europa em meados do século XVII: diplomacia, informação e imprensa”, in *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, CERMA, 2014.

OpenEdition Journals: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/65837#entries> (consult. 5 mar. 2020).

CARVALHO, Daniel Pimenta de, “Francia interessada con Portugal: a diplomacia da Restauração e a publicística de Antonio Moniz de Carvalho”, in GRAMMONT, Guiomar de, MENESES, José Coelho, ALMADA, Márcia (org.), *Anais: Seminário internacional cultura escrita no mundo moderno*, Belo Horizonte, 2019, pp. 20-26.

CESAR, Thiago Groh de Mello, *A Política externa de D. João IV e o Padre António Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)* [Dissertação de Mestrado em História], Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.

DIAS, Eurico Gomes, *Gazeta da restauração: 1641-1648, uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*, Lisboa, MNE – Instituto Diplomático, 2006.

FARIA, Ana Leal de, *Arquitetos da Paz: a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

GOMES, Cassiana Gabrielli, *Diplomacia e concorrência colonial. Portugal e França 1640-1715* (Tese do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, 2014.

LIMA, Rafael Marques de, *João de Guimarães Goliás, o Homem e o Diplomata (1599-1653)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade do Minho, 2016.

LOUREIRO, Marcello Gomes, “O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política da monarquia pluricontinental (1640-1668) – notas de pesquisa”, in *Colloque Le “bon gouvernement des peuples”: une recherche collaborative et son contexte historiographique*, 2013. Open Edition Journals: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/65830> (consult. 17 jan. 2017).

MACEDO, Jorge Borges de, “Constantes e linhas de força da história diplomática portuguesa”, in *Revista Nação e Defesa*, 1976, N.º 2, pp. 168-191.

PRESTAGE, Edgar, *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

PRESTAGE, Edgar, *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668*, Watford, Voss and Michael, 1925.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves, CARVALHO, José de Freitas, *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*, Porto, CITCEM-Edições Afrontamento, 2011.

SILVA, Pedro José Barbosa da, *António de Sousa de Macedo. Diplomata, Conselheiro da Fazenda, Secretário de Estado* (Dissertação de Mestrado em História), Universidade de Coimbra, 2015.

SOARES, Carolina Esteves, *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela. Propósitos e contratempos da diplomacia portuguesa em Madrid (1668-1686)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2015.

SOUZA, Erica Camarotto de, *Apontamentos Diplomáticos sobre Consultas do Conselho Ultramarino referentes à Capitania de São Paulo* (Dissertação de Mestrado em Letras), Universidade de São Paulo, 2007.

2.5. Sociedade e poder em Portugal no contexto da Restauração da Independência

ARAÚJO, Maria Lobo de, “Vila Viçosa, as esmolas e os pobres do duque D. João II (1636-1646)”, in *Revista de Demografia Histórica*, Saragoça, 2004, vol. XXII-II, p. 183-205.

CARDIM, Pedro, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”, in *Tempo*, 2002, Vol. 7, N.º 13, pp. 13-59.

CARDIM, Pedro, “A conjuntura política do primeiro quartel do século XVII”, in MATOS, Artur Teodoro de (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 340-341.

CARDIM, Pedro Cardim, “Cortes e procuradores do reinado de D. João IV”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, pp. 63-71.

CARDIM, Pedro, “Memória comunitária y Dinámica Constitucional en Portugal (1640-1750)”, in FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (ed.), *Los Borbones. Dinastía y memoria de nación em la España del siglo XVIII*, Madrid, Casa de Velázquez, 2002, pp. 117-140.

CARDIM, Pedro, “Os ‘rebeldes de Portugal’ no Congresso de Munster (1644-48)”, in *Penélope: Estudos*, 1998, N.º 19-20, pp. 101-128.

CARDIM, Pedro Cardim, “‘Portuguese rebels’ at Munster. The diplomatic self-fashioning in the mid-17th century European Politics”, in DUCHARDT, Heinz (org.), *Der Westfälische Friede. Diplomatie, politische Zäsur, Kulturelles Umfeld, Rezeptionsgeschichte*, Munique, R. Oldenbourg, 1988, pp. 293-333.

COSTA, Fernando Dores, “As forças sociais perante a guerra: as cortes de 1645-46 de 1653-54”, in *Análise Social*, 2001, Vol. XXXVI, pp. 1147-1181.

COSTA, Fernando Dores, “Governadores de armas, mestres de campo e capitães-mores no Alentejo na Guerra durante a Guerra da Restauração: Inovações na administração e centros periféricos de poder”, in VILAR, Hermínia Vasconcelos, CUNHA, Mafalda Soares da, FARRICA, Fátima (coord.), *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul*, Lisboa, edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2012, pp. 199-227.

COSTA, Fernando Dores, “O Conselho de Guerra como lugar de poder: a delimitação da sua autoridade”, in *Análise Social*, Vol. XLIV, 2009, pp. 379-414.

COSTA, Fernando Dores, “Sobre os militares estrangeiros na Guerra da Restauração”, in Miguel Ángel Melón Jiménez, Miguel Rodríguez Cancho, Isabel Testón Núñez, María Rocío Sánchez Rubio [ed.], *Dinámica de las fronteras em período de conflictos*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2019, pp. 71-86.

COSTA, João Camilo, *O cerimonial na construção do Estado Moderno: Portugal no concerto europeu (1640-1704)* [Dissertação de Mestrado – História das Relações Internacionais], Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2013.

COTTA, Francis Albert, “Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna: Um olhar sobre o caso português”, in *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, Julho/Agosto/Setembro 2007, Vol. 4, Ano IV, N.º 3.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da Cunha, “Elites e mudança política. O caso da conspiração de 1641”, in PAIVA, Eduardo França (org.), *Encontro Brasil-Portugal: Sociedades, Culturas e Formas de Governar no Mundo Português, séculos XVI a XVIII*, S. Paulo, Annablum Editora, 2006, pp. 325-343.

CUNHA, Mafalda Soares da, “From Dukes to Kings. Particular aspects of the development of the house of Braganza within the Iberian context (16th and 17th centuries)”, in SABATINI, Gaetano, DE LUCA, Giuseppe (eds.), *Growing in the Shadow of an Empire. How Spanish Colonialism Affected Economic Development in Europe and in the World (XVIth-XVIIIth cc.)*, Milão, FrancoAngeli, 2012, pp. 299-318.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Relações de poder, patrocínio e conflitualidade. Senhorios e municípios (séculos XVI-1640)”, in CUNHA, Mafalda Soares da, FONSECA, Teresa (eds.), *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-UÉ, pp. 87-108.

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV-XVIII”, in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 47-75.

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Jerarquía nobiliaria y corte en Portugal (siglo XV-1832)”, in CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.), *Poder y movilidad social. Cortesanos, religiosos y obligarquias en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Universidad de Murcia, 2006, pp. 181-212.

DANTAS, Vinicius, “A privança no Portugal restaurado: A historiografia sobre o 3.º conde de Castelo Melhor”, in *Ler História*, 2013, N.º 64, pp. 201-214.

DANTAS, Vinicius, *O Conde de Castelo Melhor: Valimento e razões de Estado no Portugal Seiscentista (1640-1667)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade Federal Fluminense, 2009.

FARRICA, Fátima, “A Casa de Bragança e o governo das terras do Alentejo no século XVII”, in Hermínia Vasconcelos Vilas, Mafalda Soares da Cunha, Fátima Farrica (coord.), *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Séculos XII-XVIII)*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-UÉ, 2013, pp. 67-94.

GAMA, Maria Luísa, *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado – Teorização, Orgânica e Exercício do Poder Político na Corte Brigantina (1640-1706)* [Tese de Mestrado], Universidade de Lisboa, 2011.

HESPANHA, António Manuel, “Os juristas e o poder”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal – o milénio português*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 360-361.

LOPES, Carlos da Silva, “A nobreza da Restauração”, in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1941, Vol. 5, pp. 163-183.

LOUREIRO, Marcello José Gomes, “O governo por Conselhos na monarquia portuguesa do pós-Restauração: algumas notas de pesquisa”, in *XXVIII Simpósio nacional de História, Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis, 2015, pp. 1-9

https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945020_08ba09855c92ceb73ceaf9e4c538d030.pdf (consult. 17 nov. 2018).

SOROMENHO, Miguel, “O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II”, in FARIA, Miguel Figueira de (coord.), *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um Espaço Urbano*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, pp. 37-71.

VARANDA, Lúcia de Melo, *D. António Luís de Meneses 1º Marquês de marialva – O militar e o Político* (Dissertação de mestrado em História), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel, “A representação da sociedade e do poder”, in José Mattoso [org.], *História de Portugal*, Editorial Estampa, 1998, Vol. 4, pp. 121-155.

2.6. Monarcas e monarquia portuguesa e europeia no século XVII

COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

CURTO, Diogo Ramada, “Filipe III (II de Portugal)”, in José Mattoso (dir.), “Os régios protagonistas do poder: conjunturas políticas”, *História de Portugal*, 1993, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. 3, pp. 570-571.

JESUS, [Frei] Rafael de Jesus, *Primeiro volume da 18.ª parte da “Monarchia Lusitana”*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1958, Tomo I.

JESUS, [Frei] Rafael de Jesus, ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Primeiro volume da 18ª Parte da ‘Monarchia Lusitana’*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, vol. II.

MARQUES, António de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Editora Ágora, 1972.

RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2015.

VALLANCE, Monique, *A rainha restauradora: Luísa de Gusmão*, Maia, Círculo de Leitores, 2012.

XAVIER, Ângela Barreto, “*El Rei aonde pôde, & não aonde quer*”. *Razões da Política no Portugal Seiscentista*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

2.7. A arquitetura e engenharia militares no período moderno: ciência, técnica e arte

ANDRADE, José Carneiro de, *Ratio Studiorum, do ensino tutorial ao ensino em sala de aula* (Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

ANTUNES, Tiago Molarinho, ANDRÉ, Paula, “A composição Arquitectónica no Tractado de Architectura Que Leo o Mestre, e Archit.º Matheus do Couto o velho No Anno de 1631”, in ANDRÉ, Paula, RODRIGUES, Paulo Simões, ALVES, Margarida Brito (ed.), *Laboratório colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. III Seminário de investigação, ensino e difusão*, Lisboa, DINÂMIA’CET-IUL, 2018, pp. 46-56.

ARÉVALO RODRÍGUEZ, Federico, *La Representación de la Ciudad en el Renacimiento: Levantamiento Urbano y Territorial*, Barcelona, Fundación Caja de Arquitectos, 2003.

ASSUNÇÃO, Paulo de, “Os Colégios Jesuíticos e a Produção e Circulação do saber no Império Colonial Português”, in RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, JUNIOR, Oriomar Skalinski, Toledo, César de Alencar Arnaut (org.), *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial*, Maringá, EDUEM, 2014, vol. II.

BARATA, Manuel Themudo, “Ensino Militar: Primeiros Passos”, in *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, vol. 3.

BARROCA, Mário Jorge, “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas – Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid”, in ROSAS, Lúcia, SOUSA, Ana Cristina, BARREIRA, Hugo (coord.), *Genius loci: lugares e significados: breves reflexões*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2016, vol. 2.

BOFFA, Sergio, «Le plan ideal d’un campement militaire selon la Castrametatio de Simon Stevin (1617)», in EIKHADEM, H., BRACKE, W. (eds.), *Simon Stevin 1548-1620: l’émergence de la nouvelle science*, Brepols, 2005, p. 115-121.

BRAGARD, Philippe, “Menno van Coehoorn (1641-1704), contemporain et rival hollandaise de Vauban”, in VIROL, Michèle, BRAGARD, Philippe (coord.), *Vauban et ses successeurs en Artois, Glandres & Picardie. Actes des congrès de l’association Vauban à Gravelines (2004) et Arras (2008)*, Paris, Association Vauban, 2012, pp. 103-144.

BUCHO, Domingos Almeida, *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*, Lisboa, Colibri, 2010.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, “De Quanto Serve a Ciência do Desenho no Serviço das Obras de El-Rei”, *Actas do Colóquio Internacional “Universo Urbanístico Português 1415-1822”*, ARAÚJO, Renata (coord.), Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 267-281.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, “Entre teoria e prática. A cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII”, in *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, 2007.
Disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/271?lang=es> (consult. 7 mar. 2016).

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, “Formação e metodologia de trabalho dos engenheiros militares: a importância da ‘ciência do desenho’ na construção de edifícios e cidades”, in TEIXEIRA, Manuel (ed.), *A Construção da Cidade Brasileira*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.

CÁMARA MUÑOZ, Alicia, “Cristóbal de Rojas. De la cantería a la ingeniería”, in CÁMARA MUÑOZ, Alicia, REVUELTA POL, Bernardo (coord.), *Ingenieros del Renacimiento*, Segovia, Fundación Juanelo Turriano, 2014, pp. 135-161.

CÁMARA MUÑOZ, Alicia, “Leonardo Turriano al servicio de la Corona de Castilla”, in CÁMARA MUÑOZ, Alicia, MOREIRA, Rafael, VIGANÓ, Marino (eds.), *Leonardo Turriano: ingeniero del rey*, Madrid, Fundación Juanelo Turriano, 2010, pp. 15-117.

CÁMARA MUÑOZ, Alicia, “Tiburzio Spannochi, ingeniero mayor de los reinos de España”, in *Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, 1988, N° 2, pp. 77-90.

CÁMARA MUÑOZ, Alicia, “La arquitectura militar y los ingenieros de la monarquía española: aspectos de una profesión (1530-1650)”, in *Revista de la Universidad Complutense*, Madrid, 1981, N.º 3, pp. 255-269.

CAMPILLO, Antonio, *La Fuerza de la Razon. Guerra, Estado y ciência en los tratados militares del Renacimiento, de Maquiavelo a Galileo*, Facultad de Letras – Universidad de Murcia, 1986.

CAMPOS, João, “A fronteira pré-Vauban de Portugal. Ensaio da nova estratégia e da arquitetura militar moderna da Europa”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, pp. 241-280.

CANAS, António Costa, *A obra náutica de João Baptista Lavanha (C. 1550-1624)*, Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

CANTOS, Priscila Kelly, *A educação na Companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuíticos* (Dissertação de Mestrado em Educação), Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2009.

CARITA, Rui, “O ensino das Matemáticas nos Colégios Jesuítas de Portugal e a sua passagem ao Ensino da Fortificação”, in *Territórios, Raias e Fronteiras – Sistemas de Fortificação* (Comunicação no 7º Seminário Internacional sobre Arquitetura Militar de Almeida), Almeida, CEAMA, 30 e 31 de agosto de 2013, pp. 1-13.

CHOAY, Françoise, *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Lisboa, Caldeidoscópico, 2007.

CID, Pedro de Aboim Inglez, “Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas”, in *Estudos/Património*, Lisboa, IPPAR, N.º 8, pp. 108-119.

CID, Pedro de Aboim Inglez, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Lisboa, IPPAR, 2005.

COELHO, João de Castro Carreira, *Arquitetura militar: as fortalezas de São Tiago e São João Baptista do Funchal* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade Lusíada de Lisboa, 2019.

COELHO, Teresa Campos, *Os Nunes Tinoco: uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Documenta, 2018.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, “Fortificação moderna, engenheiros militares e defesa do território: redes de atuação intercontinental”, in SIMÕES, Ana, DIOGO, Maria Paula (coord.), *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal: Novos Horizontes – sécs. XV-XVII*, Lisboa, Tinta da China, 2021, Vol. 1, pp. 417-449.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, “A fortificação no contexto da cultura arquitetónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral”, in ROCHA, M. J. Moreira da (coord.), *História da Arquitetura – Perspetivas Temáticas*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019, pp. 189-212.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, “Configurando a praça de guerra: o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa”, in *Actas do Universo Urbanístico Português: 1415-1822*, in *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, Coimbra, 2001, pp. 825-839.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses: 1540-1640* (Tese de Doutoramento em Arquitetura), Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 2008.

CONDE, Antónia Fialho Conde, DIOGO, Maria Paula, “Luís Serrão Pimentel, Manuel de Azevedo Fortes: a construção da engenharia militar portuguesa”, in SIMÕES, Ana, DIOGO, Maria Paula (coord.), *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal: Razão e Progresso – séc. XVIII*, Lisboa, Tinta da China, 2021, Vol. 2, pp. 125-146.

CONDE, Antónia Fialho, “Looking to the future in 17th and 18th century Portugal: Luís Serrão Pimentel, his descendants and their library”, in ALBUQUERQUE, Sara, FERREIRA, Teresa, NUNES, Maria de Fátima, MATOS, Ana Cardoso de, CANDEIAS, António (eds.), *Web of knowledge: a look into the Past, embracing the Future*, Faro, Sílabas & Desafios, 2019, pp. 113-116.

CONDE, Antónia Fialho, HENRIQUES, Maria Virgínia, GUIOMAR, Nuno Gracinhas, “A costa algarvia três séculos depois – o olhar entre a Geografia e a História”, in *IV*

Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto, 9-12 novembro 2011, pp. 1-22.

DSPACE.UEVORA:

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4066?locale=pt> (consult. 17 fev. 2016).

CONDE, Antónia Fialho, MASSA-ESTEVE, María Rosa, “Teaching Engineers in the Seventeenth Century: European Influences in Portugal”, in *Journal Engineering Studies*, vol. 10, 2018, pp. 115-132. Taylor & Francis Online:

<https://www.tandfonline.com/eprint/2f7rkkufwMvX2AiRgZMq/full#.WzqPBIIIX360.e%20mail> (consult. 2 agos. 2018).

COSTA, Célio Juvenal da, OLIVEIRA, Natália Cristina de, MONTAGNOLI, Gilmar Alves, “Educação luso-brasileira: o Colégio de Santo Antão e as Aulas da Esfera”, in *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, junho 2015, Vol. 3, N.º 3, pp. 23-33.

CRUZ, [Tenente-coronel] João José de Sousa, “Sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenharia, José António Caldas (1725/1782)”, in *Revista Militar*, 2014, N.º 2555.

DUPRÉ, Sven, Geert Vanpaemel, «The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands», in DUPRÉ, Sven, MUNCK, Bert De, THOMAS, Werner, VANPAEMEL, Geert (eds.), *Embattled Territory – The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, Gent, Academia Press, 2015, pp. 7-20.

ESTEVES, Carina Raquel, *O Livro Primeiro de Architectura Naval de João Baptista Lavanha e a arquitectura naval ibérica no final do século XVI, princípios do XVII. O perfil do arquitecto naval* (Dissertação de Mestrado em História Marítima), Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2011.

FINIZIO, Giuliana, *Fortificazione e città: la marca italiana nell'urbanistica portoghese del XVI secolo nell'oltreoceano* (Tese de Doutoramento em Arquitetura), Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006.

FIOLHAIS, Carlos, FRANCO, José Eduardo, “Os Jesuítas em Portugal e a ciência: Continuidades e ruturas (séculos XVI-XVIII)”, in *Brotéria*, N.º 183, 2016, pp. 163-178.

GALINDO DÍAZ, Jorge, *El Conocimiento Constructivo de los Ingenieros Militares del Siglo XVIII: Un estudio sobre la formalización del saber técnico a través de los tratados de arquitectura militar*, Tesis Doctoral, Barcelona, 1996.

GESSNER, Samuel, “Para o estudo do papel histórico dos instrumentos matemáticos: o globo celeste e a gramelogia na Aula da Esfera, 1620-1640”, in *a Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão*. Actas das Jornadas 4 de abril 2008, pp. 1-15.

GONZÁLEZ GARCÍA, Juan Luís, *Alberto Durero: Tratado de Arquitectura y Urbanismo Militar*, Madrid, 2004.

GOTTLER, Christine, MEGANCK, Tine, «Sites of Art, Nature and the Antique in the Spanish Netherlands», in S. Dupré, B. Munck, W. Thomas, G. Vanpaemel (eds.),

Embattled Territory – The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands, Gent, Academia Press, 2015, pp. 333-370.

GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massai (1621 - II Tratado)*, Lisboa, Boletim do arquivo Histórico Militar, 1989, Vol. 58.

HENNINGER-VOSS, Mary, “Measures of success: military engineering and the architectonic understanding of design”, in LEFEVRE, Wolfgang (ed.), *Picturing Machines: 1400-1700*, London, The Mit Press, 2004, pp. 143-172.

HERNANDO SÁNCHEZ, Carlos José, “Guardar secretos y trazar fronteras: el gobierno de la imagen en la Monarquía de España”, in CÁMARA MUÑOZ, Alicia (coord.), *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica*, Fundación Juanelo Turriano, 2016, pp. 143-179.

HOOGENDOORN, Klaas, *Bibliography of the Exact Sciences in the Low Countries from ca. 1470 to the Golden Age (1700)*, Leiden/Boston, Brill, 2018.

JOANNES WITKAM, Henricus, “Jean Gilot (1614-1657) un ingeniero de Leiden muerto en Olivenza”, in *Encuentros/Encontros. Revista Hispano-Portuguesa de Investigadores en Ciencias Humanas y Sociales*, 1997, N.º 3, pp. 207-239.

KRUGER, Mário, *Na Génese das Racionalidades Modernas II – Em torno de Alberti e do Humanismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

LABRADOR HERRÁIZ, María del Carmen, “Aportaciones de la pedagogia Ignaciana a la educación superior”, p. 1-23.

Academia.edu:

https://www.academia.edu/13631436/APORTACIONES_DE_LA_PEDAGOG%C3%8DA_IGNACIANA_A_LA_EDUCACI%C3%93N_SUPERIOR (consult. 2 jun. 2019).

LEFAIVRE, Liane, TZONIS, Alexander, *The Emergence of Modern Architecture: A Documentary History from 1000 to 1810*, Routledge, London, 2004.

LEITÃO, Henrique, *A Ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão, 1590-1759*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LEITÃO, Henrique, *O Livro Científico dos Séculos XV e XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004.

LEITÃO, Henrique, “Sphaera Mundi”, in *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, pp. 19-23.

LEITÃO, Henrique, MARTINS, Lúcia (coord.), *Sphaera mundi: A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

LOMBAREDE, Piet, «Military Engineers in the Spanish Empire: the Input from the Low Countries», in DUPRÉ, S., MUNCK, B., THOMAS, W., VANPAEMEL, G. (éds.), *Embattled Territory – The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, Gent, Academia Press, 2015, pp. 229-251.

LOPES, António, “A educação em Portugal de D. João III à expulsão dos Jesuítas em 1759”, in *Communio, Revista Internacional Católica*, Vol. X, N. 3-4, 1993, pp. 13-41.

LOPES, António, “A primeiríssima Casa da Companhia de Jesus no Mundo e a expansão missionária portuguesa”, in *Brotéria*, Fevereiro de 1990, pp. 204-212.

LOSADA VAREA, Celestina, *La Arquitectura en el otoño del Renacimiento. Juan de Naveda: 1590-1638*, Cantabria, Universidad de Cantabria, 2007.

LOUREIRO, Rui Manuel, “Para os olhos do Rei: iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600”, *Revista Fundação Oriente*, Lisboa, 2007, N.º 18, pp. 66-80.

LUCCA, Denis De, *Jesuits and fortifications. The Contribution of the Jesuits to Military Architecture in the Baroque Age*, Brill, Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 2012.

MAGGIOROTTI, Leone Andrea, *Relazioni storiche pra l'Italia e il Portogallo: memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1949.

MIRANDA, Margarida, “A *Ratio Studiorum* e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa Moderna”, in *Humanitas*, 2011, N.º 63, pp. 473-490.

MORAIS, João Sousa, “Algumas notas sobre Luís Serrão Pimentel”, in *Pedra & Cal*, 2002, N.º 15, p. 29.

MOREIRA, Rafael, “Leonardo Turriano en Portugal”, in Alicia Cámara Muñoz, Rafael Moreira, Marino Viganó (eds.), *Leonardo Turriano: ingeniero del rey*, Madrid, Fundación Juanelo Turriano, 2010, pp. 121-201.

MOREIRA, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal, a Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano* (Tese de Doutoramento em História da Arte), Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1991.

MOREIRA, Rafael, “A Arquitectura Militar”, in SERRÃO, Vítor (coord.), *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Edições Alfa, 1986, Vol. 7, pp. 137-152.

MOREIRA, Rafael, “A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e Academia e a Academia de Matemáticas de Madrid”, in DIAS, Pedro (coord.), *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, pp. 65-77.

MOREIRA, Rafael, “O Torreão do Paço da Ribeira”, in *Separata Mundo da Arte*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1983, N.º 14, pp. 43-48.

MOREIRA, Rafael, *Portugal no Mundo – História das fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

MOREIRA, Rafael, *Reflexos albertinos no Renascimento Português: a descriptio urbis romae, o matemático Francisco de Melo e um mapa virtual de Portugal em 1531*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

MOREIRA, Rafael, *Um tratado português de arquitectura do século XVI: 1576-1579* (Tese de mestrado em História da Arte), Universidade Nova de Lisboa, 1982.

MORGADO, Amílcar, *Elvas – Praça de Guerra (Arquitectura Militar)*, Elvas, Câmara Municipal de Elvas, 1993.

MOTA, Bernardo, “O debate sobre o estatuto da Matemática em Santo Antão a partir de 1590”, in *A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, pp. 45-70.

MOTA, Bernardo, *O estatuto da matemática em Portugal nos séculos XVI e XVII* (Tese de Doutoramento em Estudos de Cultura), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

MOUREAU, Filipe Eduardo, *Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII* (Tese de Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Daniela Maria do, WEBER, Astor, “O Colégio de Santo Antão e a Ciência nos Domínios Portugueses na Modernidade”, in *XIV Encontro Regional de História – 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil*, Universidade Estadual do Paraná, 7 a 10 de outubro de 2014, pp. 2001-2011.

NUNES, António Lopes Pires, *O castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, Estado Maior do Exército, 1988.

NUNES, Maria de Fátima, “Universidade e Modernidade: 1559-2009”, in Maria de Fátima Nunes, Augusto da Silva (orgs.), *“Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo” – A Universidade Jesuítica de Évora 1559-1759*, Évora, Instituto Superior Económico e Social de Évora, 2009, pp. 19-30.

OLIVEIRA, Natália de, COSTA, Célio, MENEZES, Sezinando, “Ciência moderna em Portugal: a ‘aula da esfera’ no Colégio de Santo Antão”, in *Acta Scientiarum*, Maringá, julho-setembro 2017, Vol. 39, N.º 3, pp. 243-253.

PARROT, David, “The Utility of Fortifications in Early Modern Europe: Italian Princes and their Citadels, 1540-1640”, in *War in History*, 2000, N.º 7(2), pp. 127-153.

PASTOREKOVÁ, Laura, VODRÁZKA, Peter, “(In)Visible elements of the city military architecture in the context of Urban structure development”, in *World Multidisciplinary civil engineering-architecture-urban planning symposium*, 2016, pp. 2161-2167.

PATROCÍNIO, Manuel F. S., “A Sabedoria dos Antigos e a Arte de Fortificar – Modelos culturais e fontes para os textos portugueses modernos sobre edição”, in *Humanitas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, Vol. LXIV, pp. 171-189.

PATROCÍNIO, Manuel F. S., “Sinais de uma cultura da monumentalidade: as formas clássicas na arquitectura programática alentejana dos sécs. XVI-XVII”, in Francisco Oliveira, Jorge Oliveira, Manuel Patrocínio (coords.), *Espaços e Paisagens – Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. III, 2012, pp. 241-253.

PAULINO, Francisco Faria, *A Arquitectura militar na expansão portuguesa*, Porto, Maiadouro, 1994.

PEPPER, Simon, ADAMS, N., *Firearms and Fortifications. Military Architecture and Siege Warfare in Sixteenth-Century*, Chicago, Siena, Siena, 1986.

PÉREZ, Liliane, VERNA, Catherine, «La circulation des savoirs techniques du Moyen-âge à l'époque modern. Nouvelles approches et enjeux méthodologiques», in *Tracés. Revue de Sciences humaines*, 2009, N. 16, pp. 25-61.

Open.Edition:

<https://journals.openedition.org/traces/2473> (consult. 17 agos. 2019).

PIRINU, Andrea, *Il Disegno dei Baluardi Cinquecenteschi Nell'Opera dei Fratelli Paleari Fratino: Le piazzeforti della Sardegna*, Borgo S. Lorenzo, All'Insegna del Giglio, 2013.

PIRINU, Andrea, “La traça del fratino: il progetto dei fratelli Palearo Fratino per il forte di San Filippo a Setubal e per la collina di San Giuliani ad Alghero”, in *Archologia Postmedievale*, 2009, N° 13, pp. 195-210.

PRATA, Maria Catharina Queiroz, “Fortificações: símbolos políticos do domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa”, in *VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/RJ, 2011, vol. 12, N° 2, pp. 127-145.

QUARESMA, António Martins, “João Rodrigues Mouro, Engenheiro militar oliventino em Setúbal”, in *Revista de Estudios Extremños*, 2010, Tomo LXVI, N.º 1, pp. 195-238.

QUARESMA, António Martins, *Alexandre Massai, a 'escola italiana' de engenharia militar no litoral Alentejano (séculos XVI e XVIII)*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007.

QUEIRÓ, João Filipe, “A Matemática (1537-1771)”, in CORREIA, A. Ferrer, RAMOS, L. A. Oliveira, SERRÃO, Joel, OLIVEIRA, A. (ed.), *História da Universidade em Portugal – Sec. 5, Cap. V – “O Saber: dos aspectos aos resultados”*, Coimbra, Universidade de Coimbra – Fundação Gulbenkian, 1993, pp. 1537-1571.

RIBEIRO, José Salazar, *Filipe Tércio. Ingegnere e Architetto em Portugal 1577-1597* (Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.

ROSSA, Walter, CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, TRINDADE, Luísa, “Raia e Cidade”, in *Monumentos*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, pp. 6-21.

SARAIVA, Luís, “The Jesuit mathematicians of the Portuguese Assistancy and the Portuguese historians of mathematics (1819-1940)”, Luís Saraiva, Catherine Jami (eds.), *The Jesuits, The Padroado and East Asian Science (1552-1773)*, Singapore, World Scientific Publishing Co, 2008, pp. 1-31.

SEVERINO, Carmelindo Mourato, *De Sagres a Troia, fortalezas 1580-1680* (Dissertação de Mestrado em História), Universidade de Évora, 2014.

SILVA, Ana Santana, MARTINS, Lígia de Azevedo, *A Ciência do Desenho: Ilustração na Coleção de Códices da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

SILVA, Ana Cristina, MARTINS, Lígia, FERREIRA, Teresa Duarte, “Os manuscritos da ‘Aula da Esfera’ – dúvidas e certezas”, in MARTINS, Lígia, LEITÃO, Henrique (coord.), *Spahera mundi: A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, pp. 89-98.

SOROMENHO, Miguel, BRANCO, Ricardo Lucas, “The architectural career of Filippo Terzi in Portugal (1577-1597)”, in FROMMEL, Sabine, ANTONUCCI, Micaela (coord.), *Da Bologna all Europa. Artisti Bolognesi in Portogallo (secoli XVI-XIX)*, Bologna, Bononia University Press, 2017, pp. 101-123.

SOUSA, Ana Teresa de, “A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação das fortificações abaluartadas em Portugal e nos territórios ultramarinos: a importância dos Regimentos e Aulas de Fortificação”, in *V EJIHM – V Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2017, pp. 1-31.

SOUSA, Ana Teresa de, “D. Pedro II e o Impulsionar das Fortificações em Portugal, Angola e Brasil: Regimentos e Aulas de Fortificação”, in *Atas do 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira – “Culturas Partilhadas”*, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2016, vol. 2, pp. 641-651.

SOUSA, Ana Teresa de, “Le génie militaire et l’évolution du système de fortification: théorie et pratique dans le contexte de la guerre de Restauration du Portugal (1640-1668)”, in Jérôme Baudry, Jan Blanc, Liliane Hilaire-Pérez, Marc Ratcliff, Sylvain Wenger (coord.), *Produire du nouveau ? Arts – techniques – science em Europe (1400-1900)*, Editions CNRS Alpha, 2021, pp. 103-112.

SOUSA, Ana Teresa de, “Le modele de construction italien dans le sud du Portugal et ses territoires d’outre-mer (1513-1621)”, in *Cahiers d’études italiennes – Les Italiens em Europe (2). Circulations artistiques, littéraires et savantes (XVe-XVIIIe siècles)*, Grenoble, UGA Éditions/Université Grenoble Alpes, 2020, pp. 1-13.

SOUSA, Ana Teresa de, “O modelo italianizante no Sul de Portugal (século XVI): o caso do castelo de Vila Viçosa”, in *E-Stratégica*, Múrcia, 2017, Nº 1, pp. 63-109.

SOUSA, Ana Teresa de, “Saint-Colombe y Luís serrão Pimentel: Debates y Confrontaciones”, in GAJATE BAJO, María, GONZÁLEZ PIOTE, Laura (eds.), *Guerra y Tecnología: interacción desde la Antigüedad al Presente*, Madrid, Fundación Ramón Areces, 2017, pp. 207-231.

SOUSA, Jesus Maria, “Os Jesuítas e a Ratio Studiorum. As raízes da formação de professores na Madeira”, in *Islenha*, 2003, N. 32, pp. 26-46.

SOUSA, [Tenente-Coronel] Pedro Marquês de, “A Aula de Artilharia e Esquadria Criada em 1641 em Portugal”, in *Proelium VII*, 2016, N.º 11, pp. 23-33.

SOUSA, [Tenente-Coronel] Pedro Marquês de, *Biografia de Luís Serrão Pimentel (1613-1679)*, Academia Militar, 2014.

SOUSA, [Tenente-coronel] Pedro Marquês de, *Tenente-General de Artilharia e Engenheiro Mor Luís Serrão Pimentel (1613-1679)*, Academia Militar, 2014.

SUÁREZ QUEVEDO, Diego, “Navegación fluvial e ingeniería militar en España, siglos XVI-XVII. De Pérez de Oliva y Antonelli, a Leonardo Torriani y Luis Carduchi”, in *Anales de Historia del Arte*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2007, N.º 17, pp. 117-153.

TAVARES, Domingos, *António Rodrigues – Renascimento em Portugal*, Porto, Dafne, 2007.

TAVARES, Pedro, GUILHERME, Sofia, PEREIRA, Fernando, “A família Turriano: Arquitectura e Branding na Casa de Habsburgo e na Casa de Bragança”, in Centro de Estudos Ibéricos: XVIII Curso de Verão: Novas fronteiras, outros diálogos: Património Cultural, Cooperação e Desenvolvimento Territorial, Guarda, 2018, pp. 1-15.

VALADARES, Pedro Henrique Cabral, *A Tratadística da Arquitetura militar europeia como referência para o recife fortificado (1537-1654)* [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano], Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

VALLA, Margarida, *Os engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João V, (1640-1750)* [Tese de Doutoramento em História da Arte], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

VANPAEMEL, Geert, “Mechanics in Jesuit Textbooks”, in Walter Laird, Sophie Roux (eds.), *Mechanics and Natural Philosophy before the Scientific Revolution*, Netherlands, Springer, 2008, pp. 259-274.

VAZ, Francisco Lourenço, “O ensino dos jesuítas na Universidade de Évora: uma leitura dos primeiros estatutos”, in *História da Educação*, 2016, Vol. 20, N.º 28. (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592016000100159 – consult. 18 jun. 2019).

VÉRIN, Hélène, *La gloire des ingénieurs: L’intelligence technique du XVIe au XVIIIe siècle*, Éditions Albin Michel, 2014.

VIGANÓ, Mario, *L'architettura militare nell'età di Leonardo. Guerre milanesi e diffusione del bastione in Italia e in Europa*, in *Atti del Convegno Internazionale di Studi* (2-3 juin 2007), Locarno, Scoela magistrale, pp. 231-253.

WOORTMANN, Klaas, *Religião e ciência no Renascimento*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

YÁÑEZ PACIOS, R. T., ECHARRI IRIBARREN, V., “Tiburzio Spannocchi’s Project for the fortifications of Fuenterrabía in 1580”, in *Proceedings of the 3th International Conference on Defence Sites: Heritage and Future*, WIT Transactions on The Built Environment, 2016, vol. 158, pp. 61-72.

ZANIBONI, Paulo, *A transferência do Colégio das artes aos jesuítas. A atuação de D. João III à margem do pressuposto da personalidade (1540-1557)* [Dissertação de Mestrado em História], Universidade de São Paulo, 2011.

2.8. A fronteira luso-castelhana no período moderno

CALDERÓN VÁZQUEZ, Francisco, “Reviewing the Spanish-Portuguese border: Conflict, interaction and cross-border cooperation”, in *Estudios Fronterizos*, 2015, Vol. 16, N.º 31, pp. 39-55.

CALDERÓN VÁZQUEZ, José, “Repasando la frontera hispano-portuguesa: Conflicto, interacción y cooperación transfronteriza”, in *Estudios Fronterizos*, Nueva época, 2015, Vol. 16, N.º 31, pp. 65-89.

CARCEDO, Diego, “España y Portugal, siglos de incompreensión en la venciidad”, in *Iberismo. Las relaciones entre España y Portugal y tiempo actual y otros estudios sobre Extremadura*, Sociedad Extremeña de Historia, 2008, pp. 41-54.

CARO DEL CORRAL, Juan Antonio, “La frontera caraceña ante la Guerra de restauración de Portugal: organización defensiva y sucesos de armas (1640-1668)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2012, N.º LVIII-1, pp. 187-226.

CARO DEL CORRAL, Juan Antonio, “Violencia y muerte en la raya: Zarza la mayor y su comarca durante la Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668)”, in *Revista Alcántara*, 2009, N. 70, pp. 9-25.

CASTRO FERNÁNDEZ, José de, “The Extremadura frontier during the Portuguese War of Restoration. The engineers of the Hispanic Crown”, in CAMPOS, João (coord.), *O Sítio do Castelo Medieval/Sua importância e evolução histórica*, Almeida, CEAMA, 2014, Vol. 1, pp. 63-87.

CAVACO, Carminda, “Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial”, in *Finistierra*, 1997, Vol. 32, N.º 63, pp. 159-166.

CAYETANO ROSADO, Moisés, *La raya Ibérica, del campo de Batalla al de la emigración. Y otras cuestiones peninsulares*, Fundación CB, 2018.

CAYETANO ROSADO, Moisés, “Red Extremeño-Alentejana de ciudades Abaluartadas”, in MARTOS NÚÑEZ, Eloy, MARTOS GARCÍA, Alberto (coord.), *El Patrimonio Cultural: Tradiciones, Educación y Turismo*, Cáceres, Puertas a la lectura 20/21 – Universidad de Extremadura, 2008, pp. 85-90.

COBOS-GUERRA, Fernando, CAMPOS, João, *Almeida/Ciudad Rodrigo – La Fortificación de la Raya Central*, Salamanca, Consorcio Transfronterizo de Ciudades Amuralladas, 2013.

LORENZANA DE LA PUENTE, Felipe, “Extremadura, siglos XVII-XVIII. La frontera como condicionante político”, in *Revista de Extremadura*, 1992, pp. 49-70.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, “Esquilando a la población civil: militares y guerra en la frontera extremeño-alentejana”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, pp. 17-46.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, “Estremadura espanhola, 1640-1668: Concelhos e cargos concelhios face aos alojamentos militares”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, N.º 9/10, pp. 99-114.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

CRUXEN, Edison, “O Viajante Duarte Darnas e a sua Obra Imagética sobre a fronteira luso-castelhana (1509)”, in *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, vol. 5, pp. 82-100.

DIAS, Maria Helena, *Finis Portugalliae = Nos Confins de Portugal – Cartografia militar e identidade territorial*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2009.

DUCLOS BAUTISTA, Guillermo, “La fortificación de la raya peninsular. Su caracterización en los siglos XVII y XVIII”, in *O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2014, N. 18, pp. 183-228.

DUCLOS BAUTISTA, Guillermo, *La fortificación de um território. Arquitetura militar en la raya de Huelva, siglos XVII y XVIII*, Huelva, Diputación de Huelva, 2002.

FARIA, Miguel Figueira de, “Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola”, in *Anais, Série História*, Lisboa, 1992, pp. 157-187.

FREITAS, Jorge Penim de, “O sentido de ‘pertença’ na raia alentejana durante a Guerra da Restauração: identidades e fidelidades num clima de conflito”, in *Revista de Estudos Extremeños*, 2017, Tomo LXXIII, N.º III, p. 2611-2624.

GARCÍA BARRIGA, Felicísimo, “Guerra en la frontera: La independencia de Portugal y sus efectos sobre Extremadura”, in *Iberismo. Las Relaciones entre España y Portugal. Historia y Tiempo Actual y Otros estudios sobre Extremadura*, VIII Jornadas de Historia de Llerena, Llerena, 2007, pp. 171-180.

GARCÍA GÓMEZ, Ramón, “Virai costas a Castela. Las fortificaciones de la Beira Baixa portuguesa”, in *Actas do 11º Seminário Internacional sobre Arquitectura Militar*, Almeida, Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, 2017, N.º 17, pp. 162-208.

GIL SOTO, Alfonso, “El Impacto de la Guerra de Sucesión Portuguesa 1640-1668. En los territorios de la Raya Extremeña”, in *Alcántara: revista del Seminario de Estudios Cacereños*, 2001, N.º 53-54, pp. 175-188.

GARCÍA MEDINA, Eusebio, “Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)”, in *Revista de estudos extremeños*, 2006, Vol. 62, N.º 2, p. 713-724.

MOREIRA, Luís, *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII* (Tese de Doutoramento em Geografia), Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho, 2012.

MOREIRA, Luís, “Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d’Abbeville, 1654”, in *Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, 2017, Vol. XXII, N.º 1.193, pp. 1-17.

PIRES, Ema, “«Nós, os Outros»: Sobre identidade e alteridade na fronteira de Portugal”, in FIGUEIRA, Eduardo, BALTAZAR, Maria, SERRANO, Maria (coord.), *Questões Sociais Contemporâneas - Actas da VIII Jornadas do Departamento de Sociologia*, Évora, Universidade de Évora, 2006, pp. 128-136.

RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José, “Nación, fidelidad y frontera durante la Guerra de Restauración de Portugal (1640-1668)”, in MENA, Iñesta, MATEOS ASCAÍBAR, Francisco (coord.), *España, Nación y Constitución y otros estudios sobre Extremadura*, Llerena, Sociedad Extremeña de Historia, 2011, pp. 63-76.

RODRÍGUEZ TREJO, María José, “El abaluartamiento de la frontera castellano-portuguesa durante la Guerra de Restauración portuguesa (1640-1668)”, in CAYETANO ROSADO, Moisés, *Actas II Jornada de Fortificaciones Abaluartadas: La fortificación portuguesa. De Don Dinis a la Guerra da Restauração y sus incidências em la plaza fuerte de Olivenza*, Diputación de Badajoz, 2019, pp. 77-88.

RODRÍGUEZ TREJO, María José, “La frontera extremeña durante la Guerra de Restauración portuguesa (1640-1668)”, in GALLIA, Arturo, *Nuove prospettive della ricerca storica e geografica*, Roma, Centro Italiano per gli studi Storico-geografici, 2016, pp. 69-80.

RODRÍGUEZ TREJO, María José, “La Guerra de Restauración Portuguesa y la frontera: una nueva línea de investigación”, in LABRADOR ARROYO, Félix (coord.), *II Encuentro de Jóvenes investigadores em Historia Moderna, Líneas recientes de Investigación em Historia Moderna*, Madrid, Universidad Rey Juan-Carlos, 2015, p. 555-572.

SÁNCHEZ RUBIO, Carlos, TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, SÁNCHEZ RUBIO, Rocío, *Corographía y descripción del territorio de la plaza de Badaxos y fronteras del Reyno de Portugal confinantes a ella*, Mérida, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas 2003.

SANTANA, Ricardo Fonseca, *A circulação de “gentes” e “cousas” entre Portugal e Castela nos séc. XIV e XV* (Dissertação de Mestrado em História Medieval), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019.

SIMÕES, Dulce, “Fronteras estatales y relaciones sociales en la frontera hispano-portuguesa. El caso de Barrancos y Oliva de la Frontera”, in *A Gazeta de Antropologia*, 2008, N.º 24/2, pp. 1-12.

SOUSA, Ana Teresa de, “La frontera del Alentejo durante la Guerra de Restauración (1640-1668)”, in *Revista Historia Autónoma*, Madrid, 2017, N.º 12, pp. 99-109.

TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, SÁNCHEZ RUBIO, Carlos, SÁNCHEZ RUBIO, Rócio, *El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, Badajoz, Caja de Ahorros de Badajoz, 2014.

TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, SÁNCHEZ RUBIO, Rocio, “Fronteras de tierra y mar. El Archivo cartográfico de um militar-burócrata”, in MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel, RODRÍGUEZ CANCHO, Miguel, TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, SÁNCHEZ RUBIO, Rocio (eds.), *Dinámica de las fronteras em períodos de conflicto. El Imperio español (1640-1815)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2019, p. 389.

TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, SÁNCHEZ RUBIO, Carlos, SÁNCHEZ RUBIO, Rocio, *Planos, Guerra y frontera. La raya Luso-extremeña en el Archivo Militar de Estocolmo*, Madrid, Gabinete de Iniciativas de Extremadura, 2003.

TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, SÁNCHEZ RUBIO, Carlos, SÁNCHEZ RUBIO, Rocio, “Un grupo de ingenieros italianos en la frontera luso-extremeña (1675-1669)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2015, Tomo LXXI, N. 1, pp. 327-356.

TORRE NÚÑEZ, José Alonso de la, *La frontera que nunca existió. Viaje por la Raya de Extremadura y el Alentejo*, Editora Regional de Extremadura, 2006.

VLEUTEN, Erik van der, FEYS, Torsten, “Borders and Frontiers in global and transnational history”, in *Journal of Modern European History*, 2016, Vol. 14, pp. 29-34.

WHITE, Lorraine, “Estrategia geográfica y fracasso en la reconquista de Portugal por la Monarquía Hispánica”, in *Studia Historica*, Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, Vol. 25, pp. 59-91.

WHITE, Lorraine, “Guerra y revolución militar en la Iberia del siglo XVII”, in *Manuscripts*, 2003, N. 21, pp. 63-93.

WHITE, Lorraine, “Strategic geography and the Spanish Hapsburg Monarchy’s Failure to recover Portugal, 1640-1668”, in *The Journal of Military History*, 2007, Vol. 71, pp. 379-402.

2.9. Modelos de defesa no Alentejo do período moderno

AFFREIXO, J. M. Graça, *Memória Histórico-Económica do concelho de Serpa*, Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 1993, pp. 80, 82.

ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, Edição do Autor, 1943-1948, Vol. III.

PEREIRA, Paulo, “Lisboa Manuelina. Problemas de Conceito”, in *Revista de História da Arte*, 2006, N.º 2, pp. 43-55.

PEREIRA, Paulo, *A “Fábrica” Medieval. Conceção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)* [Tese de Doutoramento em Arquitetura], Universidade técnica de Lisboa, 2011.

ANTUNES, Eduardo Pereira, “*A questão de Olivença*”. *Um caso de política externa portuguesa* (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2013.

BASTOS, Maria Rosário, DIAS, João A., BAPTISTA, Manuela, BAPTISTA, Carla, “Ocupação do Litoral do Alentejo, Portugal: passado e presente”, in *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Lisboa, 2012, vol. 12, N.º 1. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164688722012000100009 (consult. 30 mar. 2020).

BORGES, Emília Salvado, *A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015.

BORGES, Emília Salvado, “Serpa: durante a Guerra da Restauração (I)”, in *Serpa Informação: História/Património*, 2017.

BUCHO, Domingos Almeida, *Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações*, Lisboa, Edições Colibri, 2013.

CANDEIAS, Tiago, “As fortificações abaluartadas de Elvas”, 2018, p. 2. Academia.edu: https://www.academia.edu/38270084/As_Fortifica%C3%A7%C3%B5es_Abaluartadas_de_Elvas (consult. 3 abr. 2020).

CARVALHO, Ayres de, *Catálogo da Coleção de Desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1977.

CONDE, Antónia Fialho, “Alentejo (Portugal) and the Scientific Expertise in Fortification in the Modern Period: The Circulation of Masters and Ideas”, in ROCA-ROSELL, A. (ed.), *The Circulation of Science and Technology: Proceedings of the 4th International Conference of the ESHS*, Barcelona, 18-20 November 2010, Barcelona, SCHCT-IEC, pp. 246-252.

CONDE, Antónia Fialho, “Roteiro 1. O Alentejo na Memória dos Viajantes”, in *Atlas Mercator – Rotas de Mercadores e Centros de Comércio no Mediterrâneo*, Lisboa, Sete Caminhos, 2008.

CONDE, Antónia Fialho, “The Art of War: Tradition and Innovation in the Iconographic Representation of Alentejo Fortresses (17th-18th Centuries)”, in *History Research*, 2013, Vol. 3, N.º 5, pp. 353-364.

CONDE, Antónia Fialho, HENRIQUES, Maria Virgínia, GUIOMAR, Nuno Gracinhas, “Análise dos espaços envolventes de Fortificações da fronteira seca. O caso da Juromenha”, in Teresa Pinto Correia, Virgínia Henriques, Rui Pedro Julião (orgs.), *IX Congresso da Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 2013, pp. 7-12.

CORREIRA, Fernando Branco, “Fortificações Modernas do Alentejo Raiano Entre Monsaraz e Mértola”, in *O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas*, 2014, N. 18, pp. 55-74.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, “Subsídios documentais para o estudo das fortificações de Évora e de outras Praças militares alentejanas nos inícios da Guerra da Restauração”, in *A Cidade de Évora*, 1984-85, N.º 67-68, pp. 195-231.

DUARTE, [Coronel Médico] António Paulo Silva, “Para uma Tipologia da Guerra no Século XVII – A Batalha das Linhas de Elvas”, in *Revista Militar*, N.º 2451, Abril 2006, pp- 285-300.

ESPANCA, Túlio, “Fortificações da cidade de Estremoz”, in *A Cidade de Évora*, 1969, N.º 51-52, pp. 65-85.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, concelho de Évora*, Lisboa, ANBA, 1966, Vol. VII.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora – concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Lisboa, 1975, Vol. VIII.

ESPANCA, Túlio, “Fortificações e Alcaidarias de Évora”, in *A Cidade de Évora*, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 1945, N.º 9-10, pp. 41-90.

FITAS, Ana Paula, *Oliveira e Juromenha – uma história por contar*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

FRANCO, [Padre] António Franco, *Évora Ilustrada* (extraída da obra do mesmo nome do P. Manuel Fialho), Évora, Edições Nazareth, 1944.

FREITAS, Jorge Penim de, “A estratégia de defesa da raia alentejana e a capitulação de Olivença em 1657”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, pp. 47-66.

GAMA, Eurico, *Elvas: Rainha da Fronteira*, Elvas, Tipografia Guerra, 1986.

GARCÍA BLANCO, Julián, “La fortificación abaluartada de Olivenza en el siglo XVII. Origen y desarrollo”, in CAYETANO ROSADO, Moisés (dir.), *Actas de la I Jornada de Fortificaciones Abaluartadas y el papel de Olivenza em el sistema luso-español*, Olivenza, Asociación Limbo Cultura, 2018, p. 35-76.

- GARCÍA BLANCO, Julián, “Fortificación y Guerra en una villa rayanna: Ouguela durante la guerra de la restauración (1640-1668)”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, pp. 145-180.
- GOES, Manuel, *1945: Beja: XX séculos de história de uma cidade*, Beja, CMB, 1999, vol. 1.
- LEE, Joseph, *Arquitetura e domínio: a fortificação de Juromenha como caso de estudo* (Tese de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Évora, 2016.
- LIMA, Miguel Pedroso de, *O Recinto muralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado*, Évora, Estar Editora, 1996.
- LINO, Rui, *Descla - Na fronteira da História: Um país armado – pelas fortalezas do Alentejo*, 2018.
- LOBO, Francisco de Sousa, “A praça-forte de Castelo de Vide. Forças e fraquezas da estrutura defensiva”, in *O Pelourinho*, Badajoz, 2013, N.º 17, pp. 15-36.
- MACIAS, Santiago, “Moura, Fortificações Modernas: Passado e Futuro”, in *CEAMA*, Almeida, 2013.
- MACIAS, Santiago, GASPARG, Vanessa, *Fortificações Modernas de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura, 2005.
- MARINHO, Alberto de Oliveira, *A Gloriosa Batalha das Linhas de Elvas*, Elvas, Câmara Municipal de Elvas, 1991.
- MATOS, Gastão Melo de, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Comissão de História Militar, 1941.
- OLIVEIRA, Humberto Nuno, SEIXAS, Miguel de Almeida, “A Praça de Olivença durante a Guerra da Restauração”, in *Lusíada. Revista de Ciência e Cultura*, Lisboa, Universidade Lusíada, 1995, p. 107-158.
- PAAR, Edwin, “As fortificações seiscentistas no Alentejo: o presente e o futuro”, in Moisés Cayetano Rosado [dir.], Luis Ignacio González Franco, José Jaime Veja González [coord.], *II Jornada de Fortificaciones Abaluartadas. La fortificación portuguesa. De D. Dinis a la Guerra da Restauração y sus incidências em la plaza fuerte de Olivenza*, Olivenza, Ayuntamiento de Olivenza, 2019, pp. 91-100.
- PAAR, Edwin, “As fortificações seiscentistas de Elvas e o primeiro sistema holandês de fortificação”, in *Separata A Cidade*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, N.º 12, pp. 129-170.
- PAAR, Edwin, “As fortificações abaluartadas de Olivenza durante a Guerra da Restauração”, in *Encuentros/Encontros – Revista luso-española de investigadores em Ciencias Humanas y Sociales*, Olivenza, Ayuntamiento de Olivenza, 2004, pp. 385-403.
- PAAR, Edwin, “O sistema fortificado de Elvas no panorama da arquitectura militar europeia da época” (in *Monumentos*, Lisboa, 2008, N.º 28, pp. 52-57.

PEREIRA, Gabriel, *Estudos eborenses: história e arqueologia*, Évora, Nazareth, 1948.

PIRES, Nuno Lemos, “A importância da resistência de Vila Viçosa nos 350 anos da Batalha de Montes Claros”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, pp. 181-208.

PRAZERES, Tiago, *O Forte de Nossa Senhora da Graça. Arte e Regra do Desenho* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Coimbra, 2016.

SALGUEIRO, Tiago, “As fortificações das Guerras da Restauração em Vila Viçosa”, in *Linked-in*, 2020

(<https://www.linkedin.com/pulse/fortifica%C3%A7%C3%B5es-das-guerras-da-restaura%C3%A7%C3%A3o-em-vila-vi%C3%A7osa-salgueiro?articleId=6652508709006254080> – consult. 6 jun. 2020).

SÁNCHEZ RUBIO, Carlos, SÁNCHEZ RUBIO, Rocío, TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, “El Atlas Medici de Lorenzo Possi y su relación con Villa Viçosa”, in *O Pelourinho*, 2016, N.º 20, pp. 281-292.

SILVA, António Castanheira da, *Praça de Guerra de Estremoz – A formação (1640-1690)* [Dissertação de Mestrado em História da Arte], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 42.

SOUSA, Ana Teresa de, “La fortificación de Évora durante la Guerra de Restauración portuguesa: discusiones y desacuerdos”, in *Revista de História Autónoma*, Madrid, 2019, N.º 14, pp. 55-75.

SOUSA, Ana Teresa de, *O Conjunto abaluartado de Évora – Proposta de Salvaguarda e Valorização* (Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural), Universidade de Évora, 2013.

SOUSA, Ana Teresa de, *O Conjunto Abaluartado de Évora*, Faro, Sílabas & Desafios, 2015.

VICENTE, Alexandre Carlos Guerreiro, *Museu na segunda linha de defesa da Juromenha: Vigilância e fronteira* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.

2.10. Modelos de defesa na Extremadura do período moderno

AAVV., *Monumentos Artísticos de Extremadura*, Mérida, Junta de Extremadura – Consejería de Cultura y Patrimonio, 1995.

ALBORNOZ Y GALBEÑO, Juan Carrillo de, “La fortificación abaluartada de la frontera”, in *III Jornadas Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional*, Universidad de Salamanca, 2007, pp. 1-30.

BRAGADO ECHEVARRÍA, Javier, DORADO ALEJOS, Alberto, *El sitio y defensa de Valencia de Alcántara durante la Guerra de Restauración (1664)*, Valencia de Alcántara, Grupo Literario Valbón, 2014.

CARO DEL CORRAL, Juan Antonio, “La Baja Extremadura durante la Guerra de la Restauración de Portugal (1640-1668)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2014, Tomo LXX, N.º 1, pp. 245-330.

CASO AMADOR, Rafael, “El castillo de Fregenal de la Sierra en las Edades Moderna y Contemporánea. Estudio preliminar”, in *Actas de las XVII Jornadas de Patrimonio de la Sierra de Huelva*, 2005, pp. 29-50.

COBOS-GUERRA, Fernando, “Metodología de análisis gráfico de los proyectos de fortificación”, in CÁMARA MUÑOZ, Alicia (coord.), *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica*, Fundación Juanelo Turriano, 2016, pp. 119-139.

CRUZ VILLALÓN, María, “Las Murallas de Badajoz en el siglo XVII”, in *Norba: Revista de arte*, 1988, N.º 8, pp. 115-142.

CRUZ VILLALÓN, María, “Problemas de la ingeniería militar española en el siglo XVII. La plaza de Badajoz”, in *NORBA-ARTE*, 1996, Vol. XVI, pp. 203-212.

GARCÍA BARRIGA, Felicísimo, “Sociedad y Conflicto Bélico en la Edad Moderna: Extremadura ante la Guerra con Portugal (1640-1668)”, in *Norba. Revista de Historia*, Vol. 21, 2008, pp. 29-47.

GARCÍA BARRIGA, Felicísimo, GONZÁLEZ DE LA GRANJA, María Estela, “Un fuerte armado y municionado a su costa: Fortificaciones abaluartadas de la Raya caraceña durante la Guerra de Separación de Portugal”, in *Investigaciones Históricas*, Cáceres, 2015, N.º 35, pp. 13-44.

GARCÍA BLANCO, Julián, “El Fuerte de Santa María de Tutavila (La Albuera, Badajoz)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2020, Tomo LXXVI, N.º Extraordinario, pp. 295-323.

GARCÍA BLANCO, Julián, *Las fortificaciones de Badajoz durante la Guerra de la Restauración de Portugal (1640-1668)*, Badajoz, Aprosuba-3, 2001.

GARCÍA BLANCO, Julián, “Las poblaciones del corregimiento de Badajoz durante la Guerra de la Restauración de Portugal (1640-1668)”, in LORENZANA DE LA PUENTE, Felipe, MATEOS ASCACIBAR, Francisco J. (coord.), *Iberismo. Las Relaciones entre España y Portugal. Historia y Tiempo Actual*, 2007, pp. 155-169.

GARCÍA BLANCO, Julián, “Fortificación y Guerra en el Suroeste de Badajoz durante la segunda mitad del siglo XVII”, in *O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2014, N. 18, pp. 75-156.

GARRIDO SANTIAGO, Manuel, BRAVO ESCUDERO, Berta M., “La Arquitectura defensiva de Jerez de los Caballeros y las Guerras con Portugal”, in *NORBA-ARTE*, 2004, vol. XXIV, p. 67-84.

GÓMEZ-TEJEDOR CÁNOVAS, María Dolores, “Aportaciones sobre Telena”, in *Primeiras Jornadas Ibéricas de Investigadores de Ciencias Humanas y Sociales*, Diputación Provincial de Badajoz, 1987, pp. 443-468.

MARÍA SÁNCHEZ, José, VALOR PIECHOTTA, Magdalena, *El castillo de Cortegana*, Cortegana, Asociación de Amigos del Castillo de la villa de Cortegana, 2004.

NAVAREÑO MATEOS, Antonio, MALDONADO ESCRIBANO, José “El recinto abaluartado de Alcántara. Génesis de uma fortificación fronteriza en el siglo XVII”, in *Norba-Arte*, 2004, Vol. XXIV, pp. 85-104.

RINCÓN GIMÉNEZ, Jesús, “Badajoz em 1658. La línea envolvente”, in *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1934, Tomo VIII, pp. 289-298.

RINCÓN GIMÉNEZ, Jesús, “Badajoz em 1658: en el silencio de la noche”, in *Revista del Centro de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1936, Tomo X, N.º 2, pp. 127-133.

RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José, RODRÍGUEZ REBOLLO, Patricia, “Entre la guerra y la paz: La Guerra de Restauración portuguesa en Extremadura y las negociaciones de paz con Portugal (1640-1668)”, in *Iberismo. Las Relaciones entre España y Portugal. Historia y Tiempo Actual y Otros estudios sobre Extremadura*, VIII Jornadas de Historia de Llerena, 2007, pp. 141-154.

2.11. Gestão e valorização do património cultural, militar

AAVV., “Defending the Military Heritage: legal, financial and administrative issues – Chile”, in *Reports from the Seminar 16-17 May, 2011, in Karlskrona, Sweden, organized by ICOMOS, ICLAFI and the Swedish Fortifications Agency of Sweden*, pp. 13-17.

AAVV., “Defending the Military Heritage: Legal, Financial and Administrative Issues – Colombia”, in *Reports from the Seminar 16-17 May, 2011, in Karlskrona, Sweden, organized by ICOMOS, ICLAFI and the Swedish Fortifications Agency of Sweden*, pp. 18-40.

AAVV., “Defending the Military Heritage: legal, financial and administrative issues – France”, in *Reports from the Seminar 16-17 May, 2011, in Karlskrona, Sweden, organized by ICOMOS, ICLAFI and the Swedish Fortifications Agency of Sweden*, pp. 47-66.

AAVV. *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*, France, UNESCO, 2012.

AAVV., *Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana – cidade de Estremoz*, Estremoz, Setor de Gestão Urbanística, Planeamento e Projeto Municipal da CME, 2015.

AAVV., *Vila Viçosa, vila ducal renascentista – Plano de gestão do Património*, Vila Viçosa, Município de Vila Viçosa, 2020, Vol. II.

BRILHANTE, Miguel de Carvalho, *Juromenha: A Chave do Guadiana – O Lugar, A Fortificação e o Futuro* (Dissertação de Mestrado em História da Arte), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2015.

BUCHO, Domingos Almeida, “Justificação para a inscrição das fortificações de Elvas na lista do Património Mundial”, in *Monumentos*, Lisboa, IHRU, 2008, N.º 28, pp. 52-67.

BUCHO, Domingos Almeida, *Fortificações de Marvão – História, Arquitectura e Restauro*, Região de Turismo de São Mamede/ IPPAR/ Ministério da Cultura, 2000.

BUCHO, Domingos Almeida, *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo (Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre)*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2000.

CAMERIN, Federico, CAMATTI, Nicola, GASTALDI, Francesco, “Military barracks as cultural heritage in Italy: a comparison between before-1900- and 1900-to-1950-built barracks”, in *Sustainability*, 2021, Vol. 13, N.º 782, pp. 1-31.

CAYETANO ROSADO, Moisés, “Las fortificaciones de Alentejo y Extremadura ante la candidatura a Patrimonio Mundial”, in *Callipole – Revista de Cultura*, 2017, N.º 24, pp. 81-110.

CHOAY, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2005.

DEMSKI, Dagnoslaw, “Values, substantiality, and passage of time: representations and reinterpretations of military heritage”, in *Folklore*, 2017, N.º 70, pp. 171-192.

FLUCKE, Josefine, *Architecture of defence, preservation of life: a rehabilitation Project of a militar heritage building in Portugal* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Lisboa, 2019.

GAYMARD, Marie-Caroline, “Le patrimoine militaire sur la scène urbaine: les processus de reconversion des sites militaires à Metz”, in *Revue Géographique de l’Est*, 2014, Vol. 54, n.º 3-4, pp. 1-24.

GÓRKA, Anna, “Landscape perception and the teaching of it in Poland”, in *World Transactions on Engineering and Technology Education*, 2020, Vol. 18, N.º 20, pp. 123-128.

GUIDA, Antonella, PAGLIUCA, A., FATTORE, Carmen, “Conservation of military heritage: the defensive wall of Cartagena De Indias, Colombia”, in *WIT Press Conferences*, 2017, pp. 27-35.

JESUÍNO, Rui, *Elvas – Histórias do Património*, S.l., Booksfactory, 2016.

KHANNA, Nupur, “The nature of fortifications: their conception, construction and sustenance”, in JAIN, Shikha, HOOJA, Rima (eds.), *Conserving Fortified Heritage: Proceedings of the 1st Internacional Conference on Fortifications and World Heritage*, Newcastle upon Tyne UK, Cambridge Scholars Publishing, 2016, pp. 3-22.

KLUPSZ, Lidia, “The spirit of the Military Heritage places”, in *16th ICOMOS General Assembly and International Symposium: Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible*, 29 sept. – 4 oct. 2008, Quebec.

LETONTURIER, Éric, “Military heritage, identities and cultures”, in *Inflexions*, 2019, Vol. 40, Issue 1, pp. 45-60.

MACHADO, Rosário Correia, “Pedras que falam de nós – Rota do Românico, um território patrimonial interpretado”, in AAVV., *Centros Interpretativos: Técnicas, Espaços, Conceitos e Discursos*, Porto, Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura, 2019, pp. 95-111.

MAIA, Sara Vidal, BATISTA, Maria Manuel, “As rotas como estratégia turística: perceção de benefícios e obstáculos na constituição de rotas museológicas na região de Aveiro”, in *Book of Proceedings – International Conference on Tourism & Management Studies*, Algarve, 2011, Vol. I, pp. 672-682

MATOS, Sandra da Cruz e, *Fortes militares: uma nova oportunidade: turismo militar no Forte de São João Batista da Foz: Porto* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, 2016.

MATTOS, Flávia de, *Inovação institucional e patrimônio cultural de origem militar no Brasil* (Tese de Doutoramento em Engenharia de Produção), Instituto Alberto Luiz de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, 2018.

MILLER, Ann-Leena, “Keep out! No entry! Exploring the Soviet military landscape of the coast of Estonia”, in *MODSCAPES SHS Web Conference*, 2019, Vol. 63, N.º 11001, pp. 1-10.

OLIVEIRA, Alessandro, GUSSO, Luana, LIMA, Felipe, “A produção do discurso sobre o Patrimônio Cultural Militar: os usos dos tombamentos das fortalezas no Brasil”, in *Dossiê: Geografia Cultural*, 2018, Vol. 33, N.º 69, pp. 112-137.

PEREIRA, Guilherme Cid, *Metamorphosis* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Lisboa, 2019.

PIRKOVIC, Jelka, “Unpacking the convention into challenging actions for member states”, in AAVV., *Heritage and Beyond*, Council of Europe, 2009, pp. 23-28.

PIZARRO, Manuel Sarmiento, “Os centros interpretativos enquanto unidades patrimoniais: conceito, missão, objetivos e problemáticas”, in AAVV., *Centros Interpretativos: Técnicas, Espaços, Conceitos e Discursos*, Porto, Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura, 2019, pp. 9-23.

PRATT, Christopher John Harold, *Routeing in military tourism: gamification as an implementation proposal* (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural), Instituto Politécnico de Tomar, 2015.

REICHERT-SCHICK, Anja, EBERLE, Ingo, “Beloved Heritage – Condemned Heritage. About the handling of fortification heritage within the border region Germany-France-Luxembourg”, in *Revue Géographique de l'Est*, 2011, Vol. 51, pp. 1-21.

ROMEO, Emanuele, “Conservazione e valorizzazione dei sistemi fortificati ridotti allo stato di rudere in Val Tanaro (Piemonte)”, in NAVARRO PALAZÓN, Julio, GARCÍA-

PULIDO, Luís (eds.), *Defensive Architecture of the Mediterranean*, 2020, Universitat Politècnica de València, Vol. XI, pp. 985-992.

ROSADO, Ana Costa, NAVAS-CARRILO, Daniel, LOPEZ-BRAVO, Celia, PEREZ-CANO, Teresa, “Barracks from Modern Age Iberian Wars (1650-1750). Heritage Value, Contemporary Use and Social Housing”, in *IOP Publishing from Conference Series: Materials Science and Engineering*, 2019, p.p. 1-11.

SÁNCHEZ PINGARRÓN, Julián, *Orígenes y desarrollo de la política de enajenación de infraestructuras militares en España. La reconversión de espacios militares para uso universitario* (Tesis Doctoral en Seguridad Internacional), Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2018.

TAVARES, Mariana Santos, *Da defesa à valorização da paisagem: reabilitação das baterias da Raposeira para um Centro de Produção Artística* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Universidade de Lisboa, 2020.

VENTER, Dewald, “Examining military heritage tourism as a niche tourism market in the South African context”, in *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 2017, Vol. 6 (1), pp. 1-19.

ZALDÍVAR MORALES, Elsy, *La arquitectura de las construcciones militares históricas de Santiago de Cuba: recuperación, restauración y gestión patrimonial* (Tesis Doctoral en Arquitectura), Universidad de Alcalá, 2015.

3 – Recursos na internet

ACADEMIA.EDU

https://www.academia.edu/35772073/Las_Guerras_de_Italia_1494-1544_ (consult. 21 jan. 2020).

https://www.academia.edu/6388465/O_ensino_das_Matem%C3%A1ticas_nos_Col%C3%A9gios_Jesu%C3%ADtas_de_Portugal_e_a_sua_passagem_ao_Ensino_da_Fortifica%C3%A7%C3%A3o (consult. 17 jun. 2017).

https://www.academia.edu/13631436/APORTACIONES_DE_LA_PEDAGOG%C3%8DA_IGNACIANA_A_LA_EDUCACI%C3%93N_SUPERIOR (consult. 2 jun. 2019).

https://www.academia.edu/38270084/As_Fortifica%C3%A7%C3%B5es_Abaluartadas_de_Elvas (consult. 3 abr. 2020).

https://www.academia.edu/34221306/As_fortifica%C3%A7%C3%B5es_de_%C3%89vora_Para_uma_s%C3%ADntese_hist%C3%B3rica_e_uma_vis%C3%A3o_de_conjunto – consult. 2 out. 2020).

AOFA

http://www.aofa.pt/artigos/David_Martelo_Oficiais_Estrangeiros_nas_FA_Portuguesas.pdf (consult. 17 out. 2019)

ARQUITECTURA DEFENSIVA EN LA FRONTERA DE ANDALUCÍA

<http://www.fortificacionesenlaraya.eu/las-fortificaciones/paymogo/introduccion.html> (consult. 24 set. 2020).

ARQUIVO DIGITAL DO EXÉRCITO

<https://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html> (consult. 17 jan. 2020).

<https://www.arqnet.pt/exercito/1574provisao.html> (consult. 17 jan. 2020).

BIBLIOTECA.DIGITAL.EXÉRCITO

<https://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?&profile=bdn&uri=full=3100024~!278937~!0> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280252&img=31888> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280865&img=61268> (consult. 11 out. 2020).

<https://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?&profile=bdn&uri=full=3100024~!278937~!0> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283344&img=36890>;

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=281888&img=35092> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283340&img=36861>;

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=277362&img=58702> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=282166&img=62181> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=279847&img=60489> – consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=291498&img=69432> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280242&img=60792> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283353&img=36941> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280247&img=31882> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=287475&img=65584> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=287971&img=65805> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=287973&img=65807> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=279699&img=60365> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=280865&img=61268> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283344&img=36890> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=281888&img=35092> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283340&img=36861> (consult. 11 out. 2020).

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=277362&img=58702> (consult. 11 out. 2020).

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA

<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14350> (consult. 2 agosto 2020).

BIBLIOTECA MUNDIAL DIGITAL

<https://www.wdl.org/pt/item/10597/> (consult. 21 fev. 2020).

BNF – GALLICA

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9941928>.

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1043125c.image> (consult. 24 set. 2016).

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62815940.texteImage> (consult. 29 nov. 2017).

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550046563/fl.item>. (consult. 17 abr. 2017).

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69036582.r=elvas?rk=42918;4> (consult. 18 set. 2018).

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53065084w.r=C-5329?rk=21459;2#> (consult. 17 jul. 2021).

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69036582.item> (consult. 17 fev. 2017).

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53056213b> (consult. 23 ago. 2019).

BNP-BND.PURL

<http://purl.pt/27112/5/index.html> (consult. 18 mar. 2016).

<http://purl.pt/117/1/index.html#/7/html> (consult. 10 mai. 2016).

<http://purl.pt/15386> (consult. 14 mai. 2016).

http://purl.pt/23505/2/1661309_JPG/1661309_JPG_24-C-R0100/1661309_0001_1_t24-C-R0100.jpg (consult. 4 agos. 2020).

<http://purl.pt/918/3/> (consult. 4 mar. 2017).

<http://purl.pt/15387/3/#/17> (consult. 9 jan. 2017).

http://purl.pt/23505/2/1661309_JPG/1661309_JPG_24-C-R0100/1661309_0001_1_t24-C-R0100.jpg (consult. 7 jan. 2016)

http://purl.pt/16992/2/cc-902-r_JPG/cc-902-r_JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 9 mar. 2017).

<http://purl.pt/15387/3/#/33> (consult. 2 mai. 2016).

http://purl.pt/16992/2/cc-902-r_JPG/cc-902-r_JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 17 out. 2016).

<http://purl.pt/33039/service/media/jpeg> (consult. 11 out.2020).

<http://purl.pt/25825> (consult. 2 agos. 2016).

http://purl.pt/16992/2/cc-902-r_JPG/cc-902-r_JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 17 out. 2016).

<http://purl.pt/13228/3/> (consult. 17 set. 2016).

<http://purl.pt/13062> (consult. 17 set. 2016).

http://purl.pt/16992/2/cc-902-r_JPG/cc-902-r_JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg (consult. 17 out. 2016).

BOOKS.GOOGLE

https://books.google.pt/books?id=RUTbAAAACAAJ&pg=PP7&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false (consult. 23 dez. 2015).

https://books.google.pt/books?id=hwtIwAEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&lr=&num=20&source=gbs_book_other_versions_r&cad=4#v=onepage&q&f=false (consult. 2 out. 2018).

<https://books.google.pt/books?id=eSeauFbUh3AC&pg=PA37&lpg=PA37&dq=Instructie+van+de+Fortificatie++Melder&source=bl&ots=Y7ocx84SLd&sig=ACfU3U0ELRogOkBtzpKUWmCbH04xYlunog&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjmrMf6na3iAhUEHxoKHak6ARIQ6AEwC3oECAYQAQ#v=onepage&q=Instructie%20van%20de%20Fortificatie%20%20Melder&f=false> (consult. 17 jan. 2019).

https://books.google.pt/books?id=pldFAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (consult. 17 mai. 2019).

https://books.google.pt/books?id=CzphAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (consult. 10 fev. 2016).

COLLECTIONS NUMÉRISÉES DE LA BIBLIOTHÈQUE DE l'INHA

<https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/8472-la-nouvelle-fortification-de-nicolas-goldman> (consult. 13 nov. 2018).

COUNCIL OF EUROPE

<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680083744> (consult. 28 ago. 2021).

Diário da República Eletrónico (DRE)

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized> (consult. 3 abr. 2016).

Direção Geral do Património Cultural (DGPC)

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/traducaodeclaracaodecracovia.pdf (consult. 29 julho 2021).

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/davos_declaration_2018-23.01.2018.pdf (consult. 29 jul. 2021).

DIGITAL LIBRARY OF MALOPOLSKA

<http://mbc.malopolska.pl/dlibra/docmetadata?id=82972&from=publication> (consult. 4 dez. 2018).

DIGITARQ

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> (consult. 15 nov. 2015).

DLIB.BIBLHERTZ

<http://dlib.biblherztz.it/ia/pdf/Gh-FRA4851-4410-2.pdf> (consult. 6 jan. 2016).

DSPACE.UEVORA

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4066?locale=pt> (consult. 17 fev. 2016).

<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24190>.

E-JOURNAL OF PORTUGUESE HISTORY

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322010000200006 (consult. 17 out. 2016).

E-RARA

<https://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-8876> (consult. 19 dez. 2018).

EUROPEANA

https://www.europeana.eu/pt/item/08535/local__default__44421 (consult. 2 out. 2020).

https://www.europeana.eu/en/item/9200517/ark__12148_btv1b59668992 (consult. 17 set. 2017).

https://www.europeana.eu/mt/item/9200517/ark__12148_btv1b59669008 (consult. 5 jul. 2016).

https://www.europeana.eu/pt/item/9200517/ark__12148_btv1b53056921h (consult. 27 mai. 2017).

http://www.europeana.eu/pt/item/9200365/BibliographicResource_3000094695426 (consult. 14 mar. 2018).

FORTALEZAS.ORG.FORTIFICAÇÕES.MUNDO

http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem&id_pessoa=2192&muda_idioma=PT (consult. 17 mai. 2017).

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1761 (consult. 17 mar. 2020).

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2079&muda_idioma=PT (consult. 2 fev. 2018).

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=814 (consult. 4 set. 2017).

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=812 (consult. 4 set. 2017).

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1892&muda_idioma=PT (consult. 3 agos. 2016).

FORTE CULTURA

<https://www.forte-cultura.eu/en/festungen-en/portraits> (consult. 23 ago. 2021).

Fortress of Culture Sibenk

<https://tvrjava-kulture.hr/en/about-us/> (consult. 21 ago. 2021).

FUNDAÇÃO DAS CASAS DE FRONTEIRA DE ALORNA

<http://fronteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm> (consult. 17 mar. 2016).

ICOMOS

https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf (consult. 29 jul. 2021).

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2020/2017%20carta%20ICOMOS-IFLA%20sobre%20paisagens%20rurais.pdf> (consult. 29 jul. 2021).

https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/culturalroutes_sp.pdf (consult. 9 março 2017).

IGESPAR

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> (consult. 18 jan. 2018).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf> (consult. 17 jan. 2018).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf> (consult. 24 jan. 2018).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf> (consult. 19 jan. 2018).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf> (consult. 17 set. 2012).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU30Junho.pdf> (consult. 19 jan. 2018).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> (consult. 18 fev. 2018).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> (consult. 18 fev. 2018).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDDASCIDADESHISTORICAS.pdf> (consult. 20 set. 2012).

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (consult. 17 jan. 2018).

IHRU.SIPA

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3245 (consult. 15 nov. 2017).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3214 (consult. 20 out. 2018).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=993 (consult. 3 nov. 2019).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30751 (consult. 15 nov. 2019).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3234 (consult. 20 out. 2019).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4572 (consult. 27 out. 2019).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=906 (consult. 15 dez. 2019).

INTERNET ARCHIVE

https://archive.org/details/gri_etlichevnder00dure (consult. 24 fev. 2016).

<https://archive.org/details/iquattroprimilib00cata/page/n4> (consult. 7 mar. 2016).

<https://archive.org/details/nouvellemaniered00stev/page/n4> (consult. 14 set. 2018).

https://archive.org/details/gri_33125010670509/page/n4 (consult. 3 dez. 2018).

<https://archive.org/details/lartdefortifierd00dech/page/n6> (consult. 16 mar. 2017).

LA FORTIFICACIÓN ABALUARTADA DE BADAJOZ.VIAJAR POR EXTREMADURA

<https://www.viajarporextremadura.com/cubic/ap/cubic.php/doc/La-Fortificacion-Abaluartada-de-Badajoz-275.htm> (consult. 29 fev. 2017).

LA MEMORIA AUSENTE. CARTOGRAFIA DE ESPAÑA Y PORTUGAL EN EL ARCHIVO MILITAR DE ESTOCOLMO. SIGLOS XVII Y XVIII

<https://4gatos.es/MemoriaAusente/idiomas/portugues/fichas/letraA/albuera.htm?lis=m2> (consult. 2 out. 2020).

LINKED-IN

<https://www.linkedin.com/pulse/fortifica%C3%A7%C3%B5es-das-guerras-da-restaura%C3%A7%C3%A3o-em-vila-vi%C3%A7osa-salgueiro?articleId=6652508709006254080> (consult. 6 jun. 2020).

NOTÍCIAS JURÍDICAS

https://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/116-1985.html (consult. 20 dez. 2020).

OPENEDITION.JOURNALS

<https://journals.openedition.org/nuevomundo/65837#entries> (consult. 5 mar. 2020).

<https://journals.openedition.org/traces/2473> (consult. 17 agos. 2019).

<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/271?lang=es> (consult. 7 mar. 2016).

PICRYL.THE WORLD'S LARGEST PUBLIC DOMAIN SOURCE

<https://picryl.com/media/baluartede-san-anton-en-la-fortaleza-de-alcantara-material-grafico-no-proyectable-85f4e5>.

<https://picryl.com/media/traza-de-la-fortificacion-de-alcantara-material-grafico-no-proyectable-923be3> (consult. 2 out. 2020).

PUENTE ALCANTARA

<http://www.puentealcantara.es/landaeta.html> (consult. 2 out. 2020).

RACO.CAT

<http://www.raco.cat/index.php/Manuscripts/article/view/23186/92432> (consult. 12 jan. 2017).

REVISTA DE HISTÓRIA MILITAR

<https://www.revistamilitar.pt/artigo/768> (consult. 17 jan. 2018).

REVISTAS.UFPR

<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2719> (consult. 2 fev. 2020).

<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2719> (consult. 2 fev. 2020).

ROUTE DES FORTIFICATION EUROPÉENNES

http://www.route-des-fortifications.eu/rfe/rfe_accueil.php?langue=en&page=rfe/rfe_accueil.php&width=2048&height=978).

SCIELO

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722012000100009 (consult. 30 mar. 2020).

Serviço Internacional de Museus

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf> (consult. 18 jan. 2018).

SIPA

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30751 (consult. 15 nov. 2019).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3245 (consult. 15 nov. 2017).

http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4571 (consult. mai. 2021).

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3243 (consult. 7 mai. 2021).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3234 (consult. 20 out. 2019).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4572 (consult. 27 out. 2019).

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3214 (consult. 20 out. 2018).

STANFORD LIBRARIES

<http://searchworks.stanford.edu/view/11834144> (consult. 3 out. 2020).

TAYLOR&FRANCIS.ONLINE

<https://www.tandfonline.com/eprint/2f7rkkufwMvX2AiRgZMq/full#.WzqPBIIIX360.e%20mail> (consult. 2 agos. 2018).

WORDPRESS

<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-dresden.pdf> (consult. 18 jan. 2018).

UNESCO

http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (consult. 18 fev. 2018).

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Baluartes elaborados por Francisco di Giorgio Martini, 1482.....	96
Figura 2 - Planta da plataforma de artilharia desenhada por Albercht Dürer, 1527.....	111
Figura 3 - Plataforma de artilharia desenhada por Albercht Dürer, 1527.....	111
Figura 4 - Planta estrelada de fortificação elaborada por Pietro Cataneo, 1554.....	112
Figura 5 – Planta <i>pentagonal</i> de fortificação elaborada por Pietro Cataneo, 1554.....	112
Figura 6 - Fortificação com figura em triângulo, por Giovan Battista Belluci, 1598.....	113
Figura 7 - Fortificação reforçada por quatro baluartes, por Giovan Battista Belluci, 1598.....	113
Figura 8 - Como se desenham os ângulos nos desenhos e obras já elaboradas no terreno, por Luís Serrão Pimentel, 1680.....	119
Figura 9 – Projeto de terraplino de um baluarte, atribuído a António Rodrigues por Rafael Moreira, 1575-1576.....	124
Figura 10 – Praças fortificadas no Alentejo durante a Guerra da Restauração (1640-1668).....	171
Figura 11 – Linhas de fortificação no Alentejo (orientação sul-norte).....	172
Figura 12 - Linhas de proximidade da Extremadura.....	176
Figura 13 - Localidades da Extremadura próximas da 1ª linha de praças-fortes do Alentejo.....	178
Figura 14 – Ataques, conquistas e reconquistas das praças da Extremadura.....	180
Figura 15 - Gravura da fortificação de Badajoz, por Pier María Baldi, 1668-69.....	198
Figura 16 - Localidades da Extremadura próximas da 2ª linha de praças-fortes do Alentejo.....	200
Figura 17 - Localidades da Extremadura próximas da 3ª e 4ª linhas de praças-fortes do Alentejo.....	202
Figura 18 - Aglomerados e concentração de praças-fortes no Alentejo durante a Guerra da Restauração (1641-1668).....	209
Figura 19 - Aglomerado 1. Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas.....	210
Figura 20 - Aglomerado 1. Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e Elvas (ataques e conquistas das praças).....	216
Figura 21 - Gravura da fortificação de Estremoz, por Pier María Baldi, 1668-69.....	251
Figura 22 - Planta da fortificação de Vila Viçosa, por Allain Manesson Mallet, 1668...252	

Figura 23 - Projeto da Fortificação de Vila Viçosa, Nicolau de Langres, antes de 1661.....	252
Figura 24 - Gravura da fortificação de Vila Viçosa, por Pier María Baldi, 1668-69.....	252
Figura 25 - <i>Plan de la ville de Elvas, en Portugal, dans la province d'Alentejo, siège episcopal et la plus forte du royaume</i> , Louis Boudan, 1667.....	253
Figura 26 - Fortificação de Elvas por Allain Manesson Mallet, 1667.....	253
Figura 27 - Gravura da fortificação de Elvas, por Pier María Baldi, 1668-69.....	254
Figura 28 - Aglomerado 2. Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches.....	255
Figura 29 - Aglomerado 2. Barbacena, Campo Maior, Monforte, Ouguela e Arronches (ataques, conquistas e reconquistas das praças).....	256
Figura 30 - Aglomerado 3. Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz.....	269
Figura 31 - Aglomerado 3. Serpa, Moura, Mourão e Monsaraz (ataques, conquistas e reconquistas das praças).....	272
Figura 32 - Aglomerado 4. Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa.....	279
Figura 33 - Aglomerado 4. Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa (ataques dos castelhanos às praças).....	280
Figura 34 - Aglomerado 5. Beja, Évora e Avis.....	289
Figura 35 - Aglomerado 5. Beja, Évora e Avis (ataques, conquistas e reconquistas das praças).....	301
Figura 36 - Localização da praça de Serpa, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 3. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	314
Figura 37 - Perímetro externo e interno da fortificação de Serpa, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	315
Figura 38 - Localização da praça de Beja, face à sua proximidade com a fronteira da Extremadura, interligando com a 5. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 5. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	316
Figura 39 - Perímetro externo e interno da fortificação de Beja, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	318
Figura 40 - Localização da praça de Moura, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 3. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	319

Figura 41 - Perímetro externo e interno da fortificação de Moura, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	322
Figura 42 - Localização da praça de Mourão, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 3. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	324
Figura 43 - Perímetro externo e interno da fortificação de Mourão, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	325
Figura 44 - Localização da praça de Monsaraz, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 2. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 3. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	326
Figura 45 - Perímetro externo e interno da fortificação de Monsaraz, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	327
Figura 46 - Localização da praça de Évora, face à sua proximidade com a fronteira da Extremadura, interligando com a 5. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 5. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	328
Figura 47 - Fortificação de Évora, projeto de Antoine Coquart, 1705.....	331
Figura 48 - Perímetro da fortificação de Évora, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	331
Figura 49 - Localização da praça de Olivença, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 1. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	334
Figura 50 - Perímetro externo e interno da fortificação de Olivença, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	336
Figura 51 - Fortificação de Olivença, baseada no projeto de Antoine Coquart, 1705...	337
Figura 52 - Localização da praça de Juromenha, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 2. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 1. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	338
Figura 53 - Perímetro externo e interno da fortificação de Juromenha, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	339
Figura 54 - Localização da praça de Vila Viçosa, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 1. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	340
Figura 55 - Fortificação de Vila Viçosa, projeto de Antoine Coquart, 1725.....	343

Figura 56 - Localização da praça-forte de Elvas, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 2. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 1. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	344
Figura 57 - Perímetro exterior e interior da fortificação de Elvas, adaptada do projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661	348
Figura 58 - Perímetro do fortim de São Pedro, Elvas.....	349
Figura 59 - Perímetro exterior e interior do forte de Santa Luzia, em Elvas, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661	349
Figura 60 - Perímetro do fortim de São Mamede, Elvas.....	349
Figura 61 - Perímetro das fortificações de Elvas, Louis Boudan, 1667.....	351
Figura 62 - Perímetro das fortificações de Elvas (fortificação principal e forte de Santa Luzia), gravura de Antoine Coquart, 1705.....	350
Figura 63 - Localização da praça de Estremoz, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 4. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 1. ^o aglomerado a que pertence.....	351
Figura 64 - Perímetro da fortificação de Estremoz, projeto de Antoine Coquart, 1705..	353
Figura 65 - Perímetro exterior e interior da fortificação de Estremoz, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	353
Figura 66 - Localização da praça de Barbacena, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 2. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	354
Figura 67 - Perímetro exterior e interior da fortificação de Barbacena, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	355
Figura 68 - Localização da praça de Campo Maior, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 2. ^o aglomerado a que pertence.....	356
Figura 69 - Perímetro exterior e interior da fortificação de Campo Maior, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	358
Figura 70 - Localização da praça de Monforte, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 4. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 2. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	359
Figura 71 - Localização da praça de Ouguela, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 2. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	361

Figura 72 - Localização da praça de Arronches, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 1. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 2. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	363
Figura 73 - Fortificação de Arronches, projeto de Mallet, 1666.....	365
Figura 74 - Fortificação de Arronches, projeto de Antoine Coquart, 1705.....	365
Figura 75 - Localização da praça de Avis, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 5. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 5. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	366
Figura 76 - Localização da praça de Portalegre, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 4. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	367
Figura 77 - Localização da praça de Marvão, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 4. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	369
Figura 78 - Perímetro exterior e interior da fortificação de Marvão, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	370
Figura 79 - Localização da praça de Castelo de Vide, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 3. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 4. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	372
Figura 80 - Perímetro exterior e interior da fortificação de Castelo de Vide, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	372
Figura 81 - Localização da praça de Nisa, face à sua proximidade com a fronteira com a Extremadura, interligando com a 4. ^a linha de defesa do território alentejano e com o 4. ^o aglomerado de fortificações a que pertence.....	373
Figura 82 - Fortificação de Nisa, projeto de Nicolau de Langres, antes de 1661.....	374
Figura 83 - Menu de apresentação dos Itinerários das fortificações abaluartadas no Alentejo.....	413
Figura 84 - Circuitos dos Itinerários das fortificações abaluartadas no Alentejo.....	413
Figura 85 - Circuito 1: Serpa.....	414
Figura 86 - Circuito 1: Serpa – localização.....	414
Figura 87 - Circuito 1: Beja.....	414
Figura 88 - Circuito 1: Beja – localização.....	414
Figura 89 - Rota Circuito 1: Beja-Serpa.....	415
Figura 90 - Rota Circuito 1: Beja-Serpa (localização).....	415

Figura 91 - Circuito 2: Moura.....	415
Figura 92 - Circuito 2: Moura – localização.....	415
Figura 93 - Circuito 2: Mourão.....	416
Figura 94 - Circuito 2: Mourão – localização.....	416
Figura 95 - Circuito 2: Monsaraz.....	416
Figura 96 - Circuito 2: Monsaraz – localização.....	416
Figura 97 - Rota Circuito 2: Moura, Mourão, Monsaraz.....	417
Figura 98 - Rota Circuito 2: Moura, Mourão, Monsaraz (localização).....	417
Figura 99 - Circuito 3: Juromenha.....	418
Figura 100 - Circuito 3: Juromenha – localização.....	418
Figura 101 - Circuito 3: Évora.....	419
Figura 102 - Circuito 3: Évora – localização.....	419
Figura 103 - Rota Circuito 3: Juromenha-Évora.....	420
Figura 104 - Rota Circuito 3: Juromenha-Évora (localização).....	420
Figura 105 - Circuito 4: Olivença.....	420
Figura 106 - Circuito 4: Olivença – localização.....	420
Figura 107 - Circuito 4: Elvas.....	421
Figura 108 - Circuito 4: Elvas – localização.....	421
Figura 109 - Rota Circuito 4: Olivença-Elvas.....	422
Figura 110 - Rota Circuito 4: Olivença-Elvas (localização).....	422
Figura 111 - Circuito 5: Vila Viçosa.....	422
Figura 112 - Circuito 5: Vila Viçosa – localização.....	422
Figura 113 - Circuito 5: Barbacena.....	423
Figura 114 - Circuito 5: Barbacena – localização.....	423
Figura 115 - Circuito 5: Campo Maior.....	423
Figura 116 - Circuito 5: Campo Maior – localização.....	423
Figura 117 - Circuito 5: Ouguela.....	424
Figura 118 - Circuito 5: Ouguela – localização.....	424
Figura 119 - Rota Circuito 5: Vila Viçosa, Barbacena, Campo Maior, Ouguela.....	424
Figura 120 - Rota Circuito 5: Vila Viçosa, Barbacena, Campo Maior, Ouguela (localização).....	424
Figura 121 - Circuito 6: Estremoz.....	425
Figura 122 - Circuito 6: Estremoz – localização.....	425
Figura 123 - Circuito 6: Monforte.....	426

Figura 124 - Circuito 6: Monforte – localização.....	426
Figura 125 - Circuito 6: Arronches.....	426
Figura 126 - Circuito 6: Arronches – localização.....	426
Figura 127 - Rota Circuito 6: Estremoz, Monforte, Arronches.....	427
Figura 128 - Rota Circuito 6: Estremoz, Monforte, Arronches (localização).....	427
Figura 129 - Circuito 7: Portalegre.....	427
Figura 130 - Circuito 7: Portalegre – localização.....	427
Figura 131 - Circuito 7: Marvão.....	428
Figura 132 - Circuito 7: Marvão – localização.....	428
Figura 133 - Rota Circuito 7: Portalegre-Marvão.....	428
Figura 134 - Rota Circuito 7: Portalegre-Marvão (localização).....	428
Figura 135 - Circuito 8: Avis.....	429
Figura 136 - Circuito 8: Avis – localização.....	429
Figura 137 - Circuito 8: Castelo de Vide.....	429
Figura 138 - Circuito 8: Castelo de Vide – localização.....	429
Figura 139 - Circuito 8: Nisa.....	430
Figura 140 - Circuito 8: Nisa – localização.....	430
Figura 141 - Circuito 8: Monumento Natural Portas de Ródão.....	430
Figura 142 - Circuito 8: Monumento Natural Portas de Ródão – localização.....	430
Figura 143 - Rota Circuito 8: Avis, Castelo de Vide, Nisa, Portas de Ródão.....	431
Figura 144 - Rota Circuito 8: Avis, Castelo de Vide, Nisa, Portas de Ródão (localização).....	431
Figura 145 - Menu de apresentação do Itinerário das fortificações abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura.....	444
Figura 146 - Menu de apresentação do Itinerário das fortificações abaluartadas entre o Alentejo e a Extremadura.....	444
Figura 147 - Circuito 1: Paymogo.....	445
Figura 148 - Circuito 1: Paymogo – localização.....	445
Figura 149 - Circuito 1: Aroche.....	445
Figura 150 - Circuito 1: Aroche – localização.....	445
Figura 151 - Circuito 1: Cortegana.....	446
Figura 152 - Circuito 1: Cortegana – localização.....	446
Figura 153 - Rota Circuito 1: Serpa, Paymogo, Aroche, Cortegana.....	446
Figura 154 - Rota Circuito 1: Serpa, Paymogo, Aroche, Cortegana (localização).....	446

Figura 155 - Circuito 2: Encinasola.....	447
Figura 156 - Circuito 2: Encinasola – localização.....	447
Figura 157 - Circuito 2: Fregenal.....	447
Figura 158 - Circuito 2: Fregenal – localização.....	447
Figura 159 - Rota Circuito 2: Beja, Moura, Encinasola, Fregenal.....	448
Figura 160 - Rota Circuito 2: Beja, Moura, Encinasola, Fregenal (localização).....	448
Figura 161 - Circuito 3: Villa Nueva del Fresno.....	448
Figura 162 - Circuito 3: Villa Nueva del Fresno – localização.....	448
Figura 163 - Circuito 3: Jerez de los Caballeros.....	449
Figura 164 - Circuito 3: Jerez de los Caballeros – localização.....	449
Figura 165 - Rota Circuito 3: Monsaraz, Mourão, Villa Nueva del Fresno, Jerez de los Caballeros.....	449
Figura 166 - Rota Circuito 3: Monsaraz, Mourão, Villa Nueva del Fresno, Jerez de los Caballeros (localização).....	449
Figura 167 - Circuito 4: Badajoz.....	450
Figura 168 - Circuito 4: Badajoz – localização.....	450
Figura 169 - Circuito 4: Valverde de Leganés.....	451
Figura 170 - Circuito 4: Valverde de Leganés – localização.....	451
Figura 171 - Rota Circuito 4: Juromenha, Elvas, Badajoz, Valverde de Leganés, Olivenza.....	451
Figura 172 - Rota Circuito 4: Juromenha, Elvas, Badajoz, Valverde de Leganés, Olivenza (localização).....	451
Figura 173 - Circuito 5: Alconchel.....	452
Figura 174 - Circuito 5: Alconchel – localização.....	452
Figura 175 - Circuito 5: La Albuera.....	452
Figura 176 - Circuito 5: La Albuera – localização.....	452
Figura 177 - Rota Circuito 5: Évora, Alconchel, La Albuera.....	453
Figura 178 - Rota Circuito 5: Évora, Alconchel, La Albuera (localização).....	453
Figura 179 - Circuito 6: Telena.....	453
Figura 180 - Circuito 6: Telena – localização.....	453
Figura 181 - Circuito 6: Talavera la Real.....	454
Figura 182 - Circuito 6: Talavera la Real – localização.....	454
Figura 183 - Rota Circuito 6: Estremoz, Vila Viçosa, Telena, Talavera la Real.....	454

Figura 184 - Rota Circuito 6: Estremoz, Vila Viçosa, Telena, Talavera la Real (localização).....	454
Figura 185 - Circuito 7: Villar del Rey.....	455
Figura 186 - Circuito 7: Villar del Rey – localização.....	455
Figura 187 - Rota Circuito 7: Campo Maior, Ouguela, Villar del Rey.....	455
Figura 188 - Rota Circuito 7: Campo Maior, Ouguela, Villar del Rey (localização)..	455
Figura 189 - Circuito 8: Albuquerque.....	456
Figura 190 - Circuito 8: Albuquerque – localização.....	456
Figura 191 - Rota Circuito 8: Barbacena, Monforte, Arronches, Albuquerque.....	456
Figura 192 - Rota Circuito 8: Barbacena, Monforte, Arronches, Albuquerque (localização).....	456
Figura 193 - Circuito 9: Valencia de Alcántara.....	457
Figura 194 - Circuito 9: Valencia de Alcántara – localização.....	457
Figura 195 - Rota Circuito 9: Avis, Portalegre, Marvão, Valencia de Alcántara.....	457
Figura 196 - Rota Circuito 9: Avis, Portalegre, Marvão, Valencia de Alcántara (localização).....	457
Figura 197 - Circuito 10: Alcántara.....	458
Figura 198 - Circuito 10: Alcántara.....	458
Figura 199 - Circuito 10: Brozas.....	458
Figura 200 - Circuito 10: Brozas – localização.....	458
Figura 201 - Rota Circuito 10: Castelo de Vide, Nisa, Alcántara, Brozas.....	459
Figura 202 - Rota Circuito 10: Castelo de Vide, Nisa, Alcántara, Brozas (localização).....	459

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Adam Freitag, engenheiro	20, 105, 116, 119, 135, 466
Adriaan Matham	20
Adriano Gylsels, embaixador holandês em Portugal	54
Afonso Furtado de Mendonça, mestre de campo, capitão	261, 282, 439, 440
Agostinho Catelete, agente diplomático português	50
Agostinho de Andrade Freire, general de artilharia	291, 294, 306, 317, 329, 431, 432, 434
Albrecht Dürer, pintor, matemático e arquiteto	110, 111, 113, 123, 466
Alexandre Massai, arquiteto e engenheiro militar	35, 104, 115
Alexandre Vanhatherm, comissário general	161
Allain Manesson Mallet, cartógrafo e engenheiro	20, 21, 117, 251, 252, 253, 307, 329, 336, 341, 351, 352, 364, 365, 434, 437, 438
Álvaro Ferreira de Carvalho, superintendente da criação de cavalos da comarca de Avis	63
Ambrosio Rosado	203
Ana de Áustria, rainha de França	84
André de Albuquerque, general de cavalaria do Alentejo, general de artilharia do exército do Alentejo, governador de armas do Alentejo	77, 163, 230, 233, 234, 245, 262, 263, 294, 433, 435
André de Resende, humanista	109
André Fialho, ajudante de engenheiro	278, 321, 432
Antoine Coquart	328, 331, 337, 343, 347, 348, 350, 352, 353, 364, 365
Antoine De Ville, engenheiro militar	20, 106, 117, 135, 466
António Coelho de Carvalho [Dr.], jurista e diplomata português	52
António Coelho de Góis, capitão	246, 249, 437, 438
António da Sangallo, arquiteto e engenheiro militar	98
<i>Antonio das Povoas, Doutor, provedor dos almagens</i>	164
António de Castel-Branco, matemático	125, 133
<i>Antonio de Contreras, secretário de Guerra</i>	51
António de Melo de Castro, administrador colonial	152
António de Sousa de Macedo, diplomata português	49, 50
António de Sousa de Menezes, governador de Olivença	233, 235, 435
António Gonçalves Ferreira, executor do almoxarifado de Estremoz	240
<i>Antonio Jaques, capitão</i>	229
António Pimenta	121
Antonio Pimentel	185, 441

António Rodrigues, mestre de fortificações, arquiteto e capitão	20, 103, 114, 123, 124
António Rodrigues, capitão e engenheiro militar	219, 303, 345, 433, 437
Aponul, militar francês	242, 345, 438
Armand Jean du Plessis, cardeal duque de Richelieu	52
Baltasar Álvares, arquiteto	104
Baltasar de Arruda	103
Barão de Santa Cristina	247, 438
Barão de Silincourt, engenheiro militar francês	277, 299, 321, 432
Bartolomeu Duarte, mestre	133
Bartolomeu Zeni, engenheiro militar italiano	169
Belfigo, militar francês	242, 345, 438
Bento Fernandes, mestre	125
Blaise François Pagan, conde/ <i>Comte de Pagan</i> : soldado e engenheiro militar francês	20, 106, 1117, 119, 120, 135, 466
Brás Botelho, castelhano	160
Carlos II, rei de Castela	86, 87
Carlos II, rei de Inglaterra	78, 85, 86, 88
Carlos VIII da França	93
Carlos Amadeu de Saboia-Nemours, duque de Nemours	81
Carlos Langley, capitão	305, 434
Carlos Reynalte/ou Jerónimo Rinaldi, engenheiro militar milanês, general de artilharia	184, 266, 362, 442
Carlos Tournalon, engenheiro militar holandês	195, 442
Charles Lassart/ <i>Lasarte</i> , engenheiro militar francês	166, 186, 187, 214, 216, 217, 218, 264, 276, 290, 291, 296, 297, 298, 317, 319, 320, 330, 332, 337, 345, 357, 376, 432, 433, 434, 437, 439, 443, 460
Christoph Grienberger, mestre matemático	131
Claude-François Milliet Dechales, matemático	20, 117
Cohen, engenheiro militar francês	169
Conde das Galveias, mestre de campo general	307
Conde de Isinguén	167
Cosme III de Médicis	121
Cristóbal de Rojas, arquiteto e engenheiro militar	127
Cristóbal Gómez de Sandoval-Rojas y de la Cerda, duque de Uceda	38
Cristoforo Borri, matemático	132
Cristóvão Clavius, matemático	130
Cristóvão de Brito Pereira, governador de Vila Viçosa	250, 436
Cristóvão de Moura	23, 34
Custódio de Barros, tenente	246, 249, 437, 438
D. Afonso VI, rei	17, 25, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 163, 183, 200, 249, 299, 378, 466, 471, 472

D. Afonso de Portugal, marquês de Aguiar, governador de armas do Alentejo	257, 439
D. Alexandro Moreira, comissário general	247, 438
D. António Álvares da Cunha, governador de Évora	295, 433
D. Antonio de Montenegro, comissário general	237, 436
D. António Luís de Meneses, marquês de Marialva, conde de Cantanhede	75, 77, 246, 248, 266, 280, 305, 307, 433, 434, 436, 437, 439, 440
D. António Ortiz de Mendonça, mestre de campo	341, 342, 436
<i>Dona Catherina, Duquesa</i>	33, 45
D. Catarina, infanta	85
D. Dinis, rei de Portugal	257
D. Dinis de Melo de Castro/ <i>Dinis de Mello de Castro</i> , capitão de cavalos, general, governador de Vila Viçosa	251, 286, 300, 437, 438, 440
D. Diogo Apslei	305, 434
D. Domingos de Gusmão, arcebispo da diocese de Évora	307
<i>Dom Duarte/Don</i> , infante	33, 45
D. Felipe de Aya	247, 438
D. Filipe I, rei de Portugal/Filipe II de Castela/ <i>Felippe/Philippe</i>	23, 33, 34, 35, 37, 38, 45, 48, 104, 115, 128
D. Filipe II, rei de Portugal	23, 38, 40, 105
D. Filipe III, rei de Portugal/Filipe IV	24, 41, 45, 46, 47, 48, 51, 61, 73, 74, 76, 78, 86, 88, 139, 149, 158, 159, 196, 204, 205, 237, 260, 330
D. Fernando de Escobedo, mestre de campo	239, 436
D. Fernando de Godoy, capitão de cavalos	286, 440
D. Fernando de Meneses, conde da Ericeira, general de artilharia	304
D. Francisco Carneiro/ <i>Dom Francisco Carneiro</i> , mestre de campo, corregedor de <i>Badajoz</i>	228, 434
D. Francisco de Osório, alferes de companhia de ordenanças	303, 433
D. Francisco de Sousa, conde do Prado, embaixador português	296, 297, 299, 307, 317, 431, 432, 433
D. Francisco Gatinara, conde de Satinara	303, 305, 433, 434
D. Gaspar de la Cueva y Henriquez, general de artilharia	200, 443
D. Guillermo del Burgo, governador de Albuquerque	199, 443
D. Henrique/ <i>Dom/Don Henrique</i> , cardeal-rei de Portugal	33, 34, 45
<i>D. Isabel, imperatriz</i>	33, 45
D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, governador do Alentejo	183, 299, 432, 441
D. João III, rei de Portugal	101, 122, 126
D. João IV, rei/ duque de Bragança/ <i>Don Juan el 4</i>	24, 25, 27, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 72, 73, 74, 75, 91, 131, 135, 142, 143, 151, 153, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 192, 205, 210, 221,

	224, 227, 245, 257, 259, 270, 292, 465, 469, 471
D. João Coutinho	330
D. João da Costa/ <i>Dom/Conte de Soure</i> , conde de Soure, general de artilharia, governador da província do Alentejo	187, 218, 236, 240, 264, 271, 285, 286, 290, 432, 438, 443
D. João Dama, abade	279, 440
D. João de Mascarenhas	259, 439
D. João de Menezes, general da armada portuguesa	231, 435
D. João de Menezes, governador de Olivença	229, 435
D. João Tello, governador	229, 435
D. José, capitão de cavalos	262
D. Juan José de Áustria/ <i>D. João de Austria</i>	86, 187, 204, 237, 239, 249, 265, 266, 268, 269, 287, 301, 303, 304, 362, 364, 433, 436, 437, 438, 439, 439, 440, 443
D. Luís Méndez de Haro y Guzmán, general	76, 78, 196, 442
D. Luís de Menezes, conde, general de artilharia	300
D. Luís de Noronha e Meneses, marquês de Vila Real	159
D. Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, valido de D. Luísa de Gusmão	78, 82, 83, 84, 86, 87, 88
D. Luísa de Gusmão, rainha regente de Portugal	25, 55, 73, 77, 78, 85, 91, 297, 466, 471
D. Manuel I/ <i>Dom Manoel</i> , rei de Portugal	33, 99, 101, 122
D. Manuel de Ataíde/ <i>D. Manoel de Atayde</i> , <i>tenente general</i>	305, 434
D. Manuel de Cunha, bispo de Elvas	55
D. Manuel de Saldanha, reitor da Universidade de Coimbra	58
D. Manuel Mascarenhas/ <i>Dom Manoel</i> <i>Mascarenhas</i> , mestre de campo	282, 283, 284, 440
D. Maria Ana da Áustria, rainha regente	86, 88
D. Maria Francisca Isabel de Sabóia	81, 85, 87
D. Melchior Portocarrero de la Veja y Rojas, capitão	247, 287, 440
D. Miguel de Azevedo, mestre de campo	211, 435
D. Miguel Luís de Meneses, duque de Caminha	159
D. Pedro, príncipe/infante/ <i>D. Pedro II</i> , rei de Portugal	17, 78, 82, 83, 87, 90, 137, 200, 294, 307, 322, 475
D. Rafael de Médicis, tenente mestre de campo general	181, 184, 185, 191, 194, 441, 442, 443
D. Rodrigo da Cunha e Silva, arcebispo de Lisboa	70
D. Rodrigo de Castro, general de cavalaria	256, 438
D. Sancho de Monroy, mestre de campo	228, 435
D. Sancho Manuel/ <i>Dom Sancho Manoel</i> , mestre de campo	147, 282, 440
D. Sancho Manuel de Vilhena, conde de Vila Flor: governador de armas da província do Alentejo	76, 249, 300, 301, 305, 433, 438
D. Sebastião, rei	33, 34, 56, 103

D. Sebastião de Matos e Noronha, arcebispo de Braga	159
D. Teodósio, príncipe	58, 136, 296, 351
D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos	148, 152
D. Vasco Luís da Gama, diplomata português	49, 52
Diego IV de Benavides y de la Cueva, conde de Santiesteban, capitão-general do exército de Extremadura	193, 442
Diego Mesía Felpez de Guzmán, marquês de Leganés, capitão do exército de Extremadura	146
<i>Diego Soares, secretário de Guerra</i>	51
Diogo de Aguiar, capitão e engenheiro militar	234, 236, 435
Diogo de Arruda	270
Diogo Gomes de Figueiredo, general de artilharia	220, 345, 437
Diogo Pardo de Osório, engenheiro militar	120, 249, 303, 307, 330, 337, 433, 434
Dionísio de Guzmán, tratadista e general de artilharia	191, 443
<i>Dom Duarte/Don</i> , infante	33, 45
<i>Dom Miguel de Portugal</i> , conde do Vimioso, capitão geral	164, 302
<i>Dom Theodosio</i> , duque	45
Domingos Carneiro, capitão	202
Domingos de Ataíde Mascarenhas, governador de Ouguela	266, 439
<i>Domingos de Carrião</i> , capitão	305
Domingos Leite Pereira, fidalgo	159
<i>Dona Maria, princesa de Parma</i>	33
<i>Dona Maria, rainha de Portugal</i>	33
Duarte Coelho	103
Duarte de Armas, escudeiro real	99, 100, 101
Duarte Lobo da Gama	286, 440
Duarte Nunes da Costa, agente diplomático português	50
<i>Emanuel Philisberto</i> , duque de Saboia	33
Enrique Ansençi, engenheiro militar holandês	195, 442
Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, duque de Alba	91
Fernando Álvaro Seco, cartógrafo	154
Fernando de Mesquita Pimentel	238, 436
Fernão de Mesquita	443
Filarete, arquiteto	97
Filippo Terzi, arquiteto	103, 114, 128
Flavius Vegetius	110
Francesco di Giorgio Martini, arquiteto	19, 95, 96, 97, 108, 110, 113, 466
Francisco Antonio Caniasa [padre jesuíta], general de artilharia	185, 191, 442, 443
Francisco da Costa, mestre	133
Francisco de Andrade Leitão, diplomata português	49
Francisco de Arruda, arquiteto	270
Francisco de Castilho, castelhano	160
Francisco de Faro, conde de Odemira	75, 78

Francisco de Frias de Mesquita, aprendiz de engenheiro	128, 133
Francisco de Lucena, secretário de D. João IV	61
Francisco de Melo, monteiro-mor e diplomata português	52
<i>Francisco de Mello</i>	147
Francisco de Sousa Coutinho, diplomata português	49
Francisco de Tutavilla y del Rufo, duque de San Germán, general do exército da Extremadura	76, 189, 196, 236, 247, 276, 301, 432, 433, 435, 437, 442, 443
Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, duque de Lerma	23, 38, 39
Francisco João da Silva, capitão de infantaria, engenheiro militar	169, 249, 438
Francisco Maria I Della Rovere I, duque de Urbino	108
Francisco María Téllez Girón y Benavides, duque de Ossuna, capitão-general do exército	247, 315, 323, 437
Francisco Pardo de Osório, assistente de fortificação	307, 434
Francisco Pimentel	121
Francisco Pires da Silva, mestre de campo general	226, 436
Francisco Rodrigues, mestre	133
François Van Schooten, matemático e professor de fortificações	116, 466
Frederico Armando de Schomberg, conde de Schomberg/marechal de campo do exército português	200, 248, 249, 300, 307, 329, 341, 342, 434, 436, 438, 443
Gabriel Tadino di Martinengo	103
Gabriello Busca Milanese	108, 466
Garcia de Bolonha, engenheiro militar	103
Gaspar de Faria Severim, primeiro-ministro de D. Luísa	75
Gaspar de Guzmán y Pimentel Ribera y Velasco de Tovar, conde-duque de Olivares	41, 42, 46, 51
Gaspar Ruiz de Escaray, secretário particular	42
Gaspar Téllez-Girón y Sandoval, duque de Osuna	247, 437
Geralamo Maria Caracciolo, marquês de Torrecusa (também denominado de Torrecuso), capitão-general da Extremadura	194, 220, 437
Gérard Melder, professor de fortificação	20, 117, 466
Gerardo Vaninguen, capitão	161, 187
Giacomo Fusto Castriotto, engenheiro militar	108, 466
Giacomo Lanteri	108, 466
Giovan Giacomo Palearo Fratino, engenheiro militar	36, 104
Giovanni Battista Bellucci, arquiteto e engenheiro militar	112, 113, 466
Giovanni Battista Cairate, arquiteto	36, 104
Giovanni Battista Della Valle, fundidor de canhões e engenheiro militar	108, 466

Giovanni Battista Zanchi, engenheiro	108, 466
Giovanni Paolo Lembo, astrónomo e matemático	132
Giovanni Vincenzo Casale, arquiteto	35, 104
Giralamo Cataneo, arquiteto militar	108, 466
Giralamo Maggi, engenheiro militar	108, 466
Giuliano da Sangallo, arquiteto e engenheiro militar	20, 96, 98, 466
Gonçalo de Barros	160
Gregório de Valcácer de Morais, desembargador	64
Hendrick Uwens, mestre de física	132
Henrique Nunes Saraiva, agente diplomático português	50
Hieronimo Rozetti, engenheiro militar italiano	216, 217, 345, 437
Hugo Colano	132
Ignace Stafford, matemático	132
Inácio de Loyola	124
Isidoro de Almeida, engenheiro militar	104
Jacinto de Sampaio, capitão	202
Jean Brivois	298, 332, 433
Jean Errard Bar-le-Duc	106
Jean Gilot/ <i>João Geilot</i> , engenheiro militar holandês	166, 186, 187, 212, 217, 219, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 236, 240, 244, 273, 309, 312, 317, 325, 334, 337, 339, 341, 345, 351, 352, 375, 376, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 443, 460, 468
Jerónimo Álvares, mestre de lógica	125
Jerónimo Nunes da Costa, agente diplomático português	50
Jerónimo Vaz da Cunha/ <i>Jeronymo Vaz da Cunha</i> , sargento-mor	284, 285, 440
Jerónimo Velho, engenheiro militar	169
Joane Mendes de Vasconcelos, governador da província do Alentejo	76, 195, 210, 213, 224, 225, 241, 242, 259, 260, 261, 274, 276, 283, 297, 432, 433, 436, 438, 439
Joannes Paschácio de Cosmander/ <i>João Paschácio de Cosmander/Joannes Pateh Cosmander/Cismaris</i> [padre jesuíta], engenheiro militar holandês	132, 138, 153, 166, 167, 168, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 240, 241, 243, 244, 258, 259, 261, 264, 271, 275, 283, 309, 310, 311, 312, 319, 320, 323, 334, 337, 339, 341, 342, 345, 346, 351, 352, 357, 371, 373, 375, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 460, 468, 471
João Álvares de Barbuda, sargento-mor	220, 437
João Ballesteros, engenheiro militar	216, 217, 345, 437
João Baptista Lavanha, engenheiro militar, matemático e cosmógrafo-mor	104, 128
<i>Joaõ Belefis/Belfigo</i> , sargento-mor	305, 434
João Borges de Morais, sargento-mor	72
João Coutinho	303, 433
João da Costa, mestre	133
João da Silva e Sousa	249, 438
João de Aguiar, capitão	257
João de Albuquerque, mestre	133

João de Barros	160
João de Mendonça e Zuniga	211, 435
João de Mira, lavrador	292
João de Vasconcelos e Sousa, 2.º conde de Castelo Melhor, governador de armas da província do Alentejo	151, 222, 434
João Delgado, padre jesuíta	130, 131, 133
João dos Reis, mestre	133
João Ferreira da Cunha, tenente-general, governador de Mourão	222, 276, 432, 434
João Franco Barreto, secretário	19, 52
<i>Joaõ Freyre Coelho, capitão</i>	305
João de Macedo, capitão-mor	292, 433
João Nunes Tinoco, arquiteto	129, 278, 325, 432
João Pinto, mestre de matemática	126
João Rodrigues Mouro, soldado, aprendiz de arquitetura militar	231, 435
<i>Joaõ Smith, capitão</i>	305
João Soares Vivas	160
João Teixeira Albernaz I, cartógrafo	20, 143, 144, 151
Johan Chrisostomus Gall, matemático	132
John Gaspar de Marchin/ <i>Conde de Marchin</i> , conde de Granville	203
John Rishton, matemático	132
Jorge Manuel	161
José Lopes Alves, tenente-general	200
José Pais Estevens, capitão de infantaria	249, 438
Juan Alvarez de Colmenar	20, 21, 329, 343, 348, 352, 353, 358, 364
Juan Bautista Corbachino, capitão	179, 181, 182, 183, 184, 441
Juan de Ribeira, comissário	239, 436
Juan Schorquens, gravador	20, 154, 155
Jules Mazarin, cardeal	73, 78
Langres, <i>Filho</i>	297, 332, 432, 433
Leon Battista Alberti, arquiteto	97, 109, 110, 466
Leonardo Torriani/Turriano, arquiteto	35, 104, 114, 115
Lopo de Sequeira/ <i>Lopo de Siqueyra</i> , capitão de cavalos	286, 440
Louis Boudan	253, 346, 350, 438
Lourenço Alves Torres, superintendente de obras de fortificação em Vila Viçosa	241, 342, 436
<i>Lourenço de Sousa de Meneses/Menezes, mestre de Campo</i>	305, 434
Lourenço Rodrigues, mestre	133
Lucas Vosterman	20
Luís XIV, rei de França	73, 78, 84, 85, 86, 87
Luís de Azambuja, sargento-mor	305, 434
Luís de Macedo de Lacerda, capitão de ordenança de Estremoz	246, 438
Luís de Venegas Osorio, capitão	197, 442
Luís Francisco de Benavides Carrillo de Toledo, marquês de Frómista e de Caracena	250, 436
Luís Gomes de Figueiredo, capitão de cavalos	282, 440
Luís Gonzaga, mestre	133
Luís Pereira de Castro, diplomata português	49

Luís Pereira de Lacerda, capitão	305, 434
Luís Serrão Pimentel, cosmógrafo-mor, tratadista, engenheiro militar	13, 20, 22, 31, 92, 118, 119, 120, 121, 122, 133, 134, 135, 138, 169, 207, 218, 237, 249, 265, 278, 286, 287, 288, 291, 294, 299, 300, 303, 309, 317, 326, 329, 330, 333, 335, 337, 346, 352, 358, 368, 371, 374, 376, 377, 431, 432, 433, 436, 439, 440, 441, 460, 472, 474
Manuel de Acevedo y Zúñiga, conde de Monterrey, tenente-general	190, 434
Manuel Beirão/ <i>Manoel Beyraõ</i> , capitão	305, 434
Manuel de Almeida, mestre de matemática	126
Manuel de Azevedo Fortes	335
Manuel de Lima, matemático	125
Manuel de Meneses, cosmógrafo-mor	121
Manuel Dias, mestre	133
Manuel do Amaral, mestre	133
Manuel Lobato, governador de Juromenha	238, 436
Manuel Pimentel, cosmógrafo-mor	121
Marcos Vitruvius, arquiteto	110, 114, 123, 124
Margarida de Mântua, duquesa	42
Marquês de Berzet, embaixador francês em Portugal	54
Marquês de Molliguén, general do exército da Extremadura	148, 191, 202, 443
Marquesa de Ferreira	223, 434
Martim Afonso de Melo, 1.º conde de São Lourenço, governador da província do Alentejo	76, 161, 162, 167, 215, 217, 226, 230, 231, 232, 233, 243, 244, 245, 257, 263, 274, 283, 284, 285, 345, 434, 435, 436, 437, 438, 440
Martim Ferreira	202
Massacan, capitão de cavalos	228, 434
Mateus do Couto, o Novo, arquiteto	129
Mateus do Couto, o Velho, arquiteto e mestre de obras	128
Mateus Fernandes (III), arquiteto	103
Mateus Serradas, superintendente de obras de fortificação em Vila Viçosa	241, 342, 436
Mateus Vanquerberguen, engenheiro militar holandês	169
Matias de Albuquerque/ <i>Mathias de Albuquerque</i> , conde de Alegrete: governador da Província do Alentejo	147, 149, 152, 161, 187, 191, 192, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 223, 240, 242, 257, 258, 282, 293, 345, 434, 437, 438, 439, 443
Mathias Dögen, engenheiro	20, 117, 466
Menno van Coehoorn (1641-1704), barão, tenente-general e engenheiro-general da fortificação e artilharia de Namur	105, 119
Miguel de Arruda, arquiteto	122
Miguel de Timmermans, engenheiro de fogo holandês	235, 263, 435, 439
Miguel de Vasconcelos e Brito, secretário de Estado	42
Milliet Dechales	20, 117
Mr. De Henot	303, 433
Nataniel Hill, capitão	305, 434
Niccolò Tartaglia	20
Nicolas de Faria, sargento	238, 436

Nicolas Goldman, engenheiro militar	20, 105, 117, 119, 466
Nicolas Sanson d'Abbeville, historiador e geógrafo	20, 154, 155, 156, 170, 185, 278
Nicolau de Frias, arquiteto	128
Nicolau de Langres, engenheiro militar francês, sargento-mor de batalha de estado maior do exército da Extremadura	13, 21, 155, 166, 167, 168, 197, 212, 213, 219, 224, 230, 233, 235, 237, 244, 248, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 270, 273, 276, 277, 279, 281, 282, 286, 288, 291, 294, 296, 297, 298, 299, 303, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 337, 338, 339, 341, 342, 345, 346, 348, 349, 351, 353, 354, 355, 357, 358, 360, 361, 362, 364, 370, 371, 372, 374, 375, 379, 431, 432, 433, 435, 436, 437, 439, 440, 441, 442, 460, 468, 472
Nicolau Maquiavel	110
Nuno Álvares de Matos, agente diplomático português	50
Nuno Álvares Pereira de Melo, duque de Cadaval	87
Pascoal da Costa, capitão, governador da praça de Ouguela	258, 439
Pascoeli, engenheiro militar italiano	212, 339, 435
Paulo IV, Papa	125
Paulo Ferrer, mestre de matemática	125
Pedro de Mendonça, conde da Torre	64
Pedro de Viedma, general do exército de Extremadura	181
Pedro Nunes, matemático e cosmógrafo-mor	109, 122, 123, 124
Pedro Teixeira Albernaz I, cartógrafo	154, 156
Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado	61, 75
Pier María Baldi, pintor e arquiteto	20, 198, 251, 252, 253, 254
Pierre de Saint-Colombe, engenheiro militar francês	166, 168, 239, 248, 270, 275, 276, 277, 291, 297, 299, 303, 312, 314, 317, 320, 323, 330, 332, 337, 341, 342, 351, 376, 431, 432, 433, 436, 460, 474
Pieter de Percheval, engenheiro militar holandês	335
Pietro di Giacomo Cataneo, arquiteto, engenheiro militar e matemático	111, 112, 114, 126, 466
Pietro Vignarelli de Urbino	103
<i>Piolas, engenheiro militar</i>	186
Pompeo Arditì, arquiteto	103
Ramiro Núñez de Guzmán, duque de Medina de las Torres	88
Richard Fanshaw, embaixador inglês	88
Robert Southwell, diplomata inglês	86
Rui Correia Lucas, tenente-general de artilharia	217, 219, 240, 345, 434, 436, 437
Saint-Romain, abade	86, 87
Samuel Marolois, engenheiro militar	20, 105, 116, 119, 135, 466
<i>San Miguel, engenheiro militar</i>	186
Sebastiano Sérlio, arquiteto	124

Sebastião César de Meneses, bispo-eleito do Porto	55
Sebastião Correia de Larvela/ <i>Sebastião Correa de Larvela, mestre de campo</i>	305, 434
Sebastião Pereira de Frias, engenheiro militar	214, 245, 434, 437
Sebastião de Sousa, ajudante de engenheiro	278, 321, 432
Sebastião Dinis, capitão	202
Sébastien Le Preste de Vauban	309
Simão Falónio, matemático	133
Simão Madeira, sargento-mor	169
Simon Jouquet, engenheiro militar francês	298, 332, 433
Simon Stevin, engenheiro matemático	116, 120, 466
Tiburzio Spannocchi, engenheiro militar	36, 105
Tomás Audueno, matemático	132
Tomás Bartono, mestre de matemática	169
Tomás Berton, matemático	132
Tomás Pereira, mestre	133
Tomé Pereira de Andrade, capitão-mor	211, 435
Tomé Pinheiro, secretário de Estado	61
Tommaso Benedetto de Pésaro, arquiteto	103
Valentim de Sá, cosmógrafo-mor e matemático	121
Valentin Stansel, mestre de astronomia	132
Vasco Baptista, matemático	125
Verjus, padre	85
Vicente de Matos, capitão, superintendente de obras de fortificação em Vila Viçosa	241, 342, 436
Victorio Antonniaci, ajudante de engenheiro	249, 438

ÍNDICE GEOGRÁFICO

Açores	35, 40
Alandroal	100, 304, 403
Albuquerque	54, 157, 173, 174, 176, 177, 198, 199, 200, 202, 206, 236, 260, 267, 292, 362, 410, 443, 444, 461, 464, 465, 467, 468
Alcácer-Quibir	34, 35
Alcántara	157, 174, 176, 177, 198, 203, 206, 292, 411, 444, 462, 464, 465, 468
Alconchel	18, 19, 53, 54, 144, 145, 152, 153, 157, 167, 177, 186, 187, 201, 409, 443, 444, 460, 461, 464, 465, 467
Aldea del Bispo	404
<i>Aldeia Nova</i>	179
Alemanha	131, 135, 400, 411
Alentejo	12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 26, 28, 29, 31, 32, 43, 55, 57, 60, 63, 68, 74, 76, 77, 80, 81, 91, 100, 120, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 187, 191, 195, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 215, 218, 221, 222, 223, 224, 226, 230, 232, 233, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 249, 253, 254, 256, 257, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 271, 274, 276, 278, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 323, 333, 343, 345, 346, 347, 355, 360, 362, 368, 373, 374, 375, 378, 379, 380, 385, 386, 399, 400, 402, 403, 404, 405, 408, 411, 412, 413, 432, 433, 434, 435, 437, 439, 441, 443, 444, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476
Algarve	35, 60, 115, 183, 403, 466
Almeida	29, 403, 404
Almendral	152, 177, 188, 409, 464, 467
Alpalhão	100, 286
Alter do Chão	293
Alto Minho	386
Ameixial	19, 81, 138, 303, 304
Amsterdão	50
Antuérpia	138
Aragão	48
Aroche	53, 54, 177, 181, 182, 184, 408, 441, 444, 461, 464, 467
Arraiolos	293, 403
Arronches	18, 68, 91, 100, 143, 154, 155, 156, 157, 165, 170, 173, 178, 198, 204, 208, 236, 248, 250, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 263, 265,

	266, 267, 268, 283, 287, 298, 300, 312, 313, 355, 362, 363, 365, 376, 377, 378, 394, 395, 407, 410, 413, 439, 444, 460, 461, 464, 469, 470, 471, 472
Assumar	100
Atenas	382
Avis	43, 63, 165, 170, 173, 174, 204, 208, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 301, 306, 312, 313, 317, 365, 366, 367, 376, 377, 394, 408, 410, 411, 413, 440, 444, 461, 469
Badajoz/ <i>Badajós</i>	18, 20, 28, 29, 76, 91, 138, 144, 146, 148, 150, 152, 153, 157, 158, 159, 161, 162, 167, 174, 175, 176, 177, 179, 183, 185, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 205, 206, 210, 213, 226, 228, 230, 238, 242, 243, 247, 248, 250, 254, 256, 262, 266, 274, 277, 284, 292, 298, 301, 304, 333, 348, 358, 379, 409, 434, 437, 442, 444, 460, 461, 464, 465, 466, 467, 468, 469
<i>Bahia</i>	40
Barbacena	55, 144, 165, 170, 173, 174, 175, 204, 208, 254, 255, 256, 259, 268, 313, 354, 355, 393, 407, 410, 413, 438, 444, 460, 461, 464, 469, 470
Beira	60, 282, 403, 466
Beja	18, 28, 43, 150, 153, 154, 156, 165, 170, 173, 174, 204, 208, 245, 276, 288, 289, 291, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 306, 313, 316, 318, 327, 332, 377, 389, 405, 406, 408, 413, 431, 432, 444, 460, 461, 464, 469
Borba	224, 403
Bordéus	50
Brasil/ <i>Brazil</i>	51, 85, 133, 166, 475
Brozas	157, 177, 203, 411, 444, 464, 465
Bruxelas	383
Budapeste	382
Cabeza de la Puente	193, 196
Cádiz	404
Cambrai	93
Caminha	99, 159
Campo de Ourique	28
Campo Maior/ <i>Campo Mayor</i>	18, 19, 20, 100, 120, 143, 145, 150, 154, 155, 156, 157, 165, 166, 170, 173, 178, 198, 204, 208, 210, 219, 223, 225, 226, 227, 230, 235, 248, 250, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 274, 281, 283, 287, 293, 308, 312, 313, 348, 350, 354, 355, 356, 357, 358, 377, 378, 393, 394, 407, 410, 413, 438, 439, 440, 460, 461, 464, 469, 470, 471, 472
Carpio de Azaba	404
Cartagena de Índias	382
Cascais	114
Castela/ <i>Castella/Castilla</i>	17, 20, 26, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 61, 64, 71,

	73, 75, 77, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 100, 101, 135, 139, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 175, 177, 180, 187, 192, 204, 205, 216, 220, 237, 269, 278, 325, 333, 370, 436, 465, 471
Castelo de Vide	18, 28, 43, 68, 100, 120, 143, 165, 166, 170, 173, 174, 175, 202, 204, 208, 261, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 292, 308, 313, 371, 372, 376, 378, 395, 408, 411, 413, 439, 440, 444, 460, 461, 464, 465, 469, 470, 471
Castelo Melhor	403
Castro Marim	99
Catalunha	26, 44, 46, 76, 81, 139, 151, 162, 189, 194, 205, 468
Ceuta	89
Cheles	144, 152, 177, 187, 188, 201, 409, 410, 464, 465, 467
Chile	397
Ciudad Rodrigo	404
Codosera	177, 198, 202, 410, 411, 464, 465
Coimbra	16, 58, 65, 109, 121, 122, 126
Colômbia	381, 382, 387
Cortegana	177, 182, 184, 408, 441, 444, 462, 464
Costa do Ouro Portuguesa	25
Cracóvia	383, 384
Crato	286
Croácia	404
Davos	383
Dresden	383
Elvas	18, 19, 20, 26, 28, 29, 55, 76, 77, 100, 120, 136, 144, 146, 148, 152, 156, 157, 161, 165, 167, 170, 173, 174, 179, 189, 192, 195, 200, 201, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 225, 226, 228, 229, 230, 235, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 253, 254, 255, 258, 261, 262, 265, 266, 268, 274, 277, 281, 283, 291, 293, 308, 310, 312, 313, 320, 340, 343, 344, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 363, 375, 377, 378, 392, 403, 406, 407, 409, 413, 435, 437, 438, 440, 444, 460, 461, 465, 467, 468, 469, 470, 471
Encinasola	53, 54, 177, 182, 184, 408, 441, 444, 464, 467
Entre-Douro-e-Minho	60, 466
Espanha/ <i>Hespanha</i>	34, 86, 115, 134, 179, 270, 327, 385, 386, 403
Estremadura	60, 174, 466
Extremadura/Extremadura Espanhola	12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 31, 32, 53, 54, 73, 76, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 151, 152, 160, 161, 162, 170, 172, 173, 176, 177, 178, 180, 181, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 199, 200, 202, 204, 205, 207, 208, 232, 254, 278, 308, 313, 314, 316, 319, 323, 324, 326, 328, 334, 338, 340, 344, 351,

	354, 355, 356, 359, 360, 361, 363, 364, 366, 367, 369, 372, 373, 379, 380, 381, 385, 386, 398, 399, 401, 402, 404, 405, 408, 411, 412, 441, 442, 444, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 467, 468, 472, 473
Estremoz/ <i>Estremòs</i>	18, 20, 28, 43, 144, 155, 157, 165, 166, 170, 173, 172, 175, 204, 208, 209, 210, 216, 226, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 268, 281, 284, 287, 290, 300, 304, 312, 313, 340, 350, 351, 352, 353, 377, 378, 393, 403, 407, 410, 413, 438, 444, 460, 461, 464, 469, 470, 471
Europa	15, 20, 21, 37, 43, 50, 78, 92, 106, 107, 151, 317, 346, 383, 384, 386
Évora	16, 18, 19, 20, 28, 29, 43, 68, 91, 120, 125, 138, 144, 150, 154, 156, 165, 166, 170, 173, 174, 204, 208, 234, 245, 249, 250, 269, 281, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 317, 323, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 375, 377, 378, 379, 390, 403, 406, 409, 413, 432, 433, 440, 444, 460, 461, 464, 468, 469, 472, 474, 475, 476
Évoramonte	31, 293, 304, 403
Faro	383
Ferrarias	155
<i>Flandres</i>	134
Fuentes de Oñoro	404
França	19, 25, 37, 50, 51, 52, 53, 54, 73, 74, 75, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 93, 94, 131, 135, 151, 165, 310, 335, 388, 411, 471
Fregenal	177, 182, 183, 408, 441, 444, 462, 464
Génova	50
Haia	25, 81
Hamburgo	50
Higuera de Vargas/ <i>Figueira de Vargas</i>	53, 54, 145, 152, 153, 177, 185, 409, 464, 467
Holanda	37, 51, 74, 75, 81, 106, 131, 134, 135, 165, 471
Índia	38, 123
Índias/ <i>Índias Orientales</i>	51
Inglaterra/ <i>Gram Bretanha</i>	17, 25, 37, 50, 74, 75, 77, 78, 82, 84, 85, 86, 88, 90, 101, 131
Itália	92, 93, 94, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 113, 114, 128, 405
Jerez de los Caballeros/ <i>Xerez</i>	54, 177, 185, 186, 198, 201, 274, 284, 409, 442, 462, 464, 465, 467
Juromenha/ <i>Jurumenha</i>	18, 19, 28, 29, 91, 100, 143, 144, 154, 155, 165, 166, 168, 170, 173, 174, 200, 201, 204, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 237, 238, 239, 244, 254, 256, 263, 268, 274, 283, 300, 304, 308, 312, 313, 320, 337, 338, 339, 340, 352, 375, 377, 378, 391, 406, 409, 413, 435, 444, 460,

	461, 464, 465, 466, 468, 469, 470, 471, 472, 474, 475
La Albuera	145, 146, 177, 188, 189, 409, 443, 444, 462, 464, 467
La Roca	54, 145, 464, 467
La Torre de Miguel Sesmero	152
Leiden	222
Lisboa	42, 43, 45, 46, 48, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 67, 69, 70, 86, 87, 91, 114, 123, 126, 127, 128, 129, 135, 139, 157, 174, 197, 204, 205, 206, 208, 224, 261, 269, 283, 288, 290, 299, 300, 306, 307, 331, 333, 466, 469, 471, 472
Litoral	101, 104, 115
Lobón	20, 144, 146, 177, 188, 201, 410, 464, 465
Londres	85
Louvain	138
Luxemburgo	387, 388
Madeira	35, 40
Madrid	38, 40, 43, 46, 47, 86, 90, 91, 127, 128, 129, 157, 192, 476
Malaca	25, 51
Martín Viejo	403
Marvão	29, 120, 143, 155, 165, 170, 173, 174, 175, 202, 204, 208, 278, 279, 280, 281, 282, 288, 292, 308, 313, 368, 369, 370, 376, 395, 403, 407, 408, 410, 411, 413, 440, 444, 460, 461, 464, 465, 469, 470
Mértola	100, 294, 317
Milão	42
Mondego	403
Monforte	19, 68, 91, 165, 170, 173, 174, 175, 204, 208, 209, 254, 255, 256, 257, 259, 265, 266, 268, 313, 359, 376, 377, 394, 407, 410, 413, 439, 444, 460, 461, 464, 469, 471, 472
Monsaraz	18, 19, 28, 100, 120, 144, 154, 165, 170, 173, 174, 200, 201, 204, 208, 254, 269, 272, 273, 274, 278, 331, 325, 326, 327, 377, 378, 390, 406, 409, 413, 432, 444, 460, 461, 464, 469, 470
Montalvão	100, 281, 283
Montemor-o-Novo	293
Montes Claros	26, 81, 86, 183
Montijo	18, 19, 26, 54, 145, 177, 199, 201, 202, 410, 464, 465, 467
Moraleja	157
Moura	19, 28, 100, 143, 144, 152, 154, 156, 165, 170, 173, 177, 178, 181, 182, 183, 204, 208, 238, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 289, 308, 310, 313, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 377, 378, 389, 406, 408, 413, 432, 441, 442, 444, 460, 461, 464, 469, 470
Mourão	18, 19, 43, 100, 120, 143, 144, 152, 154, 155, 156, 165, 170, 173, 175, 177, 178, 183, 185, 204, 208, 254, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 289, 308, 310, 313, 323, 324, 325,

	377, 378, 379, 390, 406, 409, 413, 432, 441, 444, 460, 461, 464, 469, 471
Munster	54
Nagasaki	25
Namur	105
Nantes	50
Nisa	43, 165, 170, 173, 174, 175, 177, 202, 204, 208, 278, 279, 280, 281, 282, 288, 292, 313, 373, 374, 376, 377, 395, 408, 411, 413, 441, 444, 460, 461, 464, 465, 469
Noudar	100
Olivença/Olivenza	18, 19, 28, 43, 64, 76, 91, 100, 118, 142, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 170, 173, 175, 177, 178, 186, 187, 189, 190, 192, 195, 201, 204, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246, 248, 256, 258, 263, 264, 268, 274, 283, 285, 288, 293, 295, 298, 300, 301, 308, 309, 310, 312, 313, 320, 333, 334, 336, 337, 339, 240, 343, 345, 348, 352, 375, 377, 378, 379, 391, 393, 406, 407, 409, 412, 413, 434, 435, 440, 444, 460, 461, 464, 466, 468, 469, 470, 471, 472
Ouguela	18, 19, 28, 68, 91, 100, 143, 154, 155, 165, 170, 173, 178, 198, 204, 208, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 266, 268, 274, 313, 355, 360, 361, 362, 376, 377, 394, 407, 410, 413, 439, 444, 460, 461, 464, 466, 469, 470, 471, 472
<i>Panalva</i>	179
Paris	27, 84, 126, 127, 151
Paymogo	152, 153, 177, 179, 181, 184, 313, 408, 441, 444, 461, 464, 467
Península Ibérica	36
Pernambuco	40, 51
Portalegre	43, 156, 157, 165, 170, 173, 174, 175, 202, 204, 208, 258, 268, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 287, 291, 292, 313, 367, 376, 378, 395, 407, 408, 410, 411, 413, 440, 444, 460, 461, 464, 465, 469, 471, 472
Porto/Puerto	43, 51, 55, 58
Portugal	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 61, 64, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 176, 179, 180, 182, 189, 191, 193, 202, 237, 248, 253, 330, 335, 379, 385,

	386, 403, 404, 411, 412, 466, 469, 472, 473, 474, 475, 476
Províncias Unidas/Países Baixos	25, 51, 81, 85, 94
Ocidente	81
Oriente	81
Ormuz	40
Redondo	403
Rio Acequia	154
Rio Alcaraque	154
Rio Ardila	154
Rio Algar	154
Rio Caia	156, 258, 268, 312, 407
Rio Candra	154, 156
Rio Chança	179
Rio Degebe	154, 303, 304
Rio Fregamanhos	154
Rio Gébora/Gévora	154, 196
Rio Guadiana	28, 60, 140, 144, 147, 152, 154, 155, 156, 167, 170, 173, 175, 181, 196, 197, 201, 210, 211, 223, 238, 243, 248, 270, 272, 278, 295, 312, 317, 327, 403, 406, 409, 432
Rio Limas	154, 156
Rio Lucafre	154
Rio Pandais	154
Rio de São Bento	154
Rio Rivillas	197, 198
Rio Serva	154, 155
Rio Sever	288
Rio Tejo/Tajo	35, 101, 170, 203, 268, 282
Roma	50, 130
Saelices el Chico	404
San Sebastián	404
Santa Catelina	404
Santo Aleixo	271, 275, 432
São Jorge da Mina/Mina	25
São Julião da Barra	114
São Lourenço de Bugio	114
São Tomé	25
Sacro Império Romano-Germânico	54
<i>Safara</i>	275
Sagres	105
Salamanca	403
San Felices de los Gallegos	403
Serpa	43, 100, 143, 144, 154, 155, 156, 165, 170, 173, 177, 178, 179, 181, 204, 208, 238, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 289, 313, 314, 315, 316, 318, 323, 374, 377, 378, 389, 405, 406, 408, 413, 431, 444, 460, 461, 464, 469
Serra da Estrela	403
Serra de San Pedro	203
Serra de São Mamede	258
Serra de Sapoió	278
Serra Morena	181
Setúbal	55, 114, 115
Suécia	51, 54, 85, 94

Talavera la Real	145, 146, 177, 188, 191, 201, 410, 443, 444, 462, 464, 465
Telena	18, 54, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 177, 188, 191, 192, 201, 410, 443, 444, 461, 464, 465, 467
Terena	100
Tidore	25
Tomar	33, 34, 55
Trás-os-Montes	60, 466
Utreque	117
Valença do Minho/Valença	29, 403
Valencia de Alcántara	157, 174, 177, 184, 202, 206, 278, 280, 281, 283, 292, 410, 411, 443, 444, 461, 464, 465, 468
Valongo	403
Valverde de Leganés	18, 53, 144, 145, 146, 148, 152, 153, 177, 188, 190, 201, 409, 442, 444, 461, 464, 465, 467
Várzea da Ordem/Várzea Redonda	155
Veneza	380, 382
Vila Viçosa/ <i>Villa Viçosa</i>	18, 20, 28, 29, 31, 43, 101, 120, 143, 144, 154, 155, 157, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 197, 204, 208, 209, 210, 216, 224, 234, 239, 240, 241, 242, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 268, 292, 310, 312, 313, 340, 341, 342, 343, 377, 392, 403, 407, 410, 413, 436, 444, 460, 461, 464, 469, 470, 475, 476
Vilar Formoso	404
Villar del Ciervo	403, 404
Villar del Rey	18, 53, 54, 144, 145, 146, 149, 150, 177, 188, 198, 410, 443, 444, 461, 464, 467
Villar de la Yegua	403
Villanueva de Barcarrota/Barcarrota	176, 187, 188, 198, 409, 464, 467
Villanueva del Fresno/ <i>Villa Nueva del Fresno</i>	18, 19, 144, 145, 152, 153, 177, 185, 198, 201, 409, 442, 444, 461, 464, 465, 467
Vimieiro	293
Westefália	51, 85
Yecla de Yelves	403

